

PETER FRANKOPAN

AS ROTAS DA SEDA

UMA NOVA HISTÓRIA
DO MUNDO

EDIÇÃO COMEMORATIVA
10.º ANIVERSÁRIO

CRÍTICA



PETER FRANKOPAN

AS ROTAS DA SEDA

UMA NOVA HISTÓRIA
DO MUNDO

EDIÇÃO COMEMORATIVA
10.º ANIVERSÁRIO

CRÍTICA



PETER FRANKOPAN

AS

ROTAS

DA

SEDA

UMA NOVA HISTÓRIA
DO MUNDO

CRÍTICA

Para Katarina, Flora, Francis e Luke

Parámos na terra de uma tribo de turcomanos [...], vimos um grupo que idolatrava cobras, um grupo que idolatrava peixes e um grupo que idolatrava grous.

Ibn Fadlān, *Viagem aos Búlgaros do Volga*

Eu, Preste João, sou amo dos amos, e tenho mais riqueza, virtude e poder do que todos os reis do mundo inteiro [...]. Leite e mel correm livremente nas nossas terras; os venenos não matam, nem os sapos coaxam ruidosamente. Não há escorpiões nem serpentes à espreita na relva.

Carta apócrifa de Preste João a Roma
e Constantinopla, século ^{xii}

Tem um palácio muito grande cujo telhado é feito de ouro puro.

Notas de investigação de Cristóvão Colombo
sobre o Grande *Khan* do Oriente, final do
século xv

Se não fizermos sacrifícios relativamente pequenos nem alterarmos a nossa política na Pérsia, agora, poremos em perigo a nossa amizade com a Rússia e, num futuro não muito distante

[...], depararemos com uma situação que porá em causa a própria existência do nosso império.

Sir George Clerk a *sir* Edward Grey, secretário de
Estado
dos Negócios Estrangeiros, 21 de julho de 1914

O presidente vencerá mesmo que fiquemos sentados sem fazer nada.

Chefe de gabinete de Nursultan Nazarbayev,
presidente
do Cazaquistão, pouco antes das eleições de 2005

Introdução à edição comemorativa

Quando este livro chegou às livrarias em 2015, eu esperava que fosse lido e apreciado. Mas não tinha a expectativa de que despertasse a imaginação de tanta gente, em tantas partes do mundo. Sinto-me orgulhoso, naturalmente, pela sua tradução em mais de quarenta línguas e de ter encontrado um lugar em casas, escolas e universidades de muitos mais sítios do que aqueles que poderia imaginar. É uma honra saber que serviu de inspiração a importantes exposições nalguns dos maiores museus do mundo, que foi integrado em programas estatais de literacia de adultos em países como o Paquistão e que até inspirou a compilação de um álbum de música eletrónica da Ásia Central soviética na década de 1980.

Uma década após a publicação original de *As Rotas da Seda* [*The Silk Roads*], consigo reconhecer muitos fatores que contribuíram para o seu sucesso. Um dos mais importantes foi o facto de ter surgido numa altura de profundas mudanças geopolíticas. Talvez o mundo não estivesse a estilhaçar-se em 2015, mas o seu centro de gravidade afastava-se da Europa e do Ocidente na direção das economias da Ásia, da China, da Índia, dos Estados do Golfo e do Sudeste Asiático. Os laços culturais, económicos e políticos que se formavam, nestas regiões e entre elas, não representavam o nascimento de algo novo, mas um regresso ao eixo tradicional de poder e de conexões que tinham moldado a história global ao longo de milénios.

Como referi em 2015, «as Rotas da Seda estão a ressurgir». Atualmente, essas palavras revelam-se ainda mais acertadas: o desvio da produção industrial, o aumento progressivo da participação de toda a Ásia no PIB mundial e no investimento em infraestruturas digitais, portos, estradas, linhas ferroviárias e aeroportos, entre muitos exemplos, estão a criar novas

ligações e redes que permitem a circulação de bens, pessoas e ideias numa escala sem precedentes. Mesmo sem a turbulência geopolítica no Ocidente, catalisada pelas presidências de Donald Trump, está a formar-se uma nova ordem mundial – uma ordem em que as decisões tomadas em Moscovo, Damasco, Jerusalém, Abu Dhabi, Riade, Islamabad, Deli, Pequim e outros centros têm um peso muito maior do que aquelas tomadas em lugares que desempenharam papéis centrais na História recente – como Madrid ou Lisboa, Bruxelas ou Berlim, Londres ou Paris.

Naturalmente, a consolidação da teia de lugares, povos e redes faz lembrar ligações do passado que tiveram um papel crucial no rumo da história global. A importância dessas ligações é destacada por investigações recentes. Por exemplo, hoje sabemos mais sobre o papel das alterações climáticas na mudança das rotas migratórias das estepes, na criação de obstáculos e incentivos à mobilidade e no estímulo da troca cultural e da difusão de ideias que podem ser traçadas ao longo de milénios.^[1] Graças aos métodos dos arqueobotânicos na investigação de vestígios vegetais, também começa a compreender-se melhor o papel essencial das redes das Rotas da Seda, isto já desde o Neolítico e da Idade do Bronze, na introdução de culturas agrícolas em novas regiões – tal como se compreende melhor a forma como as doenças contagiosas se propagaram em resultado das crescentes interações na Antiguidade.^[2]

A vitalidade da investigação dedicada às ligações locais, regionais e distantes faz desta uma das áreas de trabalho mais estimulantes da História. Por exemplo, um artigo de Helen Gittos, minha colega em Oxford que estuda objetos funerários coptas, bizantinos e anatólios encontrados em Suffolk, no sítio arqueológico de Sutton Hoo, sugere que, no final do século VI, os anglo-saxões combatiam na linha da frente do Império Romano do Oriente contra a Pérsia sassânida e trouxeram objetos preciosos ao regressarem a casa.^[3] Um documento de trabalho de um grupo de historiadores económicos assinala uma correlação extraordinária entre o surgimento de hierarquias sociais e a localização, há vários milénios, de depósitos e minas de metais no Próximo Oriente, no Norte de África, na Ásia Meridional e na Ásia Oriental – com implicações importantes para a

compreensão do aparecimento das cidades e daquilo a que os autores chamam «a alvorada da civilização».[4]

Grande parte desta investigação recente tem posto em causa a forma como pensamos a natureza e o alcance das ligações associadas às Rotas da Seda, bem como as nossas suposições sobre o momento em que estas redes se tornaram relevantes. Alguns estudiosos defendem agora que a troca de têxteis – mercadoria por excelência das Rotas da Seda – pode ser traçada até à Idade do Bronze.[5] Talvez o mais surpreendente de tudo seja o trabalho que não só sublinha a importância do mundo nómada que domina as estepes, da margem norte do mar Negro à península da Coreia, como também demonstra o papel central que os povos nómadas desempenharam na História global.

Não é coincidência, por exemplo, que os primeiros impérios tenham surgido em regiões próximas das estepes eurasiáticas, com sociedades nómadas que foram, elas próprias, construtoras de impérios ou exerceram pressões sobre outros Estados – pressões essas que não só conduziram ao desenvolvimento de armas e armaduras e à exaltação do valor militar, como impulsionaram processos de centralização que, por sua vez, originaram instituições encarregadas de cobrar impostos, administrar a justiça e apoiar as cortes reais e o poder. Oitenta e cinco por cento dos sessenta «mega-impérios» – Estados que controlavam pelo menos um milhão de quilómetros quadrados de território – emergiram nas estepes eurasiáticas ou nas suas imediações.[6] Este dado conta uma história poderosa sobre a importância de regiões, povos e lugares que durante muito tempo foram apagados da História e que ainda hoje são frequentemente remetidos para as margens ou votados ao esquecimento. As Rotas da Seda foram centrais no passado, como o são no presente e no futuro.

Talvez não surpreendam os efeitos secundários da crescente popularidade das Rotas da Seda. Itinerários que prometem aos turistas as férias de uma vida ou mapas apelativos que mostram uma série de pontos – geralmente a ligar Xi'an, na China, a Kashgar, Samarcanda e Bucara, na Ásia Central, e a outras regiões – são pouco úteis, pois sugerem uma única rota de ligação, em vez de múltiplos percursos. Além disso, reforçam a ideia, amplamente

disseminada, de que as redes de intercâmbio tinham, ou têm, um ponto de partida e um ponto de chegada. Em muitos casos, isto contribui ainda mais para consolidar visões eurocêntricas segundo as quais as Rotas da Seda funcionavam como uma correia de transmissão de mercadorias entre a China e o Mediterrâneo – em vez de articularem diferentes partes da Ásia.

Na verdade, os conceitos modernos das Rotas da Seda surgiram no início do século XIX, resultantes do esforço de historiadores e geógrafos alemães para compreenderem as ligações entre a China, a Índia e as terras mais a ocidente na Ásia – sendo o nome um reflexo do foco na troca de têxteis, abundantemente referida em fontes escritas desde a dinastia Han até à Idade Média.^[7] Encontramos, por exemplo, relatos de caravanas oriundas do império parto – um Estado com raízes nas terras centrais da Pérsia – que chegavam à corte Han, há dois mil anos, com oferendas que incluíam «aves grandes, ovos e ilusionistas»; noutra embaixada, os enviados partos foram conduzidos até à costa da China no Pacífico e agraciados pelo imperador com presentes sumptuosos, entre os quais dinheiro e sedas – oferendas pensadas para gerar boa vontade e demonstrar os benefícios e recompensas das relações amistosas.^[8]

A descoberta de um vasto arquivo em Xuanquan, um posto militar perto da fronteira de Dunhuang, revela a passagem regular de enviados sogdianos provenientes do Ocidente para território Han – alguns ligados à diplomacia, mas muitos ao comércio. A intensidade das interações regionais era tal que documentos descobertos há um século – muitos deles recuperados de lixeiras – lançam hoje luz sobre a forma como as línguas também viajavam, a par das pessoas. Além dos textos escritos em ideogramas chineses, há documentos indianos em gāndhārī prácrito, redigidos em escrita kharoṣṭhī – uma adaptação do aramaico com origem na Síria.^[9]

Se isso nos dá uma ideia da diversidade das ligações entre zonas distantes, o mesmo acontece com as grandes quantidades de vidro romano encontradas na bacia do Tarim, no noroeste da China – e de sedas chinesas descobertas em sepulturas de Palmira datadas do século I d.C.^[10] Por essa mesma época, havia em Roma tanta gente oriunda da Pérsia e da Ásia Central como «sapateiros e tecelões», segundo um autor contemporâneo,

que observava em muitos deles o uso de turbantes e calças ao estilo oriental. Comentadores como Plínio e Apolodoro de Artemita tinham uma noção clara dos entrepostos comerciais que sustentavam a rede de trocas através da Ásia, permitindo que mercadorias da Índia e da China chegassem ao mar Cáspio e ao mar Negro, de onde prosseguiam; esses e muitos outros autores referem que quantidades consideráveis de seda chinesa já chegavam ao Mediterrâneo no século I a.C.[11]

Isto também é mencionado por Amiano Marcelino, que em meados do século IV escreveu sobre feiras comerciais anuais em Batnae, na Síria, e em Amida, na margem do rio Tigre, onde todos os anos chegavam grandes volumes de mercadorias vindas da Índia e da China. Amiano descreve ainda «uma estrada muito longa» que levava para leste, até à China, terra habitada pelo «povo da seda», os *Seres*, e cercada por «grandes muralhas», referência às célebres defesas que tantas vezes são tratadas como uma única estrutura e não como uma cadeia de fortificações.[12]

Se isso é suficiente para atribuímos a Amiano a autoria do rótulo «Rota da Seda», então importa sublinhar que o conceito de estradas permitindo a circulação de pessoas e mercadorias por toda a Ásia é central nos vastos arquivos descobertos em Dunhuang – tal como na literatura sânscrita, onde os deveres dos reis incluíam a proteção das vias e o investimento em infraestruturas. Esse conceito é igualmente central nas literaturas persa e árabe, onde muitos dos textos dos autores mais célebres – como Ibn Khurrah-dhbih, Ibn Hawqal, al-Bakrī e al-Iṣṭakhrī – partilham o mesmo título: *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik*, «Livro das Estradas e dos Reinos». Tem uma longa tradição, sobretudo nas línguas não europeias, a metáfora das estradas – não apenas como vias de deslocação, mas também como meio de transmissão de comércio, intercâmbio, história e geografia.[13]

Assim, embora a seda se tenha tornado o mais popular dos rótulos associados a estas redes, a ideia de rotas do chá, do almíscar, dos cavalos e de outros produtos tem sido central nas formas de pensar as ligações desde a Antiguidade.[14] Isso explica, naturalmente, os títulos dos capítulos deste livro, onde, entre outras, as rotas dos escravos, da prata, do trigo, do ouro e da fé revelam a complexidade das interações de povos, regiões e ecologias.

Também importa sublinhar que o fulcro da ligação das Rotas da Seda residia no coração da própria Ásia, onde atingiam o auge da sua intensidade as interações entre populações urbanas e povos das estepes, bem como entre diferentes regiões das Ásias Central, Interior, Ocidental, Oriental e Meridional.[\[15\]](#) Um exemplo dessa interação encontra-se nos murais do túmulo de Li Xian, na província de Shaanxi, que mostram a chegada de embaixadores estrangeiros à corte Tang no início do século ^{viii}; outro exemplo encontra-se nas inscrições de Kanishka, *o Grande*, encontradas em Rabatak, no Afeganistão – e oitocentos anos mais antigas –, onde o líder kushan é descrito como a figura dominante da Ásia Central e «o soberano de toda a Índia», sendo ainda referida a autoridade que conseguia estabelecer sobre importantes entrepostos comerciais como Caxer, Khotan e Pāṭaliputra.[\[16\]](#)

As imagens que melhor captam o cosmopolitismo e as ligações das Rotas da Seda são, no entanto, as célebres pinturas do «Salão dos Embaixadores», escavadas nos anos de 1960 numa casa aristocrática em Afrasiab, a antiga cidade de Samarcanda. Samarcanda era a principal cidade-Estado de Sogdiana, na Ásia Central, na Antiguidade Tardia, descrita pelo monge chinês Xuanzang – que a visitou no início do século ^{vii} – como «um grande entreposto comercial... os seus habitantes eram artesãos hábeis, inteligentes e enérgicos».[\[17\]](#)

As pinturas, executadas na altura da visita de Xuanzang, revelam um mundo confiante, próspero e com amplas ligações a outros povos e lugares. O painel da parede sul mostra Varkhuman, o soberano de Samarcanda, em peregrinação ao santuário dos seus antepassados, acompanhado de consortes, guardas, altos funcionários e sacerdotes zoroastristas. Na parede oeste, Varkhuman é representado a receber emissários de principados de Sogdiana e do Tocaristão, bem como da China Tang (transportando seda em rama e casulos), do império tibetano, da península da Coreia e das estepes eurasiáticas.[\[18\]](#)

Embora as ideias modernas sobre redes transasiáticas remontem a geógrafos alemães como Carl Ritter e, mais tarde, Ferdinand von Richthofen, o enquadramento e até o nome das Rotas da Seda não chegaram

a impor-se na Europa.[19] É certo que, entre finais do século ^{xix} e início do século ^{xx}, houve entre os estudiosos britânicos, franceses, alemães e russos um profundo interesse, frenético até, na recolha de manuscritos e antiguidades de toda a Ásia, incluindo a Ásia Central, a Índia e a China.[20] Esse interesse estava intimamente ligado àquilo a que Tim Winter chamou «uma nova era de recolha e de arqueologia internacional», num contexto de expansão territorial, cultural e intelectual europeia.[21]

Essas expedições trouxeram para as capitais europeias dezenas de milhares de documentos: só a Coleção Stein, na Biblioteca Britânica, reúne mais de 45 000 manuscritos e outros materiais redigidos numa diversidade de línguas, incluindo o chinês, o khotanês, o kucheano, o mongol, o sânscrito, o sogdiano, o tangute, o tibetano, o túrquico e o uigur. Calcula-se que mais de dezassete toneladas de manuscritos e objetos tenham sido levadas do Turquestão chinês para a Academia Prussiana e o Museu Etnográfico de Berlim, enquanto Sergei Oldenburg e Paul Pelliot constituíram importantes coleções de textos escritos e artefactos, respetivamente em Sampetersburgo e em Paris.[22]

A acumulação de materiais teve o incentivo da concorrência associada ao lendário *Grande Jogo*. Mas também foi alimentada pelo interesse no investimento em vias-férreas transcontinentais e pela perspectiva de lucros que adviriam de trocas comerciais mais rápidas e menos custosas – seguindo o modelo da expansão ferroviária na América do Norte e das fortunas que esta proporcionou a certos investidores. Não admira, por isso, que o financiamento concedido a Richthofen para explorar as regiões ocidentais e centrais da China estivesse associado à identificação de jazidas de carvão (seguindo, uma vez mais, o modelo norte-americano que ligava os campos de carvão à expansão ferroviária) e de percursos ferroviários adequados para o transporte, a longa distância, desses e de outros recursos – incluindo para a Europa.[23]

Houve um breve momento de entusiasmo com o desenvolvimento do conceito de Rotas da Seda. Esse entusiasmo foi revivido algumas décadas depois, desta vez desencadeado pela Expedição Transasiática Citroën-Haardt, de 1931, em que dois comboios de sete veículos partiram

simultaneamente de Pequim e de Paris com o objetivo de se encontrarem no noroeste da China. A expedição recebeu ampla cobertura nos meios de comunicação internacionais, sendo Marco Polo frequentemente invocado como o grande precursor das viagens de longa distância através da Ásia e da exploração do continente. O jornal *The Times* recuou ainda mais no tempo, invocando uma das figuras mais reconhecíveis e familiares da Antiguidade: «Parte [da expedição] segue a marcha de Alexandre, o Grande, até ao Indo; parte dela é a antiga rota da seda, que durante centenas de anos trouxe os tesouros da China até ao mar Mediterrâneo.»[\[24\]](#) Cinco anos depois, em 1936, o explorador sueco Sven Hedin publicou *Die Seidenstraße* [A Rota da Seda], um entusiástico relato de viagem que falava de lugares remotos e exóticos; a obra captou a imaginação do público e celebrizou Hedin na Europa e nos Estados Unidos.[\[25\]](#)

Hedin foi um dos que contribuíram para dinamizar a investigação na China, onde já vinha aumentando o interesse de académicos e arqueólogos pelas ligações chinesas ao Ocidente. Nas décadas de 1930 e 1940, as ideias em torno das Rotas da Seda foram adotadas, adaptadas e reformuladas por intelectuais como Xiang Da, que viria a tornar-se bibliotecário-chefe da Biblioteca da Universidade de Pequim; Chang Chuhong, artista que ficou conhecido como o Guardião de Dunhuang; e o arqueólogo Huang Wenbi, que desenvolveu trabalhos pioneiros na região de Xinjiang.[\[26\]](#)

Mas foram breves estes períodos de interesse pelas Rotas da Seda e, mais amplamente, pelo tema das ligações entre o Oriente e o Ocidente. Por boas razões: a partir de meados da década de 1930, a Ásia Central soviética foi-se isolando progressivamente do mundo exterior, o que fez com que os arqueólogos raramente tivessem acesso aos sítios da região. A situação agravou-se com o início da Guerra Fria, com a União Soviética a manter-se fechada, e com a ascensão de Mao na China, que ordenou o isolamento de Xinjiang como zona tampão contra a URSS, na sequência da sua rutura com Moscovo e da eliminação das «ligações históricas, étnicas, culturais, religiosas e económicas da região à Ásia Central». Era um modo de selar a China face a potenciais ameaças dos vizinhos, mas também levou ao progressivo esquecimento das ligações das Rotas da Seda; as referências às

Rotas da Seda nos meios de comunicação chineses, por exemplo, tornaram-se pouco frequentes.^[27] Como observa um historiador dos nossos dias, durante grande parte do século ^{xx} «não houve grandes descobertas que alimentassem os meios de comunicação e o interesse do público. A Rota da Seda era uma história relegada para um passado longínquo».^[28]

Os comentadores que consideram as Rotas da Seda uma formulação ocidental têm, nesse sentido, alguma razão – se estivermos dispostos a atribuir esse mérito a Amiano Marcelino, a um punhado de geógrafos alemães obscuros e a alguns viajantes intrépidos. Mas o interesse ocidental pelas Rotas da Seda, e a compreensão destas, foram fugazes e superficiais – o que significa, ironicamente, que as afirmações segundo as quais o conceito e a designação são de origem ocidental constituem, elas próprias, exemplos clássicos da insistência eurocêntrica e simplista em reclamar a autoria das ideias dominantes.

Na verdade, teve origem noutro lugar grande parte da energia dedicada ao estudo e à valorização das redes asiáticas, das ligações regionais e entre regiões distantes, das Rotas da Seda como conceito. Contrariando os indolentes pressupostos de muitos comentadores atuais – que associam as Rotas da Seda a uma visão «sinocêntrica» do mundo –, foi o Japão, ao longo de mais de um século, a força motriz por trás da ideia, da designação e da produção académica que sublinhou a importância das redes e das conexões.

Naturalmente, o Japão era, ele próprio, uma potência imperial no século ^{xix} e no início do século ^{xx} – embora marcada por inquietações quanto à reforma, à modernização e ao seu lugar num mundo em transformação. Os estudiosos japoneses também tinham começado a interessar-se pelas histórias de outras regiões e povos, com Ōtani Kozui a liderar expedições à China, à Índia e a outras partes da Ásia.^[29] Em causa não estava apenas a recolha de manuscritos e artefactos, mas também a construção de uma narrativa que colocasse o Japão em contextos históricos, culturais e geográficos mais amplos.

Ironicamente, o desejo de ligar o Japão a outras partes da Ásia era uma reacção a alegações, implícitas e explícitas, de superioridade das culturas

ocidentais em geral, bem como uma reação ao ênfase excessivo colocado nas contribuições europeias para a cultura asiática – algo que já vinha a ser duramente criticado, no início do século xx, por acadêmicos como Paul Pelliot e Okakura Kakuzō.[\[30\]](#) A reação à guerra russo-japonesa de 1904-1905 constituiu também um incentivo poderoso à procura de uma narrativa que estabelecesse, não apenas no Japão mas em muitos outros lugares da Ásia, a linhagem das culturas asiáticas e a sua relevância intelectual, cultural e espiritual.[\[31\]](#)

Deste modo, uma das áreas de interesse passou a ser a ascensão do budismo e a sua difusão através das Rotas da Seda – sendo a religião encarada como forma de demonstrar experiências, atitudes e influências partilhadas, bem como elementos culturais. Mais a ocidente, também se faziam ouvir vozes em busca de impulsos semelhantes para a unidade islâmica e para a modernização dos povos muçulmanos – vozes que, da mesma forma, visavam narrativas não ocidentais que destacassem antigas ligações, proezas e épocas áureas, tudo isto abafado pelos relatos triunfais da civilização ocidental.[\[32\]](#)

As ideias pan-asiáticas ganharam força entre intelectuais de toda a Ásia, acentuadas pela legislação antiasiática dos Estados Unidos sobre imigração, no início do século xx, pela Primeira Guerra Mundial e pelo surgimento de movimentos de libertação nacional – movimentos estes que, na Índia, foram particularmente marcados pelo pensamento japonês.[\[33\]](#) Pensadores em todo o continente viam nos passados comuns um contraponto ao predomínio das versões ocidentais da História, mas também os modos como as potências ocidentais haviam recorrido à sua força política, militar e económica para construir posições monopolistas e ameaçadoras nos territórios das grandes potências do passado – e, nalguns casos, para os colonizar inteiramente.[\[34\]](#) O pan-asianismo teve uma profunda influência, não apenas no Japão e na China, mas também na Índia e até na Turquia, onde conceitos de um continente unido, livre da influência ocidental e capaz de recuperar as glórias do passado, encontraram terreno fértil. Tudo isto ajudou a dinamizar o interesse pela ideia das Rotas da Seda.[\[35\]](#)

Depois da Segunda Guerra Mundial, e com a consolidação da Guerra Fria, aumentaram exponencialmente as exigências locais de um maior reconhecimento e de valorização das culturas asiáticas. Realizada na Indonésia em 1955, a Conferência de Bandung ofereceu uma oportunidade aos países asiáticos e africanos – na maioria recém-independentes – para testemunharem o longo silenciamento das suas vozes e exprimirem o desejo de maior compreensão e maior cooperação económica e cultural entre a Ásia e a África.[\[36\]](#)

Uma das respostas foi o lançamento, em 1957, do Projeto Principal da UNESCO sobre o Reconhecimento Mútuo dos Valores Culturais do Oriente e do Ocidente. Mas, uma vez mais, foi no Japão que a ideia das Rotas da Seda encontrou os mais entusiásticos defensores. Nesse mesmo ano, a Comissão Nacional Japonesa para a UNESCO organizou um Simpósio Internacional sobre a História dos Contactos Culturais entre Oriente e Ocidente – expressão que, na prática, costumava designar as ligações através da Ásia, do Japão, a leste, à Turquia, a oeste. Além das frequentes referências às Rotas da Seda, o documento informativo identificava três vetores principais de conexões na Ásia: uma rota das estepes, uma rota dos oásis e uma rota marítima – ideias que ainda hoje ressoam no pensamento dos estudiosos das Rotas da Seda.[\[37\]](#)

No início da década de 1960, as Rotas da Seda estavam plenamente consolidadas, não apenas no imaginário coletivo japonês, mas também na apresentação do Japão ao mundo como parte de um conjunto de nações com passados comuns. Em 1962, por exemplo, a Japan Air Lines lançou uma campanha publicitária que convidava os passageiros a «voarem na nova Rota da Seda da JAL», referindo-se a rotas que ligavam Tóquio a Banguécoque, Karachi, Koweit e Europa. Dois anos depois, a tocha dos Jogos Olímpicos de Tóquio de 1964 foi transportada do monte Olimpo a Atenas e, daí, a Istambul, Beirute, Teerão, Lahore, Nova Deli, Calcutá, Rangum, Banguécoque, Kuala Lumpur, Manila, Hong Kong e Taipé – num percurso oficialmente designado como «estafeta internacional pela Rota da Seda meridional».[\[38\]](#)

Nas décadas seguintes, o Japão viria a assumir repetidamente o papel de principal doador, financiador de destaque ou anfitrião de conferências internacionais, grandes exposições e iniciativas de investigação centradas na importância das Rotas da Seda desde a Antiguidade. Em 1988, por exemplo, além de financiar o projeto da UNESCO *Rotas da Seda: Rotas de Diálogo* (juntamente com Omã, Coreia e França), o Japão acolheu «A Grande Exposição das Civilizações da Rota da Seda», em Nara – uma extravagância orçamentada em 83 milhões de dólares, que apresentava conexões familiares como as «Rotas dos Oásis e das Estepes», por um lado, e, por outro, a «Rota Marítima» e a «Rota da Arte Budista».[39]

Por esta altura, outras instituições de relevo já se haviam apercebido de que aumentava o interesse por conexões há muito esquecidas. Por exemplo, uma importante exposição no Museu Metropolitano de Arte de Nova Iorque, realizada em 1982 e intitulada «Pelas Antigas Rotas da Seda: Arte da Ásia Central dos Museus Estatais de Berlim Ocidental», baseava-se em materiais recolhidos na viragem do século. Outra, no ano seguinte, «A Rota da Seda e a Via do Diamante», fora inicialmente apresentada na Frederick S. Wight Art Gallery da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, antes de ser transferida para o Museu Metropolitano. Esta segunda exposição centrou-se no papel do budismo, enfatizando que a «via do diamante», responsável pela difusão do budismo, de formas culturais e de conhecimento da Índia para a Ásia Central e a China, não era um simples corolário das Rotas da Seda, mas uma parte fundamental das mesmas.[40]

Os esforços para centrar a atenção nas Rotas da Seda ganharam novo ímpeto após o fim da Guerra Fria, quando, como afirmou Richard Kennedy – curador do festival «A Rota da Seda: Conectando Culturas, Criando Confiança», realizado em 2002 no Smithsonian, em Washington DC –, «a abertura da China e o colapso da União Soviética permitiram que investigadores, empresários e viajantes pudessem visitar uma vasta região pouco conhecida dos ocidentais ao longo dos últimos cem anos».[41]

Outros também reconheceram que dar ênfase às conexões do passado podia ser útil num mundo em transformação. Por exemplo, a *Aramco World*, revista interna da maior empresa petrolífera do mundo, apresentou

aos seus leitores os «Mares de Sindbad» e a obra clássica *As Mil e Uma Noites*, a compilação medieval de relatos que demonstra, com mais clareza do que quase qualquer outro texto, as culturas cosmopolitas, a vastidão de horizontes e a natureza das trocas de há um milénio.^[42] Mais recentemente, vários lembretes importantes vinculam que as ideias em torno das Rotas da Seda não são impostas do exterior, mas sim adotadas, moldadas e interpretadas de formas diversas por regiões que se veem como parte central do passado, do presente e do futuro das Rotas da Seda: galerias dedicadas às Rotas da Seda no novo Louvre de Abu Dhabi; comunicados de imprensa do aiatola Ali Khamenei sobre a importância das Rotas da Seda na História do Irão; livros do (então) presidente Berdimuhamedow («Turquemenistão – Coração da Grande Rota da Seda» seria a tradução de um deles); uma proposta de visto para a Rota da Seda com o objetivo de facilitar o turismo na Ásia Central; o salão VIP Rota da Seda de chegadas e partidas (no aeroporto Colombo, no Sri Lanka); e exposições como «O Património de Gandhara na Rota da Seda», organizada pelo Departamento de Arqueologia e Museus da Divisão de Património Nacional e Cultura do Paquistão.

A relevância histórica, cultural e turística das Rotas da Seda não é a única razão para o crescente interesse por estas redes. Como exemplo, há mais de trinta anos, numa visita à Ásia Central em 1994, o primeiro-ministro chinês Li Peng comentou que os laços tradicionais da China com a região haviam sido «cortados pela Rússia e pelo domínio da URSS na região» e que «uma Nova Rota da Seda» ajudaria a restabelecer conexões perdidas.^[43] Três anos depois, foi proposta ao Congresso dos Estados Unidos uma Lei de Estratégia para a Rota da Seda: como se lia no preâmbulo, «a antiga Rota da Seda, outrora o eixo económico vital da Ásia Central e do sul do Cáucaso, atravessava grande parte do território que hoje pertence a países como Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão». Embora o projeto de lei não tivesse sido aprovado, foi significativa a descrição desta região como «vulnerável a pressões políticas e económicas vindas do sul, do norte e do leste» – ou seja, do Irão, da Rússia e da China. Nesse sentido, o desenvolvimento de

«fortes laços políticos, económicos e de segurança» serviria para promover a estabilidade, reforçar a democracia, apoiar o primado da lei – e salvaguardar os interesses estratégicos e nacionais dos Estados Unidos.^[44]

Ao longo da década seguinte, vozes influentes apoiaram vigorosamente o incentivo e o investimento dos Estados Unidos no que o meu colega Fred Starr chamou «novas Rotas da Seda» num livro baseado numa conferência sobre a Ásia Central e territórios adjacentes (realizada em Cabul em 2006). Estas redes, escreveu ele, teriam um potencial enorme para todo o continente eurasiático. Havia grandes oportunidades entre os escombros do colapso da União Soviética, apesar dos desafios colocados por países como o Irão, o Iraque e o Afeganistão, pelo conflito entre a Índia e o Paquistão relativamente a Caxemira, por outras tensões regionais. «Pela primeira vez em séculos», escreveu Starr, «as novas Rotas da Seda que atravessam o continente eurasiático estão na vanguarda da mudança – e não são vítimas dela.» Como ele e os restantes autores notaram, o degelo da calota polar poderia um dia ter impacto no ressurgimento destas conexões, abrindo rotas concorrentes mais curtas, rápidas e económicas. Mas a reativação dos vínculos do passado devia ocorrer, sem dúvida, no presente.^[45]

O paradigma foi vigorosamente exposto por Hillary Clinton em 2011, num discurso em Chennai, na Índia, onde a secretária de Estado delineou de que forma o passado poderia ajudar a moldar o presente e o futuro. Clinton recordou aos ouvintes que «historicamente, as nações da Ásia Central e da Ásia Meridional estavam ligadas entre si e ao resto do continente por uma vasta rede comercial conhecida como a Rota da Seda. Os mercadores indianos costumavam comercializar especiarias, pedras preciosas e têxteis, juntamente com ideias e cultura, desde a Grande Muralha da China até às margens do Bósforo». Era tempo, instou ela, de «trabalharmos juntos para criar uma nova Rota da Seda», que descreveu como «uma teia e rede internacional de ligações económicas e de trânsito. Isso implica construir mais linhas ferroviárias, autoestradas, infraestruturas energéticas [...] modernizar as instalações nos postos fronteiriços [...] eliminar os entraves burocráticos e outros obstáculos ao livre fluxo de bens e pessoas [...] e pôr

de parte as políticas comerciais ultrapassadas». Era, nem mais nem menos, «uma visão para o século ^{XXI}». [\[46\]](#)

Discursos como estes podem ter traçado perspectivas, mas acompanhavam-se de escassos pormenores e ainda menos ação – para não falarmos de financiamento. Foi bem diferente quando Xi Jinping anunciou, em Astana, no Cazaquistão, em setembro de 2013, aquilo que viria a ser conhecido como a Iniciativa Cinturão e Rota. Os povos que habitam a região que liga o Oriente ao Ocidente, declarou o líder chinês, conseguiram coexistir, cooperar e prosperar ao longo dos milénios, apesar das «diferenças de raça, crença e origem cultural». «É uma prioridade da política externa», prosseguiu, «a China desenvolver relações amigáveis e de cooperação com os países da Ásia Central». [\[47\]](#) Pequim passou então das palavras aos atos, obtendo acordos com mais de 150 países, investindo cerca de 1 bilião de dólares desde o discurso histórico de Xi – e gerando alarme nos Estados Unidos e noutros pontos do globo, onde o envolvimento da China tem sido amplamente interpretado como sinal de ambição crescente e de ameaça económica, política e militar.

Muito aconteceu nos anos seguintes, como explica o novo Epílogo deste livro. Isso é verdade tanto no que se refere à geopolítica global, em geral, como no que se refere à Eurásia e às Rotas da Seda, em particular. É igualmente verdade no domínio dos estudos históricos, que, em muitos lugares, se começou a seguir a tendência crescente de os líderes nacionais imporem narrativas nacionais – frequentemente exclusivistas no que toca à etnia, à religião ou à cultura. A ênfase no papel que um povo ou um Estado desempenharam na difusão da paz, da prosperidade, da cultura ou do conhecimento pode tornar-se uma leitura desconfortável. O ensaio de Vladimir Putin «Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucrrianos», é um desses exemplos; outro é, na Índia, a remoção dos muçulmanos mogóis dos manuais de História e dos nomes das ruas, bem como a proposta de demolição dos seus locais de repouso; e outro ainda é o papel desempenhado pelos censores oficiais na China, que garantem que os leitores contactem apenas com uma versão do passado conforme aos

desígnios dos dirigentes do Partido Comunista – e não com aquela que mais fielmente reflete a História.

Eis a razão para o paradigma das Rotas da Seda ser tão importante. O foco nas permutas não significa que a História seja feita de cooperação amigável – como muitos episódios deste livro deixam bem claro. As viagens e o comércio podem dar origem a uma concorrência feroz, guerras e sofrimento. Do mesmo modo, as redes podem propagar pandemias e doenças catastróficas a par da difusão de ideias e bens. Mas é útil, creio eu, encarar o passado como um conjunto de regiões, geografias e povos interligados – com diferentes tipos de sociedades, modos de vida e culturas – e examinar as suas interações. Foi isso que procurei fazer ao iniciar a escrita deste livro, há já muitos anos. Fico profundamente satisfeito por saber que os seus temas ressoaram junto dos leitores. Espero que aqueles que lerem o livro pela primeira vez (e também os que regressarem para uma segunda leitura) se sintam inspirados a olhar o mundo, as conexões – e a História – de formas novas e entusiasmantes.

Oxford, maio de 2025

Notas

- [1] L. Tan *et al.*, «Megadrought and Cultural Exchange along the Proto-Silk Road», *Science Bulletin* 66 (2021), 603-11; H. Wang *et al.*, «Climate Change Drove the Route Shift of the Ancient Silk Road in Two Distinct Ways», *Science Bulletin* 69 (2024), 1153-60.
- [2] R. Spengler *et al.*, «Early Agriculture and Crop Transmission among Bronze Age Mobile Pastoralists of Central Eurasia», *Proceedings of the Royal Society B* 281 (2014), 1-7; R. Spengler *et al.*, «A Journey to the West: The Ancient Dispersal of Rice Out of East Asia», *Rice* 14 (2021), 1-18; H.-Y. Yeh, «Early Evidence for Travel with Infectious Diseases along the Silk Road: Intestinal Parasites from 2000 Year-Old Personal Hygiene Sticks in a Latrine at Xuanquanzhi Relay Station in China», *Journal of Archaeological Science: Reports* 9 (2016), 758-64.
- [3] H. Gittos, «Sutton Hoo and Syria: The Anglo-Saxons Who Served in the Byzantine Army?», *English Historical Review* 139 (2024), 1-36.
- [4] M. Flückiger, M. Larch, M. Ludwig e L. Pascali, «The Dawn of Civilization: Metal Trade and the Rise of Hierarchy», *CESifo Working Paper* 10929.
- [5] P. Dupuy, R. Spengler e M. Franchetti, «Eurasian Textiles: Case Studies in Exchange during the Incipient and Later Silk Road Periods», *Quaternary International* 468 (2018), 228-39.
- [6] W. Scheidel, «The Scale of Empire: Territory, Population, Distribution», in P. Bang (ed.), *Oxford World History of Empire* (2021), pp. 91-110; P. Turchin, «A Theory for Formation of Large Empires», *Journal of Global History* 4 (2009), 191-217.
- [7] M. Mertens, «Did Richthofen Really Coin “the Silk Road”?», *Silk Road* 17 (2019), 1-9.
- [8] D. Graf, «The Silk Road between Syria and China», in A. Wilson e A. Bowman (eds.), *Trade, Commerce, and the State in the Roman World* (Oxford, 2017), pp. 454-5.
- [9] *Ibid.*, pp. 467-8.
- [10] Q. Li, «Chemical Composition Analyses of Early Glasses of Different Historical Periods Found in Xinjiang, China», in R. Brill, G. Gan e S. Tian (eds.), *Ancient Glass Research along the Silk Road* (Hackensack, NJ, 2009), pp. 331-55; L. von Falkenhausen, «Die Seiden mit chinesischen Inscrien», in A. Schmidt-Colinet, A. Stauer e K. Al-As’ad (eds.), *Die Textilien aus Palmyra: Neue und Alte Funde* (Mogúncia, 2000), pp. 58-81. Ver também T. Thomas, «Perspective on the Wide World of Luxury in Late Antiquity: Silk and Other Exotic Textiles Found in Syria and Egypt», in B. Hildebrandt (ed.), *Silk: Trade and Exchange along the Silk Roads between Rome and China in Antiquity* (Oxford, 2017), pp. 93-131.
- [11] Graf, «The Silk Road between Syria and China», p. 444.
- [12] Amiano Marcelino, 14.3.3; 18.8.13 (feiras); 23.6.60 (estrada); 30.6.64 (muralhas); 16.3.3 (ou 14.3.3).
- [13] V. Hansen, *The Silk Road: A New History with Documents* (Oxford, 2017).

- [14] S. Whitfield, *Silk Roads: Peoples, Cultures, Landscapes* (Londres, 2019), p. 15.
- [15] D. Christian, «Silk Roads or Steppe Roads? The Silk Roads in World History», *Journal of World History* 11 (2000), 1-26; T. Larson Høisæter, «Trade, Buddhism, and the Kushan Connection: Exchange across the Pamir Knot and the Making of the Silk Roads, 2nd Century BCE to 5th Century CE», in *Oxford Research Encyclopedia of Asian History* (Oxford, 2023).
- [16] N. Sims-Williams e J. Cribb, «A New Bactrian Inscription of Kanishka the Great», *Silk Road Art and Archaeology* 4 (1996), 75-142; H. Falk, «The Yuga of Sphujiddhvaja and the Era of the Kuṣāṇas», *Silk Road Art and Archaeology* 7 (2001), 121-36; N. Sims-Williams, «The Bactrian Inscription of Rabatak: A New Reading», *Bulletin of the Asia Institute* 18 (2004), 53-68.
- [17] S. Brunning, Y.-P. Luk, E. O'Connell e T. Williams, *Silk Roads* (Londres, 2024), p. 108.
- [18] *Ibid.*, pp. 108-13.
- [19] Mertens, «Did Richthofen Really Coin “the Silk Road”?», 3-7.
- [20] S. Marchand, *German Orientalism in the Age of Empire: Religion, Race, and Scholarship* (Cambridge, 2010), p. 424.
- [21] T. Winter, *Geocultural Power: China's Quest to Revive the Silk Roads for the Twenty-First Century* (Chicago, 2019), p. 48.
- [22] T. Winter, *The Silk Road: Connecting Histories and Futures* (Nova Iorque, 2022), pp. 34-46.
- [23] T. Chin, «The Invention of the Silk Road, 1877», *Critical Inquiry* 40 (2013), 194-219.
- [24] Winter, *Silk Road*, p. 72.
- [25] S. Hedin, *The Silk Road* (Londres, 1938) [ed. orig. *Die Seidenstraße*, 1936].
- [26] J. Jacobs. «Confronting Indiana Jones: Chinese Nationalism, Historical Imperialism, and the Criminalization of Aurel Stein and the Raiders of Dunhuang, 1899–1944», in S. Cochran e P. Pickowicz (eds.), *China on the Margins* (Ithaca, Nova Iorque, 2010), pp. 65-90.
- [27] M. Clarke, *Xinjiang and China's Rise in Central Asia – A History* (Londres, 2011), p. 7; Winter, *Geocultural Power*, p. 69.
- [28] Winter, *Silk Road*, p. 81.
- [29] *Ibid.*, pp. 54-6; I. Galambos, «Japanese Exploration of Central Asia: The Ōtani Expeditions and their British Connections», *Bulletin of SOAS* 75 (2012), 113-34; I. Galambos, «Buddhist Relics from the Western Regions: Japanese Archaeological Exploration of Central Asia», in N. Green (ed.), *Writing Travel in Central Asian History* (Bloomington, IN, 2014), pp. 152-69.
- [30] Winter, *Silk Road*, p. 40; C. Kost, «“Yours Ever So Sincerely”: Albert von le Coq Seen through his Correspondence with Aurel Stein», in H. Wang (ed.), *Sir Aurel Stein, Colleagues and Collections* (Londres, 2012), pp. 1-9; A. von le Coq, *Auf Hellas Spuren in Ost-Turkistan: Berichte und Abhandlungen der II. und III. Deutschen Turfan-Expedition* (Leipzig, 1926); A. von le Coq, «Die Brücke zwischen dem Hellenismus und dem Chinesentum», *Velhagen und Clasing Monatshefte* 38 (1924), 400-21.
- [31] C. Aydin, *The Politics of Anti-Westernism in Asia: Visions of World Order in Pan-Islamic and Pan-Asian Thought* (Nova Iorque, 2007), pp. 71-93.
- [32] *Ibid.*, pp. 127 segs.
- [33] E. Hotta, *Pan-Asianism and Japan's War 1931–1945* (Nova Iorque, 2007); C. Stolte, «“Enough of the Great Napoleons!” Raja Mahendra Pratap's Pan-Asian Projects (1929–1939)», *Modern Asian Studies* 46 (2012), 403-23.
- [34] T. Weber, «Pan-Asianism», in I. Ness e Z. Cope (eds.), *The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism* (Basingstoke, 2016), pp. 1-11; Aydin, *The Politics of Anti-Westernism in Asia*, pp. 39 segs.

- [35] Winter, *Geocultural Power*, pp. 53-4.
- [36] S. Singh, «From Delhi to Bandung: Nehru, “Indian-ness” and “Pan-Asianness”», *South Asia: Journal of South Asia Studies* 34 (2011), 51-64.
- [37] Winter, *Geocultural Power*, pp. 70-6; H. Matsuda, «General Survey: The Development of Researches in the History of the Intercourse between East and West in Japan», in Comissão Nacional Japonesa para a UNESCO, *Research in Japan in History of Eastern and Western Cultural Contacts: Its Development and Present Situation* (Tóquio, 1957), pp. 1-18.
- [38] Winter, *Silk Road*, pp. 107-9.
- [39] Winter, *Geocultural Power*, p. 71.
- [40] H. Härtel e M. Yaldiz, *Along the Ancient Silk Routes: Central Asian Art from the West Berlin State Museums: An Exhibition Lent by the Museum für Indische Kunst, Staatliche Museen Preussischer Kulturbesitz, Berlin* (Nova Iorque, 1982); D. Klimburg-Salter, *The Silk Route and the Diamond Path: Esoteric Buddhist Art on the Trans-Himalayan Trade Routes* (Los Angeles, 1982).
- [41] Winter, *Geocultural Power*, pp. 76-7.
- [42] Paul Lunde, «The Seas of Sindbad», *Aramco World* 56.4 (julho/agosto 2005), 20-9.
- [43] Li Peng, «China’s Basic Policy toward Central Asia», *Beijing Review* 37 (1994), 18-19; N. Kuhrt, *Russian Policy towards China and Japan: The El’tsin and Putin Periods* (Abingdon, 2007), p. 51.
- [44] Congresso dos EUA, Lei de 1997 da Estratégia para as Rotas de Seda.
- [45] S. Frederick Starr, *The New Silk Roads: Transport and Trade in Greater Central Asia* (Washington DC, 2007), pp. 5-31.
- [46] Departamento de Estado dos EUA, «Remarks on India and the United States: A Vision for the 21st Century», 20 de julho de 2011; P. Frankopan, *The New Silk Roads: The Present and Future of the World* (Londres, 2018), p. 91.
- [47] Discurso de Xi Jinping, «Promover a Amizade entre os Povos e Criar um Futuro Melhor», Xinhua, 7 de setembro de 2013.

Nota sobre a transliteração

Os historiadores tendem a sentir-se ansiosos com a questão da transliteração. Num livro como este, que recorre a fontes primárias escritas em diferentes línguas, não é possível manter uma regra consistente sobre nomes próprios. Por preferência pessoal, uso Genghis Khan, Trotsky, Gaddafi e Teerão, ainda que outras grafias pudessem ser mais corretas. Lugares cujos nomes foram alterados representam uma dificuldade acrescida. Refiro-me à grande cidade na margem do Bósforo como Constantinopla até ao final da Primeira Guerra Mundial, altura em que mudou para Istambul; falo na Pérsia até ao momento em que o país alterou formalmente o nome para Irão, em 1935. Peço ao leitor que exige-consistência que seja indulgente.

Prefácio

Em criança, uma das coisas que mais prezava entre as minhas posses era um grande mapa do mundo. Estava colado na parede junto à minha cama, e todas as noites, antes de adormecer, ficava a observá-lo. Não levei muito tempo a memorizar os nomes e localizações de todos os países, anotando as suas capitais, bem como os oceanos, os mares e os rios que desaguavam naqueles; os nomes das grandes cadeias montanhosas e dos desertos, escritos com itálicos incisivos, prometiam perigo e aventura.

Ao chegar a adolescente, senti um certo desconforto com o foco implacavelmente restrito das minhas aulas na escola, que se concentravam apenas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, deixando grande parte do mundo intocada. Aprendíamos sobre os romanos na Grã-Bretanha; sobre a conquista normanda de 1066; sobre Henrique VIII e os Tudor; a Guerra da Independência Americana; a industrialização vitoriana; a batalha do Somme; a ascensão e a queda da Alemanha nazi. Olhava para o meu mapa e via que vastas regiões do mundo tinham sido remetidas ao silêncio.

Quando fiz 14 anos, os meus pais ofereceram-me um livro do antropólogo Eric Wolf, que realmente ateou o incêndio. A história mais divulgada e preguiçosa da civilização, escrevia Wolf, diz que «a Grécia Antiga gerou Roma, Roma gerou a Europa Cristã, a Europa Cristã gerou o Renascimento, o Renascimento gerou o Iluminismo, o Iluminismo gerou a democracia política e a Revolução Industrial. O cruzamento da indústria com a democracia, por sua vez, gerou os Estados Unidos, dando corpo aos direitos à vida, à liberdade e à busca da felicidade».[1] Reconheci de imediato que esta era a História que me contavam: o mantra do triunfo

político, cultural e moral do Ocidente. Mas este relato tinha falhas; havia modos alternativos de olhar para a História – modos que não passavam por olhar para o passado na perspectiva dos vencedores da história recente.

O livro conquistou-me. Era subitamente óbvio que as regiões que não eram ensinadas se haviam perdido, sufocadas pela história repetitiva da ascensão da Europa. Pedi insistentemente ao meu pai que me levasse a ver o mapa-múndi de Hereford, que punha o foco e o centro em Jerusalém, com Inglaterra e outros países europeus empurrados para um lado, como irrelevâncias. Quando li acerca dos geógrafos árabes, cujas obras eram acompanhadas por mapas que pareciam virados ao contrário e que punham o mar Cáspio no seu centro, fiquei siderado – o mesmo aconteceu quando descobri um importante mapa turco medieval em Istambul que tinha no seu centro uma cidade chamada Balāsāghūn, de que nunca sequer tinha ouvido falar, que não aparecia em nenhum mapa, cuja localização era incerta até recentemente, e que, no entanto, em tempos, foi considerada o centro do mundo.[\[2\]](#)

Queria saber mais sobre a Rússia e a Ásia Central, sobre a Pérsia e a Mesopotâmia. Queria compreender as origens do cristianismo do ponto de vista asiático; e queria saber como os cruzados viam aqueles que viviam nas grandes cidades da Idade Média – Constantinopla, Jerusalém, Bagdade e Cairo, por exemplo; queria aprender sobre os grandes impérios do Oriente, sobre os mongóis e as suas conquistas; e perceber de que modo duas guerras mundiais eram vistas não da Flandres ou da frente oriental, mas do Afeganistão e da Índia.

Foi, assim, um extraordinário golpe de sorte ter podido aprender russo na escola, ensinado por Dick Haddon, um homem brilhante que havia trabalhado nos Serviços de Informação da Marinha e que acreditava que a forma de compreender a língua russa e a *dusha*, ou alma, era através da literatura e da música dos camponeses. Tive ainda mais sorte quando se dispôs a dar aulas de árabe a quem estivesse interessado, tendo levado cerca de meia dúzia de alunos a descobrir a cultura e a história islâmicas, fazendo-nos imergir na beleza do árabe clássico. Estas línguas ajudaram a

desvendar um mundo à espera de ser descoberto, ou, como depressa me apercebi, à espera de ser redescoberto por nós, ocidentais.

Hoje, presta-se muita atenção à avaliação do provável impacto do rápido crescimento económico da China, onde se prevê que a procura de artigos de luxo quadruplique na próxima década, ou à consideração da mudança social na Índia, onde mais pessoas têm acesso a um telemóvel do que a uma casa de banho com água corrente.[3] Mas nem um fator nem outro providenciam a melhor perspetiva para julgar o passado e o presente do mundo. Com efeito, ao longo de milénios, o eixo em torno do qual o globo girava era constituído pela região que está entre Oriente e Ocidente, ligando a Europa ao oceano Pacífico.

O ponto mediano entre Oriente e Ocidente, que se estende, em traços largos, das costas orientais do Mediterrâneo ao mar Negro e aos Himalaias, pode parecer uma posição pouco promissora para se ter uma visão do mundo. Atualmente, esta região alberga Estados que evocam o exótico e o periférico, como o Cazaquistão e o Uzbequistão, o Quirguistão e o Turquemenistão, o Tajiquistão e os países do Cáucaso; é uma região associada a regimes instáveis, violentos e que constituem uma ameaça à segurança internacional, como o Afeganistão, o Irão, o Iraque e a Síria, ou pouco versados nas melhores práticas da democracia, como a Rússia e o Azerbaijão. De um modo geral, parece ser uma região que alberga uma série de Estados falhados ou prestes a falhar, dirigidos por ditadores que vencem com maiorias impossíveis nas eleições nacionais e cujos amigos e famílias controlam grandes negócios, dispõem de vasta riqueza e detêm poder político. São lugares com poucos méritos quanto a direitos humanos, onde a liberdade de expressão em questões de fé, consciência e sexualidade é limitada e em que os *media* são controlados de modo a determinar o que sai ou não na imprensa.[4]

Embora estes países nos possam parecer selvagens, não são lugares estagnados nem baldios obscuros. Com efeito, a ponte entre Oriente e Ocidente constitui a própria encruzilhada da civilização. Longe de estarem à margem dos assuntos globais, estes países estão no seu centro – como têm

estado desde os primórdios da História. Foi aqui que a civilização nasceu e onde muitos acreditaram que se criou a Humanidade – no Jardim do Éden, «plantado pelo Senhor Deus» com «todas as árvores que são boas para ver e para comer», o qual foi amplamente considerado localizar-se nos campos férteis entre o Tigre e o Eufrates.[5]

Foi nesta ponte entre Oriente e Ocidente que grandes metrópoles se estabeleceram há cerca de cinco mil anos, onde as cidades de Harappa e Mohenjo-Daro, no Vale do Indo, eram tidas como maravilhas do mundo antigo, com populações na ordem das dezenas de milhares e ruas ligadas a um sofisticado sistema de esgotos, que a Europa só viria a ter milénios mais tarde.[6] Outros grandes centros civilizacionais, como Babilónia, Nínive, Uruk e Acádia, na Mesopotâmia, eram famosos pela sua grandeza e inovação arquitetónica. Um geógrafo chinês, que escreveu há mais de dois milénios, notou que os habitantes da Bactria, na margem do rio Oxus e agora localizada no norte do Afeganistão, eram negociantes e mercadores lendários; na capital, encontrava-se um mercado onde se comprava e vendia uma vasta gama de produtos, transportados de todos os pontos do mundo. [7]

As grandes religiões do mundo nasceram nesta região, onde judaísmo, cristianismo, islão, budismo e hinduísmo se entrecruzaram. Foi esse o cadinho no qual as famílias linguísticas competiram entre si, onde as línguas indo-europeias, semíticas e sino-tibetanas acompanhavam os falantes de altaico, turcomano e caucasiano. Foi aqui que grandes impérios nasceram e caíram, onde os efeitos de disputas entre culturas rivais se sentiam a milhares de quilómetros de distância. Esta posição geográfica abria novas perspetivas do passado e mostrava um mundo profundamente interligado, onde o que acontecia num continente tinha impacto num outro, onde as ondas de choque do que acontecia nas estepes da Ásia Central se sentiam no Norte de África, onde os eventos ocorridos em Bagdade ressoavam na Escandinávia, onde as descobertas nas Américas alteravam os preços dos bens na China e levavam a um aumento da procura nos mercados de cavalos no norte da Índia.

Estes abalos eram transmitidos por uma rede que se espalhava em todas as direções, rotas percorridas por peregrinos e guerreiros, nómadas e mercadores, onde se compravam e vendiam bens, onde se trocavam, adaptavam e refinavam ideias. Estas rotas transportavam não só a prosperidade, mas também a morte e a violência, a doença e o desastre. No final do século XIX, o eminente geólogo Ferdinand von Richthofen (tio do ás da aviação da Primeira Guerra Mundial, o «Barão Vermelho») deu um nome, que perdura até hoje, a esta crescente rede de interligações: *Seidenstraßen* – as Rotas da Seda.[8]

Estas rotas funcionam como o sistema nervoso central do mundo, ligando povos e lugares, mas estão sob a pele, invisíveis a olho nu. Assim como a anatomia explica o funcionamento do corpo, compreender estas ligações permite-nos perceber o funcionamento do mundo. E, no entanto, apesar da sua importância, esta parte do mundo tem sido esquecida pela historiografia dominante. Em parte, isso deve-se ao que se convencionou chamar «orientalismo» – uma visão estridente e maioritariamente negativa do Oriente como uma região inferior e subdesenvolvida por comparação com o Ocidente, que, por essa razão, não merece um estudo sério.[9] Mas também se deve ao facto de a narrativa do passado se ter tornado de tal modo dominante que não há aí lugar para uma região que há muito tem sido vista como periférica para a história da ascensão da Europa e da sociedade ocidental.

Hoje, Jalalabad e Herat, no Afeganistão, Fallujah e Mossul, no Iraque, ou Homs e Aleppo, na Síria, parecem sinónimos de fundamentalismo religioso e violência sectária. O presente branqueou o passado: longe vão os tempos em que o nome Cabul conjurava imagens de jardins plantados e cuidados pelo grande Bābur, fundador do Império Mogol, na Índia. O Bāgh-i-Wafa («Jardim da Fidelidade») incluía uma piscina rodeada de laranjeiras e romãzeiras e um prado de trevos – de que Bābur tinha grande orgulho: «Esta é a melhor parte do jardim, uma visão belíssima quando as laranjas ganham cor. Na verdade, o jardim tem uma localização admirável!»[10]

Do mesmo modo, as impressões atuais sobre o Irão obscureceram as glórias da sua história mais distante, quando a Pérsia, sua predecessora, era

sinónimo de bom gosto em tudo, da fruta servida ao jantar às espantosas iluminuras produzidas pelos seus lendários artistas ao papel em que os eruditos escreviam. Uma bela e interessante obra, escrita por Simi Nīshāpūrī, bibliotecário de Mashad, no leste do Irão, por volta de 1400, regista com cuidado pormenor o conselho de um bibliófilo que partilhou a sua paixão. Quem quiser escrever, aconselha solenemente, deverá saber que o melhor papel para a caligrafia se produz em Damasco, Bagdade ou Samarcanda. O papel de outros lugares é, «regra geral, grosseiro, poroso e impermanente». De lembrar, avisa, que convém dar uma aguada prévia ao papel antes de o escrever com tinta, «porque o branco fere os olhos, e as melhores amostras de caligrafia que têm sido observadas foram todas feitas em papel ligeiramente tintado».[11]

Localidades cujos nomes já foram praticamente esquecidos eram, em tempos, dominantes, tal como Merv, descrita por um geógrafo do século x como «uma cidade deliciosa, fina, elegante, brilhante, extensa e agradável» e «a mãe do mundo»; ou Rayy, não muito longe da atual Teerão, que a outro escritor da mesma época parecia tão gloriosa que merecia ser considerada «o noivo da Terra» e a «criação mais bela do mundo».[12] Pontuando a extensão da Ásia, estas cidades eram como um fio de pérolas que ligava o Pacífico ao Mediterrâneo.

Os centros urbanos instigavam-se mutuamente, e a rivalidade entre soberanos e elites dava azo a uma arquitetura cada vez mais ambiciosa e a monumentos espetaculares. Bibliotecas, locais de culto, igrejas e observatórios de grande escala e influência cultural pontuavam a região, ligando Constantinopla a Damasco, Isfahan, Samarcanda, Cabul e Kashgar. Cidades como estas albergavam eruditos brilhantes que levaram mais longe os limites das suas disciplinas. Hoje, só nos são familiares meia dúzia de nomes – homens como Ibn Sīnā, mais conhecido como Avicena, al-Bīrūnī e al-Khwārizmī –, gigantes nas áreas da astronomia e da medicina; mas eram acompanhados por muitos outros. Ao longo de séculos antes da era contemporânea, os centros intelectuais de excelência do mundo, as Oxfords e Cambriges, as Harvards e Yales, não se situavam na Europa ou no Ocidente, mas em Bagdade, Balkh, Bucara e Samarcanda.

Havia boas razões para que as culturas, as cidades e os povos que viviam ao longo das Rotas das Sedas se desenvolvessem e avançassem: quando trocavam ideias e bens, aprendiam e influenciavam-se uns aos outros, incitando a mais avanços na filosofia, nas ciências, na língua e na religião. O progresso era essencial, como bem sabia um dos líderes do reino Zhao, no nordeste da China, no extremo da Ásia, há mais de dois mil anos. «O talento para seguir os costumes do passado», declarou o rei Wu-ling, em 307 a. C., «não é suficiente para melhorar o mundo de hoje.»[\[13\]](#) Os líderes do passado sabiam como era importante acompanhar os tempos.

O curso do progresso, porém, alterou-se no início do período moderno em resultado de duas grandes expedições marítimas levadas a cabo no final do século xv. Em seis anos, na década de 1490, estabeleceram-se os fundamentos de uma vasta disrupção do ritmo de sistemas de trocas havia muito estabelecidos. Primeiro, Cristóvão Colombo atravessou o Atlântico, abrindo caminho a que duas grandes massas continentais até então intocadas se ligassem com a Europa e mais além; depois, escassos anos mais tarde, Vasco da Gama navegou ao longo do cabo mais meridional de África e chegou à Índia, abrindo assim novas rotas marítimas. Estas descobertas mudaram os padrões de interação e de comércio e concretizaram uma notável mudança no centro de gravidade político e económico do mundo. Subitamente, a Europa abandonava a sua posição de região estagnada e tornava-se o fulcro de um amplo sistema de transportes e comércio: de um só golpe, tornou-se o ponto mediano entre Oriente e Ocidente.

A ascensão da Europa desencadeou uma feroz batalha pelo poder – e pelo controlo do passado. À medida que os rivais se confrontavam, a História era reformulada de forma a sublinhar os eventos, temas e ideias que pudessem ser usados nas lutas ideológicas que grassavam a par das disputas pelos recursos e pelo domínio das rotas marítimas. Esculpiram-se bustos dos principais políticos e generais a usarem togas, para que se parecessem com os heróis romanos do passado; construíram-se novos edifícios magníficos, num estilo clássico grandioso que se apropriava das glórias do mundo antigo como sendo suas predecessoras diretas. A História foi deturpada e manipulada para criar uma narrativa insistente, segundo a

qual a ascensão do Ocidente era não apenas natural e inevitável, mas uma continuação do que viera antes.

Muitas histórias predisuseram-me a olhar para o passado do mundo de modo diferente. Mas uma destacou-se em particular. Segundo a mitologia grega, Zeus, pai dos deuses, largou duas águias, uma em cada extremo do mundo, e ordenou-lhes que voassem ao encontro uma da outra. Uma pedra sagrada, o *omphalos* – o umbigo do mundo –, foi colocada no lugar onde as águias se encontraram para facilitar a comunicação com o divino. Soube mais tarde que o conceito desta pedra é, desde há muito, motivo de fascínio para filósofos e psicanalistas.[\[14\]](#)

Lembro-me de olhar para o mapa quando ouvi esta história pela primeira vez, perguntando-me onde poderiam as águias ter-se encontrado. Imaginei que levantassem voo das costas do Atlântico ocidental e da costa da China, no Pacífico, e se dirigissem para terra. A posição exata mudava, dependendo de onde colocava os meus dedos para começar a medir distâncias iguais a partir de oriente e de ocidente. Mas acabava sempre por ir dar algures entre o mar Negro e os Himalaias. Ficava acordado à noite, a contemplar o mapa na parede do meu quarto, a pensar nas águias de Zeus e na história de uma região que nunca era mencionada nos livros que lia – e faltava-me um nome.

Não há muito tempo, os europeus dividiam a Ásia em três regiões – o Próximo Oriente, o Médio Oriente e o Extremo Oriente. No entanto, sempre que ouvia ou lia acerca dos problemas da época, à medida que crescia, parecia-me que o segundo, o Médio Oriente, mudara de significado e mesmo de localização, referindo-se a Israel, à Palestina e aos territórios circundantes e, ocasionalmente, ao Golfo Pérsico. E não conseguia compreender por que razão se insistia na importância do Mediterrâneo como berço da civilização, quando me parecia tão óbvio que a civilização não fora forjada aqui. O verdadeiro cadinho, o «Mediterrâneo» na sua aceção literal – o centro do mundo –, não era um mar que separava a Europa do Norte de África, ficava antes no coração da Ásia.

A minha esperança, ao abrir caminho para novas questões e áreas de investigação, é a de transmitir a outros a audácia de estudar povos e lugares que têm sido ignorados pelos académicos ao longo de gerações. Espero incitar à formulação de novas perguntas sobre o passado, e que os truísmos sejam desafiados e escrutinados. Acima de tudo, espero inspirar quem leia este livro a olhar para a História de modo diferente.

Worcester College, Oxford

Abril de 2015

Criação da Rota da Seda

Desde o princípio dos tempos, era no centro da Ásia que se construía os impérios. As planícies aluviais da Mesopotâmia, alimentadas pelo Tigre e pelo Eufrates, ofereciam a base da própria civilização – pois foi nesta região que as primeiras vilas e cidades ganharam forma. A agricultura sistemática desenvolveu-se na Mesopotâmia e ao longo de todo o «Crescente Fértil», uma faixa de terra altamente produtiva com acesso a água em abundância, que se estendia do Golfo Pérsico ao Mediterrâneo. Foi aqui que se divulgaram as primeiras leis de que há registo, há cerca de quatro mil anos, por Hamurábi, rei da Babilónia, que estipulou as obrigações dos seus súbditos e estabeleceu castigos severos para as suas transgressões.[1]

Ainda que tenham surgido muitos reinos e impérios neste cadinho, o maior de todos foi o Império Persa. Expandindo-se rapidamente no século VI a partir de uma terra-mãe situada no atual sul do Irão, os persas vieram a dominar os seus vizinhos, chegaram às costas do Egeu, conquistaram o Egito e expandiram-se para oriente, até aos Himalaias. A julgar pelo historiador grego Heródoto, o seu êxito devia muito ao seu espírito aberto. «Os persas têm grande propensão a adotar costumes estrangeiros», escreveu: estavam preparados para abandonar a sua forma de vestir sempre que concluíam que as modas de um inimigo derrotado eram superiores, levando-os a adotar as indumentárias dos medos e dos egípcios.[2]

A tolerância face a novas ideias e práticas foi um importante fator que permitiu aos persas construir um sistema administrativo que garantia o funcionamento regular de um império que incorporava muitos povos diferentes. Uma burocracia altamente qualificada vigiava a administração eficiente da vida do dia a dia do império, registando tudo, desde os pagamentos feitos a trabalhadores ao serviço da Casa Real até à validação da quantidade e qualidade de bens comprados e vendidos nos mercados; estavam também incumbidos de manter e reparar um sistema de estradas que cruzava todo o império e que era motivo de inveja em todo o mundo antigo.[3]

Um sistema de estradas, que ligava a costa da Ásia Menor à Babilónia, a Susa e a Persépolis, permitia que uma distância superior a 2500 quilómetros fosse percorrida numa semana, um feito visto com admiração por Heródoto, que fez notar que nem neve, nem chuva, nem calor, nem escuridão podiam abrandar a veloz transmissão de mensagens.[4] O investimento na agricultura e o desenvolvimento de técnicas pioneiras de irrigação no sentido de aumentar as colheitas ajudaram a alimentar o crescimento de cidades, ao permitir que populações cada vez maiores fossem sustentadas pelos campos circundantes – não apenas nas terras ricas de cultivo de um lado e do outro do Tigre e do Eufrates, mas também nos vales servidos pelos grandes rios Oxus e Iaxartes (agora, conhecidos por Amudária e Sirdária), bem como no Delta do Nilo, após a sua captura por exércitos persas, em 525 a. C. O Império Persa era uma terra de abundância, que ligava o Mediterrâneo ao coração da Ásia.

A Pérsia apresentava-se um exemplo de estabilidade e justiça, como o demonstra uma inscrição trilingue gravada na face de um rochedo em Behistun. Escrita em persa, elamita e acadiano, regista que Dario, o *Grande*, um dos mais famosos líderes persas, debelou revoltas e motins, rechaçou invasões estrangeiras e não ofendeu nem os pobres nem os poderosos. Mantém o país seguro, afirma a inscrição, e cuida do povo justamente, pois a justiça é o fundamento do reino.[5] A tolerância em relação às minorias era lendária, sendo um soberano persa designado como o «Messias», abençoado por «Deus, Senhor dos Céus», em resultado das

suas políticas, que incluíram a libertação dos judeus do seu exílio na Babilónia.[6]

O comércio singrava na antiga Pérsia, fornecendo receitas que permitiam aos soberanos financiar expedições militares em localizações que garantissem ainda mais recursos ao império. Também lhes permitia ceder a gostos notoriamente extravagantes. Nas grandes cidades de Babilónia, Persépolis, Pasárgada e Susa foram construídos edifícios espetaculares. Em Susa, o rei Dario mandou erigir um magnífico palácio usando ébano e prata da mais alta qualidade, vindos do Egito, bem como cedros do Líbano, ouro fino da Bactria, lápis-lazúli e cinábrio de Sogdiana, turquesas de Corásmia e marfim da Índia.[7] Os persas eram famosos por procurarem o prazer e, segundo Heródoto, só precisavam de ouvir falar de um novo luxo para quererem adquiri-lo.[8]

A prosperidade comercial era sustentada por um exército agressivo que ajudava a alargar as fronteiras, mas que também se revelava necessário para as defender. A Pérsia deparava-se com problemas persistentes a norte, um mundo dominado por nómadas que viviam com os seus rebanhos em pastagens semiáridas, conhecidas como estepes, que se estendiam desde o mar Negro e atravessavam a Ásia Central até à Mongólia. Estes nómadas eram conhecidos pela sua ferocidade – dizia-se que bebiam o sangue dos seus inimigos e faziam roupas dos seus escalpes e que, em alguns casos, comiam a carne dos próprios pais. No entanto, a interação com os nómadas era complexa, pois, apesar das descrições mais divulgadas dos nómadas como sendo caóticos e imprevisíveis, mostravam-se importantes parceiros no fornecimento de animais e, em particular, de bons cavalos. Mas os nómadas podiam ser a causa de um desastre, como quando Ciro, o Grande, o arquiteto do Império Persa no século VI a. C., foi morto ao tentar subjugar os citas; a sua cabeça foi depois transportada num odre cheio de sangue, segundo um escritor, para que a sede do poder que o inspirara pudesse ser saciada.[9]

Não obstante, este foi um raro percalço, que não abrandou a expansão persa. Os comandantes gregos olhavam para oriente com uma combinação de medo e respeito, tentando aprender as táticas persas no campo de batalha

e adotar a sua tecnologia. Autores como Ésquilo usavam os êxitos no combate aos persas como forma de celebrar as proezas militares e de demonstrar o favor dos deuses, comemorando a resistência heroica às várias tentativas de invadir a Grécia em peças e literatura épica.[\[10\]](#)

«Cheguei à Grécia», diz Dioniso, nas primeiras linhas d’*As Bacantes*, vindo do «Oriente fabulosamente rico», um lugar onde as planícies persas são banhadas pelo sol, onde as cidades da Bácia estão protegidas por muralhas e onde torres de grande beleza arquitetônica permitem vigiar as regiões costeiras. A Ásia e o Oriente eram terras que Dioniso «pôs a dançar» com os mistérios divinos, muito antes das terras da Grécia.[\[11\]](#)

Não havia estudante mais ávido dessas obras do que Alexandre da Macedônia. Quando subiu ao trono em 336 a. C., após o assassinio do pai, o brilhante rei Filipe, não havia dúvidas sobre o rumo que o jovem general escolheria na sua busca pela glória. Não olhou para a Europa por um momento, pois a Europa nada tinha a oferecer: não tinha cidades, nem cultura, nem prestígio, nem recompensas. Para Alexandre, como para todos os gregos antigos, a cultura, as ideias e as oportunidades – bem como as ameaças – vinham todas do oriente. Não surpreende assim que o seu olhar recaísse sobre a maior potência da Antiguidade: a Pérsia.

Após derrubar os governadores persas do Egito num ataque relâmpago, em 331 a. C., Alexandre lançou-se num assalto direto ao coração do império. O confronto decisivo ocorreu mais tarde nesse mesmo ano nas planícies poeirentas de Gaugamela, perto da atual cidade de Erbil, no Curdistão iraquiano, onde infligiu uma espetacular derrota ao exército persa, vastamente superior, sob o comando de Dario III – talvez por se sentir repousado após uma boa noite de sono: segundo Plutarco, Alexandre insistiu em descansar antes de atacar o inimigo e dormiu tão profundamente que os seus comandantes, preocupados, tiveram de o sacudir para que acordasse. Vestindo o seu traje preferido, pôs um elmo fino, polido de tal forma que «era tão brilhante quanto a mais refinada prata», agarrou uma espada de confiança com a mão direita e liderou as suas tropas numa vitória esmagadora que lhe abriu as portas de um império.[\[12\]](#)

Tendo Aristóteles como tutor, Alexandre fora criado sabendo que nele depositavam grandes esperanças. Não desiluiu. Depois de destruir os exércitos persas em Gaugamela, Alexandre avançou para o oriente. Cidade após cidade rendeu-se a Alexandre, à medida que este capturava os territórios controlados pelos seus rivais derrotados. Lugares de tamanho, riqueza e beleza lendários caíram diante do jovem herói. A Babilônia rendeu-se, os seus habitantes cobriram a estrada que conduzia à grande cidade com flores e guirlandas, de um lado e do outro da estrada, colocaram-se altares de prata carregados de olíbano e perfumes. Trouxeram-se jaulas de leões e leopardos como oferendas.^[13] Não passou muito tempo até que Alexandre e os seus homens tomassem os pontos ao longo da Estrada Real, que ligava as maiores cidades da Pérsia, bem como a rede de comunicações que unia a costa da Ásia Menor à Ásia Central.

Ainda que, atualmente, alguns académicos o vejam como não mais do que um «jovem delinquente e bêbedo», Alexandre parece ter sido particularmente sensível quando teve de lidar com os territórios e povos recentemente conquistados.^[14] Era muitas vezes conciliador no que tocava a crenças e práticas religiosas locais, dando provas de tolerância e também de respeito: por exemplo, conta-se que ficou transtornado quando o túmulo de Ciro, o *Grande*, foi profanado, e não só o restaurou, como castigou aqueles que haviam conspurcado o santuário.^[15] Alexandre exigiu que Dario III tivesse um funeral à altura do seu estatuto e enterrou-o ao lado de outros soberanos persas, depois de o seu corpo ter sido descoberto, lançado para cima de uma carroça, após o seu assassinio às mãos de um tenente de Alexandre.^[16]

Alexandre conseguiu também obter cada vez mais territórios porque estava disposto a confiar nas elites locais. «Se queremos não apenas passar pela Ásia, mas mantê-la», terá alegadamente dito, «temos de mostrar clemência a estes povos; é a sua lealdade que fará com que o nosso império seja estável e permanente.»^[17] Os oficiais e as antigas elites locais foram deixados nos seus antigos cargos para que administrassem as cidades e os territórios conquistados. O próprio Alexandre adotou títulos tradicionais e envergou trajes persas para assim deixar claro que aceitava os costumes

locais. Fazia questão de se apresentar não tanto como um conquistador invasor, mas como o último herdeiro de um reino antigo – não obstante os brados cáusticos de todos aqueles que diziam a quem quisesse ouvir que Alexandre trouxera a miséria e alagara a terra em sangue.[18]

É importante recordar que muita da nossa informação sobre as campanhas, os êxitos e as políticas de Alexandre nos é dada por historiadores que lhe são posteriores, cujos relatos dos feitos do jovem general são amiúde idealizados e de um entusiasmo cego.[19] Ainda assim, mesmo tendo alguma cautela na forma como as fontes cobrem o colapso da Pérsia, a velocidade com que Alexandre continuou a estender as fronteiras cada vez mais para oriente conta a sua própria história. Era um enérgico fundador de cidades, comumente dando-lhes o seu próprio nome, conhecidas, agora, por outras designações, como Herat (Alexandria, em Ária), Kandahar (Alexandria, em Aracósia) e Bagram (Alexandria ad Caucasum). A construção destes postos de paragem – e o reforço de outros mais a norte, estendendo-se até ao vale de Fergana – criava outros tantos novos pontos ao longo da espinha da Ásia.

As novas cidades, com poderosas defesas, bem como os fortes e bastiões isolados, eram construídas, sobretudo, como defesa contra a ameaça das tribos das estepes, que, muitas vezes, lançavam ataques devastadores às comunidades rurais. O programa de fortificação de Alexandre foi concebido para proteger novas áreas que só recentemente haviam sido conquistadas. Preocupações semelhantes encontravam respostas semelhantes mais a oriente, precisamente na mesma época. Os chineses já haviam desenvolvido o conceito de *huaxia*, representando o mundo civilizado, que precisava de ser defendido dos desafios colocados pelos povos das estepes. Um programa intensivo de construção fez expandir uma rede de fortificações até criar o que agora é conhecido como a Grande Muralha da China. O princípio era o mesmo que Alexandre adotara: expansão sem defesa é inútil.[20]

Ainda no século IV a. C., Alexandre continuou incansavelmente com as suas campanhas, atravessou o Indocuche e marchou até ao Vale do Indo, mais uma vez fundando novos bastiões com guarnições – só que agora

deparava-se com os protestos regulares dos seus homens cansados, que queriam voltar para casa. De uma perspectiva militar, os feitos de Alexandre, quando morreu aos 32 anos na Babilónia, em 323 a. C., em circunstâncias que continuam envoltas em mistério, eram nada menos do que sensacionais. [21] A velocidade e extensão das suas conquistas eram espantosas. Não menos impressionante – mas muitas vezes ignorado – é a importância do legado que Alexandre deixou e o modo como as influências da Grécia Antiga se cruzaram com as da Pérsia, Índia, Ásia Central e, por fim, também a China.

Ainda que a morte repentina de Alexandre tenha sido seguida por um período de turbulência e lutas internas entre os seus principais comandantes, depressa surgiu um líder para a metade oriental dos novos territórios: um oficial nascido no norte da Macedónia, chamado Seleuco, que fizera parte das maiores expedições do rei. Poucos anos após a morte do seu patrono, Seleuco era o governador de terras que se estendiam do rio Tigre ao rio Indo; os territórios eram tão grandes que não pareciam um reino, mas um império de direito próprio. Seleuco fundou uma dinastia, conhecida como os Selêucidas, que governaria ao longo de quase três séculos. [22] As vitórias de Alexandre são fáceis e frequentemente tidas como pouco mais do que uma série brilhante de conquistas de curto prazo, e o seu legado é maioritariamente tido por efêmero e temporário. Mas os seus feitos não foram transitórios, marcaram o início de um novo capítulo na região que se estende entre o Mediterrâneo e os Himalaias.

Nas décadas que se seguiram à morte de Alexandre, assistiu-se a um programa gradual e inconfundível de helenização, à medida que ideias, temas e símbolos da Grécia Antiga foram introduzidos no Oriente. Os descendentes dos seus generais recordavam as suas raízes gregas e enfatizavam-nas ativamente, por exemplo, na cunhagem de moedas nas principais cidades que se localizavam em pontos estrategicamente importantes ao longo das rotas mercantes ou em centros agrícolas buliçosos. A forma destas moedas tornou-se padronizada: a efígie do líder de então no anverso, com os caracóis presos por um diadema, e invariavelmente a olhar

para a direita, à semelhança de Alexandre, e uma imagem de Apolo no reverso, identificado com letras gregas.[23]

A língua grega podia ser ouvida – e vista – em toda a Ásia Central e no Vale do Indo. Em Ai Khanoum, no norte do Afeganistão – uma nova cidade fundada por Seleuco –, as máximas de Delfos foram gravadas num monumento, incluindo:

Em criança, sê bem-comportado.

Em jovem, sê controlado.

Em adulto, sê justo.

Em velho, sê sábio.

Ao morreres, que não tenhas dores.[24]

Mais de um século após a morte de Alexandre, o grego era usado quotidianamente por oficiais, como mostram os recibos fiscais e documentos relativos ao pagamento de soldados da Bactria, cerca de 200 a. C.[25] Com efeito, a língua penetrou no subcontinente indiano. Alguns éditos emitidos pelo soberano do Império Mauria, Ashoka, o mais importante dos primeiros líderes indianos, eram acompanhados pela tradução paralela em grego, evidentemente para ajudar à compreensão da população local.[26]

O furor das trocas culturais no momento da colisão entre a Europa e a Ásia era surpreendente. As estátuas de Buda só começaram a aparecer depois de o culto de Apolo se ter estabelecido no vale de Gundhara e na Índia Ocidental. Os budistas sentiam-se ameaçados pelo êxito das novas práticas religiosas e começaram a criar as suas próprias imagens visuais. Com efeito, verifica-se uma correlação não apenas na data das primeiras estátuas de Buda, mas também no seu desenho e aparência: parece que Apolo providenciou o modelo, tal foi o impacto das influências gregas. Até então, os budistas evitavam ativamente as representações visuais; a concorrência forçava-os agora a reagir, a tomar de empréstimo e a inovar.[27]

Altars de pedra adornados com inscrições gregas, as imagens de Apolo e sofisticadas miniaturas em marfim representando Alexandre encontrados no que agora é o sul do Tajiquistão revelam como chegaram longe as influências ocidentais.[28] O mesmo aconteceu com as impressões de superioridade cultural trazidas do Mediterrâneo. Os gregos da Ásia eram amplamente elogiados na Índia, por exemplo, pelos seus conhecimentos científicos: «são bárbaros», diz o texto conhecido como *Gārgī Samhitā*, «mas a ciência da astronomia teve origem com eles e, por isso, deverão ser adorados como deuses».[29]

Segundo Plutarco, Alexandre garantiu que a teologia grega fosse ensinada até mesmo na Índia, daí resultando que os deuses do Olimpo fossem idolatrados por toda a Ásia. Os jovens da Pérsia e mais além eram educados a ler Homero e a «cantar as tragédias de Sófocles e Eurípides», ao passo que se estudava a língua grega no Vale do Indo.[30] Talvez por esta razão, é possível detetar influências nas grandes obras literárias. Já se sugeriu, por exemplo, que o *Rāmāyana*, o poema épico em sânscrito, tem uma dívida para com a *Ilíada* e a *Odisseia*, sendo o tema do rapto de Sita por Rāvana um eco direto do rapto de Helena de Troia por Páris. As influências e inspiração também viajavam na direção contrária, e alguns académicos defendem que a *Eneida* foi por sua vez influenciada por textos indianos, como o *Mahābhārata*. [31] As ideias, os temas e as histórias percorriam as rotas e eram disseminados por viajantes, mercadores e peregrinos: as conquistas de Alexandre permitiram uma maior abertura das mentes dos povos cujas terras ele capturava, bem como daqueles que ficavam nas periferias e mais além e que assim entravam em contacto com novas ideias, novas imagens e novos conceitos.

Mesmo as culturas das estepes selvagens foram influenciadas, como se torna claro perante os sofisticados objetos funerários encontrados ao lado de figuras importantes nos túmulos de Tylia Tepe, no norte do Afeganistão, que mostram influências artísticas provindas da Grécia – assim como da Sibéria, Índia e mais além. Os objetos de luxo serviam de moeda no mundo nómada, em troca de gado e cavalos e, ocasionalmente, como tributo prestado para garantir a paz.[32]

O processo de união das estepes até se criar um mundo interligado e interdependente foi acelerado pelas crescentes ambições da China. Na dinastia Han (206 a. C.-220 d. C.), sucessivas ondas expansionistas levaram as fronteiras mais longe, chegando, por fim, a uma província então chamada Xiyu (ou «regiões ocidentais») e hoje conhecida como Xinjiang («nova terra de fronteira»). A província ficava além do corredor de Gansu, uma rota de mil quilómetros que ligava o interior da China à cidade-oásis de Dunhuang, uma encruzilhada no limite do deserto de Taklamakan. Neste ponto, havia a escolha entre uma rota setentrional e uma rota meridional, ambas podiam ser traiçoeiras, que convergiam em Kashgar, que, por sua vez, se localizava na junção dos Himalaias com as montanhas Pamir, a cordilheira Tien Shan e o Indocuche.[\[33\]](#)

Esta expansão dos horizontes da China uniu a Ásia. Essas redes tinham, até então, sido bloqueadas pelos Yuezhi e, acima de tudo, pelos xiongnu, tribos nómadas que, como os citas na Ásia Central, eram motivo de preocupação constante, mas também importantes parceiros comerciais para a compra de gado: autores Han do século II a. C. escreveram sobre as dezenas de milhares de cabeças de gado que eram compradas a estes povos das estepes.[\[34\]](#) Mas era a procura de cavalos por parte da China, que revelava ser insaciável, alimentada pela necessidade de manter uma força militar efetiva pronta a preservar a ordem interna na China e a responder a ataques ou assaltos dos xiongnu ou de outras tribos. Os cavalos da região ocidental de Xinjiang tinham grande valor e podiam valer fortunas aos chefes tribais. Em dada ocasião, um líder yuezhi trocou cavalos por uma grande quantidade de bens, que depois vendeu a outros, decuplicando o seu investimento.[\[35\]](#)

As montadas mais famosas e valorizadas eram criadas no vale de Fergana, agora no leste do Tajiquistão e no nordeste do Afeganistão. Eram muito admiradas pela sua força e descritas por escritores chineses como sendo descendentes de dragões; além disso, eram *hanxue ma*, ou seja, «suavam sangue» – em resultado do seu suor distintivamente vermelho, causado por um parasita local ou pela pele invulgarmente fina dos cavalos,

levando a que os vasos sanguíneos rebentassem quando se exercitavam. Alguns espécimes particularmente admiráveis tornaram-se celebridades de direito próprio, o motivo de poemas, esculturas e pinturas, frequentemente designados como *tianma* – cavalos celestiais.[36] Alguns eram até levados juntamente com o seu proprietário para uma vida no além: um imperador foi enterrado com oitenta dos seus alazões preferidos – o túmulo era guardado pelas estatuetas de dois alazões e de um guerreiro de terracota.[37]

As relações com os xiongnu, que dominavam as estepes da Mongólia e as pastagens ao norte da China, nem sempre eram fáceis. Os historiadores coevos falavam da tribo como sendo bárbara, comendo carne crua e bebendo sangue; em verdade, disse um escritor, são um povo «abandonado pelo céu».[38] Os chineses revelaram estar mais dispostos a pagar tributo do que a arriscar que as suas cidades fossem atacadas. Eram regularmente despachados emissários a visitar os nómadas (que desde a infância eram treinados para caçar ratazanas e pássaros e, depois, raposas e lebres), e o imperador perguntava educadamente pela saúde do líder supremo.[39] Desenvolveu-se um sistema formal de tributo que estipulava que os nómadas receberiam artigos de luxo, incluindo arroz, vinho e têxteis, em troca da paz. O mais importante artigo era a seda, um tecido que os nómadas prezavam pela sua textura e leveza e usavam como vestuário e roupa de cama. Era também um símbolo de poder político e social: estar coberto por volumosas quantidades de seda preciosa era uma importante forma pela qual o *chanyu* (líder supremo das tribos) sublinhava o seu próprio estatuto e recompensava aqueles que o rodeavam.[40]

As somas pagas em troca da paz eram substanciais. No ano 1 a. C., por exemplo, os xiongnu receberam 30 mil rolos de seda e quantidades semelhantes do tecido em bruto, bem como 370 artigos de roupa.[41] Alguns oficiais gostavam de acreditar que o gosto pelo luxo da tribo seria a sua perdição. «Agora [vocês têm] este gosto pelas coisas chinesas», disse um emissário precipitadamente a um líder tribal. Os costumes dos xiongnu estavam a mudar. A China, previu ele confiantemente, «no fim, conseguirá subjugar a nação xiongnu.»[42]

As previsões falharam. De facto, a diplomacia que garantia a paz e as boas relações constituía um fardo financeiro e político: pagar tributo era caro e um sinal de fraqueza política. Assim, a seu tempo, os soberanos Han da China resolveram lidar com os xiongnu de uma vez por todas. Primeiro, fizeram um esforço concertado para controlar as ricas regiões agrícolas a ocidente de Xiyu; os nómadas foram rechaçados à medida que os chineses tomavam o corredor de Gansu numa série de campanhas que duraram uma década e terminaram em 119 a. C. A ocidente ficavam as montanhas de Pamir e, para lá destas, um novo mundo. A China abria uma porta que dava para a rede transcontinental; foi o momento em que nasceram as Rotas da Seda.

A expansão da China despertou o interesse pelo que ficava além-fronteiras. Vários oficiais foram incumbidos de investigar e escrever relatos sobre as regiões que ficavam para lá das montanhas. Um desses relatos resistiu até hoje, o *Shi Ji (Registos Históricos)*, da autoria de Sima Qian, filho do Grande Historiador da corte imperial (*Taishi*), que continuou a trabalhar nessa obra mesmo depois de ter caído em desgraça e ter sido castrado em consequência de ter defendido um jovem general impetuoso que conduziu as suas tropas à derrota.^[43] Sima Qian descreveu cuidadosamente tudo o que conseguira descobrir sobre histórias, economias e exércitos dos povos do Vale do Indo, da Pérsia e da Ásia Central. Os reinos da Ásia Central eram fracos, notou Sima, por causa da pressão exercida pelos nómadas que as forças chinesas haviam deslocado e que centraram a sua atenção noutras partes. Os habitantes desses reinos eram «fracos no uso das armas», escreveu Sima, «mas sagazes no comércio», com mercados exuberantes na capital, Bactros, «onde se vendia e comprava toda a espécie de bens».^[44]

O comércio entre a China e o mundo além-fronteiras desenvolveu-se lentamente. Não era fácil percorrer as rotas ao longo da orla do deserto de Gobi, especialmente para lá da Porta de Jade, o posto fronteiriço por onde passavam as caravanas de mercadores rumo a ocidente. Passar de um oásis a outro num terreno traiçoeiro era difícil, quer a sua rota as conduzisse pelo deserto de Taklamakan, ou pelos desfiladeiros das montanhas Tian Shan, ou

das montanhas Pamir. Os viajantes deparavam-se com temperaturas extremas – razão pela qual o camelo báctrio era tão prezado. Robusto o suficiente para resistir às condições duras do deserto, estes animais pressentiam a chegada de tempestades de areia mortais, observou um escritor, e «começavam de imediato a vagir em conjunto» – sinal de que os mercadores e líderes das caravanas deveriam «cobrir os narizes e bocas com tecidos de feltro». Contudo, o camelo era claramente falível nas suas previsões, já que as fontes relatam o cruzarem-se com grandes números de animais mortos e de esqueletos ao longo das rotas.^[45] Em circunstâncias tão duras, era preciso que as recompensas fossem altas para compensar os riscos assumidos. Ainda que fosse possível encontrar bambu e tecidos feitos em Sichuan à venda a milhares de quilómetros de distância nos mercados da Bactria, os produtos a serem transportados ao longo de grandes distâncias eram, sobretudo, artigos raros e de alto valor.^[46]

O principal entre esses artigos era a seda. Esta desempenhava vários e importantes papéis no mundo antigo, além do seu valor para as tribos nómadas. Na dinastia Han, usava-se a seda, a par de moedas e de cereais, para pagar aos soldados. Era, em certos aspetos, a moeda de troca mais fiável: produzir dinheiro em quantidades suficientes revelava-se problemático, além de que a circulação de moedas não se verificava em toda a China; daí resultava uma dificuldade acrescida no que tocava aos pagamentos militares, já que os teatros de ação ficavam muitas vezes em regiões remotas onde as moedas eram praticamente inúteis. Já os cereais apodreciam passado algum tempo. Assim, a seda em bruto era frequentemente usada como moeda de troca, fosse como soldo, fosse como multa, no caso de um mosteiro budista na Ásia Central, cujos monges haviam infringido as regras da sua ordem.^[47] A seda tornou-se uma moeda de troca internacional, bem como um artigo de luxo.

Os chineses também regularam o comércio, criando uma rede formal de controlo dos mercadores que vinham de territórios estrangeiros. Uma notável coleção de 35 mil textos da cidade militar de Xuanquan, a pouca distância de Dunhuang, traça um quadro vivo dos afazeres diários de uma cidade no início do corredor de Gansu. Graças a estes textos, escritos em

tabuinhas de bambu e de madeira, ficamos a saber que os visitantes de passagem pela China tinham de se ater a rotas previamente designadas, recebiam passes escritos e eram regularmente contados por oficiais para garantir que aqueles que entravam no país mais tarde regressavam a casa. Como o livro de hóspedes de um hotel dos nossos dias, mantinham-se registos sobre cada visitante, anotando-se quanto gastava em comida, qual o seu lugar de origem, o seu título e em que direcção seguiria caminho.[48]

Estas medidas deverão ser entendidas não como uma forma de vigilância desconfiada, mas como uma forma de registar com precisão quem entrava e saía da China, que razões tinha para visitar o país e, acima de tudo, o valor dos bens que eram comprados e vendidos, para fins alfandegários. A sofisticação das técnicas e a sua precoce implementação revelam de que modo as cortes imperiais na capital em Chang'an (atual Xi'an), e, a partir do século 1 d. C., em Luoyang, lidavam com um mundo que parecia encolher diante dos seus olhos.[49] Pensamos na globalização como sendo um fenómeno unicamente contemporâneo; no entanto, há dois mil anos, era um facto da vida, que apresentava oportunidades, criava problemas e instigava o avanço tecnológico.

Os desenvolvimentos ocorridos a muitos milhares de quilómetros de distância serviram para estimular a procura de artigos de luxo – e a possibilidade de os pagar. Na Pérsia, os descendentes de Seleuco foram depostos, cerca de 247 a. C., por um certo Ársaces, um homem cujas origens são obscuras. Os seus descendentes, conhecidos como arsácidas, consolidaram o seu poder e, depois, expandiram-se, expropriando habilidosamente a História de forma a fundir ideias gregas e persas até criarem uma identidade cada vez mais coerente e robusta. O resultado foi um tempo de estabilidade e prosperidade.[50]

Contudo, o maior estímulo de todos era o que estava a acontecer no Mediterrâneo. Uma pequena cidade com uma localização pouco promissora no centro da costa ocidental de Itália conseguira passar de região provinciana a potência regional. Tomando cidade-estado após cidade-estado na costa, Roma viria a dominar o Mediterrâneo Ocidental. Em meados do

século I a. C., as suas ambições aumentavam dramaticamente. E a sua atenção concentrou-se firmemente no Oriente.

Roma tornara-se um Estado muitíssimo competitivo, que glorificava o exército e proclamava a violência e as matanças. Os jogos de gladiadores eram o mais comum entretenimento público, um local onde se celebrava brutalmente o triunfo sobre povos estrangeiros e sobre a natureza. Os arcos do triunfo espalhados por toda a cidade lembravam quotidianamente as vitórias militares à sua população buliçosa. O militarismo, a intrepidez e o amor à glória eram cuidadosamente cultivados como características de uma cidade ambiciosa que se estendia até cada vez mais longe.[\[51\]](#)

A espinha dorsal do poderio romano era o exército, treinado e condicionado de acordo com critérios exigentes. Esperava-se que os soldados fossem capazes de marchar mais de 32 quilómetros em cinco horas, carregando, ao mesmo tempo, cerca de 22 quilos em equipamento. O casamento não era apenas malvisto, estava especificamente proibido de forma a criar elos entre os recrutas. A pedra basilar sobre a qual Roma se construiu foi um corpo de jovens atléticos e fervorosos, que haviam sido criados para confiarem nos seus méritos e no seu destino.[\[52\]](#)

A conquista da Gália (em traços largos cobrindo a área da atual França, Países Baixos e parte da Alemanha Ocidental), em 52 a. C., providenciou despojos substanciais, o suficiente para causar uma correção no preço do ouro no Império Romano.[\[53\]](#) Mas não havia muitos outros territórios a capturar na Europa – e poucos pareciam promissores. A grandeza dos impérios dependia de um grande número de cidades que produzissem receitas fiscais; a sua magnificência cultural dependia de artesãos e mestres que forjassem ideias numa altura em que os patronos abastados competiam entre si pelos seus serviços e os compensavam pelos seus talentos. Era improvável que lugares como a Grã-Bretanha se revelassem acrescentos lucrativos aos territórios romanos: como atestam as cartas em lousas enviadas por soldados estacionados na Grã-Bretanha, esta província era sinónimo de um isolamento sombrio e infrutífero.[\[54\]](#)

Porém, a transição de Roma em império pouco teve que ver com a Europa ou com o estabelecimento do controlo ao longo de um continente

escasso em recursos e em cidades que atraíssem consumidores e pagadores de impostos. O que impulsionou Roma na direção de uma nova era foi a sua reorientação para o Mediterrâneo Oriental e mais além. O êxito e glória de Roma resultaram, em primeira instância, da captura do Egito e, mais tarde, da expansão para oriente – até à Ásia.

Governada durante quase trezentos anos pelos descendentes de Ptolomeu, um dos guarda-costas de Alexandre Magno, o Egito arrecadara uma fabulosa riqueza graças ao Nilo, cujas cheias garantiam prodigiosas colheitas de cereais. Estas colheitas não só sustentavam a população local, como contribuíam para um grande *superavit* que permitiu que Alexandria crescesse até se tornar a maior cidade do mundo, segundo um autor coevo, que estimou que a população no século I a. C. rondasse os 300 mil habitantes.[55] O transporte marítimo dos cereais era cuidadosamente monitorizado, e os capitães tinham de prestar um juramento real de cada vez que enchiam as barcaças, depois do que tinham direito a um recibo emitido por um representante do escriba real. Só então os cereais podiam ser carregados.[56]

Roma havia muito que olhava com cobiça para o Egito. Aproveitou a oportunidade quando a rainha Cleópatra se viu enredada numa confusa disputa pelo poder político após o assassinio de Júlio César. Depois de fadidamente se aliar com Marco António na batalha do Áccio, em 30 a. C., a rainha egípcia depressa se deparou com um exército romano liderado por Octávio, mestre em estratagemas políticos, a avançar para Alexandria. Após uma série de decisões defensivas que combinaram uma profunda negligência com uma incompetência crassa, Cleópatra suicidou-se, fosse pela mordedura de uma cobra venenosa, fosse por uma toxina administrada pela própria. O Egito caiu como um fruto maduro.[57] Octávio deixara Roma como general; regressou como o seu líder supremo, com um novo título que um Senado grato em breve lhe concedeu: Augusto. Roma tornara-se um império.

A captura do Egito transformou a sorte de Roma. Agora que controlava as vastas colheitas do vale do Nilo, o preço dos cereais baixou e o poder de compra dos habitantes sofreu um considerável aumento. As taxas de juro

caíram de cerca de 12 para 4 por cento, o que, por seu turno, alimentou o *boom* que costuma acompanhar uma injeção de capital barato: o aumento do preço dos imóveis.[\[58\]](#) Os rendimentos disponíveis aumentaram tão acentuadamente que Augusto pôde fazer subir em 40 por cento o limiar financeiro daqueles que queriam qualificar-se como membros do Senado.[\[59\]](#) O próprio Augusto gostava de se gabar dizendo que encontrara uma Roma de tijolo, mas que deixara uma cidade de mármore.[\[60\]](#)

Esta riqueza crescente foi o resultado da expropriação brutal por parte de Roma das receitas fiscais do Egito e dos seus enormes recursos. Equipas de inspetores fiscais espalharam-se por todo o Egito para impor um novo imposto a ser pago por todos os homens dos 16 aos 60 anos. A isenção só era concedida em poucos casos especiais – por exemplo a sacerdotes, mas só depois de os seus nomes terem sido cuidadosamente inscritos nos registos dos templos.[\[61\]](#) Esta era parte de um sistema que um académico designou «*apartheid* da Antiguidade»; o seu objetivo era o de maximizar o fluxo de dinheiro que se dirigia para Roma.[\[62\]](#)

O processo de apropriação de receitas foi repetido noutros lugares, à medida que os tentáculos da expansão económica e militar de Roma continuavam a alargar-se. Pouco depois da anexação do Egito, foram enviados consultores à Judeia para levar a cabo um censo, novamente para garantir que os impostos seriam corretamente calculados. Partindo do princípio de que se seguiu o mesmo modelo usado no Egito, que exigia que todos os nascimentos e mortes fossem registados, bem como os nomes de todos os homens adultos, a chegada ao mundo de Jesus Cristo teria sido registada por um oficial, cujos interesses residiam menos em quem era o bebé e os seus pais e mais no que esse nascimento representava em termos de mão de obra adicional e de futuros contribuintes fiscais para o império.[\[63\]](#)

Os olhos de Roma abriram-se com o que encontraram a oriente. A Ásia já granjeara uma reputação de luxo ocioso e de uma vida sofisticada. Era indescritivelmente rica, escreveu Cícero, as suas colheitas, lendárias, a variedade dos seus produtos, inacreditável, e o tamanho dos seus rebanhos, simplesmente espantosa. As suas exportações eram colossais.[\[64\]](#) A riqueza

da Ásia era tal que os romanos opinavam que os seus habitantes se podiam dedicar a prazeres ociosos. Não surpreende, assim, que fosse no Oriente que os soldados romanos chegavam à maioridade, escreveu o poeta Salústio: era aqui que os soldados romanos aprendiam a cortejar, a embriagar-se, a desfrutar de estátuas, quadros e das artes. O que não era recomendável, pelo menos segundo Salústio. A Ásia podia ser «voluptuosa e indulgente», mas «os seus prazeres abrandavam o espírito guerreiro dos soldados».[65] Visto deste modo, o Oriente era a antítese de tudo o que Roma, severa e marcial, representava.

O próprio Augusto fez um esforço concertado para compreender o que estava para lá das novas fronteiras a oriente. Enviou forças expedicionárias para o reino de Axum, na atual Etiópia, e ao reino de Sabá, no Iémen, ao passo que o golfo de Aqaba começou a ser explorado quando o domínio romano do Egito estava ainda a ser consolidado.[66] Depois, em 1 a. C., Augusto ordenou que se conduzisse um estudo apurado de um lado e do outro do Golfo Pérsico para que se pronunciasse sobre o comércio nesta região e sobre o modo como as rotas marítimas se ligavam com o mar Vermelho. Também superintendeu a investigação das rotas terrestres que conduziam à Ásia Central passando pela Pérsia. Por esta altura, foi escrito um texto conhecido como *Stathmoi Parthikoi* (*Estações Partas*), que registava as distâncias entre pontos importantes no Oriente e que cuidadosamente apresentava as mais importantes povoações desde o Eufrates até Alexandrópolis, atual Kandahar no Afeganistão, a oriente.[67]

Os horizontes dos mercadores expandiram-se substancialmente. De acordo com o historiador Estrabão, poucos anos após a ocupação do Egito, cento e vinte embarcações romanas dirigiam-se para a Índia todos os anos partindo do porto de Myos Hormos, no mar Vermelho. As trocas comerciais com a Índia começaram com fulgor – o que se torna claro graças aos extraordinariamente ricos registos arqueológicos do subcontinente. Ânforas, lamparinas, espelhos e estátuas de deuses romanos foram descobertos num grande número de sítios arqueológicos, incluindo Pattanam, Kolhapur e Coimbatore.[68] Os achados de moedas do tempo do reino de Augusto e dos seus sucessores são tão abundantes na costa ocidental da Índia e nas

ilhas Laquedivas que alguns historiadores defendem que os soberanos locais usavam moedas de ouro e prata romanas como moeda própria, ou, então, fundiam estes metais para os reutilizar.[69]

A literatura tâmil desta época conta uma história semelhante, registrando a chegada de mercadores romanos com entusiasmo. Um poema fala do «vinho fresco e fragrante» que era trazido em «bons navios» pelos romanos, ao passo que outro é rapsódico: «Os navios belos e grandes [...] chegam trazendo ouro, criando espuma branca nas águas do [rio] Periyar e, depois, regressam carregados de pimenta. Aqui, a música do mar troante nunca cessa, e o grande rei oferece aos visitantes os produtos raros do mar e da montanha.»[70] Uma outra fonte oferece um relato lírico dos mercadores europeus que se instalaram na Índia: «O sol brilhava nos terraços abertos, sobre os armazéns junto ao porto e sobre as torres com janelas como olhos de corça. Em diferentes lugares [...], a atenção de quem passa é atraída pelas casas dos [ocidentais], cuja prosperidade nunca diminui.»[71] Os *Stathmoi Parthikoi* revelam que bens os romanos queriam obter na Índia Ocidental, dando nota de onde os mercadores podiam adquirir minerais valiosos, como estanho, cobre e chumbo, bem como topázios, e onde o marfim, as pedras preciosas e as especiarias estavam prontamente disponíveis.[72]

O comércio com portos indianos, contudo, não se limitava a produtos originários do subcontinente. Escavações no porto do mar Vermelho, em Berenike, no Egito, mostraram que diferentes bens de pontos tão distantes como o Vietname e Java chegavam ao Mediterrâneo.[73] Os portos nas costas ocidental e oriental da Índia serviam como mercados de bens comprados em todo o Leste e Sudeste Asiático, prontos a serem despachados para ocidente.[74] Depois, restavam ainda os bens e produtos do mar Vermelho, uma zona comercial buliçosa de direito próprio, que servia também como ligação entre o Mediterrâneo e o oceano Índico e mais além.[75]

Os cidadãos abastados de Roma podiam agora ceder aos gostos mais exóticos e extravagantes. Comentadores que frequentavam círculos afluentes deploravam os gastos que raiavam o obsceno e a nova moda de

exibir os excessos.[76] Isso mesmo é captado na perfeição no *Satyricon* de Petrónio, cuja cena mais famosa é o banquete de Trimalquião, um antigo escravo que conquistou a liberdade e criou uma fortuna. A sátira é virulenta no que toca a retratar os gostos dos novos super-ricos. Trimalquião queria apenas o melhor que o dinheiro pudesse comprar: faisão trazido expressamente da costa oriental do mar Negro; galinha-da-índia de África; peixes raros e caros; pavões emplumados e muitas outras coisas, apresentadas em excesso. O teatro grotesco de trazer prato após prato – pássaros vivos cosidos dentro de um porco inteiro que saem a voar quando a carne é trinchada ou palitos de prata distribuídos aos convivas – era uma paródia implacável da vulgaridade e excesso da nova fortuna de Roma. Um dos maiores *booms* da Antiguidade produziu uma das maiores expressões literárias de amarga inveja dos novos-ricos.[77]

A nova riqueza pôs Roma e os seus habitantes em contacto com novos mundos e novos gostos. O poeta Marcial tipifica este internacionalismo e a expansão do conhecimento deste período num poema a lamentar a morte de uma jovem escrava, comparando-a a um lírio intocado, a marfim polido da Índia, a uma pérola do mar Vermelho, com cabelo mais fino do que lã espanhola ou caracóis louros do Reno.[78] Ao passo que, anteriormente, os casais que quisessem conceber crianças bonitas faziam sexo rodeados de imagens eróticas, «agora», reportava um escritor judeu horrorizado, «trazem escravos israelitas e prendem-nos aos pés da cama» como inspiração e porque podem pagá-los.[79] Nem todos se impressionaram com os novos gostos: o Tibre havia sido inundado pelas águas do Orontes, o rio que passa pela Síria e o sul da Turquia, lamentava-se Juvenal nas suas *Sátiras* – por outras palavras, a decadência asiática havia destruído as antigas virtudes romanas; «afastai-vos», escreveu, «se gostais de rameiras de luxo com enfeites bárbaros no cabelo».[80]

Para alguns comentadores conservadores, o mais assustador era o surgimento de um produto em particular: a seda chinesa.[81] As quantidades cada vez maiores deste tecido disponíveis no Mediterrâneo eram motivo de consternação para os tradicionalistas. Séneca, por exemplo,

ficou horrorizado com a popularidade do tecido fino e esvoaçante e declarou que as roupas de seda quase não mereciam o nome de roupas, já que não ocultavam as curvas nem a decência das mulheres de Roma. O próprio fundamento das relações conjugais estava a ser minado, dizia Sêneca, à medida que os homens descobriam a transparência do tecido, que se colava à figura da mulher, deixando pouco espaço à imaginação. Para Sêneca, a seda era apenas um símbolo de exotismo e erotismo. Uma mulher não podia honestamente dizer que não estava nua quando usava seda.[82] Outros partilhavam a mesma opinião, pois foram feitos repetidos esforços para proibir que os homens usassem seda, incluindo éditos promulgados em lei. Houve quem sumarizasse o assunto em termos simples: era uma desgraça, concordavam dois cidadãos de vulto, que os homens romanos pensassem que era aceitável exibir roupas de seda vindas do Oriente.[83]

Outros, no entanto, preocupavam-se com a prevalência da seda por diferentes razões. Plínio, *o Velho*, a escrever na segunda metade do século I d. C., invetivava o alto custo do tecido de luxo simplesmente para «permitir que a matrona romana brilhasse em público».[84] Os preços inflacionados eram um escândalo, lamentava-se, cem vezes mais do que o custo real.[85] Estavam a ser gastas anualmente enormes quantias de dinheiro, continuava, para comprar luxos «para nós e para as nossas mulheres» vindos da Ásia, com cem milhões de sestércios por ano a saírem da economia romana e a entrarem em mercados além-fronteiras.[86]

Esta surpreendente soma representava cerca de metade da cunhagem anual de moeda do império e mais de 10 por cento do seu orçamento anual. Porém, notavelmente, não parece ter sido muito exagerada. Um papiro recentemente encontrado que regista os termos de um transporte de bens entre Muziris, na Índia, e um porto romano no mar Vermelho dá testemunho de como, no século II d. C., se haviam tornado normais as transações de grande volume. O papiro estabelece uma série de obrigações mútuas e explica claramente em que ponto os bens deverão ser considerados como estando nas mãos do proprietário ou do transportador, estipulando as sanções se o pagamento não fosse feito na data especificada.[87] Os negócios a longa distância exigiam rigor e sofisticação.

No entanto, os mercadores romanos não pagavam apenas com moedas. Também ofereciam vidro ricamente trabalhado, ouro e prata, bem como corais e topázios do mar Vermelho e olíbano da Arábia, em troca de têxteis, especiarias e tinturas como o índigo.^[88] Qualquer que fosse a sua forma, o fluxo de capital a esta escala teve vastas consequências. Uma destas foi o fortalecimento das economias locais ao longo das rotas comerciais. As aldeias transformaram-se em vilas, e as vilas em cidades, à medida que os negócios prosperavam e as redes comerciais e de comunicação se estendiam e tornavam cada vez mais interligadas. Monumentos arquitetónicos cada vez mais impressionantes foram erigidos em lugares como Palmira, na orla do deserto sírio, que prosperou como centro comercial que ligava o Oriente com o Ocidente. Não foi sem razão que Palmira ganhou o nome de Veneza das areias.^[89] As cidades no eixo norte-sul também se viram igualmente transformadas, sendo Petra o exemplo mais surpreendente, tornando-se numa das maravilhas da Antiguidade graças à sua posição na rota entre as cidades da Arábia e o Mediterrâneo. Depois, havia feiras, em pontos convenientes de encruzilhada, que atraíam mercadores vindos de centenas, se não de milhares, de quilómetros de distância. Todos os meses de setembro, em Batnae, perto do Eufrates, «a cidade enchia-se de ricos mercadores à medida que grandes multidões se juntavam na feira para comprar e vender coisas vindas da Índia e da China, bem como toda a variedade de coisas que eram também trazidas por mar e por terra».^[90]

O poder de compra de Roma era tão grande que até determinou o desenho das moedas no interior do extremo oriental asiático. Depois de terem sido rechaçados da bacia de Tarim pelos chineses, os nómadas yuezhi conseguiram garantir uma posição dominante no leste da Pérsia, capturando regiões que haviam sido governadas pelos descendentes dos generais de Alexandre. A seu tempo, nasceu um império próspero, que recebeu o nome de um dos principais grupos dentro da tribo – os guishang ou kushans, que cunharam grandes quantidades de moedas seguindo o modelo de Roma.^[91]

A moeda romana entrou no território kushan através de portos no norte da Índia, como Barbaricum e, acima de tudo, Barygaza, onde a abordagem e ancoragem eram tão traiçoeiras que se tornava necessário enviar pilotos

que guiassem os navios para dentro do porto. Fazer a aproximação a ambos os portos era extremamente perigoso para os navegadores inexperientes ou que não conhecessem as correntes.[92] Uma vez em terra, os mercadores encontravam pimenta e especiarias, bem como marfim e têxteis, incluindo tanto sedas acabadas como fio de seda. Era um mercado que apresentava bens de toda a Índia, Ásia Central e China – e que providenciou uma extraordinária riqueza aos kushans, que controlavam as cidades-oásis e as rotas de caravanas que as uniam.[93]

A posição dominante que os kushans estabeleceram significava que, ainda que se importassem e exportassem bens do Mediterrâneo para a China em quantidades cada vez maiores, os chineses em si não tinham contacto comercial direto com Roma através do oceano Índico. Foi só quando o grande general Ban Chao liderou uma série de expedições que levaram tropas até ao mar Cáspio, no final do século I d. C., que um emissário foi enviado para recolher informações sobre a população «alta e de traços regulares» do poderoso império no Ocidente. Da Qin – ou o Grande Qin –, assim era chamado o Império Romano, tinha alegadamente abundantes fornecimentos de ouro, prata e joias finas: era a origem de muitos objetos raros e maravilhosos.[94]

As relações da China com a Pérsia tornaram-se mais regulares e intensas. Enviavam-se embaixadas várias vezes ao ano, nota uma fonte chinesa, com, pelo menos, dez missões dirigidas à Pérsia, e mesmo em períodos de acalmia, pelo menos cinco ou seis missões eram despachadas para ocidente.[95] Os enviados diplomáticos tipicamente acompanhavam grandes caravanas que levavam bens para a troca e que, depois, regressavam a casa com produtos que aí tinham grande procura – incluindo pérolas do mar Vermelho, jade, lápis-lazúli e consumíveis como cebolas, pepinos, coentros, romãs, pistachos e alperces.[96] O olíbano e a mirra, altamente desejáveis, que, na verdade, vinham do Iémen e da Etiópia, eram conhecidos na China como Po-ssu – isto é, bens persas.[97] Como sabemos graças a uma fonte tardia, os pêssegos de Samarcanda eram considerados altamente valiosos: «grandes como ovos de gansa» e com uma reputada cor rica, eram conhecidos na China como os «Pêssegos Dourados».[98]

Assim como os chineses tinham pouco contacto direto com Roma, o conhecimento que o mundo mediterrânico tinha do que ficava para lá dos Himalaias e do oceano Índico era limitado, havendo registo de uma única embaixada romana que chegou ao imperador Huan cerca de 166 d. C. O interesse e conhecimento de Roma sobre o Extremo Oriente era fugaz: os seus olhos estavam firmemente assestados na Pérsia.^[99] A Pérsia não era apenas um rival e concorrente, mas também um possível alvo de direito próprio. Enquanto ainda se consolidava a supremacia no Egito, autores como Virgílio e Propércio falavam entusiasmadamente da expansão da influência romana. Num poema de louvor a Augusto e aos seus feitos, Horácio escreveu não sobre o domínio romano do Mediterrâneo, mas sobre o domínio do mundo inteiro – o que incluiria conquistar a Índia e a China.^[100] Isso implicaria atacar a Pérsia, e essa tornou-se uma preocupação comum a uma série de soberanos. Gizaram-se planos grandiosos para estender a fronteira do império até ao desfiladeiro conhecido como as Portas Cáspias dentro do território persa: Roma precisava de controlar o coração do mundo.^[101]

Com efeito, foram envidados esforços para transformar estes sonhos em realidade. Em 113, o imperador Trajano liderou pessoalmente uma enorme expedição ao Oriente. Avançando rapidamente pelo Cáucaso antes de virar a sul para seguir o curso do Eufrates, Trajano conquistou Nisibis e Batnae e cunhou moedas que proclamavam que a Mesopotâmia havia sido «submetida ao poder do povo de Roma». Não encontrando resistência, o imperador continuou a avançar, dividindo as suas forças em duas. As grandes cidades do Império Persa foram tomadas em rápida sucessão, com Adenystrae, Babilónia, Selêucia e Ctesifonte caindo em mãos romanas após uma brilhante campanha que durou apenas alguns meses. Cunharam-se de imediato moedas com a legenda intransigente «persia capta» – a Pérsia foi conquistada.^[102] Trajano marchou então para sul, até Cárax, atual Basra, na foz do Golfo Pérsico, tendo chegado no preciso momento em que um navio mercante levantava âncora para a Índia. Trajano olhou para o navio melancolicamente: se fosse tão jovem como Alexandre Magno, meditou, teria feito a travessia até ao Indo.^[103]

Depois de desenhados os planos que estabeleceriam as novas províncias da Assíria e da Babilónia, Roma parecia pronta a começar um novo capítulo, no qual a expansão das suas fronteiras chegaria ao Vale do Indo e até às portas da China. Mas o êxito de Trajano foi de pouca dura: antes de o imperador sofrer um edema cerebral que o matou, já as cidades da Mesopotâmia preparavam uma forte luta de resistência, enquanto uma revolta na Judeia se espalhou rapidamente, requerendo atenção urgente. Não obstante, sucessivos soberanos mantiveram-se firmemente focados na Pérsia: era aqui que se concentravam os gastos militares e que a fronteira e o que ficava para lá desta suscitava vivo interesse em Roma.

Em nítido contraste com as províncias europeias do império, os imperadores faziam campanhas regulares na Ásia – ainda que nem sempre com êxito. Em 260 d. C., por exemplo, o imperador Valeriano foi humilhado após ter sido feito prisioneiro e sofrido a «forma abjeta da escravatura»: usaram-no como banco humano para o líder persa, «pondo-se de gatas para levantar o rei quando este montava o seu cavalo». Por fim, o seu corpo foi esfolado «e a sua pele, a que foi retirada a carne, tingida com vermelhão e colocada no templo dos deuses dos bárbaros, para perpetuar a recordação de uma vitória tão esmagadora e para que este espetáculo estivesse sempre à vista dos nossos embaixadores».[104] Depois, empalharam-no para que todos pudessem ver a loucura e vergonha de Roma.

Ironicamente, o crescimento e ambição de Roma ajudaram a galvanizar a própria Pérsia. Desde logo, a última beneficiou grandemente do tráfico de longa distância entre Oriente e Ocidente, o que também serviu para mudar o centro de gravidade político e económico da Pérsia para longe do Norte. Anteriormente, a prioridade havia sido a de estar localizado perto das estepes para negociar gado e cavalos com as tribos nómadas e supervisionar os contactos diplomáticos necessários no sentido de evitar uma atenção e exigências pouco bem-vindas da parte dos temíveis povos das estepes. Foi por esta razão que cidades-oásis como Nisa, Abivard e Dara se tornaram importantes, exibindo magníficos palácios reais.[105]

Com os cofres centrais recheados das receitas fiscais e tarifas de trânsito obtidas através do crescente comércio local e a longa distância, os persas

embarcaram em grandes projetos de infraestruturas. Entre estes contava-se a transformação de Ctesifonte na margem oriental do Tigre, na Mesopotâmia Central, numa nova e condigna capital, bem como grandes investimentos em portos como Characene, no Golfo, para lidar com o crescente volume de tráfico marítimo, que não se destinava na sua totalidade a Roma: na Pérsia, surgira um intenso comércio de cerâmica vidrada destinada quer à Índia quer ao Sri Lanka durante os séculos I e II. [\[106\]](#)

Porém, o mais importante efeito da atenção militar de Roma foi a revolução política que incitou. Confrontada com a intensa pressão dos seus vizinhos, a Pérsia sofreu uma enorme transformação. Uma nova dinastia, os sassânidas, surgiu por volta de 220 d. C., com uma nova visão estridente que exigia a remoção de toda a autoridade dos soberanos das províncias, que se haviam tornado independentes em tudo menos no nome, e a concentração central do poder. Uma série de reformas administrativas garantia um controlo mais apertado sobre praticamente todos os assuntos de Estado: deu-se prioridade à responsabilização, tendo os oficiais persas selos próprios para registar as suas decisões, por forma a permitir detetar as responsabilidades e a garantir a transmissão correta da informação. Chegaram-nos muitos milhares de selos que mostram quão longe foi esta reorganização. [\[107\]](#)

Os mercadores e os mercados foram regulados, e uma fonte regista que se alocaram os produtores e mercadores – muitos destes organizados em guildas – a áreas específicas nos bazares. Isto facilitava o trabalho dos inspetores em garantir que os critérios de qualidade e quantidade eram obedecidos e, sobretudo, de cobrar impostos mais eficientemente. [\[108\]](#) O foco no ambiente urbano, onde tinha lugar grande parte das trocas comerciais, levou à melhoria dos sistemas de abastecimento de água, que, nalguns casos, se estenderam à distância de vários quilómetros para aumentar os recursos disponíveis e permitir um maior crescimento urbano. Fundaram-se inúmeras novas cidades, e um texto persa tardio que se baseia em fontes contemporâneas atesta o *boom* do desenvolvimento urbano ao

longo de toda a Ásia Central, o planalto iraniano, a Mesopotâmia e o Próximo Oriente.[\[109\]](#)

Implementaram-se programas de irrigação em grande escala no Khuzistão e no Iraque, como parte de uma tentativa deliberada de aumentar a produção agrícola, o que terá tido como efeito a diminuição dos preços dos produtos alimentares.[\[110\]](#) Os achados arqueológicos mostram que os lotes eram inspecionados antes de serem exportados, ao passo que os materiais textuais incluem cópias de contratos que eram selados e guardados em registos.[\[111\]](#) A incorporação, na Pérsia, de cidades e territórios que haviam estado sob a alçada dos kushans ao longo de quase dois séculos também permitiu uma intensificação do comércio com o Oriente.[\[112\]](#)

À medida que a Pérsia singrava, Roma começava a oscilar. Os sassânidas não eram o único problema, pois, por volta de 300 d. C., toda a extensão da fronteira oriental do império, que se estendia do mar do Norte ao mar Negro, do Cáucaso até à ponta mais meridional do Iémen, estava sob pressão. O império construía-se segundo o princípio da expansão e era protegido por um exército bem treinado. À medida que o crescimento territorial diminuía – em resultado de chegar às fronteiras naturais do Reno e do Danúbio e dos montes Tauro e Antitauro, no leste da Ásia Menor –, Roma tornou-se a vítima clássica do seu próprio sucesso: era agora um alvo para aqueles que viviam para lá das suas fronteiras.

Tomaram-se medidas desesperadas para tentar corrigir um preocupante desequilíbrio entre as receitas fiscais minguantes e os crescentes custos de defender as fronteiras – o que suscitou um inevitável protesto. Um comentador lamentava que o imperador Diocleciano, que tentou lidar com o défice fiscal de forma agressiva, criara mais problemas do que os que resolvera e que, «com a sua cobiça e ansiedade, virara o mundo de pernas para o ar».[\[113\]](#) Levou-se a cabo uma profunda revisão dos bens do império, um prelúdio à reforma do sistema fiscal. Despacharam-se oficiais a todos os cantos do império, que surgiam sem se fazerem anunciar para contar cada vinha e cada árvore de fruto, com a intenção de aumentar as receitas imperiais.[\[114\]](#) Emitiu-se um édito válido para todo o império que

estipulava os preços de bens essenciais, bem como de produtos importados de luxo como sementes de sésamo, cominhos, rábanos e canela. Um fragmento desta ordem recentemente descoberto em Bodrum mostra quão longe o Estado tentava chegar: a ordem impunha limites aos preços de não menos do que vinte e seis tipos de calçado, desde sandálias douradas de mulher até sapatos púrpura de salto raso ao estilo da Babilónia, limites esses que eram vigiados pelos inspetores fiscais de Roma.[\[115\]](#)

O esforço de tentar restabelecer o império revelou ser demasiado para Diocleciano, que se retirou para a costa da Croácia, onde se dedicou a coisas mais prazerosas do que os assuntos de Estado. «Gostaria que viesses visitar-me a Salona», escreveu a um antigo colega, «e visses as couves que eu próprio plantei»; as couves eram tão impressionantes, prosseguiu, que «a perspectiva de voltar ao poder nunca mais podia ser tentadora».[\[116\]](#) Ao passo que Augusto se retratara como um soldado numa famosa e magnífica estátua encontrada na Prima Porta, na periferia de Roma, Diocleciano preferia apresentar-se como lavrador. O que resume a mudança nas ambições de Roma no curso de trezentos anos, desde contemplar a expansão até à Índia ao cultivo de verduras que ganhavam prémios.

Enquanto os romanos olhavam nervosamente, uma poderosa nuvem de tempestade formava-se no horizonte. Foi o imperador Constantino quem decidiu agir. Filho de um dos principais homens do império, Constantino era ambicioso e capaz, com um talento para se encontrar no lugar certo na hora certa. Tinha uma visão para Roma que era ao mesmo tempo clara e desconcertante. O império precisava de uma liderança forte – isso era óbvio para todos. Mas o seu plano era mais radical do que simplesmente concentrar o poder nas suas mãos: erigir uma nova cidade, uma nova pérola no fio que ligava o Mediterrâneo ao Oriente. A localização que aptamente escolheu era o ponto onde Europa e Ásia se encontravam.

Há muito que circulavam rumores sobre a vontade dos soberanos de Roma de mudarem a sede do poder imperial. Segundo um autor romano, Júlio César considerara fazer a capital em Alexandria ou no local da antiga Troia, na Ásia Menor, mais bem localizadas para governar perto de onde residiam

os interesses romanos.[\[117\]](#) No início do século IV, isto finalmente aconteceu, com o estabelecimento de uma magnífica cidade na encruzilhada da Europa com a Ásia, um sinal eloquente de onde se encontrava o foco do império.

No sítio da antiga cidade de Bizâncio, foi erigida uma esplêndida nova metrópole, nas margens do Bósforo, que, a seu tempo, não só rivalizou com Roma como a superou. Construíram-se enormes palácios, bem como um hipódromo para corridas de quadrigas. No centro da cidade, foi levantada uma enorme coluna, esculpida a partir de um único bloco maciço de pórfiro, com uma estátua do imperador no topo a olhar para baixo. A nova cidade recebeu o nome de Nova Roma, mas depressa passou a ser conhecida como a cidade do seu fundador Constantino – Constantinopla. Criaram-se instituições paralelas que espelhavam as da cidade-mãe, incluindo um senado, cujos membros eram alvo de troça enquanto novos-ricos – os filhos de latoeiros, funcionários dos banhos, salsicheiros e assim por diante.[\[118\]](#)

Constantinopla iria tornar-se a maior e mais importante cidade do Mediterrâneo, eclipsando de longe as suas congêneres em tamanho, influência e importância. Ainda que muitos académicos atuais repudiem veementemente a ideia de que Constantino tencionasse fundar uma capital imperial na cidade, os vastos recursos investidos na sua construção contam a sua própria história.[\[119\]](#) Constantinopla situava-se numa posição dominante para outras rotas sensíveis, acima de tudo o tráfico marítimo que entrava e saía do mar Negro, e era também um ponto de escuta para os desenvolvimentos a oriente e a norte – nos Balcãs e na direção das planícies da Panónia, que prometiam problemas no futuro.

Para grande parte da população da Antiguidade, os horizontes eram decididamente locais – o comércio e a interação entre povos aconteciam a pequenas distâncias. Não obstante, as redes das comunidades entrelaçavam-se, criando um mundo complexo, onde os gostos e as ideias eram moldados por produtos, princípios artísticos e influências vindos de milhares de quilómetros de distância.

Há dois milénios, as sedas feitas à mão na China eram usadas pelos ricos e poderosos em Cartago e noutras cidades do Mediterrâneo, ao passo que a cerâmica manufaturada no sul de França podia ser encontrada em Inglaterra e no Golfo Pérsico. Especiarias e condimentos cultivados na Índia eram usados nas cozinhas de Xinjiang e nas cozinhas de Roma. Edifícios no norte do Afeganistão ostentavam inscrições em grego, ao passo que os cavalos da Ásia Central eram orgulhosamente cavalgados a milhares de quilómetros para oriente.

Podemos imaginar a vida de uma moeda de ouro há dois milénios, cunhada talvez numa província e usada por um jovem soldado como parte do seu soldo para comprar bens na fronteira norte de Inglaterra, que regressasse a Roma nos cofres de um oficial imperial enviado para cobrar impostos, antes de passar para as mãos de um mercador dirigindo-se para oriente e, depois, usada para pagar produtos comprados a mercadores chegados a Barygaza para vender as suas provisões. Aí, foi admirada e apresentada a líderes do Indocuche, que elogiaram o seu desenho, forma e tamanho e, depois, a enviaram a um gravador para que fosse copiada – o gravador talvez fosse de Roma, talvez da Pérsia, ou da Índia, ou da China, ou talvez um local versado nas artes da cunhagem. Este era um mundo interligado, complexo e sedento de trocas.

É fácil moldar o passado de maneira que assuma uma forma que achemos conveniente e acessível. Mas o mundo antigo era muito mais sofisticado e interligado do que, por vezes, gostamos de pensar. Ver Roma como a progenitora da Europa Ocidental ignora o facto de que Roma olhou consistentemente para o Oriente e foi muitas vezes moldada por influências orientais. O mundo da Antiguidade era, sem dúvida, um precursor do mundo como o vemos hoje – exuberante, competitivo, eficiente e enérgico. Uma cadeia de cidades atravessava a Ásia. O Ocidente começara a olhar para o Oriente, e o Oriente começara a olhar para o Ocidente. Juntamente com o tráfico crescente que unia a Índia e o Golfo Pérsico e o mar Vermelho, as Rotas da Seda da Antiguidade tinham uma vida vibrante.

Os olhos de Roma haviam-se fixado na Ásia quando a república se transformou num império. E, como se verá, o mesmo aconteceu com a sua alma.

Pois Constantino – e o Império Romano – encontrara Deus; e a nova fé vinha também do Oriente. Surpreendentemente não vinha da Pérsia nem da Índia, mas de uma província pouco promissora, onde, três séculos antes, Pôncio Pilatos se tornara infame como governador. O cristianismo estava prestes a espalhar-se em todas as direções.

Rota das Fés

Na Antiguidade, não eram apenas as mercadorias que circulavam ao longo das artérias que ligavam o Pacífico, a Ásia Central, a Índia, o Golfo Pérsico e o Mediterrâneo, mas também as ideias. E entre as mais poderosas ideias contavam-se aquelas que diziam respeito ao divino. As trocas intelectuais e religiosas sempre haviam sido animadas nesta região; agora, tornavam-se mais complexas e mais competitivas. Cultos e sistemas de crenças locais entraram em contacto com cosmologias bem estabelecidas, de onde resultou um cadinho fervilhante em que as ideias eram trocadas, refinadas e reformuladas.

Depois de as campanhas de Alexandre Magno terem levado as ideias gregas para oriente, não passou muito tempo até que as ideias começassem a fluir na direção inversa. Os conceitos budistas atravessaram rapidamente a Ásia, especialmente depois de terem sido defendidas pelo imperador Ashoka, que alegadamente se converteu ao budismo após refletir no custo horrível das campanhas militares que haviam criado um grande império na Índia, no século III a. C. As inscrições desta época dão testemunho do grande número de pessoas que agora seguiam princípios e práticas budistas na Síria e talvez mais além. As crenças de uma seita conhecida como os Terapeutas, que singrou na Alexandria, Egito, ao longo de séculos, apresentam inegáveis semelhanças com o budismo, incluindo o uso de escrituras alegóricas, a dedicação à sabedoria através da oração e o despegamento do ego de forma a encontrar uma calma interior.[\[1\]](#)

As ambiguidades das fontes tornam difícil rastrear com precisão a disseminação do budismo. Não obstante, é notória a existência de uma extensa literatura contemporânea que descreve o modo como a religião saiu do subcontinente indiano e chegou a novas regiões. As autoridades locais tinham de decidir entre tolerar o seu surgimento, proibi-lo ou adotá-lo e apoiá-lo. Exemplo do último caso foi o de Menandro, rei báctrio do século II a. C. e descendente de um dos homens de Alexandre Magno. Segundo um texto conhecido como *Milindapañhā*, o rei foi persuadido a seguir um novo caminho espiritual graças à intercessão de um monge cuja inteligência, compaixão e humildade contrastavam com a superficialidade do mundo de então. Foi aparentemente quanto bastou para que o monarca procurasse a sabedoria nos ensinamentos budistas.^[2]

Os espaços intelectuais e teológicos das Rotas da Seda fervilhavam, à medida que deuses e cultos, sacerdotes e soberanos locais se entrecruzavam. A fasquia era alta. Esta era uma época em que as sociedades se mostravam muito recetivas a todo o tipo de explicações, do mais mundano ao sobrenatural, e em que a fé oferecia soluções para variados problemas. As lutas entre as diferentes fés eram altamente políticas. Em todas estas religiões – quer tivessem origem no Índico, como o hinduísmo, o jainismo ou o budismo, quer tivessem origem na Pérsia, como o zoroastrismo e o maniqueísmo, quer tivessem origem mais a ocidente, como o judaísmo e o cristianismo e, claro, a seu tempo, o islão –, o triunfo no campo de batalha ou na mesa das negociações seguia a par de uma demonstração de supremacia cultural e bênção divina. A equação era tão simples quanto poderosa: uma sociedade protegida e favorecida pelo deus ou deuses certos prosperava; aquelas que adoravam falsos ídolos e faziam promessas vãs sofriam.

Os soberanos tinham assim um forte incentivo a investir na infraestrutura espiritual certa, construindo magníficos locais de culto. Com isto, garantiam também o controlo interno, podendo formar relações mutuamente benéficas com o clero, que, em todas as principais religiões, mantinha uma substancial autoridade moral, bem como poder político. O que não significa que os soberanos fossem passivos, reagindo a doutrinas estabelecidas por

uma classe (ou casta, em alguns casos) independente. Pelo contrário, os soberanos mais determinados podiam reforçar a sua autoridade e domínio introduzindo novas práticas religiosas.

O Império Kushan, que se estendia do norte da Índia e abarcava grande parte da Ásia Central nos primeiros séculos depois de Cristo, oferece um exemplo paradigmático. Os reis kushans patrocinavam o budismo, mas também forçaram a sua evolução. Era importante que uma dinastia reinante não nativa criasse uma justificação para a sua proeminência. Para tal, combinavam-se ideias de diferentes fontes de forma a encontrar um mínimo denominador comum que apelasse ao maior número possível de pessoas. Em consequência, os kushans patrocinaram a construção de templos – *devakula*, ou «templos da família divina» – que desenvolveram o conceito que já se havia enraizado nesta região, o de que os soberanos estabeleciam a ligação entre o céu e a terra.[3]

Menandro já antes havia anunciado nas suas moedas que não era apenas um soberano temporal, mas também um salvador – algo tão importante que vinha inscrito tanto em grego (*soteros*) como em índico (*tratasā*) nas legendas bilingues das suas moedas.[4] Os kushans foram mais longe e estabeleceram um culto do líder que reivindicava uma relação direta com o divino, assim criando distância entre governante e governados. Uma inscrição encontrada em Taxila, no Punjab, ilustra-o na perfeição. O soberano, enuncia audazmente, era «o grande rei, rei dos reis e Filho de Deus»[5], uma fórmula que tem ecos evidentes com o Antigo e o Novo Testamento – como também acontece com o conceito de rei enquanto salvador e intermediário da vida após a morte.[6]

No que veio a ser uma revolução no budismo por volta do século I d. C., ocorreu uma transformação no modo como a fé moldava a vida quotidiana dos seus crentes. Na sua forma mais básica e tradicional, os ensinamentos de Buda eram diretos e advogavam que se devia encontrar um rumo que levasse do sofrimento (em sânscrito: *duḥkha*) a um estado de paz (*nirvāṇa*) através das oito «nobres vias». O caminho para a sabedoria não envolvia terceiros nem dizia respeito ao mundo material ou físico de nenhum modo relevante. A viagem era espiritual, metafísica e individual.

Isso viria a mudar dramaticamente à medida que emergiam novas formas de atingir um estado de consciência mais elevado. O que fora uma viagem interior intensa, imune a condicionamentos e influências exteriores, era agora suplementada por conselhos, ajuda e locais concebidos para tornar mais atraente o caminho para a sabedoria e o próprio budismo. Foram construídas estupas ou templos ostensivamente ligados a Buda, que se tornaram pontos de peregrinação, ao passo que os textos que estipulavam como deveriam os crentes comportar-se nesses locais tornavam mais reais e tangíveis os ideais por detrás do budismo. Levar flores ou perfumes como oferendas a um templo ajudaria a encontrar a salvação, avisava o texto *Saddharmapundarīka*, conhecido como *Sutra do Lótus*, que remonta a este período. O mesmo aconteceria contratando músicos para «tocar tambores, trompas e búzios, flautas e flautas de pã, alaúdes e harpas, gongos, guitarras e timbales»: isto ajudaria o devoto a atingir «a essência de Buda».[7] Estes eram esforços deliberados para tornar o budismo mais visível – e audível – e para lhe permitir competir melhor num ambiente religioso cada vez mais ruidoso.

Uma outra nova ideia era a das doações – especificamente doações concedidas a mosteiros que surgiram ao longo das rotas que saíam da Índia e se espalhavam pela Ásia Central. Doar dinheiro, joias e outras oferendas tornou-se prática comum, e com isso a ideia de que os doadores seriam «levados para longe dos oceanos do sofrimento» como recompensa pela sua generosidade.[8] Com efeito, o *Sutra do Lótus* e outros textos deste período foram ao ponto de enumerar os objetos preciosos que mais se adequavam como oferendas: pérolas, cristais, ouro, prata, lápis-lazúli, corais, diamantes e esmeraldas eram todos considerados muito aceitáveis.[9]

Os projetos de irrigação em grande escala nos vales dos atuais Tajiquistão e sul do Uzbequistão, construídos por volta da mudança de eras, mostram que este período assistiu a uma crescente riqueza e prosperidade, bem como a trocas culturais e comerciais cada vez mais pródigas.[10] Os centros monásticos, podendo recorrer a elites locais abastadas, não tardaram em tornar-se colmeias de atividade e a albergar estudiosos que se ocupavam de compilar os textos budistas, copiando-os e traduzindo-os para as línguas

locais, tornando-os assim disponíveis para um público mais vasto. Também isto fazia parte do programa para disseminar a religião tornando-a mais acessível. O comércio abriu a porta por onde entrou a fé.[11]

Por volta do século I d. C., a disseminação do budismo do norte da Índia ao longo das rotas comerciais percorridas por mercadores, monges e viajantes acelerou rapidamente. A sul, no planalto do Decão, foram construídos vários templos em cavernas, e no interior profundo do subcontinente indiano as estupas pontuavam a paisagem.[12] A norte e a oriente, o budismo foi transmitido com crescente energia pelos mercadores sogdianos, que desempenharam um papel crucial na ligação entre a China e o Vale do Indo. Eram mercadores viandantes do coração da Ásia Central, intermediários clássicos, cujas redes próximas de contactos e cujo uso eficiente do crédito os posicionava idealmente para dominar o comércio a longa distância.[13]

A chave para o seu êxito comercial residia em disporem de uma cadeia de pontos de paragem de confiança. À medida que cada vez mais sogdianos se convertiam ao budismo, as estupas iam sendo construídas ao longo das suas principais rotas, como se pode ver no vale de Hunza, no norte do Paquistão: inúmeros sogdianos de passagem gravaram os seus nomes em pedras nas imagens de Buda, na esperança de que as suas longas viagens fossem frutíferas e seguras – imagens pungentes da necessidade dos viajantes de conforto espiritual quando longe de casa.[14]

Não são apenas essas pequenas inscrições que atestam a disseminação enérgica do budismo à época. Cabul era circundada por quarenta mosteiros, incluindo um que certo visitante tardio descreveu com fervor. A sua beleza era comparável à beleza da primavera, escreveu. «O chão era feito de ónix, as paredes de puro mármore: a porta era feita de ouro moldado, ao passo que o chão era de prata sólida; as estrelas estavam representadas para onde quer que se olhasse [...] no corredor, havia um ídolo de ouro tão belo como a lua, sentado num magnífico trono cravejado de pedras preciosas.»[15]

Depressa as ideias e práticas budistas se espalharam até oriente, para lá das montanhas Pamir, e entraram na China. No início do século IV d. C., havia locais sagrados budistas em toda a província de Xinjiang, no noroeste

da China – como o espetacular complexo de cavernas em Qyzyl, na bacia do Tarim, que incluía locais de culto, lugares de meditação e extensas acomodações. Não tardou muito até que a China ocidental se visse repleta de espaços sagrados, em Kashgar, Kucha e Turfan, por exemplo.[\[16\]](#) Na década de 460, o pensamento, práticas, arte e imagens budistas eram já moeda corrente na China, competindo robustamente com o confucionismo tradicional, uma cosmologia abrangente que dizia respeito tanto a uma ética pessoal, como a crenças espirituais, mas que tinha raízes profundas com mais de um milénio. Este processo foi fomentado através de uma promoção agressiva por parte de uma nova dinastia reinante, que, enquanto conquistadores originariamente das estepes, era considerada forasteira. Como acontecera com os kushans antes deles, os Wei do Norte tinham muito a ganhar em promover o novo às custas do antigo e em patrocinar conceitos que sublinhavam a sua legitimidade. Grandes estátuas de Buda foram erigidas em Pincheng e Luoyang, no extremo oriente do país, bem como mosteiros com amplos recursos e templos. A mensagem era inconfundível: os Wei do Norte haviam triunfado, e o seu triunfo devia-se a fazerem parte de um ciclo divino e não a serem apenas a parte vitoriosa no campo de batalha.[\[17\]](#)

O budismo fez consideráveis incursões ao longo das principais artérias comerciais também a ocidente. Complexos trogloditas no Golfo Pérsico, bem como um grande número de achados perto de Merv, no atual Turquemenistão, e séries de inscrições no interior profundo da Pérsia comprovam a capacidade do budismo de começar a competir com as crenças locais.[\[18\]](#) O grande número de palavras em língua parta tomadas de empréstimo ao budismo também atestam a intensificação da troca de ideias neste período.[\[19\]](#)

A diferença, contudo, é que o aprofundamento das trocas comerciais galvanizou a Pérsia numa outra direção, à medida que esta vivia um período de renascimento que tocou na economia, na política e na cultura. Com a reafirmação de uma identidade distintivamente persa, os budistas viram-se perseguidos, em vez de emulados. A ferocidade desses ataques levou a que

os templos no Golfo fossem abandonados e a que as estupas que presumivelmente haviam sido erigidas ao longo das rotas terrestres dentro do território persa fossem destruídas.[20]

As religiões cresciam e desapareciam à medida que se espalhavam pela Eurásia, lutando entre si para granjear um público, lealdade e autoridade moral. A comunicação com o divino era mais do que procurar intervenção na vida quotidiana; era uma questão de salvação ou condenação. Os contactos tornaram-se violentos. Os primeiros quatro séculos do primeiro milénio, que assistiram ao surgimento do cristianismo numa pequena base na Palestina e à sua disseminação ao longo do Mediterrâneo e da Ásia, foram um turbilhão de guerras de fé.

O momento decisivo ocorreu quando os sassânidas tomaram o poder e derrubaram o regime reinante na Pérsia, fomentando a revolta, assassinando rivais e explorando a confusão que se seguiu às derrotas militares na fronteira com Roma – sobretudo no Cáucaso.[21] Após tomar o poder em 224 d. C., Ardashīr I e os seus sucessores embarcaram na transformação total do Estado. Essa transformação envolvia a asserção de uma identidade estridente que obliterava a história recente e procurava acentuar as ligações com o grande Império Persa da Antiguidade.[22]

O objetivo foi prosseguido fundindo a paisagem física e simbólica contemporânea com a paisagem do passado. Locais centrais no Irão antigo, como Persépolis, capital do Império Aqueménida, e a necrópole Naksh-e Rostām, associada aos grandes reis persas Dario e Ciro, foram apropriados para propaganda cultural; as novas inscrições, a arquitetura monumental e os altos-relevos em pedra visavam amalgamar o presente regime com as recordações gloriosas do passado.[23] O sistema de cunhagem de moeda foi revisto: a escrita e os bustos gregos que seguiam o modelo de Alexandre Magno e que haviam estado em uso ao longo de séculos foram substituídos por um novo e distintivo perfil do rei numa das faces – virado na direção oposta – e um altar de fogo na outra.[24] A última característica era deliberadamente provocadora, uma declaração de intenções acerca de uma nova identidade e de uma nova atitude quanto à religião. Tanto quanto as limitadas fontes deste período nos permitem compreender, os soberanos da

região haviam mostrado tolerância em questões de fé ao longo de séculos, permitindo um considerável grau de coexistência.[25]

O surgimento de uma nova dinastia depressa comportou uma maior severidade, e os ensinamentos de Zardusht (ou Zaratustra) foram indubitavelmente promovidos em detrimento de outras ideias. Conhecido pelos gregos antigos como Zoroastro – o grande profeta persa que viveu cerca de 1000 a. C., se não antes –, ensinava que o universo se dividia segundo dois princípios, Ahura Mazda (Sabedoria Iluminadora) e a sua antítese, Angra Mainyu (Espírito Hostil), que estavam em constante conflito. Era importante, por essa razão, adorar o primeiro, responsável pela boa ordem. A divisão do mundo em forças benevolentes e maléficas estendeu-se a todos os aspetos da vida e afetou mesmo áreas como a categorização dos animais.[26] A purificação ritual era um elemento vital do culto zoroástrico, sobretudo pelo fogo. Ahura Mazda, segundo o sistema de crenças, podia trazer «o bem do mal, a luz das trevas» e podia salvar de demónios.[27]

Esta cosmologia permitiu aos soberanos sassânidas ligarem o seu poder aos dias de glória da antiga Pérsia, quando os grandes reis professavam a sua devoção a Ahura Mazda.[28] Mas também providenciava um poderoso referente moral para um período de expansão militar e económica: a ênfase no estado de luta constante fortalecia os espíritos para a batalha, ao passo que o foco na ordem e na disciplina ressoava nas reformas administrativas que se tornaram a marca de água de um Estado ressurgente. O zoroastrismo apresentava um robusto sistema de crenças que estava perfeitamente alinhado com uma cultura militarista de renovação imperial.[29]

Os sassânidas expandiram-se agressivamente no reinado de Ardashīr I e do seu filho Shāpūr I, assumindo o controlo direto de cidades-oásis, rotas de comunicação e regiões inteiras ou forçando-as ao estatuto de clientes. Cidades importantes como Sistão, Merv e Balkh foram tomadas numa série de campanhas com início na década de 220, ao passo que uma parte significativa dos territórios kushans se tornaram Estados vassalos, administrados por oficiais sassânidas que assumiam o título de *kushānshāh* (soberano dos kushans).[30] Uma inscrição triunfante em Naksh-i Rostām

mostra a escala do feito, fazendo notar que o reino de Shāpūr se estendera pelo oriente, chegando tão longe quanto Peshawar e «até aos limites» de Kashgar e Tashkent.[31]

Os crentes do zoroastrismo posicionaram-se perto do centro do poder quando os sassânidas subiram ao trono e fizeram muito para concentrar o controlo administrativo nas suas mãos em detrimento de todas as outras minorias religiosas.[32] Isso mesmo se projetava agora nas novas regiões controladas pelos líderes persas. As inscrições encomendadas pelo sacerdote principal, Kirdīr, em meados do século III d. C., celebravam a expansão do zoroastrismo. A religião e os seus sacerdotes passaram a ser estimados e venerados em amplas regiões, ao passo que «muitos fogos e colégios sacerdotais» haviam florescido em terras conquistadas aos romanos. Espalhar a fé exigia muito trabalho árduo, mas, acrescenta Kirdīr modestamente, «eu entreguei-me a muitos esforços e cuidados pelo bem dos *yazads* [poderes divinos] e pelos soberanos e também pelo bem da minha própria alma».[33]

A promoção do zoroastrismo foi acompanhada pela supressão de cultos locais e de cosmologias rivais, qualificadas como doutrinas maléficas. Judeus, budistas, hindus, maniqueístas e outros foram perseguidos; os seus locais de culto saqueados, os «ídolos destruídos, os santuários dos demónios demolidos e transformados em templos dos deuses».[34] A expansão do Estado persa foi acompanhada pela implementação severa de valores e crenças apresentados como sendo tradicionais e essenciais para o êxito político e militar. Aqueles que ofereciam diferentes explicações ou valores concorrentes eram perseguidos e, em muitos casos, mortos – como Mani, um profeta carismático do século III cujas ideias, uma amálgama de fontes do Oriente e do Ocidente, em tempos haviam sido defendidas por Shāpūr I; os seus ensinamentos eram agora condenados por serem subversivos, embriagantes e perigosos, e os seus seguidores foram implacavelmente perseguidos.[35]

Entre aqueles que foram escolhidos para tratos de polé, e explicitamente mencionados por Kirdīr na sua lista de alvos, encontravam-se os *nasraye* e os *kristyone* – ou seja, os «nazarenos» e os «cristãos». Houve uma grande

polêmica acadêmica sobre os grupos a que estes dois termos se referem, mas é agora aceite que o primeiro designa a população nativa do Império Sassânida que se tornou cristã, ao passo que o segundo se refere aos cristãos deportados para oriente em grandes números por Shāpūr I após a ocupação da Síria romana, que tomou de surpresa as autoridades locais e centrais.^[36] Uma das razões pelas quais o zoroastrismo se tornou tão enraizado na consciência e identidade da Pérsia no século III foi enquanto reação às incursões realizadas pelo cristianismo, cuja disseminação ao longo das rotas comerciais era causa para alarme – como o fora o budismo a oriente. A radicalização dramática da filosofia zoroástrica precisamente por volta desta época foi acelerada por uma reação hostil ao pensamento e ideias cristãos trazidos por mercadores e prisioneiros que se instalaram em território persa após terem sido deportados da Síria.^[37]

O cristianismo tem sido há muito tempo associado com o Mediterrâneo e a Europa Ocidental. Em parte, tal deve-se à localização da liderança eclesiástica, com as principais figuras das igrejas católica, anglicana e ortodoxa baseadas em Roma, Canterbury e Constantinopla (atual Istambul), respetivamente. Mas, na verdade, todos os aspetos do primeiro cristianismo eram asiáticos. O seu ponto focal geográfico era, claro, Jerusalém, acompanhado dos outros locais relacionados com o nascimento, vida e crucificação de Jesus; a sua língua original era o aramaico, parente da família semítica de línguas nativas do Próximo Oriente; o seu referente teológico e espiritual era o judaísmo, formado em Israel e durante o exílio no Egito e na Babilónia; as suas histórias eram moldadas por desertos, inundações, secas e fomes desconhecidos da Europa.^[38]

Os relatos históricos da expansão do cristianismo ao longo da região mediterrânea são já bem estabelecidos, mas o seu progresso inicial foi muito mais espetacular e promissor no Oriente do que na bacia do Mediterrâneo, onde se espalhou ao longo das rotas marítimas.^[39] Inicialmente, as autoridades romanas deixaram os cristãos em paz, mais divertidos do que qualquer outra coisa com a paixão dos primeiros crentes. Plínio, o Novo, por exemplo, escreveu ao imperador Trajano, no século II, a

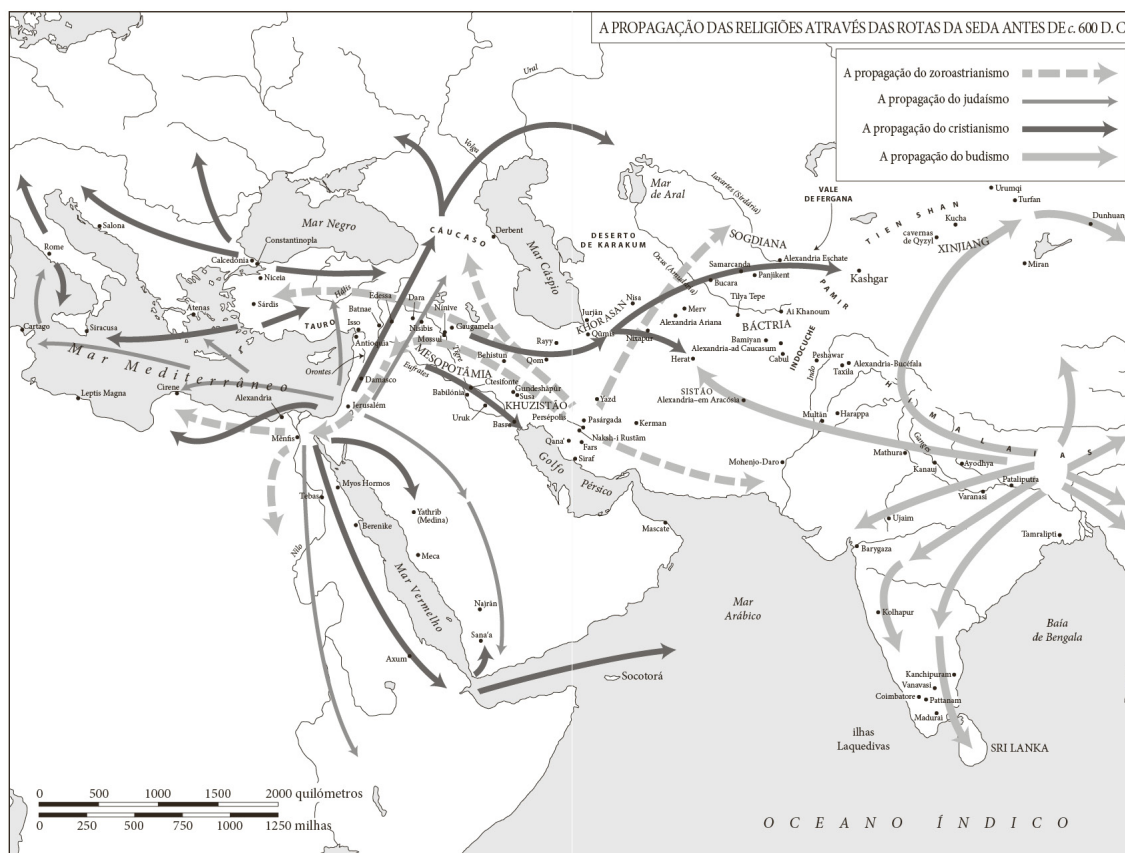
pedir conselho sobre o que fazer com os cristãos que lhe eram trazidos na Ásia Menor. «Nunca tomei parte em julgamentos de cristãos», escreveu. «Por isso, não sei quais são os castigos apropriados nem a que ponto as suas atividades deverão ser vigiadas.» Mandou executar alguns cristãos, «pois não duvidei de que, independentemente daquilo em que acreditam, a sua teimosia e obstinação inflexível deveriam ser punidas».[40] A resposta do imperador recomendava tolerância: não procures cristãos, dizia, a menos que sejam denunciados, lida com eles um a um, «pois não é possível estabelecer uma regra que se aplique a todos a despeito das circunstâncias». Mas nunca deverás agir com base em rumores ou acusações anónimas, pois isso, acrescentou altivamente, «iria contra o espírito da nossa época».[41]

Porém, não muito depois desta troca de correspondência, as atitudes endureceram, refletindo a cada vez maior penetração do cristianismo em toda a sociedade romana. O exército imperial, em particular, começou a ver a nova religião, com os seus valores subversivos em relação ao pecado, ao sexo, à morte e à vida em geral, como uma ameaça aos valores marciais tradicionais.[42] A partir do século II, perseguições brutais assassinaram milhares de cristãos, muitas vezes como parte de entretenimento público. Em resultado, surgiu um *corpus* rico de textos comemorando os que perderam as vidas por causa da sua fé.[43] Os primeiros cristãos tiveram de lutar contra o preconceito, fazendo soar gritos angustiados de escritores como Tertuliano (c. 160-225 d. C.), cujos apelos foram comparados por um reconhecido académico aos de Shylock de Shakespeare: nós, cristãos, «vivemos ao vosso lado, partilhamos a vossa comida, a vossa roupa, os vossos costumes, as mesmas necessidades da vida», implorou ele.[44] Que não frequentemos as cerimónias religiosas romanas, escreveu, não significa que não sejamos seres humanos. «Teremos nós dentes diferentes, ou órgãos, ou um apetite incestuoso?»[45]

O cristianismo começou por se espalhar para oriente através das comunidades judaicas que viviam na Mesopotâmia desde o exílio babilónico.[46] Essas comunidades receberam os relatos da vida e morte de Jesus não em traduções gregas, como acontecia a quase todos os convertidos a ocidente, mas em aramaico, a língua dos discípulos e de

Jesus. Como no Mediterrâneo, os mercadores foram cruciais para o processo de evangelização no Oriente – a cidade de Edessa, atual Urfa, no sudeste da Turquia, tornou-se particularmente proeminente graças à sua posição como encruzilhada de rotas que se estendiam de norte-sul e de oriente-ocidente.[\[47\]](#)

Os evangelistas depressa chegaram ao Cáucaso, e, na Geórgia, as práticas fúnebres e as inscrições revelam a existência de uma substancial população de judeus que se converteu.[\[48\]](#) Não demorou muito até que as comunidades cristãs pontuassem todo o Golfo Pérsico. Sessenta túmulos perto do Bahrein escavados em recifes de coral mostram quão longe chegara a religião no início do século III.[\[49\]](#) Um texto conhecido como *Livro das Leis dos Países*, escrito por volta desta época, regista que os cristãos se encontravam em toda a Pérsia, chegando mesmo ao território controlado pelos kushans a oriente – por outras palavras, chegando ao atual Afeganistão.[\[50\]](#)



A disseminação da religião foi encorajada pelas deportações em grande escala de cristãos da Pérsia durante o reinado de Shāpūr I, no século III. Entre os exilados contavam-se figuras proeminentes como Demétrio, bispo de Antioquia, que foi transportado para Beth Lapat, atual Gundeshāpūr, no sudoeste do Irão, onde reuniu os seus pares cristãos à sua volta e estabeleceu um novo bispado.^[51] Alguns cristãos haviam granjeado um alto estatuto na Pérsia, como uma romana chamada Cândida que era uma concubina diletta na corte, até que a sua recusa em abandonar a fé cristã a levou ao martírio, segundo um relato cristão que avisava acerca da sede de sangue do xá e daqueles que o rodeavam.^[52]

Estas histórias pungentes entram na categoria da literatura que procurava estabelecer a superioridade dos costumes e crenças cristãos sobre as práticas tradicionais. As fontes rareiam, mas podemos formar uma ideia sobre as batalhas de propaganda que se travavam à época. Ao contrário de

outros habitantes da Pérsia, escreveu um autor, os «discípulos de Cristo» na Ásia «não praticam os hábitos condenáveis desses povos pagãos». Um sinal bem-vindo, notou outro autor, de que os cristãos faziam elevar a fasquia na Pérsia e noutras regiões do Oriente; «os persas que se tornaram Seus discípulos já não se casam com as mães», ao passo que outros, nas estepes, já não «comiam carne humana, por causa da palavra de Cristo, que chegou até eles». Essas melhorias deveriam ser gratamente bem-vindas, escreveu. [53]

Foi a crescente penetração e visibilidade dos cristãos na Pérsia, em meados do século III, que levou o clero zoroástrico a reagir com crescente violência, fazendo eco da resposta do Império Romano. [54] No entanto, como atesta a inscrição de Kirdīr, as atitudes na Pérsia começavam a endurecer não apenas quanto aos cristãos, mas também em relação a outras fés. A opressão de cosmologias alternativas seguia a par com o fervente zoroastrismo que caracterizou o ressurgimento da Pérsia. Começava a emergir uma religião estatal, que identificava os valores zoroástricos com os valores persas e providenciava o que foi designado como «um pilar de sustentação da dinastia sassânida». [55]

Uma série de reações em cadeia havia sido posta em movimento, em que a competição por recursos e a confrontação militar incitava ao surgimento de sofisticados sistemas de crenças que não só conferiam sentido às vitórias e ao êxito, mas também minavam diretamente os sistemas de rivais fronteiriços. No caso da Pérsia, tal resultou num clero cada vez mais estridente e confiante, cuja função se imbricava na esfera política – como tornam claro as inscrições.

Este processo teve consequências inevitáveis, especialmente quando o cristianismo foi exportado para regiões fronteiriças ou territórios recentemente conquistados. Erigir os templos de fogo de que Kirdīr tinha tanto orgulho não arriscava apenas antagonizar as populações locais, mas também implementava a doutrina e a fé pela força. O zoroastrismo tornou-se sinónimo da Pérsia. Esta religião não tardou muito a ser vista como um instrumento de ocupação, mais do que uma forma de libertação espiritual. Assim, não foi por coincidência que algumas pessoas começaram a olhar

para o cristianismo precisamente como antídoto à promoção brutal das crenças do centro persa.

Não é inteiramente claro como e quando os soberanos do Cáucaso adotaram o cristianismo. Os relatos sobre a conversão do rei arménio Tirídates III, no início do século IV, só foram escritos tempos mais tarde – e são devedores quer da vontade de contar uma boa história como do pendor cristão dos seus autores.^[56] Mas, segundo a tradição, Tirídates converteu-se depois de se ter transformado num porco e de correr nu pelos campos até ter sido curado por São Gregório, que fora atirado para um poço infestado de cobras por se ter recusado a venerar uma deusa arménia. São Gregório curou Tirídates fazendo com que o focinho, presas e pelagem caíssem antes de batizar o monarca agradecido no Eufrates.^[57]

Tirídates não foi a única figura política de relevo a converter-se ao cristianismo neste período, pois, no início do século IV, Constantino, uma das mais influentes figuras de Roma, também se converteu. O momento decisivo sobreveio durante uma guerra civil tempestuosa, quando Constantino derrotou o seu rival Magêncio, na Ponte Mílvia, no centro de Itália, em 312 d. C. Pouco antes da batalha, Constantino supostamente olhou para o céu e viu «uma luz em forma de cruz» acima do Sol, juntamente com as palavras gregas «com este sinal, conquistarás». O significado deste fenómeno tornou-se-lhe inteiramente claro depois de ter sonhado que Jesus Cristo lhe explicava que o sinal da cruz o ajudaria a derrotar todos os seus rivais. É pelo menos assim que alguns autores gostam de descrever o que aconteceu.^[58]

Os relatos cristãos deixam poucas dúvidas sobre o entusiasmo irrefreado com que o imperador vigiou em pessoa a implementação do cristianismo em detrimento de outras religiões. Um autor, por exemplo, diz-nos que a nova cidade de Constantinopla não estava «poluída por altares, templos gregos ou sacrifícios pagãos», mas enriquecida por «esplêndidas casas de oração em que Deus prometeu abençoar os esforços do imperador».^[59] Um outro autor diz que o imperador mandou fechar famosos centros de culto e banii os oráculos e as adivinhações, ambos característicos da teologia romana. O sacrifício que se costumava fazer antes de terem início assuntos

oficiais foi igualmente banido, ao passo que as estátuas pagãs foram depostas e consideradas fora da lei.^[60] Havia pouco espaço para equívocos na história contada por autores com o interesse declarado de mostrar Constantino como o promotor obstinado das suas novas crenças.

Na verdade, os motivos que levaram Constantino a converter-se eram certamente mais complexos do que os relatos escritos em seu tempo de vida, ou mais tarde, sugerem. Desde logo, assumir a fé cristã adotada por um grande número de soldados era uma política astuta; depois, os monumentos, moedas e inscrições de todo o império que representam Constantino como fervoroso apoiante do culto do Sol Vencedor (ou *Sol Invictus*) dão a entender que a epifania deste foi menos incondicional do que sugerem os elogios fervorosos. Além disso, a despeito de asserções em contrário, o império não mudou de caráter do dia para a noite, pois figuras de relevo em Roma, Constantinopla e noutras partes continuaram a seguir as suas crenças tradicionais muito depois da revelação do imperador e do modo entusiasmado com que começou a apoiar a sua nova fé.^[61]

Não obstante, a aceitação do cristianismo por Constantino trouxe um claro separar de águas no Império Romano. As perseguições que haviam atingido um pico no reinado de Diocleciano terminaram. As lutas de gladiadores, havia muito a marca de água do entretenimento romano, foram abolidas em resultado do repúdio cristão a espetáculos que desvalorizavam a santidade da vida. «Espectáculos sangrentos desagradam-nos», lê-se no extrato de uma lei promulgada em 325 e registada mais tarde numa compilação da legislação imperial. «Proibimos [por isso] inteiramente a existência de gladiadores.» Aqueles que anteriormente seriam enviados para a arena como castigo por crimes que haviam cometido ou por crenças que se recusavam a abandonar eram agora enviados a «servir nas minas, para que sejam castigados pelos seus crimes sem que o seu sangue seja derramado».^[62]

À medida que abundantes recursos eram investidos em todo o império para apoiar o cristianismo, Jerusalém foi escolhida para receber construções maciças e dotações extravagantes. Se Roma e Constantinopla eram centros administrativos do império, o seu coração espiritual iria ser Jerusalém.

Partes da cidade foram terraplanadas, e a terra retirada de baixo de templos pagãos foi levada tão longe quanto possível, «maculada como estava por cultos maléficos». As escavações revelavam agora vários locais sagrados, incluindo a gruta onde Jesus fora deposto, que foi renovada e, «como o nosso Salvador, restituída à vida».[63]

Constantino encarregou-se em pessoa destas obras, decidindo que materiais deveriam ser usados na construção de uma igreja no local do Santo Sepulcro. O imperador delegara a escolha de tecidos e a ornamentação das paredes, mas queria estar envolvido no tipo de mármore a usar e na seleção das colunas. «Gostaria que me desses a tua opinião», escreveu a Macário, bispo de Jerusalém, «sobre o teto – se deverá ser revestido de painéis ou decorado num outro estilo. Se forem usados painéis, também poderá ser decorado com ouro.» Estas escolhas, prosseguiu, dependiam da sua aprovação pessoal.[64]

A celebrada conversão de Constantino assinalou o início de um novo capítulo na história do Império Romano. Ainda que o cristianismo não se tenha tornado uma religião estatal, o abrandamento das restrições e dos castigos abriu as portas à nova fé. Eram boas notícias para os cristãos e para o cristianismo no Ocidente, mas levou o cristianismo no Oriente ao desastre. Embora, inicialmente, Constantino se tenha convertido por tática, cunhando moedas com imagens claramente pagãs e erigindo uma estátua do próprio como Hélio-Apolo na sua nova cidade, depressa se tornou mais estridente.[65] Não demorou muito até que comesse a retratar-se como o protetor dos cristãos em toda a parte – incluindo fora do Império Romano.

Na década de 330, espalhou-se o rumor de que Constantino estava a preparar um ataque à Pérsia, aproveitando uma brecha oferecida por um irmão descontente do xá, que procurara refúgio na corte imperial romana. Os nervos persas devem ter ficado à flor da pele quando receberam uma carta de Constantino dizendo que estava muito contente por saber que «as melhores províncias da Pérsia estão repletas de homens em nome de quem aqui falo: refiro-me aos cristãos». Constantino tinha uma mensagem concreta para o líder persa Shāpūr II: «Recomendo essas pessoas à vossa proteção [...], recebei-as com a vossa habitual humanidade e gentileza;

pois, com esta prova de fé, assegurareis um incomensurável benefício para vós e para nós.»[66] A missiva poderia não querer ser mais do que um conselho educado, mas soava a ameaça: pouco depois, Roma estendeu a sua fronteira oriental para dentro de território persa e começou de imediato um programa de fortificação e construção de estradas para defender estas conquistas.[67]

Quando o líder da Geórgia, outro reino caucasiano de valor estratégico e comercial, viveu uma epifania apenas marginalmente menos colorida do que a de Constantino (o rei literalmente viu a luz depois de se ver engolido pela escuridão enquanto caçava), a ansiedade passou a pânico.[68] Com Constantino ausente, junto à fronteira do Danúbio, Shāpūr II lançou um ataque surpresa ao Cáucaso, depondo um dos soberanos locais e instalando em seu lugar um homem nomeado por ele. Constantino respondeu imediata e dramaticamente: juntou um enorme exército e, ordenando aos seus bispos que acompanhassem a futura expedição, mandou fazer uma réplica do Tabernáculo, a estrutura usada para albergar a Arca da Aliança. Depois, anunciou que desejava levar a cabo um ataque punitivo à Pérsia e ser batizado no rio Jordão.[69]

A ambição de Constantino não conhecia limites. Mandou cunhar moedas antecipadamente e concedeu ao seu meio sobrinho um novo título monárquico: rei da Pérsia.[70] O entusiasmo espalhou-se rapidamente entre os cristãos do Oriente, de que é exemplo uma carta escrita por Afrates, figura principal de um importante mosteiro perto de Mossul: «Boas novas chegaram ao povo de Deus.» Era por este momento que tinham ansiado: o reino de Cristo na terra estava prestes a estabelecer-se de uma vez por todas. «Não duvideis», concluiu, «a besta será morta quando a sua hora chegar.»[71]

Enquanto os persas preparavam uma resistência feroz, tiveram um enorme golpe de sorte: antes que a expedição pudesse partir, Constantino adoecera e morrera. Shāpūr II perseguiu implacavelmente a população cristã da Pérsia como represália pela agressão de Constantino. Instigado pelas autoridades zoroástricas, o xá «tinha sede do sangue dos santos».[72] Foram feitas dezenas de mártires: um manuscrito de Edessa, do início do

século v, regista a execução de não menos do que dezasseis bispos, bem como cinquenta padres neste lapso de tempo.^[73] Os cristãos eram agora vistos como uma guarda avançada, uma quinta coluna que abriria a Pérsia ao Império Romano do Ocidente. Os principais bispos foram acusados de virar os «seguidores e povos» do xá «contra [sua] Majestade e de se tornarem escravos do imperador que partilha a sua fé».^[74]

Este banho de sangue foi um resultado direto da adoção entusiasmada do cristianismo em Roma. As perseguições comandadas pelo xá tinham origem no facto de Constantino ter fundido a promoção do Império Romano com o cristianismo. As grandes tiradas do imperador podem ter impressionado e inspirado homens como Afrates, mas foram tidas como um desafio por parte dos líderes da Pérsia. A identidade romana havia sido clara antes da conversão de Constantino. Mas agora o imperador – e os seus sucessores – estava disposto a falar de proteger não só Roma e os seus cidadãos, mas também os cristãos em geral. Era um trunfo conveniente, sobretudo em casa, onde essa retórica era bem aceite por bispos e fiéis. Mas, para aqueles que viviam para lá das fronteiras do império, era potencialmente desastroso – como descobriram as vítimas de Shāpūr.

É assim irónico que, sendo Constantino famoso como imperador que criou os fundamentos do cristianismo na Europa, nunca se note que havia um preço a pagar pela sua conversão a uma nova fé: comprometer o futuro do cristianismo no Oriente. A questão era a de saber se os ensinamentos de Jesus Cristo que haviam singrado no interior da Ásia conseguiriam sobreviver a um determinado desafio.

Rota para um Oriente cristão

A seu tempo, as tensões entre Roma e a Pérsia abrandaram e, com estas, as atitudes quanto à religião. Tal deveu-se a Roma ter batido em retirada tão inexoravelmente no século ^{IV} que deu por si a lutar pela própria vida. Numa série de campanhas que duraram até à morte de Shāpūr II, em 379, a Pérsia conseguiu capturar nós fulcrais nas rotas de comércio e comunicação que se estendiam até ao Mediterrâneo. Nisibis e Sinagra foram recuperadas, e metade da Arménia anexada. Ainda que esta redistribuição territorial tenha ajudado a acalmar as animosidades, as relações só melhoraram, de facto, quando tanto Roma quanto a Pérsia se viram confrontadas com novos desafios: o desastre estava à espreita vindo das estepes.

O mundo entrava num período de mudança ambiental. Na Europa, isso tornou-se manifesto na subida das águas do mar e no surgimento de malária na região do mar do Norte, ao passo que, na Ásia, no início do século ^{IV}, a acentuada diminuição da salinidade do mar de Aral, uma vegetação marcadamente diferente nas estepes (patente nas análises de alta resolução dos pólenes) e novos padrões de avanço dos glaciares na cordilheira de Tian Shan atestam, todos, grandes mudanças climáticas globais.^[1]

Os resultados foram devastadores, como evidencia uma notável carta escrita por um mercador sogdiano no início do século ^{IV} e encontrada perto de Dunhuang, na China Ocidental. O mercador contava aos seus congéneres que as faltas de comida e a fome haviam ceifado um grande número de vidas, que sobre a China se abatera uma catástrofe quase impossível de

descrever. O imperador fugira da capital, pegando fogo ao palácio antes de o abandonar, ao passo que as comunidades mercantes sogdianas haviam desaparecido, levadas pela fome e pela morte. Não se deem ao trabalho de comerciar aí, avisava o autor: «não há lucro a ganhar». Contou ainda que cidade atrás de cidade estava a ser saqueada. A situação era apocalíptica.[2]

O caos criou as condições perfeitas para que o mosaico de tribos das estepes se consolidasse. Esses povos habitavam as faixas de terra que ligavam a Mongólia às planícies da Europa Central, onde o controlo das melhores pastagens e de abastecimentos fiáveis de água garantiam um considerável poder político. Uma tribo estabelecia-se agora como senhora das estepes, esmagando tudo à sua frente. O mercador sogdiano referia-se aos arquitetos do apocalipse na sua carta como *xwn*. Eram os xiongnu – mais conhecidos no Ocidente como hunos.[3]

Entre 350 e 360, deu-se uma enorme onda de migração à medida que as tribos abandonavam as suas terras e se dirigiam para ocidente. Este movimento foi, muito provavelmente, causado por mudanças climáticas, que tornaram a vida nas estepes exceccionalmente difícil e instigaram uma intensa competição pelos recursos. O impacto fez-se sentir na Bácia, no norte do Afeganistão, até à fronteira romana no Danúbio, onde começaram a aparecer grandes números de refugiados que imploravam autorização para se estabelecerem em território imperial, depois de terem sido forçados a abandonar as suas terras no mar Negro por causa do avanço dos hunos. A situação depressa se tornou perigosamente instável. Um enorme exército romano enviado para repor a ordem sofreu uma pesada derrota nas planícies da Trácia, em 378, contando-se o imperador Valente entre as muitas baixas. [4] As linhas de defesa foram rompidas, e tribo após tribo entrou nas províncias ocidentais do império, passando a constituir uma ameaça a Roma. Anteriormente, a margem setentrional do mar Negro e as estepes que se estendiam ao interior da Ásia tinham sido vistas como áreas implacavelmente bárbaras, cheias de guerreiros ferozes e desprovidas de civilização ou de recursos. Não ocorrera a Roma que estas regiões podiam servir como artérias, à semelhança das rotas que ligavam ocidente e oriente

através da Pérsia e do Egito. Estas mesmas regiões estavam agora prestes a infligir a destruição e a morte ao próprio coração da Europa.

A Pérsia também tremia perante o cataclismo vindo das estepes. As suas províncias orientais cederam perante o ataque, até que, por fim, entraram em colapso: as cidades ficaram despovoadas; as redes de irrigação cruciais degradaram-se e ruíram à medida que os assaltos se faziam sentir.[5] Os ataques ao longo do Cáucaso revelaram-se avassaladores e resultaram na captura de prisioneiros e em saques nas cidades da Mesopotâmia, Síria e Ásia Menor. Depois, em 395, um grande ataque de longo alcance devastou as cidades nas margens do Tigre e do Eufrates, chegando até Ctesifonte, a capital, antes de ser finalmente rechaçado.[6]

Unidas por um interesse comum de repelir as hordas bárbaras, Pérsia e Roma formaram uma notável aliança. Para impedir que os nómadas descessem ao longo do Cáucaso, foi construída uma maciça muralha fortificada que se estendia ao longo de cerca de duzentos quilómetros entre os mares Cáspio e Negro, protegendo o interior da Pérsia de ataques e servindo como grande barreira física entre o mundo ordenado a sul e o caos a norte. Dispondo de trinta fortes a espaços regulares ao longo do seu comprimento, a muralha era também protegida por um canal de 4,5 metros de profundidade. Era uma maravilha de planeamento e engenharia, construída com tijolos padronizados fabricados em inúmeros fornos instalados no local. A fortificação era guardada por 30 mil soldados, alojados em guarnições situadas próximas da própria muralha.[7] A barreira foi apenas uma de várias medidas inovadoras tomadas pelos sassânidas para defender a longa fronteira a norte da Pérsia com as estepes e para proteger entrepostos comerciais vulneráveis, como Merv, a primeira povoação que os atacantes encontrariam ao atravessarem o deserto de Karakum (no atual Turquemenistão).[8]

Roma não só concordou em prestar contribuições financeiras regulares para a manutenção desta muralha persa, mas também, segundo várias fontes coevas, forneceu soldados para ajudar a defendê-la.[9] Num sinal de que as antigas rivalidades haviam sido postas de lado, em 402, o imperador

Arcádio, em Constantinopla, nomeou não outro senão o xá como guardião do seu filho e herdeiro.[\[10\]](#)

Contudo, nessa altura já era tarde de mais – no que dizia respeito a Roma. As deslocções ao longo das estepes a norte do mar Negro haviam criado uma tempestade perfeita que levou a que as fronteiras no Reno entrassem em derrocada. Uma série de ataques no final do século ^{IV} abriu caminho para as províncias ocidentais de Roma, com os líderes tribais a granjearem honras tanto pelos seus êxitos militares, como pelos ganhos materiais, que atraíram mais seguidores e deram novo ímpeto a futuros ataques. Enquanto o exército imperial se esforçava por deter as hordas atacantes, onda após onda abateu-se sobre as defesas do império, levando à devastação da província da Gália. As coisas passaram de más a piores quando Alarico, líder particularmente eficaz e ambicioso, marchou com a sua tribo de visigodos por Itália e se instalou nas cercanias de Roma, visando intimidar a cidade até que esta lhe pagasse para se ir embora. O Senado tentou desesperadamente fazer isso mesmo, mas Alarico cansou-se de esperar e, em 410, invadiu e saqueou a cidade.[\[11\]](#)

A onda de choque percorreu o Mediterrâneo. Em Jerusalém, as notícias foram recebidas com incredulidade. «A voz do emissário falhou, e o seu discurso foi interrompido por soluços», escreveu São Jerónimo, «a cidade que conquistara o mundo inteiro fora ela própria conquistada [...], quem poderia acreditar? Quem poderia acreditar que Roma, construída ao longo de gerações através da conquista do mundo, houvesse caído, que a mãe das nações se tornara o seu túmulo?»[\[12\]](#) Pelo menos, não foi ateado fogo à cidade, escreveu o historiador Jordanes com a resignação agastada de quem conhecia a história da cidade.[\[13\]](#)

Em chamas ou não, o Império Romano do Ocidente soçobrava. Depressa a Hispânia foi saqueada, atacada por tribos como os alanos, que vinham das terras distantes entre os mares Cáspio e Negro e cujo comércio de peles de zibelinas havia sido cuidadosamente registado pela primeira vez por comentadores a escrever na China cerca de dois séculos antes.[\[14\]](#) Um outro grupo tribal, os vândalos, que haviam sido escoraçados pelos hunos, chegaram ao Norte de África romano na década de 420, tomando controlo

da principal cidade, Cartago, bem como das províncias circundantes, exuberantes e lucrativas, que forneciam milho a grande parte da metade ocidental do império.[15]

Como se não bastasse, em meados do século v, tendo feito avançar uma mescla de tribos – godos tervingos, alanos, vândalos, suevos, gépidas, neuri, bastarnas e outros –, os próprios hunos surgiram na Europa, liderados pela mais famosa figura da Antiguidade tardia: Átila.[16] Os hunos causaram terror puro. Eram a «sementeira do mal», escreveu um autor romano, e «excessivamente selvagens». Treinados desde a juventude a fazer face ao frio, fome e sede, os hunos vestiam roupas feitas de peles de ratos do campo cosidas entre si; comiam raízes e carne crua – que aqueciam parcialmente colocando-a entre as coxas.[17] Não tinham interesse na agricultura, notou um outro autor, e só queriam roubar e fazer escravos os seus vizinhos: eram como lobos.[18] Os hunos feriam as caras dos rapazes bebés quando estes nasciam para que não lhes crescessem pelos faciais, e passavam tanto tempo a cavalo que os seus corpos ficavam grotescamente deformados; pareciam animais levantados sobre as patas traseiras.[19]

Ainda que seja tentador passar ao lado destes comentários por revelarem um certo fanatismo, os exames aos esqueletos mostram que os hunos praticavam deformações cranianas artificiais nas suas crianças, ligando o crânio de forma a alisar os ossos frontal e occipital aplicando-lhes pressão, o que levava as cabeças a crescerem com um formato acentuadamente pontiagudo. Não apenas o comportamento dos hunos, mas também a sua aparência eram assustadoramente fora do comum.[20]

A chegada dos hunos representava um perigo sério para a metade oriental do Império Romano, que até então tinha escapado relativamente ilesa das sublevações que devastaram grande parte da Europa. As províncias da Ásia Menor, Síria e Palestina e Egito continuavam intactas, bem como a magnífica cidade de Constantinopla. Não querendo correr nenhum risco, o imperador Teodósio II rodeou a cidade de defesas formidáveis, incluindo uma grande quantidade de muralhas terrestres, para a proteger de ataques.

Essas muralhas e a estreita faixa de água que separa a Europa da Ásia provaram ser cruciais. Depois de se ter instalado a norte do Danúbio, Átila

devastou os Balcãs ao longo de quinze anos, cobrando um pesado tributo ao governo de Constantinopla para não continuar a avançar e amealhando grandes quantidades de ouro. Depois de ter explorado o mais possível as autoridades imperiais em termos de resgates e de subornos, Átila avançou para ocidente; mais tarde, o seu progresso foi detido, não pelos exércitos de Roma, mas por uma coligação formada por muitos antigos inimigos dos hunos. Na batalha dos Campos Cataláunicos, no atual centro de França, em 451, Átila foi derrotado por um grande exército composto por uma extraordinária variedade de raças vindas dos povos das estepes. O líder huno morreu pouco depois na sua noite de núpcias – não a primeira. Após celebrações excessivas, diz um coevo, «deitou-se de costas cheio de vinho e sono», sofreu uma hemorragia cerebral e morreu a dormir. «Assim, a embriaguez trouxe um fim vergonhoso a um rei que conquistara a glória na guerra.»[\[21\]](#)

Hoje, tornou-se moda falar de uma época de transformação e continuidades que se seguiu ao saque de Roma – em vez de descrever o período com o termo «Idade das Trevas». No entanto, como um académico de hoje defende eloquentemente, o impacto das violações, pilhagem e anarquia que assinalaram o século v à medida que godos, alanos, vândalos e hunos devastavam a Europa e o Norte de África dificilmente pode ser exagerado. Os níveis de literacia caíram a pique; a construção em pedra praticamente desapareceu, sinal claro da falta de riqueza e de ambição; o comércio de longa distância, que, em tempos, levava a cerâmica das fábricas na Tunísia até Iona, na Escócia, entrou em colapso, substituído por mercados locais onde só se trocavam bens triviais; e, a julgar pela poluição nas calotas polares da Gronelândia, os trabalhos de fundição sofreram uma enorme contração, cujos níveis caíram para aqueles de tempos pré-históricos.[\[22\]](#)

Os coevos esforçavam-se por compreender o que, para eles, era o total colapso da ordem mundial. «Porque permite Deus que sejamos mais fracos e mais miseráveis» do que todos estes povos tribais, lamentava-se o escritor cristão do século v, Salviano; «porque permitiu Ele que fôssemos conquistados pelos bárbaros? E porque permite que nos sujeitemos ao jugo

dos nossos inimigos?». A resposta, concluiu, era simples: os homens haviam pecado, e Deus estava a castigá-los.^[23] Roma fora a senhora do mundo quando se mantivera fiel às suas origens pagãs, defendeu Zósimo, o historiador bizantino (ele próprio pagão); quando as abandonou e se converteu a uma nova fé, causou a sua destruição. Isto, dizia ele, não era uma opinião; era um facto.^[24]

O colapso de Roma tornou menos acérrimo o cristianismo na Ásia. As relações com a Pérsia haviam melhorado, dados os mútuos interesses em oferecer resistência aos povos das estepes, e, com o império muito enfraquecido, o cristianismo já não parecia tão ameaçador – nem mesmo convincente – quanto parecera um século antes, quando Constantino se preparava para atacar a Pérsia e libertar a sua população cristã. Assim, em 410, ocorreu o primeiro de vários encontros, a convite do xá, Yazdagird I, para formalizar a posição da Igreja Cristã na Pérsia e padronizar as suas crenças.

À semelhança do que acontecera no Ocidente, haviam surgido muitas posições divergentes sobre o que significava ao certo seguir Jesus, sobre o modo como os fiéis deveriam viver e como deveriam manifestar e praticar a sua fé. Como se notou anteriormente, mesmo a inscrição de Kirdīr do século III falava de dois tipos de cristãos, *nasraye* e *kristyone* – comumente entendidos como uma diferenciação entre habitantes locais que haviam sido evangelizados e aqueles que haviam sido deportados do território romano. A variação de práticas e doutrinas era motivo constante de problemas, o que talvez não surpreenda, dado que, em povoações como Rev-Ardashīr, em Fars, no sul do Irão, havia duas igrejas, uma que dizia a missa em grego e a outra em siríaco. A rivalidade chegava, por vezes, à violência física, como aconteceu em Susiana (no atual sudoeste do Irão), onde bispos adversários tentaram resolver a contenda com os punhos.^[25] Os esforços do bispo de Selêucia-Ctesifonte, uma das cidades mais importantes do Império Persa, para repor a ordem e unificar todas as comunidades cristãs revelaram ser frustrantes e ineficazes.^[26]

Uma vez que a possibilidade de salvação dependia de acertar nas questões da fé, era importante eliminar as diferenças de uma vez por todas –

algo que os primeiros pais da Igreja haviam cuidadosamente sublinhado logo desde o início.^[27] «Conforme já vos revelei antes, declaro uma vez mais», lembrou São Paulo aos gálatas, «qualquer pessoa que pregar um evangelho diferente daquele que já recebestes, seja amaldiçoada!» (Gal. 1:9). Foi neste âmbito que se escreveram textos com uma função evangelizadora – literalmente, «para levar as boas novas» –, para explicar quem era o Filho de Deus e qual fora a sua mensagem precisa e para sistematizar as crenças.^[28]

Para pôr fim a um debate que tanto perturbou a antiga Igreja Cristã no Ocidente, o imperador Constantino convocara um concílio em Niceia, em 325, aonde acorreram bispos de todo o império para resolver interpretações rivais sobre a relação entre Deus Pai e Deus Filho, um dos tópicos que causara maior fricção, e várias outras teorias concorrentes. O concílio resultou num acordo sobre a estrutura da Igreja, estipulando uma forma de calcular a data da Páscoa e codificando um testemunho de fé que ainda hoje se mantém na Igreja Cristã: o credo de Niceia. Constantino estava determinado em cessar as divisões e sublinhar a importância da unidade.^[29]

Bispos da Pérsia e de outros lugares para lá das fronteiras do Império Romano não haviam sido convidados para Niceia. Os concílios ocorridos na Pérsia em 410 e, de novo, em 420 e 424 foram assim organizados para resolver as mesmas questões que os seus pares ocidentais analisavam. O impulso para se encontrarem e discutirem foi apoiado pelo xá, descrito por uma fonte como o «vitorioso rei dos reis, em quem as igrejas confiam para manter a paz», que, à semelhança de Constantino, preferia beneficiar do apoio das comunidades cristãs a ter de intervir nas suas contendas.^[30]

O relato sobre os pontos que foram acordados nos encontros não é inteiramente fiável, pois reflete lutas pelo poder tardias entre as principais sés e clérigos. Apesar disso, é bastante claro que foram tomadas importantes decisões sobre a organização da Igreja. Alegadamente, concordou-se que o arcebispado de Selêucia-Ctesifonte deveria agir como «chefe e regente de todos nós e de todos os nossos bispos irmãos em todo o Império [Persa]» (ainda que com considerável barulho de fundo e

ressentimentos).[31] A importante questão de saber como deveriam ser escolhidos os clérigos foi discutida em profundidade, com o fim de eliminar duplas hierarquias em povoações que detinham públicos cristãos concorrentes. Ponderou-se a questão das datas de importantes festas religiosas e determinou-se também que a prática comum de apelar aos «bispos ocidentais» para que os guiassem e interviessem deveria parar, pois minava a liderança da Igreja no Oriente.[32] Por fim, o credo e cânones do Concílio de Niceia foram aceites, a par de outros acordos que haviam sido feitos em subsequentes sínodos ocidentais no entretempo.[33]

Este deveria ter sido um momento de charneira, o ponto em que os músculos e o cérebro da religião cristã se aliavam, criando uma instituição que ligaria o Atlântico aos Himalaias, com dois braços perfeitamente funcionais – um centrado em Roma e outro na Pérsia, os dois grandes impérios da Antiguidade tardia – a trabalhar em uníssono. Com o patrocínio imperial do primeiro e uma crescente aceitação da parte do líder do segundo, criara-se uma plataforma que poderia ter visto o cristianismo tornar-se a religião dominante não apenas na Europa, mas também na Ásia. Em vez disso, assistiu-se a uma série de lutas intestinas.

Alguns bispos que se sentiam postos em causa pelas tentativas de harmonizar a Igreja acusaram altas figuras não apenas de não terem a educação certa, mas de nem sequer terem sido propriamente ordenadas. Depois, seguiram-se os problemas causados pelo acicatar da militância cristã, que levou à vandalização de uma série de templos do fogo zoroástricos – o que, por sua vez, colocou o xá numa posição desconfortável e o levou a afastar-se da tolerância religiosa e a patrocinar o sistema de crenças da sua aristocracia. Foi um enorme retrocesso. Em vez de dar as boas-vindas a uma era dourada, a Igreja encontrou-se diante de uma nova onda de perseguições.[34]

As disputas clericais acirradas eram endémicas na Igreja primeva. Gregório de Nazianzo, arcebispo de Constantinopla no século IV e um dos mais brilhantes estudiosos do primeiro cristianismo, registou que os detratores lhe gritavam em público. Os rivais berravam-lhe como um enorme bando de corvos, escreveu. Era como estar no centro de uma grande

tempestade de areia quando eles o atacavam, ou como ser dilacerado por animais: «Eram como um enxame de vespas a voar de repente contra a minha cara.»[35]

Não obstante, a ocasião deste particular colapso em meados do século v foi bastante infeliz. Havia já algum tempo que se preparava uma amarga contenda entre dois clérigos rivais no ocidente, Nestório, o patriarca de Constantinopla, e Cirilo, patriarca de Alexandria, sobre a questão da natureza divina e humana de Jesus. Debates como este não eram necessariamente resolvidos por meios justos. Cirilo era um político nato, implacável nos seus métodos de granjear apoio para a sua posição, como o revela uma lista de subornos que pagou: figuras influentes, bem como as suas mulheres, recebiam artigos de luxo como tapetes finos, cadeiras de marfim, toalhas de mesa caras e dinheiro.[36]

Alguns clérigos a oriente achavam a disputa – e a natureza da sua resolução – desconcertante. O problema, tal como o viam, residia na tradução negligente para grego do termo siríaco que descrevia a encarnação – se bem que a discussão fosse também uma luta pelo poder entre duas luminárias na hierarquia da Igreja e pelas honras que resultavam de conseguir que as posições doutrinárias defendidas fossem aceites e adotadas. O confronto agudizou-se quando se discutiu o estatuto da Virgem, que, na opinião de Nestório, deveria ser designada não *Theotokos* (aquela que gera Deus), mas *Christotokos* (aquela que gera Cristo) – ressaltando, por outras palavras, a natureza humana de Jesus exclusivamente.[37]

Às mãos das táticas e manobras de Cirilo, Nestório foi deposto, uma jogada que desestabilizou a Igreja, com os bispos a mudarem rapidamente de posições teológicas numa direção e, depois, na outra. As decisões tomadas num concílio podiam ser desafiadas num outro, à medida que facções rivais exerciam pressão nos bastidores. Muito se discutiu sobre a questão de saber se Jesus Cristo tinha duas naturezas – divina e humana – inviolavelmente unidas numa pessoa e de que modo ambas se ligavam. A relação precisa entre Jesus e Deus era também motivo de intensos debates, centrados em torno da questão de saber se o primeiro era uma criação do segundo, e assim subordinado, ou se era uma manifestação do Todo-

Poderoso, e assim consubstancial e coeterno. As respostas a estas questões foram energicamente estipuladas no Concílio de Calcedónia, em 451, articuladas com uma nova definição de fé que deveria ser aceite em todo o mundo cristão – e acompanhadas pela ameaça explícita de que quem não concordasse com isso deveria ser expulso da Igreja.^[38] A Igreja do Oriente reagiu com fúria.

Este novo ensinamento da Igreja ocidental não era apenas errado, defendiam os bispos orientais, raiava a própria heresia. Foi assim emitido um credo reformulado que estabelecia as naturezas distintas e separadas de Jesus e que amaldiçoava aquele que «considere ou ensine a outros que o sofrimento e a mudança alguma vez se aplicaram à divindade do nosso Senhor».^[39] O imperador viu-se envolvido no debate. Fechou a escola em Edessa que se tornara o ponto focal do Oriente cristão, tendo publicado textos, vidas de santos e conselhos não apenas em siríaco, o dialeto aramaico usado em Edessa, mas em várias outras línguas, como o persa e o sogdiano.^[40] Ao contrário do Mediterrâneo, onde o grego era a língua da cristandade, a oriente reconheceu-se logo à partida que, para atrair novos públicos, era necessário disponibilizar materiais que pudessem ser compreendidos por tantos grupos diferentes quanto possível.

O encerramento da escola de Edessa aprofundou o cisma entre as Igrejas de Ocidente e de Oriente, em boa medida também porque muitos estudiosos foram expulsos do território imperial e procuraram refúgio na Pérsia. Com o tempo, isto tornou-se cada vez mais problemático, pois esperava-se que os imperadores sediados em Constantinopla defendessem a doutrina «ortodoxa» – e abolissem os ensinamentos considerados desviados e heréticos. Em 532, data em que um tratado de paz foi acordado com a Pérsia após um período de instabilidade e conflito no Cáucaso, uma das principais cláusulas do acordo dizia que os oficiais persas deveriam ajudar a descobrir e a prender todos os bispos e padres cujas opiniões não estivessem alinhadas com o Concílio de Calcedónia e cujas atividades fossem consideradas perigosas pelas autoridades romanas.^[41]

Tentar abrandar as paixões entre fações religiosas rivais era uma tarefa ingrata, como demonstra exemplarmente o caso do imperador Justiniano.

Justiniano tentou repetidamente que as partes adversárias se reconcilhassem e convocou um grande Concílio Ecuménico, em 553, na tentativa de pôr um fim a um período de recriminações cada vez mais crispadas, e também assistiu a encontros mais discretos entre os principais clérigos no sentido de abrir caminho para uma solução.^[42] Um relato escrito após a sua morte mostra como os seus esforços para encontrar terreno comum foram vistos por algumas pessoas: «depois de ter criado confusão e tumultos por toda a parte e de cobrar prebendas por isso, na conclusão da sua vida, passou para os lugares mais baixos de castigo» – ou seja, para o inferno.^[43] Outros imperadores tiveram uma atitude diferente e, tentando silenciar a cacofonia e as recriminações, simplesmente proibiram a discussão de assuntos religiosos.^[44]

Ao passo que a Igreja no Ocidente estava obcecada em eliminar visões heterodoxas, a Igreja no Oriente levou a cabo um dos mais ambiciosos e consequentes programas missionários da História, que, em termos de escala, pode ser comparado à evangelização posterior nas Américas e em África: o cristianismo expandiu-se rapidamente em novas regiões sem o braço de ferro do poder político por detrás. Uma série de mártires no interior da parte meridional da Península Arábica mostra quão longe se estenderam os tentáculos da religião, como também o facto de o rei do Iémen se ter tornado cristão.^[45] Um visitante de língua grega ao Sri Lanka, cerca de 550, encontrou uma robusta comunidade de cristãos dirigida por um clero nomeado «pela Pérsia».^[46]

O cristianismo chegou até aos povos nómadas das estepes, para grande-surpresa dos oficiais de Constantinopla, que, quando lhes foram oferecidos reféns como parte de um acordo de paz, descobriram que alguns tinham «o símbolo da cruz tatuado a preto nas fronteiras». Quando lhes perguntaram como tal tinha sucedido, a resposta foi que houvera uma praga «e alguns cristãos entre eles sugeriram fazer isto [para trazer a proteção divina] e, desde então, o país tinha estado em segurança».^[47]

Em meados do século vi, encontravam-se arcebispos no interior profundo da Ásia. Cidades como Basra, Mossul e Tikrit tinham populações

cristãos crescentes. A escala de evangelização foi tal que Kohke, situada perto de Ctesifonte, era servida por não menos do que cinco dioceses dependentes.[48] Cidades como Merv, Gundeshāpūr e mesmo Kashgar, a cidade-oásis que era o ponto de entrada na China, tiveram arcebispados muito antes da Cantuária. Estes eram grandes centros cristãos muitos séculos antes de os primeiros missionários terem chegado à Polónia ou à Escandinávia. Samarcanda e Bucara (no atual Uzbequistão) albergavam também comunidades cristãs prósperas mil anos antes de o cristianismo ter sido levado para as Américas.[49] Com efeito, mesmo na Idade Média, havia muitos mais cristãos na Ásia do que na Europa.[50] Afinal, Bagdade está mais próxima de Jerusalém do que Atenas, ao passo que Teerão está mais perto da Terra Santa do que Roma, e Samarcanda está mais próxima daquela do que Paris e Londres. O êxito do cristianismo no Oriente há muito que foi esquecido.

A sua expansão deveu muito à tolerância e destreza dos imperadores sassânidas da Pérsia, que conseguiram pôr em prática políticas de inclusão em alturas em que a aristocracia e o clero zoroástrico estavam pacificados. O modo como Cosroes I (531-579) lidou com estudiosos estrangeiros foi tão conciliador que o soberano se tornou conhecido na Constantinopla de então por ser um «amante da literatura e estudante profundo de filosofia», algo que deixou um escritor de Constantinopla incrédulo: parece-me impossível, protestou o historiador Agátias pouco depois, que Cosroes tenha sido realmente tão brilhante. Falava numa língua rude e não civilizada; como poderá ter percebido os matizes da filosofia?[51]

Em finais do século VI, os encontros da Igreja do Oriente começavam até com orações sinceras pela saúde do líder persa. E um pouco mais tarde, o xá organizou a eleição de um novo patriarca, incitando todos os bispos do seu reino a «virem depressa [...] para eleger um líder e governador [...] sob cuja administração e liderança se encontram todos os altares e todas as igrejas de Nosso Senhor Jesus Cristo no império dos persas».[52] O soberano sassânida passara de perseguidor dos cristãos na Ásia a seu patrono.

Isto resultou, em parte, de uma crescente autoconfiança da Pérsia, alimentada por pagamentos regulares em dinheiro pelas autoridades em Constantinopla cujas prioridades políticas e militares passaram a centrar-se em resolver problemas noutros lados. Com as estepes pacificadas e a atenção de Roma muitas vezes focada em estabilizar e recuperar as províncias do Mediterrâneo que haviam sucumbido, os séculos ^v e ^{vi} foram um tempo de prosperidade na Pérsia: a tolerância religiosa seguia a par do crescimento económico. Fundaram-se inúmeras novas cidades em toda a Pérsia, à medida que o governo central investia receitas fiscais cada vez maiores em infraestruturas.[53] Programas maciços de irrigação, sobretudo no Khuzistão e Iraque, fizeram crescer exponencialmente a produção agrícola, com a construção de sistemas de abastecimento de água ou, em alguns casos, a sua extensão ao longo de vários quilómetros. Uma grande máquina burocrática garantia uma administração funcional desde o Levante até ao interior da Ásia Central.[54] Neste período, assistiu-se a uma grande centralização do Estado sassânida.[55]

O nível de controlo ia ao ponto de estipular a localização de pontos de venda individuais em mercados e bazares persas. Um texto regista como os ofícios se organizavam em guildas, e nota que os inspetores garantiam o controlo de qualidade e avaliavam as deduções a fazer ao Tesouro.[56] Com a subida da riqueza, também o comércio a longa distância de bens de luxo e de alto valor cresceu: subsistem milhares de selos usados para marcar lotes aprovados para venda ou exportação, bem como um considerável *corpus* de materiais escritos que atestam que os contratos eram selados e guardados em registos ao longo deste período.[57] Os bens eram transportados do Golfo da Pérsia para o Cáspio, e levados de e para a Índia por mar e por terra. Os níveis de trocas com o Sri Lanka e a China subiu a pique, assim como com o Mediterrâneo Oriental.[58] Entretanto, as autoridades sassânidas mantinham um interesse marcado sobre o que acontecia dentro e fora das suas fronteiras.

Uma parte considerável deste comércio a longa distância era praticada por mercadores sogdianos, famosos pelas suas caravanas, a sua astúcia financeira e os seus laços familiares próximos, o que lhes permitia trocar

bens ao longo das principais artérias que cruzavam a Ásia Central e entravam em Xinjiang e na China Ocidental. Um notável maço de cartas descoberto por Auriel Stein numa torre de vigia perto de Dunhuang, no início do século ^{xx}, dá conta dos padrões de comércio e de sofisticados instrumentos de crédito, bem como dos bens e produtos que os sogdianos transportavam e vendiam. Entre os muitos produtos comerciados contavam-se ornamentos de ouro e prata, como ganchos de cabelo e ânforas finamente fabricados, cânhamo, linho, tecido de lã, açafrão, pimenta e cânfora; mas a especialidade era a compra e venda de seda.^[59] Os sogdianos eram a cola que ligava cidades, oásis e regiões. Desempenharam um papel crucial no transporte da seda chinesa para o Mediterrâneo Oriental, onde era muito prezada pelos imperadores romanos e pela elite. De igual modo, levavam bens na direção inversa: encontraram-se moedas cunhadas em Constantinopla na Ásia Central, incluindo no interior profundo da própria China – assim como objetos de prestígio como um gomil de prata representando cenas da Guerra de Troia, que foi enterrado em meados do século ^{vi} juntamente com o seu poderoso proprietário, Li Xian.^[60]

À medida que as religiões entravam em contacto umas com as outras, as influências tornaram-se inevitáveis. Ainda que seja difícil traçar este processo com precisão, é digno de nota que o halo se tornou um símbolo visual comum à arte hindu, budista, zoroástrica e cristã, enquanto ligação entre o terreno e o divino e indicador da radiância e iluminação que eram importantes para todas estas fés. Um magnífico monumento em Tāq-i Bustān, no atual Irão, representa um soberano a cavalo, rodeado de anjos alados e com um anel de luz em torno da cabeça, numa cena que teria sido reconhecível para os seguidores de qualquer uma destas grandes fés nesta região. De igual modo, mesmo as poses – como o *vitarka mudra* budista, formado pelo polegar e indicador da mão direita a tocarem-se e com os restantes dedos muitas vezes esticados – foram adotadas para ilustrar ligações com o divino, favorecidas sobretudo por artistas cristãos.^[61]

O cristianismo percorreu as rotas comerciais, mas o seu progresso não esteve isento de desafios. O centro do mundo sempre fora um lugar ruidoso, onde as fés, ideias e religiões se influenciavam mutuamente – mas também

entravam em choque. A competição pela autoridade espiritual tornou-se cada vez mais intensa. Essa tensão havia muito que marcava a relação entre cristianismo e judaísmo, cujos líderes religiosos tentavam demarcar fronteiras entre ambos: no caso do primeiro, o casamento com outras fés era repetidamente banido por lei, ao passo que a data da Páscoa foi deliberadamente deslocada para não coincidir com a Páscoa judaica.^[62] O que para alguns não ia suficientemente longe. João Crisóstomo, arcebispo de Constantinopla, em meados do século IV, defendeu que a liturgia deveria ser mais empolgante, queixando-se de que era difícil para os cristãos competir com a teatralidade da sinagoga, onde tambores, liras, harpas e outros instrumentos musicais garantiam o entretenimento durante o serviço – assim como atores e dançarinos contratados para dar mais vida à liturgia.^[63]

As principais figuras judaicas, por seu turno, também não mostravam entusiasmo em receber convertidos. «Não tendes fé num prosélito», declarou um famoso rabi, Hiyya, o *Grande*, «até terem passado vinte e quatro gerações, pois o mal intrínseco vive ainda dentro dele.» Os convertidos são tão irritantes e difíceis como feridas com crosta, notou Helbo, outro rabi influente.^[64] Na Pérsia, as atitudes dos judeus perante o cristianismo endureceram em resultado das investidas feitas por este último. Isto pode ver-se claramente no Talmude babilónico, a antologia de textos centrados na interpretação rabínica da lei judaica. Ao contrário do Talmude palestino, que se refere a Jesus superficialmente e de passagem, a edição da Babilónia assume uma posição violenta e cáustica sobre o cristianismo, atacando doutrinas, eventos e figuras específicos dos Evangelhos. A imaculada concepção, por exemplo, é alvo de troça e sarcasmo, considerada tão provável como uma mula ter descendência, ao passo que a história da ressurreição é impiedosamente escarnecida. Contranarrativas pormenorizadas e sofisticadas da vida de Jesus, incluindo paródias a cenas do Novo Testamento e, acima de tudo, ao Evangelho segundo São João, mostram como as incursões cristãs eram ameaçadoras. Assistiu-se a um esforço sistemático para asseverar que Jesus era um falso profeta e que a sua crucificação era justificada – por outras palavras, desviando as culpas e

a responsabilidade para longe dos judeus. Estas reações violentas eram uma tentativa de contrabalançar os ganhos regulares que o cristianismo ia fazendo a custas do judaísmo.[65]

Era importante, assim, que, em certas localizações, o judaísmo também fizesse progressos. No reino de Himiar, no canto sudoeste da Península Arábica, nos atuais Iémen e Arábia Saudita, as comunidades judaicas tornaram-se cada vez mais proeminentes, como o revelam descobertas recentes de sinagogas como a estrutura do século ^{IV}, em Qana'. [66] Com efeito, Himiar adotou o judaísmo como religião oficial do Estado – e fê-lo com entusiasmo. Em finais do século ^V, os cristãos eram comumente martirizados pelas suas crenças, incluindo padres, monges e bispos, após terem sido condenados por um conselho de rabis. [67]

Uma malograda expedição militar etíope, que atravessou o mar Vermelho, no início do século ^{VI}, para substituir o soberano judeu por um testa de ferro cristão, resultou em cruéis represálias e na tentativa de eliminar todos os traços de cristianismo no reino. Demoliram-se as igrejas ou transformaram-nas em sinagogas. Centenas de cristãos acabaram detidos e executados; em dada ocasião, duzentos cristãos que haviam procurado refúgio dentro de uma igreja foram simplesmente queimados vivos. Tudo isto foi relatado com júbilo pelo rei, que enviou cartas para toda a Arábia revelando o seu gáudio por todo o sofrimento infligido. [68]

Os sacerdotes zoroástricos também reagiram ao progresso do cristianismo no Império Sassânida, especialmente após a conversão de várias figuras de vulto da elite reinante. Também aqui se assistiu a uma série de ataques agressivos às comunidades cristãs, incluindo múltiplos martírios. [69] Os cristãos, por sua vez, começaram a produzir histórias morais que não aceitavam compromissos, de que o mais famoso exemplo é a história épica de Qardagh, um jovem brilhante que caçava como um rei persa e argumentava como um filósofo grego, mas que desistiu de uma carreira promissora como governador provincial para se converter. Sentenciado à morte, escapou ao cativo e teve um sonho que lhe disse que era melhor morrer pela sua fé do que lutar. A sua execução, em que o pai atirou a primeira pedra, foi comemorada por uma bonita e longa

narrativa, cujo fim evidente era o de encorajar outros a encontrar a força de se tornarem cristãos.[70]

Parte do segredo do êxito do cristianismo residia no empenho e energia da sua missão evangélica. Ajudava, é claro, que o entusiasmo tivesse uma dose saudável de realismo: textos do início do século VII registam o esforço de clérigos para reconciliar as suas ideias com as do budismo, se não como um atalho, então, pelo menos, como forma de simplificar os assuntos. O Espírito Santo, escreveu um missionário que chegou à China, era inteiramente compatível com o que a população local já acreditava: «Todos os budas fluem por virtude deste mesmo vento [ou seja, do Espírito Santo], ao passo que neste mundo não há lugar a que o vento não chegue.» Do mesmo modo, continuava, Deus é responsável pela imortalidade e felicidade perene desde a criação do mundo. Assim, «o homem [...] honrará sempre o nome de Buda».[71] O cristianismo não era apenas compatível com o budismo; nas suas palavras, e em traços gerais, já *era* o budismo.

Outros tentaram codificar a fusão de ideias cristãs e budistas, produzindo um conjunto híbrido de «evangelhos» que simplificavam eficazmente a mensagem e história complexas das primeiras, com elementos que eram familiares e acessíveis a populações no Oriente, para acelerar o progresso do cristianismo na Ásia. A lógica teológica desta abordagem dualista, geralmente designada gnosticismo, defendia que pregar usando termos que tinham referências culturais compreensíveis e numa linguagem acessível era uma forma óbvia de espalhar a mensagem.[72] Não admira, portanto, que o cristianismo encontrasse apoio entre grande parte da população: estas ideias foram deliberadamente criadas para parecerem familiares e serem fáceis de apreender.

Outros cultos, fés e seitas beneficiaram do mesmo processo. Os ensinamentos de Mazdak, um pregador carismático, revelaram ser extremamente populares no final do século V e início do século VI – como o atestam as críticas furiosas e coloridas aos seguidores do pregador da parte de comentadores quer cristãos quer zoroástricos. As atitudes e práticas dos discípulos de Mazdak, desde o que comiam ao seu suposto interesse em sexo em grupo, eram acerbamente vilipendiadas. Na verdade, tanto quanto

nos permite julgar o material altamente parcial, Mazdak advogava um estilo de vida ascético que tinha ressonâncias óbvias com as atitudes budistas perante a riqueza material, as suspeitas zoroástricas face ao mundo físico e o bem estabelecido ascetismo cristão.[73]

Neste ambiente espiritual competitivo, era importante defender o território intelectual – e físico. Um viajante chinês que passou por Samarcanda, no século VI, notou que a população local se opunha violentamente à lei de Buda e expulsava com «fogo ardente» qualquer budista que procurasse abrigo.[74] Nesta ocasião, a receção hostil teve um desfecho feliz: o visitante foi autorizado a promover um encontro e aparentemente persuadiu um grande número a converter-se ao budismo, graças à força do seu carácter e dos seus argumentos.[75]

Poucos percebiam melhor do que os budistas como era importante tornar públicos e exhibir objetos que sustentavam declarações de fé. Um outro peregrino chinês que se dirigiu à Ásia Central em busca de textos sânscritos para estudar olhou com espanto as relíquias sagradas que a população venerava em Balkh. Estas incluíam um dente de Buda, bem como a bacia que este usou para se lavar e uma vassoura que usava para varrer, feita de trigo-sarraceno, mas decorada com pedras preciosas.[76]

No entanto, havia maneiras mais visíveis e dramáticas de conquistar corações e almas. Os templos em grutas haviam-se tornado uma forma bem estabelecida de evocar e transmitir uma mensagem espiritual, por se situarem ao longo de rotas mercantes e combinarem a ideia de santuário e do divino, por um lado, com o comércio e a viagem, por outro. O complexo de Elefanta, junto à costa de Bombaim, e as grutas de Ellora, no norte da Índia, são exemplos espantosos. Ornamentadas com relevos majestosos de deuses, estas grutas eram concebidas para exhibir uma superioridade moral e teológica – neste caso, a superioridade do hinduísmo.[77]

Havia um óbvio paralelismo com Bamiyan (no atual Afeganistão). Situada numa encruzilhada de rotas que ligavam a Índia a sul, a Bactria a norte e a Pérsia a ocidente, Bamiyan continha um complexo de 751 grutas e figuras colossais de Buda.[78] Duas estátuas, uma com uma altura de 55 metros, e a outra, um tanto mais antiga, com aproximadamente dois terços

desse tamanho, tinham sido escavadas na rocha em vastos nichos e aí permanecido quase mil e quinhentos anos – até que os talibãs as fizeram explodir e destruíram em 2001, num ato de filistinismo e barbárie cultural comparável com a destruição de artefactos religiosos na Grã-Bretanha e no Norte da Europa durante a Reforma.[79]

Quando pensamos nas Rotas da Seda, é tentador considerar que a circulação se fazia sempre de oriente para ocidente. Na verdade, havia grande interesse e trocas na outra direção também, como torna claro um texto chinês do século VII cheio de admiração. A Síria, escreveu o autor, era um lugar que «produz panos à prova de fogo, incenso que dá vida aos mortos, pérolas lunares brilhantes e pedras preciosas escuras como a noite. Não existem bandidos nem salteadores, mas o povo vive feliz e em paz. Prevalece uma lei ilustre; só os virtuosos chegam ao poder soberano. A terra é larga e ampla, e as criações literárias são perspícuas e claras».[80]

E, com efeito, apesar da concorrência feroz e do coro das religiões que tentavam fazer-se ouvir, foi o cristianismo que começou a desgastar as crenças, as práticas e os sistemas de valores tradicionais. Em 635, os missionários na China conseguiram convencer o imperador a pôr um fim à oposição à fé e a reconhecê-la como uma religião legítima cuja mensagem não só não punha em risco a identidade imperial, como potencialmente a reforçava.[81]

Em meados do século VII, o futuro parecia fácil de ler. O cristianismo-marchava pela Ásia, fazendo incursões a custas do zoroastrismo, judaísmo e budismo.[82] As religiões sempre se haviam confrontado nesta região e sabiam que tinham de competir para atrair as atenções. A religião mais competitiva e bem-sucedida, porém, revelou ser a que nascera na pequena cidade de Belém.[83] Dado o progresso a que se assistira ao longo dos séculos que se seguiram à crucificação de Jesus às mãos de Pôncio Pilatos, deveria ter sido apenas uma questão de tempo até que os tentáculos do cristianismo chegassem ao Pacífico, ligando o grande oceano com o Atlântico a ocidente.

E, no entanto, no momento de triunfo do cristianismo, o acaso interveio. Havia-se criado uma plataforma para uma conquista espiritual que não

ligaria apenas cidades e regiões, mas que atravessaria continentes. Nesse momento, contudo, deflagrou uma guerra debilitante que minou as potências existentes e que criou oportunidades para novos intervenientes. Foi como o advento da Internet na Antiguidade tardia: subitamente, um novo conjunto de ideias, teorias e tendências ameaçou minar a ordem existente e aproveitar-se de redes estabelecidas havia séculos. O nome da nova cosmologia não refletia o seu carácter revolucionário. Linguisticamente próxima das palavras que significavam segurança e paz, o termo «islão» não dava a entender como iria mudar o mundo. Chegara a revolução.

Rota para a revolução

A ascensão do islão ocorreu num mundo que assistira a cem anos de tumultos, dissensões e catástrofe. Em 541, um século antes de o profeta Maomé ter começado a receber uma série de revelações divinas, foram as notícias de uma outra ameaça que espalharam o pânico em todo o Mediterrâneo. Era uma ameaça que se deslocava a velocidade relâmpago, tão depressa que, quando o pânico se instalou, já era tarde de mais. Ninguém foi poupado. A escala da mortandade era quase inimaginável. Segundo um coevo que perdeu quase toda a sua família, uma cidade na fronteira egípcia foi varrida do mapa: sete homens e um rapaz de 10 anos eram os únicos sobreviventes de uma população em tempos pródiga; as portas das casas estavam escancaradas, sem ninguém que guardasse o ouro, prata e objetos preciosos no seu interior.[\[1\]](#) As cidades tinham marcas de ataques selvagens, com dez mil pessoas a morrerem diariamente em Constantinopla, numa dada altura, em meados da década de 540.[\[2\]](#) Não foi apenas o Império Romano a sofrer. Não tardou muito a que as cidades do Oriente também fossem assoladas, com a catástrofe a percorrer as redes comerciais e de comunicação, devastando cidades na Mesopotâmia persa e, por fim, chegando à China.[\[3\]](#) A peste bubónica trouxe a catástrofe, o desespero e a morte.

Trouxe igualmente uma depressão económica crónica: os campos desprovidos de agricultores, as cidades privadas de consumidores e uma geração ceifada na sua juventude alteraram naturalmente a demografia da

Antiguidade tardia e causaram uma contração grave da economia.[4] A seu tempo, tal teria consequências para o modo como os imperadores em Constantinopla lidavam com os assuntos de política externa. Durante a primeira parte do reinado de Justiniano (527-565), o império conseguira uma série de surpreendentes êxitos, que incluíam a recuperação das províncias do Norte de África e um progresso significativo em Itália. O uso judicioso da força aliava-se a esforços deliberados no intuito de manter a flexibilidade necessária para lidar com problemas que podiam despontar a qualquer momento nas extensas fronteiras, incluindo a oriental. Manter este equilíbrio tornou-se cada vez mais difícil à medida que o reinado de Justiniano avançava, com faltas de mão de obra, campanhas militares inconclusivas e custos crescentes a exaurir um Tesouro já de si minguante antes de a peste atacar.[5]

A estagnação instalou-se, e a atitude pública perante Justiniano azedou. A forma como ele parecia disposto a comprar a amizade dos vizinhos do império pagando em dinheiro e concedendo favores liberalmente foi alvo de críticas particularmente ferozes. Justiniano era tolo a ponto de julgar que era «um golpe de sorte poder servir a riqueza dos romanos e oferecê-la aos bárbaros», escreveu Procópio, o mais proeminente e acerbo historiador do reino de Justiniano. O imperador, continuou Procópio sem complacência, «não perdia oportunidade de gastar vastas somas de dinheiro com os bárbaros» a norte, a sul, a oriente e a ocidente; enviava-se dinheiro, acrescentou ainda, a povos que de que nunca sequer se tinha ouvido falar. [6]

Os sucessores de Justiniano abandonaram esta abordagem e assumiram uma política estridente e inflexível com os vizinhos de Roma. Quando os embaixadores dos ávaros, uma das grandes tribos das estepes, chegaram a Constantinopla pouco depois da morte de Justiniano, em 565, para pedirem o tributo habitual, foram rudemente despachados pelo novo imperador, Justino II: «Nunca mais enriquecereis às custas deste império nem partireis sem nos prestar nenhum serviço; pois de mim não recebereis nada.» Quando os embaixadores ameaçaram que haveria consequências, o imperador impacientou-se: «Vós, cães mortos, atreveis-vos a ameaçar o Império

Romano? Sabei que cortarei esses vossos caracóis e depois cortarei as vossas cabeças.»[7]

Assumiu-se uma atitude igualmente agressiva face à Pérsia, especialmente depois de se saber que uma poderosa constelação de nómadas turcomanos havia tomado o lugar dos hunos na estepe da Ásia Central e fazia pressão sobre as fronteiras orientais. Os turcomanos desempenhavam um papel cada vez mais dominante no comércio, para grande aborrecimento dos chineses, que os retratavam como sendo difíceis e pouco merecedores de confiança – um sinal evidente do seu crescente êxito comercial.[8] Eram liderados pelo magnífico Sizabul, que gostava de receber dignitários numa tenda elaborada, reclinado numa cama de ouro sustentada por quatro pavões de ouro e com um grande carro carregado de prata conspicuamente posicionado por perto.[9]

Os turcomanos tinham grandes ambições e despacharam enviados a Constantinopla para propor uma aliança militar de longa distância. Um ataque conjunto, disseram os embaixadores a Justino II, destruiria a Pérsia. [10] Ávido de conquistar glória a expensas do tradicional inimigo de Constantinopla e encorajado pela perspectiva oferecida, o imperador concordou com o plano e tornou-se cada vez mais eloquente, emitindo ameaças ao xá e exigindo a restituição de cidades e territórios cedidos em acordos anteriores. Depois de um malogrado ataque romano, o contra-ataque persa centrou-se em Dara (no atual sul da Turquia), a pedra basilar das defesas fronteiriças. Após um cerco terrível que durou seis meses, os persas conseguiram tomar a cidade em 574, após o que o imperador sofreu um colapso físico e mental. [11]

O fiasco convenceu os turcomanos de que Constantinopla era um aliado indigno que não merecia confiança, e isso mesmo declarou o embaixador turcomano em 576, rejeitando iradamente qualquer hipótese de um novo ataque à Pérsia. Pondo dez dedos na boca, disse, colérico: «Como agora tenho dez dedos na minha boca, assim vós, romanos, haveis usado muitas línguas.» Roma enganara os turcomanos prometendo dar o seu melhor contra a Pérsia; os resultados haviam sido deploráveis.[12]

Não obstante, este reatar das hostilidades contra a Pérsia assinalou o início de um período tumultuoso que teve consequências extraordinárias. Seguiram-se duas décadas de lutas, com momentos dramáticos, como quando um exército persa entrou na Ásia Menor antes de regressar a casa. Ao fazê-lo, caiu vítima de uma emboscada, a rainha foi feita prisioneira, bem como a carruagem real de ouro, decorada com pérolas e pedras preciosas. O fogo sagrado que o líder persa levava consigo em campanha, considerado ser «maior do que todos os fogos», foi capturado e atirado a um rio, e o alto sacerdote zoroástrico e uma «multidão de figuras de vulto» morreram afogados – talvez à força. A extinção do fogo sagrado era um ato agressivo e provocador, destinado a escarnecer da pedra de toque da identidade persa. As novas foram celebradas com um entusiasmo selvagem pelos romanos e seus aliados.[\[13\]](#)

Enquanto as hostilidades continuavam, a religião tornou-se cada vez mais importante. Quando as tropas se revoltaram por causa da proposta de uma redução do soldo, por exemplo, o comandante fez passar uma imagem sagrada de Jesus diante das tropas para os convencer de que o imperador servia a Deus. Quando o xá Cosroes I morreu, em 579, houve quem proclamasse, sem qualquer fundamento, «que a luz do Verbo divino brilhava esplendidamente à sua volta, pois ele acreditava em Cristo».[\[14\]](#) A crispação levou a denúncias veementes do zoroastrismo em Constantinopla como sendo vulgar, falso e depravado: os persas, escreveu Agátias, ganharam «hábitos degenerados e desviantes desde que caíram no feitiço do ensinamento de Zoroastro».[\[15\]](#)

A combinação de militarismo com uma grande dose de religiosidade teve consequências para aqueles que moravam na periferia do império que haviam sido cortejados e convertidos ao cristianismo como parte de uma política deliberada para conquistar o seu apoio e lealdade.[\[16\]](#) Fez-se um esforço especial para conquistar as tribos do sul e ocidente da Arábia com a promessa de recompensas materiais. A concessão de títulos monárquicos, que introduziram novos conceitos de parentesco (e de realeza) que podiam ser poderosamente explorados a nível local, também ajudou a convencer muitos a apoiarem Constantinopla.[\[17\]](#)

A crispação das sensibilidades religiosas durante os confrontos com a Pérsia teve consequências – pois o cristianismo adotado por algumas tribos não seguia a fórmula acordada em Calcedónia, em 451, era antes uma versão ou conjunto de versões que defendiam diferentes pontos de vista sobre a unidade de Cristo. As relações com os gassânidas, os aliados tradicionais de Roma na Arábia, azedaram em resultado das mensagens estridentes que emanavam da capital imperial.[\[18\]](#) Em parte graças a suspeitas religiosas de ambos os lados, as relações cessaram neste momento sensível – dando aos persas uma oportunidade perfeita para aproveitar. Os persas ganharam controlo sobre os portos e mercados do sul e ocidente da Arábia e abriram uma nova rota comercial terrestre que ligava a Pérsia com Meca e ‘Ukâz. Segundo a tradição islâmica, esta deslocação levou a que uma figura de vulto de Meca requeresse a Constantinopla a sua nomeação como filarco, ou guardião, da cidade enquanto representante de Roma, e um certo Otman recebeu posteriormente um título de realeza pelas mãos do imperador. Um processo paralelo assistiu à nomeação de um homem que assumiu um papel semelhante em Yathrib (Medina) – em nome da Pérsia.[\[19\]](#)

Enquanto estas tensões se cristalizavam na Península Arábica, a guerra prolongada fazia poucos progressos no seu teatro principal a norte. O momento de viragem deu-se não no campo de batalha, mas na corte persa no final da década de 580, quando Vahrām, um general popular que estabilizara a fronteira oriental com os turcomanos, tomou o assunto nas próprias mãos e se revoltou contra o xá, Cosroes II. O xá fugiu para Constantinopla, onde prometeu ao imperador Maurício grandes concessões no Cáucaso e na Mesopotâmia – incluindo a devolução de Dara – em troca de apoio imperial. Depois de regressar a casa em 591, Cosroes lidou com o seu rival de forma surpreendentemente eficaz e dispôs-se a honrar o seu compromisso. Foi um momento Versalhes, como diz um grande especialista: demasiadas cidades, fortes e importantes povoações foram entregues aos romanos, expondo o coração económico e administrativo da Pérsia; a humilhação foi tão grande que não tardaria a provocar uma reação vigorosa.[\[20\]](#)

O pêndulo oscilava nos dois sentidos durante as lutas intensas ocorridas nas duas décadas anteriores. Em todos os aspectos, parecia que Roma levara a cabo um grande golpe político e diplomático. Agora que dispunha das bases avançadas que antes lhe haviam faltado, tinha finalmente a oportunidade de se estabelecer permanentemente no Próximo Oriente. Como o historiador Procópio reconheceu, as planícies da Mesopotâmia que se espalhavam pela bacia maciça do Tigre e do Eufrates tinham poucos pontos fronteiriços óbvios sob a forma de rios, lagos ou montanhas.[\[21\]](#) Isso significava que todos os avanços seriam vulneráveis, a menos que se conseguisse anexar e manter uma grande faixa de território. Cosroes II recuperou o trono, mas o custo foi alto.

E, no entanto, apenas uma década depois, a sorte havia mudado espetacularmente. Quando o imperador Maurício foi assassinado por Focas, um dos seus generais, num golpe palaciano em 602, Cosroes II aproveitou o ensejo para atacar e forçar uma renegociação. O soberano ganhou confiança depois de um ataque feroz a Dara ter derrubado um ponto vital no sistema defensivo romano no norte da Mesopotâmia e, de novo, com as lutas de Focas para impor autoridade em casa. Quando chegaram notícias de que uma nova onda de ataques nômadas assolava os Balcãs, o xá subiu a fasquia. O sistema clientelista tradicional que era usado para governar os povos subjugados no norte da Arábia foi precipitadamente desmantelado, antecipando uma grande reorganização da fronteira que se seguiria à expansão persa.[\[22\]](#)

Lidou-se cuidadosamente com a população cristã. Os bispos sabiam por experiência que deviam rejeitar a perspectiva de guerra, dado que as hostilidades com Roma eram muitas vezes acompanhadas de acusações de colaboração. O xá presidiu pessoalmente à eleição de um novo patriarca em 605, convidando as principais figuras do clero a encontrarem-se e escolherem um novo oficial. Era um sinal deliberado para incutir confiança e mostrar à população minoritária que o novo líder tinha simpatia pelos seus assuntos. Foi uma jogada eficaz, interpretada pela comunidade cristã como sinal de proteção benevolente: Cosroes recebeu agradecimentos efusivos

dos bispos, que se juntaram para louvar o «poderoso, generoso, benevolente e magnânimo Rei dos Reis».[23]

Com o Império Romano a oscilar sob uma revolta interna após a outra, as forças persas apertaram o cerco: as cidades da Mesopotâmia caíram como dominós, tendo Edessa sido a última a capitular em 609. As atenções voltaram-se então para a Síria. Antioquia, a grande cidade na margem do Orontes, primeira Sé de São Pedro e a maior metrópole da Síria romana, caiu em 610, seguida de Emesa, na região ocidental da Síria, no ano seguinte. Com a queda de Damasco em 613, perdeu-se um outro grande centro regional.

A situação continuou a piorar. Em Constantinopla, o ambicioso e impopular Focas foi assassinado, o seu corpo nu e desmembrado passou em desfile pelas ruas da cidade. O novo imperador, Heráclio, contudo, não teve mais sorte para deter os Persas, cujos avanços tinham agora um ímpeto devastador. Após derrotar um contra-ataque romano na Ásia Menor, os exércitos do xá voltaram-se para sul, para Jerusalém. O objectivo era óbvio: capturar a cidade mais santa da cristandade e, ao fazê-lo, asseverar o triunfo religioso e cultural da Pérsia.

Quando a cidade caiu após um breve cerco, em maio de 614, a reação no mundo romano raiou a histeria. Os judeus foram acusados não só de colaborarem com os persas, mas também de os apoiarem ativamente. Segundo uma fonte, os judeus eram «como bestas malignas», ajudavam o exército invasor – por sua vez, comparado a animais ferozes e serpentes sibilantes. Foram acusados de desempenhar um papel ativo no massacre da população local, que, piamente, rejubilou quando morria, «pois era chacinada em nome de Cristo e derramava sangue pelo sangue Dele». Correram histórias segundo as quais as igrejas estavam a ser destruídas, as cruzes pisadas e que se cuspiam nos ícones. A Vera Cruz da crucificação de Jesus foi capturada e enviada de volta para a capital persa, como troféu de guerra por excelência para Cosroes. Tratava-se de um desastroso *volte-face* para Roma, e para o qual os propagandistas do imperador voltaram de imediato a sua atenção, na tentativa de limitar os danos.[24]

Confrontado com estes retrocessos, Heráclio considerou abdicar, mas antes tomou medidas desesperadas: enviou embaixadores a Cosroes para obterem a paz em quaisquer termos. Através dos seus emissários, Heráclio implorou perdão e culpou o seu predecessor, Focas, pelos recentes atos de agressão de Roma. Apresentando-se como um inferior submisso, o líder romano louvou o xá como «supremo imperador». Cosroes ouviu atentamente o que os emissários tinham a dizer; depois, mandou executá-los.[\[25\]](#)

Quando as notícias chegaram a Constantinopla, a cidade foi tomada pelo pânico, permitindo que reformas radicais fossem aprovadas sem qualquer protesto da oposição. Os salários dos oficiais do império foram cortados em metade, assim como o soldo dos militares. A distribuição gratuita de pão, uma antiga ferramenta política para conquistar a boa vontade dos habitantes da capital, foi interrompida.[\[26\]](#) Confiscaram-se metais preciosos às igrejas num esforço desesperado para prover o Tesouro de dinheiro. No sentido de sublinhar a escala da batalha que estava por vir e expiar os pecados que levara Deus a punir os romanos, Heráclio mudou o desenho das moedas. O busto do imperador permanecia no obverso, mas no reverso das novas moedas, cunhadas em grande volume e com novas denominações, via-se a imagem da cruz sobre degraus: a luta contra os persas não era menos do que a luta para defender a fé cristã.[\[27\]](#)

A curto prazo, estas medidas pouco alcançaram. Após tomarem a Palestina, os persas voltaram-se para o Delta do Nilo, capturando Alexandria, em 619.[\[28\]](#) Em menos de dois anos, o Egito – o celeiro do Mediterrâneo e o pilar da economia agrária romana ao longo de seis séculos – caiu. Seguiu-se a Ásia Menor, que foi atacada em 622. Embora o avanço tenha sido detido por algum tempo, em 626, o exército persa estava acampado à vista das muralhas de Constantinopla. Como se os romanos não estivessem já numa situação suficientemente árdua, o xá fez uma aliança com os nómadas ávaros que haviam tomado os Balcãs e marchado sobre a cidade vindos do Norte. Tudo o que agora separava os despojos da Roma imperial de uma aniquilação total era a espessura das muralhas da grande

cidade de Constantinopla – Constantinopla, a Nova Roma. O fim estava próximo; e parecia ser completamente inevitável.

Contudo, a sorte estava do lado de Heráclio. Os esforços iniciais para tomar a cidade falharam, e os assaltos subsequentes foram facilmente rechaçados. O empenho dos inimigos começou a esmorecer, primeiramente entre os ávaros. Com dificuldade em encontrar pastagens para os seus cavalos, os nómadas retiraram quando diferendos entre as tribos ameaçaram minar a autoridade do seu líder. Os persas retiraram também pouco depois, em parte por causa de relatos de ataques turcomanos no Cáucaso que requeriam atenção: uma impressionante expansão territorial corria o risco de exaurir os recursos, deixando as novas terras conquistadas perigosamente expostas – e os turcomanos sabiam-no. Constantinopla escapou por uma unha negra.[\[29\]](#)

Num surpreendente contra-ataque, Heráclio, que liderara o exército imperial na Ásia Menor durante o cerco da sua capital, lançava-se agora no encalço do seu inimigo que batia em retirada. O imperador dirigiu-se primeiro para o Cáucaso, onde se encontrou com o *khagan* turcomano e estabeleceu uma aliança – oferecendo-lhe inúmeras honrarias e presentes, bem como a sua filha, Eudóxia, como noiva, para formalizar os laços de amizade.[\[30\]](#) O imperador esqueceu então toda a cautela e deslocou-se para sul, esmagando um grande exército persa perto de Nínive (no atual norte do Iraque), no outono de 627, antes de avançar para Ctesifonte sem encontrar resistência.

A liderança persa fraquejou sob pressão. Cosroes foi assassinado, ao passo que o seu filho e sucessor, Kavad, apelou a Heráclio para estabelecer tréguas imediatas.[\[31\]](#) O imperador deu-se por satisfeito com a promessa de territórios e de honrarias e retirou-se para Constantinopla, deixando o seu embaixador a discutir os termos, que incluíam a devolução de territórios romanos que haviam sido capturados durante as guerras – bem como a devolução de partes da Vera Cruz que haviam sido levadas de Jerusalém em 614.[\[32\]](#) Foi uma vitória esmagadora e espetacular para os romanos.

Contudo, as coisas não ficaram por aqui, pois surgia uma tempestade que iria pôr a Pérsia à beira do colapso. O general mais graduado no terreno,

Shahrbarāz, que planeava o mais recente ataque relâmpago ao Egito, reagiu a este *volte-face* declarando-se pronto a subir ao trono. Com a Pérsia em maré de pouca sorte e com a fronteira a oriente vulnerável a ataques oportunistas dos turcomanos, o surgimento de um homem de ação parecia irresistível. À medida que o golpe ganhava ímpeto, o general negociou diretamente com Heráclio para granjear o apoio romano à sua sublevação, retirando do Egito e deslocando-se para Ctesifonte com o apoio do imperador.

Com a situação na Pérsia a extremar-se, Heráclio celebrou com gosto o surpreendente golpe de sorte para cimentar a sua popularidade. Heráclio confiara grandemente na religião para criar apoio e alimentar o empenho durante as horas mais negras do império. O ataque de Cosroes fora explicado como um assalto direto ao cristianismo, algo que uma peça de teatro representada diante das tropas imperiais sublinhou enfaticamente, em que se lia em voz alta uma carta que parecia escrita pela mão do próprio xá: a carta não apenas ridicularizava Heráclio, como escarnecia da impotência do Deus dos cristãos.[\[33\]](#) Os romanos haviam sido desafiados para lutar por aquilo em que acreditavam: esta fora uma guerra religiosa.

Talvez não surpreenda, assim, que o triunfalismo romano produzisse eventos desagradáveis. Depois de Heráclio ter liderado uma entrada cerimonial em Jerusalém, em março de 630, e devolvido os fragmentos da Vera Cruz à Igreja do Santo Sepulcro, vários judeus foram supostamente batizados à força, como castigo pelo papel que se julgava terem desempenhado na queda da cidade dezasseis anos antes; aqueles que fugiram foram proibidos de se aproximar a mais de cinco quilómetros de Jerusalém.[\[34\]](#) Os cristãos orientais cujas crenças eram consideradas não conformistas foram também alvo dos agentes imperiais, forçados a abandonar posições doutrinárias bem estabelecidas e coagidos a aceitar os ensinamentos do cristianismo ortodoxo, que agora reclamava ter provas incontornáveis de que só ele verdadeiramente era digno da bênção de Deus.[\[35\]](#)

Isso era problemático para a Igreja na Pérsia, que não se entendia com a sua congénere ocidental havia mais de um século e cujas principais figuras

do clero se viam como os transmissores da fé verdadeira – em contraste com a Igreja do Ocidente, sistematicamente corrompida por ensinamentos desviantes. Na fórmula dos bispos da Pérsia, quando se encontraram em 612, todas as grandes heresias haviam nascido no Império Romano – ao contrário da Pérsia, onde «nunca surgiu nenhuma heresia».[36] Assim, quando Heráclio «restaurou a ortodoxia da Igreja» em Edessa e deu instruções para que os cristãos orientais que aí haviam rezado no passado fossem expulsos, parecia que o seu plano era o de converter toda a Pérsia – uma ideia que Heráclio parece ter ponderado ativamente desde o dramático *volte-face*. E deveria ser convertida ao cristianismo romano e ocidental.[37]

A religião dominante ressurgente, que Constantinopla patrocinava, levava tudo à sua frente. A extraordinária sequência de eventos aniquilara um conjunto de ideias antigas. Quando a peste grassou em Ctesifonte, vitimando o xá Kavad, parecia óbvio que o zoroastrismo não era mais do que um devaneio: o cristianismo era a verdadeira fé, e os seus seguidores haviam sido recompensados.[38] Nesta atmosfera muito carregada, podia ouvir-se um trovão. Vinha do Sul, do interior da Península Arábica. Esta região escapara praticamente ilesa às recentes lutas entre romanos e persas, mas isso não significava que não tivesse sido afetada pelos monumentais choques que ocorriam a centenas de quilómetros de distância. Com efeito, a região sudoeste da Arábia havia muito que era um palco de confrontos entre os dois impérios, onde menos de um século antes o reino de Himiar e as cidades de Meca e de Medina se haviam juntado à Pérsia contra uma coligação cristã de forças entre Constantinopla e o rival mortífero de Himiar, no mar Vermelho, a Etiópia.[39]

Nesta região, as crenças tinham vindo a mudar, adaptar-se e competir entre si ao longo de quase um século. Um mundo politeísta de múltiplos deuses, ídolos e crenças cederia lugar ao monoteísmo e a ideias acerca de um Deus único e todo-poderoso. Os santuários dedicados a vários deuses estavam a ser tão marginalizados que um historiador afirmou que, nas vésperas da ascensão do islão, o politeísmo «estava moribundo». O seu lugar foi ocupado por conceitos judeus e cristãos de um Deus único e todo-poderoso – bem como de anjos, paraíso, orações e esmolas, que podem ser

encontrados em inscrições que começaram a proliferar em toda a Península Arábica, no final do século ^{vi} e início do século ^{vii}.[\[40\]](#)

Foi nesta região, enquanto a guerra continuava a norte, que um mercador chamado Maomé, membro do clã Banū Hāshim, da tribo coraixita, se retirou para uma gruta não distante da cidade de Meca para meditar. Segundo a tradição islâmica, em 610, Maomé começou a receber uma série de revelações de Deus. Maomé ouviu uma voz que lhe ordenou que recitasse versos «em nome do teu Senhor!»[\[41\]](#) Em pânico e confuso, Maomé saiu da gruta, mas viu um homem «com os pés na linha do horizonte» e uma voz que ribombou: «Ó Maomé, tu és o profeta de Deus e eu sou Jibrīl».[\[42\]](#) Nos anos seguintes, ocorreram uma série de recitações que foram, pela primeira vez, passadas a escrito em meados do século ^{vii} num único texto – conhecido como o Alcorão.[\[43\]](#)

Deus envia apóstolos, disse o anjo Jibrīl (ou Gabriel) a Maomé, para transmitir as boas novas ou para avisar.[\[44\]](#) Maomé havia sido escolhido como mensageiro pelo Todo-Poderoso. Havia muitas trevas no mundo, ouviu, muitas coisas a temer, e o perigo do apocalipse espreitava em todos os cantos. Recita as mensagens divinas, ouviu Maomé, pois, ao fazê-lo, «procurarás refúgio em [Alá] do maldito Satanás: ele não tem poder sobre aqueles que acreditam e põem a sua confiança no Senhor».[\[45\]](#) Deus é compassivo e misericordioso, ouviu Maomé repetidamente, mas é também severo a punir aqueles que se recusam a obedecer-lhe.[\[46\]](#)

As fontes relacionadas com o primeiro período islâmico são complexas e levantam problemas sérios de interpretação.[\[47\]](#) Não é fácil estabelecer de que modo as motivações políticas contemporâneas e posteriores moldaram a história de Maomé e das mensagens que recebeu – e, o que é mais, constitui-se como assunto de debates acesos entre atuais académicos. É difícil, por exemplo, perceber claramente o papel da fé para moldar atitudes e eventos, não menos porque logo desde meados do século ^{vii} se distinguiu entre crentes (*mu'minūn*) e aqueles que se lhes juntavam e submetiam à sua autoridade (*muslimūn*). Escritores posteriores centraram-se no papel da religião e deram ênfase não só ao poder da revelação espiritual como

também à solidariedade dos árabes que fizeram a revolução – resultando daí que é tão insatisfatório falar das conquistas do período como sendo «muçulmanas» ou como sendo «árabes». Além disso, as identidades não mudaram apenas depois deste período, mas também durante – e, é claro, dependemos dos olhos dos observadores para chegar a estes rótulos.

Não obstante, mesmo que estabelecer uma sequência segura de eventos possa ser problemático, é unanimemente aceite que Maomé não era a única figura na Península Arábica a falar de um Deus único, pois havia outros «profetas imitadores» que ganharam proeminência precisamente no período das guerras romano-persas. Os mais notáveis ofereciam visões proféticas e messiânicas que eram marcadamente semelhantes às de Maomé – prometendo revelações do anjo Gabriel, apontando para caminhos de salvação e, em alguns casos, oferecendo escrituras sagradas para sustentar as suas promessas.[\[48\]](#) Neste tempo, começavam a aparecer igrejas e santuários cristãos em Meca e à sua volta, como tornam evidente os registos arqueológicos, que também revelam ícones e cemitérios das novas populações convertidas. A competição pelos corações, mentes e almas era feroz nesta região ao longo deste período.[\[49\]](#)

Há também um consenso generalizado de que Maomé pregava a uma sociedade que experimentava uma grave contração económica em resultado das guerras romano-persas.[\[50\]](#) De facto, o confronto e a militarização de Roma e da Pérsia teve um importante impacto no comércio que partia de ou passava por Hijáz. Com a despesa pública a ser canalizada para o exército e com a pressão crónica sobre as economias domésticas para suportarem o esforço de guerra, a procura de bens de luxo deverá ter caído consideravelmente. O facto de os mercados tradicionais, acima de tudo as cidades do Levante e da Pérsia, se terem visto envolvidos na guerra só pode ter contribuído para uma maior contração da economia no sul da Arábia.[\[51\]](#)

Poucos terão sentido mais o aperto do que os coraixitas, cujas caravanas transportando ouro e outros bens de alto valor para a Síria haviam sido lendárias. Perderam também o lucrativo contrato de fornecer ao exército romano o couro necessário para selas, atilhos de botas e escudos, cintos e outras coisas.[\[52\]](#) O seu sustento também deverá ter sido ameaçado pelo

declínio no número de peregrinos que visitavam o *haram*, um importante santuário em Meca dedicado a deuses pagãos. O sítio centrava-se numa série de ídolos – alegadamente, um dos quais era Abraão em velho –, mas o mais importante entre estes era uma estátua vermelha de ágata de um homem com uma mão direita de ouro e rodeado de sete setas divinatórias. [53] Enquanto guardiães de Meca, os coraixitas prosperaram vendendo comida e água aos visitantes e praticando rituais para os peregrinos. As sublevações na Síria e Mesopotâmia tiveram repercussões mais além e causaram a disrupção de muitos aspetos diferentes da vida quotidiana; não surpreende, assim, que os avisos de Maomé sob a iminência do apocalipse encontrassem um forte eco.

As doutrinas de Maomé encontraram, com efeito, terreno fértil. Maomé oferecia uma explicação audaz e coerente, sobre convulsões que atingiam níveis traumáticos, com enorme paixão e convicção. Não só as suas epifanias, mas também os seus avisos eram poderosos. Aqueles que seguissem o seu ensinamento veriam a sua terra tornar-se frutífera e dar ricas colheitas de cereais; aqueles que não o fizessem perderiam as suas colheitas. [54] A salvação espiritual traria recompensas económicas. Havia muito a ganhar: os crentes veriam não menos que o Paraíso, onde os jardins eram regados por água fresca e pura, por «rios de vinho que deleitam quem os bebe e rios de mel clarificado». Os fiéis seriam compensados com toda a espécie de fruta e receberiam ao mesmo tempo o perdão do Senhor. [55]

Aqueles que rejeitavam as doutrinas divinas enfrentariam não apenas a ruína e o desastre, mas seriam amaldiçoados: quem travasse guerra com os seus seguidores sofreria terrivelmente e não receberia misericórdia. Deveriam ser executados ou crucificados, mutilados ou exilados: os inimigos de Maomé eram os inimigos de Deus; em verdade, sofreriam um destino terrível. [56] Esse destino incluía queimar a pele pelo fogo, que seria substituída por uma nova pele que sofreria o mesmo destino, de modo que a dor e a tortura nunca tivessem fim. [57] Quem não acreditasse, «ficaria no inferno para sempre e beberia água escaldada que lhe dilaceraria as entranhas». [58]

Esta mensagem radical e apaixonada deparou com uma oposição feroz da elite conservadora de Meca, que estava furiosa com as críticas feitas às práticas e crenças tradicionais politeístas.^[59] Maomé foi forçado a fugir para Yathrib (mais tarde, nomeada Medina), em 622, para escapar às perseguições; esta fuga, conhecida como *hijra*, tornou-se o momento de charneira da história islâmica, o ano zero do calendário muçulmano. Como tornam claro papiros recentemente descobertos, foi neste ponto que a pregação de Maomé fez nascer uma nova religião e uma nova identidade.^[60]

No centro desta nova identidade encontrava-se uma ideia forte sobre unidade. Maomé tentou ativamente fundir as muitas tribos do sul da Arábia num único bloco. Os bizantinos e os persas havia muito que manipulavam as rivalidades locais e instigavam os líderes uns contra os outros. Um sistema de patrocínios e atribuição de fundos ajudou a criar uma série de clientes e elites dependentes, que eram regulados e recompensados através de pagamentos de Roma e Ctesifonte. A guerra intensa destruiu este sistema. O prolongamento das hostilidades significou que algumas tribos se viram privadas das «trinta libras de ouro que normalmente recebiam sob a forma de lucro comercial nos seus negócios com o Império Romano». Pior, os seus pedidos de cumprimento das obrigações foram lidados com negligência. «O imperador mal pode pagar aos seus soldados», afirmou um agente, «muito menos a vós, [seus] cães.» Quando um outro emissário disse aos líderes tribais que as perspectivas de futuros negócios eram agora limitadas, foi morto e cosido dentro de um camelo. As tribos não tardaram a tomar o assunto nas suas próprias mãos. A reação foi a de «devastar terras romanas» como vingança.^[61]

Não foi por acaso que a nova fé começou a ser pregada na língua local. Vede, diz um dos versículos do Alcorão, estas são as palavras que vêm do alto – em árabe.^[62] Os árabes estavam a conhecer a sua própria religião, uma religião que criava uma outra identidade. Esta era uma fé concebida para as populações locais, fossem nómadas ou citadinas, membros de uma ou de outra tribo, independentemente da origem étnica ou linguística. As muitas palavras tomadas de empréstimo do grego, aramaico, siríaco, hebreu

e persa no Alcorão, o texto que registou as revelações de Maomé, apontam para um meio poliglota onde era importante sublinhar a semelhança, mais do que a diferença.[63] A unidade era um princípio basilar e um motivo maior do êxito iminente do islão. «Que não haja duas religiões na Arábia», foram as últimas palavras de Maomé, segundo a investigação de um respeitado estudioso que escreveu no século ^{viii}. [64]

As perspectivas de Maomé não pareciam promissoras quando se viu cercado em Yathrib com o seu pequeno grupo de primeiros seguidores. Os esforços para evangelizar e fazer crescer a *umma* – a comunidade de crentes – eram lentos, e a situação tornou-se precária quando as forças vindas de Meca tentaram atacar o pregador renegado. Maomé e os seus seguidores adotaram uma resistência armada, lançando uma série de ataques cada vez mais ambiciosos a caravanas. Depressa ganharam ímpeto. O êxito frente à superioridade numérica, e contra todas as possibilidades, como a batalha de Badr, em 624, era uma prova eloquente de que Maomé e os seus homens gozavam de proteção divina; os lucrativos despojos também chamaram a atenção. Uma ronda intensa de negociações com figuras de vulto da tribo coraixita de Meca resultou finalmente num entendimento, desde então conhecido como o Tratado de al-Hudaybiya, que estabeleceu uma trégua de dez anos entre Meca e Yathrib e levantou restrições anteriormente aplicadas aos apoiantes de Maomé. O número de convertidos começava agora a crescer.

À medida que o número de seguidores crescia, também as suas aspirações e ambições se elevavam, para as quais foi crucial a designação de um centro religioso claro. Anteriormente, os crentes haviam ouvido que deveriam virar-se para Jerusalém quando rezassem. Em 628, porém, após uma outra revelação, anunciou-se aparentemente que essa instrução fora um teste e deveria agora ser corrigida: a direcção ou *qibla* durante as orações deveria ser Meca.[65]

Além disso, a Caaba, o antigo ponto focal da religião politeísta e pagã da Arábia, foi identificada como a pedra de toque para as orações e peregrinações dentro da cidade. Essa revelação provinha de Ismael, filho de

Abraão e putativo antepassado das doze tribos árabes. Pedia-se aos visitantes da cidade que contornassem o local sagrado, entoando o nome de Deus. Assim agindo estariam a cumprir a ordem dada a Ismael de que de toda a Arábia e terras distantes viriam homens em camelo e a pé para fazerem uma peregrinação ao lugar onde uma pedra preta no centro do monumento fora trazida por um anjo do céu.^[66] Confirmando a sacralidade da Caaba, afirmava-se a continuidade do passado, gerando uma poderosa impressão de familiaridade cultural. Além dos benefícios espirituais oferecidos pela nova fé, havia vantagens óbvias em estabelecer Meca como um centro religioso por excelência – política, económica e culturalmente. O antagonismo com os coraixitas esvaneceu-se a ponto de os principais membros da tribo terem jurado lealdade a Maomé – e ao islão.

O génio de Maomé como líder não ficava por aqui. Enquanto, na Arábia, as barreiras e a oposição desapareciam, Maomé despachou forças expedicionárias para explorar oportunidades que surgissem noutros pontos e fossem demasiado boas para deitar a perder. A ocasião não podia ter sido mais oportuna: entre 628 e 632, o colapso dramático da Pérsia agravou-se à medida que a anarquia se instalava. Durante este breve período, não menos de seis reis reclamaram autoridade régia; um historiador árabe bem informado a escrever mais tarde afirmou serem oito – e mais duas rainhas.^[67]

O êxito atraiu novos apoiantes, cujos números cresceram à medida que as cidades, vilas e aldeias na fronteira sul da Pérsia foram engolidas. Estas povoações não estavam acostumadas a defender-se, e vergavam-se ao mínimo sinal de pressão. Um exemplo típico era o da cidade de al-Hīra (situada no atual centro sul do Iraque), que capitulou imediatamente e concordou pagar aos agressores em troca de garantias de paz.^[68] Completamente desmoralizados, os mais altos comandantes persas também aconselharam a que se desse dinheiro à coluna árabe que avançava, «sob a condição de que partisse».^[69]

Garantir maiores recursos revelava-se importante, pois não eram apenas as recompensas espirituais que conquistavam pessoas para as doutrinas islâmicas. Desde o aparecimento de Maomé, terá dito alegadamente um

general ao seu congénere sassânida, «já não buscamos ganhos mundanos»; as expedições visavam agora espalhar a palavra de Deus.[70] Claramente, o zelo evangélico foi vital para o êxito do primeiro islão. Mas também o foi o modo inovador de partilhar despojos e finanças. Disposto a outorgar ganhos materiais em troca de lealdade e obediência, Maomé declarou que os bens apreendidos a não crentes deveriam passar a pertencer aos fiéis.[71] O que fez alinhar os interesses económicos com os interesses religiosos.[72]

Aqueles que mais cedo se convertessem ao islão eram recompensados com uma parte maior dos prémios, na prática, um esquema em pirâmide. Este esquema foi formalizado no início da década de 630 com a criação de um *dīwān*, um serviço oficial incumbido de vigiar a distribuição dos saques. Vinte por cento deveriam ser oferecidos ao líder dos fiéis, o califa, mas o grosso deveria ser partilhado pelos seus apoiantes e os que haviam participado em ataques bem-sucedidos.[73] Os primeiros convertidos beneficiavam mais com as novas conquistas, ao passo que os crentes mais recentes eram favorecidos com os frutos do êxito. O resultado foi um motor altamente eficiente a propulsionar a expansão.

À medida que os exércitos recentemente formados continuavam a estabelecer uma autoridade política e religiosa sobre as tribos nómadas conhecidas coletivamente como «povos do deserto», ou beduínos, faziam também grandes incursões e conquistavam vastos territórios com muita rapidez. Ainda que seja difícil restabelecer a cronologia dos eventos, os estudos mais recentes mostram convincentemente que a expansão na Pérsia ocorreu vários anos antes do que inicialmente se pensara – no momento em que a sociedade sassânida implodia, entre 628 e 632, em vez de depois.[74] Esta mudança de datas é significativa, pois ajuda a contextualizar as rápidas conquistas feitas na Palestina, onde todas as cidades se submeteram em meados da década de 630 – incluindo Jerusalém, que os romanos só recentemente tinham recuperado.[75]

Tanto Roma como a Pérsia reagiram demasiado tarde à ameaça. No caso da última, uma vitória muçulmana esmagadora em Qādisiyyah (Cadésia), em 636, foi um enorme incentivo para os crescentes exércitos árabes e para a autoconfiança islâmica. O facto de uma quantidade de nobres persas

terem morrido no curso da batalha comprometeu gravemente a futura resistência e foi o golpe de misericórdia a um Estado que já sucumbia.[\[76\]](#) A resposta romana não foi mais eficaz. Um exército sob o comando do irmão do imperador, Teodoro, sofreu uma pesada derrota em 636 no rio Jarmuque, a sul do mar da Galileia, depois de este ter subestimado seriamente o tamanho, capacidade e determinação da força árabe.[\[77\]](#)

O coração do mundo estava agora cindido. Cidade após cidade rendia-se, enquanto as forças atacantes se dirigiram para Ctesifonte. Após um cerco prolongado, a capital acabou por cair, e o seu Tesouro foi capturado pelos árabes. A Pérsia entrara em rutura com a espetacular ação de retaguarda dos romanos, mas foi engolida pelos seguidores de Maomé. Ganhava ímpeto um grupo heteróclito de crentes que aceitaram os ensinamentos do seu profeta, a par de oportunistas e daqueles que decidiram tentar a sorte na esperança de serem por isso recompensados. Depois de alinhados os seus interesses, e êxito após êxito, a única questão era a de saber até onde se espalharia o islão.

Rota para a concórdia

O génio estratégico e a argúcia táctica no campo de batalha permitiram que Maomé e os seus seguidores alcançassem uma série de surpreendentes êxitos. O apoio da tribo coraixita e da elite política dominante em Meca foi também crucial, ao estabelecer uma plataforma para persuadir as tribos do sul da Arábia que escutassem e aceitassem a mensagem da nova fé. As oportunidades surgidas com o colapso da Pérsia chegaram igualmente no momento certo. Mas duas outras importantes razões ajudam a explicar o triunfo do islão na primeira metade do século VII: o apoio dado por cristãos e, acima de tudo, o apoio dado por judeus.

Num mundo em que a religião parece ser a causa de conflitos e derramamento de sangue, é fácil ignorar de que modo as grandes fés aprenderam e se influenciaram mutuamente. Ao olhar de hoje, o cristianismo e o islão parecem ser diametralmente opostos, mas, nos primeiros anos da sua coexistência, as relações não eram apenas pacíficas, eram afáveis e encorajadoras. E a relação entre o islão e o judaísmo surpreende ainda mais pela sua mútua compatibilidade. O apoio dos judeus no Médio Oriente era vital para a propagação e disseminação da palavra de Maomé.

Ainda que o material dos primeiros tempos da história islâmica seja complicado, é possível detetar consistentemente um tema notável e inconfundível na literatura deste período – seja em árabe, em arménio, em siríaco, em grego ou em hebreu –, bem como nas evidências arqueológicas:

Maomé e os seus seguidores envidaram grandes esforços para abrandar os medos de judeus e cristãos à medida que o controlo muçulmano se expandia.

Quando Maomé foi cercado em Yathrib, no sul da Arábia, na década de 620, uma das suas principais estratégias foi a de pedir ajuda aos judeus. Esta cidade – e região – estava embebida do judaísmo e da história judaica. Praticamente um século antes, um líder judeu fanático de Himiar vigiara a perseguição sistemática da minoria cristã, o que se cristalizou num amplo padrão de alianças que ainda vigorava: a Pérsia viera em apoio dos himiaritas contra a aliança de Roma e Etiópia. Maomé estava muito interessado em estabelecer boas relações com os judeus do sul da Arábia – começando pelos anciãos de Yathrib.

Os principais judeus da cidade, mais tarde batizada Medina, juraram apoiar Maomé em troca de garantias de defesa mútua. Estas garantias foram estipuladas num documento formal que atestava que a sua fé e posses seriam respeitadas agora e no futuro pelos muçulmanos. Anunciava-se ainda um mútuo entendimento entre o judaísmo e o islão: os seguidores de ambas as religiões juravam defender-se mutuamente caso uma destas fosse atacada por uma terceira parte; os judeus não seriam atacados e os seus inimigos não receberiam ajuda. Os muçulmanos e judeus iriam cooperar entre si, dando «sinceros avisos e conselhos».[1] Também ajudava que as revelações de Maomé parecessem não apenas conciliatórias, mas familiares: havia muito em comum com o Antigo Testamento, por exemplo, a veneração pelos profetas, e por Abraão em particular, e havia um terreno comum óbvio para aqueles que repudiavam o estatuto de Jesus como Messias. O islão não só não era uma ameaça ao judaísmo, como alguns elementos pareciam servir-lhe como uma luva.[2]

Depressa se espalhou a nova entre as comunidades judaicas de que Maomé e os seus seguidores eram aliados. Um texto extraordinário escrito no Norte de África, no final da década de 630, mostra como as notícias dos avanços árabes eram bem-vindas pelos judeus na Palestina, pois significavam o enfraquecimento do poder romano – e cristão – na região. Especulava-se veementemente que o que estava a acontecer poderia ser o

cumprimento de antigas profecias: «Diziam que o profeta aparecera, vindo com os sarracenos, e que proclamava o advento do ungido, do Cristo que estava por vir.»[3] Alguns judeus concluíram que se tratava da vinda do Messias – no momento mais oportuno para mostrar que Jesus Cristo era uma fraude e que os últimos dias dos homens haviam chegado.[4] Nem todos, contudo, ficaram persuadidos. Como disse um rabi erudito, Maomé era um falso profeta, «pois os profetas não aparecem armados com uma espada».[5]

O facto de existirem outros textos que mencionam que os árabes foram bem recebidos pelos judeus enquanto libertadores do jugo romano fornece uma corroboração importante sobre as reações locais positivas à crescente centralidade do islão. Um texto acerca deste período escrito um século mais tarde diz que um anjo apareceu ao rabi Shim'on b. Yohai, quando este ficou perturbado pelo sofrimento infligido depois de Heráclio ter recuperado Jerusalém, pelos batismos forçados e pela perseguição dos judeus. «Como sabemos que [os muçulmanos] são a nossa salvação», terá perguntado. «Não tenhas medo», o anjo reconfortou-o, pois Deus «traz o reino dos [árabes] apenas para vos livrar da nefasta [Roma]. É Sua vontade que de entre eles saia um profeta. E o profeta conquistará a terra por eles, e eles chegarão e restaurá-la-ão com grandeza.» Maomé era visto como um meio de cumprir as esperanças messiânicas judaicas. Estas terras pertenciam aos descendentes de Abraão – o que implicava solidariedade entre árabes e judeus.[6]

Havia outras razões, táticas, para cooperar com os exércitos que avançavam. Em Hebron, por exemplo, os judeus ofereceram-se para negociar um acordo com os comandantes árabes: «Deem-nos segurança para que possamos ter um estatuto semelhante entre vocês» e concedam-nos «o direito de erigir uma sinagoga em frente da entrada da gruta de Machpelah», onde Abraão foi sepultado; em troca, disseram os líderes judeus, «mostrar-vos-emos uma entrada para que possam penetrar as formidáveis defesas da cidade».[7]

O apoio da população local foi um fator crucial nos êxitos dos árabes na Palestina e na Síria no início da década de 630, como se viu atrás.

Investigações recentes das fontes gregas, siríacas e árabes mostraram que, nos primeiros relatos, a chegada dos exércitos atacantes foi bem recebida pelos judeus. O que não surpreende: se nos abstrairmos dos posteriores acrescentos exagerados e interpretações venenosas (como a ideia de que os muçulmanos eram culpados de «hipocrisia satânica»), lemos que o comandante militar que liderou o exército em Jerusalém entrou na Cidade Santa na vestimenta humilde de um peregrino, querendo mostrar a sua devoção lado a lado com aqueles cujas posições religiosas eram aparentemente vistas como sendo, se não compatíveis, então não inteiramente dissemelhantes.[8]

Outros grupos do Médio Oriente não ficaram desiludidos com a ascensão do islão. Toda a região estava pejada de religiosos não conformistas. Havia uma quantidade de seitas cristãs que não aceitavam as decisões tomadas em concílios eclesiásticos ou que se opunham a doutrinas que consideravam heréticas. Tal era verdade sobretudo na Palestina e no Sinai, onde muitas comunidades cristãs se opunham às conclusões a que o Concílio de Calcedónia chegara em 451 sobre o significado preciso da natureza divina de Jesus Cristo e, em resultado, haviam sido formalmente perseguidas.[9] Estes grupos cristãos não se encontravam em melhor situação depois da espetacular recuperação de Heráclio na guerra contra os persas, dada a assertividade da ortodoxia religiosa que acompanhou as reconquistas do imperador.

Por esta razão, algumas comunidades viram os êxitos como um meio para atingirem os seus fins, mas também com simpatia religiosa. João de Dasen, metropolitano de Nisibis, foi abordado por um astuto comandante árabe que se queria estabelecer na cidade e que lhe prometeu que, se pudesse contar com o seu apoio, ele, por sua vez, ajudaria o clérigo a depor a principal figura da Igreja Cristã do Oriente e instalá-lo-ia no seu lugar.[10] Uma carta enviada na década de 640 por um proeminente clérigo relata que os novos soberanos não lutavam contra os cristãos, «até recomendam a nossa religião, dão honras aos padres e mosteiros e santos de nosso Senhor» e fazem dádivas a instituições religiosas.[11]

Neste contexto, as mensagens de Maomé e dos seus seguidores granjearam a solidariedade das populações cristãs locais. Desde logo, os avisos severos do islão contra o ateísmo e a veneração de ídolos tinha óbvias ressonâncias com o cristianismo, cujos ensinamentos espelhavam precisamente estes pontos de vista. Um certo espírito de camaradagem foi também reforçado por um elenco familiar de personagens, como Moisés, Noé, Job e Zacarias, que figuram no Alcorão a par de enunciados explícitos, segundo os quais o Deus que deu as escrituras a Moisés, e que enviou outros apóstolos depois dele, enviava agora novo profeta para espalhar a palavra.[\[12\]](#)

A existência de terreno comum com cristãos e judeus foi reforçada pelo uso de referências familiares e pela ênfase dada a semelhanças em termos de costumes e de doutrina religiosa. Deus não decidira revelar mensagens a Maomé apenas: «Ele já revelou a Tora e o Evangelho para guiar a Humanidade», diz um versículo do Alcorão.[\[13\]](#) Lembrem as palavras dos anjos ditas a Maria, mãe de Jesus, diz outro versículo. Ecoando o ave-maria, o livro sagrado do islão ensina as palavras «Deus escolheu-te, [Maria]. Fez-te pura e exaltou-te sobre as mulheres. Maria, obedece ao teu Senhor; ajoelha-te e venera com os fiéis».[\[14\]](#)

Para os cristãos, enredados em argumentos sobre a natureza de Jesus e da Trindade, o mais notável era que as revelações de Maomé contivessem uma mensagem central que era a um tempo poderosa e simples: só há um Deus; e Maomé é o seu mensageiro.[\[15\]](#) Era uma mensagem fácil de compreender e rimava com a base da fé cristã, segundo a qual Deus era todo-poderoso e, de tempos a tempos, enviava apóstolos para transmitir mensagens divinas.

Cristãos e judeus que discutiam sobre a religião eram loucos, regista outro versículo do Alcorão; «não tendes juízo?».[\[16\]](#) As divisões eram obra de Satanás, avisava o texto de Maomé; nunca permitais que a dissensão se enraíze – pelo contrário, uni-vos em Deus e nunca vos dividais.[\[17\]](#) A mensagem de Maomé era de conciliação. Os crentes que seguem a fé judaica ou a fé cristã e que levem uma vida justa «nada têm a temer ou lamentar», diz o Alcorão em mais do que uma ocasião.[\[18\]](#) Aqueles que acreditavam num só Deus deveriam ser honrados e respeitados.

Havia também costumes e regras que, mais tarde, passaram a ser associados ao islão e que são anteriores a Maomé, mas que eram agora adotados, aparentemente pelo próprio profeta. Por exemplo, a amputação como castigo do roubo e a sentença de morte para aqueles que renunciavam à sua fé eram práticas comuns adotadas pelos muçulmanos. Elementos como a esmola, o jejum, a peregrinação e a oração tornaram-se componentes centrais do islão, reforçando a noção de continuidade e familiaridade.^[19] As semelhanças com o cristianismo e o judaísmo tornaram-se, mais tarde, um tópico sensível, em parte resolvido com o dogma de que Maomé era iletrado. Isto imunizava-o à ideia de que o profeta conhecesse os ensinamentos da Tora e da Bíblia – ainda que comentadores quase contemporâneos dissessem que Maomé era «culto» e conhecia tanto o Antigo como o Novo Testamento.^[20] Alguns foram ainda mais longe e procuraram defender que o Alcorão tem por base um lecionário cristão escrito numa língua derivada do aramaico que foi subsequentemente adaptado e moldado. Esta tese – como muitas outras que desafiavam ou vão contra a tradição islâmica – ganhou notoriedade, ainda que goze de pouco apoio junto de historiadores contemporâneos.^[21]

Que cristãos e judeus fossem um público central que apoiava a primeira fase da expansão islâmica explica a razão por que um dos poucos versículos do Alcorão que diz respeito a eventos coevos à vida de Maomé fale em termos positivos sobre os romanos. Os romanos foram derrotados, diz o Alcorão, referindo-se a um de muitos retrocessos crónicos durante as guerras com a Pérsia antes do final da década de 620. «Mas, dentro de poucos anos, os próprios alcançarão a vitória: pois essa é a vontade de Deus antes e depois.»^[22] Isto era garantido, porque Deus não falha nas suas promessas.^[23] A mensagem era inclusiva e familiar e parecia abrandar as discussões sectárias que encarniçavam os cristãos. Da perspetiva destes, o islão parecia ser inclusivo e conciliador e oferecia a esperança de uma acalmia das tensões.

Com efeito, as fontes estão repletas de exemplos de cristãos que admiravam o que viam entre os muçulmanos e os seus exércitos. Um texto do século VIII nota que um asceta cristão foi enviado para observar o inimigo

e voltou impressionado pela experiência. «Venho ter convosco vindo de um povo que ficou grande parte da noite a rezar», terá supostamente dito aos seus pares, «e praticou a abstinência durante o dia, recomendando o bem e proibindo o mal, monges à noite, leões de dia.» Isto parecia ser inteiramente recomendável – e servia para esbater as divisões entre cristianismo e islão. O facto de outros relatos deste período falarem de monges cristãos que adotavam os ensinamentos de Maomé providencia outro sinal de que as diferenças doutrinárias não eram nítidas.[24] O ascetismo praticado pelos primeiros muçulmanos era também reconhecível e louvável, fornecendo uma referência culturalmente familiar para o mundo greco-romano.[25]

Os esforços de conciliação com os cristãos foram suplementados por uma política de proteger e respeitar o Povo do Livro – ou seja, tanto judeus como cristãos. O Alcorão torna claro que os primeiros muçulmanos se viam não como rivais destas duas fés, mas como herdeiros do mesmo legado: as revelações de Maomé haviam anteriormente sido «reveladas a Abraão e Ismael, a Isaac e Jacob e às tribos»; Deus confiara a mesma mensagem a Moisés e a Jesus. «Não discriminamos contra nenhum deles», diz o Alcorão. Por outras palavras, os profetas do judaísmo e do cristianismo eram os mesmos que os do islão.[26]

Não é assim uma coincidência que o Alcorão faça mais de sessenta referências à palavra *umma*, usada não como termo étnico, mas para designar a comunidade de crentes. Em várias ocasiões, o texto nota tristemente que, em tempos, a Humanidade constituía uma só *umma*, até que as diferenças dividiram os povos.[27] A mensagem implícita era a de que Deus queria que as diferenças fossem postas de lado. As semelhanças entre as grandes fés monoteístas são acentuadas no Alcorão e no *hadīth* – a coleção de comentários, ditos e feitos do profeta –, ao passo que as diferenças são consistentemente relegadas para segundo plano. A ênfase sobre o tratamento respeitoso e tolerante devido a judeus e cristãos é inconfundível.

As fontes deste período são marcadamente difíceis de interpretar, porque são complicadas e contraditórias, mas também porque várias foram escritas muito depois dos eventos. Contudo, avanços recentes da paleografia, a

descoberta de fragmentos textuais anteriormente desconhecidos e formas cada vez mais sofisticadas de compreender o material escrito estão a transformar as posições estabelecidas sobre este período épico da História. Assim, ao passo que a tradição islâmica há muito que defende que Maomé morreu em 632, estudos recentes sugerem que o profeta pode ter vivido até mais tarde. Múltiplas fontes dos séculos VII e VIII atestam a existência de um pregador carismático – que recentemente se sugeriu ser o próprio Maomé – que dirigia as forças árabes e as fez avançar até às portas de Jerusalém.[\[28\]](#)

O extraordinário progresso dos seguidores de Maomé na Palestina recebeu uma reação impotente e inepta de parte das autoridades. Alguns membros do clero cristão levaram a cabo uma desesperada batalha de retaguarda, dando a ver os árabes na pior luz possível numa tentativa condenada de convencer a população local a não se deixar enganar nem apoiar uma mensagem que parecia tanto simples como familiar. Os «sarracenos» são vingativos e odeiam Deus, avisou o patriarca de Jerusalém, pouco depois da conquista da cidade. Saqueiam cidades, devastam os campos, ateam fogo às igrejas e destroem mosteiros. O mal que cometem contra Deus e contra a Igreja é terrível, como o são as «vis blasfémias que proferem sobre Deus».[\[29\]](#)

Na verdade, parece que as conquistas árabes não foram tão brutais ou chocantes quanto os comentadores apregoam. Em toda a Síria e Palestina, por exemplo, não há muitas provas de conquista violenta no registo arqueológico.[\[30\]](#) Damasco, por exemplo, a mais importante cidade no norte da Síria, rendeu-se rapidamente depois de o bispo local e o comandante árabe agressor terem acordado os termos. Mesmo dando margem à licença poética, o compromisso foi razoável e realista: em troca de as igrejas poderem permanecer abertas e intocadas e de a população cristã permanecer intocada, os habitantes concordavam em reconhecer a soberania dos novos senhores. Na prática, tal significava pagar impostos não a Constantinopla e às autoridades imperiais, mas a representantes «do profeta, os califas e os crentes».[\[31\]](#)

Este processo foi replicado sucessivas vezes enquanto os árabes se espalhavam em todas as direções, percorrendo as rotas de comunicação e comerciais. Os exércitos seguiram para a região sudoeste do Irão, antes de as atenções se terem concentrado em perseguir Yazdagird III, o último rei sassânida que fugira para oriente. As forças expedicionárias enviadas para o Egito semearam o caos ao trabalharem concertadamente, o que resultou numa resistência militar limitada e ineficaz – agravada pelo facto de as populações locais lutarem entre si ou estarem dispostas a negociar tréguas quando confrontadas com o medo e a incerteza. Alexandria, uma joia do Mediterrâneo Oriental, foi desmilitarizada e forçada a prometer um grande tributo em troca de garantias de que as igrejas permaneceriam intactas e a população cristã deixada em paz. As notícias deste acordo foram motivo de choro e lamentos em Alexandria e mesmo de apelos a que o seu promotor, o patriarca Ciro, fosse apedrejado pela sua traição. «Fiz este tratado», disse em sua defesa, «para vos salvar e aos vossos filhos.» E com isto, regista um autor que escreveu cerca de um século mais tarde, «os muçulmanos passaram a controlar todo o Egito, sul e norte, e com isso triplicaram as suas receitas fiscais».[32] Deus estava a castigar os cristãos pelos seus pecados, escreveu outro autor na mesma época.[33]

Num modelo quase perfeito de expansão, a ameaça de força militar conduzia a acordos negociados, à medida que província após província se submetia às novas autoridades. Desde logo, a soberania nos territórios conquistados era leve e mesmo inconspícua. De um modo geral, as populações maioritárias existentes podiam prosseguir a sua vida sem serem molestadas pelos novos senhores, que estabeleciam fortes e residências longe dos centros urbanos existentes.[34] Nalguns casos, fundaram-se novas cidades para os muçulmanos, como Fustât, no Egito, Kūfa, junto ao Eufrates, Ramla, na Palestina, e Ayla, na atual Jordânia, onde se podia escolher os locais das mesquitas e dos palácios dos governadores e construí-los de raiz.[35]

O facto de novas igrejas terem sido construídas na mesma altura, no norte de África, Egito e Palestina, sugere que depressa se estabeleceu um *modus vivendi* em que a tolerância religiosa era a norma.[36] O mesmo parece ter

tido eco nas terras tomadas aos sassânidas, onde, pelo menos inicialmente, os zoroastristas foram ignorados ou deixados em paz.^[37] No caso dos judeus e dos cristãos, não é impossível que este estado de coisas tenha mesmo sido formalizado. Um texto complexo e contencioso conhecido como o Pacto de ‘Umar propõe-se estipular os direitos que os chamados Povos do Livro teriam com os seus novos soberanos e, reciprocamente, estabelecer a base da interação com o islão: não deveriam ser marcadas cruzes nas mesquitas; o Alcorão não seria ensinado a crianças não muçulmanas, mas ninguém era impedido de se converter ao islão; os muçulmanos deveriam ser sempre respeitados e deveriam receber direções se pedissem ajuda. A coabitação das fés foi uma importante característica da primeira expansão islâmica – e uma importante parte do seu sucesso.^[38]

Em resposta, alguns encontraram soluções de compromisso, como mostram os fornos de cerâmica de Jerash, no norte da Jordânia. No século VII, produziram-se lamparinas com uma inscrição cristã em latim num lado e uma invocação islâmica em árabe no outro.^[39] Esta era, em parte, uma resposta pragmática a experiências recentes, dado que a ocupação persa desta região apenas durara vinte e cinco anos. Não havia garantia de que os soberanos árabes necessariamente durariam mais tempo, como torna absolutamente claro um texto grego do século VII: «o corpo renovar-se-á», assegurava o autor aos seus leitores; restava a esperança de que as conquistas muçulmanas fossem sol de pouca dura.^[40]

A atitude não interventiva do novo regime também se deu a ver em questões de administração. As moedas romanas foram usadas durante várias décadas após as conquistas, a par de moedas novamente cunhadas com imagens familiares e denominações bem estabelecidas; de igual modo, deixaram-se intactos os sistemas legais existentes. As normas existentes acerca de um grande número de práticas sociais foram adotadas pelos conquistadores, incluindo várias que diziam respeito a heranças, dotes, juramentos e casamento, bem como ao jejum. Em muitos casos, os governadores e burocratas eram deixados nos seus cargos em territórios previamente sassânidas ou romanos.^[41] Parte da razão para tal era simples matemática. Os conquistadores, árabes e não árabes, crentes verdadeiros

(*mu'minūn*) ou aqueles que se lhes haviam juntado e se submetiam à sua autoridade (*muslimūn*), estavam cronicamente em minoria, o que implicava que trabalhar com a comunidade local era menos uma escolha do que uma necessidade.

Isso acontecia também porque, num âmbito mais alargado, havia batalhas mais importantes a travar após os sucessos na Pérsia, Palestina, Síria e Egito. Uma era a luta prolongada com os restos devastados do Império Romano. Constantinopla permaneceu sob constante pressão enquanto os líderes árabes procuravam acabar com os romanos de uma vez por todas. Mais importante do que isso, porém, era a batalha pela alma do islão.

À semelhança das lutas internas do primeiro cristianismo, estabelecer precisamente o que Maomé ouvira, como deveria ser registado e disseminado – e a quem – tornou-se motivo de grande preocupação após a sua morte. As lutas foram ferozes: dos primeiros quatro homens nomeados para sucederem ao profeta como representantes, sucessores ou «califas», três foram assassinados. Houve debates furiosos sobre como interpretar os ensinamentos de Maomé e esforços desesperados para deturpar ou apropriar o seu legado. Foi para tentar oficializar qual fora a mensagem precisa de Maomé que se deu a ordem, muito provavelmente no último quartel do século VII, para que fosse posta em escrito num único texto – o Alcorão.^[42]

O antagonismo entre facções rivais levou a um endurecimento contra os não muçulmanos. Com cada grupo a proclamar ser o mais fiel guardião das palavras do profeta, e assim da vontade de Deus, talvez não surpreenda que as atenções depressa se virassem para os *kāfir*, aqueles que não eram crentes.

Os líderes muçulmanos haviam sido tolerantes e mesmo gentis com os cristãos, e reconstruíram a igreja de Edessa depois de um sismo a ter danificado em 679.^[43] Porém, no final do século VII, as coisas começaram a mudar. A atenção centrou-se no proselitismo, na evangelização e na conversão da população local ao islão – acompanhada de uma atitude cada vez mais hostil em relação a ela.

Uma das suas manifestações ocorreu durante o que os comentadores contemporâneos por vezes chamam «guerra das moedas», quando os golpes

de propaganda se serviram da cunhagem. Quando o califa começou a cunhar moedas com a legenda «Não há Deus senão o único Deus; Maomé é o mensageiro de Deus», no início da década de 690, Constantinopla retaliou. Cunhou moedas que já não tinham a imagem do imperador à frente (no anverso), mas no reverso. Em seu lugar, no anverso, surgia uma nova imagem dramática: Jesus Cristo. A intenção era a de reforçar a identidade cristã e demonstrar que o império gozava de proteção divina.[\[44\]](#)

Num desenvolvimento extraordinário, o mundo islâmico respondia agora de igual para igual ao mundo cristão. Notavelmente, a resposta inicial à cunhagem de moedas com Jesus e o imperador foi a de cunhar moedas, durante poucos anos, de um homem com um papel semelhante ao de Jesus – o de protetor das terras dos fiéis. Ainda que se presuma habitualmente que esta imagem fosse a do califa ‘Abd al-Malik, é inteiramente possível que não seja outro senão o próprio Maomé. A figura aparece numa túnica esvoaçante, com uma barba lustrosa e segurando uma espada embainhada. Se se trata do profeta, então, esta é a mais antiga imagem que se lhe conhece e, notavelmente, uma imagem que aqueles que o conheceram no seu tempo de vida sabiam que existia e haviam visto. Al-Balādhurī, escrevendo cerca de um século mais tarde, relata que alguns dos companheiros sobreviventes de Maomé em Medina, que o conheciam bem, viram estas moedas. Um outro escritor bastante mais tardio, que teve acesso a material islâmico antigo, diz o mesmo, notando que os próprios amigos do profeta ficaram desconfortáveis com o uso da imagem desta forma. As moedas não estiveram muito tempo em circulação no mundo islâmico, pois, no final da década de 690, a moeda que aí circulava foi completamente redesenhada: todas as imagens acabaram removidas e substituídas por versículos do Alcorão em ambos os lados.[\[45\]](#)

Porém, converter cristãos não era o objetivo mais importante no final do século VII, pois o principal campo de batalha era aquele em que fações muçulmanas rivais se digladiavam. Surgiu um aceso debate entre aqueles que se diziam ser os legítimos herdeiros de Maomé, em que o trunfo consistia em saber mais sobre os primeiros tempos da vida do profeta. A competição agudizou-se tanto que foram envidados esforços sérios e

concertados para deslocar o centro da religião de Meca para Jerusalém, depois de uma poderosa facção ter emergido no Médio Oriente que se insurgiu contra os tradicionalistas do sul da Arábia. A mesquita da Cúpula do Rochedo, o primeiro grande edifício sagrado islâmico, foi construída no início da década de 690, em parte com a intenção de desviar as atenções de Meca.^[46] Nas palavras de um comentador contemporâneo, os edifícios e a cultura material eram usados «como arma de conflito ideológico» durante um período volátil de guerra civil, uma época em que o califa agarrou em armas contra os descendentes diretos do próprio profeta Maomé.^[47]

As contendas entre o mundo muçulmano explicam as inscrições feitas em mosaicos dentro e fora da mesquita da Cúpula do Rochedo, que se destinavam a reconfortar os cristãos. Venera Deus, o compassivo e misericordioso, e honra e louva o seu profeta Maomé, indicam. Mas também proclamam que Jesus era o Messias. «Por isso, acredita em Deus e nos seus enviados [...], exalta o seu enviado e servo Jesus, filho de Maria, e que a paz esteja com ele no dia do nascimento, no dia da morte e no dia em que se ergueu dos mortos.»^[48] Por outras palavras, mesmo na década de 690, as fronteiras entre religiões eram ténues. O islão, com efeito, parecia tão próximo que alguns eruditos cristãos pensavam que as suas doutrinas não eram tanto as de uma nova fé, mas uma interpretação divergente do cristianismo. Segundo João de Damasco, um dos principais comentadores da época, o islão era uma heresia cristã, e não uma religião diferente. Maomé, escreveu João, tivera as suas ideias baseando-se nas suas leituras do Antigo e do Novo Testamento – e numa conversa tida com um monge cristão errante.^[49]

Apesar, ou talvez por causa, das contendas implacáveis por posição e autoridade no centro do mundo muçulmano, as periferias continuaram a assistir a uma surpreendente expansão. Os comandantes que se sentiam mais felizes no campo do que travando batalhas políticas e teológicas conduziram exércitos ao interior da Ásia Central, do Cáucaso e do Norte de África. Neste último caso, o avanço parecia imparável. Após cruzarem o Estreito de Gibraltar, os exércitos atravessaram Espanha e entraram em França, onde depararam com resistência em 732, algures entre Poitiers e

Tours, a cerca de trezentos quilómetros de distância de Paris. Numa batalha que mais tarde adquiriu um estatuto quase mítico enquanto momento em que a invasão islâmica foi detida, Charles Martel liderou uma força que infligiu uma derrota crucial. O destino da Europa Cristã estava preso por um fio, na opinião de historiadores tardios, e, não fosse o heroísmo e perícia dos defensores, o continente ter-se-ia seguramente tornado muçulmano.[\[50\]](#) A verdade é que, embora a derrota fosse um contratempo, isso não significava que novos ataques não fossem levados a cabo no futuro – desde que houvesse prémios a ganhar. E, no que tocava à Europa Ocidental neste período, esses prémios eram poucos e distantes: a riqueza e as recompensas encontravam-se noutras partes.

As conquistas muçulmanas completaram a queda da Europa nas sombras, a qual começara com as invasões dos godos, hunos e outros, dois séculos antes. O que restava do Império Romano – agora pouco mais do que Constantinopla e redondezas – diminuiu e estava à beira do colapso completo. O comércio no Mediterrâneo cristão, já a minguar nas vésperas das guerras com a Pérsia, degradou-se. Cidades em tempos buliçosas, como Atenas e Corinto, contraíram-se abruptamente, as suas populações reduziram-se e os seus centros tornaram-se quase abandonados. Os destroços de navios do século VII em diante, um bom indicador do volume de trocas comerciais, desaparecem quase inteiramente. O comércio não local simplesmente acabou.[\[51\]](#)

O contraste com o mundo muçulmano não podia ser mais evidente. Os centros económicos do Império Romano e da Pérsia foram não só conquistados, mas unificados. Estabelecera-se a ligação entre o Egito e a Mesopotâmia para formar o núcleo de um novo colosso político e económico, que se estendia dos Himalaias até ao Atlântico. Apesar dos diferendos ideológicos, das rivalidades e ocasionais paroxismos de instabilidade no mundo islâmico – como o derrube do califado existente em 750 pela dinastia abássida –, o novo império era abundante em ideias, bens e dinheiro. Com efeito, foi precisamente isso que esteve por detrás da revolução abássida: as cidades da Ásia Central abriram caminho para a

mudança de regime. Era aí que se refinavam os argumentos intelectuais e se financiavam as rebeliões. Era aí que se tomavam decisões críticas na batalha pela alma do islão.[\[52\]](#)

Os muçulmanos haviam assumido controlo de um mundo bem ordenado e cheio de centenas de cidades de consumidores – por outras palavras, cidadãos taxáveis. À medida que cada uma caía nas mãos do califado, mais recursos e bens o centro passava a controlar. Rotas mercantes, oásis, cidades e recursos naturais eram escolhidos como alvos e, depois, conquistados. Os portos que ligavam o comércio entre o Golfo Pérsico e a China foram anexados, assim como as rotas comerciais transarianas que haviam surgido, fazendo de Fez (no atual Marrocos) uma cidade «imensamente próspera», cujo comércio, nas palavras de um observador contemporâneo, produzia «imensos lucros». A subjugação de novos povos e regiões trouxe surpreendentes somas de dinheiro ao Império Muçulmano: um historiador árabe estimava que a conquista de Sindh (no atual Paquistão) havia rendido 60 milhões de *dirhams*, já para não falar das futuras riquezas a obter sob a forma de impostos, taxas e outros tributos.[\[53\]](#) Numa expressão dos nossos tempos, isto valia milhares de milhões de dólares.

À medida que as forças se dirigiam para Oriente, o processo de cobrar tributo era tão lucrativo e bem-sucedido como o fora na Palestina, no Egito e noutras partes. As cidades da Ásia Central caíram uma atrás da outra, condenadas pelos fracos laços que tinham entre si: sem uma estrutura organizacional que coordenasse as defesas, cada cidade aguardou o seu destino à vez.[\[54\]](#) Os habitantes de Samarcanda foram pressionados a pagar muito dinheiro para que o comandante muçulmano se retirasse, mas, a seu tempo, também eles tiveram de se render. Pelo menos, o governador da cidade foi poupado à sorte de Dewashtich, líder de Panjikent (no atual Tajiquistão), que se autointitulava rei de Sogdiana: foi enganado, emboscado e crucificado diante do seu povo. O governador de Balkh (no atual norte do Afeganistão) sofreu um destino semelhante.[\[55\]](#)

Os avanços no interior da Ásia Central foram grandemente facilitados pelo caos que começara a instalar-se na região das estepes por altura do

colapso da Pérsia. Um inverno devastador em 627-628 resultou em fome e na morte de um elevado número de cabeças de gado e precipitou uma grande mudança de poder. No decurso do avanço para oriente, as forças muçulmanas confrontaram as tribos nômadas, que também haviam beneficiado do colapso da Pérsia. Na década de 730, foi infligida uma derrota esmagadora aos nômadas turcomanos, cujas ramificações se agravaram ainda mais quando Sulu, a figura dominante das estepes, foi assassinado após um jogo enfurecido de gamão.[56]

À medida que o obstáculo tribal se desintegrava, os muçulmanos avançaram para oriente lenta, mas implacavelmente, tomando cidades, cidades-oásis e nós de comunicação e chegando às fronteiras ocidentais da China no início do século VIII.[57] Em 751, os conquistadores árabes viram-se frente a frente com os chineses e derrotaram-nos decisivamente num confronto junto ao rio Talas, na Ásia Central. Com isto, os muçulmanos chegaram a uma fronteira natural, para lá da qual não havia grande interesse em expandirem-se – pelo menos, a curto prazo. Na China, entretanto, a derrota trouxe repercussões e sublevações, desencadeando uma grande revolta contra a dinastia Tang reinante, liderada pelo general sogdiano Na Lushan, que causou um período extenso de instabilidade e desassossego, criando um vácuo que outros poderiam explorar.[58]

Os uígures não perderam tempo em fazê-lo, um povo tribal que apoiara a dinastia Tang e beneficiara consideravelmente quando os seus antigos soberanos se retiraram até à segurança da China propriamente dita para lamberem as feridas. No sentido de melhor controlar os territórios crescentes, os uígures construíram povoações permanentes, a mais importante das quais, Karabalghasun ou Ordu-Baliq (na atual Mongólia), se tornou local de residência do líder, ou *khagan*. Era uma curiosa combinação de cidade e campo – o líder tinha uma tenda com uma cúpula dourada e um trono. A cidade contava com doze portas de entrada e era protegida por muralhas e torres. A julgar por relatos posteriores, esta era apenas uma de muitas cidades uígures que despontaram do século VIII em diante.[59]

Os uígures depressa se tornaram a força proeminente na fronteira oriental do islão. Ao fazê-lo, primeiro, incorporaram e, depois, substituíram os

sogdianos enquanto principais figuras do comércio a longa distância, especialmente de seda. A sucessão de impressionantes complexos palacianos atestam as riquezas geradas durante este período.^[60] Khukh Ordung, por exemplo, era uma cidade fortificada que albergava acampamentos de tendas, assim como edifícios permanentes, que incluíam um pavilhão que o *khagan* costumava usar para receber visitantes ilustres e cerimónias religiosas.^[61] Confrontados com a rivalidade dos muçulmanos, os uígures tentaram preservar a sua própria identidade – e decidiram converter-se ao maniqueísmo, talvez como terreno intermédio entre o mundo islâmico a ocidente e a China a oriente.

As conquistas muçulmanas haviam subjugado uma vasta rede de rotas de comércio e comunicação e, sob a sua autoridade, os oásis do Afeganistão e do vale de Fergana ligaram-se ao Norte de África e ao oceano Atlântico. A riqueza concentrada no centro da Ásia era surpreendente. Escavações em Panjikent e em Balalyk-tepe, e noutros locais do atual Uzbequistão, dão testemunho do sofisticado mecenato das artes – e apontam claramente para o dinheiro que estava por detrás. Cenas da vida da corte, bem como da literatura épica persa, eram finamente retratadas nas paredes de residências privadas. Um conjunto de imagens de um palácio de Samarcanda mostra o mundo cosmopolita em que os muçulmanos estavam a entrar: o soberano local é retratado a receber presentes de dignitários estrangeiros, vindos da China, Pérsia, Índia e talvez até da Coreia. Cidades, províncias e palácios como estes caíram nas mãos dos exércitos muçulmanos que se espalhavam pelas rotas comerciais.^[62]

Com esta nova riqueza a entrar nos cofres centrais, começaram a ser feitos grandes investimentos em lugares como a Síria, onde, no século VIII, se construíram, em grande escala, praças de mercado e lojas nas cidades de Gérasa, Citópolis e Palmira.^[63] Mais notável do que tudo isso, porém, foi a construção de uma nova e enorme cidade. Esta veio a tornar-se a mais rica e povoada do mundo, e assim permaneceu ao longo de séculos – ainda que algumas estimativas feitas no século X sejam excessivamente exuberantes. Baseando os seus cálculos no número de banhos públicos, no número de funcionários necessários para os manter e na provável distribuição de

banhos a casas privadas, um autor estimou a população da cidade em quase cem milhões de habitantes.^[64] Era conhecida como Madīnat al-Salām, ou a cidade da paz. Nós conhecemo-la como Bagdade.

Bagdade era o símbolo perfeito da importância do mundo islâmico, o coração do poder real, do mecenato e do prestígio. Marcou um novo centro de gravidade para os sucessores de Maomé, o eixo político e económico que ligava as terras muçulmanas em todas as direções. Oferecia um palco para o exibicionismo e a ostentação numa escala enorme, como aconteceu no casamento de Hārūn al-Rashīd, o filho do califa, em 781. Além de oferecer, à sua noiva, pérolas de tamanho nunca visto, túnicas decoradas com rubis e um banquete «como nunca havia sido preparado para nenhuma mulher antes», o noivo distribuiu prendas em abundância a pessoas de todo o país. Taças de ouro cheias de prata e taças de prata cheias de ouro eram passadas de mão em mão e partilhadas, assim como perfumes caros em frascos de vidro. As aias receberam bolsas recheadas de moedas de ouro e prata «e uma grande salva de prata com perfumes, e cada uma recebeu ainda um vestido de honra cravejado de pedras preciosas. Nunca se vira nada de comparável» – pelo menos em tempos islâmicos.^[65]

Tudo isto se tornou possível graças às receitas fiscais extraordinariamente volumosas que chegavam de um império vasto, produtivo e amoeado. Quando Hārūn al-Rashīd morreu em 809, o seu Tesouro incluía quatro mil turbantes, mil jarros de porcelana preciosa, vários tipos de perfumes, vastas quantidades de joias, prata e ouro, 150 mil lanças e o mesmo número de escudos e milhares de pares de botas – muitas destas forradas de zibelina, marta e outras espécies de pelagens.^[66] «O menor território liderado pelo menor dos meus súbditos providencia um rendimento superior a todo o vosso domínio», escreveu alegadamente o califa ao imperador em Constantinopla, em meados do século IX.^[67] A riqueza alimentou um período de incrível prosperidade e uma revolução intelectual.

A iniciativa privada subiu a pique, enquanto os níveis de rendimento disponível aumentavam dramaticamente. Basra, no Golfo Pérsico, granjeou

a reputação de mercado onde se podia encontrar de tudo, incluindo sedas e linho, pérolas e pedras preciosas, bem como hena e água de rosas. O mercado de Mossul, uma cidade com casas magníficas e belos banhos públicos, era um excelente lugar para encontrar setas, estribos e selas, segundo um comentador do século x. Por outro lado, notou, para quem procurasse os melhores pistachos, óleo de sésamo, romãs ou tâmaras, o melhor lugar para os encontrar seria Nixapur.[\[68\]](#)

Havia um grande apetite pelos ingredientes mais saborosos, os melhores artesãos e os melhores produtos. À medida que os gostos se tornavam mais sofisticados, também crescia a procura da informação. Ainda que a história tradicional de que os prisioneiros chineses capturados na batalha de Talas, em 751, introduziram a arte de fazer papel no mundo islâmico seja excessivamente romântica, é sem dúvida verdade que, a partir de finais do século viii, a disponibilidade do papel tornou mais amplos, fáceis e rápidos o registo, partilha e disseminação do conhecimento. Em resultado, assistiu-se a uma grande expansão da literatura em todas as áreas da ciência, matemática, geografia e viagens.[\[69\]](#)

Alguns escritores registaram que os melhores marmelos vinham de Jerusalém e, do Egito, a pastelaria mais fina; os figos sírios tinham muito sabor, ao passo que as ameixas umar de Xiraz eram de morrer. Agora que era possível pagar os gostos mais requintados, as indicações rigorosamente críticas não eram menos importantes. Dever-se-ia evitar a fruta de Damasco, avisava o mesmo autor, pois não tinha sabor (e a população da cidade era excessivamente argumentativa). Pelo menos, a cidade não era tão má como Jerusalém, uma «taça de ouro cheia de escorpiões», onde os banhos eram sujos, os mantimentos demasiado caros e o custo de vida desencorajador mesmo para uma visita breve.[\[70\]](#) Os mercadores e viajantes levavam de volta histórias sobre os lugares que tinham visitado – sobre o que os mercados tinham para oferecer e como eram as gentes para lá das terras do islão. Os chineses de todas as idades «usam seda quer no inverno quer no verão», notou um autor que coligiu relatos do estrangeiro, e alguns ostentavam o tecido mais fino que se possa imaginar. Esta elegância não se estendia a todos os hábitos: «Os chineses são pouco higiénicos, e não

lavam os traseiros depois de defecarem, apenas se limpam a papel chinês.»[71]

Pelo menos, gostavam de entretenimentos musicais – ao contrário dos povos indianos, que consideravam «vergonhosos» esses espetáculos. Os soberanos de toda a Índia também evitavam o álcool. Não o faziam por motivos religiosos, mas por manterem a opinião perfeitamente razoável de que, se bêbedo, «como pode alguém governar um reino convenientemente?». Ainda que a Índia «seja a terra da medicina e dos filósofos», conclui o autor, a China «é um país mais saudável, com menos doenças e melhor ar». Era raro ver «cegos, zanolhos e deformados», ao passo que, «na Índia, veem-se em abundância».[72]

Artigos de luxo chegavam em grandes quantidades do estrangeiro. A porcelana e a cerâmica de grés eram importadas da China em volumes consideráveis e influenciaram as tendências, o desenho e as técnicas da cerâmica local – o característico vidrado branco das taças Tang tornou-se extremamente popular. Os avanços na tecnologia dos fornos ajudaram a produção a fazer face à procura, assim como os desenvolvimentos em tamanho: estima-se que os maiores fornos chineses tornaram-se capazes de cozer 12 mil a 15 mil peças de cada vez. Os crescentes níveis de trocas ao longo do que um importante académico chama «o maior sistema mercante marítimo do mundo» podem ser demonstrados pelo facto de um único navio, naufragado na costa da Indonésia no século IX, transportar cerca de 70 mil artigos de cerâmica quando foi ao fundo, bem como caixas ornamentais, prataria, lingotes de ouro e chumbo.[73] Este era apenas um exemplo da profusão de cerâmica, seda, madeiras tropicais e animais exóticos que as fontes revelam ter sido importada para o mundo abássida neste período.[74] A quantidade de mercadorias a entrar nos portos do Golfo Pérsico era tal que se contratavam mergulhadores profissionais para recuperar o lastro em torno dos portos que havia sido deitado fora ou caído dos navios de carga.[75]

O fornecimento de bens procurados estava na origem de grandes fortunas. O porto de Sīrāf, que concentrava muito do tráfico marítimo vindo do Oriente, ostentava residências apalaçadas de preços elevadíssimos. «Não

vi no reino do islão edifícios mais notáveis ou mais bonitos», escreveu um autor no século x.^[76] Várias fontes atestam o comércio de grande escala que entrava e saía do Golfo, ou que atravessava as rotas terrestres que cruzavam a Ásia Central.^[77] A crescente procura serviu para inspirar e aumentar a produção local de cerâmica e porcelana, cujos compradores presumivelmente não tinham dinheiro suficiente para comprar as peças melhores (e mais caras) da China. Não surpreende, assim, que os oleiros da Mesopotâmia e do Golfo Pérsico imitassem o vidrado branco das importações e fizessem experiências com alcalina, estanho e eventualmente quartzo para reproduzir a aparência translúcida (e de melhor qualidade) da porcelana feita na China. Em Basra e Samarra, desenvolveram-se técnicas usando cobalto para criar «cerâmicas distintivamente azuis e brancas», que, séculos mais tarde, não só se tornariam populares no Extremo Oriente, como se tornariam a imagem de marca da primeira cerâmica chinesa moderna.^[78]

Nos séculos VIII e IX, contudo, não havia dúvidas sobre onde se situavam os principais mercados. Um visitante chinês ao Império Árabe deste período maravilhou-se com a riqueza: «Tudo o que se produz na Terra encontra-se aí. As carroças carregam incontáveis produtos para os mercados, onde tudo está disponível e é barato: brocados, sedas bordadas, pérolas e outras pedras preciosas estão à disposição em mercados e lojas de rua.»^[79]

A par dos gostos cada vez mais sofisticados surgiam ideias mais refinadas sobre atividades e entretenimentos mais adequados. Textos como *O Livro da Coroa*, escrito no século x, estipulavam as regras corretas de etiqueta para o trato entre o soberano e os cortesãos e recomendava que os nobres caçassem, praticassem tiro com arco, jogassem xadrez e se envolvessem «noutras atividades semelhantes».^[80] Todas eram influenciadas diretamente pelos ideais sassânidas, mas o escopo da sua influência pode ser visto nas modas contemporâneas de decoração de interiores, tendo grande popularidade as cenas de caça nos palácios privados da elite.^[81]

Mecenas abastados também começaram a fundar um dos mais surpreendentes períodos de investigação da História. Figuras brilhantes –

muitas destas não muçulmanas – foram atraídas para a corte de Bagdade e para centros de excelência académica em toda a Ásia Central, como Bucara, Merv, Gundesapor e Gásni, bem como mais longe, na Península Ibérica islâmica e no Egito, para trabalhar num alargado leque de disciplinas incluindo matemática, filosofia, física e geografia.

Grandes quantidades de textos foram recolhidas e traduzidas do grego, persa e siríaco para árabe, desde manuais sobre medicina de cavalos e ciências veterinárias a obras da filosofia grega antiga.^[82] Estes livros eram devorados por eruditos, que os usavam como base para futuras investigações. A educação e o estudo tornaram-se um ideal cultural. Famílias como os Barmécidas, originariamente uma família budista de Balkh, ganharam influência e poder na Bagdade do século IX e patrocinaram energicamente a tradução de um variado conjunto de textos do sânscrito para o árabe e até instalaram uma fábrica de papel no intuito de ajudar a produzir exemplares para uma maior divulgação.^[83]

Ou a família Bukhtīshū', cristãos de Gundesapor, na Pérsia, que produziu gerações de intelectuais que escreveram tratados sobre medicina e até sobre os males de amor – ao mesmo tempo em que eram médicos praticantes, alguns até assistindo o califa pessoalmente.^[84] A literatura médica escrita neste período formou a pedra de toque da medicina islâmica ao longo de séculos. «Como é o pulso de alguém que sofre de ansiedade?», era a pergunta 16 de um texto de perguntas e respostas escrito no Egito medieval; a resposta («ténue, fraco e irregular»), notou o autor, podia ser encontrada numa enciclopédia escrita no século X.^[85]

A farmacopeia – textos sobre a mistura e criação de medicamentos – listava experiências levadas a cabo com substâncias como erva-limão, sementes de murta, cominhos e vinagre de vinho, sementes de aipo e nardo.^[86] Outros trabalhavam em ótica – Ibn al-Haytham, um erudito que viveu no Egito, escreveu um tratado inovador que chegou a conclusões não apenas sobre o modo como a visão e o cérebro estão ligados, mas também sobre as diferenças entre perceção e conhecimento.^[87]

Ou Abū Rayhān al Bīrūnī, que estabeleceu que o mundo gira à volta do Sol e sobre o seu próprio eixo. Ou polímatos como Abū 'Alī Husayn ibn

Sīnā, conhecido no Ocidente como Avicena, que escreveu sobre lógica, teologia, matemática, medicina e filosofia, sempre com assombrosa inteligência, lucidez e honestidade. «Li a *Metafísica* de Aristóteles», escreveu, «mas não consegui compreender os seus conteúdos [...] mesmo depois de ter voltado atrás e de a ler quarenta vezes e de ter chegado ao ponto de a memorizar.» Este é um livro, acrescentou numa nota que reconfortará os estudantes desse complexo texto, «que não há forma de entender». Mas um dia, passando por um alfarrabista num mercado, comprou um exemplar de uma análise da obra de Aristóteles da autoria de Abū Nasr al-Fārābī, um outro grande pensador da época. Subitamente, tudo fazia sentido. «Rejubilei», escreveu Ibn Sīnā, «e, no dia seguinte, dei muitas esmolas aos pobres em gratidão a Deus, para sua maior glória.»[\[88\]](#)

Depois, havia materiais trazidos da Índia, incluindo textos sobre ciência, matemática e astrologia escritos em sânscrito que foram traduzidos por homens brilhantes como Muhammad ibn Mūsā al-Khwārizmī, que notou com deleite a simplicidade do sistema numérico que incluía o conceito matemático de zero. Esse sistema foi a base de grandes saltos na álgebra, matemáticas aplicadas, trigonometria e astronomia – no último caso, em parte devido à necessidade de saber em que direção ficava Meca para que se pudesse rezar corretamente.

Os eruditos orgulhavam-se não só de coligir e estudar materiais de todos os cantos do mundo, mas também de os traduzir. «As obras dos indianos são traduzidas [para árabe], a sabedoria dos gregos é traduzida, e a literatura dos persas foi transferida [para nós também]», escreveu um autor; «em resultado, algumas obras ganharam maior beleza». Que pena, opinava, que o árabe fosse uma língua tão elegante que era quase impossível traduzi-la.
[\[89\]](#)

Era uma época de ouro, um tempo em que homens brilhantes como al-Kindī fizeram avançar as fronteiras da filosofia e da ciência. Mulheres brilhantes também surgiram em cena, como a poetisa do século x mais conhecida como Rabī'a Balkhī, no atual Afeganistão, e que deu o nome à maternidade da atual Cabul; ou Mahsatī Ganjavī, que também escreveu em persa perfeitamente formado – e um tanto escandaloso.[\[90\]](#)

Ao passo que o mundo muçulmano se deleitava na inovação, no progresso e nas novas ideias, grande parte da Europa cristã mirrava sombriamente, minada pela falta de recursos e uma parca curiosidade. Santo Agostinho fora positivamente hostil ao conceito de investigação e pesquisa. «Os homens querem saber só para saber», escreveu com desdém, «ainda que o conhecimento de nada lhes sirva.» A curiosidade, por outras palavras, não era mais do que uma doença.[\[91\]](#)

O desdém pelas ciências e pela investigação desconcertava os comentadores muçulmanos, que tinham grande respeito por Ptolomeu e Euclides, por Homero e Aristóteles. Alguns não tinham dúvidas de quem era a culpa. Em tempos, escreveu o historiador al-Mas'ūdī, os antigos gregos e romanos deixaram que as ciências florescessem; depois, adotaram o cristianismo. Ao fazerem-no, «apagaram os sinais de [erudição], eliminaram os seus traços e destruíram os seus caminhos».[\[92\]](#) A ciência fora derrotada pela fé. É quase o exato oposto do mundo como o vemos hoje: os fundamentalistas não eram os muçulmanos, mas os cristãos; as mentes abertas, curiosas e generosas encontravam-se no Oriente – e seguramente não na Europa. Nas palavras de um autor, quando se tratava de escrever sobre terras não islâmicas, «não as mencionámos [no nosso livro] porque não vemos nenhuma utilidade em descrevê-las». Eram lugares de estagnação intelectual.[\[93\]](#)

Este quadro de esclarecimento e sofisticação cultural também se refletiu na forma como as religiões e culturas minoritárias eram tratadas. Na Península Ibérica muçulmana, as influências visigodas foram incorporadas num estilo arquitetónico que podia ser lido pela população subjugada como uma continuação do passado imediato – e que, assim, não era triunfalista nem agressivo.[\[94\]](#) Também podemos ler as cartas enviadas por Timóteo, o líder da Igreja a oriente baseada em Bagdade, no final do século ^{viii} e início do século ^{ix}, que descrevem um mundo onde os principais clérigos cristãos mantinham relações pessoais atentas e positivas com o califa e no qual o cristianismo pôde manter uma base de onde despachar missões evangélicas até à Índia, à China e ao Tibete e para as estepes – evidentemente com

considerável êxito.^[95] Este padrão era espelhado no Norte de África, onde as comunidades cristã e judaica sobreviveram e, talvez, até tenham florescido muito depois das conquistas muçulmanas.^[96]

Porém, também é fácil deixarmo-nos levar. Desde logo, apesar da aparente unidade conferida pelo manto da religião, subsistiam divisões acentuadas no mundo islâmico. Três grandes centros políticos haviam-se desenvolvido no início do século x: um centrava-se em Córdoba e Hispânia; outro, no Egito e no Alto Nilo; e o terceiro, na Mesopotâmia e (grande parte da) Península Arábica, e lutavam entre si sobre questões de teologia, bem como para granjear influência e autoridade. Um grave cisma dentro do islão emergira passada uma geração sobre a morte de Maomé, surgindo posições rivais para justificar a sucessão correta do profeta. Estas depressa se consolidaram em dois argumentos antagônicos, defendidos por interpretações sunitas e xiitas, com os últimos proclamando apaixonadamente que só o descendente de Ali, primo e genro do profeta, deveria ser califa, ao passo que os primeiros defendiam um entendimento mais lato.

Assim, apesar de haver uma unidade religiosa abrangente virtual, que ligava o Indocuche aos Pirenéus passando pela Mesopotâmia e Norte de África, encontrar consenso era outra questão. Do mesmo modo, as atitudes tolerantes em relação às crenças não eram uniformes nem consistentes. Ainda que houvesse períodos de aceitação de outras fés, também havia fases de perseguição e proselitismo brutal. Ao passo que os primeiros cem anos após a morte de Maomé assistiram a poucos esforços para converter as populações locais, depressa se fizeram mais tentativas concertadas de encorajar aqueles que viviam sob soberania muçulmana para se converterem ao Islão. Estas não se limitavam a ensinamentos religiosos e evangelismo: no caso de Bucara, no século viii, por exemplo, o governador anunciou que todos aqueles que se apresentassem à oração de sexta-feira receberiam a soma principesca de dois *dirhams* – um incentivo que atraiu os pobres e os persuadiu a aceitar a nova fé, ainda que em termos básicos: não podiam ler o Alcorão em árabe e era preciso dizer-lhes o que fazer quando se recitavam as orações.^[97]

A cadeia de eventos que começou com a intensa rivalidade entre o Império Romano e a Pérsia teve consequências extraordinárias. Enquanto as duas grandes potências da Antiguidade tardia aqueciam os músculos e se preparavam para o combate final, poucos poderiam ter previsto que uma facção dos confins da Península Arábica se levantaria para suplantar ambas. Aqueles que se inspiraram em Maomé verdadeiramente herdaram a Terra, estabelecendo, porventura, o maior império que o mundo viu, um império que introduziria técnicas de irrigação e novas colheitas do Tigre e do Eufrates na Península Ibérica e instigaria nada menos do que uma revolução agrária ao longo de milhares de quilómetros.[\[98\]](#)

As conquistas islâmicas fundaram uma nova ordem mundial, um colosso económico, autoconfiante, progressista e um apaixonado defensor do progresso. Imensamente rico e com poucos rivais políticos naturais ou mesmo rivais religiosos, era um lugar onde a ordem prevalecia, os mercadores podiam enriquecer, os intelectuais eram respeitados e se podia discutir e debater perspectivas díspares. Um princípio pouco promissor numa gruta perto de Meca fizera nascer uma espécie de utopia cosmopolita.

E não passou despercebido. Homens ambiciosos nascidos na periferia da *umma* muçulmana, ou mesmo a grande distância desta, eram atraídos como abelhas ao mel. As perspectivas nos paus de Itália, na Europa Central e na Escandinávia não pareciam muito promissoras para jovens que quisessem fazer nome (e algum dinheiro). No século xix, era no Ocidente e nos Estados Unidos da América que esses indivíduos procuravam fama e fortuna; um milénio antes, procuravam no Oriente. Melhor ainda, havia um produto de oferta abundante e com um mercado pronto para aqueles que gostassem de apostas rápidas e perigosas.

Rota das peles

No seu auge, Bagdade era uma cidade magnífica de contemplar. Com os seus parques, mercados, mesquitas e banhos – bem como escolas, hospitais e instituições de beneficência –, albergava mansões «ricamente douradas e decoradas, com belas tapeçarias e reposteiros de brocado e seda», as suas antecâmaras estavam «mobiladas com leveza e gosto com divãs luxuriantes, mesas caras, jarros chineses excepcionais e inúmeros ornamentos de ouro e prata». Ao longo do rio Tigre, ficavam os palácios, quiosques e jardins que serviam as elites; «a frente ribeirinha era animada por milhares de gôndolas cheias de bandeirinhas que dançavam como raios de sol na água e transportavam os habitantes da cidade, em busca do prazer, de uma parte a outra de Bagdade».[1]

O fervilhar dos mercados e o poder de compra da corte, da população abastada e da população em geral eram magnéticos. O impacto deste crescimento exponencial estendeu-se muito para lá das fronteiras do mundo islâmico, onde as conquistas muçulmanas fundaram rotas que serpenteavam em todas as direções, fazendo cruzar bens, ideias e pessoas. A extensão destas redes foi motivo de ansiedade para alguns. Na década de 840, o califa al-Wāthiq enviou uma expedição para investigar o sonho que tivera de que os canibais haviam penetrado uma lendária muralha que, segundo o consenso popular, o Todo-Poderoso havia estabelecido para deter o avanço de selvagens ferozes. Uma equipa de reconhecimento, liderada por um conselheiro de confiança chamado Sallām, levou quase ano e meio a

reportar sobre o estado dessa muralha. Sallām explicou de que modo a fortificação era mantida. Guardá-la era um assunto sério – uma família tinha a responsabilidade de conduzir uma inspeção rotineira. Duas vezes por semana, batia-se com um martelo na muralha três vezes para a verificar. De cada vez, os inspetores ficavam atentos a algum desvio da norma: «encostando o ouvido à porta, ouve-se um som em surdina como um ninho de vespas», diz um relato; «depois, fica tudo em silêncio outra vez». O objetivo era o de fazer saber aos selvagens que poderiam trazer o apocalipse que a muralha era guardada e que eles não podiam passar.[2]

O relato de verificar a muralha é tão vívido e convincente que alguns historiadores defenderam que se refere a uma expedição e a uma muralha reais – talvez a Porta de Jade, que marcava a entrada na China, a ocidente de Dunhuang.[3] Com efeito, o medo de existirem povos capazes de destruir o mundo para lá das montanhas a oriente era um tema que ligava o mundo da Antiguidade com o Antigo e Novo Testamento e com o Alcorão. [4] Quer a viagem de Sallām fosse real ou não, o terror sobre o que estava para lá das fronteiras era muito real. O mundo dividia-se em dois: o domínio de *Iran*, onde prevaleciam a ordem e a civilização, e o domínio de *Turan*, que era caótico, anárquico e perigoso. Uma quantidade de relatos de viajantes e geógrafos que visitavam as estepes a norte tornava claro que aqueles que viviam fora do mundo muçulmano eram estranhos e, ainda que em alguns aspetos fossem estranhos e maravilhosos, de um modo geral eram aterrorizadores.

Um dos mais famosos correspondentes foi Ibn Fadlān, enviado para as estepes no início do século x em resposta a um pedido do líder dos búlgaros do Volga a convocar eruditos que explicassem os ensinamentos do islão. O relato de Ibn Fadlān torna claro que os líderes desta tribo – cujas terras abarcavam o Volga a norte do mar Cáspio, onde o grande rio interseja o Kama – já se haviam tornado muçulmanos, mas o seu conhecimento dos artigos de fé era rudimentar. Ainda que o líder dos búlgaros do Volga quisesse ajuda para construir uma mesquita e aprender mais sobre as revelações de Maomé, depressa se percebeu que o que ele realmente queria

era granjear apoio para enfrentar a concorrência composta pelas outras tribos das estepes.

Ibn Fadlān sentiu-se a espaços divertido, espantado e horrorizado ao fazer a viagem para norte. A vida dos nómadas, sempre em movimento, contrastava fortemente com a cultura metropolitana urbana, sedentária e sofisticada de Bagdade e outras cidades. A tribo Oguz estava entre os primeiros povos que Ibn Fadlān encontrou. «Vivem em tendas de peles», escreveu, «montando-as primeiro num lado e, depois, noutro». «Vivem em pobreza, como asnos sem poiso. Não veneram Deus nem têm uso da razão.» Continuou: «Não se lavam depois de se poluírem com excrementos ou urina [...] [e com efeito] não têm contacto com a água, especialmente no inverno.» Que as mulheres não usassem o véu era o menos. Certa noite, sentaram-se com um homem cuja mulher estava presente. «Enquanto falávamos, ela descobriu as pudendas e coçou-se enquanto a olhávamos. Cobrimos as faces com as mãos e cada um de nós disse: “Peço perdão a Deus.”» O marido simplesmente riu-se do pudor dos visitantes.^[5]

As práticas e crenças de outros nas estepes não eram menos surpreendentes. Algumas tribos adoravam serpentes, outras adoravam peixes, e outras, ainda, rezavam aos pássaros após se convencerem de que haviam triunfado em batalha graças à intervenção de um bando de grou. Depois, havia aqueles que usavam um falo de madeira à volta do pescoço, que beijavam para terem boa sorte antes de partirem em viagem. Estes eram os membros da tribo Bashgird – um povo cuja selvajaria era lendária, que carregavam consigo as cabeças dos seus inimigos como troféus. Tinham hábitos chocantes, como o de comer pulgas e piolhos: Ibn Fadlān viu um homem que encontrara uma pulga na roupa «e, esmagando-a com a unha, devorou-a e, reparando em mim, disse: “Deliciosa!”». ^[6]

Ainda que a vida nas estepes fosse difícil de compreender para visitantes como Ibn Fadlān, havia uma considerável interação entre os nómadas e o mundo sedentário, a sul. Um sinal desta foi a disseminação do islão em todas as tribos – embora um pouco erradicamente. Os oguzes, por exemplo, professavam serem muçulmanos e proferiam expressões convenientemente devotas «para causar boa impressão nos muçulmanos que ficavam com

eles», segundo Ibn Fadlān. Mas a sua fé tinha pouca substância, notou, pois, «se um deles sofre uma injustiça ou qualquer coisa má lhe acontece, vira a cabeça para o céu e diz “*bir tengri*”» – por outras palavras, não invocando Alá, mas Tengri, o deus celestial supremo dos nómadas.[7]

Com efeito, as crenças religiosas nas estepes eram complexas e raramente uniformes, com influências do cristianismo, do islão, do judaísmo, do zoroastrismo e do paganismo, que se amalgamavam para criar visões do mundo compósitas que eram difíceis de destrinçar.[8] A disseminação destas visões espirituais heterogéneas e adaptativas foi em parte levada a cabo por um novo tipo de homem santo muçulmano, que agia como uma espécie de missionário; estes místicos, conhecidos como sufis, vagueavam pelas estepes, por vezes nus à exceção de cornos de animais, e cuidavam de animais doentes e impressionavam os observadores com o seu comportamento excêntrico e perorações sobre devoção e piedade. Aparentemente, tiveram um papel crucial a granjear convertidos ao islão, fundindo as crenças xamanistas e animistas que eram comuns na Ásia Central com os princípios do islão.[9]

Não foram apenas os sufis a ter impacto. Outros visitantes intervieram de forma decisiva na divulgação de ideias religiosas. Um relato tardio da conversão dos búlgaros do Volga regista que um mercador muçulmano de passagem curou o líder da tribo e a sua mulher de doenças graves, após todas as outras tentativas terem falhado. Depois de os fazer prometer que adotariam a sua fé se os curasse, deu-lhes medicamentos «e curou-os, e eles e todo o seu povo converteram-se ao islão».[10] Era uma história clássica de conversão: a aceitação da parte do líder ou daqueles que lhe eram próximos de uma nova fé era o momento decisivo da adoção em grande escala de um conjunto de práticas e crenças.[11]

É sem dúvida verdade que a expansão da fé em novas regiões se tornou um sinal de prestígio para governadores e dinastias locais, ajudando-os a atrair a atenção do califa, bem como a ganhar honrarias nas suas próprias comunidades. Os samânidas, baseados em Bucara, por exemplo, eram apaixonados defensores do islão. Exemplo disso foi terem introduzido um sistema de madraças ou escolas, tomando de empréstimo o conceito dos

mosteiros budistas, para ensinar o Alcorão corretamente, ao mesmo tempo que patrocinavam a investigação da tradição *hadīth* – os ditos e feitos atribuídos a Maomé. Dar dinheiro liberalmente a todos os visitantes também garantia que as mesquitas estivessem repletas de gente.[\[12\]](#)

Contudo, as estepes eram muito mais do que um Norte Selvagem, uma zona de fronteira cheia de povos selvagens com costumes estranhos, um vazio para onde o islão se poderia expandir e onde as populações isoladas poderiam ser conquistadas para a civilização. Pois, embora relatos de visitantes como Ibn Fadlān pintem um quadro de barbárie, o estilo de vida nómada era regulado e ordenado. A deslocação de um lugar para outro não resultava de uma errância desnorteada, mas de um reflexo das realidades da criação de gado: com grandes rebanhos para cuidar, encontrar boas pastagens era um facto da vida, fazê-lo de modo estruturado mostrava-se vital não apenas para o êxito de uma tribo, mas para a sua própria sobrevivência. O que parecia caótico visto de fora não o era visto de dentro.

Isso mesmo é perfeitamente captado por um notável texto compilado em Constantinopla, no século x, que indica de que modo estava estruturado um dos principais grupos que viviam a norte do mar Negro, por forma a otimizar as hipóteses de sucesso. Os pechenegues subdividiam-se em oito tribos, que, por sua vez, se dividiam num total de quarenta unidades mais pequenas, tendo cada uma zonas claramente demarcadas que podia explorar. A deslocação de um lugar para outro não significava que a vida nas sociedades tribais fosse desordenada.[\[13\]](#)

Ainda que comentadores, viajantes, geógrafos e historiadores coevos que se interessaram pelo mundo das estepes ficassem fascinados com os estilos de vida e hábitos que observavam, o seu interesse era também incitado pelas contribuições económicas feitas pelos nómadas – especialmente no que dizia respeito à produção agrícola. As estepes forneciam serviços e produtos preciosos às sociedades sedentárias. Alguns membros da tribo Oguz, segundo os cálculos de Ibn Fadlān, possuíam dez mil cavalos e dez vezes mais ovelhas. Mesmo que não atribuamos grande crédito aos números específicos, a escala das operações era claramente substancial.[\[14\]](#)

Os cavalos eram uma parte vital da economia, algo que se torna claro com as referências de uma quantidade de fontes sobre o grande número de soldados de cavalaria que algumas das maiores tribos das estepes conseguiam pôr em campo. Os cavalos eram criados comercialmente, a julgar pelo relato da destruição de várias quintas de ganhos por uma força de ataque árabe no século ^{viii} e por ossadas encontradas por arqueólogos a norte do mar Negro.[15] A agricultura também se tornou uma parte cada vez mais importante da economia das estepes – o cultivo era feito na região do Baixo Volga, que incluía «muitos campos arados e pomares».[16] As evidências arqueológicas da Crimeia deste período atestam a cultura de trigo, painço e centeio em escala substancial.[17] Avelãs, falcões e espadas eram alguns dos outros produtos vendidos nos mercados a sul.[18] Assim como cera e mel; acerca deste último, julgava-se que ajudava a resistir ao frio.[19] O âmbar também era levado para os mercados em quantidades tais, não apenas ao longo das estepes, mas também da Europa Ocidental, que um importante historiador cunhou o termo «rota do âmbar» para descrever as rotas que levavam a resina endurecida a compradores ávidos a oriente.[20]

Acima de tudo, porém, estava o comércio de peles de animais. Estas eram muito prezadas pelo calor e estatuto que davam a quem as usava.[21] Um califa do século ^{viii} foi ao ponto de conduzir uma série de experiências de congelar diferentes tipos de peles para ver quais ofereciam a melhor proteção em condições extremas. Encheu uma série de recipientes com água e deixou-os ao relento num tempo gelado, segundo um escritor árabe. «De manhã, pediu que lhe trouxessem [os vasos]. Todos estavam congelados à exceção da pele de raposa preta. Ficou assim a saber qual era a pele mais quente e seca.»[22]

Os mercadores muçulmanos distinguiam entre diferentes peles de animais e estabeleciam os preços em conformidade. Um escritor do século ^x menciona a importação das estepes de zibelina, esquilo cinzento, arminho, *vison*, raposa, marta, castor e lebre, por entre as variedades que, depois, eram vendidas noutras partes por mercadores que procuravam o lucro, aumentando o preço destes produtos.[23] Com efeito, em algumas

partes das estepes, as peles eram usadas como troca a par das moedas – com taxas de câmbio fixas. Dezoito peles velhas de esquilo valiam uma moeda de prata, ao passo que uma única pele era o preço de «um pão magnífico, suficientemente grande para alimentar um homem robusto». Isso era incompreensível para um observador: «Em qualquer outro país, mil peles não dariam para comprar um feijão.»^[24] E, no entanto, aquilo que, na prática, era um sistema monetário tinha uma lógica óbvia: ter um meio de troca revelava-se importante para as sociedades que interagiam umas com as outras, mas que não tinham Tesouros centrais que controlassem a cunhagem em grande escala de moedas. As peles serviam assim um propósito óbvio numa economia não monetizada.

Segundo um historiador, as estepes talvez exportassem cerca de meio milhão de peles todos os anos. A emergência de um Império Islâmico em expansão criava canais de comunicação e rotas comerciais. A criação de uma «rota das peles» que entrava nas estepes e florestas a norte era um resultado direto do aumento de riqueza disponível nos séculos que se seguiram às grandes conquistas dos séculos VII e VIII.^[25]

Não surpreende assim que a proximidade fosse crucial: a capacidade de levar animais, peles e outros produtos facilmente para os mercados valia muito. As tribos nômadas mais ricas eram inevitavelmente aquelas que estavam bem localizadas e capazes de negociar ativa e fiavelmente com o mundo sedentário. Do mesmo modo, as cidades mais próximas das estepes viram as suas fortunas subir exponencialmente. Merv foi uma das principais beneficiárias, expandindo-se ao ponto de ter sido descrita por um coevo como a «mãe do mundo». Situada na faixa meridional das estepes, estava perfeitamente situada para lidar com o mundo nômada e, ao mesmo tempo, servia como ponto fulcral no eixo oriente-ocidente que percorria a Eurásia. Nas palavras de um autor, era «uma cidade deliciosa, fina, elegante, brilhante, extensa e agradável».^[26] Rayy, entretanto, localizada a ocidente, era conhecida como a «porta do comércio», o «noivo da Terra» e a «mais bela criação» do mundo.^[27] Ou então Balkh, que rivalizava com qualquer cidade do mundo muçulmano; albergava ruas esplêndidas, edifícios

magníficos, água corrente limpa – bem como preços baixos para bens de consumo, graças ao comércio e competição pródigos na cidade.[28]

Como a ondulação causada por uma pedra atirada à água, aqueles que estavam mais próximos destes mercados sentiram o maior efeito. Inevitavelmente, havia um prémio para quem conseguisse aceder aos mercados e beneficiar com estes. A escala das riquezas em jogo era tal que surgiram tensões entre grupos tribais nas estepes. A competição pelas melhores pastagens e fontes de água foi intensificada pela rivalidade no acesso às cidades e aos melhores negócios. Isso inevitavelmente produziria uma de duas reações: ou as tensões escalavam, resultando numa fragmentação violenta, ou assistir-se-ia a uma consolidação dentro e entre as tribos. A escolha era entre lutar ou cooperar.

Com o tempo, desenvolveu-se um *statu quo* finamente equilibrado, que providenciava estabilidade e uma considerável prosperidade ao longo das estepes ocidentais. A chave residia numa parte dos grupos tribais turcomanos que passaram a dominar a área a norte dos mares Negro e Cáspio. Os cazares, como eram conhecidos, dominavam as estepes a norte do mar Negro e tornaram-se cada vez mais proeminentes graças à resistência militar que ofereceram durante o período das grandes conquistas nas décadas que se seguiram à morte de Maomé.[29] A sua eficácia contra os exércitos muçulmanos granjeou-lhes o apoio de uma constelação de outras tribos que se uniram sob a sua liderança. Também chamaram a atenção dos imperadores romanos em Constantinopla, que percebiam que haveria benefícios mútuos em estabelecer uma aliança com a força dominante das estepes. Os cazares eram tão importantes como aliados que, no início do século VIII, foram feitas duas alianças por casamento entre as casas reinantes de Cazária e de Bizâncio – o nome normalmente dado ao que restava do Império Romano neste período.[30]

Do ponto de vista de Constantinopla, a capital de Bizâncio, os casamentos imperiais com estrangeiros eram raros, e as alianças com nómadas das estepes não tinham precedentes.[31] Esse desenvolvimento é uma indicação clara de como os cazares se haviam tornado importantes nas

políticas diplomáticas e militares bizantinas, numa época em que a pressão sobre a fronteira oriental do império na Ásia Menor por parte dos muçulmanos era aguda. As recompensas e o prestígio conferidos ao líder cazar, o *khagan*, teve um impacto significativo na sociedade cazar, fortalecendo a posição do líder supremo e abrindo caminho para a estratificação da tribo, à medida que as dádivas e provas de estatuto eram passadas para baixo ao longo das elites escolhidas da tribo. Tiveram o efeito acrescido de encorajar outras tribos a tornarem-se tributárias, isto é, a pagar tributo em troca de proteção e recompensas. Segundo Ibn Fadlān, o *khagan* tinha vinte e cinco mulheres, cada uma membro de uma tribo diferente e cada uma filha do líder desta.[32] Uma fonte escrita em hebreu no século IX fala igualmente de tribos submetidas aos cazares, não estando o autor certo de serem vinte e cinco ou vinte e oito tributárias.[33] Povos como os polanos, radmichis e severlianes contavam-se entre aqueles que reconheceram a soberania dos cazares, permitindo que os últimos reforçassem a sua posição e se tornassem a força dominante da estepe ocidental, na atual Ucrânia e sul da Rússia.[34]

Os níveis crescentes de comércio e os longos períodos de estabilidade e de paz desencadearam uma profunda transformação da sociedade cazar. O modo de funcionamento da liderança da tribo alterou-se, tornando-se o *khagan* cada vez mais distante de assuntos quotidianos e com a sua posição a evoluir no sentido de um reinado sagrado.[35] Os estilos de vida também mudaram. Com a forte procura de regiões circundantes dos produtos cultivados, geridos e produzidos pelos cazares e seus tributários, bem como dos frutos do comércio de longa distância, começaram a despontar povoações que, com o tempo, se transformaram em cidades.[36]

No início do século X, a cidade buliçosa de Atil serviu como capital e casa permanente do *khagan*. Abarcando o Baixo Volga, albergava uma população cosmopolita. A cidade era tão sofisticada que existiam tribunais distintos para resolver disputas segundo diferentes leis consuetudinárias, presididos por juízes que julgavam contendas entre muçulmanos, entre cristãos ou mesmo entre pagãos – existindo também um mecanismo para resolver a questão se o juiz não conseguisse chegar a um veredicto.[37]

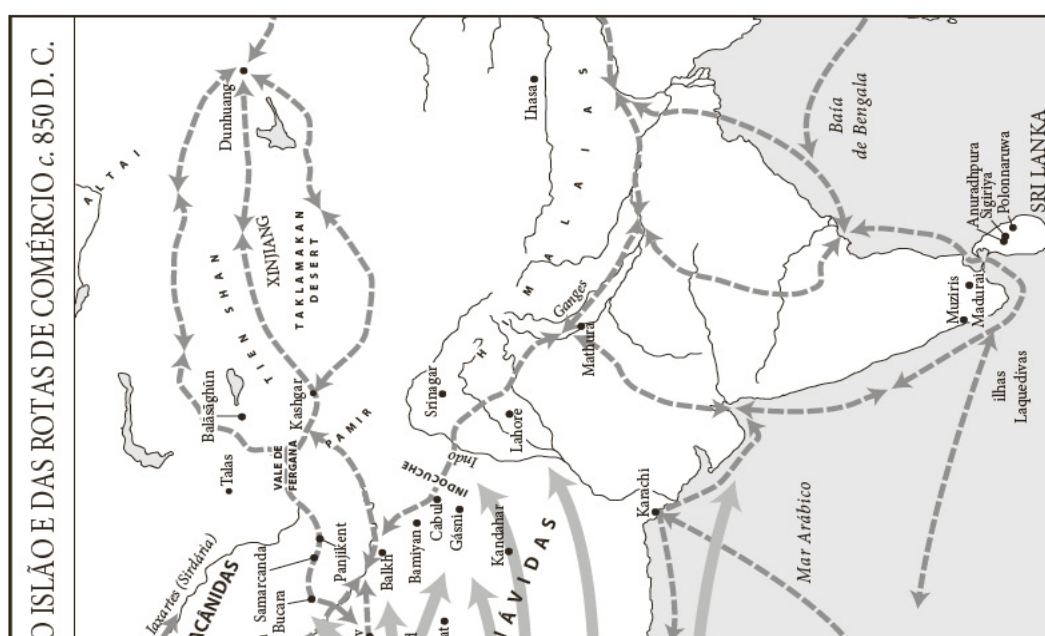
Atil, com as suas habitações de feltro, armazéns e palácio real, era apenas uma das povoações que mudaram o modo como os nómadas viviam.^[38] Outras cidades cresceram no território cazar em resultado da crescente atividade comercial, como Samandar, onde os edifícios de madeira se caracterizavam pelos seus telhados em cúpula, que presumivelmente seguiam o modelo de iurtes tradicionais. No início do século IX, havia um número suficiente de cristãos em Cazária para justificar a nomeação não só de um bispo, mas de um metropolitano – na prática um arcebispo – para ministrar aos fiéis.^[39] Evidentemente, havia também populações muçulmanas substanciais em Samandar e Atil, bem como noutras partes, algo que se torna claro após a consulta de relatos de fontes árabes que falam do grande número de mesquitas construídas em toda a região.^[40]

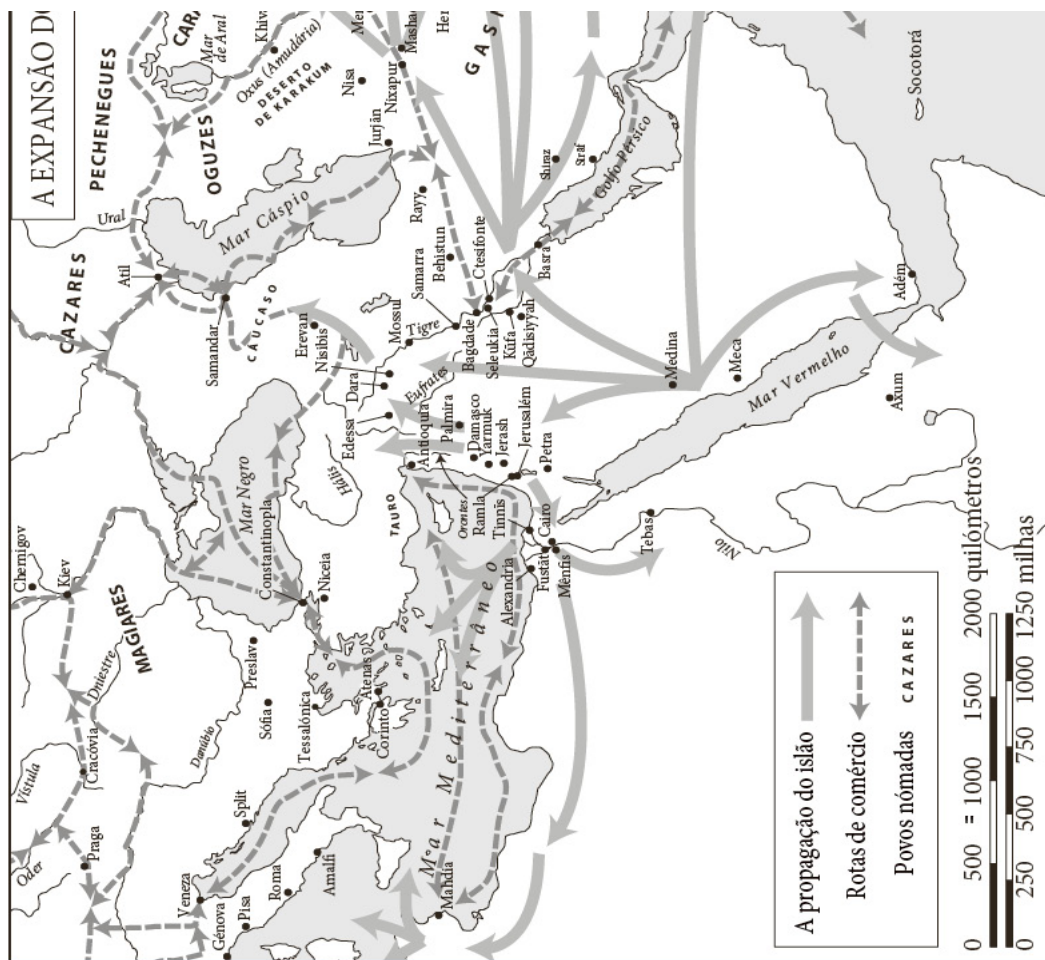
Os cazares não adotaram o islão, mas converteram-se a novas crenças religiosas: em meados do século IX, decidiram tornar-se judeus. Emissários da Cazária chegaram a Constantinopla cerca de 860 e pediram que fossem enviados pregadores que explicassem os fundamentos do cristianismo. «Desde tempos imemoriais», diziam, «conhecemos apenas um deus [ou seja, Tengri], que domina sobre tudo [...]. Agora, os judeus urgem-nos a aceitar a sua religião e os seus costumes, ao passo que os árabes nos atraem para a sua fé, prometendo-nos paz e muitas dádivas.»^[41]

Enviou-se, assim, uma delegação com o intuito de converter os cazares. Foi liderada por Constantino, mais conhecido pelo seu nome eslavónico Cirilo e pela criação do alfabeto epónimo concebido para os eslavos – o cirílico. Um erudito formidável, como o seu irmão Metódio, Constantino parou no seu caminho para oriente com a intenção de passar o inverno a aprender hebreu e a familiarizar-se com a Tora, de forma a poder debater com os eruditos judeus que também se dirigiam à corte do *khagan*.^[42] Quando chegaram à capital cazar, os enviados participaram numa série de acesos debates contra rivais que tinham sido convidados a apresentar o islão e o judaísmo. A erudição de Constantino levou tudo à frente – ou assim parece, lendo o relato da sua vida baseado nos seus escritos.^[43] Na verdade, apesar do brilhantismo de Constantino – o *khagan* disse-lhe que os

seus comentários sobre as escrituras eram «doces como o mel» –, a embaixada não surtiu o efeito desejado, pois o líder cazar decidiu que o judaísmo era a religião certa para o seu povo.^[44]

Contava-se uma versão semelhante desta história um século mais tarde. As novas da conversão dos cazares haviam sido recebidas por comunidades judaicas surpreendidas a milhares de quilómetros a ocidente, que tentaram avidamente descobrir mais sobre quem eram os cazares e como se haviam tornado judeus. Especulava-se que podiam ser uma das tribos perdidas da antiga Israel. O polímato Hasdai b. Shaprūt, baseado em Córdoba, no al-Andaluz – isto é, na Península Ibérica muçulmana –, conseguiu finalmente estabelecer contacto com a tribo. As suas tentativas para decidir se os cazares eram, de facto, judeus, ou se esta era apenas uma história contada por aqueles que queriam ganhar o seu favor tinham-se revelado infrutíferas até então. Quando, finalmente, recebeu confirmação de que era verdade que os cazares fossem judeus e, além disso, que eram ricos e «muito poderosos e mantinham numerosos exércitos», sentiu-se compelido a ajoelhar-se e adorar o Deus dos céus. «Rezo pela saúde do Rei», escreveu ao *khagan*, «e da sua família e da sua casa, e que o seu trono possa perdurar para sempre. Que os seus dias e os seus filhos se prolonguem no seio de Israel!»^[45]





Notavelmente, sobrevive uma cópia da resposta do *khagan* a esta carta, onde o líder cazar explica a conversão da sua tribo ao judaísmo. A decisão pela conversão, escreveu o *khagan*, foi o resultado da grande sabedoria de um dos seus predecessores, que convocara delegações que representavam diferentes fés para que defendessem as suas posições. Depois de ponderar qual seria a melhor forma de estabelecer os factos, o líder perguntara aos cristãos qual era a melhor religião, se o islão, se o judaísmo; quando responderam que o primeiro era, sem dúvida, pior do que o último, perguntou aos muçulmanos se era preferível o cristianismo ou o judaísmo. Quando os muçulmanos invetivaram o cristianismo e também responderam que o judaísmo era o menos mau dos dois, o líder cazar anunciou que chegara a uma conclusão: ambos haviam admitido que «a religião dos israelitas é

melhor», declarou, assim, «confiando na misericórdia de Deus e no poder do Senhor, escolho a religião de Israel, isto é, a religião de Abraão». Com isso, enviou as delegações de regresso a casa, circuncidou-se e ordenou aos seus servidores, conselheiros e a todo o seu povo que fizessem o mesmo.

[46]

O judaísmo fizera incursões consideráveis na sociedade cazar em meados do século IX. Além das referências, em fontes árabes, ao proselitismo dos judeus nas décadas que antecederam a chegada das delegações à corte do *khagan* e do facto de as práticas fúnebres terem também sofrido uma transformação neste período, a recente descoberta de uma série de moedas cunhadas em Cazária providencia uma forte prova de que o judaísmo foi formalmente adotado como religião oficial na década de 830. Estas moedas têm uma legenda que nos dá um bom exemplo de como a fé podia ser usada para apelar a populações díspares. As moedas mostravam o maior profeta do Antigo Testamento com a frase *Mūsā rasūl allāh*: «Moisés é o mensageiro de Deus.»[47]

O que talvez fosse menos provocador do que parece, dado que o Alcorão, afinal, ensina explicitamente que não deveria haver distinção entre os profetas e que a mensagem trazida por todos deveria ser seguida.[48] Moisés foi aceite e venerado nos ensinamentos islâmicos, por isso, louvá-lo não era necessariamente controverso. Por outro lado, porém, a evocação do estatuto especial de Maomé como mensageiro de Deus era um elemento central do *adhān*, a chamada à oração feita pelas mesquitas cinco vezes por dia. Enquanto tal, o nome de Moisés nas moedas anunciava de forma desafiante que os cazares tinham uma identidade própria, independente do mundo islâmico. À semelhança dos confrontos entre o Império Romano e o mundo muçulmano no final do século VII, as batalhas não se travavam apenas entre exércitos, mas também acerca da ideologia, da linguagem e mesmo das imagens nas moedas.

Com efeito, a exposição dos cazares ao judaísmo dera-se através de duas fontes. Em primeiro lugar, havia antigas comunidades judaicas que se tinham instalado no Cáucaso durante a Antiguidade, que devem ter sido galvanizadas pelo desenvolvimento económico das estepes.[49] Segundo

um escritor do século x, muitas mais foram encorajadas a emigrar para a Cazária, vindas de «cidades muçulmanas e cristãs», depois de se ter tornado conhecido que a religião não era apenas tolerada, mas oficialmente sancionada e praticada por grande parte da elite.^[50] A correspondência entre o líder cazar e Hasdai, em Córdoba, no século x, relata que os rabis eram ativamente recrutados e que eram construídas escolas e sinagogas para garantir que o judaísmo fosse ensinado com rigor – muitos cronistas notaram que os edifícios religiosos pontuavam em todas as cidades de Cazária, bem como tribunais onde se tomavam decisões após consultar a Tora.^[51]

O segundo incentivo ao crescente interesse no judaísmo vinha dos mercadores que eram atraídos de muito mais longe pelo surgimento de Cazária como grande centro de comércio internacional – não apenas entre as estepes e o mundo islâmico, mas entre Oriente e Ocidente. Como atestam numerosas fontes, os mercadores judeus eram muito ativos no comércio de longa distância, desempenhando praticamente o mesmo papel dos sogdianos quando ligavam a China e a Pérsia por volta da altura da ascensão do islão.

Os mercadores judeus eram aptos linguistas, fluentes em «árabe, persa, latim, franco, andaluz e eslavo», segundo uma fonte coeva.^[52] Sediados no Mediterrâneo, parecem ter viajado regularmente até à Índia e China, regressando com almíscar, madeira de aloé, cânfora, canela «e outros produtos orientais» que vendiam ao longo de uma cadeia de portos de cidades que serviam os mercados de Meca, Medina e Constantinopla, bem como cidades no Tigre e no Eufrates.^[53] Também usavam rotas terrestres, passando pela Ásia Central para chegar à China fosse através de Bagdade e da Pérsia ou passando por território cazar no caminho para Balkh e para o oriente do rio Oxus.^[54] Um dos mais importantes pontos neste eixo era Rayy, mesmo a sul do Cáspio (atual Irão), uma cidade que recebia bens do Cáucaso, do Oriente, da Cazária e de outras povoações nas estepes. Aparentemente, estes bens eram desalfandegados na cidade de Jurjān (Gorgan, no norte do Iraque), onde presumivelmente eram cobrados os impostos alfandegários, antes de serem levados para Rayy. «A coisa mais

surpreendente», escreveu um autor árabe no século x, «é que este é o maior centro de comércio do mundo».[55]

Os mercadores da Escandinávia também se sentiam atraídos pelas oportunidades oferecidas. Quando pensamos nos víquingues, invariavelmente, imaginamos ataques à Grã-Bretanha e à Irlanda ao longo do mar do Norte, dracares com popas em forma de dragões a surgirem do nevoeiro carregados de homens armados prontos a violar e pilhar. Ou, talvez, pensemos na questão de saber se os víquingues conseguiram chegar à América do Norte séculos antes das expedições de Cristóvão Colombo e de outros. Mas, na era dos víquingues, os homens mais corajosos e duros não se dirigiam para ocidente; dirigiam-se para oriente e para sul. Muitos fizeram fortuna e ganharam fama não apenas no seu país, mas também nas novas terras que conquistaram. A marca que deixaram, além disso, não foi menor ou efémera, como o foi na América do Norte. No Oriente, fundaram um novo Estado, que recebeu o nome dos mercadores, viajantes e atacantes que chegaram aos grandes sistemas de águas que ligavam o mar Báltico com o mar Cáspio e com o mar Negro. Estes homens eram conhecidos como *rus'*, ou *rhos*, talvez por causa do seu cabelo distintamente ruivo, ou, mais provavelmente, devido à sua destreza a manobrar os remos. Foram os pais da Rússia.[56]

Foi o chamariz do comércio e das riquezas do mundo islâmico que, inicialmente, instigou os víquingues a empreenderem a viagem para sul. Desde o princípio do século ix, que os homens da Escandinávia iniciaram contactos com o mundo das estepes e também com o califado de Bagdade. Começaram a despontar povoações ao longo dos rios Oder, Neva, Volga e Dniepre, e essas novas bases estabeleceram-se como mercados de direito próprio e como estações de comércio para mercadores que traziam bens de e para sul. Staraya Ladoga, Rurikovo Gorodische, Beloozero e Novgorod (literalmente, «nova cidade») eram novos pontos que levavam mais longe as grandes rotas comerciais da Eurásia até à Europa do Norte.[57]

Os dracares, tão celebrados na imaginação popular, foram adaptados e tornados mais pequenos pelos víquingues *rus'*, para que pudessem ser

carregados em curtas distâncias de um rio ou lago para outro. Estes barcos de casco único partiram em grupo numa viagem que era longa e perigosa. Um texto compilado em Constantinopla, nos meados do século x, e baseado em informação recolhida por agentes bizantinos regista as condições traiçoeiras com que a viagem para sul se deparou. Os rápidos do Dniestre eram particularmente perigosos: uma barreira estreita tinha um conjunto letal de rochedos no seu centro, «que sobressaem como ilhas. Depois, a água bate neles, forma ondas e cai no outro lado, com um ruído poderoso e terrífico». Este obstáculo recebera o nome, com humor seco, «Não Adormeças».[58]

Como nota o mesmo texto, os rus' estavam intensamente vulneráveis a assaltos de atacantes agressivos, que viam a oportunidade de recompensas rápidas assim que os exaustos viajantes passavam os rápidos. Os nómadas pechenegues ficavam à espera enquanto os barcos eram tirados da água e, depois, atacavam, capturavam os bens e desapareciam na paisagem. Os guardas tinham ordens de se manterem em estado de alerta contra assaltos repentinos. Os escandinavos ficaram tão aliviados por superarem estes perigos que se reuniam numa ilha e sacrificavam galos ou espetavam setas em árvores sagradas como forma de agradecer aos deuses pagãos.[59]

Os homens que chegavam em segurança aos mercados à volta dos mares Cáspio e Negro precisavam, no mínimo, de ser robustos. «Têm grande ardor e resistência», notou um comentador islâmico com admiração.[60] Os rus', escreveu Ibn Fadlân, eram altos «como palmeiras», mas, mais importante, andavam sempre armados e eram perigosos. «Cada um deles carrega um machado, uma espada e uma faca.»[61]

Comportavam-se como gangues de criminosos endurecidos. Desde logo, ainda que lutassem lado a lado contra os seus inimigos, suspeitavam muito uns dos outros. «Nunca vão sozinhos aliviar-se», observou um escritor, «[vão] sempre com três companheiros para os guardarem, de espada na mão, pois têm pouca confiança uns nos outros.» Nenhum hesitaria em roubar um colega, mesmo que para isso fosse preciso matá-lo.[62] Participavam regularmente em orgias e tinham sexo diante uns dos outros sem pudor. Se um deles adoecia, era deixado para trás. A sua aparência não

ficava atrás: «dos dedos dos pés ao pescoço, cada homem tem tatuagens de um verde-escuro, com desenhos e assim por diante.»[\[63\]](#) Eram homens duros em tempos duros.

Os rus' envolveram-se no comércio de cera, âmbar e mel, bem como de espadas finas, muito admiradas no mundo de língua árabe. Contudo, o negócio mais lucrativo era outro, fonte de vastas somas de dinheiro que seguiam para norte, subindo os sistemas de rios da Rússia até à Escandinávia. Isto é demonstrado pelas muitas sedas finas da Síria, de Bizâncio e mesmo da China que foram encontradas em sepulturas em toda a Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega. Essas sedas devem representar apenas uma pequeníssima fração dos têxteis que foram levados de volta para casa e que não sobreviveram.[\[64\]](#)

No entanto, é o registo monetário que fala mais alto acerca da escala dos negócios conduzidos com regiões distantes. Ricos achados de moedas surgiram ao longo dos grandes rios que se dirigiam para norte e foram recuperados em todo o norte da Rússia, na Finlândia, Suécia e, acima de tudo, em Gotland (a maior ilha da Suécia), mostrando que os víquingues rus' fizeram enormes somas no comércio com os muçulmanos e com as franjas do califado de Bagdade.[\[65\]](#) Um dos principais especialistas na história da moeda estima que a quantidade de moedas de prata levada de volta para casa e resultante do comércio com as terras do islão atingia as dezenas, se não mesmo as centenas de milhões – em termos atuais, era uma indústria multimilionária.[\[66\]](#)

As recompensas tinham de ser substanciais para justificar a distância e os perigos envolvidos em viajar da Escandinávia até ao mar Cáspio – uma viagem de cerca de quase cinco mil quilómetros. Por isso, talvez não surpreenda que os bens tivessem de ser vendidos em grandes volumes de forma a gerarem lucros substanciais. Muitos produtos eram enviados para sul, mas o mais importante eram os escravos. Traficar pessoas rendia muito dinheiro.

Rota dos escravos

Os rus' eram implacáveis quando se tratava de escravizar as populações locais e transportá-las para sul. Conhecidos pela sua «estatura, físico e coragem», os víquingues rus' «não tinham campos arados e viviam da pilhagem», segundo um escritor árabe.^[1] Era a população local que pagava o preço. Tantos eram capturados que o seu nome – eslavos – passou a ser usado para designar todos aqueles que perdiam a liberdade: escravos.

Os rus' tinham cuidado com os seus prisioneiros: «tratam bem os escravos e vestem-nos convenientemente, pois, para eles, os escravos são um artigo de comércio», registou um contemporâneo.^[2] Os escravos eram transportados ao longo dos sistemas fluviais – e permaneciam acorrentados quando atravessavam rápidos.^[3] As mulheres bonitas eram muito apreciadas e vendidas a mercadores na Cazária e na Bulgária do Volga, que depois as levavam mais para sul – mas não antes de os seus captores fazerem sexo com elas uma última vez.^[4]

A escravatura era uma parte vital da sociedade víquingue e uma parte importante da sua economia – e não apenas no Oriente. Consideráveis achados literários e materiais das Ilhas Britânicas mostram que um dos mais comuns objetivos do ataque dos dracares não era a violação e pilhagem indiscriminadas da imaginação popular, mas o de capturar pessoas vivas.^[5] «Salva-nos, Senhor», reza uma prece do século IX, em França, «dos nórdicos selvagens que destroem o nosso país; eles levam [...] os nossos rapazes jovens e virgens. Imploramos que nos salves deste mal.»^[6] Grilhões, alge-

mas e cadeados foram encontrados ao longo de rotas de escravos, sobretudo na Europa do Norte e de Leste, ao passo que a investigação recente sugere que as cercas que antes se pensava destinarem-se ao gado serviam, na verdade, para encerrar pessoas que iriam ser vendidas em lugares como Novgorod, onde o mercado se situava no cruzamento da rua Alta com a rua dos Escravos.[7]

Tão ávido era o desejo de lucrar com a escravatura que, embora alguns escandinavos obtivessem licenças das autoridades locais para pilhar novas regiões e capturar prisioneiros, outros estavam mais do que dispostos a escravizar os seus pares – «mal um apanha o outro», registou um clérigo bem informado que escreveu na Europa do Norte, no século ^{xi}. E não hesitaria muito sobre o que fazer a seguir, «vende-o sem misericórdia como escravo a um dos seus pares ou a um bárbaro».[8]

Muitos escravos tinham por destino a Escandinávia. Como indica um antigo e famoso poema nórdico, «O canto de Rigr» («Rígsþula»), a sociedade dividia-se em três categorias simples: a aristocracia (*jarlar*), os homens livres (*karlar*) e os escravos (*ðrælar*).[9] Mas muitos outros eram enviados para onde se pagava bem por bons espécimes, e em nenhum lado havia tanta procura, em nenhum lado havia tanto poder de compra como nos mercados exuberantes e ricos de Atil, que, por fim, alimentariam Bagdade e outras cidades da Ásia, bem como outras partes do mundo islâmico, incluindo o Norte de África e a Península Ibérica.

A capacidade e a vontade de pagar um alto preço trouxeram grandes recompensas e estabeleceram a base para o estímulo à economia da Europa do Norte. A julgar pelas moedas encontradas, houve um aumento do comércio na última parte do século ^{ix}, um tempo de grande crescimento no Báltico, no sul da Suécia e na Dinamarca, com cidades como Hedeby, Birka, Wolin e Lund a expandirem-se rapidamente. Os lugares dos achados espalhados por uma área cada vez mais abrangente ao longo dos rios da Rússia mostram uma intensificação aguda dos níveis de trocas, com um aumento acentuado do número de moedas encontradas que foram cunhadas na Ásia Central – sobretudo em Samarcanda, Tashkent (al-Shāsh), Balkh e

noutros lados ao longo das tradicionais rotas de comércio, transporte e comunicação até ao atual Afeganistão.[\[10\]](#)

A procura de escravos nestes locais cheios de dinheiro era notória, e não se resumia àqueles que vinham do Norte. Grandes números eram importados da África Subsariana: um mercador gabava-se de ter vendido mais de doze mil escravos negros nos mercados da Pérsia.[\[11\]](#) Os escravos eram também raptados das tribos turcomanas da Ásia Central, que, segundo nota um autor deste período, eram muito apreciados por causa da sua coragem e desenvoltura. Quando se trata de escolher «os escravos mais preciosos», notou outro comentador, os melhores vêm «da terra dos turcomanos. Os escravos turcomanos não têm par entre todos os escravos do mundo».[\[12\]](#)

Podemos ter uma ideia da escala provável do tráfico de escravos a partir de uma comparação com a escravatura no Império Romano, uma área que tem sido estudada em muito mais pormenor. A investigação recente sugere que, no auge do seu poder, o Império Romano precisava de entre 250 mil e 400 mil novos escravos por ano para manter a sua população de escravos.[\[13\]](#) O mercado das terras de língua árabe era consideravelmente maior – assumindo que a procura de escravos era semelhante –, estendendo-se da Península Ibérica ao Afeganistão, o que sugeriria que os números de escravos comprados possam ter sido ainda maiores do que os de Roma. Ainda que as limitações das fontes sejam frustrantes, pode-se ter uma ideia da escala provável pelo facto de um relato falar de um califa e da sua mulher que tinham mil raparigas escravas para cada um. Os escravos no mundo muçulmano eram ubíquos – e silenciosos –, como em Roma.[\[14\]](#)

Roma também providencia um termo de comparação útil para o modo como os escravos eram comprados e vendidos. No mundo romano, havia uma feroz competição entre os mais abastados por escravos-troféus raptados em terras para lá das fronteiras do império – curiosidades valorizadas pela sua aparência inusual e como tópico de conversa. A preferência pessoal também desempenhava o seu papel – um aristocrata exigente insistia em ter escravos que combinassem, que fossem igualmente atraentes e todos da mesma idade.[\[15\]](#) Ideias semelhantes prevaleciam entre

os muçulmanos ricos, como tornam claro os guias tardios que ajudavam no processo de compra de escravos. «Entre todos os escravos [negros]», escreveu um autor do século ^x_i, «as mulheres núbias são as mais agradáveis, ternas e corteses. Os seus corpos são esguios, com uma pele suave, sólidos e bem proporcionados [...], respeitam o seu amo como se tivessem sido criadas para servir.» As mulheres do povo Beja, que viviam no que é hoje o Sudão, a Eritreia e o Egito, «têm uma compleição dourada, bonitas faces, corpos delicados e peles suaves; são parceiras de cama agradáveis se forem levadas do seu país quando ainda jovens». Há mil anos, o dinheiro não podia comprar o amor, mas podia ajudar a obter o que se quisesse.^[16]

Outros guias ofereciam sugestões igualmente prestáveis. «Quando sair para comprar escravos, tenha cuidado», escreveu o autor de um outro texto persa do século ^x_i, mais conhecido como *Qābūs-nāma*. «Comprar homens é uma arte difícil, pois muitos escravos parecem ser bons», mas revelam ser o seu oposto. «Muitas pessoas imaginam que comprar escravos é como qualquer outra forma de comércio», acrescentou o autor; na verdade, o talento de comprar escravos «é um ramo da filosofia».^[17] Cuidado com uma compleição amarelada – sinal seguro de hemorroidas; cuidado também com os homens abençoados com a beleza, de cabelo solto e olhos errantes – «um homem com essas qualidades ou gosta demasiado de mulheres ou tenderá a servir como intermediário». Deve-se dizer à possível compra que se deite no chão; depois, deve-se «carregar em ambos os flancos e observar cuidadosamente qualquer sinal de inflamação ou de dor; e inspecionar «defeitos ocultos», como mau hálito, surdez, gaguez ou dureza das gengivas. Sigam todas estas instruções (e muitas outras), declarava o autor, e não sairão desapontados.^[18]

Os mercados de escravos singravam em toda a Europa Central, fornecidos de homens, mulheres e crianças à espera de serem traficados para oriente – e também para a corte de Córdoba, onde havia mais de 13 mil escravos eslavos em 961.^[19] Em meados do século ^x, Praga tornara-se um grande centro de comércio que atraía os víquingues rus' e os mercadores muçulmanos a comprar e vender estanho, peles e pessoas. Outras cidades da

Boémia eram igualmente bons lugares para comprar farinha, cevada e galinhas – e escravos, todos a preços razoáveis, segundo um viajante judeu. [20]

Os escravos eram muitas vezes enviados como presentes aos soberanos muçulmanos. No início do século x, por exemplo, uma embaixada da Toscana a Bagdade levou ao califa abássida al-Muktafī uma seleção de prendas de alto valor, incluindo espadas, escudos, cães de caça e aves de rapina. Entre os outros presentes oferecidos em sinal de amizade contavam-se vinte eunucos eslavos e vinte raparigas eslavas particularmente bonitas. A flor da juventude de uma parte do mundo era exportada para comprazer os de outra parte do mundo. [21]

O envolvimento no comércio de longa distância era tão amplo que, quando Ibrāhīm ibn Ya'qūb passou por Mainz, ficou surpreendido com o que encontrou nos mercados: «é extraordinário», escreveu, «que se possa encontrar, em regiões tão distantes a ocidente, ervas de cheiro e especiarias que só são cultivadas no Extremo Oriente, como pimenta, gengibre, cravo-da-índia, nardo e galanga. Todas estas plantas são importadas da Índia, onde crescem em abundância.» Não era só isso que o surpreendia, também o facto de *dirhams* de prata serem usados como moeda, incluindo moedas cunhadas em Samarcanda. [22]

Com efeito, o impacto e influência das moedas do mundo muçulmano fizeram-se sentir muito mais longe – e assim continuaria por bastante tempo. Por volta de 800, o rei Ofa, da Mércia, na Inglaterra, que mandou construir o famoso dique para proteger as suas terras contra as incursões dos galeses, estava a copiar o desenho de moedas de ouro islâmicas para as suas próprias moedas. Cunhou moedas com a legenda «*Offa rex*» («Rei Offa») num dos lados e uma cópia imperfeita de texto árabe no outro, ainda que isso pouco significado tivesse para aqueles que as usavam no seu reino. [23] Um grande fundo encontrado em Cuerdale, em Lancashire, e que hoje está em exposição no Museu Ashmolean, em Oxford, também contém muitas moedas abássidas cunhadas no século ix. Que as moedas tenham chegado ao lugar estagnado que eram as Ilhas Britânicas indica até que ponto os mercados do mundo islâmico se haviam expandido.

Era a venda de escravos que pagava as importações que começaram a inundar a Europa no século IX. As especiarias e os medicamentos que se tornaram cada vez mais visíveis nas fontes, onde são referidos como objetos de luxo muito desejáveis ou como necessidades médicas, eram financiados pelo tráfico humano a grande escala.^[24] E não eram apenas os vikingues rus' a lucrar com a procura quase insaciável por escravos: os mercadores de Verdun lucraram imenso ao venderem, habitualmente, eunucos a compradores muçulmanos na Península Ibérica; os mercadores judeus que lidavam com o comércio a longa distância também estavam proximamente envolvidos com a venda de «jovens rapazes e raparigas», bem como eunucos, como sugerem fontes árabes deste período.^[25]

Outras fontes também fazem notar o papel desempenhado por mercadores judeus em levar «escravos [e] rapazes e raparigas» da Europa e em fazer operações à chegada para castrar os rapazes – presumivelmente, como forma de terrível certificação.^[26] O tráfico escravagista prometia um bom retorno, razão pela qual não eram levados apenas escravos europeus para o oriente: os empreendedores muçulmanos alegadamente também se juntaram ao tráfico, atacando terras eslavas do Irão Oriental – ainda que esses escravos notoriamente «mantivessem a sua virilidade intacta, com corpos não mutilados».^[27]

Por sua vez, esses cativos eram também castrados e altamente apreciados. Tomando dois gémeos eslavos, escreveu um autor árabe neste período, e castrando um deles, este seguramente se tornaria mais desembaraçado e «com uma inteligência e conversa mais vivas» do que o seu irmão – que permaneceria ignorante, tolo e exibiria a lhanza inata dos eslavos. A castração era alegadamente purificadora e melhorava a mente eslava.^[28] Melhor ainda, resultava, escreveu o mesmo autor, mas não para «os negros», cujas «aptidões naturais» eram negativamente afetadas pela operação.^[29] A escala do tráfico de escravos eslavos era tão grande que teve impacto na língua árabe: a palavra para eunuco (*siqlabī*) advém do rótulo étnico dos eslavos (*saqālibī*).

Os mercadores muçulmanos eram muito ativos no Mediterrâneo. Homens, mulheres e crianças eram levados da Europa do Norte para

Marselha, onde havia um mercado buliçoso de compra e venda de escravos – muitas vezes, passando por mercados subsidiários como Rouen, onde os escravos irlandeses e flamengos eram vendidos a terceiros.[30] Roma era outro centro proeminente de tráfico de escravos – ainda que alguns o achassem repugnante. Em 776, o papa Adriano I lamentava a venda de humanos como gado, condenando a venda de homens e de mulheres à «inenarrável raça dos sarracenos». Alguns, segundo o papa, haviam entrado em navios que se dirigiam para oriente de livre vontade, «não tendo mais nenhuma esperança de permanecerem vivos» por causa da fome recente e de uma pobreza esmagadora. Não obstante, «nunca caímos num ato tão desgraçado» como o de vender cristãos, escreveu, «e Deus nos livre de alguma vez o fazermos».[31] A escravatura estava tão disseminada no Mediterrâneo e no mundo árabe que, mesmo hoje, saudações normais fazem referência ao tráfico de pessoas. Em toda a Itália, quando se encontram, as pessoas dizem «schiavo», de um dialeto veneziano. «Ciao», na sua grafia mais corrente, não significa «Olá»; significa «Sou seu escravo».[32]

Para outros, o cativeiro de cristãos e a sua venda a amos muçulmanos era indefensável. Um destes foi Rimbert, bispo de Bremen, que costumava passar pelos mercados de Hedeby (na fronteira das atuais Alemanha e Dinamarca), no final do século IX, e pagava um resgate por aqueles que professavam a fé cristã (mas não por aqueles que não o faziam).[33] Esta sensibilidade não era partilhada por todos. Entre aqueles que não sentiam compaixão acerca do tráfico humano encontravam-se os habitantes de uma lagoa pouco promissora localizada na ponta setentrional do Adriático. A fortuna que acumularam com o tráfico escravagista e o sofrimento humano estabeleceria o fundamento da sua transformação numa das joias da coroa do Mediterrâneo medieval: Veneza.

Os venezianos revelaram ser singularmente bem-sucedidos quando se tratava de negócios. Uma cidade deslumbrante erigiu-se nos pântanos, adornada com igrejas gloriosas e lindos *palazzi*, construídos com os lucros de um comércio prolífico com o Oriente. Se, agora, Veneza é um reflexo da visão gloriosa que era no passado, o motor do seu crescimento advinha da

sua vontade de vender futuras gerações ao cativeiro. Os mercadores estiveram envolvidos no tráfico escravagista logo na segunda metade do século VIII, nos primórdios da construção de Veneza, ainda que fosse preciso tempo para que os benefícios e lucros crescessem em volume. Que eventualmente isso tenha acontecido é indicado por uma série de tratados gizados um século mais tarde, em que os venezianos concordaram com restrições à venda de escravos, incluindo devolver escravos que haviam sido levados ilegalmente até Veneza para serem vendidos, a outras cidades em Itália. Estas negociações foram, em parte, uma reação ao crescente êxito da cidade, uma tentativa de cortar as asas a Veneza por parte daqueles que se sentiam ameaçados pela sua prosperidade.[34]

A curto prazo, as restrições foram contornadas atacando grupos que capturavam não cristãos da Boémia e da Dalmácia e os vendiam com lucro. [35] A longo prazo, contudo, reataram-se os negócios normais. Os tratados do final do século IX sugerem que Veneza simplesmente obsequiava as autoridades locais, que estavam preocupadas com a circunstância de não só escravos, mas também homens livres, estarem a ser vendidos. Os venezianos foram acusados de vender com conhecimento de causa os súbditos de terras circundantes, cristãos ou não.[36]

Posteriormente, o comércio escravagista começou a abrandar – pelo menos, na Europa Oriental e Central. Uma razão para tal residia no facto de os víquingues rus' terem mudado o foco, do tráfico de longa distância para o negócio da proteção imposta. A atenção centrou-se nos benefícios de que os cazares desfrutavam do comércio que passava por cidades como Atil, graças às taxas cobradas em todas as mercadorias que cruzassem território cazar. O famoso tratado de geografia persa *Hudūd al-'Ālam* diz que a base da economia cazar estava na sua receita fiscal: «O bem-estar e riqueza do rei dos cazares resulta, em grande medida, dos impostos marítimos.»[37] Outros comentadores muçulmanos fazem notar repetidamente a substancial receita fiscal cobrada pelas autoridades cazares às atividades comerciais – que incluíam taxas cobradas aos habitantes da capital.[38]

Inevitavelmente, isto chamou a atenção dos víquingues rus', assim como o tributo pago ao *khagan* pelas várias tribos subjugadas. Estas foram

tomadas uma por uma, e a sua lealdade (e os pagamentos) foi redirecionada para os novos e agressivos soberanos. Na segunda metade do século IX, as tribos eslavas da Rússia Central e Oriental não só pagavam tributo aos escandinavos, como eram proibidas de fazer mais pagamentos «aos cazares, pois não havia razão para o fazerem». O pagamento deveria antes ser feito ao líder rus'.^[39] Com isto, repetia-se uma prática já implementada noutros lados – como por exemplo na Irlanda, onde, gradualmente, o dinheiro pago pela proteção substituiu o tráfico humano; depois de serem atacados ano após ano, registam os anais de St. Bertin, os irlandeses concordaram em fazer contribuições anuais em troca de paz.^[40]

A oriente, não tardou muito até que a cada vez mais marcada presença dos rus' resultasse num confronto direto com os cazares. Após lançarem uma série de assaltos às comunidades mercantes muçulmanas no mar Cáspio, que «derramou rios de sangue» e continuou até que os víquingues rus' «se banquetearassem com os despojos, exaustos de saquear», os próprios cazares foram atacados.^[41] Atil foi saqueada e completamente destruída em 965. «Se sobrasse uma folha num ramo, um dos rus' levá-la-ia consigo», escreveu um comentador; «não resta uma uva, uma passa [em Cazária]». ^[42] Os cazares foram, na prática, removidos da equação, e os lucros do comércio com o mundo muçulmano correram em volumes ainda maiores para a Europa do Norte – como o mostram as quantidades de moedas descobertas nos rios da Rússia.^[43]

No final do século X, os rus' haviam-se tornado a força dominante da estepe ocidental, controlando terras que se estendiam do Cáspio ao norte do mar Negro e até ao Danúbio. Uma fonte fala dos mercados exuberantes a que os rus' agora superintendiam, onde era possível comprar «ouro, sedas, vinho e vários frutos da Grécia, prata e cavalos da Hungria e da Boémia, e peles, cera, mel e escravos dos rus'». ^[44] No entanto, a autoridade que os rus' exerciam sobre estas terras não era absoluta. As relações com os povos nómadas eram amiúde irascíveis, por causa da competição pelos recursos, como o mostra a execução ritual de um proeminente líder rus' durante este período pelos nómadas das estepes pechenegues: a captura do príncipe

celebrou-se com júbilo, e a sua caveira foi banhada em ouro e mantida como um troféu de vitória, a ser usado em brindes cerimoniais.[45]

Não obstante, no decurso do século x, o controlo rus' dos cursos de água e das estepes continuou a fortalecer-se, e as rotas de comunicação que se dirigiam para sul tornaram-se cada vez mais seguras. Este processo foi acompanhado por uma transformação gradual da orientação comercial, religiosa e política. Uma razão para tal reside no facto de, após quase trezentos anos de estabilidade e prosperidade, o califado de Bagdade ter sofrido uma série de deslocações. A prosperidade servira para afrouxar os laços entre o centro e as regiões limítrofes, o que, por sua vez, criou possibilidades de fricção, quando os potentados locais viram o seu poder aumentado e entraram em conflito entre si. O perigo que tal poderia representar foi graficamente demonstrado quando Basra se viu saqueada em 923 por insurgentes xiitas, Meca atacada sete anos mais tarde, e a sagrada Pedra Negra roubada à Caaba.[46]

Uma série de invernos invulgarmente rigorosos entre as décadas de 920 e 960 apenas piorou a situação. As condições eram tão más que a comida começou a rarear regularmente. Não era incomum que as pessoas se vissem forçadas «a apanhar os grãos de cevada do estrume de cavalos e burros para os comer», escreveu um autor; os motins e a desordem civil eram frequentes.[47] Nas palavras de um cronista arménio, após sete anos consecutivos de más colheitas na década de 950, «muitos enlouqueceram» e atacaram-se uns aos outros irracionalmente.[48]

A instabilidade interna deu azo a que uma nova dinastia, os buídas, estabelecesse o controlo político sobre grande parte do território nuclear do califado no Irão e no Iraque, permitindo que o califa permanecesse como testa de ferro, com poderes muito reduzidos. Numa versão do século x da Primavera Árabe, os muçulmanos xiitas, que antes haviam conseguido estabelecer um emirado no Norte de África mais ou menos independente dos califados sunitas dominantes de Bagdade e Córdoba, deslocaram-se para a capital egípcia, Fustât. Em 969, aproveitando a catastrófica ausência das inundações anuais do Nilo, que deixou muitos a morrer ou a passar fome, a revolução espalhou-se pelo Norte de África.[49] Os novos amos

eram conhecidos como os fatímidas – que, enquanto muçulmanos xiitas, tinham opiniões muito diferentes sobre a legitimidade, a autoridade e o verdadeiro legado deixado por Maomé. A sua ascensão teve sérias repercussões na união do mundo muçulmano: surgiam brechas à medida que se colocavam perguntas fundamentais sobre o passado, presente e futuro do islão.

A sublevação e o declínio resultante das oportunidades comerciais foram uma das razões pelas quais os víquingues rus' cada vez mais centraram as suas atenções nos rios Dniepre e Dniestre que desaguam no mar Negro, em vez de seguirem junto ao Volga, em direção ao Cáspio. O foco deixou de ser o mundo muçulmano para passar a ser o Império Bizantino e a grande cidade de Constantinopla, efabulada no folclore nórdico como «Mikligardr» (ou Miklegarth) – ou seja, «a grande cidade». Os bizantinos ressentiram-se das atenções dos rus', sobretudo desde que um ataque ousado em 860 havia tomado os habitantes da cidade – e as suas defesas – completamente de surpresa. Quem são estes guerreiros «ferozes e selvagens», que «devastam os subúrbios, destruindo tudo», lamentava-se o patriarca de Constantinopla, «varando tudo com as suas espadas, sem nunca se compadecerem, sem nada pouparem»? Os que morreram primeiro eram considerados sortudos, prosseguiu; pelo menos, foram poupados às calamidades que se seguiram.^[50]

O acesso rus' aos mercados de Constantinopla era firmemente regulado pelas autoridades. Um tratado do século x regista que, no máximo, cinquenta rus' podiam entrar na cidade de uma só vez e tinham de o fazer por uma porta previamente designada; os seus nomes eram registados e as suas atividades na cidade monitorizadas; havia restrições ao que podiam e não podiam comprar.^[51] Os rus' eram reconhecidos como homens perigosos que precisavam de ser tratados com cuidado. Não obstante, as relações acabariam por normalizar enquanto cidades como Novgorod, Chernigov e, sobretudo, Kiev passaram de entrepostos comerciais a bastiões fortificados e residências permanentes.^[52] A adoção do cristianismo pelo líder rus' Vladimir, em 988, foi também importante, quer por ter levado à criação de uma rede eclesiástica administrada desde o início por clérigos

enviados de Constantinopla quer por causa das inevitáveis influências culturais que correram para norte desde a capital imperial. Essas influências acabariam por afetar tudo, desde os ícones e artefactos religiosos ao traçado das igrejas e ao modo como os rus' se vestiam.^[53] À medida que a economia rus' se mercantilizou, a sociedade guerreira tornou-se cada vez mais urbana e cosmopolita.^[54] Artigos de luxo como vinho, azeite e sedas eram exportados de Bizâncio e vendidos – e os mercadores registavam as faturas e recibos em casca de bétula.^[55]

A nova direção da atenção dos rus' sobre Constantinopla em detrimento do mundo muçulmano foi o resultado de uma acentuada mudança na Ásia-Ocidental. Desde logo, sucessivos imperadores aproveitaram a instabilidade e a incerteza que grassavam no califado abássida. Muitas das províncias orientais de Bizâncio haviam sido perdidas durante as conquistas muçulmanas, o que levou a uma reorganização fundamental da administração provincial do império. Na primeira metade do século x, a situação começou a mudar. Uma por uma, as bases que haviam sido usadas para lançar ataques ao território imperial na Anatólia foram retomadas e reconquistadas. Recuperaram-se Creta e Chipre, restaurando a estabilidade do Mediterrâneo Oriental e do Egeu, que estavam à mercê de ataques de piratas árabes havia décadas. Depois, em 969, a grande cidade de Antioquia, um grande entreposto comercial, bem como centro de produção têxtil, foi também capturada.^[56]

Esta mudança de sorte instigou um sentimento de revivalismo no mundo cristão. Representou também um significativo redirecionamento de bens e receitas fiscais de Bagdade para Constantinopla: a receita fiscal e alfandegária que antes seguia para o califado enchia agora os Tesouros imperiais. Assinalou-se, assim, o início de uma era dourada para Bizâncio, um período de renascimento artístico e intelectual entre filósofos, eruditos e historiadores, a construção de igrejas e mosteiros e a fundação de instituições, como uma escola de Direito para formar juizes que superintendessem à administração de um império em expansão. Bizâncio foi também a principal beneficiária de uma quebra nas relações entre Bagdade e Egito no final do século x. No final da década de 980,

o imperador Basílio II entendeu-se com o califa fatímida recentemente proclamado, estabelecendo ligações comerciais formais e prometendo que o nome do último seria invocado nas orações quotidianas na mesquita de Constantinopla em vez de nas mesquitas da sua rival abássida em Bagdade. [\[57\]](#)

Os mercados buliçosos na capital imperial, alimentados pelo crescimento económico e demográfico, eram contrabalançados pela introspeção e incerteza no califado abássida. O resultado foi a reorientação das rotas mercantes do Oriente, passando a evitar-se o interior do continente ao longo de Cazária e do Cáucaso até ao mar Vermelho. As rotas terrestres que haviam feito florescer Merv, Rayy e Bagdade foram suplantadas pelas vias marítimas. O crescimento de Fustât, Cairo e, sobretudo, Alexandria era inconfundível, acompanhado pela multiplicação da classe média a par da prosperidade destas cidades. [\[58\]](#) Bizâncio estava bem situada e depressa começou a colher os frutos das suas novas relações com os fatímidas: a partir do final do século x, como o tornam claro relatos árabes e hebreus, os navios mercantes ancoravam e partiam dos portos egípcios vinte e quatro horas por dia, rumo a Constantinopla. [\[59\]](#)

Os têxteis egípcios tornaram-se apreciados no Mediterrâneo Oriental. O linho produzido em Tinnīs era tão procurado que Nāsir-i Khusraw, um dos grandes escritores persas e viajantes deste período, relatou: «Ouvi dizer que o soberano de Bizâncio, em tempos, enviou uma mensagem ao sultão do Egito segundo a qual trocava cem cidades do seu reino por Tinnīs apenas.» [\[60\]](#) O surgimento de mercadores amalfitanos e venezianos no Egito cerca de 1030, e genoveses três décadas mais tarde, revela que outros além de Constantinopla estavam alerta para a abertura de novos centros de mercadorias. [\[61\]](#)

Do ponto de vista dos rus' e das novas redes comerciais nórdicas, as mudanças nas principais rotas para abrir espaço às mercadorias, sedas, pimenta, madeiras e a outros artigos trazidos de Oriente, tiveram pouco impacto: não era necessário escolher entre a Constantinopla cristã e a Bagdade muçulmana. Pelo contrário, ter dois potenciais centros para comprar e vender bens era melhor do que ter apenas um. A seda chegava à

Escandinávia em quantidades consideráveis – atestadas pela recuperação de mais de cem fragmentos de seda de um notável navio escavados em Oseberg, na Noruega, e também em sepulturas víquingues, onde as sedas do mundo bizantino e da Pérsia eram enterradas como objetos de prestígio a par dos seus donos.[62]

Em meados do século ^x_i, ainda havia quem pensasse que iria fazer fortuna nas terras islâmicas orientais, como o haviam feito os seus antepassados. Uma lápide rúnica junto ao lago Mälär, perto de Estocolmo, na Suécia, colocada em meados do século ^x_i por uma mulher chamada Tóla para comemorar o seu filho Haraldr e os seus irmãos em armas é disso exemplo. «Como homens, percorreram um longo caminho à procura de ouro», lê-se na pedra; tiveram os seus êxitos, depois, morreram «no sul, em Serkland», por outras palavras, na terra dos sarracenos ou muçulmanos.[63] Ou a lápide colocada por Gudleif, em memória do filho, Slavge, que «encontrou o seu fim no Oriente, na Corásmia».[64] Textos como a saga de Yngvar, o *Viandante*, o irmão de Haraldr, também comemora escapadas ambiciosas que levaram os escandinavos a aventuras no Cáspio e mais além. Com efeito, a investigação recente sugere que, neste período, talvez se tenha estabelecido uma colónia víquingue permanente no Golfo Pérsico.[65]

Porém, a atenção centrava-se cada vez mais no Oriente cristão e em Bizâncio. Enquanto os horizontes da Europa Ocidental se expandiam, surgiu um interesse crescente em visitar a terra onde Jesus havia vivido, morrido e ressuscitado dos mortos. A peregrinação a Jerusalém tornou-se motivo de compreensível honra.[66] A exposição à Cidade Santa também sublinhava a escassez da herança cristã na Europa Ocidental – em particular, quando comparada com o Império Bizantino. Helena, mãe do imperador Constantino, começara o processo de levar relíquias para Constantinopla no século ^{iv}. No século ^x_i, as assombrosas coleções na cidade incluíam supostamente relíquias como os cravos usados para crucificar Jesus; a Coroa de Espinhos; as roupas sobre as quais se decidiu o destino; e partes da Vera Cruz, bem como cabelo da Virgem Maria, a cabeça de João Batista e muitas outras.[67] Pelo contrário, havia pouco digno de nota nos

relicários da Europa: ainda que os reis, as cidades e fundações eclesiásticas começassem a enriquecer, tinham pouco contacto físico com a história de Jesus Cristo e dos seus discípulos.

Jerusalém e Constantinopla, como casas e guardiãs da cristandade, atraíam números crescentes de homens ao Oriente cristão e à corte imperial, em particular – para fazer negócio, encontrar emprego ou simplesmente como passagem a caminho da Terra Santa. Os homens da Escandinávia e das Ilhas Britânicas eram bem-vindos à Guarda Varegue, um corpo de elite incumbido de proteger o próprio imperador. Servir nesta brigada tornou-se um rito de passagem, com homens como Haraldr Sigurðarson, mais tarde rei da Noruega (e mais conhecido como Harald Hardrada) a servir na brigada antes de regressarem a casa.[\[68\]](#) No século ^x_i, o apelo de Constantinopla ecoava em toda a Europa. Os documentos registam que, no século ^x_i, a cidade albergava homens da Grã-Bretanha, Itália, França e Alemanha – bem como de Kiev, Escandinávia e Islândia. Os mercadores de Veneza, Pisa, Amalfi e Génova estabeleceram colónias na cidade para comprar bens e exportá-los para o seu país.[\[69\]](#)

Os lugares que interessavam não eram Paris ou Londres, Alemanha ou Itália – era o Oriente. As cidades com ligações ao Oriente eram importantes – como Kherson, na Crimeia, ou Novgorod, cidades que ligavam as Rotas da Seda que percorriam a espinha da Ásia. Kiev tornou-se vital no mundo medieval, o que é comprovado pelos laços matrimoniais da casa reinante na segunda metade do século ^x_i. As filhas de Yaroslav, *o Sábio*, que reinou como grão-príncipe de Kiev até 1054, casaram-se com o rei da Noruega, o rei da Hungria, o rei da Suécia e o rei de França. Um filho casou-se com a filha do rei da Polónia, ao passo que outro tomou como mulher um membro da família imperial de Constantinopla. Os casamentos celebrados na geração seguinte foram ainda mais impressionantes. As princesas rus' casaram-se com o rei da Hungria, o rei da Polónia e o poderoso imperador germânico, Henrique IV. Entre outros casamentos ilustres contam-se o de Gytha, mulher de Vladimir II Monómaco, o grão-príncipe de Kiev: era a filha de Haroldo II, rei de

Inglaterra, morto na batalha de Hastings, em 1066. A família reinante de Kiev era a dinastia com melhores contactos da Europa.

Um crescente número de cidades e povoações espalhava-se em todas as direcções na Rússia, cada qual uma nova pérola acrescentada ao fio. Cidades como Liubech, Smolensk, Minsk e Polotsk ganharam proeminência, como antes havia acontecido com Kiev, Chernigov e Novgorod. Este era exactamente o mesmo processo de aumento de fortuna e de poder que já se havia visto em Veneza, Génova, Pisa e Amalfi: a chave do seu crescimento era o comércio com o Oriente.

O mesmo era verdade para o sul de Itália. Num dos mais notáveis feitos da primeira Idade Média, os mercenários normandos que tinham sido atraídos para Apúlia e Calábria no início do século ^x_i conseguiram tornar-se uma força dominante no Mediterrâneo. No espaço de uma geração, depuseram os seus tesoureiros bizantinos e, depois, centraram atenções na Sicília predominantemente muçulmana – um entreposto comercial lucrativo e estrategicamente vital que ligava o Norte de África à Europa e controlava o Mediterrâneo.^[70]

O que impulsionara o crescente poder em todos estes casos fora o comércio e o acesso a bens procurados. E, neste sentido, em última instância, pouco importava onde se traçava a linha divisória entre cristianismo e islão e saber se os melhores mercados se situavam em Constantinopla, Atil, Bagdade ou Bucara – ou, no século ^x_i, em Mahdia, Alexandria ou Cairo. Não obstante a insistência de muitas fontes sobre a importância da alta política e da religião, para grande parte dos mercadores e negociantes esses assuntos eram complicações que mais valia evitar. Com efeito, o problema não estava em fazer negócio ou com quem, mas como pagar por artigos de luxo que pudessem ser vendidos com um lucro saudável. Do século ^{viii} ao século ^x, o produto base haviam sido os escravos. Porém, à medida que as economias da Europa Ocidental e Oriental se tornaram mais robustas, galvanizadas por enormes fluxos de moedas de prata do mundo islâmico, as cidades cresceram e as suas populações aumentaram. E, ao fazerem-no, os níveis de interação intensificaram-se, o que, por sua vez, levou à procura da monetização, isto é, ao comércio

baseado em moeda – em vez de, por exemplo, peles. Enquanto esta transição decorria e as sociedades locais se tornavam mais complexas e sofisticadas, a estratificação desenvolveu-se e as classes médias urbanas emergiram. O dinheiro, mais do que os homens, começou a ser usado no comércio com o Oriente.

Numa imagem em espelho precisa, as forças magnéticas que atraíam homens da Europa faziam-se sentir também no Oriente. As fronteiras que as conquistas muçulmanas e a expansão para a Ásia Central haviam estabelecido começaram a dissolver-se no século ^x_i. As várias dinastias muçulmanas na Ásia Central havia muito que empregavam homens das estepes nos seus exércitos, como o fizera o califado de Bagdade – na mesma altura em que os imperadores de Constantinopla faziam o mesmo com homens da Europa do Norte e Ocidental. Dinastias como os samânidas haviam recrutado ativamente soldados nas tribos turcomanas, geralmente como *ghulām*, ou tropas escravas. Mas, enquanto se começou a depender mais destes soldados, não apenas nas fileiras, mas ocupando posições de comando, não tardou muito até que os oficiais mais graduados comesçassem a ponderar tomar eles próprios o poder. Era suposto que o serviço militar oferecesse oportunidades aos ambiciosos, não que lhes entregasse também a chave do reino.

Os resultados foram impressionantes. No início do século ^x_i, um novo império com centro em Gásni (agora, no Afeganistão Oriental) havia sido estabelecido pelos descendentes de um general escravo turcomano, que conseguiu pôr em campo um exército tão grande que um coevo o comparou a um enxame de «gafanhotos ou formigas, inúmeros e incomensuráveis, como a areia do deserto».[71] Os gasnávidas conquistaram terras que se estendiam do leste do Irão à Índia Setentrional e foram grandes mecenas das artes visuais e da literatura. Patrocinaram as obras de escritores ilustres como Firdawsī, autor do glorioso *Shāhnāma*, uma das joias da poesia persa medieval – ainda que investigações recentes sugiram que o grande poeta provavelmente não viajou à corte no Afeganistão para apresentar a sua obra em pessoa, como durante muito tempo se julgou.[72]

Os turcos caracânidas foram outros beneficiários do enfraquecimento central em Bagdade e estabeleceram controlo sobre Transoxiana, criando um reino a norte do Amudária (o grande rio Oxus que corre ao longo da fronteira dos atuais Uzbequistão e Turquemenistão) e concordando com os gasnávidas que o rio deveria assinalar a fronteira entre os respetivos territórios.^[73] À semelhança dos seus vizinhos, os caracânidas patrocinaram uma escola vibrante de eruditos. O texto mais famoso que sobreviveu é talvez o *Dīwān lughāt al-turk* («Coleção de Dialectos Turcomanos»), de Mahmūd al-Kāshgharī, que toma como centro do mundo a capital caracânida de Balāsāghūn, na Ásia Central, exposta num mapa que nos diz muito sobre o modo como este brilhante polímato via o mundo à sua volta.^[74]

Muitos outros textos fabulosamente ricos foram produzidos, obras que permitem adivinhar o refinamento – e preocupações – de uma sociedade rica e exuberante. Um texto que se distingue é o *Kutadgu Bilig* («O Livro da Sabedoria que Traz Felicidade Eterna»), escrito no final do século ^{XI}, em turcomano, por Yūsuf Khāss Hājib. Está recheado de conselhos que vão desde o dizer que é mais sensato um líder reagir aos problemas com calma em vez de ira a recomendações sobre como um magnata deverá organizar um bom banquete. Ao passo que os atuais livros de etiqueta arranham um tanto ao enunciarem o óbvio, é difícil não admirar o charme deste autor que escreveu há mil anos, incitando os soberanos a preparem-se bem para um bom banquete. «Mande limpar as taças e toalhas de mesa. Purifique a casa e a antecâmara e areje a mobília. Escolha comida e bebidas que sejam saudáveis, saborosas e limpas, para que os seus convidados possam comer até ficarem saciados.» Verifique que os copos estão bem empilhados, continuam os avisos, e trate de forma graciosa e generosa aqueles que chegarem tarde: ninguém deverá sair de um festim com fome ou a soltar imprecações.^[75]

Os potentados arrivistas precisavam destes conselhos – por se sentirem tão pouco à vontade como os magnatas novos-ricos dos dias de hoje, que querem o melhor *design* de interiores e a melhor comida e bebida na mesa quando chegam os seus convidados (não é possível errar, assegura o autor

de *Kutadgu Bilig*, servindo água com um travo de rosas em conserva). Alguns dos mais determinados, contudo, enjeitavam a ideia de estabelecer uma corte própria e de comer comida fina e, em vez disso, assestavam os olhos no maior prêmio de todos: Bagdade. A partir do final do século x, os seljúcidas, descendentes de um líder originário da constelação tribal Oguz (em grande parte baseada no atual Cazaquistão), começaram a ganhar ímpeto. Revelaram ser hábeis a mudar de fações em momentos oportunos, oferecendo os seus serviços a soberanos locais em troca de recompensas adequadas. Não tardou muito que esse processo se traduzisse em poder real. Entre o final da década de 1020 e final da década de 1030, os seljúcidas subjugaram destramente cidade após cidade, com Merv, Nixapur e Balkh a renderem-se à vez. Depois, em 1040, derrotaram os gasnávidas em batalha, infligindo em Dandanakan, uma derrota esmagadora ao seu inimigo, superior em números.[76]

A ascensão meteórica dos seljúcidas de soldados escravos a soberanos extraordinários confirmou-se em 1055, quando entraram em Bagdade a convite do califa e expulsaram a dinastia buída, impopular e pouco eficiente. Cunhou-se moeda com o nome do líder, Tughril Beg, e ordenou-se que se dissesse a *hutba* em seu nome – ou seja, que se pedisse a bênção para o seu governo durante as orações diárias. Uma outra marca que mostra a sua posição dominante em Bagdade e em todo o califado, Tughril recebeu dois novos títulos: *al-Sultān Rukn al-Dawla* e *Yamīn Amīr al-Mu'minīn* – «Pilar do Estado» e «Braço-Direito do Comandante dos Fiéis».[77]

Não deixava de ser irónico. Os nomes dos filhos dos fundadores epónimos da dinastia sugerem que os seljúcidas eram originariamente cristãos ou talvez mesmo judeus. Com nomes como Miguel, Israel, Moisés e Jonas, é provável que se encontrassem entre as populações nas estepes que haviam sido evangelizadas pelos missionários que o patriarca Timóteo refere ou então por mercadores que haviam introduzido o judaísmo junto dos cazares.[78] Ainda que a altura e circunstâncias da sua conversão ao islão não sejam claras, era evidentemente difícil manter crenças religiosas que estavam em minoria entre as massas muçulmanas sem perder legi-

timidade enquanto as últimas avançavam rapidamente. Se os seus sucessos tivessem sido mais lentos, o mundo poderia parecer muito diferente, com um Estado a emergir no Oriente liderado por soberanos que eram cristãos ou judeus. No caso, os seljúcidas optaram por converter-se. Não obstante, foram homens não muçulmanos à partida, vindos das franjas do califado, que passaram a ser os guardiães do legado de Maomé, defensores do islão e senhores de um dos mais poderosos impérios da História.

Ainda antes de os seljúcidas terem chegado ao poder na capital abássida, os bizantinos já estavam preocupados com a sua ascensão inexorável, que havia incitado outros nómadas da periferia a lançarem ataques cada vez mais ousados nos Balcãs, no Cáucaso e na Ásia Menor, surpreendendo as populações locais com a rapidez dos assaltos. Os seus cavalos, notou um comentador, eram «velozes como águias, com cascos sólidos como rochas». Assediavam as cidades «tão insaciavelmente como lobos esfomeados a devorar comida».[79]

Numa tentativa fracassada de unir defesas a oriente, o imperador Romano IV Diógenes saiu de Constantinopla com um grande exército, deparando-se com o desastre em 1071, em Manzikert, onde as forças bizantinas foram tomadas de surpresa e humilhadas. Numa famosa batalha ainda hoje celebrada como o momento do nascimento do Estado da Turquia, o exército imperial foi cercado e esmagado e o imperador feito prisioneiro. O líder seljúcida, Alp Arslan, obrigou o líder bizantino a deitar-se no chão e pôs o pé sobre o seu pescoço.[80]

Na verdade, os seljúcidas e o regime de Bagdade estavam muito menos preocupados com o Império Bizantino do que com o califado fatímida no Egito xiita. As duas forças depressa se confrontaram, digladiando-se pelo controlo de Jerusalém. Enquanto isso, estabeleceram-se relações com Constantinopla não só cordiais, mas de franco apoio, graças à conjugação de interesses mútuos de ambas as partes em refrear os bandos que passavam pela Ásia Menor e recorriam à estratégia clássica das estepes de atacar e pedir pagamentos em troca de paz. Para os bizantinos, isso ameaçava deslocar a frágil economia provincial; para os seljúcidas, que os senhores da guerra tivessem ideias demasiado ambiciosas para os seus

cargos representava um desafio à autoridade do líder. Ao longo de grande parte de duas décadas, o imperador e o sultão cooperaram, com discussões de alto nível sobre um potencial casamento que vinculasse os dois soberanos. Na década de 1090, porém, o equilíbrio foi posto em causa quando o mundo seljúcida conheceu uma crise de sucessão, deixando que líderes arrivistas elevassem a fasquia ao criarem feudos próprios que os tornaram praticamente independentes de Bagdade – e um grave espinho no flanco de Bizâncio.[\[81\]](#)

Com uma calamidade a seguir-se a outra, o Império Bizantino cristão rapidamente ficou prostrado. Com poucos trunfos a que lançar mão, o imperador tomou medidas drásticas: enviou apelos a grandes magnatas de toda a Europa, incluindo ao papa, Urbano II. Apelar ao papado era a tentativa desesperada de evitar que Bizâncio caísse no abismo, e não deixava de ter os seus riscos: quarenta anos antes, a tensão crescente entre as Igrejas de Roma e de Constantinopla resultara num cisma que excomungou patriarcas e imperadores e levou a que os padres se ameaçassem com os fogos ardentes do inferno. Ao passo que uma parte da discussão invocava questões de doutrina, particularmente a questão de saber se o Espírito Santo procede do Filho como do Pai, o cerne do problema era uma competição mais lata pelo controlo dos fiéis cristãos. Apelar ao papa significava passar por cima da dissensão e tentar reatar as relações – duas coisas mais fáceis de dizer do que fazer.[\[82\]](#)

Os enviados do imperador encontraram o papa Urbano II em Piacenza, em março de 1095, onde «imploraram ao Santo Padre e a todos os fiéis de Cristo que ajudassem na luta contra os pagãos pela defesa desta Santa Igreja, agora quase aniquilada naquela região pelos infiéis que a haviam conquistado até às muralhas de Constantinopla».[\[83\]](#) O papa percebeu de imediato o que estava em jogo e lançou-se à ação. Dirigindo-se ao norte dos Alpes, convocou um concílio em Clermont, onde anunciou que era o dever dos cavaleiros cristãos marchar em ajuda dos seus irmãos a oriente. Urbano II encetou então um cansativo périplo para granjear o apoio dos principais magnatas, sobretudo de França, bajulando e persuadindo-os a fazer parte de uma grande expedição que culminaria na Cidade Santa de Jerusalém. A

hora de necessidade por que passava o Oriente parecia poder trazer a unidade da Igreja.[\[84\]](#)

A chamada às armas ateou um incêndio que apenas esperava por acontecer. Números crescentes de peregrinos cristãos haviam visitado os Lugares Sagrados nas décadas que antecederam o apelo do papa. As notícias viajavam céleres num mundo em que havia extensas ligações entre a Europa Ocidental e Constantinopla. Com as rotas peregrinas praticamente fechadas por causa da deslocação na Ásia Menor e no Médio Oriente, e com relatos alarmantes a circular sobre os avanços turcos na Anatólia, que incluíam histórias explícitas sobre os sofrimentos dos cristãos no Oriente, muitos se convenceram de que o apocalipse estava próximo. A chamada às armas de Urbano II obteve uma reação maciça: em 1096, dezenas de milhares de homens partiram para Jerusalém.[\[85\]](#)

Como mostram as copiosas fontes, muitos daqueles que partiram para Oriente eram motivados pela fé e pelos relatos dos horrores e atrocidades que despertavam a sua empatia. Porém, ao passo que a Cruzada é sobretudo recordada como uma guerra religiosa, as suas implicações mais importantes eram mundanas. A primeira grande luta entre as potências europeias por posição, riquezas e prestígio em terras distantes estava prestes a começar, desencadeada pelo conhecimento dos prémios a obter. As coisas haviam mudado de tal modo que, subitamente, o ocidente estava a ponto de chegar mais perto do coração do mundo.

Rota para o paraíso

Em 15 de julho de 1099, Jerusalém rendeu-se aos cavaleiros da Primeira Cruzada. A viagem para Oriente fora quase insuportavelmente difícil. Muitos daqueles que partiram nunca chegaram à Cidade Santa, morreram em batalha, de doença, fome ou foram feitos prisioneiros. Quando os cruzados chegaram, por fim, a Jerusalém, choraram lágrimas de alegria e de alívio ao encontrarem as muralhas da cidade.^[1] Quando, finalmente, conseguiram penetrar estas últimas, após um cerco de seis semanas, os atacantes estavam preparados para derramar sangue. Segundo uma testemunha da carnificina que se seguiu, Jerusalém depressa ficou repleta de cadáveres, que formavam «montes mais altos do que as casas fora das portas da cidade. Nunca ninguém ouvira falar de um tal massacre».^[2] «Se lá tivesses estado», escreveu outro autor poucos anos mais tarde, «os teus pés teriam ficado manchados até aos tornozelos com o sangue dos mortos. O que posso dizer? Ninguém foi deixado vivo. Nem sequer as mulheres ou as crianças foram poupadas.»^[3]

As notícias da captura da Cidade Santa espalharam-se como um incêndio. Os líderes da expedição viram os seus nomes tornarem-se famosos da noite para o dia. Um, acima de todos, atraiu a imaginação do público: Boemundo, filho de uma lenda normanda, que fizera nome no sul de Itália e na Sicília, era a estrela dos relatos iniciais da Primeira Cruzada. Convenientemente bem-parecido, com olhos azuis, um queixo forte e delineado e um característico cabelo curto, Boemundo exibiu uma coragem e argúcia que

foram tópicos de conversa na Europa Ocidental. Quando regressou do Oriente, no início do século XII, foi celebrado como um herói, seguido para onde quer que fosse, e podia escolher entre várias candidatas a noivas que lhe eram postas à frente.^[4]

Boemundo parecia representar tudo o que era o novo mundo emergente. Da perspetiva dos cronistas latinos de então, era o perfeito talismã para uma transferência decisiva de poder do Oriente para o Ocidente. A cristandade fora salva pelos corajosos cavaleiros que haviam marchado milhares de quilómetros até Jerusalém. A Cidade Santa fora libertada pelos cristãos – não os cristãos gregos ortodoxos do Império Bizantino, mas os cristãos da Normandia, França e Flandres, que constituíam a esmagadora maioria da expedição. Os muçulmanos haviam sido expulsos de uma cidade que controlaram ao longo de séculos. Nas vésperas da Cruzada, pululavam as previsões sombrias de um apocalipse futuro; agora, eram substituídas por otimismo, por uma autoconfiança e ambição estridentes. Em cinco anos, as expectativas passaram de temer o fim do mundo a dar as boas-vindas ao início de uma nova era – uma era dominada pela Europa Ocidental.^[5]

Fundaram-se novas colónias no *Outremer* – literalmente, «ultramar» –, governadas por novos amos cristãos. Era uma expansão gráfica do poder europeu: Jerusalém, Trípoli, Tiro e Antioquia estavam sob o controlo dos europeus e eram governadas por leis consuetudinárias importadas do Ocidente feudal que abrangiam tudo, dos direitos à propriedade dos recém-chegados, à coleta de impostos e aos poderes do rei de Jerusalém. O Médio Oriente estava a ser reformado para funcionar como a Europa Ocidental.

Nos dois séculos que se seguiram, envidou-se um enorme esforço para preservar os territórios conquistados durante a Primeira Cruzada e no seu rescaldo. O papado tentou repetidas vezes persuadir os cavaleiros de que tinham a obrigação de defender a Terra Santa. Servir o rei de Jerusalém significava servir a Deus. Esta mensagem foi poderosamente articulada e amplamente divulgada, levando a que grandes números de homens se dirigissem para Oriente, alguns dos quais se tornaram cavaleiros templários – uma nova ordem bastante popular cuja zelosa combinação de serviço militar, devoção e piedade revelou ser inebriante e glamorosa.

A rota que levava a Jerusalém passou a ser a rota que levava ao próprio paraíso. Logo no início da Primeira Cruzada, em 1095, o papa Urbano II declarou que aqueles que levassem a cruz e se juntassem à expedição à Cidade Santa receberiam a absolvição de todos os seus pecados. Esta ideia desenvolveu-se no curso das campanhas, quando se passou a considerar que aqueles que caíam na batalha contra os infiéis estariam a caminho da salvação. Partir para Oriente era uma viagem nesta vida e uma forma de chegar ao paraíso na próxima.

Enquanto os relatos do triunfo do cristianismo, do papado e dos cavaleiros ressoavam nos púlpitos e nas tabernas, em sermões, cantos e versos no Ocidente cristão, no mundo muçulmano, a reação foi em grande medida de apatia. Ainda que tivessem sido envidados esforços concertados para lidar com os Cruzados antes da captura de Jerusalém e imediatamente depois, a resistência foi local e limitada. Alguns ficaram perplexos com esta atitude negligente. Supostamente, um juiz de Bagdade entrou de rompante na corte do califa para deplorar a ausência de reação à chegada dos exércitos europeus: «Como ousais dormir à sombra de uma segurança complacente», disse aos presentes, «levando vidas tão frívolas como as das flores num jardim, enquanto os vossos irmãos na Síria não têm onde dormir, salvo nas selas dos camelos e nas barrigas dos abutres?» Assistiu-se a uma aquiescência tácita em Bagdade e no Cairo, resultante da ideia de que a ocupação cristã talvez fosse melhor do que ter rivais xiitas ou sunitas a controlar a cidade. Embora o discurso tenha levado às lágrimas alguns dos homens que rodeavam o califa, a maior parte permaneceu impávida – e nada fez.[\[6\]](#)

O êxito da Primeira Cruzada não trouxe consolo aos judeus da Europa ou da Palestina, que haviam testemunhado uma violência chocante às mãos dos Cruzados supostamente nobres. Na Renânia, as mulheres, as crianças e os velhos haviam sido chacinados numa súbita escalada do antissemitismo na Europa. Os judeus pagaram o preço da reorientação do poder e atenção europeus em relação ao Oriente.[\[7\]](#) A sede de sangue prendia-se diretamente com a ideia de que os judeus eram os responsáveis pela crucificação de Cristo e que as terras de Israel deveriam ser detidas pelos

cristãos da Europa. E os europeus não deixariam que nada se opusesse à criação de outras ligações no Levante.

A Cruzada também está longe de ter sido uma história triunfal para os bizantinos. Por detrás do êxito militar da Cruzada e do seu protagonista-Boemundo estava uma história menos heroica – não de feitos gloriosos e êxitos espetaculares, mas da traição dúplice do império. Todos os líderes da expedição haviam conhecido pessoalmente o imperador Aleixo I quando passaram pela cidade imperial em 1096-1097 e haviam prestado juramento, sobre as relíquias da Santa Cruz, de que cederiam todos os territórios e cidades conquistados que antes houvessem pertencido a Bizâncio.^[8] À medida que a expedição se arrastava, Boemundo ficou obcecado em descobrir como se livrar desse compromisso e obter os prémios para si mesmo – o principal dos quais era a grande cidade de Antioquia.

Decidiu arriscar quando a cidade foi capturada após um cerco debilitante. Num dos mais dramáticos confrontos da época, foi intimado na Basílica de São Pedro, em Antioquia, e desafiado a defender a sua recusa em entregar a cidade ao imperador bizantino como prometido. Como Raimundo de Toulouse, o mais poderoso líder cruzado, solenemente recordou: «Jurámos sobre a Cruz de nosso Senhor, a cruz de espinhos e muitas relíquias sagradas que não ficaríamos com nenhum castelo ou cidade no domínio do imperador sem o seu consentimento.» Boemundo simplesmente declarou que os juramentos eram nulos porque Aleixo não cumprira a sua parte; e, com isso, recusou continuar a expedição.^[9]

É uma marca do brilhantismo da campanha de propaganda montada no século XII, que colocou Boemundo claramente no centro do triunfo da Cruzada, que não houvesse menção ao facto de o seu suposto herói não estar sequer perto da Cidade Santa quando esta caiu. Após um atraso de cerca de um ano a tentar resolver o impasse sobre Antioquia, o exército cruzado acabou por partir sem Boemundo. Enquanto os cavaleiros faziam uma procissão à volta de Jerusalém para agradecer a Deus antes de começarem o cerco, alguns descalços para mostrar a sua humildade, Boemundo estava a centenas de quilómetros de distância, soberano do seu novo prémio, que obteve por ter sido obstinado e implacável.^[10]

O feito de Boemundo em Antioquia e na região circundante resultava do conhecimento de que havia oportunidades excepcionais em oferta no Mediterrâneo Oriental. Neste sentido, a sua captura da cidade foi o passo seguinte num processo magnético que havia atraído homens ambiciosos e capazes da Europa Setentrional e Ocidental ao longo de décadas e séculos antes disso. A Cruzada pode ser lembrada como uma guerra religiosa, mas foi também uma forma de obter grandes fortunas e poder.

Não foram só os bizantinos que ficaram mal impressionados com a recusa de Boemundo de entregar Antioquia e com a sua conduta agressiva e maliciosa, que levou os seus apoiantes a espalharem histórias venenosas sobre Aleixo por toda a Europa. Outros haviam demonstrado pouco entusiasmo com a Cruzada logo de início – em particular, Rogério da Sicília, parte de uma geração mais antiga que havia granjeado fortuna por si mesma e não queria ver a sua posição posta em perigo. Segundo um historiador árabe, Rogério recusou os planos para atacar Jerusalém e tentou abrandar os espíritos daqueles que desejavam o estabelecimento de novas colónias cristãs no Mediterrâneo. Ao ouvir o plano para tomar Jerusalém, «Rogério levantou a perna e soltou um ruidoso traque. “Pela verdade da minha religião”, disse ele, “este traque tem mais serventia do que o que vocês têm para dizer”». Qualquer avanço contra os muçulmanos comprometeria as suas relações com as principais figuras no Norte de África muçulmano – para não falar dos problemas que criaria na própria Sicília, onde havia uma significativa população muçulmana –, causando fricção e interrompendo o comércio. À perda de receitas daí resultante acrescentar-se-ia a perda de receitas da produção agrícola, pelo que as exportações inevitavelmente sofreriam. «Se estão determinados a fazer guerra aos muçulmanos», disse ele, façam-na. Mas deixem a Sicília de fora.

[\[11\]](#)

O desassossego expressado por pessoas como Rogério da Sicília tinha as suas razões de ser. Os mercados mediterrâneos tornaram-se voláteis nas décadas que precederam a Cruzada. O poder de compra de Constantinopla havia caído rapidamente devido a uma grande crise financeira. O preço do índigo que era vendido em Alexandria, por exemplo, caiu em mais de 30

por cento só em 1094, e é razoável pensar que a pimenta, a canela e o gengibre sofreram um colapso semelhante – ainda que as fontes não o refiram explicitamente.[12] O lucrativo comércio entre o Norte de África e a Europa através da Palestina, que viu a venda de pau-brasil com um lucro de 150 por cento em 1085, deve igualmente ter-se contraído.[13] Estes choques súbitos na procura e na oferta podiam levar a uma oscilação selvagem dos preços – como o aumento abrupto do custo do trigo que se seguiu à conquista normanda da Sicília ou a quebra em quase metade do valor do linho por causa de um excesso de oferta em meados do século ^x_i. [14]

Estas flutuações dos preços e da riqueza pouco eram quando comparadas com as transformações do Mediterrâneo desencadeadas pelo impacto da Cruzada. Nos séculos ^x e ^x_i, escreveu o historiador norte-africano Ibn Khaldūn, as frotas muçulmanas dominavam de tal modo o Mediterrâneo que os cristãos nem sequer eram capazes de aí colocarem uma tábua a flutuar.[15] Porém, ainda que os muçulmanos dominassem o Mediterrâneo havia muito, estavam prestes a perder o controlo para novos rivais: as cidades-estado italianas eram os mais recentes acrescentos às grandes redes mercantes do Oriente.

Na verdade, Amalfi, Génova, Pisa e Veneza já davam provas do seu valor muito antes de 1090. No caso da última, o tráfico de escravos e de outros produtos levou a que se criassem fortes laços com as cidades da costa dálmata, como Zara, Trogir, Split e Dubrovnik, que serviam como bases ao longo do Adriático e mais além. Estes postos mercantes representavam mercados locais e providenciavam abrigos onde era possível interromper longas viagens. O facto de as comunas italianas terem colónias permanentes de mercadores em Constantinopla e noutras cidades em Bizâncio revela o seu crescente interesse em negociar com o Mediterrâneo Oriental.[16] E isso alimentou o crescimento económico de Itália, onde se geravam riquezas de tal ordem em Pisa, no final do século ^x_i, que o bispo e os cidadãos impuseram limites à altura das torres construídas por aristocratas desejosos de exhibir as suas fortunas.[17]

As cidades-estado italianas depressa perceberam que a captura de Jerusalém criaria interessantes possibilidades comerciais. Ainda antes de os cruzados terem chegado à Cidade Santa, Génova, Pisa e Veneza já tinham frotas na água que se dirigiam para a Síria e a Palestina. Em todos os casos, a iniciativa de se fazerem ao mar era o resultado direto ou dos apelos do papa à participação na empresa ou do impulso de defender cristãos de atrocidades horríveis que estavam a ser relatadas por testemunhas oculares e emissários de Bizâncio.[\[18\]](#) Mas, ao passo que as motivações espirituais eram um fator importante, depressa se tornou claro que também estavam a ser oferecidas recompensas materiais de monta. Os cruzados encontravam-se numa situação precária após a captura de Jerusalém, com necessidade extrema de provisões e desesperados por estabelecer laços de volta com a Europa. As frotas das cidades-estado gozavam de uma poderosa posição negocial quando se tratava de lidar com os novos senhores da Cidade Santa. Mais ainda graças à necessidade de os cruzados defenderem o litoral e portos como Haifa, Jafa, Acre e Trípoli, onde o poder marítimo se revelava essencial para um cerco bem-sucedido.

Estabeleceram-se acordos que garantiam fabulosos benefícios potenciais em troca de ajuda. Como recompensa por terem tomado parte do cerco a Acre, em 1100, por exemplo, foi prometida aos venezianos recém-chegados uma igreja e uma praça de mercado em todas as cidades capturadas pelos cruzados, bem como um terço de todos os despojos tirados ao inimigo e a isenção de todos os impostos. Era o perfeito exemplo do que um académico designou a combinação veneziana de «piedade e avidez».[\[19\]](#)

Quando Cesareia foi cercada em 1101, os genoveses estavam idealmente localizados para garantir um impressionante saque e termos favoráveis de comércio. A sua posição viu-se reforçada três anos mais tarde quando Balduíno I, rei de Jerusalém, lhes concedeu um vasto conjunto de isenções fiscais, bem como outros direitos legais e comerciais – como estar livre da jurisdição real em casos envolvendo a pena de morte. Os genoveses receberam também um terço da cidade de Cesareia, um terço da cidade de Arsuf e um terço de Acre – com uma generosa porção das receitas fiscais da última. O rei também se comprometeu a pagar um adiantamento anual a

Génova e a ceder um terço de futuras conquistas em troca de um apoio militar adequado.[\[20\]](#) Acordos como este eram sinais da fraqueza dos cruzados no Oriente; mas para as cidades-estado constituíram a base que as transformou de centros regionais em potências internacionais.[\[21\]](#)

Como se esperaria, estas recompensas vertiginosas desencadearam uma intensa competição entre Pisa, Génova e Veneza. Amalfi, que tardara em enviar navios para Oriente, não era capaz de competir e viu-se excluída do Grande Jogo que agora começava, à medida que os outros rivais lutavam por acesso, concessões e termos comerciais lucrativos. Logo em 1099, os pisanos e os venezianos digladiaram-se, com os últimos a afundarem vinte e oito navios de um esquadrão de cinquenta navios de Pisa ao largo de Rodes. Os reféns e navios capturados foram depois libertados numa mostra de magnanimidade, porque, segundo uma fonte tardia, os venezianos carregavam a cruz do Senhor não apenas bordada nas suas túnicas (como o papa havia instruído os cruzados), mas também gravada nas suas almas.[\[22\]](#)

A razão de ser desta contenda em particular residia no facto de, em 1092, Veneza ter recebido extensas concessões comerciais em todo o Império Bizantino como parte de uma grande estratégia do imperador Aleixo de estimular a economia. Com isto, os venezianos receberam pontões no porto de Constantinopla e uma isenção fiscal sobre as importações e exportações.[\[23\]](#) A primeira motivação dos venezianos sete anos mais tarde era assim a de manter Pisa fora deste mercado e, ao fazê-lo, proteger os termos muito atraentes que haviam sido negociados com o imperador. Como parte do acordo com Veneza, os pisanos foram obrigados a concordar que nunca mais entrariam em Bizâncio «para fazer comércio nem para lutar contra cristãos de nenhuma forma, salvo por razão de devoção ao Santo Sepulcro». Foi pelo menos assim que os venezianos reportaram o que acontecera.[\[24\]](#)

Implementar estes tratados era mais fácil em teoria do que na prática, e, com efeito, no início do século ^{xii}, o imperador bizantino concedera a Pisa os seus próprios privilégios que não diferiam muito daqueles que antes haviam sido outorgados a Veneza, ainda que não fossem tão generosos. Embora também recebessem um cais e ancoragem na capital imperial, os mercadores pisanos só receberam um desconto nas taxas alfandegárias, ao

invés de isenção total.[25] Tentava-se minimizar um monopólio que ameaçava dar aos venezianos uma vantagem excessiva sobre os seus concorrentes.[26]

As contendas entre as cidades-estado italianas pelo domínio comercial no Mediterrâneo Oriental eram frenéticas e implacáveis. Mas não tardou muito até que Veneza sobressaísse como clara vencedora. Isso devia-se, em grande medida, à posição geográfica da cidade no Adriático, o que significava um menor tempo de viagem para Veneza do que para Pisa ou Génova; também ajudava que as ancoragens nesta rota fossem melhores, tornando as viagens mais seguras, pelo menos depois de a área traiçoeira do Peloponeso ter sido enfrentada. Igualmente importante era que a economia de Veneza fosse mais forte e desenvolvida, bem como o facto de a cidade não ter concorrentes locais que a fizessem contrair – ao contrário de Pisa e de Génova, cuja intensa rivalidade as afastou a ambas do Levante em momentos cruciais, quando competiam pelo controlo das suas costas e, acima de tudo, do litoral da Córsega.[27]

Tudo isto redundou na vantagem de Veneza, quando um grande exército de cavaleiros ocidentais sofreu uma pesada derrota no que veio a ficar conhecido como a batalha do Campo de Sangue, em 1119, um revés que infligiu um duro golpe à viabilidade de Antioquia como cidade cruzada independente.[28] Com Pisa e Génova presas nas suas próprias disputas, enviaram-se apelos desesperados de Antioquia para o doge de Veneza a suplicar ajuda em nome de Jesus Cristo. O doge reuniu uma poderosa força porque, nas palavras de um generoso comentador coevo, os venezianos queriam, «com a ajuda de Deus, expandir Jerusalém e a área circundante, tudo em benefício e para a glória da cristandade».[29] É significativo, claro, que os pedidos de ajuda do rei Balduíno II fossem acompanhados pela promessa de novos e adicionais privilégios em troca.[30]

Os venezianos usaram esta abertura para dar uma lição aos bizantinos. O novo imperador João II, que sucedera ao seu pai Aleixo, em 1118, concluía que a economia doméstica recuperara o suficiente para justificar a recusa de renovar as concessões conferidas aos venezianos mais de duas décadas antes. Em resultado, a frota veneziana dirigiu-se para oriente, até

Antioquia, cercou Corfu e ameaçou mais ações se o imperador não renovasse a concessão. Seguiu-se um impasse até que o imperador recuou e confirmou os privilégios que o seu pai havia concedido.[31]

Este êxito foi superado pelos proveitos que o doge recebeu quando os seus barcos finalmente chegaram à Terra Santa. Aferindo a situação astutamente, os venezianos concederam um empréstimo aos líderes ocidentais em Jerusalém para lhes permitir pagar às suas forças e, assim, lançarem um ataque aos portos detidos pelos muçulmanos. Em troca, obteriam um prêmio valoroso. Veneza receberia uma igreja, uma rua e uma praça de bom tamanho em todas as cidades reais e baroniais no reino de Jerusalém. Seria paga uma taxa anual aos venezianos, garantida pelas futuras e substanciais receitas fiscais de Tiro, o principal posto comercial da região. Quando essa cidade caiu após um cerco em 1124, o estatuto de Veneza na região foi transformado pelas muitas e extensas concessões que se aplicariam em todo o reino de Jerusalém. Começando por ter apenas uma pequena presença, a cidade italiana granjeara uma posição tão forte que alguns perceberam que iria ameaçar a autoridade da Coroa e tentaram de imediato diminuir o impacto dos termos acordados.[32]

Este era, ostensivamente, um tempo de fé e de intensas convicções religiosas, um período marcado pelo autossacrifício em nome do cristianismo. Mas a religião tinha de seguir a par da *realpolitik* e de interesses financeiros – e a hierarquia da Igreja sabia-o. Quando o imperador bizantino João II tentou afirmar o seu poder sobre Antioquia, o papa emitiu uma declaração a todos os fiéis, dizendo que quem quer que ajudasse os bizantinos sofreria uma condenação eterna.[33] Isto tinha tudo que ver com manter os aliados de Roma contentes e pouco que ver com teologia ou doutrina.

Contudo, o melhor exemplo do cruzamento do espiritual com o material deu-se após a perda de Edessa para os muçulmanos, em 1144 – outro grande revés para os cruzados. Fizeram-se apelos por toda a Europa para tomar parte numa expedição que viria a ser a Segunda Cruzada. Bernardo de Claraval liderou os apelos, uma figura carismática e enérgica que era suficientemente realista para perceber que a remissão dos pecados e a

possibilidade da salvação pelo martírio poderiam não persuadir toda a gente a dirigir-se a oriente. «Aqueles de vós que são mercadores, homens rápidos a fechar negócio», escreveu numa carta amplamente divulgada, «deixai que aponte as vantagens desta grande oportunidade. Não as percais!». [34]

Em meados do século ^{xii}, as cidades-estado italianas exploravam lucrativamente as posições invejáveis que tão brilhantemente haviam construído no Oriente. Com acesso preferencial a Constantinopla, assim como às principais cidades na costa quer do Império Bizantino quer da Palestina, o progresso de Veneza estendia-se agora pelo Mediterrâneo Oriental, não apenas ao Levante, mas, passado pouco tempo, também ao Egito. Houve quem olhasse com inveja, como Caffaro, o mais famoso historiador genovês da Idade Média. Génova «estava adormecida e padecia de indiferença», escreveu funebremente sobre a década de 1150; era «como um navio a atravessar o mar sem navegador». [35]

Tratava-se de um exagero, o que revelava, em parte, a crítica do autor às poderosas famílias que dominavam a política genovesa. Na verdade, Génova também prosperava neste período. Além de garantir que os seus privilégios nas cidades dos cruzados eram regularmente afirmados, a cidade estabelecia laços com o Mediterrâneo Ocidental. Em 1161, acordou uma trégua com o califa almóada em Marrocos, que lhe providenciou acesso aos mercados e à proteção de assaltos. Na década de 1180, o comércio com o Norte de África representava mais de um terço da atividade comercial genovesa, e uma extensa infraestrutura de armazéns e albergues havia surgido ao longo do litoral para servir de apoio aos mercadores e permitir que os negócios decorressem a contento. [36]

Génova, Pisa e Veneza estimularam o crescimento de uma fiada de outras cidades à sua volta – como Kiev fizera na Rússia. Cidades como Nápoles, Perúgia, Pádua e Verona expandiram-se rapidamente, com os novos subúrbios a crescerem tão depressa que as muralhas das cidades eram repetidamente reconstruídas cada vez mais longe do centro. Ainda que seja difícil aferir o tamanho das populações na ausência de dados empíricos claros, não há dúvida de que o século ^{xii} viu um grande crescimento da

urbanização em Itália com o *boom* dos mercados, a formação de classes médias e a subida das receitas.[\[37\]](#)

Ironicamente, a base deste crescimento na época das Cruzadas residia na estabilidade e nas boas relações entre o mundo muçulmano e o mundo cristão, tanto na Terra Santa como noutras partes. Ainda que despontassem contendas regulares nas décadas após a captura de Jerusalém em 1099, foi só no final da década de 1170 que se assistiu a uma dramática escalada das tensões. De um modo geral, os cruzados aprenderam a lidar com as populações muçulmanas maioritárias que subjugavam e com outras mais além. Com efeito, o rei de Jerusalém refreava constantemente a sua aristocracia, impedindo-a de lançar incursões imprudentes a caravanas de passagem ou a cidades vizinhas que poderiam antagonizar os líderes locais ou incitar a uma grande reação de Bagdade ou do Cairo.

Alguns recém-chegados à Terra Santa tinham dificuldade em compreender isto, e, em consequência, eram um constante motivo de problemas, como o reconheceram os observadores locais. Os recém-chegados viam com incredulidade que o comércio com os «infiéis» ocorresse quotidianamente e levaram tempo a perceber que, na prática, as coisas não eram tão claramente definidas como haviam sido descritas na Europa. Com o tempo, os preconceitos esvaneceram-se: os ocidentais que estavam no Oriente havia algum tempo «são muito melhores do que os que chegaram recentemente», escreveu um autor árabe chocado com os hábitos rudes e pouco civilizados dos recém-chegados – bem como com as suas atitudes perante os não cristãos.[\[38\]](#)

Este modo de pensar também tinha o seu paralelismo muçulmano. Uma *fatwa*, ou declaração, emitida na década de 1140, urgia os muçulmanos a não viajarem para ocidente nem comerciarem com cristãos. «Se viajarmos para o país deles, o preço das mercadorias subirá, e eles arrecadarão grandes somas de dinheiro à nossa custa, que usarão para lutar contra os muçulmanos e atacar as suas terras.»[\[39\]](#) Regra geral, porém, apesar da fogosa retórica de uma parte e de outra, as relações eram notavelmente calmas e ponderadas. Com efeito, na Europa Ocidental, havia uma conside-

rável curiosidade sobre o islão. Mesmo no tempo da Primeira Cruzada, não tardou muito até que alguns formassem opiniões positivas sobre os turcos muçulmanos. «Se ao menos os turcos houvessem perseverado na fé de Cristo e na cristandade», escreveu melancolicamente o autor de uma das mais famosas histórias populares da expedição a Jerusalém – talvez até apontando para a história religiosa dos seljúcidas antes de se terem tornado muçulmanos –, «não se podia encontrar soldados mais fortes, ou mais corajosos, ou mais hábeis.»[40]

Também não levou muito tempo a que os feitos científicos e intelectuais do mundo muçulmano fossem ativamente procurados e devorados por estudiosos do Ocidente, como Adelardo de Bath.[41] Foi Adelardo quem rebuscou as bibliotecas de Antioquia e Damasco e trouxe cópias de tábuas algorítmicas que formaram o fundamento do estudo da matemática no mundo cristão. Viajar nesta região era como ver pela primeira vez. Quando voltou a casa, Adelardo «achou os príncipes bárbaros, os bispos ébrios, os juízes subornáveis, os patrões duvidosos, os clientes eram sicofantas, os que faziam promessas mentiam, os amigos eram invejosos e quase toda a gente tinha ambição a mais».[42] Estas opiniões eram formadas a partir do reconhecimento otimista da sofisticação oriental quando comparada com as limitações culturais do Ocidente cristão. As opiniões de Adelardo eram partilhadas por outros – como Daniel de Morley, que abandonou a Inglaterra para estudar em Paris no final do século XII. Os intelectuais supostamente austeros nessa cidade bajulavam para enganar, deixando-se ficar «imóveis como estátuas, fingindo exhibir sabedoria permanecendo em silêncio». Percebendo que nada teria a aprender com esses homens, Daniel mudou-se para a Toledo muçulmana, «tão depressa quanto podia, para que pudesse ouvir os filósofos mais sábios do mundo».[43]

As ideias orientais eram procuradas com avidez, ainda que de forma irregular. Pedro, o *Venerável*, abade de Cluny, que era o centro do pensamento teológico e intelectual na França medieval, encomendou a tradução do Alcorão, para que ele e outros eruditos cristãos pudessem mais bem entendê-lo – e, admitiam, para o usar de forma a reforçar opiniões

prévias sobre o islão como sendo desviante, vergonhoso e perigoso.^[44] Os europeus ocidentais não se viravam apenas para terras muçulmanas à procura de inspiração. Textos produzidos em Constantinopla foram também traduzidos para latim, como os comentários à *Ética a Nicómaco*, de Aristóteles, encomendada por Ana Comnena, filha de Aleixo I, que acabaram por chegar a Tomás de Aquino – e daí para a filosofia cristã mais divulgada.^[45]

Do mesmo modo, não foi apenas o comércio com os muçulmanos que esteve no centro do florescimento económico e social da Europa no século XII, pois Constantinopla e o Império Bizantino eram grandes propulsionadores do comércio no Mediterrâneo cristão – responsáveis por metade do comércio internacional de Veneza, a julgar pelos documentos que subsistem deste período.^[46] Ainda assim, ao passo que o vidro, metais, azeite, vinho e sal de Bizâncio eram exportados para os mercados de Itália, Alemanha e França, os produtos mais prezados, procurados e lucrativos eram trazidos de mais longe.

A procura de seda, algodão, linho e tecidos produzidos no Mediterrâneo Oriental, na Ásia Central ou na China era enorme, como evidenciam os inventários, listas de vendas e tesourarias de igrejas na Europa Ocidental.^[47] As cidades do Levante capitalizavam com os mercados emergentes – com Antioquia a estabelecer-se como entreposto comercial, onde os tecidos podiam ser enviados para o Ocidente, mas também como centro de produção de direito próprio. Os têxteis desta cidade, como o «Tecido de Antioquia», eram publicitados com tanto êxito e tornaram-se tão desejáveis que o rei Henrique III de Inglaterra (que governou entre 1216-1272) tinha «Aposentos de Antioquia» em cada uma das suas principais residências: a Torre de Londres, os palácios de Clarendon e de Winchester e Westminster.^[48]

As especiarias também começaram a chegar à Europa vindas do Oriente em volumes cada vez maiores. Começavam por chegar a três entrepostos primários – Constantinopla, Jerusalém e Alexandria – e, depois, eram enviadas para as comunas das cidades italianas e para mercados na Alemanha, França, Flandres e Grã-Bretanha, onde a venda de bens exóticos

traziam gordos lucros. Em alguns aspetos, o desejo de comprar luxos caros do Oriente era um processo semelhante à procura por parte dos nómadas das estepes das sedas da corte chinesa: no mundo medieval, como hoje, os mais ricos precisavam de se diferenciar exibindo o seu estatuto. Ainda que o comércio de objetos e bens caros envolvesse apenas uma pequena parte da população, era importante, porque permitia a diferenciação – e assim revelava a mobilidade social e as aspirações de singrar na vida.

Ao passo que Jerusalém tinha um papel totémico como ponto central da cristandade, desempenhava também um papel como centro de comércio de direito próprio, ainda que a cidade de Acre a superasse nesse domínio. Uma lista de impostos a serem cobrados no reino no final do século ^{xii} dá uma ideia pormenorizada do que podia aí ser comprado e deixa adivinhar a atenção cerrada de uma chancelaria sofisticada e ansiosa por não perder receitas fiscais valiosas. Eram cobradas taxas à venda de pimenta, canela, alúmen, verniz, noz-moscada, linho, cravo-da-índia, madeira de aloé, açúcar, peixe salgado, incenso, cardamomo, amoníaco, marfim e muitos mais produtos.^[49] A maioria destes não tinha origem na Terra Santa, mas por aí transitava através das rotas mercantes controladas pelos muçulmanos – incluindo pelos portos do Egito, que exportavam um impressionante catálogo de especiarias, têxteis e objetos de luxo, segundo um tratado fiscal árabe deste período.^[50]

Assim, ironicamente, as Cruzadas não serviram apenas para estimular as economias e sociedades da Europa Ocidental; também enriqueceram os intermediários muçulmanos que perceberam que os novos mercados podiam oferecer ricas recompensas. Um dos intermediários mais astutos foi Rāmisht de Sīrāf, no Golfo Pérsico, que fez fortuna no início do século ^{xii}. O seu génio residia em dar conta da procura crescente, agindo como intermediário para bens que vinham da China e da Índia, com um dos seus agentes a enviar bens por via marítima no valor de meio milhão de dinares só num ano. A sua riqueza era lendária – como também a sua generosidade. Pagou uma fonte de ouro para substituir outra feita de prata na Caaba, em Meca, e financiou pessoalmente a compra de um novo tecido – um tecido chinês, cujo «valor não pode ser estimado», segundo um relato desta

época – para envolver a Caaba depois de o tecido original ter sido danificado. As suas boas ações valeram-lhe a rara distinção de ser enterrado em Meca, onde, na sua lápide, se lê: «Aqui jaz o armador Abu'l-Qāsim Rāmish; que Deus tenha misericórdia dele e de quem pedir misericórdia por ele.»[51]

As riquezas em jogo inevitavelmente conduziram a uma intensificação das rivalidades e a um novo capítulo no Grande Jogo medieval: a busca da primazia no Mediterrâneo Oriental a todo o custo. Na década de 1160, a competição entre as cidades-estado italianas era tão acentuada que as batalhas entre venezianos, genoveses e pisanos se travavam nas ruas de Constantinopla. Não obstante as tentativas por parte do imperador bizantino de intervir, a violência passou a ser regular. Este era presumivelmente o resultado de uma crescente competição comercial e a consequência da queda dos preços: as posições comerciais tinham de ser defendidas, à força, se necessário.

O egoísmo das cidades-estado antagonizou os habitantes da capital, tanto por causa dos danos à propriedade da cidade como porque a crispação era cada vez mais evidente também noutros lados. Em 1171, o imperador bizantino reagiu à crescente desilusão ao mandar prender milhares de venezianos e ignorando apelos a compensações, sem nunca se desculpar pelas suas ações unilaterais e não anunciadas. Quando o doge Vitale Michiel se viu incapaz de resolver o problema após ter navegado até Constantinopla em pessoa, a situação em Veneza tornou-se febril. Com multidões à espera de ouvir notícias positivas, a desilusão transformou-se em ira que deu lugar à violência. Tentando escapar ao seu próprio povo, o doge fugiu para convento de San Zaccaria; antes de conseguir lá chegar, a multidão apanhou-o e linchou-o.[52]

Os bizantinos já não eram os aliados e benfeitores de Veneza, mas rivais e concorrentes de direito próprio. Em 1182, os habitantes de Constantinopla atacaram os cidadãos das cidades-estado italianas que viviam na capital imperial. Muitos foram mortos, incluindo o representante da Igreja Latina, cuja cabeça foi arrastada pelas ruas da cidade atrás de um cão.[53] Este foi apenas o início de crescentes animosidades entre os cristãos de ambas as

metades da Europa. Em 1185, Tessalónica, uma das mais importantes cidades do Império Bizantino, foi saqueada por uma força ocidental do sul de Itália. O Ocidente arpoara o Mediterrâneo Oriental com a Primeira Cruzada; agora, puxava a presa para si.

Para alguns, porém, as tensões ofereciam uma oportunidade. O destino de um brilhante general chamado Salāh al-Dīn al-Ayyubī estava em ascensão no Egito há já algum tempo. Com bons contactos, uma mente astuta e não pouco charme, o homem mais conhecido como Saladino reconheceu que o conflito em Constantinopla podia resultar em seu benefício. Moveu-se depressa para reconciliar os bizantinos, fazendo questão de convidar o patriarca grego de Jerusalém a visitar Damasco, tratando-o com conspícua generosidade para demonstrar que Saladino, mais do que os cristãos do Ocidente, era o aliado natural do império.[\[54\]](#)

No final da década de 1180, o imperador bizantino Isaac II estava em termos suficientemente próximos para escrever «ao [meu] irmão, o sultão do Egito, Saladino», para partilhar relatos de informações secretas com ele, avisando que os rumores sobre as intenções do império espalhados pelos seus inimigos não tinham fundamento e pedindo a Saladino que considerasse enviar apoio militar contra os ocidentais.[\[55\]](#) O sentimento antiocidental fermentava em Constantinopla havia décadas. Um escritor de meados do século ^{xii} declarou que os homens da Europa Ocidental não mereciam confiança, eram rapaces e estavam dispostos a vender a própria família em troca de dinheiro. Ainda que muitos alegados peregrinos proclamassem a sua devoção, escreveu a filha de um imperador, só a avidez os motivava. Estavam constantemente a planear capturar a cidade imperial, danificar a reputação do império ou maltratar os seus pares cristãos.[\[56\]](#) Era uma história que se expandiria e cimentaria na consciência bizantina em finais do século ^{xii} e, sobretudo, após 1204.

Esta perspectiva encontrava eco na própria Terra Santa, onde os cavaleiros eram tão violentos e irresponsáveis que era quase como se tivessem sido tomados por um desejo de morte. Uma e outra vez, no século ^{xii}, figuras de vulto tomaram decisões imbecis, entraram em lutas fátuas uns com os

outros e não se prepararam para a tempestade que se aproximava, apesar dos evidentes sinais de aviso. A sua conduta divertiu um visitante muçulmano da Península Ibérica neste período. É espantoso ver, escreveu Ibn Jubayr, que «os fogos da discórdia ardem» entre cristãos e muçulmanos quando se trata de política e de lutas; mas quando chega a vez do comércio, os viajantes «vão e vêm sem interferência».[57]

Os mercadores tinham a sua segurança garantida para onde quer que fossem, independentemente da sua fé e de se estar em guerra ou paz. Este era o resultado, escreveu o autor, de uma boa relação de trabalho, em que os tratados fiscais mútuos, assim como castigos graves, garantiam a cooperação. Aos mercadores latinos que não respeitassem os acordos e infringissem os limites, mesmo que só «pelo comprimento de um braço», era-lhes cortada a garganta pelos seus pares cristãos ansiosos por não perturbar os muçulmanos, ou pôr em causa laços comerciais duradouros. Ibn Jubayr mostrou-se divertido e impressionado. É «uma das convenções mais agradáveis e singulares dos [ocidentais]».[58]

Enquanto a corte de Jerusalém se virava sobre si mesma, as lutas internas entre facções rivais tornaram-se endémicas, criando as condições perfeitas para a ascensão de figuras ambiciosas e sem escrúpulos que prometiam um êxito irrealista e causavam grandes danos às relações entre cristãos e muçulmanos. Entre essas, a principal era Reinaldo de Châtillon, cuja insensatez contribuiu quase exclusivamente para o colapso do reino de Jerusalém.

Reinaldo, veterano da Terra Santa, reconheceu que a pressão aumentava à medida que a posição de Saladino no Egito se fortalecia – especialmente depois de este ter começado a controlar grandes partes da Síria, assim cercando o reino cristão. As tentativas de Reinaldo para mitigar a ameaça falharam espetacularmente. A sua decisão temperamental de atacar o porto de Aqaba, no mar Vermelho, provocou reações quase históricas entre os comentadores árabes, que gritavam que Medina e Meca estavam sob ameaça e que o apocalipse e o fim dos tempos estavam próximos.[59]

Estas jogadas não se limitavam a antagonizar Saladino, fariam crescer o seu prestígio e popularidade se este conseguisse desferir um golpe aos

Estados Cruzados. De todos os cristãos do Oriente, escreveu um autor muçulmano de então, Reinaldo era «o mais pérfido e malvado [...], o mais pronto a causar dano e a agir mal, a quebrar promessas firmes e juramentos sérios, a violar a sua palavra e a cometer perjúrio». Saladino jurou «que lhe tiraria a sua vida».[60]

Depressa teve a sua oportunidade. Em julho de 1187, os cavaleiros do reino cruzado de Jerusalém foram cercados nos Cornos de Hattin, onde Saladino os superou em manobras, planos e lutas numa batalha que deixou quase todos os guerreiros ocidentais mortos ou cativos. Os membros das ordens militares que haviam sido feitos prisioneiros, em particular os hospitalários e os templários – ordens pouco dispostas a chegar a um compromisso quando lidavam com comunidades não cristãs –, foram sumariamente executados. Saladino procurou Reinaldo em pessoa e decapitou-o. Se Reinaldo foi ou não o principal responsável pela derrota dos cruzados é uma questão em aberto, mas foi um conveniente bode expiatório para os latinos derrotados e para os muçulmanos vitoriosos. Qualquer que seja a verdade, ainda mal tinham passado dois meses sobre a batalha quando Jerusalém se rendeu pacificamente aos muçulmanos e abriu as suas portas, depois de se ter estabelecido que os habitantes da cidade seriam poupados.[61]

A queda da cidade foi um golpe humilhante para o mundo cristão e um grande retrocesso para as ligações da Europa com o Oriente. O papado recebeu mal as notícias – Urbano III, aparentemente, caiu morto ao saber da derrota em Hattin. O seu sucessor, Gregório VIII, encarregou-se de encontrar as razões. A Cidade Santa caíra, anunciou aos fiéis, não apenas por causa dos «pecados dos seus habitantes, mas também [por causa] dos nossos e dos pecados de toda a cristandade». O poder dos muçulmanos estava em ascensão, avisou, e avançaria a menos que fosse detido. Apelou a reis, príncipes, barões e cidades que se digladiavam para que pusessem as diferenças de lado e reagissem ao que acontecera. Era uma admissão franca de que, apesar de toda a retórica segundo a qual os cavaleiros eram movidos apenas pela fé e pela piedade, a realidade era que o egoísmo, as rivalidades e escaramuças locais estavam na ordem do dia. Jerusalém caíra, disse o

papa, porque os cristãos não defenderam aquilo em que acreditavam. O pecado e o mal tinham-nos subjugado.[62]

Esta mensagem estridente e provocadora teve um efeito imediato, e não tardou muito até que os três homens mais poderosos do Ocidente comessem os preparativos para lançar uma expedição de retaliação. Com Ricardo I, de Inglaterra, Filipe II, de França, e o poderoso Frederico *Barba-Ruiva*, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, a fazerem um voto de que iriam recuperar a Cidade Santa, parecia razoável pensar que se poderia não só retomar Jerusalém, mas também restabelecer a posição cristã no Médio Oriente. Os esforços de 1189-1192, porém, foram um fiasco. Frederico afogou-se ao atravessar um rio na Ásia Menor, a quilómetros de distância do teatro de combate proposto. Seguiram-se ferozes discussões entre os líderes sobre os objetivos estratégicos, e as discordâncias quase levaram os exércitos a um impasse. Um bom exemplo foi a tentativa de Ricardo, *Coração de Leão*, de retirar a expedição de Jerusalém em si e, em vez disso, focá-la na ocupação do Egito – um prémio mais rico e succulento. A campanha conseguiu assim poucos ganhos duradouros e não fez pressão sobre Jerusalém. Com efeito, antes de os líderes se terem dirigido para casa, a sua atenção centrou-se notoriamente em Acre, o principal entreposto no Levante – que não tinha valor de um ponto de vista bíblico ou religioso.[63]

Quase uma década mais tarde, seguiu-se nova tentativa de recuperar a Terra Santa. Desta vez, Veneza seria a pedra basilar do assalto, transportando homens de navio para o Oriente. Inicialmente relutante em ajudar, o doge foi persuadido a apoiar a iniciativa depois de receber garantias de que os custos de construir a frota que transportaria o número maciço de tropas necessárias para a expedição seriam financiados pelos participantes. Os venezianos também insistiram em designar a direção da campanha futura, ordenando que a frota se dirigisse para o Egito em vez dos portos que serviam Jerusalém. Esta decisão, segundo um observador envolvido no planeamento, «era um segredo bem guardado; ao público, anunciou-se que íamos atravessar os mares».[64]

A expedição proposta combinava o melhor de dois mundos: a salvação espiritual e a promessa de avultadas recompensas para aqueles que

participassem. A riqueza do Egito era lendária. O seu povo «dedicava-se a uma vida de luxo», escreveu um autor deste período, e era fabulosamente rico, em resultado dos «impostos das cidades da costa e do interior». Estas, notou com um suspiro, produziam «uma grande receita anual».[65]

Os venezianos tinham perfeita noção do que estava em jogo, pois as artérias tradicionais que ligavam a cidade ao Oriente eram presas de sublevações e incerteza. Com a turbulência que se seguira aos êxitos de Saladino e o concomitante período de instabilidade em Bizâncio, Veneza estava desesperada por obter acesso a Alexandria e aos portos na foz do Nilo, lugares onde tradicionalmente a sua presença fora diminuta: antes de 1200, talvez apenas 10 por cento do comércio veneziano fosse feito com o Egito.[66] A cidade perdera para Pisa e Génova, ambas com vantagens decisivas sobre a sua rival italiana em volumes de comércio e nas conexões que haviam estabelecido com o comércio que passava pelo mar Vermelho – em vez de passar por terra para Constantinopla e Jerusalém.[67] Em grande parte, os prémios em jogo explicam os riscos que Veneza assumiu ao concordar construir uma enorme frota, o que implicou suspender todos os outros empreendimentos durante praticamente dois anos.

Depressa se tornou claro, porém, que o número daqueles que queriam participar estava muito abaixo das expectativas – deixando Veneza perigosamente exposta. Os cruzados foram surpreendidos pelos eventos, improvisando políticas à medida que avançavam. Em 1202, a frota chegou a Zara na costa dálmata, uma cidade que estivera no centro de uma disputa prolongada entre Veneza e Hungria. Quando se tornou claro que estava iminente um ataque, os cidadãos confusos hastearam estandartes marcados com cruces sobre as muralhas, pressupondo que houvera um mal-entendido e recusando-se a acreditar que uma força cristã atacasse uma cidade cristã sem provocação – e contra as ordens expressas do papa Inocêncio III. A cidade não foi poupada; Veneza exigiu a sua libra de carne aos cavaleiros.[68]

Enquanto os cruzados ponderavam como iriam justificar estas ações e discutiam o que fazer a seguir, surgiu uma oportunidade imperdível, quando um dos pretendentes ao trono de Bizâncio se ofereceu para recompensar o

exército generosamente se este o ajudasse a tomar o poder em Constantinopla. As forças que inicialmente se haviam dirigido para o Egito pensando que estariam a ir para Jerusalém deram por si junto das muralhas da capital bizantina, a calcular as suas opções. Enquanto as negociações com as fações dentro da cidade se arrastavam, a discussão entre os cruzados passou a centrar-se em como tomar a cidade e, acima de tudo, como dividi-la e ao resto do império.[\[69\]](#)

Veneza já aprendera a guardar zelosamente os seus interesses no Adriático e no Mediterrâneo; e reforçara a sua posição tomando controlo direto sobre Zara. Aqui estava a oportunidade de obter o melhor prémio de todos e, com isso, de garantir acesso direto ao Oriente. No final de março de 1204, os homens começaram a colocar-se em posição para cercar Nova Roma. O assalto declarado começou na segunda semana de abril. Escadas, aríetes e catapultas pensadas para tomar cidades aos muçulmanos foram, em vez disso, usadas contra aquela que era de longe a maior cidade cristã do mundo. Navios que haviam sido concebidos e construídos para bloquear os portos do Egito e do Levante foram usados para cortar o acesso marítimo do famoso Corno de Ouro, à vista da grande catedral de Hagia Sophia. Na véspera da batalha, os bispos reconfortaram os ocidentais dizendo que a guerra «era justa e que os [bizantinos] deviam ser atacados». Referindo-se às disputas doutrinárias que subiam à superfície com conveniente regularidade sempre que estavam em jogo outras questões, mais materiais, os padres disseram que os habitantes de Constantinopla podiam ser atacados porque haviam declarado que «a lei de Roma não contava para nada e porque chamavam cães a todos aqueles que acreditavam nela». Os cruzados ouviam dizer que os bizantinos eram piores do que os judeus; «eram os inimigos de Deus».[\[70\]](#)

Quando se abriram brechas nas muralhas, seguiram-se cenas caóticas assim que os ocidentais tomaram a cidade. Caindo num delírio religioso pelas palavras venenosas que lhes eram repetidas, os ocidentais saquearam e profanaram as igrejas da cidade de forma particularmente exaustiva. Assaltaram os tesouros de Hagia Sophia, roubando os relicários cravejados

de pedras preciosas que continham as relíquias de santos e brincando com a lança que perpassara o flanco de Jesus na cruz. As pratas e os objetos de metais preciosos foram tomados. Conduziram-se cavalos e burros até dentro da igreja para os carregar com o saque, e alguns escorregavam no pavimento de mármore polido que estava poluído com «sangue e imundície». Num paroxismo de violência, uma prostituta arruaceira foi levada a sentar-se no assento do patriarca e a cantar canções obscenas. Para uma testemunha bizantina, os cruzados não faziam senão antecipar a vinda do Anticristo.[\[71\]](#)

Há fontes em abundância que indicam que estes relatos não são exagerados. Um abade ocidental foi diretamente à Igreja do Pantocrator (Cristo Todo-Poderoso), fundada no século ^{xii} pela família imperial. «Mostra-me as mais poderosas relíquias em vossa posse», ordenou a um padre, «ou morrerás de imediato.» Encontrou uma arca cheia de tesouros eclesiásticos, em que «avidamente mergulhou as duas mãos». Quando outros lhe perguntaram onde tinha ele estado, e se roubara alguma coisa, tudo o que respondia, com um aceno e um sorriso, era «fizemos bem».[\[72\]](#)

Não surpreende assim que, quando um habitante bizantino deixou a cidade, atirou-se ao chão e chorou e admoestou as muralhas, porque «só estas permaneciam imóveis, não choravam nem jaziam destruídas no chão; permaneciam de pé, muito verticais». Era como se troçassem dele: como é que não tinham protegido a cidade? A própria alma da cidade foi devastada pelas tropas brutais em 1204.[\[73\]](#)

As riquezas físicas de Constantinopla foram levadas para igrejas, catedrais, mosteiros e coleções privadas um pouco por toda a Europa Ocidental. As esculturas de cavalos que haviam encimado orgulhosamente o Hipódromo foram carregadas em navios e transportadas para Veneza, montando-as acima da entrada da catedral de São Marcos; inúmeros objetos preciosos e relíquias acabaram igualmente transportados para Veneza, onde permanecem ainda hoje, admirados por turistas como exemplos dos mais sofisticados ofícios da arte cristã, em vez de saque de guerra.[\[74\]](#)

Como se não bastasse, quando Enrico Dandolo, o velho doge cego que saíra de Veneza para assistir ao ataque a Constantinopla, morreu no ano

seguinte, decidiu-se que deveria ser enterrado em Hagia Sophia. Foi a primeira pessoa na História a ser enterrada na grande catedral.[75] Era uma afirmação altamente simbólica, que dizia muito acerca da ascensão da Europa. Ao longo de séculos, os homens haviam olhado o Oriente para fazerem as suas fortunas e concretizar as suas ambições – espirituais ou materiais. O saque e a captura da maior e mais importante cidade da cristandade mostravam que nada deteria os europeus quando iam atrás do que queriam – e daquilo de que precisavam – para chegar mais perto do centro onde estavam a riqueza e o poder do mundo.

Ainda que se parecessem com homens, os ocidentais agiam como animais, escreveu um proeminente clérigo grego funebremente, acrescentando que os bizantinos foram tratados com uma crueldade abissal, com virgens violadas e vítimas inocentes empaladas. O saque à cidade foi de tal modo brutal que um académico de hoje escreveu sobre uma «geração perdida» nos anos que se seguiram à Quarta Cruzada, quando o aparato imperial bizantino se viu forçado a reagrupar-se em Niceia, na Ásia Menor.[76]

Entretanto, os ocidentais começaram a dividir o império entre si. Após consultarem os registos fiscais de Constantinopla, produziram um novo documento intitulado *Partitio terrarum imperii Romaniae* – «Partição das terras do Império Romano» –, estipulando quem ficaria com o quê. Não foi um processo accidental ou deixado ao acaso; era um desmembramento frio e calculado.[77] Desde o início, homens como Boemundo haviam demonstrado que as Cruzadas – que prometiam defender a cristandade, fazer a obra do Senhor e levar a salvação a quem aceitasse a cruz – podiam ser usadas para outros fins. O saque de Constantinopla foi o culminar óbvio do desejo da Europa de se ligar e incorporar no Oriente.

À medida que o Império Bizantino era desmantelado, os europeus, liderados pelas cidades-estado italianas de Pisa, Génova e Veneza, correram para assegurar regiões, cidades e ilhas estratégica e economicamente importantes, à custa uma das outras. As frotas confrontavam-se amiúde ao largo de Creta e de Corfu quando tentavam assumir o controlo das melhores bases e obter o melhor acesso aos mercados.[78] Também em terra se

assistiu a disputas por território e estatuto, que foram particularmente ferozes nas planícies férteis da Trácia, o celeiro de Constantinopla.[79]

As atenções depressa se viraram para o Egito, que, em 1218, se tornou o foco de uma outra expedição de grande monta cujo objetivo era lutar através do Delta do Nilo até chegar a Jerusalém. Francisco de Assis juntou-se aos exércitos que rumaram a sul, na esperança de persuadir o sultão al-Kāmil a renunciar ao islão e tornar-se cristão – algo que mesmo o carismático Francisco não logrou, apesar de lhe ter sido dada a oportunidade de se encontrar pessoalmente com o sultão.[80] Depois de tomarem Damietta, em 1219, os cruzados tentaram marchar para o Cairo, o que terminou numa derrota desastrosa às mãos do não convertido al-Kāmil, que, em última instância, levou à paragem ignominiosa da expedição. Enquanto os líderes consideravam uma oferta para chegarem a acordo e discutiam entre si sobre o melhor curso de ação perante a pesada derrota, chegaram relatos do que parecia ser não menos do que um milagre.

Os cruzados receberam a notícia de que um grande exército marchava desde o interior da Ásia para ajudar os cavaleiros ocidentais contra o Egito. Esmagando toda a oposição enquanto avançava, o exército vinha em ajuda dos cruzados. A identidade dessa força a caminho tornou-se imediatamente evidente: eram os homens de Preste João, o líder de um reino vasto e fabulosamente rico, cujos habitantes incluíam amazonas, brâmanes, tribos perdidas de Israel e uma quantidade de figuras míticas e semimíticas. Preste João ostensivamente governava um reino que não só era cristão, como estava o mais perto possível do céu. As cartas que começaram a aparecer no século XII deixam poucas dúvidas sobre a magnificência da sua glória ou do seu reino: «Eu, Preste João, sou amo dos amos, e tenho mais riqueza, virtude e poder do que todos os reis do mundo inteiro [...]. Leite e mel correm livremente nas nossas terras; os venenos não matam, nem os sapos coaxam ruidosamente. Não há escorpiões nem serpentes à espreita na relva.» Era um reino rico em esmeraldas, diamantes, ametistas e outras pedras preciosas, bem como em pimenta e elixires que combatiam todas as doenças.[81] Os rumores desta chegada foram suficientes para afetar as

decisões tomadas no Egito: os cruzados tinham apenas de aguardar, e a vitória estaria garantida.[\[82\]](#)

Esta veio a ser uma lição para a experiência europeia da Ásia. Não sabendo em que acreditar, os cruzados deram grande crédito a rumores que ecoavam relatos que circulavam havia décadas após a derrota do sultão Ahmad Sanjar na Ásia Central, na década de 1140. Este incidente dera azo a ideias impossivelmente rebuscadas e otimistas sobre o que estava para lá do Império Seljúcida. À medida que as notícias passaram pelo Cáucaso sobre forças que avançavam como o vento, os rumores depressa se tornaram factos: dizia-se que os «magos» rumavam para ocidente levando cruces e tendas portáteis que, uma vez abertas, se transformavam em igrejas. A libertação da cristandade parecia estar próxima.[\[83\]](#) Um destacado clérigo de Damietta disse-o em termos inequívocos, pregando que «David, rei das duas Índias, se apressava a vir em ajuda aos cristãos, trazendo consigo povos ferozes que devorarão os sacrílegos sarracenos como animais».[\[84\]](#)

Depressa se tornou claro que estes relatos estavam enganados. O rumor que se ouvia a oriente não era Preste João, nem o seu filho «Rei David», nem um exército cristão a marchar em ajuda dos seus irmãos. Era o ruído que precedia a chegada de algo inteiramente diferente. O que rumava na direção dos cruzados – e na direção da Europa – não era a rota que levava ao paraíso, mas um caminho que parecia conduzir diretamente ao inferno. Quem o atravessava a galope eram os mongóis.[\[85\]](#)

Rota para o inferno

Os abalos que se fizeram sentir no Egito vinham do outro lado do mundo. No final do século ^xi, os mongóis eram uma das muitas tribos que viviam na franja setentrional da fronteira da China com o mundo das estepes; segundo uma descrição coeva, «vivem como animais, não se guiam pela fé nem pela lei, simplesmente vagueiam de um lugar para o outro, como animais selvagens a pastar».[1] Segundo um outro autor, «viam o roubo e a violência, a imoralidade e o deboche como feitos de virilidade e excelência». A sua aparência era também vista com repulsa: como os hunos do século ^{iv}, usavam «peles de cão ou de ratos».[2] Estas são descrições familiares da conduta e das maneiras dos nómadas vistas de fora.

Ainda que os mongóis parecessem ser caóticos, sanguinolentos e pouco fiáveis, a sua ascensão não se deveu a uma ausência de ordem, mas precisamente ao seu oposto: um planeamento implacável, uma organização otimizada e um conjunto claro de objetivos estratégicos foram a chave para estabelecer o maior império da História. A inspiração por detrás da transformação mongol era um líder chamado Temüjin, ou ferreiro. Conhecemo-lo pelo seu título de «soberano universal» ou, talvez, «soberano feroz»: Činggis ou Genghis *khan*. [3]

Genghis *khan* descendia de uma família de soberanos dentro da união tribal, e o seu destino ficou selado quando nasceu «segurando na mão direita um coágulo de sangue do tamanho de um nó de dedo»; isto foi interpretado como um sinal auspicioso das glórias futuras. [4] Não obstante

a reputação temível que granjeou na Idade Média e que perdura ainda hoje, Genghis *khan* adquiriu a sua posição e o seu poder lentamente, estabelecendo acordos com outros líderes tribais e escolhendo os seus aliados astutamente. Também escolheu bem os seus inimigos e, acima de tudo, o momento certo para os defrontar. Rodeou-se dos seus seguidores mais dedicados como guardas pessoais e como círculo interno, constituído por guerreiros (*nökürs*) em quem confiava cegamente. Tratava-se de um sistema meritocrático, no qual a destreza e a lealdade eram mais importantes do que a linhagem tribal ou o parentesco com o líder. Em troca do apoio incondicional, o líder distribuía bens, despojos e estatuto. O génio de Genghis *khan* foi o de saber conceder estes benefícios com prodigalidade suficiente para garantir a lealdade – e de o fazer com a regularidade de um metrónomo.[5]

Isto foi possível graças a um programa quase constante de conquista. Uma após outra, as tribos viram-se subjugadas pela força ou por ameaças, até que, em 1206, Genghis *khan* se estabeleceu como o senhor incontestável das estepes mongóis. A atenção virou-se então para o grupo seguinte de povos, como os quirguizes, os oirates e os uigures, situados na Ásia Central, a ocidente da China, que se submeteram e fizeram juramentos formais de aliança. A incorporação dos últimos, em 1211, foi particularmente importante, como é evidente pela oferta ao soberano uigure, Barchuq, de uma noiva da família de Genghis *khan*, depois de aquele ter declarado que estava disposto a tornar-se o «quinto filho» de Genghis *khan*. [6] Este era, em parte, um reflexo da importância das terras ocupadas pelos uigures na bacia do Tarim, mas também porque língua, alfabeto e o que um historiador contemporâneo chama os «*literati*» uigures tinham conquistado cada vez maior importância na Mongólia. O elevado estatuto cultural dos uigures foi uma das razões para o recrutamento maciço dos seus escribas e burocratas – incluindo um certo «Tatar Tonga», que veio a ser o tutor dos filhos de Genghis *khan*. [7]

A atenção dirigiu-se, então, para alvos mais ambiciosos. Numa série de ataques com início em 1211, os mongóis abriram caminho à força até entrarem na China governada pela dinastia Jin, saquearam a capital

Zhongdu e forçaram os soberanos a evacuar e a mudar a capital mais para sul em múltiplas ocasiões, com os invasores a apropriarem-se de despojos substanciais. A expansão foi ainda mais impressionante noutro lado. A altura não podia ter sido melhor. A autoridade central do mundo muçulmano enfraqueceu ao longo do século ^{xii}, quando emergiu um conjunto heteróclito de Estados de diferentes dimensões, capacidade e estabilidade que desafiou a primazia de Bagdade. À medida que isso acontecia, o governante da Corásmia estivera ocupado a escolher rivais locais com a ideia de se expandir para oriente, até ao interior da China. A consolidação daí resultante significava agora que, quando os mongóis o derrotaram, como prontamente fizeram, perseguindo-o até uma ilha no mar Cáspio onde o soberano morreu pouco depois, a porta da Ásia Central estava aberta de par em par: o caminho já tinha sido aberto por outros antes dos mongóis.[\[8\]](#)

As fontes relatam quadros vívidos da selvajaria vil que acompanhou o ataque à Corásmia, em 1219. Os invasores, escreveu um historiador, «chegaram, destruíram, atearam fogo, chacinaram, saquearam e partiram». [\[9\]](#) Quem me dera nunca ter nascido, escreve um outro, para não ter de viver estes traumas. Pelo menos, o anticristo muçulmano só destrói os seus inimigos, prosseguia; os mongóis, por outro lado, «não poupavam ninguém. Matavam mulheres, homens, crianças, abriam o ventre das grávidas e matavam os fetos». [\[10\]](#)

Os mongóis cultivavam esses medos cuidadosamente, pois a verdade é que Genghis *khan* usava a violência de forma seletiva e deliberada. O saque de uma cidade era calculado para encorajar outras a submeterem-se pacífica e rapidamente; utilizavam-se as mortes aterrorizadoras e teatrais para persuadir outros soberanos de que era melhor negociar do que oferecer resistência. Nixapur foi uma das cidades que sofreu a devastação total. Todos os seres humanos – desde mulheres, crianças e velhos ao gado e animais domésticos – foram massacrados, pois dera-se a ordem de não poupar sequer cães e gatos. Amontoaram-se todos os cadáveres numa série de enormes pirâmides como avisos terríficos das consequências de oferecer resistência aos mongóis. Foi o suficiente para convencer outras cidades a

baixarem as armas e negociarem: era uma escolha entre a vida e a morte.
[11]

Viajaram céleres as notícias da brutalidade que aguardava aqueles que esperassem para formar uma opinião. Histórias como a do oficial de alta patente levado à presença do recém-chegado senhor da guerra mongol e a quem foi despejado ouro fundido nos olhos e ouvidos tornaram-se muito conhecidas – como o facto de este assassinio ter sido acompanhado pelo anúncio de que este era o castigo devido a um homem «cuja conduta desonrada, atos bárbaros e anteriores crueldades mereciam a condenação de todos». [12] Era um aviso àqueles que ponderassem deter os mongóis. A submissão pacífica era recompensada; a resistência era brutalmente punida.

O uso da força por parte de Genghis *khan* era tecnicamente avançado e estrategicamente astuto. Montar um cerco prolongado a alvos fortificados era difícil e caro, por causa dos custos de manutenção de um grande exército a cavalo, cujas necessidades de pasto podiam exaurir depressa a região circundante. Por esta razão, os técnicos militares que conseguiam concretizar uma vitória rápida eram altamente apreciados. Em Nixapur, em 1221, sabemos que foram usadas três mil bestas gigantes, bem como três mil máquinas para lançar pedras e setecentos projetores de material incendiário. Mais tarde, os mongóis interessaram-se profundamente pelas técnicas que haviam sido introduzidas por europeus ocidentais, copiaram o desenho de catapultas e de engenhos de cerco criados para os cruzados na Terra Santa e usaram-nos contra alvos na Ásia Oriental, no final do século XIII. O controlo das Rotas da Seda conferia acesso a informações e ideias que podiam ser replicadas e aplicadas a milhares de quilómetros de distância. [13]

Curiosamente, dada a sua reputação, uma explicação para os sucessos retumbantes dos mongóis no início do século XIII na China, na Ásia Central e mais além reside no facto de não terem sido sempre vistos como opressores. E com boas razões: no caso da Corásmia, por exemplo, a população local recebeu a ordem de pagar um ano de impostos à cabeça para financiar a construção de novas fortificações à volta de Samarcanda e financiar esquadrões de arqueiros contra um ataque mongol iminente. Fazer estas

exigências aos cidadãos dificilmente poderia suscitar boa vontade. Por contraste, os mongóis investiram ricamente nas infraestruturas de algumas das cidades que capturaram. Um monge chinês que visitou Samarcanda pouco após a sua captura ficou surpreso ao ver que grande número dos artesãos era chinês e que a cidade atraía muitas pessoas da região circundante para ajudar a tratar dos campos e pomares que antes haviam sido negligenciados.[\[14\]](#)

Era um padrão que se repetia uma e outra vez: investiam-se grandes somas de dinheiro em cidades que eram reconstruídas e ganhavam nova energia, prestando particular atenção ao patrocínio de artes, ofícios e produção. As imagens genéricas dos mongóis como destruidores bárbaros são falsas e representam os legados enganadores das historiografias posteriores que sublinharam a ruína e a devastação. Esta visão deturpada do passado oferece uma notável lição em como os soberanos que querem ficar para a posteridade têm grande vantagem em patrocinar historiadores que escrevam com simpatia sobre a era do seu império – algo em que os mongóis conspicuamente falharam.[\[15\]](#)

Todavia, também não se pode duvidar que o uso da força pelos mongóis gelava o sangue daqueles que ouviam falar de um ataque iminente. À medida que se espalhavam para ocidente, matando aqueles que ofereciam resistência ou tinham fugido na esperança de escapar, os mongóis semeavam o terror nos corações e nos espíritos. Em 1221, os exércitos sob comando de dois filhos de Genghis *khan* avançaram como relâmpagos pelo Afeganistão e Pérsia, devastando tudo à sua frente. Nixapur, Herat e Balkh foram tomadas, ao passo que Merv foi destruída e toda a sua população assassinada, segundo um historiador persa, à exceção de um grupo de quatrocentos artesãos, que foi levado de volta até ao Oriente para trabalharem na corte mongol. O chão estava manchado com o sangue dos mortos: um pequeno grupo de sobreviventes aparentemente contou os cadáveres e estimou o número em mais de 1,3 milhões.[\[16\]](#) Relatos veementes de números semelhantes convenceram os comentadores de hoje a falarem em termos de genocídio, assassínio em massa e na morte de 90 por cento da população.[\[17\]](#)

Ainda que seja difícil ser preciso quanto ao número de mortes durante os ataques, vale a pena notar que muitas cidades (mas não todas) aparentemente devastadas por ondas de atacantes recuperaram rapidamente – sugerindo que os historiadores persas tardios, de quem dependemos, estariam interessados em dar uma ênfase excessiva aos ataques mongóis. Porém, mesmo que o sofrimento tenha sido ampliado, não há dúvida de que os ventos de Oriente sopravam com violência e uma tremenda força.

E também inexoravelmente. Assim que as principais cidades da Ásia Central foram subjugadas, o Cáucaso foi saqueado e os atacantes dirigiram-se para a Rússia meridional. Perseguiam rivais tribais, os quipechaques ou cumanos, para lhes ensinar uma lição por não se terem rendido. Genghis *khan* poderá ter morrido em 1227; mas os seus herdeiros provaram ser igualmente expeditos – e espetacularmente bem-sucedidos.

No final da década de 1230, após êxitos extraordinários na Ásia Central ideados por Ögödei, que se tornou o Grande *khan*, ou líder supremo, pouco após a morte do pai, os mongóis lançaram um dos mais surpreendentes ataques na história bélica, montando uma campanha que superou mesmo a de Alexandre Magno em termos de velocidade e de escala. No passado, já tinham avançado forças das estepes para o interior do território russo, aparecendo em «números incontáveis, como gafanhotos», segundo um monge de Novgorod. «Não sabemos de onde vieram nem para onde desapareceram», escreveu; «só Deus sabe, porque os enviou para nos punir pelos nossos pecados.»^[18] Numa manobra clássica, quando os mongóis voltaram, exigiram um tributo, ameaçando destruir aqueles que se recusassem. Uma após outra, as cidades foram atacadas, e Ryazan, Tver e, por fim, Kiev foram substancialmente saqueadas. Em Vladimir, a família do príncipe, juntamente com o bispo da cidade e outros dignitários, procurou refúgio na Igreja da Santa Mãe de Deus. Os mongóis pegaram fogo à igreja e queimaram vivos os ocupantes.^[19] As igrejas foram destruídas, escreveu um dos sucessores do bispo, «os paramentos conspurcados, os objetos sagrados pisados, e os clérigos eram alimento para as espadas».^[20] Era como se tivessem sido libertados animais selvagens para devorar a carne

dos fortes e beber o sangue dos nobres. Não era Preste João e a salvação que vinham de Oriente, mas os mongóis que traziam o apocalipse.

O terror que os mongóis suscitavam refletiu-se no nome que depressa começou a designá-los: tártaros, uma referência a Tártaro – o abismo dos tormentos na mitologia clássica.^[21] Os relatos do seu avanço chegaram até à Escócia, e o arenque, segundo uma fonte, ficava por vender nos portos da costa oriental da Grã-Bretanha, pois os mercadores que normalmente vinham do Báltico comprá-lo não se atreviam a sair de casa.^[22] Em 1241, os mongóis chegaram ao coração da Europa e dividiram as suas forças em duas, uma para atacar a Polónia e a outra a dirigir-se para as planícies da Hungria. O pânico espalhou-se por todo o continente, especialmente depois de um grande exército liderado pelo duque da Silésia ter sido destruído e de a cabeça do último ter desfilado na ponta de uma lança, juntamente com nove sacos cheios de «orelhas dos mortos». As forças mongóis deslocavam-se agora para ocidente. Quando o rei Béla IV, da Hungria, fugiu para a Dalmácia, refugiando-se em Trogir, chegara a hora de os padres dizerem missas, rezarem para serem protegidos do mal e liderarem procissões a implorar a ajuda de Deus. O papa, Gregório IX, tomou a iniciativa de anunciar que quem quer que ajudasse a defender a Hungria receberia a mesma indulgência que fora concedida aos cruzados. A oferta foi recebida com pouco entusiasmo: o imperador germânico e o doge de Veneza sabiam bem quais seriam as consequências se tentassem ajudar e ficassem do lado perdedor. Se os mongóis tinham agora decidido continuar para ocidente, nas palavras de um académico contemporâneo, «é improvável que encontrassem alguma oposição coordenada».^[23] Chegara o momento do ajuste de contas para a Europa.

Com uma insolência que é quase admirável, alguns historiadores contemporâneos defendem agora que os mongóis foram detidos por uma resistência corajosa, ou até derrotados em batalhas imaginárias que foram parecendo mais reais com o tempo. Na verdade, os mongóis simplesmente não estavam interessados no que a Europa Ocidental tinha para oferecer – pelo menos por enquanto. A prioridade era admoestar Béla por ter cedido

proteção aos cumanos e, talvez pior, por ter ignorado repetidas exigências de que estes fossem entregues: essa resistência teria de ser punida a todo o custo.[\[24\]](#)

«Estou ciente de que sois um monarca rico e poderoso», rezava uma carta ao rei Béla do líder mongol, «que tendes muitos soldados sob o vosso comando e que governais sozinho um grande reino.» Em palavras que qualquer chantagista profissional conheceria, as coisas foram ditas explícita e ferozmente. «É-vos difícil submeter-vos de vontade própria», prosseguia; «e, no entanto, seria muito melhor para as vossas perspectivas futuras se o fizésseis.»[\[25\]](#) No mundo das estepes, apoucar um poderoso rival era quase tão mau como confrontá-lo com armas. Era preciso ensinar uma lição ao rei Béla, que foi assim determinadamente perseguido pela Dalmácia, ainda que surgissem outras oportunidades óbvias noutras partes. Os mongóis devastavam tudo à medida que avançavam e saquearam tão espetacularmente uma cidade que um cronista local fez notar que não restou ninguém nem sequer «para mijar contra um muro».[\[26\]](#)

Nesse ponto, Béla – e a Europa – foi salvo por um grande golpe de sorte: Ögödei, o Grande *khan*, subitamente morreu. Para os devotos era claro que as suas preces tinham sido atendidas. Para os mongóis de vulto era crucial estar presente e participar na seleção do homem que assumiria a liderança. A primogenitura não existia. A escolha do sucessor à posição de maior autoridade recaía sobre aquele que defendesse melhor e mais alto a sua posição diante de um conclave de figuras importantes. A decisão de quem apoiar podia garantir ou destruir as vidas e carreiras dos comandantes: se um patrono subisse ao topo, a quota-parte de regalias podia ser desproporcionadamente grande. Não era tempo de perseguir monarcas problemáticos pelos Balcãs. Era altura de estar em casa e observar o desenrolar da situação. E, com isso, os mongóis tiraram o pé de cima da garganta da Europa cristã.

Ainda que seja o nome de Genghis *khan* a estar associado às grandes conquistas da Ásia e aos ataques em terras muito além, o líder mongol morreu em 1227, após a fase inicial de construção do império na China e na Ásia Central, mas antes dos ataques dramáticos à Rússia e ao Médio

Oriente e à invasão que deixou a Europa de joelhos. Foi o seu filho Ögödei que superintendeu à expansão que aumentou exponencialmente a extensão da soberania mongol, concebendo campanhas que foram até à península coreana, ao Tibete, Paquistão e norte da Índia – bem como até ocidente. Foi Ögödei quem mereceu grande parte do crédito pelos feitos mongóis e também, em parte, o responsável pela sua detença temporária: pois a sua morte, em 1241, interpôs uma pausa crucial.

Enquanto o mundo parava para ver quem assumiria o poder, grande número de emissários foram enviados da Europa e do Cáucaso através da Ásia para descobrir quem eram estes saqueadores – e para chegar a um entendimento com eles. Dois grupos de embaixadores levaram cartas a exigir em nome de Deus que os mongóis não atacassem os cristãos e que considerassem adotar a verdadeira fé.[\[27\]](#) Entre 1243 e 1253, o papa Inocêncio IV enviou quatro embaixadas, ao passo que o rei Luís IX de França também despachou uma missão liderada por Guilherme de Rubruck, um monge da Flandres.[\[28\]](#)

Os relatos que produziram das suas viagens eram tão gráficos e estranhos como os de viajantes muçulmanos às estepes nos séculos IX e X. Os visitantes europeus ficaram fascinados e repugnados em igual medida. Ainda que fossem incomensuravelmente poderosos, escreveu Guilherme de Rubruck, os novos senhores da Ásia não viviam em cidades, exceto na capital Caracórum, onde Guilherme se encontrou com o Grande *khan* numa enorme tenda «completamente coberta no interior de panos e ouro».[\[29\]](#) Os comportamentos e hábitos deste povo eram exóticos e irreconhecíveis. Não comiam legumes, bebiam leite de égua fermentado e evacuavam sem qualquer consideração com a pessoa com quem estivessem a falar – e em público, não mais longe do que «um feijão que fosse atirado».[\[30\]](#)

O relato de um outro enviado, João de Plano Carpini, tornou-se muito conhecido em toda a Europa neste período; traçava um quadro semelhante de sordidez, decadência e estranheza, um mundo onde cães, lobos, raposas e piolhos eram tratados como comida. Também mencionou os rumores que ouvira sobre criaturas que estavam para lá das terras mongóis – onde algumas pessoas tinham cascos e outras cabeça de cão.[\[31\]](#) Plano Carpini

trouxe de volta informações ominosas sobre as cenas que acompanharam a subida ao trono do Grande *khan* seguinte, Güyüg. A lista de dignitários de regiões, tribos e reinos que reconheciam a soberania mongol dá ideia da surpreendente escala do império: líderes da Rússia, Geórgia, Arménia, das estepes, China e Coreia estavam presentes, bem como não menos de dez sultões e milhares de enviados do califa.[32]

Plano Carpini recebeu uma carta do Grande *khan* para levar até Roma. Todas as terras do mundo foram conquistadas pelos mongóis, dizia-se aí. «Devereis vir em pessoa», exigia ao papa, «com todos os príncipes, e servir-nos.» Se assim não acontecesse, avisava o Grande *khan*, «sereis meu inimigo». Seguiu-se uma resposta que não admitia réplicas às admoestações do papa para que o líder mongol se tornasse cristão: como sabeis quem Deus absolve e a quem mostra misericórdia?, escreveu o *khan* iradamente. Todas as terras do sol nascente ao sol poente se submeteram a mim, prosseguia, o que em pouco recomendava o deus do papa. A carta ia carimbada com um selo que unia o poder do Grande *khan* ao poder do «eterno Tengri» – a divindade suprema das crenças tradicionais dos nómadas das estepes. A situação não augurava nada de bom.[33]

Não era reconfortante, igualmente, o facto de estarem a ser preparados novos ataques à Europa Central e de também se considerar ativamente um assalto ao norte do continente.[34] Os mongóis tinham uma mundivisão que não ficava aquém do domínio global: conquistar a Europa era simplesmente o próximo passo lógico no plano dos herdeiros de Genghis *khan* de controlarem um território ainda mais vasto.[35]

O medo dos mongóis provocava agora um jogo de dominó religioso na Europa. A Igreja arménia entrou em discussões com o patriarcado grego ortodoxo para formar uma aliança e garantir proteção na eventualidade de um futuro ataque. Os arménios também abriram negociações com Roma, dizendo-se dispostos a declarar que estavam de acordo com a interpretação do papado da procedência do Espírito Santo – um tópico que havia causado muita fricção no passado.[36] Os bizantinos fizeram o mesmo, enviando uma missão a Roma e propondo um fim ao cisma que dividira a Igreja Cristã em duas desde o século ^{xi} e que se aprofundara, mais do que sanara,

em resultado das Cruzadas.[37] Onde os sacerdotes e príncipes da Europa haviam falhado no sentido de reunir papas e patriarcas, os mongóis foram bem-sucedidos: os ataques do oriente e a ameaça muito real de que estes se repetiriam contribuíram para a reunião total da Igreja.

Porém, quando a harmonia religiosa parecia ser uma certeza, as areias mudaram. Após a morte inesperada do Grande *khan* Güyüg, em 1248, deu-se uma luta de sucessão no seio da liderança mongol que levou tempo a resolver. À medida que esta decorria, os soberanos da Arménia e de Bizâncio recebiam garantias de que não havia ataques iminentes. Segundo Guilherme de Rubruck, no caso da última, isso devia-se ao facto de o emissário mongol enviado a apresentar-se em Bizâncio ter recebido substanciais subornos e, em consequência, ter evitado o ataque.[38] Era sem dúvida verdade que os bizantinos estavam desesperados por desviar a atenção dos mongóis e por fazer tudo ao seu alcance para evitar um ataque. Na década de 1250, por exemplo, uma outra delegação enviada de Caracórum foi intencionalmente conduzida por guias bizantinos por um terreno dificultoso na Ásia Menor e, quando chegaram para se encontrarem com o imperador, tiveram de assistir a uma parada do exército imperial. Tratava-se de tentativas desesperadas para convencer os mongóis de que não valia a pena atacar o império – ou, se valesse, que teriam tropas à sua espera.[39]

Na verdade, os mongóis decidiram não atacar por outras razões: nem a Anatólia nem a Europa estavam no centro da sua atenção simplesmente porque havia alvos melhores e mais substanciais noutras partes. Foram enviadas expedições ao que restava da China até que esta capitulou completamente no século ^{xiii}, momento em que a dinastia mongol reinante adotou o título imperial Yüan e fundou uma nova cidade no local da antiga Zhongdu. Esta era agora a capital mongol, concebida para coroar o feito de controlar a região inteira entre o Pacífico e o Mediterrâneo. A nova metrópole preservou a sua importância desde então: Pequim.

Outras grandes cidades também receberam considerável atenção. O novo *khan*, Möngke, focou os exércitos mongóis nas pérolas do mundo islâmico. Cidade após cidade caiu enquanto o exército atacante se deslocava para

ocidente. Em 1258, chegaram às muralhas de Bagdade e, após um breve cerco, devastaram tudo. Passaram pela cidade «como falcões famintos a atacar um bando de pombas, ou como lobos desvairados a atacar ovelhas», escreveu um autor não muito mais tarde. Os habitantes da cidade foram arrastados por ruas e becos, «cada um tornando-se um brinquedo». O califa al-Musta'sim foi capturado, enrolado em panos e pisado até à morte por cavalos.^[40] Era um momento altamente simbólico que mostrava quem detinha o poder real no mundo.

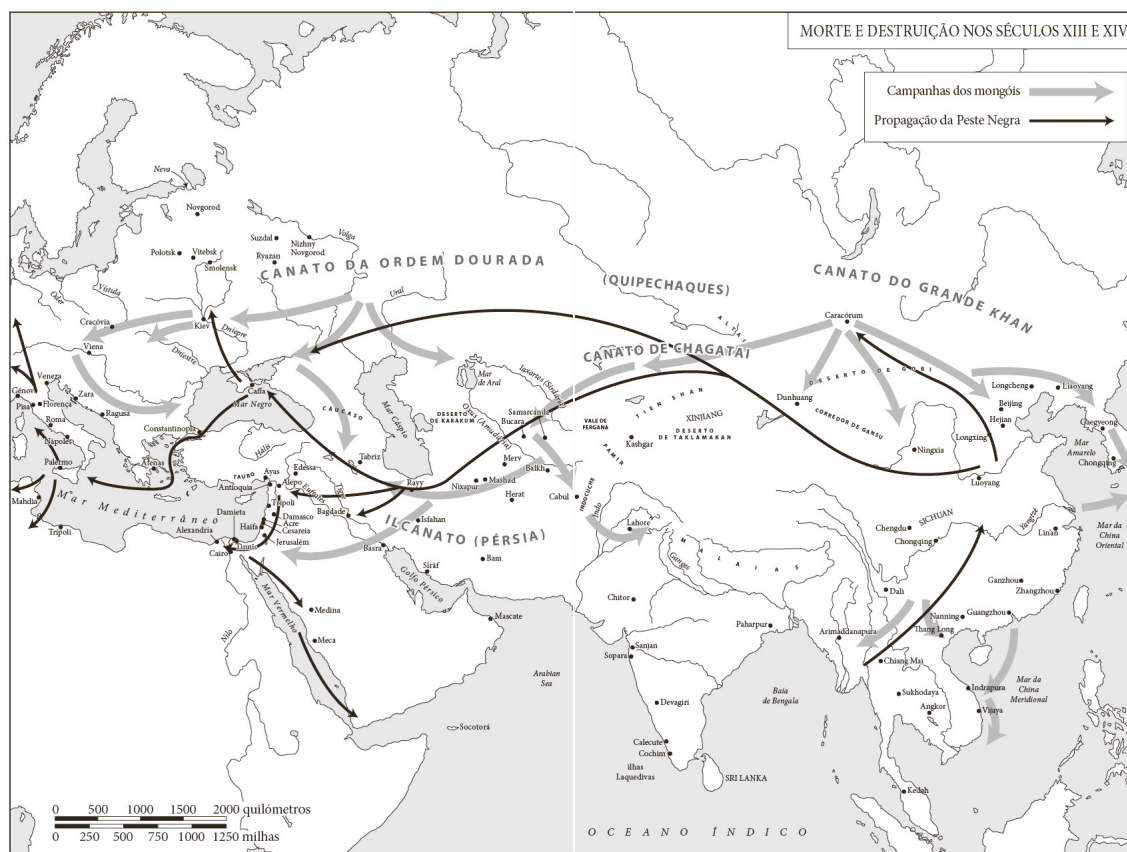
Imensos saques e riquezas foram tomados durante estas conquistas. Segundo um relato produzido no Cáucaso por aliados dos mongóis, os vencedores «afundavam sob o peso de ouro, prata, pedras preciosas e pérolas, de têxteis e vestimentas preciosas, das salvas e dos jarros de ouro e prata, pois eles só queriam estes dois metais». A captura de tecidos era particularmente significativa: como os xiongnu no auge do seu poder, a seda e os tecidos de luxo desempenhavam um papel crucial na demarcação das elites dentro do sistema tribal e, em consequência, eram muito prezados. Os mongóis, muitas vezes, requeriam especificamente tributos na forma de tecido de fio de ouro, gaze púrpura, vestimentas preciosas ou sedas; em dadas ocasiões, estipulava-se que esses pagamentos deveriam ser feitos com cabeças de gado adornadas de damasco, tecido de fio de ouro e joias. «Tecidos de seda e ouro e algodão» eram requeridos em quantidades e qualidades tão específicas que o principal especialista deste campo fez a comparação com uma lista de compras pormenorizada – uma lista «ao mesmo tempo exigente e notavelmente bem informada».^[41]

Quase não houve tempo para digerir as notícias do saque de Bagdade antes de os mongóis aparecerem de novo na Europa. Em 1259, avançaram para a Polónia e saquearam Cracóvia, não sem antes terem enviado uma delegação a Paris a exigir a rendição de França.^[42] Ao mesmo tempo, um outro exército dirigiu-se a ocidente de Bagdade, contra a Síria e entrando na Palestina. Isto causou um pânico cego entre os latinos que viviam a oriente, onde a posição cristã na Terra Santa fora reforçada pelo recobrar de energias da Cruzada em meados do século XIII. Ainda que as expedições em grande escala do imperador Frederico II do Sacro Império Romano-

Germânico e, depois, de Luís IX de França tenham brevemente recuperado Jerusalém para mãos cristãs, poucos tinham ilusões sobre a precariedade da posição de Acre, Alepo e restantes cidades.

Até ao surgimento dos mongóis, a ameaça parecera vir do Egito e de um novo regime muito agressivo que aí subira ao poder. Com notável ironia, os novos soberanos egípcios eram homens da mesma ascendência dos próprios mongóis – nómadas das estepes. Assim como o califado abássida de Bagdade fora tomado pelos seus soldados escravos recrutados das tribos turcomanas das estepes, o mesmo aconteceu no sultanato do Cairo em 1250. No caso do Egito, os novos senhores, conhecidos como mamelucos, em resultado de serem em grande medida descendentes de escravos (*mamlík*) que haviam sido capturados nas constelações tribais a norte do mar Negro e vendidos nos portos da Crimeia e do Cáucaso para servir no exército egípcio. Entre estes contavam-se homens tribais mongóis que ou tinham sido capturados pelo tráfico de escravos, ou, como *wāfi dīyah* – literalmente recém-chegados –, haviam fugido das fações dominantes opressivas nas lutas intestinas que eram comuns nas estepes e procurado refúgio e trabalho no exército do Cairo.[\[43\]](#)

A Idade Média na Europa é tradicionalmente vista como a época das-Cruzadas, dos cavaleiros e do crescente poder do papado, mas tudo isto é secundário quando comparado com as lutas titânicas que decorriam mais a oriente. O sistema tribal levava os mongóis perto do domínio global, tendo conquistado quase todo o continente asiático. A Europa e o Norte de África eram ambas apetecíveis; é assim notável que a liderança mongol se tenha focado não na primeira, mas no último. Em termos simples, a Europa não era o melhor prémio em oferta. Tudo o que obstava ao controlo mongol do Nilo, à rica produção agrícola egípcia e à sua posição crucial na junção das rotas mercantes em todas as direcções era um exército comandado por homens que vinham das mesmas estepes: esta não era uma luta por supremacia, mas o triunfo de um sistema político, cultural e social. A batalha pelo mundo medieval travava-se entre nómadas da Ásia Central e Oriental.



Os cristãos na Terra Santa reagiram ao avanço mongol com pânico cego. Primeiro, deixaram cair Antioquia e, depois, revelaram-se impotentes para deter a queda de Alepo – duas das joias da coroa sob o controlo cruzado. Enviaram-se apelos desesperados aos soberanos de Inglaterra e França suplicando ajuda militar. Os ocidentais foram salvos pela intervenção dos seus inimigos figadais – os mamelucos do Egito –, que se deslocaram para norte no sentido de confrontar o exército que devastava a Palestina. [44]

Tendo levado tudo à sua frente ao longo de quase seis décadas, os mongóis sofriam, agora, o seu primeiro retrocesso sério, tendo sido derrotados em ‘Ayn Jālūt, no norte da Palestina, em setembro de 1260. Não obstante o assassinio do general vencedor, o sultão Qutuz, numa luta interna pelo poder, os mamelucos avançaram com júbilo e descobriram que grande parte do seu trabalho já havia sido feito: os mongóis, para quebrar a resistência da população local, tinham reunido as cidades e as regiões numa

única entidade. Assim como Genghis *khan* beneficiara da consolidação da Ásia Central antes da sua invasão no início do século XIII, também os mongóis inadvertidamente ofereceram de bandeja a Síria e as importantes cidades de Aleppo e Damasco aos seus rivais. Os mamelucos puderam avançar quase sem encontrar oposição.^[45]

Os cristãos na Terra Santa e na Europa olhavam com horror, sem saberem o que aconteceria a seguir ou o que lhes estava reservado em resultado. Mas não tardou até que as atitudes perante os mongóis fossem inteiramente reformuladas. A Europa cristã começou a perceber que, apesar dos recontros traumáticos que haviam sofrido às mãos das temíveis hordas de cavaleiros a galopar na faixa setentrional do mar Negro até às planícies da Hungria, os mongóis podiam bem ser os salvadores que, em tempos, equivocadamente se julgara serem quando se deram a conhecer pela primeira vez.

Nas décadas após 1260, enviaram-se repetidas missões da Europa e da Terra Santa para tentar formar uma aliança com os mongóis contra os mamelucos. Era frequente as embaixadas viajarem também na direção oposta, enviadas por Hülegü, o senhor da guerra mongol dominante, e pelo seu filho, Aqaba, cuja vontade de negociar era ditada acima de tudo pelo interesse em usar o poderio marítimo ocidental contra o Egito e os territórios recentemente conquistados na Palestina e na Síria. Mas as coisas complicaram-se com os primeiros sinais de fricção entre os próprios mongóis.

No final do século XIII, o mundo mongol tornara-se tão vasto – estendendo-se do Pacífico ao mar Negro, das estepes ao norte da Índia ao Golfo Pérsico, que começaram a surgir brechas e tensões. O império dividia-se em quatro ramos principais, que se tornaram cada vez mais hostis uns para com os outros. A linhagem principal centrava-se na China; na Ásia Central, eram os herdeiros de Chagatai (um homem descrito por um autor persa como «um talhante e um magarefe», um homem maldito que era «cruel e sanguinolento» – o mal em pessoa) quem havia subido ao poder.^[46] A ocidente, os mongóis que dominaram as estepes da Rússia e mais além até à Europa Central vieram a ser conhecidos como a Horda Dourada;

ao passo que, no Grande Irão, os soberanos eram conhecidos como ilcãs – uma referência ao título de *Īl-Khān*, que os assinalava como subordinados do ramo principal da liderança mongol.

Agora, os mamelucos manipulavam habilmente as políticas tribais do seu inimigo, chegando a acordo com Berke, o líder da Horda Dourada, cuja rivalidade com os ilcãs já passara a um conflito declarado. Isto serviu para aumentar as hipóteses de se chegar a um acordo entre a Europa cristã e o ilcanato. O mais perto que se chegou de concretizar esses planos foi no final da década de 1280, quando uma embaixada liderada por Rabban Sauma, o bispo uigure na China Ocidental, foi enviada pelo líder do ilcanato para visitar os principais líderes na Europa Ocidental e finalizar os termos de uma aliança militar. Rabban Sauma foi uma boa escolha – cortês, inteligente e cristão. Apesar da sua reputação de selvagens, os mongóis eram astutos na interpretação que faziam dos forasteiros.

Ninguém ficou mais entusiasmado por ouvir falar em planos para uma ação conjunta do que Eduardo I, rei de Inglaterra. Um cruzado fervoroso, Eduardo I visitara a Terra Santa em 1271 e ficara horrorizado com o que vira. Era bastante mau, concluiu, que os cristãos parecessem passar mais tempo a discutir uns com os outros do que a lutar contra os muçulmanos. Mas o que verdadeiramente o horrorizou foram os venezianos: não só comerciavam com os infiéis, como lhes providenciavam materiais para construir engenhos de cerco que, depois, eram usados contra cidades e fortes cristãos.^[47]

O rei ficou assim deleitado por receber o bispo do Oriente e deixou claro que a sua prioridade era recuperar Jerusalém. «Não pensamos noutra coisa senão nessa questão», disse o monarca inglês ao bispo, antes de lhe pedir que celebrasse a eucaristia para o próprio rei e a sua corte. Tratou o bispo com honra e respeito, dando-lhe prendas e dinheiro depois de fazer uma festa a celebrar as grandes coisas que estavam por vir.^[48] Gizaram-se planos de colaboração, com o objetivo de preservar a Terra Santa na cristandade de uma vez por todas. As expectativas do triunfo iminente eram tais que até se assistiu a procissões em Roma para celebrar a derrota, em breve, do islão. No espaço de poucas décadas, na mente europeia, os

mongóis haviam passado de salvadores a demónios e outra vez a salvadores. A ideia de que o fim do mundo estava próximo cedeu lugar à crença de que se estava perante um novo princípio.

Os planos grandiosos não deram em nada. Assim como cruzada após cruzada havia cumprido menos do que o prometido, todas as conversas eloquentes sobre uma aliança que abarcava milhares de quilómetros e envolvia o destino das religiões globais não produziram resultados significativos. Eduardo I descobriu que havia problemas mais importantes perto de casa. Ao invés de formar uma grande aliança com os mongóis contra o Egito muçulmano, o rei inglês foi forçado a dirigir-se à Escócia para reprimir a rebelião de William Wallace. Com outros monarcas europeus igualmente preocupados com os assuntos domésticos, a presença cristã na Terra Santa acabou: dois séculos depois de os cavaleiros da Primeira Cruzada terem capturado Jerusalém, os últimos bastiões desapareceram. Sídon, Tiro, Beirute e Acre renderam-se aos mamelucos, em 1291. Afinal, a boa vontade e o entusiasmo não eram suficientes para apoiar, salvar ou preservar os locais que estavam no coração da fé cristã.

Durante algum tempo, assistiu-se a falsas promessas. No inverno de 1299, os mongóis finalmente conseguiram o que já tentavam havia mais de uma geração: uma derrota esmagadora do exército mameluco. A sua vitória foi tão enfática que, na Europa, circularam rumores de que Jerusalém havia sido recuperada pelos cristãos no Oriente que haviam lutado a par dos seus aliados mongóis. Circularam rumores de que o soberano do ilcanato se convertera ao cristianismo e era o novo protetor da Terra Santa. Com entusiasmo, alguns relatos anunciavam notícias ainda melhores: não contentes em expulsar os mamelucos da Síria e da Palestina, os mongóis aparentemente haviam furado as defesas e tomado também o Egito.[\[49\]](#) Parecia tudo demasiado bom para ser verdade. Os mongóis haviam, com efeito, vencido uma importante vitória no campo de batalha, mas os relatos entusiasmados não eram mais do que mal-entendidos, rumores e fantasias. A Terra Santa cristã perdera-se de vez.[\[50\]](#)

As Cruzadas haviam desempenhado um papel vital na formação do Ocidente medieval. O poder do papado transformara-se, e o papa tornara-se

não só um clérigo com autoridade, mas uma figura com poderes militares e políticos próprios; as qualidades e conduta da elite foram moldadas por ideias sobre serviço militar, devoção e piedade cavaleiresca; e a ideia do cristianismo como denominador comum da Europa enraizara-se. Mas, em última instância, tornou-se claro que, ao passo que capturar e manter Jerusalém era excelente em teoria, na prática era difícil, caro e perigoso. E, assim, depois de ter estado no centro da consciência europeia durante dois séculos, a Terra Santa desapareceu silenciosamente de vista. Nas palavras do poeta William Blake, no início do século XIX, seria infinitamente preferível construir Jerusalém numa localização mais fácil e conveniente – como «nas terras verdes e prazenteiras de Inglaterra».[51]

As Cruzadas, em última análise, falharam: as tentativas de colonizar os mais importantes locais da cristandade não resultaram. O mesmo não se pode dizer, contudo, sobre as cidades-estado italianas, que tiveram êxito onde os cavaleiros cristãos falharam. Enquanto os cavaleiros devotos foram expulsos, os Estados marítimos simplesmente reajustaram-se e penetraram mais fundo na Ásia. Não estavam dispostos a perder a sua posição a nenhum preço. Pelo contrário, após a perda da Terra Santa, a questão, para eles, não era o de diminuírem a sua presença. Era antes de a alargarem.

Rota da morte e da destruição

Ainda antes da queda das cidades e portos do Levante, tanto Génova como Veneza haviam tomado medidas para encontrar novas rotas mercantes, novos pontos onde comprar e vender bens, novas formas de garantir que não ficariam a perder. Com o comércio que passava pela Terra Santa cada vez mais estrangulado devido à escalada das tensões militares, ambas as comunas estabeleceram novas colónias na costa setentrional do mar Negro, na Crimeia, na foz do mar de Azov e na Cilícia arménia, onde a cidade de Ayas se tornou uma nova porta de entrada para produtos e artigos de luxo vindos do Oriente.

Era possível fazer muito dinheiro. Os diferenciais entre o preço dos cereais nas costas norte e sul do mar Negro apresentavam uma excelente oportunidade que as cidades-estado podiam explorar com os seus grandes navios de carga, que conseguiam transportar produtos alimentares em volumes consideráveis.[1] Esses navios também se revelavam úteis para transportar outros bens – como pessoas. Tanto os genoveses como os venezianos retomaram o tráfico de escravos em grande escala, comprando cativos para vender ao Egito mameluco, a despeito das tentativas do papa de banir o tráfico de homens, mulheres e crianças a compradores muçulmanos.[2]

As antigas rivalidades dificilmente eram postas de lado. Génova já mostrara quão longe estava disposta a ir para esmagar os adversários, destruindo a frota pisana quase na totalidade em 1282 e, depois, recusando

aceitar resgates pelos prisioneiros. Pisa nunca recuperou inteiramente do golpe infligido pela sua rival. Entre os cativos contava-se um certo Rustichello, que passou mais de uma década na prisão antes de se ver acompanhado por um outro prisioneiro que fora feito refém durante uma vitória naval genovesa – desta vez contra os venezianos, no Adriático. Encetando amizade com ele, Rustichello começou a escrever as memórias do outro prisioneiro, sobre a sua vida e as suas notáveis viagens: devemos à brutalidade e ao foco implacável de Génova na luta medieval pelo poder o registo das viagens de Marco Polo.

Os duelos acirrados por supremacia comercial ocorriam sempre que Veneza e Génova entravam em contacto: houve violentos confrontos em Constantinopla, no Egeu e em Chipre e batalhas declaradas no Adriático. Quando o papa Bonifácio VIII mediou uma trégua em 1299, as duas cidades-estado haviam-se digladiado até chegarem a um impasse. Mas a energia, o esforço e as expensas dedicados a obter esta posição de supremacia mostram quanto estava em jogo na tentativa de estabelecer ligações com a Ásia.

Não obstante, valera a pena. Em 1301, o Grande Conselho de Veneza foi alargado, depois de se admitir unanimemente que já não era suficientemente grande para albergar todos os seus poderosos membros, cujo número crescera a par da cada vez maior riqueza da cidade.^[3] No caso de Génova, por outro lado, um poema escrito perto do final do século XIII louva a beleza da cidade, que estava «cheia da cabeça aos pés com *palazzi*» e cuja linha de horizonte era adornada por um grande número de torres. Na origem das riquezas da cidade estava o abundante fornecimento de bens do Oriente – incluindo arminhos, esquilos e outras peles compradas nas estepes, bem como pimenta, gengibre, almíscar, especiarias, brocados, veludo, tecido de fio de ouro, pérolas, joias e pedras preciosas. Génova era rica, prosseguia o autor, graças à rede que criou, servida pelos seus navios e galés: os genoveses estão espalhados por todo o mundo, alardeava, fundando novas Génovas aonde quer que fossem. Em verdade, escreveu um autor anónimo, Deus abençoou a cidade e quis que florescesse.^[4]

Uma importante razão para o *boom* de Veneza e Génova era a perícia e capacidade de antecipação de que deram provas para alimentar os desejos dos seus clientes – e os dos mercadores que vinham de outras cidades da Europa para comprar os bens que aí eram levados. Com o Egito e a Terra Santa mostrando-se demasiado voláteis e economicamente perigosos, o mar Negro depressa se tornou uma zona comercial da maior importância.

Contudo, por detrás da ascensão das cidades-estado italianas estava a sofisticação fiscal e a parcimónia dos mongóis quando se tratava de taxar o comércio. Diferentes fontes indicam que as taxas sobre as exportações que passavam pelos portos do mar Negro nunca excediam 3 a 5 por cento do valor total dos bens, um valor altamente competitivo quando comparado com as taxas e tarifas cobradas sobre os produtos que passavam por Alexandria, onde as fontes falam de impostos na ordem dos 10, 20 e mesmo 30 por cento.^[5] Como qualquer comerciante sabe, as margens contam para tudo. Havia, assim, um grande incentivo a passar pelo mar Negro – o que apenas contribuiu para fazer com que esta rota para o Oriente se tornasse ainda mais importante.

Uma política deliberada de preços sensatos e baixos impostos era sintomática do funcionamento burocrático do Império Mongol, que facilmente se perde por entre as imagens de violência e destruição aleatória. Na verdade, o êxito dos mongóis não recaiu sobre a brutalidade indiscriminada, mas na sua vontade de chegarem a compromissos e de cooperar, graças ao esforço incansável de sustentar um sistema que renovasse o controlo central. Apesar de historiadores persas posteriores dizerem veementemente que os mongóis não se interessavam pelo processo de administrar o seu império, preferindo deixar essas tarefas mundanas a outros, a investigação recente revelou até que ponto estavam envolvidos na vida quotidiana, incluindo nos pormenores.^[6] O grande feito de Genghis *khan* e dos seus sucessores não foi o saque da imaginação popular, mas o meticuloso controlo que permitiu que um dos maiores impérios da História florescesse ao longo de séculos. Não é assim uma coincidência que a língua russa inclua uma grande quantidade de palavras emprestadas, tiradas diretamente do vocabulário relativo à administração mongol – e, em

particular, daquele que dizia respeito ao comércio e à comunicação: as palavras para lucro (*barysh*), dinheiro (*dengi*) e o Tesouro (*kazna*) tiveram origem no contacto com os novos soberanos do Oriente. O mesmo aconteceu com o sistema postal da Rússia, baseado no método mongol de entregar mensagens rápida e eficientemente de um lado ao outro do império através de uma rede de estações para a muda de cavalo.^[7]

Com efeito, o génio dos mongóis era tal que a plataforma para o sucesso a longo prazo se estabeleceu logo no início. À medida que Genghis *khan* e os seus sucessores se expandiam, tiveram de incorporar novos povos dentro de um sistema coerente. As tribos eram deliberadamente desmanteladas, e as lealdades eram recentradas em unidades militares e, sobretudo, na própria liderança mongol. As características distintivas das tribos, como os diferentes penteados, eram abolidas e substituídas por modas padronizadas. De forma regular, aqueles que se rendiam ou acabavam conquistados eram levados para todo o território controlado pelos mongóis de modo a enfraquecer os elos formados por língua, parentesco e identidade e ajudar ao processo de assimilação. Introduziram-se novos nomes no lugar de rótulos étnicos para enfatizar a nova forma de fazer as coisas. Tudo isto, por sua vez, era reforçado pelo sistema centralizado de recompensas, segundo o qual os despojos e tributos deviam ser partilhados: a proximidade à dinastia reinante contava para tudo, o que encorajava uma meritocracia ampla, se bem que brutal, em que os generais bem-sucedidos granjeavam grandes recompensas e aqueles que falhavam eram eliminados.^[8]

Ao passo que as identidades tribais eram extintas, havia uma tolerância consistente e notável no que respeitava a assuntos de fé. Os mongóis eram magnânimos e tolerantes em questões religiosas. Desde o tempo de Genghis *khan*, a corte do líder tinha permissão para praticar as crenças que quisesse. O próprio Genghis *khan* «via os muçulmanos com um olhar respeitoso, e também tinha grande estima pelos cristãos e pelos “idólatras” [ou seja, os budistas]», segundo um autor persa tardio. Quanto aos seus descendentes, cada um tinha liberdade para decidir em consciência que fé queria seguir. Alguns adotaram o islão, outros o cristianismo e «outros prosseguiram o

cânone dos seus pais e antepassados e não se inclinavam em nenhuma direção».[9]

Havia alguma verdade nisso, como depressa descobriram os missionários que se dirigiram para Oriente na esperança de encontrar povos para converter.[10] Guilherme de Rubruck ficou surpreendido ao encontrar padres em toda a Ásia a caminho da corte mongol, mas mais surpreso ficou ao ver que estes concordavam em abençoar os cavalos brancos todas as Primaveras quando os bandos se reuniam perto de Caracórum; além disso, as bênçãos eram ministradas mais ao modo dos rituais pagãos do que atinentes à doutrina cristã.[11] Mas claramente valia a pena fazer alguns atalhos – um pequeno pormenor no quadro mais amplo de granjear convertidos. À medida que os contactos entre a Europa e a Ásia aumentaram, as dioceses começaram de novo a despontar no Oriente, incluindo no interior das estepes, ao passo que se fundaram mosteiros no norte da Pérsia, como em Tabriz, que passaram a ser a casa de uma comunidade florescente de monges franciscanos.[12] Que estes pudessem singrar diz muito acerca da proteção que lhes era concedida e da atitude tolerante dos mongóis face à religião.

De facto, as coisas foram ainda mais longe. No final do século XIII, João de Montecorvino foi enviado ao Grande *khan* pelo papa com uma carta «a convidá-lo a receber a fé católica de nosso Senhor Jesus Cristo». Mesmo que a missão de Montecorvino não tenha atingido esse objetivo, ainda assim, conseguiu converter tantas pessoas quanto possível, pagando resgates para libertar crianças cativas, a quem depois ensinava latim e grego, escrevendo-lhes salmos à mão. Passado algum tempo, até o Grande *khan* os ouviu durante a missa, deleitado com os bonitos cânticos e com o mistério da eucaristia. O êxito de Montecorvino foi tal que, no início do século XIV, o papa Clemente V enviou uma missão para o nomear não bispo, mas para uma posição ainda mais importante que refletisse os seus feitos e incitasse à criação de uma hierarquia eclesiástica em todo o Império Mongol: arcebispo de Pequim. O falhanço das Cruzadas não significou o malogro do cristianismo na Ásia.[13]

Alguma desta tolerância religiosa fazia parte de uma política astuta. Os ilcãs pareciam estar particularmente aptos a dizer às figuras religiosas o que estas queriam ouvir. Hülegü, por exemplo, disse a um padre arménio que fora batizado em criança; a Igreja do Ocidente estava tão predisposta a acreditar nisso que circularam pela Europa ilustrações de Hülegü como santo cristão. Outros, contudo, ouviam histórias diferentes. Aos budistas, por exemplo, foi asseverado que Hülegü seguia os ensinamentos que levavam à iluminação. Havia muitos exemplos de figuras de vulto mongóis que se tornaram cristãos e, depois, se converteram ao islão ou vice-versa, mudando de religião conforme as conveniências. Estes fiéis fleumáticos eram mestres em ser todas as coisas para todas as pessoas.^[14]

Conquistar corações e espíritos era crucial para uma expansão não tumultuosa do império. Isto recorda diretamente a abordagem de Alexandre Magno quando derrotou os persas – e teria tido a aprovação de comentadores como Tácito, um crítico acerbo da falta de visão de uma política de saque e devastação indiscriminada. Instintivamente, os mongóis sabiam como ser grandes construtores de um império: a tolerância e uma administração cuidada tinham de se seguir ao poderio militar.

As decisões astutas tomadas ao lidar com importantes potenciais aliados resultaram na perfeição. Na Rússia, a isenção concedida à Igreja de todos os impostos e do serviço militar foi recebida com júbilo, apenas um exemplo de como o tratamento considerado podia gerar boa vontade mesmo após uma conquista brutal.^[15] Do mesmo modo, incitar à responsabilização era uma forma muito eficiente de reduzir animosidades e tensões. O caso da Rússia é de novo instrutivo, quando um soberano local foi escolhido para cobrar impostos e pagamentos e recebeu uma generosa parte da receita. Não foi por acaso que Ivan I, grã-príncipe de Moscovo, se tornou conhecido como «Ivan Kalita» – ou «Ivan dos Sacos de Dinheiro»: fora incumbido de cobrar taxas e impostos para encher as tesourarias mongóis e, evidentemente, o processo fora proveitoso para o próprio. A concentração da riqueza e do poder nas mãos de figuras de confiança como Ivan I resultou no surgimento de uma dinastia proeminente que merecia confiança e que prosperava a expensas de famílias rivais. Os efeitos foram

profundos – e duradouros: alguns especialistas defendem que foi o sistema mongol de governo que preparou o terreno para a transformação da Rússia numa autocracia de pleno direito, ao concentrar o poder num pequeno número de indivíduos sobre a população e sobre os seus pares.[\[16\]](#)

Militarmente dominantes, politicamente astutos e teologicamente tolerantes, o modelo mongol para o sucesso estava muito distante das ideias comuns acerca deles. No entanto, apesar de toda a sua eficiência, também tiveram sorte na altura escolhida. Na China, depararam-se com um mundo que assistira ao crescimento da população, à expansão económica e a desenvolvimentos tecnológicos na sequência de um forte aumento da produtividade agrícola.[\[17\]](#) Na Ásia Central, encontraram pequenos Estados fraturados onde as rivalidades abundavam e que estavam prontos para uma consolidação. No Médio Oriente e na Europa, entraram em contacto com sociedades monetizadas e cada vez mais estratificadas – por outras palavras, capazes de pagar tributo em dinheiro e com populações que tinham poder de compra e um apetite prodigioso por produtos de luxo. Na Ásia e na Europa, Genghis *khan* e os seus sucessores não se depararam apenas com um mundo que oferecia boas oportunidades; deram por si a entrar numa era dourada.[\[18\]](#)

Assim como as conquistas islâmicas do século ^{vii} tiveram um impacto profundo na economia global, à medida que impostos, pagamentos e dinheiro corriam para o centro vindos de todos os cantos do mundo, assim também os êxitos mongóis no século ^{xiii} deram nova forma aos sistemas monetários da Eurásia. Na Índia, introduziram-se novos rituais e passatempos vindos do mundo das estepes, como as procissões formais em que a sela ornada do soberano era ostentada diante dele.[\[19\]](#) Na China, entretanto, os hábitos culinários mudaram para adotar sabores, ingredientes e modos de cozinhar favorecidos pelos novos soberanos das estepes. Textos como o *Yinshan zhengyao*, um guia de dieta que listava as «Coisas Próprias e Essenciais para a Comida e Bebida do Imperador», incluíam muitos pratos influenciados pela gastronomia e pelos gostos nómadas, enfatizando com veemência que a comida deveria ser cozida em detrimento de outras

formas de confecção.[20] Usar todas as peças da carcaça de um animal – natural para aqueles que subsistiam do gado – tornou-se moeda corrente. Kublai *kahn* era um homem afeiçoado à comida dos seus antepassados e, alegadamente, servia leite fermentado, carne de cavalo, bossa de camelo e sopa de carneiro com grão como iguarias na sua corte.[21] Estes pratos, pelo menos, parecem mais palatáveis do que pulmão de carneiro ou uma pasta feita com a gordura da cauda ou cabeça da ovelha que surgem num livro de cozinha do século XIV. [22]

A Europa também sentiu o impacto cultural das conquistas mongóis. Novas modas apelativas foram importadas e influenciadas pela emergência do novo império. Os estilos mongóis tornaram-se moda depois de as primeiras ondas de pânico se terem esbatido. Em Inglaterra, duzentos e cinquenta rolos de tecido «tártaro» azul-escuro foram usados para fazer a insígnia da ordem de cavalaria mais antiga e eminente, os Cavaleiros da Jarreteira. No Torneio de Cheapside, de 1331, a cerimónia de abertura assistiu ao desfile de homens vestidos com panos tártaros e usando máscaras para se parecerem com guerreiros mongóis. As influências orientais até estavam presentes no *hennin*, o acessório de moda mais distintivo do Renascimento em toda a Europa. A coifa cónica que as senhoras favoreciam e que é tão visível nos retratos do século XIV em diante parece ter sido diretamente inspirada pelos chapéus característicos que os mongóis usavam na corte neste período.[23]

Porém, as conquistas mongóis tiveram outros efeitos, mais substanciais, pois serviram para transformar as economias da Europa. O número ininterrupto de enviados que eram despachados para a corte dos *khans* depressa foi acompanhado por missionários e mercadores. Subitamente, não só os mongóis, mas a Ásia como um todo entrou no campo de visão da Europa. As histórias que os viajantes traziam de volta eram devoradas por aqueles que queriam saber mais sobre o mundo exótico que, de repente, se tornava mais nítido no Oriente.

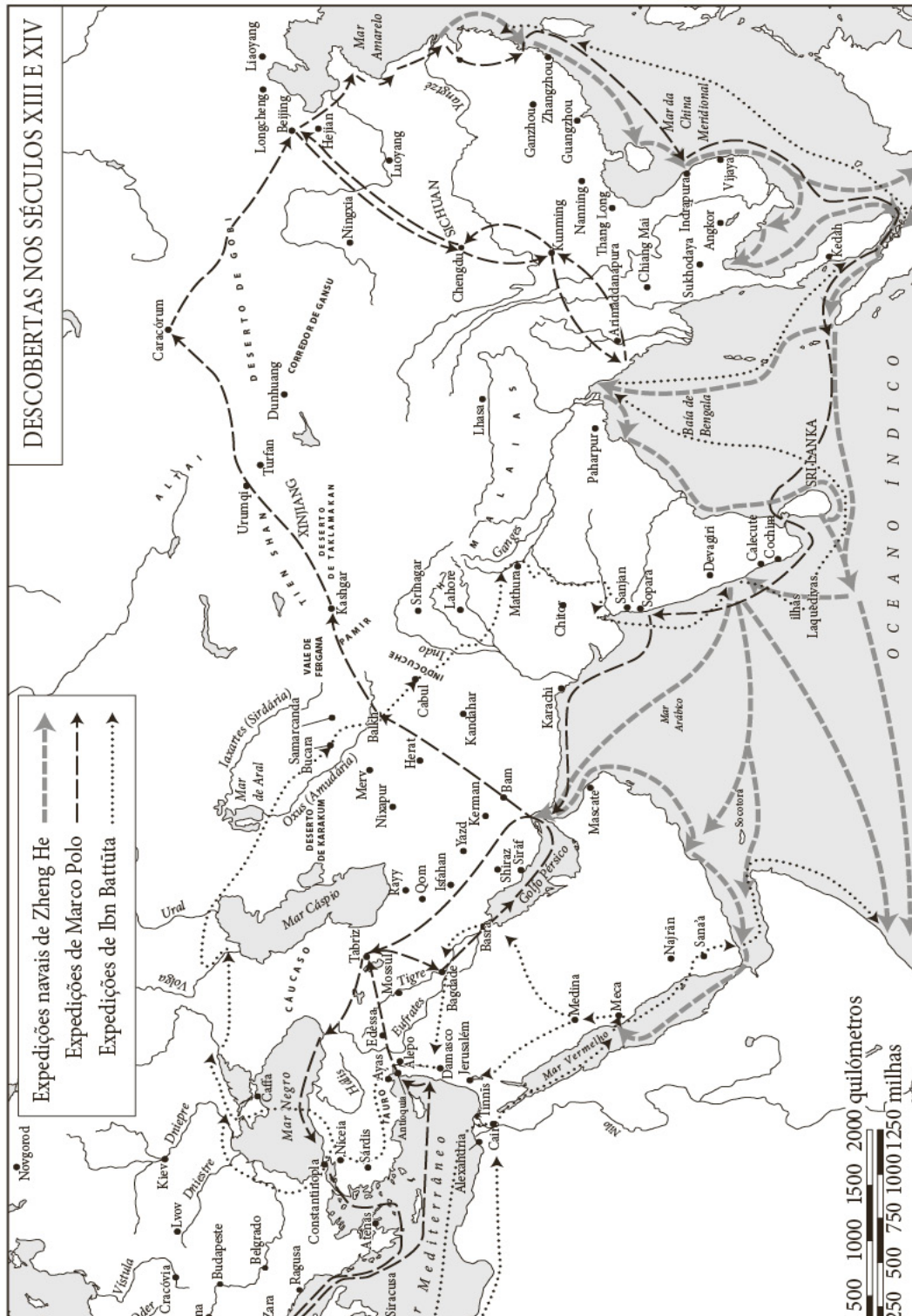
As histórias eram recebidas com espanto. Havia uma ilha para lá da China, segundo Marco Polo, onde o palácio do soberano tinha telhados de ouro e paredes de ouro com vários centímetros de espessura. Na Índia,

revelou o mesmo autor, a carne dos animais era atirada para ravinas escarpadas que estavam cheias de diamantes – mas também de cobras –, por forma a atrair águias que desceriam para ir buscar a carne e trariam as pedras preciosas, que assim poderiam ser recolhidas mais tarde e mais facilmente. A pimenta, notou outro viajante deste período, vinha de pântanos cheios de crocodilos que tinham de ser assustados com fogo. Nos relatos dos viajantes coevos, a riqueza do Oriente era lendária – e contrastava fortemente com a da Europa.[\[24\]](#)

Esta conclusão não deveria ser nem surpreendente nem nova. Era um tema familiar nos textos clássicos que agora voltavam a ser lidos, à medida que a sociedade e a economia se desenvolviam na Europa Continental, e a curiosidade intelectual regressava. Os relatos de Marco Polo e de outros ecoavam claramente os relatos de Heródoto, Tácito, Plínio, e mesmo o *Cântico de Salomão*, de morcegos que se serviam das garras para guardar os paus onde crescia cássia, de serpentes venenosas e voadoras que protegiam as árvores aromáticas na Arábia ou de fénixes que faziam ninhos de canela e olíbano que depois enchiam com outras especiarias.[\[25\]](#)

Naturalmente, a mística oriental – e histórias dos perigos passados a recolher bens que eram raros e muito prezados – estava proximamente ligada às expectativas dos preços que os bens alcançariam de volta à Europa. Bens, produtos agrícolas e especiarias cujo cultivo ou colheita eram perigosos podiam naturalmente ser muito caros.[\[26\]](#) Para divulgar informações fidedignas, começaram a aparecer manuais e compêndios por volta de 1300 sobre como viajar e comerciar na Ásia – e, acima de tudo, sobre como obter um preço justo. «Em primeiro lugar, terá de deixar crescer a barba e não a cortar», escreveu Francesco Pegolotti, o autor do mais famoso guia desta época; e levar um guia na viagem – o que se pagasse a mais por um bom guia seria compensado pelas muitas poupanças daí decorrentes, avisava. Mas a informação mais importante que divulgou foi a das taxas devidas em dadas localizações, quais as diferenças métricas e monetárias e o aspeto de diferentes especiarias – e quanto valiam. No mundo medieval como no mundo contemporâneo, o objetivo destes guias

era o de evitar a desilusão e reduzir as hipóteses de se ser engando por mercadores sem escrúpulos.[27]





Que Pegolotti não fosse de Veneza nem de Génova, as duas grandes potências da Europa dos séculos ^{xiii} e ^{xiv}, mas de Florença, era por si só revelador. Começavam a despontar cidades ávidas por estabelecer relações com o Oriente – como Lucca e Siena, cujos mercadores podiam ser encontrados em Tabriz, Ayas e noutros entrepostos orientais – a comprar especiarias, sedas e tecidos da China, Índia e Pérsia e noutras partes. A sensação de novos horizontes que se abriam não encontrou melhor expressão do que no mapa que estava pendurado na Grande Conselho do Palazzo Pubblico de Siena: concebido para ser girado à mão, o mapa mostrava o mundo centrado na cidade toscana, assinalando as distâncias, redes de transportes e a teia de agentes, contactos e intermediários de Siena, estendendo-se até ao interior da Ásia. Mesmo cidades obscuras no centro de Itália começavam a olhar para oriente em busca de inspiração e lucros e pensando em termos de estabelecer as suas próprias ligações às Rotas da Seda.[\[28\]](#)

A estabilidade que os mongóis asseguravam em toda a Ásia foi fundamental para a expansão europeia. Não obstante as tensões e rivalidades entre os diferentes ramos da liderança tribal, o primado da lei era ferozmente protegido no que tocava a assuntos comerciais. O sistema viário na China, por exemplo, era a inveja dos visitantes, que se maravilhavam com as medidas administrativas tomadas para garantir a segurança dos mercadores em viagem. «A China é o melhor e mais seguro país para o viajante», escreveu o explorador do século ^{xiv} Ibn Battūta; o sistema de notificações que aparentemente contava todos os forasteiros diariamente implicava que «um homem viaja ao longo de nove meses sozinho com uma grande riqueza e não tem nada a temer».[\[29\]](#)

Era um ponto de vista de que Pegolotti fez eco, ao notar que a estrada que ia do mar Negro à China «é perfeitamente segura, de dia ou de noite». Este era, em parte, o resultado de crenças nómadas tradicionais sobre a

hospitalidade devida a estranhos, mas também o resultado de uma perspectiva mais abrangente de incentivo ao comércio. Neste sentido, os impostos competitivos cobrados sobre os produtos que passavam pelo mar Negro encontraram ecos óbvios no outro lado da Ásia, onde o comércio marítimo que passava pelos portos na costa do Pacífico da China também cresceu graças aos esforços deliberados para aumentar as receitas alfandegárias.[\[30\]](#)

Uma área em que tal se revelou altamente eficaz foi na exportação de tecidos, cuja produção recebeu um grande ímpeto nos séculos ^{xiii} e ^{xiv}. As indústrias têxteis em Nixapur, Herat e Bagdade foram deliberadamente erigidas, ao passo que a cidade de Tabriz quadruplicou de dimensão em apenas cem anos para acomodar mercadores, bem como artífices e artesãos que foram conspicuamente bem tratados no rescaldo das conquistas mongóis. Ainda que houvesse uma procura quase insaciável por tecidos finos nos mercados orientais, quantidades cada vez maiores eram exportadas para a Europa do final do século ^{xiii}, em diante.[\[31\]](#)

Os horizontes expandiram-se por toda a parte. Na China, portos como o de Cantão (Guangzhou) serviam desde havia muito como janelas para o mundo do Sudeste Asiático. Esses grandes entrepostos comerciais eram bem conhecidos dos mercadores persas, geógrafos árabes e viajantes muçulmanos, que deixaram relatos de uma vida citadina efervescente em cidades na costa e no interior e deram testemunho de uma população cosmopolita e pródiga. O nível de interação e trocas era tal que o persa e o árabe providenciaram muitas palavras e expressões emprestadas que ainda são comuns no chinês de hoje.[\[32\]](#)

Por outro lado, o conhecimento que a China tinha do mundo exterior era distintamente vago e limitado, como o mostra um texto escrito no início do século ^{xiii} por um oficial imperial responsável pelo comércio estrangeiro em Cantão, no sul da China, uma localização abençoada com um extraordinário porto natural no delta do Rio das Pérolas. O relato, pensado para mercadores, marinheiros e viajantes, faz uma tentativa denodada para explicar as práticas comerciais no mundo de língua árabe e mais além, listando os bens que podiam ser comprados e descrevendo o que os

mercadores chineses podiam encontrar. Mas, como muitos relatos de viajantes desta época, está pejado de erros e de crenças semimísticas. Meca, por exemplo, não era a casa de Buda nem um lugar onde os budistas iam uma vez por ano em peregrinação; não há nenhuma terra onde as mulheres engravidem «expondo-se nuas à força do vento suão». Os melões em Espanha não tinham 1,80 metros de diâmetro e não chegavam para alimentar vinte homens; e as ovelhas da Europa não atingiam a altura de um homem nem podiam ser cortadas em duas todas as primaveras para que se extraísse cinco quilos de gordura para depois serem de novo cosidas sem sequelas.[33]

Quando grande parte da Ásia foi unificada sob comando mongol, contudo, assistiu-se a uma nítida melhoria nas ligações do comércio marítimo, em particular, lugares estratégica e economicamente importantes – como no Golfo Pérsico –, que estavam submetidos a uma extensa vigilância por parte das novas autoridades, dispostas a encorajar as trocas comerciais de grande distância e a aumentar as receitas.[34] Em consequência, o clima cultural de Cantão durante o século XIII tornou-se bastante mais conhecedor e menos paroquial.

Na década de 1270, a cidade tornara-se o ponto central das importações e exportações marítimas da China. Por cada navio que largava para Alexandria com cargas de pimenta destinadas às terras cristãs, reportou Marco Polo no final do século XIII, mais de cem chegavam ao porto chinês – uma nota que encontra um eco perfeito nos comentários de Ibn Battūta, escritos pouco mais tarde, segundo os quais, ao chegar à cidade, viu cem navios a entrar no golfo de Guangzhou, bem como inúmeros barcos mais pequenos.[35] O comércio no Mediterrâneo era grande; no Pacífico era enorme.

Não dependemos apenas de fontes ambíguas ou duvidosas para estabelecer a importância da cidade como centro de comércio.[36] Os despojos de um navio recuperado da baía de Guangzhou, precisamente nesta época, revela que se importavam bens de todo o sul da Ásia e com grande probabilidade também do Golfo Pérsico e da África Oriental. Pimenta, olíbano, âmbar-cinzento, vidro e algodão constituíam apenas uma

parte da carga valiosa que se afundou ao largo da costa da China em 1271, ou pouco mais tarde.[37] Encontravam-se mercadores a cruzar o Mar do Sul da China em números cada vez maiores, estabelecendo entrepostos comerciais em Sumatra, na península malaia e, sobretudo, na costa do Malabar no sul da Índia, que albergava o maior fornecimento de pimenta – um produto apreciado na China, bem como na Europa e no resto da Ásia desde havia muito.[38] Em meados do século ^{xiv}, partiam tantos navios para cidades como Calecute que alguns observadores comentaram que todo o transporte e viagens marítimos nesta parte do subcontinente indiano se faziam com barcos chineses. Em Kerala, identificou-se recentemente um navio chinês de casco tipicamente plano que naufragara.[39]

O propulsor deste comércio de longa distância era a prata, que assumiu a forma de moeda única ao longo da Eurásia. Uma das razões para isso foi a inovação no crédito financeiro na China, introduzida antes do tempo de Genghis *khan*, incluindo a introdução de letras de câmbio e o uso de papel-moeda.[40] Este sistema, uma vez adotado e melhorado pelos mongóis, teve como efeito a libertação de enormes quantidades de prata no sistema monetário, à medida que novas formas de crédito ganhavam visibilidade. A disponibilidade do metal precioso subitamente aumentou – causando uma grande correção do seu valor por comparação com o ouro. Em partes da Europa, o valor da prata caiu a pique, perdendo mais de metade do seu valor entre 1250 e 1338.[41] Em Londres, o aumento abrupto do fornecimento de prata permitiu à Casa da Moeda mais do que quadruplicar a sua produção só entre 1278 e 1279. A produção também subiu vertiginosamente na Ásia. Também nas estepes, a produção de moeda foi implementada quando os líderes da Horda Dourada começaram a cunhar moeda em grandes quantidades.[42] O estímulo chegou ainda a novas regiões. O Japão, que dependera fortemente da troca direta ou do pagamento em produtos como o arroz enquanto mecanismo de troca, mudou para uma economia monetária e tornou-se cada vez mais ativo no comércio a longa distância.[43]

Contudo, o efeito mais importante das conquistas mongóis na transformação da Europa não adveio do comércio ou da guerra, da cultura

ou da moeda. Não foram apenas guerreiros ferozes, mercadorias, metais preciosos, ideias e modas que correram nas artérias que ligavam o mundo. Com efeito, algo inteiramente diferente entrou na circulação sanguínea, que teve um impacto ainda mais radical: a doença. Um surto de peste passou pela Ásia, Europa e África, ameaçando aniquilar milhões de pessoas. Os mongóis não haviam destruído o mundo, mas parecia bastante possível que a Peste Negra o fizesse.

Além de albergar gado e nômadas durante milénios, a estepe eurasiática forma também uma das maiores bacias do mundo para a grande peste, com uma cadeia de focos interligados a estender-se do mar Negro até à Manchúria. As condições ecológicas da paisagem árida e semiárida propiciavam a disseminação da bactéria *Yersinia pestis*, que se transmite de um hospedeiro a outro, principalmente através de pulgas que se alimentam de sangue. A peste era eficaz e rapidamente transmitida por hospedeiros roedores, como ratazanas, ainda que os camelos também pudessem ficar infetados e desempenhar um papel importante na transmissão – como o mostrou a investigação relacionada de perto com o programa de guerra biológica da União Soviética no período da Guerra Fria.^[44] Ainda que a peste se possa propagar consumindo, manuseando ou inalando tecidos infetados, a transmissão aos humanos acontece comumente por pulgas que vomitam bacilos na corrente sanguínea antes de se alimentarem ou através de bacilos nas suas fezes que contaminam abrasões na pele. Os bacilos são depois transportados até aos gânglios linfáticos, como nas axilas ou nas virilhas, multiplicando-se rapidamente e criando inchaços ou bubões que Boccaccio, que viveu durante a peste, descreveu como sendo tão grandes como uma maçã ou «mais ou menos» do tamanho de um ovo.^[45] Depois, outros órgãos eram infetados, causando hemorragias internas e as pústulas características de pus negro e sangue, que tornam a doença tão visualmente aterrorizadora quanto letal.

A atual investigação sobre a *Yersinia pestis* e a peste tornou evidente o papel crucial desempenhado por fatores ambientais no ciclo enzoótico, em que mudanças aparentemente insignificantes podem fazer com que a doença passe de localizada a transmissível em grande escala. Pequenas diferenças

na temperatura e na precipitação, por exemplo, podem alterar dramaticamente os ciclos reprodutivos das pulgas, cruciais no ciclo de desenvolvimento da própria bactéria, bem como no comportamento dos seus hospedeiros roedores.[46] Um estudo recente que estipulou a subida de apenas um grau de temperatura sugeriu que isso poderia levar a um aumento de 50 por cento na prevalência da peste no grande gerbo, o principal hospedeiro roedor no ambiente das estepes.[47]

Apesar de não ser evidente onde reside a origem última da doença em meados do século XIV, a peste espalhou-se rapidamente na década de 1340, à medida que o surto se deslocava das estepes para a Europa, o Médio Oriente, o Egito e a Península Arábica.[48] Já estava instalada em 1346, quando um italiano de então descreveu «uma misteriosa doença que trazia uma morte súbita» que perpassou a Horda Dourada no mar Negro. Um exército mongol que cercava o posto comercial genovês de Caffa, na sequência de uma disputa sobre acordos comerciais, foi aniquilado pela doença, que matou «milhares e milhares a cada dia», segundo um comentador. Antes de retirar, porém, o exército mongol «ordenou que os cadáveres fossem colocados em catapultas e atirados para o interior da cidade, na esperança de que o fedor intolerável matasse toda a gente lá dentro». Em vez do cheiro, foi a doença altamente contagiosa que grassou. Sem o saberem, os mongóis recorreram a uma arma biológica para derrotar o seu inimigo.[49]

As rotas mercantes que ligavam a Europa ao resto do mundo eram agora caminhos letais para a transmissão da Peste Negra. Em 1347, a doença chegou a Constantinopla e, depois, a Génova, a Veneza e ao Mediterrâneo, trazida por mercadores e negociantes que fugiram para casa. Quando a população de Messina, na Sicília, percebeu que havia qualquer coisa de errado com os genoveses que chegavam cobertos de pústulas, a vomitar incessantemente e a tossir sangue antes de morrerem, já era tarde de mais: as galés genovesas foram expulsas, mas a doença instalou-se e devastou a população.[50]

A peste espalhou-se rapidamente para norte, chegando às cidades do norte de França e da Baviera em meados de 1348. Nessa altura, os navios

que chegavam a portos britânicos já haviam trazido «a primeira pestilência [...] transmitida por mercadores e marinheiros».[51] Tantas pessoas começaram a morrer em cidades e aldeias em Inglaterra que o papa, «na sua clemência, concedeu uma indulgência plena aos pecados confessados». Segundo uma estimativa coeva, sobreviveu praticamente um décimo da população; várias fontes reportam que os mortos eram tantos que não havia pessoas suficientes para os enterrar.[52]

Em vez de transportarem mercadorias e bens valiosos, os navios que cruzavam o Mediterrâneo traziam a morte e a devastação. A infecção não se disseminava apenas por contacto com as vítimas da peste ou pelas ratazanas sempre presentes nas viagens marítimas; mesmo as cargas transportadas tornavam-se letais com as pulgas que infestavam peles e comida destinadas ao continente europeu e a portos do Egito, do Levante e de Chipre, onde as primeiras vítimas tendiam a ser os bebés e as crianças. Depressa a doença se transmitiu à rota das caravanas para chegar a Meca, matando inúmeros peregrinos e estudiosos e dando azo à introspecção: o profeta Maomé supostamente prometera que a praga que devastara a Mesopotâmia no século VII nunca entraria nas cidades santas do islão.[53]

Em Damasco, escreveu Ibn al-Wardī, a peste «estava sentada como um rei no trono e brandia o seu poder, matando mil pessoas ou mais por dia e dizimando a população».[54] As estradas entre o Cairo e a Palestina estavam peçadas dos corpos das vítimas, e os cães dilaceravam os cadáveres empilhados contra as paredes das mesquitas em Bilbais. Na região de Asyut, do Alto Egito, entretanto, o número de cidadãos tributáveis caiu de seis mil antes da Peste Negra para apenas 116 – uma queda de 98 por cento. [55]

Ainda que estas contrações populacionais também possam refletir as pessoas que fugiam de suas casas, não se pode duvidar de que o número de mortes foi enorme. «Todo engenho e sabedoria do homem» de nada valiam para evitar a disseminação da doença, escreveu Boccaccio, o humanista italiano, na introdução ao *Decâmeron*; no espaço de três meses, notou, mais de 100 mil pessoas perderam as suas vidas só em Florença.[56] Veneza

ficou praticamente despovoada: os relatos concordam que não menos de três quartos dos seus cidadãos morreram durante o surto.^[57]

Para muitos, a situação parecia assinalar o fim do mundo. Na Irlanda, um monge franciscano concluiu o seu relato da devastação causada pela peste deixando um espaço em branco «para continuar o [meu] trabalho, caso alguém ainda esteja vivo no futuro».^[58] Havia uma premonição do apocalipse; em França, os cronistas relataram que «choveram sapos, cobras, lagartos, escorpiões e muitos outros animais venenosos». Alguns sinais do céu mostravam com clareza a insatisfação de Deus: enormes pedras de granizo atingiram a terra, matando dúzias de pessoas, ao passo que as cidades e as aldeias eram destruídas pelo fogo de trovões que produziam «um fumo pestilento».^[59]

Alguns, como o rei de Inglaterra, Eduardo III, dedicaram-se ao jejum e à oração, ordenando aos seus bispos que seguissem o mesmo exemplo. Os guias árabes escritos por volta de 1350 recomendavam aos fiéis muçulmanos que fizessem o mesmo, avisando que dizer uma oração específica onze vezes ajudaria e que entoar versos sobre a vida de Maomé protegeria das pústulas. Em Roma, realizaram-se procissões solenes em que os penitentes e temerosos marcharam descalços vestidos com cilícios e flagelando-se para mostrar o arrependimento pelos seus pecados.^[60]

Estes contavam-se entre os esforços menos criativos para apaziguar a ira de Deus. Evitem o sexo e «toda a lascívia carnal com mulheres», urgia um padre na Suécia, e também não tomem banho e evitem o vento suão – pelo menos, até à hora do almoço. Um seu congénere inglês elevou a fasquia e foi mais direto: as mulheres deveriam usar roupas diferentes, urgiu um sacerdote inglês, para seu bem e para bem de toda a gente. As roupas estranhas e reveladoras que se haviam habituado a vestir estavam simplesmente a pedir o castigo divino. Os problemas começaram quando «se puseram a usar pequenos capuzes inúteis, com rendas e tão apertados à volta da garganta que só cobriam os ombros». Não era tudo, pois, «além do mais, usavam *paltoks*, roupas extremamente curtas [...] que não tapavam os traseiros e pudendas». Como se não bastasse, «estas roupas justas e

malfeitas não lhes permitiam ajoelharem-se diante de Deus ou dos outros santos».[61]

Na Alemanha, circularam rumores radicais de que a doença não era natural, mas o resultado do envenenamento de fontes e rios pelos judeus. Levaram-se a cabo *pogroms* selvagens, e um relato diz que «todos os judeus entre Colônia e a Áustria foram reunidos e queimados vivos». As manifestações de antissemitismo eram tão cruéis que o papa interveio e emitiu proibições de ações violentas contra as populações judias em todos os países cristãos e exigiu que os seus bens fossem respeitados.[62] Saber se as proibições surtiram ou não efeito é outra questão. Afinal, não era a primeira vez que o medo do desastre, a miséria e a excessiva veemência religiosa resultavam na chacina maciça da minoria judia na Alemanha: a Renânia assistira a um terrível sofrimento por altura da Primeira Cruzada, em circunstâncias semelhantes. Era perigoso ter crenças diferentes em tempos de crise.

A Europa perdeu, pelo menos, um terço da sua população para a peste, e talvez muito mais. As estimativas mais conservadoras indicam um número de mortos próximo dos 25 milhões para um total de 75 milhões de habitantes.[63] A investigação sobre epidemias de peste mais recentes também demonstrou que, durante grandes surtos, as pequenas aldeias e áreas rurais apresentam números muito mais altos de mortos do que as cidades. Parece que o elemento determinante na propagação da peste não é a densidade da população humana (como habitualmente se pensou), mas a das colónias de ratazanas. A doença não se dissemina mais rapidamente num ambiente urbano compacto, onde há mais fogos por colónia de roedores infetados, do que no campo. A fuga das cidades e vilas para o campo, na verdade, não trazia melhores hipóteses de escapar à morte.[64] Do campo à quinta e da cidade à aldeia, a Peste Negra criou o inferno na Terra: corpos pútridos a libertar pus num cenário de medo, angústia e incredulidade perante a dimensão do sofrimento.

Os efeitos revelaram-se devastadores. «As nossas esperanças para o futuro foram enterradas com os nossos amigos», escreveu o poeta italiano Petrarca. Os planos e ambições de mais descobertas a oriente e de fazer

fortuna caíram na sombra de pensamentos negros. O único consolo, continuou Petrarca, era saber «que seguiremos aqueles que partiram antes. Não sei quanto tempo teremos de esperar, mas sei que não pode ser muito». Nem todas as riquezas do oceano Índico, dos mares Cáspio e Negro, escreveu, podiam compensar tudo o que se perdera.[\[65\]](#)

E, no entanto, apesar de todo o horror que causou, a peste revelou ser o catalisador de uma mudança social e económica tão profunda que, ao invés de assinalar a morte da Europa, serviu para a consagrar. Essa transformação foi um importante pilar na ascensão – e triunfo – do Ocidente. Isso aconteceu em várias fases. Em primeiro lugar, assistiu-se à total reconfiguração do modo de funcionamento das estruturas sociais. O despovoamento crónico no rescaldo da Peste Negra teve o efeito de aumentar abruptamente os salários, dado o valor crescente da mão de obra. Tantas pessoas morreram antes que a peste começasse a diminuir no início da década de 1350 que uma fonte notou «a falta de servos, artesãos, trabalhadores e camponeses». Em resultado, aqueles que estavam no extremo mais baixo do espectro económico e social ganharam um considerável poder de negociação. Alguns simplesmente «viravam costas ao trabalho e dificilmente se convenciam a servir os eminentes por menos do triplo do seu salário».[\[66\]](#) Não era um exagero: os dados empíricos mostram que os salários urbanos subiram dramaticamente nas décadas após a Peste Negra.[\[67\]](#)

O novo poder do campesinato, dos trabalhadores e das mulheres foi contrabalançado pelo enfraquecimento das classes terratenentes, forçadas a aceitar rendas mais baixas pelos seus domínios – decidindo que era melhor receber alguma receita do que nenhuma. As rendas mais baixas, o menor número de obrigações e os arrendamentos mais prolongados tiveram o efeito de encaminhar poder e benefícios para o campesinato e arrendatários urbanos, situação reforçada ainda por uma queda nas taxas de juro, que entraram em notório declínio em toda a Europa nos séculos ^{xiv} e ^{xv}.[\[68\]](#)

Os resultados foram notáveis. Com a riqueza agora mais uniformemente distribuída por toda a sociedade, a procura de bens de luxo – importados ou

não – cresceu vertiginosamente em resultado de haver agora mais consumidores capazes de os pagar, quando antes não estavam ao seu alcance.^[69] Os padrões de consumo foram afetados por outras mudanças demográficas que a peste produziu, em particular o favorecimento dos jovens trabalhadores, que estavam em melhor posição para aproveitar as novas oportunidades que se abriam diante deles. Menos predispostos à poupança depois da sua proximidade com a morte, mais bem pagos do que os seus pais e com melhores perspectivas de futuro, os jovens começaram a gastar as suas riquezas em coisas que despertavam o seu interesse – uma das quais era a moda.^[70] Isto, por sua vez, estimulou o investimento e o rápido desenvolvimento da indústria têxtil europeia, que começou a produzir tecidos em volumes tais que tiveram um grande impacto no comércio com Alexandria e fizeram cair as importações. A Europa começou até a exportar na direção oposta, inundando o mercado no Médio Oriente e causando aí uma contração dolorosa que em muito contrastava com a economia revigorada do Ocidente.^[71]

Como demonstra uma investigação recente baseada em ossadas de cemitérios de Londres, o aumento da riqueza conduziu a melhores dietas e a uma melhor saúde em geral. Com efeito, a modelação estatística baseada nestes resultados sugere até que um dos efeitos da peste foi um substancial aumento da esperança de vida. A população de Londres após a peste era consideravelmente mais saudável do que antes – levando a um grande aumento do tempo médio de vida.^[72]

O desenvolvimento económico e social não se deu uniformemente em toda a Europa. A mudança ocorreu mais rapidamente no norte e noroeste do continente, em parte porque esta região partia de um ponto económico mais baixo do que o Sul mais desenvolvido. Isto significava que os interesses de proprietários e arrendatários estavam mais alinhados, tornando assim mais prováveis a colaboração e as soluções que conviessem a ambas as partes.^[73] No entanto, era também significativo que as cidades a norte não tivessem a mesma bagagem política e ideológica de muitos países no Mediterrâneo. Os séculos de comércio regional e de longa distância haviam criado instituições como guildas que controlavam a competição e se

destinavam a garantir posições monopolistas a grupos definidos de indivíduos. A Europa do Norte, pelo contrário, começou a crescer precisamente porque a competição não era restringida – levando a que a urbanização e o crescimento económico ocorressem a um passo marcadamente mais rápido do que no Sul.^[74]

Também surgiram diferentes perfis comportamentais em diferentes partes da Europa. Na Itália, por exemplo, as mulheres eram menos atraídas ou tinham menos possibilidades de entrar nos mercados de trabalho e continuaram a casar-se com a mesma idade e a ter o mesmo número de filhos que tinham antes do surto da peste. Isto contrastava fortemente com a situação nos países setentrionais, onde a contração demográfica deu às mulheres a possibilidade de ganharem um salário. Um dos seus efeitos foi que as mulheres começaram a casar mais tarde – o que, por sua vez, teve implicações a longo prazo na dimensão das famílias. «Não corras a casarte», avisava Anna Bijns num poema escrito nos Países Baixos, pois «a mulher que ganha para pagar pensão e roupas não deverá correr para sofrer o jugo de um homem [...]. Não enjeito o casamento; mas não ser subjugada é melhor! Feliz a mulher que não tem homem!»^[75]

As transformações desencadeadas pela Peste Negra lançaram os fundamentos que viriam a ser cruciais para a ascensão, a longo prazo, do norte e do noroeste da Europa. Ainda que os efeitos da divergência entre partes da Europa levassem tempo a fazer-se notar, a flexibilidade sistémica, a abertura à concorrência e, talvez mais importante de todos, a consciência na Europa do Norte de que a geografia não a favorecia e que, para obter lucros, era fundamental uma forte ética de trabalho, tudo isto criou as bases para a transformação posterior das economias europeias no início do período moderno. A atual investigação torna cada vez mais claro que as raízes da revolução industrial do século XVIII residiam na revolução industriosa do mundo após a Peste Negra: à medida que a produtividade crescia, as ambições eram elevadas e os níveis de riqueza disponível subiram a par das oportunidades para a gastar.^[76]

Quando os corpos foram finalmente enterrados, e a Peste Negra se esvaneceu para se tornar uma recordação assustadora (que periodicamente

ressurgia em surtos cíclicos secundários), o sul da Europa também se transformou. Na década de 1370, os genoveses tentaram aproveitar o terrível efeito que a peste tivera em Veneza, onde o sofrimento fora particularmente agudo, e tentaram obter o controlo sobre o Adriático. A aposta virou-se contra si espetacularmente: incapaz de desferir um golpe decisivo, Génova viu-se subitamente no limite dos seus recursos e vulnerável. Um por um, os apêndices que a cidade-estado acrescentara ao longo de gerações e que ligavam a cidade ao Médio Oriente, ao mar Negro e ao Norte de África foram colhidos por rivais. A perda de Génova foi o ganho de Veneza.

Libertada das atenções da sua antiga concorrente, Veneza crescia enquanto a vida voltava ao normal, exercendo um apertado controlo sobre o comércio de especiarias. Pimenta, gengibre, noz-moscada e cravo-da-índia eram importados em quantidades crescentes, sobretudo através de Alexandria. Em média, os navios venezianos traziam mais de quatrocentas toneladas de pimenta por ano do Egito, bem como volumes consideráveis vindos do Levante. No final do século xv, quase duas mil toneladas de especiarias passavam por Veneza todos os anos e eram vendidas com bons lucros noutras partes, onde as usavam na comida, como medicamentos ou cosméticos.[\[77\]](#)

Veneza parece ter sido também o principal ponto de entrada dos pigmentos usados na pintura. Designados coletivamente como «*oltremare de venecia*» (bens venezianos do ultramar), entre estes pigmentos contavam-se o azinhavre (*verdigris*, literalmente, o verde vindo da Grécia), vermelhão, feno-grego, amarelo de chumbo e estanho, carvão de osso e um substituto do ouro conhecido como purpurina ou *aurum mosaicum*. O pigmento mais famoso e distintivo, contudo, era o azul rico que provinha do lápis-lazúli de minas da Ásia Central. A era de ouro da arte europeia – de Fra Angelico e de Piero della Francesca no século xv e, depois, de artistas como Michelangelo, Leonardo da Vinci, Rafael e Ticiano – deveu muito à possibilidade de usar cores produzidas com pigmentos que eram parte da extensão dos contactos com a Ásia por um lado e, por outro, dos níveis crescentes de riqueza disponível para os pagar.[\[78\]](#)

As missões comerciais ao Oriente eram tão lucrativas que a república as leiloava com antecedência, assim garantindo os pagamentos e deixando os riscos de mercado, transporte e políticos por conta do licitante bem-sucedido. Nas palavras orgulhosas de um veneziano, as galés partiam da cidade em todas as direções – para a costa de África, para Beirute e Alexandria, para as terras da Grécia, para o sul de França e para a Flandres. A riqueza que chegava à cidade era tal que os *palazzi* viram o seu valor muitas vezes aumentado, sobretudo nas melhores localizações, perto de Rialto e da catedral de São Marcos. Sendo a terra rara e dispendiosa, foram usadas novas técnicas na construção de edifícios, como a de substituir as escadarias duplas dos pátios, espetaculares, mas arrogantes, por escadas mais pequenas que requeriam menos espaço. Não obstante, disse um veneziano orgulhoso, mesmo as casas normais dos mercadores tinham ricos tetos dourados, escadarias de mármore, varandins e janelas com os melhores vidros da cidade próxima de Murano. Veneza era o ponto de distribuição do comércio europeu, africano e asiático por excelência – e ostentava sê-lo.[\[79\]](#)

Não foi apenas Veneza que floresceu. O mesmo aconteceu às cidades que pontuavam a costa dálmata e que serviam como pontos de paragem nas viagens de ida e volta. Ragusa, atual Dubrovnik, assistiu a extraordinários níveis de prosperidade nos séculos ^{xiv} e ^{xv}. A riqueza disponível quadruplicou entre 1300 e 1450, crescendo tão depressa que foi imposto um teto aos dotes para evitar a subida dos pagamentos; a cidade tinha tanto dinheiro que se tomaram medidas para abolir parcialmente a escravatura: em tempos de tamanha abundância, parecia errado manter outros humanos em servidão em vez de pagar pelo seu trabalho.[\[80\]](#) À semelhança de Veneza, Ragusa estava ocupada a construir a sua própria rede comercial, encetando contactos intensivos com Espanha, Itália, Bulgária e mesmo a Índia, onde se estabeleceu uma colónia em Goa em torno da Igreja de São Brás, o patrono de Ragusa.[\[81\]](#)

Muitas partes da Ásia assistiram a um aumento semelhante do crescimento e das ambições. Os negócios prosperavam no sul da Índia a par do comércio

com a China e com o Golfo Pérsico e mais além. Surgiram guildas para implementar o controlo da segurança e da qualidade, mas também para criar um monopólio que obstruiu o aumento da competição local. Essas guildas concentravam dinheiro e influência nas mãos de um grupo que se elegia a si mesmo e mantinha uma posição dominante na costa do Malabar e no Sri Lanka.^[82] Sob este sistema, as relações comerciais foram formalizadas para garantir a eficiência e justiça das transações. Segundo um relato escrito pelo viajante chinês Ma Huan, no início do século ^{xv}, os preços entre comprador e vendedor eram fixados por um intermediário; todos os impostos e taxas eram calculados e tinham de ser pagos antecipadamente antes de os bens serem desalfandegados e transportados. Criavam-se assim boas perspectivas para o comércio a longa distância: «as pessoas são muito honestas e de confiança», acrescentou Ma Huan.^[83]

Esta era, pelo menos, a teoria. Na prática, as cidades na costa meridional da Índia não operavam no vácuo e competiam entre si ferozmente. Cochim emergiu como rival de Calecute no século ^{xv} depois de um regime fiscal agressivamente competitivo ter conseguido atrair consideráveis volumes de comércio. O que, ao chamar a atenção dos chineses, se tornou num círculo virtuoso. Uma série de grandes expedições lideradas pelo grande almirante Zheng He, um eunuco muçulmano, para demonstrar o poder naval da China, asseverar a sua influência e ganhar acesso às rotas do comércio de longa distância até ao oceano Índico, o Golfo Pérsico e o mar Vermelho, deu especial atenção à criação de laços com o soberano de Cochim.^[84]

Estas missões faziam parte de um conjunto de medidas cada vez mais ambiciosas tomadas pela dinastia Ming, que substituiu os soberanos mongóis Yuan, em meados do século ^{xiv}. Investiram-se abundantes fundos em Pequim, construindo uma infraestrutura que fornecesse e defendesse a cidade. Dedicaram-se consideráveis recursos à manutenção da fronteira com as estepes a norte e a competir com uma ressurgente Coreia na Manchúria, ao passo que a presença militar a sul foi fortalecida levando a que missões regulares de cobrança de tributos comesçassem a chegar do Camboja e de Sião trazendo especialidades locais e artigos de luxo em consideráveis quantidades em troca da promessa de paz. Em 1387, por

exemplo, o reino de Sião enviou quase sete toneladas de pimenta e sândalo e, dois anos mais tarde, dez vezes essa quantidade em pimenta, sândalo e incenso.[85]

Esta expansão dos horizontes, no entanto, teve os seus custos. A primeira expedição de Zheng He envolveu cerca de sessenta grandes navios, várias centenas de barcos mais pequenos e quase 30 mil marinheiros, representando um orçamento muito substancial em termos de pagamentos, equipamento e as muitas oferendas levadas pelo almirante para usar como instrumentos diplomáticos. Esta e outras iniciativas foram pagas com um crescimento notório da produção de papel-moeda, mas também aumentando as quotas de mineração – o que levou ao triplicar de receitas neste setor em apenas uma década depois de 1390.[86] As melhorias na economia agrária e na cobrança fiscal também resultaram no aumento acentuado de receitas para o governo central e estimularam o que um comentador dos nossos dias descreveu como sendo a criação de uma economia planificada.[87]

A sorte da China foi ajudada por desenvolvimentos na Ásia Central, onde um senhor da guerra de origens obscuras se tornou a figura mais famosa da Idade Média tardia: os feitos de Timur – ou Tamerlão – foram celebrados em peças de teatro em Inglaterra, e a sua agressividade selvagem tornou-se parte integrante da consciência contemporânea da Índia. Depois de forjar um grande império em terras mongóis que ia da Ásia Menor aos Himalaias, da década de 1360 em diante, Timur embarcou num programa ambicioso de construção de mesquitas e edifícios reais em todo o seu reino, em cidades como Samarcanda, Herat e Mashad. Carpinteiros, pintores, tecelões, alfaiates, lapidários, «em suma, todo o tipo de artesãos», segundo um coevo, foram deportados de Damasco, no momento em que a cidade foi saqueada, e levados para oriente no intuito de embelezar as cidades. Um relato de um emissário do rei de Espanha à corte de Timur dá um retrato vívido da escala da construção e da quantidade de ornamentações que eram aplicadas aos novos edifícios. No palácio Aq Saray, perto de Samarcanda, a porta estava «ricamente adornada com todas as espécies de mosaicos dourados e azuis», ao passo que a câmara principal de receção era «coberta de painéis de mosaicos dourados e azuis e o teto é todo trabalhado em

ouro». Mesmo os famosos artesãos de Paris seriam incapazes de produzir obras tão esmeradas.[\[88\]](#) E isto não era nada quando comparado com Samarcanda e a corte de Timur, que era decorada com árvores douradas «com troncos tão grossos como a perna de um homem». Entre as folhas douradas encontravam-se «frutos» que, vistos de perto, revelavam ser rubis, esmeraldas, turquesas e safiras, a par de grandes pérolas perfeitamente redondas.[\[89\]](#)

Timur não tinha medo de gastar o dinheiro que cobrava aos povos que subjugava. Comprou sedas da China que eram «as mais finas do mundo inteiro», bem como almíscar, rubis, diamantes, ruibarbo e outras especiarias. Caravanas de oitocentos camelos levavam mercadores a Samarcanda. Ao contrário de alguns povos – como os 100 mil habitantes de Deli que foram executados quando a cidade foi tomada –, os chineses prosperaram à conta de Timur.[\[90\]](#)

No entanto, parecia que seriam os próximos a sofrer. Segundo um relato, Timur passou algum tempo a refletir sobre os seus primeiros tempos de vida e concluiu que precisava de expiar «atos como pilhagem, captura de prisioneiros e massacres». Decidiu que a melhor forma de o fazer seria «encetando uma guerra santa contra os infiéis, para que, de acordo com o dito “boas ações apagam más ações”, esses pecados e crimes fossem perdoados». Timur suspendeu as suas relações com a corte Ming e estava a caminho de atacar a China quando morreu em 1405.[\[91\]](#)

Os problemas não tardaram em materializar-se. A fragmentação e a rebelião deflagraram nas províncias persas enquanto os herdeiros de Timur se digladiavam para assumir o controlo do seu império. Mas uma crise financeira global no século ^{xv}, que afetou a Europa e a Ásia, causou outras dificuldades estruturais. A crise foi provocada por uma série de fatores que ainda ressoam seiscentos anos mais tarde: mercados excessivamente saturados, desvalorizações monetárias e uma balança de pagamentos invertida. Mesmo com uma procura crescente de sedas e outros produtos de luxo, havia um limite para a capacidade de absorção. Não que os apetites estivessem saciados ou que os gostos houvessem mudado, foi o mecanismo de trocas que falhou: a Europa, em particular, tinha pouco que dar em troca

dos tecidos, cerâmicas e especiarias que eram tão prezadas. Com a China a produzir de facto mais do que conseguia vender no estrangeiro, seguiram-se consequências previsíveis quando a capacidade de comprar bens secou. O resultado foi muitas vezes descrito como uma «fome de ouro e prata».[92] Hoje, chamar-lhe-íamos uma crise de crédito.

Na China, os funcionários públicos não eram bem pagos, o que levava a escândalos regulares de corrupção e a uma extensa ineficiência. Pior ainda, mesmo quando eram taxados de forma correta e justa, os contribuintes fiscais não podiam acompanhar a exuberância irracional de um governo que tendia a gastar fundos em esquemas grandiosos no pressuposto de que as receitas subiriam sempre. Não subiram. Na década de 1420, algumas das partes mais ricas da China estavam em dificuldades para pagar as suas obrigações.[93] A bolha tinha de rebentar, e foi o que aconteceu no primeiro quartel do século ^{xv}. Os imperadores Ming correram a cortar os custos, suspendendo as melhorias a Pequim, os dispendiosos projetos e expedições navais, como o esquema do Grande Canal, que, no seu auge, empregou dezenas ou mesmo centenas de milhares de homens para construir uma rede de águas que ligasse a capital a Hangzhou.[94] Na Europa, para a qual temos mais dados, envidaram-se esforços deliberados para lidar com a contração, desvalorizando a moeda – ainda que a relação entre a escassez de metais preciosos, acumulação e política fiscal seja complexa.[95]

É no entanto evidente que os provimentos globais de dinheiro se contraíram da Coreia ao Japão, do Vietname a Java, da Índia ao Império Otomano, do Norte de África à Europa Continental. Os mercadores na península malaia tomaram as rédeas do problema e cunharam uma nova moeda feita de estanho, que aí havia em abundância. Mas, em termos simples, o fornecimento de metais preciosos que garantia um sistema monetário comum ligando um lado do mundo conhecido ao outro – ainda que nem sempre em unidades, pesos e espessuras padronizados – entrou em colapso e falhou: não havia dinheiro suficiente para circular.[96]

É possível que estas dificuldades fossem agravadas por um período de mudança climática. A fome e os períodos incomuns de seca seguidos de casos de cheias destrutivas na China contam uma história poderosa sobre o impacto que os fatores ambientais tiveram no crescimento económico. Os vestígios de picos de sulfato em núcleos de gelo nos hemisférios norte e sul sugerem que o século ^{xv} foi um período de atividade vulcânica um pouco por todo o mundo. Isto conduziu a um arrefecimento global, com um efeito dominó no mundo das estepes, onde a intensificação da competição por fornecimentos de comida e água deram início a um período de deslocções, em especial na década de 1440. De um modo geral, a história deste período foi de estagnação, agruras e uma luta brutal pela sobrevivência.^[97]

Os efeitos e ramificações fizeram-se sentir do Mediterrâneo ao Pacífico, alimentando uma sensação crescente de desassossego sobre o estado do mundo. Ainda que a ascensão do império de Timur não tenha provocado um medo generalizado na Europa, a ascensão dos otomanos certamente deixou muitos cada vez mais ansiosos. Os otomanos haviam-se espalhado em torno do Bósforo no final do século ^{xiv}, obtendo vitórias esmagadoras sobre os bizantinos, os búlgaros e os sérvios e estabelecendo-se na Trácia e nos Balcãs. Constantinopla ficou presa por um fio, uma ilha cristã rodeada por um mar de muçulmanos. Os apelos apaixonados a apoio militar das cortes reais da Europa não obtiveram resposta, deixando a cidade perigosamente exposta. Por fim, em 1453, a capital imperial caiu, e a captura de uma das maiores cidades da cristandade foi um triunfo para o islão, que de novo ascendia. Em Roma, houve relatos de homens a chorar e a bater no peito quando chegaram as notícias da queda de Constantinopla e das orações encomendadas pelo papa por aqueles que estavam presos na cidade. Mas a Europa pouco fizera quando era altura de agir; agora, era tarde de mais.

O destino de Constantinopla foi motivo de grande preocupação na Rússia, onde foi visto não tanto como o sinal do ressurgimento muçulmano, mas como o fim iminente do mundo. Havia antigas profecias ortodoxas segundo as quais Jesus chegaria no início do oitavo milénio e sentar-se-ia no Juízo Final, profecias que pareciam estar prestes a cumprir-se. As forças

do mal tinham sido libertadas e haviam desferido um golpe devastador ao mundo cristão. As principais figuras do clero estavam tão preocupadas com a chegada do Apocalipse que um padre foi enviado à Europa Ocidental para descobrir mais informações específicas sobre a hora do dia em que iria acontecer. Alguns decidiram que não havia razão para calcular as datas futuras da Páscoa e de outras festividades móveis, já que o fim do tempo estava prestes a chegar. Segundo o calendário bizantino que se usava na Rússia, o momento parecia ser perfeitamente claro. Estabelecendo a data da criação em 5508 anos antes de Cristo, o mundo terminaria a 1 de setembro de 1492.[\[98\]](#)

No outro lado da Europa, encontravam-se outros que partilhavam a convicção de que o Armagedão se aproximava. Em Espanha, as atenções centraram-se nos muçulmanos e nos judeus, numa época de crescente intolerância religiosa e cultural. Os primeiros foram expulsos da Andaluzia à força das armas, os últimos receberam a ordem intransigente de se converterem ao cristianismo, deixar Espanha ou serem executados. Desesperados por liquidar os seus bens, seguiu-se uma venda relâmpago em que os investidores arrebanharam bens e vinhas em troca de peças de tecido, ao passo que as propriedades e casas luxuosas eram vendidas por valores simbólicos.[\[99\]](#) Pior ainda, uma década mais tarde, estes bens veriam o seu valor muitas vezes multiplicado.

Muitos judeus decidiram dirigir-se para Constantinopla, onde receberam as boas-vindas dos novos soberanos muçulmanos da cidade. «Dizeis que Fernando é um soberano sábio», terá exclamado Bayezid II, ao receber os judeus que chegaram à cidade em 1492, mas «ele empobrece o seu país para enriquecer o meu.»[\[100\]](#) Não se tratava de jactância: em cenas que, hoje, suscitariam um sorriso, mas que evocam os primeiros tempos do islão, os judeus não foram apenas tratados com respeito, foram francamente bem-vindos. Os novos colonos receberam proteção legal e direitos e, em muitos casos, uma ajuda financeira para começarem as suas vidas no estrangeiro. A tolerância era característica de uma sociedade segura de si e confiante na sua identidade – que era mais do que se podia dizer sobre o mundo cristão,

onde a hipocrisia e o fundamentalismo religioso depressa se tornaram traços definidores.

Um homem que se preocupou com o futuro da fé foi Cristóvão Colombo. Mesmo que, segundo os seus cálculos, ainda faltassem 155 anos para a Segunda Vinda, Colombo estava indignado por os «fiéis» apenas bajularem em questões de religião e parecia-lhe uma abominação que a Europa se preocupasse tão pouco com Jerusalém. Com um fervor que raiava a obsessão, Colombo gizou planos para lançar uma nova campanha para libertar a Cidade Santa e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma segunda fixação com os metais preciosos, especiarias e pedras preciosas que eram tão abundantes e baratos na Ásia.^[101] Se fosse possível obter um melhor acesso a esses produtos, concluiu, poderiam, por seu turno, financiar uma grande expedição para libertar Jerusalém.^[102] O problema era que, sediado na Península Ibérica, estava no lado errado do Mediterrâneo, e a sua ideia grandiosa pouco mais era do que um sonho fantasioso.^[103]

Contudo, talvez houvesse esperança. Afinal, astrólogos e cartógrafos como Paolo Toscanelli, em Florença, haviam defendido que se podia encontrar uma rota para a Ásia navegando para ocidente a partir do extremo da Europa. Após uma luta titânica para convencer terceiros a partilhar uma visão que raiava o inconsequente e o imprudente, o esquema de Cristóvão Colombo começou, por fim, a tornar-se concreto. Foram preparadas cartas de saudação ao Grande *khan* – com um espaço em branco a ser preenchido quando se soubesse o seu nome ao certo –, que seria um aliado na recuperação de Jerusalém. Recrutaram-se intérpretes para que fosse possível conversar com o líder mongol e seus representantes. Foram contratados especialistas que sabiam hebreu, caldaico (da família do aramaico falado por Jesus e seus discípulos) e árabe, a língua que se julgava ser a mais útil para lidar com o *khan* e a sua corte. Como nota um especialista, o crescente sentimento antimuçulmano na Europa significava que, quando o árabe era malvisto e proibido por lei no Velho Mundo, também o consideravam a melhor forma de comunicar logo que a Europa Ocidental finalmente estabelecesse ligações com o Extremo Oriente.^[104]

Três navios largaram de Palos de Frontera, no sul de Espanha, a 3 de agosto de 1492, menos de um mês antes do final do mundo antecipado pela Rússia. Quando desfraldou as velas e partiu rumo ao desconhecido, Colombo mal sabia que estava prestes a conseguir um feito notável: o de mudar o centro de gravidade da Europa de oriente para ocidente.

Quando uma outra pequena frota, sob o comando de Vasco da Gama, partiu de Lisboa, cinco anos mais tarde, numa outra grande viagem de descobrimento, contornando o extremo meridional de África para chegar ao oceano Índico, a Europa já não era o término de uma série de Rotas da Seda; estava prestes a tornar-se o centro do mundo.

Rota do ouro

O mundo mudou em finais do século ^{xv}. Não chegou o apocalipse nem o fim do tempo, como Colombo e outros temiam – pelo menos, não no que dizia respeito à Europa. Uma série de expedições de longa distância que partiram de Espanha e Portugal ligou as Américas à África e à Europa e, por fim, à Ásia pela primeira vez. Neste processo, estabeleceram-se novas rotas comerciais, em alguns casos alargando as redes já existentes, noutros substituindo-as. Ideias, bens e pessoas começaram a deslocar-se mais longe e mais depressa do que em qualquer outra altura da História humana – e também em maiores números.

Esta nova época impulsionou a Europa para o centro do palco, rodeando-a de uma luz dourada e trazendo-lhe uma série de eras de ouro. A sua ascensão, contudo, levou um terrível sofrimento às terras recentemente descobertas. Havia um preço a pagar pelas magníficas catedrais, a arte gloriosa e os crescentes níveis de vida que despontaram do século ^{xvi} em diante. Esse preço foi pago pelas populações que viviam no outro lado dos oceanos: os europeus não só exploraram o mundo, como o dominaram. Tal deveu-se a avanços imparáveis da tecnologia militar e naval, que providenciaram uma vantagem inegável sobre as populações com que se entrou em contacto. A era dos impérios e a ascensão do Ocidente construíram-se com base na capacidade de infligir a violência em grande escala. O Iluminismo e a Idade da Razão, o progresso rumo à democracia, às liberdades cívicas e aos direitos humanos não foram o resultado de uma cadeia invisível que

recuasse a Atenas, na Antiguidade, ou a um estado natural na Europa; foram o fruto de êxitos políticos, militares e económicos em continentes distantes.

Isto parecia improvável quando Colombo partiu para o desconhecido em 1492. Quando se lê o seu livro de bordo no século ^{XXI}, ainda encontramos entusiasmo e medo, otimismo e angústia. Por mais certo que ele estivesse de encontrar o Grande *khan* – e do papel que o próprio desempenharia na libertação de Jerusalém –, havia grandes hipóteses de a viagem terminar em morte e desastre. Colombo rumava para oriente, escreveu, não «pelo caminho costumeiro, mas pela rota ocidental, pela qual não sabemos se alguém já passou».[1]

Esta ambiciosa expedição tinha, ainda assim, alguns precedentes. Colombo e a sua tripulação faziam parte de um longo e bem-sucedido período de exploração que assistira à abertura de novas partes do mundo em África e no Atlântico Oriental às mãos das potências cristãs da Península Ibérica. Esse período fora, em parte, impulsionado por tentativas de obter acesso aos mercados do ouro na África Ocidental. A riqueza mineral desta região era lendária, região que os primeiros autores muçulmanos descreviam simplesmente como «a terra do ouro». Alguns defendiam que «o ouro cresce na terra como as cenouras e é colhido ao nascer do dia». Outros pensavam que a água tinha propriedades mágicas que faziam com que os metais preciosos crescessem no escuro.[2] A produção de ouro era prodigiosa, bem como os seus efeitos económicos: as análises químicas mostram que as moedas do Egito muçulmano, conhecidas pela sua qualidade, eram cunhadas em ouro da África Ocidental, transportado ao longo de rotas mercantes transarianas.[3]

Grande parte destas trocas comerciais era controlada desde a Antiguidade tardia pelos mercadores wangara.[4] Originários do Mali, estes homens tribais desempenharam um papel muito semelhante ao dos mercadores sogdianos na Ásia, atravessando terrenos difíceis e estabelecendo pontos de paragem ao longo das perigosas rotas que atravessavam o deserto para conseguirem manter um comércio a longa distância. Este tráfico comercial levou ao surgimento de uma rede de oásis e entrepostos comerciais e, com o

tempo, ao desenvolvimento de cidades buliçosas como Djenné, Gao e Tombuctu, que albergavam palácios reais e esplêndidas mesquitas, protegidas por magníficas muralhas de tijolos cozidos.[5]

No início do século ^{xiv}, Tombuctu, em particular, não era apenas um importante centro de comércio, mas também um íman para eruditos, músicos, artistas e estudantes que se juntavam à volta das mesquitas de Sankoré, Djinguereber e Sīdī Yahyā, grandes referências do discurso intelectual e arquivos de inúmeros manuscritos coligidos em toda a África.[6]

Não surpreende, assim, que esta região atraísse atenções a milhares de quilómetros de distância. Houve grande admiração quando Mansa Musa – ou Musa, rei dos reis do Império do Mali –, um «homem devoto e justo» como nunca se vira, passou pelo Cairo no século ^{xiv} em peregrinação a Meca, acompanhado por uma enorme corte e carregando grandes quantidades de ouro para ofertar. Durante a sua visita, gastou-se tanto ouro na cidade que alegadamente se assistiu a uma pequena crise económica na bacia do Mediterrâneo e no Médio Oriente, quando o preço dos metais preciosos aparentemente caiu a pique sob pressão do grande influxo de novo capital.[7]

Os escritores e viajantes de países distantes faziam questão de anotar as linhagens dos reis do Mali e de registar as cerimónias da corte de Tombuctu. O grande viajante do Norte de África, Ibn Battūta, por exemplo, atravessou o Sara para ver a cidade e o majestoso Mansa Musa. O soberano saía do seu palácio usando uma caveira de ouro e uma túnica feita de tecido vermelho precioso, atrás de músicos que tocavam instrumentos de cordas feitos de ouro e prata. Depois, sentava-se num pavilhão exuberantemente decorado – encimado por um pássaro de ouro do tamanho de um falcão – para ouvir as notícias do dia vindas de todo o seu império. Dada a extraordinária riqueza à disposição do rei, Ibn Battūta dificilmente conseguiu esconder a sua desilusão por Mansa Musa não ser mais liberal nas suas ofertas – pelo menos, em relação a ele. «É um rei avaro», escreveu Battūta, «não é um homem de quem se possa esperar um rico presente.»[8]

O interesse da Europa cristã também tinha sido espicaçado pelas histórias das riquezas lendárias que acompanhavam o ouro comercializado no Egito e ao longo da costa do Norte de África, em cidades como Tunes, Ceuta e Bugia, que, durante séculos, haviam albergado colónias de mercadores de Pisa, Amalfi e, sobretudo, Génova, a principal distribuidora do ouro africano no Mediterrâneo.^[9] Não obstante estes contactos mercantis, na Europa, sabia-se pouco sobre o modo como o ouro chegava às cidades costeiras ou sobre as complexas redes que traziam marfim, cristal de rocha, peles e carapaças de tartaruga do Limpopo, subindo a costa suaíli e entrando no interior africano, bem como no mar Vermelho, Golfo Pérsico e oceano Índico. Da perspetiva da Europa, o Sara era uma manta que cobria o resto do continente e o envolvia em mistério: não havia forma de saber o que se passava para lá da costa fértil e estreita do Norte de África.^[10]

Porém, havia, sem dúvida, a certeza de que as terras para lá do deserto eram imensamente ricas, algo muito bem captado pelo famoso Atlas Catalão, um mapa encomendado por Pedro IV, de Aragão, no final do século ^{xiv}, que representa um soberano de pele escura, comumente tido por Mansa Musa, vestido segundo a moda ocidental e a segurar uma pepita de ouro ao lado de uma nota que dava conta da sua riqueza: «O ouro que se encontra neste país é tão abundante», diz a nota, «que ele é o rei mais rico e nobre da terra.»^[11]

Durante muito tempo, porém, as tentativas de obter acesso direto ao ouro e tesouros da África Ocidental permaneceram infrutíferas; a costa estéril do atual sul de Marrocos e Mauritânia oferecia poucos incentivos e menos recompensas. Não parecia haver razão para navegar centenas de quilómetros para sul, ao longo de um deserto inóspito e desabitado rumo ao desconhecido. Depois, no século ^{xv}, lentamente, o mundo começou a abrir-se.

As expedições ao Atlântico Oriental e descendo pela costa africana haviam levado à descoberta de uma série de arquipélagos, entre os quais as Canárias, a Madeira e os Açores. Além de criarem a possibilidade de descobertas futuras, esses arquipélagos tornaram-se oásis lucrativos de

direito próprio, graças ao seu clima e solos ricos, propícios ao cultivo do açúcar, por exemplo, que depressa começou a ser exportado não apenas para Bristol e Flandres, mas até para o mar Negro. Quando Colombo partiu, só a Madeira produzia mais de 1360 toneladas de açúcar por ano – mas a custo do que um especialista chamou um «ecocídio» moderno, pois as florestas foram abatidas, e espécies animais não nativas, como coelhos e ratazanas, multiplicaram-se de tal forma que pareciam um castigo divino. [\[12\]](#)

Ainda que os ambiciosos soberanos de Castela, que paulatinamente haviam consolidado o poder em grande parte da Península Ibérica, tivessem o objetivo de se expandirem para este Novo Mundo, foram os portugueses que tomaram a iniciativa.[\[13\]](#) Desde o século XIII que Portugal criara ativamente laços comerciais que ligavam o sul e norte da Europa com os mercados de África. Logo no reinado de D. Dinis (que governou entre 1279-1325), grandes navios de carga eram despachados regularmente para «a Flandres, Inglaterra, Normandia, Grã-Bretanha e La Rochelle», bem como para «Sevilha e outras partes» do Mediterrâneo, carregados de bens vindos do Norte de África muçulmano e de outras partes.[\[14\]](#)

Agora, as ambições de Portugal cresciam a par do seu poderio. Primeiro, Génova foi afastada do comércio do ouro; depois, em 1415, após anos a gizar planos, Ceuta, uma cidade muçulmana na costa do Norte de África, acabou capturada. Não foi muito mais do que uma declaração de intenções, pois Ceuta tinha um valor estratégico ou económico limitado. Na verdade, a invasão revelou-se contraproducente, pois acartou consideráveis custos, perturbou laços comerciais antigos e antagonizou a população local graças a gestos ostensivos como a celebração da missa na grande mesquita da cidade, que foi convertida numa igreja cristã.[\[15\]](#)

Esta atitude beligerante era parte de uma hostilidade maior em relação ao islão, que crescia, à época, na Península Ibérica. Quando o infante D. Henrique, o *Navegador*, filho do rei de Portugal, escreveu ao papa em 1454 a pedir o monopólio da navegação no Atlântico, disse que a sua motivação era a de chegar «aos indianos que, segundo se diz, veneram o

nome de Cristo, para que possamos [...] persuadi-los a ajudar os cristãos contra os sarracenos».[16]

Estas grandes ambições não contam a história toda, dado que os pedidos para legitimar a expansão portuguesa visavam tanto manietar os rivais europeus como liderar um ataque ao mundo islâmico. E, com efeito, a sorte de Portugal não adveio de provocar a discórdia com os mercadores muçulmanos e de perturbar os mercados tradicionais, mas de encontrar novos mercados. Os arquipélagos do Atlântico Oriental tiveram uma importância crucial, facilitando as viagens de exploração ao providenciarem portos e abrigos que serviam como bases para encontrar provisões e água fresca e ao permitirem que os navios se aventurassem mais longe de casa com maior segurança.

A partir de meados do século ^{xv}, estabeleceram-se colónias como parte de um esforço deliberado para estender os tentáculos de Portugal e estabelecer o controlo sobre as mais importantes vias marítimas. Em Arguim, ao largo da costa da atual Mauritânia, e, depois, em São Jorge da Mina, na costa atlântica do atual Gana, construíram-se fortificações que tinham também grandes armazéns.[17] Estes eram concebidos de forma a permitir a catalogação precisa das importações, um ponto importante para a Coroa portuguesa, que insistia que o comércio com África desde meados do século ^{xv} era monopólio real.[18] Logo desde o início, estabeleceu-se uma estrutura administrativa que estipulava formalmente de que modo deveriam ser geridos os pontos mais recentes da rede marítima portuguesa em expansão. Quando se faziam novas descobertas, como as ilhas de Cabo Verde na década de 1450, já existia um modelo testado que podia ser aplicado.[19]

Enquanto isto, os castelhanos não assistiam impávidos; tentaram abrandar o controlo português sobre os pontos recém-adquiridos ao longo da cadeia que se estendia para sul, recorrendo à força direta contra os navios que ostentavam a bandeira do seu rival. As tensões abrandaram com o Tratado de Alcáçovas, em 1479, que cedeu a Castela o controlo sobre as ilhas Canárias, por um lado, e, por outro, concedeu a Portugal autoridade

sobre os outros arquipélagos, bem como o controlo sobre o comércio com a costa da África Ocidental.[\[20\]](#)

Contudo, não foram a alta política, as bulas papais ou a competição entre reis por posses territoriais que abriram África e transformaram as fortunas da Europa Ocidental. O grande avanço deu-se quando capitães ambiciosos de navios perceberam que, além de comerciar azeite e peles e de procurar oportunidades para comprar ouro, havia oportunidades mais fáceis e melhores. Como muitas vezes aconteceu na história da Europa, o tráfico de pessoas era a forma de comércio mais lucrativa.

O tráfico escravagista africano explodiu no século ^{xv}: e, desde o início, provou ser altamente lucrativo. Havia considerável procura de mão de obra para trabalhar em quintas e plantações em Portugal – foram levados tantos escravos para Portugal que o príncipe da Coroa que lançara as primeiras expedições foi comparado não menos do que a Alexandre Magno, por ter forjado uma nova era imperial. Não tardou muito até que as casas dos mais abastados fossem descritas como «tendo um número incontável de escravos homens e mulheres», permitindo aos seus amos que investissem o seu capital noutras partes e se tornassem ainda mais ricos.[\[21\]](#)

Poucos mostraram repugnância moral em escravizar pessoas capturadas na África Ocidental, ainda que algumas fontes mostrem empatia. Um cronista português regista os gritos, lamentos e lágrimas de um grupo de africanos que haviam sido capturados num ataque na costa ocidental e levados para Lagos, em 1444. Quando os cativos se aperceberam de que era agora necessário «afastar os pais dos filhos, os maridos das mulheres, os irmãos dos irmãos», os sofrimentos tornaram-se mais intensos – mesmo para quem assistia: «que coração, por mais empedernido, não seria varado pela pena ao ver aquela companhia?», perguntava um observador.[\[22\]](#)

Essas reações eram raras, nem os compradores nem os vendedores perdiam muito tempo a pensar naqueles que eram vendidos. Nem tão-pouco a Coroa, que via os escravos como mão de obra adicional, mas também como fonte de receitas graças ao quinto – a taxa de um quinto sobre os lucros do comércio com África –, e para a qual, assim, quantos mais

homens fossem trazidos e vendidos, melhor.[23] E mesmo o cronista que dizia ter ficado comovido pelo que vira no cais de Lagos não teve engulhos quando, dois anos mais tarde, tomou parte num ataque escravagista em que foram capturados uma mulher e o filho de dois anos, juntamente com uma rapariga de 14 anos que se debateu com tanta fúria que foram precisos três homens para a forçar a entrar no barco. Ao menos, disse o cronista friamente, «tinha uma presença agradável para uma guineense».[24] Homens, mulheres e crianças eram rotineiramente cercados em ataques que se pareciam com caçadas. Alguns pediram ao príncipe da Coroa uma licença para equipar vários navios e partir em conjunto. O príncipe não só aprovou como «ordenou de imediato [...] que se fizessem estandartes com a cruz da Ordem de Jesus Cristo» – um para cada navio. O tráfico humano estava assim associado à Coroa e a Deus.[25]

Este novo dinheiro não impressionava toda a gente. Um visitante da Polónia, no final do século xv, ficou surpreendido com a falta de graça, elegância e sofisticação dos habitantes. Os homens de Portugal, escreveu, eram «rudes, pobres, não tinham boas maneiras e eram ignorantes apesar de se fingirem sábios». Quanto às mulheres, «poucas são belas, quase todas se parecem com homens, mas, em geral, têm belos olhos negros». Tinham também magníficos traseiros, acrescentou, «tão cheios que, em boa verdade, não se vê coisa melhor no mundo inteiro». Não obstante, era justo notar que as mulheres eram também elas lascivas, avaras, inconstantes, cruéis e dissolutas.[26]

Embora o tráfico de escravos tenha tido um considerável impacto na economia doméstica portuguesa, o papel que desempenhou na exploração e descoberta da longa costa africana no século xv foi muito mais importante. Os navios portugueses continuavam a avançar cada vez mais para sul à procura de presas, descobrindo uma e outra vez que, quanto mais se aventuravam, menos bem defendidas eram as povoações. Os curiosos anciãos e chefes de aldeias que iam ao encontro daqueles que chegavam da Europa eram por rotina mortos nesse instante, e os seus escudos e lanças levados como troféus para o rei ou príncipe da Coroa.[27]

Instigados pelas oportunidades ricas e fáceis, os navegadores continuaram a avançar ao longo da costa africana no último quartel do século ^{xv}. Além das expedições escravagistas, o rei D. João II também enviou emissários, ansioso por estabelecer relações próximas com os poderosos líderes locais, de forma a proteger a posição de Portugal contra os espanhóis. Um desses representantes foi precisamente Cristóvão Colombo, que depressa usou as suas experiências para calcular o que seria necessário para prover, sustentar e manter outras viagens de longa distância. Tentou ainda usar a informação sobre a extensão da costa africana para estimar o tamanho da Terra, antecipando uma viagem ambiciosa que faria no futuro.^[28]

Outros navegadores viviam no presente. Na década de 1480, Diogo Cão descobriu a foz do rio Congo, abrindo caminho à troca formal de embaixadas com o poderoso rei da região, que concordou em ser batizado. O batismo deliciou os portugueses, que o usaram para reforçar as suas credenciais junto do papado em Roma, especialmente quando o rei do Congo foi para a batalha com os seus inimigos carregando um estandarte papal com o sinal da cruz.^[29] Em 1488, Bartolomeu Dias chegou ao extremo meridional do continente; deu-lhe o nome Cabo das Tormentas, antes de voltar para casa numa viagem muitíssimo perigosa.

Portugal guardava a sua expansão ciosamente, ao ponto de, quando Colombo abordou D. João II perto do fim de 1484 para custear uma expedição rumo a ocidente atravessando o Atlântico, a sua proposta não ter seguimento. O interesse do rei fora suficientemente instigado para «enviar uma caravela em segredo para tentar fazer o que [Colombo] propusera», mas o facto de mesmo as descobertas dramáticas de Bartolomeu Dias não terem tido seguimento sugere que a principal preocupação de Portugal era consolidar a sua expansão naquelas partes do novo mundo com que recentemente entrara em contacto, em vez de continuar a expandir-se.^[30]

As coisas mudaram quando Colombo encontrou finalmente o patrocínio que procurava da parte de Fernando e Isabel, os reis de Castela e Aragão, e largou âncora em 1492. As notícias das suas descobertas ao longo do

Atlântico entusiasmaram a Europa. Tinham sido descobertas novas terras e ilhas que faziam parte da «Índia para lá do Ganges», anunciou com confiança numa carta a Fernando e Isabel no seu regresso a Espanha. Estes novos territórios eram «férteis sem limites [...], sem comparação com outros»; as especiarias cresciam com tanta abundância que era impossível calcular; havia «grandes minas de ouro e outros metais» à espera de serem exploradas, bem como um extenso comércio a encetar «com o continente [...] pertencente ao Grande *khan*». Algodão, mástique, madeira de aloé, ruibarbo, especiarias, escravos e «mil outras coisas de valor» encontravam-se em abundância.[\[31\]](#)

Na realidade, Colombo ficara perdido e confuso com o que encontrara. Em vez dos povos cultos que esperara encontrar, deparou-se com populações locais que se passeavam nuas e pareciam, aos seus olhos, extraordinariamente primitivas. Ainda que fossem «muito bem formados, com bonitos corpos e bons rostos», apontou, também eram crédulos, ficavam deliciados com a oferta de chapéus vermelhos, contas e mesmo pedaços partidos de vidro e cerâmica. Não faziam ideia do que eram as armas, pegando nas lâminas das espadas quando estas lhes eram mostradas e cortando-se em resultado «da sua ignorância».[\[32\]](#)

Em alguns aspetos, pareciam ser boas notícias: aqueles com quem se cruzava «são muito gentis e não sabem o que é o mal», observou; estão «cientes de que existe um Deus no céu e convencidos de que viemos dos céus; e dizem muito rapidamente qualquer oração que lhes ensinemos e fazem o sinal da cruz». Era uma questão de tempo até que «uma multitude de povos» se convertesse «à nossa Santa Fé».[\[33\]](#)

Na verdade, a carta que se gabava das extraordinárias descobertas – de que se disseminaram cópias tão rapidamente que versões suas circulavam em Basileia, Paris, Antuérpia e Roma antes de Colombo e os seus marinheiros terem chegado a casa – era uma obra-prima das artes negras, nada mais do que alguns historiadores chamaram «uma manta de exageros, equívocos e simples mentiras».[\[34\]](#) Colombo não encontrara minas de ouro, e as plantas identificadas como sendo canela, ruibarbo e aloé não eram nada disso. Também não havia o indício mais remoto do Grande *khan*. A ideia de

que os tesouros eram tão abundantes que dentro de sete anos haveria fundos suficientes para pagar a cinco mil soldados de cavalaria e a 50 mil soldados rasos para conquistar Jerusalém não passava de uma tentativa flagrante para enganar.[35]

Foi um padrão que se manteve enquanto Colombo realizou outras viagens pelo Atlântico. De novo, garantiu aos seus patronos, Fernando e Isabel, que encontrara minas de ouro, alegando doença e problemas logísticos para justificar o não envio de provas mais palpáveis; em vez disso, enviava papagaios, canibais e homens castrados para tentar ocultar a verdade. Assim como estivera certo de que chegara perto do Japão na primeira expedição, também anunciou com confiança que estava agora perto das minas de Ofir, que haviam fornecido o ouro para construir o Templo de Salomão, depois de ter encontrado algumas pepitas impressionantes pelo seu tamanho na ilha de São Domingos. Mais tarde, anunciaria ter descoberto a porta do próprio paraíso quando chegou ao que de facto era a foz do rio Orinoco.[36]

Alguns homens de Colombo, furiosos pela forma como ele cuidava obsessivamente de todos os pormenores das suas expedições, como racionava as provisões e como perdia as estribeiras quando alguém discordava dele, voltaram à Europa com informações que punham em causa os relatos do almirante, que, de resto, já se tornavam cansativas com o seu implausível otimismo. A travessia do Atlântico era uma farsa, disseram Pedro Margarit, um navegador espanhol, e Bernardo Buyl, um monge missionário, aos monarcas espanhóis: não havia ouro, e não haviam encontrado nada para trazer além de índios nus, pássaros exóticos e alguns enfeites; os custos das expedições nunca seriam recuperados.[37] Esta impossibilidade de encontrar tesouros foi talvez uma razão para que as atenções se virassem da riqueza material para o erotismo nestes novos territórios. Os relatos sobre as terras recentemente descobertas, escritos no final do século ^{xv} e início do século ^{xvi}, focaram-se cada vez mais em práticas sexuais incomuns, coito em público e sodomia.[38]

Porém, depois, a sorte mudou. Em 1498, enquanto explorava a península de Paria, no atual norte da Venezuela, Colombo deparou-se com nativos que

usavam fios de pérolas à volta do pescoço e, um pouco mais tarde, descobriu um arquipélago rico em ostras. Os exploradores correram a encher os navios. Relatos coevos registam como sacas cheias de pérolas, «algumas tão grandes como avelãs, muito claras e bonitas», foram enviadas de volta para Espanha, criando grandes fortunas para os capitães e marinheiros que as carregavam.^[39] O entusiasmo cresceu com as histórias sobre as quantidades de pérolas à espera de serem colhidas, sobre as suas grandes dimensões e, acima de tudo, sobre os preços por que os locais as vendiam – preços rapidamente exagerados pelos rumores que circularam pela Europa. Uma delas, ostensivamente escrita por Américo Vespúcio, mas muito deturpada, ou, mais provavelmente, uma falsificação, dizia que o explorador italiano adquirira «cento e dezanove marcos de pérolas» (cerca de 27 quilos) em troca de «nada mais do que sinos, espelhos, contas de vidro e folhas de latão. Um [dos nativos] trocou todas as pérolas que tinha por um sino».^[40]

Algumas pérolas eram tão grandes que se tornaram famosas a título próprio – como «La Peregrina», que continua a ser uma das maiores pérolas alguma vez encontradas, e outra com o mesmo nome, célebre pela sua qualidade sem par. Ambas tiveram lugar de destaque em tesouros reais e imperiais por toda a Europa ao longo de séculos, pintadas em retratos de soberanos de Velázquez e, mais recentemente, eram a principal atração de coleções dos nossos dias, como a de Elizabeth Taylor.

A bonança das pérolas foi seguida da descoberta de ouro e prata, quando as explorações da América do Sul e Central levaram os espanhóis a entrarem em contacto com sociedades complexas e sofisticadas, como a dos aztecas e, um pouco mais tarde, dos incas. Inevitavelmente, a exploração conduziu à conquista. Colombo tomara nota, logo na primeira expedição, de que os europeus gozavam de uma enorme vantagem tecnológica sobre os povos com que se cruzavam. «Os indianos», como erradamente lhes chamava, «não têm armas e andam sempre nus e não têm perícia no uso de armas e são tão cobardes que mil deles não chegariam para enfrentar três dos nossos».^[41] Os índios tinham observado com espanto, durante um banquete em que Colombo lhes mostrou a precisão de um arco turco e,

depois, demonstrou a potência de um pequeno canhão lombardo e de uma *spingarda* – uma peça de artilharia pesada, capaz de penetrar armaduras. Os recém-chegados talvez admirassem as características idílicas e ingênuas dos povos que encontraram, mas também se sentiam orgulhosos dos seus instrumentos mortíferos, que haviam evoluído ao longo de séculos de lutas quase incessantes contra muçulmanos e reinos vizinhos cristãos na Europa. [\[42\]](#)

Colombo já avisara sobre a passividade e ingenuidade daqueles com quem se cruzara na primeira travessia. «São aptos a receber ordens e a ser postos a trabalhar, plantar e fazer tudo o mais que seja necessário, e construir cidades e aprender os nossos costumes», escreveu. [\[43\]](#) Desde o início, as populações locais foram identificadas como possíveis escravas. A violência depressa se tornou a norma. Na ilha de Cuba, em 1513, os aldeões que se apresentaram para oferecer comida, peixe e pão aos espanhóis, «no limite do que tinham para dar», foram massacrados «sem nenhuma provocação», nas palavras de um observador consternado. Esta foi apenas uma entre muitas atrocidades. «Vi [...] uma crueldade tal como nunca nenhum ser vivo viu ou espera ver», escreveu o frade espanhol Bartolomeu de las Casas sobre as suas experiências nos primeiros dias da colonização europeia, num relato horrorizado destinado a informar os que haviam ficado em casa sobre o que acontecia no Novo Mundo. [\[44\]](#) O que ele viu foi apenas o início, como contou no seu brilhante relato do tratamento dos «indianos» na sua *História das Índias*.

As populações nativas nas Caraíbas e nas Américas foram devastadas. Passadas poucas décadas após a primeira viagem de Colombo, os números do povo indígena taino caiu de meio milhão para pouco mais de dois mil. Isto devia-se, em parte, ao tratamento feroz às mãos daqueles que começaram a apresentar-se como «conquistadores», como Hernán Cortés, cujas expedições sanguinárias para explorar e proteger a América Central resultaram na morte do soberano azteca, Moctezuma, e no colapso do Império Azteca. Cortés não se detinha perante nada para enriquecer. «Eu e os meus companheiros», disse aos aztecas, «sofremos de uma doença do

coração que só pode ser curada com ouro.»[45] Estejam descansados, terá prometido a Moctezuma, «não tenham medo. Gostamos muito de vocês. Hoje, os nossos corações estão em paz.»[46]

Cortés explorou a situação na perfeição – ainda que as histórias segundo as quais os seus êxitos se deviam à crença dos aztecas de que ele era a manifestação do deus Quetzalcoátl sejam invenções tardias.[47] Encetando uma aliança com Xicoténcatl, líder dos tlaxcala, que queria aproveitar a ruína dos aztecas, os espanhóis começaram a dismantelar um Estado altamente sofisticado.[48] Como se tornou norma noutros pontos da América, os locais foram tratados com desprezo. Os nativos, escreveu um comentador em meados do século ^{xvi}, «são tão cobardes e tão temerosos que só de verem os nossos homens ficam cheios de medo [...], levando a que fujam como mulheres simplesmente em virtude de um pequeno número de espanhóis.» Em discernimento, sabedoria e virtude, escreveu, «são inferiores como crianças em relação a adultos». Com efeito, prosseguiu, eram mais como macacos do que como homens – ou seja, quase não contavam como seres humanos.[49]

Com uma ausência de escrúpulos comparável às grandes invasões mongóis ao longo da Ásia, Cortés e os seus homens capturaram tesouros, pilharam «como animais [...], cada homem estava possuído pela ganância», segundo um relato compilado no século ^{xvi} contendo testemunhos oculares. Saquearam-se objetos refinadíssimos, incluindo «colares de grandes pedras preciosas, pulseiras de tornozelo ricamente trabalhadas, braceletes, anéis de tornozelo com sinos de ouro e o diadema de turquesa que é a insígnia do soberano, reservado apenas para seu uso». O ouro foi retirado aos escudos e a suportes e fundido em lingotes; as esmeraldas e o jade foram pilhados. «Levaram tudo.»[50]

Todavia, isso não bastava. Numa das grandes atrocidades do período moderno, a nobreza e o clero de Tenochtitlán, a capital azteca, foram massacrados durante um festival religioso. A pequena força espanhola enlouqueceu e cortou as mãos dos percussionistas antes de atacar a multidão com lanças e espadas. «O sangue [...] corria como água, como água suja; o fedor do sangue enchia o ar», enquanto os europeus iam de

porta em porta à procura de novas vítimas.[51] Não foram apenas o uso da força e as alianças forjadas que devastaram a população indígena. Foram também as doenças trazidas da Europa.[52] Os habitantes de Tenochtitlán caíram em enormes números graças a surtos altamente infecciosos de varíola, contra a qual não tinham resistências e que apareceu, pela primeira vez, cerca de 1520.[53] Seguiu-se a fome. Com taxas muito altas de mortalidade entre as mulheres, a produção agrícola, pela qual eram em grande parte responsáveis, entrou em colapso. As coisas ainda pioraram porque, com as pessoas a fugir para escapar à doença, havia ainda menos gente para plantar e fazer as colheitas, pelo que a cadeia de fornecimento não tardou a falhar completamente. As mortes à conta da doença e da fome foram catastróficas.[54]

Um surto calamitoso, talvez de gripe, mas, mais provavelmente, outra vez de varíola, dizimou uma grande parte do povo maia caqchiquele, na Guatemala, onde o fedor dos cadáveres putrefactos pairava no ar, enquanto os cães e os abutres os devoravam. Depois, alguns anos mais tarde, deflagrou nova pandemia: desta vez, de sarampo. As populações antigas do Novo Mundo não tinham hipótese.[55]

Navios com cargas pesadas vindos das Américas pululavam agora nas vias marítimas rumo à Europa. Esta era uma nova rede que rivalizava com aquelas da Ásia, tanto em distância como em escala, e depressa as superou em valor: quantidades quase inimagináveis de prata, ouro, pedras preciosas e tesouros atravessaram o Atlântico. As histórias sobre as riquezas do Novo Mundo raiavam a fantasia. Um relato popular do início do século ^{xvi} falava das grandes pepitas de ouro que corriam nos rios ao longo das colinas e eram apanhadas em redes pelos locais.[56]

Ao contrário dos primeiros relatos de Colombo, que fantasiavam para enganar, os metais preciosos agora rumavam de facto para casa. Albrecht Dürer ficou surpreendido com a qualidade artesanal dos tesouros aztecas que viu numa exposição em 1520. «Nada que tenha visto na minha vida me fez rejubilar o coração como estas coisas», escreveu sobre objetos que incluíam «um sol inteiramente feito de ouro» e uma lua de prata, ambos com 1,80 metros de largura. Ficou siderado com os «espantosos objetos

artísticos», maravilhou-se com «o subtil engenho dos homens dessas distantes terras» que os haviam criado.[\[57\]](#) Rapazes como Pedro Cieza de León – que, mais tarde, se tornaria um conquistador do Peru – ficaram no cais de Sevilha a admirar, surpreendidos, navio após navio a ser descarregado e os tesouros a serem levados em carroças cheias.[\[58\]](#)

Os homens ambiciosos corriam a atravessar o Atlântico para aproveitar as oportunidades que o Novo Mundo apresentava. Armados com contratos e concessões da Coroa espanhola, figuras experimentadas, como Diego de Ordás, que acompanhou Cortés no México e, mais tarde, liderou expedições para explorar a América Central e a atual Venezuela, granjearam grandes fortunas, cobrando tributo às populações locais. Isto, por sua vez, criou um excedente nos cofres reais em Espanha, já que a Coroa exigia a sua parte.[\[59\]](#)

Não tardou muito até que, em Espanha, se formassem tentativas sistemáticas de recolha de informações, o que resultou em mapas fiáveis, numa cartografia de novos achados, no treino de pilotos e, claro, na inventariação e correta taxação das importações.[\[60\]](#) Era como se um motor de alta precisão tivesse sido ligado, impulsionando as riquezas da América do Sul e Central diretamente para a Europa.

Além do mais, um feliz acaso, laços matrimoniais, gravidezes interrompidas e noivados anulados haviam produzido um único herdeiro para os reinos de Nápoles, Sicília e Sardenha, bem como para os territórios que se estendiam pela Borgonha e os Países Baixos – e Espanha. Com fundos aparentemente ilimitados a atravessar o Atlântico, o rei espanhol Carlos V não era apenas senhor de um novo império nas Américas, era também a figura dominante da política europeia. As ambições foram recalibradas em conformidade: em 1519, Carlos V esforçou-se por reforçar ainda mais a sua posição, usando o seu extraordinário músculo financeiro para garantir a sua eleição como imperador do Sacro Império Romano-Germânico.[\[61\]](#)

A boa fortuna de Carlos V punha em causa outros líderes europeus, que se viam com menos armas, manobrados e postos de lado por um soberano empenhado em expandir ainda mais o seu poderio. A sua riqueza e

influência estavam em nítido contraste com o de figuras como Henrique VIII de Inglaterra, cujos rendimentos eram francamente embaraçosos quando comparados com os da Igreja do seu país – para não dizer nada dos rendimentos do seu par espanhol. Henrique VIII – um homem muito competitivo que, nas palavras do enviado veneziano a Londres tinha «uma formosa barriga da perna», usava o cabelo curto e liso «segundo a moda francesa» e tinha um rosto redondo «tão belo que poderia ser o de uma bonita mulher» – não podia ter escolhido pior altura para tentar mudar o estado de coisas no seu país.[62]

Numa altura em que Carlos V se tornara o bonequeiro de grande parte da Europa e do papado, a insistência de Henrique VIII em anular o seu casamento para poder unir-se a Ana Bolena – uma mulher que, nas palavras de um coevo, «não era uma das mais belas do mundo», mas que fora abençoada com olhos «negros e belos» – era extremamente imprudente, dado que a mulher que abandonava não era outra senão a tia de Carlos V, Catarina de Aragão.[63] Na sublevação que se seguiu à recusa do papa em sancionar a anulação, o rei de Inglaterra não estava apenas a atacar o papado; estava a pedir uma luta com o homem mais rico do mundo e que era senhor de continentes.

A crescente importância de Espanha na Europa e a sua rápida expansão nas Américas do Sul e Central eram quase miraculosas. Uma notável mudança de riqueza, poder e oportunidade resultara na transformação de Espanha de país secundário e provinciano no lado errado do Mediterrâneo em potência global. Para um cronista espanhol, isto não era menos do que «o maior evento desde a Criação – além da encarnação e morte daquele que criara o mundo».[64] Para outro, era claramente o próprio Deus quem revelara «as províncias do Peru, onde tantos tesouros de ouro e prata se escondiam»; as gerações futuras, opinava Pedro Mexía, não acreditariam nas quantidades descobertas.[65]

A descoberta das Américas depressa foi seguida pela importação de escravos, comprados nos mercados de Portugal. Como os portugueses sabiam por experiência própria nos arquipélagos do Atlântico e na África Ocidental, a colonização europeia era cara, nem sempre economicamente

compensadora e era mais fácil em teoria do que na prática: persuadir as famílias a deixarem os seus entes queridos já não era fácil, mas as altas taxas de mortalidade e as problemáticas condições locais dificultavam ainda mais. Uma solução fora a de enviar à força órfãos e condenados para lugares como São Tomé, juntamente com um sistema de benefícios e incentivos, como a provisão de um «escravo homem ou mulher para serviços pessoais», para criar uma base populacional que permitisse a implementação de um sistema administrativo sustentável.^[66]

Três décadas após a travessia de Colombo, a Coroa espanhola já regulava formalmente a exportação e transporte de escravos de África para o Novo Mundo, concedendo licenças a mercadores portugueses que se haviam tornado empedernidos depois de sucessivas gerações a praticar o tráfico de pessoas.^[67] A procura era quase insaciável numa região onde a violência e a doença reduziam a esperança de vida. Como acontecera durante a ascensão do mundo islâmico no século VIII, a concentração abrupta da riqueza numa parte do mundo significava que haveria um crescimento acentuado na procura de escravos na outra. A riqueza e a servidão seguiam a par.

Os soberanos africanos não tardaram a protestar. O rei do Congo fez uma série de apelos ao rei de Portugal, deplorando o impacto da escravatura. Protestou quanto aos rapazes e raparigas – incluindo de famílias nobres – que eram raptados à luz do dia para serem vendidos a mercadores europeus, que, depois, os marcavam com ferros quentes.^[68] Deveria parar de se lamentar, respondeu o soberano português. O Congo era uma terra enorme, que podia suportar o envio de alguns dos seus habitantes para outras partes; em qualquer caso, prosseguiu, o Congo beneficiava muito do comércio, incluindo do de escravos.^[69]

Alguns europeus, pelo menos, ficaram angustiados com a situação dos escravos e a vontade aparentemente implacável de extrair riquezas dos territórios recentemente descobertos. Ainda que a perspectiva de recuperar Jerusalém tivesse caído no esquecimento, a ideia da evangelização enquanto dever cristão rapidamente tomou o seu lugar.^[70] Os colonizadores europeus na América do Sul, escreveu, furioso, um importante jesuíta em 1559, «não percebem» que o propósito da

colonização «era não tanto obter ouro ou prata, nem povoar a terra e construir engenhos, nem [...] trazer riquezas [para casa], mas dar glória à fé católica e salvar almas».[71] A intenção deveria ser espalhar a palavra de Deus, mais do que fazer dinheiro. Era um eco claro dos protestos dos missionários cristãos que viajavam pelas buliçosas rotas mercantes e pelas povoações nas estepes do sul da Rússia e da Ásia Central séculos antes, que, do mesmo modo, se haviam lamentado que a obsessão com o comércio distraía as atenções de assuntos de importância maior.

No caso do Novo Mundo, havia boas razões para protestar perante a desconsideração dos benefícios das recompensas espirituais. O ouro seguia para Espanha em volumes tais que, em meados do século ^{xvi}, alguns descreviam a sua época como superando a lendária era de Salomão. Eram tantos os tesouros transportados em navios, segundo foi dito a Carlos V, em 1551, que «este período deveria mais corretamente ser conhecido como uma *era dorada*».[72]

Nem todas as riquezas extraídas das Américas seguiam para Espanha. Assim que as frotas começaram a trazer tesouros para casa, aventureiros astutos e piratas baseados em portos de França e do Norte de África tentaram capturá-los e tomar os despojos – ora esperando até ao troço final da viagem de regresso, ora, com o tempo, aventurando-se nas Caraíbas para intercetar alvos apetecíveis mais além.[73]

As histórias sobre os prémios em oferta atraíram oportunistas de todos os cantos do mundo. «Os relatos das grandes riquezas e glória» que podiam ser obtidos na linha costeira atlântica do Norte de África, escreveu um coevo em desespero, atraía homens «com o mesmo entusiasmo que incitava os espanhóis para as minas das Índias».[74] Entre estes contavam-se salteadores muçulmanos que, além de capturarem navios carregados que chegavam a casa, também começaram a devastar portos e cidades na costa espanhola, levando milhares de prisioneiros pelos quais pediam um resgate ou que vendiam mesmo como escravos.

Os ataques anunciavam uma motivação religiosa, ainda que esta fosse uma forma muito idealizada de interpretar a situação. Porém, mesmo no caso dos piratas europeus, havia questões políticas em jogo. Os ataques aos

navios ibéricos tornaram-se uma indústria regulamentada, com os rivais cristãos do rei de Espanha a emitir licenças conhecidas como *lettres de marque*. O soberano espanhol, por sua vez, prontamente emitiu contratos de incentivo à captura de piratas, conhecidos como *contra-corsarios*, para levar os principais culpados perante a justiça. Os que eram bem-sucedidos recebiam recompensas lautas da Coroa e também uma fama considerável – como Pedro Menéndez de Avilés, que capturava as suas presas em rápida sucessão, como um piloto de guerra que marca a giz o número das suas vítimas.[\[75\]](#)

Descobriam-se um Novo Mundo no outro lado do oceano, mas também em casa se criava um novo mundo, onde se encorajavam novas ideias, se experimentavam novos sabores, onde os intelectuais e os cientistas competiam entre si por patronos e financiamento. A subida dos rendimentos disponíveis daqueles que estavam diretamente envolvidos na exploração dos continentes e as fortunas que traziam de volta a casa financiaram uma transfusão cultural que transformou a Europa. Em poucas décadas, surgiram vários mecenas ricos, predispostos a investir no luxo. Havia também um crescente apetite pelo raro e o exótico.

A nova riqueza da Europa deu-lhe firmeza e confiança e também serviu para reforçar a fé, como se esperara que a nova captura de Jerusalém lograria fazer. Para muitos, era perfeitamente óbvio que a fortuna aparentemente ilimitada vinda das Américas era uma afirmação das bênçãos de Deus e fora «ordenada pelo Senhor, que dá e tira reinos a quem e como quiser».[\[76\]](#) O despontar de uma nova era, uma verdadeira Era de Ouro, levou a que se esquecesse a queda de Constantinopla às mãos dos turcos, em 1453, que havia levado muitos a lamentar-se, bater no peito e chorar nas ruas de Roma.

A tarefa era agora a de reinventar o passado. A queda da antiga capital imperial propiciava uma oportunidade inconfundível para reclamar o legado da Grécia e Roma antigas pelos seus herdeiros adotivos – algo a que se procedeu com gosto. Na verdade, França, Alemanha, Áustria, Espanha, Portugal e Inglaterra nada tinham que ver com Atenas e com o mundo dos

gregos antigos e foram, em grande medida, periféricos na história de Roma desde os seus primeiros tempos até à sua queda. Tudo isso foi omitido, e os artistas, escritores e arquitetos lançaram-se ao trabalho, recuperando temas, ideias e textos de empréstimo à Antiguidade para providenciar uma narrativa que escolhia seletivamente o passado de forma a criar uma história que, com o tempo, se tornou não só cada vez mais plausível como francamente normativa. Assim, ainda que os especialistas, desde há muito tempo, chamem a este período Renascimento, não se trata de um segundo, mas de um primeiro nascimento. Pela primeira vez na História, a Europa estava no coração do mundo.

Rota da prata

Ainda antes da descoberta das Américas, os padrões comerciais haviam sido retomados após os choques económicos do século ^{xv}. Alguns especialistas defendem que essa retoma foi causada pela maior facilidade de acesso aos mercados do ouro na África Ocidental, juntamente com a crescente produção das minas nos Balcãs e noutras partes da Europa, tornada possível talvez graças aos avanços tecnológicos que ajudaram a disponibilizar novos fornecimentos de metais preciosos. Parece, por exemplo, que a produção de prata cresceu cinco vezes, nas décadas após 1460, na Saxónia, Boémia e Hungria, bem como na Suécia.^[1] Outros especialistas apontam para o facto de a cobrança fiscal se ter tornado mais eficiente na segunda metade do século ^{xv}. A contração económica ensinara algumas lições à força, uma das quais fora a necessidade de vigiar melhor a base fiscal – algo que, por sua vez, conduziu ao que se designou a «revitalização da monarquia», segundo a qual a centralização era tão importante do ponto de vista monetário como social e político.^[2]

A julgar pelo relato de um viajante coreano, a velocidade do comércio parece ter aumentado no final do século ^{xv}. No porto de Suzhou, a cerca de cem quilómetros de Xangai, os navios juntavam-se «como nuvens», escreveu Ch'oe P'u, enquanto esperavam para receber as suas cargas de «sedas finas, gazes, ouro, prata, joias e artesanato» e transportá-las para novos mercados. A cidade estava cheia de mercadores ricos e tinha uma extraordinária qualidade de vida. «As pessoas vivem no luxo», escreveu

com uma ponta de inveja, notando que «os mercados estão espalhados como estrelas» nesta região rica e fértil.[3] Era uma situação promissora, mas não se devia aos portos da costa pacífica chinesa, antes à Península Ibérica, a milhares de quilómetros de distância.

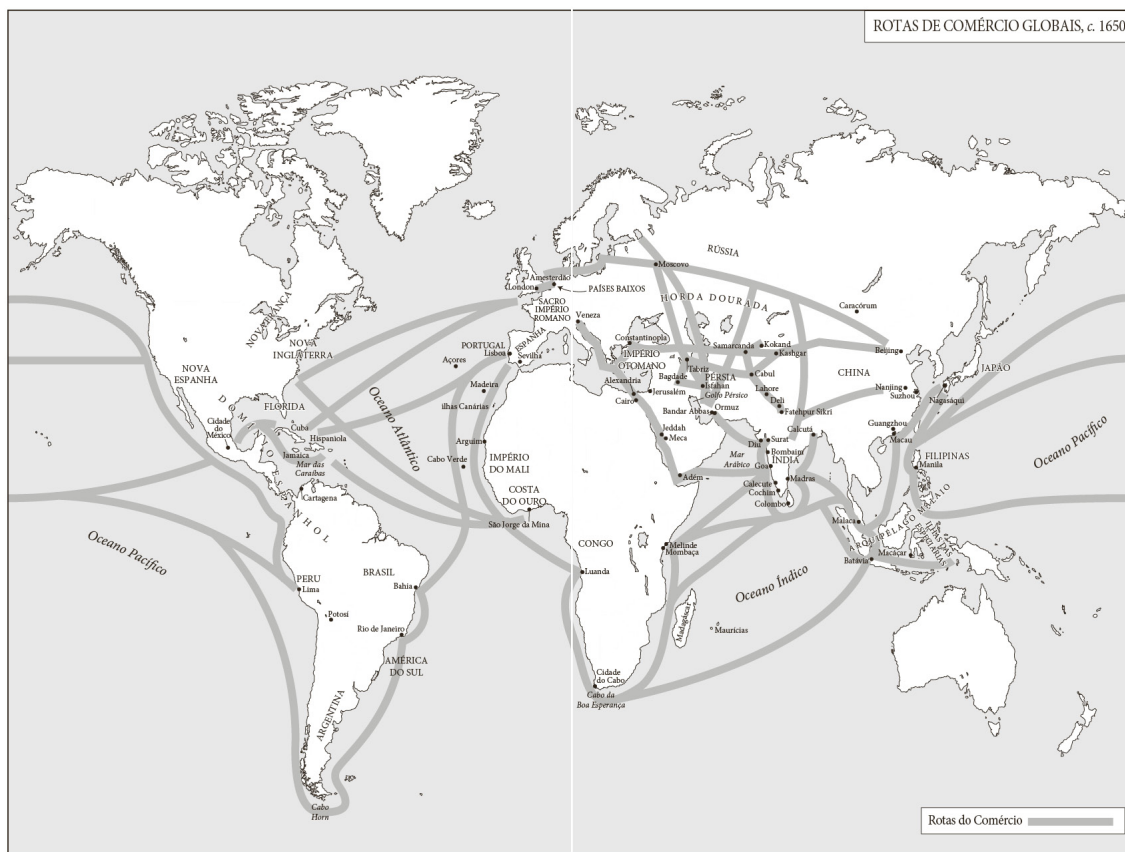
A solução chegara em duas partes. A retoma económica gradual da Europa no final do século ^{xv} já havia estimulado a procura de produtos de luxo. Criara-se um imenso reservatório de recursos à medida que as riquezas do Novo Mundo eram enviadas para Espanha. Em Sevilha, o ouro e a prata eram «armazenados como trigo» na alfândega, levando à construção de um novo edifício que recebesse o fabuloso volume de bens para que pudessem ser corretamente taxados.[4] Um observador escreveu acerca do seu espanto ao ver um navio a ser descarregado: num só dia, viu 332 «carroças de prata, ouro e pérolas preciosas» a entrar para serem contabilizadas; seis semanas mais tarde, viu 686 cargas de metais preciosos a entrar. O volume era tal, escreveu, que a «Casa [de Contratación] não podia acomodar tudo e teve de se recorrer ao pátio».[5]

As imensas receitas extraordinárias que resultaram da travessia atlântica de Colombo coincidiram com o espetacular êxito de outra expedição marítima que não era menos ambiciosa. Enquanto surgia o receio de que as tentativas de Colombo de encontrar uma rota para a Ásia haviam sido um erro dispendioso, outra frota foi equipada e preparada para levantar âncora. Sob o comando de Vasco da Gama, a tripulação foi recebida pelo rei de Portugal, D. Manuel I, antes de partir. Omitindo por acinte as recentes descobertas do outro lado do Atlântico, o soberano delineou o objetivo de Vasco da Gama: encontrar uma «nova rota para a Índia e para os países circundantes». Ao mesmo tempo, prosseguiu, «a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo» seria proclamada à medida que «novos reinos e territórios» fossem capturados aos infiéis – ou seja, aos muçulmanos. Mas D. Manuel tinha também em vista outras recompensas mais imediatas. Não seria bom, perguntou-se, adquirir «as riquezas do Oriente que são tão celebradas pelos autores antigos»? Veja-se, continuou, como Veneza, Génova e Florença e as outras grandes cidades italianas haviam beneficiado do comércio com o

Oriente. Os portugueses estavam penosamente cientes de se encontrarem não só no lado errado do mundo como até no lado errado da Europa.[6]

Tudo isso mudou com a expedição especulativa de Vasco da Gama. As coisas não pareciam promissoras quando os navios chegaram ao sul de África. A desilusão era não tanto com os habitantes, que se vestiam com peles e uma proteção para os genitais, nem com a comida – a carne de focas e gazelas e as raízes de plantas para mastigar. Devia-se, sobretudo, ao facto de, quando se exibiam amostras de canela, cravo-da-índia, pérolas, ouro «e muitas outras coisas» aos locais, se tornar «claro que eles não as conheciam de parte alguma».[7]

Quando contornou o Cabo da Boa Esperança e se dirigiu para norte, a sorte de Vasco da Gama mudou. Em Melinde, não só ficou a conhecer a passagem para oriente, como encontrou um piloto experiente disposto a ajudá-lo com os ventos das monções e a chegar à Índia. Após uma viagem que durou dez meses, ancorou no porto de Calecute.[8] Fora bem-sucedido onde Colombo falhara: encontrara uma rota marítima para a Ásia.



Já existiam comunidades de mercadores de países próximos de casa; entre as primeiras vozes que Vasco da Gama ouviu estavam as de alguém que falava numa língua familiar. «O diabo vos leve!», exclamou um de dois mercadores muçulmanos de Tunes que falavam espanhol e genovês. «O que vos trouxe aqui?» Após uma troca de galhardetes, o que disseram a seguir era música para os ouvidos de Vasco da Gama: «Que boa sorte tendes, que boa sorte! Há aqui tantos rubis, tantas esmeraldas! Deveis dar muitas graças a Deus por vos trazer a uma terra onde há tantas riquezas!»[9]

Não obstante, os portugueses tiveram dificuldade em perceber o que viam – como acontecera com Colombo. Julgaram que os templos cheios de estátuas de deuses hindus usando coroas fossem igrejas adornadas com imagens de santos cristãos, ao passo que a água atirada em rituais de purificação foi interpretada como água benta aspergida por padres cristãos. [10] As histórias de São Tomé, um dos discípulos de Cristo, a chegar à

Índia e a converter grandes números de pessoas ao cristianismo havia muito que circulavam na Europa, causando um sem-fim de conclusões erróneas que Vasco da Gama levou de volta para casa – entre estas a de que havia vários reinos cristãos no Oriente dispostos a lutar contra o islão. Muito do que foi reportado sobre o que se viu no Oriente revelou ser ambíguo ou simplesmente errado.[\[11\]](#)

As negociações com o samorim, o soberano de Calecute, foram outro teste para Vasco da Gama, que se viu forçado a explicar por que razão, se o rei de Portugal realmente possuía uma incrível fortuna, muito maior do que a «de qualquer rei destas partes», como lhe disse o almirante, ele não conseguia dar provas dessas riquezas. Com efeito, quando apresentou um sortido de chapéus e de bacias, bem como algumas fiadas de coral, açúcar e mel, os cortesãos do samorim riram-se a bom som: nem o mais pobre mercador de Meca insultaria o seu soberano com um sortido tão pobre de prendas, disseram.[\[12\]](#)

A tensão aumentava. Os portugueses viram a sua liberdade de movimentos cerceada ao serem controlados pelo olho vigilante de um grande contingente de guardas, «todos armados com espadas, machados de batalha de lâmina dupla, escudos e arcos e setas». Vasco da Gama e os seus homens temeram o pior, até que, sem aviso, o samorim anunciou que afinal autorizaria os portugueses a descarregarem os seus bens e a comerciar. Estes apressaram-se a abastecer-se de especiarias e outras mercadorias para mostrarem em casa o que haviam descoberto nas suas viagens. O que trouxeram de volta mudou o mundo.

O regresso de Vasco da Gama após dois anos de viagens épicas levou a uma celebração sumptuosa. Numa cerimónia na Sé de Lisboa para assinalar o seu êxito, Vasco da Gama foi explicitamente comparado com Alexandre Magno, uma comparação que foi avidamente adotada e repetida por escritores coevos – e não apenas em Portugal – para descrever o feito de abrir um mundo novo e não familiar no Oriente.[\[13\]](#)

Que ele tivesse chegado à Índia constituiu um grande trunfo de propaganda para D. Manuel, que imediatamente escreveu a Fernando e a Isabel (seus sogros) a anunciar os feitos, escrevendo com indisfarçável

prazer sobre como os seus homens haviam trazido «canela, cravo-da-índia, gengibre, noz-moscada e pimenta», bem como outras especiarias e flora e ainda «muitas pedras finas de toda a espécie, como rubis e outras». «Sem dúvida», acrescentou jubilante, «vossas Altezas ouvirão de todas estas coisas com muito prazer e satisfação».[14] Colombo falara de potencial; Vasco da Gama apresentou os resultados.

Os reis de Espanha encontraram algum consolo. Após a primeira expedição atlântica, Fernando e Isabel haviam pressionado o papa para que concedesse a Espanha a soberania sobre todos os territórios descobertos no outro lado do Atlântico – como o papado fizera repetidas vezes no curso do século ^{xv} relativamente às expedições portuguesas em África. Emitiram-se não menos de quatro bulas papais em 1493 estipulando como as novas descobertas deveriam ser tratadas. Após várias dissensões sobre onde precisamente traçar uma linha longitudinal, estabeleceram-se, por fim, os termos em 1494, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, que estabelecia um limite a 370 léguas para lá das ilhas de Cabo Verde. Deveria ser traçada uma «linha reta», dizia o tratado, «de norte a sul, de polo a polo, no dito mar oceano, do Ártico ao Antártico». Tudo o que ficasse a ocidente pertenceria a Espanha, e tudo o que ficasse a oriente pertenceria a Portugal. [15]

Trinta anos mais tarde, as implicações do tratado tornavam-se claras. Em 1520, os navios portugueses continuaram a explorar o Oriente, passando pela Índia para chegar a Malaca, as Ilhas das Especiarias (ilhas Molucas) e Cantão. Os espanhóis, entretanto, não só perceberam que haviam descoberto dois continentes nas Américas, mas também – com a extraordinária expedição de um marinheiro que conseguiu atravessar o Pacífico e chegar às Filipinas e às Ilhas das Especiarias – que tinham concluído a circum-navegação sem precedentes do globo. Havia alguma ironia no facto de o homem que liderou esta missão ser português e ter aceitado servir Espanha, que estava disposta a financiar as tentativas de chegar às Ilhas das Especiarias a partir de ocidente – e de as ter garantido não para o seu país natal, mas para o seu vizinho e rival.[16] Quando Fernão de Magalhães embarcou nesta expedição épica em 1519-1520,

Portugal e Espanha voltaram à mesa de negociações para estabelecer uma linha no Pacífico semelhante à que fora traçada no Atlântico. Os dois vizinhos ibéricos dividiram o globo entre si; tinham a bênção do papa – e, portanto, de Deus.[\[17\]](#)

O resto da Europa tinha agora de se adaptar à crescente fortuna de Espanha e Portugal. As notícias do regresso a casa de Vasco da Gama, em 1499, foram recebidas com uma combinação de choque, desânimo e histeria em Veneza: uma voz troante disse a todos os que quisessem ouvir que a descoberta de uma rota marítima para a Índia pelo sul de África não significava outra coisa senão o fim da cidade.[\[18\]](#) Era inevitável, disse Girolamo Priuli, que Lisboa conquistasse a coroa de Veneza como centro de comércio da Europa; «não há dúvida», escreveu, «de que os húngaros, os alemães, os flamengos e os franceses e todos os povos para lá das montanhas que costumavam vir a Veneza comprar especiarias com o seu dinheiro se voltarão agora para Lisboa». Para Priuli, as razões eram óbvias. Toda a gente sabia, escreveu no seu diário, que os bens chegados a Veneza por terra passavam por infundáveis postos de controlo onde era preciso pagar direitos e encargos; transportando os bens por mar, os portugueses conseguiriam oferecer os bens a preços com que Veneza não poderia competir. Os números contavam a história: Veneza estava condenada.[\[19\]](#) Outros chegaram a conclusões semelhantes. Guido Detti, um mercador florentino baseado em Portugal no início do século ^{xvi}, afiançava que os venezianos perderiam o controlo do tráfico comercial porque não conseguiriam bater os preços dos bens transportados por mar para Lisboa. O povo de Veneza, observou ironicamente, teria de voltar a ser um povo pescador; a cidade cairia outra vez nas lagoas de onde se erguera.[\[20\]](#)

Os rumores sobre a queda de Veneza estavam equivocados, pelo menos a breve prazo. Como fizeram notar vozes mais sóbrias, a abertura de uma rota marítima para o oriente não estava isenta de riscos. Muitos navios portugueses não conseguiram voltar a casa. Menos de metade dos 114 navios que passaram o extremo meridional de África regressou em segurança, disse o estadista veneziano Vincenzo Querini ao Senado, em

1506. «Dezanove perderam-se de certeza, quase todos carregados com especiarias, e acerca de outros quarenta nada se sabe.»[21]

Não obstante, Veneza depressa enviou emissários ao Egito muçulmano para discutir formas de cooperação contra os portugueses, com sugestões de operações militares conjuntas e até, antecipando a construção do Canal do Suez séculos mais tarde, contemplando se seria possível escavar um curso de água através do mar Vermelho para permitir a passagem de «tantos navios e galés quantos se quisesse».[22]

Ainda que os portugueses estivessem convencidos de que as operações dirigidas contra si no mar Vermelho e ao largo da costa da Índia, no início do século ^{xvi}, fossem o resultado de uma grande aliança orquestrada contra os portugueses por Veneza, na verdade, os egípcios não precisavam de grande encorajamento para tentar impor o controlo sobre as suas vias marítimas. O surgimento de números crescentes de navios portugueses não fora bem-vindo, sobretudo porque os recém-chegados eram altamente agressivos. Em dada ocasião, o próprio Vasco da Gama capturou um navio com centenas de muçulmanos que voltavam à Índia após a peregrinação a Meca. Ignorando as ofertas generosas e desesperadas dos que seguiam a bordo para pagar um resgate, ordenou que se pegasse fogo ao navio, num ato tão grotesco que um observador afirmou: «lembrarei o que vi todos os dias da minha vida». As mulheres estendiam as suas joias para implorar misericórdia e serem salvas das chamas ou da água, ao passo que outras levantavam os bebés para tentar protegê-los. Vasco da Gama observou impávido, «cruelmente e sem nenhuma piedade» enquanto todos os passageiros e membros da tripulação se afogaram diante dos seus olhos.[23]

Os ataques aos portos e a localizações estrategicamente sensíveis eram um facto preocupante para o Egito. Gidá, o porto de Meca, foi atacado em 1505, ao passo que pouco mais tarde Mascate e Qalhāt, pontos-chave no Golfo Pérsico, foram saqueadas e as suas mesquitas destruídas pelo fogo. [24] Igualmente preocupante era o facto de os portugueses começarem a pensar em termos de estabelecer uma rede de bases numa cadeia que ligava de volta a Lisboa. Não podia haver nada de mais importante, defendeu o comandante e explorador Francisco de Almeida, em 1505, «do que ter um

castelo na foz do mar Vermelho ou muito perto», pois isso significaria que «todos os que vivem na Índia perderiam a ideia tola de que podem fazer comércio com qualquer pessoa além de nós».[25]

Perante esta violência e ostentação, o sultão do Cairo despachou esquadrões com ordens para patrulhar o mar Vermelho e os seus portos e, sempre que necessário, recorrer à ação directa.[26] Alguns comandantes portugueses concluíram que era preciso mudar de tática. Os seus navios estavam a ser desnecessariamente expostos ao perigo, disse um deles ao rei de Portugal. Seria melhor abandonar os fortes que haviam sido construídos em localizações provocadoras, como na ilha de Socotorá, na foz do mar Vermelho, e, em vez disso, promover relações cordiais com o Egito muçulmano.[27]

O esforço inicial de exploração portuguesa fora acompanhado por uma crescente violência e uma intolerância brutal. Não tardou muito, porém, até que a situação amainasse e a retórica tonitruante sobre o triunfo do cristianismo e a queda do islão cedesse lugar a uma abordagem mais sóbria e realista. Dadas as muitas oportunidades comerciais, as atitudes perante o islão, o hinduísmo e o budismo depressa abrandaram – como acontecera nos Estados Cruzados, à medida que a jactância foi substituída pelo reconhecimento de que uma minoria numérica teria de estabelecer uma relação funcional para garantir a sua sobrevivência.

Isto funcionava para ambas as partes, pois os soberanos rivais na Índia e em lugares como Macau e a península malaia estavam mais do que dispostos a competir entre si concedendo termos comerciais cada vez mais vantajosos aos mercadores europeus, por forma a garantir que os fluxos adicionais de dinheiro iriam para eles e não para os seus rivais.[28] Neste contexto, era do interesse de todos que as diferenças de fé fossem minimizadas o mais possível. Não obstante, havia quem congeminasse esquemas grandiosos. Afonso de Albuquerque especulou que a captura de Malaca significaria que «Cairo e Meca serão arruinados, e Veneza não conseguirá obter especiarias exceto as que os mercadores puderem comprar em Portugal»; começou, então, a chacinar a população muçulmana da cidade, o que, em última instância, apenas conseguiu perturbar o comércio

e gerar hostilidade e uma profunda desconfiança.[29] A família reinante retirou-se da cidade e estabeleceu novos sultanados em Perak e Johor, onde a liderança estava assegurada perante a competição contínua das potências europeias.[30] Contudo, em grande medida, e ao contrário das Américas, a descoberta da rota para Oriente foi uma história de cooperação em vez de conquista. O resultado foi um aumento exponencial do comércio do Oriente para o Ocidente.

Com a Europa ajoujada sob o peso das riquezas extraídas das Américas, a capacidade de pagar produtos de luxo vindos da Ásia subiu dramaticamente. Depressa, as lojas de Lisboa, Antuérpia e de outros centros de comércio na Europa estavam repletas de porcelana chinesa e sedas Ming. [31] No entanto, as importações de longe mais importantes, em termos de quantidade e procura, eram as especiarias. A pimenta, a noz-moscada, o cravo-da-índia, o olíbano, o gengibre, o sândalo, o cardamomo e açafrão-da-terra eram muito apreciados na confeção de comida na Europa desde os tempos romanos, tanto como ingredientes que transformavam o sabor de comidas insípidas como pelo seu efeito medicinal.

Considerava-se que a canela, por exemplo, fazia bem ao coração, estômago e cabeça e que ajudava a curar a epilepsia e a paralisia. O óleo de noz-moscada era reconhecido como tratamento para diarreia e vômitos, assim como para combater a constipação comum. O óleo de cardamomo aliviava os intestinos e reduzia a flatulência.[32] Num manual árabe escrito no Mediterrâneo por volta desta época, um capítulo intitulado «Prescrições para aumentar as dimensões de membros pequenos e torná-los esplêndidos» sugeria esfregar uma mistura de mel e gengibre nos genitais; o efeito seria tão poderoso e produziria tanto prazer que a parceira sexual do homem «protestaria se ele saísse de cima dela outra vez».[33]

A competição para fornecer estes novos mercados era feroz. Apesar do alarme em Veneza que se seguiu às notícias da primeira expedição de Vasco da Gama, as rotas mercantes bem estabelecidas não foram substituídas da noite para o dia. Pelo contrário, prosperaram graças à procura crescente na Europa: então como agora, os consumidores não estavam interessados em

saber como chegavam os produtos ao mercado; a única coisa que importava era o preço.

Os mercadores observavam-se ciosamente, registrando o que estava a ser comprado e por quanto. Os portugueses recrutaram mercadores como Mateus Becudo, no Levante, para espiar o tamanho das caravanas que chegavam do Egito e Damasco por terra e por mar e para relatar as quantidades de bens que carregavam. Os rumores de más colheitas, de navios que se perdiam com as suas cargas ou de instabilidade política podiam afetar os preços quotidianamente – fazendo da especulação uma atividade problemática. Podiam verificar-se grandes flutuações na oferta dependendo de quando precisamente a frota das especiarias levantava âncora, influenciando o mercado largamente a favor de mercadores no Mediterrâneo Oriental que tinham acesso a melhores informações e confiavam em rotas menos arriscadas do que contornar o continente africano.[\[34\]](#)

Entretanto, decidir em que investir era um exercício para nervos robustos. Em 1560, Alessandro Magno, jovem mercador de Veneza, observou ansiosamente a subida do preço da pimenta em Alexandria, em 10 por cento, numa questão de dias, o que o levou a cancelar as suas encomendas e a investir em cravo-da-Índia e gengibre. Era essencial evitar uma bolha especulativa que não só o podia privar das margens, mas levá-lo a perder o capital. Como intermediário, o seu sustento dependia de ser capaz de comprar os bens certos a preços que os seus clientes estivessem dispostos a pagar.[\[35\]](#)

Com toneladas de especiarias, sobretudo pimenta, a chegar à Europa cada ano, o que fora um negócio de luxo para uma elite, depressa se tornou um artigo comum cultural e comercialmente, graças a uma procura e oferta num mercado de massas. O lucro potencial explica a razão por que os portugueses se lançaram a construir uma Rota da Seda própria, estabelecendo uma série de portos e ancoradouros que ligavam Lisboa à costa de Angola, Moçambique e África Oriental e mais além, numa rede crescente de feitorias com colónias permanentes que ia da Índia ao Estreito de Malaca e às Ilhas das Especiarias. E tiveram considerável êxito nessa

empresa – a ponto de, poucas décadas após a expedição de Vasco da Gama à Índia, uma parte substancial dos proveitos estatais resultar do comércio de especiarias.[36]

Não obstante, depararam-se com desafios sérios, até porque outros estavam determinados a não perder uma quota do mercado. Após tomarem controlo do Egito, em 1517, depois de um período de turbulência no Próximo e Médio Oriente, os otomanos emergiram como força dominante no Mediterrâneo Oriental – e como grande ameaça à Europa. «Agora que o turco atroz capturou o Egito e Alexandria e todo o Império Romano do Oriente», escreveu o papa Leão X, «não só cobiçará a Sicília e Itália, mas o mundo inteiro.»[37]

A sensação de ameaça tornou-se mais aguda com os êxitos militares otomanos nos Balcãs e uma ominosa deslocação para o centro da Europa. Preparava-se um embate, escreveu o grande filósofo Erasmo numa carta a um amigo na primeira metade do século ^{xvi}, que decidiria o destino do mundo, «pois o mundo não pode ter durante mais tempo dois sóis no céu». O futuro, previu, pertenceria aos muçulmanos ou aos cristãos, mas não a ambos.[38]

Erasmo estava errado – como o estavam os seus pares no mundo otomano, que não eram menos explícitos nas suas previsões de que «assim como só há um Deus no céu, [assim também] só pode haver um império na Terra».[39] Não houve nenhuma luta até à morte, ainda que o exército maciço que abriu caminho na Hungria e na Europa Central, em 1526, tenha criado ondas de pânico após o êxito turco contra uma força reunida à pressa em Mohács, no sul da Hungria. O que emergiu, na verdade, foi uma rivalidade intensa e duradoura, que extravasou para o oceano Índico, o mar Vermelho e o Golfo Pérsico.

Cheios de confiança, os otomanos não olharam a meios para reforçar a sua posição comercial ao longo da Ásia. Estabeleceram uma rede de agentes compradores, restauraram e melhoraram uma série de castelos para proteger as vias marítimas no Mediterrâneo, no mar Vermelho e no Golfo Pérsico. A modernização das estradas que se dirigiam para o interior a partir do Golfo

Pérsico através de Basra até ao Levante tornou esta rota tão fiável, segura e rápida que os portugueses acabaram por usá-la para as suas comunicações com Lisboa.^[40]

Isto era surpreendente, dado o uso regular de força pelos otomanos contra os portugueses. Os otomanos lançaram um grande ataque ao forte português de Diu, no noroeste da Índia, em 1538, e fizeram repetidos ataques contra navios portugueses.^[41] Um capitão do mar, Sefer, teve uma série de êxitos, em meados do século ^{xvi}, tão espetacular que passou a haver um prémio pela sua cabeça. Os otomanos tornavam-se «cada vez mais ricos com despojos tomados aos portugueses», lamentou-se um capitão europeu, notando como a frota de Sefer se tornava cada vez maior; vendo como ele fora bem-sucedido com um pequeno número de navios à sua disposição, «quantas mais agruras não [nos] trará e quantas riquezas não levará [para casa], quando um dia tiver trinta navios?». ^[42] Os otomanos revelavam-se formidáveis rivais: um outro observador português escreveu, em 1560, que, todos os anos, toneladas de especiarias chegavam a Alexandria (o mais importante entreposto no Mediterrâneo Oriental para bens vindos do Oriente); «não surpreende», lamentou-se, «que cheguem tão poucas a Lisboa». ^[43]

Por esta altura, os lucros do comércio de especiarias já começavam a abrandar consideravelmente, levando alguns portugueses a enjeitar as especiarias e a investir noutros produtos e bens asiáticos, acima de tudo algodão e seda. Esta mudança acentuou-se perto do fim do século ^{xvi}, altura em que os têxteis eram transportados em volumes cada vez maiores para a Europa.^[44] Alguns comentadores de então sugeriram (e alguns especialistas de hoje concordam) que isso se deveu aos elevados níveis de corrupção entre os oficiais portugueses envolvidos no comércio de especiarias e a más decisões da parte da Coroa, quer quando impôs uma taxa excessivamente alta às importações quer ao estabelecer uma rede de distribuição ineficiente na Europa. A concorrência otomana conseguira pôr os portugueses – e as margens financeiras – sob intensa pressão.^[45]

No centro desta rivalidade no oceano Índico e noutras partes estava a competição para garantir um máximo de receitas fiscais sobre bens que se

dirigiam a compradores endinheirados na Europa. O êxito otomano alcançou consideráveis dividendos. Os cofres centrais em Constantinopla ficaram repletos perante os volumes crescentes de tráfico que passava nos portos do mar Vermelho, Golfo Pérsico e Mediterrâneo, ainda que a procura doméstica crescente também desempenhasse um importante papel no aumento das receitas governamentais.^[46] As remessas anuais cresceram significativamente no curso do século ^{xvi}, o que, por sua vez, instigou a mudança económica e social não só nas cidades, mas também no campo.^[47]

A Era de Ouro não acontecia apenas na Europa, portanto. No mundo otomano, implementaram-se vastos programas de construção, dos Balcãs ao Norte de África, financiados por receitas fiscais crescentes. Muitos dos mais espetaculares projetos foram ideados por Sinân, o principal arquiteto do sultão Solimão, o *Magnífico* (que governou entre 1520-1566), cujo cognome basta para capturar o espírito, e prosperidade, da época. Sinân construiu mais de oitenta grandes mesquitas, sessenta madraças, trinta e dois palácios, dezassete hospícios e três hospitais, bem como muitos aquedutos, pontes, banhos e armazéns durante os reinados de Solimão e do seu filho Selim II. A Mesquita de Selim, construída em Edirne (no atual noroeste da Turquia), entre 1564 e 1575, destacava-se pelo seu arrojo arquitetónico e brilhante engenharia, de tal modo que «merecia a admiração da Humanidade», segundo um relato coevo. Mas era também um símbolo de ambição religiosa: «os povos do mundo» haviam dito que não seria possível construir «nas terras do islão» uma cúpula tão grande como a de Hagia Sophia, em Constantinopla. A mesquita em Edirne mostrava que estavam errados.^[48]

Na Pérsia, assistiu-se igualmente a um crescente financiamento da arquitetura e das artes visuais que rivalizava com a vitalidade cultural da Europa. Um novo império emergira sob a dinastia safávida, juntando os fragmentos do reino timúrida, que se fraturara após a morte de Timur, no início do século ^{xv}. O império atingiu o seu auge durante o reinado do xá ‘Abbās I (que governou entre 1588 e 1629), que superintendeu à reconstrução surpreendentemente ambiciosa de Isfahan (no atual centro do

Irão), onde os velhos mercados e as ruas sombrias foram demolidos e substituídos por lojas, banhos públicos e mesquitas construídos segundo um plano cuidadosamente concebido para a cidade. As grandes obras de irrigação garantiam que a nova Isfahan teria água em abundância – algo que era essencial para o Bāgh-i Naqsh-i Jahān, o «jardim que adorna o mundo», uma obra-prima de desenho hortícola que ficava no coração da cidade. A gloriosa Mesquita Masjid-i Shāh foi também construída com o objetivo – como acontecera com Edirne – de vir a ser uma joia a par do melhor que se fazia no mundo islâmico. Como notou um contemporâneo, o xá fez de Isfahan «um paraíso com edifícios encantadores, parques em que o perfume das flores exaltava o espírito e ribeiros e jardins».[49]

Os livros, a caligrafia e as artes visuais – em especial as pinturas em miniatura – floresceram numa cultura que era autoconfiante, intelectualmente curiosa e cada vez mais internacional. Alguns tratados explicavam como criar boa arte, e o *Qānūn al-Suvar*, por exemplo, fazia-o em dísticos rimados, espirituosos e em estilo marcado. Atentai, avisava o autor desta obra aos seus leitores, que querer dominar a arte da pintura é desejável, mas «devereis saber que, para atingir a mestria neste campo, o talento natural é uma consideração maior».[50]

A prosperidade ajudava a abrir novos horizontes: os monges carmelitas em Isfahan presentearam o xá com uma tradução persa do Livro de Salmos, que foi aceite com gratidão; e o papa Paulo V enviou um conjunto de ilustrações medievais da Bíblia de que o xá gostou tanto que encomendou comentários persas que explicassem o que as cenas representavam. Era uma época em que os judeus da região faziam cópias da Tora em persa, mas usando caracteres judeus – um sinal de tolerância religiosa, mas também da autoconfiança da Pérsia neste tempo de crescimento.[51]

Os impérios Persa e Otomano lucraram com o aumento a pique das taxas de trânsito e de impostos sobre as importações de bens que vinham de oriente e, claro, dos bens e produtos domésticos que tinham grande procura entre a Europa recentemente abastada, das casas reais às famílias de mercadores, dos favoritos da corte a lavradores endinheirados. Mas, ainda que o Próximo Oriente se tenha dado bem com a cascata de ouro, prata e

outros tesouros que passavam o Atlântico vindos das Américas, os principais beneficiários eram os lugares onde tinham origem grande parte das exportações: Índia, China e Ásia Central.

A Europa tornou-se um entreposto de metais preciosos que chegavam de origens espetacularmente ricas, como a mina de Potosí, nos Andes, na atual Bolívia, que revelou ser o maior filão de prata da História, responsável por mais de metade da produção global ao longo de mais de um século.[52] Foram desenvolvidas novas técnicas de extração do metal, usando um processo com amálgama de mercúrio, tornando a mineração mais barata, rápida e ainda mais rentável.[53] A descoberta permitiu uma extraordinária aceleração na redistribuição de recursos da América do Sul, passando pela Península Ibérica até chegar à Ásia.

O metal precioso era fundido e cunhado em moedas enviadas para oriente numas quantidades surpreendentes. A partir de meados do século XVI, centenas de toneladas de prata foram exportadas para a Ásia cada ano para pagar os muito procurados bens e especiarias orientais.[54] Uma lista de compras feita em Florença na década de 1580 mostra como os apetites se haviam tornado insaciáveis. O grão-duque Francesco de Médici forneceu generosos fundos a Filippo Sassetti, um mercador florentino prestes a partir para a Índia, juntamente com instruções para comprar um sortido de bens exóticos. Prontamente recebeu capas, têxteis, especiarias, sedas e modelos em cera de plantas, um interesse pessoal do grão-duque e do seu irmão, o cardeal Ferdinando, bem como uma quantidade de medicamentos, incluindo um remédio para mordeduras de cobras venenosas.[55] Esta curiosidade aquisitiva era típica dos homens cultos e poderosos da época.

A Europa e o Próximo Oriente brilhavam com as descobertas vindas das Américas e a abertura da rota marítima ao longo da costa de África. Mas nenhum lugar brilhava tanto como a Índia. O período que se seguiu à travessia do Atlântico por Colombo correspondeu a uma época de consolidação num reino que se desintegrara após a morte de Timur. Em 1494, um dos seus sucessores, Bābur, herdou terras no vale de Fergana, na Ásia Central, e começou a tentar expandi-las, centrando as atenções em

Samarcanda – com um êxito fugaz. Após ter sido expulso da cidade por rivais uzbeques, deslocou-se para sul e, após anos de lutas com poucos resultados, dirigiu as atenções para outros lados. Primeiro, tornou-se senhor de Cabul e, depois, tomou controlo de Deli expulsando a tirânica dinastia Lodi, cujos membros eram muitíssimo impopulares por perseguirem selvagem e regularmente a população hindu.^[56]

Bābur já revelara o seu gosto por edificar, superintendendo com grande prazer à construção do magnífico jardim Bāgh-i Wafa, em Cabul, com fontes impressionantes, romãzeiras, prados de trevos, laranjais e plantas trazidas de várias partes. Quando as laranjas amadureciam, escreveu orgulhosamente, «é uma bela visão – realmente bem desenhada».^[57] Quando se estabeleceu na Índia, prosseguiu esses gloriosos desenhos de jardins – mas queixava-se das dificuldades do terreno. Ficou desiludido ao perceber que o fornecimento de água no norte do subcontinente indiano era um grande problema; «para onde quer que olhasse», escreveu, desapontado, «era tudo tão desagradável e desolado» que quase não valia o esforço de tentar criar algo de especial. Por fim, ganhou ânimo e decidiu-se por um local perto de Agra: «ainda que não houvesse nenhum local apropriado [perto da cidade], não podíamos senão trabalhar com o espaço que tínhamos». Após considerável esforço e grandes despesas, na «Índia desagradável e desarmoniosa», criaram-se esplêndidos jardins.^[58]

Apesar dos escrúpulos iniciais de Bābur, o momento em que se deslocou para sul não podia ter sido melhor. O novo domínio não tardou em tornar-se um poderoso império. A abertura de novas rotas comerciais e o entusiasta poder de compra da Europa levaram à entrada súbita de moeda forte na Índia. Uma considerável porção desta foi investida na compra de cavalos. Mesmo no século ^{xiv}, temos relatos de milhares de cavalos a serem vendidos todos os anos na Ásia Central.^[59] Os cavalos criados nas estepes eram populares, sobretudo por serem maiores – e mais bem alimentados – do que os criados no subcontinente, «por natureza tão pequenos que, quando um homem os monta, os seus pés quase tocam no chão».^[60] Com a abundância de prata que permitia comprar bens do Oriente, muita foi gasta a comprar os melhores cavalos, por razões de prestígio, diferenciação e para

eventos cerimoniais – muito à semelhança do dinheiro que chegou em abundância mais recentemente aos Estados ricos em petróleo e que foi gasto nos melhores carros: *Ferrari*, *Lamborghini* e outros carros de luxo.

O comércio de cavalos era muito lucrativo. Fora uma das primeiras coisas a atrair a atenção dos portugueses quando atingiram o Golfo Pérsico e o oceano Índico. Relatos entusiasmados chegaram a Portugal no início do século ^{xvi} sobre a procura de cavalos puro-sangue árabes e persas e os altos preços que os príncipes indianos estavam dispostos a pagar por estes. Os portugueses tornaram-se tão envolvidos no lucrativo negócio de traficar cavalos que este foi responsável por mudanças tecnológicas, e, por exemplo, construiu-se a nau taforeia tendo em mente o transporte de cavalos.[\[61\]](#)

Grande parte dos cavalos, porém, vinha da Ásia Central. Dado o dinheiro que entrava na Índia, um comentador dessa altura mencionou as margens altíssimas provocadas pelas pressões inflacionárias resultantes de uma procura súbita que excedia a oferta.[\[62\]](#) O aumento das receitas levou ao investimento na construção de pontes, na recuperação de caravancerais e na segurança das rotas mais importantes que se dirigiam para norte. Em consequência, as cidades da Ásia Central gozaram uma nova época de vitalidade e esplendor.[\[63\]](#)

As infraestruturas necessárias para sustentar o comércio de cavalos eram também lucrativas. Um especulador perspicaz investiu em hospedarias ao longo das principais rotas, estabelecendo mais de mil e quinhentas no espaço de quinze anos, em meados do século ^{xvi}. A crescente entrada de dinheiro nesta região é reconhecida até nos escritos de Granth Saheb, o grande sábio sique, nos quais o mundano e o comercial seguem a par do espiritual: compra bens que perdurem, avisava o guru aos seus seguidores, e mantém sempre contas exatas, pois estas são um meio de reverenciar a verdade.[\[64\]](#)

As cidades que eram os entrepostos comerciais mais bem situados para albergar grandes mercados de cavalos floresceram, incluindo Cabul. Porém, a mais importante entre estas era a cidade de Deli, que cresceu rapidamente graças à sua posição perto do Indocuche. O crescimento da importância

comercial da cidade foi acompanhado pela posição dos seus soberanos.[65] Depressa se desenvolveu uma próspera indústria têxtil local, produzindo tecidos que eram muito apreciados na Ásia e mais além, cuidadosamente fomentada pelas autoridades mogóis.[66]

Não tardou muito até que um poderoso reino se expandisse, usando os seus músculos financeiros para derrubar região após região e reuni-las numa única entidade. No curso do século ^{xvi}, Bābur, seguido pelo seu filho Humāyūn e neto Akbar I, superintendeu à dramática expansão territorial do Império Mogol, que, em 1600, se estendia de Guzerate, na costa ocidental da Índia, à baía de Bengala, e de Lahore, no Punjab, até ao interior da Índia Central. Não se tratava da conquista pela conquista. Tratava-se sim de aproveitar circunstâncias únicas para ganhar controlo sobre cidades e regiões em crescimento rápido que ofereciam receitas abundantes para reforçar um império nascente. Como notou um padre jesuíta numa carta escrita à ordem, em Portugal, a conquista de Guzerate e Bengala, ambas com cidades buliçosas e excelentes bases fiscais, fazia de Akbar o dono da «joia da Índia».[67] Cada novo acrescento trazia mais poder ao centro, fazendo crescer o ímpeto.

Os mogóis trouxeram novos gostos, ideias e estilos. As iluminuras, havia muito favorecidas pelos mongóis e os timúridas, eram agora patrocinadas pelos novos soberanos, que trouxeram mestres artífices de vários pontos do mundo para criar uma dinâmica escola de artes visuais. Espetáculos de luta livre tornaram-se populares, assim como a corrida de pombos, ambos passatempos apreciados na Ásia Central.[68]

A inovação na arquitetura e no desenho de jardins era ainda mais pronunciada, e depressa se tornou evidente em todo o império a influência de edifícios e paisagens aperfeiçoada em Samarcanda. Os resultados podem ser vistos hoje. O magnífico túmulo de Humāyūn encontra-se em Deli e é não só uma obra-prima do desenho timúrida, construída por um arquiteto de Bucara, mas o testemunho de uma nova era na História indiana.[69] Foram também introduzidos novos estilos de paisagismo, transformando ainda mais o parque edificado e a sua relação com o meio circundante, muito influenciado por práticas e ideias da Ásia Central.[70] Lahore floresceu

com grandes novos monumentos e espaços abertos cuidadosamente planejados.[71] Com enormes recursos à sua disposição e num momento de bonança, os mogóis transformaram o império à sua própria imagem. E fizeram-no numa escala extraordinária.

A espantosa cidade de Fatehpur Sikri, construída na segunda metade do século ^{xvi} como nova capital, oferece um retrato inequívoco dos recursos aparentemente ilimitados e das aspirações imperiais da dinâmica casa reinante. Um conjunto de pátios e edifícios de desenho refinado construídos em arenito vermelho combinava estilos e desenhos da Pérsia e da Ásia Central com os da Índia para criar uma esplêndida corte onde o soberano podia receber visitas e tirar-lhes todas as dúvidas sobre o seu poder.[72]

O mais famoso monumento que atesta a imensa riqueza que resultava do dinheiro vindo da Europa era o mausoléu construído pelo xá Jahān, no início do século ^{xvii}, dedicado à sua mulher, Mumtāz. Para assinalar a morte desta, Jahān distribuiu grandes quantidades de comida e dinheiro aos pobres. Depois de se ter escolhido um local fúnebre adequado, milhões de dólares, nos valores de hoje, foram gastos a construir um edifício encimado por uma cúpula, antes de outros tantos milhões terem sido gastos a acrescentar um escudo de ouro e cúpulas esmaltadas da mais alta qualidade e vastas quantidades de ouro. Adicionaram-se pavilhões «rodeados de soberbas canópias» de um lado e outro do mausoléu, que, depois, foram cercadas por jardins. Em seguida, concedeu-se um rendimento fixo à fundação para garantir a sua preservação futura.[73]

Para muitos, o Taj Mahal é o mais romântico monumento do mundo, o extraordinário testemunho do amor de um marido pela sua mulher. Mas representa também outra coisa: o comércio internacional globalizado que trouxe tanta riqueza ao líder mogol que este pôde concretizar um extraordinário gesto à sua esposa amada. A possibilidade de o levar até ao fim resultava das profundas mudanças do eixo do mundo, pois a glória da Europa e da Índia sustentava-se a custo das Américas.

A sumptuosa expressão de pesar do xá Jahān quanto à morte da mulher tem um nítido correspondente no sofrimento no outro lado do globo não muito antes. O Império Maia também florescera antes da chegada dos

européus. «Então, não havia doenças; os ossos não lhes doíam; não tinham febres altas; não tinham varíola; não tinham ardores no peito; não tinham tuberculose. Nesse tempo, o curso da Humanidade era ordeiro. Os forasteiros mudaram isso quando aqui chegaram. Trouxeram coisas vergonhosas quando chegaram» – foi assim que um autor o escreveu.^[74] O ouro e a prata levados das Américas chegavam à Ásia; foi esta redistribuição de riqueza que permitiu que o Taj Mahal fosse construído. Não sem ironia, uma das glórias da Índia era o resultado do sofrimento dos «indianos» no outro lado do mundo.

Os continentes estavam agora interligados por fluxos de prata. E isso levou muitos a procurar fazer fortuna em novos lugares: no final do século XVI, um visitante inglês em Ormuz, no Golfo Pérsico, recordou que a cidade estava repleta de «franceses, flamengos, alemães, húngaros, italianos, gregos, arménios, nazarenos, turcos e mouros, judeus e gentios, persas [e] moscovitas».^[75] O chamamento do Oriente era poderoso. Não era só a intenção do ganho comercial que atraía números crescentes de homens vindos da Europa, mas também a perspectiva de um trabalho bem pago. Não havia falta de oportunidades para artilheiros, pilotos, navegadores, comandantes de galés ou construtores navais na Pérsia, Índia, península malaia e até no Japão. Havia muitas oportunidades para quem procurava começar uma nova vida: desertores, criminosos e indesejáveis, cujas aptidões e experiência eram valiosas para os soberanos locais. Quem singrava era capaz de estabelecer pequenos principados independentes, como foi o caso na baía de Bengala e no mar das Molucas, onde um holandês afortunado podia travar «com tantas mulheres quantas quisesse», cantando e dançando «o dia inteiro, quase nu» e completamente embriagado.^[76]

Em 1571, a fundação de Manila pelos espanhóis mudou o ritmo do comércio global; desde logo, seguiu-se um programa de colonização marcadamente menos destrutivo para a população local do que fora o caso após as primeiras travessias do Atlântico.^[77] Originalmente estabelecida como base para a aquisição de especiarias, a povoação depressa se tornou

uma grande metrópole e um importante ponto de ligação entre a Ásia e as Américas. Os bens começavam agora a deslocar-se pelo Pacífico sem passarem primeiro pela Europa, e o mesmo acontecia com a prata usada para os pagar. Manila tornou-se um importante entreposto comercial onde se podia comprar um vasto sortido de produtos. Era possível adquirir aí diferentes tipos de seda, segundo um alto oficial da cidade cerca de 1600, assim como veludo, cetim, damasco e outros têxteis. E ainda «muitos ornamentos para a cama, reposteiros, cobertas e tapeçarias», bem como toalhas de mesa, almofadas e tapetes, bacias de metal, chaleiras de bronze e painéis de ferro fundido. Estanho, chumbo, salitre e pólvora da China também eram disponibilizados – juntamente com «conservas de laranja, pêssago, pera, noz-moscada e gengibre», avelãs, nozes, cavalos, gansos que pareciam cisnes, pássaros falantes e muitas outras raridades. Se tentasse enumerar tudo o que está para venda, prosseguia o autor, «nunca mais acabaria nem teria papel suficiente».[78] Manila era, nas palavras de um atual comentador, «a primeira cidade global do mundo».[79]

Naturalmente, isso teve importantes implicações para as outras rotas mercantes. Não foi por coincidência que se assistiu a uma contração crónica do Império Otomano não muito depois do estabelecimento da rota via Manila. É certo que isso também se devia às pressões fiscais domésticas e aos gastos excessivos em dispendiosas campanhas militares contra os Habsburgos e a Pérsia, mas o surgimento de uma grande encruzilhada para o comércio transcontinental a milhares de quilómetros de distância foi um importante fator na queda das receitas do Império Otomano.[80] A quantidade de prata que se dirigia das Américas, passava pelas Filipinas e prosseguia para o resto da Ásia era avassaladora: passava pelo menos tanta por esta rota como passava pela Europa no final do século ^{xvi} e início do século ^{xvii}, causando alarme a algumas pessoas em Espanha, pois as remessas vindas do Novo Mundo para a Europa começavam a declinar.[81]

A rota da prata circundava o mundo como um cinto. O metal precioso acabava por chegar, sobretudo, a um país: a China. Isso acontecia por duas razões. Em primeiro lugar, a dimensão e sofisticação da China tornaram-na um grande produtor de bens de luxo, incluindo as cerâmicas e porcelanas

que eram tão prezadas na Europa que depressa se desenvolveu um grande mercado de contrafações. Os chineses, escreveu Matteo Ricci enquanto visitava Nanjing, «são muito dados a forjar antiguidades, com grande artifício e engenho» e gerando grandes lucros graças à sua habilidade.[\[82\]](#) Na China, escreveram-se livros sobre como detetar contrafações; Liu Dong explicava como autenticar os trabalhos de bronze xuande ou a porcelana yongle.[\[83\]](#)

A China conseguia fornecer o mercado de exportações em volume e fazer crescer a produção em proporção. Dehua, na província de Fujian, por exemplo, tornou-se um centro dedicado a fazer porcelana que ia ao encontro dos gostos europeus. A manufatura de seda recebeu iguais investimentos para suprir a procura ocidental. Era uma prática de negócios astuta e ajudou ao crescimento acentuado das receitas das autoridades Ming, com alguns especialistas a defenderem que estas aumentaram quatro vezes entre 1600 e 1643.[\[84\]](#)

A segunda razão pela qual tanto dinheiro acorria à China devia-se à disparidade na relação entre metais preciosos. Na China, o valor da prata situava-se num rácio aproximado do ouro de 6:1, significativamente mais alto do que na Índia, Pérsia ou Império Otomano; o seu valor era quase o dobro do preço que atingia na Europa no início do século ^{xvi}. Na prática, tal significava que o dinheiro europeu comprava mais nos mercados e aos mercadores chineses do que noutras partes – o que, por sua vez, era um poderoso incentivo a comprar produtos chineses. As oportunidades para as operações cambiais e para aproveitar estas disparidades, naquilo a que os atuais banqueiros chamam arbitragem, foram imediatamente compreendidas pelos recém-chegados ao Extremo Oriente – e, sobretudo, aqueles que reconheceram o valor desigual do ouro na China e no Japão alcançaram lucros fáceis. Os negociantes correram a comprar e vender moeda e metais preciosos. Os mercadores que operavam fora de Macau levavam cargas cuidadosamente escolhidas para o Japão, segundo uma testemunha ocular, mas só estavam interessados em trocá-las por prata.[\[85\]](#) Alguns quase não conseguiam esconder o seu entusiasmo perante a oportunidade. O valor da prata em relação ao ouro era tão alto que o último se tornava ex-

traordinariamente barato, notou Pedro Baeza; «far-se-ia um lucro de 75 a 70 por cento», escreveu, se um metal precioso trocado pelo outro no Oriente fosse levado para os territórios espanhóis nas Américas ou para Espanha.[\[86\]](#)

Os efeitos dos fluxos de prata na China são complexos e difíceis de calcular no todo. Não obstante, a chegada do metal precioso vindo das Américas teve um efeito óbvio na cultura chinesa, nas artes e no estudo nos séculos ^{xvi} e ^{xvii}. Pintores como Shen Zhou e os outros que formavam os Quatro Mestres (os grandes artistas coevos da dinastia Ming) obtinham patrocínios e recompensas financeiras pelas suas obras. Artistas como Lu Zhi deparavam-se com a procura dos seus talentos sob a forma de encomendas particulares de uma classe média crescente, interessada em desenvolver os seus passatempos e prazeres.[\[87\]](#)

Foi uma época de experimentação e descoberta, com textos como *Jin Ping Mei*, um romance erótico mais conhecido como *Lótus de Ouro*, adotando o nome de uma das suas personagens principais, a desafiar não só as formas literárias como as atitudes em relação ao sexo.[\[88\]](#) As novas riquezas ajudaram a sustentar eruditos como Song Yingxing, que produziu uma enciclopédia que cobria tópicos que iam do mergulho ao uso da hidráulica na irrigação, e cuja obra era muito considerada e apreciada.[\[89\]](#) O crescente interesse no confucionismo e a estima em que especialistas como Wang Yangming eram tidos dão testemunho do desejo de explicações e soluções num período de considerável mudança.[\[90\]](#)

Mapas como o de Selden, recentemente redescoberto na Biblioteca Bodleian, em Oxford, mostram igualmente o crescente interesse dos chineses pelo comércio e as viagens nesta época, oferecendo um panorama extenso do Sudeste Asiático, juntamente com rotas marítimas. No entanto, estes são a exceção: neste período, como no passado, os mapas chineses tipicamente mantinham uma visão fechada do mundo, e as representações visuais eram limitadas, a norte, pela Grande Muralha e, a sul, pelo mar. Isto era sintomático da disposição da China para desempenhar um papel passivo numa altura em que o mundo se abria; porém, também refletia a superioridade naval europeia no Extremo Oriente, onde os navios

holandeses, espanhóis e portugueses se atacavam mutuamente – mas também capturavam regularmente juncos chineses e as suas cargas.^[91] A China não estava predisposta a tomar parte de batalhas contínuas entre rivais agressivos, menos ainda a sofrer em resultado disso; dadas as circunstâncias, a inclinação para se tornar cada vez mais introspetiva, mas, ao mesmo tempo, para colher os benefícios trazidos pelos mercadores que lhe chegavam, parecia inteiramente lógica.

Muita da prata que chegava em abundância à China foi gasta numa série de grandes reformas, entre as quais a monetização da economia, o encorajamento a mercados livres de trabalho e um programa deliberado de estímulo ao comércio internacional. Ironicamente, o gosto da China pela prata e o alto preço que atribuía a este metal precioso, em particular, tornou-se o seu calcanhar de Aquiles. Com quantidades tão vastas de prata a chegar à China, sobretudo através de Manila, era inevitável que o seu valor se depreciasse, o que, com o tempo, causou uma inflação dos preços. Em resultado, o valor da prata, sobretudo o seu valor em relação ao ouro, foi forçado a alinhar-se com o de outras regiões e continentes. Ao contrário da Índia, onde o impacto da abertura do mundo produziu novas maravilhas, na China, levaria a uma séria crise política e económica no século XVII.^[92] A globalização não era menos problemática cinco séculos atrás do que é agora.

Como Adam Smith notou no seu famoso livro sobre a riqueza das nações, «a descoberta da América e de uma passagem para as Índias Orientais pelo Cabo da Boa Esperança são os maiores e mais importantes eventos registados na História da Humanidade».^[93] O mundo, com efeito, foi transformado pelas rotas do ouro e da prata que se abriram após a primeira expedição de Colombo e do êxito de Vasco da Gama no seu regresso da Índia para casa. Porém, o que Adam Smith não disse em 1776 foi de que modo entrava a Inglaterra na equação. Pois se o século que se seguiu às descobertas da década de 1490 pertenceu a Espanha e a Portugal, cujos frutos se estenderam aos impérios orientais, então os duzentos anos seguintes pertenceriam aos países do Norte da Europa. Contra todas as

expectativas, o centro de gravidade do mundo estava prestes a deslocar-se outra vez. Desta vez, iria pertencer à Grã-Bretanha.



Os tecidos da Rota da Seda eram altamente desejados e por vezes usados como moeda. Este tecido do século VIII ou IX retrata os famosos cavalos da Ásia Central.

The Vincent Astor Foundation Gift © Metropolitan Museum of Art



A Rota da Seda apresenta muitos desafios, obstáculos e barreiras naturais. Entre estes incluem-se as montanhas do Pamir, onde as passagens estavam fortemente protegidas pelo Forte de Pedra de Tashkurgan (*em cima*), perto de Kashgar, e o traiçoeiro deserto de Taklamakan em Xinjiang, no oeste da China (*em baixo*).

© Feng Wei Photography / Getty Images



© Feng Wei Photography / Getty Images



Mulheres preparam seda acabada de tecer. Esta imagem é da autoria do imperador Huizong, da dinastia Song, início do século XII.

Pictures from History / Bridgeman Images



Escultura em cerâmica representando um comerciante sogdiano montado num camelo bactriano, datada da dinastia Tang (618-907 d. C.).

Pictures from History / David Henley / Bridgeman Images



As decorações luxuosas dos palácios sogdianos em Panjikent atestam que o comércio através da Ásia era compensador.

Walter Callens / Getty Images



Inscrição em Naksh-i-Rustām, do sumo sacerdote Kirdīr, proclamando o triunfo do zoroastrismo.
Kaveh Kazemi / Getty Images



Os Budas de Bamiyan, símbolos da propagação do budismo na Ásia Central.
Afghan School / Valley of the Buddhas, Bamiyan, Afghanistan / Bridgeman Images

Tradução sogdiana de um livro de salmos cristão, usando escrita siríaca. Disseminar a fé nas línguas locais era um fator importante na sua propagação.
Pictures from History / Bridgeman Images



A Crucificação, nos *Evangelhos de Rabbula*, um manuscrito siríaco iluminado do século VI.



Moeda do «Califa em Pé», representando talvez o próprio profeta Maomé.
Photo12 / UIG via Getty Images



Fólio com uma cópia tingida a índigo do Corão, Norte de África, século ix ou x.

Marie-Lan Nguyen / Commons

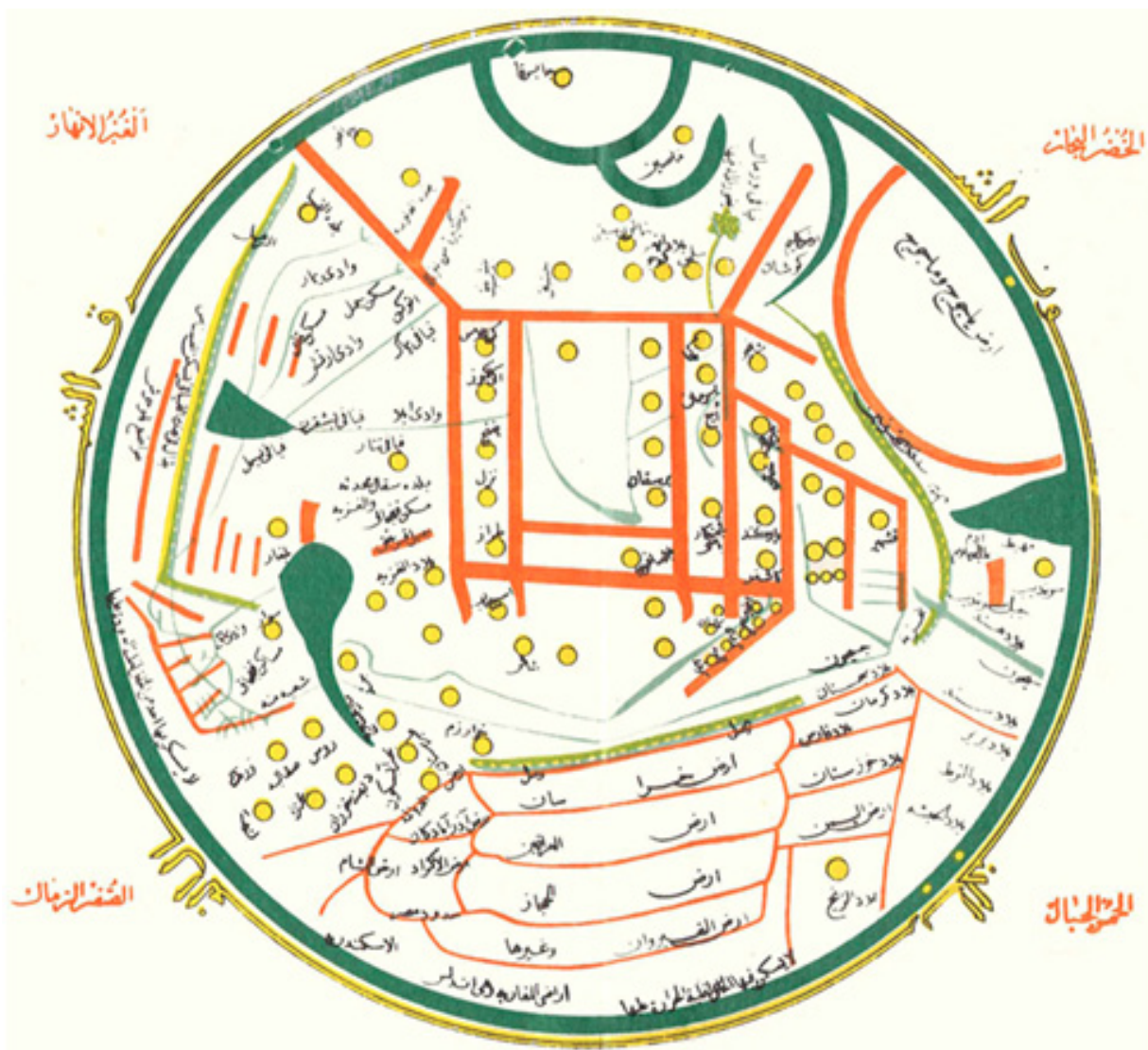


O Império Muçulmano inundou o centro de riqueza. Aqui vemos o sultão rodeado dos seus cortesãos, num manuscrito do poema épico persa *Shāhnāma*, de Firdawsī. Topkapi Palace Museum, Istanbul, Turkey / Bridgeman Images



Os governantes muçulmanos eram grandes patronos das artes e dos estudos. Acadêmicos em debate numa biblioteca abássida, imagem do *Maqāmāt* de al-Ḥarīrī.

Photo © PVDE / Bridgeman Images



O Mapa de Maḥmūd al-Kāshgharī, mostrando Balāsāghūn como centro do mundo.

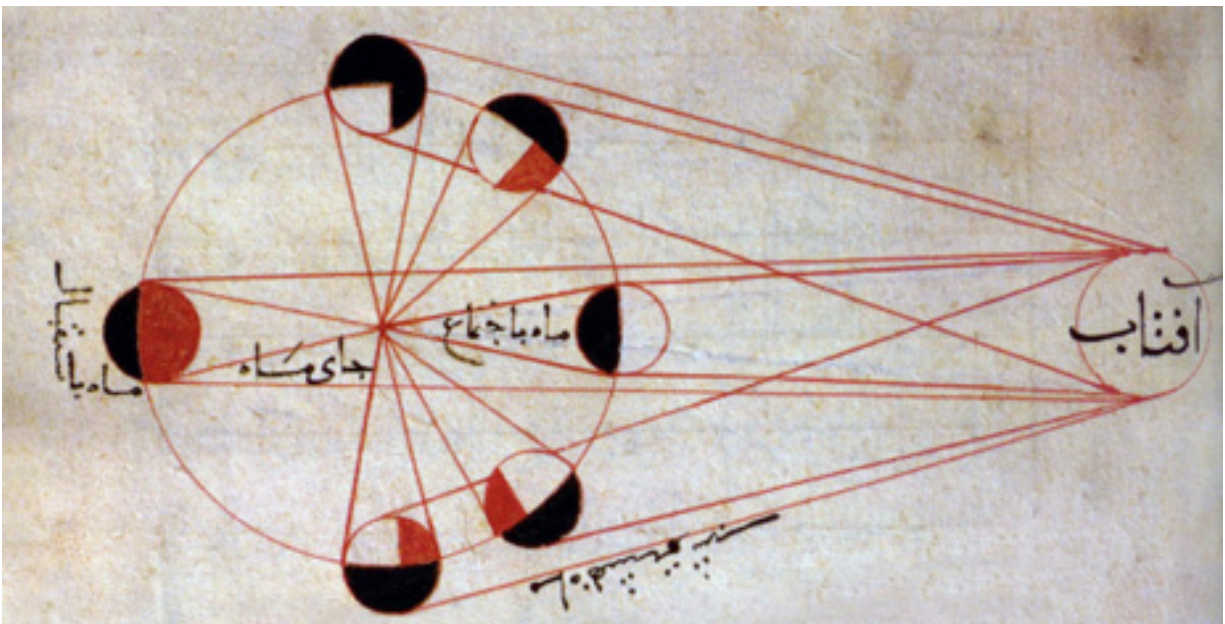


Ilustração de al-Bīrūnī, explicando as fases da Lua.

© Pictures from History / Bridgeman Images



A guerra e o comércio caminhavam lado a lado. As ameaçadoras muralhas defensivas de Bucara.

De Agostini / Getty Images



Os vikingues estavam largamente envolvidos no tráfico humano. A sua reputação de violência

Os vikíngues estavam largamente envolvidos no tráfico humano. A sua reputação de violência desempenhou um papel importante no seu sucesso.

BEN STANSALL/AFP/Getty Images



Pormenor de uma pedra rúnica de Tilinge, Suécia, homenageando a morte de um aventureiro em «Serkland» – a terra dos sarracenos, ou árabes.



Os mongóis atravessaram a Ásia a uma velocidade impressionante. Aqui, Genghis Khan persegue um inimigo, apoiado pelos seus homens.

Fine Art Images / Heritage Images / Getty Images



Não só o comércio e a conquista atravessaram a Rota da Seda, mas também a doença. A mais devastadora foi a Peste Negra, que assolou a Ásia e a Europa no século XIV. Segundo a Bíblia de Toggenburg, as vítimas exibiam bubões característicos, que Boccaccio disse poderem ser do tamanho de maçãs.

Pictures from History / Bridgeman Images

Rota da Europa setentrional

O mundo foi transformado pelas descobertas da década de 1490. A Europa, em vez de permanecer à margem dos assuntos globais, estava a tornar-se o motor do mundo. As decisões tomadas em Madrid e Lisboa ecoavam e reverberavam, agora, a milhares de quilómetros de distância, como antes acontecera na Bagdade abássida, em Luoyang na China da dinastia Tang, na capital mongol de Caracórum, ou na Samarcanda, de Timur. Todas as rotas levavam agora à Europa.

O que deixava alguns profundamente frustrados. Ninguém se sentia mais amargurado do que os ingleses. Já era grave que os Tesouros dos seus rivais se multiplicassem da noite para o dia, mas pior ainda era a história triunfante e cansativa de que o ouro e prata que inundavam a Coroa espanhola faziam parte dos desígnios de Deus. Isto era particularmente doloroso após a dissensão de Inglaterra com Roma. «Como é grande o poder que a Majestade Divina colocou nas mãos dos reis de Espanha», escreveu um padre jesuíta no século ^{xvi}; a fortuna de Espanha havia sido «ordenada pelo Senhor no alto, que dá e tira reinos a quem e como quiser».

[1]

A mensagem era a de que os soberanos protestantes deveriam esperar ser punidos por terem abandonado a verdadeira fé. Com a Reforma no seu auge, a violência e a opressão irromperam em toda a Europa entre católicos e protestantes. Circulavam rumores sobre uma iminente ação militar contra Inglaterra, em especial após o falso recomeço com a morte de Maria I, em

cujos reinado o país parecia poder voltar a atar laços com Roma e aceitar a autoridade papal. Quando a sua meia-irmã, Isabel I, subiu ao trono em 1558, teve de estabelecer um equilíbrio precário entre, por um lado, as diferentes exigências religiosas de um grupo de pressão poderoso e insistente e, por outro, a insurreição da parte daqueles que se sentiam descontentes, postos à margem ou vitimizados na atmosfera de intolerância. Ter de ser diferentes coisas para diferentes pessoas não era fácil, sobretudo dado o relativo isolamento de Inglaterra na margem da Europa. Quando o papa Pio V emitiu uma bula em 1570 intitulada *Regnans in Excelsis*, declarando que Isabel era «a pretensa rainha de Inglaterra e servidora do crime» e ameaçou excomungar todos os súbditos que obedecessem às suas leis, as atenções centravam-se em saber como rechaçar uma invasão esperada quando – e não se – esta chegasse.[2]

Fez-se um pesado investimento na Royal Navy para criar uma primeira linha de defesa formidável e eficiente. Construíram-se docas segundo os modelos mais avançados da época, como em Deptford e Woolwich, junto ao Tamisa, onde se concebiam e mantinham vasos de guerra com cada vez maior eficiência, o que, por sua vez, ajudou a revolucionar a construção de embarcações comerciais. Começaram a ser construídos navios que levavam cargas maiores, viajavam mais depressa e podiam ficar mais tempo no mar e transportar uma tripulação maior e canhões mais poderosos.[3]

O mais conhecido construtor de navios era Matthew Baker, ele próprio filho de um mestre construtor. Baker adotou princípios matemáticos e geométricos – enumerados num texto crucial intitulado «Fragmentos da Construção Antiga de Navios Ingleses» – com a intenção de criar uma geração de navios para a rainha Isabel.[4] Esses desenhos rapidamente foram adotados para uso comercial e, em consequência, o número de navios ingleses que pesavam uma centena de toneladas ou mais quase triplicou nas duas décadas após 1560. A nova geração de navios depressa ganhou reputação pela sua velocidade, fácil manuseamento e a formidável ameaça que representava para aqueles com quem se cruzava nos mares.[5]

Os frutos do fortalecimento do poder naval de Inglaterra tornaram-se evidentes quando Espanha tentou enviar uma enorme frota para ir buscar

tropas aos Países Baixos no verão de 1588 no sentido de proceder à invasão total de Inglaterra. Perante as manobras e capacidade de luta superiores dos ingleses, os membros sobreviventes da armada espanhola regressaram a casa ignominiosamente. Ainda que grande parte dos navios que se perdiam embatesse em recifes ou naufragasse durante tempestades particularmente violentas e não às mãos dos ingleses, poucos duvidavam de que o investimento naval compensara.[6]

A captura, quatro anos mais tarde, da caravela portuguesa *Madre de Deus*, ao largo dos Açores, quando regressava das Índias Orientais carregada de pimenta, cravo-da-índia, noz-moscada, ébano, tapeçarias, sedas, têxteis, pérolas e metais preciosos, tornou esse poderio naval ainda mais eloquente. Calculava-se que só a carga deste navio, que foi rebocado para o porto de Dartmouth na costa sul, valesse metade das importações anuais regulares de Inglaterra. A captura incitou discussões agonizantes sobre como partilhar o saque entre a Coroa e os responsáveis pelo feito – algo que não se tornou mais fácil quando certos produtos portáteis de alto valor depressa desapareceram.[7]

Êxitos como estes eram bons para a confiança e encorajavam uma conduta cada vez mais disruptiva no Atlântico e noutras partes. Inglaterra começou a fomentar laços com quem quer que fosse inimigo dos soberanos católicos da Europa. Na década de 1590, por exemplo, a rainha Isabel fez questão de libertar muçulmanos do Norte de África que haviam servido como «escravos de galés» em navios espanhóis capturados, dando-lhes roupas, dinheiro «e outras necessidades» antes de os enviar para casa em segurança.[8] Os ingleses, além disso, contaram com o apoio dos muçulmanos do Norte de África num ataque a Cádis, em 1596 – um incidente que é referido logo no início d’*O Mercador de Veneza*, de Shakespeare. Os interesses estavam de tal modo alinhados nesta época que um atual comentador fala de os ingleses e os mouros participarem numa *jihad* contra a Espanha católica.[9]

Em resultado da tentativa inglesa de desafiar as novas rotas espanholas e portuguesas para as Américas e a Ásia, dedicaram-se consideráveis esforços

a forjar relações próximas com os turcos otomanos. Numa altura em que grande parte da Europa olhava com terror para as forças turcas que estavam prestes a bater às portas de Viena, os ingleses apostaram noutro cavalo. Mantiveram-se conspicuamente ausentes quando outros Estados cristãos se aliaram para formar uma «Liga Santa», uma aliança que se juntou para atacar a frota otomana em Lepanto, no golfo de Corinto, em 1571. A vitória da Liga Santa provocou o júbilo por toda a Europa, onde se produziu poesia, música, arte e monumentos para comemorar o triunfo. Em Inglaterra, a reação foi de silêncio.^[10]

Mesmo depois disto, o sultão de Constantinopla recebia cartas de amizade assíduas e amáveis da corte da rainha Isabel, acompanhadas por presentes – com o resultado de serem enviadas de volta a Londres «saudações cordiais e abundantes, com perfume de rosas, que emana da pura confiança mútua e da grande amizade».^[11] Entre os presentes despachados de Inglaterra contava-se um órgão desenhado por Thomas Dallam e enviado para Constantinopla em 1599. Dallam ficou horrorizado ao ver que, devido ao calor e humidade, «todas as juntas se desfizeram» e os tubos danificaram-se na viagem. O embaixador inglês olhou «e disse que não valia um [tostão]». O órgão foi salvo depois de Dallam ter batalhado em contrarrelógio para consertar os danos – e impressionou o sultão Mehmed III de tal modo, quando tocou perante ele, que este lhe ofereceu ouro e «duas mulheres – duas das suas concubinas ou então duas virgens entre as melhores que eu pudesse escolher».^[12]

As aproximações de Isabel ao sultão eram encorajadas pela perspectiva de oportunidades que tinham surgido após o avanço turco na Europa. O papa havia muito que urgia os monarcas cristãos a aliarem-se para evitar perdas futuras, avisando solenemente que «se a Hungria for conquistada, a Alemanha sê-lo-á a seguir, e se a Dalmácia e a Ilíria forem tomadas, Itália será invadida».^[13] Com a Inglaterra resolutamente a seguir o seu próprio caminho, desenvolver boas relações com Constantinopla parecia uma política externa sensata – e oferecia a perspectiva de se criarem ligações comerciais.

A este respeito, é digno de nota o facto de se ter celebrado um acordo comercial formal que concedia aos mercadores ingleses no Império Otomano privilégios mais generosos do que os que haviam sido concedidos a qualquer outra nação.^[14] Não menos notável era a linguagem comum usada em comunicação entre protestantes e muçulmanos. Não era coincidência, por exemplo, que a rainha Isabel escrevesse ao sultão otomano que ela era, «pela graça do mais alto Deus [...], a mais invencível e obstinada defensora da fé cristã contra toda a espécie de idolatrias, contra todos os que vivem entre os cristãos e falsamente professam o nome de Cristo».^[15] Os soberanos otomanos estavam igualmente alerta para as oportunidades de estender a mão àqueles que se haviam separado da Igreja Católica, sublinhando as semelhanças no modo como também eles interpretavam a sua fé – especialmente quando se tratava de imagens visuais: entre os muitos erros «do infiel a quem chamam papa», escreveu o sultão Murad a «membros da seita luterana na Flandres e em Espanha», contava-se o de encorajar a adoração de ídolos. Os seguidores de Martinho Lutero, um dos arquitetos da Reforma, tinham o grande crédito de terem «banido os ídolos e imagens e sinos das igrejas».^[16] Contra tudo o que se esperaria, o protestantismo inglês parecia ajudar a abrir portas em vez de as fechar.^[17]

As atitudes positivas sobre os otomanos e o mundo muçulmano entraram na cultura inglesa. «Não desdenheis de mim pela cor da minha pele», diz o rei de Marrocos a Pórcia n’*O Mercador de Veneza*, quando tenta obter a mão dela em casamento. O público é informado de que o rei era um homem que lutara denodadamente pelo sultão em muitas ocasiões e que era um bom pretendente para a herdeira (que representa a própria rainha Isabel) – e um homem astuto o suficiente para saber que «nem tudo o que luz é oiro». Ou temos o caso de *Otelo*, onde a nobreza trágica do protagonista, um muçulmano ao serviço de Veneza, contrasta marcadamente com a duplicidade, hipocrisia e manha dos cristãos à sua volta. «Estes mouros têm uma vontade inquebrantável», ouve o público a dado ponto – uma referência à crença de que os muçulmanos eram dignos de confiança e resolutos quando se tratava de fazer promessas e chegar a acordo sobre tratados, sendo, por isso, aliados de confiança.^[18] Com efeito, a era

isabelina assistiu à emergência também da Pérsia como ponto de referência cultural comum e positivo na literatura inglesa.[19]

A par dos retratos positivos dos muçulmanos e seus territórios em Inglaterra encontravam-se as atitudes mordazes perante os espanhóis. A publicação do relato de Bartolomeu de las Casas sobre a conquista do Novo Mundo veio num momento propício, especialmente dada a revolução levada a cabo por Johannes Gutenberg cem anos antes, que possibilitou a impressão de textos em quantidades até então inimagináveis.[20] Isso permitiu que relatos como o de Las Casas, um frade dominicano, se disseminassem rápida e economicamente. À semelhança dos avanços tecnológicos no início do século ^{xxi}, foi o súbito aumento de velocidade na partilha de informação que fez a diferença.

O relato de Las Casas era importante porque o sacerdote se sentia cada vez mais desiludido com o sofrimento das populações nativas das Américas, que testemunhou em primeira mão. O texto, enumerando as atrocidades com detalhes assustadores, foi recebido ansiosamente em Inglaterra, onde o traduziram como *A Short Account of the Destruction of the Indies* (*Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*). Com ampla circulação na década de 1580, na totalidade ou abreviado de forma a incluir as passagens mais sombrias, o relato apresentava um retrato inequívoco dos espanhóis como assassinos em série e de Espanha como um reino cruel e sanguinário. O tradutor do texto, James Aligrodo, escreveu, na sua introdução, que «12, 15 ou 20 milhões de pobres criaturas dotadas de razão» haviam sido chacinadas.[21]

As histórias espalharam-se rapidamente na Europa protestante, notando o tratamento desumano que os espanhóis destinavam àqueles que consideravam seus inferiores. A analogia era óbvia: os espanhóis eram opressores natos que agiam perante terceiros com ominosa crueldade; se tivessem oportunidade, perseguiriam da mesma forma povos que estavam mais próximos.[22] Era uma conclusão que causava medo nos habitantes dos Países Baixos, que estavam numa luta cada vez mais encarniçada com Espanha no final do século ^{xvi}, dado que a última tentava asseverar a sua autoridade em regiões onde a Reforma granjeara um grande apoio. Richard

Hakluyt, o famoso cronista e defensor da colonização britânica nas Américas, descreveu que Espanha «governa as Índias só com orgulho e tirania», e lança inocentes na escravatura, que funebremente «gritam a uma só voz», implorando liberdade.^[23] Este era o modelo de Império Espanhol, por outras palavras, um modelo de intolerância, violência e perseguição. Inglaterra, é claro, nunca agiria de forma tão vergonhosa.^[24]

Era essa a teoria. Na prática, as atitudes perante a escravatura e a violência eram mais ambíguas do que as promessas bem-intencionadas sugerem. Na década de 1560, os marinheiros ingleses tentaram repetidamente tomar uma parte do lucrativo tráfico de escravos na África Ocidental, com *sir* John Hawkins a usar investimentos da própria rainha Isabel para gerar bons lucros enviando homens ao longo do Atlântico. Concluindo que os «negros eram muito boa mercadoria em Hispaniola e que seria fácil o provisionamento de negros na costa da Guiné», Hawkins e os seus financiadores estavam mais do que dispostos a entrar na ação. Longe de se recusar a lidar com os «tiranos» espanhóis no Novo Mundo, aqueles que estavam nas camadas mais altas da sociedade inglesa lucravam com eles.^[25]

Em última instância, a atitude de Inglaterra era qualificada pela consciência aguda de que se encontrava numa posição fraca para explorar as fabulosas oportunidades que haviam sido criadas pelas grandes mudanças no início do século xvi. A disputa religiosa e um sentido de oportunidade malgrado haviam feito do país o inimigo figadal da potência global em ascensão que era Espanha, deixando-o mal colocado para beneficiar da abundância de riquezas que vinham das Américas ou do comércio que passava por Veneza através do mar Vermelho e das rotas terrestres do Oriente. Criticar os espanhóis estava muito bem, mas fazia pouco para ocultar o facto de que os ingleses se alimentavam de restos, gratos por quaisquer migalhas que lhes calhassem. Inglaterra estava «hoje cheia de jovens valorosos», notou o escritor Richard Hakluyt, e, graças a uma «falta de emprego» crónica, encontrava-se relegada a uma posição económica lamentável. Não seria maravilhoso, perguntava ele, pôr estes jovens a trabalhar para criar uma marinha capaz de fazer «deste reino [...] o

senhor de todos os mares [do mundo]?». [\[26\]](#) Falar em dominar as ondas era ambicioso; mas não fazia mal sonhar.

Os ingleses não ficaram parados enquanto o sul da Europa prosperava. Enviaram expedições em todas as direções para tentar abrir rotas mercantes e construir novas redes de comércio, transporte e comunicação. Poucas obtiveram resultados encorajadores. As missões lideradas por Martin Frobisher para explorar a passagem norte-oeste na década de 1570 regressaram a casa sem terem encontrado a rota desejada para a Ásia – o que já era mau por si; mas o que as tornou positivamente embaraçosas foi que as grandes quantidades de ouro trazidas do atual Canadá e alardeadas como descobertas que rivalizavam com as outras já feitas nas Américas não eram nada do que diziam ser. O metal brilhante era marcassite ou pirite de ferro branco – ouro dos tolos. [\[27\]](#)

Ocorreram outros desastres. As tentativas de chegar à Índia pelo mar de Barents terminaram em tragédia. *Sir Hugh Willoughby* e os seus homens ficaram com o navio preso no gelo perto de Murmansk quando chegava o inverno. Todos gelaram até à morte, e os seus corpos foram descobertos no ano seguinte. Segundo o embaixador veneziano em Londres, estavam congelados «em diferentes posturas, como estátuas», alguns «sentados no ato de escrever, a caneta ainda na mão e a colher na boca; outros abriam um cadeado». [\[28\]](#)

Outros esforços para estabelecer laços comerciais com a Rússia por forma a aceder a bens vindos de oriente foram dificultados, em primeiro lugar, pelo facto de os ingleses terem chegado no momento em que Ivan IV mostrava o seu feitio mais terrível e, em segundo lugar, dadas as limitações do comércio russo na Ásia, no século ^{xvi}. Ainda que este estivesse prestes a expandir-se exponencialmente, as rotas que atravessavam o Cáspio e mais além eram ainda demasiado inseguras para que os mercadores passassem em segurança; mesmo as caravanas mais defendidas corriam o risco de caírem nas mãos de bandidos. [\[29\]](#)

Enviaram-se, igualmente, mercadores para a Pérsia em várias ocasiões na década de 1560, numa tentativa um tanto desesperada de estabelecer aí

laços comerciais. Os enviados, geralmente levando documentos da rainha Isabel que prometiam amizade e aliança, pediam privilégios ao xá, «dada a honesta intenção de estabelecer um comércio de mercadorias com os seus súbditos e com outros estranhos a comerciar nos vossos reinos».[30] Os ingleses estavam tão ávidos por ganhar concessões que os mercadores tinham instruções explícitas para não falarem de religião, depois de vários passos em falso nas suas respostas quando desafiados pelos seus anfitriões muçulmanos devotos a enumerar as virtudes relativas do islão e do cristianismo. Se alguém vos perguntar sobre o estado da fé no nosso país no futuro, rezava o aviso aos viajantes, era melhor «passar em silêncio sem dar nenhuma declaração».[31] Na Europa, a pose religiosa era crucial enquanto católicos e protestantes se digladiavam; fora dela, podia ser convenientemente posta de lado.

No início do século XVII, os ingleses tinham pouco para mostrar em resultado das suas tentativas de emular o êxito de espanhóis e portugueses. Haviam sido instituídas novas entidades comerciais para tentar angariar dinheiro de fundos privados, começando com a Companhia de Mercadores Aventureiros para a Descoberta de Regiões, Domínios, Ilhas e Lugares Desconhecidos, fundada em 1551. À sua volta, cresceu um conjunto de companhias novas e separadas com diferentes ambições geográficas. A Companhia Espanhola, a Companhia do Oriente, a Companhia do Levante, a Companhia Turca e a Companhia das Índias Orientais foram fundadas com cartas reais que concediam monopólios comerciais dentro de uma região ou país designados, pois considerava-se que os negócios ultramarinos eram arriscados e exigiam substanciais investimentos. Enquanto tal, incentivar os mercadores protegendo o seu futuro êxito era uma forma inovadora de tentar estabelecer o comércio de Inglaterra – e, com isso, estender os tentáculos políticos do país.

Não obstante os seus nomes sonantes, o patrocínio real e as grandes esperanças, os resultados começaram por ser magros. Inglaterra permaneceu firmemente na periferia dos assuntos mundiais, ao passo que a posição de Espanha parecia cada vez mais forte. Os metais preciosos recolhidos ao longo de séculos por aztecas, incas e outros foram

despachados para Espanha no curso de umas poucas décadas, bem como a riqueza de minas que, até então, não tinham sido descobertas ou que haviam sido pouco exploradas – como em Potosí, que se dizia produzir um milhão de pesos por ano só para a Coroa espanhola.[\[32\]](#)

Contudo, por grandes que fossem os achados de Espanha, havia um limite para os tesouros a extrair do Novo Mundo. Afinal, os recursos eram finitos – como o eram os viveiros de ostras ao largo da costa da Venezuela, que foram devastados após a apanha de dezenas de milhares de milhões de ostras em apenas trinta anos no início do século ^{xvi}.[\[33\]](#) Não obstante, os espanhóis tratavam a sua bonança como se fosse um poço sem fundo, usando a riqueza recentemente encontrada para financiar um conjunto de esquemas grandiosos, como a construção do enorme palácio do Escorial, bem como para financiar uma ação militar ininterrupta contra rivais de toda a Europa. A corte espanhola vivia na impressão de que tinha de agir como o polícia de Deus, executando a sua vontade na Terra – pela força, se necessário. Para Espanha, era quase irresistível entrar em confronto militar com os protestantes e com os muçulmanos. Era um novo capítulo da guerra santa.

Como haviam demonstrado as Cruzadas anteriores, o apetite da guerra santa por homens e dinheiro podia arruinar os Tesouros reais. A situação tornou-se ainda mais perigosa dada a vontade da Coroa espanhola de se endividar para financiar os seus projetos, o que encorajava decisões ambiciosas no curto prazo escondendo as consequências, que só se tornariam claras mais tarde – especialmente quando as coisas começaram a correr mal. A incompetência e má gestão fiscal eram uma parte do problema; mas, em última instância, a incapacidade de Espanha em controlar as despesas militares revelou-se catastrófica. Incrivelmente, Espanha falhou sucessivamente o pagamento das suas dívidas na segunda metade do século ^{xvi}, entrando em incumprimento com as suas obrigações não menos de quatro vezes.[\[34\]](#) Era como um vencedor da lotaria que passasse da pobreza à riqueza e desbaratasse o dinheiro do prémio em luxos que não podia pagar.

Os efeitos da abundância de riquezas fizeram-se sentir noutras partes. Assistiu-se a uma revolução dos preços em toda a Europa à medida que a inflação se instalou graças ao dinheiro que vinha das Américas, que naturalmente fazia com que mais consumidores procurassem uma quantidade finita de bens. A crescente urbanização agudizou o problema, inflacionando ainda mais os preços. Em Espanha, só o preço dos cereais quintuplicou no século após as descobertas de Colombo.[\[35\]](#)

As coisas acabaram por chegar a um ponto de não retorno nas províncias e cidades dos Países Baixos, um feudo de Espanha, iradas pela forma como esta tentava resolver os seus problemas financeiros através da cobrança de altos impostos. O Norte da Europa era uma colmeia de centros urbanos produtivos, com Antuérpia, Bruges, Gante e Amsterdão a emergir nos séculos ^{xiv} e ^{xv} como importantes entrepostos comerciais para bens que entravam e saíam do Mediterrâneo, Escandinávia, países bálticos e Rússia, bem como as Ilhas Britânicas. Naturalmente, floresceram ainda mais no seguimento da abertura do comércio com a Índia e as Américas.[\[36\]](#)

Estas cidades tornaram-se ímanes para mercadores de todos os pontos do mundo, o que, por sua vez, levava a uma vida económica e social exuberante e a fortes identidades cívicas. As populações crescentes exigiam que a terra circundante fosse usada eficientemente, instigando avanços rápidos não só na gestão das colheitas nos territórios circundantes, mas também em técnicas de irrigação, como a construção de diques e de quebra-mares para permitir que toda a terra disponível fosse usada rentavelmente. O tamanho e produtividade crescentes das cidades dos Países Baixos e das suas periferias faziam delas lucrativos centros que geravam receitas fiscais, algo a que os espanhóis, que, por sorte, nos casamentos e heranças dinásticas controlavam grande parte da região, não eram indiferentes.[\[37\]](#)

As diferentes províncias e cidades depressa começaram a protestar quanto à introdução de impostos punitivos e às atitudes brutais em questões de fé. As ideias de Martinho Lutero, João Calvino e outros, que sublinhavam a corrupção institucional de líderes políticos distantes e a importância espiritual do indivíduo caíram em terreno fértil nestas áreas muito urbanizadas e ajudaram o protestantismo a lançar raízes fundas na

região. A perseguição económica e religiosa revelou ser uma combinação poderosa para fomentar a revolta e, por fim, conduziu à União de Utreque, de 1581 – uma declaração de independência do que viria a ser a União das Sete Províncias, na prática, a República Holandesa. Os espanhóis responderam com uma exibição de força, juntamente com um embargo ao comércio dos Países Baixos iniciado em 1585. O objetivo era o de estrangular as províncias e cidades rebeldes e forçá-las à submissão. Como muitas vezes acontece quando são aplicadas sanções, o resultado foi o oposto: não encontrando alternativa, os separatistas passaram à ofensiva. A única forma de sobreviver era usar todo o conhecimento, perícia e talento que tinham à sua disposição; estava na altura de inverter a situação.^[38]

Nos últimos anos do século XVI, as circunstâncias propiciaram um milagre nos Países Baixos. A tentativa espanhola de suprimir a região conduziu a uma emigração maciça das províncias setentrionais para as províncias meridionais, levando a que cidades como Gante, Bruges e Antuérpia sofressem o que um especialista designou «uma catastrófica hemorragia de habitantes». A ocasião era propícia. O embargo comercial garantia a existência de enormes provisões de cereais e azenha, o que significava que os fornecimentos de comida eram abundantes e baratos. Ainda que as rendas tenham subido rapidamente, o crescimento da população também levou a um *boom* na construção de casas e conduziu ao encontro de um grupo de mercadores e outros profissionais experientes, que tentavam escapar à pressão exercida pelos espanhóis.^[39]

Quando o embargo foi finalmente levantado em 1590, os holandeses apressaram-se a expulsar as tropas espanholas que haviam sido enviadas para manter a ordem, aproveitando o facto de Filipe II de Espanha se encontrar envolvido em conflitos militares noutras partes da Europa. Subitamente livres da pressão militar e deparando-se com uma janela de oportunidade, os holandeses lançaram-se no comércio internacional, tentando estabelecer ligações com as Américas, África e Ásia.

Uma clara lógica comercial subjazia ao plano de estabelecerem as suas próprias rotas mercantes. Transportar os bens diretamente para a República Holandesa evitaria duas rondas de taxaço: em primeiro lugar, os bens

chegariam sem pagarem encargos nos portos de Portugal e Espanha, onde tipicamente as cargas eram taxadas antes de seguirem para norte. Em segundo lugar, o facto de as autoridades holandesas passarem agora a cobrar elas próprias as receitas, em vez de fazê-las passar pelas potências ibéricas, significava que o dinheiro produzido graças ao crescente comércio nos Países Baixos não fugiria para financiar ambições imperiais e gastos absurdos noutras partes. Isto traria benefícios imediatos e criaria um círculo virtuoso à medida que os lucros crescentes fossem reinvestidos, gerando fluxos de dinheiro cada vez maiores – tanto para os mercadores individuais como para a república libertada.[\[40\]](#)

O ambicioso programa pagou dividendos logo à partida. Uma expedição que rumou a oriente em 1597 regressou a casa no ano seguinte em triunfo, trazendo cargas que produziram lucros de 400 por cento. As frotas partiam agora em todas as direções, financiadas por investidores encorajados pelos grandes proveitos para o seu capital.[\[41\]](#) Só em 1601, catorze expedições distintas partiram para a Ásia, ao passo que cem navios por ano depressa começaram a cruzar o Atlântico para adquirir sal na península de Araya, que era vital para o comércio doméstico de arenque.[\[42\]](#)

Os espanhóis ficaram indignados; renovaram a sua ação militar e impuseram novo embargo. Segundo o brilhante filósofo e advogado Hugo Grotius, isto apenas reforçou a ideia de que os holandeses tinham de tomar o seu destino nas próprias mãos. Em vez de recuar perante as ameaças e a pressão, a única alternativa era a de investir ainda mais no comércio e construir uma rede comercial o mais depressa possível para ajudar a reforçar o poder de fogo e a independência. Era tudo ou nada.[\[43\]](#)

A chave do êxito holandês foi a soberba construção naval e, acima de tudo, as inovações nos desenhos clássicos que havia muito tempo permitiam que as frotas do arenque operassem no mar do Norte e em portos pouco profundos, graças aos seus calados baixos. A partir de 1550, à medida que os ingleses construíam barcos de guerra mais rápidos e fortes, os holandeses centraram as atenções em desenvolver navios que fossem mais fáceis de manobrar, levassem maiores cargas e exigissem uma tripulação menor – e

que, assim, fossem mais baratos de manter. Estes navios, chamados *fluyts*, assinalam um novo marco na construção naval comercial.^[44]

Os holandeses fizeram o trabalho de casa e estavam bem preparados quando levantavam âncora. Ao passo que os seus predecessores europeus que haviam atravessado o Atlântico e contornado o Cabo da Boa Esperança partiam para o desconhecido, esse não era o caso dos holandeses. Sabiam o que procurar e onde o encontrar. Autores como Jan Huyghen van Linschoten, secretário do arcebispo de Goa, que ocupava o seu tempo a investigar meticulosamente as rotas mercantes, portos, mercados e condições locais em toda a Ásia, produziram textos como o *Itinerario*, que providenciava mapas abrangentes que quase serviam como manuais de instruções para aqueles que partiam para oriente.^[45]

Outras obras eram igualmente úteis para preparar os mercadores nas suas viagens. Os holandeses eram líderes mundiais no que respeitava à cartografia. O gravador Lucas Janszoon Waghenaer preparou mapas e cartas marítimas na década de 1580 considerados indispensáveis em toda a Europa graças ao seu detalhe e precisão. Dava-se especial atenção a coligir informações precisas e a produzir atlas atualizados e pormenorizados das Índias Orientais, bem como das Caraíbas; estes passaram a ser a norma para os auxiliares de navegação modernos no início do século XVII.^[46]

Depois, havia textos que ajudavam a explicar o vocabulário e a gramática das línguas estranhas que os mercadores holandeses podiam esperar encontrar nas suas viagens. Um dos mais antigos entre estes novos linguistas era Fredrik de Houtman, cuja gramática e dicionário holandês-malaio foram publicados em 1603, após ter sido libertado da prisão em Aceh pelo sultão de Sumatra, onde diligentemente aprendera a língua dos seus captivos.^[47] Estas listas de vocabulário eram avidamente estudadas pelos mercadores que se dirigiam para a Ásia no século XVI; eram listas que providenciavam palavras e expressões úteis traduzidas do holandês para malabar, malaio, bisaiano, tagalog, tâmil e outras línguas.^[48]

O segredo subjacente ao êxito holandês no século XVII residia na sensatez e no trabalho árduo. Os holandeses calcularam que a melhor forma de trabalhar não era seguir o exemplo de Inglaterra, onde as companhias

recorriam a práticas desleais para limitar os beneficiários a um pequeno círculo de amigos, todos a cuidar dos interesses do próximo e usando posições monopolistas para proteger as suas posições. Em vez disso, o capital e os riscos eram partilhados entre um corpo de investidores tão amplo quanto possível. A seu tempo, chegou-se à conclusão de que, não obstante as ambições concorrentes e as rivalidades entre províncias, cidades e mesmo mercadores individuais, a forma mais eficiente e poderosa de consolidar o comércio era combinando recursos.[\[49\]](#)

Assim, em 1602, o governo das Províncias Unidas criou uma única entidade para conduzir o comércio com a Ásia, partindo do princípio de que seria mais forte e poderosa do que a soma das suas partes. Foi uma aposta ousada, não menos por implicar o apaziguamento de rivalidades locais e convencer todos os envolvidos de que os seus interesses não só estariam alinhados como seriam mais bem servidos desta forma. A criação da Verenigde Oost-Indische Compagnie (VOC) – a Companhia das Índias Orientais – e, não muito depois, da corporação irmã para as Américas, a West-Indische Compagnie (WIC) – a Companhia das Índias Ocidentais –, foi um exemplo paradigmático de como estabelecer uma corporação multinacional global.[\[50\]](#)

O modelo holandês revelou ser incrivelmente bem-sucedido. Ainda que alguns, como o mercador e fundador da WIC, Willem Usselinx, defendessem que a melhor ideia seria a de colonizar partes das Américas ainda livres, um plano claro começou a ganhar forma.[\[51\]](#) O objetivo não era o de tentar concorrer com outros mercadores europeus, como em Goa, onde mercadores portugueses, venezianos e germânicos viviam lado a lado; era o de os deslocar.[\[52\]](#)

A abordagem agressiva trouxe resultados imediatos. As atenções centraram-se, primeiro, nas Ilhas das Especiarias, onde a comunidade portuguesa isolada foi expulsa em 1605 como parte de um programa sistemático para estabelecer controlo sobre as Índias Orientais. Nas décadas seguintes, os holandeses consolidaram a sua posição, estabelecendo uma sede permanente em Batávia – nome que alude ao termo com que os

habitantes dos Países Baixos eram designados no tempo do Império Romano –, atual Jacarta.

Usou-se força militar para tomar e controlar uma cadeia de locais que se ligavam até chegarem à terra-mãe. Ainda que os holandeses fossem frustrados nalguns lugares, como Macau e Goa, os ganhos que lograram obter no século ^{xvii} foram impressionantes. Depressa não eram apenas os europeus no estrangeiro que se sentiam cercados pelos holandeses, mas também os líderes locais cujos reinos eram estrategicamente sensíveis ou economicamente importantes. Estabeleceu-se controlo sobre Malaca, Colombo, Ceilão e Cochim, até que o sultanado de Macáçar passou a ser o alvo em 1699. Macáçar era a peça que faltava para estabelecer o monopólio do comércio de especiarias com a Ásia. Batizada Nova Roterdão, a sua captura foi seguida pela construção de um grande forte, como acontecera noutras partes – uma declaração da intenção de não deixar que estes ganhos se rendessem facilmente.^[53] Um mapa guardado nos arquivos estatais em Haia mostra a verdadeira teia de aranha que foi tecida à medida que os holandeses construíram a sua posição nas Índias Orientais.^[54]

Seguiu-se o mesmo padrão noutras partes. Os rivais foram expulsos da África Ocidental à medida que os holandeses passavam a dominar o comércio do ouro e, a seu tempo, se envolveram pesadamente no tráfico escravagista para as Américas. Fundaram-se novos fortes, como Fort Nassau, no atual Gana. Os portugueses foram expulsos de outras bases, como São Jorge da Mina, na costa do Gana, que passou para mãos holandesas em meados do século ^{xvii}. Os holandeses tiveram considerável êxito também nas Caraíbas e nas Américas, ao ponto de, na década de 1640, terem conquistado uma grande parte do comércio transatlântico e controlarem todo o comércio de açúcar.^[55]

Os Países Baixos transformaram-se. Aqueles que investiram, desde o início, no comércio de longa distância fizeram fortuna, ao passo que aqueles que beneficiavam com os novos-ricos também prosperavam. Fundaram-se universidades em Leiden e Groningen, onde os académicos podiam alargar os limites das suas disciplinas graças aos fundos de mecenas generosos. Os artistas e arquitetos floresceram, devido ao súbito interesse e riqueza de

uma recém-formada burguesia. Em tempos de extraordinária fortuna, começaram a ser erigidos edifícios magníficos em Amsterdão, que se erguiam das águas como acontecera em Veneza séculos antes. Áreas como Jordaan foram reclamadas ao mar à medida que se construíram casas nos canais de Keizersgracht e nas redondezas, que eram feitos de engenharia e maravilhas arquitetônicas.

A influência das Rotas da Seda começou a sentir-se nas artes. Uma indústria cerâmica buliçosa começou a crescer em Haarlem, Amsterdão e, acima de tudo, em Delft, muito influenciada pela aparência, pelo corte e pelo desenho de artigos importados do Oriente. Os temas visuais chineses dominavam, ao passo que as características porcelanas brancas e azuis, desenvolvidas séculos antes por oleiros do Golfo Pérsico, que se haviam tornado populares na China e no Império Otomano, foram tão amplamente adotadas que se tornaram uma marca distintiva da porcelana holandesa também. A imitação não era apenas o elogio mais sincero; neste caso, era também consequência da entrada num sistema global de cultura material que agora ligava o mar do Norte ao oceano Índico e ao Pacífico.[\[56\]](#)

Com a crescente procura de objetos que ajudassem a exibir o estatuto, em geral, as artes floresceram nos Países Baixos. Houve quem sugerisse que só no século ^{xvii} se produziram três milhões de quadros.[\[57\]](#) Era inevitável que tal viesse a estimular novas ideias e também a tornar os padrões mais exigentes – assim criando o pano de fundo para que pintores como Frans Hals, Rembrandt e Vermeer criassem obras de beleza estonteante. Dado o modo notável como os holandeses haviam trabalhado em conjunto para chegar ao êxito, era inteiramente apropriado que algumas das mais belas obras representassem grupos, como *O Banquete da Guarda de Santo Adriano* (a Guarda Cívica de Haarlem), de Frans Hals, ou a famosa obra de Rembrandt *A Companhia do Capitão Frans Banning Cocq e do Tenente Willem van Ruytenburch Preparando-se para Marchar* –, mais conhecida como *A Ronda da Noite*, encomendada para o Salão de Banquetes da Guarda Cívica de Amsterdão.

Os indivíduos também eram mecenas zelosos, por exemplo, o mercador Andries Bicker contratou Bartholomeus van der Heist para comemorar o

seu sucesso e a subida do seu estatuto social, ou o construtor naval Jan Rijcksen, que pediu a Rembrandt que pintasse um retrato seu e da mulher a trabalharem conjuntamente em planos náuticos. Era a vez de os holandeses – e a arte holandesa – gozarem uma era de ouro.[\[58\]](#)

Os holandeses não desdenhavam de exibir os seus artigos internos, como no caso da *Rapariga a Ler uma Carta Junto à Janela Aberta*, de Vermeer, onde se vê, em primeiro plano, uma taça azul e branca.[\[59\]](#) Um visitante inglês a Amsterdão, em 1640, não conseguiu esconder a sua admiração perante o que via. Nos Países Baixos, escreveu Peter Mundy, mesmo as casas de «qualidade indiferente» estavam cheias de mobília e ornamentos «muito dispendiosos e curiosos, cheios de prazer e contentamento doméstico, como ricos armários, gabinetes [...], imagens, porcelana, gaiolas ricamente trabalhadas com pássaros» e mais. Mesmo os talhantes e padeiros, ferreiros e sapateiros tinham quadros e adornos de luxo em suas casas.[\[60\]](#) «Fiquei espantado», escreveu o diarista inglês John Evelyn sobre a feira anual de Roterdão por volta da mesma altura; a feira estava cheia de quadros, sobretudo com «paisagens e cenas cómicas, como chamam a essas representações clownescas». Mesmo os lavradores comuns haviam-se tornado ávidos colecionadores de arte.[\[61\]](#) Estas atitudes eram típicas dos números crescentes de visitantes ingleses aos Países Baixos nesta época.[\[62\]](#)

A era de ouro holandesa foi o resultado de um plano meticulosamente executado. Também beneficiou por ter chegado num momento em que grande parte da Europa estava em desordem, envolvida em rondas ininterruptas de hostilidades militares inconclusivas e dispendiosas que avassalaram o continente durante a Guerra dos Trinta Anos de 1618 a 1648. Esta volatilidade apresentava oportunidades, pois a atenção e os recursos dirigidos a arenas mais próximas de casa permitiram aos holandeses escolher os seus alvos em diferentes continentes, um por um, sem se depararem com reações bélicas. As lutas sangrentas do século XVII permitiram aos holandeses estabelecer uma posição dominante no Oriente a expensas dos seus rivais na Europa.

A guerra na Europa, contudo, tinha um papel ainda mais importante: instigou a ascensão do Ocidente. As discussões sobre a Europa deste período insistem que o Iluminismo e a Era da Razão chegaram a uma maturidade que substituiu ideias absolutistas por noções de liberdade e direitos. Mas foi a entranhada relação com a violência e o militarismo que permitiu à Europa instalar-se no centro do mundo após as grandes expedições da década de 1490.

Antes ainda das descobertas quase simultâneas de Colombo e Vasco da Gama, a competição entre os reinos da Europa era intensa. Ao longo de séculos, o continente caracterizara-se por uma feroz rivalidade entre Estados que frequentes vezes irrompia em hostilidade declarada e guerra. Isto, por sua vez, encorajou os avanços na tecnologia militar. Novas armas foram desenvolvidas, introduzidas e, depois, refinadas após serem testadas no campo de batalha. As táticas evoluíram à medida que os comandantes aprendiam por experiência. O conceito de violência também foi institucionalizado: a arte e a literatura europeias havia muito que celebravam a vida do cavaleiro e a sua capacidade para usar a força judiciosamente – como ato de amor e fé, mas também como expressão de justiça. As histórias sobre as Cruzadas, que louvavam a nobreza e o heroísmo e ocultavam a traição e a quebra de juramentos, tornaram-se inebriantemente poderosas.

A luta, a violência e o derramamento de sangue eram glorificados, desde que pudessem ser considerados justos. Esta foi talvez uma razão por que a religião se tornou tão importante: não podia haver justificação melhor para a guerra do que ser travada em defesa do Todo-Poderoso. Desde o início, a religião e a expansão estavam irmanadas: mesmo as velas dos navios de Colombo ostentavam grandes cruzes. Como insistem os comentadores de então, no que dizia respeito às Américas, mas também quando os europeus começaram a espalhar-se por África, Índia e outras partes da Ásia, e depois, também, pela Austrália, tudo fazia parte do plano de Deus para que o Ocidente herdasse a terra.

Com efeito, o caráter distintivo da Europa como continente mais agressivo, instável e menos voltado para a paz do que outras partes do

mundo trazia agora dividendos. Afinal, fora por essa razão que os grandes navios dos espanhóis e dos portugueses tinham sido bem-sucedidos na travessia dos oceanos e na ligação entre continentes. O navio tradicional que navegara pelo Índico e mar Árábico ao longo de séculos com poucas mudanças no seu desenho não estava à altura dos navios ocidentais, mais fáceis de manobrar e com mais armas. O contínuo progresso no desenho de navios que os tornou mais rápidos, fortes e letais criou uma distância ainda maior.[\[63\]](#)

O mesmo era verdade na tecnologia militar. As armas usadas nas Américas mostravam-se tão fiáveis e precisas que pequenos números de conquistadores eram capazes de dominar populações vastamente superiores em termos numéricos – e populações que eram avançadas e muito sofisticadas, salvo no que dizia respeito às armas. Nas terras incas, escreveu Pedro de Cieza de León, a lei e a ordem eram cuidadosamente mantidas, dando-se grande atenção a «garantir que a justiça era feita e que ninguém se aventurava a cometer uma ofensa ou um roubo».[\[64\]](#) Anualmente, recolhiam-se dados em todo o Império Inca para garantir que os impostos eram calculados corretamente e justamente, havendo um registo central atualizado dos nascimentos e mortes. A elite tinha de trabalhar a terra um dado número de dias por ano para «dar o exemplo, pois toda a gente ficaria a saber que ninguém deveria ser tão rico que [...] pudesse desdenhar dos pobres ou afrontá-los».[\[65\]](#)

Estes não eram os selvagens descritos pelos triunfalistas na Europa; na verdade, pareciam positivamente esclarecidos por comparação com as sociedades altamente estratificadas que haviam emergido em grande parte do continente, onde a distância entre os poderosos e os fracos era cimentada por um património aristocrático que protegia a posição social dos poderosos. Ainda que os europeus possam ter pensado que haviam descoberto civilizações primitivas e que, por essa razão, as podiam dominar, a verdade era que os implacáveis avanços na tecnologia das armas, guerra e táticas subjaziam ao sucesso do Ocidente.

Uma razão por que o domínio de África, Ásia e as Américas se mostrou possível foram os séculos de prática, na Europa, de construir fortificações

quase inexpugnáveis. A construção de castelos era a marca de água da sociedade europeia desde a Idade Média, com milhares de espetaculares fortes a serem erigidos em todo o continente. O seu propósito, como é evidente, era o de resistir a ataques pesados e determinados; o seu número extraordinário dava testemunho do medo e da regularidade dos assaltos. A insistência dos europeus em construir fortes imponentes, que podiam ser defendidos a partir do seu interior, era notavelmente motivo de divertimento para os locais. nenhuns outros mercadores tinham construído fortes no passado, notou o nababo de Bengala na década de 1700, por que razão insistiam os europeus em fazê-lo agora?[66]

A grande ironia, assim, era que, apesar de a Europa viver uma era de ouro gloriosa, produzindo arte e literatura e saltos de descoberta científica, aquela foi forjada pela violência. Além disso, a descoberta de novos mundos serviu para tornar a sociedade europeia mais instável. Havendo mais por que lutar e mais recursos disponíveis, a farsa estava mais alta, e as tensões agudizavam-se enquanto a batalha pela supremacia se intensificava.

Os séculos que se seguiram à emergência da Europa como potência global foram acompanhados por uma consolidação imparável e uma crescente ganância. Em 1500, havia cerca de quinhentas unidades políticas na Europa; em 1900, havia vinte e cinco. Os fortes devoraram os fracos.[67] Na Europa, a competição e o conflito militar eram endémicos. Neste sentido, os horrores tardios no século ^{xx} tinham raízes profundas no passado. A luta pelo domínio de vizinhos e rivais instigou melhorias na tecnologia, mecanização e logística das armas, que, em última instância, permitiram que as arenas de guerra se alargassem substancialmente e que o número de mortos passasse das centenas aos milhões. Com o tempo, a perseguição pôde ser perpetrada numa escala maciça. Não foi por acaso que a guerra mundial e o pior genocídio da História tiveram a sua origem e execução na Europa; estes eram os últimos capítulos numa história prolongada de brutalidade e violência.

Assim, ao passo que o foco geralmente recai sobre os investimentos na arte e o impacto da nova riqueza na cultura nos séculos ^{xvi} e ^{xvii}, é talvez

mais instrutivo olhar para os avanços simultâneos no fabrico de armas nesta época. Assim como se produziam quadros em enormes quantidades para um público ávido, também se produziam armas. Na década de 1690, cerca de 600 mil pederneiras foram vendidas só ao empresário Maximilien Tiron na França Central; alguns coevos julgavam que era impossível estimar o número de trabalhadores empregados na indústria das armas de punho em Saint-Étienne, pois eram muitos. Entre 1600 e 1750, o rácio de disparos bem-sucedidos de armas de punho multiplicou-se por um fator de dez. Os avanços tecnológicos – incluindo a invenção de varetas, cartuchos de papel e baionetas – tornaram as armas mais baratas, melhores, mais rápidas e mais letais.[\[68\]](#)

Do mesmo modo, ainda que os nomes de cientistas como Galileu Galilei, Isaac Newton e Leonhard Euler sejam famosos para gerações sucessivas de crianças de escola, é demasiado fácil esquecer que parte do seu trabalho mais importante era sobre a trajetória de projéteis e a compreensão das causas de desvio, para permitir que a artilharia fosse mais precisa.[\[69\]](#) Estes distintos cientistas ajudaram a tornar as armas mais poderosas e ainda mais fiáveis; os avanços militares e tecnológicos seguiam a par do Iluminismo.

Não que outras sociedades não conhecessem a agressão. Como o mostram inúmeros exemplos de outros continentes, qualquer conquista podia trazer morte e sofrimento em grande escala. Mas os períodos de expansão explosiva na Ásia e Norte de África, como as extraordinárias primeiras décadas da disseminação do islão ou o tempo das conquistas mongóis, foram seguidos de longos períodos de paz, estabilidade e prosperidade. A frequência e o ritmo da guerra eram diferentes na Europa em comparação com outras partes do mundo: assim que um conflito se resolvia, surgia outro numa qualquer parte. Nesse sentido, textos como o *Leviatã*, de Thomas Hobbes, eram cruciais para explicar a ascensão do Ocidente. Só um autor europeu poderia ter concluído que o estado natural do Homem era um estado de constante violência; e só um autor europeu teria razão nesse aspecto.[\[70\]](#)

Além do mais, a sede por confronto militar estava por detrás de outros desenvolvimentos relacionados de perto com a prática da guerra, como

aqueles que ocorreram no campo financeiro. Os governos europeus tinham grande necessidade de capital para financiar os exércitos, o que levou ao estabelecimento de mercados de dívida onde se podia angariar dinheiro contra futuras receitas fiscais. Apostar no sucesso podia trazer excelentes lucros e disponibilizar títulos e outros benefícios sociais para investidores astutos, cujo investimento em dívidas soberanas podia naturalmente ser visto como patriótico: investir nas finanças públicas era uma forma de avançar e de ganhar fortuna. Londres e Amsterdão tornaram-se centros financeiros globais, especializando-se em dívida soberana, mas também em cotações cada vez mais complexas na Bolsa.[\[71\]](#)

Uma razão para a ascensão de Londres e Amsterdão foi a aceleração socioeconómica do Norte da Europa. A investigação mais recente sugere que a população quase duplicou em Inglaterra e nos Países Baixos entre 1500 e 1800. Grande parte deste crescimento fez-se sentir em áreas densamente povoadas, onde o número de grandes cidades quase triplicou.[\[72\]](#) Este processo foi particularmente acentuado nos Países Baixos: em meados do século ^{xvii}, pensa-se que metade dos residentes de Amsterdão se havia mudado para a cidade vinda de outras partes.[\[73\]](#) Os Estados com mais centros urbanos tinham uma vantagem considerável sobre aqueles que tinham grandes populações rurais. Revelava-se menos moroso, mais fácil e mais eficiente cobrar impostos nas cidades, também porque a velocidade das trocas comerciais era muito maior do que no campo. Áreas densamente povoadas também produziam fluxos de receitas mais fiáveis e, por isso, eram devedores mais apetecíveis. Inglaterra e a República Holandesa obtinham empréstimos com melhores taxas do que os seus rivais políticos e comerciais.[\[74\]](#) Então como agora, para fazer dinheiro na finança não bastava ser inteligente; era preciso estar no sítio certo. E, com cada vez maior frequência, isso significava Londres ou Amsterdão.

O que assinalou o início da derrocada de Itália e do Adriático. Já um passo atrás graças às novas rotas para mercados que traziam diretamente os bens para os consumidores mais ricos, as cidades-estado, com as suas

entranhadas rivalidades, não tinham qualquer hipótese contra conjuntos de cidades capazes e predispostas a combinar os seus recursos. Eram angariadas somas tão grandes para financiar a expansão que se tornou normal gastar mais de metade da receita estatal simplesmente com o serviço das dívidas nacionais.[75] Saía caro estar constantemente em luta contra os vizinhos e a tentar obter uma vantagem política, comercial e cultural sobre eles. A Europa tornou-se um continente a duas velocidades: a Velha Europa a oriente e sul, que havia sido dominante ao longo de séculos e que, agora, abrandava e começava a estagnar; e a Nova Europa, a noroeste, que florescia.[76]

Alguns perceberam-no mais cedo do que outros. Logo em 1600, o embaixador britânico em Veneza escreveu que, «no que toca ao comércio, a decadência é tão manifesta que todos os homens concluíam que, no espaço de vinte anos», a cidade entraria em colapso. Veneza dominara em tempos o comércio com o Oriente, mas já não conseguia competir. Dezenas de navios poderosos «com mais de mil toneladas por peça» costumavam trazer bens para Veneza ou partiam para se reabastecerem; agora, «não se vê nenhum».[77] A cidade não tardou muito em reinventar-se, transformando-se de centro de comércio em centro de vida lasciva, o paraíso de um hedonista. Ainda que as autoridades tentassem pôr cobro ao uso de joias cada vez maiores e melhores, a festas ostentativas e à busca do prazer, a reinvenção da cidade é compreensível a vários títulos: que outras alternativas lhe restavam?[78]

Em vez do comércio internacional e da alta política, Veneza, Florença e Roma tornaram-se paragens numa rota turística para os novos-ricos. Embora recebessem o nome de *Grand Tour* em 1670, essas expedições haviam começado um século antes, quando se reconheceu, pela primeira vez, que uma viagem a Itália apresentava a oportunidade de comprar antiguidades de grande qualidade e a arte mais em voga, cujos preços subiam a par do número de visitantes.[79] Era um rito de passagem, não só para os indivíduos que participavam nas expedições, mas para a cultura como um todo: os frutos do sul da Europa estavam a ser devorados pelo Norte. À medida que o centro de gravidade do continente mudou, o mesmo

aconteceu às joias da cultura antiga e contemporânea. Três das melhores coleções de esculturas antigas do mundo, no British Museum, no Fitzwilliam Museum, em Cambridge, e no Ashmolean Museum, em Oxford, foram compiladas por viajantes culturalmente curiosos que tinham a sorte de ter bolsos grandes.[\[80\]](#)

Esses viajantes trouxeram para casa ideias sobre arquitetura, desenho de túmulos monumentais e escultura; a poesia, arte, música, paisagismo, medicina e ciência da Antiguidade clássica não tardaram a fornecer múltiplas influências, enquanto Inglaterra e os Países Baixos começavam a modelar a glória do presente segundo aquela do passado.[\[81\]](#) Os cidadãos romanos teriam ficado abismados perante a ideia de que pequenos terratenentes e oficiais de uma província verdejante e remota do império encomendassem bustos que os retratavam não apenas como herdeiros dos romanos, mas como imperadores.[\[82\]](#) Depressa visariam ainda mais longe: a Grã-Bretanha estava prestes a asseverar a sua supremacia.

Rota para o império

A mudança de poder para o Norte da Europa deixou alguns sem capacidade de acompanhar os tempos e de competir. No mundo otomano, por exemplo, o número de cidades com populações de mais de dez mil habitantes permaneceu em grande medida igual entre 1500 e 1800. Não havia pressão no sentido de intensificar a produção agrícola para servir uma procura crescente – o que significou que a economia se manteve estática e estagnada. A cobrança fiscal também era ineficiente, em parte como resultado de delegar essa cobrança em terceiros, o que os incentivava a fazer ganhos rápidos à custa do rendimento de longo prazo do Estado.[\[1\]](#)

Os burocratas otomanos haviam provado serem exímios administradores, aptos a centralizar recursos e a gerir a distribuição da população por forma a garantir que as colheitas e os fornecimentos estariam onde eram mais necessários. À medida que o império aglutinou mais territórios nos séculos ^{xv} e ^{xvi}, tudo correria bem e com eficiência. Porém, quando o ímpeto expansionista abrandou, a fragilidade do sistema tornou-se evidente, sob pressão dos custos de sustentar uma ação militar em duas frentes – na Europa, a ocidente, e com a Pérsia safávida, a oriente –, mas também em resultado de uma mudança climática que teve um impacto particularmente acentuado no mundo otomano.[\[2\]](#)

As estruturas sociais no mundo muçulmano, que evoluíram de forma muito diferente das estruturas sociais na Europa Ocidental, também revelaram ser um fator importante. As sociedades islâmicas geralmente

distribuíam a riqueza de forma mais equânime do que as suas congéneres cristãs, em grande medida graças às instruções muito detalhadas que se encontram no Alcorão sobre heranças – incluindo princípios positivamente esclarecidos pelos padrões desses tempos no que tocava à parte que as mulheres podiam e deviam esperar dos legados dos seus pais e maridos. Uma mulher muçulmana podia contar ser mais bem tratada do que a sua congénere europeia; mas isso tinha o custo de não permitir que as grandes fortunas ficassem na mesma família durante um longo período.^[3] Isto, por sua vez, significava que a distância entre ricos e pobres nunca foi tão grande como na Europa, já que o dinheiro era redistribuído e circulava mais amplamente. Estes valores inibiram o crescimento em alguma medida: regra geral, os ensinamentos e estipulações sobre heranças implicavam que as famílias tinham dificuldade em acumular capital em sucessivas gerações, pois as heranças eram progressivas e igualitárias; na Europa, a primogenitura concentrava os recursos nas mãos de um filho e abria caminho à formação de grandes fortunas.^[4]

Para alguns, o facto de a Europa – ou, antes, o noroeste da Europa – nunca ter estado tão bem era causa de ansiedade. Os padres calvinistas nos Países Baixos pregavam com terrível convicção sobre o dinheiro ser a origem do mal e sobre os perigos de ceder ao luxo.^[5] Sentimentos semelhantes encontravam-se em Inglaterra, onde homens como Thomas Mun, um comentador particularmente zangado do início do século ^{xvii}, lamentavam «os gastos [...] de tempo em ócio e prazer», avisando que a riqueza material traria pobreza de conhecimento e uma «lepra geral» do corpo e da alma.^[6]

Claro, os benefícios do crescimento não eram partilhados uniformemente. O aumento das rendas beneficiava os senhorios, não os inquilinos; a exposição a mercados maiores significava que havia uma considerável pressão nos preços, já que a produção doméstica de lã, têxteis e outros bens sofriam mais competição.^[7] O declínio dos padrões morais que acompanhou as mudanças económicas e sociais foram o suficiente para encorajar alguns a tomar medidas drásticas. Chegara o tempo de estabelecer novas pastagens, concluíam os mais conservadores, de encontrar um lugar

onde fosse possível praticar um estilo de vida simples que desse prioridade à devoção religiosa e à pureza espiritual – um lugar para começar de novo e regressar ao princípio.

Os puritanos que se instalaram em Nova Inglaterra fizeram-no em protesto contra as mudanças que haviam acompanhado a ascensão da Europa e contra a prosperidade que se lhe seguiu. Reagiam ao estranho fluxo de ideias e bens que faziam do mundo um lugar diferente – onde a porcelana chinesa aparecia à mesa de jantar em casas comuns, onde o casamento de pessoas com cores de pele diferentes da dos europeus levantava questões sobre identidade e raça, e onde as atitudes quanto ao corpo instigavam o que um especialista recentemente designou a «primeira revolução sexual».[8]

Para escapar, a resposta estava do outro lado do Atlântico. O destino escolhido não era as Caraíbas, aonde muitos haviam ido para transformar a terra em plantações de açúcar usando trabalho escravo, mas as terras virgens de Nova Inglaterra, onde os emigrantes podiam levar uma vida idealizada de simplicidade devota. A única dificuldade, claro, era a população nativa, que «se delicia a atormentar os homens na forma mais sangrenta possível; esfolando-os vivos com conchas de moluscos, cortando os membros e juntas de outros e cozendo-os no carvão, comendo porções da sua carne à sua vista enquanto estão vivos, e com outras crueldades horríveis de relatar».[9] Mas, mesmo assim, valia a pena arriscar; ainda conseguia ser melhor do que o mundo que deixavam para trás. É fácil esquecer que a festa de Ação de Graças, que os Pais Peregrinos celebraram pela primeira vez para assinalar a sua chegada em segurança a uma terra de abundância era também a comemoração de uma campanha contra a globalização: não se tratava apenas de louvar a descoberta de um novo Éden, mas de rejeitar triunfantemente o paraíso em casa que fora destruído. [10]

Para aqueles que tinham inclinações diferentes, que não estavam interessados em construir um bastião de austeridade e conservadorismo religioso, antes queriam descobrir o novo, beneficiar e participar nas atrações e delícias hipnotizantes que o mundo tinha para oferecer, havia

uma alternativa: dirigir-se para oriente e rumar à Ásia. Construir uma plataforma que permitisse à Inglaterra estabelecer ligações com a Ásia numa forma estruturada e orgânica era um processo demorado e muitas vezes frustrante. A Companhia das Índias Orientais (East India Company – EIC), que recebera um monopólio real sobre o comércio com todas as terras a oriente do Cabo da Boa Esperança em 1600, conseguiu deslocar à força os portugueses de Bandar Abbas, no Golfo Pérsico, e de Surat, no noroeste da Índia, assim estabelecendo bastiões que apontavam para futuras oportunidades. Não obstante, competir contra a todo-poderosa Companhia das Índias Orientais holandesa (VOC) era um desafio.^[11] Os volumes comerciais que voltavam para Inglaterra começaram de facto a crescer; mas a supremacia dos holandeses era tal que, em meados do século XVII, estes transportavam cerca de três vezes mais o valor conseguido pelos ingleses.^[12]

A relação entre ingleses e holandeses era complicada. Desde logo, os Países Baixos providenciavam clientes e crédito para os bens ingleses, assim, não obstante a rivalidade entre a EIC e a VOC, os seus êxitos não eram mutuamente exclusivos. Depois, os espanhóis representavam um inimigo comum e pretexto para cooperações militares e políticas entre os dois Estados resolutamente protestantes. Algumas figuras inglesas de vulto não disfarçaram o seu entusiasmo com grandes êxitos navais dos holandeses contra Espanha no Canal da Mancha, em 1639, e, não muito depois, em Itamaracá, ao largo da costa do Brasil, levando a que o pomposo Oliver St. John, liderando uma das muitas delegações enviadas a Haia para cimentar laços, fizesse até a proposta radical de que os dois países «entrassem numa aliança mais íntima e numa união mais próxima» – por outras palavras, que se fundissem numa única entidade.^[13]

A imprevisibilidade das potências europeias era tal que, nem um ano passara sobre a proposta de uma confederação, e Inglaterra e Holanda estavam em guerra. O *casus belli* foi a aprovação do Ato da Navegação pouco após o regresso da delegação de St. John a casa, em que o Parlamento passou uma lei que exigia que todas as cargas destinadas a Inglaterra fossem transportadas por navios ingleses e dessem entrada em

portos ingleses. Ainda que esta legislação tivesse uma inquestionável motivação comercial, a saber, a de canalizar receitas para uma economia que sofrera muito com as lutas internas, é também significativo que houvesse um *lobby* crescente, insistente e apocalítico em Inglaterra que dizia que os holandeses eram motivados apenas pelo lucro, mostravam-se demasiado materialistas e não tinham convicções religiosas.[\[14\]](#)

O ato era uma indicação das crescentes aspirações inglesas. Assim como a retórica sobre os espanhóis, um século antes, se tornara cada vez mais venenosa, assim também aconteceu com os holandeses, especialmente no momento em que irromperam lutas intensas no mar quando os holandeses tentaram manter as vias marítimas abertas para os seus próprios portos no Canal da Mancha e no mar do Norte. Isto provocou nada menos que uma revolução marítima em Inglaterra. A marinha havia sido bem financiada mesmo no tempo dos Tudor; agora, porém, era sistematicamente reformada. No curso da segunda metade do século ^{xvii}, investiram-se consideráveis recursos num programa de grande escala de construção naval. O investimento na marinha cresceu tão abruptamente que depressa começou a consumir quase um quinto do orçamento nacional.[\[15\]](#) O processo foi supervisionado por Samuel Pepys, cujos diários pessoais nos revelam um pouco sobre a mudança militar e geopolítica que estava a acontecer – ou sobre a escala da mudança a ocorrer em estaleiros navais por todo o país.[\[16\]](#)

Pepys compilou os manuais mais atualizados dos especialistas holandeses – incluindo o de Nicolaes Witsen, o maior teórico da construção naval – e aplicou rigor e disciplina a tudo, desde erigir escolas que ensinassem a «arte da navegação» a encomendar doutrinas escritas que mencionassem as técnicas mais recentes para uma nova geração de planeadores ambiciosos e bem financiados.[\[17\]](#)

A revolução marítima baseava-se em três observações distintas. A primeira era a de que os navios pesados e especializados revelavam-se mais eficientes do que os navios ligeiros. O êxito dependia de ser capaz de concentrar a força das armas – e de lhe resistir. O desenho dos navios foi

modificado em conformidade, privilegiando navios grandes e poderosos que eram como castelos flutuantes. A segunda observação era a de que a experiência podia ensinar valiosas lições. Os recontros com as frotas holandesas nas décadas de 1650 e 1660 haviam resultado em perdas devastadoras, tanto em termos de navios perdidos ou capturados como em termos de altos oficiais e capitães caídos em batalha: em 1666, quase 10 por cento dos comandantes mais graduados da marinha foram mortos num único incidente. Em resultado desses recontros sangrentos, as táticas navais foram sistematicamente reavaliadas. Manuais de treino como as *Instruções de Luta*, do almirante Blake, um dos maiores líderes navais da época, foram amplamente divulgados e estudados. Partilhar o conhecimento e aprender com o passado era crucial para criar a melhor marinha do mundo: entre 1660 e 1815, as baixas por combate entre capitães ingleses (britânicos) caiu surpreendentemente em 98 por cento.[\[18\]](#)

A terceira observação, não menos importante, era a de que a marinha funcionava como uma instituição. Para se ser tenente, era necessário passar três anos no mar e ser aprovado num exame conduzido por oficiais superiores. As promoções subsequentes baseavam-se estritamente na perícia e não em patrocínios, o que significava que só os mais aptos subiam ao topo, mas que o faziam com o beneplácito dos seus pares. O incentivo à transparência deste sistema meritocrático foi ainda fortalecido por um sistema que recompensava aqueles que serviam há mais tempo nos cargos mais importantes. Era, em traços largos, idêntico à organização a que se assistiu nos primeiros tempos do islão e que provou ser tão eficaz durante as conquistas muçulmanas. Agora, também em Inglaterra, os despojos eram partilhados segundo uma alocação previamente estabelecida, e os oficiais e marinheiros viam-se recompensados em função do seu tempo de serviço e patente. Isto fazia com que a promoção fosse muito desejável e lucrativa, o que, de novo, incentivava os mais aptos a subirem ao topo, especialmente tendo em conta que o processo era supervisionado pela direção do Almirantado, cujo objetivo residia em eliminar o favoritismo e a parcialidade. Estes eram contratos de trabalho excelentes, por outras

palavras, destinados a recompensar e incentivar o mérito; além disso, eram justos.[\[19\]](#)

As reformas não levaram muito a compensar. O pesado investimento na marinha alargou o poder de Inglaterra substancialmente, dando-lhe a hipótese de aproveitar as rivalidades europeias, o deflagrar de guerras ou outras oportunidades nas Caraíbas e noutras partes.[\[20\]](#) Também coincidiu com o lento e longo processo de tentar assegurar uma posição comercial mais forte na Ásia, onde o trabalho feito começava a dar frutos. Além de Surat, a Companhia das Índias Orientais estabeleceu um importante centro no sudeste do subcontinente em Madrasapatnam (depois Madras), onde, na primeira metade do século XVII, se negociou uma concessão com o soberano local com uma isenção fiscal do comércio. Como as empresas de hoje depressa reconheceriam, as isenções fiscais generosas eram um grande incentivo, permitindo passar à frente de rivais de longa distância – e, a seu tempo, também de rivais locais. E, como as empresas de hoje também reconheceriam, à medida que a companhia se tornava maior e mais bem-sucedida, podia perfeitamente renegociar melhores termos. No curso de setenta anos, Madras transformou-se numa metrópole exuberante. O padrão foi replicado noutras localizações, em particular em Bombaim e Calcutá, a joia de Bengala, e a fortuna da Companhia das Índias Orientais cresceu regularmente.[\[21\]](#)

Como acontecera com a VOC na Holanda, os limites entre o governo de Inglaterra e a EIC eram esbatidos. Ambas as companhias tinham o direito de agir quase como um ramo do Estado – tinham o poder de cunhar moeda, formar alianças e não só manter forças armadas como também usá-las. Servir nestas organizações muito comercializadas, que beneficiavam de proteção governamental e de investidores muito poderosos, era uma carreira atrativa. Chegavam homens de todas as partes de Inglaterra e, na verdade, de outras partes do mundo também – incluindo do bastião do conservadorismo que era Nova Inglaterra. Havia ricas recompensas para os mais ambiciosos e lesto, que depressa subiam de cargo na companhia.[\[22\]](#)

Era típico que um homem nascido em Massachusetts, em 1649, que, em rapaz, se mudou com a família de volta para a Inglaterra, entrasse ao

serviço da Companhia das Índias Orientais. Inicialmente com o simples cargo de escriturário, rapidamente foi promovido e tornou-se governador de Madras. E, aí, a vida correu-lhe bem— demasiado bem, na verdade, pois foi retirado do seu cargo cinco anos depois, já que circulavam rumores de que enriquecera ilicitamente durante a sua estada. Que tenha voltado a casa com cinco toneladas de especiarias, grandes quantidades de diamantes e inúmeros objetos preciosos sugere que as acusações eram fundamentadas — como também o sugere o seu epitáfio, em Wrexham, a norte do País de Gales, onde foi enterrado: «Nascido na América, criado na Europa, viajou por África e na Ásia casou-se [...]. Fez muito bem, algum mal; espera assim que as contas estejam certas e entrega a alma à misericórdia do Céu.» O antigo governador gastou o dinheiro generosamente em Inglaterra, mas sem esquecer o seu local de nascimento: perto do fim da vida, doou uma generosa soma à Collegiate School, de Connecticut, que reconheceu a dádiva assumindo o nome desse benfeitor que poderia vir a fazer mais doações no futuro: Elihu Yale.[\[23\]](#)

Yale estivera no sítio certo na altura certa. Na década de 1680, a corte Qing, na China, levantou as restrições às exportações de chá, porcelana e açúcar chineses. Em resultado disso, portos como Madras e Bombaim não só eram importantes entrepostos comerciais de direito próprio, mas tornaram-se pontos de paragem numa nova e exuberante rede comercial. [\[24\]](#) O final do século ^{xvii} assinalou o início de uma nova era nos contactos entre Europa e China, que não se confinavam ao comércio. O matemático Gottfried Leibniz, que criou o sistema binário, pôde desenvolver as suas ideias graças aos textos sobre teorias aritméticas chinesas que lhe foram enviados por um amigo jesuíta que fora viver em Pequim perto do fim do século ^{xvii}. Aqueles que estavam em posição de aproveitar as novas ligações comerciais ou intelectuais podiam prosperar.[\[25\]](#)

No tempo em que fez a doação, Yale era sensível à forma como o Oriente, e a Índia em particular, eram cada vez mais vistos como um atalho para grandes fortunas. «Não deves ser impaciente no teu progresso nem apressar-te para alcançar riquezas», escreveu ao afilhado, Elihu Nicks; «a minha fortuna custou-me cerca de trinta anos de paciência».[\[26\]](#) Enquanto

um dos primeiros ingleses a encher os bolsos, era um tanto insolente dar conselhos tão parcimoniosos à geração seguinte. E, na verdade, as perspectivas de ganhar incalculáveis fortunas na Ásia estavam prestes a ser ainda melhores. A era de ouro despontava em Inglaterra.

Que uma ilha no Atlântico Norte viesse a dominar os assuntos internacionais, pudesse ser o coração de um império que controlava um quarto do globo e tinha influência ainda mais além, teria surpreendido os historiadores e imperadores do passado. A Grã-Bretanha era um lugar inóspito, escreveu um dos grandes historiadores da Antiguidade tardia, onde o ar era, em alguns lugares, tão venenoso que podia matar se o vento mudasse de direcção.[27] Era habitado por bretões – cujo nome, especulou dado autor não muito mais tarde, provinha do latim *brutus*, isto é, irracional ou estúpido.[28] Separados do resto da Europa pelo Canal da Mancha, era distante, isolada e periférica. Estas fraquezas tornavam-se agora formidáveis forças – e subjaziam à ascensão de um dos maiores impérios da História.

Havia muitas razões para o sucesso da Grã-Bretanha. Os especialistas têm notado, por exemplo, que os níveis de desigualdade económica e social eram menores do que noutros países na Europa e que as camadas mais baixas da população tinham um consumo de calorias consideravelmente mais alto do que os seus pares europeus.[29] A investigação mais recente também sublinhou que as mudanças no estilo de vida também desempenhavam um papel, já que os salários e a eficiência cresceram exponencialmente graças às recompensas que uma economia crescente oferecia. O êxito da Grã-Bretanha devia muito também ao facto de albergar tantas mentes inovadoras.[30] Os níveis de fertilidade, que parecem ter sido mais baixos em Inglaterra do que na maior parte dos países europeus, também apresentavam uma importante correlação com os rendimentos *per capita*, já que recursos e patrimónios passavam por menos mãos do que no continente.[31]

Porém, o trunfo que provou ser imbatível foi a geografia. A Inglaterra – ou a Grã-Bretanha, após a união com a Escócia em 1707 – tinha uma barreira natural que a protegia dos seus rivais: o mar. Essa barreira ajudava

quando se tratava de lidar com ameaças militares, mas era decisiva no que tocava às despesas estatais. Não tendo fronteiras terrestres a defender, as despesas militares da Grã-Bretanha eram uma fração das dos seus rivais no continente. Calculou-se que, ao passo que as forças armadas inglesas eram aproximadamente equivalentes às de França em 1550, em 1700, os franceses tinham quase três vezes mais homens em serviço. Estes homens recebiam equipamento e salário, significando que as despesas eram muito mais altas em França do que em Inglaterra; as receitas também eram proporcionalmente mais baixas em França, dado que os soldados e marinheiros – cada um deles gerador de rendimentos tributáveis e de impostos indiretos através do consumo – estavam longe dos campos, fábricas e outros empregos para servirem o seu país.[\[32\]](#)

Era como se a Grã-Bretanha estivesse vacinada contra os problemas contagiosos da Europa, que assistia a guerras aparentemente ininterruptas à medida que os Estados no continente se digladiavam em quase todas as combinações nos séculos xvii e xviii. Os britânicos aprenderam a intervir judiciosamente, aproveitando as circunstâncias que lhes eram favoráveis, mas mantendo-se ao largo quando os dados traziam azar. Também começava a tornar-se claro que o que acontecia na Europa podia determinar o destino de um país no outro lado do globo. Discussões acesas sobre quem deveria herdar o trono da Áustria podia ter consequências que levavam a lutas e trocas de territórios nas colónias europeias em todo o mundo: a questão da legitimidade da sucessão de Maria Teresa cerca de 1740 provocou guerras nas Américas e no subcontinente indiano que duraram quase uma década. O resultado, quando as coisas finalmente se resolveram em 1748, foi que Cap Breton, no Canadá, e Madras, na Índia, mudaram de mãos entre franceses e ingleses.

Este era apenas um exemplo de como a competição entre potências europeias tinha efeitos no outro lado do mundo. No final da década de 1690, os franceses cederam algumas cidades na Índia a mãos holandesas, em resultado do acordo da Guerra dos Nove Anos na Europa; nas Caraíbas, ilhas mudaram de mãos entre Grã-Bretanha e França como parte de acordos

de paz duas décadas mais tarde, após lutas intensas na Europa; ao passo que grandes extensões de terra na América do Norte foram trocadas entre britânicos e franceses quando as disputas ao trono espanhol se resolveram.

Os casamentos também podiam trazer vastos territórios, cabeças de ponte estratégicas ou grandes cidades – como Bombaim, entregue a Inglaterra como parte do dote de D. Catarina de Bragança quando esta se casou com o rei Carlos II, na década de 1660. Foi um ato de generosidade que, como o governador português da cidade corretamente previu, significaria o fim do poder português na Índia.^[33] As atividades nos leitos reais da Europa, os sussurros nos corredores palacianos nas suas capitais sobre potenciais noivas, ou desfeitas assumidas por soberanos cujo ego era fácil de acirrar, tinham implicações e ramificações a milhares de quilómetros de distância.

A dado nível, essas intrigas pouco importavam a quem vivia no Oriente, que não queria saber se eram os holandeses, os britânicos ou os franceses ou outros quem tinha a vantagem. Na verdade, as rivalidades na Europa pareciam apenas gerar benefícios exponencialmente superiores. Ao longo do século ^{xvii}, enviaram-se delegações rivais ao imperador mogol, aos soberanos da China e do Japão para granjear favores e estabelecer novas concessões comerciais ou reconfirmar concessões já existentes. Isto elevava a importância dos intermediários – como Muqarrab Khan, um oficial portuário em Guzerate que granjeou os favores do imperador Jahāngīr no início do século ^{xvii} –, que prosperavam em resultado.^[34] No caso de Khan, os bens que ele comprou em 1610, entre os quais «cavalos árabes», escravos de África e outros luxos, levaram mais de dois meses a serem desalfandegados.^[35]

Na Ásia, os britânicos agiam, nas palavras de um historiador, segundo o princípio de que «tudo e todos têm o seu preço».^[36] Isto conduzia a uma prática extravagante de dar presentes – mas também a protestos daqueles que condenavam a cobiça dos que eram cortejados. O imperador mogol Jahāngīr, por exemplo, era particularmente sensível a «elefantes robustos» – e talvez a pássaros dodó também – como presentes, e dizia-se que tinha um coração «tão insaciável que nunca sabe quando já tem que chegue, como

uma bolsa sem fundo, que nunca pode ficar cheia, pois quanto mais tem, mais deseja».[37]

Os enviados holandeses levaram carruagens, armaduras, joias, tecidos e até óculos para Pequim, na década de 1660, numa tentativa de granjear favores depois de terem perdido a sua posição pouco antes em Taiwan.[38] O relato de uma outra extravagante delegação holandesa, desta vez a Lahore, em 1711, mostra o tremendo esforço envidado para bajular e angariar contactos valiosos, como o mostram também as gloriosas imagens feitas quando da sua receção em Udaipur, enquanto a embaixada se dirigia para norte. Objetos lacados do Japão, elefantes de Ceilão e cavalos da Pérsia foram levados como presentes, bem como especiarias das colónias holandesas, juntamente com bens europeus: canhões, telescópios, sextantes e microscópios. Nada era deixado ao acaso, ainda que, nesta ocasião, as circunstâncias se conjugassem de forma a deixar por resolver o pedido do enviado para renovar uma concessão comercial.[39]

Levou muito tempo para que as implicações totais das areias movediças da Europa se fizessem sentir a oriente. Para todos os efeitos, quantos mais mercadores chegassem para comerciar e quanto maiores fossem os seus navios, melhor: isso significava mais presentes, mais recompensas e maiores volumes de comércio. Os imperadores mogóis como Akbar, o xá Jahān e Awrangzīb (que governou entre 1658-1707) gostavam de se fazer pesar no dia do seu aniversário, colocando pedras e metais preciosos e outros tesouros no outro prato até ambos ficarem equilibrados – dificilmente um incentivo para manter a linha.[40]

Depois, havia os subornos pagos aos intermediários que pediam dinheiro para «acompanhar» viajantes e mercadores até aos seus destinos, para grande frustração daqueles que achavam que esse princípio, bem como a quantia exigida, era um estorvo. Os mercadores ingleses que tinham os seus bens apreendidos em Rajmahal, em 1654, acharam que não tinham alternativa senão subornar o governador e os seus oficiais – como os holandeses sempre tinham feito também.[41] As queixas sobre a falta de justiça podiam chegar aos imperadores mogóis, que, por vezes, puniam aqueles que enchiam demasiado os bolsos: aparentemente, um juiz acusado

de não ser imparcial teve de se apresentar diante do imperador e ser mordido por uma cobra; numa outra ocasião, os guardiões dos portões foram chicoteados depois de um músico se ter queixado que tinha de lhes entregar uma parte do que recebera das mãos do imperador ao sair do palácio.[\[42\]](#)

Os fundos que chegavam à Índia continuavam a alimentar o renascimento artístico, arquitetónico e cultural que acompanhou as enormes injeções de capital desde o início do século ^{xvi}. Somas cada vez maiores entravam na Ásia Central, em parte como resultado do tributo pago por soberanos como Aurangzeb para garantir relações pacíficas com o norte, mas também em resultado da compra de cavalos numa escala maciça a criadores cujos rebanhos pastavam nas estepes. Cerca de cem mil cavalos eram comprados nos mercados do norte da Índia todos os anos – e a preços altíssimos, a julgar por algumas fontes.[\[43\]](#) Quantidades ainda maiores de gado eram também vendidas a mercadores da Índia, bem como da Pérsia, China e cada vez mais da Rússia, fazendo com que mais dinheiro circulasse na região. Cidades como Kokand (no atual Uzbequistão) floresciam, e os relatos falavam com enlevo da qualidade do ruibarbo, do chá, da porcelana e da seda que podiam ser comprados a baixos preços e em quantidades consideráveis.[\[44\]](#)

Não obstante a ascensão do comércio europeu, as redes que cruzavam a espinha da Ásia continuavam a ser pródigas. Isso mesmo é demonstrado pelos registos da VOC, que notavam que dezenas de milhares de cargas de camelo de têxteis eram levadas todos os anos da Índia para a Pérsia através das antigas rotas ao longo da Ásia Central. Fontes inglesas, francesas, indianas e russas fornecem também informações sobre o continuado comércio terrestre e dão alguma ideia da sua escala nos séculos ^{xvii} e ^{xviii}: os viajantes na Ásia Central falam consistentemente sobre os grandes volumes de bens que eram vendidos nos mercados, sobre os enormes números de cavalos que eram criados e levados para lugares como Cabul, um «excelente entreposto de comércio», onde convergiam caravanas vindas de toda a Ásia para comprar e vender um amplo sortido de têxteis, raízes aromáticas, açúcares refinados e outros luxos.[\[45\]](#) Neste comércio

continental, eram cada vez mais importantes as minorias que ajudavam a facilitar a troca comercial, graças a costumes partilhados, a laços familiares e à capacidade de criar redes de crédito que funcionavam a longas distâncias. No passado, os sogdianos haviam desempenhado este papel. Agora, eram sobretudo os judeus e os arménios.[\[46\]](#)

Sob a superfície, revolteavam correntes invisíveis. As atitudes europeias perante a Ásia começavam a endurecer, passando de ver o Oriente como uma terra fabulosa cheia de plantas exóticas e tesouros para um lugar onde os nativos eram tão frouxos e inúteis como no Novo Mundo. As atitudes de Robert Orme mostravam-se típicas do século XVIII. Orme, o primeiro historiador oficial da Companhia das Índias Orientais, escreveu um ensaio cujo título, «Sobre a feminilidade dos habitantes do Indostão», revela muito sobre o endurecimento do pensamento de então. Um sentimento de superioridade agressivo crescia velozmente.[\[47\]](#) As atitudes perante a Ásia mudavam do entusiasmo com os lucros para ideias de exploração brutal.

Esta perspetiva foi capturada na perfeição pelo termo «nababo», dado a oficiais da Companhia das Índias Orientais que prosperavam absurdamente na Ásia. Agiam como gângsters e tubarões financeiros, emprestando dinheiro localmente a juros exorbitantes, usando os recursos da companhia em benefício próprio e açambarcando lucros extravagantes das transações. Era o Oriente Selvagem – um prelúdio de cenas semelhantes no ocidente da América de Norte um século mais tarde. Vai para a Índia, disse o pai do memorialista William Hickey, e «corta meia dúzia de cabeças de ricos [...] e torna-te um nababo». Servir a EIC na Índia era o caminho para fazer fortuna.[\[48\]](#)

Era um caminho que tinha os seus perigos e dificuldades, pois as condições no subcontinente não eram fáceis, e a doença podia trazer um fim rápido às ambições. Tanto quanto as evidências nos permitem concluir, os números daqueles que eram enviados de volta para casa e considerados inaptos para o serviço cresceram regularmente, apesar da queda das taxas de mortalidade graças às melhorias sanitárias e higiénicas, bem como na medicina e nos cuidados de saúde.[\[49\]](#) As experiências podiam ser traumáticas, como o descobriram o mercador marinho Thomas Bowrey e

os seus amigos quando pagaram seis centavos por um quartilho de «Bangha», uma infusão de canábis, na Índia, no final do século ^{xvii}: um «sentou-se no chão e ficou a chorar amargamente toda a tarde»; um outro, «aterrorizado com medo [...] pôs a cabeça num grande jarro e continuou nessa posição durante quatro horas ou mais»; «quatro ou cinco jaziam sobre tapetes e saudavam-se efusivamente»; ao passo que outro «se mostrava hostil e lutava com um dos pilares de madeira do alpendre até esfolar a pele dos nós dos dedos».[50] Acostumar-se a outras partes do mundo levava tempo.

Por outro lado, as recompensas eram surpreendentes – tanto assim que se tornou um lugar-comum para dramaturgos, a imprensa e os políticos fazerem pouco dos novos-ricos. Havia um grande desprezo quanto à procura de tutores contratados para ensinarem os passatempos de cavalheiros, como a esgrima e a dança, sobre o nervosismo de escolher o alfaiate certo, sobre como dizer a coisa certa num jantar.[51]

A hipocrisia estava por toda a parte. Era grotesco, disse William Pitt, o *Velho*, a outros deputados no final do século ^{xviii}, que «os importadores de ouro estrangeiro tenham forçado caminho até ao Parlamento graças a uma torrente de corrupção privada tal que nenhuma fortuna hereditária privada poderia resistir».[52] Pitt não achou necessário notar que o seu avô trouxera para Inglaterra uma das grandes pedras preciosas do mundo, o diamante Pitt, quando da sua passagem pela Índia e que usara a fortuna que acumulara como governador de Madras para comprar uma casa no campo – e o assento parlamentar que a acompanhava.[53] Outros eram igualmente eloquentes. Era terrível, disse Edmund Burke furiosamente a um inquérito na Câmara dos Comuns não muito mais tarde, que os «nababos» estivessem a destruir a sociedade – alardeando as suas fortunas, tornando-se deputados e casando-se com as filhas da aristocracia.[54] Mas zangar-se com essas questões surtia pouco efeito: afinal, quem não queria um jovem rico e ambicioso como genro ou um esposo generoso como marido?

A chave destas grandes fortunas residia na transição da Companhia das Índias Orientais de operação mercantil que transportava bens de um continente para outro para uma potência ocupante. A passagem para o

tráfico de drogas e a extorsão dera-se suavemente. O ópio era cultivado em volumes cada vez maiores em plantações na Índia para financiar as compras de seda, porcelana e, sobretudo, chá da China. As importações do último artigo subiram a pique, indicando os números oficiais uma subida de 64 toneladas, em 1711, para 6804 toneladas oitenta anos mais tarde – números que omitem outros envios que devem ter sido contrabandeados para evitar o pagamento de impostos. Numa clara imagem em espelho, o vício crescente por bens de luxo no Ocidente era, na prática, trocado por – e depressa pago por – um crescente vício em drogas na China.[\[55\]](#)

Fazer dinheiro por outras vias dúbias não era menos lucrativo. Ainda que tivesse sido oferecida proteção às autoridades locais na Índia no século XVIII em grande escala e como prática regular, o momento decisivo deu-se em 1757, quando uma expedição liderada por Robert Clive foi enviada a Calcutá para intervir após um ataque à cidade pelo nababo de Bengala. Clive rapidamente recebeu enormes somas de dinheiro para apoiar candidatos locais rivais que queriam subir ao poder. Passado pouco tempo, obteve o controlo sobre o *diwani* – a receita fiscal da região – e pôde encher os bolsos com os proveitos de uma das mais povoadas e economicamente exuberantes partes da Ásia, que albergava uma indústria têxtil responsável por mais de metade das importações britânicas do Oriente. Quase da noite para o dia, Clive tornou-se um dos homens mais ricos do mundo.[\[56\]](#)

Um comité estabelecido pela Câmara dos Comuns em 1773 para averiguar o rescaldo da conquista de Bengala revelou as quantias extraordinárias retiradas às receitas bengalis. Mais de dois milhões de libras – dezenas de milhares de milhões nos valores de hoje – tinham sido distribuídos como «presentes», que entraram quase todos nos bolsos de funcionários da EIC localmente.[\[57\]](#) À indignação acrescentaram-se cenas de desgraça chocante em Bengala. Em 1770, o preço dos cereais subira cada vez mais, com resultados catastróficos, como a fome. Calcula-se que o número de mortos estivesse na casa dos milhões; mesmo o governador-geral declarou que um terço da população morrera. Os europeus só haviam pensado em enriquecer, enquanto a população local morria à fome.[\[58\]](#)

A situação poderia ter sido evitada. O sofrimento de muitos fora sacrificado pelo ganho pessoal de poucos. Aos ataques que lhe foram dirigidos, Clive respondeu simplesmente – como o CEO de um banco com problemas – que as suas prioridades haviam sido de proteger os interesses dos acionistas, não os da população local; não merecia ser criticado por apenas ter feito o seu trabalho.^[59] As coisas pioraram. A perda de mão de obra em Bengala devastou a produtividade local. Com as receitas a entrar em colapso, os custos subiram a pique, provocando o pânico de que a galinha tivesse posto o seu último ovo de ouro. Isto originou uma corrida às ações da EIC e deixou a companhia à beira da bancarrota.^[60] Os seus diretores estavam longe de serem administradores sobre-humanos e criadores de fortunas, e as práticas e a cultura da companhia deixaram o sistema financeiro intercontinental de joelhos.

Após consultas desesperadas, o governo em Londres concluiu que a EIC era demasiado grande para falhar e concordou em resgatá-la. Para financiar o resgate, porém, era necessário angariar dinheiro. As atenções centraram-se nas colónias da América do Norte, onde os impostos eram consideravelmente mais baixos do que na Grã-Bretanha. Quando o governo de lorde North aprovou a Lei do Chá, em 1773, considerava ter encontrado uma solução elegante para pagar o resgate da EIC, ao mesmo tempo alinhando, pelo menos em parte, o regime fiscal das colónias americanas para ficar mais próximo do britânico. A lei provocou a fúria entre os colonos do outro lado do Atlântico.

Na Pensilvânia, foram amplamente distribuídos panfletos e folhetos que descreviam a Companhia das Índias Orientais como uma instituição «bem versada na tirania, na pilhagem, na opressão e no derramamento de sangue». Era um símbolo de tudo o que corria mal na Grã-Bretanha, onde as camadas mais altas da população estavam nas mãos de grupos de interesses cobiçosos e egoístas que enriqueciam à custa das pessoas comuns.^[61] Os navios que transportavam chá eram enviados de volta ao depararem com uma frente unida de colonos que recusavam vergar-se perante as exigências de um governo que não lhes concedia representação

no processo político. Quando três navios ancoraram no porto de Boston, deu-se um impasse tenso entre os locais e as autoridades. Na noite de 16 de dezembro, um pequeno grupo de homens vestidos como «índios» embarcou nos navios e despejou o chá para o porto; preferia vê-lo no fundo do mar a ser forçado a pagar impostos a Londres.^[62]

Visto pela perspectiva americana, a cadeia de eventos que levou à Declaração de Independência dos Estados Unidos tinha um contexto muito americano. Mas de uma perspectiva mais abrangente as causas podem ser encontradas nos tentáculos da potência britânica, que se estenderam cada vez mais à procura de novas oportunidades e na eficácia da Rota da Seda, que causou desequilíbrios ao distribuir grande número de bens muito rapidamente. Londres tentava equilibrar prerrogativas contraditórias em lados opostos do mundo, querendo usar receitas geradas por impostos num lado para financiar as despesas noutro, o que conduziu à desilusão, à insatisfação – e à revolta. A busca de lucros fora implacável, o que, por sua vez, instigara uma crescente arrogância e autoconfiança. A Companhia das Índias Orientais, disse Clive ao comité na véspera do seu colapso, era uma potência imperial em tudo menos no nome. A companhia governava países que eram «ricos, populosos, produtivos» e estava «em posse [...] de vinte milhões de súbditos».^[63] Como reconheceram os colonos americanos, não havia grande diferença em ser-se súbdito num lugar ou noutro controlado pela Grã-Bretanha. Se os bengalis podiam morrer à fome, porque não também aqueles que viviam nas colónias, que não pareciam ter mais nem melhores direitos? Era altura de proclamar independência.

A Guerra da Independência Americana provocou muita introspeção na Grã-Bretanha sobre a forma como esta deveria tratar regiões que eram entrepostos comerciais não só comercialmente lucrativos como também politicamente influentes. A conquista, de facto, de Bengala assinalou um momento crucial na medida em que a Grã-Bretanha deixou de ser um país que apoiava colónias dos seus próprios emigrados para se tornar um domínio que subjugava outros povos. Era uma curva de aprendizagem acentuada saber o que isto significava e como equilibrar os desejos do centro do império com as necessidades das suas extremidades. A Grã-

Bretanha deu por si a administrar povos que tinham leis e costumes próprios e a ter de perceber o que podia tomar e dar de empréstimo às novas comunidades – e como construir uma plataforma que fosse funcional e sustentável. Nascia um império.

A sua génese marcou o fim de um capítulo. A passagem de grande parte da Índia para mãos britânicas levou a que as rotas mercantes terrestres perdessem oxigénio, à medida que o poder de compra e de financiamento, os bens e as atenções foram decisivamente desviados para a Europa. O declínio na importância da cavalaria face aos últimos desenvolvimentos na tecnologia e nas táticas militares, particularmente no que tocava ao poder de fogo e à artilharia pesada, também desempenhou o seu papel na diminuição dos volumes que passavam pelas rotas que haviam cruzado a Ásia ao longo de milénios. A Ásia Central, como o sul da Europa antes dela, começou a esbater-se.

A perda de treze colónias na América de Norte foi um retrocesso humilhante para a Grã-Bretanha e sublinhou a importância de manter seguras as possessões britânicas. E, nesse sentido, a nomeação de lorde Cornwallis como governador-geral da Índia serviu para abrir os olhos: Cornwallis desempenhara um papel importante na derrocada do outro lado do Atlântico e cederá Yorktown a George Washington. Talvez a ideia fosse a de que se tinha aprendido uma dolorosa lição, e que aqueles que a haviam aprendido estavam mais aptos a garantir que o mesmo não sucederia outra vez, noutra parte do mundo. A Grã-Bretanha podia ter perdido os Estados Unidos, mas nunca perderia a Índia.

Rota para a crise

O desastre na América foi um grande choque para a Grã-Bretanha, um incidente que sugeria que o império podia ser vulnerável. Os britânicos haviam conseguido obter uma posição dominante – diretamente e através da Companhia das Índias Orientais –, que trazia prosperidade, influência e poder. Protegiam ferozmente os seus entrepostos comerciais – os oásis interligados que desembocavam em Londres – e vigiavam ciosamente todas as tentativas de deslocar ou enfraquecer o seu poderio sobre os canais de comunicação do mar de Java às Caraíbas, do Canadá ao oceano Índico.

Ainda que o século XIX seja normalmente visto como o culminar do império, um tempo em que a posição britânica continuou a fortalecer-se, havia sinais exatamente do seu oposto – de que o seu poder começava a afrouxar, suscitando medidas de retaguarda desesperadas que, muitas vezes, tinham desastrosas consequências estratégicas, militares e diplomáticas. As realidades para tentar manter e proteger os territórios espalhados por todo o globo levavam a perigosas manobras provocadoras entre rivais locais e globais, com a fasquia cada vez mais alta. Em 1914, a situação acerbou-se a ponto de se ter apostado o destino do próprio império conforme o resultado da guerra na Europa: não foi uma série de eventos infelizes e mal-entendidos crónicos nos corredores do poder em Londres, Berlim, Viena, Paris e Sampetersburgo que trouxe o colapso dos impérios, foram as tensões sobre o controlo da Ásia, que já fermentavam havia décadas. Não foi o espectro da Alemanha que esteve por detrás da Primeira Guerra Mundial;

foi também o espectro da Rússia – e, sobretudo, a sombra que esta lançava para oriente. E foi a tentativa desesperada da Grã-Bretanha de evitar que esta sombra crescesse que desempenhou um importante papel em levar o mundo a entrar em guerra.

A ameaça que a Rússia representava para a Grã-Bretanha cresceu como um cancro no século anterior ao assassinio de Francisco Fernando, quando a Rússia se transformou de um reino arcaico e decrépito com uma economia agrária em império reformado e ambicioso. Isto alarmou Londres sempre e cada vez mais, quando se tornou claro que o crescimento e a expansão da Rússia não só colocava os seus interesses em concorrência com os britânicos, como ameaçava sobrepujá-los.

O primeiro sinal de problemas deu-se no início do século XIX. Durante muitas décadas, a Rússia havia estendido as suas fronteiras de forma a incorporar novos territórios e novas populações nas estepes da Ásia Central, compostas por um mosaico de populações tribais a sul e oriente, como os quirguizes, os cazaques e os oirates. Começou-se de forma suave. Ainda que Marx fosse muito crítico do processo imperialista de criar «novos russos», foi conduzido com considerável sensibilidade.[1] Em muitos casos, os líderes locais não eram apenas ricamente recompensados, mas também lhes era permitido permanecer no poder: as suas posições dentro dos seus territórios foram apoiadas e formalmente reconhecidas por Sampetersburgo. Concessões como grandes isenções fiscais, doações de terras e isenções do serviço militar também tornavam a soberania russa fácil de tolerar.[2]

A expansão territorial alimentou o crescimento económico, que começou a acelerar no curso do século XIX. Desde logo, os gastos anteriormente elevados com as defesas contra ataques e assaltos das estepes foram reduzidos, libertando fundos que podiam ser usados noutras partes e noutras formas.[3] Depois, os russos receberam ricas recompensas por terem granjeado acesso à faixa de terra muito fértil das estepes que se estendia do topo do mar Negro até longe no oriente.

No passado, os russos haviam sido forçados a cultivar terras menos atrativas, resultando em colheitas que estavam entre as mais baixas da Europa e expondo a sua população à ameaça da fome. Um visitante

britânico no início do século XVIII notou que os calmucos, um grupo da tribo oirate que se instalara no Baixo Volga e na zona norte do Cáspio, eram capazes de apresentar cem mil homens bem armados e de boa estatura. Mas, com o medo de ataques sempre constante, a agricultura nunca se desenvolveu totalmente. «Algumas centenas de ares» da terra fértil desta região, escreveu o mesmo viajante, «seriam de grande uso em Inglaterra, mas aqui são baldios não cultivados.»[4] O comércio sofria, assim como o desenvolvimento de cidades, que permaneceram modestas em tamanho e em número: só uma pequena parte da população era cidadina antes de 1800. [5]

Quando esta situação começou a mudar, as ambições e os horizontes da Rússia expandiram-se. No início do século XIX, as tropas imperiais atacaram o Império Otomano, granjeando grandes concessões, incluindo o controlo da Bessarábia, a região circunscrita pelos rios Dniestre e Prut, bem como consideráveis territórios junto ao mar Cáspio. Depressa se seguiu um ataque ao sul do Cáucaso, que infligiu uma série de derrotas embaraçosas à Pérsia.

O equilíbrio do poder no Cáucaso estava a mudar decisivamente. Estes canatos, regiões e províncias tinham anteriormente sido independentes ou eram clientes persas havia séculos. Redesenhar este mapa representava uma grande mudança na região e um sinal inequívoco da crescente ambição da Rússia na sua fronteira a sul. Os britânicos não tardaram em perceber o alcance da situação – especialmente, depois de terem recebido notícia de que uma missão francesa havia sido enviada à Pérsia para comprometer a posição da Grã-Bretanha no Oriente. A revolução de 1789 em França produzira resultados semelhantes à Peste Negra, com o sofrimento a grande escala a dar lugar a uma nova era de determinação e renascimento.

No final do século XVIII, Napoleão planeava não só conquistar o Egito, mas deslocar os britânicos da Índia. Terá alegadamente escrito ao poderoso sultão Tipu, de Mysore, para lhe dizer que as numerosas e invencíveis forças francesas depressa «vos libertarão dos grilhões de ferro de Inglaterra».[6] Sem dúvida, os estrategistas franceses cobiçavam a Índia na altura.[7] E assim continuaram, como o torna claro o envio de um general

da confiança de Napoleão, o Comte de Gardane, à Pérsia, em 1807, com ordens para estabelecer uma aliança com o xá, mas também para elaborar mapas detalhados com o intuito de preparar uma grande campanha francesa no subcontinente indiano.[8]

Os britânicos reagiram de imediato, enviando um oficial superior, *sir* Gore Ouseley, para contrabalançar as insinuações francesas junto do xá, acompanhado de uma delegação adequadamente impressionante que «inculque nos nativos a permanência da nossa ligação».[9] Muitos esforços foram então envidados para impressionar o xá e a sua corte, ainda que, em privado, poucos escondessem o seu desdém pelos costumes locais. Reservava-se um desprezo especial pela exigência aparentemente incessante de ricos presentes. Ouseley ficou desiludido ao saber que um anel que ofertara ao soberano persa, juntamente com uma carta do rei Jorge III, era considerado demasiado pequeno e não valioso o suficiente. «A mesquinhez e cobiça desta gente», escreveu indignadamente, «são francamente revoltantes.»[10] Era uma atitude partilhada por um outro oficial britânico que visitava Teerão na mesma altura. Os persas, escreveu, são obcecados com as formalidades de dar oferendas e presentes – a tal ponto que seria possível escrever um livro sobre «as regras que obrigam a sentar e a levantar».[11]

Em público, as coisas eram um tanto diferentes. Ouseley – que falava persa fluentemente – garantiu à sua chegada que seria recebido mais longe da capital do que o embaixador francês, julgando que isso refletiria o mais alto estatuto de si próprio e da sua missão, e que se encontraria com o xá mais cedo do que o seu rival, notando com prazer que a sua cadeira tinha sido posta mais perto do trono do que era normal.[12] O esforço para granjear boa vontade estendeu-se ao envio de consultores militares britânicos: dois oficiais da artilharia, dois suboficiais e dez artilheiros, que treinaram os soldados persas, aconselharam acerca das defesas fronteiriças e até lideraram ataques-surpresa à posição russa em Sultanabad, onde a rendição da guarnição no início de 1812 foi um golpe de propaganda.

As coisas mudaram quando Napoleão atacou a Rússia, em junho do mesmo ano. Com os franceses a avançarem rumo a Moscovo, os britânicos

viram os benefícios de se distanciarem da Pérsia e de se aproximarem dos russos – «os nossos bons amigos», como Ouseley lhes chama num relatório enviado ao secretário dos Negócios Estrangeiros que também indiciava as implicações mais latas do ataque francês à Rússia. Era pelo melhor, concluía Ouseley, pois há «um traço muito perverso no carácter persa que os torna insensíveis e ingratos quanto a todos os favores que lhes são concedidos»; as amizades que ele se esforçara tanto por conquistar podiam ser sacrificadas facilmente e sem arrependimentos, já que os persas eram «os mais absorvidos egoístas do mundo».[13]

Que a Grã-Bretanha desse prioridade às suas relações com a Rússia deixou a Pérsia desiludida, sentindo que aliados anteriormente de confiança haviam mudado de rumo inesperadamente. Isto conduziu a recriminações amargas após um ataque-surpresa no Cáucaso pelas forças russas, que haviam recuperado o ânimo depois de terem rechaçado Napoleão em 1812. Para muitos, o facto de Ouseley – que se dera a tanto trabalho para cativar o xá – ter redigido o humilhante Tratado de Gulistão, em 1813, após a guerra entre a Rússia e a Pérsia que atribuiu à Rússia grande parte do flanco ocidental do Cáspio, incluindo o Daguestão, Mingrelia, Abecásia, Derbent e Baku, pareceu não menos do que um ato de traição.

Que os termos do tratado favorecessem enormemente a Rússia provocou repulsa junto dos persas, que o interpretaram como sinal de profunda falta de confiança e egoísmo. Estou extremamente desiludido com a conduta da Grã-Bretanha, escreveu o embaixador persa a lorde Castlereagh, o secretário dos Negócios Estrangeiros. «Confiei na grande amizade de Inglaterra» e nas «fortes promessas» que haviam sido feitas sobre o apoio à Pérsia. «Estou completamente desiludido» com este desfecho, prosseguia o embaixador, avisando que, «se as coisas permanecerem como agora estão, não honram em nada a Inglaterra».[14] Em resultado do ataque de Napoleão, a Rússia tornara-se um aliado mais útil; o sacrifício dos laços com a Pérsia era o preço a pagar.

A crescente importância internacional da Rússia não se limitava à Europa ou ao Próximo Oriente, pois os seus tentáculos estendiam-se mais longe ainda. Em contraste com o modo como agora olhamos para o mundo, na

primeira metade do século XIX, a fronteira oriental da Rússia não ficava na Ásia, mas num lugar completamente diferente: na América de Norte. Tinham-se estabelecido colônias do outro lado do mar de Barents, no atual Alasca, com comunidades fundadas na costa ocidental do Canadá e mais além, estendendo-se para sul até Fort Ross, no condado de Sonoma, Califórnia, no início dos anos 1800. Não se tratava de mercadores de passagem, mas de colonos permanentes que investiram na construção de portos, armazéns e mesmo escolas. Os rapazes locais de «origem crioula» na faixa do Pacífico da América de Norte aprendiam russo e o currículo russo na escola, e alguns eram até enviados para estudar em Sampetersburgo, em alguns casos para se matricular em na prestigiada Academia de Medicina.^[15] Por uma curiosa coincidência de ocasiões, os enviados imperiais do czar chegavam à baía de São Francisco para discutir questões de aprovisionamento com o governador espanhol quase exatamente na mesma altura em que *sir* Gore Ouseley sondava os russos enquanto potenciais aliados a seguir à invasão napoleónica de 1812.^[16]

O problema era que, à medida que as fronteiras da Rússia se alargavam mais rapidamente, o mesmo acontecia com a sua confiança. As atitudes perante aqueles que viviam para lá das fronteiras começaram a endurecer. Os povos da Ásia Central e meridional passaram cada vez mais a ser vistos como bárbaros a precisar de serem instruídos – e eram tratados em conformidade. Isto teve consequências desastrosas, sobretudo na Chechénia, onde Aleksei Ermolov, um general obstinado e sanguinolento, infligiu uma violência chocante à população local na década de 1820. Esta violência não só abriu caminho a um líder carismático, o imã Shamil, na liderança de um movimento de resistência efetiva; também envenenou as relações entre esta região e a Rússia ao longo de gerações.^[17]

As imagens estereotipadas do Cáucaso e do mundo das estepes como lugares de violência e ausência de lei embrenharam-se na cultura, tipificadas por poemas como «O prisioneiro do Cáucaso», de Aleksandr Pushkin, e «Canção de embalar», de Mikhail Lermontov, que apresenta um checheno sanguinário ao longo da margem de um rio, armado com um punhal, que quer assassinar uma criança.^[18] Ao passo que a Rússia fazia

fronteira a ocidente com «os povos mais sofisticados e esclarecidos», nas palavras de um político radical ao seu público em Kiev, a oriente deparava-se com a mais profunda ignorância. Era assim um dever «partilhar os nossos conhecimentos com os nossos vizinhos semibárbaros».[19]

Nem toda a gente tinha essa certeza. Ao longo das décadas futuras, os intelectuais russos debateram o rumo que o império deveria assumir: para os salões e refinamento do Ocidente, ou para Oriente, para a Sibéria e Ásia Central. Havia várias respostas. Para o filósofo Pyotr Chaadaev, os russos não pertenciam «a nenhuma das grandes famílias da Humanidade; não somos do Ocidente nem do Oriente».[20] Mas, para outros, os territórios virgens a oriente ofereciam oportunidades, nomeadamente a de a Rússia ter a sua própria Índia.[21] As grandes potências europeias deixaram de ser vistas como termos de comparação a emular e tornaram-se rivais cuja influência deveria ser desafiada.

O compositor Mikhail Glinka voltou-se para a história antiga dos rus' e dos cazares como inspiração para a sua ópera *Ruslan e Ludmila*, ao passo que Aleksandr Borodin olhou para oriente e escreveu o poema sinfónico *Nas Estepes da Ásia Central*, que evoca caravanas e o comércio de longa distância nas estepes, e as *Danças Polovetsianas*, inspiradas nos ritmos do estilo de vida nómada.[22] O interesse no «orientalismo», evidente no tema, na harmonia ou na instrumentação, foi um traço constante da música clássica russa do século XIX.[23]

Dostoiévski defendeu apaixonadamente a ideia de que a Rússia devia não só envolver-se com o Oriente, mas dedicar-se-lhe determinadamente. Num famoso ensaio intitulado *O Que É a Ásia para Nós?*, argumentou, no final do século XIX, que a Rússia tinha de se libertar dos grilhões do imperialismo europeu. Na Europa, escreveu, somos seguidores e escravos; para a Ásia, «vamos como amos».[24]

Opiniões como esta nasceram dos continuados êxitos para lá das fronteiras. Ocorreram novas conquistas no Cáucaso na década de 1820 após o malogro de um ataque persa. Ainda a refazer-se dos termos do Tratado de Gulistão, e ganhando coragem ao verificar a animosidade das populações locais em relação ao general Ermolov, que repugnava aos observadores dos

enforcamentos em praças públicas de mulheres e crianças, o xá Fath ‘Alī ordenou um ataque contra posições russas em 1826.^[25] A resposta foi devastadora: após Ermolov ter sido retirado do seu posto, as tropas do czar invadiram o sul, ao longo dos desfiladeiros do Cáucaso, derrotaram os exércitos persas e forçaram um acordo em 1828 que era muito pior do que aquele que havia sido imposto quinze anos antes: foram cedidos ainda mais territórios à Rússia, juntamente com o pagamento de uma grande soma em dinheiro. A humilhação foi tal que o xá enfraquecido teve de pedir ao czar que concordasse formalmente em apoiar a sucessão do seu herdeiro, o príncipe ‘Abbās Mīrzā, após a sua morte, receando que, de outro modo, ele não pudesse subir ao trono, menos ainda deter o poder.

Não demorou muito a que irrompessem violentos motins em Teerão. As multidões escolheram a embaixada russa como alvo e invadiram o edifício em fevereiro de 1829. O ministro na cidade, o dramaturgo de 36 anos Aleksandr Griboyedov, autor da peça gloriosamente satírica *O Mal da Razão*, que assumira uma atitude intransigente em relação à Pérsia, foi assassinado, e o seu corpo, ainda em uniforme, arrastado pelas ruas da cidade por uma multidão.^[26] O xá interveio de imediato para evitar uma invasão russa. Enviou um neto favorito para pedir desculpas ao czar, acompanhado de poetas que o louvassem como o «Solimão dos nossos tempos» e, mais importante, endereçou-lhe, como presente, uma das maiores pedras preciosas do mundo. O diamante do xá, com quase noventa carates, em tempos, encimara o trono de imperadores da Índia, rodeado de rubis e esmeraldas. Era agora enviado a Sampetersburgo como derradeira oferta de paz. Surtiu o efeito desejado: toda a questão, declarou o czar Nicolau I, deveria agora ser esquecida.^[27]

As tensões escalaram em Londres. No início do século XIX, uma missão britânica fora enviada à Pérsia para tentar contrabalançar a ameaça e megalomania de Napoleão. Agora, a Grã-Bretanha via-se confrontada com um novo desafio de um rival diferente e inesperado: não era a França a ameaça, mas a Rússia – e, mais ainda, o seu poder estendia-se todos os dias em todas as direções. Alguns haviam previsto essa possibilidade. A política britânica implicava que «a Pérsia fosse entregue, de pés e mãos atados, à

corte de Sampetersburgo», notou *sir* Harford Jones, o embaixador em Teerão. Outros foram mais longe. No que tocava à política relativa à Ásia, escreveu lorde Ellenborough, figura de vulto no governo do duque de Wellington, na década de 1820, o papel da Grã-Bretanha era simples: «limitar o poder da Rússia.»[28]

Era, sem dúvida, preocupante que os eventos decorridos na Pérsia houvessem fortalecido o czar, tornando-o protetor do xá e do seu regime. Quando se deram graves motins contra o governo russo nas estepes cazaques em 1836-1837, interrompendo o comércio com a Ásia Central e a Índia, a Rússia encorajou o novo xá persa Muhammad a mudar-se para Herat, no Afeganistão Ocidental, na esperança de abrir uma nova rota mercante alternativa para oriente. Também foi fornecido apoio militar e logístico às forças persas para as ajudar a atingir os seus objectivos.[29] Os britânicos foram tomados de surpresa – e entraram em pânico.

Lorde Palmerston, o secretário dos Negócios Estrangeiros, ficou alarmado com os eventos. «A Rússia e a Pérsia estão a fazer jogos no Afeganistão», escreveu na primavera de 1838 –, mas continuou otimista quanto ao desfecho satisfatório da questão.[30] Passadas poucas semanas, porém, ficou genuinamente preocupado. A joia da coroa do Império Britânico parecia subitamente vulnerável. As ações da Rússia haviam chegado «um pouco perto de mais da nossa porta na Índia», escreveu a um confidente. Um mês depois, avisou outros de que a barreira entre a Europa e a Índia havia desaparecido, «abrindo caminho para uma invasão até às nossas portas».[31] A situação parecia sombria.

O envio de emergência de uma força para ocupar a ilha de Kharg, no golfo, foi suficiente para desviar as atenções do xá e suspender o cerco de Herat. Mas as medidas tomadas a seguir foram desastrosas. Ansiosa por estabelecer um líder de confiança que ajudasse a garantir a segurança da sua posição na Ásia Central, a Grã-Bretanha interveio nos confusos assuntos afegãos. Depois de se ter noticiado que o soberano do país, Dost Muhammad, recebera enviados da Rússia a propor colaboração, os britânicos decidiram apoiar o seu rival, xá Shuja, com a intenção de o impor

no lugar daquele. Em troca, Shuja concordou que as tropas britânicas se estabelecessem em Cabul e aprovou a recente anexação de Peshawar pelo colaborador da Grã-Bretanha, o poderoso e influente marajá de Punjab.

De início, as coisas correram de feição, estabelecendo-se o controle de Quetta, Kandahar, Gásni e Cabul – os principais pontos para controlar o acesso aos eixos oriente-ocidente e norte-sul – sem grandes entraves. Mas, não pela primeira vez e certamente não pela última, a intervenção estrangeira criou um gatilho para os interesses díspares e, normalmente, cindidos dentro do Afeganistão. As diferenças tribais, étnicas e linguísticas foram postas de lado à medida que o apoio local a Dost Muhammad crescia à custa do impopular e interesseiro xá Shuja – especialmente, após terem sido emitidas diretivas que pareciam favorecer os britânicos em detrimento da população local. As mesquitas em todo o país começaram por recusar ler alto a *hutba*, a aclamação em honra do soberano, em nome de Shuja.[32] Cabul não tardou em ser cada vez mais perigosa para os britânicos ou quem quer que fosse suspeito de ter simpatias britânicas.

Em novembro de 1841, Alexander Burnes, um escocês cujas extensas viagens nesta região eram bem conhecidas na Grã-Bretanha graças às suas celebradas publicações e interminável autopromoção, foi emboscado e assassinado na capital.[33] Não muito depois, tomou-se a decisão de retirar para a Índia. Em janeiro de 1842, num dos mais humilhantes e conhecidos episódios da história militar britânica, a coluna a ser evacuada sob o comando do major-general Elphinstone foi atacada quando se dirigia a Jalalabad através dos desfiladeiros montanhosos e morreu nas neves de inverno. Segundo a lenda, só um homem chegou à cidade vivo – o doutor William Brydon, a quem um exemplar bem colocado da revista *Blackwood* salvou a vida: enrolara-o e pusera-o dentro do chapéu para tentar manter a cabeça quente; e a revista amparou o golpe de uma espada que, de outro modo, decerto o teria matado.[34]

As tentativas da Grã-Bretanha de impedir o progresso russo noutras partes não tiveram maior êxito. As missões para construir pontes com o emir de Bucara e para ganhar influência no norte do Afeganistão falharam espetacularmente. O retrato pitoresco e não sofisticado desta região feito

por Alexander Burnes e outros dava a falsa impressão de que os britânicos seriam bem-vindos de braços abertos. Nada podia estar mais longe da verdade. Os canatos ferozmente independentes da Ásia Central de Khiva, Bucara e Kokand não tinham qualquer interesse em envolverem-se no «grande jogo», nas palavras de um mediador britânico tipicamente autocomplacente.^[35] Dois oficiais britânicos, o coronel Charles Stoddart e Arthur Conolly, que chegaram no início da década de 1840 para oferecer soluções aos problemas das relações anglo-russas na Ásia Central, foram decapitados perante uma grande multidão de espectadores entusiasmados.^[36]

Uma terceira figura a chegar a Bucara foi um indivíduo patusco chamado Joseph Wolff. Filho de um rabi alemão, Wolff convertera-se ao cristianismo; expulso de uma faculdade de Teologia em Roma, acabou por estudar Teologia na Universidade de Cambridge sob a orientação de um antissemita cujas opiniões eram tão provocadoras que foi atacado com ovos podres por estudantes nas ruas de Cambridge.^[37] Lançando-se como missionário, Wolff começou por se dirigir para oriente em busca das tribos perdidas de Israel. Por fim, dirigiu-se a Bucara para encontrar os enviados perdidos, dos quais não se sabia notícias. O emir terá talvez adivinhado que um excêntrico estava a caminho após receber antecipadamente uma carta anunciando que «eu, Joseph Wolff, sou o famoso dervixe dos cristãos». Atentai, prosseguia, «que estou prestes a entrar em Bucara» para investigar relatórios segundo os quais Conolly e Stoddart haviam sido mortos, um rumor a que «eu, conhecendo a hospitalidade dos habitantes de Bucara, não dou crédito». Wolff teve sorte de não sofrer o mesmo destino, depois de ter sido preso e informado de que seria morto. Por fim, foi libertado e pôde partir, mas por um triz.^[38]

Ironicamente, Bucara e a Ásia Central em geral tinham pouco interesse para a Rússia de um ponto de vista estratégico. Etnografias básicas publicadas neste período, como os escritos de Alexei Levshin sobre os cazaques, que se tornaram populares em Sampetersburgo, revelavam uma curiosidade crescente sobre esses povos que não sabiam ler nem escrever, mas entre os quais se podia detetar «os rudimentos da música e da poesia»,

apesar da sua aparente ignorância e rudeza.[39] Como fazem notar os escritos de Burnes, os objetivos da Rússia na região eram decididamente modestos: as duas prioridades estavam no encorajar o comércio e travar a venda de russos como escravos. Mas não foi esta a mensagem que ficou da obra de Burnes; o que realmente se destacava para o público britânico era o seu relato alarmista de que «a corte de Sampetersburgo há muito que tem desígnios para esta parte da Ásia».[40]

Isto ia ao encontro da crescente ansiedade dos britânicos noutras partes. O cônsul-geral em Bagdade, Henry Rawlinson, fez *lobby* incansavelmente, avisando todos os que queriam ouvi-lo de que o Império Britânico na Índia sofreria uma grave ameaça a menos que a ascensão da Rússia fosse travada. Havia duas opções: a Grã-Bretanha deveria alargar o império até à Mesopotâmia para criar uma zona que protegesse dos avanços vindos de ocidente; ou dever-se-ia enviar uma grande força a partir da Índia para atacar os russos no Cáucaso.[41] Rawlinson encarregou-se de apoiar todas as rebeliões antirrussas que encontrou: enviou armas e dinheiro ao imã Shamil, cuja base na Chechénia era um espinho constante no flanco da Rússia em meados do século XIX.[42] O apoio que providenciou ajudou a estabelecer uma longa tradição de terrorismo checheno contra a Rússia.

Assim, inevitavelmente, a Grã-Bretanha aproveitou a oportunidade de enfraquecer a Rússia assim que esta surgiu. Uma série de disputas sobre o tratamento dos cristãos no Império Otomano escalou rápida e deliberadamente até que uma substancial força britânica foi enviada para o mar Negro, em 1854, a que se juntaram os franceses, preocupados em proteger os seus extensos interesses comerciais em Constantinopla, Alepo e Damasco. O objetivo era simples: a Rússia deveria aprender uma lição.[43]

Nas palavras de lorde Palmerston durante as hostilidades, «o objetivo principal e real da guerra era o de travar a agressiva ambição da Rússia». A obscura guerra que se estava a travar na Crimeia, no mar de Azov e com ataques repentinos noutras partes – por exemplo, no Cáucaso e junto ao Danúbio – tinha em mira um prémio bastante mais significativo do que parecia à primeira vista. Com efeito, o carismático e respeitado secretário dos Negócios Estrangeiros britânico foi ao ponto de apresentar um plano

formal aos seus colegas de governo para o desmembramento da Rússia: a forma de controlar a Rússia, e, por implicação, de proteger os interesses britânicos na Índia, era ceder o controlo da Crimeia e de toda a região do Cáucaso aos otomanos.[\[44\]](#) Ainda que este esquema extravagante não tenha visto a luz do dia, é uma indicação poderosa de que a expansão russa se tornara uma questão central na mente dos oficiais britânicos.

Alguns abominaram a invasão anglo-francesa. Escrevendo furiosa e volumosamente sobre a guerra à medida que esta progredia, Karl Marx encontrou material fértil para desenvolver ideias sobre o impacto ruinoso do imperialismo que começara por expor no *Manifesto Comunista* alguns anos antes. Marx documentou ao pormenor o aumento das despesas militares e navais e providenciou comentários correntes no *New York Tribune*, no qual atacou ferozmente a hipocrisia daqueles que haviam arrastado o Ocidente para a guerra. Mal conseguiu conter o seu gáudio quando lorde Aberdeen foi forçado a demitir-se do cargo de primeiro-ministro perante a desilusão generalizada quanto às pesadas baixas sofridas na Rússia. À medida que os preços subiram em Londres, instigando a protestos domésticos, parecia a Marx óbvio que as políticas imperialistas britânicas eram ditadas por uma pequena elite e a custo das massas. O comunismo não nasceu da Guerra da Crimeia, mas tornou-se mais acutilante graças a esta.[\[45\]](#)

O mesmo aconteceu com o movimento de unificação em Itália. Quando o nariz da Rússia começou a sangrar – a custo de muitos soldados franceses e britânicos, incluindo aqueles que fizeram parte da infame carga da Brigada Ligeira –, começou-se, finalmente, a discutir os termos de um acordo em Paris. Uma das figuras à mesa das negociações era o conde Cavour, primeiro-ministro da Sardenha, que devia o seu cargo à decisão de Vítor Emanuel, o rei da ilha, de enviar uma força auxiliar para o mar Negro em apoio de França. Cavour usou astutamente o seu momento na luz da ribalta, apelando a uma Itália unida e independente, um mote que deparou com a simpatia dos aliados e ajudou a galvanizar os apoiantes em Itália.[\[46\]](#) Cinco anos mais tarde, o rei da Sardenha tornou-se rei de Itália, um novo país forjado a partir de cidades e regiões díspares. O imponente monumento

Altare della Patria que está no centro de Roma e que foi erigido três décadas mais tarde, nas palavras de Primo Levi, para fazer com que Roma se sentisse italiana e Itália se sentisse romana, marcou o culminar de desenvolvimentos que haviam ganhado ímpeto graças à guerra por territórios e influência a milhares de quilómetros de distância a oriente.[\[47\]](#)

Para a Rússia, os termos impostos nas conversações de paz de Paris, em 1856, foram nada menos que desastrosos. Grã-Bretanha e França colaboraram para atar um nó à volta do pescoço da rival: privada das árduas conquistas no Cáucaso, a Rússia sofreu a ignomínia de lhe ser negado acesso militar ao mar Negro, que foi declarado neutral e fechado a todas as disputas. Do mesmo modo, a linha costeira deveria ser desmilitarizada, sem quaisquer fortificações ou paíóis.[\[48\]](#)

O objetivo era o de humilhar a Rússia e estrangular as suas ambições. Mas teve o efeito oposto – tratou-se de um momento Versalhes, em que o acordo foi contraproducente e teve perigosas consequências. Além de o acordo ser tão punitivo e restritivo que os russos tentaram, de imediato, escapar aos seus grilhões, também instigou um período de mudança e reforma. A Guerra da Crimeia revelara que o exército do czar não estava à altura das tropas aliadas, mais experientes e bem treinadas. Após terem sido preparados alguns relatórios duros para o czar Alexandre II, levou-se a cabo uma reforma cabal do exército.[\[49\]](#)

Tomaram-se medidas drásticas: os anos de serviço militar foram reduzidos de vinte e cinco para quinze, baixando de uma só vez a idade média do exército, além de que foi encomendado equipamento atualizado para substituir o material antiquado e ineficiente.[\[50\]](#) Mas a mudança mais marcante deu-se com uma extensa reforma social. Ainda que a grave crise do sistema bancário, no final da década de 1850, também desempenhasse o seu papel, foi a derrota na Crimeia e a vergonha resultante dos termos que se seguiram que levaram o czar a abolir a servidão, um sistema sob o qual uma importante parte da população estava vinculada à terra e a terratenentes ricos. Em cinco anos, a servidão desapareceu, pondo fim a séculos de escravatura na Rússia.[\[51\]](#) Já não era sem tempo, na opinião de alguns contemporâneos.[\[52\]](#) O fim da servidão foi o prenúncio da modernização e

do liberalismo económico que exponenciaram fenomenalmente o crescimento na segunda metade do século XIX: a produção de ferro aumentou cinco vezes entre 1870 e 1890, ao passo que a impressionante expansão da rede ferroviária serviu, nas palavras de um atual especialista, para «emancipar a Rússia das limitações impostas pela sua geografia» – por outras palavras, unificando o vasto país.^[53] Longe de diminuírem a Rússia, os britânicos ajudaram a que esta se expandisse.

A intensificação das aspirações russas podia sentir-se mesmo quando a tinta do tratado assinado em Paris ainda secava. Um dos delegados do czar nas conversações de paz, um adido militar chamado Nikolai Ignat'ev, ficou tão furioso com o tratamento reservado à Rússia e com as restrições do controlo russo sobre o seu próprio litoral, no mar Negro em particular, que combinou com o príncipe Gorchakov, antigo colega de escola e confidente de Aleksandr Pushkin, liderar uma missão à Ásia Central. O objetivo era inequívoco: «a investigação [desta região] e a promoção de laços de amizade farão crescer a influência da Rússia – e diminuir a da Grã-Bretanha».^[54]

Ignat'ev fez *lobby* insistentemente para que fossem enviadas expedições à Pérsia e ao Afeganistão e para que os emissários visitassem os canatos de Khiva e Bucara. O objetivo, disse secamente, era o de encontrar uma rota para a Índia através de um dos dois grandes rios que desaguam no mar de Aral – o Sirdária ou o Amudária. Seria ideal, defendeu, que a Rússia encetasse uma aliança com os povos limítrofes da Índia e instigasse a sua hostilidade contra a Grã-Bretanha: era esta a forma de fazer avançar a Rússia – e não apenas na Ásia.^[55]

As missões lideradas por Ignat'ev e outros recolheram dividendos. Nos quinze anos que se seguiram ao fim da Guerra da Crimeia, a Rússia passou a controlar centenas de milhares de quilómetros quadrados sem ter de recorrer à força. Expedições bem lideradas, acompanhadas por uma pressão diplomática astutamente aplicada à China, permitiu «imensos avanços» no Extremo Oriente «no breve espaço de dez anos», como notou um observador veterano num relatório para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Londres, em 1861.^[56]

Não muito depois, mais territórios da estepe meridional caíram sob controlo russo, juntamente com cidades-oásis que pontuavam o coração da Ásia. No final da década de 1860, Tashkent, Samarcanda e Bucara, bem como grande parte do próspero vale de Fergana, haviam-se tornado «protetorados» ou vassalos de Sampetersburgo, um prelúdio à anexação total e incorporação no império. A Rússia construía a sua própria rede maciça de comércio e comunicação, que agora ligava Vladivostok, a oriente, à fronteira com a Prússia, a ocidente, e aos portos do mar Branco, a norte no Cáucaso, e à Ásia Central, a sul.

A história não era inteiramente positiva. Ainda que tivesse embarcado num programa de modernização muito necessário após a derrota na Guerra da Crimeia, os tendões da Rússia entraram em tensão à medida que cresciam. Gerar dinheiro para ajudar a custear a transformação do império era um problema constante, que levou à decisão embaraçosa de abdicar do Alasca por razões geopolíticas e financeiras.[\[57\]](#) Não obstante, à medida que as preocupações aumentavam sobre o que significaria a mudança russa para o Império Britânico, as intenções em Londres centraram-se em conceber formas de deter a maré ou, não o conseguindo, em desviar as atenções da Rússia para outro lado.

Rota para a guerra

No final do século XIX, a confiança da Rússia, o seu otimismo até, crescia depressa. As atenções não tardaram muito a centrarem-se na rescisão das cláusulas relativas ao mar Negro do Tratado de Paris. Uma após outra, as chancelarias da Europa foram discretamente cortejadas para que apoiassem a revisão do tratado em geral e removessem as cláusulas relevantes em particular. A maior parte não apresentou grande oposição. Com uma exceção: Londres. No inverno de 1870, uma cópia da circular que delineava uma proposta para remover as cláusulas, e que fora apresentada ao governo britânico, chegou à imprensa de Sampetersburgo, juntamente com a notícia de que fora liminarmente rejeitada em Londres. Os esforços do príncipe Gorchakov para forçar a questão foram bem recebidos na Rússia, mas depararam-se com gritos de fúria na imprensa britânica.^[1]

A linha seguida pelo *Spectator* era uma amostra típica da indignação chocada. A tentativa da Rússia de renegociar era diabólica, declarava o jornal; nunca se ouviu um «desafio mais aberto e arrojado à lei europeia, à moral internacional e à política britânica do que o que constava da nota russa».^[2] A proposta de remover as cláusulas convenceu alguns da iminência de uma guerra – a Grã-Bretanha não tinha outra opção senão usar a força para manter as restrições à Rússia. Essa reação era monstruosa, escreveu John Stuart Mill numa carta ao *Times*; as jogadas podiam ser provocadoras, mas não deveriam conduzir a um conflito militar. Até a rainha Vitória concordou, enviando um telegrama ao ministro dos Negócios

Estrangeiros, lorde Granville: «Poder-se-ia dar a entender aos principais jornais», escreveu, «que deveriam abster-se de fomentar o espírito bélico aqui?»[3]

Os altos níveis de ansiedade foram desencadeados não tanto por preocupações com o mar Negro, mas por uma preocupação generalizada perante uma Rússia musculada. Dado que a ação militar era uma possibilidade irrealista e tendo uma mão fraca de cartas para jogar, a Grã-Bretanha não teve outra opção senão ceder – o que levou a uma troca acerba de palavras entre o primeiro-ministro, William Gladstone, e o carismático Benjamin Disraeli, na Câmara dos Comuns. A Rússia obteve o que queria, a saber: a liberdade de fazer o que entendesse ao longo do litoral e de posicionar vasos de guerra nos portos da Crimeia e noutras partes na costa setentrional do mar Negro. Sampetersburgo recebeu as notícias com euforia, segundo uma testemunha ocular britânica, que foram apresentadas como um «triunfo» da Rússia. O czar Alexandre II, que se dizia «rejubilar pessoalmente», ordenou que se cantasse o *Te Deum* na capela do Palácio de Inverno, antes de rezar na Catedral de São Pedro e São Paulo «por algum tempo, dando sinais de profunda emoção».[4]

A Grã-Bretanha vira-se impotente para traduzir o seu poder económico em êxito político e diplomático. Depressa se adotaram novas medidas. Um dos tópicos que surgiu em discussão foi o do título da monarca britânica. Dado o tamanho e distribuição dos domínios, regiões, povos e lugares submetidos à soberania britânica, propôs-se que a monarca passasse de um título real a um título imperial. Esta mudança cosmética provocou debates ferozes nas câmaras parlamentares, com os tradicionalistas abominando a ideia da mudança de cargos, títulos e nomes que perduravam havia séculos. Os reis tinham autoridade suprema sobre os monarcas subordinados, disse lorde Granville à Câmara dos Lordes; não havia razão ou justificação para mudar o título da soberana. «Cavalheiros», declarou, «tendo em vista a dignidade de Sua Majestade, nenhum nome pode apelar tão veementemente à imaginação do que Vitória, rainha da Grã-Bretanha e da Irlanda.» Era assim que a monarca deveria ser conhecida.[5]

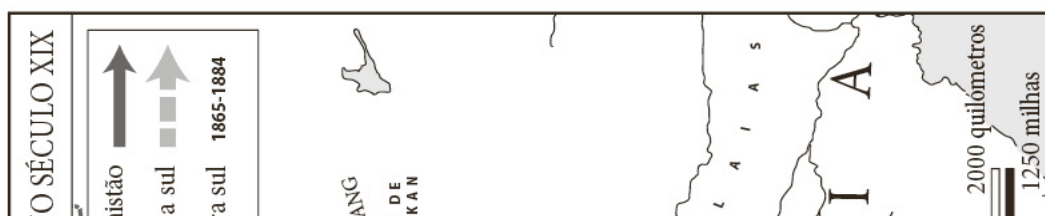
O problema era a Rússia e o czar. Além da alusão à Roma imperial (a palavra «czar» é uma simples contração de «César»), o título formal do czar usado em toda a sua glória na correspondência oficial e em ocasiões formais fazia referência a uma lista longa e elaborada dos territórios que se lhe submetiam. Em meados da década de 1870, Disraeli – agora primeiro-ministro – sublinhou no Parlamento que um título mais alto que o de rainha ajudaria a dar confiança à população da Índia, já preocupada com o avanço russo na Ásia Central. A rainha Vitória concordou com o princípio e escreveu a Disraeli dizendo que «atacar a Rússia a partir da Índia é a coisa certa a fazer» e que um título aumentado poderia ajudar a focar a lealdade dos seus súbditos na Índia.[6]

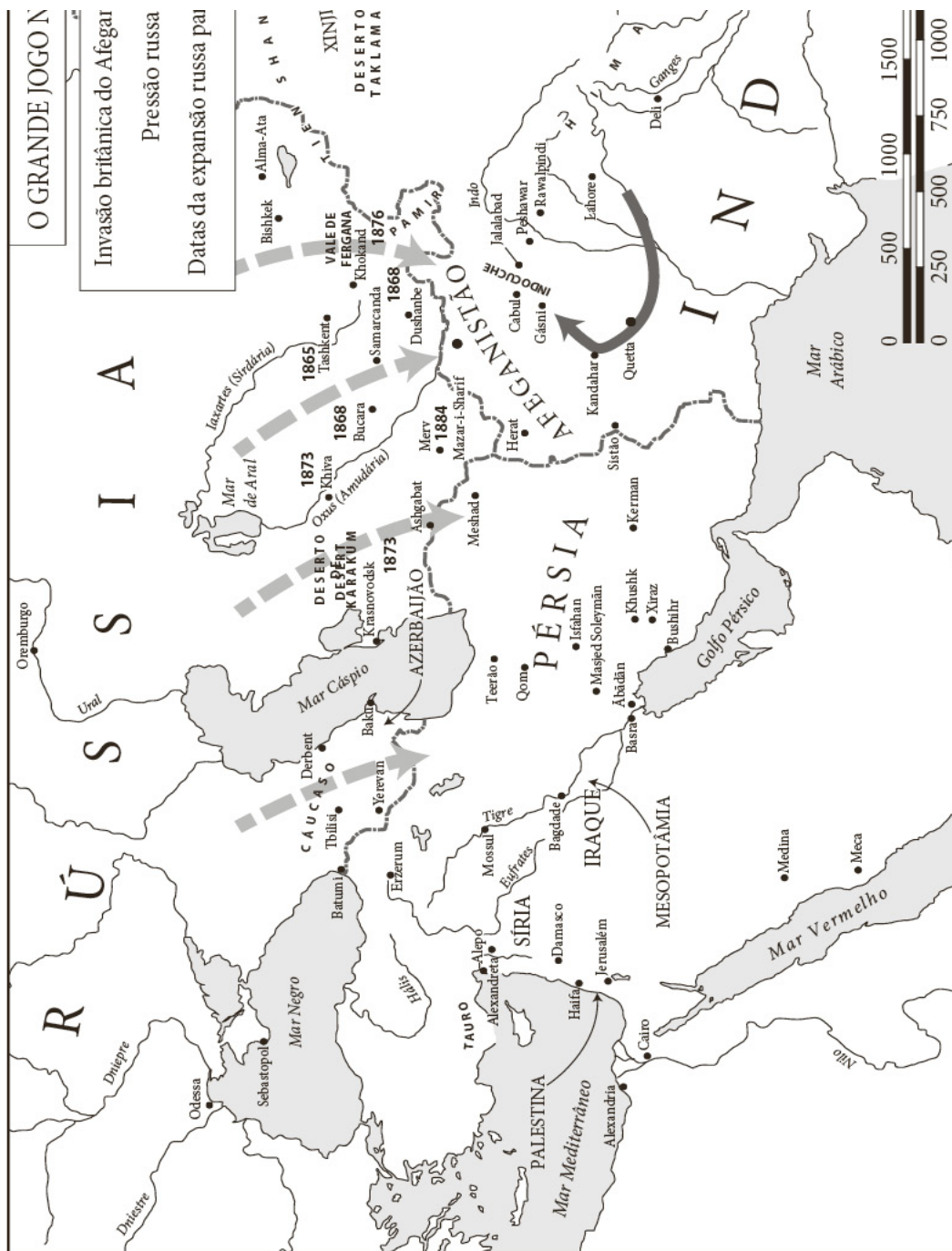
Alguns deputados não estavam convencidos da necessidade de competir desta forma. Decerto nós, britânicos, «que governámos a Índia ao longo de um século», disse um parlamentar, não somos inseguros ao ponto de alterarmos o título da rainha, apenas «de forma que a nossa soberana possa ficar em termos de igualdade com o imperador da Rússia».[7] Outros, porém, sublinhavam a dramática mudança na situação a oriente, proclamando de modo desafiador que «a presença britânica no Indostão está para durar» e que, assim, «não se deve ceder nenhuma parte do território». Que as fronteiras da Rússia estivessem agora a poucos dias de marcha dos domínios de Sua Majestade na Índia era causa para alarme.[8] Após um aceso debate no Parlamento, foi aprovada a lei, em 1876, que proclamava Vitória não apenas como rainha, como fora coroada havia quase quatro décadas, mas também imperatriz. Vitória gostou; no Natal, enviou um postal a Disraeli, assinando «Victoria, Regina et Imperatrix» – «Vitória, Rainha e Imperatriz».[9]

Medidas aparentemente superficiais como esta foram acompanhadas por outras mais práticas, num ambiente cada vez mais tenso, com os britânicos constantemente preocupados em perder terreno para os seus rivais. Tanto a Grã-Bretanha como a Rússia tornaram-se obcecadas em montar redes para se espiarem mutuamente, para conquistar a população local e cultivar laços com indivíduos influentes. O coronel Maclean, da Cavalaria do Punjab e do Serviço Político Indiano, foi um dos responsáveis por monitorizar os

eventos nas zonas fronteiriças entre a Pérsia, a Índia e o Afeganistão na década de 1880. Estabeleceu grupos de mercadores e operadores de telégrafos locais e incentivou-os a passar informação sobre o que se passava na região. Maclean cortejou os clérigos muçulmanos, ofertando-lhes xales, tapetes, charutos e até anéis de diamantes para convencer a população local dos benefícios de cooperar com os britânicos. Maclean justificava estes subornos como forma de apoiar amigos influentes. Na verdade, serviram para fortalecer a autoridade religiosa numa região turbulenta, um foco de intensa concorrência exterior.[\[10\]](#)

Do ponto de vista britânico, havia uma preocupação real sobre as intenções e capacidades russas e a ameaça que a sua expansão na Ásia Central representava para as suas defesas da Índia. Em Londres, as conversas passaram para o confronto militar com a Rússia, com Disraeli a aconselhar a rainha a estar pronta a autorizar o envio de tropas britânicas «para o Golfo Pérsico e [que] a imperatriz da Índia deveria ordenar aos seus exércitos que limpassem a Ásia Central de moscovitas e os rechaçassem para o Cáspio».[\[11\]](#) As autoridades estavam tão nervosas que o vice-rei, lorde Lytton, ordenou não uma, mas duas invasões do Afeganistão em 1878-1880, instalando um soberano testa de ferro no trono, em Cabul. A Pérsia era assiduamente cortejada e foi persuadida a assinar a Convenção de Herat, segundo a qual se comprometia a proteger a Ásia Central contra avanços russos. Não era uma tarefa fácil, pois a Pérsia tinha os seus próprios interesses nesta região e ainda lambia as feridas depois da recente e inútil intervenção britânica, que favorecera o Afeganistão a custo da Pérsia.[\[12\]](#) Entretanto, tomaram-se medidas para estabelecer contactos para lá de Kandahar, de forma a ter um melhor sistema de avisos prévios para qualquer iniciativa russa, militar ou outra.[\[13\]](#)





Os oficiais superiores envidaram consideráveis esforços para determinar como lidar com uma possível invasão russa do Raj. No final da década de 1870, preparou-se uma série de relatórios que consideravam a questão de uma perspectiva ampla e estratégica: reconheceu-se que os desacordos e

tensões com a Rússia noutros teatros podiam e provavelmente teriam um impacto no Oriente. Um memorando olhava para «as medidas que deverão ser adotadas na Índia caso a Inglaterra se junte à Turquia na Guerra contra a Rússia» – após a invasão russa dos Balcãs em 1877. Um outro, escrito em 1883, perguntava: «Será possível uma invasão da Índia pela Rússia?», e um outro, não muito mais tarde: «Quais são os Pontos Vulneráveis da Rússia e de que modo os Eventos Recentes Afetaram a nossa Política Fronteiriça na Índia?» Que estes memorandos foram levados seriamente torna-se claro pela nomeação do seu autor, o beligerante general *sir* Frederick (posteriormente, lorde) Roberts, como comandante-chefe na Índia, em 1885.^[14]

Nem todos partilhavam esta visão sombria da situação na Ásia, mesmo depois de os britânicos terem adquirido, em 1886, um conjunto de planos de invasão preparado pelo general Alexei Kuropatkin.^[15] Henry Brackenbury, diretor dos serviços militares de informação, achava que a ameaça russa estava a ser exagerada, em termos da vontade da Rússia de atacar e em termos da prontidão do exército do czar para o fazer.^[16] George Curzon, então um promissor deputado e membro de All Souls, mas, dentro de uma década, vice-rei da Índia, mostrou-se ainda mais indiferente. Curzon não via nenhum grande plano ou estratégia por detrás dos interesses russos no Oriente. Longe de serem «consistentes ou implacáveis ou profundos», escreveu em 1889, «creio que se trata de uma política de pensar em voz alta, uma política de esperar pelos eventos, de aproveitar os erros dos outros e, outras tantas vezes, de os cometerem eles próprios.»^[17]

Era, sem dúvida, verdade que havia muita fanfarronice e muitos desejos fantasiosos nas atitudes da Rússia quanto ao quadro geral da Ásia Central e quanto à Índia em particular. Os mais veementes no seio do exército falavam de esquemas grandiosos de substituir a Grã-Bretanha como poder dominante no subcontinente, e tomaram-se medidas que pareciam sugerir que o interesse da Rússia estava longe de ser passivo: por exemplo, enviaram-se oficiais para cursos de hindi em preparação da intervenção iminente na Índia. E também houve atitudes de encorajamento, como do

marajá Duleep Singh, do Punjab, que escreveu ao czar Alexandre III prometendo «libertar 250 milhões dos meus conterrâneos do cruel jugo do domínio britânico» e alegando falar em nome «dos mais poderosos príncipes da Índia» – um convite aparente a que a Rússia expandisse as suas fronteiras para sul.^[18]

Na prática, contudo, as coisas não eram assim tão simples. Desde logo, a Rússia já se estava a debater com o assunto espinhoso de incorporar vastas novas regiões recentemente trazidas para a órbita imperial. Os oficiais enviados ao Turquestão depararam-se com registos civis complexos e muitas vezes contraditórios, e as suas tentativas de canalizar os impostos e leis locais encontravam uma oposição inevitável.^[19] Depois, subsistiam as realidades sombrias engendradas pela opinião pública, que instigaram o que o Conselho de Ministros de Sampetersburgo chamou «o estado de espírito fanático das nossas terras fronteiriças a oriente», resultantes da influência do islão em quase todos os aspetos da vida quotidiana dos «novos russos» que faziam agora parte do império do czar.^[20] O receio de insurreições e rebeliões nestes novos territórios era tão grande que se impôs uma dispensa do serviço militar obrigatório nestas regiões, e as exigências financeiras eram deliberadamente mantidas baixas. Os camponeses russos, como notou acidamente um intelectual de vulto, não gozavam de um tratamento tão generoso.^[21]

Surgiram também complicações a propósito da forma como as populações locais eram vistas. Os críticos russos chamavam a atenção para as atitudes profundamente preconceituosas dos britânicos, observando que os soldados britânicos tratavam os mercadores nos bazares de Tashkent «como qualquer coisa mais próxima de animais do que de homens»; em dada ocasião, a mulher de um capitão britânico aparentemente recusou que o marajá de Caxemira a acompanhasse num jantar, alegando que ele era um «sujo hindu». Não obstante todas as críticas, as atitudes russas não eram mais esclarecidas: os oficiais do czar talvez se queixassem entre si sobre o modo como os britânicos tratavam os locais, mas havia poucas provas que mostrassem que eles viam as coisas de forma diferente. «Todos os hindus, sem exceção», escreveu um visitante russo à Índia no século XIX, «dedicam

toda a sua perícia e alma à mais terrível usura. Pobre e infeliz o nativo que seja seduzido pelas suas promessas enganadoras!». [22]

Não obstante, havia um entusiasmo generalizado acerca dos novos mundos com que a Rússia entrava em contacto, como o articulou o ministro do Interior, Pyotr Valuev, no seu diário em 1865. «Tashkent foi tomada pelo general Cherniaev», escreveu. «Ninguém sabe porquê nem com que propósito [...], [mas] há qualquer coisa de erótico em tudo o que estamos a fazer nas fronteiras mais longínquas do nosso império.» A extensão das fronteiras era maravilhosa, escreveu. Primeiro, a Rússia chegara ao rio Amur, depois ao Ussuri. E, agora, Tashkent. [23]

E, no entanto, apesar das dores de crescimento, a influência e o envolvimento da Rússia no Oriente continuaram a expandir-se a uma velocidade cada vez maior, à medida que desenvolvia as suas próprias Rotas da Seda. A construção da ferrovia transiberiana e a ligação com a ferrovia oriental chinesa conduziram a um imediato *boom* do comércio, com volumes quase a triplicar entre 1895 e 1914. [24] Este crescimento era apoiado por novas entidades, como o Banco Russo-Chinês, estabelecido para financiar a expansão económica no Extremo Oriente. [25] Como disse o primeiro-ministro russo, Pyotr Stolypin, à Duma, o parlamento russo, em 1908, a zona oriental da Rússia era uma região cheia de perspectivas e recursos. «A nossa fronteira distante e inóspita é rica em ouro, madeira, peles e espaços imensos adequados à agricultura.» Ainda que pouco povoados por ora, avisava, esses espaços não ficariam vazios por muito tempo. A Rússia tinha de aproveitar as oportunidades que agora se abriam. [26]

Isto era pouco reconfortante do ponto de vista britânico, tendo em conta o modo como a sua posição no Extremo Oriente havia sido ciosamente guardada. A abertura de mercados na China, em particular, revelara-se difícil. Em 1793, por exemplo, a primeira missão britânica havia sido recebida com alguma indiferença pela corte Qianlong, após ter pedido o direito de estabelecer uma comunidade mercante. As ligações da China penetravam profundamente em «todos os países debaixo do céu». Assim sendo, o pedido britânico não era inesperado, frisava uma carta do

imperador que foi levada de volta ao rei Jorge III. «Como o vosso embaixador pode ver com os próprios olhos», prosseguiu o autor com sobrançeria, «possuímos todas as coisas. Não dou valor a objetos estranhos ou engenhosos e não tenho uso para as manufaturas do vosso país.»[27]

Na verdade, tratava-se de fanfarronice – pois, a seu tempo, chegou-se a um acordo. A reação agressiva prendia-se antes com a consciência aguda de que os tentáculos da Grã-Bretanha se estendiam cada vez mais longe e de que o ataque era a melhor forma de defesa.[28] Com efeito, as iniciais suspeitas chinesas não estavam longe da verdade, pois, assim que os privilégios comerciais foram concedidos, a Grã-Bretanha não hesitou em recorrer à força para preservar e expandir a sua posição. A venda de ópio era central nesta expansão comercial, apesar dos veementes protestos chineses, cuja indignação face aos efeitos devastadores da dependência da droga foi recebida com indiferença pelas autoridades britânicas.[29] O comércio de ópio expandira-se exponencialmente após o Tratado de Nanquim, em 1842, que abriu acesso a portos onde anteriormente o comércio fora restringido e que cedeu Hong Kong aos britânicos; atribuíram-se mais concessões depois de forças britânicas e francesas terem marchado sobre Pequim em 1860, saqueando e ateando fogo ao Antigo Palácio de Verão.[30]

Houve quem visse nisso um momento de charneira que marcou um novo capítulo de triunfo do Ocidente. «O destino de Inglaterra tem sido tal», rezava um relatório na imprensa britânica, «que conseguiu perfurar um tecido governamental que há tanto tempo desorientava o mundo europeu e desvelar aos seus próprios súbditos a sua vacuidade e os seus malefícios.» Um outro comentador foi igualmente assertivo. O «barbarismo misterioso e exclusivo» do Império Chinês, escreveu, foi desmantelado pela «força ativa e intrusiva da Civilização Ocidental».[31]

Enquanto a Grã-Bretanha tentava opor-se à continuada emergência da Rússia no Extremo Oriente, tomou-se, em 1885, a decisão de ocupar as ilhas de Komondo ao largo da costa meridional da península da Coreia – «como base», segundo foi dito ao governo, «para bloquear a força russa no Pacífico» e também «como estação avançada para apoiar operações contra

Vladivostok». [32] Era uma jogada que se destinava a proteger a posição estratégica da Grã-Bretanha e, acima de tudo, o seu comércio com a China – se necessário, através de um ataque preventivo. Em 1894, antes de as ferrovias terem aberto novas possibilidades, mais de 80 por cento de toda a receita fiscal cobrada na China era paga pela Grã-Bretanha e por companhias britânicas – cujos navios também transportavam mais de quatro quintos do comércio total da China. Era óbvio que a ascensão da Rússia e das novas rotas terrestres que transportariam mercadoria para a Europa teria um custo para a Grã-Bretanha.

Foi neste contexto de crescente rivalidade e tensão que se tornou conhecido, no final da década de 1890, que a Rússia começara a tomar medidas para cortejar a Pérsia. Isto criava a perspectiva de uma aliança que poderia representar uma ameaça ao noroeste da Índia. Em Londres, já se concedera, ainda que após muitas deliberações, que a pressão no subcontinente da parte da Rússia via Afeganistão, através do Indocuche, seria provavelmente limitada. Para os estrategistas armados de mapas e lápis, traçar uma rota a partir da Ásia Central para esta região geograficamente desafiadora parecia fácil; mas reconheceu-se que, não se podendo ignorar um assalto-surpresa de pequena escala, o terreno minimizava um grande esforço militar, graças aos desfiladeiros montanhosos que se sabia serem traiçoeiros e extremamente difíceis de passar.

A abordagem através da Pérsia era outra questão. A Rússia tornara-se cada vez mais ativa no seu flanco meridional, ocupando Merv, em 1884, numa jogada que apanhou os oficiais e agentes britânicos de surpresa – souberam desta através de relatos da imprensa – e cortejando a liderança em Teerão. Com a fronteira russa agora a menos de 300 quilómetros de Herat, a rota para Kandahar e, assim, para a Índia estava aberta de par em par. Mais preocupante ainda era que a expansão fora seguida de projetos de infraestruturas que ligavam as novas regiões ao Império Russo. Em 1880, começou-se a construção da ferrovia transcaspiana, depressa criando uma linha que ligava Samarcanda a Tashkent, e, em 1899, um ramal ligou Merv a Kushk, a pouca distância de Herat. [33] Estas linhas ferroviárias não eram

meramente simbólicas: representavam artérias que permitiriam que provisões, armas e soldados fossem enviados para a porta das traseiras do Império Britânico. Como sublinhou o marechal lorde Roberts aos oficiais do Comando Oriental não muito depois, era lamentável que as ferrovias se estendessem tão longe. Agora, porém, estabelecera-se uma linha «que a Rússia não podia ultrapassar». Se o fizesse, anunciou, seria «considerado um *casus belli*» – ou seja, motivo suficiente para entrar em guerra.^[34]

As ferrovias também representavam uma ameaça económica. Em 1900, a embaixada britânica em Sampetersburgo enviou para Londres o sumário de um panfleto que fora escrito por um oficial russo advogando a extensão da ferrovia à Pérsia e ao Afeganistão. Era provável, admitia o oficial, que os britânicos não reagissem bem ao novo sistema de transporte, mas isso não surpreendia: afinal, uma ligação ferroviária que atravessasse a Ásia iria «colocar todo o comércio da Índia e da Ásia Oriental nas mãos [da Rússia], bem como a Europa».^[35] Tratava-se de um exagero, como observou um alto diplomata em resposta a este relatório. «As considerações estratégicas avançadas pelo autor não têm grande valor», escreveu Charles Hardinge, porque seria uma loucura a Rússia fazer uma jogada nesta região, dado que a Grã-Bretanha controlava o Golfo Pérsico.^[36]

Não obstante, numa altura em que as ansiedades britânicas já estavam exaltadas, estes rumores sobre a expansão comercial da Rússia nesta direção eram mais um motivo de preocupação. Viam-se fantasmas e intrigas em todos os cantos, que eram zelosamente registados pelos ansiosos diplomatas britânicos. Perguntava-se embaraçadamente por que razão a presença de um certo doutor Paschooski, em Bushihr, não fora detetada mais cedo e pediam-se atualizações sobre a veracidade das suas alegações de estar a tratar as vítimas da peste; a visita de um nobre russo, identificado como «Príncipe Dabija», foi também vista com extrema suspeita, e o facto de este parecer ser «muito reticente sobre os seus movimentos e intenções» foi prontamente registado e feito circular.^[37] Em Londres, a Rússia subiu para o topo da agenda dos encontros entre ministros, exigia a atenção do próprio primeiro-ministro e tornou-se uma das principais prioridades dos Negócios Estrangeiros.

A curto prazo, a Pérsia tornou-se a arena onde a competição era mais intensa. Os soberanos persas subsistiam confortavelmente com empréstimos generosos providenciados por aqueles que tentavam estabelecer boas relações com uma nação que tinha uma localização estratégica invejável como fulcro entre Oriente e Ocidente. A Grã-Bretanha satisfizera cuidadosamente os pródigos caprichos e apetites financeiros dos soberanos persas no final do século XIX, até que, em 1898, o xá Mozaffar od-Dīn, de bigode extravagante, largou uma bomba ao rejeitar a proposta de um novo empréstimo de dois milhões de libras. Um alto oficial foi de imediato enviado a descobrir mais pormenores, mas viu-se bloqueado. Lorde Salisbury, o primeiro-ministro britânico, seguiu a situação pessoalmente, dando instruções ao Tesouro para que oferecesse condições mais vantajosas e aumentasse a quantia proposta. Começaram a circular rumores sobre o que se passava nos bastidores: finalmente, descobriu-se que a Rússia oferecia um empréstimo muito mais alto e em termos mais vantajosos.^[38]

Era uma manobra inteligente de Sampetersburgo. As receitas fiscais na Rússia subiam acentuadamente, ao passo que o investimento estrangeiro também começava a inundar o país. Lenta, mas decididamente, uma classe média começava a emergir – homens como Lopakhin, n’*O Pomar das Cerejeiras*, de Tchékhov, que uma geração antes teriam estado vinculados à terra, aproveitavam a mudança social, os novos mercados domésticos e as novas oportunidades de exportação para fazerem fortuna. Os historiadores económicos gostam de sublinhar o crescimento fazendo notar o aumento agudo da urbanização, da produção de ferro fundido e da quantidade de novos carris a serem assentados. Mas basta olhar para a literatura, arte, dança e música deste período, o surgimento de Tolstói, Kandinsky, Diaguilev, Tchaikovsky e muitos outros, para perceber o que estava a acontecer; cultural e economicamente, a Rússia florescia.

Cada vez mais exuberante, era inevitável que a Rússia cortejasse a Pérsia alimentando a sua fome insaciável por dinheiro, que resultava, em parte, das ineficiências estruturais da administração e, em parte, dos gostos caros das suas classes governantes. Depois de *sir* Mortimer Durand, o ministro britânico em Teerão, ter recolhido informação de fontes austríacas em

Constantinopla no início da década de 1900 e de ter revelado que o governo do czar estava disposto a emprestar dinheiro e a superar a Grã-Bretanha, a situação tornou-se conturbada em Londres.^[39] Estabeleceram-se comitês para considerar uma extensão da ferrovia de Quetta a Sistão e para construir uma rede de linhas telegráficas – «para impedir que a Pérsia do sul», escreveu lorde Curzon, «caia nas mãos [da Rússia]». ^[40]

Sugeriram-se propostas radicais para refrear o avanço da Rússia, incluindo a construção de grandes obras de irrigação na região de Sistão como forma de cultivar a terra e de fomentar os laços locais. Falou-se até de os britânicos procurarem uma locação de terrenos na província de Helmand para que as rotas que levavam à Índia pudessem ser eficazmente protegidas. ^[41] Pensava-se agora que era uma questão de saber quando, e não apenas se, a Rússia iria atacar. Nas palavras de lorde Curzon, em 1901, «queríamos Estados-tampões entre nós e a Rússia». Um por um, todos esses Estados haviam sido «esmagados até desaparecerem». A China, o Turquestão, o Afeganistão e, agora, a Pérsia tinham saído do tabuleiro. A faixa de terra entre as duas potências, acrescentou, «fora reduzida à espessura de uma hóstia». ^[42]

Lorde Salisbury estava desesperado e exortou o seu ministro dos Negócios Estrangeiros a encontrar uma forma de emprestar dinheiro à Pérsia. «A situação parece [...] desesperada», escreveu o primeiro-ministro, em outubro de 1901. O Tesouro estava relutante em melhorar a sua oferta, alarmado com a rapidez com que o xá e a sua corte dissipavam somas consideráveis. As opções rareavam. «Se não se arranjar o dinheiro», escreveu o primeiro-ministro, «a Rússia estabelecerá um protetorado na prática [na Pérsia], e nós só pela força poderemos evitar que os portos do golfo caiam também.» ^[43]

O receio de que isso acontecesse surgira no ano anterior, quando se relatou que a Rússia se preparava para controlar o porto de Bandar Abbas, uma localização estrategicamente vital que controla o Estreito de Ormuz – o ponto mais estreito do Golfo Pérsico. Como disse um par alarmado à Câmara dos Lordes, «a presença de um arsenal naval no Golfo Pérsico nas mãos de uma grande potência seria uma ameaça não apenas ao nosso

comércio com a Índia e a China, mas também com a Australásia».[44] Enquanto os vasos de guerra britânicos tinham ordem para tomar contramedidas se houvesse alguma movimentação russa, lorde Lansdowne foi veemente: «Deveremos considerar o estabelecimento de uma base naval ou de um porto fortificado no Golfo Pérsico por qualquer outra potência como uma ameaça muito grave aos interesses britânicos.» As consequências, prosseguiu, seriam sérias. Referia-se a uma guerra.[45]

Os fantasmas russos estavam por toda a parte. Oficiais ansiosos dos Negócios Estrangeiros escreveram resmas de relatórios sobre as atividades dos oficiais, engenheiros e agrimensores do czar na Pérsia que inundaram Londres.[46] O significado de uma nova companhia comercial apoiada pela Rússia a operar entre Odessa, no mar Negro, e Bushihr, na costa meridional da Pérsia, foi discutido seriamente no Parlamento, ao passo que os deputados se sentiam alarmados com os relatórios confiantes segundo os quais figuras dúbias que alegavam estar a observar «pássaros, borboletas e outros animais» eram, na verdade, agentes russos que distribuíam espingardas a membros de tribos em regiões de fronteira contenciosa e incitavam o descontentamento.[47] A situação atraiu a atenção do rei Eduardo VII, que escreveu ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1901, expressando a sua preocupação de que «a influência russa parece de dia para dia preponderar na Pérsia em detrimento da influência inglesa» e urgindo-o a dizer ao xá que não haveria tolerância se este não fizesse frente aos russos.[48] Pouco interessava que o ministro britânico em Teerão, *sir* Cecil Spring-Rice, dissesse que o xá jurara a pés juntos que «não tencionava assumir uma posição na Pérsia que facilitasse a invasão da Índia».[49]

A ansiedade aumentava numa altura em que havia a forte noção de que o império se estendera até ao seu limite. O confronto com os bóeres na África do Sul e a sublevação Yihetuan (mais conhecida como a Revolta dos *Boxers*) na China levavam a que se considerasse que a Grã-Bretanha corria o risco de chegar a um ponto de saturação nas suas possessões ultramarinas – exacerbando ainda mais os medos de um avanço russo. Um

relatório sombrio apresentado ao governo, em Londres, no final de 1901, dizia que os russos seriam capazes de enviar 200 mil homens para a Ásia Central, e mais de metade desse número para demasiado perto da fronteira indiana, assim que a ferrovia se estendesse de Oremburgo a Tashkent.[50] Este relatório veio logo a seguir a um outro vindo de Batumi, na Geórgia, segundo o qual os russos estavam prestes a transferir 20 mil homens para a Ásia Central – afinal um falso alarme.[51] O problema era que, do ponto de vista britânico, as opções pareciam limitadas: o custo de reforçar a fronteira era ruinoso – calculou-se, alguns anos mais tarde, que chegaria a não menos de 20 milhões de libras mais um custo corrente anual.[52]

As cenas de violência nas ruas de Sampetersburgo, em 1905, e a catastrófica derrota da marinha do czar na Guerra Russo-Japonesa foram pouco reconfortantes para aqueles que pensavam que era apenas uma questão de tempo até que a Rússia se libertasse dos seus grilhões. A Grã-Bretanha estava em más condições para resistir ao que se designava abertamente como o «avanço ameaçador da Rússia»; eram necessárias outras soluções para impedir que uma má situação se tornasse pior. Talvez, sugeria um comunicado preparado pelos serviços militares de informação, fosse altura de chegar a acordo com a Alemanha para concentrar as mentes russas?»[53]

Em Londres, falava-se da possibilidade de uma intervenção militar britânica na Mesopotâmia, como parte da preocupação agora constante de escorar a presença da Grã-Bretanha no Médio Oriente. O Comité para a Defesa Imperial reviu a possibilidade de ocupar Basra, e seguiu-se uma discussão entusiasmada sobre o desmembramento da Turquia asiática para aceder aos campos férteis do Eufrates. Depois, em 1906, fizeram-se propostas de uma ferrovia a construir entre o Golfo Pérsico e Mossul, que, entre outros benefícios, permitiria enviar tropas britânicas ao flanco desprotegido da Rússia no Cáucaso.[54] Uma por uma, estas propostas foram recusadas por razões pragmáticas e financeiras: como *sir* Edward Grey, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, avisou, o custo de uma invasão – e de proteger e defender novas fronteiras – atingiria milhões de libras.[55]

Grey tinha outra ideia. A posição da Grã-Bretanha no Oriente estava limitada e perigosamente exposta. Era necessário reorientar o foco da Rússia para longe desta região. Num comunicado arrojado ao *The Times* apenas um mês antes da sua nomeação, Grey tornou claro que haveria muito a ganhar se se chegasse a um entendimento sobre as «nossas possessões asiáticas». Nenhum governo britânico, disse, se «encarregaria de desviar ou obstruir as políticas russas na Europa». Era «urgentemente desejável», assim, «que a posição e influência russas» se expandissem na Europa – e, por outras palavras, se desviassem da Ásia.[\[56\]](#)

A altura não podia ter sido melhor. França estava cada vez mais agitada com a crescente expansão económica da Alemanha, sua vizinha e acerba rival. As recordações da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, que levava ao cerco de Paris e a uma parada de vitória prussiana pelo centro da cidade após o armistício, ainda eram frescas. A velocidade daquela invasão fora um grande choque, instigando o receio de que um outro ataque relâmpago pudesse tomar França de surpresa outra vez – especialmente tendo em conta que um dos efeitos do ataque fora a unificação da Alemanha num império, proclamado no próprio Palácio de Versalhes.

Isso já era bastante mau. Os franceses estavam muito alarmados com o crescimento da indústria alemã nas duas décadas após 1870, quando a produção de carvão duplicou, e a de metal triplicou.[\[57\]](#) O *boom* económico conduzia a cada vez maiores investimentos numa máquina militar já de si impressionante, tanto no mar como em terra. Os diplomatas franceses trabalhavam furiosamente nos bastidores no início da década de 1890 para concluir uma convenção militar e, depois, uma aliança com a Rússia, cujo principal objetivo era a autodefesa: ambos os países concordaram em atacar a Alemanha no caso de a última ou os seus aliados mobilizarem os seus exércitos – e, com efeito, ambos acordaram agir contra a Grã-Bretanha caso Londres se movesse contra qualquer um dos dois.[\[58\]](#)

O desejo britânico de reorientar a atenção russa para a sua fronteira ocidental foi assim música para os ouvidos franceses. A primeira fase de um realinhamento entre Londres e Paris ocorreu em 1904, quando se

assinou uma Entente Cordiale após aturadas discussões dos mútuos interesses em todo o mundo. De forma não surpreendente, o papel da Rússia foi central nestas negociações. Em 1907, chegou o momento em que se completou o círculo de alianças. Chegou-se a um acordo formal com a Rússia sobre o coração do mundo, estabelecendo-se uma linha fixa que demarcava as esferas de influência na Pérsia juntamente com termos para restringir o envolvimento russo no Afeganistão para o mínimo.[59] A forma de libertar a Índia de «apreensões e tensão», defendeu Edward Grey, era forjar um entendimento mais positivo com a Rússia. Isso garantiria que «a Rússia não assumiria controlo de partes da Pérsia que nos sejam perigosas».[60] Como confidenciou em 1912, Grey havia muito que discordava da política tradicional de simultaneamente tentar rechaçar e conter a Rússia, notando que, «ao longo dos anos, defendi que esta era uma política errada».[61] Por outras palavras, procurar uma aliança era uma forma muito mais elegante e produtiva de avançar.

Contudo, os altos diplomatas reconheciam que a reaproximação à Rússia tinha um preço: a Alemanha. Como *sir* Charles Hardinge, subsecretário permanente dos Negócios Estrangeiros, em Londres, sublinhou, em 1908, «é-nos de longe mais essencial termos um bom entendimento com a Rússia na Ásia e no Próximo Oriente do que mantermos boas relações com a Alemanha».[62] Era uma mensagem em que Hardinge insistia, mesmo depois de ter sido nomeado vice-rei da Índia dois anos mais tarde. «Estamos praticamente impotentes», escreveu, se a Rússia comesse a fazer escalar a situação na Pérsia. Valia assim a pena fazer tudo o que fosse possível para equilibrar a situação na Europa: «É de longe mais desvantajoso ter uma França hostil e uma Rússia hostil do que uma Alemanha hostil.»[63] As relações da Grã-Bretanha com a Rússia estavam «sujeitas a uma forte pressão» em resultado das tensões na Pérsia, concordou *sir* Arthur Nicolson, embaixador em Sampetersburgo. «Creio», prosseguiu, «que é absolutamente essencial que mantenhamos a todo o custo o nosso entendimento com a Rússia».[64]

Manter a Rússia feliz a todo o custo tornou-se a preocupação principal da política britânica após a assinatura da aliança. Em 1907, *sir* Edward Grey

disse ao embaixador russo em Londres que a Grã-Bretanha poderia considerar ser mais flexível na questão do Bósforo – se os russos concordassem em estabelecer «boas relações permanentes».[65] Foi o suficiente para provocar uma mudança no castelo de cartas europeu, com Sampetersburgo a embarcar numa ronda de negociações diplomáticas que incluíam granjear o apoio austríaco para a questão do estreito do Bósforo em troca da aquiescência quanto à anexação da Bósnia – um acordo que iria ter consequências espetaculares.[66]

Em 1910, *sir* Edward Grey escreveu novamente sobre a necessidade de sacrificar as relações com Berlim se necessário: «Não podemos entrar num entendimento político com a Alemanha que nos possa separar da Rússia e da França.»[67] A obstinação desta abordagem foi vivamente sentida em Sampetersburgo, que reconheceu que estava a ser diligentemente cortejada pelos britânicos – e as oportunidades que tal implicava. «Parece-me», alvitrou o ministro dos Negócios Estrangeiros russo Sergei Sazonov perto do fim de 1910, que «o governo de Londres olha para a Convenção Anglo-Russa de 1907 como sendo importante para os interesses asiáticos de Inglaterra.» Assim sendo, prosseguiu, parecia que os britânicos podiam ser persuadidos a fazer concessões valiosas «por forma a manter viva a Convenção, que lhes é tão importante».[68] Era uma observação astuta.

Quando as forças russas começaram, em 1910, com novas investidas na Mongólia, no Tibete e no Turquestão chinês, os observadores britânicos mal conseguiam disfarçar o seu alarme.[69] A extensão da Rússia sublinhava enfaticamente a fraqueza da posição da Grã-Bretanha. As coisas dificilmente poderiam ter parecido piores, como tornou claro a avaliação da situação feita por Grey, na primavera de 1914. Era a mesma história no Afeganistão, no Tibete, na Mongólia e na Pérsia: «Queremos sempre qualquer coisa e não temos nada para dar em troca.» Na Pérsia, não sobrava «nada para conceder» à Rússia, notou, e o mesmo sucedia no Afeganistão. Pior, «os russos estão dispostos a ocupar a Pérsia, e nós não».[70] A Grã-Bretanha estava exausta – pelo menos na Ásia. Era, sem dúvida, altura do jogo final. A questão era saber onde e quando ocorreria.

À medida que se foram apercebendo das dificuldades com que se deparavam, os oficiais britânicos não perderam de vista o facto de que também tinham de lidar com um cenário de pesadelo, um cenário que facilmente poderia agravar uma posição já de si frágil: uma aliança entre a Rússia e a Alemanha. Estes medos perseguiram os responsáveis políticos havia já algum tempo. Com efeito, um importante elemento da aliança anglo-russa de 1907 fora o de cooperar e encontrar um *statu quo* mutuamente benéfico na Ásia. Para manter esse frágil equilíbrio, disse *sir* Arthur Nicolson a Grey, era essencial «impedir que a Rússia chegasse a Berlim».[71]

A sensação de pânico crescente foi agravada pelo continuado crescimento das capacidades – e ambições – germânicas. A economia fortalecida de Berlim e o aumento das despesas militares eram motivos de preocupação. Algumas figuras de vulto nos Negócios Estrangeiros britânicos não duvidavam de que o objetivo da Alemanha era o de «obter a preponderância no continente europeu» e de que isso levaria a um confronto militar. Afinal, todos os impérios se deparam com desafios dos seus rivais, como *sir* Edward Grey foi recordado; «pessoalmente», disse Nicolson, «estou convencido de que, mais cedo ou mais tarde, teremos de repetir a mesma luta com a Alemanha». Era assim vital manter a França e a Rússia contentes.[72]

O potencial da Alemanha para destabilizar um frágil equilíbrio na Europa e, assim, mais além, significava que se aproximava uma tempestade perfeita. Os medos de que «a Rússia se pusesse ao lado da aliança das Potências Centrais» [isto é, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália] tornaram-se agudos. Julgava-se que o objetivo último de Berlim fosse o de perturbar as relações entre Grã-Bretanha, Rússia e França e «desfazer [...] a Tríplice Entente».[73] «Receamos sinceramente», admitiu Grey tomado pela ansiedade, a possibilidade de a Rússia ser tentada a sair da Tríplice Entente. [74]

Os medos não deixavam de ter o seu fundamento. O embaixador alemão na Pérsia, por exemplo, reconheceu que, ainda que «houvesse pouco a

ganhar» nesse país, seria possível conseguir concessões úteis da parte de Sampetersburgo caso os interesses russos na Pérsia estivessem em causa. [75] Era isto que estava por detrás de um encontro entre o *Kaiser* e o czar Nicolau II, em Potsdam, no inverno de 1910, acompanhado de discussões de alto nível entre os respetivos ministros dos Negócios Estrangeiros, o que parecia simplesmente confirmar os receios de que os «agrupamentos europeus», na expressão de *sir* Arthur Nicolson, pudessem ser rearranjados – em detrimento da Grã-Bretanha. [76]

A suspeita quanto à Alemanha e às suas ações (reais ou imaginadas) estava bem presente na mente dos diplomatas britânicos bem antes a aliança de 1907. Três anos antes, *sir* Francis Bertie recebeu uma carta de um assistente dos Negócios Estrangeiros que lhe dizia que era importante que a missão em França fosse liderada por «alguém que tenha os olhos abertos, sobretudo quanto aos desígnios alemães». Em resposta, Bertie escreveu que a desconfiança em relação à Alemanha era justificada: «Nunca fez nada senão sangrar-nos. É falsa e ávida e é o nosso verdadeiro inimigo comercial e politicamente.» [77]

Ironicamente, é claro, a consciência da ameaça alemã era contrabalançada pela vulnerabilidade sentida por esta nação da Europa Central ao confrontar-se com a possibilidade de ser apanhada no meio de uma aliança franco-russa que falava de cooperação militar e ataques conjuntos no caso de haver provocações. Não tardou muito até que a paranoia crescente de ser apanhado entre dois flancos levasse o alto-comando alemão a considerar as suas próprias opções. No rescaldo da aliança franco-russa de 1904, o chefe do Estado-Maior do exército alemão, o conde Alfred von Schlieffen, concebeu um plano que se baseava nas experiências de 1870, quando os franceses haviam sofrido uma pesada derrota, e postulou um cenário segundo o qual o exército do *Kaiser* poderia neutralizar a França antes de se virar para oriente e lidar com a Rússia. O plano era militar e logisticamente ambicioso: requeria um milhão de agentes ferroviários, 30 mil locomotivas, 65 mil carruagens de passageiros e 700 mil vagões de mercadorias, que transportariam três milhões de soldados, bem como 86 mil cavalos e vastos números de munições num período de dezassete dias. [78]

Este esquema foi espelhado por planos semelhantes elaborados, na altura, pelo exército russo, que, no verão de 1910, gizara o Plano 19, um conjunto de medidas detalhadas a ser usado na eventualidade de um ataque alemão, e que envolvia confiar numa rede de fortalezas ao longo de uma linha norte-sul que se estendia de Kovno a Brest e preparar um contra-ataque. Em 1912, desenvolveram-se duas variantes a esta proposta, conhecidas como Planos 19A e G, o último dos quais envolvia um rápido contra-ataque caso a Alemanha iniciasse as hostilidades e cujo objetivo era óbvio: «transferir a guerra para território [inimigo]» – ou seja, para a Alemanha e o Império Austro-Húngaro.[\[79\]](#)

O alto-comando alemão, bem como o *Kaiser*, tinham perfeita noção da tensão que se acumulava no estrangeiro e de estarem a ser empurrados para um canto. Os protestos públicos quanto a uma proposta de construir uma ferrovia entre Berlim e Bagdade entretinham o *Kaiser*: o assentamento de carris a milhares de quilómetros de distância, pensou, só poderia ser problemático se houvesse uma guerra entre este país e a Inglaterra. E se essa guerra se verificasse, prosseguiu, seria realista pensar que quereríamos ver os nossos soldados tão longe de casa?[\[80\]](#)

Ou atente-se na reação da Alemanha à deslocação de tropas francesas em Marrocos, em 1911, em contravenção de um acordo prévio entre Berlim e Paris. Nessa ocasião, o envio do cruzador alemão *Panther*, numa tentativa de forçar os franceses a um acordo, teve consequências desastrosas. Não só a Alemanha recebeu uma lição pública quanto aos limites da sua ação política, como, para piorar a situação, Berlim assistiu a uma acentuada queda na bolsa de valores: no rescaldo da crise de Marrocos, em setembro de 1911, as ações caíram mais de 30 por cento, levando a que o *Reichsbank* perdesse mais de um quinto das suas reservas num só mês. Mesmo que este desastre financeiro não tivesse sido orquestrado pelos franceses, como muitos alemães acreditavam, era certamente verdade que os primeiros haviam explorado a situação, retirando fundos de curto prazo, o que, sem dúvida, contribuiu para criar uma crise de liquidez.[\[81\]](#)

Envidaram-se consideráveis esforços para abrir novos canais e criar conexões e alianças. Prestou-se grande atenção ao Próximo e Médio

Oriente, com os bancos alemães a investirem pesadamente no Egito, Sudão e Império Otomano, ao mesmo tempo que um programa de estabelecimento de postos em Estudos Árabes, Persas e outros estudos relacionados não só recebia generosas contribuições do *Kaiser* como era superintendido por ele. Os cada vez maiores laços entre os mundos islâmico e de língua alemã cativou a imaginação da juventude, bem como da academia, dos soldados, diplomatas e políticos. Um jovem nos primeiros anos do século ^{xx} escreveu melancolicamente que, quando olhava para os bonitos edifícios de Viena, na *Ringstraße* – a rua que circunda a cidade –, não podia senão experimentar um «efeito mágico». No entanto, Adolf Hitler não se sentia a viver outra vez no Sacro Império Romano-Germânico ou na Antiguidade Clássica, duas escolhas óbvias para um passado romanceado; sentia que vivia numa cena d’*As Mil e Uma Noites*.[\[82\]](#)

Na Alemanha, crescia uma perigosa mentalidade de cerco, juntamente com a consciência de que Berlim tinha inimigos poderosos e estava à sua mercê. Helmuth von Moltke, sucessor de Schlieffen como chefe do Estado-Maior, e outros altos oficiais convenceram-se de que a guerra era inevitável e de que quanto mais cedo chegasse o conflito, melhor; adiar o confronto, defendeu, seria uma desvantagem para a Alemanha. Era melhor começar uma guerra e defrontar o inimigo, disse Moltke na primavera de 1914, «enquanto ainda temos a possibilidade de vencer».[\[83\]](#)

Por que razão seremos tão odiados, perguntava o escritor Robert Musil, em Berlim, em setembro de 1914; de onde vinha a inveja, que «não era culpa nossa»?[\[84\]](#) Musil tinha razão em detetar a crescente tensão na Europa, que começava a chegar à cultura popular. Livros sobre espiões alemães e planos alemães para invadir a Europa tornaram-se muitíssimo populares. *A Invasão de 1910*, de William LeQueux, vendeu mais de um milhão de exemplares e foi traduzido para vinte e sete línguas; depois havia *Quando Guilherme Chegou: Uma História de Londres sob o Domínio dos Hohenzollern*, de Saki, outro *bestseller* que saiu na véspera da guerra, que vê o protagonista regressar da Ásia para encontrar a Grã-Bretanha derrotada e ocupada pelos alemães.[\[85\]](#)

Era assim uma profecia à espera de se cumprir que os alemães começassem a procurar formas de minimizar os riscos ou de se lhes opor. Era inteiramente compreensível, por exemplo, que procurassem garantias e acordos da parte da Rússia – ainda que este facto apenas contribuísse para alarmar ainda mais a Grã-Bretanha.^[86] Do mesmo modo, as recomendações para o exército alemão feitas pelo general Colmar von der Goltz, que passara mais de uma década a reformar o exército otomano (no qual era conhecido como «Paxá Goltz»), iam todas no sentido de tentar encontrar alguma margem de manobra em caso de crise militar. Se o apoio militar podia ser útil contra a Rússia, disse Goltz aos seus colegas, podia ser «do mais alto valor» contra a Grã-Bretanha no Próximo Oriente.^[87]

O problema era que a atenção que a Alemanha prestava ao mundo otomano punha demasiada pressão nos nervos da Rússia. Os oficiais em Sampetersburgo eram muito sensíveis quanto ao estreito do Bósforo – e, sobretudo, quanto à possibilidade de um novo interveniente fletir os músculos no que era percebido como sendo seu domínio. As conversas muitas vezes haviam incidido sobre a ocupação de Constantinopla em inúmeras ocasiões na viragem do século; no final de 1912, começaram a ser desenvolvidos planos para que as forças russas tomassem controlo da cidade – em teoria, apenas temporariamente durante um conflito militar nos Balcãs.^[88] Não obstante, os russos também se sentiam antagonizados pela aparente indiferença dos seus aliados, os britânicos e os franceses, quanto à situação de crescente controlo alemão do exército otomano, que incluía o destacamento de um comandante da frota otomana. Havia, sobretudo, uma grande angústia quanto à entrega iminente aos turcos de dois couraçados de fabrico britânico: estes vasos de guerra de última geração dariam aos otomanos uma vantagem decisiva e calamitosa sobre as forças navais russas, lamentou-se o ministro naval do czar em 1914, e resultaria numa «superioridade esmagadora, quase seis vezes maior», sobre a frota russa do mar Negro.^[89]

A ameaça que isso representava não era apenas militar, mas também económica. Mais de um terço de todas as exportações russas passavam

pelos Dardanelos antes da Primeira Guerra Mundial, incluindo cerca de 90 por cento dos cereais que eram carregados em portos como Odessa e Sebastopol, na Crimeia. Assim, os pedidos a Londres para que bloqueasse, suspendesse ou cancelasse a entrega dos vasos de guerra tornou-se um gatilho num jogo de *bluff* e contra-*bluff* entre as grandes potências na véspera da guerra.^[90] Alguns não tinham dúvidas sobre a altura da fasquia. «Toda a nossa posição no Próximo Oriente» está em risco, disse o embaixador russo em Constantinopla a Sampetersburgo; «o direito inalienável que conquistámos ao longo de séculos de incomensuráveis sacrifícios e derramamento de sangue» corria sério perigo.^[91]

Neste contexto, o ataque de Itália à Líbia, em 1911, e as guerras dos Balcãs de 1912-1913 que se seguiram simplesmente desencadearam uma reação em cadeia, à medida que as províncias mais longínquas do Império Otomano foram capturadas por rivais oportunistas locais e internacionais num momento de fraqueza. Com o regime otomano no limiar do colapso, as ambições e rivalidades na Europa cresceram dramaticamente. Os alemães, por sua vez, começaram a pensar seriamente em expandir-se para oriente e estabelecer um protetorado para criar um «Oriente alemão».^[92] Isto soava a expansionismo, mas também havia um importante fator defensivo nesta ideia, que ressoava com os sentimentos cada vez mais agressivos do alto-comando alemão.^[93] A Alemanha, como a Grã-Bretanha, estava a preparar-se para o pior; e, no caso da Alemanha, isso significava evitar que os russos ficassem com as melhores partes do Império Otomano, que se pensava por toda a parte estar a apodrecer, ao passo que, para os russos, significava alcançar sonhos antigos e garantir um futuro de longo termo cuja importância não podia ser sobrestimada.

Porém, que a Grã-Bretanha representasse uma ameaça à Alemanha – e vice-versa – era uma falsa questão. Ainda que os historiadores de hoje falem insistentemente do desejo de a primeira conter a segunda, o xadrez de competição na Europa revelava-se complexo e multifacetado. Era, decerto, mais complexo do que a história simplista de uma grande rivalidade entre duas nações que só viu a luz do dia durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1918, as causas reais do conflito haviam sido obscurecidas, ao dar-se uma

ênfase distorcida à corrida naval que assistiu ao crescimento exponencial do investimento na construção de navios; nas atitudes agressivas nos bastidores exigindo a guerra; na sede cega de sangue do *Kaiser* e dos seus generais ao tentarem provocar uma guerra na Europa Continental.

A realidade era muito diferente. Ainda que os dias que se seguiram ao assassinio de Francisco Fernando tenham assistido a uma série de mal-entendidos, discussões, ultimatoss e permutações que seriam praticamente impossíveis de recriar, as sementes da guerra cresceram das mudanças e dos desenvolvimentos situados a milhares de quilómetros de distância. A crescente ambição da Rússia e o seu progresso na Pérsia, na Ásia Central e no Extremo Oriente pressionou a posição ultramarina da Grã-Bretanha, resultando na fossilização das alianças na Europa. Tudo o que impedia a continuada erosão da invejável plataforma que a Grã-Bretanha construíra nos séculos anteriores era uma série de garantias mútuas concebidas, acima de tudo, para manter a Rússia, que queria ser a próxima grande potência, manietada.

Não obstante, ainda que as nuvens de tempestade se juntassem, parecia não haver grande perigo imediato nos primeiros meses de 1914. «Nunca via águas tão calmas», escreveu Arthur Nicolson em maio, «desde que estou nos Negócios Estrangeiros.»^[94] Com efeito, prometia ser um ano *vintage*. Os empregados da Ford Motor Co., nos Estados Unidos, celebravam a duplicação dos seus salários em janeiro, em resultado do aumento de vendas e de tentativas inovadoras de aumentar a produção. Os médicos contemplavam as consequências da primeira transfusão não direta de sangue, levada a cabo em Bruxelas, após um trabalho pioneiro no uso de citrato de sódio como anticoagulante. Em Sampetersburgo, o que preocupava a maior parte das pessoas eram os incêndios florestais, cujo espesso fumo negro tornava o ar pesado do verão ainda mais opressivo do que o habitual. Na Alemanha, os habitantes de Fürth, no norte da Baviera, estavam em êxtase após a equipa da cidade ter vencido o poderoso VfB Leipzig, derrotando as probabilidades ao marcar o golo vencedor no tempo de compensação, tornando-se campeões nacionais de futebol pela primeira vez – fazendo com que o seu treinador, o inglês William Townley, fosse

considerado um herói. Até mesmo a natureza estava a ser gentil, segundo a poetisa inglesa Alice Meynell: o início do verão de 1914 era idílico, esperando-se uma grande colheita; lua após lua era «celestialmente doce» à medida que «a colheita sedosa subia o horizonte».[95]

Na Grã-Bretanha, não havia a consciência de tempos sombrios iminentes ou de um confronto com a Alemanha. Os académicos de Oxford preparavam-se para celebrar a cultura e o intelecto germânicos. Já havia um grande retrato do *Kaiser* Guilherme II pendurado nas Examination Schools e que fora ofertado depois de o soberano germânico ter recebido um doutoramento *honoris causa* em Direito Civil, em 1907.[96] Porém, perto do final de junho de 1914, quase um mês antes do início das hostilidades, as principais luminárias da cidade encontraram-se para assistir a uma procissão de distintas figuras alemãs que recebiam títulos honorários. Entre aqueles que foram aplaudidos a caminho do Sheldonian Theater em vestes coloridas estavam o duque de Saxe-Coburgo-Gotha, o compositor Richard Strauss e Ludwig Mitteis, um especialista um tanto pedestre em Direito Romano, ao passo que foram concedidos doutoramentos *honoris causa* ao duque de Vurtemberg e ao príncipe Lichnowsky, embaixador alemão em Londres.[97]

Três dias mais tarde, Gavrilo Princip, um jovem idealista que ainda não tinha 20 anos, disparou duas balas de uma pistola contra um carro em movimento nas ruas de Sarajevo. A primeira não atingiu o alvo, em vez disso, atingiu no ventre e feriu mortalmente a arquiduquesa Sofia, que seguia no banco de trás do carro com o marido. A segunda teve êxito: matou Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro. E, com isso, o mundo mudou.[98]

Os historiadores de hoje focam-se muitas vezes na «crise de julho» das semanas que se seguiram e nas oportunidades perdidas para garantir a paz, ou falam de como já havia muito tempo se temia e antecipava o início das hostilidades: os estudos mais recentes sublinham que a atmosfera à medida que o mundo caía em direção à guerra não era de bravata, mas de ansiedade

e mal-entendidos. Era um cenário de pesadelo. Na fórmula apta de um dos principais historiadores, «os protagonistas de 1914 eram sonâmbulos, tinham os olhos abertos, mas não viam, perseguidos por sonhos, mas cegos à realidade do horror» que estavam prestes a fazer abater sobre o mundo. [99] Quando *sir* Edward Grey notou que «as luzes estão a apagar-se em toda a Europa», já era demasiado tarde. [100]

Nos dias que se seguiram ao assassinio, foi o medo da Rússia que conduziu à guerra. No caso da Alemanha, o mais crucial era a apreensão generalizada quanto ao seu vizinho a oriente. O *Kaiser* ouviu repetidamente os seus generais dizer que a ameaça que a Rússia representava cresceria à medida que a sua economia avançasse. [101] Isto tinha eco em Sampetersburgo, onde altos oficiais eram da opinião de que a guerra era inevitável e que, quanto mais cedo começasse o confronto militar, melhor. [102] Os franceses também estavam ansiosos, tendo concluído muito tempo antes que o melhor que tinham a fazer era urgir constantemente Sampetersburgo e Londres à moderação. Acontecesse o que acontecesse, apoiariam a Rússia. [103]

No caso da Grã-Bretanha, o que conduzia as políticas era o medo do que aconteceria se a Rússia tentasse a sorte noutros lugares. Assim, no início de 1914, já se falava, nos Negócios Estrangeiros, de realinhar a Grã-Bretanha com a Alemanha para pôr a Rússia em xeque. [104] Com o impasse a transformar-se em crise, os diplomatas, generais e políticos tentavam agora perceber o que aconteceria a seguir. No final de julho, o diplomata George Clerk escrevia ansiosamente de Constantinopla para aconselhar que a Grã-Bretanha deveria fazer tudo o que fosse necessário no sentido de acomodar a Rússia. De outro modo, dizia, seremos confrontados com consequências «que põem em causa a nossa própria existência como um império». [105]

Ainda que alguns tentassem deitar água fria sobre estes avisos alarmistas, o embaixador britânico em Sampetersburgo, que recentemente avisara que a Rússia era tão poderosa «que devemos manter a sua amizade quase a qualquer custo», enviava agora um telegrama inequívoco. [106] A posição da Grã-Bretanha, dizia, era «perigosa», pois chegara o momento da verdade: a escolha residia entre apoiar a Rússia «ou renunciar à sua

amizade. Se falharmos agora», avisou, «aquela cooperação amistosa com ela na Ásia, que é de importância tão vital para nós», acabará.[107]

Não havia meio-termo, como o ministro dos Negócios Estrangeiros russo tornou claro no final de julho: se duas semanas antes garantira que a Rússia «não tinha nenhum objetivo agressivo e não pensava em fazer aquisições violentas», falava agora das consequências caso os aliados não se alinhassem com a Rússia no momento de prestar contas. Se, agora, a Grã-Bretanha permanecesse neutral, avisou, seria «o equivalente a um suicídio». [108] Era uma ameaça mal disfarçada aos interesses britânicos na Pérsia, ou mesmo na Ásia como um todo.

À medida que a «crise de julho» escalava, os oficiais britânicos falavam publicamente sobre conferências de paz, sobre mediação e a defesa da soberania da Bélgica. Mas os dados haviam sido lançados. O destino da Grã-Bretanha – e do seu império – dependia de decisões tomadas na Rússia. Ambos eram rivais disfarçados de aliados; ao passo que nenhum tentava alienar e antagonizar o outro, era óbvio que o pêndulo do poder se afastara de Londres e se aproximara de Sampetersburgo. Ninguém o sabia melhor do que o chanceler alemão, Theobald von Bethmann-Hollweg, um político de carreira com uma boa rede de contactos, que já tinha noites insones havia algum tempo e que rezava por proteção divina. Agora, sentado «no terraço sob um céu estrelado», dez dias após o assassinio em Sarajevo, à medida que os mecanismos da guerra lentamente começavam a engrenar, voltou-se para o seu secretário e disse: «o futuro pertence à Rússia.»[109]

O que este futuro envolvia não era claro em 1914. A força da Rússia podia facilmente ser enganadora, pois ainda estava nas primeiras fases da metamorfose social, económica e política. Um susto em 1905 quase mergulhara o país numa revolução, quando as exigências de reforma eram largamente ignoradas por interesses instalados profundamente conservadores. Depois, havia a grande dependência de capitais estrangeiros, já que o financiamento exterior era responsável por quase metade de todos os novos investimentos de capital entre 1890 e 1914 – dinheiro que entrava desde que houvesse paz e condições políticas estáveis.[110]

A transformação em grande escala levava tempo e raramente se processava de forma indolor. Se a Rússia tivesse permanecido calma e escolhido um modo menos confrontativo de apoiar o seu aliado sérvio, o seu destino – e com isso o destino da Europa e da Ásia, ou mesmo da América de Norte – teria sido muito diferente. Dadas as circunstâncias, 1914 trouxe o confronto final que a rainha Vitória havia antecipado décadas antes: tudo, dissera a monarca, se resumia «à questão da supremacia russa ou britânica do mundo».[111] A Grã-Bretanha não se podia dar ao luxo de deixar que a Rússia tomasse a dianteira.

E assim, como num jogo de xadrez de pesadelo em que todas as jogadas possíveis são más, o mundo foi para guerra. À medida que a euforia e o chauvinismo iniciais deram lugar à tragédia e ao horror numa escala inimaginável, desenvolveu-se uma narrativa que reformulou o passado e o confronto em termos de uma luta entre a Alemanha e os Aliados, um debate que se tem centrado na relativa culpabilidade da primeira e no heroísmo dos últimos.

A história que se embrenhou na consciência pública foi a da agressão alemã e da guerra justa travada pelos Aliados. Era preciso explicar por que razão uma geração de jovens brilhantes com o futuro à sua frente fora posta de lado. Era preciso explicar o sacrifício de figuras brilhantes como Patrick Shaw Stewart, um académico cujo percurso superlativo na escola, na faculdade e no trabalho espantara os seus contemporâneos e a sua correspondente, *lady* Diana Manners, a quem Patrick enviava cartas cheias de citações eróticas em grego e latim.[112] Ou explicar por que razão os homens das classes trabalhadoras que se juntaram aos seus amigos para lutar nos Pals Battalions foram ceifados nas primeiras horas da catastrófica ofensiva do Somme em 1916.[113] Ou por que razão havia memoriais de guerra em todo o país com os nomes dos homens que haviam dado as suas vidas pelo seu país – memoriais capazes de registar os nomes dos caídos, mas não o silêncio que se abateu sobre vilas e aldeias por causa da sua ausência.

Não surpreendia, assim, que emergisse uma poderosa narrativa que glorificava os soldados, celebrava a sua bravura e prestava tributo aos sacrifícios que fizeram. Winston Churchill escreveu depois da guerra que o exército britânico era a mais fina força alguma vez reunida. Cada homem era «inspirado não apenas pelo amor à sua pátria, mas pela convicção generalizada de que a liberdade humana estava a ser desafiada por uma tirania militar e imperial». A luta fora nobre e justa. «Se os comandantes precisavam de duas vidas ou de dez vidas para matar um alemão, nenhuma palavra de lamento se levantava das tropas que lutavam [...]. Nenhum massacre, por mais desolador, os impediu de voltar a investir», declarou Churchill. Os caídos eram «mártires, além de soldados, [e] cumpriram o alto desígnio do dever de que estavam incumbidos».[114]

Na altura, porém, muitos não partilhavam desta opinião. Alguns, como Edwin Champion Vaughan, um jovem tenente que se alistara cheio de esperança, não conseguiam entender a escala do sofrimento ou o seu propósito. Depois de ver a sua companhia a ser eliminada e tendo de escrever um relatório das baixas, Champion Vaughan registou: «Estava sentado no chão e bebia *whisky* atrás de *whisky* e olhava para um futuro negro e vazio.»[115] O surpreendente *corpus* de poesia produzida durante a guerra também traçava um quadro muito diferente de como o conflito era visto na altura. E também o número de tribunais marciais que decorreram durante a guerra, que está longe de sugerir uma resolução unânime: os tribunais tiveram de lidar com mais de 300 mil ofensas – para não dizer nada das questões menores de indisciplina, que eram tratadas de outras formas.[116]

Era também digno de nota que o local do conflito se centrasse nas trincheiras da Flandres e por entre os horrores do Somme. A guerra deflagrara muito longe das redes que ligavam os impérios da Europa com territórios em todo o globo, longe dos pontos de pressão que haviam surgido na Pérsia e na Ásia Central e nas portas da Índia e do Extremo Oriente que eram tão importantes para os políticos britânicos no final do século XIX e início do século XX. E, no entanto, o confronto iminente já se anunciava havia décadas. A Grã-Bretanha observava enquanto a Rússia se

esforçava por mostrar o seu apoio à Sérvia, como Grey predissera. «Na Rússia, surgiu um forte sentimento eslavo», notara apenas alguns anos antes, referindo-se aos sucessivos apelos dos Balcãs para que a Rússia desempenhasse um papel mais importante na região como protetora da identidade eslava. «O derramamento de sangue entre a Áustria e a Sérvia sem dúvida elevaria a situação a alturas perigosas.»^[117] Era esta a acendalha que podia atear fogo ao mundo inteiro.

Assim, dadas as circunstâncias, quando a Rússia começou a preparar-se para enviar uma mensagem ao resto do mundo, a Grã-Bretanha tinha de ficar atrás da sua aliada e rival – ainda que muitos achassem isto confuso. Quando a guerra começou, Rupert Brooke – que depressa se tornaria famoso como poeta da guerra – mal conseguia conter a sua raiva. «Está tudo às avessas», escreveu. «Quero que a Alemanha esmague a Rússia e, depois, que a França quebre a Alemanha [...]. A Rússia significa o fim da Europa e de toda a decência.»^[118] Brooke não tinha dúvidas sobre quem era o verdadeiro inimigo da Grã-Bretanha.

Em contrapartida, o início das hostilidades significava uma crescente animosidade contra a Alemanha – não apenas em 1914, mas na forma como a guerra se desenvolveu e quando se declarou a paz quatro terríveis anos mais tarde. Os «velhos colégios de Oxford olham para baixo / Para os rapazes sem cuidados que jogam», escreveu um poeta da guerra, «mas quando as cornetas soaram – Guerra! / Eles puseram os jogos de lado.» Os «relvados aparados» da universidade ficaram para trás em troca de «relva ensanguentada»: «Eles desbaratam a sua juventude / Pela pátria e por Deus.»^[119] A celebração dos laços britânicos com a Alemanha e os títulos honorários dados às suas figuras de vulto depressa se tornaram uma recordação amarga que mais valia esquecer.

Não era assim surpreendente que a culpa pela guerra fosse atribuída sem mais aos alemães, tanto em princípio como de facto. Consagrada no Tratado de Versalhes estava uma cláusula categórica na atribuição da culpa pela guerra: «Os Governos Aliados e Associados afirmam que a Alemanha aceita a responsabilidade por a Alemanha e os seus aliados terem causado todos os danos e perdas a que os Governos Aliados e Associados e os seus

cidadãos foram sujeitos em consequência da guerra que lhes foi imposta pela agressão da Alemanha e dos seus aliados.»[\[120\]](#) Esta cláusula pretendia estabelecer as bases para o pagamento de reparações e compensações; em vez disso, garantiu apenas uma reação – forneceu terreno fértil para ser explorado por um demagogo hábil que conseguiu unificar o sentimento nacional em torno do núcleo de uma Alemanha forte que ascendesse das cinzas.

Os vitoriosos eram-no apenas em nome e em esperança. No curso de quatro anos, a Grã-Bretanha passou de maior credor do mundo a um dos maiores devedores; a economia da França ficou em ruínas depois de financiar um esforço de guerra que exauriu a força de trabalho e os recursos naturais e financeiros do país. Nas palavras de um especialista, a Rússia, entretanto, «entrou na guerra para proteger o império, [mas] concluiu-a com a destruição imperial».[\[121\]](#)

O colapso das potências europeias abriu o mundo a outros intervenientes. Para cobrir as deficiências da produção agrícola e pagar as armas e munições, os Aliados assumiram enormes compromissos, encarregando instituições como a J. P. Morgan & Co. de garantir um fornecimento constante de bens e materiais.[\[122\]](#) O fornecimento de crédito resultou numa redistribuição da riqueza tão dramática como aquela que se seguira à descoberta das Américas quatro séculos antes: o dinheiro saía da Europa e dos Estados Unidos num turbilhão de metais preciosos e notas promissórias. A guerra levou o Velho Mundo à falência e enriqueceu o Novo Mundo. A recuperação das perdas através da Alemanha (estimadas numa fasquia impossivelmente alta equivalente a centenas de milhares de milhões de dólares nos preços de hoje) era uma tentativa desesperada e fútil para evitar o inevitável: a Grande Guerra assistiu ao saque dos Tesouros dos seus participantes quando tentavam destruir-se uns aos outros e se destruíam a si mesmos no processo.[\[123\]](#)

Quando as duas balas saíram da câmara do revólver *Browning* de Princip, a Europa era um continente de impérios. Itália, França, Áustria-Hungria, Alemanha, Rússia, Turquia otomana, Grã-Bretanha, Portugal, Países Baixos, até mesmo a minúscula Bélgica, apenas formada em 1831,

controlavam vastos territórios em todo o mundo. No momento do impacto, começou o processo de fazer destes países potências locais outra vez. Numa questão de anos desapareceram os imperadores que navegavam nos iates uns dos outros e se condecoravam mutuamente com grandes ordens cavaleirescas; desapareceram algumas colónias e domínios ultramarinos – e outros começavam a progressão inexorável até chegarem à independência.

No curso de quatro anos, talvez dez milhões tenham morrido nas lutas, metade desse número de doença e fome. Mais de 200 mil milhões de dólares haviam sido gastos pelos Aliados e Potências Centrais que se digladiavam. As economias europeias foram esmagadas pelos gastos sem precedentes, exacerbados pela queda da produtividade. Os países envolvidos no conflito anunciavam défices e dívidas a um ritmo furioso – dívidas que não podiam pagar.[\[124\]](#) Os grandes impérios que haviam dominado o mundo ao longo de quatro séculos não desapareceram da noite para o dia. Mas este era o princípio do fim. O crepúsculo começava a cair. O véu de sombras de onde a Europa Ocidental emergira alguns séculos antes caía mais uma vez. A experiência da guerra fora esmagadora, fazendo com que o controlo das Rotas da Seda e das suas riquezas fosse mais importante do que nunca.

Rota do ouro negro

Poucos colegas de William Knox D’Arcy, na prestigiada Westminster School, em Londres, terão pensado que ele iria desempenhar um papel proeminente na reformulação do mundo – especialmente, quando não se apresentou ao início das aulas em setembro de 1866. O pai de William vira-se envolvido num negócio de má memória em Devon, que o levava a declarar falência e a decidir mudar-se com a família para começar uma nova vida na tranquila cidade de Rockhampton, em Queensland, na Austrália.

O filho adolescente prosseguiu os seus estudos de forma sossegada e diligente, formando-se como advogado e, a seu tempo, abrindo o seu próprio escritório. William vivia confortavelmente e tornara-se um membro exemplar da comunidade local, servindo no comité do Rockhampton Jockey Club e cedendo ao gosto pela caça sempre que tinha tempo.

Em 1882, William teve um golpe de sorte. Três irmãos de apelido Morgan tentavam explorar o que pensavam ser um grande achado de ouro na Ironstone Mountain, a cerca de 30 quilómetros de Rockhampton. Procurando um investimento que os ajudasse a estabelecer uma operação de mineração, consultaram o gerente do banco local, que, por sua vez, os encaminhou para William Knox D’Arcy. Intrigado pela possibilidade de um bom retorno para o seu capital, Knox D’Arcy aliou-se ao gerente bancário e a outro amigo mútuo e investiu no esquema dos irmãos Morgan.

Como acontece com todas as operações de mineração no seu início, era preciso ter sangue-frio para observar uma alarmante soma de dinheiro ser

devorada na procura de um *jackpot*. Os irmãos Morgan depressa perderam esse sangue-frio, assustados com a rapidez com que os seus fundos se esvaíam, e venderam a sua parte aos três sócios. Venderam precisamente no momento errado. Os depósitos de ouro de Mount Morgan, como agora se chamava, estavam entre os mais ricos da História. As ações que haviam sido vendidas dispararam para duas mil vezes o seu valor, ao passo que, num período de dez anos, o retorno do investimento era de 200 mil por cento. Knox D’Arcy, que controlava mais ações do que os seus sócios e mais de um terço de todo o negócio, passou de advogado de uma cidadezinha da Austrália a um dos homens mais ricos do mundo.[\[1\]](#)

William não tardou muito a fazer as malas na Austrália e a dirigir-se para Inglaterra triunfalmente. Comprou uma magnífica casa em 42 Grosvenor Square e uma grande propriedade em Stanmore Hall, na periferia de Londres, que remodelou e decorou com tudo do melhor, contratando Morris & Co., a firma estabelecida por William Morris, para se encarregar dos interiores. Encomendou um conjunto de tapeçarias a Edward Burne-Jones que levaram quatro anos a ser tecidas, tal era a sua qualidade. De forma inteiramente apropriada, as tapeçarias celebravam a demanda do Santo Graal – um símbolo adequado para a descoberta de um tesouro incalculável.[\[2\]](#)

Knox D’Arcy sabia como viver bem, e alugou uma propriedade de caça em Norfolk e comprou um camarote junto à meta, nas corridas de Epsom. Dois retratos na National Portrait Gallery capturam o seu caráter na perfeição. Um mostra-o sentado com satisfação, de sorriso jovial e uma cintura generosa, um sinal da sua apreciação por boa comida e excelentes vinhos; no outro, está inclinado para a frente como se quisesse partilhar as histórias das suas aventuras de negócios com um amigo, uma taça com champanhe à sua frente e um cigarro na mão.[\[3\]](#)

O seu sucesso e extraordinária riqueza faziam dele uma escolha óbvia para aqueles que, como os irmãos Morgan, precisavam de investidores. Um desses homens era Antoine Kitabgi, um oficial com bons contactos na administração persa, que conheceu Knox D’Arcy perto do fim de 1900 por intermédio de *sir* Henry Drummond-Wolff, antigo enviado britânico a

Teerão. Apesar de ser católico de ascendência georgiana, Kitabgi singrara na Pérsia, tornando-se diretor-geral da alfândega persa e um homem com muitos interesses em negócios. Estivera envolvido em várias tentativas de atrair investimentos estrangeiros para estimular a economia, negociando ou tentando negociar concessões para que elementos estrangeiros tomassem posição no setor bancário e na produção e distribuição de tabaco.[4]

Esses esforços não eram inteiramente motivados por altruísmo ou patriotismo, pois homens como Kitabgi perceberam que podiam convencer os seus contactos a obterem lucrativas recompensas se e quando fossem feitos acordos. A sua atividade era a de abrir portas a troco de dinheiro. Isto irritava profundamente Londres, Paris, Sampetersburgo e Berlim, onde os diplomatas, políticos e homens de negócios concordavam que o modo de funcionamento persa era opaco ou mesmo abertamente corrupto. Os esforços para modernizar o país haviam feito poucos progressos, ao passo que a antiga tradição de contar com elementos estrangeiros para administrar as forças armadas ou assumir importantes papéis administrativos era frustrante para todos os envolvidos.[5] Sempre que a Pérsia dava um passo, parecia recuar outro.

Estava muito bem criticar a elite governante, mas esta havia sido treinada para se comportar dessa forma. O xá e a sua corte eram como crianças mimadas que haviam aprendido que, se teimassem por tempo suficiente, seriam recompensados pelas grandes potências, que tinham muito medo de perder a sua posição nesta região estrategicamente crucial se não os agraciassem. Quando o xá Mozaffar od-Dīn não foi investido com a Ordem da Jarreteira durante a sua visita a Inglaterra, em 1902, e se recusou a aceitar uma ordem menor, deixou o país, tornando claro que estava «muito descontente»; isto levou a que altos diplomatas tentassem convencer o relutante rei Eduardo VII, de quem dependia a atribuição da ordem, a investir o xá após o seu regresso a casa. Mesmo então houve problemas com «este terrível assunto», quando se descobriu que o xá não tinha jarreteiras, consideradas essenciais para a investidura – até que um diplomata sagaz descobriu um precedente em que um anterior agraciado recebera a ordem usando calças. «Que pesadelo o episódio da Jarreteira»,

rosnou o ministro dos Negócios Estrangeiros, lorde Lansdowne, posteriormente.[6]

E, com efeito, se bem que os subornos que sempre acompanhavam aquilo que se queria fazer na Pérsia parecessem de mau gosto, em muitos aspetos, os persas que percorriam para trás e para frente os corredores do poder e os grandes centros financeiros da Europa no final do século ^{xix} e início do século ^{xx} não diferiam muito dos mercadores sogdianos da Antiguidade que percorriam longas distâncias para negociar, ou os arménios e judeus que desempenharam o mesmo papel no início do período moderno. A diferença residia em que os sogdianos levavam consigo produtos para venda, ao passo que os seus pares tardios vendiam os seus serviços e contactos. Estes haviam-se tornado lucrativos precisamente porque podiam conduzir a excelentes recompensas. Se não houvesse interessados, sem dúvida as coisas pareceriam diferentes. Dadas as circunstâncias, a localização da Pérsia entre Oriente e Ocidente, ligando o golfo e a Índia com a ponta da Arábia, o Corno de África e o acesso ao Canal do Suez, significava que seria cortejada a todo o custo – ainda que de dentes cerrados.

Quando Kitabgi se acercou de Drummond-Wolff e foi posto em contacto com Knox D’Arcy, que fora descrito como «um capitalista da mais alta ordem», não tinha em vista o tabaco persa ou o setor bancário, mas a sua riqueza mineral. E Knox D’Arcy era a pessoa ideal com quem falar. Já encontrara ouro na Austrália; Kitabgi oferecia-lhe a possibilidade de repetir o feito; desta vez, era o ouro negro que estava em causa.[7]

A existência de substanciais depósitos de petróleo na Pérsia não era um segredo. Os autores bizantinos da Antiguidade tardia escreviam regularmente sobre o poder destrutivo do «fogo medo», uma substância feita de petróleo muito provavelmente extraído de percolações à superfície no norte da Pérsia, comparável ao inflamável «fogo-greguês» que os bizantinos produziam com fluxos na região do mar Negro.[8]

Os primeiros levantamentos geológicos sistemáticos na década de 1850 haviam apontado para a probabilidade de substanciais recursos abaixo da superfície, o que levou a que uma série de concessões fosse atribuída a

investidores, atraídos pela perspectiva de fazerem fortuna numa altura em que o mundo parecia regurgitar os seus tesouros nas mãos de prospetores sortudos, da Terra do Ouro, na Califórnia, à bacia do Witwatersrand, na África do Sul.^[9] O barão Paul Julius de Reuter, fundador da agência noticiosa epónima, foi um dos que avançou na Pérsia. Em 1872, De Reuter ganhou o «privilégio exclusivo e definitivo» de extrair tudo o que conseguisse das «minas de carvão, ferro, cobre, chumbo e petróleo» em todo o país, bem como as opções na construção de estradas, obras públicas e outros projetos de infraestruturas.^[10]

Por uma razão ou outra, estes nunca deram em nada. Havia uma forte oposição local à concessão de licenças, com figuras populistas como Sayyid Jamāl al-Dīn al-Afghānī a deplorar o facto de «as rédeas do governo [estarem a ser] postas nas mãos dos inimigos do islão». Como escreveu um dos críticos mais veementes, «o reino do islão estará, em breve, sob controlo de forasteiros, que governarão e agirão como bem entenderem». ^[11] Havia também a interferência da pressão internacional, o que levou a concessão original de De Reuter a ser declarada nula quando mal tinha passado um ano desde a sua atribuição.^[12]

Ainda que De Reuter acordasse uma segunda concessão em 1889, que lhe cedia os direitos sobre todos os recursos minerais da Pérsia salvo metais preciosos – em troca de substanciais «prendas» em dinheiro ao xá e aos seus principais oficiais, bem como o pagamento de direitos sobre lucros futuros –, tudo isso colapsou quando se excedeu o período designado de dez anos para encontrar petróleo que pudesse ser explorado em quantidades comercialmente viáveis. As coisas eram dificultadas pelo que um alto homem de negócios britânico descreveu como «o estado retrógrado do país e a ausência de comunicações e transportes», dificultada pela «hostilidade direta, oposição e ultraje dos altos oficiais do governo persa». ^[13] E também não gozavam de simpatia em Londres. Negociar nesta parte do mundo tinha os seus riscos, notava uma minuta interna; quem quer que esperasse que as coisas funcionassem como na Europa era extremamente tolo. «Era por culpa própria» se viam as suas perspectivas goradas, declarava a minuta friamente.^[14]

Knox D’Arcy, não obstante, mostrou-se intrigado com a proposta de Kitabgi. Estudou os achados dos geólogos franceses que fizeram o levantamento do país durante quase uma década e sondou o doutor Boverton Redwood, um dos principais especialistas britânicos em petróleo e autor de manuais sobre a produção de petróleo e o armazenamento em segurança, o transporte, a distribuição e o uso do petróleo e dos seus produtos derivados.[15] Mas não havia necessidade de fazer toda esta pesquisa, garantiu Kitabgi a Drummond-Wolff, asseverando que «estamos diante de uma fonte de riquezas [que são] incalculáveis».[16]

Knox D’Arcy ficou suficientemente interessado pelo que leu e ouviu para fazer um acordo com aqueles cuja ajuda poderia vir a ser necessária para ganhar uma concessão do xá, nomeadamente Edouard Cotte, que servira como agente de De Reuter e era, assim, um rosto familiar nos círculos persas, e o próprio Kitabgi – ao passo que foi prometida a Drummond-Wolff uma recompensa mais adiante se o projeto viesse a ter êxito. Knox D’Arcy abordou, depois, os Negócios Estrangeiros para obter a sua bênção para o projeto, e enviou prontamente o seu representante Alfred Marriott a Teerão para iniciar negociações com uma carta formal de apresentação.

Se a carta em si tinha pouco valor intrínseco, pedindo simplesmente que o seu portador recebesse toda a ajuda de que precisasse, num mundo cujos sinais podiam facilmente ser treslidos, a assinatura do ministro dos Negócios Estrangeiros era uma poderosa ferramenta, sugerindo que o governo britânico apoiava a iniciativa de Knox D’Arcy.[17] Marriott olhou para a corte persa com espanto. O trono, escreveu no seu diário, estava «totalmente cravejado de diamantes, safiras e esmeraldas, e havia pássaros feitos de pedras preciosas (*não* eram pavões) nos dois lados»; o xá, relatou, «tinha excelente pontaria no tiro».[18]

Com efeito, o trabalho propriamente dito foi feito por Kitabgi, que, segundo um relatório, conseguiu garantir, «de modo muito completo, o apoio de todos os principais ministros e cortesãos do xá, não esquecendo sequer o criado pessoal que leva o cachimbo e o café matinal a Sua Majestade» – um eufemismo para oferecer subornos. As coisas corriam

bem, segundo era dito a Knox D'Arcy; parecia provável que «o governo persa fizesse uma concessão» de petróleo.[19]

O processo de obter um acordo por escrito foi tortuoso. Apareciam do nada obstáculos invisíveis, levando a que se telegrafasse para Londres no sentido de obter os conselhos de Knox D'Arcy – e com o intuito de conseguir autorização para desembolsar ainda mais dinheiro. «Espero que aprove isto, pois recusar implicaria perder todo o negócio», urgia Marriott. «Não tenha escrúpulos se puder propor alguma coisa para facilitar o assunto pela minha parte», foi a resposta.[20] Knox D'Arcy queria dizer que não se importava de ser liberal com o seu dinheiro e que estava disposto a fazer o que fosse necessário para obter o que queria. Revelava-se impossível dizer quem eram os verdadeiros beneficiários quando se faziam novas exigências ou promessas; circulavam rumores segundo os quais os russos haviam sabido das negociações, supostamente conduzidas em segredo, e colocaram-se falsas provas para os enganar.[21]

E depois, quase sem aviso, chegou a notícia (quando Marriott estava num jantar em Teerão) de que o xá assinara o acordo. Em troca de 20 mil libras, com o mesmo montante a ser pago em prestações na formação da companhia, mais o pagamento anual de direitos de 16 por cento sobre os lucros líquidos, Knox D'Arcy, descrito nas formalidades como um homem «de meios independentes residente em Londres no n.º 42, Grosvenor Square», obteve direitos quase totais. Foi-lhe atribuído «um privilégio especial e exclusivo de procurar, obter, explorar, desenvolver, comercializar, transportar e vender gás natural, petróleo, betume e ozocerite em todo o Império Persa por um período de sessenta anos». Além disso, recebia o direito exclusivo de instalar oleodutos, estabelecer unidades de armazenamento, refinarias, estações e serviços de bombas.[22]

Uma proclamação real que se seguiu anunciava que Knox D'Arcy e «todos os seus herdeiros e cessionários e amigos» haviam recebido «plenos poderes e liberdade ilimitada por um período de sessenta anos para sondar, furar e perfurar como desejarem as profundezas do solo persa» e intimava «todos os oficiais do nosso reino abençoado» a ajudar um homem que gozava do «favor da nossa esplêndida corte».[23] Knox D'Arcy recebera as

chaves do reino; a questão era a de saber se, agora, conseguiria encontrar a fechadura.

Observadores experientes em Teerão não ficaram convencidos. Mesmo que «se descubra petróleo, como os seus agentes acreditam que acontecerá», notou *sir* Arthur Hardinge, o representante britânico na Pérsia, havia grandes desafios pela frente. Valia a pena recordar, prosseguiu, que «o solo da Pérsia, quer contenha petróleo ou não, alberga os despojos de tantos esquemas esperançosos de regeneração política e comercial nos últimos anos que seria precipitado prever o futuro deste último empreendimento».

[24]

Talvez o xá também apostasse que este assunto teria poucos resultados e que poderia simplesmente ficar com os pagamentos antecipados, como já fizera no passado. Era sem dúvida verdade que, nesta altura, a situação económica na Pérsia era difícil: o governo tinha uma enorme escassez orçamental, produzindo um défice precário e preocupante, daí resultando que era vantajoso acelerar o acordo para obter dinheiro dos bolsos generosos de Knox D'Arcy. Era também um tempo de intensa ansiedade dentro dos Negócios Estrangeiros britânicos, que prestavam muito menos atenção à recente concessão do que às aberturas que Teerão fazia tanto a Londres e, preocupantemente, a Sampetersburgo nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial.

Os russos reagiram mal às notícias da concessão Knox. Como se veio a saber, quase conseguiram abortar a concessão quando o xá recebeu um telegrama pessoal do czar urgindo-o a não avançar.[25] Knox D'Arcy preocupara-se o suficiente com as suscetibilidades russas para fazer com que o acordo de concessão excluísse especificamente os direitos nas províncias setentrionais, de forma que os poderosos vizinhos a norte da Pérsia «não se ofendessem». Do ponto de vista de Londres, a preocupação era a de que os russos compensassem a sua perda tornando-se ainda mais bajuladores do xá e dos seus oficiais.[26] Como o representante britânico avisou lorde Lansdowne, a atribuição de uma concessão podia estar «enredada em resultados políticos e económicos» se se encontrasse petróleo em quantidades significativas.[27] Não havia como disfarçar a verdade de

que a pressão crescia na rivalidade por influência e recursos na região do golfo.

A curto prazo, as coisas resolveram-se em larga medida porque o projeto de Knox D'Arcy parecia votado ao fracasso. Os trabalhos eram lentos devido ao clima difícil, ao grande número de festividades religiosas e à falha mecânica regular e desencorajadora de sondas e perfuradoras. Havia também uma hostilidade aberta na forma de queixas sobre salários, práticas profissionais e pequeno número de empregados locais, e havia ainda um sem-número de problemas com as tribos locais que exigiam pagamentos. [28] Knox D'Arcy ficou nervoso com a falta de progresso e com as grandes somas do seu dinheiro que estavam a ser gastas. «Atraso sério», telegrafou à sua equipa de perfuração menos de um ano depois de a concessão ser atribuída; «por favor, apressem». [29] Uma semana mais tarde, enviou novo despacho: «têm livre acesso a poços?», perguntou ao engenheiro-chefe em desespero. Os livros de contabilidade revelam grandes quantidades de tubos, condutas, pás, aço e bigornas a serem transportadas de Inglaterra, juntamente com espingardas, pistolas e munições. As folhas de salários de 1901-1902 também mostram que os fundos estavam a ser gastos em quantias cada vez maiores. Knox D'Arcy deve ter julgado que estava a enterrar o seu dinheiro na areia. [30]

Se Knox estava ansioso, não o estavam menos os seus banqueiros no Lloyds, cada vez mais perturbados com o saldo bancário de um homem que eles pensaram ter fundos ilimitados à sua disposição. [31] O pior era que havia poucos resultados a mostrar pelo trabalho árduo e pelos altos custos: Knox D'Arcy precisou de convencer outros investidores a comprarem ações do negócio e, assim, a aliviar a pressão sobre os seus próprios fluxos monetários e encontrar o capital para que as coisas avançassem. As suas equipas produziam sinais promissores da existência de petróleo; agora, era necessário um grande achado.

Cada vez mais desesperado, Knox D'Arcy sondou potenciais investidores ou mesmo compradores da sua concessão e viajou até Cannes para se encontrar com o barão Alphonse de Rothschild, cuja família tinha já

extensos interesses no negócio petrolífero em Baku. Isto fez disparar alarmes em Londres. Em particular, chamou a atenção da marinha britânica: *sir John Fisher*, primeiro lorde do Almirantado, tinha a convicção evangélica de que o futuro da guerra naval e do domínio dos mares residia na passagem do carvão para o petróleo. «O óleo combustível», escreveu a um amigo em 1901, «irá revolucionar absolutamente a estratégia naval. É um caso de “Acordai, Inglaterra!”»^[32] Ainda que não houvesse nenhuma descoberta fenomenal, todas as evidências sugeriam que a Pérsia tinha o potencial para ser uma grande produtora de petróleo. Se isso pudesse ser canalizado para uso exclusivo da Royal Navy, tanto melhor. Mas era essencial que o controlo desses recursos não caísse em mãos estrangeiras.

O Almirantado avançou para mediar um acordo entre Knox D’Arcy e uma companhia petrolífera escocesa que tivera considerável êxito em Burma. Após oferecer um contrato à última, em 1905, para fornecer à marinha 50 mil toneladas de petróleo por ano, os diretores da *Burmah Oil Company* foram persuadidos a comprar uma parte substancial do Consórcio de Concessões, como agora se chamava. A companhia não o fez por dever patriótico, mas porque era uma estratégia sensata de diversificação e também porque tinham a capacidade de angariar mais capital. Ainda que isto permitisse que Knox D’Arcy respirasse de alívio, escrevendo que os termos que acordara «eram melhores do que poderia ter obtido com qualquer outra companhia», ainda não havia nenhuma garantia de êxito – como notou o sempre céptico representante diplomático britânico em Teerão secamente nos seus relatórios para Londres. Encontrar petróleo era um problema; lidar com tentativas persistentes de chantagem era outro.^[33]

Em boa verdade, a nova parceria tinha pouco para mostrar em resultado dos seus esforços nos três anos seguintes. Os poços perfurados não davam fruto, e as despesas devoravam as finanças dos acionistas. Na primavera de 1908, os diretores da *Burmah Oil Company* falavam abertamente em abandonar a Pérsia. A 14 de maio de 1908, mandaram dizer a *George Reynolds*, líder das operações de campo e um homem descrito por quem trabalhara com ele como focado, determinado e feito de «sólido carvalho inglês», que abandonasse as operações. Reynolds recebeu instruções para

perfurar dois poços que haviam sido estabelecidos em Masjed Soleymân, com uma profundidade de cerca de 500 metros. Se não se encontrasse petróleo, deveria «abandonar as operações, fechar tudo e transportar tantos equipamentos quantos possível» para Burma, onde seriam mais úteis.[\[34\]](#)

Enquanto a carta percorria os postos de correios da Europa e do Levante para chegar à Pérsia, Reynolds continuou o seu trabalho, não sabendo como estava perto de ter de abandonar tudo. A sua equipa continuou a perfurar, abrindo caminho através de rocha tão dura que a broca se soltou. A broca ficou perdida no poço durante vários dias; enquanto o relógio avançava, finalmente, foi recuperada e reposta no seu lugar. A 28 de maio, às quatro da manhã, acertaram no veio, encontraram petróleo, e o ouro negro jorrou pelo ar. Era um enorme achado.[\[35\]](#)

Arnold Wilson, um tenente britânico responsável pela segurança do local, enviou um telégrafo cifrado para Inglaterra com as notícias. Dizia simplesmente: «Ver salmo 104, versículo 15, segunda frase.»[\[36\]](#) O versículo exortava Deus a fazer brotar azeite da terra para que os rostos brilhassem de felicidade. A descoberta, disse ao seu pai, prometia fabulosas riquezas para a Grã-Bretanha – e, com sorte, acrescentou, também para os engenheiros «que perseveraram por tanto tempo, apesar dos diretores com as suas cartolas [...] neste clima inóspito».[\[37\]](#)

Os investidores que haviam investido na Companhia Petrolífera Anglo-Persa, o veículo que controlava os direitos à concessão após a oferta de ações em 1909, calcularam que o primeiro poço em Masjed Soleymân era apenas a ponta do icebergue e que haveria grandes recompensas no futuro. Naturalmente, seria preciso tempo e dinheiro para construir a infraestrutura necessária que permitisse a exportação de petróleo, bem como para perfurar novos poços e encontrar novas jazidas. E também não era fácil conduzir as operações tranquilamente no terreno, onde Arnold Wilson se queixava de ter de passar o tempo a colmatar a distância cultural entre os britânicos, «que não conseguem dizer o que pensam, e os persas, que nem sempre pensam o que dizem». Os britânicos, declarou, viam um contrato como um acordo que seria válido em tribunal; os persas viam-no apenas como uma declaração de intenções.[\[38\]](#)

Não obstante, depressa se construiu um oleoduto para ligar o primeiro campo à ilha de Ābādān, no Shatt al-‘Arab, que fora escolhida como localização de uma refinaria e centro de exportação. O oleoduto conduzia o petróleo persa até à Europa, para ser vendido numa altura em que as necessidades energéticas do continente aumentavam acentuadamente. O próprio oleoduto era altamente simbólico, pois assinalava o primeiro fio no que viria a ser uma rede de oleodutos que cruzavam a Ásia e davam nova forma e vida às antigas Rotas da Seda.

Os problemas fermentavam. A descoberta de petróleo fizera do papel assinado pelo xá em 1901 um dos mais importantes documentos do século xx. Pois, ao mesmo tempo em que assentava os fundamentos para o crescimento de um negócio de muitos milhares de milhões de dólares – a Companhia Petrolífera Anglo-Persa veio a tornar-se a BP (British Petroleum) –, também abria caminho para a instabilidade política. Que os termos do acordo entregassem o controlo das joias da coroa persas a investidores estrangeiros levou a um profundo ódio do mundo exterior, que, por sua vez, conduziu ao nacionalismo e, em última instância, a uma suspeita e rejeição mais profundas do Ocidente, de que o atual fundamentalismo islâmico é uma boa suma. O desejo de granjear controlo do petróleo seria a causa de muitos problemas no futuro.

Em termos humanos, a concessão de Knox D’Arcy é uma história inacreditável de argúcia empresarial e de triunfo contra as circunstâncias; mas o seu significado global está a par da descoberta transatlântica de Colombo, em 1492. Nesse tempo, os conquistadores também expropriaram imensos tesouros e riquezas, enviando-os para a Europa. O mesmo acontecia de novo. Uma razão para tal foi o grande interesse do almirante Fisher e da Royal Navy, que monitorizavam a situação na Pérsia de perto. Quando a concessão teve problemas de liquidez em 1912, Fisher interveio prontamente, receando que o negócio fosse adquirido por produtores como a Royal Dutch/Shell, que formara uma substancial produção e rede de distribuição a partir de uma base inicial nas Índias Orientais Holandesas. Fisher encontrou-se com o primeiro lorde do Almirantado, uma estrela política em ascensão, para o persuadir da importância de converter as

máquinas dos vasos de guerra de carvão para petróleo. O petróleo é o futuro, declarou; podia ser armazenado em grandes quantidades e era barato. O mais importante, contudo, é que permitia que os navios se deslocassem mais rapidamente. A guerra naval «é puro senso comum», disse. «A primeira necessidade de todas é velocidade, para que se possa lutar *quando* se quiser, *onde* se quiser e *como* se quiser.» Isso permitiria que os navios britânicos fossem mais manobráveis do que os navios inimigos, dando-lhes uma vantagem decisiva em cenário de batalha.[39]

A conversão para o petróleo significaria que a potência e eficiência da Royal Navy subiria para «um nível definitivamente mais alto; melhores navios, melhores equipas, maiores economias, formas mais intensas de potência bélica». Significaria, como Churchill notou, nada menos do que o domínio dos mares.[40] Numa altura em que a tensão crescia nos assuntos internacionais e um confronto parecia cada vez mais provável, sob uma forma ou outra, na Europa ou noutras partes, refletiu-se bastante em como esta vantagem poderia ser estabelecida em casa. No verão de 1913, Churchill apresentou um comunicado ao governo intitulado «Fornecimento de óleo combustível para a marinha de Sua Majestade». A solução, defendia, consistia em comprar petróleo a um conjunto de produtores e mesmo considerar «controlar fontes fidedignas de fornecimento». A discussão que se seguiu não levou a uma conclusão definitiva, apenas ao acordo de que o «Almirantado deverá garantir os seus fornecimentos de petróleo [...] na área mais abrangente possível e junto de numerosas fontes de fornecimento».[41]

Menos de um mês mais tarde, as coisas tinham mudado. O primeiro-ministro acreditava agora, juntamente com os seus ministros, na «necessidade vital» do petróleo no futuro. Disse assim ao rei Jorge V, no seu resumo regular de desenvolvimentos dignos de nota, que o governo iria adotar uma instância controladora na Companhia Anglo-Persa, por forma a garantir «fontes fidedignas de fornecimento».[42]

Churchill era eloquente na defesa da sua causa. Garantir fornecimentos de petróleo não dizia apenas respeito à marinha; tratava-se de salvaguardar o futuro da Grã-Bretanha. Ainda que visse que o carvão sustentava o êxito

do império, muito dependia do petróleo. «Se não obtivermos petróleo», disse ao parlamento em julho de 1913, «não obteremos milho, não obteremos algodão e não obteremos mil e um produtos necessários para a preservação das energias económicas da Grã-Bretanha.» Dever-se-iam criar reservas para a eventualidade de uma guerra, mas também não se podia confiar no mercado aberto – que se estava a tornar «motivo de escárnio» graças aos esforços dos especuladores.[43]

A Companhia Anglo-Persa parecia assim oferecer a solução para muitos problemas. A sua concessão era «inteiramente válida» e, com suficientes fundos por detrás, podia provavelmente ser «desenvolvida numa extensão gigantesca», segundo o almirante *sir* Edmond Slade, antigo diretor dos serviços de informação navais e chefe da equipa responsável por assegurar o controlo da companhia. Esse controlo, juntamente com o fornecimento de petróleo que garantiria, seria uma bênção para a marinha. A chave, concluiu Slade, residia em obter uma participação maioritária «a um custo muito razoável».[44]

As negociações com a Companhia Anglo-Persa decorreram depressa o suficiente para que, no verão de 1914, o governo britânico estivesse em posição de comprar uma participação de 51% – e, com isso, assegurar o controlo operacional do negócio. A eloquência de Churchill na Câmara dos Comuns valeu-lhe um voto a favor com uma larga maioria. E foi assim que os políticos, estrategistas e exército ficaram reconfortados sabendo que tinham acesso a recursos petrolíferos que poderiam ser vitais em qualquer conflito militar no futuro. Onze dias mais tarde, Francisco Fernando era abatido a tiro em Sarajevo.

No torvelinho de atividade que rodeou a entrada em guerra, era fácil ignorar a importância dos passos que a Grã-Bretanha dera para salvaguardar as suas necessidades energéticas. Tal devia-se, em parte, ao facto de poucos terem conhecimento dos negócios feitos nos bastidores. Pois, além de adquirir uma participação maioritária na Companhia Anglo-Persa, o governo britânico também acordara em segredo um período de vinte anos de fornecimento de petróleo ao Almirantado. Isso significava que os navios da Royal Navy que se fizessem ao mar no verão de 1914 tinham a vanta-

gem de saberem que podiam contar com reabastecimentos caso o confronto com a Alemanha se arrastasse. A conversão para o petróleo tornou os navios britânicos mais velozes e melhores do que os seus rivais; mas a sua maior vantagem era a de poderem permanecer no mar. Não foi sem razão que lorde Curzon proferiu um discurso em Londres, em novembro de 1918, menos de duas semanas antes de se acordar o armistício, em que disse aos seus convivas que «a causa aliada fora vitoriosa navegando uma onda de petróleo». Um importante senador francês concordou, rejubilante. A Alemanha prestara demasiada atenção ao ferro e ao carvão, disse, e não a suficiente ao petróleo. O petróleo era o sangue da terra, prosseguiu, e era o sangue da vitória.^[45]

Havia alguma verdade nisso. Pois, ainda que a atenção dos historiadores militares se concentre nos campos de batalha da Flandres, o que aconteceu no centro da Ásia foi de grande importância para o resultado da Grande Guerra – e mais importante ainda para o período que se seguiu. Quando se dispararam os primeiros tiros na Bélgica e no norte de França, os otomanos ponderavam o papel que deveriam desempenhar na escalada de confrontos na Europa. Embora o sultão insistisse que o império deveria manter-se fora da guerra, outras vozes defendiam que cimentar os laços tradicionalmente próximos com a Alemanha, formando uma aliança era o melhor curso de ação. Enquanto as grandes potências europeias estavam ocupadas a fazer ultimatoss e a declarar guerra umas às outras, Enver Paxá, o fleumático ministro da Guerra otomano, contactou o comandante do quartel do exército em Bagdade para o avisar sobre o que poderia vir a acontecer. «A guerra com a Inglaterra é agora uma possibilidade», escreveu. Se as hostilidades fossem declaradas, prosseguiu, os líderes árabes deveriam apoiar o esforço do exército otomano numa guerra santa. A população muçulmana da Pérsia deveria revoltar-se contra o «domínio russo e inglês».^[46]

Nestas circunstâncias, não surpreende que, semanas após o início da guerra, uma divisão britânica fosse despachada até Bombaim para defender Ābādān, os oleodutos e as jazidas petrolíferas. Feito isto, a cidade de Basra, estrategicamente sensível, foi ocupada em novembro de 1914, altura em que *sir* Percy Cox disse aos seus habitantes, durante uma cerimónia de

hasteamento da bandeira, que «não resta ninguém da administração turca. Em seu lugar, estabeleceu-se a bandeira inglesa, que garantirá o usufruto da liberdade e da justiça, tanto em assuntos religiosos como em assuntos seculares».[47] Os costumes e crenças dos locais importavam pouco, o mais importante era proteger o acesso aos recursos naturais da região.

Cientes de que a sua presença na região do golfo era ténue, os britânicos cortejaram figuras de vulto no mundo árabe, incluindo Husayn, xarife de Meca, a quem foi oferecido um acordo tentador: se Husayn «e os árabes em geral» oferecessem o seu apoio contra os turcos, a Grã-Bretanha «garantiria a independência, os direitos e privilégios do xerifado contra todas as agressões estrangeiras, em particular, da parte dos otomanos». Não era tudo, pois foi oferecido um outro incentivo, ainda mais apetecível. Talvez tivesse chegado o tempo em que «um árabe de verdadeira raça assumirá o califado de Meca ou Medina». Husayn, guardião da cidade santa de Meca, membro dos coraixitas e descendente de Hāshim, o bisavô do profeta Maomé, recebia a promessa de um império em troca do seu apoio.[48]

A promessa britânica não era séria nem podia ser cumprida. No entanto, desde o início de 1915, quando as coisas começavam a correr mal, os britânicos estavam dispostos a cortejar Husayn. Tal devia-se, em parte, ao facto de uma vitória rápida na Europa não se ter materializado. Mas também se devia ao facto de os otomanos estarem finalmente a contra-atacar a posição britânica no Golfo Pérsico – e também, preocupantemente, no Egito, ameaçando o Canal do Suez, a artéria que permitia que os navios vindos de oriente chegassem à Europa semanas mais depressa do que se tivessem de circum-navegar África. Para desviar os recursos e a atenção dos otomanos, os britânicos decidiram pôr soldados em terra no Mediterrâneo Oriental e abrir uma nova frente. Dadas as circunstâncias, fazer acordos com quem quer que aliviasse a pressão das forças aliadas parecia uma coisa óbvia; e era fácil prometer mais do que se poderia pagar no futuro.

Em Londres, faziam-se cálculos semelhantes sobre a ascensão do poderio russo. Ainda que os horrores da guerra depressa se tornassem aparentes, algumas figuras influentes na Grã-Bretanha receavam que a guerra pudesse terminar demasiado cedo. O antigo primeiro-ministro Arthur Balfour

mostrava-se ansioso, pois uma rápida derrota da Alemanha poderia tornar a Rússia ainda mais perigosa, alimentando as ambições da última até um ponto em que a Índia poderia estar em risco. Havia outra preocupação: Balfour ouvira também rumores de que um *lobby* com bons contactos em Sampetersburgo tentava chegar a um acordo com a Alemanha; isto, calculava Balfour, seria tão desastroso para a Grã-Bretanha como perder a guerra.[49]

As preocupações com a Rússia significavam que garantir a sua lealdade era de suma importância. A perspectiva de controlar Constantinopla e os Dardanelos era o isco perfeito para manter os laços que uniam os Aliados e chamar a atenção do governo do czar para um tópico altamente sensível. Por poderosa que a Rússia fosse, o seu calcanhar de Aquiles estava em não dispor de portos de água quente a não ser no mar Negro, que se ligava ao Mediterrâneo, primeiro, através do Bósforo e, depois, pelos Dardanelos, o estreito que separa a Europa da Ásia em ambos os lados do mar de Mármara. Estes canais eram vitais, pois ligavam os campos de cereais do sul da Rússia com os mercados de exportação no estrangeiro. O encerramento dos Dardanelos, que levou o trigo a apodrecer nos silos, infligira danos devastadores à economia durante as Guerras dos Balcãs de 1912-1913 e fez com que se falasse em declarar guerra aos otomanos, que os controlavam.[50]

Os russos regozijaram, assim, quando os britânicos levantaram a questão do futuro de Constantinopla e dos Dardanelos no final de 1914. Este era «o prémio mais rico de toda a guerra», anunciou o embaixador britânico aos oficiais do czar. O controlo seria cedido à Rússia quando a guerra terminasse, mas Constantinopla deveria permanecer um porto livre «para bens em trânsito de e para territórios não russos», juntamente com a concessão de que «haverá liberdade comercial para os navios mercantes que passem o estreito».[51]

Ainda que houvesse poucos sinais de avanço na frente ocidental, com ambos os lados a sofrerem perdas extraordinariamente pesadas e com a perspectiva de anos futuros de derramamento de sangue, os Aliados já se tinham sentado à mesa para dividir as terras e os interesses dos seus rivais.

Há nisso alguma ironia, considerando as acusações de imperialismo lançadas à Alemanha e aos seus aliados depois do armistício. Meses após o início da guerra, os Aliados já estavam a pensar no festim com as carcaças dos seus inimigos derrotados.

Neste sentido, havia mais em jogo do que usar os chamarizes de Constantinopla e dos Dardanelos para atrair os russos, pois, no início de 1915, foi criada uma comissão sob a direção de *sir* Maurice de Bunsen para reportar sobre as propostas quanto ao futuro do Império Otomano depois da vitória. Em parte, o truque estava em dividir as coisas de forma adequada aos Aliados do presente, mas rivais no passado e potencialmente no futuro também. Não se deverá fazer nada, escreveu *sir* Edward Grey, que crie a suspeita de que a Grã-Bretanha tem desígnios para a Síria. «Isso implicaria uma quebra de relações com França», escreveu, «se declararmos interesse na Síria e no Líbano» – uma região que gozara de substanciais investimentos de empresas francesas nos séculos XVIII e XIX.^[52]

Assim, para mostrar solidariedade com a Rússia e evitar confrontos com França sobre a sua esfera de influência na Síria, decidiu-se pelo desembarque de uma grande força composta por tropas da Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia não, como originalmente se planeava, em Alexandreta (agora, no sudeste da Turquia), mas na península de Galípoli, na foz do estreito dos Dardanelos, que guardava o acesso a Constantinopla.^[53] Foi um local de desembarque que se revelou desastroso para conduzir uma grande ofensiva e uma armadilha mortal para muitos dos que tentaram lutar em terra, colina acima, contra posições turcas bem fortificadas. A desastrosa campanha que se seguiu teve, nas suas origens, a disputa pelo estabelecimento do controlo sobre as redes de comunicação e comércio que ligavam a Europa ao Próximo Oriente e à Ásia.^[54]

O futuro de Constantinopla e dos Dardanelos fora decidido; agora, era preciso resolver o destino do Médio Oriente. Numa série de encontros na segunda metade de 1915 e no início de 1916, *sir* Mark Sykes, um deputado excessivamente confiante que tinha a atenção de lorde Kitchener, o secretário de Estado da Guerra, e François Georges-Picot, um diplomata francês arrogante, dividiram a região. Os dois homens acordaram uma linha

que se estendia de Acre (no extremo norte do que agora é Israel) para nordeste até à fronteira com a Pérsia. Os franceses ficariam com a Síria e o Líbano, os britânicos com a Mesopotâmia, a Palestina e o Suez.

Dividir os despojos desta forma era perigoso, sobretudo porque outras partes transmitiam mensagens contraditórias sobre o futuro da região. Havia Husayn, a quem ainda se oferecia a independência dos árabes e a restituição de um califado liderado por ele; havia os povos da «Arábia, Arménia, Mesopotâmia, Síria e Palestina», a quem o primeiro-ministro britânico declarava publicamente «terem o direito de verem as suas diferentes condições nacionais reconhecidas», aparentemente uma promessa de soberania e independência.^[55] Depois, havia os Estados Unidos, a quem os franceses e britânicos garantiram repetidas vezes que estavam a lutar «não por interesses egoístas, mas, acima de tudo, para salvaguardar a independência dos povos, da justiça e da humanidade». Tanto a Grã-Bretanha como França declaravam apaixonadamente terem objetivos nobres e lutarem para libertar «as populações submetidas à tirania sangrenta dos turcos», segundo o *Times* de Londres.^[56] «Era tudo mentira», escreveu Edward House, o consultor sobre política estrangeira do presidente Wilson, quando descobriu o acordo secreto do ministro dos Negócios Estrangeiros britânico. Os franceses e os britânicos «estão a fazer [do Médio Oriente] um lugar onde fermentará uma guerra futura».^[57] E tinha razão.



Na raiz do problema estava o facto de a Grã-Bretanha saber o que estava em jogo graças aos recursos naturais que haviam sido encontrados na Pérsia e que a Mesopotâmia, provavelmente, também possuiria. Com efeito, foi aprovada (mas não formalmente ratificada) uma concessão de petróleo nesta última no dia do assassinio de Francisco Fernando, em 1914. A concessão foi atribuída a um consórcio liderado pela Companhia de

Petróleo Turca, de que a Companhia Anglo-Persa era acionista majoritária, com participações minoritárias atribuídas à Royal Dutch/Shell e ao Deutsche Bank e uma pequena porção a Calouste Gulbenkian, o extraordinário negociador responsável pelo acordo.^[58] O que quer que estivesse a ser prometido ou garantido aos povos e nações do Médio Oriente, a verdade era que, nos bastidores, a forma e o futuro da região estavam a ser idealizados por oficiais, políticos e homens de negócios que tinham uma coisa em vista: assegurar o controlo do petróleo e dos oleodutos que o transportariam para portos e petroleiros.

Os alemães perceberam o que se estava a passar. Num comunicado que chegou a mãos britânicas, dizia-se que a Grã-Bretanha tinha dois grandes objetivos estratégicos. O primeiro era o de reter o controlo do Canal do Suez, por causa do seu valor comercial e estratégico único; o segundo era o de preservar os campos de petróleo na Pérsia e no Médio Oriente.^[59] Era um juízo astuto. O império transcontinental britânico cobria quase um quarto do globo. A despeito dos diferentes climas, ecossistemas e recursos que possuía, havia uma ausência óbvia: petróleo.

Sem depósitos significativos nos seus territórios, a guerra oferecia à Grã-Bretanha a possibilidade de corrigir a situação. «O único grande fornecimento potencial», escreveu *sir* Maurice Hankey, letrado secretário do Gabinete de Guerra, «é o fornecimento da Pérsia e da Mesopotâmia.» Em consequência, estabelecer «o controlo destes fornecimentos de petróleo é um objetivo de guerra de primeira ordem».^[60] Não havia nada a ganhar nesta região de uma perspetiva militar, sublinhou Hankey quando escreveu ao primeiro-ministro, David Lloyd George, nesse mesmo dia; mas a Grã-Bretanha deveria agir decisivamente se queria «garantir os valiosos poços petrolíferos» na Mesopotâmia.^[61]

Poucos precisavam de ser convencidos. Antes de a guerra terminar, o ministro dos Negócios Estrangeiros falava em termos intransigentes sobre a sua opinião quanto ao futuro. Haveria, sem dúvida, questões a resolver no futuro sobre o desmembramento dos impérios rivais. «Não me interessa saber», disse a figuras de vulto, «em que sistema mantemos o petróleo, por

licença perpétua ou de outra forma, mas é para mim claro que é da maior importância que esse petróleo esteja disponível.»[62]

Havia boas razões para essa determinação – e para as ansiedades que a acompanhavam. No início de 1915, o Almirantado consumia 80 mil toneladas de petróleo por mês. Dois anos mais tarde, em consequência do grande número de navios em serviço e da proliferação dos motores a gasóleo, a quantidade mais do que duplicara para 190 mil toneladas. As necessidades do exército subiam em espiral ainda mais dramaticamente, à medida que a frota de cem veículos em uso, em 1914, subia para as dezenas de milhares. Em 1916, o esforço quase exaurira as reservas petrolíferas da Grã-Bretanha: as reservas de petróleo que estavam nos 36 milhões de galões a 1 de janeiro caíram para 19 milhões seis meses mais tarde e para 12,5 milhões quatro semanas depois.[63] Quando uma comissão governamental averiguou as necessidades prováveis nos doze meses seguintes, descobriu que as estimativas indicavam que haveria cerca de metade da quantidade disponível para satisfazer a procura provável.[64]

Ainda que a introdução do racionamento do petróleo com efeito imediato tenha ajudado a estabilizar as reservas, as continuadas preocupações sobre os problemas de fornecimento levaram o primeiro lorde do Almirantado a ordenar aos navios da Royal Navy que ficassem tanto tempo quanto possível no porto durante a primavera de 1917, ao passo que se reduziu a velocidade de cruzeiro, uma vez em mar, para vinte nós. A precariedade da situação foi sublinhada pelas projeções preparadas em junho de 1917, segundo as quais, no final do ano, o Almirantado não teria mais do que seis semanas de reservas.[65]

A situação agudizou-se quando a Alemanha desenvolveu uma guerra submarina eficaz. A Grã-Bretanha importava petróleo em grandes quantidades dos Estados Unidos (e a preços cada vez mais altos), mas muitos petroleiros não chegavam ao porto. Os alemães conseguiam afundar «tantos navios petroleiros», escreveu Walter Page, o embaixador dos Estados Unidos em Londres, em 1917, que «este país pode muito bem vir a encontrar-se depressa numa situação perigosa».[66] Uma revolução na tecnologia que permitia que os motores funcionassem mais depressa e mais

eficientemente acompanhara a rápida mecanização da guerra depois de 1914. Ambas eram instigadas pela feroz guerra no terreno europeu. Mas o aumento do consumo significava que o acesso ao petróleo, que fora já uma preocupação séria antes do início das hostilidades, se tornava um fator maior – ou mesmo decisivo – na política internacional britânica.

Alguns políticos britânicos tinham grandes esperanças para o futuro. Um administrador experiente, Percy Cox, que servira na Pérsia Oriental e conhecia bem o país, sugeriu, em 1917, que a Grã-Bretanha tinha a hipótese de obter um controlo tão firme do Golfo Pérsico que os russos, franceses, japoneses, alemães e turcos poderiam ser permanentemente excluídos.^[67] Em consequência, ainda que a entrada da Rússia numa revolução em 1917 e o acordo de paz com a Alemanha pouco tempo depois de os bolcheviques assumirem o poder fossem preocupantes no que dizia respeito à guerra na Europa, havia vantagens noutros lados. Sob um governo autocrático, disse lorde Balfour ao primeiro-ministro, no verão de 1918, a Rússia fora «um perigo para os seus vizinhos, sobretudo para nós».^[68] A sua implosão era uma boa notícia para a posição britânica no Oriente. Surgia a oportunidade real de cimentar o controlo sobre toda a região que se estendia do Canal do Suez à Índia, assim protegendo ambos.

Rota para o compromisso

Na Pérsia, os britânicos tinham a intenção de instalar um homem-forte de confiança que servisse os seus interesses. Uma figura de vulto da corte depressa atraiu a sua atenção: o príncipe Farman-Farma era conhecido por ter vários investimentos na Bolsa de Londres, e a sua considerável fortuna estava assim interligada ao continuado sucesso do Império Britânico. Desenvolveu-se um *lobby* intenso para que o príncipe fosse nomeado primeiro-ministro, e o representante britânico em Teerão teve uma audiência com o xá, na Consoada de 1915, para fazer saber que a designação de Farman-Farma era vista favoravelmente em Londres. «Era inevitável uma mudança de primeiro-ministro no futuro próximo», disse ao xá, especialmente tendo em conta os «elementos hostis» no governo de Teerão. O xá deixou-se convencer facilmente: «O xá concordou inteiramente e insistiu que tudo acontecesse de imediato. Prometeu exortar FF a aceitar o cargo imediatamente.»[\[1\]](#) Farman-Farma foi nomeado alguns dias mais tarde.

Na Mesopotâmia, a ausência de um homem-forte local com quem colaborar dificultava a situação. Os britânicos tomaram o assunto nas próprias mãos, enviando tropas de Basra para ocupar Bagdade, na primavera de 1917. Pensou-se pouco no que aconteceria a seguir, como escreveu lorde (anteriormente *sir* Charles) Hardinge, de Londres, a Gertrude Bell, a brilhante e temperamental académica e viajante que conhecia a região melhor do que ninguém. «Na verdade, e pouco importa»,

sugeriu, «se escolhemos três dos homens mais gordos de Bagdade ou três dos homens com as barbas mais compridas a designar como emblemas do governo árabe.» Os britânicos precisavam apenas de qualquer líder que estivesse persuadido dos benefícios de cooperar com a força ocupante; naturalmente, tal envolvia bastos subornos.[2]

Havia, contudo, outros problemas mais sérios do que manobrar a configuração política desta região. Na Grã-Bretanha, figuras de vulto já advogavam a revisão do Acordo Sykes-Picot quando a tinta ainda estava a secar. Eram levadas não por nenhuma suscetibilidade quanto ao manifesto imperialismo do acordo secreto, mas por um relatório preparado pelo almirante Slade, antigo diretor da divisão de informação do Almirantado, que fora responsável por inspecionar os campos de petróleo persas em 1913 e, pouco depois, designado diretor da Companhia de Petróleo Anglo-Persa. Slade sublinhava que, «em nenhuma circunstância, podemos ser perturbados no nosso usufruto» dos campos de petróleo persas, e que isso era válido também para outras partes da região. Havia indicações, acrescentava, da presença de significativas quantidades de petróleo na «Mesopotâmia, Koweit, Bahrein e na Arábia». Slade recomendava vivamente que os limites do acordo fossem traçados de novo para garantir que o maior número possível destes territórios caísse na zona controlada pelos britânicos. «É importante assegurar o controlo de todos os direitos petrolíferos nestas áreas para que nenhuma outra potência possa explorá-los em seu benefício.»[3] Os Negócios Estrangeiros observavam nervosamente, colecionando jornais europeus que falavam da exigência alemã «da liberdade marítima no Golfo Pérsico», o que indicava que, quanto mais cedo os britânicos garantissem a sua posição, melhor seria.[4]

No final de 1918, apenas algumas semanas após o fim da guerra, a Grã-Bretanha conseguiu obter o que queria: o primeiro-ministro, David Lloyd George, convenceu o primeiro-ministro francês Clemenceau a corrigir o acordo e a ceder o controlo sobre Mossul e a área circundante. Lloyd George foi bem-sucedido, em parte, ao jogar com o receio de que a Grã-Bretanha pudesse ser um obstáculo para que a França estabelecesse um protetorado na Síria, mas também dando a entender que o apoio britânico na

questão da Alsácia-Lorena nas negociações que começariam dentro em breve estava longe de ser certo. «O que é que querem?», Clemenceau perguntou secamente a Lloyd George em Londres. «Quero Mossul», respondeu o primeiro-ministro britânico. «Tê-la-ão. Mais alguma coisa?» «Sim», respondeu Lloyd George, «também quero Jerusalém.» A resposta foi a mesma: «Tê-la-ão.» Clemenceau foi «inteiramente honesto e nunca retirou as suas palavras», recordou um alto funcionário público que tinha a atenção de Lloyd George.^[5]

Os britânicos também tinham identificado a Palestina como um alvo, dada a sua localização que servia de proteção a qualquer ameaça ao Canal do Suez, que era uma das artérias mais vitais do império, controlado desde 1888. Assim, quando as tropas britânicas se deslocaram para Bagdade, avançaram sobre a Palestina vindas de sul e, improvavelmente, de oriente, com T. E. Lawrence a sair do deserto para tomar Aqaba, no verão de 1917. Alguns meses mais tarde, Jerusalém também caiu, apesar dos ferozes contra-ataques do Sétimo e Oitavo Exércitos Otomanos, liderados pelo general Erich von Falkenhayn, que servira como chefe do Estado-Maior do exército alemão no início da guerra. O general britânico Edmund Allenby entrou na cidade a pé, em sinal de respeito, e capturou a cidade, dando assim, nas palavras do primeiro-ministro britânico, «uma prenda de Natal ao povo britânico».^[6]

A Palestina era importante por outra razão. Havia cada vez maiores preocupações com os níveis crescentes da imigração de judeus na Grã-Bretanha, com os números daqueles que chegavam da Rússia a aumentar cinco vezes entre 1880 e 1920. Na viragem do século ^{xx}, discutira-se a possibilidade de oferecer terras na África Oriental para encorajar os migrantes judeus a instalarem-se lá, mas, durante a guerra, a atenção virou-se para a Palestina. Em 1917, uma carta do ministro dos Negócios Estrangeiros, Arthur Balfour, a lorde Rothschild chegou através de uma fuga de informação ao jornal *Times* onde se falava de «o governo de Sua Majestade [ver] com bons olhos o estabelecimento da Palestina como pátria do povo judeu».^[7] Conhecida como a Declaração de Balfour, a ideia de designar territórios para que os judeus se instalassem era o que Balfour,

mais tarde, descreveu à Câmara dos Lordes como sendo «uma solução parcial para o grande e exigente problema judeu».[8]

Ainda que a defesa de uma pátria para os judeus europeus tenha compreensivelmente atraído as atenções, a Grã-Bretanha tinha a Palestina em vista também por causa da sua posição em relação aos campos petrolíferos e como término de um oleoduto que estabelecesse a ligação com o Mediterrâneo. Isto pouparia uma viagem de 1600 quilómetros, como os planeadores notaram mais tarde, e daria à Grã-Bretanha «o controlo potencial da produção do que poderá bem revelar vir a ser um dos campos petrolíferos mais ricos do mundo».[9] Era assim imperativo que a Grã-Bretanha tivesse uma presença forte na Palestina, que controlasse Haifa e o seu porto profundo, que fazia desta a cidade ideal para carregar petróleo nos petroleiros britânicos, e que o oleoduto desembocasse neste porto – e não a norte, na Síria controlada pelos franceses.

Segundo o pensamento estratégico britânico na altura, Haifa revelaria ser o término perfeito para o petróleo vindo por oleoduto da Mesopotâmia. E assim veio a ser. Em 1940, mais de quatro milhões de toneladas de petróleo corriam pelo oleoduto que foi construído depois da guerra, o suficiente para abastecer toda a frota mediterrânea. Era, nas palavras da revista *Time*, a «artéria carótida do Império Britânico».[10] O maior império do mundo recebia transfusões maciças de sangue negro, bombeado diretamente do coração do mundo.

No início de 1918, já se pensava havia muito na forma do mundo do pós-guerra e no modo como os despojos da vitória seriam divididos. O problema era que havia uma diferença entre os acordos feitos entre altos políticos, diplomatas irritadiços e planeadores munidos com mapas e lápis nas capitais europeias e a realidade no terreno. Parecia muito bem planear uma divisão de territórios segundo a qual os interesses da Grã-Bretanha e de França seriam expandidos e protegidos, mas as coisas tornavam-se mais complicadas quando os aspetos práticos se intrometiam.

Por exemplo, no verão de 1918, o general britânico Lionel Dunsterville recebeu a ordem de avançar no noroeste da Pérsia para o Cáspio, ao passo

que outros altos oficiais foram enviados para monitorizar o Cáucaso, com o objetivo de assegurar que os turcos não tomariam o controlo dos campos petrolíferos do Azerbaijão, não capturariam a região a sul do Cáspio nem ganhariam controlo da ferrovia transcaspiana que levava à fronteira com o Afeganistão. Era um caso clássico de múltiplas solicitações, uma missão praticamente impossível – e que terminou em desastre. As forças turcas avançadas cercaram Baku, encurralando Dunsterville durante seis semanas, antes de permitirem que este batesse em retirada. Seguiram-se cenas terríficas de derramamento de sangue, quando os locais ajustaram contas depois da rendição da cidade.[\[11\]](#)

O pânico chegou aos oficiais no Gabinete da Índia, em Londres, que procuraram freneticamente autorização para enviar agentes à Ásia Central e verificar o que aí estava a acontecer no rescaldo da ressurgência turca e dos tumultos na Rússia, onde os motins e manifestações no distrito de Samarcanda, no vale de Fergana e em Tashkent desempenhavam o seu papel no desencadear da revolução em todo o império.[\[12\]](#) «Perdeu-se todo o controlo efetivo sobre a população nativa do Turquestão», escreveu o ministro de Estado ao vice-rei, lorde Chelmsford, no início de 1918, «devido ao colapso do governo central na Rússia e à completa quebra de disciplina do exército russo.»[\[13\]](#)

Em resposta a avisos quanto ao recrudescimento de sentimentos antibritânicos entre a população muçulmana da região, despacharam-se enviados para monitorizar a situação e supervisionar a divulgação de propaganda anglófila. Expediram-se oficiais até Kashgar e Meshed para tomar o pulso à situação, e houve discussões tortuosas sobre o eventual envio de forças armadas para o Afeganistão e Tashkent, ou sobre a aprovação de esquemas mais grandiosos, como o de encorajar o emir do Afeganistão a expandir-se para ocidente e a ocupar o vale de Murghab até Merv.[\[14\]](#) Surgiam novas ideias, novas identidades e novas aspirações na Ucrânia, no Cáucaso e na Ásia Central depois da Revolução Russa, com cada vez mais exigências de direito de expressão ou mesmo de autodeterminação.

Surgiram complicações quando aqueles que tomaram o poder na Rússia viram os seus sonhos de uma revolução internacional desfeitos na Europa e assim se centraram na Ásia. Trotsky, vibrando de entusiasmo como habitual, apropriou-se com gosto do tema de cultivar o projeto revolucionário no Oriente. «O caminho para a Índia pode muito bem ser mais fácil de percorrer nas presentes circunstâncias e, ainda por cima, mais rápido do que aquele que conduzirá à instituição de um soviete na Hungria», escreveu num memorando que circulou entre os seus pares em 1919. «A rota para Paris e Londres faz-se através das cidades do Afeganistão, do Punjab e de Bengala.»[15]

Delegados das «massas populares escravizadas da Pérsia, Arménia e Turquia», bem como da Mesopotâmia, Síria, Arábia e mais além, foram convocados para uma conferência em Baku, em 1920, onde um dos principais demagogos bolcheviques não se fez rogado nas suas palavras. «Somos agora confrontados com a tarefa de deflagrar uma verdadeira guerra santa» contra o Ocidente, disse aos seus ouvintes. Chegara a altura de «educar as massas do Oriente a odiar e a querer lutar contra os ricos». Isso significava lutar contra «russos, judeus, alemães, franceses» ricos e «organizar uma verdadeira guerra santa do povo, dirigida antes de mais ao imperialismo britânico».[16] Por outras palavras, chegara o momento de um confronto final entre Oriente e Ocidente.

A mensagem foi bem recebida. Além dos vivas dos delegados, houve quem decidisse agir – intelectuais, como Muhammad Barakatullāh, que escreveu sobre a fusão do «bolchevismo e das nações islâmicas», exortou ao avanço do socialismo na Ásia muçulmana. Foram instituídos jornais, universidades e escolas militares na Ásia Central para servir a população local e radicalizá-la ainda mais.[17]

Dando provas de um surpreendente grau de flexibilidade, os soviéticos estavam preparados para assumir compromissos com quem quer que pudesse ajudar a sua causa, por exemplo, a liderança bolchevique não teve peias em cortejar o soberano do Afeganistão, o rei Amanullah, depois de este ter tentado distanciar-se da influência britânica e lançado um ataque aos britânicos na Índia, a oeste do desfiladeiro Khyber. Ainda que o

confronto militar fosse um fiasco, o regime bolchevique rejubilou por ter encontrado um aliado a oriente e enviou uma oferta de ajuda, juntamente com garantias de que a libertação do Oriente do imperialismo era uma parte fundamental do programa revolucionário – garantias que, provavelmente, não eram reconfortantes para um monarca.

A audácia e o oportunismo russos provocaram gritos de alarme na Grã-Bretanha, com o jornal *Times* a dar conta da «ameaça bolchevique à Índia: o Afeganistão é o ponto de partida». As tropas britânicas foram deslocadas para o norte do Afeganistão, entre as quais um jovem cabo chamado Charles Kavanagh, cujo diário recentemente descoberto traça um quadro vivo do que viu – e encontra muitos ecos nas experiências mais recentes de soldados ocidentais na mesma região. As emboscadas e os ataques dos insurgentes eram um risco quotidiano, escreveu. Os homens afegãos não se coíbem de se vestirem como mulheres com indumentárias que ocultam os seus rostos bem como as suas armas. Deve-se evitar apertar a mão de um nativo que não se conheça, escreveu: «Eles segurarão nela com a mão esquerda e apunhalar-nos-ão com a direita.»[18]

No rescaldo da Grande Guerra, ofereciam-se diferentes visões do futuro. Por um lado, havia o impulso para a autodeterminação, defendido, pelo menos de início, pelos bolcheviques. «Organizem a vossa vida como entenderem e sem nenhuns obstáculos», declarou Lenine. «Têm esse direito. Saibam que os vossos direitos, como os direitos de todos os povos da Rússia, são protegidos pela revolução e pelas suas agências.»[19] Isto estendia-se a visões progressistas sobre a igualdade de género: as mulheres ganharam o direito de votar nas repúblicas soviéticas de Quirguistão, Turquemenistão, Ucrânia e Azerbaijão – antes de isso acontecer no Reino Unido. Os cartazes pendurados em Tashkent, em 1920, escritos em uzbeque, mostravam uma figura diante de quatro figuras veladas fantasmáticas exortando à emancipação das mulheres muçulmanas: «Mulheres! Participem nas eleições para o soviete!»[20]

Esta inicial atitude progressista pós-revolucionária contrastava fortemente com as atitudes imperialistas das potências ocidentais e a sua

vontade de preservar o controlo de territórios e recursos considerados vitais para os interesses nacionais. Ninguém era mais ativo ou agressivo do que os britânicos, que estavam sobretudo determinados em manter o controlo dos fornecimentos de petróleo. A Grã-Bretanha tinha a vantagem de ter tropas no terreno, permitindo que a paisagem ganhasse forma conforme as suas necessidades. No caso da Mesopotâmia, tal aconteceu forjando um novo país a que se deu o nome de Iraque. Era uma fusão de três antigas províncias otomanas profundamente diferentes na sua história, religião e geografia: Basra olhava a sul, para a Índia e o golfo; Bagdade estava ligada de perto à Pérsia; Mossul conectava-se naturalmente com a Turquia e a Síria.[21] A amálgama não satisfiz ninguém salvo Londres.

O país era, no melhor dos casos, uma construção precária. Os britânicos ajudaram a instalar o aliado Faisal – herdeiro do xarife de Meca – como soberano, em parte, como recompensa pela sua cooperação durante a guerra, em parte, por simpatia por ele ter sido expulso da Síria, onde originalmente lhe haviam prometido o trono, e, em parte, graças à ausência de outros candidatos óbvios. Julgou-se que o facto de ser um muçulmano sunita onde a população local era predominantemente xiita poderia ser apaziguado com a introdução de novos símbolos nacionais, como cerimónias de rendição da guarda, uma nova bandeira (desenhada por Gertrude Bell) e um tratado que reconhecia a «soberania nacional» iraquiana, mas obrigava o rei e o seu governo a receber ordens da Grã-Bretanha «em todas as questões importantes», incluindo relações externas e defesa. Anexos subsequentes davam à Grã-Bretanha o poder de nomear juizes e de impor conselheiros financeiros para administrar a economia do país.[22] Esta forma de governo imperial era mais barata, de um ponto de vista financeiro, do que a ocupação colonial total, numa altura em que a Grã-Bretanha enfrentava enormes dívidas nacionais contraídas durante a guerra – mas era mais barata também de um ponto de vista político. Mais de dois mil soldados britânicos haviam sido mortos em motins e tumultos na Mesopotâmia, em 1920.[23]

Fizeram-se esforços concertados para impor um controlo semelhante na Pérsia. Em 1919, assinou-se um acordo que instalaria conselheiros

britânicos para administrar tanto o Tesouro como as forças armadas, além de superintenderem os projetos de infraestruturas. Isto foi mal recebido na Pérsia e noutras partes. Com a Grã-Bretanha a deter uma participação maioritária na Companhia Petrolífera Anglo-Persa, os russos e os franceses já receavam que o controlo que a Grã-Bretanha exercia sobre a Pérsia fosse excessivo. Os subornos (ou «comissões») pagos para que o acordo fosse assinado, entretanto, provocaram gritos de protesto na Pérsia – também contra o próprio xá. «Deus condene a eterna vergonha / Aquele que traiu a terra dos sassânidas», escreveu um conhecido poeta na altura, citando o passado longínquo e glorioso da Pérsia; «Dizei ao zeloso Artaxerxes de longos braços / Que o inimigo anexou o teu reino a Inglaterra».[24] Estes críticos acabavam na prisão.[25]

O comissário dos Negócios Estrangeiros da recente União Soviética também reagiu furiosamente: a Grã-Bretanha «está a tentar apanhar num laço o povo persa e fazer dele um escravo». Era vergonhoso, disse numa declaração, que os governantes do país o «tivessem vendido aos salteadores ingleses».[26] A reação em Paris não diferiu muito. Não estando preparados para a guerra por petróleo, e tendo cedido Mossul aparentemente em troca de nada, os franceses haviam feito pressão para estabelecer os seus próprios conselheiros em Teerão para defender os seus interesses nacionais. Lorde Curzon ignorou rapidamente essas intenções, mal conseguindo disfarçar a sua indignação quando lhe perguntaram se sancionaria essas nomeações. A Pérsia, disse a Paul Cambon, o embaixador francês em Londres, «só foi salva da falência completa graças à ajuda da Grã-Bretanha». A França não se deveria imiscuir em assuntos que não lhe diziam respeito.[27]

A reação em França foi furiosa e amarga. Disponibilizaram-se fundos para colocar propaganda antibritânica na imprensa persa, ao passo que, em casa, saíam artigos cáusticos sobre o acordo anglo-persa – e sobre o xá. Esse anão de meio centímetro de altura, disse *Le Figaro* numa peça que foi muito citada em Teerão, «vendera o seu país por um cêntimo».[28] Os franceses tinham sido vitoriosos na guerra, mas foram enganados pelo seu aliado.

Na verdade, os britânicos ficaram perplexos com os pedidos de dinheiro do xá, tão constantes como o haviam sido antes da guerra. O mesmo problema ocorrera com o príncipe Farman-Farma, cujo desempenho como primeiro-ministro não se revelara tão bem-sucedido como os britânicos haviam esperado. Os relatórios em Londres falavam da sua «falta de inclinação para trabalhar honestamente» e da sua «rapacidade», o que tornava «cada vez mais impossível a sua permanência no cargo».[29] Era necessário encontrar uma figura mais fidedigna.

Quando chega o momento, chega o homem. Reza Khan era um «homem de estatura poderosa, imponente, ossos largos, com uma altura muito acima da média», relatou com aprovação, em 1922, *sir* Percy Loraine, o representante britânico em Teerão. Khan vai direto ao assunto, prosseguia o relato, «e não perde tempo a trocar os galhardetes delicadamente fraseados, mas perfeitamente fúteis de que os persas tanto gostam». Ainda que fosse claramente «ignorante e sem educação formal», Loraine estava impressionado: «ao falar com ele, tive mais a impressão de um cérebro desocupado do que de um cérebro vazio». Isto era música para os ouvidos dos Negócios Estrangeiros. «O juízo de P. Loraine sobre Reza Khan é decididamente encorajador», escreveu um oficial em Londres sobre o relatório. «Ainda que [não] esteja livre dos vícios dos seus compatriotas, parece ter o coração no lugar certo.» As suas origens raciais também foram recebidas positivamente: «que ele seja meio caucasiano [através da mãe] é um ponto a seu favor», dizia uma outra minuta. Em suma, Reza Khan era exatamente o tipo de homem com quem os britânicos achavam que podiam negociar.[30]

Parecia ser um «homem forte e destemido que prezava o bem do seu país», segundo *sir* Edmund Ironside, comandante de uma força britânica enviada para proteger o norte da Pérsia por entre as cada vez maiores preocupações quanto aos desígnios russos em torno do mar Cáspio. Saber que apoio os britânicos deram a Reza Khan e o papel que desempenharam em permitir que se tornasse o homem-forte por detrás do trono – e, mais tarde, em 1925, a ascender ele próprio a xá – tem sido motivo de acesos debates. Na altura, porém, muitos dos que seguiam os eventos de perto

tinham poucas dúvidas sobre a importância dos britânicos na criação de um novo rei.[31] O representante norte-americano em Teerão, John Caldwell, observou que Reza Khan era tão próximo dos britânicos que era «praticamente um espião».[32]

Não surpreendia que os norte-americanos estivessem a prestar atenção a esta parte do mundo. Um relatório que circulou na Secção de Planeamento das Forças Navais dos Estados Unidos na Europa, em 1918, falava da necessidade de os Estados Unidos se prepararem para a rivalidade comercial com a Grã-Bretanha. «Quatro grandes potências ascenderam no mundo para competir com a Grã-Bretanha por supremacia comercial», opinava o relatório. Espanha, Holanda, França e Alemanha tinham todas sido superadas pela Grã-Bretanha. Os Estados Unidos eram a «quinta potência comercial, a maior até à data [...]». Os precedentes históricos avisam-nos que observemos de perto» as ações da Grã-Bretanha.[33] A importância dos campos petrolíferos significava que era preciso prestar especial atenção a esta parte do mundo.

Isto era sobretudo verdade tendo em conta as crescentes preocupações norte-americanas com os seus fornecimentos de petróleo. Assim como a Grã-Bretanha se havia preocupado com a falta de recursos antes da guerra, havia, nos Estados Unidos, uma crescente ansiedade com a sua possível escassez imediatamente depois. Os níveis crescentes de consumo eram motivo de alarme, assim como as estimativas sobre as reservas de petróleo. Estas esgotar-se-iam dentro de nove anos e três meses, segundo o diretor do Levantamento Geográfico dos Estados Unidos. A falta «do fornecimento necessário interna e externamente» representava um grande problema, admitiu o presidente Wilson.[34]

Por esta razão, o Departamento de Estado encorajou a Standard Oil, uma das maiores produtoras norte-americanas, a averiguar a «possibilidade de estabelecer um acordo com o governo persa para desenvolver recursos petrolíferos no norte da Pérsia», na região não coberta pela concessão anglo-persa.[35] O interesse norte-americano fez rejubilar Teerão: a Grã-Bretanha e a Rússia já interferiam com a Pérsia havia demasiado tempo,

diziam as peças da imprensa local, comprometendo constantemente a independência do país. Os Estados Unidos, o novo império emergente, era o perfeito cavaleiro branco. «Se os norte-americanos, com a sua crescente riqueza, estabelecerem relações económicas com o nosso país», declarava esperançosamente um artigo num jornal persa, «estamos certos de que os nossos recursos não permanecerão estéreis e já não seremos tão afligidos pela pobreza.»^[36] Estas grandes expectativas eram partilhadas em todo o país: os telegramas afluíam à capital dando as boas-vindas à perspectiva do investimento norte-americano. A missão dos Estados Unidos em Teerão observou, perplexa, que os telegramas eram assinados pelos «mais importantes mulás, figuras notáveis, alguns oficiais do governo e mercadores».^[37]

Os britânicos reagiram furiosamente, dizendo ao Departamento de Estado, sem margem para dúvidas, que o interesse norte-americano no petróleo persa não só não era bem-vindo como era ilegal. Ainda que a região em questão não tivesse sido concedida à Companhia Anglo-Persa, os britânicos declaravam que fora submetida a um acordo separado anteriormente estabelecido entre a Pérsia e a Rússia, que não fora corretamente denunciado. Assim sendo, os direitos de exploração não podiam ser vendidos aos norte-americanos – nem a mais ninguém. Eram palavras ambíguas e, em última instância, infrutíferas, pois os persas avançaram de qualquer modo e concederam à Standard Oil uma concessão de cinquenta anos.^[38]

Não pela primeira vez, a experiência norte-americana revelou ser uma falsa promessa. Esperara-se, na Pérsia, que o envolvimento e investimento norte-americanos oferecessem uma alternativa real à influência britânica na região. No entanto, o pragmatismo ditava que qualquer operador precisava de estabelecer um acordo com a Companhia Anglo-Persa para aceder à infraestrutura dos oleodutos. Mais, quando as discussões começaram, a esperança dos persas cedeu lugar à desilusão. Os norte-americanos eram «mais britânicos do que os britânicos», notou o representante persa em Washington – o que não era um elogio. Afinal, vociferava um editorial num jornal de Teerão, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha são a mesma coisa:

ambos «idolatravam o ouro e estrangulam os pobres», obcecados com a prossecução dos seus próprios interesses e «tentando dividir [a] joia preciosa» dos recursos petrolíferos nacionais e tirá-la «das mãos dos políticos infantis da Pérsia».[39]

A história tinha ecos familiares da descoberta das Américas, quatrocentos anos antes. Ainda que as populações locais não fossem dizimadas como aquelas encontradas pelos espanhóis, o processo era, na prática, o mesmo: a expropriação dos tesouros pelas nações ocidentais significava que as riquezas passavam de um continente para outro com benefícios mínimos para os habitantes dessas terras. Havia outros paralelismos com o que acontecera depois da travessia do Atlântico por Cristóvão Colombo. Assim como Espanha e Portugal haviam dividido o mundo entre si com o Tratado de Tordesilhas de 1494, e de Saragoça três décadas depois, também as potências ocidentais dividiam, agora, os recursos do mundo entre o Mediterrâneo e a Ásia Central.

Os territórios assinalados em mapas a lápis de cor formavam a base de um acordo entre os britânicos e os franceses, conhecido como o «Acordo da Linha Vermelha», que dividia os recursos petrolíferos entre a Companhia Anglo-Persa, por um lado, e a Companhia Petrolífera Turca (de que a Companhia Anglo-Persa – e assim o governo britânico – era uma acionista maioritária), por outro, com um acordo formal para não concorrer nos territórios uma da outra. Isto era importante para França, que tinha em vista assegurar uma posição forte no Levante por causa da longa história de laços comerciais e substanciais investimentos comerciais franceses que remontavam a várias décadas. À semelhança das potências ibéricas, França e Grã-Bretanha partilharam o controlo de bens valiosos como despojos reclamados como próprios. Parecia uma nova era imperialista.

O problema era que esta nova época imperialista foi quase imediatamente perturbada pela consciência traumática de que o mundo estava a mudar – e a mudar depressa. Parecia muito bem elaborar planos e tentar asseverar o controlo britânico sobre o petróleo e as redes de oleodutos, mas isto tinha um preço. Com a dívida nacional britânica a crescer exponencialmente,

decorreram discussões dolorosas e difíceis sobre o custo de manter tropas em números necessários para gerir um império eficazmente. O custo avassalador, escreveu lorde Curzon, «já não pode ser sustentado». Foi uma conclusão que Winston Churchill, então secretário colonial, prontamente aceitou, reconhecendo que «tudo o que acontece no Médio Oriente é secundário em comparação com a redução da despesa».[40]

Esta disparidade entre ambição e capacidade era uma receita para o desastre – um dilema que a obstinação de altos diplomatas tornou mais agudo. O ministro britânico em Teerão, por exemplo, olhava com desprezo os persas, que descrevia como «malcheirosos» e «animais instáveis». Em Bagdade, entretanto, os representantes de Londres demoliram casas para «ampliar os jardins da embaixada britânica» – algo que um observador notou ironicamente «sem dúvida melhorava uma residência já de si bonita», mas que «esteve longe de granjear popularidade universal junto dos iraquianos».[41] Havia em tudo isto uma sobranceira arrogante, a ideia de que o presente e futuro destes países estavam indubitavelmente nas mãos dos britânicos. Os governos eram prendas dos responsáveis políticos em Londres, que se preocupavam pouco com as populações locais e, em vez disso, se concentravam nas prioridades estratégicas e económicas da Grã-Bretanha. Só na década de 1920 os britânicos foram responsáveis ou desempenharam um papel em instalar ou depor governantes no Iraque, na Pérsia e no Afeganistão, e também se envolveram na questão do título usado pelo rei do Egito depois da independência, em 1922.[42]

Inevitavelmente, isto criou problemas que, com o tempo, se tornaram venenosos. Gertrude Bell tivera razão ao prever, em 1919, que se estava a fazer uma «terrível confusão» no Próximo Oriente, e que o cenário era como «um pesadelo em que prevemos todas as coisas horríveis que vão acontecer e não podemos estender a mão para as evitar».[43] A Grã-Bretanha jogava um jogo perigoso ao escolher quem apoiar e quando – e onde – intervir.

Promessas não cumpridas e povos descontentes pululavam na região do Levante para oriente. Os compromissos de apoiar, ajudar e proteger os interesses das populações locais cediam lugar à promoção e proteção dos

interesses comerciais e estratégicos da Grã-Bretanha – mesmo que isso significasse dividir territórios com fronteiras novas e artificiais ou abandonar comunidades como os assírios cristãos do Iraque, que se descobriram numa posição extremamente vulnerável após a divisão do Médio Oriente no final da Primeira Guerra Mundial.[\[44\]](#)

Os resultados mais abrangentes no Iraque foram um desastre. Surgiu um novo feudalismo à medida que os magnatas locais recebiam grandes parcelas de terras anteriormente otomanas em troca do seu apoio ao mandato britânico – impedindo a mobilidade social, aumentando a desigualdade e a insatisfação, enquanto as comunidades rurais perdiam os seus direitos à terra e os seus meios de subsistência. Na província de Kut, no Iraque Oriental, duas famílias conseguiram, no curso de três décadas, adquirir mais de meio milhão de acres.[\[45\]](#) O cenário era muito parecido na Pérsia, onde a riqueza gerada pelas receitas petrolíferas estava concentrada nas mãos do xá e da sua corte. Neste sentido, foi precisamente o facto de se saber que o governo britânico era o acionista maioritário da Companhia Anglo-Persa – que, na década de 1920, era responsável por cerca de metade das receitas do país – que instigou sentimentos antibritânicos cada vez mais determinados e uma onda nacionalista.

Este era também um sinal dos tempos, já que as reações contra o colonialismo ganhavam um ímpeto quase imparável em todo o império. Em 1929, na Índia, a sessão de Lahore do Congresso Nacional Indiano emitiu uma «Declaração de Independência» (*Purna Swaraj*). «O governo britânico na Índia não só privou o povo indiano da sua liberdade, mas também se baseou na exploração das massas», podia ler-se. A Índia viu-se arruinada e «tem, de ora em diante, de cortar a ligação com a Grã-Bretanha e lograr [...] a independência total». Chegara o tempo da desobediência civil.[\[46\]](#)

Era praticamente inevitável que esta combinação de desencanto, revolta e perda de poder se manifestasse noutras partes. Mas a frustração crescente no Médio Oriente também resultava, em parte, da consciência de que os benefícios prometidos pelas descobertas de petróleo eram muito esquivos. As corporações petrolíferas ocidentais que controlavam as concessões eram hábeis e muito criativas quando se tratava de pagar direitos. Como acontece

no mundo contemporâneo, criou-se uma rede de companhias subsidiárias com o objetivo de recorrer a empréstimos entre companhias para gerar perdas que podiam ser usadas para reduzir ou mesmo eliminar os aparentes lucros comerciais das companhias operadoras – e, assim, manipular em baixa os *royalties* devidos segundo o acordo de concessão. Era uma lição a reter. Nos jornais, circulavam peças furiosas que falavam dos «estrangeiros [que podem] exaurir os recursos petrolíferos do país e reduzir deliberadamente as receitas da Pérsia, concedendo isenções ilegais e desnecessárias das taxas alfandegárias». Pelo menos, as coisas não eram tão más na Pérsia como eram no vizinho Iraque, uma colónia em tudo menos no nome.[\[47\]](#)

Para tentar apaziguar a onda de protestos locais, os diretores da Companhia Anglo-Persa lançaram uma ofensiva de charme: prometeram vários novos benefícios, de oportunidades educativas a melhorias do sistema ferroviário a considerar tornar mais generoso o pagamento de direitos. Era simplesmente errado, queixavam-se figuras de vulto na Pérsia, que o governo persa não tivesse uma participação no negócio. «Os persas», registou um observador, «sentiam que se tinha desenvolvido uma indústria no seu solo na qual não tinham nenhuma participação»; insistiam que não se tratava de uma questão de dinheiro, pois «nenhuma recompensa financeira podia pôr cobro a este sentimento» de alienação.[\[48\]](#) O presidente da Companhia Anglo-Persa, o polido *sir* John Cadman, exortou à calma, sugerindo ao seu congénere na mesa das negociações que não era do interesse de ninguém que a imprensa criasse a «impressão errónea e dolorosa» de que o negócio não se mostrava justo e equitativo.[\[49\]](#) Isso estava muito bem, ouviu; mas era do interesse de todos que houvesse uma parceria. Tal como estavam as coisas, era praticamente uma exploração declarada.[\[50\]](#)

As discussões prolongadas para saber se e como se renegociaria a concessão de Knox D'Arcy não deram em nada. Por fim, os persas fartaram-se. Ainda antes de 1929, a descoberta de petróleo no México e na Venezuela (os trabalhos nesta última haviam sido conduzidos por George Reynolds, que descobrira o importantíssimo poço em Masjed Soleymān)

levou a uma grande correção em baixa dos preços do petróleo. Depois do *crash* de Wall Street, que conduziu a uma dramática queda da procura, os persas tomaram as rédeas do assunto. Por fim, em 1932, após um acentuado declínio no pagamento de direitos e uma continuada chicana financeira, que levou a que os números detalhados fossem deliberadamente omitidos a Teerão, o xá declarou que a concessão de Knox D'Arcy estava cancelada com efeitos imediatos.

Era uma desgraça, queixavam-se os diplomatas britânicos. «Se não nos manifestarmos logo no início», aconselhou um alto oficial, «teremos muitos mais problemas com os persas mais tarde.»[\[51\]](#) A declaração era uma ofensa «flagrante», disse outro.[\[52\]](#) Aos olhos dos britânicos, o contrato acordado três décadas antes deveria permanecer válido à revelia das circunstâncias. Era verdade que se haviam tomado riscos financeiros consideráveis para iniciar o negócio petrolífero e que fora necessária uma grande fortuna para criar uma infraestrutura que permitisse a exploração dos recursos. Não obstante, as riquezas descobertas em consequência eram imensas. Os protestos para que estas fossem partilhadas mais equitativamente foram simplesmente ignorados; à semelhança dos grandes escândalos financeiros do início do século xxi, a Companhia Anglo-Persa e os interesses por detrás desta eram demasiado grandes para poderem falhar.

Neste caso, no entanto, o processo de estabilizar e emendar a situação foi rápido – em grande medida porque a Pérsia tinha a poderosa ferramenta negocial de poder perturbar, coibir e evitar a produção para forçar uma renegociação. Na primavera de 1933, estabeleceu-se um novo acordo. A delegação persa encontrou-se com executivos do ramo petrolífero no hotel Beau Rivage, em Genebra, e explicou que conhecia os termos de um acordo recente sobre petróleo no Iraque e exigiu que pelo menos os mesmos termos fossem oferecidos. A proposta inicial – que incluía que a Companhia Anglo-Persa cedesse 25 por cento das ações, um rendimento anual garantido, partilha dos lucros e representação na administração – foi recusada por *sir* John Cadman, que a considerou vergonhosa e inviável.[\[53\]](#)

Ainda que as discussões que se seguiram fossem perfeitamente cordiais, depressa se tornou claro que os esforços para evitar uma grande

renegociação iriam falhar. Em abril de 1933, estabeleceu-se um novo acordo. Dar-se-ia mais atenção à participação persa no negócio petrolífero – isto é, contratando e treinando mais elementos locais para se envolverem no negócio a todos os níveis, da direção às posições mais subordinadas. A região coberta pela concessão foi dramaticamente reduzida para um quarto da sua dimensão original, ainda que fosse a parcela mais rica; acordou-se uma percentagem fixa de direitos que removia a cortina de fumo das flutuações monetárias e do preço do petróleo; garantia-se um pagamento anual mínimo, a despeito dos níveis de produção ou dos preços de mercado atingidos; o governo persa também partilharia os benefícios mais latos da Companhia Anglo-Persa, recebendo uma parte dos lucros que a companhia fazia nas suas outras jurisdições. Cadman não comentou quando os negociadores persas lhe disseram que deveria ver o novo acordo como um «triunfo pessoal para [o próprio] e os seus colegas». As suas notas traem a reação que teve: «Senti que nos tiravam o chão de baixo dos pés.»^[54]

Os persas, e outros que observavam o processo, chegaram a uma conclusão diferente. A lição a tirar era a de que a posição negocial do Ocidente, apesar de todas as bravatas, era fraca. Quem tinha os recursos podia, em última instância, forçar aqueles que detinham a concessão e obrigá-los a sentar-se à mesa das negociações. O Ocidente podia queixar-se amargamente, mas, a verdade, era que a propriedade influenciava nove décimos da lei.

Este tornou-se um dos principais temas da segunda metade do século xx. Surgiam novas ligações que pontuavam toda a Ásia. Tecia-se uma rede não de cidades e oásis, mas de oleodutos que ligavam os poços petrolíferos ao Golfo Pérsico e, na década de 1930, ao Mediterrâneo. Os recursos e a riqueza eram bombeados por esta via para portos como Haifa e Ābādān – um local que viria a albergar aquela que, durante mais de cinquenta anos, foi a maior refinaria do mundo.

O controlo desta rede significava tudo, como os britânicos reconheceram ainda antes da Primeira Guerra Mundial. Para os otimistas, as coisas pareciam risonhas. Afinal, apesar da renegociação das concessões em 1933, haviam-se estabelecido fortes laços com esta parte do mundo e havia ainda

muito a ganhar cooperando com aqueles cujos recursos eram de tão grande importância; e a Grã-Bretanha, sem dúvida, estava em melhor posição do que todos os outros países.

A realidade, porém, era que a maré já havia virado. O poder e influência do Ocidente estavam em declínio – e parecia certo que continuariam a diminuir. Havia um preço a pagar por interferir constantemente em assuntos locais; havia um preço a pagar pela remodelação dos jardins da embaixada; e havia um preço a pagar por nunca se fazer jogo limpo. Esse preço era a reserva, a apreensão e a desconfiança.

Estas duas perspectivas muito diferentes foram perfeitamente capturadas num jantar em Bagdade, em 1920, precisamente quando a forma do Próximo e do Médio Oriente começava a tornar-se clara. Uma das presentes era a dinâmica e extremamente inteligente Gertrude Bell, que fora recrutada no início da Primeira Guerra Mundial para trabalhar nos serviços de informação britânicos e que era uma astuta observadora da política árabe. Fique descansado, disse a Ja'far al'-Askarī (que depressa seria nomeado primeiro-ministro do novo país que era o Iraque), que «a independência completa é o que nós [os britânicos] em última instância desejamos dar». «Minha senhora», respondeu Askarī, «a independência completa nunca é dada – é sempre conquistada.»^[55] O desafio para países como o Iraque e a Pérsia era o de se livrarem de interferências exteriores e poderem decidir os seus próprios futuros. O desafio para a Grã-Bretanha era o de evitar que isso acontecesse. Era um conflito à espera de acontecer. Antes disso, porém, havia outro desastre prestes a ocorrer, de novo motivado pelo controlo dos recursos. Desta vez, no coração da catástrofe iminente, estava não o petróleo, mas o trigo.

Rota do trigo

A revista britânica *Homes & Gardens* havia muito que se orgulhava de estar na vanguarda do *design* de interiores. «Combinar belíssimas reportagens com extraordinárias casas e jardins da vida real, conselhos de especialistas e informações práticas», declara a revista numa campanha recente de *marketing*, «é a origem primeira da inspiração para a decoração.» O seu número de novembro de 1938 elogiava incansavelmente uma casa de montanha rica em chique alpino. «O esquema de cores neste chalé luminoso e arejado é o verde-claro do jade», escrevia o correspondente, entusiasmado com a paixão por flores frescas do proprietário – que, por acaso, era também o «responsável pela decoração, *design* e mobília, bem como pela arquitetura» da propriedade. As suas aguarelas estavam penduradas nos quartos das visitas, a par de gravuras antigas. O proprietário, um «contador de histórias cheio de bonomia», gostava de se rodear de «estrangeiros brilhantes, sobretudo pintores, músicos e cantores», e, muitas vezes, levava «talentos locais» a tocar peças de Mozart ou Brahms como entretenimento pós-prandial. O autor do artigo ficou muito impressionado com Adolf Hitler.^[1]

Nove meses mais tarde, a 21 de agosto de 1939, um telefonema havia muito esperado foi recebido pela central telefónica, que, segundo a *Homes & Gardens*, ficava ao lado do moderno escritório do *Führer* e permitia-lhe estar em contacto com «os seus amigos ou ministros». Durante o jantar, fora passada uma mensagem a Hitler. Segundo a descrição de um

presente, «Hitler percorreu-a com o olhar, fitou o espaço por um momento, corou violentamente e, depois, bateu na mesa com tanta força que os copos tilintaram». Voltou-se para os seus convidados e disse agitado: «Tenho-os na mão! Tenho-os na mão!»[2] Sentou-se para comer, deparando-se, sem dúvida, com o costureiro «conjunto imponente de pratos vegetarianos, saborosos e ricos, tão agradáveis ao olho como ao palato», que o jornalista da *Homes & Gardens* admirara um ano antes e que eram preparados pelo *chef* pessoal de Hitler, Arthur Kannenberg – que, amiúde, saía da cozinha ao final do dia para tocar o seu acordeão.[3]

Depois do jantar, Hitler reuniu os seus convidados e disse-lhes que o papel que segurava continha o texto de uma resposta de Moscovo de que estivera à espera. Estaline, o incontestado senhor da União Soviética, concordara assinar um tratado de não agressão com a Alemanha. «Espero», rezava o telétipo, «que [isto] traga uma viragem decisiva para melhorar as relações entre os nossos países.»[4] Duas noites mais tarde, depois de anunciada a notícia, Hitler e a sua *entourage* estavam no terraço e observavam o vale mais abaixo. «O ato final d'O *Crepúsculo dos Deuses* não podia ter uma encenação melhor», notou o líder nazi Albert Speer.[5]

Ironicamente, o extraordinário acordo fora instigado pela política externa britânica e francesa. Ambos os países haviam tentado desesperadamente encontrar forma de conter o chanceler alemão depois de se terem alarmado com o seu jogo de *poker* político na década de 1930 – com pouco êxito. Tão pouco, na verdade, que Mussolini confidenciou ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, conde Ciano, que os políticos e diplomatas britânicos não eram feitos da mesma fibra que «os Francis Drake» e os outros «magníficos aventureiros que criaram o império»; na verdade, são «os filhos cansados de uma longa linhagem de homens ricos, e perderão o seu império».[6]

Após a ocupação alemã da Checoslováquia, assumiu-se uma atitude mais dura. Na tarde de 31 de março de 1939, o primeiro-ministro Neville Chamberlain levantou-se na Câmara dos Comuns. «Na eventualidade de qualquer ação que claramente ameace a independência polaca», disse solenemente, «o governo de Sua Majestade ver-se-ia obrigado a dar de

imediatamente todo o apoio que pudesse ao governo polaco. Isso mesmo foi transmitido ao governo polaco. Posso acrescentar que o governo francês me autorizou a tornar claro que assumirá a mesma posição do governo de Sua Majestade sobre este assunto.»[7]

Em vez de garantir a segurança da Polónia, isto selou o seu destino. Ainda que o primeiro-ministro dissesse à Câmara dos Comuns que o ministro dos Negócios Estrangeiros se encontrara com o embaixador soviético, Ivan Maiskii, na mesma manhã, numa tentativa de apaziguar a situação, as garantias oferecidas à Polónia desencadearam uma cadeia de acontecimentos que levava diretamente aos campos de trigo da Ucrânia e do sul da Rússia. A luta significaria a morte de milhões de pessoas.[8]

O objetivo fora o de prender a Alemanha num impasse, usando a ameaça da guerra para deter qualquer jogada contra o seu vizinho oriental. Na verdade, como Hitler depressa percebeu, fora-lhe dado um trunfo – mas um trunfo que exigia enorme audácia para ser jogado: aqui estava a oportunidade de estabelecer um acordo com a União Soviética comunista. Ainda que a União Soviética fosse uma acerba rival da Alemanha nazi em muitos aspetos, de repente, encontrava-se terreno comum onde a interferência da Grã-Bretanha e de outros havia providenciado uma abertura. Estaline também percebeu a jogada. Também ele recebera uma oportunidade – que, de novo, exigia enorme audácia para ser aproveitada: estabelecer um acordo com Hitler.

A ideia de uma aliança entre os dois Estados parecia exorbitar do domínio da plausibilidade ou da realidade. Desde que Hitler chegara ao poder em 1933, as relações entre a Alemanha e a União Soviética haviam-se deteriorado agudamente, com campanhas mediáticas cáusticas nos dois países descrevendo o outro como demoníaco, implacável e perigoso. O comércio praticamente entrara em colapso: ao passo que 50 por cento de todas as importações da União Soviética vinham da Alemanha em 1932, seis anos mais tarde, o número caíra abaixo de 5 por cento.[9] Mas, com as garantias estendidas à Polónia, os dois países tinham finalmente algo em comum: o desejo de destruir o Estado que estava entalado entre ambos.[10]

Na primavera de 1939, seguiu-se um torvelinho de atividade diplomática. O *chargé d'affaires* soviético em Berlim e o principal especialista alemão sobre a Europa de Leste encontraram-se para melhorar as relações e procurar áreas de possível cooperação, incluindo o reatar do comércio. Estas conversas aceleraram rapidamente e foram prosseguidas em Moscovo nas discussões entre o embaixador alemão e Vyacheslav Molotov, o novo comissário de Negócios Estrangeiros, cujo predecessor, Maxim Litvinov, fora demitido por causa da sua ascendência judaica – um obstáculo quando se lidava com o regime antissemita alemão. Litvinov, «o eminente judeu», escreveu Winston Churchill, «o alvo do antagonismo alemão, foi posto de lado como uma ferramenta partida [...], atirado do palco mundial para a obscuridade, para as esmolas e para a supervisão policial».[11]

No verão, a situação já avançara ao ponto de Joachim von Ribbentrop, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, poder enviar mensagens a Moscovo explicando que, precisamente por o nacional-socialismo e o comunismo serem muito diferentes, não havia «razão para existir uma inimizade entre os nossos dois países». Se havia vontade de discutir as questões, sugeria, então uma maior reaproximação seria possível. O cerne da questão era a Polónia: poder-se-ia estabelecer um acordo segundo o qual a Polónia fosse desmembrada e dividida entre ambos?[12]

Estaline encarregou-se da questão pessoalmente. A Polónia fora uma *bête noire* desde a Revolução. Desde logo, os acordos de paz em Versalhes haviam atribuído aos polacos uma parcela de terras que eram russas antes de 1914; depois, a Polónia assumira uma ação militar que ameaçara o êxito da tomada de poder bolchevique nos anos que se seguiram a 1917. O medo de espões polacos fora um traço regular e comum das purgas soviéticas dos anos de 1930, que assistiram à prisão de milhões e à execução de muitas centenas de milhares. Dois anos depois de negociar com a Alemanha, Estaline assinara pessoalmente ordens que exigiam a «liquidação da rede de espões da Organização Militar Polaca», que levou a que dezenas de milhares fossem presos, dos quais mais de quatro quintos foram mortos.[13] A sua reação à pergunta alemã sobre cooperação, nomeadamente quanto à Polónia, foi positiva e encorajadora.

E teve consequências imediatas. Dois dias após a resposta de Estaline, dois aviões *Focke-Wulf Condor* aterraram em Moscovo e foram recebidos por uma guarda de honra soviética e duas bandeiras a adejar ao vento. Uma mostrava a imagem da foice e do martelo, as ferramentas do proletariado urbano e do campesinato, símbolo inconfundível do comunismo; a outra era a bandeira do Terceiro *Reich*, desenhada pelo próprio Hitler – como explicou em *Mein Kampf*: «A vermelho, vemos a ideia socialista do movimento [nacional-socialista], a branco, a ideia nacionalista, e, na suástica, vemos a missão de lutar pelo triunfo do homem ariano.»[14] Numa das mais extraordinárias e inesperadas imagens do século ^{xx}, as bandeiras que representavam o comunismo e o fascismo adejavam lado a lado quando os alemães desembarcaram dos aviões. A delegação era chefiada por Ribbentrop, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, que um professor descrevera como sendo «o mais estúpido da turma, cheio de vaidade e muito rufia» e que, agora, tinha a incumbência de mediar um acordo entre rivais acerbos.[15]

Depois de ser conduzido até ao Kremlin para se encontrar com Estaline e Molotov, Ribbentrop expressou a sua esperança de que se estabelecessem boas relações. «A Alemanha não pede nada da Rússia – só paz e comércio», disse. Estaline deu uma resposta tipicamente direta. «Ao longo de muitos anos, temos despejado baldes de merda sobre a cabeça uns dos outros, e os nossos rapazes da propaganda tinham muito que fazer. Agora, de repente, vamos fazer com que os nossos povos acreditem que tudo foi esquecido e perdoado? As coisas não funcionam assim tão depressa.»[16]

Na verdade, funcionaram. Em poucas horas, chegara-se ao esboço de um acordo e redigira-se um texto a ser tornado público conjuntamente, com um anexo secreto que delineava esferas de influência no Báltico e na Polónia e, na prática, conferindo a cada parte *carte blanche* para avançar e fazer o que quisesse até à linha definida. Satisfeito, Estaline pediu vodka nas primeiras horas da manhã para fazer um brinde. «Sei como o *Volk* alemão gosta do seu *Führer*», disse, usando a palavra alemã. «Gostaria de beber à sua saúde.» Seguiram-se outros brindes, e Molotov mal conseguia disfarçar a

sua alegria. «Foi o nosso grande camarada Estaline que começou esta melhoria das relações políticas», disse, radiante. «Bebo à sua saúde.»[17]

A euforia de Estaline prosseguiu na sua dacha, na periferia de Moscovo, no dia seguinte, onde se encontrou com altos membros do Politburo numa caça ao pato. Claro que é tudo um jogo de *bluff*, disse, «um jogo para ver quem engana quem. Sei o que Hitler quer. Ele acha que foi mais esperto do que eu, mas, na verdade, fui eu que o enganei.»[18] Hitler, é claro, pensava exatamente do mesmo modo. Quando lhe foi passada uma nota, perto da meia-noite, no seu idílio alpino, dizendo que o acordo final fora assinado, a sua reação – como a de Estaline – foi a de um jogador convencido da sua maré de sorte: «ganhámos», declarou triunfantemente.[19]

O líder soviético chegou a um acordo com a Alemanha para ganhar tempo. Estaline não tinha ilusões sobre Hitler ou sobre a ameaça a longo prazo que este representava. Com efeito, no 17.º Congresso do Partido Comunista, em 1934, foram lidas partes de *Mein Kampf* para ilustrar os perigos que a Alemanha e o seu chanceler representavam. O próprio Estaline lera a obra infame de Hitler e sublinhara passagens que proferiam a necessidade de a Alemanha expandir os seus territórios para oriente.[20] A União Soviética, contudo, precisava de recuperar após um período de tumultos crónicos. Uma fome catastrófica, resultado de uma política obtusa e sanguinária, levava à morte de milhões por fome e doença no início da década de 1930. O sofrimento era terrível e numa escala colossal. Um rapaz que, na altura, tinha 8 anos recordou posteriormente que uma rapariga da sua turma, em Khar'kov, que pousara a cabeça na carteira e fechara os olhos durante a lição, aparentemente adormecida, na verdade, morrera de fome. Enterrá-la-iam «assim como enterraram pessoas ontem e anteontem e todos os dias».[21]

Nos anos que se seguiram, a sociedade soviética devorou-se a si mesma. Uma longa carreira no Partido Comunista não oferecia proteção, já que Estaline se acercava dos seus rivais mais próximos e antigos colegas. Numa espetacular série de julgamentos encenados ocorridos em Moscovo, homens que tinham grande reputação, não apenas na União Soviética, mas internacionalmente, foram sensacionalmente acusados de serem

contrarrevolucionários, julgados e condenados à morte. Homens como Grigorii Zinoviev, Lev Kamenev, Nikolai Bukharin e Karl Radek, heróis da Revolução de 1917, estavam entre os muitos que foram condenados à morte, denunciados em linguagem venenosa como cães fascistas, terroristas, degenerados e vermes pelo procurador-chefe Andrei Vyshinskii. Numa caricatura da história intelectual e cultural, Vyshinskii foi, depois, homenageado pelos seus ataques virulentos quando batizaram o Instituto do Governo e da Lei da Academia Soviética das Ciências com o seu nome.[\[22\]](#)

As atenções voltaram-se então para o exército. O alto-comando não foi tão dizimado, mas aniquilado por uma lógica perversa e implacável: evidentemente que, se os jovens oficiais eram culpados de traição, então, os seus superiores eram culpados ou de cumplicidade ou de negligência. Assim, uma confissão, extorquida de um homem vergado, servia para desencadear uma série de prisões. O objetivo, como um oficial da polícia secreta mais tarde testemunhou, era o de provar a existência de uma «conspiração militar no seio do Exército Vermelho que implicasse tantos participantes quantos possível».[\[23\]](#)

Dos 101 membros da liderança militar suprema, todos, salvo dez, foram presos; dos 91 detidos, todos, salvo nove, foram mortos. Entre estes contavam-se três dos cinco marechais da União Soviética e dois dos seus almirantes, bem como todo o pessoal superior da força aérea, todos os chefes de todos os distritos militares e quase todos os comandantes de divisões. O Exército Vermelho ficou prostrado.[\[24\]](#) Dadas as circunstâncias, Estaline precisava de margem de manobra para encetar a reconstrução. A aproximação alemã foi uma bênção.

Hitler, por sua vez, tinha a fasquia alta. Estava desesperado por obter acesso a recursos essenciais para que a Alemanha construísse uma posição de força e poder a longo prazo. O problema era que a Alemanha estava mal localizada geograficamente para conseguir aceder ao Atlântico e fazer comércio com as Américas, África e Ásia; Hitler concentrou-se assim a leste. Por detrás da sua decisão de se reconciliar com a União Soviética estava a ideia de que, deste modo, lograria acesso à sua própria Rota da Seda.

Assim, após a assinatura do pacto, Hitler convocou os seus generais para o seu chalé alpino para que pudesse transmitir-lhes o que fora acordado e quais eram os seus planos. Inclinando-se sobre o piano de cauda, falou espaçadamente sobre si próprio. O povo alemão tinha a sorte de o ter, declarou, um homem em quem confiava plenamente. Mas, agora, prosseguiu, era altura de aproveitar a ocasião. «Não temos nada a perder», disse aos seus oficiais superiores; a Alemanha só pode sobreviver poucos anos nas presentes condições económicas; «não temos outra escolha», disse aos generais.[25]

Uma aliança com a União Soviética não só permitiria recuperar as terras tiradas pelo Tratado de Versalhes, como garantiria o futuro da Alemanha. Tudo dependia do êxito da Alemanha – e era essencial recordar isso em todas as alturas. «Fechem o vosso coração à piedade», disse. «Ajam brutalmente. Oitenta milhões de pessoas têm de obter o que é seu por direito. A sua existência tem de ser assegurada.»[26] Falava da invasão da Polónia, mas também dos novos tempos que resultariam da aproximação à União Soviética. Para Hitler, estabelecer um acordo com Estaline oferecia mais do que a hipótese de fazer subir a fasquia no seu jogo de provocação política; oferecia a perspectiva de obter recursos. Ainda que tivesse muitas vezes falado de *Lebensraum*, ou espaço vital, para o povo alemão desde que se tornara proeminente, o que estava em jogo, disse aos seus generais, eram prémios concretos: cereais, gado, carvão, chumbo e zinco. A Alemanha seria livre por fim.[27]

Nem todos o que o escutavam ficaram convencidos. Hitler dizia que a guerra levaria seis semanas; levaria antes seis anos, sussurrou o general Von Reichenau.[28] O general Liebmann também não estava impressionado. O discurso, disse, era fanfarrão, cheio de vanglória e «francamente repulsivo». Hitler era um homem que perdera todo o sentido da responsabilidade. No entanto – como nota a principal autoridade contemporânea sobre a Alemanha nazi –, ninguém o confrontou.[29]

Hitler estava convencido de ter encontrado uma forma de proteger o futuro da Alemanha. Uma área particularmente enfraquecida era a

desadequada agricultura doméstica. Como sugere a investigação mais recente, este setor sofrera durante a década de 1930, quando a máquina de guerra alemã começou a ser preparada, consumindo recursos, tempo e dinheiro. Com efeito, uma nova legislação reduziu as quantias investidas na agricultura neste período.[30] A Alemanha permaneceu fortemente dependente das importações porque a produção doméstica não garantia a autossuficiência.[31] Ao falar com um alto diplomata em Danzig, em agosto de 1939, Hitler levantou o tópico do esforço impossível que fora imposto à Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial – um dos seus temas recorrentes. Agora, porém, julgava ter a resposta. Precisamos da Ucrânia, «para que ninguém possa fazer-nos passar fome outra vez como aconteceu na última guerra».[32]

A Ucrânia ou, antes, os frutos do seu solo rico e fértil foram-lhe entregues com a assinatura do pacto de não agressão de 1939. Nos meses que se seguiram à visita de Ribbentrop à capital russa, os oficiais nazis e soviéticos transitavam entre Moscovo e Berlim. Os alemães estavam confiantes de que a abertura se poderia traduzir num acordo, especialmente no que dizia respeito a «todos os problemas territoriais do mar Negro ao mar Báltico», como Ribbentrop disse a Molotov, em agosto de 1939.[33] Discussões mais delicadas centravam-se em torno de acordos comerciais e, acima de tudo, em torno dos volumes e preços do trigo, petróleo e outros materiais soviéticos necessários para sustentar a invasão da Polónia pela Alemanha e o seu rescaldo. Estaline alimentava a guerra de Hitler.[34]

A aliança deu a Hitler a confiança e a promessa de recursos que lhe permitiram atacar a Polónia, sabendo que a sua posição a leste estaria assegurada após o seu acordo com Estaline («Posso garantir com a minha palavra de honra que a União Soviética não trairá a sua parceira», disse o líder russo quando o acordo foi assinado).[35] Porém, como notou um dos mais astutos oficiais superiores, concordar em desmantelar a Polónia tornava a Alemanha mais vulnerável – não menos – ao arrastar a fronteira soviética dramaticamente mais para ocidente; seria melhor, notou Franz Halder, permanecer em bons termos com a Rússia e concentrar as atenções nas posições britânicas no Médio Oriente e no Mediterrâneo.[36]

A 1 de setembro de 1939, quando mal tinha passado uma semana após o histórico acordo, as tropas alemãs invadiram a fronteira, abrindo caminho por entre as defesas polacas. A par da captura de território, enquanto se avançava para Varsóvia, estava o objetivo de decapitar a elite polaca. Na perspectiva de Hitler, «uma nação só pode ser empurrada para a escravatura quando as suas elites são destruídas». Enquanto tal, escolheram-se como alvos os oficiais e as figuras de vulto – por alguém que sabia o que procurar: quinze dos vinte e cinco comandantes dos pelotões incumbidos de procurar e aniquilar «as elites da sociedade» tinham doutoramentos, sobretudo em Direito e Filosofia.[37]

O realinhamento da Alemanha e da União Soviética e o ataque à Polónia apanharam a Grã-Bretanha e a França de surpresa. Ainda que se declarasse guerra, nenhum dos dois países providenciou um apoio militar ou logístico significativo aos polacos. A Royal Air Force cumpriu algumas operações limitadas de bombardeamentos, mas as cargas transportadas pelos aviões que sobrevoavam território alemão não eram tanto dispositivos incendiários, mas panfletos, cujos objetivos eram demasiado esperançosos, para não dizer ingénuos. «Há boas razões para acreditar que as autoridades alemãs temiam o efeito da nossa propaganda», rezavam as minutas sobre o primeiro item na agenda do Conselho de Ministros, no início de setembro de 1939. O facto de «os nossos aviões voarem com impunidade sobre todo o noroeste da Alemanha» teria, sem dúvida, «um efeito dissuasor no moral do povo alemão». Todos concordaram que lançar mais panfletos no futuro poderia ser uma ação muito eficaz.[38]

Entretanto, chegavam a Londres catadupas de relatórios desesperados vindos da Índia e da Ásia Central – pois o acordo assinado por Molotov e Ribbentrop não se limitava a providenciar um canal de mercadorias essenciais para a Alemanha e abrir caminho para a guerra na Europa. O ministro em Cabul, *sir* Kerr Fraser Tytler, avisou que havia muita especulação localmente quanto a saber se a Grã-Bretanha garantiria apoio militar no caso de uma invasão soviética ao Afeganistão.[39] Estas preocupações eram partilhadas pelo Gabinete da Índia, onde o secretário de

Estado emitiu um documento alarmista para o Gabinete de Guerra, em Londres, que traçava um quadro quase desesperado das defesas indianas, especialmente dos seus recursos antiaéreos, que aparentemente não possuíam mais do que uma única bateria de oito armas de três polegadas.

[\[40\]](#)

Ainda que Londres se mostrasse cética quanto ao perigo na Ásia Central a curto prazo, reconheceu que a aliança da Alemanha com a União Soviética representava uma ameaça aos interesses britânicos no Oriente. Na primavera de 1940, deu particular atenção ao que parecia ser um confronto inevitável. Como explicava um relatório ao Gabinete de Guerra pelos chefes de Estado-Maior intitulado «As Implicações Militares das Hostilidades com a Rússia», em 1940, era «improvável que o governo soviético perdesse tempo a atacar a Índia e o Afeganistão», um desenvolvimento que criaria «uma divisão máxima da força aliada».[\[41\]](#) Como expunha um outro relatório com arrepiante lucidez, a cooperação da Alemanha com Moscovo podia ser nociva para os Aliados de muitas formas diferentes: os interesses petrolíferos da Grã-Bretanha no Irão e no Iraque eram potencialmente vulneráveis e podiam ser perdidos e, pior ainda, passar para mãos inimigas.[\[42\]](#)

Estas preocupações tinham fundamento. Os alemães haviam sido bastante ativos no Médio Oriente e na Ásia Central na década de 1930, com a Lufthansa a estabelecer uma extensa rede de voos comerciais em toda a região, e companhias como a Siemens e a organização Todt a realizarem investidas sérias nos setores industriais no Iraque, Irão e Afeganistão. Inúmeras estradas e pontes haviam sido concebidas por engenheiros alemães. A infraestrutura de telecomunicações fora instalada por companhias como a Telefunken, que era muito procurada pelo seu conhecimento especializado.[\[43\]](#) Estes laços levavam a que a Alemanha fosse vista positivamente em toda a região – algo reforçado pela perceção de Hitler no mundo islâmico como um líder decidido e que defendia aquilo em que acreditava. Esta mensagem era intensificada pela rede de agentes controlada pela Abwehr, os serviços de informação militares alemães, que

estabelecera ativamente contactos e tinha recolhido apoio em toda a região entre o Mediterrâneo Oriental e os Himalaias.[44]

Com efeito, em janeiro de 1940, havia acesas discussões no alto-comando alemão sobre como se poderia encorajar os soviéticos a intervir na Ásia Central e na Índia. O general Jodl, um dos altos oficiais mais respeitados da Wehrmacht, fez circular planos de uma investida conjunta alemã e soviética no Médio Oriente. Essa iniciativa «requereria um esforço relativamente menor», mas, ao mesmo tempo, «criaria uma zona problemática que ameaçaria a Inglaterra».[45] Também se desenvolveu um plano separado e audaz para repor o rei Amanullah no trono afegão, que residia em Berlim após ter sido deposto.[46] Depois, envidaram-se esforços para fomentar problemas em regiões estrategicamente sensíveis. O Faqīr de Ipi, a versão da década de 1930 de Osama Bin Laden – um pregador asceta, místico e sanguinário, religiosamente conservador, mas socialmente revolucionário –, foi identificado como um parceiro perfeito para desestabilizar a fronteira norte-oeste e desviar as atenções e os recursos britânicos. O problema estava em encontrá-lo: era um homem muito esquivo e havia escapado aos britânicos inúmeras vezes. Outro problema estava em encontrá-lo sem dar nas vistas: uma missão terminou em desastre quando dois agentes alemães, que a *Abwehr* julgava serem menos conspícuos se viajassem disfarçados de especialistas em lepra, foram feridos e mortos numa emboscada preparada pelo exército afegão. Quando finalmente se estabeleceu contacto com o Faqīr, as exigências que este impunha em troca de ajuda contra os britânicos raiavam o absurdo.[47]

O estabelecimento de laços alemão noutras partes da região não foi menos enérgico. Muitos, no Irão e no Iraque, eram atraídos pelo dinamismo e retórica de Hitler. Havia um natural alinhamento, por exemplo, entre o profundo antissemitismo do regime nazi e o antissemitismo de alguns dos principais eruditos islâmicos. O grande mufti de Jerusalém, Muhammad al-Husaynī, dera as boas-vindas à ascensão de um homem que, mais tarde, designou como «al-hajj Muhammad Hitler». O antissemitismo do líder alemão era música aos ouvidos de um homem que se comprazia em apelar à morte de judeus, a que se referia como «escumalha e germes».[48]

A admiração pela Alemanha na região ia mais longe ainda. Alguns especialistas já apontaram as semelhanças entre a ideologia que Hitler impôs na Alemanha, nos anos de 1920, e um programa imposto na Pérsia de «purificação» da língua e dos costumes persas, com um esforço consciente de apelar – como os nazis – a uma era de ouro semimítica. Com efeito, a decisão de mudar formalmente o nome da Pérsia para Irão era supostamente o resultado de os diplomatas de Teerão em Berlim terem convencido o xá da importância da ideia do «arianismo» – a herança etimológica e pseudo-histórica partilhada que a nova identidade do Irão podia facilmente invocar.
[49]

A fundação do partido Ba'ath («renascimento») no Iraque também deveu muito à propaganda nazi e à ideia de renascer.[50] E, depois, havia a reveladora troca de palavras entre Hitler e o enviado do rei saudita. «Temos pelos árabes uma calorosa simpatia por três razões», disse Hitler ao enviado, em 1939. «Em primeiro lugar, não temos ambições territoriais em terras árabes. Em segundo lugar, temos os mesmos inimigos. E, em terceiro lugar, ambos combatemos os judeus. Não descansarei até que o último saia da Alemanha.»[51]

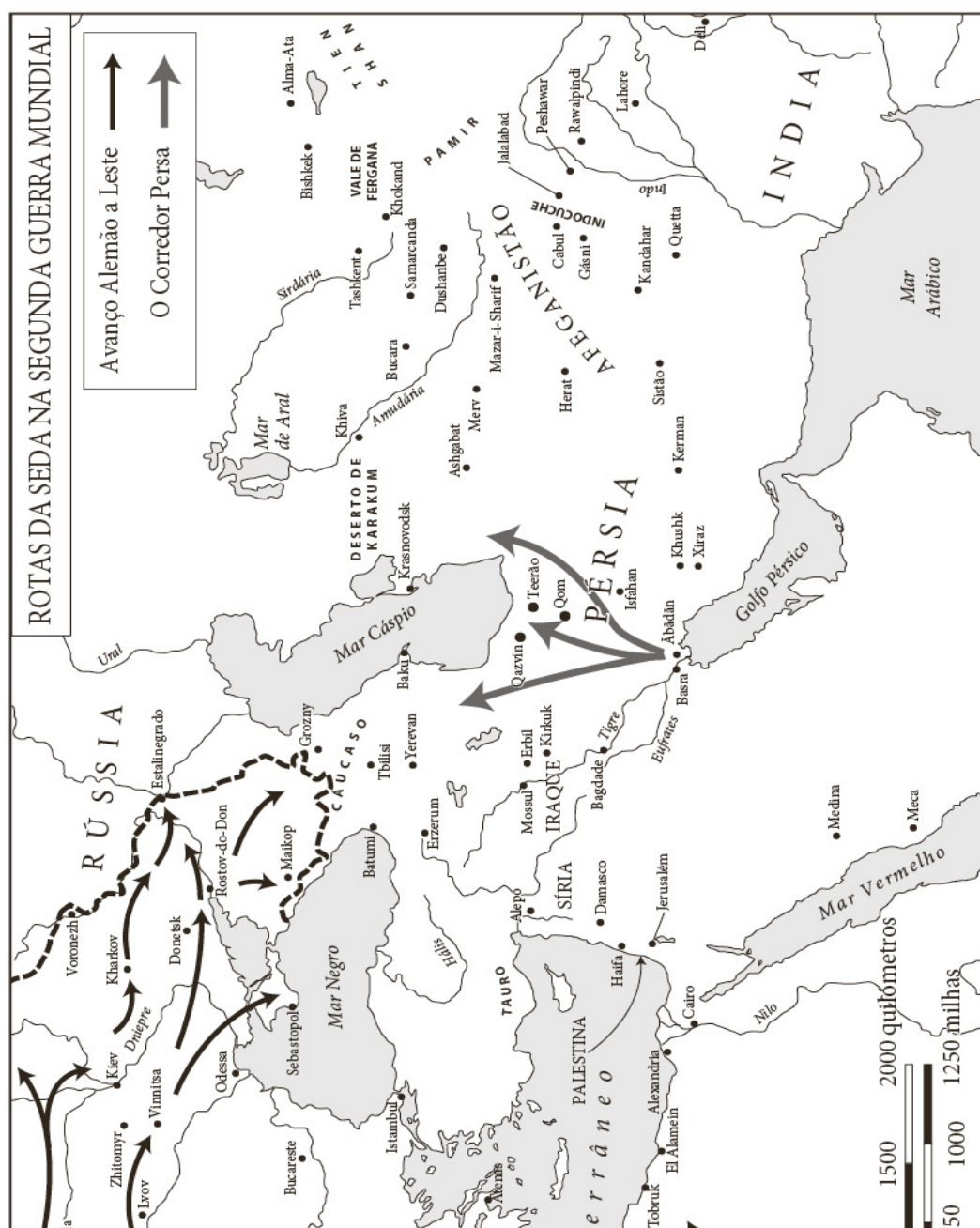
Não surpreende, assim, que plano após plano tivesse sido gizado em Londres e Paris para conter os alemães e os soviéticos. O chefe do Estado-Maior francês, Claude Gamelin, pediu que se fizessem planos para construir um bastião, idealmente nos Balcãs, que pudesse pressionar a Alemanha pela retaguarda se fosse necessário.[52] A ideia foi levada a sério, aprovada pelo primeiro-ministro francês, o porquinho Edouard Daladier, antes de ter sido preterida. Foi substituída por um plano audaz para atacar a Escandinávia de forma a cortar os fornecimentos à Alemanha de minério de ferro sueco – que foi entusiasmadamente recebido por Winston Churchill, agora primeiro lorde do Almirantado. «Nada podia ser mais mortífero [...] do que deter por três ou mesmo seis meses esta importação», escreveu Churchill. A Grã-Bretanha «deveria violar a neutralidade norueguesa» e minar as águas costeiras desse país. Tomar estas medidas ameaçaria a «capacidade bélica alemã [...] e a vida desse país».[53]

Interromper a cadeia de fornecimentos da Alemanha estava no centro de todas as discussões. Por fim, na primavera de 1940, as atenções voltaram-se para Baku. A chefia da força aérea francesa, o general Vuillemin, defendeu um plano segundo o qual as forças aliadas poderiam usar bases no Médio Oriente para atacar instalações, sobretudo no Azerbaijão soviético. Os esquadrões que operavam em bases britânicas no Iraque e em bases francesas na Síria podiam, segundo o plano, reduzir a produção petrolífera no Cáucaso em metade no curso de dois ou três meses. De acordo com o primeiro esboço do plano, isto teria «repercussões decisivas na Rússia e na Alemanha». Versões subsequentes prometiam projeções ainda mais otimistas: menos grupos de ataque poderiam infligir os mesmos danos, mas num lapso de tempo inferior.[\[54\]](#)

Os estrategistas britânicos concordavam que os resultados de um bombardeamento do Cáucaso seriam dramáticos: infligiria uma disrupção imediata das «economias industrial e agrícola da Rússia, que se veria paralisada e impedida de funcionar. Eliminaria todas as esperanças alemãs de organizar racionalmente a produção russa em seu benefício e, deste ponto de vista, teria uma influência decisiva no resultado da guerra». Os estrategistas franceses e britânicos convenceram-se de que destruir as instalações petrolíferas russas era a melhor forma de eliminar a ameaça que a Alemanha representava.[\[55\]](#)

Estes planos para uma ação conjunta malograram-se quando Hitler lançou um ataque relâmpago a França. Para muitos, o assalto alemão parecia a obra de um génio tático, apanhando as defesas de surpresa através de uma série de operações brilhantes, meticulosamente planeadas e excelentemente executadas por um exército que tinha experiência de batalha e de ocupação de terras estrangeiras. Na verdade, como a pesquisa mais recente mostra, o êxito em França deveu também muito ao acaso. Por mais do que uma vez, Hitler perdeu o sangue-frio, ordenando às tropas que mantivessem a sua posição apenas para descobrir que as ordens só chegavam aos comandantes quando estes já estavam a quilómetros de distância do local onde deveriam ter parado. Heinz Guderian, um promissor comandante de tanques nascido na Prússia, foi até demitido por

insubordinação depois de ter continuado a avançar – ainda que, provavelmente, a ordem para que mantivesse a sua posição nunca lhe tenha chegado. Durante este período, Hitler temeu a tal ponto que as suas forças se vissem presas numa armadilha não existente que esteve perto de sofrer um colapso nervoso.^[56] O avanço rápido foi o prémio não merecido de um jogador que vencera as probabilidades.





A era imperialista da Europa Ocidental terminara com a Primeira Guerra Mundial. Agora, em vez de desaparecer gradualmente, recebia um duro golpe da parte da Alemanha. Enquanto a Royal Air Force se preparava para dominar os céus na batalha da Grã-Bretanha, faziam-se ouvir vozes que anunciavam o fim de uma era. O ministro alemão em Cabul previa que, no final do verão, Hitler estaria em Londres. Em preparação do colapso final do Império Britânico, avançaram-se propostas concretas a figuras de vulto do governo afegão: se o país abandonasse a neutralidade que adotara no início da guerra, a Alemanha prometia ceder uma grande parte do noroeste da Índia, bem como o porto de Karachi, quando estivessem em sua posse. Era uma oferta tentadora. Mesmo o enviado britânico em Cabul reconheceu que o navio britânico «parecia afundar-se», e arriscar que este «se manteria à tona de água» requeria coragem e fé. Adotar medidas como cortar os custos de transporte das colheitas de algodão afegão para garantir que a economia local não entrasse em colapso era um pequeníssimo gesto simbólico – e um sinal de como eram limitadas as opções da Grã-Bretanha. Neste momento crucial, os afegãos mantiveram-se firmes – ou, pelo menos, hesitaram, em vez de se aliarem de imediato à Alemanha. [57]

No verão de 1940, a Grã-Bretanha e o seu império lutavam pela vida. A marca de uma caneta nas primeiras horas da manhã em Moscovo, no verão anterior, selando um acordo entre a Alemanha nazi e a União Soviética comunista, tornara o mundo um lugar muito diferente muito rapidamente. O futuro estava numa nova série de ligações entre Berlim e a União Soviética que se adentravam pela Ásia e o subcontinente indiano, ligações que

estabeleceriam uma nova rota do comércio e dos recursos para longe da Europa Ocidental.

Esta reorientação, no entanto, dependia do apoio continuado e consistente da União Soviética. Ainda que os bens e materiais chegassem à Alemanha nos meses que se seguiram à invasão da Polónia, isso nem sempre aconteceu na perfeição. As negociações eram tensas, em particular quando se tratava de trigo e petróleo – dois recursos de que havia grande procura. Estaline superintendia pessoalmente o assunto, decidindo se os alemães poderiam receber uma entrega de uma consignação requerida de 800 mil toneladas de petróleo ou apenas uma porção muito menor e em que termos. Discutir envios individuais consumia tempo e paciência e era um motivo de quase constante ansiedade para os planeadores alemães.[\[58\]](#)

De forma não surpreendente, o ministério dos Negócios Estrangeiros alemão reconheceu a fragilidade do acordo e emitiu relatórios sublinhando os perigos de uma excessiva dependência de Moscovo. Se, por qualquer razão, alguma coisa corresse mal – mudança de liderança, obstinação ou simples desacordo comercial –, a Alemanha ficaria vulnerável. Esta era a maior ameaça à surpreendente sequência de êxitos militares de Hitler na Europa.[\[59\]](#)

Foi esta sensação de inquietude e incerteza que levou à decisão que iria custar a vida de milhões de soldados alemães, milhões de russos – e milhões de judeus: a invasão da União Soviética. Tipicamente, quando Hitler anunciou a sua mais recente empresa no final de julho de 1940, apresentou-a sob a forma de uma batalha ideológica. Era tempo de aproveitar o ensejo, disse ao general Jodl, de eliminar o bolchevismo.[\[60\]](#) Na verdade, o que estava em jogo eram as matérias-primas e, sobretudo, alimentos.

No curso da segunda metade de 1940 e início de 1941, não foram apenas os militares os incumbidos de trabalhar na logística de uma invasão, mas também os planeadores económicos. Estes eram liderados por Herbert Backe, um especialista agrícola que aderira ao partido nazi no início da década de 1920 e fora sucessivamente promovido, tornando-se um

protegido de Richard Darré, o ministro da Alimentação e Agricultura do *Reich*. A devoção de Backe à causa nazi, aliada ao seu conhecimento especializado em agricultura, levou a que se tornasse cada vez mais influente nas reformas dos anos de 1930 que regulavam os preços e estabeleciam limites aos mercados de importação e de exportação.[61]

Backe estava obcecado com a ideia de que a Rússia poderia ser a solução para os problemas da Alemanha. À medida que o Império Russo se expandira, as estepes haviam-se transformado gradualmente de local de pastoreio nómada em grande produtor de cereais, com campos a perder de vista nas planícies. O solo era extraordinariamente fértil, especialmente nas áreas onde a terra era escura graças à riqueza de minerais. As expedições científicas enviadas para explorar a região pela Academia de Ciências russa louvavam a faixa que se estendia do mar Negro à Ásia Central, relatando com entusiasmo que as condições eram ideais para uma agricultura altamente produtiva.[62]

A agricultura no sul da Rússia e na Ucrânia crescera a uma velocidade vertiginosa antes da Revolução de 1917, instigada pela crescente procura doméstica, o aumento das exportações e a investigação científica sobre o trigo de melhor qualidade e como maximizar as colheitas em terras onde o gado dos nómadas havia pastado ao longo de milénios.[63] Ninguém conhecia o potencial das estepes, cuja produção se expandira tão rapidamente no final do século XIX e início do século XX, melhor do que Herbert Backe: era a sua especialidade; o tópico da sua dissertação de doutoramento eram os cereais russos.[64] Homem baixo e atlético que usava óculos e se vestia bem, Backe liderou equipas que produziram sucessivos esboços sobre os fins e objetivos de uma invasão. Como sublinhou diante de Hitler, a chave era a Ucrânia: o controlo das ricas planícies agrícolas a norte do mar Negro e para lá do Cáspio «libertar-nos-ia de todas as pressões económicas».[65] A Alemanha seria «invencível» se pudesse controlar as partes da União Soviética que detinham «imensas riquezas».[66] Desapareceria a dependência da boa vontade soviética e da sua caprichosa liderança; os efeitos do bloqueio britânico ao Mediterrâneo e

ao mar do Norte seriam maciçamente reduzidos. Esta era a oportunidade de a Alemanha lograr obter acesso a todos os recursos de que precisava.

Foi exatamente nestes termos que Hitler se pronunciou sobre o que estava em jogo quando o ataque decorria no verão de 1941. À medida que as tropas alemãs avançavam para leste com surpreendente velocidade nos primeiros dias da invasão, o *Führer* mal conseguia conter o seu entusiasmo. A Alemanha nunca abandonaria estas terras conquistadas, asseverou rejubilante: seriam «a nossa Índia», «o nosso jardim do Éden».[67]

Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do *Reich*, também tinha poucas dúvidas de que o ataque se devia exclusivamente aos recursos, especialmente trigo e cereais. Num artigo escrito em 1942, declarou com o seu jeito tipicamente seco e implacável que a guerra começara por «cereais e pão, por um pequeno-almoço, almoço e jantar bem providos à mesa». Este e nenhum outro era o objetivo de guerra alemão, prosseguiu: a captura dos «vastos campos do Leste [que] ondeiam com trigo dourado, suficientes – mais do que suficientes – para alimentar o nosso povo e toda a Europa».[68]

Havia uma realidade urgente por detrás de comentários como estes, pois a Alemanha sofria cada vez maiores carências de comida e fornecimentos – e os envios de cereais soviéticos não reduziam os problemas crónicos de abastecimento. Em fevereiro de 1941, por exemplo, a rádio alemã transmitiu que havia uma escassez de comida em toda a Europa em resultado dos bloqueios comerciais britânicos, que anteriormente haviam sido descritos como nada menos do que «perturbações mentais» – ou «*dementia Britannica*», como diziam os locutores.[69] No verão de 1941, Goebbels registava no seu diário que as lojas em Berlim tinham as prateleiras vazias e que encontrar legumes à venda era uma raridade. Isto causava uma instabilidade dos preços e alimentava um próspero mercado negro, fazendo aumentar as ansiedades de uma população que, ainda não revoltosa, começava a perguntar-se quais eram, afinal, as vantagens da expansão alemã – um desenvolvimento que deixou o chefe da propaganda de Hitler decididamente nervoso.[70] Nas palavras de um oficial local, os «homens e mulheres exaustos e sobrecarregados» na sua

região da Alemanha «não veem por que razão a guerra deverá ser estendida à Ásia e a África». Dias mais felizes eram agora uma recordação distante. [71]

A solução fora encontrada por Backe e a sua corte de analistas. O próprio Backe esforçara-se por fazer notar a deterioração da situação alimentar na Alemanha no seu relatório anual sobre fornecimentos de finais de 1940. Com efeito, num encontro dos secretários de Estado, em janeiro de 1941, com Hermann Göring na sua capacidade de coordenador de um Plano de Quadrienal, fora ao ponto de avisar que não tardaria muito até que a carne tivesse de ser racionada, uma medida que fora repetidas vezes vetada por medo de se perder o apoio não só à guerra como ao partido nazi. [72]

A proposta de Backe era radical. Ao passo que a União Soviética era vasta e variada em termos de geografia e do clima, seria dividida por uma linha grosseira. A sul, cobrindo a Ucrânia, sul da Rússia e o Cáucaso, estavam campos e recursos que formavam uma zona «excedentária». A norte, ou seja, na Rússia Central e Setentrional, a Bielorrússia e os países bálticos, formava-se uma zona «deficitária». Na visão de Backe, aqueles que estavam de um lado da linha produziam comida; os que estavam no outro lado apenas a consumiam. A solução para os problemas da Alemanha residia em concentrar esforços para capturar a primeira – e ignorar a última. A zona «excedentária» deveria ser capturada, e os seus produtos deveriam ser desviados para a Alemanha. A zona «deficitária» deveria ser cortada; se e como sobreviveria pouco importava. O que aí se perdesse ganharia a Alemanha.

O que esta proposta comportaria tornou-se claro num encontro que decorreu em Berlim semanas antes do lançamento da Operação *Barbarossa*, o nome de código dado à invasão da União Soviética. A 2 de maio, os planeadores discutiram as prioridades e os resultados esperados do ataque: os exércitos alemães deveriam tirar o que pudessem da terra para se alimentarem à medida que avançassem; a terra prometida deveria começar a produzir logo desde o início. A Wehrmacht deveria ser abastecida pela Rússia a partir do momento em que os soldados alemães cruzassem a fronteira.

O efeito sobre aqueles que viviam na zona «deficitária» também foi abordado no encontro. Deveriam ser cortados de uma só vez. Num dos mais tenebrosos documentos da História, as minutas reportam simplesmente: «em consequência, x milhões de pessoas irão seguramente morrer à fome, se extrairmos da terra aquilo de que precisamos».[73] Essas mortes eram o preço a pagar para que a Alemanha pudesse alimentar-se. Esses milhões eram danos colaterais, vítimas necessárias do êxito e sobrevivência alemães.

No encontro, consideraram-se ainda outras questões logísticas para garantir que tudo correria bem. As principais artérias que ligavam as planícies agrícolas à infraestrutura de transportes deveriam ser protegidas para que os materiais pudessem ser enviados para a Alemanha. Deu-se cuidada consideração ao que deveriam usar os líderes agrícolas que iriam superintender as colheitas e futuras sementeiras: galões cinza prateados sobre roupas civis. Nas palavras de um dos principais especialistas, o encontro combinava intenções mundanas com intenções assassinas.[74]

Nas três semanas que se seguiram, foi feito um esforço concertado para quantificar os números das baixas prováveis, para dar um valor ao «x milhões» cujas mortes se previam na zona «deficitária». A 23 de maio, emitiu-se um relatório de vinte páginas que era essencialmente um esboço atualizado das conclusões a que já se havia chegado. A região «excedentária» da União Soviética deveria ser separada, os seus cereais e outros produtos agrícolas deveriam ser recolhidos e desviados para a Alemanha. Como se discutira no encontro anterior em Berlim, a população local sofreria as consequências. Estas eram agora enunciadas explicitamente, definindo numericamente a anterior estimativa aberta de mortes prováveis. «Muitas dezenas de milhões de pessoas neste território tornar-se-ão supérfluas e morrerão ou terão de emigrar para a Sibéria», lia-se no relatório. «As tentativas de salvar a população da morte pela fome [...] só podem acontecer a custo do provisionamento da Europa. Essas tentativas impediriam a Alemanha de perseverar até ao fim da guerra.»[75] O ataque não dizia apenas respeito à vitória na guerra. Era literalmente uma questão de vida ou morte.

Ainda que não subsista nenhuma lista dos presentes no encontro de 2 de maio, as impressões digitais de Backe estão presentes em toda a agenda e nas conclusões. Backe era muito prezado por Hitler, mais do que aqueles que eram seus superiores, e como a mulher de Backe escreveu no seu diário, o líder alemão procurava o seu conselho em detrimento de todos os outros para planejar a invasão. Depois, havia a introdução revista da sua dissertação, que foi finalmente publicada no verão de 1941. A Rússia não soubera usar os seus recursos adequadamente, escrevia; se a Alemanha se apossasse deles, usá-los-ia sem dúvida mais eficientemente.[76]

Contudo, o mais revelador era uma breve nota que Backe escreveu a 1 de junho de 1941, três semanas antes da invasão. Os russos, escreveu, não precisavam de empatia pelo que estavam prestes a viver. «O povo russo já viveu a pobreza, fome e frugalidade ao longo de séculos [...]. Não vale a pena tentar aplicar o padrão do nível de vida alemão e alterar o modo de vida russo.» O estômago russo, prosseguia, «é adaptável». Assim, seria deslocado sentir pena por aqueles que estão prestes a morrer à fome.[77] A clareza deste raciocínio impressionou outros, como Goebbels observou no seu diário enquanto os preparativos para o ataque à União Soviética avançavam. Backe, escreveu, «domina o seu departamento com mestria. Com ele, tudo o que é possível fazer será feito».[78]

Os envolvidos estavam cientes das tremendas consequências do que estava por vir. Haverá escassez de comida no inverno de 1941, previu Goebbels no seu diário, uma escassez tão grave que outros períodos de fome parecerão insignificantes por comparação. Não é problema nosso, acrescentou, com a inferência óbvia de que seriam os russos e não os alemães a sofrer.[79] Pressupondo que os alemães ouviam tão atentamente as emissões de rádio soviéticas quanto os britânicos, Goebbels ter-se-ia sentido encorajado ao saber que, menos de três dias antes de a invasão começar, «os campos, na Rússia Central, pareciam tapetes verdes; no sudeste, o trigo amadurece». A colheita estava prestes a começar e parecia ser riquíssima.[80]

Quando os preparativos do ataque chegaram à fase final, todo o exército, dos soldados rasos aos oficiais superiores, tinha consciência do que estava

em jogo. Segundo Franz Halder, um soldado de carreira da Baviera que fora sucessivamente promovido na Wehrmacht, Hitler fora tipicamente franco e categórico. Esta é uma luta até ao fim, disse aos seus generais, em março de 1941. É preciso recorrer à força na Rússia «na sua forma mais brutal». Esta seria uma «guerra de extermínio». «Os comandantes das tropas têm de saber o que está em jogo.» No que dizia respeito à União Soviética, «a severidade de hoje significará benevolência no futuro».[81]

Tudo isto foi resumido em maior detalhe em maio de 1941, altura em que o *Manual para o Comportamento das Tropas na Rússia* já fora preparado e circulava entre aqueles que participariam na invasão. O manual listava as ameaças que se podiam esperar da parte de «agitadores», «guerrilheiros», «sabotadores» e judeus, esclarecendo os soldados alemães de que não deveriam confiar em ninguém nem mostrar piedade.[82] Também se emitiram ordens que descreviam o modo como os territórios conquistados deveriam ser controlados. Dever-se-ia recorrer ao castigo coletivo na eventualidade de movimentos de insurreição ou resistência. Aqueles que fossem suspeitos de trabalhar contra os interesses alemães deveriam ser sumariamente julgados e abatidos se considerados culpados, a despeito de serem soldados ou civis.[83]

Por fim, foi emitida uma série de diretivas, entre as quais a chamada «Ordem do Comissário», que alertava explicitamente sobre o que se podia esperar encontrar: o inimigo provavelmente comportar-se-ia de forma que iria contra os princípios da lei internacional e da humanidade. Os comissários – ou seja, a elite política soviética – lutavam de um modo que só podia ser descrito como «bárbaro e asiático». Não se deveria mostrar qualquer piedade.[84]

Rota para o genocídio

Na preparação da invasão alemã da União Soviética, a mensagem aos oficiais e às tropas era consistente e implacável: tudo dependia de ocupar os campos de trigo a sul. Disse-se aos soldados que eles deveriam imaginar que a comida dos cidadãos soviéticos fora arrancada às bocas das crianças alemãs.[1] Os comandantes diziam aos seus homens que o próprio futuro da Alemanha dependia do seu êxito. Como disse o coronel-general Erich Hoepner ao seu grupo *Panzer* numa ordem operacional imediatamente antes do início da Operação *Barbarossa*, a Rússia tinha de ser esmagada – e esmagada «com uma severidade sem precedentes. Todas as ações militares devem ser guiadas na sua conceção e execução pela vontade férrea de aniquilar total e impiedosamente o inimigo».[2] O desprezo pelos eslavos, o ódio ao bolchevismo e o antissemitismo corriam nas veias do corpo de oficiais. Estes traços fundiam-se, agora, nas palavras de um eminente historiador, «como a levedura ideológica cuja fermentação convertia facilmente os generais em cúmplices de assassínios em massa».[3]

Hitler, enquanto urgia à implementação do terror, tinha devaneios sobre o futuro: a Crimeia seria como a Riviera para os alemães, refletia; que bom seria ligar a península no mar Negro à terra continental com uma via rápida para que todos os alemães a pudessem visitar no seu Carro do Povo (ou *Volkswagen*). Hitler desejava ser mais novo para poder ver como tudo iria correr; era uma pena que viesse a perder, pensou, os tempos de intenso entusiasmo nas décadas por vir.[4] Também Himmler contemplava um

futuro risonho onde existiriam «pérolas de colonatos» (*Siedlungssperlen*), povoadas por colonizadores e cercadas por aldeias que albergariam agricultores alemães, colhendo os frutos da terra rica e negra.[5]

Hitler e os seus seguidores mais próximos tinham dois modelos para expandir a base de recursos da Alemanha. Em primeiro lugar, estava o Império Britânico. A Alemanha controlaria enormes novos territórios a oriente, como a Grã-Bretanha fizera no subcontinente indiano. Uma pequena população de colonizadores alemães governaria a Rússia, assim como um punhado de britânicos governava o Raj. A civilização europeia triunfaria sobre uma cultura que era simplesmente inferior. Os britânicos na Índia eram constantemente citados pela liderança nazi como um modelo de domínio em grande escala praticado por poucas pessoas.[6]

Porém, Hitler também se referia regularmente a um outro modelo, com o qual via semelhanças e para onde olhava em busca de inspiração: os Estados Unidos. A Alemanha precisava de fazer o que os colonizadores europeus haviam feito no Novo Mundo aos nativos americanos, disse Hitler a Alfred Rosenberg, recentemente designado ministro do *Reich* para os Territórios Ocupados do Leste. O Volga, proclamou Hitler, seria o Mississípi da Alemanha, ou seja, uma fronteira entre o mundo civilizado e o caos do outro lado. Os povos que se haviam instalado nas Grandes Planícies na América no século XIX, disse, correriam, sem dúvida, a povoar os territórios orientais. Alemães, holandeses, escandinavos e também, previu confiantemente, os próprios norte-americanos encontrariam os seus futuros e as suas recompensas numa terra de oportunidades.[7] Emergiria uma nova ordem mundial graças aos campos da Ucrânia e do sul da Rússia que se estendiam para oriente. Era o fim do sonho americano, declarou Hitler: «A Europa – e já não a América – será a terra das possibilidades ilimitadas.»[8]

O entusiasmo de Hitler não se baseava apenas nas perspectivas para a faixa de terra acima dos mares Negro e Cáspio; pois, por toda a parte, os sinais apontavam para uma mudança dramática a favor da Alemanha. Uma parte da tenaz alemã viajava rumo ao coração do mundo vinda de norte, ao passo que outra vinha de sul através do Norte de África e do Médio Oriente. Uma sucessão de vitórias relâmpago nos desertos do Norte de África, em

1941, havia levado Rommel e o Afrika Korps às portas do Egito e, assim, perto de controlarem diretamente o crítico Canal do Suez, logo no início da Operação *Barbarossa*. O colapso de França, entretanto, abriu a possibilidade de a Luftwaffe usar as bases aéreas que França estabelecera na Síria e no Levante após os acordos da Primeira Guerra Mundial e assim estender ainda mais o domínio alemão.

O destino do mundo estava preso por ténues fios. A questão principal parecia depender da altura da invasão da União Soviética e de saber se seria possível apanhar Estaline de surpresa. Era crucial lançar o ataque depois de plantada a colheita, mas antes de esta ser apanhada, para que as tropas alemãs pudessem beneficiar disso enquanto avançassem na Rússia. As negociações com Moscovo em 1940 já haviam levado a que a União Soviética exportasse para a Alemanha um milhão de toneladas de cereais, quase a mesma quantidade de petróleo e consideráveis quantidades de minério de ferro e de manganésio. Depois de a entrega de uma enorme consignação ter sido recebida em maio de 1941, o momento estava próximo.[\[9\]](#)

Alarmado pelas tropas alemãs que se juntavam a leste, no início do verão de 1941, o marechal Timoshenko, comissário da Defesa, e o general Georgi Zhukov, confrontaram Estaline com uma proposta de lançar um ataque preventivo, seguido de um avanço que levaria a um ataque a Varsóvia, ao norte da Polónia e a parte da Prússia. Segundo dois relatos praticamente coincidentes, Estaline recusou o plano de imediato. «Enlouqueceram?», terá perguntado furiosamente. «Querem provocar os alemães?» Depois, voltou-se para Timoshenko: «Vejam todos [...], Timoshenko é saudável e tem uma grande cabeça; mas o seu cérebro é claramente minúsculo.» Em seguida, a ameaça: «Se provocarem os alemães na fronteira, se deslocarem forças sem a nossa permissão, saibam que rolarão cabeças.» Com isso, voltou-se, saiu da sala e fechou a porta com estrondo.[\[10\]](#)

Não era que Estaline não acreditasse que Hitler podia atacar, achava apenas que não se atreveria a fazê-lo já. Na verdade, a razão por que Estaline superintendera pessoalmente ao comércio com a administração

nazi fora para observar de perto os alemães enquanto se reconstruía e modernizava rapidamente o exército soviético. Estaline estava tão confiante de que ainda tinha todos os trunfos que mesmo quando chegaram relatórios dos serviços de informação de agentes em Berlim, Roma e mesmo Tóquio – além de avisos e sinais das embaixadas em Moscovo –, segundo os quais estava iminente um ataque, simplesmente ignorou-os.^[11] A sua atitude sobranceira foi perfeitamente capturada pela sua reação a um relatório de um espião que operava no quartel da força aérea alemã apenas cinco dias antes de ser lançada a invasão. «Pode dizer à sua “fonte” [...], vá à merda», rabiscou. «Isto não é uma “fonte”», escreveu, «é alguém a espalhar desinformações.»^[12]

Nem todos os que rodeavam Estaline eram arrogantes como o líder soviético. Os movimentos de tropas alemãs no início de junho levaram alguns a defender que o Exército Vermelho deveria assumir posições defensivas. «Temos um pacto de não agressão com a Alemanha», ripostou Estaline, incrédulo. «A Alemanha está presa numa guerra no Ocidente, e estou certo de que Hitler não se atreverá a criar uma segunda frente atacando a União Soviética. Hitler não é assim tão louco e sabe que a União Soviética não é a Polónia ou França, e nem sequer a Inglaterra.»^[13]

Em 21 de junho, era óbvio que algo sério se passava. O embaixador sueco em Moscovo, Vilhelm Assarsson, julgava que havia duas opções: ou iria ter um lugar na primeira fila para assistir ao confronto épico entre «o Terceiro Reich e o Império Soviético», com consequências extraordinariamente vastas, ou os alemães estavam prestes a anunciar uma série de exigências quanto «à Ucrânia e aos poços petrolíferos de Baku». No último caso, concluiu, poderia assistir «ao maior caso de chantagem na História do mundo».^[14]

Horas mais tarde, tornou-se evidente que não era *bluff*. Às 3h45 da manhã do dia 22 de junho de 1941, Estaline foi acordado por um telefonema do general Zhukov, que lhe disse que as fronteiras tinham sido invadidas em todos os setores, e que a União Soviética estava sob ataque. De início, Estaline recusou-se a acreditar no que estava a acontecer, concluindo que se tratava de um gambito de Hitler, destinado a forçar um

acordo de qualquer espécie, provavelmente relativo ao comércio. Só gradualmente se apercebeu de que se tratava de uma luta até à morte. Atordado com o choque, entrou num estado catatónico, deixando que Molotov fizesse as declarações públicas. «Ocorreu um ato de traição, sem precedente na história das nações civilizadas», anunciou gravemente Molotov na televisão e na rádio. Mas não tenham dúvidas: «o inimigo será esmagado e a vitória será nossa». Não houve menção ao facto de a União Soviética ter estado a dançar com o diabo e de agora ter chegado a altura de pagar o preço.[\[15\]](#)

O avanço alemão foi implacável e devastador – ainda que a força invasora não estivesse tão bem preparada ou equipada como muitas vezes se pensa.[\[16\]](#) Numa questão de dias, Minsk caíra e 400 mil soldados soviéticos foram cercados. Brest-Litovsk foi cortada, e os seus defensores depressa se viram privados de abastecimentos, mas nem sempre de esperança: como escreveu um jovem soldado num muro a 20 de julho de 1941: «Estou a morrer, mas não me rendo. Adeus, terra-mãe.»[\[17\]](#)

Por esta altura, Estaline começara a perceber a magnitude do que acontecia. A 3 de julho, proferiu um discurso na rádio que falava da invasão alemã como uma questão «de vida ou de morte para os povos da União Soviética». Informou os ouvintes de que os invasores queriam restaurar o «czarismo» e o «mando dos terratenentes». Mais próxima da verdade era a sua observação de que os atacantes visavam angariar «escravos» para os príncipes e barões alemães.[\[18\]](#) Isto era mais ou menos correto – na medida em que príncipes e barões se referiam aos oficiais do partido nazi e aos industriais alemães: não tardaria muito a que o trabalho forçado se tornasse recorrente para os soldados soviéticos capturados e para a população local. Com o tempo, mais de treze milhões de pessoas foram usadas para construir estradas, para tratar de campos ou trabalhar em fábricas tanto para o regime nazi diretamente como para companhias privadas alemãs – muitas das quais ainda existem. A escravatura voltara à Europa.[\[19\]](#)

No verão de 1941, os alemães pareciam praticamente imparáveis. Em setembro, Kiev caiu após um cerco em que mais de meio milhão de soldados soviéticos foram capturados. Poucas semanas mais tarde, os três

grupos de batalha que agiam como lanças mergulhadas no coração da Rússia haviam chegado a Kalinin, Tula e Borodino – onde a invasão de Napoleão falhara em 1812. Mas os alemães continuavam a romper as defesas. Em outubro, Moscovo estava no limiar de ser capturada. A ansiedade era tal que se fizeram planos no sentido de evacuar a liderança para Kuibyshev, antiga Samara, mais de mil quilómetros a leste de Moscovo, numa curva do Volga que corre para o Cáspio. O corpo de Lenine foi removido da Praça Vermelha e armazenado. Fizeram-se preparativos para que Estaline deixasse a cidade, mas o líder russo mudou de ideias no último minuto e decidiu ficar: segundo alguns relatórios, a máquina do comboio fumegava e os seus seguranças estavam no cais à espera de partir.

[\[20\]](#)

Em novembro, Rostov-do-Don caíra, o último ponto antes do Cáucaso. No final do mês, os 3.º e 4.º Panzergruppe estavam a trinta quilómetros de Moscovo. A 1 de dezembro, uma unidade de reconhecimento de motociclistas estava a apenas oito quilómetros da capital.[\[21\]](#) Hitler estava eufórico. O plano para decapitar a União Soviética fazendo cair Leninegrado e Moscovo, a norte, era central para garantir a zona «excedentária» a sul, a longo prazo, e o plano parecia estar a correr de feição. Dois meses após o início do ataque, com as linhas russas a recuar, Hitler falou entusiasmadamente sobre o futuro. «A Ucrânia, e depois a bacia do Volga, serão, um dia, os celeiros da Europa. Colheremos muito mais do que aquilo que o solo dá», disse, em agosto de 1941. «Se um dia a Suécia recusar fornecer-nos mais ferro», prosseguiu, «não terá importância. Obtê-lo-emos na Rússia.»[\[22\]](#)

Entretanto, as equipas técnicas e de construção deslocaram-se para leste atrás do exército. Em setembro de 1941, o recentemente criado Sonderkommando R (Comando Especial da Rússia) partiu de Berlim para a Ucrânia, com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura funcional nos territórios recentemente conquistados. Composto de cozinhas de campanha, escritórios móveis, lojas de reparação e transmissores da polícia em mais de cem veículos, a missão do comando era a de permitir o que um historiador

chamou «a mais radical campanha de colonização na história da conquista e construção de impérios da Europa».[23]

Quando chegaram a Odessa, no mar Negro, os oficiais responsáveis – uma trupe de delinquentes, refratários e marginais – ocuparam as melhores residências para instalarem o seu quartel-general e estabeleceram o tipo de instituições que demonstrava a intenção inequívoca de planos a longo prazo: bibliotecas, registros, salas de conferências e cinemas para exibir filmes alemães triunfalistas.[24]

A invasão parecia ser um sucesso não mitigado. Em menos de seis meses, conquistara-se praticamente toda a área assinalada para o envio de recursos até à Alemanha. Leninegrado e Moscovo ainda não haviam caído, mas parecia ser uma questão de tempo até que ambas se rendessem. Noutras partes, os sinais também pareciam promissores. Ainda que um motim no Iraque houvesse sido debelado por uma força britânica reunida à pressa que requisitou autocarros nas ruas de Haifa e guiou para leste com o intuito de suprimir a revolta, parecia haver razões para pensar que os novos amigos da Alemanha nas terras ricas em petróleo a sul do Cáspio, em breve, revelariam o seu valor.[25]

No momento da invasão da União Soviética, Hitler já dera a sua bênção formal à ideia da independência árabe, e escrevera ao grande mufti de Jerusalém para expressar a sua solidariedade, louvando os árabes como uma civilização antiga que tinha inimigos comuns com a Alemanha, em particular os britânicos e os judeus.[26] O cultivo de laços no mundo muçulmano foi tão longe que um académico alemão escreveu um elogio sicofântico que, entre outras coisas, louvava a Arábia Saudita como «o Terceiro *Reich* em estilo Wahhabi».[27]

Do ponto de vista da Grã-Bretanha, assim, a situação parecia desesperada. Evitara-se o desastre no Iraque por um triz, notou o general Wavell, comandante-chefe na Índia, e era vital adotar medidas no sentido de proteger o Irão, para onde a influência alemã muito possivelmente se estenderia. «É essencial para a defesa da Índia», escreveu ao primeiro-ministro Winston Churchill, no verão de 1941, «que os alemães sejam

retirados do Irão agora. Não o fazer levará à repetição de eventos que, no Iraque, foram evitados por uma pequeníssima margem.»[28]

Wavell tinha razão em mostrar-se preocupado com o Irão, onde a propaganda alemã fora imparável desde o início da guerra. No verão de 1941, relatava um correspondente alemão, as livrarias em Teerão estavam cobertas com a revista *Signal*, uma das porta-vozes de Goebbels, ao passo que os cinemas que passavam filmes como *Sieg im Westen* (*Vitória no Ocidente*), celebrando as vitórias alemãs em França e na Europa Ocidental em estilo épico, estavam à pinha.[29]

O ataque de Hitler à União Soviética foi também recebido com júbilo no Irão. De acordo com alguns relatos, reuniram-se multidões na praça Sepah, no centro de Teerão, para dar vivas à queda de cidade após cidade soviética às mãos da Wehrmacht.[30] O problema era que «os iranianos em geral rejubilam com o ataque alemão ao seu antigo inimigo que é a Rússia», como *sir* Reader Bullard, o embaixador britânico, informou Londres nos dias que se seguiram à invasão.[31]

As simpatias pró-germânicas estavam presentes no exército e no bazar, declarou a distinguida académica persa Ann Lambton, depois de lhe perguntarem o que pensava sobre a situação em curso. Os ânimos estavam particularmente exaltados entre os «jovens oficiais [que] tendem a ser pró-germânicos e têm esperança de uma vitória alemã».[32] O *attaché* militar britânico era da mesma opinião, contrastando a visão positiva que os locais tinham da Alemanha com a visão negativa que tinham da Grã-Bretanha. «Há, no momento, apenas um pequeno número [de pessoas] dispostas a apoiar a causa britânica se os alemães chegarem à Pérsia, ao passo que é possível antecipar que os alemães encontrariam um considerável apoio ativo.»[33] Esta visão era partilhada pelo embaixador alemão em Teerão, Erwin Ettel, que relatou a Berlim que um ataque britânico se depararia com uma «resoluta resistência militar» e levaria a que o xá apelasse formalmente à ajuda da Alemanha.[34]

A ansiedade de que o Irão se aliasse a Hitler foi exacerbada por se saber que a resistência entrava em colapso à medida que os alemães avançavam para leste. O progresso destes era tal que o general Auchinleck, até

recentemente comandante-chefe na Índia e, agora, designado para liderar o Comando do Médio Oriente, foi informado de que as tropas de Hitler chegariam ao Cáucaso em meados de agosto de 1941.^[35] Do ponto de vista da Grã-Bretanha, isto era um desastre. Os alemães precisavam desesperadamente de petróleo. Se assumissem o controlo dos fornecimentos em Baku e no Cáucaso, isso já seria suficientemente mau. Mas pior ainda, notou Leopold Amery, secretário de Estado para a Índia, era que estariam então «bastante perto» dos campos petrolíferos no Irão e no Iraque e, sem dúvida, causariam «toda a espécie de danos».^[36] Por outras palavras, não só parecia que a Alemanha poderia encontrar uma solução para o seu calcanhar de Aquiles de não ter acesso fiável a petróleo para alimentar os seus navios, aviões, tanques e outros veículos, como poderia comprometer a capacidade britânica de sustentar o esforço de guerra. Era vital, concluía o general Auchinleck, desenvolver um plano – chamado Operação *Countenance* – para defender a faixa de terra que ia da Palestina a Basra e aos campos petrolíferos iranianos.^[37]

A importância do Irão era ampliada pela sua localização estratégica. Ainda que Estaline tivesse feito um acordo com Hitler em 1939, a invasão alemã da União Soviética dois anos mais tarde fez desta última uma improvável aliada dos britânicos e seus amigos. Anunciou-se, assim, em Washington que «o governo dos Estados Unidos decidiu dar todo o apoio económico praticável com o objetivo de fortalecer a União Soviética na sua luta contra a agressão armada».^[38] A isto juntaram-se garantias privadas dadas a Estaline pelo embaixador norte-americano em Moscovo de que os Estados Unidos estavam «“inteiramente” determinados a bater Hitler» e preparados para fazer o que fosse necessário para que isso acontecesse.^[39]

O problema estava em saber como enviar armamentos e material para a União Soviética. Os envios para portos no Círculo Ártico eram logisticamente difíceis e, em pleno inverno, traiçoeiros. A falta de portos adequados, além de Vladivostok, a oriente, entretanto, não era menos problemática, sobretudo por causa do domínio do Japão nesta parte do Pacífico. A solução era óbvia: controlar o Irão. Isto evitaria que os agentes alemães e simpatizantes locais singrassem num momento crucial, permitiria

a proteção de recursos naturais que os Aliados não podiam perder e providenciaria a melhor hipótese de coordenar esforços para deter o imparável avanço para oriente da Wehrmacht.

Além de servir os objetivos de guerra dos Aliados, a operação também prometia recompensas a longo prazo para britânicos e soviéticos; ocupar o país daria a ambos o que, havia muito, cobiçavam em termos de influência política, recursos económicos e valor estratégico. A decisão de Hitler de se virar contra o seu antigo aliado oferecia oportunidades entusiasmantes em Moscovo.

Em agosto de 1941, o Irão foi invadido por tropas britânicas, a que logo se juntaram as forças soviéticas. As diferenças foram postas de lado para promover os interesses mútuos numa região de grande importância estratégica e económica. Houve muitas celebrações quando as tropas britânicas e soviéticas se encontraram em Qazvin, no norte do país, onde trocaram histórias e cigarros. Os correspondentes estrangeiros que foram ter com o exército soviético depressa começaram a receber ofertas de vodca e a fazer brindes à aliança, bebendo à saúde de Estaline, depois, Churchill, depois, Molotov, depois, Roosevelt e, depois, o mesmo pela mesma ordem. «Ao cabo de trinta brindes de vodca pura», escreveu um jornalista norte-americano que estava presente, «metade dos correspondentes estava debaixo da mesa. Os russos continuaram a beber.».[40]

Quando o xá hesitou em emitir um ultimato para expulsar os cidadãos alemães com efeito imediato, os britânicos começaram a transmitir relatos no novo Serviço de Rádio Persa da BBC que acusavam (falsamente) o xá de retirar as joias da coroa da capital e de usar trabalho forçado nos seus negócios e o fornecimento de água de Teerão para irrigar os seus jardins privados – críticas que, segundo as memórias de Reader Bullard, já circulavam havia algum tempo.[41]

O xá prevaricou perante as exigências britânicas, queixando-se ao presidente Roosevelt dos «atos de agressão» e lamentando a ameaça à «justiça internacional e ao direito dos povos à liberdade». Estava tudo muito bem, respondeu o presidente, mas o xá deveria ter em conta que «é certo que os movimentos de conquista alemães vão continuar e estender-se-

ão para lá da Europa, até à Ásia, África e mesmo as Américas». A Pérsia, por outras palavras, cortejava o desastre se pretendia manter boas relações com Hitler.[\[42\]](#) Por fim, os britânicos assumiram as rédeas do assunto e forçaram a abdicação de Reza Khan, agora considerado um risco, e substituíram-no pelo filho, Mohammed Reza, um *playboy* imaculado com uma paixão por policiais franceses, carros velozes e mulheres mais rápidas ainda.[\[43\]](#)

Para muitos iranianos, essa interferência exterior era intolerável. Em novembro de 1941, juntaram-se multidões para gritar «Longa vida a Hitler!» e «Abaixo os russos e os britânicos!», para mostrar a sua repulsa perante o modo como o destino do país estava a ser decidido por soldados que eram vistos como uma força ocupante.[\[44\]](#) Esta não era uma guerra do Irão; as disputas e os conflitos militares da Segunda Guerra Mundial nada tinham que ver com os habitantes de cidades como Teerão e Isfahan, que olhavam perplexos enquanto o seu país se via envolvido na contenda entre as potências europeias. Estas opiniões não contavam para nada.

Com a situação do Irão controlada à força, também se tomaram medidas contra as instalações francesas na Síria após a queda de França, devido ao receio de que pudessem ser usadas contra os britânicos e os seus aliados no Médio Oriente. Um esquadrão *Hurricane* reunido à pressa foi enviado de RAF Habbaniyah, um dos aeródromos que os britânicos mantinham no Iraque após o final da Primeira Guerra Mundial, para bombardear as bases da França de Vichy. Entre aqueles que voaram em ataques na segunda metade de 1941 contava-se um jovem piloto que, mais tarde, recordou como, num domingo de manhã, ao descer, apanhou uma festa de *cocktails* de pilotos franceses e «um grupo de raparigas em vestidos coloridos». Copos, garrafas e saltos altos voaram para todo o lado quando os caças britânicos atacaram, e todos procuraram refúgio. Foi «imensamente cómico», escreveu o piloto de um dos *Hurricanes* – um certo Roald Dahl.[\[45\]](#)

As notícias que chegavam a Berlim por esta altura pareciam ser incessantemente boas. Com a União Soviética em apuros e um êxito

próximo na Pérsia, no Iraque e na Síria, havia todas as razões para acreditar que a Alemanha estava a embarcar numa série de conquistas comparáveis com as dos grandes exércitos do islão no século VII ou das forças mongóis de Genghis *khan* e seus herdeiros. O sucesso estava a curta distância.

A realidade, porém, era um tanto diversa. Por dramáticos que parecessem os avanços alemães, tanto na União Soviética como noutros lados, tinham vários problemas. Desde logo, as baixas nos campos de batalha durante o avanço para oriente excediam, em muito, as reservas enviadas para as substituir. Ainda que as vitórias espetaculares levassem à captura de grandes números de prisioneiros, o custo era elevado. Segundo as estimativas do general Halder, a Wehrmacht perdera mais de 10 por cento dos seus homens nos dois primeiros meses de lutas após o início da invasão – ou mais de 400 mil soldados. Em meados de setembro, o número já subira a mais de 500 mil homens, mortos ou feridos.^[46]

O avanço galopante também comportava uma tensão quase insustentável nas linhas de fornecimento. A falta de água potável era um problema desde o início, o que, por sua vez, levou a surtos de cólera e disenteria. Mesmo antes do fim de agosto, tornava-se claro para os mais astutos que o quadro não era tão risonho quanto parecia: a escassez de materiais básicos como lâminas de barbear, pasta de dentes, escovas de dentes, papel, agulhas e fio tornou-se notável logo nos primeiros dias da invasão.^[47] Uma chuva interminável no final do verão deixava os homens e os equipamentos encharcados. «Não temos hipótese de secar os cobertores, as botas e as roupas», escreveu um soldado para casa.^[48] As notícias desta situação chegaram a Goebbels, que apontou no seu diário que eram precisos nervos de aço para superar as dificuldades. A seu tempo, escreveu, as presentes dificuldades «serão recordações gratas».^[49]

As perspetivas no Próximo Oriente e na Ásia Central também não eram tão boas quanto pareciam. A despeito de todo o otimismo no início desse ano, a Alemanha tinha pouco para mostrar apesar do entusiasmo popular que prometia ligar o Norte de África à Síria, o Iraque ao Afeganistão. O plano de estabelecer uma presença significativa, para não falar de assumir o controlo, parecia ser uma ilusão, mais do que uma promessa substancial.

E, assim, apesar dos extraordinários ganhos territoriais, o alto-comando alemão começou a tentar levantar o moral quando Moscovo estava prestes a cair. No início de outubro de 1941, o marechal Von Reichenau, comandante da parte do Grupo de Exércitos Sul que avançara até à zona «excedentária», emitiu uma ordem para tentar incutir alguma fibra aos seus soldados. Cada homem, disse solenemente, era um «porta-estandarte de um ideal nacional e o vingador de todas as bestialidades perpetradas contra o povo alemão».[50] Isso estava muito bem; mas enquanto os homens enfiavam jornais dentro das botas para combater o frio, era difícil ver que efeito poderiam ter as palavras de ordem numa força cujos membros gelavam até à morte se fossem feridos e cuja pele ficava colada às espingardas geladas.[51] À medida que o inverno cortante se instalava, levando a que o pão tivesse de ser cortado com um machado, Hitler disse ao ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês com desdém: «Se o povo alemão já não é forte o suficiente nem está pronto para sacrificar o próprio sangue [...] então deverá perecer.»[52] Os estimulantes químicos – como Pervitin, uma metanfetamina distribuída em grandes quantidades por entre as tropas que serviam na gélida frente oriental – ajudavam mais do que os discursos de encorajamento.[53]

Sérios problemas de fornecimento também caracterizaram a invasão. Estimara-se que o grupo de batalha que se aproximava de Moscovo precisaria de vinte e sete entregas de combustível por comboio, todos os dias.[54] Os economistas norte-americanos que monitorizavam a guerra focaram-se precisamente nesta questão nos relatórios intitulados «A Posição Económica e Militar Alemã» e «O Problema de Fornecimento Alemão na Frente Oriental». Calcularam que cada 200 quilómetros de avanço exigiria 35 mil vagões de carga adicionais ou uma redução de dez mil toneladas nas entregas diárias à linha da frente. A velocidade do avanço revelava-se um grande problema.[55]

Manter a linha da frente abastecida pela retaguarda já era difícil o suficiente. Mas havia um assunto mais premente. O princípio orientador por detrás da invasão fora a amputação das terras ricas da Ucrânia e do sul da Rússia – a chamada zona «excedentária». Mesmo quando os transportes de

cereais estavam a ser garantidos pela União Soviética antes da invasão, os efeitos da guerra nos fornecimentos de comida e nas dietas foram muito mais marcantes na Alemanha do que o foram por exemplo na Grã-Bretanha. Em vez de aumentar com as conquistas a leste, o consumo diário de calorias, já reduzido no final de 1940, começou a cair ainda mais.^[56] Com efeito, as quantidades de cereais a serem enviadas para a Alemanha depois do início da Operação *Barbarossa* eram muito mais baixas do que as importações da União Soviética, em 1939-1941.^[57]

As transmissões de rádio alemãs tentavam levantar o moral – e dar garantias. A Alemanha costumava ter grandes reservas de cereais, dizia um relato noticioso em novembro de 1941; «agora, em tempo de guerra, temos de dispensar esses luxos». Mas havia boas notícias, prosseguia o noticiário. Não havia razão para temer a escassez e os problemas da Primeira Guerra Mundial. Ao contrário do período entre 1914 e 1918, «o povo alemão pode confiar nas suas autoridades de controlo alimentar».^[58]

Era um encorajamento fútil, pois, na verdade, começava a tornar-se claro que a ideia de controlar um conjunto aparentemente infinito de recursos a leste fora uma ilusão. O exército que fora instruído a alimentar-se da terra não o pôde fazer, lutando pela sobrevivência e recorrendo ao roubo de gado. Longe de melhorarem a situação agrícola na Alemanha, as terras prometidas onde Hitler e a sua corte haviam depositado as suas esperanças revelaram ser motivo de grandes gastos. A política de terra queimada dos soviéticos roubava grande parte das riquezas das terras. Entretanto, no seio da Wehrmacht, as prioridades militares confusas e contraditórias – havia uma tensão constante quanto a decidir se os homens, tanques, recursos e combustível deviam ser desviados para o centro, para o norte ou para o sul – plantaram sementes que se revelariam mortíferas. As estimativas norte-americanas elaboradas na primavera de 1942, sobre as colheitas prováveis nos territórios conquistados do sul da União Soviética, traçavam um cenário pessimista para a colheita provável na Ucrânia e no sul da Rússia. Quando muito, sugeria o relatório, serão possíveis dois terços das quantidades anteriores à invasão. Mesmo isso seria bom.^[59]

Assim, a despeito de todas as conquistas territoriais, a campanha oriental não entregara o que fora prometido nem o que era necessário. Apenas dois dias após a invasão da União Soviética, Backe apresentara as suas projeções quanto às necessidades de trigo enquanto parte de um plano económico de quatro anos. A Alemanha deparava-se com um défice de 2,5 milhões de toneladas por ano. A Wehrmacht teria de resolver esse problema – e assegurar milhões de toneladas de sementes e milhões de cabeças de gado e porcos – para a Alemanha comer.^[60] Esta era uma das razões por que Hitler instruíra os seus generais a «aniquilar Moscovo e Leninegrado»: queria «evitar que aí ficassem pessoas que teríamos de alimentar no inverno».^[61]

Tendo previsto que milhões morreriam por causa da escassez de comida e da fome, os alemães começavam agora a identificar aqueles que deveriam sofrer. Os primeiros eram os prisioneiros russos. Não há necessidade de os alimentar, escreveu Göring com indiferença; não estamos vinculados por nenhuma obrigação internacional.^[62] A 16 de setembro de 1941, deu a ordem de que se retirassem os abastecimentos de comida a prisioneiros de guerra «não trabalhadores» – ou seja, aqueles que estavam demasiado fracos ou feridos para servirem como trabalho escravo. Um mês mais tarde, depois de as rações para os cativos «trabalhadores» terem sido reduzidas, foram mais uma vez diminuídas.^[63] O efeito foi devastador; em fevereiro de 1942, cerca de dois milhões (de um total de 3,3 milhões) de prisioneiros soviéticos estavam mortos, sobretudo em resultado da fome.^[64]

No sentido de acelerar ainda mais o processo, conceberam-se novas técnicas para eliminar o número de bocas que precisavam de ser alimentadas. Os prisioneiros de guerra foram arrebanhados às centenas para neles testar os efeitos de pesticidas que tinham sido usados para fumegar as barracas do exército polaco. Também se levaram a cabo experiências sobre o impacto do envenenamento por monóxido de carbono, usando carrinhas que tinham tubos ligados aos seus próprios escapes. Estes testes – que decorreram no outono de 1941 – foram conduzidos em localizações que

depressa se tornariam famosas por usar as mesmas técnicas numa escala maciça: Auschwitz e Sachsenhausen.[65]

Os assassinios em massa que começaram semanas antes do início da invasão eram uma resposta repugnante ao malogro do ataque alemão e às falhas abjetas dos planos estratégicos e económicos. Os grandes celeiros da Ucrânia e do sul da Rússia não haviam gerado o que se esperara deles. E havia um preço imediato a pagar: não a deportação ou emigração da população local, como Hitler mencionara numa conversa. Com demasiadas pessoas e pouca comida, havia dois alvos óbvios que haviam sido demonizados em todas as facetas da vida alemã, nos meios de comunicação social e na consciência popular: os russos e os judeus.

O retrato dos eslavos como seres racialmente inferiores, erráticos, com uma grande capacidade de suportar o sofrimento e a violência havia-se desenvolvido consistentemente antes da guerra. Ainda que o desprezo houvesse sido minimizado após o acordo Molotov-Ribbentrop, em 1939, recomeçou depois da invasão. Como já tem sido persuasivamente defendido, este desprezo contribuiu diretamente para o genocídio de russos que começou no final do verão de 1941.[66]

O antissemitismo estava ainda mais entranhado na Alemanha do que antes da guerra. Segundo o *Kaiser* deposto, a República de Weimar fora «preparada pelos judeus, feita pelos judeus e mantida por dinheiro judeu». Os judeus eram como mosquitos, escreveu em 1925, «um transtorno de que a Humanidade tem de se livrar de uma forma ou outra [...]. Acredito que a melhor coisa seria gás!»[67] Estas atitudes não eram incomuns. Eventos como a *Kristallnacht*, com a sua violência coordenada contra os judeus na noite de 9-10 de novembro de 1938, eram o culminar de uma retórica venenosa que rotineiramente considerava a população judaica «um parasita [que] se alimenta da carne e da produtividade e do trabalho de outras nações».[68]

O medo crescente do que essa retórica – e ação – traria já levava alguns a considerar novas alianças. Em meados dos anos de 1930, David Ben-Gurion, mais tarde primeiro-ministro de Israel, tentou chegar a acordo com as principais figuras árabes na Palestina para permitir maiores níveis de

emigração judaica. Isto não deu em nada; em vez disso, uma missão liderada por um árabe supostamente moderado foi enviada até Berlim para chegar a um acordo, segundo o qual o regime nazi apoiaria os planos árabes para minar os interesses britânicos no Médio Oriente.[\[69\]](#)

Depois do final do primeiro mês da guerra, setembro de 1939, acordara-se um plano para reinstalar todos os judeus na Polónia. De início, pelo menos, o plano parecera ser o de reunir a população em massa para facilitar a sua remoção do território alemão através da emigração forçada. Com efeito, desenvolveram-se planos elaborados no final dos anos de 1930 para deportar os judeus alemães para Madagáscar, um esquema descabido aparentemente baseado na crença popular (mas falsa) de muitos geógrafos e antropólogos do fim do século XIX e início do século XX de que as origens da população nativa malgaxe desta ilha no sudoeste do oceano Índico remontavam aos judeus.[\[70\]](#)

Na Alemanha nazi, também se discutira deportar os judeus para outros lados. De facto, e perversamente, Hitler defendera a criação de um Estado judeu na Palestina ao longo de duas décadas. Na primavera de 1938, falou em defesa de uma política de emigração dos judeus alemães para o Médio Oriente e da formação de um novo Estado que os albergasse.[\[71\]](#) Com efeito, no final da década de 1930, uma missão de alto nível, liderada por Adolf Eichmann, fora enviada a encontrar-se com agentes sionistas na Palestina para discutir como se poderia chegar a um acordo que resolvesse aquilo a que muitas vezes se chamava «a questão judaica» de uma vez por todas. Com considerável ironia, Eichmann – mais tarde executado em Israel por crimes contra a Humanidade – deu por si a discutir como promover a emigração de judeus da Alemanha para a Palestina, algo que parecia interessar tanto à liderança nazi antissemita como à liderança da comunidade judaica em Jerusalém e à sua volta.[\[72\]](#)

Ainda que as discussões não resultassem num acordo, os alemães continuaram a ser vistos como parceiros potencialmente úteis – mesmo depois do início da guerra. No outono de 1940, Avraham Stern, o criador de um movimento chamado Lehi, que se tornou conhecido junto das autoridades palestinianas como o gangue Stern e cujos membros incluíam o

futuro primeiro-ministro Yitzhak Shamir e outros pais fundadores de Israel dos nossos dias, enviou uma mensagem a um alto diplomata alemão em Beirute com uma proposta radical. «Podem existir interesses comuns», dizia, entre a Alemanha e «as verdadeiras aspirações nacionais do povo judeu», que Stern (e outros) dizia representar. Se «as aspirações do movimento pela liberdade israelita forem reconhecidas», prosseguia, Stern oferecia-se para «tomar parte ativa na guerra do lado alemão». Se os judeus pudessem ser libertados através da criação de um Estado, Hitler sem dúvida sairia beneficiado: além de «fortalecer a futura posição de poder alemã no Médio Oriente», também «fortaleceria extraordinariamente a base moral» do Terceiro *Reich* «aos olhos de toda a Humanidade».[73]

Não era mais do que retórica. Na verdade, Stern estava a ser pragmático – ainda que as esperanças que punha na aliança com a Alemanha não fossem partilhadas por todos os membros da sua organização. «Tudo o que queremos dos alemães», disse pouco depois para explicar a sua posição, é que levem recrutas judeus para a Palestina. Ao fazerem-no, «a guerra contra os britânicos para libertar a pátria começará aqui. Os judeus obterão um Estado, e os alemães, pelo caminho, livrar-se-ão de uma importante base britânica no Médio Oriente e também resolverão a questão judaica na Europa». Parecia lógico – e terrível: figuras de vulto da comunidade judaica propunham ativamente a colaboração com os maiores antissemitas de todos os tempos e negociavam com os perpetradores do Holocausto menos de doze meses antes de o genocídio começar.[74]

No que dizia respeito a Hitler, para onde se deportavam os judeus não era importante, tal a força do seu antissemitismo. A Palestina era apenas uma entre várias localizações consideradas, e lugares na Rússia profunda foram também discutidos seriamente. «Não interessa para onde se enviam os judeus», disse Hitler ao comandante militar croata Slavko Kvaternik, em 1941. Tanto a Sibéria como Madagáscar serviriam.[75]

Confrontada com problemas crónicos na Rússia, esta atitude casual endurecia e tornava-se mais formal e mais implacável, à medida que os planeadores nazis se apercebiam de que o facto de os judeus terem sido reunidos em campos significava que havia poucos entraves a praticar um

assassínio em massa.[76] Perante o exaurir de recursos já de si escassos, era um pequeno passo para um regime sistematicamente antissemita começar a contemplar o assassinio em escala maciça. Os judeus já estavam em campos na Polónia; eram um alvo pronto e fácil num momento em que a liderança nazi percebia que tinha milhões de bocas a mais para alimentar.

«Há o perigo, este inverno», escreveu Adolf Eichmann logo em meados de julho de 1941, «de que já não seja possível alimentar os judeus. Deverá considerar-se seriamente se não seria mais humano exterminar os judeus incapazes de trabalhar através de um qualquer preparativo de efeitos rápidos.»[77] Os mais velhos, os mais fracos, as mulheres e as crianças e os que não fossem «aptos para o trabalho» foram considerados dispensáveis: eram o primeiro passo para substituir os «x milhões» cujas mortes haviam sido tão cuidadosamente planeadas antes da invasão da União Soviética.

Começou assim uma cadeia de eventos cujos horror e escala não tinham precedentes, o envio de seres humanos como gado para campos cercados onde podiam ser divididos entre aqueles que prestariam trabalho escravo e aqueles cujas vidas eram o preço a pagar pela sobrevivência de outros: o sul da Rússia, a Ucrânia e a estepe ocidental tornaram-se a causa do genocídio. Que a terra não gerasse trigo nas quantidades antecipadas foi uma causa direta do Holocausto.

Em Paris, onde a polícia levava a cabo o registo secreto de estrangeiros judeus e não judeus desde o final dos anos de 1930, o processo de deportação era simplesmente uma questão de percorrer o índice de fichas que foram entregues aos ocupantes alemães e enviar guardas para deter famílias inteiras e transportá-las para campos no Leste, sobretudo na Polónia.[78] O registo de judeus noutros países ocupados, como os Países Baixos, como parte do programa lato de antissemitismo nazi institucionalizado, também tornava o processo de deportação daqueles que eram agora considerados excedentários perturbadoramente fácil.[79] Tendo atacado a União Soviética visando zonas excedentárias, agora, o alvo eram as populações excedentárias – e saber o que fazer com elas.

Quando as esperanças para a invasão se viram goradas, a elite nazi concluiu que havia uma solução para os problemas da Alemanha. Numa

grotesca imagem em espelho do encontro que decorreria em Berlim, a 2 de maio de 1941, outro encontro teve lugar menos de oito meses mais tarde, em Wannsee, um subúrbio tranquilo de Berlim. Mais uma vez, a discussão centrava-se na questão da morte de milhões não quantificáveis. O nome dado às conclusões a que se chegou na manhã fria de 20 de janeiro de 1942 causa calafrios. Aos olhos dos seus criadores, o genocídio dos judeus era simplesmente uma resposta a um problema. O Holocausto era a «Solução Final».[80]

Não tardou muito até que tanques, aviões, armamentos e fornecimentos fossem enviados de Londres e Washington para Moscovo à medida que o contra-ataque à Alemanha ganhava ímpeto. Estas eram redes, rotas comerciais e canais de comunicação que funcionavam desde os tempos da Antiguidade, através do chamado Corredor Persa, estendendo-se para os portos do golfo de Ābādān, Basra, Bushihr e outros, pelo interior até Teerão por Arak e Qom e, finalmente, ao longo do Cáucaso até chegar à União Soviética. Também foram abertas rotas através do Extremo Oriente russo ao longo da Ásia Central.[81]

As antigas relações comerciais da Rússia com a Grã-Bretanha foram reatadas, apesar dos desafios envolvidos: a rota dos comboios árticos que levavam provisões e recursos para Murmansk e o norte da Rússia já era traiçoeira o suficiente nos séculos XVIII e XIX. Percorrê-la ao alcance de submarinos e de vasos de guerra com artilharia pesada como o *Tirpitz* e o *Bismarck*, que pululavam na costa norueguesa do mar do Norte, exigia uma enorme resistência e bravura. Por vezes, menos de metade dos navios que partiam chegava ao seu destino e voltava – e muitos dos soldados que percorriam esta rota não receberam medalhas pelo seu serviço ou a sua coragem ao longo de décadas depois do fim da guerra.[82]

Paulatinamente, mas com segurança, a sorte começou a mudar, e as forças alemãs foram expulsas do centro do mundo. Por um momento, parecia que a jogada de Hitler iria ser recompensada: já senhor da Europa em tudo menos em nome, o seu esforço de atingir a Ásia Central vindo de norte e de sul parecia estar a resultar quando as suas tropas chegaram às

margens do Volga. Mas, um após o outro, os ganhos territoriais desapareceram à medida que o exército alemão foi rechaçado implacável e brutalmente de volta para Berlim.

Hitler caiu no desespero quando se apercebeu do que estava a acontecer. Um relatório britânico confidencial revelava que, num discurso proferido a 26 de abril de 1942, apesar dos aparentes sucessos a leste, o líder alemão acusava sinais evidentes de paranoia e fatalismo, juntamente com sinais crescentes do que foi designado como um complexo de Messias.^[83] De um ponto de vista psicológico, Hitler assumia riscos extraordinários, era um homem que se adequava ao perfil de jogador compulsivo.^[84] A sua sorte começava finalmente a esmorecer.

Isso aconteceu no verão de 1942. Rommel fora detido em El Alamein, tornando dispensáveis os planos de Muhammad al-Husaynī, que dissera aos habitantes do Cairo que elaborassem listas com casas e locais de trabalho dos judeus residentes para que pudessem ser reunidos e exterminados em carrinhas de gás desenvolvidas por um oficial alemão fanático que estava estacionado localmente.^[85]

A entrada dos Estados Unidos na guerra também demorou a fazer-se sentir. Levados a agir pelo choque do ataque japonês a Pearl Harbor, os norte-americanos prepararam-se para a guerra em duas frentes. Em meados de 1942, a vitória na épica batalha de Midway permitiu que os Estados Unidos passassem à ofensiva no Pacífico, ao passo que os grandes envios de tropas no início do ano seguinte para o Norte de África, Sicília e sul de Itália, e, mais tarde, para outras regiões da Europa, prometiam mudar o curso da guerra.^[86]

Depois, havia a situação de Estalinegrado. Na primavera de 1942, Hitler aprovara uma proposta com o nome de código Operação Caso Azul que envolvia a passagem de forças alemãs pelo sul da Rússia para proteger os campos petrolíferos no Cáucaso que se haviam tornado centrais para o planeamento da guerra pelo Terceiro *Reich*. A ofensiva era ambiciosa e arriscada – e a vitória dependia desta, como o sabiam os mais altos generais e o próprio Hitler: «se não conseguir o petróleo de Maikop e Grozny», declarou o líder alemão, «terei de terminar a guerra».^[87]

Estalinegrado representava um grande problema. Não era essencial capturar a cidade, apesar do prestígio associado ao seu nome. Ainda que fosse um importante centro industrial, a sua relevância residia na localização estratégica junto ao Volga: neutralizar Estalinegrado mostrava-se essencial para proteger as conquistas que os alemães planeavam fazer no Cáucaso. No outono de 1942, era evidente que as coisas estavam a correr muito mal. A ofensiva alemã começara tarde, e depressa deparou com problemas. Soldados, artilharia e o cada vez mais precioso combustível – que Berlim mal podia dispensar – foram consumidos em grandes quantidades em Estalinegrado, o que já era mau. Pior ainda era o facto de as atenções se terem desviado do primeiro objetivo estratégico da campanha: petróleo. Alguns elementos do círculo íntimo de Hitler, como Albert Speer, perceberam o que significariam os atrasos. A Alemanha tinha de ganhar a guerra «até ao final de outubro, antes que comece o inverno russo, ou perdê-la-emos de uma vez por todas».[88]

Havendo ainda muito que fazer para planear como expulsar as tropas alemãs do leste e do ocidente e como coordenar as tenazes que se fechariam sobre Berlim, no final de 1942, as atenções dos novos Aliados – Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética – voltavam-se para o futuro. Quando os líderes dos três países se encontraram em Teerão em 1943, em Ialta na primavera de 1945, e, finalmente, em Potsdam alguns meses mais tarde, era claro que o esforço, as expensas e o trauma de mais um confronto maciço haviam exaurido a Europa Ocidental.

Era já óbvio que os antigos impérios teriam de ser reduzidos; era simplesmente uma questão de saber como gerir melhor este processo. Num sinal da fadiga moral reinante, a questão em causa era a de tomar a decisão menos má – e mesmo isso não foi bem-sucedido. Em outubro de 1944, Churchill regressou a casa de uma visita a Moscovo, «refrescado e fortificado», disse a Estaline, graças à «hospitalidade russa, que é famosa e, na ocasião, se excedeu». As minutas dão conta do recital do Terceiro Concerto para Piano de Rachmaninov, de uma «ida a compras», bem como uma série de conclusões a que se chegou durante os encontros. As minutas

não registam as discussões sobre o destino da Europa no pós-guerra, que foram eliminadas dos relatórios oficiais.[89]

Abdicou-se da integridade territorial da Polónia que a Câmara dos Comuns havia jurado proteger em 1939, e as suas fronteiras foram rudemente alteradas quando Winston Churchill achou que o momento era «propício à negociação» e usou um lápis azul para traçar um mapa que punha um terço do país em território alemão e oferecia outro terço à União Soviética; também propôs divisões em vários outros países na Europa Central e de Leste que pudessem ser mutuamente gratificantes – como a divisão 90:10 da Roménia a favor da influência soviética e em detrimento da britânica, e o caso oposto na Grécia; na Bulgária, Hungria e Jugoslávia aplicar-se-ia uma divisão 50:50. Mesmo Churchill reconheceu que a «forma leviana» com que se decidira o destino de «milhões de pessoas» podia ser considerada «um tanto cínica». O preço de agraciar Estaline envolvia o sacrifício da liberdade de metade do continente europeu. «Vamos queimar este papel», disse Churchill ao líder supremo soviético; «não», respondeu Estaline, «fique com ele».[90]

Churchill apercebeu-se da verdadeira situação demasiado tarde. No seu famoso discurso em Fulton, Missouri, em 1946, que avisava sobre uma Cortina de Ferro que cairia em toda a Europa, observou que «todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e de Leste, Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia» estavam agora na esfera da União Soviética.[91] Todas, salvo Viena e metade de Berlim, aí permaneceriam. A Segunda Guerra Mundial fora travada para impedir que a sombra negra da tirania caísse sobre a Europa; no final, nada podia ser feito para evitar que a Cortina de Ferro descesse.

E assim a Europa foi dividida em duas no final da Segunda Guerra Mundial. A metade ocidental havia lutado corajosa e heroicamente; e, ao longo das décadas que se seguiram, congratulou-se com o seu feito de derrotar o nazismo sem pagar o preço de reconhecer o papel que desempenhou na sua génese. E também não podia pensar demasiado na parte do continente de que se abdicara nos novos acordos do pós-guerra. A derrota da Alemanha resultara em fadiga de guerra crónica, na exaustão das

economias da Grã-Bretanha e de França e no colapso das economias de Holanda, Bélgica, Itália e países escandinavos. A par disso estava o medo não só de uma corrida às armas, que provavelmente envolveria extensas investigações de armas nucleares, mas de um confronto direto. Com as tropas soviéticas detendo uma superioridade numérica de 4:1 na Europa sobre as tropas dos outros Aliados, acompanhadas por vantagens no uso de tanques, havia um medo real de que, após a rendição alemã, surgissem mais hostilidades. Em resultado, Churchill ordenou que fossem desenhados planos baseados na hipótese de que a derrota de Hitler apenas marcasse o fim de um capítulo e não de toda a história. O nome dado a estes planos oculta a razão por que foram preparados: a Operação Impensável era eminentemente pensável nas mentes dos planeadores britânicos.[92]

A necessidade de preparação para quaisquer contingências baseava-se na realidade de uma situação de mudança rápida após a derrocada da Alemanha. Estaline assumira uma posição cada vez mais intransigente, sem dúvida levado pelo sentimento de ter sido traído na sua catastrófica aliança com Hitler, em 1939, mas também em resultado do preço surpreendente que a União Soviética tivera de pagar – sobretudo Estalinegrado e Leninegrado – para sobreviver à investida alemã.[93] Do ponto de vista de Moscovo, tornou-se importante construir um sistema de Estados-tampão e clientelares, bem como criar e reforçar o medo de se chegar a uma ação direta se a União Soviética se sentisse ameaçada. Dadas as circunstâncias, manietar os países a ocidente tomando como alvo e mesmo eliminando as suas bases industriais era um passo lógico – assim como providenciar apoio financeiro e logístico para os partidos comunistas que nasciam. Como a História demonstra, o ataque é muitas vezes a melhor forma de defesa.[94]

Um resultado desta situação era que a opressão de Hitler passou a ser considerada pior do que a de Estaline. A narrativa da guerra como um triunfo sobre a tirania era seletiva, destacando um inimigo político e omitindo as falhas e defeitos dos seus recentes amigos. Muitos, na Europa Central e de Leste, discordariam desta história do triunfo da democracia, apontando que o preço fora pago nas décadas subsequentes por aqueles que se encontraram no lado errado de uma linha arbitrária. Contudo, a Europa

Ocidental tinha a sua história a proteger, e isso significava dar ênfase aos êxitos – e calar os erros e as decisões que podiam ser vistas como *Realpolitik*.

Exemplo disso é o facto de a União Europeia ter recebido o Prémio Nobel da Paz em 2012: como era admirável que a Europa, que fora responsável por guerras quase contínuas não só no seu continente, mas em todo o mundo ao longo de séculos, tivesse conseguido evitar o conflito durante várias décadas. Na Antiguidade tardia, o equivalente teria sido atribuir o prémio a Roma um século depois de ter sido saqueada pelos godos, ou talvez aos cruzados após a perda de Acre por terem diminuído a retórica antimuçulmana no mundo cristão. O silêncio das armas talvez devesse mais à realidade de não haver mais nada por que lutar do que à visão profética de uma sucessão de políticos supostamente brilhantes na prossecução da paz no final do século ^{xx} e início do século ^{xxi}, ou às maravilhas de uma organização internacional recalcitrante de Estados europeus cujas contas não são auditadas há anos.

Um novo mundo começara a despontar em 1914 quando o sol começava a pôr-se na Europa Ocidental. O processo acelerou-se com as hostilidades de 1939-1945 e continuou depois de estas terminarem. A questão era agora a de saber quem controlaria as grandes redes comerciais da Eurásia. E havia boas razões para ponderar a situação cuidadosamente, pois a terra fértil e as areias douradas do coração do mundo, bem como as águas do mar Cáspio, escondiam mais do que estava à vista.



O ouro da África Ocidental era famoso em todo o Mediterrâneo. Neste pormenor do Atlas Catalão, de 1375, o grande rei do Mali, Mansa Musa, «o mais rico e mais nobre» dos governantes, segura uma grande pepita de ouro.

Bibliothèque Nationale, Paris / Bridgeman Images



No século xv, a China começou a interessar-se cada vez mais pelo mundo para lá do Pacífico. O almirante chinês Zheng He explorou o oceano Índico e a costa leste de África. Esta pintura mural do Santuário do Templo Chinês em Penang, Malásia, mostra um dos seus navios.
© Chris Hellier / Alamy





Cortés e Xicoténcatl, cuja aliança provocou a queda dos aztecas. Cortés dizia sofrer de uma doença que só podia curar-se com ouro.



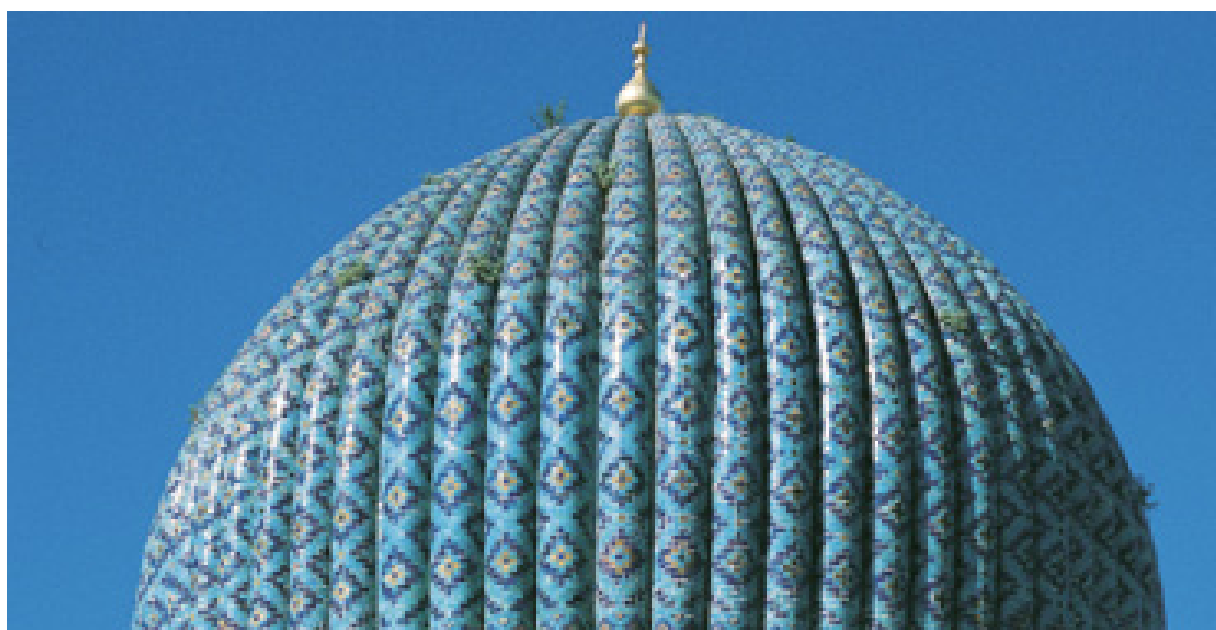
Mapa do oceano Índico, golfo Pérsico e baía de Bengala, da autoria de Jan Huygens van Linschoten, o decano dos cartógrafos.

Culture Club / Getty Images



O movimentado porto de Calecute, no sudoeste da Índia, um século após a expedição de Vasco da Gama. De volta a casa, os comerciantes europeus que acorriam à Ásia podiam obter enormes lucros vendendo os artigos aos novos ricos europeus.

Private Collection / The Stapleton Collection / Bridgeman Images





O maravilhoso mausoléu de Gūr-i Mīr, em Samarcanda, túmulo de Tamerlão e seus herdeiros.
Getty Images





O Taj Mahal, um símbolo de amor e do grande enriquecimento da Índia no século xvii.
Getty Images



A delegação holandesa recebida em Udaipur pelo marajá Sangram Singh em 1711 (pormenor). Negociar (e reconfirmar) os privilégios do comércio era vital para a defesa dos interesses europeus.
© Victoria and Albert Museum, London



A era dourada holandesa: *Rapariga a Ler Uma Carta ao pé de Uma Janela Aberta*, de Vermeer – em primeiro plano vê-se uma taça com as características cores azul e branca das cerâmicas asiáticas. Fine Art Images / Heritage Images / Getty Images



A Companhia das Índias Orientais gerou fortunas para muitos dos seus oficiais. O seu clamoroso fracasso levou a um resgate pelo governo que antagonizou muitos nas colónias britânicas. Em 1773, em protesto, homens vestidos como «índios» despejaram chá no porto de Boston. A *Boston Tea Party* foi um marco no caminho para a Declaração de Independência americana.

De Agostini / Getty Images



O assassinio de Alexander Burnes em Cabul, a 2 de novembro de 1841. Antes da sua morte, Burns era um comentador dos negócios da Ásia Central.

Private Collection / © Look and Learn / Elgar Collection / Bridgeman Images





Sir Edward Grey, secretário de Estado para os Assuntos Externos da Grã-Bretanha, no início da Primeira Guerra Mundial. Acreditava que manter boas relações com a Rússia era vital para os interesses britânicos na Índia e no golfo Pérsico.

Getty Images



Shah Mozaffar od-Dīn, cujos pedidos de empréstimos criaram problemas – e oportunidades – para Londres e Sampetersburgo.

Herbert Backe, arquiteto do plano para dividir a União Soviética em zonas de «excedentes» e «défices». Como resultado, previa-se que milhões de pessoas morressem à fome.
Bundesarchiv

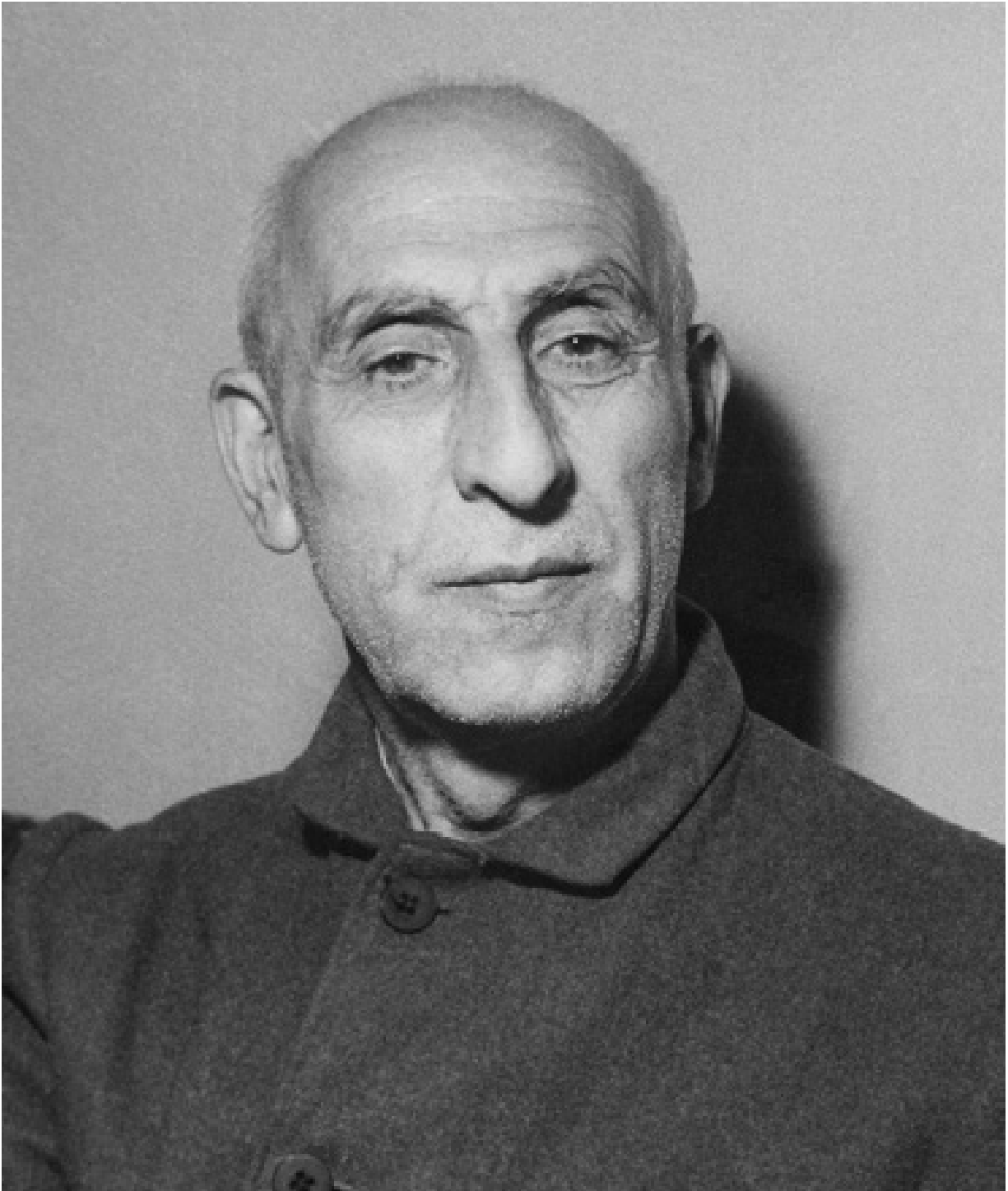


A casa de Hitler na montanha, de acordo com a *Homes and Gardens*, «fonte suprema de inspiração decorativa». Para a expansão alemã para leste, Hitler inspirou-se na Índia Britânica – e nos colonos europeus da América. O Volga, disse, seria o Mississípi da Alemanha, com a população indígena expulsa para lá dessa fronteira.

Heinrich Hoffmann / ullstein bild via Getty Images

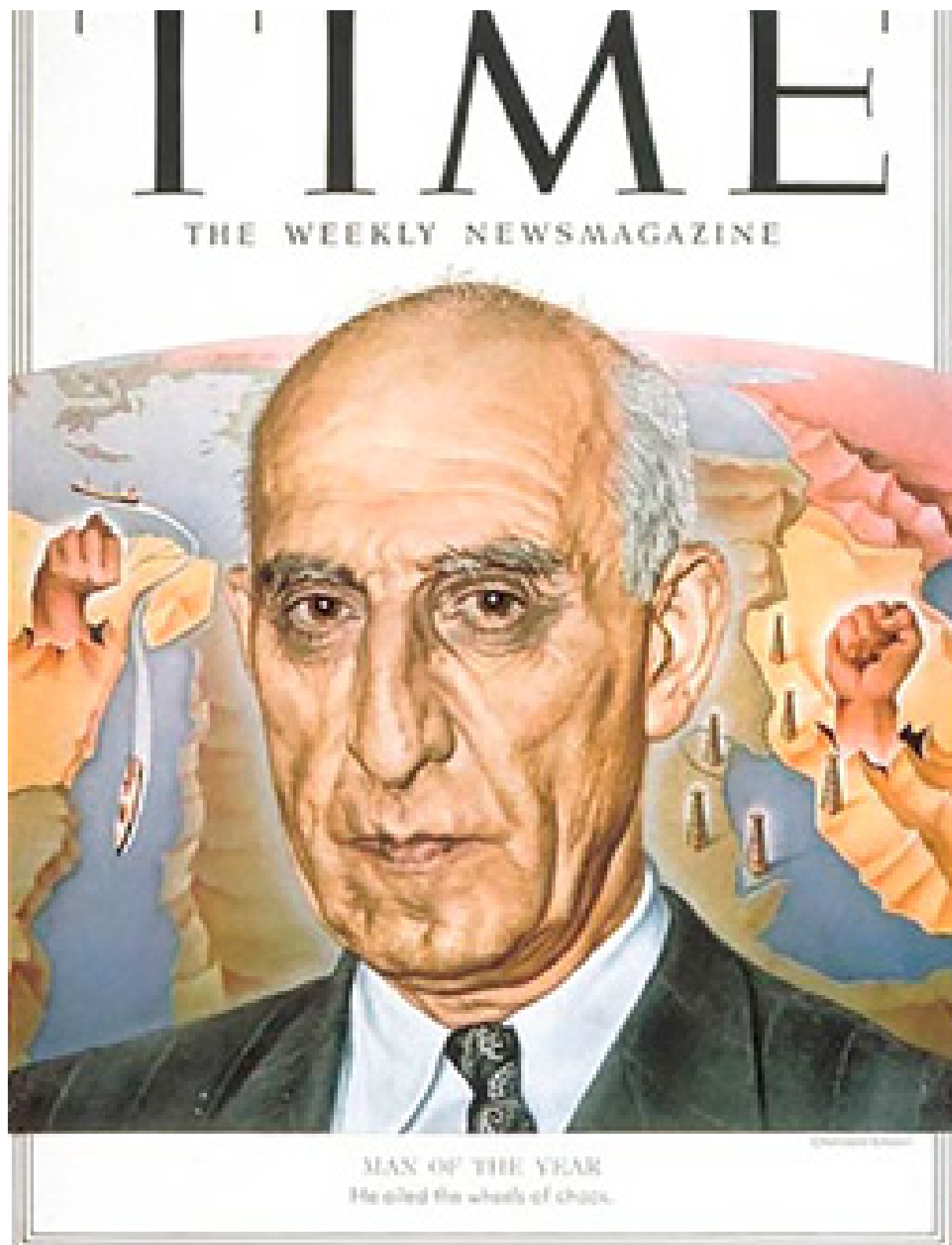


William Knox D'Arcy, um «capitalista do mais alto nível», que ganhou uma concessão para «explorar, sondar e perfurar à sua vontade as profundezas do solo persa», durante sessenta anos.
General Photographic Agency / Getty Images



Mohammed Mossadegh, primeiro-ministro do Irão, deposto por uma conspiração liderada pela CIA em 1953. Dizia-se que espalhava um «ligeiro odor a ópio».
Keystone-France / Gamma-Keystone via Getty Images





Mohammed Mossadegh, Homem do Ano da *Time* em 1952.

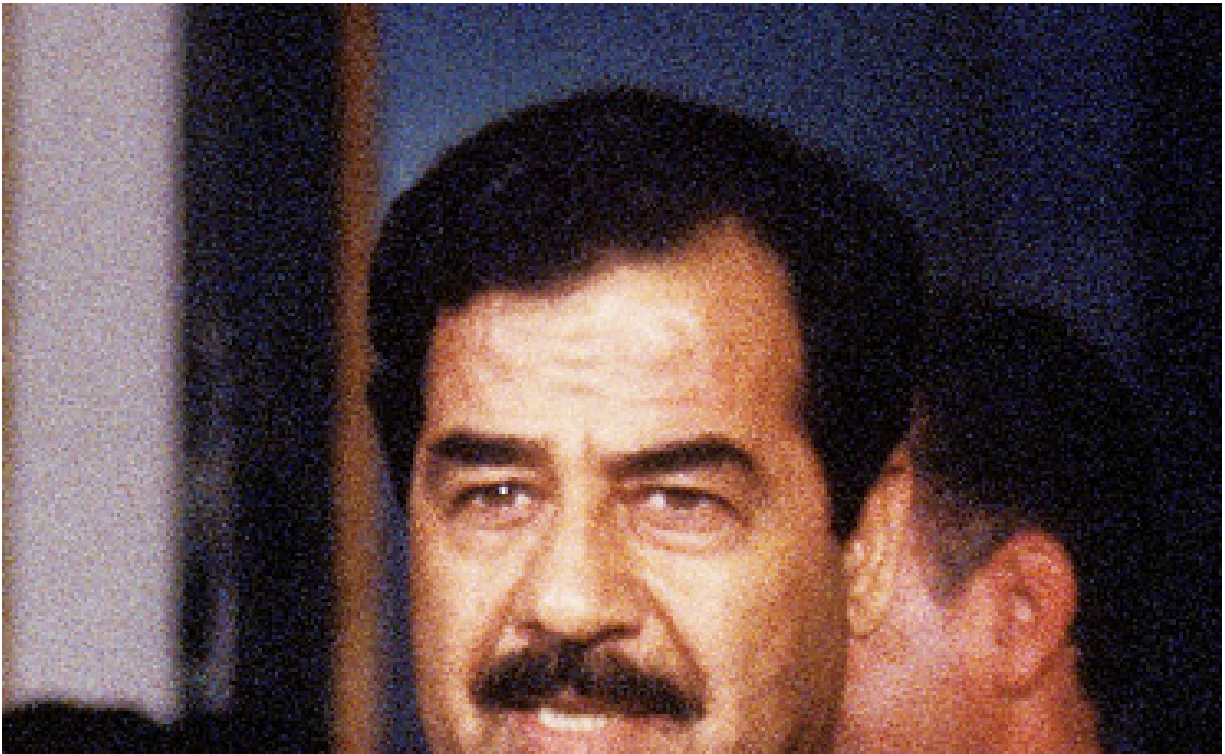


O xá do Irão, Reza Pahlavi, e a mulher. «As minhas visões foram milagres que salvaram o país», disse a um entrevistador.

Dmitri Kessel / The LIFE Picture Collection / Getty Images



O regresso do aiatola Khomeini ao Irão, em 1979, foi saudado com festejos em Teerão. A BBC estimou que cinco milhões de pessoas saíram à rua.
Associated Press





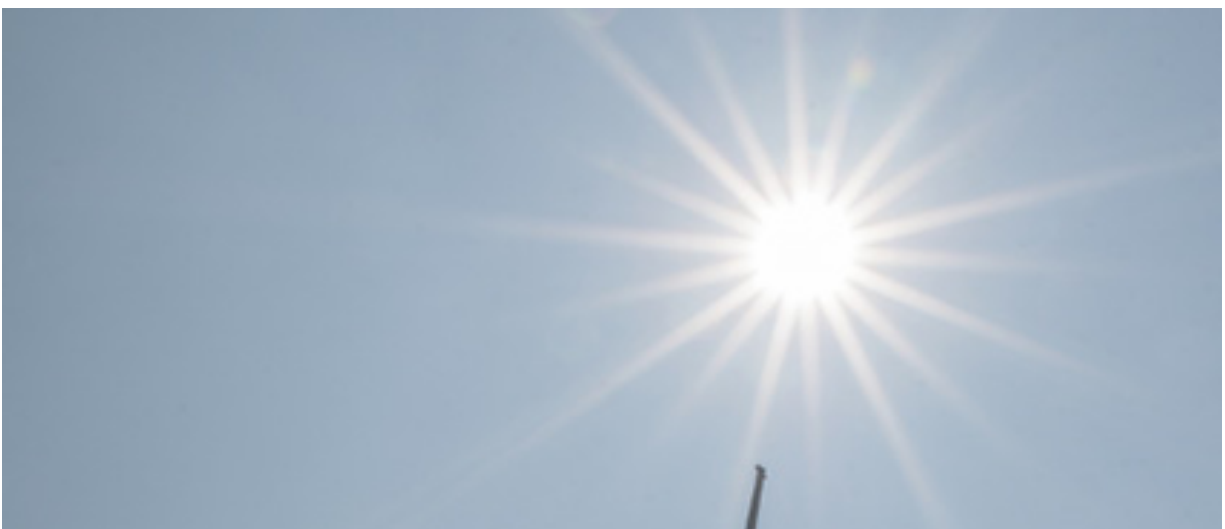
Saddam Hussein, vestindo o seu uniforme militar preferido. Nos anos de 1960 foi identificado pelos britânicos como alguém com quem «se podia negociar».
Pierre PERRIN / Gamma-Rapho via Getty Images





Osama bin Laden. Relatórios dos serviços secretos americanos anteriores ao 11 de Setembro observavam que havia uma simpatia considerável pela sua mensagem no mundo de língua árabe, embora poucos subscrevessem os seus métodos terroristas.

Getty Images





O Centro de Diversões Khan Shatyr, em Astana, no Cazaquistão. A futurística tenda transparente abriga um centro comercial, instalações desportivas, cinemas – e uma estância balnear interior.
Edson Walker / Getty Images



O Aeroporto Internacional de Heydar Aliyev em Baku, no Azerbaijão. É um dos centros de transportes de última geração que estão a ser construídos ao longo da Nova Rota da Seda.

Rota da Guerra Fria

Antes de a Segunda Guerra Mundial terminar, a luta pelo controlo do coração da Ásia já ia avançada. Num tratado com o nome grandioso de «Tratado Tripartido», assinado em janeiro de 1942, a Grã-Bretanha e a União Soviética solenemente garantiram «salvaguardar o povo iraniano contra as privações e dificuldades que surgissem em resultado da presente guerra», e asseguraram que este receberia comida e roupa suficientes. Com efeito, como o tratado tornava claro, a questão tinha pouco que ver com a segurança do Irão – e tudo que ver com comandar a sua infraestrutura: o tratado declarava assim que a Grã-Bretanha e a União Soviética podiam usar estradas, rios, oleodutos, aeródromos e estações telegráficas do país como bem entendessem.^[1] Isto não era uma ocupação, dizia o tratado; era uma ajuda prestada a um aliado. Palavras dignas – mas bastante criativas.

O tratado era ostensivamente concebido para evitar a expansão da Alemanha para o Irão e permitir que os recursos pudessem ser levados através do golfo para ajudar os Aliados. Alguns, porém, observaram que os britânicos também tinham em vista o longo prazo. O ministro norte-americano em Teerão, Louis G. Dreyfus, por exemplo, enviava telegramas regulares para Washington comentando as exigências cada vez mais agressivas feitas ao xá e as acusações de que havia uma quinta coluna no Irão a trabalhar contra os interesses britânicos. «Estou convencido», escreveu em agosto de 1941, «de que os britânicos estão a usar [a situação]

como um pretexto para a eventual ocupação do Irão e estão deliberadamente a exagerar [a] força» das presentes circunstâncias.[2]

Os objetivos britânicos de manter – e reforçar – a sua posição no Irão não eram ajudados pela forma como os seus oficiais e soldados tratavam a população local. Uma década antes da guerra, um jornalista escrevera uma crítica acerba à conduta britânica, defendendo que os iranianos eram tratados tão mal «como se diz que a Companhia das Índias Orientais tratava os indianos dois séculos atrás».[3] As animosidades intensificaram-se pela forma como os oficiais britânicos insistiam que os oficiais iranianos deveriam saudá-los quando passavam por eles – sem que fossem saudados de volta. Havia queixas generalizadas segundo as quais os britânicos se comportavam como «os Sahibs, os Homens Brancos, e tratam [os iranianos] como um povo colonizado». Isto contrastava marcadamente com os oficiais soviéticos, que eram reservados, raras vezes saíam e não exigiam ser saudados – pelo menos, de acordo com um oficial do serviço de informações alemão que estava estacionado na região.[4]

As atitudes de *sir* Reader Bullard, o embaixador britânico nesta altura delicada, eram típicas. A escassez de comida e a inflação durante a última parte da guerra nada tinham que ver com as deficiências das forças ocupantes ou com as dificuldades logísticas de manter o Corredor Persa para levar armas e outros bens para norte do Golfo. A culpa, escreveu Bullard, era dos iranianos: «os persas têm agora um duplo prazer em roubar, inflacionando os preços até causar carências e assim por diante; e culpam sempre os britânicos.»[5] Elaborando sobre «a baixa opinião que formei dos iranianos», acrescenta frivolumente numa das suas missivas para Londres que «muitos persas seguramente se tornarão varejeiras na próxima encarnação».[6] Despachos como estes chamaram a atenção de Winston Churchill. «Por mais natural que seja o desprezo de *sir* Reader Bullard por todos os persas», escreveu o primeiro-ministro, «é uma atitude que põe em causa a sua eficiência e os nossos interesses.»[7]

A situação era ainda mais grave dado que estas visões profundamente entranhadas de superioridade e desprezo estavam desfasadas da realidade – que indicava muito claramente que a posição dominante construída pelos

britânicos se encontrava em risco. Ocorreram episódios feios em Teerão, em 1944, quando os russos descobriram que estavam a acontecer negociações para uma concessão no norte do Irão a um consórcio norte-americano de produtores petrolíferos. As chamas foram ateadas pelo partido Tudeh, um conjunto de militantes de esquerda cuja mensagem de reforma, redistribuição de riqueza e modernismo gozava de considerável apoio da parte de Moscovo. O empenho da União Soviética em fazer falhar estas discussões era tal que, no auge da tensão, tropas russas invadiram as ruas ao lado de milhares de manifestantes, ostensivamente no intuito de os proteger. Para muitos parecia desconfortável recorrer à força para permitir que os soviéticos cancelassem o acordo. Essa mensagem foi reforçada pelo violento Sergei Kavtaradze, comissário-assistente dos Negócios Estrangeiros, que Estaline enviara até Teerão para avisar que a cólera da União Soviética teria consequências.[\[8\]](#)

Num desenlace envolto em drama, a questão foi resolvida por Mohammed Mossadegh, um político capaz, articulado e consumado, que tinha o condão de capturar o espírito do tempo. Era um homem, escreveu um oficial britânico, «que se parecia um tanto com um cavalo de caleche e é ligeiramente surdo, pelo que ouve com um rosto esforçado, mas, em tudo o resto, desprovido de expressão. Conduz as conversas à distância de quinze centímetros e cheira levemente a ópio. As suas observações tendem a ser prolixas e dá a impressão de ser recalcitrante a toda a espécie de argumentos».[\[9\]](#) Mossadegh era um «persa da velha escola», segundo um perfil do *The Observer* que foi acrescentado ao arquivo dos Negócios Estrangeiros, «cortês, pródigo em vénias e apertos de mão».[\[10\]](#) Na verdade, como mais tarde se veio a verificar, os britânicos subestimavam-no seriamente.

Mossadegh começou a expor uma visão, articulada pela primeira vez no Parlamento, no final de 1944, segundo a qual o Irão não podia e não devia permitir ser manipulado e aterrorizado por potências estrangeiras. A concessão Knox D'Arcy e o modo como a Companhia Anglo-Iraniana (anteriormente Anglo-Persa) agia providenciavam boas lições sobre o que acontecia quando não se tinha uma liderança robusta. Uma e outra vez,

dizia, o Irão foi abusado e tido como um peão por interesses rivais que traziam poucos benefícios ao povo do país. Era simplesmente errado restringir as escolhas quando se tratava de saber com quem o Irão deveria negociar: «negociemos com todos os Estados», declarou, que «desejem comprar petróleo, e trabalhemos para libertar o país.»[\[11\]](#)

Mossadegh dizia o que muitos sentiam – que era iníquo que os frutos que jaziam abaixo do solo trouxessem benefícios limitados ao Irão. Era difícil combater essa lógica. Em 1942, por exemplo, o governo britânico recebeu 6,6 milhões de libras em receitas fiscais das atividades da Companhia Anglo-Iraniana; o Irão não chegou a receber 60 por cento desse valor como pagamento de *royalties*. Em 1945, a diferença era ainda mais acentuada. Ao passo que o Tesouro de Londres beneficiou de 16 milhões de libras em impostos sobre o negócio, Teerão recebeu 6 milhões de libras – por outras palavras, pouco mais de um terço.[\[12\]](#) Não se tratava apenas do dinheiro; como notou um observador britânico bem informado, o problema era que « nenhuns benefícios materiais podem compensar a degradação pessoal e a perda da dignidade ».[\[13\]](#)

Era uma perspetiva rara, como o autor admitiu mais adiante. Laurence Elwell-Sutton estudara árabe na Escola de Estudos Orientais e Africanos antes de trabalhar para a Companhia Anglo-Iraniana no Irão pré-Segunda Guerra Mundial. Um linguista insigne que desenvolveu uma paixão pela cultura persa, Elwell-Sutton abominava a forma desajeitada como os empregados da Companhia Anglo-Iraniana tratavam a população local. « Poucos europeus se dão ao trabalho de descobrir » os persas, é-lhes mais fácil « olhar para os “nativos” [...] como selvagens sujos com hábitos peculiares que não interessavam a ninguém, salvo talvez a um antropólogo ». Esta « antipatia racial » está destinada a terminar em desastre; « se não desaparecer », concluiu, « desaparecerá a companhia ».[\[14\]](#)

Nestas circunstâncias, não surpreende que reformadores como Mossadegh ganhassem cada vez mais apoio. A era dos impérios europeus havia muito que entrara em erosão – como fora evidente no Iraque, quando Gertrude Bell foi lembrada de que a independência não era algo que a Grã-Bretanha pudesse oferecer. Era inevitável no Irão, e noutras partes, que

surgisse a vontade da parte de países dominados, e que sofriam a influência pesada de potências estrangeiras, de assumirem o controlo dos seus próprios destinos – e depressa surgiu um processo acelerado à medida que a guerra avançava. Entretanto, a Grã-Bretanha tornou-se literalmente um império em retirada, cujas Rotas da Seda entravam em colapso.

As ondas de pressão militar na Ásia causaram uma série de Dunquerque no Oriente – casos de retiradas caóticas que assinalavam marcadamente o fim da era de ouro da Grã-Bretanha. Centenas de milhares de pessoas fugiram da Birmânia quando as tropas japonesas se espalharam pelo Sudeste Asiático, procurando aproveitar as preocupações de Grã-Bretanha e França com problemas mais próximos de casa para se expandirem até regiões que, desde havia muito, tinham um interesse estratégico e económico para Tóquio. Os aliados da Alemanha no Oriente depressa perceberam que se apresentara uma oportunidade que permitia que o Japão avançasse as suas credenciais imperiais numa região mais ampla. À medida que as forças japonesas avançaram, muitos sofreram. Cerca de 80 mil morreram de fome e doença. Os episódios na península malaia foram igualmente dramáticos, com milhares a perecer em Penang e Singapura – os mais bafejados pela sorte fugiram antes que a cidade caísse. Uma mulher solteira que foi evacuada na altura certa escreveu, umas semanas mais tarde, que o caos da retirada britânica era «uma coisa que decerto nunca seria esquecida ou perdoada» por aqueles que a testemunharam ou nela participaram.^[15]

O recuo continuou enquanto as hostilidades na Europa e no Pacífico terminavam. A decisão de abandonar a Índia integralmente chegou após três décadas de concessões e promessas que haviam criado expectativas de governo autossuficiente, autonomia e, em última instância, independência. Quando a guerra acabou, a autoridade britânica esvanecia-se rapidamente e ameaçava tornar-se descontrolada quando meses de distúrbios, manifestações anti-imperiais e greves levaram as cidades no norte do subcontinente a parar. Os planos iniciais para fazer uma «retirada faseada» da Índia, que também procuravam proteger as minorias muçulmanas, foram rejeitados por Londres por serem demasiado dispendiosos e demorados.^[16] Em vez

disso, anunciou-se, no início de 1947, que a Grã-Bretanha se retiraria dentro de dezasseis meses, com o que se instalou o pânico. Foi uma decisão desastrosa, como Winston Churchill, que perdera as eleições depois da guerra, disse à Câmara dos Comuns. «Não será uma terrível desgraça para o nosso nome e conduta se [...] permitirmos que um quinto da população do globo [...] caia no caos e na carnificina?»^[17]

Os avisos não foram ouvidos, e instalou-se um pandemónio no subcontinente. Comunidades que eram estáveis desde havia muito tempo irromperam em violência à medida que as famílias que haviam vivido em cidades e aldeias ao longo de séculos embarcaram numa das maiores migrações em massa da História humana. Pelo menos, onze milhões de pessoas deslocaram-se ao longo das novas fronteiras do Punjab e de Bengala.^[18] Os britânicos, entretanto, esboçaram planos detalhados de evacuação para tentar limitar o número de cidadãos britânicos envolvidos nas lutas.^[19] Esta preocupação não se estendeu à população local.

A história repetia-se noutros lados, com a Grã-Bretanha a cair de crise em crise. Numa tentativa de preservar o equilíbrio da delicada situação da Palestina, por forma a reter o controlo sobre a refinaria e o porto de Haifa, manter o Suez protegido e encetar relações amigáveis com figuras de vulto do mundo árabe, tomaram-se medidas para tentar diminuir a emigração judaica a partir da Europa. Depois de os serviços de informação britânicos gizarem planos para sabotar navios que levavam refugiados para a Palestina – e atribuir as culpas a uma organização terrorista árabe aparentemente poderosa, mas afinal inexistente –, os britânicos encetaram ações mais diretas.^[20]

O ponto mais baixo deu-se no verão de 1947, depois de se ter assediado os navios que iam a caminho de portos franceses para embarcarem migrantes judeus. Um navio carregando mais de quatro mil judeus, incluindo mulheres grávidas, crianças e muitos idosos, foi abalroado por contratorpedeiros britânicos quando se dirigiam para oriente – ainda que já se tivesse tomado a decisão de recusar a entrada aos passageiros quando estes chegassem à Palestina.^[21] Tratar desta forma aqueles que haviam sobrevivido aos campos de concentração ou perdido familiares no

Holocausto era um desastre de relações-públicas: evidentemente que nada deteria os britânicos na tentativa de preservarem os seus interesses no estrangeiro – sem pensarem em mais ninguém no processo.

A inépcia tornou-se óbvia no tratamento reservado a ‘Abdullāh, o governante da Transjordânia, que, agora, era o alvo de todas as atenções, e a quem foi prometido apoio militar britânico, estipulado em acordos secretos, ao seu regime, depois de este se tornar independente em 1946. ‘Abdullāh aproveitou esta promessa para embarcar no plano de estender as suas fronteiras e incluir a totalidade da Palestina quando os britânicos se retirassem – obteve luz verde, ainda que com ressalvas, da parte de Londres.^[22] «Parece ser o mais óbvio a fazer», terá dito supostamente Ernest Bevin, o ministro dos Negócios Estrangeiros, ao primeiro-ministro de ‘Abdullāh; «mas não invadam as zonas destinadas aos judeus.»^[23] Qualquer que tenha sido o papel da Grã-Bretanha, o caos abateu-se sobre mais uma parte do mundo de onde os britânicos se retiravam, como prova evidente dos efeitos malignos do poder imperial europeu. A Guerra Árabe-Israelita de 1948 pode não ter sido o resultado de uma política conduzida nos bastidores, mas representava um vazio em consequência do mudar da guarda.^[24]

A situação não era muito melhor no Iraque, onde se assistiu a tumultos após o primeiro-ministro, Sālih Jabr, ter chegado a um acordo com a Grã-Bretanha, em 1948, que prolongava o uso dos aeródromos iraquianos pela última, por mais vinte e cinco anos. A notícia do acordo levou a greves, motins e, por fim, à demissão de Jabr, expulso do seu cargo por uma multidão enraivecida.^[25] A animosidade contra a Grã-Bretanha fora agravada por uma série de questões, incluindo a ocupação de Bagdade durante a Segunda Guerra Mundial e a perceção de que os britânicos não haviam apoiado os árabes na Palestina, especialmente quando postas a par das tentativas de Londres em manter uma posição militar permanente no Iraque. Tudo isto foi agravado por uma inflação descontrolada e escassez de comida que se seguiram a anos de más colheitas – daí resultando que, como um observador astuto reconheceu, «a situação interna no Iraque fosse perigosa».^[26] A Grã-Bretanha tomou então medidas para ajudar «o

primeiro-ministro iraquiano [...] a resistir à agitação popular, fazendo-lhe concessões». Entre estas contavam-se a oferta de partilhar o aeródromo de -Habbaniyah; os iraquianos deveriam ficar contentes com este «exemplo de primeira ordem de cooperação», asseveraram os políticos de Londres. A Grã-Bretanha «não faria [esta oferta] a nenhum outro Estado» – e os iraquianos deveriam sentir-se muito gratos por poderem sentir-se «superiores a outros Estados no Médio Oriente».[27]

Acrescentava-se a tudo isto o facto de, à semelhança do que acontecia em outros países, o Iraque ter pouco para mostrar em relação ao petróleo que era extraído do seu solo. Em 1950, cerca de 90 por cento da população era ainda iletrada. Pior, consideravam a Grã-Bretanha responsável por exercer um controlo demasiado apertado sobre o país: quando foi preciso pedir fundos emprestados para construir e ampliar a rede ferroviária, por exemplo, a Grã-Bretanha exigiu as reservas do Iraque como garantia. Isto criava a perspetiva de que os campos petrolíferos teriam de ser cedidos em caso de incumprimento – muito à semelhança do que acontecera com o Suez no século XIX, quando a Grã-Bretanha se apoderou do canal vitalmente importante e das suas finanças.[28] A Grã-Bretanha encontrava-se numa situação perdedora: exaurira todo o seu capital político e ninguém confiava nela. A suspeita era tão grande que mesmo agências como a Unidade Antigafanhos do Médio Oriente (MEALU), que gozara de considerável sucesso após ter sido estabelecida durante a guerra, foram fechadas – assim removendo conhecimentos técnicos especializados que eram úteis tanto para lidar com os enxames destruidores como para proteger o abastecimento de comida.[29] Os Estados do Médio Oriente fletiam os músculos e viravam-se contra o Ocidente.

Entretanto, a União Soviética também estava em tumulto. Surgira, na União Soviética, uma nova narrativa na sequência da derrota da Alemanha – uma narrativa onde o papel de Estaline na génese da guerra como aliado de Hitler foi silenciosamente esquecido e substituído por uma história de triunfo e do cumprimento do destino.[30] A Revolução de 1917 não criara a transformação global antecipada por Marx e os seus discípulos; trinta anos mais tarde, porém, parecia que chegara a hora de o comunismo

se propagar pelo mundo e dominar a Ásia à semelhança do islão no século ^{vii}. Já se começara a difundir na China, onde as promessas de igualdade, justiça e, acima de tudo, de reforma agrária fomentavam o apoio ao Partido Comunista e permitia-lhe rechaçar as forças governamentais para fora do país.

Padrões semelhantes começavam a ver-se noutras partes, onde os partidos de esquerda atraíam um apoio cada vez maior na Europa e nos Estados Unidos. Muitos se sentiram persuadidos por um ideal que prometia a harmonia em acentuado contraste com os horrores de uma guerra que culminara no lançamento de duas bombas atómicas em Hiroxima e Nagasáqui – incluindo alguns indivíduos que haviam trabalhado no programa nuclear – e com o facto de duas lutas titânicas entre nações europeias em pouco mais de três décadas terem tido resultados devastadores em todo o mundo.

Estaline ateou essas chamas astutamente num discurso que foi amplamente divulgado em todo o mundo, na primavera de 1946. A Segunda Guerra Mundial fora inevitável, declarou, «por causa do surgimento de fatores económicos e políticos globais que subjaziam ao conceito do moderno capitalismo monopolista».[31] O discurso era uma declaração de intenções: o capitalismo dominara o mundo por demasiado tempo e era responsável pelo sofrimento, assassínios em massa e os horrores das guerras do século ^{xx}. O comunismo era uma reação lógica a um sistema político que provara ter falhas e ser perigoso. Era um novo sistema que acentuava as semelhanças, mais do que as diferenças, que substituía as hierarquias por igualdade. Por outras palavras, não era apenas uma visão atraente, era uma alternativa viável.

Não muito antes, Churchill jogara com o futuro dos países a ocidente das fronteiras da União Soviética. «O pobre Neville Chamberlain acreditava que podia confiar em Hitler», disse a um membro recente da sua equipa imediatamente após as negociações em Ialta sobre a configuração do mundo do pós-guerra. «Estava enganado. Mas creio que não estou enganado acerca de Estaline.»[32] Chamberlain estivera enganado de facto; mas também Churchill – como depressa reconheceu. Ninguém sabe, disse, a

5 de março de 1946, no seu discurso em Fulton, Missouri, «o que a Rússia soviética [...] tenciona fazer no futuro imediato». Contudo, o facto de a sua filosofia ser expansiva e evangélica, notou, significava que representava uma ameaça para o Ocidente. «De Estetino, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma Cortina de Ferro desceu sobre o continente.»[33]

O destino do centro do mundo estava em precário equilíbrio. O Irão era o fulcro. Os estrategistas norte-americanos estavam convencidos de que os soviéticos queriam o domínio total do Irão por causa do petróleo, mas também por causa das suas bases navais e da sua localização no centro de uma rede de rotas aéreas internacionais. O governo iraniano atribuíra a concessão petrolífera no norte do país aos Estados Unidos apenas graças às garantias do embaixador norte-americano de que os Estados Unidos, se necessário, providenciariam apoio militar na eventualidade de as forças soviéticas entrarem no país, após uma oposição feroz de Moscovo a este acordo.[34]

No verão de 1946, as tensões cresceram à medida que surgiam greves por todo o Irão. Com rumores e contrarrumores a pairar nas ruas de Teerão, o futuro imediato do país parecia estar em causa. A despeito do forte desejo de manter as suas concessões, era dolorosamente evidente que a Grã-Bretanha tinha pouca influência nos eventos que importavam. Os relatórios dos serviços de informação traçavam um quadro sombrio de ação militar iminente da parte de Moscovo contra o Irão e o Iraque, invocando planos detalhados de invasão que incluíam informações sobre o ponto focal provável da «poderosa cavalaria soviética e forças motorizadas» na eventualidade de um ataque. O Estado-Maior soviético chegara alegadamente a conclusões otimistas sobre a ocupação de Mossul e estava pronto a instalar um «governo iraniano popular», assim que o xá fosse deposto. Seguir-se-ia um momento de represálias, segundo os britânicos, contra o regime anterior, cujas figuras liderantes seriam tratadas como «traidores e colaboradores». Os paraquedistas soviéticos estavam prontos a serem lançados perto de Teerão para liderar um assalto que depressa terminaria.[35]

Os alarmes soaram em Washington. Os norte-americanos observavam atentamente o Irão desde dezembro de 1942, quando os primeiros de 20 mil soldados norte-americanos chegaram a Khoramshahr, no Golfo, para trabalhar na melhoria do sistema de transportes do Irão. Para superintender à logística, construiu-se um grande campo norte-americano em Teerão, que se tornou o quartel do Comando Norte-Americano do Golfo Pérsico como um todo.[36] Os britânicos e os soviéticos estavam a pôr em primeiro lugar os seus próprios interesses no Irão, e, em resultado, estavam constantemente a minar o esforço de guerra e o Estado do Irão. O Irão estava a ser perigosamente esticado em todas as direções, disse o general Patrick Hurley ao presidente Roosevelt.[37]

Os norte-americanos que foram instalados no Irão para apoiar e monitorizar as linhas de fornecimento durante a guerra sofreram uma espécie de choque cultural ao início. O exército iraniano, na opinião do major-general Clarence Ridley, estava mal treinado, tinha poucos recursos e, no fundo, era inútil. Para que conseguisse afirmar-se a par de vizinhos hostis, seria necessário um pesado investimento com o intuito de treinar uma nova geração de oficiais e para comprar bons equipamentos. Isto era música para os ouvidos do xá, que estava desesperado por deixar a sua marca no Irão através de um programa de modernização. O problema, como o seu consultor orçamental (norte-americano) lhe disse secamente, era que não se podia formar um exército segundo o modelo ocidental: se se desviassem fundos para despesas militares, «sobraria pouco ou nada para a agricultura, a educação ou a saúde pública».[38]

Impreparado, desorganizado e fraco, o Irão parecia ter poucas hipóteses de rechaçar a União Soviética numa altura em que a atitude e conduta de Estaline eram motivo de profunda preocupação nos Estados Unidos. Alguns dos que ouviram o discurso de Estaline concluíram que não era outra coisa senão a «declaração da Terceira Guerra Mundial».[39] George Kennan, responsável de negócios na embaixada norte-americana em Moscovo, que testemunhara as purgas de Estaline em primeira mão, chegou a uma conclusão semelhante, avisando, no início de 1946, quanto à grande luta global que estava para vir. «No fundo da visão neurótica do Kremlin sobre os

assuntos mundiais», escreveu, encontra-se «a tradicional e instintiva sensação de insegurança russa.» A União Soviética, concluiu, era «uma força política empenhada fanaticamente» em entrar em competição com os Estados Unidos com o objetivo de garantir que «a harmonia interna do nosso país seja perturbada, o nosso modo de vida tradicional seja destruído [e] a autoridade internacional do nosso país seja vergada».[40]

A importância estratégica e política do Irão tornava-o uma prioridade para a política externa norte-americana. Fizeram-se esforços sistemáticos para ajudar a fomentar o país. Em 1949, a estação de rádio *Voice of America* começou a transmitir em farsi para a população local, com o primeiro programa a transmitir o presidente Truman a comentar sobre «o laço histórico de amizade» entre o Irão e os Estados Unidos e prometendo apoio para ajudar a criar um «mundo próspero e [...] pacífico» livre de opressão. [41] Quando a guerra rebentou na península da Coreia um ano mais tarde, ofereceu-se mais ajuda direta. De acordo com um comunicado do Departamento de Estado, se bem que a economia em declínio «ainda não atingira condições catastróficas», na ausência de um apoio forte corria-se o risco da «completa desintegração do país e a sua absorção imediata ou eventual no bloco soviético».[42] O próprio Truman não precisava de ser persuadido. «Se ficarmos a observar», comentou, «[os Soviéticos] entrarão no Irão e tomarão conta de todo o Médio Oriente.»[43]

As transmissões de rádio tornaram-se cada vez mais enfáticas, e os iranianos ouviam que «as nações livres têm de permanecer juntas», que a «segurança dos Estados Unidos depende da segurança de outras nações» e que «a força do mundo livre» continuava a crescer. Isto seguia a par de relatórios que acentuavam a ameaça que a União Soviética representava para a paz mundial, que anunciavam que «o objetivo dos líderes comunistas é a supressão universal da liberdade humana» e que iam ao ponto de afirmar que «os professores soviéticos vivem em vagões de carga considerados incapazes para transportar gado» e não tinham aquecimento, instalações sanitárias básicas nem água potável.[44]

A ajuda financeira começou a entrar a rodos no país, multiplicando-se cinco vezes no curso de três anos, de 11,8 milhões de dólares, em 1950, para 52,5 milhões de dólares, em 1953. O objetivo era o de encorajar o desenvolvimento económico no Irão, estabilizar a sua cultura política e lançar as bases de uma reforma, mas também de prestar ajuda militar e técnica para a sua autodefesa. Estas eram as primeiras fases na formação de um Estado clientelar norte-americano no Médio Oriente.[\[45\]](#)

A motivação para o fazer baseava-se, em parte, na perceção de que a Grã-Bretanha já não conseguia instalar regimes como fizera no passado e, em parte, no reconhecimento franco de que era preciso responder ao expansionismo soviético. Não obstante, esta não era a única razão para prestar grande atenção ao Irão. Em 1943, por exemplo, durante a grande conferência dos líderes aliados em Teerão, nem Winston Churchill nem o presidente Roosevelt se deram ao trabalho de se encontrarem com o xá. Simplesmente, ambos pensavam que teria sido um desperdício de tempo.[\[46\]](#) Do mesmo modo, no ano seguinte, a Arábia Saudita foi ignorada pelos norte-americanos como um país de relevância limitada, cujos pedidos de ajuda podiam facilmente ser postos de lado pelo presidente Roosevelt como estando «um pouco longe dos nossos interesses»; Roosevelt acrescentou que seria melhor que as preocupações e pedidos sauditas se dirigissem à Grã-Bretanha ao invés dos Estados Unidos.[\[47\]](#) Quando a guerra chegou ao fim, a situação era muito diferente, com a Arábia Saudita a ser considerada só por si «mais importante para a diplomacia norte-americana do que praticamente qualquer outra pequena nação».[\[48\]](#) A razão para tal era o petróleo.

Durante a guerra, um negociante expedito de petróleo chamado Everette Lee DeGolyer, que fizera fortuna na indústria petrolífera norte-americana depois de estudar Geologia em Oklahoma, visitou o Médio Oriente para verificar os campos petrolíferos existentes na região e para aconselhar sobre o potencial e a importância dos recursos da região só por si e em relação aos do golfo do México, Venezuela e Estados Unidos. O seu relatório, ainda que avançasse estimativas conservadoras e várias ressalvas, era surpreendente. «O centro de gravidade da produção mundial de petróleo está a deslocar-se

da área das Caraíbas e do golfo do México para o Médio Oriente – para a área do Golfo Pérsico – e é provável que continue a deslocar-se até se estabelecer firmemente na região.»[49] Um indivíduo que viajava com ele disse o mesmo em termos mais diretos quando prestou contas ao Departamento de Estado: «O petróleo, nesta região, é o maior prémio de toda a História.»[50]

Os britânicos também tinham consciência do caso e reagiram com ciúmes à perspectiva de os Estados Unidos prestarem maior atenção à região como um todo. Os norte-americanos deveriam manter-se fora do Médio Oriente e das posições fortes que a Grã-Bretanha construía, disse um industrial de vulto a Winston Churchill: «O petróleo é o único e maior bem do pós-guerra que nos sobra. Devemos recusar partilhar esse bem com os norte-americanos.»[51] Isto mesmo foi poderosamente articulado por lorde Halifax, o embaixador britânico em Washington, que ficou ofendido pela forma como os oficiais do Departamento de Estado tentaram silenciá-lo. Os políticos britânicos também estavam preocupados com o que acontecia, receando que «os Estados Unidos estão a tentar tirar-nos os nossos ativos no Médio Oriente».[52] O próprio primeiro-ministro envolveu-se pessoalmente e enviou um telegrama ao presidente Roosevelt a dizer: «Tenho observado com alguma apreensão» como as negociações estão a decorrer; «pode ter a certeza de que apenas desejo chegar ao que é justo e equitativo entre os nossos dois países».[53]

Isso significava chegar a um acordo sobre como dividir esta parte crucial do mundo entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Um encontro entre Halifax e o presidente Roosevelt resolveu o problema: no que dizia respeito aos Estados Unidos, o «petróleo na Pérsia era [britânico e] ambos partilhamos o Iraque, e o Koweit e [...] o Bahrein e a Arábia Saudita eram norte-americanos».[54] Era como os acordos entre Espanha e Portugal no final do século ^{xv} e início do século ^{xvi}, ou as discussões travadas entre os líderes aliados durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, que dividiam o mundo em duas partes distintas.

Os norte-americanos e os britânicos lidaram com esta divisão de formas muito diferentes. Da perspectiva dos Estados Unidos, o ponto principal era

que o preço do petróleo duplicara entre 1945 e 1948 – ao passo que o número de carros só nos Estados Unidos subira mais de 50 por cento e o volume de vendas das fábricas de veículos motorizados subira sete vezes. [55] Em resposta, inicialmente, os Estados Unidos tiveram uma abordagem à situação que era sensata ou mesmo esclarecida: mostrava-se inevitável que os países abençoados com recursos naturais e que eram cortejados por todas as partes tentariam maximizar as suas posições. Enquanto tal, era sensato renegociar os termos das concessões petrolíferas – e fazê-lo de forma elegante em vez de em circunstâncias difíceis.

Já havia rumores e ameaças de nacionalização, que refletiam a nova ordem mundial. Desde logo, os novos acordos estabelecidos com países ricos em petróleo eram cada vez mais generosos e competitivos – como aquele que foi estabelecido com J. Paul Getty para uma concessão na Zona Neutral entre a Arábia Saudita e o Koweit que pagava quase o dobro dos *royalties* por barril quando comparado com o que se pagava noutras partes do Médio Oriente, e que criava rivalidade e antagonismo em países que chegaram a acordos numa fase anterior. Isto não só fazia destes países terreno fértil para a dissidência sobre o modo como os recursos estavam a ser expropriados e incitava exigências de nacionalização, como também os tornava vulneráveis à retórica comunista e à aproximação de Moscovo.

Uma notável mudança nas receitas sucedeu-se à renegociação da parte dos Estados Unidos das suas posições comerciais e de um conjunto de acordos. Em 1949, por exemplo, o Tesouro norte-americano recebeu 43 milhões de dólares em impostos da Aramco, um consórcio de companhias petrolíferas ocidentais, ao passo que a Arábia Saudita recebeu 39 milhões de dólares em receitas. Dois anos mais tarde, depois da alteração ao sistema de créditos fiscais que permitia que as companhias cobrissem as suas despesas, o consórcio pagava 6 milhões de dólares nos Estados Unidos, mas 110 milhões de dólares aos sauditas. [56] Deu-se um efeito dominó à medida que outras concessões na Arábia Saudita, bem como no Koweit, Iraque e noutros lados, renegociaram os termos a favor dos governos locais.

Alguns historiadores têm falado deste momento de mudança dos fluxos de divisas como sendo tão notável como a transferência de poder de

Londres para a Índia e o Paquistão.[\[57\]](#) Mas o seu impacto foi mais semelhante à descoberta das Américas e à redistribuição da riqueza global que se lhe seguiu. As corporações ocidentais que controlavam concessões e cuja distribuição se concentrava largamente na Europa e nos Estados Unidos começaram a canalizar o dinheiro para o Médio Oriente e, ao fazerem-no, deram início a uma mudança no centro de gravidade do mundo. A rede de oleodutos que cruzava a região e ligava o Oriente ao Ocidente marcava um novo capítulo na história desta região. Desta vez, não eram as especiarias, nem as sedas, nem os escravos, nem a prata que atravessavam o globo, mas o petróleo.

Contudo, os britânicos que não leram tão claramente os sinais como os seus congéneres norte-americanos tinham outras ideias. No Irão, a Companhia Anglo-Iraniana era motivo de constantes críticas. Não era difícil ver porquê, dada a grande desproporção nos valores pagos ao Tesouro britânico comparados com os *royalties* pagos ao Irão.[\[58\]](#) Ainda que outros países na região também se pudessem queixar da falta de benefícios que eram dados em troca do seu ouro negro, a escala da desigualdade no Irão tornava a situação particularmente má. Em 1950, apesar de Ābādān albergar a refinaria que era agora a maior do mundo, a cidade em si tinha tanta eletricidade quanto uma só rua de Londres. Apenas cerca de um décimo das 25 mil crianças em idade escolar podiam frequentar as aulas, tal era a falta de escolas.[\[59\]](#)

Como noutros lados, a Grã-Bretanha viu-se presa num dilema de que não podia escapar: renegociar os termos da concessão petrolífera seria praticamente impossível, como observou o astuto e bem relacionado secretário de Estado norte-americano Dean Acheson. A Companhia Anglo-Iraniana era maioritariamente detida pelo governo britânico e, enquanto tal, viam-na como uma extensão direta da Grã-Bretanha e da sua política externa – não sem razão. Como a Companhia das Índias Orientais, as linhas que separavam os interesses da empresa e os do governo britânico eram ténues; e, como a EIC, a Companhia Anglo-Iraniana mostrava-se tão poderosa que também esta, na prática, se revelava um «Estado dentro de um

Estado», ao passo que o seu poder era, «em última análise, o poder da Grã-Bretanha».[60] Se a companhia cedesse e conferisse ao Irão um melhor acordo, concluiu Acheson, «destruiria o último vestígio de confiança no poder britânico e na libra». Em poucos meses, previu, a Grã-Bretanha não teria nenhuns ativos ultramarinos.[61]

A grande dependência da Grã-Bretanha em relação às receitas da Companhia Anglo-Iraniana tornava a situação precária, como Acheson reconheceu. «A Grã-Bretanha está à beira da bancarrota», escreveu num telegrama; sem os seus «importantes interesses ultramarinos e itens invisíveis na balança de pagamentos [...] não poderá sobreviver». Era por esta razão que os britânicos estavam a usar todos os truques diplomáticos, emitindo relatórios estridentes que sublinhavam constantemente a ameaça iminente de uma invasão soviética. Acheson, por sua vez, não acreditava em nada disso. «O principal objetivo da política britânica não é evitar que o Irão se torne comunista», apesar das declarações britânicas em contrário; «o principal objetivo é o de preservar o que acreditam ser o último bastião da solvência britânica.»[62]

A situação agravou-se, então, quando foi oferecido novo acordo ao Iraque, em 1950, acordo esse que conspicuamente se omitiu ao Irão pela mesma altura. O facto de a Companhia Petrolífera Iraquiana ser em parte detida pela Companhia Anglo-Iraniana esfregava sal nas feridas e provocou uma reação furiosa no Irão. Os políticos nacionalistas levantaram-se em coro para proclamar a iniquidade do quase monopólio da Companhia Anglo-Iraniana, temperando as suas críticas com comentários que visavam ferir suscetibilidades. Toda a corrupção no Irão era o resultado direto da Companhia Anglo-Iraniana, declarou um membro dos majlis.[63] Se não se fizesse nada, depressa «os chadores das mulheres ser-lhes-ão arrancados da cabeça», incitava um demagogo.[64] Seria melhor, dizia um outro, que toda a indústria petrolífera do Irão fosse destruída por uma bomba atómica do que permitir que a companhia explorasse o povo e o país.[65] Mossadegh foi menos acerbo. Se viesse a ser primeiro-ministro, terá alegadamente dito, «não teria intenção de chegar a um acordo com os britânicos». Em vez disso, prosseguiu, «selaria os poços petrolíferos com lama».[66]

A retórica antibritânica borbulhava havia uma geração; agora, entrava na consciência do povo inteiro. A Grã-Bretanha era a arquiteta de todos os problemas do Irão e não se podia confiar nela. Tinha apenas os seus interesses em conta e era imperialista na pior aceção da palavra. A fusão da identidade iraniana com um sentimento antiocidental entranhou-se. Haveria profundas implicações a longo prazo.

Mossadegh aproveitou o momento. Já bastava, afirmou. Chegara a altura de garantir a prosperidade da nação iraniana e de «assegurar a paz mundial». No final da década de 1950, avançou-se a proposta radical de que os proveitos não deveriam ser partilhados com a Companhia Anglo-Iraniana nem com ninguém, ao invés disso, a indústria petrolífera do Irão deveria ser declarada nacionalizada em todas as regiões do país sem exceção.^[67] O aiatola Kashani, um clérigo populista que regressara recentemente do exílio e era já um crítico bem conhecido e enfático do Ocidente, apoiou incondicionalmente Mossadegh neste seu apelo à ação, urgindo os seus apoiantes a recorrerem a qualquer método para concretizarem a mudança. Em poucos dias, o primeiro-ministro, Alī Razmārā, foi assassinado; pouco tempo depois, também o ministro da Educação. O Irão roçava a anarquia.

Os piores receios da Grã-Bretanha concretizaram-se quando Mossadegh foi escolhido pelos majlis, na primavera de 1951, como o novo primeiro-ministro. Mossadegh logo aprovou uma lei que nacionalizava a Companhia Anglo-Iraniana com efeitos imediatos. Era um desastre, como bem perceberam tanto a imprensa londrina como o governo britânico. Era importante, declarou o ministro da Defesa, «mostrar que não [podem] brincar connosco». Se o Irão «escapar impune», prosseguiu, «a seguir, haverá uma tentativa para nacionalizar o Canal do Suez».^[68] Esboçaram-se planos para largar paraquedistas no Irão com o intuito de proteger a refinaria de Ābādān se necessário. Estes eram os últimos estertores de um grande império em retirada, debatendo-se desesperadamente para preservar as suas antigas glórias.

Em setembro de 1951, Mossadegh apertou o cerco, dando uma semana aos empregados da Companhia Anglo-Iraniana para fazerem as malas e saírem do Irão. Para cúmulo, o aiatola Kashani declarou um dia nacional de

«ódio ao governo britânico». A Grã-Bretanha tornara-se o símbolo de tudo o que ia mal no Irão, unindo um vasto espectro de persuasões políticas. «Vocês não sabem como são matreiros [os britânicos]», disse Mossadegh a um alto enviado norte-americano. «Não sabem como eles são cruéis. Não sabem como eles conspurcam tudo aquilo em que tocam.»^[69] Esta espécie de retórica tornou-o incrivelmente popular no país e famoso no estrangeiro: em 1952, figurava na capa da revista *Time* como Homem do Ano.^[70]

A incauta tentativa britânica de forçar a situação não ajudou. Confrontado com a possibilidade de perder o controlo não só da Companhia Anglo-Iraniana, mas também das suas receitas, o governo britânico entrou em modo de crise e organizou um embargo a todo o petróleo iraniano. O objetivo era o de lesar Mossadegh e forçá-lo a capitular. Privar o Irão de fundos depressa lograria o efeito desejado, opinava *sir* William Fraser, o embaixador britânico em Teerão: «Quando [os iranianos] precisarem de dinheiro, virão ao nosso encontro de joelhos.» Comentários como este, que apareciam na imprensa generalista, dificilmente ajudavam a causa da Grã-Bretanha no tribunal da opinião pública.^[71]

Em vez disso, apenas tornaram o Irão mais determinado, a ponto de, no final de 1952, os britânicos já não terem tanta certeza de que a tática das sanções resultasse. Fez-se assim uma aproximação à recentemente estabelecida CIA para apoiar um plano «de ação política conjunta para depor o primeiro-ministro [do Irão], Mossadegh» – por outras palavras, para levar a cabo um golpe de Estado. Não pela última vez, uma mudança de regime nesta parte do mundo parecia ser a resposta ao problema.

Os oficiais norte-americanos responderam favoravelmente à aproximação britânica. Os operacionais no terreno do Médio Oriente já tinham rédea livre para explorar soluções criativas para os problemas com governantes locais que não fossem suficientemente favoráveis aos Estados Unidos ou parecessem ansiosos por flertar com a União Soviética. Um grupo de agentes entusiastas provindos de famílias privilegiadas da Costa Leste já estivera envolvido num golpe de Estado que levara à deposição da liderança na Síria, em 1949, e à remoção do corpulento, corrupto e inconstante rei do

Egito, Farouk, numa operação conhecida não oficialmente como o «Projeto FF» (ou Projeto *Fat Fucker*), três anos mais tarde.[72]

O zelo de homens como Miles Copeland e dois dos netos do presidente-Theodore Roosevelt – Archie e Kermit (Kim) – era uma reminiscência do zelo dos agentes britânicos na Ásia Central um século antes, os quais achavam que podiam moldar o mundo conforme a sua vontade, ou mais ainda do zelo dos seus congêneres de então que sentiam que passar segredos à União Soviética teria igualmente efeitos positivos. Após a queda do governo na Síria, por exemplo, os jovens norte-americanos partiram numa viagem para ver «castelos cruzados e lugares pouco conhecidos», admirando a arquitetura e a atmosfera de Aleppo pelo caminho.[73] As decisões eram tomadas sem preparação. «Qual é a diferença», perguntou Copeland ao sombrio polímato Archie Roosevelt, «entre eu inventar relatórios e deixar que os teus agentes o façam? Os meus, pelo menos, têm sentido.»[74] A forma como estes homens agiam incautamente no terreno foi detetada nos Estados Unidos, e um alto oficial do serviço de informações admoestou-os dizendo que «o modo irresponsável de andar em roda livre não será tolerado no futuro».[75] Não obstante, quando se tratava do Irão, as suas opiniões eram muito procuradas.

As coisas entraram em andamento após um encontro de rotina em Washington, no final de 1952, quando os oficiais britânicos que expressavam as suas ansiedades quanto ao impacto económico da nacionalização encontraram eco nas preocupações norte-americanas sobre o futuro curso do Irão. A estação da CIA em Teerão estava ansiosa quanto a Mossadegh, e, à parte, aconselhou Washington a que os Estados Unidos deviam «preferir um governo sucessor» no Irão. Os planeadores depressa concluíram que o xá teria de entrar no complô para garantir a unidade e a calma, para que a deposição do primeiro-ministro «parecesse legal ou quase legal».[76]

Persuadir o xá era mais fácil em teoria do que na prática. Homem nervoso e vaidoso, o xá entrou em pânico quando lhe contaram o plano, com o nome de código Operação Ajax. Preocupava-o, em particular, o envolvimento britânico, de acordo com um dos arquitetos norte-americanos

do plano, que notou que ele tinha «um medo patológico da “mão oculta” dos britânicos» e receava que a operação fosse uma armadilha. Foi preciso bajulá-lo, forçá-lo e avisá-lo: as transmissões da BBC de Londres faziam referência a palavras-chave para lhe garantir que a operação fora sancionada ao mais alto nível; um discurso radiofónico do presidente Eisenhower, em que este explicitamente prometia o apoio norte-americano ao Irão, também ajudou a convencê-lo; entretanto, foi-lhe dito pessoalmente que, se não apoiasse o plano, o Irão tornar-se-ia comunista – «uma segunda Coreia», nas palavras de Kim Roosevelt.[\[77\]](#)

Para garantir que «a opinião pública [...] se tornasse febril» como prelúdio à deposição de Mossadegh, Washington enviou fundos para agraciar figuras de vulto e virá-las contra o primeiro-ministro. Roosevelt cortejou membros proeminentes dos majlis, quase de certeza subornando-os (o objetivo, escreveu eufemisticamente, era o de «persuadi-los» a retirar o seu apoio a Mossadegh).[\[78\]](#)

Gastou-se dinheiro generosamente também noutras partes. Segundo uma testemunha ocular, o fluxo de divisas norte-americanas em Teerão era tão grande que o valor do dólar relativo ao rial caiu quase 40 por cento durante o verão de 1953. Alguns desses fundos foram gastos no pagamento a multidões para marcharem nas ruas da capital, marchas organizadas pelos dois principais operacionais locais da CIA. Houve ainda outros destinatários notáveis – acima de tudo, mulás como o aiatola Kashani, cujos interesses se julgava serem mutuamente compatíveis com os objetivos dos conspiradores.[\[79\]](#) Os eruditos muçulmanos haviam concluído que os preceitos e antirreligiosidade do comunismo faziam da doutrina um anátema para os ensinamentos do islão. Enquanto tal, havia uma conjugação óbvia de interesses que levava a CIA a estabelecer acordos com clérigos, que eram enfaticamente avisados dos perigos de um Irão comunista.[\[80\]](#)

Depois de os planeadores britânicos e norte-americanos terem convergido em Beirute, em junho de 1953, gizou-se um plano que foi pessoalmente aprovado por Winston Churchill, o primeiro-ministro britânico, no início de julho, e, depois, pelo presidente Eisenhower alguns dias mais tarde. Os agentes dos serviços de informação refinaram, então, as ideias

quanto ao melhor modo de comunicar aos persas, apodados de «prolixos e muitas vezes ilógicos», que o Ocidente desejava uma mudança de regime e que esta deveria ocorrer de forma suave e sem acidentes.^[81]

Como depois se verificou, as coisas correram espetacularmente mal. Descobriram-se os disfarces, e as oportunidades foram perdidas à medida que a situação derivava para o caos. Assustado, o xá voou para fora do país sem ter tido tempo de calçar as meias. Quando parou em Bagdade a caminho de Roma, encontrou-se com o embaixador norte-americano no Iraque, que aproveitou a oportunidade para fazer uma proposta: «Sugeri, em prol do seu prestígio no Irão, [que] ele nunca desse a conhecer a participação de estrangeiros nos eventos recentes.» Isto não tinha nada que ver com o prestígio do xá e tudo que ver com manter as opções em aberto e, sobretudo, preservar a reputação limpa dos EUA. O xá, «esgotado depois de três noites sem dormir [e] perplexo com o rumo dos eventos», mal conseguia pensar. Não obstante, relatou o aliviado embaixador a Washington, «concordou».^[82]

Enquanto o xá se dirigia para o exílio em Itália, as transmissões da rádio iraniana disseminavam relatos venenosos, ao passo que a imprensa o denunciava como uma rameira, um saqueador e um ladrão.^[83] A sua jovem esposa Soraya (muitos diziam que era mais nova do que os supostos 19 anos que teria quando se casou) não escapou ao trauma: lembrava-se de passar pela Via Veneto, num vestido às pintas brancas e vermelhas, discutindo as maldosas políticas de Teerão e ouvindo o marido a contemplar, com ar fúnebre, a compra de um pequeno terreno para começar uma nova vida – talvez nos Estados Unidos.^[84]

Erros e aventuras falhadas dignos de uma farsa teatral seguiram-se à fuga do xá. Nas ruas, abundavam rumores segundo os quais Mossadegh reclamava o trono para si, e a situação mudou. Depois, numa questão de dias – e contra todas as probabilidades –, o xá regressou a casa, parando brevemente em Bagdade para vestir o uniforme de comandante da força aérea. Voltando em esplendor e glória, apresentou-se não como um cobarde que fugira cheio de medo, mas como um herói que regressava para controlar a situação. Mossadegh foi preso, julgado e sentenciado à prisão

solitária; a esta seguiu-se um longo período de exílio até à sua morte, em 1967.[\[85\]](#)

Mossadegh pagou um alto preço por ter articulado uma visão para o Médio Oriente em que a influência do Ocidente não só seria menor como seria inteiramente removida. As suas apreensões sobre a Companhia Anglo-Iraniana haviam crescido até formarem uma visão do Ocidente que era negativa e nefasta. Isso fazia dele um agitador de primeira ordem no Irão, o suficiente para os políticos britânicos e norte-americanos esboçarem planos para o retirarem inteiramente do palco. Os seus protestos a alta voz chegavam numa altura em que também outros se tornavam mais críticos do controlo ocidental das redes que ligavam o Oriente e o Ocidente; no Egito, a crescente animosidade levou a motins antibritânicos e a exigências de que as tropas britânicas estacionadas no Suez fossem evacuadas. Um relatório ao chefe de Estado-Maior feito por um visitante do Departamento de Estado norte-americano no Cairo foi inequívoco quanto à situação. «Os britânicos são detestados», escreveu. «O ódio contra eles é generalizado e intenso. É partilhado por todas as pessoas do país.» Era necessária uma solução urgente.[\[86\]](#)

Os tempos estavam a mudar. E, nesse sentido, Mossadegh foi um dos mais articulados a expor a visão de uma nova era, que envolvia o recuo do Ocidente do centro da Ásia. Ainda que as circunstâncias precisas da sua deposição tenham sido mantidas secretas ao longo de décadas pelas agências de informação, que continuavam alerta para as «consequências nefastas» que a desclassificação do material poderia trazer, poucos tinham dúvidas de que a remoção de Mossadegh fora orquestrada pelas potências ocidentais para os seus próprios fins.[\[87\]](#) Enquanto tal, Mossadegh foi o pai espiritual de muitos herdeiros nesta região. Pois, ainda que os métodos, objetivos e ambições de um grupo tão diverso como o aiatola Khomeini, Saddam Hussein, Osama bin Laden e os talibãs variassem muito, todos estavam unidos pelo princípio fundamental de que o Ocidente era dúplice e maligno, e que a libertação das populações locais implicava a libertação de influências exteriores. Havia diferentes formas de tentar chegar a esta

liberdade; mas, como o caso de Mossadegh mostrava, aqueles que representavam um problema para o Ocidente, provavelmente, teriam de enfrentar as consequências.

Psicologicamente, assim, o golpe foi um momento de charneira. O xá tirou todas as ilações erradas e convenceu-se de que o povo do Irão o adorava. Na verdade, a atitude em relação ao xá, cujo pai, oficial da cavalaria, subira ao trono apenas trinta anos antes, era, no mínimo, ambivalente. A sua fuga para Roma demonstrava uma preocupante falta de carácter. A sua convicção de que era ele o homem que modernizaria o país dependia da sua capacidade de ler os ventos políticos prevalecentes e de se manter independente da intervenção ocidental e, acima de tudo, norte-americana. Era muito para pedir a um homem vaidoso, cujos hábitos de *playboy* e gosto pelas coisas boas da vida davam munições aos seus rivais e deixavam pouco tempo para o discernimento.

Acima de tudo, porém, o golpe de 1953 apoiado pela CIA marcou um separar de águas para o papel dos Estados Unidos no Médio Oriente. Eis uma «segunda oportunidade» para salvar o Irão, concluiu John Foster Dulles, o novo secretário de Estado, uma oportunidade para assegurar que o Irão não escaparia da órbita ocidental.^[88] Dado que «um Irão democrático e independente [não parecia] possível nas circunstâncias», disse o embaixador norte-americano em Teerão ao xá, havia duas alternativas: um «Irão independente não democrático» ou um «Irão independente e permanentemente [...] não democrático atrás da cortina de ferro».^[89] Era a antítese direta da mensagem sonora e pública de que o Ocidente advogava a liberdade e a democracia na sua luta com o comunismo.

Era a altura de os Estados Unidos entrarem em cena; era a altura de os Estados Unidos entrarem em contacto seriamente com a região cruzada havia séculos pelas Rotas da Seda – e tentarem controlá-la. Mas havia perigos à espreita. Advogar a democracia, por um lado, e estar preparado para sancionar ou mesmo orquestrar mudanças de regime, por outro, podia criar inimigos. Podia ser perigoso jogar em dois tabuleiros – até porque, a seu tempo, dar-se-ia inevitavelmente uma quebra de confiança e um colapso de credibilidade. À medida que a sorte da Grã-Bretanha continuava a

minguar, muito dependia das lições que os Estados Unidos tivessem aprendido com o que acontecera em 1953.

Rota da seda norte-americana

Ao assumirem a liderança no Médio Oriente, os Estados Unidos entravam num novo mundo – um mundo onde havia tensões óbvias entre o objetivo de promover os interesses nacionais, por um lado, e apoiar regimes e governantes pouco recomendáveis, por outro. Semanas após Mossadegh ter sido derrubado, o Departamento de Estado alinhou as companhias petrolíferas norte-americanas para assumirem o controlo dos poços e infraestruturas da Companhia Anglo-Iraniana. Muitos se mostravam relutantes, preferindo evitar as incertezas que pareciam seguir-se ao regresso do xá: que este contemplasse executar o seu antigo primeiro-ministro como forma de acalmar a situação não era um sinal promissor.

Não ajudou à situação que a produção petrolífera noutras partes do mundo estivesse a crescer, ou que estivessem a surgir novas oportunidades que prometiam ser a fundação de grandes fortunas, as quais, de facto, provaram ser muito maiores do que a amealhada por Knox D'Arcy. Semanas antes da queda de Mossadegh, uma companhia controlada por J. Paul Getty fez um enorme achado – descrito como estando «algures entre o colossal e o que vai ficar para a História» – na Zona Neutral entre a Arábia Saudita e o Koweit. Por comparação, o envolvimento nas políticas venenosas de Teerão era compreensivelmente pouco atrativo para uma corporação. Para o governo norte-americano, por outro lado, não era apenas uma prioridade, mas, sobretudo, uma necessidade: o Irão praticamente parara de exportar petróleo durante a crise no início da década de 1950. Se

não retomasse a produção depressa, a economia do país retrair-se-ia, o que, provavelmente, abriria a porta a fações subversivas que poderiam tornar o país favorável à União Soviética. O exaurir dos fornecimentos e a subida de preços também teriam um impacto indesejável na Europa, que tentava reconstruir-se no período do pós-guerra. O Departamento de Estado começou, então, uma campanha sustentada para encorajar os maiores produtores norte-americanos a formar um consórcio que assumisse os interesses da Companhia Anglo-Iraniana, intimando sombriamente que as suas concessões no Koweit, Iraque e Arábia Saudita estariam em risco se não se dispusessem a agir.

O governo norte-americano agia, agora, como bonequeiro à medida que tentava persuadir as corporações norte-americanas a cooperarem. Nas palavras de um alto executivo petrolífero, «de um ponto de vista estritamente comercial, a nossa companhia não tem nenhum interesse particular» em envolver-se na indústria petrolífera iraniana; «mas estamos muito cientes dos grandes interesses envolvidos quanto à segurança nacional. Estamos assim preparados para envidar todos os esforços razoáveis» para ajudar. Nunca nos teríamos envolvido no Irão, disse outro executivo, se o governo «não nos tivesse batido na cabeça».^[1]

Os esforços para ocupar a posição da Companhia Anglo-Iraniana e manter estável o Irão tornavam-se complicados pelo facto de as mesmas companhias petrolíferas às quais se pedia que agissem como uma ferramenta da política externa norte-americana estarem a ser processadas por infringirem a legislação *antitrust* do Departamento de Justiça. Assim como a mensagem que apregoava a democracia se revelara flexível, o mesmo se passara com a garantia de que as leis norte-americanas eram cumpridas: desta forma, o procurador-geral tomou medidas formais, a pedido do Conselho de Segurança Nacional, para que «a aplicação da legislação *antitrust* dos Estados Unidos contra as [companhias petrolíferas que formavam o consórcio] fosse considerada secundária em relação ao interesse da segurança nacional». Assim, na primavera de 1954, as companhias petrolíferas receberam garantias formais de imunidade contra

ações penais. O controlo do Irão era tão importante que o governo norte-americano estava preparado para pôr de lado o seu próprio código legal.[2]

Encorajar a participação das companhias petrolíferas norte-americanas era apenas uma parte de um plano mais amplo para sustentar o Irão e mantê-lo longe do alcance da União Soviética. Fizeram-se esforços concertados em projetos de desenvolvimento social, sobretudo no campo. Cerca de três quartos da população eram camponeses, sem terra e com rendimentos insignificantes. Estavam cercados num mundo onde os proprietários de terras se opunham à reforma agrária e as opções eram limitadas: as taxas de juro típicas para os pequenos agricultores iam dos 30 aos 75 por cento – níveis que garantidamente estrangulariam qualquer mobilidade social.[3]

Investiram-se fundos substanciais para resolver algumas destas questões. Esquemas de microfinanças para pequenos agricultores foram estabelecidos pela Fundação Ford, a maior organização beneficente dos Estados Unidos. O apoio à criação de cooperativas permitiu-lhes passar do comércio ineficiente das suas colheitas de algodão em mercados locais para vendê-las a preços consideravelmente melhores a intermediários na Europa. O xá e os seus ministros foram pressionados a envolver-se adequadamente com o conceito de desenvolvimento rural, ainda que com efeitos limitados e para desespero daqueles que tentavam convencer os políticos que não lidar com o analfabetismo e a desigualdade no campo teria consequências a longo prazo.[4]

A ajuda direta do governo norte-americano cresceu acentuadamente também, subindo de uma média anual de 27 milhões de dólares nos anos anteriores à queda de Mossadegh para um número quase cinco vezes maior nos anos que se seguiram.[5] Os Estados Unidos ainda forneceram bolsas e empréstimos para ajudar a financiar uma enorme barragem no rio Karaj, cerca de 65 quilómetros a nordeste de Teerão, que se destinava a melhorar substancialmente o fornecimento de água e eletricidade à capital – e a servir de símbolo da modernização e progresso do Irão.[6]

Esforços como estes eram parte de uma tentativa sistemática de fortalecer outras partes da região. Ainda que a riqueza petrolífera do Irão o tornasse particularmente importante para o Ocidente, os países vizinhos também

creciam em importância por causa da sua posição ao longo do flanco meridional da União Soviética, numa altura em que a Guerra Fria começava a aquecer.

O resultado foi a construção de uma cintura de Estados entre o Mediterrâneo e os Himalaias com governos pró-ocidentais que receberam consideráveis apoios económicos, políticos e militares dos Estados Unidos. Este conjunto de países – batizado Cintura Setentrional pelo austero secretário de Estado John Foster Dulles – servia três propósitos: agir como baluarte contra a expansão dos interesses soviéticos; manter a proteção da zona do golfo rica em recursos e continuar a bombear petróleo para o Ocidente de forma a estimular a recuperação da Europa e, ao mesmo tempo, a fornecer importantes receitas para a estabilidade local; e providenciar uma série de postos de escuta e bases militares para o caso de as tensões com o bloco soviético escalarem para um conflito declarado.

Em 1949, por exemplo, um relatório preparado pelos chefes de Estado-Maior para o sul da Ásia fazia notar que o Paquistão «poderia ser requisitado como base para operações aéreas contra [a] URSS Central e como área intermédia para as forças envolvidas na defesa ou recaptura de zonas petrolíferas do Médio Oriente» – chamando ainda a atenção para o facto de o Paquistão ser um posto avançado óbvio de onde se podiam conduzir operações ocultas contra a União Soviética.^[7] Era por isso vital apoiar o Paquistão, bem como outros países da Cintura Setentrional, sob risco de a região como um todo assumir uma posição neutral em relação ao Ocidente «ou, no pior cenário [...], cair na órbita soviética».^[8]

Estas ansiedades moldaram as políticas nacionais e internacionais norte-americanas para grande parte da Ásia na década após a Segunda Guerra Mundial. Em 1955, os países que iam da Turquia, a ocidente, pelo Iraque e Irão até ao Paquistão, a oriente, foram unidos num único acordo que substituía uma rede de alianças entre si e com a Grã-Bretanha – e tornaram-se signatários do que depressa se veio a conhecer como o Pacto de Bagdade. Ainda que o objetivo declarado do tratado fosse «a manutenção da paz e da segurança no Médio Oriente», com a troca de garantias mútuas,

a realidade é que fora concebido para permitir que o Ocidente influenciasse uma região de importância estratégica e económica vital.[\[9\]](#)

Apesar da cuidada consideração que se dera a garantir que os governos locais agiriam favoravelmente, os erros praticados em Washington criaram oportunidades para os soviéticos. No final de 1954, por exemplo, uma discreta abordagem da liderança afegã aos Estados Unidos pedindo assistência e armas foi ignorada pelo Departamento de Estado. Em vez de pedir armas, ouviu como resposta o príncipe Naim, irmão do primeiro-ministro, o Afeganistão deveria concentrar-se em assuntos mais domésticos – como o de resolver as disputas fronteiriças com o Paquistão. A resposta canhestra, destinada a mostrar o apoio ao regime em Karachi que recentemente fora descrito por um responsável militar como sendo de «importância estratégica a nível mundial», teve efeitos nefastos imediatos.[\[10\]](#)

As notícias mal tinham chegado a Cabul quando os soviéticos intervieram para dizer que estavam dispostos a providenciar fundos de desenvolvimento e equipamento militar – uma oferta que foi prontamente aceite. A uma quantia inicial de cem milhões de dólares, seguiram-se outras que permitiram a construção de pontes, a modernização das telecomunicações e a expansão do sistema de estradas, incluindo a via rápida entre Kandahar e Herat. O dinheiro e conhecimentos de Moscovo foram também responsáveis pela construção do túnel Salang, de 27 quilómetros, ao longo de uma grande estrada que seguia para norte e ligava com a Ásia Central soviética. Esta estrada, um símbolo da amizade entre a União Soviética e o Afeganistão, foi a principal artéria de abastecimentos durante os anos de 1980 depois da invasão do Afeganistão. Ironicamente, também provou ser uma parte vital na rota de abastecimentos que levava comboios de veículos norte-americanos e aliados para o país no início do século XXI: uma via rápida construída para fortalecer o Afeganistão contra o Ocidente tornou-se central nos esforços do Ocidente de reconstruir o Afeganistão à sua imagem.[\[11\]](#)

Ser manobrado tão enfaticamente era uma lição de humildade – especialmente, quando o mesmo voltou a acontecer alguns meses mais tarde, desta vez com resultados mais dramáticos. No final de 1955, o revolucionário Gamal Abdel Nasser, que desempenhara um papel instrumental no golpe, três anos antes, que depusera o rei Farouk do Egito com o apoio da CIA, também sondou Moscou com um pedido de armas. Apanhados de surpresa, os Estados Unidos responderam, oferecendo-se para ajudar a financiar um projeto de construção de uma enorme barragem em Assuão, em conjunto com a Grã-Bretanha e o Banco Mundial – um projeto semelhante ao da barragem do Karaj, no Irão. Seguiram-se discussões de alto nível entre Londres e Washington sobre como tranquilizar Nasser, que resultaram numa promessa de armas e de pressionar Israel a aceitar um tratado com o Egito, na esperança de melhorar as relações cada vez mais hostis entre os dois países.[\[12\]](#)

Nasser ficara irritado com o Pacto de Bagdade, que via como um obstáculo à unidade árabe e como um instrumento ocidental para preservar a sua influência no coração da Ásia. Se o dinheiro e o apoio tivessem chegado atempadamente, Nasser talvez ficasse tranquilo – pelo menos a curto prazo. Mas, dadas as circunstâncias, as promessas de financiamento foram retiradas por causa das preocupações dos congressistas norte-americanos de que a construção de uma barragem levaria a um aumento da produção de algodão e a uma queda dos preços que afetaria os agricultores norte-americanos.[\[13\]](#) Esta preocupação com os interesses próprios revelou ser fatal; foi a gota de água que fez transbordar o copo.

Um especialista na provocação política, Nasser – descrito pelo primeiro-ministro britânico Anthony Eden como estando determinado a «tornar-se o Napoleão dos Árabes» – fez escalar a situação.[\[14\]](#) Ao comentário pomposo do ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, na primavera de 1956, segundo o qual o Canal do Suez era «uma parte integrante do complexo petrolífero do Médio Oriente» e vital para os interesses britânicos, Nasser respondeu acintosamente que, nesse caso, o Egito deveria partilhar as receitas do canal – assim como os Estados produtores de petróleo partilhavam as receitas petrolíferas.[\[15\]](#) Nasser sabia bem que o

Ocidente não olharia a meios para preservar os seus ativos, mas calculou que nacionalizar o canal criaria uma posição de força que, a longo prazo, apenas beneficiaria o Egito.

Enquanto os planeadores norte-americanos calculavam o possível impacto do fecho do canal sobre os preços do petróleo, figuras de vulto na Grã-Bretanha caíram num nevoeiro sombrio. «A verdade é que nos encontramos num terrível dilema», escreveu Harold Macmillan, o muito estimado e bem relacionado ministro das Finanças. «Se assumirmos uma linha dura de ação contra o Egito e, em resultado disso, o canal for fechado, os oleodutos para o Levante serão cortados, o Golfo Pérsico entrará em revolta e a produção petrolífera parará – caso em que o Reino Unido e a Europa Ocidental “estão feitos”.»[\[16\]](#) Se não se fizesse nada, por outro lado, Nasser venceria incondicionalmente e haveria consequências catastróficas noutros lados: todos os países do Médio Oriente simplesmente seguiriam a deixa e nacionalizariam as suas indústrias petrolíferas.

Nasser retomava o percurso interrompido de Mossadegh. Os diplomatas, políticos e operacionais dos serviços de informação ocidentais começaram a pensar em aplicar uma solução semelhante ao problema de um líder cujas políticas se opunham aos interesses ocidentais. Não tardou muito até que os britânicos comesçassem a procurar «formas de derrubar o regime». [\[17\]](#) Nas palavras de um alto diplomata em Londres, «talvez tenhamos de nos livrar de Nasser»; o primeiro-ministro, Anthony Eden, não queria apenas removê-lo, queria Nasser morto. [\[18\]](#) Depois de diversas rondas diplomáticas não terem dado em nada, a Grã-Bretanha e a França concluíram que era necessária uma demonstração sustida de poder para convencer os líderes do Médio Oriente de que se passaria à ação direta contra quem quer que contrariasse os objetivos ocidentais.

No final de outubro de 1956, a ação militar teve início no Egito, com forças britânicas e francesas deslocando-se para defender a zona do canal, ao passo que os seus aliados israelitas lançaram um ataque na península do Sinai para ajudar a proteger o Suez e maximizar a pressão sobre Nasser. A invasão depressa se revelou um fiasco. O Canal do Suez foi fechado depois de os egípcios terem afundado navios, barcaças e navios de manutenção nos

canais de navegação e à volta destes, ao passo que a ponte ferroviária móvel em El Fridan, a norte de Ismaila, foi atirada à água. O efeito das quarenta e nove obstruções estimadas foi bem para lá do fecho do canal: produziu aquilo a que um relatório desta altura chamou «uma grave deslocação do movimento normal de mercadorias». Os envios de petróleo para a Europa Ocidental reduziram-se drasticamente.

Seriam de esperar mais consequências, concluiu a CIA: os preços de «muitos produtos básicos no comércio mundial» previsivelmente subiriam, e era provável que surgissem «números consideráveis de desemprego nos países do Mundo Livre» cujas economias dependessem de remessas feitas através do Suez. O impacto também se sentiria na União Soviética, cujos navios que comerciavam com o Extremo Oriente se deparavam com um desvio de onze mil quilómetros em torno de África para chegarem aos seus portos domésticos no mar Negro por causa do fecho do Suez. Os norte-americanos observavam atentamente à medida que Moscovo desviava cargas essenciais para rotas ferroviárias transasiáticas, cuja importância depressa cresceu.[\[19\]](#)

Ainda que ciente das grandes tensões em torno do Egito, a administração de Eisenhower foi apanhada de surpresa pelo início da ação militar, já que não fora consultada sobre os planos de invasão. O presidente, enfurecido, dirigiu uma reprimenda pessoal ao primeiro-ministro britânico. O uso de força na zona do canal era um desastre de propaganda para os autoproclamados guardiões do «Mundo Livre», chegando numa altura em que os tanques soviéticos rolavam pelas ruas de Budapeste para reprimir uma sublevação popular na Hungria. Em última análise, no entanto, a ação no Suez forçou uma outra questão: assinalou o momento em que os Estados Unidos tiveram de escolher entre as potências ocidentais, cuja posição haviam herdado no século xx, e o mundo rico em petróleo do Médio Oriente. Escolheram o último.

Era essencial, concluiu o presidente Eisenhower, que «os árabes [não fiquem] abespinhados com todos nós». Se isso acontecesse, os fornecimentos de petróleo do Médio Oriente podiam entrar em colapso total, tanto por causa do fecho do canal como porque a produção podia ser

parada, ou porque se podiam introduzir embargos em países numa região com afinidades naturais com o Egito, quando este estava a ser tão brutalmente maltratado. Como já concedera um alto diplomata britânico, qualquer redução dos fornecimentos teria consequências devastadoras. «Se o petróleo do Médio Oriente for negado [à Grã-Bretanha] por um ano ou dois, as nossas reservas de ouro desaparecerão. Se as nossas reservas de ouro desaparecerem, a área da libra esterlina desintegrar-se-á. Se a área da libra esterlina se desintegrar e não tivermos reservas [...] duvido que possamos pagar o mínimo necessário à nossa defesa. E um país que não pode pagar a sua defesa está acabado.»[20] Este era o pior cenário possível, carregado de premonições sombrias. Ainda assim, como Eisenhower reconheceu em privado, era difícil ser «indiferente ao problema financeiro e relativo aos combustíveis da Europa Ocidental». Não obstante, como escreveu a lorde Ismay, o primeiro secretário-geral da aliança de defesa mútua OTAN* (Organização do Tratado do Atlântico Norte), era vital não «antagonizar o mundo árabe».[21]

Na prática, isso significava encerrar Grã-Bretanha e França. Ainda que se esboçasse um plano em Washington no sentido de enviar petróleo dos Estados Unidos para a Europa Ocidental, este não foi posto em prática intencionalmente, para forçar o fim das disputas no Egito. Com a confiança na economia britânica a entrar em colapso e com o valor da libra esterlina a descer dramaticamente, Londres viu-se forçada a pedir assistência financeira ao Fundo Monetário Internacional. Em apenas quatro décadas, a Grã-Bretanha passara do domínio mundial a estender o chapéu e suplicar por ajuda. Foi assim bastante grave que o pedido ao FMI tivesse sido rejeitado sem mais; era simplesmente humilhante que as tropas que haviam sido enviadas até ao Egito para lutar por uma das joias mais preciosas da Europa Ocidental batessem agora em retirada sem terem cumprido a sua missão. O seu regresso a casa, na ribalta dos meios de comunicação mundiais, era um símbolo de como o mundo mudara: a Índia fora abandonada; os campos petrolíferos do Irão haviam escapado aos britânicos; agora, o mesmo acontecia com o Canal do Suez. A demissão do

primeiro-ministro, Anthony Eden, no início de 1957, era simplesmente mais um parágrafo no capítulo final da morte de um império.[\[22\]](#)

Os Estados Unidos, por sua vez, estavam agudamente cientes das suas novas responsabilidades enquanto superpotência quando se tratava dos países que pontuavam a Ásia. Tinham de ser cautelosos – como demonstrava claramente a disputa pelo Suez. O prestígio e influência britânicos tinham decaído espetacularmente, criando a perspectiva de que a ideia de ter o flanco meridional a agir como baluarte contra a União Soviética podia «entrar completamente em colapso pela penetração comunista e o seu êxito no Médio Oriente», nas palavras do presidente Eisenhower, no final de 1956.[\[23\]](#)

Além disso, o fiasco causado pela ação militar abortada servira para acirrar sentimentos antiocidentais em todo o Médio Oriente, com demagogos nacionalistas a serem encorajados pelo êxito de Nasser em manter o sangue-frio e superar a pressão militar europeia. À medida que o estatuto do líder egípcio crescia exponencialmente em toda a região, começaram a surgir ideias de um nacionalismo árabe e, com estas, a percepção cada vez mais aguda de que a unificação de todos os árabes numa única entidade criaria uma voz que contrabalançaria a do Ocidente, por um lado, e a do bloco soviético, por outro.

Observadores astutos haviam previsto essa mesma eventualidade ainda antes da lição de provocação política por parte de Nasser. O embaixador norte-americano em Teerão, Loy Henderson, que compreendia a região melhor do que qualquer outro norte-americano, concluía que as vozes nacionalistas seriam cada vez mais troantes e poderosas. «Parece quase inevitável», escreveu em 1953, «que algures no futuro [...] os países do Médio Oriente [...] se unirão e decidirão políticas unificadas.»[\[24\]](#) Nasser era a figura de proa por que este movimento havia esperado.

Isto levou a uma importante mudança de postura dos Estados Unidos, articulada no que veio a ser conhecida como a doutrina Eisenhower. Muito ciente de que a União Soviética olhava de forma oportunista para o Médio Oriente, o presidente disse ao Congresso que era essencial que «o vácuo existente» no Médio Oriente seja «preenchido pelos Estados Unidos antes

de o ser pela Rússia». Isto não era apenas importante para os interesses norte-americanos, prosseguiu; era vital «para a paz no mundo».[25] Foi assim pedido ao Congresso que aprovasse um orçamento ambicioso para financiar ajuda económica e militar em toda a região e que conferisse a autoridade de defender qualquer país ameaçado por agressões armadas. Se um dos principais objetivos era o de afastar o perigo da União Soviética, também visava ser uma alternativa à visão de Nasser – uma alternativa que fosse atrativa para aqueles países que percebessem os benefícios de receber substanciais somas de dinheiro de Washington.[26]

Esta tentativa de reformular a própria posição não convenceu todos. Os israelitas não ficaram impressionados com as aproximações norte-americanas para melhorar as relações com os árabes e não deram ouvidos às garantias de que também eles sentiriam os benefícios do maior estatuto e papel desempenhado pelos Estados Unidos.[27] Estes receios eram compreensíveis dada a fúria que circundava Israel, especialmente na Arábia Saudita e no Iraque, no rescaldo da intervenção falhada no Suez. Não ajudava, é claro, que as tropas israelitas tivessem participado, a par dos soldados franceses e britânicos; mas o mais importante era que o país depressa se estava a tornar um símbolo totémico da interferência exterior do Ocidente nos assuntos da região – sendo um dos seus principais beneficiários. Em consequência, ouviam-se vozes cada vez mais agressivas que diziam que o apoio norte-americano a Israel era incompatível com a assistência aos árabes.

Israel era agora um ponto focal em torno do qual se congregavam os nacionalistas árabes. Como os cruzados descobriram na Terra Santa séculos antes, a simples existência de um Estado supostamente composto de forasteiros levava a que os interesses árabes mais díspares se unissem. Como os cruzados também descobriram, os israelitas assumiam o papel ambíguo e pouco invejável de serem um alvo que unia muitos inimigos.

A retórica anti-israelita era comum a vários políticos da Síria que se aliaram a Nasser e à visão por ele articulada de um mundo árabe unido. No início de 1958, uma fusão formal com o Egito fundou um Estado, a República Árabe Unida, um prelúdio para futura consolidação. Washington

observava ansiosamente à medida que a situação se desenrolava. O embaixador Henderson avisara que o surgimento de uma única voz poderia trazer dificuldades – «efeitos desastrosos», nas suas palavras. Os Estados Unidos lutavam com as implicações, e o Departamento de Estado estava em constantes debates, muitos destes altamente pessimistas. Um relatório produzido pelo Gabinete de Assuntos do Próximo Oriente, Sul da Ásia e África observava ansiosamente que o nacionalismo radical de Nasser ameaçava propagar-se a toda a região, fazendo notar que os «ativos» norteamericanos no Médio Oriente haviam sido reduzidos ou neutralizados em resultado do êxito do líder egípcio no Suez e do seu avanço com a Síria.[\[28\]](#) O progresso de Nasser inevitavelmente abriria caminho ao comunismo, concluiu John Foster Dulles, secretário de Estado e irmão mais velho de Allen Dulles, chefe da CIA. Era tempo de tomar uma ação decisiva e amontoar «sacos de areia à volta das posições que temos de proteger».[\[29\]](#)

O estado de espírito piorou quando o que parecia ser inconfundivelmente o início de uma reação em cadeia se disseminou para oriente, pela Ásia. O primeiro a partir foi o Iraque. A unificação do Egito e da Síria instigara muitas discussões entre a elite bem formada de Bagdade, para quem o chamariz do pan-arabismo parecia cada vez mais atrativo enquanto terceira via entre as atenções de Washington e de Moscovo. Mas as coisas tornaram-se venenosas na capital, no verão de 1958, ao instigarem-se as simpatias pró-Nasser e os sentimentos antiocidentais, acompanhados por uma retórica agressiva sobre Israel. A 14 de julho, um grupo de altos oficiais do exército liderado por Abdul Karim Qasim – um homem apodado de «encantador de serpentes» por contemporâneos que haviam frequentado um curso militar com ele na Grã-Bretanha duas décadas antes – levou a cabo um golpe de Estado.[\[30\]](#)

Marchando pelo palácio à hora do pequeno-almoço, os conspiradores reuniram membros proeminentes da família real, incluindo o rei Faisal II, no pátio e executaram-nos. O corpo do príncipe da Coroa Abd al-Ilha, um homem consciencioso e sério, foi arrastado «pela rua como [...] um cão», dilacerado e, depois, queimado por uma multidão enraivecida. No dia seguinte, o primeiro-ministro iraquiano, Nuri al-Said, um político veterano

que testemunhara a transformação do Médio Oriente em primeira mão, foi perseguido quando tentava fugir, vestido de mulher, e abatido a tiro. O seu corpo foi mutilado e exibido com júbilo por Bagdade.[\[31\]](#)

Estes eventos pareciam prenunciar uma quase certa expansão dos interesses da União Soviética. O Irão, disse o líder supremo russo Nikita Khrushchev ao presidente John F. Kennedy numa cimeira em 1961, depressa cairá como um fruto apodrecido nas mãos dos soviéticos – uma perspectiva que parecia provável, já que se sabia que o próprio chefe da polícia secreta iraniana conspirava contra o xá. Depois de o Comité da Segurança do Estado (mais conhecido como KGB) ter falhado uma tentativa de assassínio, as atenções voltaram-se para preparar locais de desembarque de tropas e munições em todo o Irão – presumivelmente, em antecipação da decisão de aumentar os esforços para fomentar uma sublevação popular e depor a monarquia.[\[32\]](#)

A situação não parecia melhor no Iraque, onde um alto político norte-americano escreveu que o país «quase de certeza entrará em deriva até ser tomado pelo comunismo».[\[33\]](#) Em consequência, assistiu-se a um realinhamento ocidental com Nasser, que começou a ser visto como «o menor de dois males». Os Estados Unidos esforçavam-se arduamente por construir pontes com o volúvel líder egípcio, que reconhecia que o nacionalismo árabe podia ser comprometido pela, nas suas palavras, crescente «penetração comunista no Médio Oriente».[\[34\]](#) O terreno comum entre Washington e Cairo alargou-se pela decisão da nova liderança do Iraque de levar a cabo um novo golpe de Estado e afastar-se do pan-arabismo e de Nasser; isto apenas criava mais preocupações sobre o espectro da União Soviética.[\[35\]](#)

Gizaram-se planos para lidar com Bagdade, e, nos Estados Unidos, um comité foi incumbido de procurar «meios explícitos ou ocultos» de evitar uma «tomada comunista no Iraque». As limitações das fontes tornam difícil averiguar quão envolvida esteve a CIA, ou se esteve envolvida de todo, no golpe para depor Qasim, o primeiro-ministro nacionalista que depusera a monarquia iraquiana, levado a cabo no final de 1959. Um dos envolvidos no golpe, que feriu a canela durante a confusão, mais tarde usou a sua

participação com efeitos quase míticos para mostrar a sua determinação e coragem. Chamava-se Saddam Hussein.[\[36\]](#)

Não é certo se os conspiradores contavam com o apoio norte-americano nesta ocasião, ainda que os registos mostrem que os serviços de informações norte-americanos estavam cientes do golpe falhado antes de este ter acontecido.[\[37\]](#) O facto de estarem a ser elaborados planos para eliminar figuras de vulto das posições de autoridade – como o coronel não nomeado que deveria receber um lenço com monograma contaminado com um agente incapacitante – mostra também que se tomavam medidas ativas para tentar garantir que Bagdade não caía na órbita de Moscovo.[\[38\]](#) Talvez não tenha sido por coincidência que, quando Qasim foi finalmente deposto em 1963, a sua queda não tenha surpreendido os observadores norte-americanos, que, mais tarde, disseram que isso fora «previsto com detalhes exatos pelos agentes da CIA».[\[39\]](#)

Este profundo envolvimento com a situação do Iraque guiava-se, antes de mais, pelo desejo de manter a União Soviética longe dos países a sul. Construir ligações com os países que formavam as Rotas da Seda era, em parte, uma questão de prestígio político, onde os Estados Unidos não podiam ser vistos como perdedores para um rival que oferecia uma visão do mundo altamente contrastante. Mas havia outras razões para a intensidade deste interesse ao longo do tempo.

Em 1955, Moscovo decidiu instalar um grande campo de testes para mísseis de longo alcance em Tyuratam, no atual Cazaquistão, depois de concluir que as estepes eram o ambiente perfeito para estabelecer uma série de antenas de orientação que permitiriam monitorizar os lançamentos sem obstruções durante o voo, sendo também isoladas o suficiente para não ameaçarem os centros urbanos existentes. O centro daí resultante, mais tarde renomeado Cosmódromo de Baikonur, tornou-se a principal localização para o desenvolvimento e teste de mísseis balísticos.[\[40\]](#) Ainda antes de o centro ter sido estabelecido, os soviéticos haviam lançado o *R5*, que tinha um alcance de mais de mil quilómetros e podia transportar uma ogiva nuclear. Em 1957, o seu sucessor – o *R7*, mais conhecido pelo nome de código da NATO *SS6 «Sapwood»* – começou a ser produzido com um

alcance de oito mil quilómetros, fazendo crescer dramaticamente a ameaça que a União Soviética representava para o Ocidente.[\[41\]](#)

O lançamento do *Sputnik*, o primeiro satélite do mundo, no ano seguinte, com a introdução de uma frota de *Tupolev Tu-95* «Bear» e *Myasischev 3M* «Bison», bombardeiros estratégicos de longo alcance, focou ainda mais as atenções dos planeadores militares norte-americanos: era vital que os Estados Unidos pudessem monitorizar os testes de mísseis, vigiando os desenvolvimentos nas capacidades balísticas, bem como possíveis lançamentos hostis.[\[42\]](#) A Guerra Fria, muitas vezes, faz recordar o Muro de Berlim e a Europa de Leste como arena principal para o confronto entre as superpotências. Mas foi no território no flanco meridional da União Soviética que o verdadeiro jogo de xadrez da Guerra Fria se desenrolou.

Para os Estados Unidos, o valor estratégico dos países ao longo do flanco sul da União Soviética havia muito que fora reconhecido. Agora, tornavam-se vitalmente importantes. Bases aéreas, estações de escuta e redes de comunicação no Paquistão tornaram-se uma parte crucial da estratégia de defesa norte-americana. Quando a capacidade dos mísseis soviéticos chegou ao patamar intercontinental, a Estação Aérea de Peshawar, no norte do país, providenciava serviços vitais de recolha de informações. Serviu como base de partida para as operações de aviões *U-2*, como as missões de reconhecimento sobre Baikonur e sobre outras grandes instalações militares, incluindo a central de Chelyabinsk que processava plutónio. Foi de Peshawar que Gary Powers levantou voo na malfadada missão em que o seu avião foi abatido no espaço aéreo soviético perto de Sverdlovsk, em 1960, num dos mais conhecidos incidentes da Guerra Fria.[\[43\]](#)

Não deixava, por isso, de ser irónico que os objetivos políticos e militares norte-americanos, centrais na defesa do mundo livre e do modo de vida democrático, levassem a resultados muito diferentes. A posição dos Estados Unidos nesta parte do mundo construía-se sobre uma série de homens fortes com instintos não democráticos e métodos repulsivos de se manterem no poder. No caso do Paquistão, os Estados Unidos não se importaram de lidar com o general Ayub Khan, depois de este ter liderado um golpe em 1958 que aptamente qualificou como uma «revolução para longe do comunismo»

na tentativa de granjear o apoio norte-americano. Khan pôde impor a lei marcial sem incorrer no opróbrio dos seus apoiantes ocidentais, justificando as suas ações como sendo «duras apenas para aqueles que têm destruído a fibra moral do Paquistão».[44] Alardeou-se a restauração de um «governo constitucional funcional», mas poucos tinham dúvidas de que a ditadura militar provavelmente seria duradoura – especialmente depois de Ayub Khan ter dito que seriam necessárias «algumas décadas» até que a fasquia educativa subisse o suficiente para permitir à população votar nos seus líderes.[45] Os Estados Unidos não se coíbiavam de providenciar armas em grandes quantidades a este dúbio aliado: mísseis *Sidewinder*, caças e bombardeiros táticos *B-57* eram apenas alguns dos equipamentos vendidos com a aprovação do presidente Eisenhower.[46]

Isto teve por efeito o incremento do estatuto e do poder das forças armadas do Paquistão, onde se gastava mais de 65 por cento do orçamento nacional no exército. Parecia ser o preço a pagar para manter amigos nesta parte do mundo. Lançar os fundamentos da reforma social era arriscado e demorado em comparação com os ganhos imediatos a obter da confiança em homens fortes e nas elites que os rodeavam. Mas o resultado era a asfixia da democracia e o enraizamento de problemas profundos que inflamariam com a passagem do tempo.

A liderança do Afeganistão também se viu cortejada de forma assídua, e o primeiro-ministro, Daoud Khan, por exemplo, foi convidado para uma visita de duas semanas aos Estados Unidos, no final dos anos de 1950. O desejo de o impressionar era tal que, quando aterrou, foi saudado no alcatrão pelo vice-presidente Nixon e pelo secretário de Estado John Foster Dulles, antes de ser cordialmente recebido pelo presidente Eisenhower, que se esforçou por avisar o primeiro-ministro afegão da ameaça que o comunismo representava para os países muçulmanos da Ásia. Os Estados Unidos já haviam começado uma série de projetos ambiciosos de desenvolvimento no Afeganistão, como um grande esquema de irrigação no vale de Helmand e um esforço arrojado para melhorar o sistema educativo. Davam agora mais garantias por forma a contrabalançar os substanciais

investimentos, empréstimos e projetos de infraestruturas soviéticos que já estavam a decorrer.[47]

O problema, é claro, é que os países envolvidos não tardaram a perceber que podiam usar uma superpotência contra a outra – e, em resultado, extrair benefícios cada vez maiores de ambas. Com efeito, quando o presidente Eisenhower visitou Cabul no final dos anos de 1950, foi-lhe pedido frontalmente que cobrisse a ajuda que estava a ser prestada ao país por Moscovo.[48] Uma recusa teria consequências, mas também a aquiescência.

Os planeadores norte-americanos, entretanto, estavam cada vez mais agitados pelo que era visto como um claro *volte-face* no Irão, no final dos anos de 1950, quando o xá Reza Pahlavi manifestou a sua vontade de melhorar as relações com Moscovo após uma campanha nefasta de propaganda radiofónica financiada pela União Soviética, que incansavelmente transmitia a imagem do governante iraniano como um fantoche do Ocidente e urgia os trabalhadores a sublevarem-se e a derrubarem o seu regime despótico.[49] Foi o suficiente para que o xá considerasse abandonar aquilo a que chamava as relações «totalmente antagónicas» do Irão com a União Soviética e abrir canais de comunicação e cooperação mais conciliatórios.[50]

Isto causou alarme em Washington, onde os estrategistas tinham uma perspetiva clara da importância fulcral do Irão no flanco sul da União Soviética. No início dos anos de 1960, nas palavras de um relatório, «a localização estratégica do país entre a União Soviética e o Golfo Pérsico e as suas grandes reservas de petróleo conferiam uma importância crítica à manutenção da amizade, independência e integridade territorial do Irão por parte dos Estados Unidos».[51] Investiram-se consideráveis recursos e energia no apoio à economia e ao exército iranianos e no reforço do controlo do país por parte do xá.

Manter o xá satisfeito era considerado tão importante que se ignorou a intolerância, a corrupção em grande escala e a inevitável estagnação económica que ajudou a causar. Não foi dito nem feito nada quanto à

perseguição das minorias religiosas, como os Baha'i, a quem foi reservado um tratamento brutal nos anos de 1950.[\[52\]](#) Entretanto, não havia quase nada que mostrar pelo acentuado aumento das receitas petrolíferas do Irão, que se haviam multiplicado mais de sete vezes entre 1954 e 1960. Os familiares do xá e o grupo informalmente conhecido no Irão como «as 1000 famílias» estabeleceram um cerco apertado às importações, fazendo grandes fortunas próprias no processo. Os empréstimos bonificados de Washington serviam simplesmente para forrar os bolsos dos privilegiados a expensas dos pobres, para quem era difícil acompanhar o crescente custo de vida – especialmente, depois de uma má colheita em 1959-1960.[\[53\]](#)

Não ajudou que alguns projetos norte-americanos concebidos para estimular a economia agrária fossem espetaculares malogros. As tentativas de substituir as sementes tradicionais por híbridos modernos foram um desastre, sendo as novas sementes inadequadas para o terreno e pouco resistentes à doença e à devastação provocada por insetos. Um esquema concebido para ajudar os criadores de aves iranianos e norte-americanos introduzindo pintos norte-americanos no Irão acabou também com resultados calamitosos – a falta de uma alimentação adequada e de vacinas teve consequências bastante previsíveis. A embaraçosa falha em perceber como funcionava o lençol freático no Irão levou à criação de poços que secavam os reservatórios subterrâneos e destruíam a viabilidade de muitas quintas em todo o país.[\[54\]](#)

Esquemas contraproducentes como estes dificilmente podiam ser considerados exemplos positivos dos benefícios de uma cooperação mais próxima com o Ocidente, e com os Estados Unidos em particular. Também forneciam terreno fértil para os críticos explorarem. Não havia ninguém mais predisposto a fazê-lo do que um erudito xiita, Ruhollah Moosavi Khomeini, que tomou o pulso a uma população cada vez mais insatisfeita com os salários baixos, a falta de progresso económico e a conspícua ausência de justiça social. «Vossa excelência, o xá, permita-me um conselho», declarou o aiatola num discurso particularmente inflamado no início da década de 1960. «Seu desgraçado miserável, não é já tempo de pensar e refletir um pouco e ponderar para onde tudo isto o leva? [...]

Quererá o xá que eu diga que ele não acredita no islão e que o expulse do Irão?»[55] Foi quanto bastou para que fosse preso, depois do que ocorreram motins no centro de Teerão, com multidões a entoar «Khomeini ou a morte». Como notaram os relatórios da CIA, mesmo os funcionários do governo se juntaram às manifestações contra o regime.[56]

Em vez de ouvir os avisos, o xá reagiu antagonizando ainda mais os seus críticos. Os clérigos do Irão, anunciou com uma surpreendente falta de tato na cidade santa de Qom, eram «homens ignorantes e mirrados cujos espíritos não davam sinal de atividade havia séculos».[57] Em vez de oferecer concessões ou de instigar reformas sérias, o xá concentrou a sua energia em apertar o controlo. Khomeini foi forçado a escapar para o exílio, instalando-se durante mais de uma década em Najaf, no vizinho Iraque, onde as apaixonadas denúncias do xá e do seu regime eram não só bem-vindas, mas positivamente encorajadas.[58]

Investiram-se ainda consideráveis recursos no estabelecimento da Savak, a polícia secreta iraniana, que depressa granjeou uma reputação temível. Prisões sem julgamento, tortura e execuções foram usadas em grande escala para lidar com os críticos do xá e daqueles que lhe eram próximos; em raros casos, os oponentes mais visíveis tinham melhor sorte – como Khomeini – e eram postos em prisão domiciliária e exilados para os retirar de cena.[59] O uso destas táticas na União Soviética era motivo de críticas acerbadas pelos Estados Unidos, denunciadas como a antítese da democracia e uma ferramenta do totalitarismo; no Irão, passavam em silêncio.

Para manter o apoio ao xá e cimentar a sua posição, os fundos continuaram a jorrar no Irão vindos de Washington, e ajudaram a construir um sistema de vias rápidas de 2400 quilómetros ligando o Golfo Pérsico ao mar Cáspio, um grande porto de águas profundas em Bandar Abbas, a expandir e a melhorar a rede de energia elétrica e até a financiar projetos de prestígio, como a criação de uma linha aérea nacional. Ao longo de todo o processo, a maioria dos políticos ocidentais ignorou as realidades no terreno, optando por ver apenas o que queria ver. Para muitos observadores norte-americanos, o Irão parecia ser um triunfo inegável. A economia de «um dos mais próximos amigos dos Estados Unidos no Médio Oriente

seguia em frente», registava um relatório preparado para o presidente Johnson, em 1968. O PIB do Irão subia tão depressa que era «uma das mais notáveis histórias de sucesso» de tempos recentes. Chegou-se à mesma conclusão, ainda mais enfaticamente, quatro anos mais tarde. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, notou a embaixada norte-americana em Teerão, os Estados Unidos haviam sido forçados a apostar no Irão e a moldá-lo segundo a sua imagem. «Essa aposta foi amplamente recompensada – provavelmente, mais do que qualquer outro país em vias de desenvolvimento que beneficiou de semelhantes investimentos norte-americanos.» O Irão estava a caminho, previa o relatório de modo confiante, de se tornar «o mais próspero país da Ásia depois do Japão» – e de ficar a par de muitos países europeus.[\[60\]](#)

Os mais cétricos estavam claramente em minoria. Um era o jovem académico William Polk, que fora chamado pela administração Kennedy para aconselhar sobre assuntos estrangeiros. Haveria violência, e até uma revolução, se o xá não reformasse o processo político, avisou; quando essa agitação irrompesse, seria uma questão de tempo até que as forças de segurança se recusassem a disparar sobre os manifestantes. A oposição ao xá estava agora a unir-se sob «a poderosa instituição islâmica do Irão».[\[61\]](#)

Polk estava totalmente certo. Na altura, porém, parecia mais importante continuar a fomentar um aliado contra o comunismo do que pressioná-lo a delegar o seu poder. E o xá empenhou-se em planos cada vez mais grandiosos que dificultavam ainda mais a questão. Foram investidas grandes quantias no exército, com as despesas militares do Irão a subirem de 293 milhões de dólares, em 1963, para 7,3 mil milhões de dólares, menos de quinze anos mais tarde. Em consequência, a força aérea e exército do país tornaram-se dos maiores do mundo.[\[62\]](#) O Irão financiava este extraordinário crescimento, em parte, graças à ajuda militar e aos empréstimos bonificados dos Estados Unidos (que, por sua vez, lucravam, porque muitos dos equipamentos eram comprados à indústria de defesa norte-americana). Contudo, o Irão também beneficiava da prolongada subida das receitas petrolíferas – e do mecanismo que fora instalado pelos

principais produtores mundiais para agir como um cartel e, assim, maximizar os proveitos.

A criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, foi concebida para coordenar a entrega de fornecimentos de petróleo no mercado livre. O objetivo era o de permitir que os membros fundadores – Iraque, Irão, Arábia Saudita, Koweit e Venezuela – combinassem os seus interesses e aumentassem as suas receitas controlando a oferta e, com isso, também os preços.^[63] Era o passo lógico a tomar por países ricos em recursos que tinham interesse em diminuir o poder das corporações ocidentais, enquanto recebiam apoio político e financeiro dos governos ocidentais.

A OPEP assinalou efetivamente uma tentativa deliberada de reduzir a influência do Ocidente, cujos interesses em providenciar combustíveis em abundância e a baixos preços para os seus mercados domésticos eram distintamente diferentes dos interesses dos países que eram ricos em depósitos de petróleo e de gás e que queriam que as receitas daí providas fossem tão altas quanto possível. Assim, por improvável que pareça, a OPEP foi a protegida espiritual de um elenco improvável de personagens, constituído por líderes desafiadores como Mossadegh, o demagogo populista Nasser, o radical Qasim e figuras cada vez mais antiocidentais no Irão, das quais o aiatola Khomeini é exemplo. Todos estavam ligados entre si pelas tentativas concertadas de afastar os seus Estados de uma excessiva atenção estrangeira. A OPEP não era um movimento político; mas alinhar um conjunto de países e permitir-lhes falar e agir a uma só voz era um grande passo no processo de transferir o poder político para longe da Europa e dos Estados Unidos para os governos locais.

A simples abundância de petróleo no Irão, Iraque, Koweit e Arábia Saudita, combinada com uma crescente procura global, significava que os meados do século xx seriam marcados por uma redistribuição fundamental do poder. Isso mesmo começou a tornar-se claro em 1967, quando Israel apanhou Nasser de surpresa quando este juntava tropas perto da fronteira, preparando um ataque. A Arábia Saudita, o Iraque e o Koweit, apoiados pela Argélia e Líbia, dois países do Norte de África onde a produção

petrolífera dava os primeiros passos, suspenderam as remessas à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, em resultado dos seus laços estreitos com Israel. Com as refinarias e os oleodutos a fecharem, antevia-se um cenário de pesadelo, com a perspectiva de substanciais carências, uma acentuada subida dos preços e uma ameaça à economia global.

Na verdade, o impacto foi mínimo – porque o ataque de Nasser falhou antes de ter começado, e o egípcio foi decisivamente derrotado no campo de batalha; mas o mais importante foi a rapidez do malogro: a «Guerra dos Seis Dias» tinha acabado pouco depois de começar, e Nasser e os sonhos de nacionalismo árabe tiveram de se confrontar com a realidade. O exército israelita, beneficiado pela tecnologia e apoio político ocidentais, revelou ser um adversário formidável. Nem o Ocidente nem o seu suposto Estado fantoche no Médio Oriente estavam dispostos a sofrer um golpe decisivo.

[64]

Ao longo de dois séculos, as grandes potências europeias haviam-se digladiado para controlar a região e os mercados que ligavam o Mediterrâneo à Índia e à China. O século ^{xx} assistiu ao recuo da posição da Europa Ocidental e à passagem do testemunho para os Estados Unidos. Em certos aspetos, era inteiramente apropriado que uma nação forjada pela competição entre Grã-Bretanha, França e Espanha herdasse o encargo de tentar manter o controlo sobre o coração do mundo. Revelar-se-ia um desafio complicado – sobretudo porque um novo Grande Jogo estava prestes a começar.

* Mais comumente conhecida pela sua sigla em inglês: NATO (North Atlantic Treaty Organization). (*N. do E.*)

Rota da rivalidade entre superpotências

A guerra de 1967 foi um tiro de aviso, um caso de intervenção musculada. Era um sinal de coisas por vir. Deter poder e influência no coração do mundo tornava-se cada vez mais difícil para o Ocidente. No caso da Grã-Bretanha, tornou-se impossível. Em 1968, o primeiro-ministro, Harold Wilson, anunciou que a Grã-Bretanha se iria retirar de todos os seus compromissos de defesa a leste do Suez, incluindo o Golfo Pérsico.^[1] Cabia agora aos Estados Unidos, os próprios um vestígio e herdeiros da grande era imperial europeia, assumir a posição de preservar a influência no Médio Oriente.

Um pano de fundo complicado de pressão intensa exercida de todos os lados significava que a tarefa não seria fácil. No Iraque, em 1961, por exemplo, grandes áreas que eram parte da concessão cedida três décadas antes ao consórcio de produtores ocidentais que formavam a Companhia de Petróleo Iraquiana foram nacionalizadas por não terem sido exploradas. As atitudes em Bagdade endureceram ainda mais depois de o primeiro-ministro Qasim ter sido deposto e executado diante de câmaras de televisão «para que o mundo inteiro visse». O novo regime de linha dura declarou que liderava «a luta mais ampla para libertar a nação árabe do domínio do imperialismo ocidental e a exploração por monopolistas petrolíferos» e fez subir as taxas de trânsito no oleoduto de Baniyas do dia para a noite.^[2]

Os soviéticos observavam com júbilo. As mudanças no Médio Oriente e a onda crescente de sentimentos antiocidentais haviam sido seguidas

cuidadosamente por Moscovo. Desde a Guerra Árabe-Israelita de 1967, notava um relatório da CIA, a União Soviética «tem seguido um rumo consistente [...], procurando, à medida que surgiam as oportunidades, estender a sua influência política e militar numa região tradicionalmente interessante para a Rússia».[3] A União Soviética procurava agora explorar oportunidades de modo entusiasta, criando a sua própria rede de relações que se estendia do Mediterrâneo até ao Indocuche, do mar Cáspio ao Golfo Pérsico.

Este era, em parte, o resultado do jogo de provocações políticas entre as duas superpotências. Os pequenos êxitos eram propalados em grandes vitórias de propaganda, como se tornou claro com o caso do apoio financeiro e técnico soviético ao campo petrolífero de Rumaila, no Iraque. O jornal *Izvestiya* fez uma cobertura rejubilante, anunciando um ponto de viragem na cooperação positiva entre «nações árabes e socialistas», fazendo notar propositadamente que a União Soviética estava bastante predisposta a desenvolver «uma indústria petrolífera nacional para os árabes». Em contraste, prosseguia o jornal, os «planos ocidentais para controlar o petróleo dos árabes estão a entrar em colapso».[4]

Os anos de 1960 foram um período em que se assistiu a uma clara intensificação dos horizontes das superpotências – e não apenas no centro da Ásia. No início da década de 1960, o apoio da União Soviética à Cuba revolucionária, que incluía um programa detalhado para estacionar ogivas nucleares na ilha, quase resultou em guerra. Após um tenso confronto no mar, os navios soviéticos foram, por fim, chamados de volta, em vez de infringirem um perímetro estabelecido pelos navios da marinha norte-americana. O confronto que se verificara no Extremo Oriente, na península da Coreia, no final da Segunda Guerra Mundial, reacendeu-se, desta vez no Vietname, com efeitos no Camboja e no Laos, onde os Estados Unidos se viram envolvidos numa guerra feia e dispendiosa que, para muitos norte-americanos, parecia ser uma batalha entre as forças do mundo livre e as do comunismo totalitarista. A colocação empenhada de substanciais tropas no terreno não convenceu outros, e a crescente desilusão com o Vietname

tornou-se um ponto de convergência para um emergente movimento de contracultura.

À medida que a situação no Sudeste Asiático piorava, assistiu-se a um pico de atividade em Moscovo, que tentava aproveitar o crescente desencanto com os Estados Unidos, um desencanto tão forte que o aiatola Khomeini pôde declarar em 1964: «O presidente norte-americano deverá saber que, aos olhos do povo iraniano, é o mais repelente membro da raça humana.»^[5] Este desencanto não se limitava a figuras da oposição, clérigos e demagogos populistas. O presidente do vizinho Iraque estava preparado para se referir aos executivos petrolíferos britânicos e norte-americanos como «sanguessugas», ao passo que os principais jornais de Bagdade começaram a descrever o Ocidente como imperialista, sionista ou mesmo imperialista-sionista.^[6]

Apesar da hostilidade destas declarações e do terreno fértil que encontravam, as atitudes quanto ao Ocidente não eram todas negativas. Na verdade, a questão não era que os Estados Unidos e, em menor medida, a Grã-Bretanha fossem vilipendiados pela sua suposta interferência nos assuntos dos países que se estendiam do Mediterrâneo para oriente e por estarem dispostos a forrar os bolsos de uma elite corrupta. Em vez disso, a retórica mascarava os imperativos de uma nova realidade em que uma região que se tornara periférica ao longo de vários séculos reemergia em consequência dos recursos naturais que jaziam no seu solo, da grande oferta de clientes dispostos a pagar por isso e da procura crescente. Isto instigava as ambições e, em particular, a exigência por parte dessa região de não ser circunscrita por interesses e influências exteriores. Era assim irónico que surgisse agora um novo campo de batalha onde as superpotências se digladiavam como parte do novo Grande Jogo, tentando explorar as fraquezas uma da outra.

O Iraque, a Síria e o Afeganistão recebiam de bom grado os empréstimos bonificados para comprar armas soviéticas e para ter consultores e técnicos muito qualificados enviados por Moscovo para construir instalações que poderiam revelar-se úteis às suas ambições estratégicas mais amplas. Estas incluíam o porto de águas profundas em Umm Qasr, no Golfo Pérsico, mas

também seis aeródromos no Iraque, que os serviços de informação norte-americanos depressa perceberam poderiam ser usados para «apoiar uma presença soviética naval no oceano Índico».[7]

Esta era parte da tentativa de Moscovo de construir os seus próprios contactos e alianças para rivalizar com os dos norte-americanos. Assim, não surpreende que as políticas soviéticas fossem idênticas às aquelas aplicadas por Washington desde o final da Segunda Guerra Mundial, graças às quais os Estados Unidos estabeleceram um número de localizações que lhes permitia vigiar a segurança do Golfo Pérsico e do oceano Índico e monitorizar as atividades soviéticas, ou criar bases de ataque. Essas medidas eram agora replicadas pela União Soviética. Os vasos de guerra soviéticos foram enviados até ao oceano Índico para apoiar novos regimes revolucionários que haviam chegado ao poder no Sudão, no Iémen e na Somália, após anos de cuidadoso cultivo por parte de Moscovo. Isto deu aos soviéticos uma série de bases invejáveis em Adém, Mogadíscio e Berbera. [8] A União Soviética conseguiu assim asfixiar o acesso ao Canal do Suez, algo que os planeadores norte-americanos temiam havia anos.[9]

A CIA observava cuidadosamente à medida que os soviéticos apoiavam as pescas, agricultura e outras indústrias na área do oceano Índico, incluindo África Oriental e o Golfo. Isto incluía formar pescadores, desenvolver portos e a venda ou arrendamento de barcos de pesca a preços muito competitivos. Estes gestos de boa vontade eram retribuídos com o livre acesso aos portos do Iraque, das Maurícias e da Somália, bem como em Adém e Sana'a.[10] Os soviéticos também dedicavam consideráveis esforços a cultivar o Iraque e a Índia. No último caso, a União Soviética providenciou armamentos que perfaziam mais de três quartos de todos os equipamentos militares que Nova Deli importava do estrangeiro na década de 1960 – em quantidades que subiram ao longo da década seguinte.[11] As vendas incluíam algum do armamento mais sofisticado de Moscovo, incluindo mísseis *Atoll* e *Styx*, caças *MiG-27* e *MiG-29* e contratorpedeiros avançados. A Índia também era favorecida com uma licença para produzir aviões militares que havia sido negada aos chineses.[12]

Olhar para a esquerda e para a direita era uma prática natural para os povos desta parte do mundo e continuou a revelar-se compensadora. No Afeganistão, cunhou-se uma palavra para a prática de procurar apoio de ambas as superpotências: significando literalmente «sem lados», *bi-tarafi* tornou-se um princípio de uma política externa que procurava contrabalançar as contribuições feitas pela União Soviética e as realizadas pelos Estados Unidos. Nas palavras de um astuto observador num relato clássico publicado em 1973, os oficiais do exército afegão que haviam sido enviados para programas de treino formal na União Soviética e nos Estados Unidos, que visavam estabelecer laços e desenvolver relações com futuros líderes, comparavam notas quando voltavam a casa. Uma coisa em particular destacava-se para os oficiais escolhidos pelo seu talento: «nem os Estados Unidos nem a União Soviética eram os paraísos que as respetivas propagandas pretendiam». Assim, em vez de evangelizarem novos convertidos, a resposta maioritária daqueles que eram enviados para o estrangeiro era a de voltar a casa convencidos de que o Afeganistão deveria permanecer independente.[\[13\]](#)

Impulsos semelhantes ocorriam no Irão, onde o xá dizia a todos os que quisessem ouvir que ele era o salvador do país. «As minhas visões foram milagres que salvaram o país, e foi assim porque Deus estava do meu lado.» Quando lhe perguntaram por que razão ninguém sequer se atrevia a mencionar o seu nome nas ruas de Teerão, o xá pareceu não considerar que tal se devia ao aterrorizador aparato de um Estado policial que o mantinha no poder. «Suponho», disse, que as pessoas não falem acerca do xá «devido a um respeito exagerado».[\[14\]](#)

Se este era um caso de ilusão egocêntrica, também o era a atitude quanto aos comunistas. «O comunismo é contra a lei», disse o xá em tom desafiador ao seu entrevistador. «Daqui se segue que um comunista não é um prisioneiro político, mas um criminoso comum [...], são pessoas que temos de eliminar.» No mesmo fôlego, porém, declarou orgulhosamente que o Irão tinha «boas relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética».[\[15\]](#) Isto dizia tudo sobre o equilíbrio delicado ao longo da espinha da Ásia que tinha de ser preservado durante a Guerra Fria. O xá

aprendera por experiência própria que antagonizar o seu vizinho a norte podia ter sérias repercussões. Era assim do seu interesse aceitar o apoio dos Estados Unidos e do Ocidente, ao mesmo tempo que melhorava as relações com Moscovo. Em consequência, ficou muito contente quando estabeleceu uma série de acordos para comprar lança-granadas-foguete, armas antiaéreas e artilharia pesada à União Soviética e permitir que os técnicos desta última ajudassem a expandir as grandes instalações siderúrgicas de Isfahan.

No entanto, se esta era uma *realpolitik* compreensível, demonstrava também a difícil posição em que os países da região se encontravam. Qualquer alinhamento com uma das superpotências instigava uma reação da outra; qualquer tentativa de manter a distância podia ter consequências desastrosas e podia facilmente criar aberturas para figuras da oposição. Em 1968, um novo golpe no Iraque deu à União Soviética a possibilidade de fortalecer laços que se esforçara duramente por cultivar na década anterior. Estes davam agora fruto com um Tratado de Amizade e Cooperação de quinze anos, assinado em 1972, que foi visto em Londres como sendo, na prática, uma «aliança formal com a União Soviética».[16]

A ansiedade de Washington de que os tentáculos da União Soviética se espalhavam cada vez mais foi reforçada por eventos que ocorreram noutras partes da Ásia. Em 1971, Moscovo assinou um tratado de paz, amizade e cooperação com a Índia e concordou em ceder apoio económico, tecnológico e militar. A situação parecia ominosa no Afeganistão, onde um golpe fez subir Muhammad Dāwud ao poder em 1973, juntamente com um grupo de apoiantes de esquerda. Uma série de altos líderes islâmicos foi expulsa pelo novo regime ou fugiu dele. Receberam as boas-vindas no Paquistão, especialmente nas chamadas regiões tribais em torno de Quetta, onde foram ativamente apoiados pelo governo de Zulfikar Ali Bhutto, que os via como uma ferramenta para ajudar a desestabilizar o novo governo no Afeganistão – e como uma forma fácil de granjear credenciais religiosas próprias no seu país.

A consciência da turbulência e de uma nova ordem mundial emergente era palpável à medida que os povos da cintura entre o Mediterrâneo e os Himalaias se esforçavam por tomar a rédea dos seus próprios futuros. O verdadeiro momento em que o Iraque se tornara independente, costumava dizer Saddam Hussein mais tarde, fora quando nacionalizara a sua indústria petrolífera – e assumira o controlo do seu próprio destino em 1972. Os tempos em que os ocidentais dominavam a população local já eram passados. O tempo do «domínio estrangeiro e da exploração por terceiros», declarou, «acabara».[17]

O petróleo era o combustível por detrás de grande parte deste movimento para escapar à influência excessiva de potências estrangeiras, desencadeando uma reação em cadeia que teve profundas implicações a longo prazo. O catalisador de uma nova ronda de mudanças foi um golpe liderado por um ambicioso e jovem oficial do exército líbio que tinha sido descrito como «jovial, trabalhador e consciencioso» pelo instrutor do curso do exército britânico que supervisionara o seu treino no Reino Unido.[18] Mu'ammar Gaddafi era, sem dúvida, desenvolvido. No início da década de 1970, pouco depois de ter subido ao poder, exigiu uma subida dramática das receitas do petróleo líbio – que, na altura, era responsável por 30 por cento do abastecimento total da Europa. «Irmãos», proclamou aos seus conterrâneos, «a revolução não pode permitir que o povo líbio seja pobre quando detém uma colossal riqueza petrolífera. Há pessoas a viver em cabanas e tendas enquanto os estrangeiros vivem em palácios.» Outros países punham homens na Lua, prosseguiu Gaddafi; os líbios são explorados a ponto de não terem eletricidade ou água.[19]

As companhias petrolíferas vociferaram indignadamente perante a insistência do novo regime de receber um preço justo pelo petróleo; mas depressa aquiesceram depois de se tornar claro que a nacionalização não era uma opção – mas podia ser. O facto de o líder líbio ter forçado uma renegociação foi aproveitado por outros: em poucas semanas, a OPEP insistia na subida da contribuição feita aos seus membros pelas companhias petrolíferas ocidentais, ameaçando reduzir a produção para forçar o acordo.

Foi, nas palavras de um executivo da Shell, o momento em que a «avalanche» começou.[20]

Os resultados foram espetaculares. O preço do petróleo quadruplicou no curso de três anos, desgastando imensamente as economias da Europa e dos Estados Unidos, onde os níveis de procura e consumo continuavam galopantes. Entretanto, os países produtores de petróleo recebiam fluxos de dinheiro sem precedentes. Os países no centro da Ásia e no Golfo Pérsico haviam assistido à subida regular das suas receitas desde que a concessão Knox D'Arcy havia encontrado petróleo, pois os acordos foram paulatina, mas incansavelmente, renegociados nas décadas que se seguiram com termos cada vez melhores. Mas o que aconteceu na década de 1970 foi uma mudança de proporções sísmicas. Só em 1972-1973, as receitas petrolíferas do Irão subiram oito vezes. No espaço de uma década, as receitas governamentais subiram trinta vezes.[21] No vizinho Iraque, a subida não foi menos espetacular, crescendo cinquenta vezes entre 1972 e 1980 de 575 milhões para 26 mil milhões de dólares.[22]

Estava muito bem lamentar a «extensão da dependência de países industriais ocidentais do petróleo como fonte de energia», como fez um alto oficial norte-americano num relatório preparado para o Departamento de Estado em 1973.[23] Mas a transferência de poder – e dinheiro – para os países que pontuavam a espinha da Ásia era inevitável; como também era inevitável o fortalecimento do mundo islâmico que se seguiu acompanhando as ambições.

A sua expressão mais dramática deu-se com um esforço renovado para eliminar o símbolo totémico da influência estrangeira no Médio Oriente como um todo: Israel. Em outubro de 1973, as forças sírias e egípcias lançaram a Operação Badr, batizada com o nome da batalha que abria caminho a assegurar o controlo da cidade santa de Meca no tempo do profeta Maomé.[24] O assalto apanhou não só as defesas israelitas, mas também as superpotências de surpresa. Horas antes do ataque, um relatório da CIA afirmava confiantemente que «contamos com baixas probabilidades do início de uma operação militar contra Israel pelos dois exércitos» – mesmo sabendo que as tropas egípcias e sírias estavam a juntar-se perto da

fronteira; faziam-no como parte de um exercício de treino ou «por medo [de] medidas ofensivas [que possam ser tomadas] por Israel».[25] Ainda que alguns defendam que o KGB estava mais bem informado sobre os planos, a expulsão maciça dos observadores soviéticos do Egito um ano antes mostrava como era forte o desejo de acertar contas localmente – em vez de fazer parte da luta mais ampla pela supremacia da Guerra Fria.[26] Com efeito, a União Soviética tentava ativamente acalmar as tensões no Médio Oriente e procurava um «afrouxamento militar» na região.[27]

O impacto do conflito sacudiu o globo. Nos Estados Unidos, o nível de alerta militar subiu a DEFCON 3, indicando que se considerava iminente o risco de um lançamento nuclear – mais alto do que durante a crise dos mísseis de Cuba, em 1962. Na União Soviética, o foco concentrava-se em conter a situação. Nos bastidores, pressionou-se o presidente do Egito Sadat para chegar a um cessar-fogo, ao passo que o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Andrei Gromyko – um consumado sobrevivente político –, pressionou pessoalmente o presidente Nixon e o seu novo secretário de Estado, Henry Kissinger, a agirem para evitarem a «conflagração real» que facilmente podia conduzir à disseminação da guerra.[28]

A verdadeira importância da Guerra do *Yom Kippur*, assim chamada porque o ataque começou no feriado judeu, não residia nas tentativas de Washington e de Moscovo para trabalharem em conjunto, nem sequer nos resultados espetaculares que acompanharam um dos grandes *volte-faces* militares da História, quando Israel passou de estar a horas de ser extinto a esmagar as forças invasoras e a marchar sobre Damasco e o Cairo. Na verdade, o mais notável foi o modo como o mundo de língua árabe agiu em conjunto – como um califado em tudo menos no nome. Os principais intervenientes eram os sauditas, os senhores de Meca, que não só falavam abertamente em usar o petróleo como arma como passaram à prática. A produção foi reduzida, o que, combinado com a incerteza política, levou a uma subida dos preços: os custos por barril triplicaram quase da noite para o dia.

À medida que as filas se formavam à volta das bombas de gasolina nos Estados Unidos, o secretário de Estado Henry Kissinger queixou-se da «chantagem política» que ameaçava a estabilidade do mundo desenvolvido. O choque foi suficiente para instigar conversas sobre novas estratégias que reduzissem ou eliminassem a dependência do petróleo do Médio Oriente. A 7 de novembro de 1973, o presidente Nixon proferiu um discurso nacional na televisão, em horário nobre, para anunciar uma série de medidas que remediassem o facto desconfortável de, «em anos recentes, as nossas necessidades energéticas terem começado a exceder as ofertas disponíveis». Em consequência, opinou o presidente solenemente, as centrais elétricas deveriam ser convertidas do uso de petróleo para o uso de carvão, «o nosso recurso mais abundante». O combustível para aviões deveria ser restringido com efeitos imediatos; todos os veículos do governo federal não poderiam circular a mais de 80 quilómetros por hora, «exceto em emergências». «Para garantir que teremos petróleo suficiente para o inverno inteiro», prosseguiu Nixon, «será essencial que todos nós vivamos e trabalhemos em temperaturas mais baixas. Temos de pedir a todos que baixem o termóstato em vossas casas no mínimo 14 graus, para que possamos atingir uma média diurna de 20 graus.» Se servir de consolo, acrescentou o presidente, o «meu médico diz-me [...] que, na verdade, ficamos mais saudáveis» vivendo a esta temperatura.[\[29\]](#)

«Ora, alguns de vocês poderão perguntar-se», prosseguiu, «se estaremos a regredir a uma época passada. Racionamento da gasolina, carências de petróleo, limites de velocidade reduzidos – tudo isto parece ser um modo de vida que deixámos para trás com Glenn Miller e a guerra dos anos de 1940. Bem, na verdade, parte do nosso problema atual também deriva da guerra – da guerra no Médio Oriente.» Era necessário, anunciou Nixon, um «objetivo nacional», um plano ambicioso que permitisse aos Estados Unidos resolver as «suas necessidades energéticas sem depender de nenhuma fonte de energia externa». Batizada com o nome «Projeto Independência», a proposta deveria inspirar-se no «espírito do Apollo» (uma referência ao programa espacial) e no Projeto Manhattan que dera armas nucleares ao Ocidente – e a possibilidade de destruir o mundo. Os

Estados Unidos eram uma superpotência, mas também estavam intensamente conscientes das suas fraquezas. Era altura de encontrar alternativas e assim diminuir a dependência – e a importância – do petróleo do Médio Oriente.[\[30\]](#)

O *volte-face* produziu alguns efeitos secundários inesperados. A redução generalizada dos limites de velocidade em vias rápidas para 90 quilómetros por hora, uma medida que visava reduzir o consumo, não só levou a uma queda do consumo em mais de 150 mil barris de petróleo por dia, mas também a uma grande redução no número de acidentes rodoviários em todo o país. Só em dezembro de 1973, as estatísticas da Administração da Segurança do Trânsito em Vias Rápidas Nacionais sugeriam uma queda nos níveis de casos mortais em mais de 15 por cento como resultado direto dos limites de velocidade mais baixos.[\[31\]](#) Estudos conduzidos no Utah, Illinois, Kentucky, Califórnia e noutras partes demonstravam claramente o efeito positivo de baixar os limites de velocidade e, assim, salvar vidas.[\[32\]](#)

A importância de reduzir o uso de energia levou os arquitetos norte-americanos a começar a conceber edifícios que davam maior ênfase a fontes de energia renováveis.[\[33\]](#) Foi um momento de charneira também para o desenvolvimento do carro elétrico, encorajando uma investigação ampla na estabilidade e eficiência de uma série de sistemas concorrentes, incluindo baterias com eletrólitos aquosos, de estado sólido e de sal fundido, que estabeleceram a base dos carros híbridos que chegaram ao mercado de massas décadas mais tarde.[\[34\]](#) A energia tornou-se um assunto político eminente, com o governador da Geórgia – e, mais tarde, candidato presidencial – Jimmy Carter a defender uma «política energética nacional de longo prazo».[\[35\]](#) O Congresso concordou em investir fortemente na energia solar, ao passo que surgiram atitudes cada vez mais favoráveis à indústria nuclear, entendida como sendo tecnologicamente fiável e uma solução óbvia para os problemas energéticos.[\[36\]](#)

Os preços cada vez mais altos justificavam, agora, procurar petróleo em áreas onde, antes, a produção petrolífera fora comercialmente inviável ou proibitivamente cara – como no mar do Norte e no golfo do México. As plataformas no mar alto levaram a rápidos avanços tecnológicos na

perfuração de regiões de águas profundas e ao investimento em infraestruturas, oleodutos, sondas e mão de obra.

Contudo, nenhuma destas soluções era imediata. Todas exigiam investigação e investimento e, acima de tudo, tempo. Baixar o ar condicionado nos edifícios federais, permitindo «uma maior informalidade nos códigos de vestuário dos empregados [do governo], e promover a partilha de carros, como o presidente Nixon ordenou num memorando de junho de 1973, estavam muito bem, mas era improvável que essas medidas resolvessem o problema.[37] Entretanto, os produtores petrolíferos no Médio Oriente causavam alarido. Com a incerteza sobre a oferta a assustar o mercado e com as nações muçulmanas da OPEP a usarem o petróleo como uma «arma numa batalha», nas palavras do rei da Arábia Saudita, os preços escalaram quase descontroladamente. Nos últimos seis meses de 1973, o preço subiu de \$2,90 por barril para \$11,65.[38]

Mesmo quando acabou a Guerra do *Yom Kippur*, após três semanas de lutas acerbadas, as coisas nunca voltaram ao normal. Com efeito, a redistribuição do capital vindo do Ocidente apenas acelerou: as receitas coletivas dos países produtores de petróleo subiram de 23 mil milhões de dólares em 1972 para 140 mil milhões de dólares apenas cinco anos mais tarde.[39] As cidades cresciam, transformadas pelo capital que financiava a construção de estradas, escolas, hospitais e, no caso de Bagdade, um novo aeroporto, arquitetura monumental e até um estádio desenhado por Le Corbusier. A mudança foi tão grande que um jornal de arquitetura japonês comparou a transformação da capital iraquiana à de Paris no final do século XIX sob a direção do barão Haussmann.[40] Naturalmente, aqueles que estavam no poder beneficiavam de considerável capital político: os regimes no Golfo Pérsico podiam fazer declarações grandiosas que ligavam a nova riqueza ao seu poder pessoal.

Assim, não foi por coincidência que, à medida que os fluxos de capital que entravam no coração do mundo se transformaram em torrentes, as classes governantes se tornaram cada vez mais demagógicas. Os fundos à sua disposição eram tão grandes que, ainda que pudessem ser usados para fornecer pão e circo no método tradicional de controlo autocrático, havia

simplesmente demasiado a perder se se desse a outros uma parte do poder. Assistiu-se a um marcado abrandar do desenvolvimento da democracia pluralista e, em vez desta, a um controlo cada vez mais cerrado da parte de pequenos grupos de indivíduos – quer fossem parentes de sangue do governante e da sua família, como na península arábica e no Irão, quer por advogarem causas políticas comuns, como no Iraque e na Síria. O regime dinástico tornou-se a norma numa altura em que o mundo industrializado quebrava ativamente barreiras para melhorar a mobilidade social e anunciava sonoramente os méritos da democracia liberal.

A redistribuição do capital para os países ricos em petróleo – muitos dos quais se situavam no Golfo Pérsico ou perto – levou a uma queda crónica das economias no mundo desenvolvido, que oscilavam sob o peso da depressão e da estagnação enquanto os cofres da OPEP se enchiam. O Médio Oriente nadava em dinheiro, como acontecera com a Grã-Bretanha no seu auge no século XVIII quando os nababos gastavam dinheiro sem constrangimento. A década de 1970 foi uma década de opulência, quando a Iran Air encomendou *Concordes* e quando a importação de bens de luxo como aparelhagens e televisões subiu em flecha, com o número de telespectadores a subir de pouco mais de dois milhões, em 1970, para quinze milhões apenas quatro anos mais tarde.^[41] Os gastos abundantes não conheciam limites.

Como acontecera quando a Europa do início da Idade Média se mostrara sedenta de tecidos finos, especiarias e luxos do Oriente, a questão era a de saber se havia outras formas de pagar os produtos tão procurados. Um milénio antes, haviam-se transportado escravos para os países muçulmanos para ajudar a financiar as compras que se dirigiam na outra direção. Agora, também havia um lado negro na aquisição de petróleo: a venda de armas e a venda de tecnologia nuclear.

Os governos nacionais fizeram pressão agressivamente para vender armas através de empresas estatais ou apoiar corporações que eram grandes empregadoras e contribuintes fiscais. O Médio Oriente no seu todo era responsável por mais de 50 por cento das importações globais de armas em

meados dos anos de 1970. Só no Irão, as despesas em defesa multiplicaram-se quase vinte vezes em seis anos até 1978, com as empresas norte-americanas a receberem encomendas no valor de quase 20 mil milhões de dólares no mesmo período; a despesa militar total neste lapso de tempo tem sido estimada em mais de 54 mil milhões de dólares – ascendendo a cerca de 16 por cento do PIB.[\[42\]](#)

O xá não precisava de ser persuadido quando se tratava de comprar armas. Era um homem obcecado por aviões, mísseis e artilharia, que, em dada ocasião, se voltou para o embaixador britânico no Irão e perguntou: «Qual é a potência da roda dentada num tanque *Chieftain*?» – uma pergunta que o diplomata teve dificuldade em responder.[\[43\]](#) Muitos estavam dispostos a participar, da União Soviética à França, da Alemanha Oriental à Grã-Bretanha. Armados com recursos aparentemente ilimitados, a questão era a de saber que sistemas de mísseis terra-ar seriam comprados, que armas antitanque se venderiam, que caças seriam adquiridos – e em que intermediários se podia confiar para estabelecer acordos num mundo onde os forasteiros tinham dificuldade em navegar.

No Iraque, as despesas em equipamento militar chegaram a quase 40 por cento do orçamento nacional, subindo mais de seis vezes entre 1975 e 1980. Poucos se preocuparam com as consequências do que depressa se tornou uma corrida às armas regional entre o Irão e o Iraque, ou em saber se os crescentes recursos investidos em armas tornariam perigoso o perfil militar de ambos os países. Pelo contrário, enquanto houvesse procura – e a capacidade de pagar –, não se punham entraves à aquisição por parte de países do Médio Oriente e do Golfo Pérsico de grandes quantidades de armas. Quantos mais tanques *Chieftain* encomendados pelo Irão, aviões a jato *Mirage* por Israel, caças *MiG-21* e *MiG-23* pela Síria, tanques soviéticos *T-72* pelo Iraque e aviões norte-americanos *F-5* pela Arábia Saudita, mais lucrariam as economias da Grã-Bretanha, França, União Soviética e Estados Unidos.[\[44\]](#)

Seguiu-se a mesma abordagem na questão da energia nuclear. No início do século xx, a própria noção de que Estados como o Irão desenvolvessem qualquer forma de instalações nucleares tornou-se motivo de descrença e de

condenação internacional. A questão da energia nuclear ligava-se inextricavelmente à proliferação de armas de destruição maciça. O potencial nuclear do Iraque – e a impossibilidade de os inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica examinarem as instalações, laboratórios e centrifugadoras que se pensava, dizia ou sabia existirem no país – foi uma parte fundamental da justificação da invasão de 2003 que derrubou Saddam Hussein.

Interrogações semelhantes sobre a aparente determinação do Irão de desenvolver a sua capacidade nuclear e de processar materiais radioativos provocaram impulsos idênticos. «Não podemos deixar que a política e a mitologia ofusquem a realidade», disse o secretário de Estado John Kerry, no inverno de 2013. «[O presidente Obama] tem estado disposto e tornou claro que está preparado para recorrer à força no que diz respeito às armas do Irão, e pôs em alerta as forças e as armas necessárias para atingir esse objetivo quando for altura de o fazer.»[\[45\]](#) A ideia de querer desenvolver a energia nuclear foi vista como um perigo para a segurança regional e global. Os iranianos, disse o vice-presidente Dick Cheney, em 2005, «já detêm uma enorme quantidade de petróleo e gás. Ninguém consegue perceber por que razão precisam também da [energia] nuclear para gerar energia.» «Para um grande produtor petrolífero como o Irão», concordou Henry Kissinger, «a energia nuclear é um uso esbanjador dos recursos.»[\[46\]](#)

Décadas antes, ambos os homens tinham pontos de vista diferentes – como aconteceu com sucessivas administrações na Casa Branca do período pós-guerra. Com efeito, a aquisição de recursos nucleares havia sido ativamente encorajada pelos Estados Unidos num programa cujo nome e objetivos parecem hoje quase cómicos: Energia Atômica pela Paz. Concebido pela administração Eisenhower, este plano destinava-se a permitir aos Estados Unidos participar num «agrupamento internacional atômico» e, em última análise, implicou que governos amigos tivessem acesso a 40 mil quilogramas de urânio-235 para investigação não militar.[\[47\]](#)

Ao longo de três décadas, partilhar a tecnologia, as componentes e os materiais nucleares foi uma parte fundamental da política externa norte-

americana – um incentivo direto à cooperação e apoio contra o bloco soviético. Com a União Soviética a tornar-se uma força visível na Ásia e no Golfo Pérsico, os Estados Unidos sentiam marcadamente a necessidade de reforçar o seu apoio ao xá, que parecia ser o único líder de confiança na região – ainda que houvesse quem pensasse de outra forma: um proeminente saudita avisou o embaixador norte-americano em Riade que o xá era «um megalómano [e] altamente instável». Se Washington não percebe isso, acrescentou, «há qualquer coisa de errado no poder de observação [norte-americano]».[48]

Ainda que alguns cétricos avisassem quanto aos efeitos deletérios de dar ao governante iraniano «tudo o que ele quisesse», a extensão do poder soviético na região convenceu outros – entre os quais Kissinger – que o apoio ao xá deveria ser reforçado. Quando o último visitou Washington em meados dos anos de 1970, assim, o memorando que Kissinger preparou para o presidente chamava a atenção para a importância de dar um apoio visível ao xá, referindo-se a este como «um homem de extraordinários conhecimentos e capacidade», ainda que o elogio passasse em branco os níveis crónicos de corrupção e ineficiência que grassavam no Irão.[49]

Os Estados Unidos estavam tão predispostos a apoiar planos para desestabilizar o vizinho Iraque que ajudaram a promover problemas com os curdos. O desfecho foi trágico, depois de uma rebelião ter corrido mal e de a minoria curda no norte do país ter sofrido pesadas represálias. Tendo encorajado a revolta, os Estados Unidos recuaram e assistiram às aberturas do Irão que depressa chegou a um entendimento com o Iraque sobre antigas disputas fronteiriças, sacrificando os curdos nesse processo.[50] «Mesmo em contexto de ações ocultas, a nossa intervenção foi cínica», concluiu o Comité Pike que analisou a diplomacia clandestina norte-americana na década de 1970.[51] De forma que talvez não surpreenda, tendo declarado que não tinha espaço no primeiro volume das suas memórias para discutir este evento, Kissinger não cumpriu a sua promessa de o abordar no segundo volume.[52]

Noutros aspetos, o xá também estava a fazer planos para o futuro. Apercebeu-se de que a bonança petrolífera do início da década de 1970 não

duraria para sempre e que as reservas petrolíferas acabariam por se exaurir – o que deixaria em estado de incerteza as próprias necessidades energéticas do Irão. Não obstante a baixa dos termóstatos nos Estados Unidos, a procura de petróleo continuava a crescer, deixando o Irão – e outros países ricos em petróleo – com bolsos bem fornecidos para preparar o longo prazo. A energia nuclear, concluiu um relatório especialmente encomendado pelo xá, «era a fonte de energia mais económica» que garantiria as necessidades do Irão. Tendo em conta os dois princípios de que os preços do petróleo apenas subiriam e que os custos de construir e manter centrais nucleares se reduziriam, desenvolver a indústria nuclear parecia a medida óbvia a tomar – especialmente, dado que este prestigiado projeto mostraria a modernização do Irão.[53] O xá encarregou-se do assunto pessoalmente, ordenando ao doutor Akbar Etemad da nova Organização da Energia Atómica do Irão que lhe reportasse directamente.[54]

Os primeiros a serem chamados foram os norte-americanos. Em 1974, estabeleceu-se um acordo inicial segundo o qual os Estados Unidos concordavam em vender dois reatores, bem como urânio enriquecido, ao Irão. O escopo do acordo alargou-se em 1975, quando se fez um acordo comercial de 15 mil milhões de dólares entre os dois países, que incluía a cláusula de que o Irão compraria oito reatores aos Estados Unidos por um preço fixo de 6,4 mil milhões de dólares.[55] No ano seguinte, o presidente Ford aprovou um acordo que permitia ao Irão comprar e operar um sistema de fabrico norte-americano que incluía instalações de reprocessamento que podiam extrair plutónio do combustível dos reatores nucleares, assim permitindo a Teerão operar um «ciclo de combustível nuclear». O chefe do Estado-Maior do presidente Ford não hesitou em aprovar a venda: nos anos de 1970, Dick Cheney não achou difícil «descortinar» as motivações do Irão.

As aquisições do xá aos Estados Unidos eram parte de um plano mais lato que envolvia tecnologia, conhecimento especializado e matérias-primas de outros países ocidentais. Começou-se a trabalhar em dois reatores a água pressurizada perto de Bushihr, no Golfo, em 1975, depois da assinatura de contratos com a Kraftwerk Union AG, da Alemanha Ocidental,

comprometendo-se a última a fornecer um carregamento inicial de combustível e sucessivos recarregamentos que fossem necessários ao longo de dez anos. Foram ainda assinadas outras cartas de intenções com a Kraftwerk, bem como com a Brown Boveri e a Framatome de França para mais oito reatores, incluindo acordos para que o Irão recebesse fornecimentos de urânio enriquecido. Negociaram-se também acordos isolados para que o urânio fosse reprocessado em França, devolvido a Teerão para ser enriquecido e, depois, reutilizado domesticamente – ou revendido a uma terceira parte escolhida pelo Irão.[56]

Ainda que o Irão fosse signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968, falava-se regularmente nas comunidades de serviços de informação sobre o desenvolvimento de um programa clandestino de armas nucleares – o que dificilmente pode ser considerado uma surpresa, dado que o xá ocasionalmente declarava que o Irão iria desenvolver armas nucleares «sem dúvida, e mais cedo do que se pensa».[57] Um relatório da CIA escrito em 1974 que avaliava a proliferação em termos gerais concluiu que, ainda que o Irão estivesse numa fase incipiente de desenvolvimento, era provável que o xá atingisse o seu objetivo em meados de 1980 – «se estiver vivo».[58]

Outros países também procuravam investir em instalações nucleares com usos civis, enquanto, simultaneamente, desenvolviam a capacidade de produzir armas nucleares. Nos anos de 1970, o Iraque investiu agressivamente, sob a direção de Saddam Hussein, com o objetivo específico de construir uma bomba atómica.[59] Saddam Hussein foi ambicioso, estipulando um «prazo de produção de seis bombas por ano», de acordo com o doutor Khidir Hamza, encarregado pelo programa na década de 1980. O desenvolvimento a esta escala teria dado ao Iraque um maior arsenal do que o da China dentro de duas décadas. Não se pouparam despesas. Os cientistas e engenheiros iraquianos foram enviados para o estrangeiro para receberem formação, sobretudo em França e Itália, ao passo que em casa se fazia tudo o que era possível para usar o programa

civil com o intuito de obter as tecnologias, os conhecimentos e as infraestruturas necessários para criar um arsenal nuclear.[60]

Os iraquianos estavam determinados. Tendo adquirido um reator de investigação de dois megawatts à União Soviética que se tornou crítico em 1967, as atenções centraram-se em obter um reator a gás grafite e instalações de reprocessamento para o plutónio que seria produzido em resultado. Quando os pedidos a França foram rejeitados, enviaram-se emissários ao Canadá na esperança de comprarem um reator semelhante àquele que permitira à Índia testar um dispositivo nuclear em 1974. Isto levou os franceses a reatarem as negociações, resultando num acordo para construir um reator de investigação *Osiris* e um reator de investigação mais pequeno, ambos a serem alimentados por urânio próprio para o fabrico de armas. Outros materiais essenciais para a dupla função foram comprados à Itália, incluindo células quentes, bem como uma central de separação e tratamento capaz de extrair plutónio de urânio irradiado, com a capacidade de produzir oito quilogramas por ano.[61]

Poucos duvidavam que havia intenções secretas e que a energia não era a única motivação. Os israelitas, em particular, monitorizaram os desenvolvimentos com considerável preocupação, recolhendo informações detalhadas sobre a militarização dos seus vizinhos – concentrando-se na central de Tammuz, perto de Bagdade, e em Al-Tuwaitha, mais conhecida como a central Osirak. Israel também investiu pesadamente no seu próprio programa de armas nucleares, bem como num sistema modificado de mísseis de conceção francesa que podia produzir ogivas nucleares com um alcance de cerca de 320 quilómetros.[62] Por altura da Guerra do *Yom Kippur* de 1973, estimava-se que Israel produzira um arsenal de treze dispositivos nucleares.[63]

O Ocidente, sempre que era necessário, fingia que não estava a ver. No Iraque, por exemplo, os britânicos concluíram, no início da década de 1970, que, «ainda que repressivo e pouco atrativo, o presente governo parece estar bem controlado». Era um regime estável e, enquanto tal, um regime com o qual os britânicos podiam negociar.[64] Do mesmo modo, a atividade do Paquistão – construindo centrais subterrâneas nos anos de 1970 para

permitir testes ocultos e, em última instância, uma detonação bem-sucedida – foi ignorada. Cinco túneis horizontais foram cavados numa montanha da cordilheira Ras Koh, no Baluchistão, cada um deles concebido para resistir a uma detonação de vinte quilotoneladas.^[65] Como notaram os cientistas paquistaneses pesarosamente, «o mundo ocidental tinha a certeza de que um país subdesenvolvido como o Paquistão nunca poderia dominar esta tecnologia» e, no entanto, ao mesmo tempo, os países ocidentais faziam «esforços frenéticos e persistentes para nos vender tudo [...], literalmente suplicavam-nos que comprássemos os seus equipamentos».^[66] Dadas as circunstâncias, não era difícil ver que os pronunciamentos solenes de países como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e França sobre a proliferação, países que recusavam submeter-se a inspeções e às regras da Agência Internacional de Energia Atômica, entravam em fricção com aqueles que aquiesciam e tinham de conduzir a sua investigação em segredo; mas a verdadeira hipocrisia, à luz fria do dia, residia no entusiasmo com o que o mundo desenvolvido se apressava a ganhar dinheiro vivo ou acesso a petróleo barato.

Seguiram-se tentativas pouco empenhadas de diminuir a disseminação de materiais nucleares. Em 1976, Kissinger sugeriu que o Paquistão deveria reduzir o seu projeto de reprocessamento e, em vez disso, investir numa instalação abastecida pelos Estados Unidos que estava a ser construída no Irão e que era parte de um esquema concebido pelo próprio Dick Cheney, segundo o qual a central iraniana serviria como base para as necessidades energéticas de toda a região. Quando o presidente do Paquistão recusou esta oferta, os Estados Unidos ameaçaram cortar o pacote de ajuda ao país.^[67]

Mesmo Kissinger começou a reconsiderar a vantagem de permitir a governos estrangeiros ter acesso aos planos e às tecnologias que subjaziam à energia nuclear. «Estou francamente cansado do acordo com o Irão [para construir reatores nucleares]», disse num encontro do Departamento de Estado, em 1976, apesar do papel central que o próprio desempenhou para intermediar o acordo. «Subscrevi-o, mas ele é uma fraude em todas as regiões para onde quer que se olhe [...], somos o único país fanático e

irrealista o suficiente para fazer coisas que são contrárias aos nossos interesses nacionais.»[68]

Sentimentos como estes indiciavam a consciência reinante em Washington de que os Estados Unidos estavam cercados e se deparavam com opções limitadas. Isto mesmo foi claramente articulado por membros do Conselho de Segurança Nacional no final dos anos de 1970, que, mais tarde, disseram que «os Estados Unidos não têm nenhuma alternativa estratégica visível à relação próxima com o Irão», tendo queimado pontes políticas noutras partes do globo.[69] Ainda que as críticas ao regime do xá, e, em particular, aos métodos brutais da Savak, se levantassem nos meios de comunicação ocidentais, o governo dos Estados Unidos continuou a dar um apoio claro e consistente. O presidente Carter voou para Teerão na véspera de Ano Novo em 1977 e foi convidado de honra num jantar que assinalava o fim do ano. «O Irão», disse o presidente, «é uma ilha de estabilidade numa das áreas mais conturbadas do mundo». Isso devia-se à «grande liderança do xá». O sucesso do país devia muito a «Sua Majestade e à sua liderança e ao respeito e admiração e amor que o vosso povo vos dedica».[70]

Isto não era tanto um brinde como uma negação da realidade, pois as nuvens de tempestade adensavam-se à vista de todos. No Irão, o crescimento demográfico, a rápida urbanização e o excessivo despesismo de um regime repressivo criavam uma combinação tóxica. A corrupção endémica não ajudava – com centenas de milhões de dólares recebidos como «comissões» pela família real e aqueles que eram próximos do regime governante, só para a compra de cada reator.[71] No final da década de 1970, a situação em Teerão era venenosa, com multidões a saírem às ruas em números crescentes para protestar contra a falta de justiça social – e contra o crescente custo de vida devido à queda dos preços do petróleo à medida que a oferta global começou a exceder a procura.

A crescente dissensão era manipulada pelo aiatola Khomeini, agora exilado em Paris depois de ter sido expulso do Iraque como parte do acordo estabelecido com o xá, em 1975. Khomeini – cujo filho mais velho foi provavelmente morto pela Savak, em 1977 – tomou o controlo da situação,

providenciando uma visão que, ao mesmo tempo, diagnosticava os males do Irão e prometia curá-los. Era um comunicador brilhante, capaz de capturar o espírito do tempo como Mossadegh fizera três décadas antes. Numa jogada que apelou a revolucionários de esquerda, fundamentalistas islâmicos e quase todos os que estavam fora das recompensas douradas, Khomeini declarou que chegara a altura de o xá ser deposto. Os beneficiários de uma boa liderança deveriam ser o povo iraniano e o islão – não o xá.

Para apaziguar os receios de que o Irão se tornasse um Estado religioso, Khomeini prometeu que os clérigos, pregadores e zelotes não governariam o país diretamente, mas guiá-lo-iam. Estipulou quatro princípios que governariam o futuro: o uso da lei islâmica; a erradicação da corrupção; a abolição de leis injustas; e o fim da intervenção estrangeira nos assuntos do Irão. Não era um manifesto atrativo – mas era eficaz ao falar para múltiplos públicos e ao encapsular os problemas e dificuldades não só do Irão, mas do mundo islâmico como um todo. O argumento de que a riqueza estava a ser desviada para as mãos de poucos em detrimento de muitos não era apenas poderoso, mas também incontroverso. Nos anos de 1970, mais de 40 por cento da população do país era malnutrida, de acordo com a fasquia da Organização Mundial da Saúde; a desigualdade grassava, com os ricos a tornarem-se mais ricos e com a posição dos pobres a mostrar poucas ou nenhuma melhorias.^[72] Cabia ao povo iraniano manifestar-se, declarou Khomeini; apelar aos soldados «mesmo que disparem sobre vós e vos matem»; que morram dezenas de milhares como irmãos. Mostrar-se-á que «o sangue é mais poderoso do que a espada».^[73]

À medida que a situação se tornava mais tensa, o xá – em quem os Estados Unidos haviam depositado tantas esperanças – foi para o aeroporto de Teerão, onde fez um breve comunicado para dizer «sinto-me cansado e preciso de repouso», antes de voar para longe do país pela última vez.^[74] Saber se o xá teria podido evitar o que se seguiu é matéria de especulação. Mais claro é o modo como alguns líderes europeus reagiram à situação. No que o presidente Carter chamou «um dos piores dias da minha vida diplomática», o chanceler Schmidt mostrou-se «pessoalmente ofensivo»

durante as discussões sobre o Médio Oriente, alegando que «a interferência norte-americana [nesta região] causou problemas com o petróleo no mundo inteiro».[75]

Os Estados Unidos haviam conduzido uma política de completa negação e aperceberam-se do sucedido demasiado tarde. No início de 1979, Washington enviou o general Robert Huyser, comandante-chefe do comando europeu dos Estados Unidos, até Teerão para demonstrar o apoio norte-americano ao xá e, especificamente, convencer o exército de que os Estados Unidos continuavam a apoiar o regime. Huyser não tardou em perceber que os dados estavam lançados – e que a sua vida estava potencialmente em perigo. Viu o suficiente para perceber que os dias do xá tinham passado e que Khomeini era imparável.[76]

A política norte-americana estava destroçada. Tempo, esforço e recursos tinham sido investidos no Irão e em países vizinhos desde a Segunda Guerra Mundial. Tinha-se cortejado e agraciado líderes e deposto ou substituído aqueles que não queriam colaborar. Os métodos usados para controlar as partes interligadas da Ásia haviam falhado espetacularmente. As nações ocidentais, para citar *sir* Anthony Parsons, embaixador britânico em Teerão na altura, «estavam a olhar pelo telescópio certo [...], mas [estavam] focadas no alvo errado».[77] Pior, a retórica antiamericana unia agora quase todos os países desta região. A Síria e o Iraque olhavam para a União Soviética; a Índia estava mais próxima de Moscovo que de Washington, ao passo que o Paquistão estava disposto a aceitar o apoio norte-americano se e quando lhe aprouvesse. O Irão era uma peça crucial do *puzzle* e agora também parecia em perigo de cair. Parecia o fim de uma era, como Khomeini notou num discurso no final de 1979: «Todos os problemas do Oriente provêm dos forasteiros ocidentais, e, neste momento, da América», disse. «Todos os nossos problemas provêm da América.»[78]

A deposição do xá instalou o pânico em Washington – e a esperança em Moscovo. O colapso do Irão parecia ser um ponto de viragem que oferecia oportunidades. Era quase cómico como o Ocidente julgara mal a situação não apenas no Irão, mas também noutros lados – como no Afeganistão,

onde a embaixada norte-americana em Cabul relatou, em 1978, que as relações eram excelentes.[\[79\]](#) Com efeito, para um olhar norte-americano otimista, o Afeganistão parecia ser uma grande história de sucesso, como acontecera com o Irão: o número de escolas multiplicara-se dez vezes desde 1950, com muitos mais estudantes escolhendo disciplinas técnicas como Medicina, Direito e Ciência; a educação das mulheres também florescia, e o número de raparigas que passavam pela educação primária subiu acentuadamente. Circulavam rumores de que o presidente Dāwud, que subira ao poder em 1973, fora recrutado pela CIA e que os objetivos progressistas que defendia eram ideias plantadas pelos norte-americanos. Ainda que os rumores não fossem verdadeiros, o facto de os diplomatas em Washington e Moscovo terem julgado necessário investigá-los mostra como era intensa a pressão para as duas superpotências competirem entre si – e para jogarem a versão mais recente do Grande Jogo na Ásia.[\[80\]](#)

Saber qual seria o desfecho da situação após um breve período de turbulência era agora crucial. Em todos os aspetos, os Estados Unidos pareciam estar bastante mal colocados. A aposta que haviam feito no xá e no Irão parecia perdida; havia outros países espalhados pelas antigas Rotas da Seda que estavam abertos a propostas. Com o Irão a atravessar uma revolução e o Iraque aparentemente aliado com Moscovo, os Estados Unidos tinham de pensar cuidadosamente qual seria o passo seguinte. Esse passo revelou-se um desastre.

Rota para a catástrofe

A revolução no Irão fez cair o castelo de cartas norte-americano em toda a região. Os sinais que apontavam para a instabilidade já lá estavam havia algum tempo. A corrupção do regime do xá, combinada com estagnação económica, paralisia política e brutalidade policial perfaziam uma combinação venenosa – usada por críticos acerbos cujas promessas de reforma encontravam terreno fértil.

Aqueles que se preocupavam com a situação do Irão estavam mais nervosos ainda com os sinais de que a União Soviética conspirava ativamente para se aproveitar do cenário. A atividade soviética continuou mesmo depois de o KGB ter perdido o seu principal ativo no Irão, o general Ahmad Mogharebi, visto pela Rússia como o «melhor agente da Rússia», com contactos em todas as secções da elite iraniana. O general foi preso em 1977 pela Savak, que começara a suspeitar dos seus encontros regulares com agentes do KGB.[\[1\]](#) Esta prisão serviu para intensificar a atividade dos soviéticos.

Especulava-se que os volumes inesperadamente grandes de trocas em riais iranianos nos mercados cambiais suíços, no início de 1978, resultavam da ordem aos agentes soviéticos para financiar apoiantes no Irão; a qualidade notoriamente alta da circular *Navid* distribuída pelo partido de esquerda Tudeh, convenceu alguns de que estaria a ser impressa não apenas com ajuda soviética, mas na embaixada soviética, em Teerão. Novos campos estabelecidos fora do país para treinar dissidentes iranianos (entre

outros) na guerra de guerrilha e na doutrina marxista eram um sinal ominoso de que Moscovo se preparava para colmatar o vazio na eventualidade da queda do xá.[2] Esta era uma parte de um envolvimento maior com uma região que parecia atravessar um período de mudança. Foi assim dado mais apoio ao presidente Assad, na Síria, ainda que o KGB o considerasse «um pequeno-burguês chauvinista e egocêntrico».[3]

Quem observava de perto o desenrolar da situação convenceu-se de que se aproximava uma tempestade. No final de 1978, William Sullivan, o embaixador norte-americano em Teerão, despachou um telegrama para Washington intitulado «Pensar o Impensável», urgindo a que se gizassem planos de contingência imediatamente. O telegrama foi ignorado – assim como a recomendação de Sullivan de que «tentemos estruturar um *modus vivendi* entre os [líderes] militares e religiosos» na primeira oportunidade. Sullivan queria dizer que os Estados Unidos deveriam tentar abrir canais de comunicação com Khomeini, antes de este chegar ao poder, em vez de depois.[4] Vozes opostas na Casa Branca, porém, continuaram a acreditar que os Estados Unidos podiam controlar a situação, mantendo o apoio ao xá e apoiando uma proposta realizada no final de janeiro de 1979 pelo primeiro-ministro, Shapur Bakhtiar, segundo a qual o aiatola Khomeini deveria ser detido se viajasse para o Irão.[5]

A estreiteza de vistas desta posição tornou-se evidente passados poucos dias. A 1 de fevereiro de 1979, o aiatola Khomeini aterrou em Teerão catorze anos depois de ter sido exilado. Enormes multidões juntaram-se no aeroporto para o saudar, seguindo-o enquanto Khomeini se dirigia para o Cemitério dos Mártires, a cerca de vinte quilómetros a sul de Teerão, onde 250 mil apoiantes o aguardavam. «Vou bater com os meus punhos na boca deste governo», troou em tom desafiador. «De agora em diante, serei eu a nomear o governo.» Fazendo o relato deste discurso, a BBC estimou que cinco milhões de pessoas enchiam as ruas à medida que Khomeini se dirigia para a capital.[6]

A situação acelerou-se quando os apoiantes de Khomeini assumiram o controlo do país. A 11 de fevereiro, a embaixada norte-americana foi encerrada, e o embaixador Sullivan telegrafou para casa: «O exército rende-

se. Khomeini vence. A destruir todos os materiais classificados.» O material sensível ainda estava a ser destruído três dias mais tarde, quando a embaixada foi invadida por militantes – ainda que os oficiais de Khomeini depressa restabelecessem a ordem.[7] A 16 de fevereiro, o embaixador Sullivan encontrou-se com Mahdī Bāzargān, o primeiro-ministro recentemente designado, e disse-lhe que os Estados Unidos não estavam interessados em intervir nos assuntos domésticos do Irão.[8] Menos de uma semana mais tarde, os Estados Unidos reconheceram formalmente o novo governo – que, após um referendo nacional, declarou, a 1 de abril, que o país deveria ser conhecido como «República Islâmica do Irão». Um segundo referendo decorrido no final do ano aprovou uma nova constituição, que declarava que, daí em diante, «todas as leis e regulações civis, penais, financeiras, económicas, administrativas, culturais, militares, políticas e outras do país deverão basear-se em critérios “islâmicos”».[9]

Os Estados Unidos haviam apostado fortemente no Irão e no xá ao longo de décadas. Agora, tinham de pagar um pesado preço pelo malogro dessa aposta. A revolução provocou ondas de choque em todo o mundo, levando a que os preços do petróleo quase triplicassem. O efeito nas economias sedentas de petróleo do mundo desenvolvido foi desastroso, com a inflação a ameaçar tornar-se galopante e escapar ao controlo. À medida que o pânico se instalava, receava-se que a crise se disseminasse: no final de junho, um número alarmante de bombas de gasolina em todos os Estados Unidos permaneceu fechado por falta de abastecimento. O presidente Carter caiu nas sondagens para o número sem precedentes de 28 por cento – mais ou menos, o nível de Nixon no auge do escândalo Watergate.[10] Com a campanha de reeleição do presidente prestes a começar, parecia que a mudança de regime em Teerão poderia ser um fator significativo nas futuras eleições presidenciais.

Não era apenas o preço crescente do petróleo que ameaçava perturbar as economias ocidentais. O cancelamento maciço de encomendas e a imediata nacionalização da indústria tiveram o mesmo efeito. A British Petroleum (BP), herdeira da concessão original de Knox D’Arcy, foi forçada a uma grande reorganização (e venda de ações), após os campos petrolíferos que

perfaziam 40 por cento da sua produção global terem desaparecido de uma só vez. Depois, havia os contratos para estabelecer siderurgias, melhorar os terminais do aeroporto e desenvolver portos, que foram cancelados da noite para o dia, e o contrato de armas, que acabou anulado e rasgado. Em 1979, Khomeini cancelou 9 mil milhões de dólares em compras aos Estados Unidos, o que deixava as empresas com um considerável buraco nas suas contas e com grandes quantidades de provisões que tinham de tentar vender a outros mercados menos predispostos do que o xá em embarcar numa militarização.[\[11\]](#)

Dadas as circunstâncias, a economia inflacionada do Irão significava que o programa nuclear já havia sofrido um abrandamento antes da revolução; depois desta, foi completamente cancelado. O custo das perdas de negócios para companhias como a Creusot-Loire, Westinghouse Electric Corporation e Kraftwerk Union – sediadas em França, Estados Unidos e Alemanha Ocidental, respetivamente – rondava os 330 mil milhões de dólares.[\[12\]](#) Houve quem fosse admiravelmente estoico perante a adversidade. «Nunca podemos esquecer que lucrámos muito com o regime do xá», escreveu o diplomata *sir* Anthony Parsons, veterano do Médio Oriente e embaixador britânico em Teerão na altura do regresso de Khomeini. «As empresas e indústrias britânicas fizeram enormes somas de dinheiro com o Irão.»[\[13\]](#) Parsons não chegou a dizê-lo, mas era evidente que os bons tempos haviam terminado; era melhor celebrar o que o passado trouxera do que lamentar o que o futuro retirava.

Para os Estados Unidos, no entanto, a fasquia ia além da quebra nacional económica e política. Servia, em parte, como consolo que Khomeini e os clérigos seus seguidores tivessem pouca disponibilidade para a política atea da União Soviética e pouca simpatia por – ou afinidade com – os grupos esquerdistas do Irão.[\[14\]](#) Porém, ainda que a queda do xá não levasse a um avanço da União Soviética, os Estados Unidos passaram decisivamente para a defensiva; uma série de bases de apoio que antes eram seguras tornaram-se precárias ou perderam-se completamente.

Depois de subir ao poder, Khomeini fechou de imediato as instalações dos serviços de informação norte-americanos no Irão, que serviam de

sistemas de aviso antecipado para ataques nucleares soviéticos e de postos de escuta para monitorizar os testes de mísseis na Ásia Central. Os Estados Unidos viram-se assim privados de meios vitais para recolher informação sobre o seu rival, numa altura em que fazê-lo ganhara uma importância extraordinária, no seguimento de conversações intensivas entre os Estados Unidos e a União Soviética para limitar o número de lança-mísseis balísticos estratégicos para os níveis existentes. O encerramento de estações que desempenhavam um importante papel no processo de verificação ameaçava, assim, comprometer uma série de acordos estratégicos de armas que haviam levado anos a negociar e fazer malograr as discussões altamente sensíveis em curso.

Seriam necessários pelo menos cinco anos, disse o diretor da CIA, almirante Stansfield Turner, ao comité de informações do Senado, no início de 1979, para recuperar a capacidade de monitorizar os testes e desenvolvimentos dos mísseis soviéticos.[\[15\]](#) Em consequência dos eventos no Irão, surgira uma «verdadeira lacuna» na recolha de dados, notou Robert Gates, o oficial da CIA responsável pelos serviços de informação nacionais para a União Soviética (e, mais tarde, diretor da agência, bem como secretário da Defesa). Envidaram-se assim esforços «excecionalmente sensíveis» para formar novas alianças noutros lados por forma a colmatar a lacuna. Esses esforços incluíam discussões de alto nível com a liderança chinesa sobre a construção de instalações de substituição na China Ocidental, que levou a uma visita secreta do almirante Turner e de Gates a Pequim, no inverno de 1980-1981, uma viagem que só anos mais tarde se revelou ter acontecido (mas com pouquíssimos detalhes).[\[16\]](#) Construíram-se estações em Qitai e Korla, em Xinjiang, pelo Gabinete de Operação Sigint (Serviços de Sinalização), sendo as novas instalações operadas pelo Departamento Técnico do Estado-Maior do Exército Chinês de Libertação do Povo, em estreita colaboração com consultores e técnicos norte-americanos.[\[17\]](#) Esta cooperação próxima entre os Estados Unidos e o exército e serviços de informação chineses foi um efeito secundário da queda do xá.

A Revolução Iraniana, entretanto, pode não ter ajudado a União Soviética politicamente, mas ajudou-a sem dúvida militarmente. Não obstante os esforços da embaixada norte-americana em Teerão para destruir documentos importantes, a velocidade e força da onda de mudança que transformara o país conduziram a algumas perdas nocivas. O xá havia comprado uma frota de caças *F-14 Tomcat*, além de um sistema de mísseis ar-ar *Phoenix* de última geração, mísseis terra-ar *Hawk* e uma quantidade de armas antitanque. Os soviéticos conseguiram obter valiosas imagens detalhadas e, em alguns casos, os manuais de instrução para este equipamento militar. Esta não era apenas uma perda embaraçosa; tinha potencialmente sérias implicações para a segurança nacional norte-americana, bem como para a segurança dos seus aliados.[\[18\]](#)

A consciência de um mundo familiar que rapidamente entrava em colapso grassava agora em Washington – pois não era apenas no Irão que a situação parecia subitamente muito diferente. Os Estados Unidos tinham vigiado de perto a situação no Afeganistão, cuja importância estratégica cresceu no rescaldo da revolução de Khomeini. Na primavera de 1979, por exemplo, uma equipa da CIA conduziu um inquérito para avaliar o país enquanto possível base de substituição para as bases de informações perdidas no Irão.[\[19\]](#) O problema era que a situação no Afeganistão mudava rapidamente e parecia cada vez mais provável que refletisse os eventos do Irão.

A turbulência começara quando o rei Zahir Shah, amante do xadrez, fora deposto pelo sobrinho Muhammad Dāwud, que se instalou como presidente em 1973. Depois, cinco anos mais tarde, o próprio Dāwud foi deposto. A sua queda não provocou grande surpresa, dada a crescente brutalidade do seu regime, que executava rotineiramente os prisioneiros políticos sem julgamento, deitados de cara no chão da infame e cronicamente sobrepovoada prisão de Pul-i Charkhi nas redondezas de Cabul.[\[20\]](#)

Os comunistas de linha dura que assumiram o cargo de Dāwud provaram ser igualmente implacáveis – e imparavelmente progressistas, ao estipularem uma agenda ambiciosa para modernizar o país. Era altura, declararam, de melhorar dramaticamente os níveis de literacia, quebrar a

estrutura «feudal» do sistema tribal, acabar com a discriminação étnica e conferir direitos às mulheres, incluindo a igualdade no ensino, segurança no trabalho e acesso a cuidados de saúde.[21] Estes esforços para introduzir mudanças abrangentes provocaram uma resposta furiosa, sobretudo entre os clérigos muçulmanos; como aconteceu no início do século ^{xxi}, as tentativas de reforma apenas conseguiram unir os tradicionalistas, os terratenentes, os líderes tribais e os mulás, que encontravam uma causa comum na defesa dos seus interesses.

A oposição depressa se tornou eloquente e perigosa. A primeira grande sublevação ocorreu em março de 1979, em Herat, na região ocidental do país, onde aqueles que proclamavam a independência nacional, um regresso à tradição e a rejeição da influência estrangeira ganhavam ímpeto com os eventos no outro lado da fronteira, no Irão. Os amotinados lançavam-se a qualquer alvo – incluindo residentes soviéticos na cidade, que foram chacinados por uma multidão em fúria.[22] A turbulência depressa se espalhou a outras cidades, incluindo Jalalabad, onde as unidades militares afegãs se recusaram a opor resistência e, em vez disso, insurgiram-se e mataram os seus consultores soviéticos.[23]

A União Soviética reagiu a estes eventos cautelosamente, com o envelhecido Politburo a concluir que se deveria apoiar a problemática e sanguinolenta liderança afegã, alguns membros da qual tinham longas relações com a União Soviética, para a ajudar a fazer face à agitação que se estendera também a Cabul. Tomou-se uma série de medidas para promover o regime, liderado pelo presidente, Nur Muhammad Taraki, que era bem-visto em Moscovo e que alguns viam como sendo o «Maxim Gorky afegão» pelos seus escritos sobre «temas socialistas científicos» – um grande elogio.[24] Ao longo da fronteira, despacharam-se generosas cargas de cereais e comida, ao passo que os pagamentos de juros de empréstimos pendentes foram derogados. Para ajudar a encher os cofres governamentais, os soviéticos também se ofereceram para pagar mais do dobro do que haviam pago pelo gás afegão na década anterior.[25] Ainda que os pedidos de armas químicas e gás venenoso tenham sido recusados,

Moscovo providenciou apoio militar, despachando 140 peças de artilharia, 48 mil armas e quase mil lança-granadas.[26]

Washington estava ciente de tudo isto e considerou com cuidado as implicações do envolvimento «gradual, mas inconfundível» dos soviéticos no Afeganistão. Se a União Soviética providenciasse apoio militar direto a Taraki e enviasse tropas, observou um relatório de alto nível, haveria consequências não só no Afeganistão, mas ao longo da espinha da Ásia, no Irão, no Paquistão e na China – e, na verdade, mais além.[27] A incerteza sobre o que aconteceria a seguir tornou-se clara com o assassinio do embaixador norte-americano em Cabul, em fevereiro de 1979. Apenas alguns dias depois do regresso de Khomeini, o veículo blindado do embaixador Adolph Dubs foi sequestrado em plena luz do dia nas ruas da capital afegã no que parecia ser um posto de controlo da polícia. Dubs foi levado para o Hotel Cabul (agora, o luxuoso Hotel Serena Cabul), onde foi feito refém durante algumas horas antes de ter sido morto numa operação malograda de salvamento.[28]

Ainda que não fosse evidente o que estivera por detrás do rapto do embaixador ou dos seus motivos, era o suficiente para encorajar os Estados Unidos a envolverem-se mais diretamente no que se passava no país. A ajuda ao Afeganistão foi imediatamente cortada e prestou-se ajuda aos anticomunistas e a outros que se opunham ao novo governo.[29] Este foi o início de um longo período em que os Estados Unidos procuraram cooperar voluntária e ativamente com os islamitas, cujos interesses em resistir à agenda de esquerda estavam naturalmente alinhados com os interesses norte-americanos. Foram necessárias décadas para que se tornasse claro o preço deste acordo.

Por detrás desta nova abordagem estavam os receios de que o Afeganistão caísse nas mãos dos soviéticos, que, na segunda metade de 1979, pareciam estar a preparar-se para uma intervenção militar. A questão das intenções da União Soviética subiu para o topo da agenda nos relatórios dos serviços de informação norte-americanos e era o tema comum de uma quantidade de ensaios que delineavam os mais recentes desenvolvimentos – se bem que tal não significasse que se soubesse o que se estava a passar.[30]

Um relatório apresentado ao Conselho de Segurança Nacional com o título «O que estão os Soviéticos a fazer no Afeganistão?» forneceu uma resposta que não podia ter mais candura: «Simplesmente não sabemos.»[\[31\]](#) Se descortinar o que Moscovo pensava se revelava difícil, era óbvio que a queda do xá significava que os Estados Unidos haviam perdido o seu principal aliado na região; e, preocupantemente, parecia que um efeito dominó iria dificultar ainda mais a posição norte-americana.

Os soviéticos preocupavam-se exatamente com o mesmo. Os eventos no Irão não haviam produzido nenhuns benefícios, e, com efeito, foram julgados por Moscovo como sendo nocivos para os interesses da União Soviética, já que a tomada do poder por Khomeini havia reduzido o leque de oportunidades, em vez de criar oportunidades. Assim, o exército soviético esboçou planos de contingência para um grande envio de tropas, caso se tornasse necessário reforçar o que o secretário-geral Leonid Brezhnev chamara «o governo da nação amiga do Afeganistão». Os Estados Unidos monitorizavam o movimento de tropas a norte das fronteiras do Irão e do Afeganistão, registando o envio de uma unidade de forças especiais Spetsnaz para Cabul, acompanhada por um batalhão de paraquedistas que a CIA concluiu ter o objetivo de proteger a base aérea de Bagram, o principal ponto de entrada para os fornecimentos soviéticos.[\[32\]](#)

Nesta fase crítica, porém, o futuro do Afeganistão subitamente entrou em jogo. Em setembro de 1979, uma luta pelo poder levou à queda de Nur Muhammad Taraki, substituído por Hafizullah Amin, um homem ambicioso e difícil de ler. Amin fora explicitamente posto de lado enquanto líder viável pelos editoriais publicados no *Pravda*, o porta-voz oficial que refletia o pensamento do Politburo na União Soviética.[\[33\]](#) Moscovo denunciava-o agora como um inimigo da revolução, um homem que tentava manipular as rivalidades tribais para os seus próprios fins e um «espião do imperialismo britânico».[\[34\]](#) Os soviéticos também se preocupavam com os rumores de que Amin fora recrutado pela CIA – um rumor posto energicamente a circular pelos inimigos deste no Afeganistão.[\[35\]](#) As atas dos encontros do Politburo mostram que os líderes em Moscovo se preocupavam intensamente com a reorientação de Amin no sentido dos Estados Unidos e

com a avidez norte-americana em apoiar um governo amigável em Cabul.
[36]

Os soviéticos estavam cada vez mais preocupados com a situação. Os frequentes encontros de Amin com o chefe da missão norte-americana no Afeganistão antes do seu golpe pareciam indicar que Washington se estava a reposicionar depois do catastrófico falhanço das suas políticas no Irão. Quando Amin se tornou cada vez mais agressivo nas suas conversações com os soviéticos em Cabul, ao mesmo tempo em que fazia uma série de aberturas aos Estados Unidos imediatamente depois de assumir o poder, chegava a altura de agir.[37]

Se, agora, a União Soviética não se mantivesse firme no apoio aos seus aliados, perderia não só no Afeganistão, mas na região como um todo. O general Valentin Varennikov recordou, mais tarde, que os altos oficiais «estavam preocupados com o facto de os Estados Unidos, se fossem expulsos do Irão, poderem realocar as suas bases no Paquistão e capturar o Afeganistão».[38] Os desenvolvimentos noutros lados também preocupavam a liderança soviética e davam a impressão de que a União Soviética estava a ser firmemente empurrada para trás. O Politburo discutiu a forma como Washington e Pequim haviam melhorado as suas relações no final dos anos de 1970, notando que também aqui Moscovo estava a ficar para trás.[39]

Os Estados Unidos estavam a tentar criar um «novo Grande Império Otomano» ao longo de toda a Ásia Central, disseram altos oficiais do Partido Comunista a Brezhnev, em dezembro de 1979; estes medos eram amplificados pela ausência de um sistema abrangente de defesa aérea ao longo da fronteira sul da União Soviética. Isso significava que os Estados Unidos podiam apontar um punhal ao coração da União Soviética.[40] Nas palavras de Brezhnev, pouco mais tarde numa entrevista ao *Pravda*, a instabilidade do Afeganistão representava uma «grande ameaça à segurança do Estado soviético».[41] Era palpável a necessidade de fazer alguma coisa.

Dois dias depois do encontro de Brezhnev com altos oficiais, deu-se a ordem de conceber um plano de invasão baseado num envio inicial de 75 mil-80 mil soldados. O chefe do Estado-Maior, general Nikolai Ogarkov,

um oficial obstinado da velha guarda, reagiu furiosamente. Engenheiro de formação, Ogarkov defendeu que esta força seria demasiado pequena para controlar com êxito as rotas de comunicação e proteger pontos centrais ao longo do país.^[42] Ogarkov foi preterido em função do ministro da Defesa, Dmitri Ustinov, um consumado sobrevivente político que tendia a fazer pronunciamentos pomposos sobre as brilhantes forças armadas soviéticas, cuja capacidade de luta, nas suas palavras, podia levar a cabo «o cumprimento de todas as tarefas estipuladas pelo partido e pelo povo».^[43]

Não é preciso saber se Ustinov realmente acreditava no que dizia; o que agora importava era que ele e a sua geração de veteranos da Segunda Guerra Mundial, cuja compreensão do mundo em mudança depressa se esvanecia, tinham a certeza de que os norte-americanos estavam a tentar suplantar a União Soviética. Ustinov teria perguntado no final de 1979: «Se [eles podem] fazer todos estes preparativos debaixo dos nossos narizes, porque havemos de hesitar, fingir cautela e perder o Afeganistão?»^[44] Num encontro do Politburo, a 12 de dezembro, Ustinov, acompanhado de um punhado de homens grisalhos como Leonid Brezhnev, Andrei Gromyko, Yuri Andropov e Konstantin Chernenko, aprovou o envio maciço de tropas para o Afeganistão.^[45] Não fora uma decisão fácil, nas palavras de Brezhnev no *Pravda*, algumas semanas mais tarde.^[46]

Duas semanas depois do encontro, na Consoada de 1979, as tropas soviéticas começaram a passar a fronteira como parte da operação Tempestade 333. Não se tratava de uma invasão, declarou Ustinov aos comandantes que lideravam tropas ao longo da fronteira, palavras que seriam repetidas uma e outra vez por diplomatas e políticos soviéticos no curso da década seguinte; tratava-se antes da tentativa de repor a estabilidade numa altura em que «a situação política e militar no Médio Oriente» estava em turbulência e após pedidos do governo de Cabul de «ajuda internacional ao povo amigo do Afeganistão».^[47]

Do ponto de vista de Washington, a ocasião não podia ser pior. Não obstante todos os medos soviéticos de que os Estados Unidos se expandissem para o Afeganistão, a extensão da debilidade norte-americana em

toda a região estava a tornar-se dolorosamente clara. Depois de abandonar Teerão, no início de 1979, o xá deslocara-se de um país para outro à procura de uma casa permanente. No outono, o presidente Carter estava a ser encorajado por altos membros da sua administração para que permitisse que um homem moribundo que fora amigo dos Estados Unidos entrasse no país para receber tratamento médico. Enquanto a questão era discutida, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros de Khomeini disse aos consultores do presidente, claramente, que «estão a abrir uma caixa de Pandora com este problema».[48] Os registos da Casa Branca mostram que Carter estava ciente de como seria alta a fasquia se permitisse que o xá entrasse nos Estados Unidos. «O que me vão aconselhar a fazer se [os iranianos] invadirem a nossa embaixada e fizerem reféns?», perguntou o presidente. Não recebeu resposta.[49]

A 4 de novembro, duas semanas depois de o xá ter dado entrada no Cornell Medical Center, em Nova Iorque, estudantes iranianos militantes neutralizaram os seguranças na embaixada dos Estados Unidos, em Teerão, tomaram controlo da embaixada e fizeram sessenta reféns entre o pessoal diplomático. Ainda que o objetivo inicial pareça ter sido o de fazer um protesto rápido e sonoro sobre a decisão de permitir a entrada do xá nos Estados Unidos, a situação depressa escalou.[50] A 5 de novembro, o aiatola Khomeini comentou a situação na embaixada. Não atenuou as suas palavras e menos ainda apelou à calma. As embaixadas em Teerão, declarou, eram terreno fértil para «conspirações subterrâneas [que] estão a ser preparadas» com a intenção de fazer ruir a República Islâmica do Irão. O principal orquestrador dessas conspirações, prosseguiu, era «a América, o grande Satanás». Com isso, apelou aos Estados Unidos que devolvessem «o traidor», para que fosse levado à justiça.[51]

Os esforços iniciais dos Estados Unidos para mitigar a situação foram do inepto ao estrambólico. Um emissário, que levava um apelo pessoal do presidente a Khomeini, viu o seu pedido de uma audiência com o aiatola ser recusado e não pôde entregar a sua carta; soube-se que um outro emissário fora autorizado a abrir discussões com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cujos membros haviam estado por detrás de ataques

terroristas como o massacre nos Jogos Olímpicos de Munique e cujo principal objetivo era o estabelecimento de um Estado palestiano em detrimento de Israel. Ainda mais embaraçosa do que a descoberta de que os Estados Unidos da América estavam a tentar usar a OLP como intermediário para chegar aos iranianos foi a notícia de que os iranianos se recusavam a permitir que a OLP desempenhasse um papel mediador na crise.[\[52\]](#)

O presidente Carter resolveu então agir de forma mais decisiva não apenas para resolver a situação dos reféns, mas também para fazer uma declaração de intenções segundo a qual, ainda que o xá tivesse caído, os Estados Unidos eram uma força importante no centro da Ásia. A 12 de novembro de 1979, numa tentativa de pressionar financeiramente o regime de Khomeini, anunciou um embargo ao petróleo iraniano. «Ninguém», declarou quando anunciou o bloqueio às importações, «deverá subestimar a resolução do governo norte-americano e do povo norte-americano».[\[53\]](#) Dois dias mais tarde, o presidente foi ainda mais longe, ordenando que fossem congelados 12 mil milhões de dólares em bens iranianos. Esta ação decisiva foi bem recebida domesticamente, e Carter experimentou o que foi descrito como o maior aumento da popularidade presidencial desde que as sondagens Gallup foram inventadas.[\[54\]](#)

No entanto, o embargo teve poucos efeitos, e segundo Teerão era irrelevante. «O mundo precisa de petróleo», disse o aiatola Khomeini num discurso uma semana depois do anúncio de Carter. «O mundo não precisa da América. Outros países se voltarão para aqueles de nós que temos petróleo, e não para vocês.»[\[55\]](#) O embargo, de qualquer forma, não foi fácil de levar a cabo de um ponto de vista logístico, dado que o petróleo iraniano muitas vezes passava por terceiros e ainda podia chegar aos Estados Unidos. Uma vez que o boicote pressionava a oferta, inevitavelmente os preços do petróleo ameaçavam subir – o que ajudava o regime iraniano ao fazer crescer as suas receitas.[\[56\]](#)

O congelamento de bens assustou muita gente no mundo de língua árabe, preocupada com o precedente aberto pela ação norte-americana. O impasse exacerbou desacordos políticos com países como a Arábia Saudita, que não

concordava com Washington sobre as políticas para o Médio Oriente, particularmente em relação a Israel.^[57] Como concluiu um relatório da CIA preparado algumas semanas depois da introdução do embargo, «as nossas atuais pressões económicas dificilmente terão um efeito positivo; [na verdade], o seu impacto poderá ser negativo».^[58]

Além disso, muitos países ocidentais estavam relutantes em serem arrastados para uma crise com Teerão. «Depressa se tornou claro», escreveu Carter, «que mesmo os nossos aliados mais próximos na Europa não se iriam expor a potenciais boicotes de petróleo ou fazer ameaçar os seus arranjos diplomáticos em prol dos reféns norte-americanos». A única forma de concertar os espíritos era pela «ameaça direta de outras ações pelos Estados Unidos».^[59] O secretário da Defesa de Carter, Cyrus Vance, foi assim enviado numa viagem pela Europa Ocidental com a mensagem de que, se não fossem impostas sanções ao Irão, os Estados Unidos iriam tomar ações unilaterais, incluindo minar o Golfo Pérsico, se necessário.^[60] Isso teria um impacto natural nos preços do petróleo – e assim nas economias desenvolvidas. Para pressionar Teerão, Washington tinha de ameaçar os seus aliados.

Foi neste cenário de medidas desesperadas, contraproducentes e mal pensadas para forçar um acordo no Irão que chegaram as notícias de que as colunas soviéticas marchavam para sul, até ao Afeganistão. Os decisores políticos norte-americanos foram completamente tomados de surpresa. Quatro dias antes da invasão, o presidente Carter e os seus consultores haviam contemplado planos para tomar as ilhas ao largo do Irão e medidas militares e ocultas para derrubar Khomeini. Uma situação ominosa tornava-se agora crítica.^[61]

Já confrontados com uma situação desastrosa de reféns, os Estados Unidos viam-se agora forçados a contemplar uma grande extensão do poder soviético nesta região. Além disso, as tomadas de posição de Washington eram um espelho das posições de Moscovo – nomeadamente, uma jogada no Afeganistão seria provavelmente um prelúdio à maior expansão de uma superpotência em detrimento da outra. As perspetivas soviéticas centrar-se-iam de seguida, provavelmente, no Irão, onde os agitadores depressa

começariam a criar animosidades, como um relatório dos serviços de informação sugeriu no início de 1980. O presidente deveria assim começar a considerar as circunstâncias sob as quais «estaríamos preparados para colocar forças norte-americanas no Irão».[62]

Carter empolou a retórica no discurso sobre o Estado da União, a 23 de janeiro de 1980. A invasão soviética do Afeganistão significava que uma região de «grande importância estratégica» estava agora sob ameaça, disse; a jogada de Moscovo eliminara um Estado-tampão e punha-o muito perto de uma área que «contém mais de dois terços do petróleo que pode ser exportado em todo o mundo», mas também do crucial Estreito de Ormuz, «ao longo do qual passa grande parte do petróleo do mundo». Carter articulou, então, cuidadosamente uma ameaça. «Que a nossa posição seja absolutamente clara», disse; «a tentativa por parte de qualquer força estrangeira para ganhar controlo da região do Golfo Pérsico será vista como um assalto aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e esse assalto será rechaçado por todos os meios necessários, incluindo a força militar.» Era um pronunciamento desafiador, que resumia na perfeição as atitudes quanto ao petróleo do Médio Oriente e à posição, primeiro, criada pelos britânicos e, depois, herdada pelos Estados Unidos: qualquer tentativa para mudar o *statu quo* deparar-se-ia com um desafio feroz. Tratava-se de uma política imperialista em tudo menos no nome.[63]

As palavras bombásticas de Carter, porém, contrastavam com o que se passava no terreno. As discussões com os iranianos sobre a libertação dos reféns tinham continuado nos bastidores, mas tornavam-se cada vez mais uma farsa. Não só as conversações decorriam entre os representantes de Teerão e um adjunto do presidente que usava uma peruca, um bigode postiço e óculos em alguns dos encontros, mas, enquanto as discussões decorriam, o aiatola Khomeini proferia discursos sobre os «Estados Unidos devoradores do mundo» e como o «grande Satanás» deveria aprender uma lição.[64]

Por fim, em abril de 1980, o presidente Carter resolveu acabar com a questão e autorizou a Operação *Eagle Claw*, uma missão clandestina para salvar os reféns de Teerão. O resultado foi um fiasco que faria corar um

menino de escola. Oito helicópteros despachados do porta-aviões nuclear *USS Nimitz* deveriam encontrar-se com uma equipa no terreno numa localização perto de Tabas, no Irão Central, onde seriam liderados pelo coronel Charlie Beckwith e por uma nova unidade de tropas de elite chamada Delta Force. A operação caiu num impasse: um helicóptero voltou para trás por causa das condições climatéricas; outro partiu um rotor e foi abandonado intacto; ao passo que outro ainda tinha um sistema hidráulico danificado. Beckwith concluiu que a missão já não era viável e obteve permissão do presidente para não avançar. Quando os helicópteros voltavam para o *Nimitz*, um deles voou demasiado perto de um avião *C-130* que se abastecia, resultando numa explosão que fez os dois cair – matando oito soldados norte-americanos.[\[65\]](#)

Foi um desastre de propaganda. Khomeini, de forma não surpreendente, descreveu o caso como um ato de intervenção divina.[\[66\]](#) Outros viam com divertimento a inépcia da missão falhada. O facto de os Estados Unidos não conseguirem libertar os reféns através de negociações ou da força dizia muito sobre quanto o mundo estava a mudar. Ainda antes do malogro da missão de salvamento, alguns dos consultores do presidente acharam que era preciso agir decisivamente para não dar a impressão de impotência. «Precisamos de fazer alguma coisa», disse Zbigniew Brzezinski – o Consultor da Segurança Nacional do presidente –, «para assegurar aos egípcios, sauditas e outros na península arábica que os Estados Unidos estão preparados para afirmar o seu poder.» E isso significava estabelecer «uma presença militar viável na região agora».[\[67\]](#)

Contudo, os Estados Unidos não estavam sozinhos na sua tentativa de encontrar uma resposta aos eventos tumultuosos que lhes permitisse proteger os seus interesses e reputação. A 22 de setembro, o Iraque deu início a um ataque-surpresa ao Irão, bombardeando bases aéreas iranianas e lançando uma invasão em três frentes no terreno que tinha por alvo a província do Khuzistão e as cidades de Ābādān e Khurramshahr. Os iranianos não tinham dúvidas sobre quem estava por detrás destes ataques. «As mãos da América», troou Khomeini, haviam «emergido das mangas de

Saddam». [68] O ataque, proclamou o presidente Bani-Sadr, era o resultado de um plano norte-americano, iraquiano e israelita, cujos objetivos foram diferentemente descritos como tentativas de depor o governo islâmico, reconduzir o xá ou forçar a desintegração do Irão em cinco repúblicas. Fosse como fosse, alegou, Washington fornecera os planos da invasão ao Iraque. [69]

Ainda que a ideia de que os Estados Unidos estavam por detrás do ataque seja defendida por alguns comentadores e repetida por muitos outros, há poucas provas palpáveis que mostrem que era esse o caso. Pelo contrário, as fontes – que incluem milhares de páginas de documentos, gravações áudio e transcrições recuperadas do palácio presidencial de Bagdade, em 2003 – apontam firmemente para o facto de Saddam ter agido sozinho, escolhendo um momento oportuno para atacar um vizinho volátil com quem tinha contas a ajustar, depois de ter ficado a perder nos acordos territoriais cinco anos antes. [70] Estes documentos mostram uma escalada agressiva na recolha de informações por parte dos serviços iraquianos nos meses anteriores ao ataque, quando em Bagdade se contemplava uma invasão surpresa. [71]

Saddam era também guiado por uma considerável dose de insegurança e uma forte megalomania. Estava obcecado com Israel e a impotência dos árabes em derrotar um país que era «uma extensão dos Estados Unidos da América e dos ingleses», ao mesmo tempo que se queixava de que qualquer ação agressiva empreendida contra Israel pelos árabes resultaria numa retaliação do Ocidente contra o Iraque. Se atacarmos Israel, avisou os seus altos oficiais, os norte-americanos «lançar-nos-iam uma bomba atómica». O «primeiro alvo» da ação ocidental, notava, «será Bagdade, não Damasco nem Amã». [72] De algum modo, na mente de Saddam, a situação parecia fazer sentido: atacar Israel confrontaria o Iraque com a aniquilação; assim, um ataque ao Irão deveria ter precedência.

A combinação de Israel com o Irão encontrava-se na retórica empolada usada por Saddam e os seus caudilhos, que defendiam entusiasticamente que o Iraque assumisse a liderança dos árabes em todo o mundo. O ataque ao Irão, em 1980, foi apresentado como um exemplo de reivindicação de

terras que haviam sido «extorquidas» durante o acordo territorial de 1975. Isto encorajaria outros, declarou Saddam aos seus altos oficiais, e galvanizaria «todos aqueles» que foram privados das suas terras a levantarem-se e reclamarem o que era seu por direito – uma mensagem que visava sobretudo os palestinos.^[73] Saddam convenceu-se de que invadir o Irão ajudaria a causa dos árabes noutros lados. Guiado por essa lógica perversa, não surpreende que o primeiro-ministro israelita, Menachem Begin, descrevesse o Iraque como «o mais irresponsável de todos os regimes árabes, com a possível exceção de Gaddafi».^[74]

Saddam também se agitara com a revolução no Irão, dizendo que a deposição do xá e a subida do aiatola Khomeini era «inteiramente uma decisão norte-americana». A agitação era o início de um plano geral, declarou, que usaria os clérigos muçulmanos «para assustar os povos do Golfo de forma que [os norte-americanos] possam ter uma presença e arranjar a situação na região» como lhes aprouver.^[75] Esta paranoia entrelaçava-se com momentos de genuína sabedoria, como quando o líder iraquiano percebeu imediatamente o significado da deslocação soviética para o Afeganistão – e o que isso implicava para o Iraque. Faria, a União Soviética, o mesmo no futuro para abrir caminho até Bagdade, perguntava; instalariam, os soviéticos, governos-fantoches também no Iraque, à laia de providenciar ajuda? «É assim», perguntou a Moscovo, que tratarão os vossos outros «amigos no futuro?».^[76]

As suas apreensões apenas cresceram quando a União Soviética trabalhou para capitalizar um sentimento anti-iraquiano no Irão e começou a cortejar Khomeini e aqueles que lhe eram próximos.^[77] Saddam percebeu que também isto era potencialmente perigoso e que o Iraque podia ser preterido por Moscovo em detrimento do seu vizinho. «A penetração soviética na região [...] deverá ser detida», disse a diplomatas da Jordânia, em 1980.^[78] Sentindo-se cada vez mais isolado, Saddam estava preparado para virar costas aos seus apoiantes soviéticos, que haviam estado por detrás dele na sua subida ao poder nos anos de 1970. A sua desilusão foi uma das razões por que os soviéticos não souberam de nada sobre o ataque iminente até à véspera do seu lançamento – o que resultou numa resposta

gélida de Moscovo.[79] Nessa altura, segundo os relatórios dos serviços de informação iraquianos, o facto de o Irão estar a sofrer uma «crise económica asfixiante» e não estar em condições para «se defender em larga escala» era uma oportunidade demasiado boa que não se podia perder.[80]

A queda do xá desencadeara uma extraordinária série de eventos em cadeia. No final de 1980, todo o centro da Ásia estava em fluxo constante. Os futuros do Irão, Iraque e Afeganistão estavam em jogo, dependendo de escolhas feitas pelos seus líderes e da intervenção de forças estrangeiras. Adivinhar qual seria o desfecho da situação em cada um destes países e mais ainda na região como um todo seria praticamente impossível. Para os Estados Unidos, a resposta residia em jogar em todas as frentes confusamente. Os resultados revelaram-se desastrosos: sendo verdade que as sementes do sentimento antiamericano haviam sido plantadas anteriormente no século xx, não era de modo algum inevitável que este se transformasse em ódio encarniçado. Mas as decisões políticas dos Estados Unidos nas últimas duas décadas do século iriam envenenar as atitudes ao longo de toda a região entre o Mediterrâneo e os Himalaias.

Sem dúvida, os Estados Unidos tinham um jogo difícil no início dos anos de 1980. Desde logo, o assalto iraquiano parecia um golpe de sorte para os decisores políticos norte-americanos, que viam na agressão de Saddam Hussein uma oportunidade para abrir discussões com Teerão. O Consultor de Segurança Nacional do presidente Carter, Brzezinski, «não ocultou o facto de o ataque iraquiano ser potencialmente uma evolução positiva que pressionaria o Irão a libertar os reféns», segundo um alto consultor envolvido nos encontros para lidar com a crise que decorreram neste período.[81] A pressão sobre o regime de Khomeini era maximizada por se saber que, para responder ao ataque, o Irão precisava desesperadamente de peças sobresselentes para o equipamento militar que fora anteriormente adquirido aos Estados Unidos. Washington disse aos iranianos que poderia providenciar os materiais relevantes – cujo valor chegava às centenas de milhões de dólares – se os reféns fossem libertados. Teerão simplesmente ignorou a aproximação, que tinha a aprovação pessoal do presidente norte-americano.[82] Não pela primeira vez, o Irão estava um passo à frente: os

seus agentes haviam-se revelado expeditos ao comprarem as peças necessárias noutros lados, incluindo Vietname, que tinha grandes armazenamentos de equipamento norte-americano capturado durante a guerra.[\[83\]](#)

O Irão também era fornecido em grandes volumes por Israel, que partia do princípio de que Saddam Hussein tinha de ser detido a todo o custo. A predisposição dos iranianos e israelitas para negociarem entre si foi, em muitos aspetos, surpreendente, especialmente dado o modo pejorativo como Khomeini em particular falava regularmente sobre os judeus e Israel. «O islão e o povo islâmico encontraram o seu primeiro sabotador no povo judeu, que está na origem de todas as difamações e intrigas anti-islâmicas», escreveu em 1970.[\[84\]](#) O Irão e Israel eram agora inesperados parceiros graças à intervenção de Saddam Hussein, no Golfo.

Esta foi uma das razões por que a retórica de Khomeini quanto a minorias e outras religiões abrandou no início dos anos de 1980, altura em que se referia ao judaísmo como uma «honrada religião que surgira por entre o povo comum» – ainda que o distinguisse do sionismo, que, aos seus olhos, era um movimento político (e explorador) que pela sua essência se opunha à religião. Esta mudança de postura quanto às religiões foi tão longe que a República Islâmica do Irão até emitiu selos postais com uma silhueta de Jesus Cristo e um verso do Alcorão escrito em arménio.[\[85\]](#)

Não era apenas na venda de armas que Israel e o Irão cooperavam, mas também em operações militares. Um alvo específico de mútuo interesse era o reator nuclear Osirak, no Iraque. Segundo um membro dos serviços de informação, uma missão para atacar essa instalação fora discutida por representantes iranianos e israelitas durante conversações clandestinas em Paris mesmo antes do início do ataque de Saddam.[\[86\]](#) Apenas uma semana após o assalto do Iraque ao Irão, o reator foi alvo de um ousado raide por quatro caças-bombardeiros iranianos *F-4 Phantom* que visaram os laboratórios de investigação e o edifício de controlo. Oito meses mais tarde, em junho de 1981, pilotos de caças israelitas foram ainda mais longe e danificaram pesadamente o reator numa altura em que muitos temiam que estivesse prestes a tornar-se operacional.[\[87\]](#)

O ataque iraquiano ao Irão visara uma vitória rápida. No início, mesmo apesar do assalto a Osirak, as coisas pareciam promissoras do ponto de vista de Bagdade. Com o tempo, contudo, a sorte do Iraque começou a virar. A União Soviética puniu Saddam pela sua ação unilateral suspendendo os fornecimentos e envios de armas, deixando o líder iraquiano frustrado e com poucas opções. Numa admissão franca de que a guerra não estava a correr tão bem quanto esperado, Saddam reunia os seus confidentes regularmente para se queixar, articulando conspirações internacionais rebuscadas uma atrás da outra para explicar os retrocessos. Mas o mais importante era que os iraquianos estavam a perder a luta e o armamento. Em dada ocasião, em meados de 1981, Saddam pediu aos seus generais quase sem esperança: «Tentemos comprar armas no mercado negro. Poderemos fazê-lo à semelhança dos iranianos?»[88]

O Irão, com efeito, revelava-se expedito, ressurgente – e cada vez mais ambicioso. No verão de 1982, as tropas iranianas não só haviam rechaçado os iraquianos dos territórios capturados, mas as próprias tinham cruzado a fronteira. Um relatório especial da Agência de Segurança Nacional nos Estados Unidos, em junho desse ano, traçava um quadro inequívoco: «O Iraque essencialmente perdeu a guerra com o Irão [...]. Os iraquianos por si sós ou em combinação com outros árabes pouco podem fazer para reverter a situação militar.»[89] Ganhando alento, os iranianos procuravam agora espalhar a ideia de uma revolução islâmica noutros países. Deram-se financiamento e apoio logístico a forças xiitas radicais no Líbano e a organizações como o Hezbollah («Partido de Deus»), ao passo que se envidaram esforços para fomentar motins em Meca e para patrocinar um golpe no Bahrein. «Penso que os iranianos são, sem dúvida, uma grande ameaça para os países do Médio Oriente», disse o secretário da Defesa, Caspar Weinberger, em julho de 1982; «são um país gerido por loucos».[90]

Ironicamente, assim, as cada vez maiores dificuldades com que o Iraque de Saddam Hussein se deparava eram uma bênção para os Estados Unidos. Ainda que os reféns da embaixada fossem finalmente libertados de Teerão após mais de um ano em cativeiro graças a um acordo estabelecido nos

bastidores, o fim do impasse não assinalara uma melhoria nas relações norte-americanas com o Irão. Em contraste, os soviéticos continuavam a cortejar Khomeini – como a CIA notou, alarmada. A União Soviética parecia ganhar ímpeto, especialmente depois do seu aparente êxito no Afeganistão, onde as tropas haviam ocupado as cidades e protegiam as maiores rotas de comunicação e pareciam, pelo menos para quem estava de fora, comandar a situação. A pressão diplomática sobre a União Soviética, que incluiu um boicote aos Jogos Olímpicos de 1980, em Moscovo, não teve resultados tangíveis. Do ponto de vista de Washington, havia poucas esperanças – até que os decisores políticos perceberam que havia uma jogada óbvia: apoiar Saddam.

Nas palavras do secretário de Estado George Shultz, se o Iraque continuasse a bater em retirada, o país podia facilmente entrar em colapso – o que seria «um desastre estratégico para os Estados Unidos».[91] Além de causar tumultos em todo o Golfo Pérsico e no Médio Oriente, tal resultaria no reforço da posição de Teerão no que respeitava aos mercados internacionais de petróleo. Lenta, mas inconfundivelmente, emergiu uma nova política. Os Estados Unidos decidiram apostar em grande no Iraque; era aqui que as hipóteses de Washington de influenciar o que se passava no centro da Ásia se mostravam mais fortes. Ajudar Saddam era uma forma de continuarem envolvidos e de fazerem face ao avanço do Irão e da União Soviética.

Este apoio assumiu várias formas. Depois de retirar o Iraque da lista de Estados patrocinadores do terrorismo, os Estados Unidos ajudaram a desenvolver a economia, conferindo crédito financeiro para apoiar o setor agrícola e permitindo que Saddam comprasse, primeiro, equipamento não militar e, depois, tecnologia de uso dual, como camiões pesados que podiam ser utilizados para transportar equipamento até às linhas da frente. Os governos ocidentais na Europa foram encorajados a vender armamento a Bagdade, enquanto os diplomatas norte-americanos trabalhavam inequivocamente para convencer outras potências regionais, como o Koweit e a Arábia Saudita, a ajudar a financiar as despesas militares do Iraque. As informações recolhidas por agentes norte-americanos começaram a ser

passadas para Bagdade, muitas vezes pelo rei Hussein da Jordânia, um intermediário de confiança.[92] A administração de Ronald Reagan ajudou a fomentar as exportações de petróleo do Iraque – e logo as suas receitas –, encorajando e facilitando uma expansão dos oleodutos para a Arábia Saudita e a Jordânia, para contrariar os problemas de transporte ao longo do Golfo Pérsico causados pela guerra com o Irão. Isto visava «corrigir o desequilíbrio nas exportações do Irão e do Iraque», por outras palavras, visava nivelar o campo de jogo.[93]

Além disso, tomaram-se medidas ativas a partir do final de 1983 com o intuito de reduzir as vendas de armas e peças sobresselentes ao Irão, e, assim, tentar travar os avanços no campo de batalha, numa iniciativa que recebeu o nome Operação *Staunch*. Os diplomatas norte-americanos foram instruídos no sentido de pedir às nações que os recebiam que «considerassem cessar todo o tráfico de equipamento militar de qualquer origem que possa existir entre o vosso país e o Irão», até que se acordasse um cessar-fogo no Golfo. Os diplomatas deveriam frisar que a luta «ameaçava os interesses de todos nós»; era imperativo, segundo dizia a ordem, «diminuir a capacidade do Irão de prolongar a guerra».[94]

Esta medida também visava granjear a confiança dos iraquianos e de Saddam, que continuava muito desconfiado dos Estados Unidos e dos seus motivos, mesmo depois de tomadas todas estas medidas.[95] Assim, quando o presidente Reagan enviou o seu embaixador itinerante, Donald Rumsfeld, para Bagdade, no final de 1983, um dos objetivos explícitos do último era o de «iniciar um diálogo e estabelecer uma relação pessoal» com Saddam Hussein. Como Rumsfeld escreveu nas suas notas, cabia-lhe garantir ao líder iraquiano que os Estados Unidos «veriam qualquer retrocesso na sorte do Iraque como uma derrota estratégica para o Ocidente».[96] A missão de Rumsfeld foi considerada um notável êxito, tanto pelos norte-americanos como pelos iraquianos. Era, além disso, «um excelente desenvolvimento» na opinião dos sauditas, que estavam igualmente preocupados com a exportação que Khomeini fazia do islão xiita por todo o Médio Oriente.[97]

O alinhamento com o Iraque era tão importante que Washington estava preparada para passar em branco o uso de armas químicas por parte de Saddam, que, segundo um relatório, era uma ocorrência «quase diária».[98] Dever-se-iam envidar esforços para deter Saddam neste ponto – mas, em privado, para «evitar surpreender desagradavelmente o Iraque através da tomada de posições públicas».[99] Também se notou que criticar o uso de armas químicas (estritamente proibidas pelo Protocolo de Genebra de 1925) daria uma vitória de propaganda ao Irão e nada faria para acalmar as tensões. Os Estados Unidos tentaram evitar o envio de químicos usados para fabricar gás-mostarda e fizeram *lobby* para que os iraquianos não usassem químicos no campo de batalha – especialmente, depois de o Irão ter levado a questão às Nações Unidas, em outubro de 1983.[100]

Contudo, mesmo depois de se ter tornado evidente que fora usado gás venenoso contra o Irão no curso da ofensiva de Badr, de 1985, não se disseram palavras críticas em público – além de pronunciamentos vagos sobre como os Estados Unidos se opunham veementemente ao uso de armas químicas.[101] Assim sendo, porém, tornou-se bastante embaraçoso que a capacidade produtiva do Iraque, nas palavras de um alto oficial norte-americano, [derivasse], antes de mais, de firmas ocidentais, incluindo possivelmente uma subsidiária estrangeira dos Estados Unidos. Não se levou muito tempo a perceber que isso levantava questões desconfortáveis sobre cumplicidade na aquisição e no uso de armas químicas por parte de Saddam Hussein.[102]

Com o tempo, mesmo os discretos comentários públicos e admoestações em privado a altos oficiais iraquianos sobre as armas químicas foram deixados cair. Em meados dos anos de 1980, quando os relatórios das Nações Unidas concluía que o Iraque estava a usar químicos contra os seus próprios civis, os Estados Unidos responderam com silêncio. Os relatórios militares norte-americanos notavam simplesmente que estavam a ser usados extensivamente «agentes químicos» contra alvos civis. O Iraque era mais importante para os Estados Unidos do que os princípios da lei internacional – e mais importante do que as vítimas.[103]

Do mesmo modo, pouco se fez ou disse para reduzir o programa nuclear do Paquistão, graças ao alto valor estratégico do país após a invasão soviética do Afeganistão. Por todo o globo, os direitos humanos ocupavam um distante segundo lugar depois dos interesses norte-americanos. As lições do Irão pré-revolucionário não haviam sido aprendidas: os Estados Unidos certamente não procuravam aprovar uma má conduta, mas era inevitável que houvesse um preço a pagar em termos de reputação por apoiar ditadores e todos aqueles que estavam dispostos a maltratar os seus próprios povos ou a provocar os seus vizinhos.[\[104\]](#)

Um exemplo paradigmático foi a ajuda conferida a insurgentes no Afeganistão, que se opunham à invasão soviética e que se tornaram conhecidos coletivamente na imprensa ocidental como os *mujahidins* – literalmente, aqueles que empreendem a *jihad*. Na verdade, estes eram um grupo heteróclito, formado por nacionalistas, antigos oficiais do exército, fanáticos religiosos, líderes tribais, oportunistas e mercenários. Eram também, em dadas ocasiões, rivais que competiam entre si por recrutas, dinheiro e armas, incluindo os milhares de espingardas semiautomáticas e *RPG-7* (lança-granadas-foguetes) que eram fornecidos pela CIA desde o início de 1980, sobretudo através do Paquistão.

Apesar da sua incoerência organizacional, a resistência ao poderio militar soviético revelou ser insidiosa, constante e desmoralizadora. Os ataques terroristas tornaram-se rotineiros nas maiores cidades, ao longo da via rápida Salang e na estrada que corria a sul do Uzbequistão para Herat e Kandahar, as principais artérias que transportavam tropas e equipamentos para o Afeganistão vindos da União Soviética. Os relatórios enviados de volta para Moscovo faziam notar o preocupante aumento no número de incidentes hostis, bem como a dificuldade de identificar os perpetradores: os insurgentes haviam sido instruídos, declarava um memorando, para se confundirem com a população local com o intuito de que não pudessem ser detetados.[\[105\]](#)

O crescente sucesso dos rebeldes afegãos era impressionante. Em 1983, por exemplo, um raide liderado por um comandante, Jalaluddin Haqqani, conseguiu capturar dois tanques *T-55*, juntamente com equipamento que

incluía armas antiaéreas, lança-foguetes e morteiros, que Haqqani pôs a salvo numa rede de túneis perto de Khost, junto à fronteira com o Paquistão. Estas armas eram agora usadas em ataques a comboios que passavam por vias rápidas expostas, providenciando valiosas ferramentas de propaganda que convenciam a população local que era possível ferir a poderosa União Soviética.[\[106\]](#)

Triunfos como este desmoralizavam as tropas soviéticas, que reagiam brutalmente. Alguns escreveram acerca da «sede de sangue» e do ávido desejo de vingança dos soldados soviéticos depois de verem colegas e camaradas serem mortos e feridos. As represálias eram aterrorizadoras, matando crianças, violando mulheres e suspeitando que todos os civis eram *mujahidin*. Isto criava um círculo vicioso, em que mais e mais afegãos eram atraídos a apoiar os rebeldes.[\[107\]](#) Era uma lição de humildade, nas palavras de um comentador, para os comandantes soviéticos perceberem que o malho do Exército Vermelho não era capaz de quebrar a noz de um inimigo esquivo e descoordenado.[\[108\]](#)

A força dos rebeldes impressionou os Estados Unidos, para quem a contenção da expansão soviética no Afeganistão já não era um objetivo. No início de 1985, começou a falar-se em derrotar a União Soviética e expulsar os soviéticos do país.[\[109\]](#) Em março, o presidente Reagan assinou a Diretiva de Decisão de Segurança Nacional 166 que dizia que o «objetivo último da política [norte-americana] era a retirada das forças soviéticas do Afeganistão»; para o fazer, prosseguia, era necessário «melhorar a eficácia militar da resistência afegã».[\[110\]](#) O que isso significava depressa se tornou claro: uma escalada dramática na quantidade de armas providenciadas aos rebeldes. A decisão instigou um longo debate sobre se a medida deveria incluir mísseis *Stinger* – temíveis lançadores portáteis capazes de abater aviões a uma distância de cinco quilómetros e com considerável maior precisão do que outras armas então disponíveis.[\[111\]](#)

Os beneficiários da nova política foram homens como Jalaluddin Haqqani, cujos feitos contra os soviéticos e devoção religiosa convenceram o congressista norte-americano Charlie Wilson – mais tarde, protagonista do *blockbuster* de Hollywood *Jogos de Poder* (2007) – a descrevê-lo como

a «personificação do bem». Jalaluddin, tendo acesso a mais e melhor equipamento, conseguiu construir a sua própria posição no sul do Afeganistão, onde as suas perspectivas inflamadas foram reforçadas pelo êxito militar que a torrente de armas norte-americanas tornou possível depois de 1985. Tal não significava que ele se considerasse leal aos Estados Unidos. Na verdade, tornar-se-ia um espinho no seu flanco: depois do 11 de setembro, Jalaluddin foi considerado o terceiro homem mais procurado no Afeganistão.[\[112\]](#)

Os Estados Unidos apoiaram perto de cinquenta comandantes semelhantes, pagando adiantamentos de 20 mil a 100 mil dólares por mês conforme os resultados e o estatuto. Também a Arábia Saudita enviou rios de dinheiro em apoio dos *mujahidins*, em resultado da simpatia saudita pela retórica de militância islâmica usada pela resistência e do desejo de ajudar muçulmanos perseguidos. Os homens de extração saudita que seguiam a sua consciência e iam lutar para o Afeganistão eram muito bem-vistos. Homens como Osama bin Laden – bem relacionado, articulado e pessoalmente impressionante – estavam em excelente posição para agir como condutas para grandes quantidades de dinheiro cedidas por benfeitores sauditas; inevitavelmente, o seu acesso a estes recursos, por sua vez, tornou-os importantes figuras dentro do movimento *mujahidin*.[\[113\]](#) Só mais tarde se tornaria claro o que isso significava.

O apoio chinês à resistência também tinha implicações de longo prazo. A China declarara a sua oposição à invasão soviética logo desde o início, vendo uma política expansionista com consequências desconfortáveis. A jogada da União Soviética, em 1979, era uma «ameaça à paz e à segurança na Ásia e no mundo inteiro», segundo um jornal diário chinês da altura; o Afeganistão não era o verdadeiro objetivo dos soviéticos, que tencionavam usar o país simplesmente como um «ponto de partida para um avanço até sul, rumo ao Paquistão e todo o subcontinente». [\[114\]](#)

Aqueles que resistiam ao exército soviético eram também ativamente cortejados por Pequim, a quem davam armas em volumes que cresceram regularmente nos anos de 1980. Com efeito, quando as tropas norte-americanas capturaram bases dos talibãs e da Al-Qaeda em Tora Bora, em

2001, descobriram grandes pilhas de lança-granadas-foguetes e lançadores múltiplos de foguetes, juntamente com minas e espingardas que haviam sido enviadas para o Afeganistão duas décadas antes. Tomando medidas que também viria a lamentar, a China encorajou, recrutou e treinou muçulmanos uigures em Xinjiang, antes de os ajudar a estabelecer contacto e ir ao encontro dos *mujahidins*.[\[115\]](#) A radicalização da China Ocidental tornou-se problemática desde então.

O forte patrocínio ajudou a resistência ao Exército Vermelho a crescer, e os soviéticos viram-se rechaçados e a sofrer graves perdas de equipamento, soldados – e dinheiro. Em agosto de 1986, cerca de 40 mil toneladas de munições, no valor de cerca de 250 milhões de dólares, foram destruídas num depósito de armas nas redondezas de Cabul. Seguiu-se o sucesso dos mísseis norte-americanos *Stinger*, que abateram três helicópteros de combate *MI-24* perto de Jalalabad, em 1986, e que provaram ser tão eficazes que mudaram o modo como a cobertura aérea era feita no Afeganistão: os pilotos soviéticos viram-se forçados a mudar os seus padrões de aterragem, e as missões passaram a decorrer preferencialmente à noite, para reduzir as hipóteses de serem abatidos.[\[116\]](#)

Em meados dos anos de 1980, as perspetivas começavam a parecer favoráveis a Washington. Envidara-se um esforço considerável para cultivar Saddam Hussein e fomentar a confiança no Iraque; a situação no Afeganistão melhorava à medida que as forças soviéticas passavam à defensiva – e, por fim, no início de 1989, abandonavam por inteiro o país. Em todos os aspetos, os Estados Unidos haviam conseguido pôr em cheque as tentativas de Moscovo para alargar a sua influência e autoridade no centro da Ásia, mas também construir novas redes próprias, adaptando-se sempre que se viram forçados a fazê-lo. Era uma pena, declarava um documento dos serviços de informação escrito na primavera de 1985, que, dada a «importância história e geoestratégica do Irão», as relações entre Washington e Teerão fossem tão más.[\[117\]](#) Com efeito, um ano antes, o Irão fora oficialmente designado um «Estado Patrocinador do Terrorismo», o que significava um embargo generalizado a exportações e vendas

relacionadas com armas, controlos estritos de tecnologia e equipamento de uso dual e uma série de restrições financeiras e económicas.

Era sem dúvida infeliz, notava outro relatório escrito na mesma altura, que os Estados Unidos não tivessem «cartas para jogar» nas suas relações com o Irão; talvez fosse de considerar uma «política mais arrojada – e talvez mais arriscada», sugeria o autor.^[118] Havia muito a ganhar – para ambos os lados. Com Khomeini agora velho e enfermo, Washington tentava identificar a próxima geração de líderes que subiriam a posições de poder. Segundo alguns relatórios, havia uma «fação moderada» na política iraniana que queria reaproximar-se dos Estados Unidos; o envolvimento com estes moderados ajudaria a encetar laços que se revelariam valiosos no futuro. Também havia a esperança de que o Irão ajudasse a garantir a libertação de reféns ocidentais que estavam nas mãos de terroristas militantes do Hezbollah, no Líbano, no início dos anos de 1980.^[119]

Na perspetiva do Irão, também havia atrativos numa abordagem mais construtiva. A situação em curso no Afeganistão, onde os interesses iranianos e norte-americanos se conjugavam claramente, parecia um ponto de partida promissor, um sinal de que a cooperação era não apenas possível, mas também profícua. Além disso, o Irão estava ansioso por avançar e estabelecer melhores relações por outras razões. Uma das quais eram os mais de dois milhões de refugiados que haviam passado a fronteira desde 1980. A sua entrada no país não era fácil de absorver, o que significava que a liderança em Teerão estaria talvez mais predisposta a cultivar amizades que poderiam reduzir a volatilidade na região.^[120] Entretanto, o Irão tinha dificuldades em encontrar equipamento militar numa altura em que continuava envolvido em sérias lutas com o Iraque. Apesar de a maré ter virado a seu favor e a despeito das extensas compras de armas no mercado negro, encontrar armas e peças junto dos Estados Unidos era cada vez mais apelativo.^[121] Fizeram-se aproximações para abrir canais de comunicação.

Os encontros iniciais foram irritadiços, difíceis e desconfortáveis. Determinados em conquistar os iranianos, os norte-americanos apresentaram o que, mais tarde, se revelou serem «informações reais e enganadoras» sobre as intenções soviéticas quanto ao Irão, focando-se,

acima de tudo, nos putativos desígnios territoriais da União Soviética em partes do país, num esforço para convencer o Irão de que o alinhamento com os Estados Unidos tinha benefícios óbvios.^[122] À medida que as discussões avançavam, porém, também avançavam os fluxos de informação sobre matérias que interessavam particularmente aos Estados Unidos – como o valor de combate do equipamento soviético. Os norte-americanos seguiam esses assuntos sempre com especial atenção, e com efeito pagaram 5000 dólares para adquirir uma espingarda de assalto *AK-47* capturada no Afeganistão pouco depois de esta ter sido introduzida pelo exército soviético.^[123] Os norte-americanos ouviam com cuidado os combatentes afegãos quando avaliavam os méritos, limitações e vulnerabilidades do tanque *T-72* e do helicóptero de assalto *MI-24 «Krokodil»*; ficaram a saber acerca do uso intensivo de *napalm* e outros gases venenosos pelos soviéticos; e descobriram também que as forças especiais *Spetsnaz* em operação em todo o país eram particularmente eficazes, provavelmente em resultado da melhor formação que haviam recebido quando comparada com a dos soldados regulares do Exército Vermelho.^[124] Este viria a ser um manual útil duas décadas mais tarde.

Havia uma natural confluência de interesses entre o Irão e os Estados Unidos. As declarações dos negociadores iranianos segundo as quais «a ideologia soviética opõe-se diretamente à do Irão» entravam em concordância com as atitudes norte-americanas quanto ao comunismo, que podiam ser expressas com a mesma ênfase. Que a União Soviética estivesse a dar um substancial apoio militar ao Iraque nesta altura era também crucial. «Os soviéticos», disse uma figura de vulto durante as discussões, «estão a matar soldados iranianos.»^[125] No lapso de poucos anos, o Irão e os Estados Unidos talvez não tenham passado de inimigos figadais a grandes amigos, mas estavam cada vez mais dispostos a pôr as diferenças de lado e a trabalhar em prol de um objetivo comum. Esta tentativa de abrir caminho por entre as rivalidades das grandes potências era uma política clássica, que anteriores gerações de diplomatas e líderes iranianos teriam reconhecido de imediato.

Predispostos a cimentar a relação, os Estados Unidos começaram a enviar armas para o Irão infringindo o seu próprio embargo e apesar de pressionarem governos estrangeiros a não venderem armas a Teerão. Alguns opuseram-se a este desenvolvimento, incluindo o secretário de Estado George Shultz, que fez notar que a iniciativa poderia levar a uma vitória do Irão e «a uma renovada energia no sentimento antiamericano em toda a região».[126] Outros defendiam que era no interesse dos norte-americanos que o Irão e o Iraque se exaurissem mutuamente. Richard Murphy, um dos delegados de Schultz, declarou em audiências do Congresso no ano anterior que «uma vitória do [Irão ou do Iraque] não é militarmente exequível nem estrategicamente desejável» – opinião que teve eco em comentários de altos oficiais da Casa Branca.[127]

A primeira consignação de cem sistemas de mísseis com tubo lançador oticamente guiado por fio (TOWS) foi enviada no verão de 1985. As armas foram enviadas por um intermediário predisposto a construir laços com Teerão: Israel.[128] As relações amigáveis parecem surpreendentes do ponto de vista do início do século ^{xxi}, quando os líderes iranianos apelam rotineiramente a que Israel seja «apagado do mapa». Mas, em meados dos anos de 1980, as relações eram tão próximas que o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, pôde declarar: «Israel é o maior amigo do Irão, e não tencionamos mudar de posição.»[129]

A vontade de Israel de participar no programa de armas norte-americano devia muito ao seu desejo de manter o Iraque numa posição em que este se visse forçado a focar a atenção firmemente no seu vizinho a oriente – em vez de contemplar agir noutros lados. Não obstante, havia consideráveis pontos sensíveis na combinação com o Irão. A proposta norte-americana envolvia que Israel enviasse material bélico e equipamento norte-americanos para Teerão antes de ser compensado por Washington. Em consequência, o governo israelita pediu – e recebeu – confirmação de que o esquema fora aprovado ao mais alto nível nos Estados Unidos. Com efeito, tinha a aprovação direta e pessoal do próprio presidente Reagan.[130]

Entre o verão de 1985 e o outono de 1986, o Irão recebeu várias grandes remessas dos Estados Unidos, incluindo mais de dois mil mísseis *TOW*,

dezoito mísseis antiaéreos *Hawk* e duas consignações de peças sobresselentes para os sistemas *Hawk*.^[131] Não foram todos entregues por Israel, pois os envios não tardaram em ser feitos diretamente, ainda que, no processo, as águas se tornassem mais turvas quando os proventos das vendas foram usados para financiar os contras, na Nicarágua. Desde a crise dos mísseis cubana, Washington receava a ameaça do comunismo nas cercanias dos Estados Unidos e estava predisposta a financiar grupos dinâmicos capazes de agir como verdadeiros baluartes contra a retórica e política de esquerda – e passando em silêncio as suas falhas. Os contras, que eram, na verdade, um grupo heteróclito de rebeldes muitas vezes em conflito entre si, eram um grande beneficiário da doutrina norte-americana anticomunista – e da cegueira da sua política externa. Numa imagem em espelho da forma como as ações públicas e privadas dos Estados Unidos diferiam no Médio Oriente, estava a ser dada ajuda a forças da oposição na América Central, ainda que a legislação especificamente proibisse o governo norte-americano de o fazer.^[132]

A situação atingiu o seu auge no final de 1986, quando uma série de fugas de informação revelou o que se estava a passar. O escândalo ameaçou derrubar o presidente. A 13 de novembro, o presidente Reagan dirigiu-se à nação em horário nobre sobre «um assunto extremamente sensível e profundamente importante de política externa». Era o momento do tudo ou nada, que requeria todo o seu charme. O presidente queria evitar pedir desculpas ou parecer defensivo; o mais necessário era uma explicação. Os seus comentários resumem na perfeição a importância dos países desta região – e da necessidade da América de os influenciar a todo o custo.

«O Irão», disse a espectadores hipnotizados, «engloba alguma da geografia mais crítica do mundo. Está entre a União Soviética e o acesso às águas quentes do oceano Índico. A geografia explica por que razão a União Soviética enviou um exército até ao Afeganistão para dominar esse país e, se pudessem, o Irão e o Paquistão. A geografia do Irão confere-lhe uma posição crítica a partir da qual os adversários poderiam interferir com os fluxos de petróleo vindos dos Estados árabes que perfazem o Golfo Pérsico. Além da geografia, os depósitos petrolíferos do Irão são importantes a

longo prazo para a saúde da economia do mundo.» Isto justificava «a transferência de pequenas quantidades de armas defensivas e peças sobresselentes», disse. Sem especificar precisamente o que fora enviado para Teerão, declarou que «estas modestas remessas, todas juntas, podiam facilmente caber num único avião de carga». Tudo o que tentara fazer fora trazer «um fim honrado aos seis anos sangrentos de guerra» entre o Irão e o Iraque, «para eliminar o terrorismo patrocinado por Estados» e «para garantir o regresso em segurança de todos os reféns».[133]

Este desempenho fez pouco para evitar a espetacular queda nas sondagens de Washington quando se tornou conhecido que os Estados Unidos haviam vendido armas ao Irão no que parecia ser uma troca direta pelo regresso de reféns norte-americanos. As coisas tornaram-se ainda mais tóxicas quando se soube que aqueles que estavam envolvidos na iniciativa Irão-Contra tinham estado a rasgar documentos que testemunhavam as ações clandestinas e ilegais que o próprio presidente autorizara. Reagan compareceu diante de uma comissão designada para investigar o assunto, onde alegou que a sua memória não era suficientemente boa para se lembrar se autorizara ou não a vendas de armas ao Irão. Em março de 1987, fez um novo discurso televisivo, desta vez para expressar o seu descontentamento com «as atividades prosseguidas sem o meu conhecimento» – uma declaração que pouco tinha que ver com a verdade, como Reagan notou. «Alguns meses atrás, disse ao povo norte-americano que não troquei armas por reféns. O meu coração e as minhas melhores intenções ainda me dizem que isso é verdade, mas os factos e provas dizem o contrário.»[134]

Estas revelações embaraçosas tiveram consequências que se adentraram pela administração Reagan, onde uma série de figuras de alto nível foi subsequentemente indiciada por crimes que iam da conspiração ao perjúrio e à sonegação de provas. Entre estas figuras contavam-se Caspar Weinberger, secretário da Defesa; Robert McFarlane, Consultor de Segurança Nacional, bem como o seu sucessor, John Poindexter; Elliott Abrams, subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos; e vários altos oficiais da CIA incluindo Clair George, subdiretor de operações. Este

ilustre elenco mostra quão longe os Estados Unidos estavam dispostos a ir para garantir a sua posição no coração do mundo.^[135]

Como também o mostra o facto de as acusações não serem mais do que decorativas: todas as figuras de vulto receberam, mais tarde, um perdão presidencial por George H. W. Bush ou viram as suas condenações serem retiradas na Consoada de 1992. «O denominador comum das suas motivações – quer as suas ações estivessem certas ou erradas», lia-se na justificação, «foi o patriotismo.» O impacto nas suas finanças pessoais, carreiras e famílias, prosseguia o presidente, «era vastamente desproporcionada em relação a quaisquer erros de conduta ou de discernimento que possam ter cometido».^[136] Muitos daqueles que foram perdoados já tinham sido acusados de perjúrio ou de sonegação de provas pelo Congresso, ao passo que o julgamento de Weinberger estava marcado para começar duas semanas mais tarde. Era um caso clássico de elasticidade da justiça e de os fins justificarem os meios. As ramificações iam muito além de Washington.

Saddam Hussein ficou apoplético quando as relações dos Estados Unidos com o Irão se tornaram públicas – numa altura em que o Iraque acreditava que estava a ser apoiado por Washington contra o seu vizinho e rival. Numa série de encontros decorridos imediatamente depois do primeiro discurso televisivo de Reagan, em novembro de 1986, para discutir o que o presidente dissera, Saddam pontificou sobre como a venda de armas representava uma miserável «punhalada nas costas» e como a conduta dos Estados Unidos estabelecia um novo ponto baixo do «comportamento vergonhoso e imoral».^[137] Os Estados Unidos estavam determinados a «derramar mais sangue [iraquiano]», concluiu, ao passo que outros concordavam que só se descobrira a ponta do icebergue. Era inevitável, comentou uma figura de vulto semanas mais tarde, que os Estados Unidos continuassem a conspirar contra o Iraque; era típico das potências imperialistas, concordou o vice-primeiro-ministro Tariq Aziz.^[138] A raiva e sensação de traição eram palpáveis. «Não confiem nos norte-americanos – os norte-americanos são mentirosos – não confiem nos norte-americanos»,

ouve-se uma voz a implorar em cassetes áudio recuperadas de Bagdade mais de vinte anos depois.[\[139\]](#)

O escândalo *Irangate* custou cargos em Washington, mas desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento de uma mentalidade de cerco no Iraque em meados dos anos de 1980. Desiludido pelos Estados Unidos, Saddam e os seus oficiais viam agora conspirações em toda a parte. O líder iraquiano começou a falar de uma quinta coluna e de lhes cortar as gargantas se os encontrasse; outros países árabes cujas relações com o Irão ou os Estados Unidos pareciam demasiado próximas foram subitamente vistos com crescente suspeita. Como concluiu mais tarde um relatório norte-americano de alto nível, Saddam convencera-se depois do *Irangate* que «Washington não merecia confiança e que procurava apanhá-lo em pessoa».[\[140\]](#)

A crença de que os Estados Unidos estavam dispostos a jogar nos bastidores estava longe de ser infundada. Os norte-americanos tinham-se preparado para uma relação de amizade com o xá; agora, tentavam cimentar relações com o regime do aiatola Khomeini. Foi dado um substancial apoio militar e económico a um grupo de figuras pouco recomendáveis no Afeganistão graças apenas à longa rivalidade dos Estados Unidos com a União Soviética. O próprio Saddam fora aliciado quando isso conviera aos decisores políticos em Washington. Pôr em primeiro lugar os interesses norte-americanos não era o problema; a questão estava em que conduzir uma política externa ao estilo imperialista exigia mais tato – e maiores reflexões sobre as consequências a longo prazo. Em cada caso, na luta no final do século xx pelo controlo dos países das Rotas da Seda, os Estados Unidos estavam a estabelecer acordos à pressa, resolvendo os problemas de hoje sem se preocuparem com os problemas de amanhã – e, em alguns casos, criando a base de problemas muito mais difíceis. O objetivo de escorraçar os soviéticos do Afeganistão fora atingido; mas pouco se pensara no que aconteceria a seguir.

A realidade crua do mundo que os Estados Unidos haviam criado era demasiado óbvia no Iraque, no final dos anos de 1980 e em 1990. Os embaixados oficiais norte-americanos fizeram o que podiam depois do desastre

do *Irangate* para «reconquistar credibilidade junto dos Estados árabes», nas palavras do secretário da Defesa.^[141] No caso do Iraque, tal significava atribuir facilidades de crédito extraordinárias, desenvolver iniciativas para fomentar o comércio – incluindo abrandar as restrições sobre o uso dual e outras exportações de alta tecnologia – e financiar o parco setor agrícola do Iraque. Tomaram-se todas estas medidas para restabelecer a confiança junto de Saddam.^[142] Na verdade, foram entendidas de outro modo em Bagdade: ainda que o líder iraquiano aceitasse os acordos que lhe estavam a propor, pensava que eram parte de uma outra armadilha – talvez o prelúdio a um ataque militar, talvez parte de uma tentativa para fazer subir a pressão numa altura em que fazer face às dívidas contraídas durante a Guerra Irão-Iraque se tornava um problema.

Os iraquianos, declarou o embaixador norte-americano em Bagdade, estavam «plenamente convencidos de que os Estados Unidos [...] têm o Iraque como alvo. Queixaram-se disso o tempo todo [...]. E penso que Saddam acreditava genuinamente na ideia».^[143] No final de 1989, começaram a espalhar-se rumores entre a liderança iraquiana de que os Estados Unidos estavam a planear um golpe contra Saddam Hussein. Tariq Aziz disse ao secretário de Estado norte-americano, James Baker, frontalmente, que o Iraque tinha provas de que os Estados Unidos planeavam derrubar Saddam.^[144] A mentalidade de cerco transformara-se numa paranoia tão aguda que qualquer medida tomada pelos Estados Unidos se prestava a ser mal-entendida.

Não era difícil perceber as apreensões do Iraque – especialmente depois de as garantias de empréstimos que haviam sido prometidas por Washington terem sido abruptamente canceladas em julho de 1990, quando as tentativas da Casa Branca de canalizar apoio financeiro para Bagdade foram inviabilizadas pelo Congresso. Pior, além de retirar 700 milhões de dólares em financiamento, foram impostas sanções para castigo pelo uso de gás venenoso pelo Iraque no passado. Do ponto de vista de Saddam, este era um caso em que a História se repetia: os Estados Unidos prometiam uma coisa e faziam outra – e agiam desonestamente.^[145]

Nesta altura, as forças iraquianas estavam reunidas no sul do país. «Normalmente, não teríamos nada que ver com o assunto», disse a embaixadora norte-americana em Bagdade, April Glaspie, quando se encontrou com Saddam Hussein, a 25 de julho de 1990. Um dos mais condenatórios documentos do final do século ^{xx}, uma transcrição do encontro da embaixadora norte-americana com o líder iraquiano, mais tarde sujeita a uma fuga de informação, revela que Glaspie disse a Saddam que tinha «instruções diretas do presidente Bush para melhorar as relações com o Iraque», sublinhando com admiração os «extraordinários esforços de Saddam para reconstruir o seu país». Não obstante, disse Glaspie ao líder iraquiano, «sabemos que precisam de fundos».

O Iraque atravessava tempos difíceis, admitiu Saddam, que foi «cordial, razoável e até afável durante a reunião», segundo um memorando separado que mais tarde também foi tornado público.^[146] A perfuração angular de gás, antigas disputas fronteiriças e o preço reduzido do petróleo representavam todos problemas para a economia, disse – assim como as dívidas contraídas na guerra com o Irão. Havia uma solução potencial, disse Saddam. Controlar a hidrovia de Shatt al-Arab, uma região pela qual o Iraque estava envolvido numa antiga disputa com o Koweit, ajudaria a resolver alguns dos problemas atuais. «Qual é a opinião dos Estados Unidos sobre isso?», perguntou.

«Não temos opinião sobre os vossos conflitos entre países árabes, como seja a disputa com o Koweit», replicou a embaixadora. E clarificou: «o secretário [de Estado James] Baker pediu-me que enfatizasse a instrução, dada pela primeira vez ao Iraque em 1960, de que o assunto do Koweit não está associado aos Estados Unidos.»^[147] Saddam pedira luz verde aos Estados Unidos, e recebera-a. Na semana seguinte, invadiu o Koweit.

As consequências revelaram-se catastróficas. No curso das três décadas seguintes, os assuntos mundiais seriam dominados por eventos ocorridos em países que pontuam a espinha da Ásia. A luta por controlo e influência nestes países produziu guerras, insurreições e terrorismo internacional – mas também oportunidades e perspetivas, não apenas no Irão, Iraque e Afeganistão, mas também numa cintura de países estendendo-se do mar

Negro, da Síria à Ucrânia, do Cazaquistão ao Quirguistão, do Turquemenistão ao Azerbaijão e da Rússia à China. A história do mundo centrou-se sempre nestes países. Mas desde o tempo da invasão do Koweit, tudo tem dependido do surgimento da Nova Rota da Seda.

Rota para a tragédia

A invasão do Koweit em 1990 desencadeou uma extraordinária sequência de eventos, que definiu o final do século ^{xx} e início do século ^{xxi}. Saddam em tempos impressionara os britânicos como sendo um «jovem apresentável», com um «sorriso cativante» e nenhuma da «afabilidade superficial» de muitos dos seus colegas; gostava de falar «sem rodeios». Era um homem, concluiu o embaixador britânico em Bagdade no final dos anos de 1960, «com quem, se ao menos o conseguíssemos ver mais amiúde, se pode negociar».[1] Visto pelos franceses como um «De Gaulle árabe», um homem cujo «nacionalismo e socialismo» haviam sido admirados pelo presidente Jacques Chirac, Saddam era alguém em quem os Estados Unidos tinham estado dispostos a apostar no início dos anos de 1980 na tentativa de melhorar o que Donald Rumsfeld chamou «a postura dos Estados Unidos na região».[2]

O ataque ao Koweit, disse Saddam Hussein aos seus consultores mais próximos em dezembro de 1990, era uma forma de autodefesa no rescaldo do escândalo *Irangate* e das revelações do jogo duplo dos Estados Unidos. [3] Não era assim que o resto do mundo via a situação. Depois da invasão, depressa se aplicaram sanções económicas, com as Nações Unidas a exigir uma retirada imediata dos iraquianos. Quando Bagdade simplesmente ignorou a crescente pressão diplomática, gizaram-se planos para resolver a questão de forma decisiva. A 15 de janeiro de 1991, o presidente George H. W. Bush autorizou o uso de ação militar «na prossecução das minhas

responsabilidades e autoridade garantidas pela Constituição como presidente e chefe de Estado-Maior e ao abrigo das leis e dos tratados dos Estados Unidos». A frase de abertura da Diretiva Nacional 54, que aprovava o uso de força pelos Estados Unidos «através de forças militares convencionais aéreas, marítimas e terrestres, em coordenação com as forças dos nossos parceiros de coligação», conspicuamente não mencionava a agressão iraquiana, a violação da soberania territorial do Koweit ou a lei internacional. Em vez disso, num comunicado que marcava o tom da política externa norte-americana nas três décadas seguintes, o presidente declarou o seguinte: «O acesso ao petróleo do Golfo Pérsico e a segurança de Estados amigos na área são vitais para a segurança nacional dos Estados Unidos.»[4] A invasão do Koweit por Saddam Hussein era um desafio direto ao poder e interesses norte-americanos.

Seguiu-se um ambicioso assalto, com tropas providas de uma coligação ampla de países liderada pelo general Norman Schwarzkopf – cujo pai ajudara a proteger o Irão ao serviços dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial e desempenhara um papel não só na Operação Ajax, que depôs Mossadegh, mas também na formação da Savak, o serviço de informações iraniano que aterrorizou a sua própria população de 1957 a 1979. Os ataques aéreos aliados tinham por alvo instalações-chave de defesa, comunicação e armamento, à medida que as forças terrestres avançavam pelo sul do Iraque e Koweit na Operação Tempestade no Deserto. A expedição foi espetacular, mas também rápida. Seis semanas após o início das operações em janeiro de 1991, o presidente Bush declarou um cessar-fogo, notando num discurso televisivo a 29 de fevereiro que «o Koweit foi libertado. O exército do Iraque foi derrotado. Os nossos objetivos militares foram cumpridos. O Koweit está de novo nas mãos dos seus cidadãos, que controlam o seu destino». Não era «um tempo de euforia, certamente não era um tempo de vanglória», prosseguiu. «Temos agora de olhar para lá da vitória e da guerra.»[5]

Bush subiu extraordinariamente nas sondagens, ultrapassando os níveis estratosféricos atingidos pelo presidente Truman no dia da rendição alemã em 1945.[6] A razão para tal prendia-se, em parte, com o facto de os

objetivos da guerra terem sido claramente definidos e rapidamente executados, com poucas perdas de vidas por parte das forças da coligação. Os Estados Unidos haviam excluído o objetivo de derrubar Saddam Hussein, com receio de que este usasse «armas químicas, biológicas ou nucleares», patrocinasse ataques terroristas ou destruísse campos petrolíferos do Koweit – caso em que, disse o presidente Bush, «passará a ser um objetivo distinto dos Estados Unidos o de substituir a atual liderança do Iraque».[7]

A decisão de pôr um fim à ação militar o mais cedo possível foi muito admirada no mundo de língua árabe e mais além – apesar do facto de as forças iraquianas terem sabotado muitos poços petrolíferos do Koweit, incendiando-os. Isto foi ignorado, em parte, porque se sentia que um avanço para a capital iraquiana teria sido «uma extensão da missão» inaceitável, escreveu o presidente num livro de que o seu consultor de Segurança Nacional, Brent Scowcroft, foi coautor no final dos anos de 1990. Além de antagonizar os aliados do mundo árabe e noutros lados, reconheceu-se que estender a guerra terrestre para o Iraque e «tentar eliminar Saddam» teria um custo demasiado elevado.[8]

«Tomámos a decisão de não avançar para Bagdade», concordou Dick Cheney, secretário da Defesa, num discurso no Discovery Institute, em 1992, «porque isso nunca fora um objetivo nosso. Não era aquilo a que os [Estados Unidos] se haviam proposto, não era aquilo a que o Congresso se havia proposto, não era isso que visava a coligação». Além do mais, prosseguiu, os Estados Unidos não queriam «ser arrastados para os problemas de tentar assumir a liderança e governar o Iraque». Derrubar Saddam teria sido difícil, «e a questão que eu me punha», concedeu, «era a de saber quantas mais baixas norte-americanas vale Saddam? E a resposta é: não muitas».[9]

Tentar conter Saddam Hussein ao invés de o derrubar era a posição pública. Em privado, a história era diferente. Em maio de 1991, apenas poucas semanas depois de acordado o cessar-fogo, o presidente Bush aprovou um plano para «criar as condições de remoção de Saddam Hussein do poder». Para o levar a cabo, o presidente reservou uma substancial soma

para operações clandestinas: 100 milhões de dólares.[\[10\]](#) Desde a década de 1920, os Estados Unidos haviam estado envolvidos no estabelecimento de regimes que convinham aos seus interesses estratégicos mais amplos. Washington mostrava agora outra vez que estava disposta a considerar uma mudança de regime para impor a sua visão nesta parte do mundo.

A ambição musculada dos Estados Unidos nesta altura foi provavelmente atizada pelas profundas mudanças geopolíticas testemunhadas no início dos anos de 1990. O Muro de Berlim havia caído pouco antes da invasão do Kuwait, e, nos meses após a derrota do Iraque, a própria União Soviética entrou em colapso. No dia de Natal de 1991, o presidente Mikhail Gorbachev demitiu-se de presidente da União Soviética e anunciou a dissolução da União Soviética em quinze Estados independentes. O mundo assistia a «mudanças de proporções quase bíblicas», disse o presidente Bush ao Congresso algumas semanas mais tarde. «Pela graça de Deus, a América venceu a Guerra Fria.»[\[11\]](#)

Na Rússia, a transição desencadeou uma furiosa batalha pelo controlo que terminou numa crise constitucional e na deposição da velha guarda, depois de os tanques do exército terem disparado sobre a Casa Branca, em Moscovo, a sede do governo russo, em 1993. Este foi também um período de grande transição na China, à medida que as reformas introduzidas por Deng Xiaoping e outros após a morte de Mao Zedong, em 1976, começaram a surtir efeito – transformando o país de uma potência regional isolada numa potência com crescentes ambições económicas, militares e políticas.[\[12\]](#) A opressiva política do *apartheid* também entrava, por fim, em colapso na África do Sul. Os tambores da liberdade, paz e prosperidade pareciam rufar sonora e triunfantemente.

O mundo estivera, em tempos, dividido em dois, disse o presidente numa sessão do Senado e da Câmara dos Representantes. Havia, agora, «uma única potência proeminente: os Estados Unidos da América».[\[13\]](#) O Ocidente triunfara. Agir de forma moralmente ambígua no Iraque era permitido já que o principal propósito evangélico era o de acelerar a

disseminação da pedra de toque e dádiva do Império Norte-Americano: a democracia.

No curso da década que se seguiu à invasão do Kuwait, assim, os Estados Unidos aplicaram uma política que era, a um tempo, ambígua e ambiciosa. Repetiam o mantra de libertar países como o Iraque e promover o conceito e a prática da democracia; mas também procuravam, ciosa e, por vezes, brutalmente, proteger e promover os seus interesses neste mundo em rápida mudança, quase a qualquer custo. No Iraque, a resolução das Nações Unidas 687, aprovada no rescaldo da Guerra do Golfo, incluía medidas relacionadas com a soberania do Kuwait, mas também aplicava sanções à «venda ou fornecimento [...] de bens ou produtos além de medicamentos e cuidados de saúde», sendo os bens alimentares igualmente excluídos.^[14] Estas medidas tencionavam forçar o desarmamento, incluindo o fim de programas de armas biológicas e químicas, e forçar o acordo no reconhecimento da soberania do Kuwait. Com vastas restrições às exportações e transações financeiras iraquianas, o impacto foi devastador – especialmente sobre os pobres. Estimativas iniciais da *Lancet* sugeriam que 500 mil crianças morreram de subnutrição e doença como resultado direto destas políticas em cinco anos.^[15] Em 1996, Leslie Stahl entrevistou Madeleine Albright, embaixadora dos Estados Unidos na ONU, no programa de televisão *60 Minutes* e declarou que, em resultado das sanções, haviam morrido mais crianças no Iraque do que em Hiroxima, em 1945. «Creio que é uma escolha muito difícil», respondeu Albright; não obstante, prosseguiu, «pensamos que vale a pena pagar esse preço».^[16]

As sanções não foram a única medida tomada contra o Iraque depois do cessar-fogo. Foram impostas zonas de interdição aérea a norte do Paralelo 36 e a sul do Paralelo 32 (mais tarde, abrangendo o 33.º Paralelo) pouco depois de acordado o cessar-fogo – patrulhadas por cerca de 200 mil missões de vigilância armadas em aviões de guerra dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha nos anos de 1990.^[17] Estas zonas de interdição aérea, que cobriam entre si mais de metade do território iraquiano, visavam ostensivamente proteger a minoria curda no norte e a população xiita do sul. Que tenham sido impostas unilateralmente, sem um mandato do Conselho

de Segurança da ONU, mostrava que o Ocidente estava disposto a interferir nos assuntos internos de outro país e tomar as rédeas do problema quando lhe convinha.[\[18\]](#)

O mesmo foi demonstrado outra vez em 1998, quando o presidente Clinton aprovou a Lei de Libertação do Iraque, segundo a qual era uma política formal «dos Estados Unidos apoiar esforços para derrubar o regime liderado por Saddam Hussein do poder no Iraque e promover o surgimento de um governo democrático que substitua esse regime».[\[19\]](#) Clinton também anunciou que se iriam disponibilizar 8 milhões de dólares para «a oposição democrática iraquiana», com o objetivo expresso de permitir às vozes dissonantes que se opõem a Saddam «unificar-se [e] trabalhar em conjunto de forma mais eficaz».[\[20\]](#)

As tentativas dos Estados Unidos e dos seus aliados para obterem o que queriam não se limitavam ao Iraque. O presidente Clinton fez aberturas à liderança iraniana, por exemplo, numa tentativa de abrir o diálogo e melhorar as relações que haviam entrado numa espiral descendente no rescaldo do *Irangate* e depois de o *USS Vincennes* ter catastroficamente abatido um avião de passageiros iraniano, em 1988. Ainda que a extensão das represálias levadas a cabo por Teerão não seja evidente, múltiplos indícios sugerem uma extensa série de ataques terroristas perpetrada contra alvos norte-americanos – incluindo, possivelmente, o ataque ao Pan Am 103 sobre Lockerbie, em dezembro de 1988, e, também, o bombardeamento de uma base norte-americana perto de Dhahran, na Arábia Saudita, em 1996.[\[21\]](#)

Depois de uma investigação norte-americana ter veementemente sugerido o envolvimento iraniano no último caso, o presidente Clinton protestou com o presidente Khatami numa carta entregue por um intermediário no final dos anos de 1990. Os iranianos responderam agressivamente, ignorando as queixas norte-americanas de cumplicidade iraniana nas mortes de dezanove soldados como sendo «incorretas e inaceitáveis». Além disso, era desonesto, prosseguia a resposta, que os Estados Unidos se dissessem ultrajados com os ataques terroristas, dado que nada haviam feito para «acusar ou extraditar os cidadãos norte-americanos prontamente

identificados que eram responsáveis pela destruição do avião civil iraniano» uma década antes. Não obstante, Teerão oferecia esperanças para o futuro. O presidente deveria confiar, rezava a resposta, que o Irão «não tinha intenções hostis quanto aos norte-americanos». Com efeito, o povo iraniano não guardava inimizade e tinha [além disso] respeito pelo grande povo norte-americano».[22]

Este passo em frente encontrou eco no Afeganistão, onde os canais de comunicação se abriram com o regime de linha dura talibã, depois de o Líder Supremo, o mulá Omar, ter entrado em contacto através de um intermediário, em 1996. Mais uma vez, os primeiros sinais eram promissores. «Os talibãs têm os Estados Unidos em alta conta», disse um alto líder talibã, segundo um relatório confidencial do primeiro encontro que foi preparado pela embaixada norte-americana em Cabul; além do mais, o apoio fornecido por Washington «durante a *jihad* contra os soviéticos» não fora esquecido. Acima de tudo, «os talibãs querem boas relações com os Estados Unidos».[23] Esta mensagem conciliatória dava azo ao otimismo, assim como o facto de os Estados Unidos terem contactos e velhos amigos localmente, que poderiam revelar-se úteis. Um desses contactos era o senhor da guerra Jalaluddin Haqqani, um antigo ativo da CIA desde a invasão soviética, cujas atitudes (relativamente) liberais quanto às políticas sociais e os direitos das mulheres foram notadas num memorando que sublinhava a sua crescente importância junto dos talibãs. [24]

Os Estados Unidos ocupavam-se primariamente com o papel do Afeganistão como terreno fértil para militantes e terroristas. Os talibãs haviam conquistado o controlo de Cabul ao longo de 1996, desencadeando um crescente alarme nos países vizinhos sobre uma possível instabilidade regional, uma maré de fundamentalismo religioso e a perspectiva de a Rússia ser atraída para uma região de onde acabara de recuar depois do colapso da União Soviética.

Estas preocupações foram colocadas num encontro de alto nível com altas figuras dos talibãs, em Kandahar, em outubro de 1996. Os oficiais norte-americanos receberam garantias de que os campos de treino militante

havam sido encerrados e que se lhes permitiria o acesso para provar que era esse o caso. Os oficiais talibãs, que incluíam o mulá Ghous, ministro, de facto, dos Negócios Estrangeiros, responderam encorajadoramente quando lhes foram dirigidas perguntas sobre Osama bin Laden, cujas atividades preocupavam crescentemente os serviços de informação norte-americanos. A CIA estabeleceu a ligação entre Bin Laden e os ataques a soldados norte-americanos na Somália, em 1992, o ataque bombista ao World Trade Center de Nova Iorque, em 1993, e a criação de uma «rede de centros de recrutamento e casas de abrigo da Al-Qaeda no Egito, Arábia Saudita e Paquistão». Nas palavras de um relatório dos serviços de informação, era «um dos mais importantes patrocinadores financeiros das atividades extremistas islâmicas em todo o mundo».[25]

«Seria útil», disseram os oficiais norte-americanos aos representantes afegãos, «se os talibãs nos pudessem dizer onde está ele e garantissem que ele não poderá praticar ataques [terroristas].» Os oficiais afegãos responderam que Bin Laden estava «connosco como hóspede, como refugiado» e, enquanto tal, havia uma obrigação de «tratar um hóspede com respeito e hospitalidade», de acordo com a cultura pastó. «Os talibãs», disseram, «não permitirão que ninguém use o [nosso] território para atividades terroristas». Em qualquer caso, Bin Laden «prometera que não cometeria [ataques terroristas] enquanto vivesse no Afeganistão» e, além disso, havia aquiescido quando os talibãs suspeitaram do facto de ele viver em cavernas a sul de Jalalabad perto de Tora Bora e lhe disseram que «se mudasse [e] vivesse numa casa normal».[26]

Ainda que à superfície os talibãs oferecessem garantias, não o faziam de forma tão enfática quanto os norte-americanos teriam desejado, instigando uma mudança de tom. «Este homem é veneno», disseram os oficiais norte-americanos aos emissários talibãs veementemente. «Todos os países, mesmo os maiores e mais poderosos como os Estados Unidos, precisam de amigos. [E] o Afeganistão em particular precisa de amigos.» Era um aviso: a implicação era que haveria consequências se Bin Laden se envolvesse em mais ataques terroristas. A resposta do mulá Rabbani, uma alta figura da liderança talibã, foi clara, repetindo o que já tinha sido dito antes. A sua

resposta foi citada na íntegra num telegrama enviado para Washington e copiado nas missões norte-americanas em Islamabad, Karachi, Lahore, Riade e Gidá: «nesta parte do mundo, há uma lei segundo a qual, quando alguém procura refúgio, deverá receber asilo, mas se houver pessoas a perpetrar atividades terroristas, poderão apontá-las; somos razoáveis e não permitiremos que ninguém leve a cabo essas atividades vis.»[27]

Estas garantias nunca foram completamente testadas. E também não se acreditou nelas plenamente. Na primavera de 1998, a CIA estava a trabalhar num plano de captura que envolvia ganhar o apoio e cooperação das «tribos» do Afeganistão naquilo que os planeadores descreveram como uma «operação perfeita». Em maio, «o planeamento para a rendição de [Osama bin Laden] está a correr muito bem», segundo um relatório da CIA muito censurado; desenvolvera-se um esquema que era «detalhado, consequente e realista», ainda que não estivesse isento de riscos. Saber se o plano seria aprovado era outra questão: como disse um dos envolvidos, «as *chances* de a operação obter luz verde [são] de 50-50». Os altos oficiais do exército eram menos otimistas. O comandante da Delta Force alegadamente sentia-se «desconfortável» com certos pormenores do esquema, ao passo que o comandante das Operações Especiais Conjuntas pensava que o plano da CIA estava «acima das suas possibilidades». Ainda que houvesse um «ensaio final graduado da operação», que correu bem, o plano malogrou-se. [28]

Antes de poder ocorrer qualquer tentativa definitiva de lidar com Bin Laden, os eventos viraram decisivamente. A 7 de agosto de 1998, a Al-Qaeda levou a cabo ataques bombistas simultâneos nas embaixadas norte-americanas em Nairobi e Dar-es-Salaam, as maiores cidades do Quênia e da Tanzânia respetivamente, matando 224 pessoas e ferindo milhares. O dedo da suspeita apontou de imediato para Bin Laden.

Em duas semanas, os Estados Unidos agiram, lançando setenta e oito mísseis de cruzeiro contra quatro bases suspeitas da Al-Qaeda no Afeganistão. «O nosso alvo era o terrorismo», disse o presidente Clinton num discurso televisivo a 20 de agosto. «A nossa missão era clara: atacar a rede

de grupos radicais associada com e financiada por Osama bin Laden, talvez o mais proeminente organizador e financiador do terrorismo internacional no mundo dos nossos tempos.» Clinton – na altura a braços com o escândalo sexual que dizia respeito à estagiária Monica Lewinski e que ameaçava derrubar a sua presidência, exigindo um outro discurso televisivo três dias antes – não consultou os talibãs antes de tentar eliminar o homem que estava por detrás dos ataques. Numa tentativa de evitar críticas, disse, no seu discurso, que «quero que o mundo entenda que as nossas ações não visam o islão». Pelo contrário, continuou o presidente, o islão é «uma grande religião».[29]

Já era mau que as tentativas de lidar com Osama bin Laden se revelassem malogradas. Mas também antagonizaram os talibãs, que imediatamente expressaram a sua indignação quanto ao ataque em território afegão e contra um hóspede que não fora provado culpado de envolvimento nos ataques na África Oriental. O mulá Omar declarou que os talibãs nunca «entregariam Bin Laden a ninguém e protegê-lo-iam com o próprio sangue a todo o custo».[30] Como explicava um ponto da situação feito pelos serviços de informação norte-americanos, havia considerável simpatia por Bin Laden e pelo seu extremismo no mundo árabe, onde a mensagem de «injustiça e vitimização» dos povos muçulmanos se aliava à crença popular de que as «políticas norte-americanas instauram regimes corruptos [...] e visam dividir, enfraquecer e explorar o mundo árabe». Poucos concordam com o terrorismo de Bin Laden, concluiu o relatório, mas «muitos partilham pelo menos alguns dos seus sentimentos políticos».[31]

Esta era a posição do próprio mulá Omar, que num notável telefonema ao Departamento de Estado em Washington, três dias após os ataques com mísseis, declarou que os «ataques se revelariam contraproducentes e despertariam sentimentos antiamericanos no mundo islâmico». No curso deste telefonema recentemente desclassificado – o único contacto direto conhecido entre o supremo líder afegão e oficiais norte-americanos –, o mulá Omar fez notar as «correntes dificuldades domésticas» do presidente Clinton – uma referência ao caso Lewinski. Com isto em mente, e para «restabelecer a popularidade dos Estados Unidos no mundo islâmico depois

do desastroso ataque unilateral», disse o mulá Omar, «o Congresso deveria forçar o presidente Clinton a demitir-se».[32]

Os ataques norte-americanos, entretanto, haviam sido denunciados como um ataque «ao povo afegão» por um alto porta-voz dos talibãs, Wakīl Ahmed Mutawakkil. Grandes manifestações antiamericanas decorreram em Kandahar e Islamabad depois do assalto, segundo Ahmed, que discutiu os ataques com oficiais norte-americanos não muito mais tarde. «Se [os talibãs] pudessem ter retaliado com ataques semelhantes contra Washington», declarou, «assim teriam feito».[33] Como com Saddam Hussein quando descobriu que os Estados Unidos haviam vendido armas ao Irão enquanto alegavam apoiar o Iraque, o mais nocivo era a sensação de traição e de duplicidade: os Estados Unidos enviavam mensagens amistosas por um lado e, depois, agiam brutalmente por outro.

Ahmed expressou a sua indignação quanto à magreza das provas que haviam sido apresentadas pelos norte-americanos depois dos ataques militares. A liderança talibã dissera sempre claramente que, se Bin Laden fosse descoberto a conduzir atividades terroristas a partir de território afegão, seriam tomadas medidas contra ele.[34] Com efeito, o mulá Omar pediu ao Departamento de Estado que substanciasse as provas quase imediatamente.[35] Alguns acreditavam que as acusações eram falaciosas, disse o oficial talibã, ao passo que outros apontavam para o facto de Bin Laden «ter sido um guerrilheiro treinado e apoiado pelos Estados Unidos». O que os norte-americanos apresentavam não era mais do que «alguns papéis» que dificilmente constituíam prova; uma cassette de vídeo entregue aos talibãs, que alegadamente «continha novas informações» sobre Bin Laden, era simplesmente embaraçosa – não valia nada enquanto prova.

O ataque foi vergonhoso, disse Ahmed, resultando nas mortes de afegãos inocentes e numa violação da soberania afegã. Se os norte-americanos realmente queriam uma solução para o problema de Bin Laden, concluiu, deveriam falar com os sauditas; se assim fizessem, o assunto resolver-se-ia em «minutos, não horas».[36] Ironicamente, os Estados Unidos haviam chegado à mesma conclusão pelas suas próprias vias, como o mostram uma

série de telegramas diplomáticos, ensaios de investigação e recomendações para conquistar o apoio de Riade.[\[37\]](#)

As repercussões dos ataques norte-americanos foram desastrosas. Nas palavras de um grande estudo dos serviços de informação norte-americanos sobre a ameaça da Al-Qaeda escrito um ano depois, além de ter falhado a tentativa de eliminar Bin Laden, o ataque servira para o estabelecer em grande parte do mundo de língua árabe como uma «vítima que se mantém firme perante a agressão insidiosa». Havia perigos reais na crescente percepção da «arrogância cultural norte-americana»: era também perturbador, avisava o relatório, que o ataque norte-americano «fosse moralmente questionável» e espelhasse aspetos dos ataques bombistas do próprio Bin Laden, em que vítimas inocentes sofriam por causa de uma agenda política que se julgava justificar o uso da força. Em consequência, os «ataques retaliatórios com mísseis de cruzeiro [...] podem, em última análise, revelar-se mais nocivos do que benéficos». Os Estados Unidos também deveriam ter em conta, acrescentava o relatório profeticamente, que os ataques aéreos podiam «provocar uma nova ronda de planos para ataques bombistas terroristas».[\[38\]](#)

Ainda antes de esses ataques acontecerem, a intervenção falhada trouxe resultados pouco bem-vindos. As posições da liderança talibã sobre o mundo exterior endureceram, e as suspeitas sobre a duplicidade do Ocidente enraizaram-se profundamente. Desenvolveu-se uma mentalidade de cerco que serviu para acelerar o desenvolvimento de posições religiosas cada vez mais extremadas, bem como um crescente interesse em exportar a marca do islão radical a nível mundial – ainda que um relatório contemporâneo da CIA julgasse altamente improvável que tal pudesse acontecer eficazmente.[\[39\]](#)

Não obstante, a pressão norte-americana serviu para tornar cada vez mais fundamentalistas as vozes declaradamente conservadoras. Pessoas como o mulá Rabbani, delegado do líder e chefe da Shūrā (Conselho) de Cabul, que receava que não expulsar Bin Laden agravaria o isolamento internacional do Afeganistão, foram superadas pelo mulá Omar, cuja política de linha

dura consistia em não cooperar e não capitular perante estrangeiros. Em consequência, os talibãs aproximaram-se das propostas agressivas de Bin Laden para libertar os muçulmanos do cerco do Ocidente e restaurar um mundo pré-medieval de fantasia.[\[40\]](#)

Este era precisamente o objetivo dos ataques de 11 de setembro. Um relatório dos serviços de informação de 1999 já notara que Bin Laden tinha um «ego grande e inflacionado e [via-se] como um interveniente numa época histórica muito grande e antiga, i. e., vê-se como resistente aos últimos cruzados».[\[41\]](#) Era assim muito revelador que todas as gravações áudio e cassetes de vídeo que divulgou depois do ataque às Torres Gémeas mencionassem as Cruzadas ou os cruzados como pontos de referência. Os revolucionários, muitas vezes, escolhem evocar um passado idealizado, mas poucos olham para trás mil anos como inspiração e justificação de atos terroristas.

Nos meses que antecederam o 11 de Setembro, os serviços de informação apontavam para a cada vez maior ameaça da Al-Qaeda. Um memorando «só para o presidente», com o título ominoso «Bin Ladin [sic] Determinado a Atacar os EUA», e com data de 6 de agosto de 2001 dava conta da conclusão do FBI de que as informações recolhidas em «aproximadamente 70 campos de investigação» a decorrer em todo o país «indicavam padrões de atividade suspeita neste país consistentes com os preparativos para sequestros ou outros tipos de ataque».[\[42\]](#) Os Estados Unidos tinham estado nervosos o suficiente no entretanto para manter aberta a porta ao regime de Cabul, oferecendo garantias de que «os Estados Unidos não estão contra os talibãs [e] não pretendem destruir os talibãs». O problema era Bin Laden. Se esse problema se pudesse resolver, aconselharam os diplomatas norte-americanos na região, «teríamos uma relação diferente».[\[43\]](#)

O problema não se resolveu. Às 8h24 da manhã de 11 de setembro de 2001, tornou-se claro que qualquer coisa estava tremendamente mal. O controlo aéreo havia tentado contactar o voo 11 da American Airlines de Boston para Los Angeles ao longo de onze minutos desde que instruía os pilotos a subir para os 35 mil pés. Quando chegou uma resposta, foi inesperada: «Temos alguns aviões. Estejam quietos e vai correr tudo bem.

Estamos a regressar ao aeroporto.»[44] Às 8h46 no horário da Costa Leste, o Boeing 767 embateu na torre norte do World Trade Center. Na próxima hora e dezassete minutos, três outros aviões de passageiros que haviam sido sequestrados despenharam-se: o United 175 colidiu com a torre sul do World Trade Center; o American 77 embateu no Pentágono; e o US 93 despenhou-se perto de Shanksville, Pensilvânia.[45]

Duas mil novecentas e setenta e sete pessoas morreram a 11 de setembro, a par de dezanove terroristas. O impacto psicológico dos ataques, que levaram ao colapso de ambas as Torres Gémeas e a danos no edifício do Pentágono, foi intenso. Os ataques terroristas cometidos contra embaixadas ou tropas norte-americanas no estrangeiro já eram suficientemente chocantes, mas um ataque coordenado contra alvos no próprio país fora devastador. As terríveis e assombrosas imagens de aviões a serem deliberadamente conduzidos contra edifícios, e as cenas de desastre, caos e tragédia que ocorreram no seu rescaldo exigiam uma resposta imediata e épica. «Estamos a procurar aqueles que estão por detrás destes atos malignos», disse o presidente George W. Bush num discurso televisivo no final do dia dos ataques. «Ordenei a todos os nossos recursos nos serviços de informação e nas comunidades de manutenção da ordem que encontrem os responsáveis e os tragam à justiça. Não faremos distinção», avisou o presidente, «entre os terroristas que cometeram estes atos e aqueles que lhes dão abrigo».[46]

Manifestações de apoio chegaram de todos os cantos do globo – incluindo de países improváveis como Líbia, Síria e Irão, cujo presidente expressou «um lamento profundo e simpatia pelas vítimas», acrescentando que «é um dever internacional tentar minar o terrorismo».[47] Tornou-se imediatamente óbvio que Bin Laden estava por detrás dos ataques – ainda que o embaixador talibã do Paquistão defendesse que ele não teria os recursos necessários para executar um «plano tão bem organizado».[48] Wahil Ahmed Muttawakil disse à emissora do Qatar al-Jazeera, um dia após os ataques, que os talibãs «condenam este ataque terrorista, quem quer que esteja por detrás dele».[49]

Horas após os ataques, esboçavam-se estratégias para lidar com Bin Laden. Um plano de ação concluído na manhã de 13 de setembro estipulava a importância de envolver o Irão e contactar as autoridades no Turcomenistão, Uzbequistão, Quirguistão, Cazaquistão e China – os vizinhos e países próximos do Afeganistão. Estabeleceu-se um plano para «lhes dar nova energia» na semana que se seguiu, com vista a prepará-los para a futura ação militar contra os talibãs.[50] O primeiro passo na resposta ao 11 de setembro foi o de alinhar os países das Rotas da Seda.

Um dos vizinhos do Afeganistão recebeu especial atenção. O Paquistão tinha simpatia e laços próximos com os talibãs que remontavam a uma ou mesmo duas gerações. Os ataques terroristas exigiam, agora, uma escolha inequívoca de Islamabad, ouviu o chefe do serviço de informação paquistanês, «preto no branco [...], sem zonas cinzentas». O país tinha de «alinhar com os Estados Unidos na luta contra o terrorismo ou opor-se a eles».[51]

À medida que as peças se deslocavam até às suas posições para um assalto no Afeganistão, os talibãs receberam um aviso final, ominoso – que foi entregue em pessoa pelo presidente do Paquistão ou pelo seu chefe de segurança. «É do vosso interesse e do interesse da vossa sobrevivência que entreguem todos os líderes da Al-Qaeda, fechem os campos de terroristas e permitam o acesso dos Estados Unidos a instalações de terroristas.» A resposta seria «devastadora» se «alguma pessoa ou grupo de algum modo associado ao Afeganistão» estivesse envolvido nos ataques terroristas aos Estados Unidos. «Todos os pilares do regime talibã», dizia a mensagem abrupta, «serão destruídos».[52] O ultimato era enfático e claro: entreguem Bin Laden ou sofram as consequências.

A despeito de todos os esforços para encontrar Bin Laden e destruir a capacidade da Al-Qaeda, estava mais em jogo do que uma caça ao homem. Com efeito, as atenções em Washington depressa se voltaram para o quadro geral: controlar o centro da Ásia de forma decisiva e adequada. Vozes influentes defendiam que o mais necessário era a total reconfiguração dos países desta região, onde os interesses e segurança dos Estados Unidos melhorariam radicalmente.

Ao longo de décadas, os Estados Unidos haviam aliciado o diabo. Ao longo de décadas, o coração da Ásia fora visto como sendo singularmente importante – tanto assim que, depois da Segunda Guerra Mundial, se tornou rotina referir explicitamente esta região como sendo diretamente relevante para a segurança nacional dos Estados Unidos. A sua localização entre Oriente e Ocidente tornava-a estrategicamente crucial em relação à rivalidade entre superpotências, ao passo que os recursos naturais – acima de tudo petróleo e gás – faziam com que o que acontecia nos países do Golfo Pérsico e nos seus vizinhos fosse realmente importante para a segurança nacional dos Estados Unidos.

A 30 de setembro de 2001, três semanas após as atrocidades do 11 de setembro, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, transmitiu ao presidente os seus «pensamentos estratégicos» sobre o que os Estados Unidos podiam e deviam tentar obter no futuro próximo como parte do seu «objetivo bélico». «Estão planeados alguns bombardeamentos aéreos contra alvos da Al-Qaeda e dos talibãs para começar em breve», notou, assinalando o início do que ele referia como sendo uma «guerra». Era importante, escreveu, «persuadir ou forçar diferentes Estados a parar de apoiar o terrorismo». O que propôs a seguir, porém, era dramático e surpreendentemente ambicioso. «Se a guerra não alterar significativamente o mapa político do mundo, os Estados Unidos não atingirão os seus fins.» O que isto significava foi então explicitado claramente. «O [governo dos Estados Unidos] deveria contemplar um objetivo nestes termos: novos regimes no Afeganistão e em mais um (ou dois) Estados-chave.»^[53] Não precisou de especificar a que Estados se referia: Irão e Iraque.

Os ataques de 11 de setembro transformaram a forma como os Estados-Unidos confrontavam o mundo como um todo. O futuro norte-americano dependia de assumir o controlo sobre a espinha da Ásia, desde a fronteira ocidental do Iraque com a Síria e a Turquia até ao Indocuche. Esta visão foi apresentada enfaticamente pelo presidente Bush, no final de janeiro de 2002. Nessa altura, já se tinha lidado com os talibãs de forma decisiva,

expulsando-os das grandes cidades, incluindo Cabul, poucas semanas após o início da Operação *Enduring Freedom*, que envolvia extensos ataques aéreos e uma grande colocação de forças no terreno. Apesar de Bin Laden ainda estar a monte, o presidente explicou no seu discurso sobre o Estado da União por que razão os Estados Unidos tinham de visar objetivos mais ambiciosos. Muitos regimes que anteriormente haviam sido hostis aos interesses norte-americanos «têm estado muito sossegados desde o 11 de setembro, mas nós conhecemos a sua verdadeira natureza». A Coreia do Norte, um Estado pária por excelência, era um deles. Mas o verdadeiro foco incidia na ameaça representada por dois outros: o Irão e o Iraque. Estes dois países, juntamente com o regime de Pyongyang, «constituem um eixo do mal que ameaça a paz mundial». Desmantelar este eixo era crucial. «A nossa guerra ao terrorismo começou bem, mas ainda apenas começou.»^[54]

A determinação em assumir o controlo era avassaladora. A deposição de regimes existentes considerados desestabilizadores e perigosos assumiu extrema importância no pensamento estratégico dos Estados Unidos e seus aliados. Deu-se prioridade a eliminar perigos claros e presentes, sem pensar muito no que iria, podia ou devia acontecer de seguida. Resolver problemas de curto prazo era mais importante do que o cenário de longo prazo. Isto tornou-se explícito nos planos gizados contra o Afeganistão no outono de 2001. «O [governo norte-americano] não deverá agonizar com os arranjos pós-talibãs», sugeria um ensaio divulgado depois do início da campanha aérea. Derrotar a Al-Qaeda e os talibãs era o mais importante; o que aconteceria posteriormente ver-se-ia depois.^[55]

Este pensamento de curto prazo foi também evidente no caso do Iraque, onde o foco premente em derrubar Saddam Hussein do poder teve primazia por comparação com a falta de planeamento sobre como o país ficaria no futuro. O desejo de depor Saddam estava na agenda desde os primeiros dias da administração Bush, com o novo secretário de Estado, Colin Powell, a pedir uma clarificação sobre «a política de mudança de regime no Iraque» menos de setenta e duas horas após a tomada de posse de George Bush – e meses antes do 11 de setembro.^[56] No rescaldo dos ataques terroristas, as atenções centraram-se quase imediatamente em Saddam Hussein. Numa

altura em que as tropas norte-americanas pareciam tomar controle inexoravelmente do Afeganistão, o departamento da Defesa trabalhava arduamente para preparar uma grande operação no Iraque. A questão era simples, como tornam claro as notas de planeamento para um encontro entre Rumsfeld e o general Tommy Franks, chefe do Comando Central: «Como começar?»[57]

Consideraram-se três rastilhos possíveis – todos os quais podiam justificar uma ação militar. Talvez Saddam «lance uma operação contra os curdos, no Norte?», perguntava-se Donald Rumsfeld, em novembro de 2001; talvez uma «conexão ao ataque de 11 de setembro e aos ataques com *antrax* (depois de vários órgãos da imprensa e dois senadores norte-americanos terem recebido cartas contaminadas em setembro de 2001); e se houvesse uma «disputa acerca das inspeções de armas de destruição maciça?» Esta parecia ser uma linha promissora – como revela o comentário que se segue: «começar agora a pensar em exigências feitas por inspeções».[58]

Ao longo de 2002 e no início de 2003, exerceu-se grande pressão sobre o Iraque, com o assunto das armas químicas e biológicas e das armas de destruição maciça a ocuparem o palco. Os Estados Unidos perseguiram este alvo com zelo quase evangélico. Na ausência de «provas incontroversas» de uma relação entre o 11 de setembro e Bagdade, notava um relatório, só se podia confiar em Tony Blair para apoiar a guerra, ainda que, com «um custo político substancial», ao passo que outro sublinhava o facto de «muitos, se não todos, os países aliados ou amigáveis com os Estados Unidos – especialmente na Europa – albergarem graves dúvidas sobre [...] um ataque frontal ao Iraque». Os esforços foram assim no sentido de estabelecer o âmbito legal de uma guerra total em antecipação da probabilidade de as Nações Unidas não emitirem um mandato claro de ação.[59]

Deu-se particular ênfase à construção de um caso segundo o qual o Iraque estava determinado não só a produzir armas de destruição maciça, mas a fazê-lo clandestinamente – obstruindo, ao mesmo tempo, os inspetores da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Em alguns casos, isto criava problemas com os próprios monitores, que viam as

suas posições a serem demasiado enfatizadas, comprometidas ou até ameaçadas. Na primavera de 2002, por exemplo, José Bustani, o diretor-geral brasileiro da Organização pela Proibição de Armas Químicas, acabou expulso depois de uma sessão particularmente fechada – foi a primeira vez que o líder de uma grande organização internacional se viu obrigado a ceder a sua posição.^[60] A informação recolhida de fontes pontuais e, amiúde, dignas de pouca confiança recebeu proeminência, e a especulação foi apresentada como um facto, em consequência da determinação obstinada em criar um caso a toda a prova contra o Iraque e Saddam Hussein. «Todas as declarações que fizer hoje», disse Colin Powell às Nações Unidas a 5 de fevereiro de 2003, «são fundamentadas por fontes, fontes sólidas. Não se trata de asserções. Estamos a dar-vos factos e conclusões baseadas em informações sólidas.»^[61]

Não eram nada disso. Quase uma semana antes, um relatório da AIEA concluía que, «até à data, não encontrámos provas de que o Iraque tenha reavivado o seu programa de armas nucleares desde o programa dos anos de 1990», e acrescentava que «[seriam] necessárias outras atividades de verificação».^[62] Isto encontrava eco numa atualização divulgada nesse mesmo dia, 27 de janeiro de 2003, por Hans Blix, chefe da Comissão de Monitorização, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC), que afirmava que, ainda que os inspetores fossem por vezes perturbados, o «Iraque tem, em geral, cooperado bastante bem até à data» com as exigências dos inspetores.^[63]

Como mais tarde se soube, não havia relação entre Saddam Hussein e os ataques da Al-Qaeda de 2001. Com efeito, os milhões de páginas recuperadas de Bagdade depois do início da invasão a 19 de março de 2003 revelam conscopicamente poucas referências ao terrorismo. Pelo contrário, os documentos que diziam respeito ao serviço de informações iraquiano sugerem que se deu especial atenção para conter os movimentos de figuras como Abu Abbas, líder da Frente de Libertação Palestiniana, que lançara alguns ataques espetaculares nos anos de 1980, e que, em caso algum, se deviam lançar ataques a alvos norte-americanos – salvo na eventualidade de um ataque norte-americano ao Iraque.^[64]

Do mesmo modo, como agora sabemos, o supostamente extenso e elaborado programa de armas nucleares, tão vívido nas mentes daqueles que viam o Iraque como uma ameaça à paz regional e mundial, baseava-se pouco em factos. Os atrelados que Colin Powell descrevera como sendo instalações móveis de armas biológicas «escondidas em grandes palmeirais e [...] deslocadas todas as semanas ou meses para evitar serem detetadas» eram afinal balões meteorológicos – tal como os iraquianos haviam dito. [\[65\]](#)

A determinação em depor Saddam Hussein a qualquer custo era acompanhada de um planeamento cronicamente deficitário para o rescaldo. Os esquemas e livros apresentados antes e durante a invasão previam um futuro idílico para o Iraque depois da libertação. O petróleo do Iraque, dizia um importante estudo cheio de otimismo, era «um tremendo ativo». Tinha o potencial para «beneficiar todos os cidadãos do país, qualquer que fosse a sua etnia ou afiliação religiosa». [\[66\]](#) O pressuposto ingénuo de que a riqueza seria partilhada de forma feliz e justa diz muito sobre as expectativas irrealistas quanto às consequências da invasão. No entanto, o motivo da resolução espontânea era onnipresente. «O Iraque, ao contrário do Afeganistão, é um país bastante rico», disse o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, num comunicado em fevereiro de 2003. Tem «tremendos recursos que pertencem ao povo iraquiano. E, assim, [...] o Iraque [deverá facilmente] ser capaz de assumir grande parte do fardo da sua reconstrução». Estas palavras encontraram um eco preciso em Paul Wolfowitz, assessor de Donald Rumsfeld, numa audiência com o Comité de Apropriação oito dias depois do início da invasão em março de 2003. Não havia motivos para preocupações, insistiu, «estamos a lidar com um país que pode realmente financiar a sua reconstrução e relativamente depressa». As receitas petrolíferas, previu com otimismo, trariam 50 mil milhões a 100 mil milhões de dólares nos próximos «dois ou três anos». [\[67\]](#)

A ideia de que derrubar Saddam transformaria o Iraque numa terra de leite e mel era um pensamento fantasioso numa escala épica. Quando as tropas entraram no Afeganistão, os planeadores políticos fizeram notar solenemente que os Estados Unidos «não deveriam comprometer-se com

nenhum envolvimento militar pós-talibãs, já que os Estados Unidos estarão pesadamente envolvidos nos esforços antiterrorismo em todo o mundo». [68] As expectativas no Iraque eram semelhantes: seriam necessários 270 mil soldados para uma invasão do país, de acordo com os planos traçados pelo Comando Central dos Estados Unidos; mas três anos e meio mais tarde não seriam necessários mais de cinco mil soldados no terreno. Tudo isto parecia plausível quando foi apresentado em *slides* PowerPoint àqueles que viam o que queriam ver.[69] Por outras palavras, tratava-se de guerras ligeiras, que seriam resolvidas depressa e permitiriam estabelecer um novo equilíbrio numa região de charneira da Ásia.

Em ambos os casos, porém, as guerras revelaram-se prolongadas e dispendiosas. O Iraque envolveu-se praticamente numa guerra civil depois da queda de Bagdade e da grande rebelião que se lhe seguiu, ao passo que, no Afeganistão, a reação à intervenção provou ser tão desenvolvida e determinada como o fora contra a União Soviética nos anos de 1980, com o Paquistão de novo a providenciar uma ajuda crucial para os guerrilheiros da resistência. Muitos milhares de soldados deram as suas vidas, ao passo que mais de 150 mil veteranos estão elencados como sofrendo de feridas e lesões que os qualificam como incapacitados em, pelo menos, 70%.[70] A isto acrescentam-se as centenas de milhares de civis afegãos e iraquianos que foram mortos ou feridos em ações militares ou – em virtude de estarem no lugar errado no momento errado em fogos cruzados, ataques de *drones* e de carros-bomba – que foram «danos colaterais».[71]

Os custos financeiros subiram em flecha a um ritmo surpreendente. Uma investigação recente estima que o custo do envolvimento no Iraque e no Afeganistão monta a 6 biliões de dólares – ou 75 mil dólares por cada lar norte-americano, quando se contam os cuidados médicos de longo termo e as compensações por incapacitação. Isto representa cerca de 20 por cento da subida da dívida nacional norte-americana entre 2001 e 2012.[72]

Que o efeito da intervenção tenha sido mais limitado do que se esperara apenas piora a situação. Em 2011, o presidente Obama tinha praticamente desistido do Afeganistão, segundo o seu antigo secretário da Defesa, Robert

Gates, que percebeu que a situação era sombria num encontro na Casa Branca, em março de 2011. «Enquanto estava lá sentado, pensei: o presidente não pode confiar no seu comandante [general Petraeus], não suporta [o presidente afegão] Karzai, não acredita na sua própria estratégia e acha que esta guerra não é sua. Para ele, trata-se de sair.»[73] É uma descrição que o presidente Karzai, que fora instalado, apoiado e, na opinião de muitos, enriquecido pelo Ocidente, ecoou com fúria. «Enquanto nação», disse ao autor William Dalrymple, o Afeganistão sofreu enormemente por causa da política norte-americana; os norte-americanos «não lutaram contra o terrorismo onde este se encontrava, onde este se encontra ainda. Continuaram a lesar o Afeganistão e o seu povo». Não havia outra forma de o dizer, declarou: «Trata-se de uma traição.»[74]

No Iraque, entretanto, havia pouco para mostrar depois das perdas de vidas, os vastos custos e as esperanças malogradas para o futuro. Dez anos depois da queda de Saddam Hussein, o país estava no extremo inferior dos índices que avaliam a transição para uma democracia saudável. No que toca aos direitos humanos, liberdade de imprensa, direitos das minorias, corrupção e liberdade de expressão, o Iraque não está mais acima do que estava no tempo de Saddam Hussein, e em alguns casos está abaixo. O país tem estado preso num clima de incerteza e agitação, com as populações minoritárias a serem submetidas a sublevações catastróficas e uma violência grotesca. As perspetivas para o futuro são sombrias.

Depois, é claro, há que considerar os danos na reputação do Ocidente, em geral, e dos Estados Unidos, em particular. «Devemos evitar tanto quanto possível criar imagens de norte-americanos a matar muçulmanos», avisou Donald Rumsfeld o presidente Bush, duas semanas depois do 11 de Setembro.[75] Esta aparente sensibilidade depressa foi substituída por imagens de prisioneiros a serem detidos sem julgamento no limbo deliberado da baía de Guantánamo – uma localização escolhida de propósito para que os prisioneiros pudessem ver-lhes negada a proteção conferida pela Constituição norte-americana. As investigações conduzidas no rescaldo da Guerra do Iraque nos Estados Unidos e no Reino Unido descobriram que as provas tinham sido equivocadamente apresentadas,

manipuladas e moldadas para apoiar decisões que já haviam sido tomadas atrás de portas fechadas. Os esforços para controlar a comunicação social no Iraque pós-Saddam, onde o conceito de liberdade seria substituído por «informações aprovadas pelo governo norte-americano» a serem usadas pelos jornalistas para sublinhar «as esperanças de um futuro democrático próspero», evocavam recordações de comissários ao estilo soviético a sancionar histórias baseadas não na realidade, mas num sonho.^[76]

A acrescentar a isto vinham os interrogatórios extrajudiciais, tortura institucional e ataques com *drones* contra figuras consideradas ameaças – não necessariamente com provas. Diz muito acerca da sofisticação e do pluralismo do Ocidente que estas questões possam ser debatidas em público e que muitos tenham ficado horrorizados com a hipocrisia da mensagem da primazia da democracia, por um lado, e a prática do poder imperial, por outro. Alguns abominaram tanto a situação que decidiram divulgar informação confidencial que expunha o modo como as políticas eram criadas: pragmaticamente, à pressa e muitas vezes sem pensar na justiça e nas leis internacionais. Nada disto dava a ver o Ocidente favoravelmente – algo que as próprias agências de informações sentiram agudamente, depois de terem lutado por manter classificados os relatórios sobre a natureza e âmbito da tortura, mesmo perante apelos diretos do Senado norte-americano.

Se as atenções se centraram nos esforços para influenciar e moldar o Iraque e o Afeganistão, é importante não esquecer as tentativas para levar a mudança ao Irão. Estas incluíram sanções, aplicadas dinamicamente por Washington, que foram, sem dúvida, contraproducentes. Como aconteceu no Iraque nos anos de 1990, tornou-se claro que os efeitos são mais fortes e acentuados junto dos pobres, dos fracos e dos desapossados – agravando ainda mais as suas circunstâncias difíceis. Restringir as exportações de petróleo iraniano teve, é claro, um impacto na qualidade de vida, não apenas dos cidadãos iranianos, mas também das pessoas que viviam no outro lado do globo. Num mercado energético global, o preço por unidade de gás, eletricidade e combustível afeta agricultores no Minnesota, motoristas de táxi em Madrid, raparigas a estudar na África subsariana e

produtores de café no Vietname. Todos nós somos diretamente afetados pelas políticas de poder praticadas a milhares de quilómetros de distância. É fácil esquecer que, no mundo em desenvolvimento, alguns centimos podem marcar a diferença entre a vida e a morte; a aplicação de embargos pode significar a asfixia silenciosa daqueles cujas vozes não são ouvidas – mães nas barracas de Mumbai, cesteiros nos subúrbios de Mombaça, ou mulheres que tentam opor-se a atividades ilegais de mineração na América do Sul. E tudo isto para que o Irão seja forçado a descontinuar um programa nuclear construído com tecnologia norte-americana e vendido a um regime despótico, intolerante e corrupto nos anos de 1970.

Dadas as circunstâncias, além da pressão económica e diplomática exercida sobre Teerão, os Estados Unidos tornaram consistentemente claro que considerariam recorrer à força contra o Irão para impor um fim ao programa de enriquecimento. Nas fases finais da administração Bush, Dick Cheney alegou que insistiu em ataques contra as instalações nucleares iranianas, ainda que reatores como o de Bushihr estejam agora fortemente protegidos por sofisticados sistemas de mísseis terra-ar *Tor* russos. «Provavelmente, fui o maior defensor da ação militar em comparação com muitos dos meus colegas», disse em 2009.^[77] Outros avisaram-no de que os ataques preventivos agravariam a situação, em vez de a melhorarem. Cheney voltou à mesma ideia repetidamente. As negociações falharão a menos que haja uma ameaça de ação militar, disse em 2013, por exemplo. «É-me difícil ver agora como vamos atingir o nosso objetivo sem essa ação militar», disse à ABC News.^[78]

O tema de que o Ocidente precisa de ameaçar recorrer à força – e estar disposto a fazê-lo – para obter os seus objetivos tornou-se um mantra em-Washington. «O Irão terá de provar que o seu programa é realmente pacífico», disse o secretário de Estado John Kerry, em novembro de 2013. O Irão deverá ter em conta, avisou, que «o presidente [...] disse especificamente que não retirou [a] ameaça [de ação militar] de cima da mesa». É uma mensagem que Kerry articulou repetidas vezes. «A opção militar que está disponível aos Estados Unidos está pronta», disse Kerry numa entrevista com o canal de proprietários sauditas al-Arabiya, em

janeiro de 2014. Se necessário, acrescentou, os Estados Unidos «farão o que têm de fazer».[79] «Como tornei claro uma e outra vez no curso da minha presidência», sublinhou o presidente Obama, «não hesitarei em usar a força sempre que tal for necessário para defender os Estados Unidos e os seus interesses».[80]

Apesar de proferirem ameaças destinadas a levar o Irão à mesa das negociações, os Estados Unidos parecem ter agido nos bastidores para obterem o que queriam de qualquer forma. Se bem que houvesse várias origens potenciais para o vírus Stuxnet que atacou as centrifugadoras na central nuclear de Natanz, no Irão, e, depois, outros reatores por todo o país, múltiplos indicadores sugerem que as ciberestratégias altamente sofisticadas e agressivas que tinham por alvo o programa nuclear apontavam para os Estados Unidos – e diretamente para a Casa Branca.[81] O ciberterrorismo é aceitável, ao que parece, desde que esteja nas mãos das agências de informações ocidentais. Como a ameaça de recorrer à força contra o Irão, proteger uma ordem global que convém aos interesses ocidentais é simplesmente um novo capítulo na tentativa de manter uma posição na antiga encruzilhada da civilização. A fasquia é demasiado alta para contemplar outras alternativas.

Conclusão

A nova rota da seda

Em muitos aspetos, o final do século ^{xx} e início do século ^{xxi} representaram qualquer coisa como um desastre para os Estados Unidos e a Europa à medida que avançavam numa luta condenada para preservar a sua posição nos territórios vitais que ligam o Oriente ao Ocidente. O que se tornou evidente no curso dos eventos das décadas recentes foi a falta de perspetiva do Ocidente sobre a História global – sobre o quadro mais amplo, os temas mais abrangentes e os padrões maiores a desenrolarem-se na região. Na mente dos planeadores políticos, dos políticos, dos diplomatas e dos generais, os problemas do Afeganistão, Irão e Iraque pareciam distintos, separados e só vagamente ligados uns aos outros.

E, no entanto, recuar um passo providencia uma perspetiva valiosa, bem como um conhecimento notável, permitindo-nos ver uma região ampla que está em tumulto. Na Turquia, trava-se uma batalha pela alma do país, com os servidores de Internet e as redes sociais a serem encerrados num capricho de um governo dividido sobre o seu lugar no futuro. O dilema replica-se na Ucrânia, onde diferentes visões nacionais dilaceraram o país. Também a Síria atravessa uma experiência traumática de profunda mudança, à medida que as forças do conservadorismo e do liberalismo se digladiam com um custo imenso. De igual modo, o Cáucaso atravessa um período de transição, com múltiplas questões de identidade e nacionalismo a efervescer, particularmente na Chechénia e na Geórgia. Depois, é claro, temos a região mais a oriente, onde a «Revolução das Tulipas», no

Quirguistão, em 2005, foi o prelúdio para um longo período de instabilidade política, e Xinjiang na China Ocidental, onde a população uigure se tornou cada vez mais hostil e recalcitrante, sendo os ataques terroristas agora de tal modo uma ameaça que as autoridades decretaram que ter a barba crescida é marca de intenções suspeitas e deram início a um programa formal, conhecido como Projeto Beleza, para impedir as mulheres de usarem o véu.

Há mais coisas a acontecer, assim, do que as desastradas intervenções do Ocidente no Iraque e Afeganistão e o uso de pressão na Ucrânia, Irão e noutros países. De oriente a ocidente, as Rotas da Seda estão a ressurgir. É fácil ficar confuso e perturbado com a deslocação e violência no mundo islâmico, por causa do fundamentalismo islâmico, dos choques entre a Rússia e os seus vizinhos ou da luta da China com o extremismo nas suas províncias ocidentais. O que testemunhamos, porém, são as dores de parto de uma região que, em tempos, dominou a paisagem intelectual, cultural e económica e que agora ressurge. Vemos os sinais do centro de gravidade do mundo a mudar – de volta para onde se encontrava desde há milénios.

Há razões óbvias para isto estar a acontecer. A mais importante, é claro, são os recursos naturais da região. Monopolizar os recursos da Pérsia, da Mesopotâmia e do Golfo foi uma prioridade durante a Primeira Guerra Mundial, e os esforços para garantir o maior prémio da História dominaram as atitudes do mundo ocidental quanto a esta região desde então. Com efeito, há agora mais em jogo do que havia quando a dimensão dos achados de Knox D'Arcy se tornaram evidentes: as reservas combinadas de crude sob o mar Cáspio são quase duas vezes maiores do que as reservas de todos os Estados Unidos.^[1] Do Curdistão, onde novos reservatórios de petróleo foram recentemente descobertos como o campo Taq Taq, cuja produção subiu de 2000 para 250 mil barris por dia desde 2007 – que valem centenas de milhares de dólares por mês – à grande reserva Karachaganak, na fronteira entre o Cazaquistão e a Rússia, que contém cerca de 42 biliões de pés cúbicos de gás natural, bem como gás liquefeito e petróleo bruto, os países desta região florescem com os seus recursos naturais.

Depois, há a bacia do Donbass que cruza a fronteira oriental da Ucrânia com a Rússia e que, desde há muito, é conhecida pelos seus depósitos de

carvão, que se estima terem reservas de cerca de 10 mil milhões de toneladas. Também esta é uma área de crescente importância por causa da sua riqueza natural. Recentes estudos geológicos conduzidos pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos sugeriram a presença de 1,4 mil milhões de barris por dia de petróleo e 2,4 biliões de pés cúbicos de gás natural, bem como consideráveis volumes estimados de líquidos de gás natural.[2] A par de tudo isto estão as reservas de gás natural do Turquemenistão. Com não menos de 700 biliões de pés cúbicos de gás natural que se estima estar abaixo do solo, o país controla a quarta maior reserva do mundo. E, depois, há as minas do Uzbequistão e do Quirguistão que formam parte da cintura Tian Shan, que só estão atrás da bacia do Witwatersrand na África do Sul no que toca ao tamanho dos seus depósitos de ouro. Ou temos o berílio, disprósio e outros «minerais raros» do Cazaquistão, que são vitais para a manufatura de telemóveis, *laptops* e baterias recarregáveis, bem como o urânio e plutónio que são essenciais para a energia nuclear – e para as ogivas nucleares.

O próprio solo é rico e valioso. Em tempos, os cavalos da Ásia Central eram um produto muito prezado, cobiçado na corte imperial na China e nos mercados, tão famosos para os cronistas de Kiev como para os de Constantinopla e Pequim. Hoje, grandes partes da terra de pastagem das estepes transformaram-se nos campos de cereais surpreendentemente produtivos do sul da Rússia e da Ucrânia: com efeito, a marca *chernozem* (literalmente, «terra escura») é tão fértil e procurada que uma organização não governamental descobriu que esta terra é cavada e vendida num valor de perto de mil milhões de dólares todos os anos só na Ucrânia.[3]

O impacto da instabilidade, agitação ou guerra nesta região não se sente apenas no preço do petróleo em postos de combustível de todo o mundo; afeta o preço da tecnologia que usamos e até do pão que comemos. No verão de 2010, por exemplo, as condições climáticas produziram uma má colheita na Rússia, abaixo da procura doméstica. Assim que o provável défice se tornou claro, proibiu-se de imediato a exportação internacional dos cereais, a aplicar com um aviso de dez dias. O impacto nos preços globais dos cereais foi imediato: subiram 15 por cento em apenas dois dias.

[4] Os tumultos na Ucrânia, no início de 2014, tiveram um impacto semelhante, forçando o preço do trigo a subir acentuadamente dados os receios sobre o seu efeito na produção agrícola no terceiro maior exportador de trigo do mundo.

O cultivo de outras colheitas nesta parte do mundo segue princípios semelhantes. Em tempos, a Ásia Central era famosa por causa dos laranjais de Bābur e, mais tarde, pelas tulipas, tão prezadas nas capitais da Europa Ocidental no século ^{xvii} que as casas nos canais de Amesterdão eram trocadas por bolbos. Hoje, a luta trava-se em torno da papoila: o seu cultivo, acima de tudo no Afeganistão, subjaz aos padrões de consumo de heroína e determina o seu preço – tendo um impacto óbvio nos custos que resultam do tratamento da toxicodependência e dos cuidados de reabilitação, bem como no preço de tentar policiar o crime organizado.[5]

Esta é uma parte do mundo que pode parecer estranha e pouco familiar para o Ocidente, por vezes ao ponto da bizarria. No Turquemenistão, foi erigida, em 1998, uma estátua gigante de ouro do presidente, que se desloca conforme a direção do Sol, ao passo que, quatro anos mais tarde, os nomes dos meses foram mudados, com «abril» (anteriormente «Aprel») transformado em «Gurbansoltan», em homenagem à falecida mãe do líder. Ou temos o vizinho Cazaquistão, onde o presidente, Nursultan Nazarbayev, foi reeleito em 2011 com o número surpreendente de 96 por cento dos votos, e telegramas diplomáticos que chegaram ao público revelam que *pop stars* como Elton John e Nelly Furtado deram concertos privados à família do presidente depois de receberem ofertas que eram demasiado boas para serem recusadas.[6] No Tajiquistão, depois de manterem brevemente o recorde do maior mastro de bandeira do mundo, as atenções voltaram-se para a construção do maior teatro da Ásia Central, para acompanhar a maior biblioteca da região, o maior museu e uma enorme casa de chá.[7]

Entretanto, no Azerbaijão, no lado ocidental do mar Cáspio, o presidente Aliyev – cuja família foi comparada por diplomatas norte-americanos aos «Corleone d'O Padrinho» – teve de se contentar com o número menos convincente de 86 por cento dos votos nas eleições mais recentes. Aqui, sabemos que o filho do governante alegadamente possui um portefólio de

vivendas e apartamentos no Dubai que valem 45 milhões de dólares – ou dez mil anos do salário médio azeri; nada mau para um rapaz de 11 anos.[\[8\]](#) Ou temos o Irão, a sul, onde um presidente recente negou o Holocausto e acusou «as potências e déspotas ocidentais» de desenvolver o vírus VIH «para que pudessem vender os seus medicamentos e equipamento médico aos países pobres».[\[9\]](#)

Nas mentes ocidentais, é uma região caracterizada como retrógrada, despótica e violenta. Desde há demasiado tempo, disse a secretária de Estado Hillary Clinton, em 2011, o centro da Ásia tem sido «dilacerado por conflitos e divisões», um lugar onde o comércio e a cooperação têm sido asfixiados por «barreiras burocráticas e outros obstáculos ao fluxo de pessoas e bens»; o único caminho para um «melhor futuro para as pessoas que lá vivem», concluiu, era o de tentar criar uma estabilidade e segurança duradoiras. Só então será possível «atrair mais investimento privado», que, pelo menos na opinião de Clinton, é essencial para o desenvolvimento social e económico.[\[10\]](#)

Por mais estranhas que pareçam, no entanto, estas terras sempre foram de uma importância crucial na História global de uma forma ou de outra, ligando o Oriente ao Ocidente e servindo de cadinho onde as ideias, os costumes e as línguas se entrecruzaram desde a Antiguidade até aos nossos dias. E, hoje, as Rotas da Seda estão a ressurgir – não observadas e ignoradas por muitos. Os economistas ainda têm de dar atenção às riquezas que jazem no solo ou debaixo deste, sob as águas ou escondidas nas montanhas das cinturas que ligam o mar Negro, a Ásia Menor e o Levante com os Himalaias. Em vez disso, têm-se focado em grupos de países sem ligações históricas, mas com dados mensuráveis superficialmente semelhantes, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), agora, muitas vezes, substituídos pela moda dos MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia).[\[11\]](#) Na verdade, deveríamos estar a olhar para o verdadeiro Mediterrâneo – o «centro do mundo». Não se trata de um Oriente Selvagem nem de um Novo Mundo à espera de ser descoberto –



As cidades expandem-se, com novos aeroportos, estâncias turísticas, hotéis de luxo e monumentos a despontar em países que se veem com enormes somas à sua disposição e que podem concretizar as suas fantasias. Ashgabat, no Turquemenistão, tem um novo palácio presidencial e uma nova arena de desportos de inverno construídos a um custo de centenas de milhões de dólares, ao passo que estimativas conservadoras sugerem que a região turística Avaza, na costa oriental do mar Cáspio, já tenha recebido mais de dois mil milhões de dólares. O terminal moderno no aeroporto internacional Heydar Aliyev, em Baku, com os seus gigantes casulos de madeira e paredes de vidro côncavo, deixa os viajantes que chegam ao Azerbaijão rico em petróleo com poucas dúvidas sobre a ambição e riqueza do país, como também acontece com o Crystal Hall, a sala de concertos construída para o Festival Eurovisão da Canção, em 2012. À medida que Baku cresceu, também aumentaram as escolhas disponíveis para os viajantes internacionais, que podem agora ficar na capital do Azerbaijão no Hilton, Kempinski, Radisson, Ramada, Sheraton e Hyatt Regency, bem como numa quantidade de *boutique* hotéis. E isto é apenas o início: só em 2011, o número de quartos de hotel na cidade duplicou, esperando-se que o número duplique outra vez nos próximos quatro anos.[\[12\]](#) Ou temos Erbil, desconhecida de muitos que estão fora da indústria petrolífera, mas que é a principal cidade no Curdistão iraquiano. Aqui, os preços do novo hotel Erbil Rotana são mais altos do que em muitas capitais da Europa e nas grandes cidades dos Estados Unidos: os quartos básicos começam nos 290 dólares por noite – o que inclui pequeno-almoço e o uso do *spa* (mas não wi-fi).[\[13\]](#)

Fundaram-se novos grandes centros urbanos, incluindo até uma nova capital – Astana, no Cazaquistão, que foi levantada do pó em menos de vinte anos. Alberga agora um espetacular Palácio da Paz e da Reconciliação, desenhado por Norman Foster, bem como Bayterek, uma

torre de cem metros em forma de árvore com um ovo de ouro onde os visitantes são encorajados a pôr a mão na marca deixada pelo presidente do Cazaquistão e pedir um desejo. Para um olho não treinado, esta parece ser uma nova terra de fronteira, um lugar onde surgem bilionários vindos do nada para comprar as melhores obras de arte nas casas leiloeiras de Londres, Nova Iorque e Paris e adquirir os melhores imóveis do globo a preços em que os residentes de longo termo quase não acreditam: no mercado imobiliário de Londres, a despesa média de compradores das antigas repúblicas soviéticas é quase três vezes superior à de compradores dos Estados Unidos ou da China e quatro vezes superior à de compradores locais.^[14] Uma após outra, casas privadas exclusivas e edifícios emblemáticos em Manhattan, Mayfair, Knightsbridge e no sul de França são comprados por magnatas do cobre uzbeques, por próceres que fizeram fortuna na potassa nos Urais ou por magnatas do petróleo do Cazaquistão que pagam bem – e, geralmente, em dinheiro vivo. Alguns gastam as suas fortunas em futebolistas de renome mundial, como Samuel Eto'o, comprado por um oligarca do mar Cáspio para jogar pelo Anzhi Makhachkala, um clube baseado no Daguestão – e que foi a dada altura o futebolista mais bem pago do mundo; outros não poupam despesas na construção do perfil do seu país, com Baku a receber o Campeonato do Mundo de futebol feminino sub-17, assinalado pelo concerto de Jennifer Lopez na cerimónia de abertura – uma grande diferença da abertura de dez minutos do evento dois anos mais cedo, quando decorreu em Trinidad e Tobago, onde uma pequena trupe de bailarinos foi observada por poucas centenas de espectadores.^[15]

Estão a surgir novas conexões na espinha da Ásia, ligando esta região-chave ao norte, sul, este e oeste e assumindo muitas rotas e formas diferentes – como acontece desde há milénios. Estas têm sido suplementadas por novas espécies de artérias, como a Rede de Distribuição Setentrional, uma série de corredores de trânsito para o envio de «bens não letais» aos Estados Unidos e às forças da coligação no Afeganistão ao longo da Rússia, Uzbequistão, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão – muitas

vezes, usando a infraestrutura montada pela União Soviética nos anos de 1980 durante a ocupação soviética.[\[16\]](#)

Depois, é claro, temos os oleodutos e gasodutos de petróleo e gás que levam energia para consumidores dispostos a pagar por isso na Europa, Índia, China e mais além. Os oleodutos interseam esta região em todas as direções, ligando o porto de Ceyhan, no sudeste da Turquia, ou espalhando-se pela Ásia Central, para preencher a necessidade de combustíveis fósseis na China à medida que a economia cresce. Também se estão a abrir e entrecruzar novos mercados, instigando a uma cooperação próxima entre o Afeganistão, o Paquistão e a Índia, cujos interesses se alinham quando se trata de aceder a energia mais barata e em maior abundância através de um novo oleoduto que terá uma capacidade de 950 mil milhões de pés cúbicos de gás natural por ano. A rota – seguindo a via rápida das jazidas de gás do Turquemenistão em direção a Herat e Kandahar e, depois, para Quetta e Multã – teria sido tão familiar para os mercadores sogdianos em atividade há dois mil anos como para os negociadores de cavalos do século ^{xvii}, tão reconhecível para os planeadores britânicos de ferrovias e os estrategistas da era vitoriana como para poetas em viagem para trabalharem na corte gasnávica medieval.

As condutas já existentes e sob proposta ligam a Europa às reservas de petróleo e de gás no centro do mundo – fazendo crescer a importância política, económica e estratégica não só dos Estados exportadores, mas também daqueles cujos territórios são atravessados pelas condutas: como a Rússia já mostrou, os fornecimentos de energia podem ser usados como uma arma, seja por uma escalada dos preços, seja simplesmente cortando os fornecimentos à Ucrânia. Com muitos países na Europa fortemente dependentes do gás russo, e muitos mais dependentes das companhias em que a Gazprom, apoiada pelo Kremlin, tem uma posição estratégica ou até de controlo maioritário, o uso de energia, recursos e oleodutos como armas económicas, diplomáticas e políticas provavelmente virá a ser uma questão no século ^{xxi}. É talvez um sinal ominoso de que a dissertação de doutoramento do presidente Putin dissesse respeito ao planeamento estratégico e ao uso dos recursos minerais russos – ainda que haja quem

tenha posto em dúvida a originalidade da tese e mesmo a veracidade da atribuição de um doutoramento.[\[17\]](#)

Para oriente, estas condutas levam o sangue da vida de amanhã, com a China a comprar fornecimentos de gás em contratos de trinta anos, no valor de 400 mil milhões de dólares. Esta soma gigante, a ser paga, em parte, em antecipação, dá a Pequim a segurança energética de que precisa, mais do que justificando o custo estimado de 22 mil milhões de dólares de um novo oleoduto, e dando a Moscovo liberdade e mais confiança no modo como lida com os seus vizinhos e rivais. Não surpreende, assim, que a China fosse o único membro do Conselho de Segurança da ONU a não censurar as ações da Rússia durante a crise da Ucrânia de 2014; a realidade fria do comércio mutuamente benéfico é bastante mais convincente do que a provocação política do Ocidente.

As ligações de transportes bem como os oleodutos expandiram-se dramaticamente nas três últimas décadas. Grandes investimentos nas linhas ferroviárias transcontinentais já abriram rotas de carga ao longo dos onze mil quilómetros da Ferrovia Internacional Yuxinou, que percorre a China até chegar a um grande centro de distribuição perto de Duisburgo, na Alemanha – que o presidente Xi Jinping visitou em pessoa, em 2014. Comboios com 800 metros de comprimento começaram a transportar milhões de *laptops*, sapatos, roupas e outros bens não perecíveis numa direção, e componentes eletrónicos, partes de carros e equipamento médico na outra, numa viagem que dura dezasseis dias – consideravelmente mais rápida do que a rota marítima dos portos do Pacífico da China.

Tendo já sido anunciados 43 mil milhões de dólares de investimento na melhoria das ligações ferroviárias, alguns preveem que o número de contentores transportados por comboio todos os anos suba de 7500, em 2012, para 7,5 milhões, em 2020.[\[18\]](#) E isto é apenas o início: estão a ser planeadas linhas ferroviárias que passarão pelo Irão, Turquia, Balcãs e Sibéria para Moscovo, Berlim e Paris, e novas rotas que ligarão Pequim ao Paquistão, Cazaquistão e Índia. Fala-se, até, de um túnel de 320 quilómetros a ser construído sob o estreito de Bering e que permitirá que os comboios

passem da China pelo Alasca e Canadá até aos Estados Unidos continentais.
[\[19\]](#)

O governo chinês está a construir redes cuidadosa e deliberadamente para ligar fontes minerais e energéticas e providenciar acesso a cidades, portos e oceanos. Quase não passa um mês sem que se anuncie o financiamento maciço para reparar ou construir de raiz infraestruturas que permitirão que os volumes e velocidade de trocas subam acentuadamente. Esse processo é feito em parceria com países cujo estatuto passou de «amigos de ferro» para relações que podem sobreviver a todas as intempéries.[\[20\]](#)

Estas mudanças já conduziram ao ressurgimento das províncias ocidentais da China. Com o custo do trabalho mais baixo no interior do que na costa, muitas empresas começaram a relocalizar-se em cidades perto do passo de Alatau – o antigo ponto de entrada no Ocidente do país por onde agora passam comboios modernos. A Hewlett-Packard mudou a sua produção de Xangai para Chongqing, no sudoeste, onde agora produz vinte milhões de *laptops* e quinze milhões de impressoras por ano, despachando milhões de unidades por comboio para os mercados no Ocidente. Outros, como a Ford Motor Company, seguiram o mesmo exemplo. Ou temos a Foxconn, um importante fabricante de componentes informáticos e grande fornecedor da Apple que se instalou em Chengdu, abandonando as suas anteriores instalações em Shenzhen.[\[21\]](#)

Outras redes de transportes também ganharam nova vida. Cinco voos por dia levam homens de negócios e turistas da China para Almaty, no Cazaquistão; Baku, no Azerbaijão, envia trinta e cinco aviões de carga por semana de e para Istambul e muitos mais para várias cidades russas. Os horários de chegadas e partidas dos aeroportos de cidades como Ashgabat, Teerão, Astana e Tashkent mostram uma vasta e crescente rede de transportes entre as cidades desta região – mostrando também como é superficial o contacto com a Europa, cujos voos são uma raridade, especialmente em comparação com os voos para o Golfo Pérsico, Índia e China.

Novos centros intelectuais de excelência também emergem numa região que, em tempos, produziu os maiores eruditos do mundo. As cidades

universitárias pontuam o Golfo Pérsico, recebendo dotações de governantes e magnatas locais e sendo administradas por Yale, Columbia, entre outras; e temos os Institutos Confúcio, centros culturais não lucrativos que promovem a língua e cultura chinesas, que foram estabelecidos em todos os países entre a China e o Mediterrâneo como sinal da generosidade e boa vontade de Pequim.

Estão também a ser construídos novos centros artísticos, do extraordinário Museu Nacional do Qatar ao Museu Guggenheim, em Abu Dhabi, ao Museu de Arte Moderna de Baku – ou novos edifícios imponentes como a Biblioteca Nacional de Tashkent ou a Catedral Sameba, em Tbilisi, paga pelo magnata georgiano Bidzina Ivanishvili, que comprou a *Dora Maar*, de Picasso, por 95 milhões de dólares num leilão, em 2006. Esta é uma região que ganha nova vida e recupera a sua antiga glória.

Casas de moda ocidentais como a Prada, Burberry e Louis Vuitton estão a construir novas grandes lojas e a receber volumes de vendas espetaculares no Golfo Pérsico, Rússia, China e Extremo Oriente (de forma que, com deliciosa ironia, os tecidos finos e sedas estão agora a ser vendidos de volta ao lugar onde tiveram origem as sedas e tecidos finos).^[22] A roupa sempre foi um sinal de diferenciação social, dos caciques de Xiongnu, há dois mil anos, aos homens e mulheres do Renascimento há cinco séculos. O atual apetite ávido pelas marcas mais exclusivas tem um rico *pedigree* histórico – e é um indicador óbvio do surgimento de novas elites em países cuja riqueza e importância estão em crescimento.

Para aqueles que têm gostos mais exóticos e malignos, existem os *sites* encriptados onde se podem comerciar anonimamente armas, drogas e outras coisas – e cujo nome foi deliberadamente escolhido para evocar as redes de comunicação e centros de comércio do passado: a Rota da Seda. Enquanto as agências de aplicação da lei se envolvem em jogos constantes do gato e do rato com aqueles que desenvolvem novas tecnologias e pelo controlo do futuro, a batalha pelo passado também se está a tornar uma parte importante da nova era para onde nos dirigimos.

A História não será apenas reexaminada e reavaliada por si só – ainda que também isso vá acontecer à medida que surgem novas universidades e

idades universitárias. Mas o passado é um tema muito vivo ao longo das Rotas da Seda. A batalha pela alma do islão, entre seitas rivais, líderes rivais e doutrinas rivais, é tão intensa como no primeiro século que se seguiu à morte do profeta Maomé, muito dependendo das interpretações do passado; a relação entre a Rússia e os seus vizinhos, por um lado, e com o mundo ocidental, por outro, também provou ser volátil e intensa. Antigas rivalidades e inimizades podem despertar – ou ser apaziguadas – com exemplos cuidadosamente escolhidos da História quando se acertaram contas ou se chegou a tréguas. Estabelecer quão úteis e importantes foram as velhas ligações no passado pode ser uma grande ajuda para o futuro – razão pela qual a China investe tão fortemente na ligação com a Rota da Seda que jaz a ocidente, precisamente asseverando uma herança comum de trocas comerciais e intelectuais.

Com efeito, a China tem liderado a revolução nas telecomunicações em toda a região, promovendo a construção de ligações de cabo fixas, juntamente com transmissores de dados que permitem algumas das velocidades de *download* mais rápidas do mundo. Este processo foi, em grande parte, liderado pela Huawei e a ZTE, companhias com ligações próximas ao Exército de Libertação do Povo da China, com empréstimos bonificados providenciados pelo Banco de Desenvolvimento da China ou sob a forma de ajuda intergovernamental, permitindo a construção de instalações de vanguarda no Tajiquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Turquemenistão – países onde a China almeja construir futuros de longo prazo graças à estabilidade regional e, sobretudo, à riqueza mineral. Uma preocupação com estas companhias de telecomunicações foi suficiente para instigar audiências do Congresso norte-americano que concluíram que a Huawei e a ZTE «não são de confiança» por estarem demasiado próximas da «influência estatal chinesa e, assim, representarem uma ameaça aos Estados Unidos» – um paradoxo, tendo em conta a subsequente revelação de que a Agência de Segurança Nacional criara um programa clandestino chamado Operação *Shotgiant* para se infiltrar e piratear os servidores da Huawei.[\[23\]](#)

A crescente preocupação do Ocidente com a China não é surpreendente, dado o processo de construção de uma nova rede chinesa que perpassa o globo. Até meados do século ^{xx}, era possível largar amarras em Southampton, Londres ou Liverpool e viajar até ao outro lado do mundo sem abandonar o território britânico, parando em Gibraltar e, depois, Malta antes de Port Said; daí até Adém, Bombaim e Colombo, parando na península malaia e, finalmente, chegando a Hong Kong. Hoje, são os chineses que podem fazer qualquer coisa de semelhante. O investimento chinês nas Caraíbas mais do que quadruplicou entre 2004 e 2009, ao passo que, por toda a região do Pacífico, estão a ser construídos estádios, estradas e reluzentes edifícios governamentais com a ajuda de empréstimos bonificados ou do investimento direto da China. Também África assistiu a uma forte intensificação da sua atividade à medida que a China construiu uma série de bases que a ajudam a liderar os Grandes Jogos que estão em curso – parte da concorrência por energia, recursos minerais, fornecimentos de comida e influência política, numa altura em que as mudanças ambientais provavelmente terão um forte impacto em cada aspeto.

A era do Ocidente está numa encruzilhada, ou mesmo no seu fim. Na declaração de abertura de um estudo preparado pelo departamento de Defesa norte-americano, em 2012, a primeira frase do presidente Obama articula a perceção a longo prazo do futuro em termos inequívocos: «A nossa Nação passa um momento de transição.» O mundo está a transformar-se diante dos nossos olhos, continuou o presidente, e isso «exige a nossa liderança [para que] os Estados Unidos continuem a ser a maior força de liberdade e segurança que o mundo conhece».[24] Na prática, como o estudo torna evidente, isso significa nada menos do que a completa reorientação dos Estados Unidos. «Precisaremos necessariamente», explica o estudo, «de nos reorientar para a região da Ásia-Pacífico.» Apesar dos cortes orçamentais de 500 mil milhões de dólares na defesa já planeados para a próxima década e com prováveis reduções futuras, o presidente Obama sublinhou que estes cortes «não acontecerão em detrimento da região crítica [da Ásia-Pacífico]».[25] Parafraseando, em súmula, o

relatório, durante um século, os Estados Unidos dirigiram grande parte da sua atenção às relações especiais com os países da Europa Ocidental; é agora altura de olhar para outros lados.

O Ministério da Defesa em Londres chegou à mesma conclusão separadamente, e um seu relatório recente aceitava que o mundo atravessa um período de turbulência e transformação. O período até 2040 «será um tempo de transição», notaram os autores do estudo, no estilo desprovido de ênfase que é tão característico do funcionalismo público britânico. Entre os desafios das próximas décadas, declara o relatório, contam-se «a realidade das mudanças climáticas, o rápido crescimento da população, a escassez de recursos, as sublevações ideológicas e as mudanças de poder do Ocidente para o Oriente».[26]

À medida que o coração do mundo ganha forma, começam também a surgir instituições e organizações que formalizam as relações nesta região de charneira. Originalmente criada para facilitar a colaboração política, económica e militar entre a Rússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão, o Uzbequistão e a China, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) está a tornar-se cada vez mais influente, e gradualmente transforma-se numa alternativa viável à União Europeia. Ainda que alguns denunciem a associação como «um veículo para a violação dos direitos humanos», sublinhando que os Estados-membros não respeitam a convenção da ONU sobre tortura e, flagrantemente, não protegem as suas minorias, outros veem aí o futuro, tendo países como a Bielorrússia e o Sri Lanka obtido autorização formal para assistir aos encontros como observadores. [27] Isto não basta para a Turquia, que tem feito pressão para entrar na associação como membro pleno – e para se reorientar para longe da Europa. O país voltaria costas à sua arrastada e frustrante candidatura para se juntar à União Europeia, anunciou o primeiro-ministro turco numa entrevista televisiva em 2013, e olharia para Oriente; a OCX, declarou, é «melhor e mais poderosa e temos valores em comum».[28]

Estes comentários talvez não devam ser aceites sem mais, pois os países e povos desta parte do mundo há muito que estão acostumados a jogar com fações rivais e a manipular os interesses contraditórios em seu próprio

benefício. Não obstante, não é uma coincidência que, quando se começa a pensar na nova ordem mundial emergente, se chegue às mesmas conclusões em Washington, Pequim, Moscovo e noutras partes. É altura, disse a secretária de Estado norte-americana, em 2011, de «pôr os olhos numa nova Rota da Seda», que ajudará a região como um todo a florescer.[\[29\]](#)

É um tema retomado pelo presidente chinês, Xi Jinping. Durante mais de dois mil anos, anunciou Jinping, em Astana, numa grande viagem pelo centro da Ásia no outono de 2013, os povos que vivem nesta região que liga o Oriente e o Ocidente têm coexistido, cooperado e florescido apesar das «diferenças de raça, crenças e ambientes culturais». É uma «prioridade da política externa» da China, prosseguiu, «desenvolver relações amistosas e cooperantes com os países da Ásia Central». Chegou o tempo, continuou, de cimentar os laços económicos, de melhorar as comunicações, encorajar o comércio e fomentar a circulação monetária. Chegou o tempo, declarou, de construir uma «Cintura Económica da Rota da Seda» – por outras palavras, uma Nova Rota da Seda.[\[30\]](#)

O mundo muda à nossa volta. À medida que nos aproximamos de uma era em que o domínio político, militar e económico do Ocidente está sob pressão, o sentimento de incerteza é desconcertante. O falso despertar de uma «Primavera Árabe», que prometia uma onda de liberalismo e uma vaga de democracia, deu lugar à intolerância, ao sofrimento e ao medo em toda a região, e para lá desta, assim que o «Estado Islâmico do Iraque e da Síria» e os seus partidários procuraram controlar território, petróleo e as mentes das suas vítimas. Restam poucas dúvidas de que surgirá mais turbulência, até pela dramática queda dos preços do petróleo, que ameaça ter impacto na estabilidade dos Estados do Golfo Pérsico, da península árabe e da Ásia Central, os quais têm dificuldades em equilibrar os seus orçamentos, sendo forçados a introduzir medidas de austeridade, após gerações a viverem dos ricos depósitos de óleo e gás. A compressão económica e a volatilidade política andam de mãos dadas – e raramente são resolvidas de forma rápida e fácil.

A norte do mar Negro, a absorção russa da Crimeia e o seu envolvimento na Ucrânia destabilizaram as relações entre Moscovo e Washington, bem

como com a União Europeia – em direto contraste com a trajetória do Irão, há muito um Estado pária, mas, agora, aparentemente, a regressar ao seu tradicional papel de âncora, a partir da qual a paz e a prosperidade possam expandir-se. E, claro, há a China, claramente a entrar numa fase de transição, em que a alucinante velocidade do crescimento económico das duas últimas décadas está, de forma gradual, a entrar num ritmo amplamente referido como o «novo normal» – consistente, mas não dramático. Como a China se relacionará com os seus vizinhos e quase-vizinhos, e o papel que desempenhará no palco mundial, ajudará a moldar o século XXI.

Os imensos recursos lançados à visão *One Belt, One Road*, iniciada por Xi Jinping em 2013, sugerem vivamente que a China planeia o futuro. Em qualquer outra parte, os traumas e as dificuldades, os desafios e os problemas, parecem ser dores de parto – sinais de um novo mundo a emergir diante dos nossos olhos. Enquanto pensamos de onde poderá vir a próxima ameaça, em como lidar com o extremismo religioso, ou como negociar com Estados que parecem dispostos a ignorar a lei internacional, e como construir relações com povos, culturas e regiões que passamos pouco ou nenhum do nosso tempo a tentar entender, novas redes e ligações estão a ser construídas silenciosamente ao longo da espinha da Ásia; ou, antes, estão a ser restauradas. As Rotas da Seda estão a ressurgir.

Epílogo à edição comemorativa

Quando este livro foi publicado pela primeira vez, era evidente que o mundo atravessava um período de profunda transformação. Essas mudanças intensificaram-se, ao longo da década seguinte, até se tornarem num conjunto de revoluções – digitais e tecnológicas, mas também demográficas, climatológicas, patogénicas, económicas e geopolíticas. Cada uma delas pode dar a impressão de que vivemos uma época de turbulência e risco sem precedentes; em conjunto, podem criar a perceção de que o mundo atual é um mundo de policrise.[\[1\]](#)

Em momentos como este, a História pode ser um consolo, ao oferecer o alívio da perspetiva. Também pode servir de guia – uma das razões pelas quais o modelo das Rotas da Seda foi tão calorosamente acolhido pelo presidente Xi Jinping em Astana, em setembro de 2013. «Os povos de vários países da antiga Rota da Seda escreveram em conjunto um capítulo de amizade que foi transmitido até aos nossos dias», afirmou, ao anunciar aquilo que passou a ser conhecido em chinês como Um Cinturão, Uma Rota (一帶一路) e, em inglês, como Belt and Road Initiative [BRI – Iniciativa Cinturão e Rota]. Como disse Xi, povos de «etnias, crenças e origens culturais diferentes poderiam trabalhar em conjunto para criar um «Cinturão Económico da Rota da Seda».[\[2\]](#)

Mais do que importantes e populares na política externa e económica da China, as Rotas da Seda tornaram-se centrais. Já em novembro de 2013 se criavam instituições financeiras e administrativas para facilitar o investimento em infraestruturas e outros projetos em toda a Ásia.[\[3\]](#) Ao discursar no Fórum de Boao em 2014, o político Yang Jiechi – altamente respeitado e imaculadamente bem relacionado – falou com entusiasmo

sobre como as Rotas da Seda tinham «dado aos povos da Ásia a confiança para prosseguir uma cooperação inclusiva» – um sinal de como a ideia de interconexão estava a tornar-se parte do pensamento dominante em Pequim.

[4]

Em março de 2015, o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, sublinhou as ambições de Pequim de «tornar-se global» no seu relatório anual perante o Congresso Nacional Popular, incentivando as empresas chinesas a investirem fora do país e a estabelecerem parcerias com empresas estrangeiras.[5] Nesse mesmo mês, foi divulgado um documento intitulado «Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road» [Visão e Ações para a Construção Conjunta do Cinturão Económico da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI], que delineava a importância do financiamento de projetos de transporte, portos, aviação e energia – além da identificação de uma «Rota da Seda da Informação» como uma área de interesse crucial, a ser desenvolvida através de cabos óticos transfronteiriços, cabos de dados submarinos e sistemas de comunicação por satélite.[6] Livros brancos subsequentes desenvolveram ideias sobre uma Rota da Seda Digital e até sobre um Corredor de Informação Espacial (ou uma Rota da Seda Espacial).[7]

Embora inicialmente dirigida à Ásia Central, à Ásia Meridional e ao Sudeste Asiático, em 2017 a Iniciativa Cinturão e Rota já se estendera à África e à América Latina – esta última descrita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, como «uma extensão natural da Rota Marítima da Seda do Século XXI».[8] Nesse mesmo ano, durante uma visita de Estado à Rússia, o presidente Xi declarou que Pequim e Moscovo trabalhariam em conjunto para construir uma «Rota Polar da Seda».[9] Alguns meses depois, o Conselho de Estado da China publicou um Livro Branco sobre o Ártico que confirmava a intenção de desenvolvimento de uma Rota da Seda Polar, destinada a facilitar a conectividade e o desenvolvimento económico e social sustentável da região do Ártico.[10] Enquanto conceito e programa, a Iniciativa Cinturão e Rota tornou-se

crucial a ponto de, em 2017, ser formalmente incorporada na constituição do Partido Comunista da China.[\[11\]](#)

Nos anos que se seguiram ao discurso de Xi em Astana, foram investidos inúmeros milhares de milhões de dólares em projetos por todo o mundo. Em 2015, o Banco de Desenvolvimento da China comprometeu-se a disponibilizar cerca de 900 mil milhões de dólares para os países que aderissem formalmente à Iniciativa Cinturão e Rota. Esse esforço foi reforçado pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB), sediado em Pequim e com acionistas como a China, a Índia, a Rússia, a Alemanha e o Reino Unido, além de muitos outros países asiáticos; iniciou operações em 2016 com um orçamento operacional de 100 mil milhões de dólares. Entretanto, a um montante inicial de 40 mil milhões disponibilizado para o Fundo da Rota da Seda foi acrescentado um suplemento três vezes superior, conforme anunciado na primeira cimeira da Iniciativa Cinturão e Rota, realizada na capital chinesa em maio de 2017. [\[12\]](#) Há uma ampla variação nas estimativas das quantias efetivamente investidas – ou prometidas – em projetos ligados à BRI, mas a maioria aponta para um valor da ordem dos biliões de dólares já comprometido, havendo quem antecipe que esse montante poderá crescer substancialmente nos próximos anos.[\[13\]](#)

Foi notável, ao longo das últimas duas décadas, o aumento da presença global da China – bem como das suas ligações comerciais. Mesmo antes do discurso de Xi em Astana, a China já procurava estreitar relações com os seus vizinhos, em parte para escoar a capacidade excedentária criada pelos produtores nacionais, em parte para promover as regiões subdesenvolvidas do oeste do país, em parte para abrir novas oportunidades económicas no estrangeiro, em parte para garantir o acesso a recursos essenciais – como petróleo e gás – e, também, para construir uma narrativa convincente e reforçar as suas ligações diplomáticas num mundo onde a ascensão da China tem sido rápida.

A multiplicidade destes objetivos significa que a BRI não tem uma meta única e coerente, e que tentar identificar uma seria um exercício simplista. Ainda assim, é possível distinguir algumas linhas fundamentais que fazem

parte da atual reinterpretação das Rotas da Seda. Uma delas diz respeito à tentativa de colmatar vulnerabilidades como Pequim as percebe – nomeadamente o acesso às rotas comerciais. Cerca de um terço de todas as importações chinesas, bem como uma fatia significativa das suas exportações, passam pelo Estreito de Taiwan. Aproximadamente um terço do comércio marítimo chinês e dois terços do comércio marítimo global passam pelo Estreito de Malaca, dando origem ao que ficou conhecido como o «Dilema de Malaca». «Não é exagero dizer», escrevia um jornal chinês há duas décadas, «que quem controlar o Estreito de Malaca terá também nas mãos o estrangulamento da rota energética da China.»[\[14\]](#)

Para mitigar os riscos de bloqueios inadvertidos ou deliberados, a China tem investido fortemente naquilo a que a imprensa chinesa chamou «pontos de apoio em algumas águas distantes», bem como em corredores alternativos de transporte.[\[15\]](#) Entre estes contam-se linhas ferroviárias que atravessam o coração da Ásia, com destino final na Europa, e o Corredor Económico China-Paquistão (CPEC), termo abrangente que designa um vasto conjunto de investimentos, dos quais o porto de águas profundas de Gwadar é o mais emblemático. Um paralelo evidente é o Corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar, que resultou em importantes acordos de investimento, incluindo pontes, aeroportos, vias-férreas – e o desenvolvimento de portos de águas profundas em Chittagong, no Bangladesh, bem como em Kyaukphyu, em Myanmar. Outro exemplo é o do Corredor Económico China-Península da Indochina, que inclui um empréstimo de 10 mil milhões de dólares para a modernização do principal porto de Malaca.[\[16\]](#)

É notável a atenção dada, um pouco por toda a Ásia, às infraestruturas de transporte, em geral, e aos portos, em particular, com investimentos significativos em projetos no Camboja, no Sri Lanka, em Omã e noutros pontos do Golfo e do mar Vermelho.[\[17\]](#) Todos integram uma rede de localizações que aumentam a capacidade, melhoram a eficiência e permitem uma circulação mais rápida e económica de mercadorias. O chamado «colar de pérolas», com ligações à China, não se limita à Ásia: há grandes desenvolvimentos portuários em locais como Atenas, na Grécia,

Lamu, no Quênia, Lima, no Peru, e Guiné, na África Ocidental – todos eles criando uma presença global que permite a chegada aos mercados dos produtos chineses, em volumes cada vez maiores, ao mesmo tempo que facilitam o fluxo de matérias-primas – com destaque para energia e alimentos – no sentido inverso.

O investimento na facilitação do comércio e no setor dos transportes anda de mãos dadas com planos para melhorar as redes de comunicação. Ferramentas desenvolvidas para manter um monopólio de informação na China – frequentemente referido como a Grande Muralha Digital – também têm sido procuradas por países como o Irão, o Paquistão e a Rússia, onde é forte e crescente o apetite por vigiar, controlar e reprimir as populações locais.[\[18\]](#) A China procurou igualmente expandir as suas próprias capacidades de recolha de informação, sobretudo através do investimento em tecnologias de satélite em África e em instalações na América do Sul e na Antártida: esta última revelou-se de tal modo importante que foi o único lugar fora da China mencionado por Xi Jinping na sua mensagem de Ano Novo de 2025.[\[19\]](#)

O ritmo crescente das trocas tem sido vertiginoso. Para se ter uma noção da escala, nos últimos vinte anos o comércio da China com o Médio Oriente triplicou; de facto, só entre 2019 e 2023 cresceu quase 50 por cento.[\[20\]](#) O aumento das ligações com a América Latina foi ainda mais impressionante: em 2000, o comércio bilateral da China com a região totalizava cerca de 12 mil milhões de dólares. Em 2022, esse valor aumentara mais de quarenta vezes, atingindo os 495 mil milhões.[\[21\]](#) Depois há o caso de África, onde, no início deste século, a maioria dos países tinha os Estados Unidos como principal parceiro comercial. Atualmente, isso não se verifica com nenhum dos cinquenta e quatro países africanos, sendo que muitos deles mantêm laços económicos mais estreitos com a China do que com qualquer outro Estado – mesmo os do próprio continente.[\[22\]](#) Nem todos os projetos correram como previsto. Um dos fracassos mais notórios foi o investimento no porto e aeroporto de Hambantota, no Sri Lanka, onde o incumprimento quase imediato no reembolso da dívida levou uma empresa estatal chinesa a ficar com um contrato de arrendamento por noventa e nove anos.[\[23\]](#) Cerca

de um terço dos projetos financiados pela BRI no Paquistão também enfrentou dificuldades, tendo sido necessárias várias rondas de reestruturação nos últimos anos; um dos principais problemas tem sido a sucessão de atentados terroristas contra trabalhadores chineses, sobretudo no Baluchistão.[24] Uma linha ferroviária destinada a ligar a costa oriental de África ao Uganda, ao Ruanda e à República Democrática do Congo – e a transportar 22 milhões de toneladas de mercadorias por ano – foi deixada por acabar, devido a fracos desempenhos e a níveis elevados de endividamento.[25] A desconfiança e o antagonismo em relação à China aumentaram de forma acentuada na Ásia Central, após o reforço da cooperação económica e, decisivamente, com a chegada de trabalhadores migrantes chineses à região como consequência direta da expansão da BRI. [26] Alguns estudos identificaram numerosos problemas na execução do conjunto de projetos da BRI, incluindo escândalos de corrupção, violações laborais, riscos ambientais e protestos públicos.[27]

Outra questão é a de saber se a China (ou a Iniciativa Cinturão e Rota) merece ou não ser responsabilizada por estes e outros casos problemáticos. Desde logo, a maioria dos projetos enquadrados na BRI foi proposta e concebida pelos países anfitriões, e não por Pequim; por outro lado, os problemas trazidos pelos novos investimentos em infraestruturas agravaram questões pré-existentes, em vez de serem, por si sós, causadores dos desastres. Os desafios enfrentados por países como Sri Lanka, Paquistão ou Quênia na captação de investimento estrangeiro direto estão na base das dificuldades que os respetivos governos tiveram em cumprir as obrigações da dívida – e também ajudam a explicar porque recorreram à China em busca de apoio, conhecimento técnico e financiamento.[28] A agravar ainda mais a situação, a desvalorização de moedas africanas, algumas das quais caíram mais de 45 por cento face ao dólar em 2022, causou acentuadas pressões económicas, dada a denominação dos empréstimos em dólares norte-americanos.[29] Por fim, e para completar o quadro, embora muitos acreditem que é a China a fonte dos problemas de dívida em África, em todo o vasto continente apenas 12 por cento da dívida externa – pública e privada – foi contraída junto de credores chineses.[30]

Não é, pois, de estranhar que tenha sido positiva a maioria das reações aos esforços da China para injetar fundos no reforço dos setores dos transportes, da energia e das comunicações – sobretudo na Ásia, onde o Banco Asiático de Desenvolvimento estima que, até 2030, será necessário investir 1,7 bilhões de dólares por ano em infraestruturas, a fim de manter o ritmo de crescimento, combater a pobreza e responder às alterações climáticas.[31] António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, está entre os que elogiaram o «imenso potencial» da BRI, a sua capacidade de «promover o acesso aos mercados» e o apoio que presta a países «ávidos de uma maior integração na economia global». Como consequência, afirmou Guterres, «o sistema das Nações Unidas está pronto para percorrer convosco este caminho».[32]

Até a *Economist*, observadora das mais sóbrias e sagazes na análise dos assuntos globais, fez uma avaliação otimista e generosa do que a Iniciativa-Cinturão e Rota alcançara desde o seu anúncio em 2013. «Em muitos aspetos», lê-se na revista, «a primeira década da BRI foi um sucesso surpreendente». A «influência diplomática e geopolítica» da China aumentou sem dúvida; mas a Iniciativa «também trouxe benefícios concretos a muitos países em desenvolvimento, onde, de outro modo, não teriam sido construídas estradas nem vias-férreas».[33] Também importa notar que a Iniciativa Cinturão e Rota foi evoluindo. Além de se expandir a mais regiões geográficas, registou outras alterações. Os fluxos de crédito, que atingiram o pico em 2018, recuaram substancialmente por diversas razões – entre as quais, problemas de liquidez, condições económicas adversas nos países mutuários, escândalos mediáticos, um apetite decrescente pelo risco e as próprias prioridades económicas internas da China.[34] Em 2018, Xi Jinping já criticava os empréstimos excessivamente entusiásticos destinados a «projetos de vaidade», quando o verdadeiro foco deveria ser o investimento em iniciativas promotoras do desenvolvimento socioeconómico.[35] No ano seguinte, o líder chinês apelou, relativamente aos projetos da BRI, a uma transição da pintura com pinceladas largas – estilo *xieyi* (à mão livre) – para uma pintura mais atenta,

de pinceladas finas, nítidas e rigorosamente pormenorizadas – estilo *gongbi* (metuculoso).[\[36\]](#)

A sucessão de revisões também foi catalisada pela pandemia do coronavírus, em grande parte devido à crise da dívida e às necessidades de reestruturação resultantes dos confinamentos, do encerramento de empresas e do aumento exponencial do endividamento público e privado. Em 2021, Xi anunciou que os projetos «pequenos e belos» (小而美) deveriam estar na linha da frente da cooperação internacional – e da própria BRI.[\[37\]](#) Esta formulação foi adotada num relatório de orientação política publicado pela Agência Chinesa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CIDCA), que declarou que a BRI se afastaria dos projetos de grande envergadura para privilegiar os «Pequenos e Belos».[\[38\]](#) Entre os exemplos citados pelos meios de comunicação estatais chineses contam-se a cooperação entre instituições médicas da província de Shandong e instituições de países beneficiários como o Gana, a Tanzânia e o Níger, bem como projetos de bem-estar público dirigidos a países da região do Oceano Índico, envolvendo energia limpa, água potável, formação em competências profissionais, ciência agrícola, apoio educativo e intercâmbios transfronteiriços entre aldeias.[\[39\]](#)

Além da dimensão dos projetos, também se alterou o seu âmbito. No fórum que assinalou o décimo aniversário do anúncio da Iniciativa Cinturão e Rota, realizado em Pequim em 2023, o presidente Xi anunciou planos para a China cooperar com outros Estados em novos domínios, incluindo a taxação, as energias renováveis, a prevenção de desastres e o combate à pobreza.[\[40\]](#) Estes setores passaram igualmente a integrar a BRI, a par do investimento na educação, na agricultura e na ajuda humanitária. Todos são menos polémicos e comportam menores riscos políticos e financeiros do que alguns dos grandes projetos financiados por Pequim nas últimas duas décadas.[\[41\]](#) O mesmo se aplica às novas diretrizes publicadas entre 2020 e 2022, que exigem a adoção de critérios de referência em países onde a proteção ambiental e a governação não correspondem às normas internacionais – algo que teve um impacto visível nas decisões de investimento e nos respetivos resultados.[\[42\]](#)

Do ponto de vista de Pequim, o renascimento das Rotas da Seda tem sido um triunfo. A Iniciativa Cinturão e Rota, afirmou Xi Jinping no fórum do décimo aniversário, buscara «inspiração na antiga Rota da Seda» e visara o reforço das ligações e do comércio, bem como a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento global. «As nossas conquistas na última década são verdadeiramente notáveis», declarou Xi; «a cooperação no âmbito da BRI foi proposta pela China, mas os seus benefícios e oportunidades são partilhados com todo o mundo.»[\[43\]](#)

Estas declarações foram desenvolvidas num Livro Branco publicado uma semana antes pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China. Nele, afirmava-se que a Iniciativa Cinturão e Rota era «Um pilar essencial da Comunidade Global de Futuro Partilhado». Segundo o documento, «durante milénios, as antigas rotas da seda serviram como importantes artérias de interação, atravessando os vales do Nilo, do Tigre e do Eufrates, do Indo e do Ganges, bem como dos rios Amarelo e Yangtzé... Estas rotas aumentaram as ligações entre os países do continente eurasiático, facilitaram as trocas e a aprendizagem mútua entre as civilizações do Oriente e do Ocidente, impulsionaram o desenvolvimento e a prosperidade regionais e moldaram o espírito da Rota da Seda, que tem como características a paz e a cooperação, a abertura e a inclusão, a aprendizagem mútua e o benefício recíproco». O ressurgimento das Rotas da Seda foi «lançado pela China, mas pertence ao mundo e beneficia toda a humanidade».[\[44\]](#)

A dinamização de redes, corredores e ligações em toda a Ásia não pertence exclusivamente a um cenário com a China. Por exemplo, aumentaram de forma acentuada os volumes de comércio e a intensificação dos vínculos diplomáticos, militares e comerciais entre as dez nações do Sudeste Asiático que integram a ASEAN; também quase duplicou, entre 2017 e 2022, o comércio bilateral entre este bloco e a China, por um lado, e os Estados Unidos, por outro. Prevê-se que as exportações da ASEAN voltem a duplicar até 2031, crescendo a um ritmo três vezes superior à

média global.[45] Por outras palavras, trata-se de um período de vitalidade, inovação e expansão extraordinárias em todo o Sudeste Asiático.

A Ásia Central também tem estado na linha da frente das grandes reconfigurações globais da última década, não apenas devido à Iniciativa Cinturão e Rota, à retirada das forças ocidentais do Afeganistão e ao regresso dos talibãs, mas também devido à invasão da Ucrânia pela Rússia. A região tornou-se uma porta de entrada de mercadorias com destino à Rússia: as exportações alemãs para a Rússia através de países como o Quirguistão aumentaram mais de seis vezes desde fevereiro de 2022, subida essa que se explica, muito provavelmente, pela tentativa de contorno das sanções, com bens a chegarem aos mercados e consumidores russos pelas portas traseiras.[46] Mesmo antes disso, porém, já aumentavam significativamente os níveis de cooperação económica na região, como demonstra o programa de Cooperação Económica Regional da Ásia Central, promovido pelo Banco Asiático de Desenvolvimento.[47]

Embora não tenham chegado a uma conclusão as discussões sobre a introdução de um «visto das Rotas da Seda» que permitisse a livre circulação entre os Estados da Ásia Central, bem como a introdução de um visto único para visitantes estrangeiros, um acordo assinado no final de março de 2025 em Khujand, no Tajiquistão, resolveu finalmente um conjunto de disputas fronteiriças que haviam irrompido em 2021 e conduzido a confrontos militares.[48] Pela primeira vez desde 1991, este acordo assinala o fim das queixas políticas entre antigos membros da União Soviética, estabelecendo as bases para uma futura cooperação mais estreita.[49]

Outras peças do *puzzle* das Rotas da Seda vieram encaixar novas oportunidades – algumas delas notáveis. O Azerbaijão é um caso exemplar. Na primavera de 2025, o governo de Baku assinou uma série de acordos com a China, abrangendo, entre outros domínios, o petróleo e o gás, as energias renováveis, a indústria química, a metalurgia, a mineração, os têxteis, a construção automóvel, os materiais de construção, a indústria farmacêutica e a produção alimentar.[50] Isto ocorreu poucas semanas depois de o gabinete do primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu,

ter anunciado a intenção de consolidar uma parceria trilateral entre Israel, Azerbaijão e Estados Unidos, e de incluir o Azerbaijão nos Acordos de Abraão – um conjunto de acordos alcançados em 2020 com vista à normalização das relações no Médio Oriente. Isto porque «o Azerbaijão é um importante aliado de Israel na região do Cáucaso, com relações que abrangem a cooperação nos setores da segurança, comércio, tecnologia e energia».[51] A iniciativa avançou em parte graças ao apoio significativo de destacados rabinos em Israel – facto insólito, tendo em conta que cerca de 99 por cento da população do Azerbaijão é muçulmana.[52]

Se isso evidencia uma crescente influência geopolítica, o mesmo pode dizer-se do facto de, em 2024, com a irrupção do descontentamento da população canaca na Nova Caledónia, Pacífico Sul, em resposta a propostas francesas para alterar a Constituição, se terem destacado entre os manifestantes bandeiras do Azerbaijão e imagens do presidente Aliyev.[53] Estas manifestações, acompanhadas de financiamento e apoio logístico, foram amplamente interpretadas como uma resposta ao apoio francês à Arménia, sobretudo em relação à disputa em Nagorno-Karabakh, no Cáucaso.[54] As queixas do ministro francês do Interior, Gérald Darmanin, acusando o Azerbaijão de fomentar distúrbios no Pacífico Sul, foram liminarmente rejeitadas por responsáveis azeris, que afirmaram: «Em vez de acusar o Azerbaijão de alegadamente apoiar os protestos independentistas na Nova Caledónia, o ministro do Interior de França deveria concentrar-se no fracasso da política do seu país em relação aos territórios ultramarinos – política essa que conduziu precisamente a tais protestos.»[55]

As conexões no coração da Ásia também aumentaram de forma acentuada graças a novos investimentos em vias-férreas e transportes. Para dar um exemplo: em 2023, os volumes de mercadorias transportadas por via terrestre através do «Corredor Médio» e do «Corredor Meridional» – que atravessam o eixo central da Ásia, ligando a China à Europa e ao Médio Oriente – foram, no primeiro caso, 80 por cento superiores aos do ano anterior e, no segundo, continuavam a aumentar de forma constante.[56] Novas redes ferroviárias, avaliadas em vários milhares de milhões de

dólares e ligando a China ao Cazaquistão, Turquemenistão, Irão, Türkiye (Turquia) e Europa, bem como uma linha independente que une a China ao Quirguistão e ao Uzbequistão (e, em devido tempo, para lá destes), são indício dos níveis crescentes de interação e intercâmbio local, regional e intercontinental.[\[57\]](#)

A criação de novas oportunidades atraiu investimento para a região. Por exemplo, no verão de 2025, uma visita ao Cazaquistão realizada pelo príncipe herdeiro de Abu Dhabi, Mohammad bin Zayed, levou ao anúncio de acordos avaliados em vários milhares de milhões de dólares, abrangendo de projetos energéticos à inteligência artificial, da criação de um *cluster* de supercomputação a uma cooperação reforçada no setor bancário. Este desenvolvimento ocorreu após os fluxos de investimento direto oriundos dos Emirados Árabes Unidos, em 2024, terem mais do que duplicado em relação ao ano anterior.[\[58\]](#)

A importância da Ásia Central também aumentou devido ao interesse crescente na disponibilidade e na relevância das terras raras e de minerais críticos. A relativa abundância de crómio, tântalo e berílio, assim como de cobre e outros metais, manteve os holofotes sobre a região: nos últimos três anos, os presidentes de países como Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turquemenistão foram cortejados pelos governos dos Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Arábia Saudita e outros, tanto individualmente como em bloco, visando a assinatura de acordos que garantissem fornecimentos fiáveis e duradouros de materiais essenciais à prosperidade futura, à segurança nacional e por aí fora.[\[59\]](#)

Não foi, pois, por acaso que, em abril de 2025, quando o presidente Trump anunciava um vasto pacote de tarifas alfandegárias que fez estremecer os mercados bolsistas a nível global, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, se encontrava na Ásia Central, a liderar uma delegação da União Europeia e a deixar claros os sinais do interesse europeu naquela região. «A Ásia Central é uma região de nações soberanas e orgulhosas. Com histórias milenares e grandes ambições. A vossa localização estratégica pode abrir rotas comerciais e fluxos de investimento à escala global... A Ásia Central é a própria definição de um portal global,

o coração pulsante da Eurásia», afirmou Von der Leyen, com palavras e ideias já tão familiares que roçam o lugar-comum. A UE, disse aos presentes, já se comprometera com um investimento de 10 mil milhões de euros para o desenvolvimento do Corredor de Transporte Transcaspiano, que permitirá reduzir para metade o tempo de transporte de mercadorias entre a Europa e a Ásia Central. «Para acelerar os progressos, é com orgulho que anuncio hoje um pacote de investimento da iniciativa *Global Gateway* no valor de 12 mil milhões de euros», declarou – referindo-se à versão europeia da BRI.[60]

Tudo isso era ótimo, segundo o presidente Tokayev do Cazaquistão, acrescentando oportunamente que o seu país produz dezanove dos trinta e quatro tipos de matérias-primas críticas consideradas essenciais pela União Europeia, incluindo urânio, titânio, cobre, lítio, cobalto e tungsténio.[61] Pouco antes, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, falara com Murat Nurtleu, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, sobre uma «relação bilateral mais estreita» e o aprofundamento dos «vínculos económicos nos setores da energia, das telecomunicações e dos minerais críticos».[62] Alguns dias depois da visita da delegação europeia, responsáveis uzbeques estavam em Washington a assinar uma série de acordos relacionados com minerais críticos.[63]

A concorrência no coração do mundo é intensa. A Turquia, por exemplo, decretou que a designação «Ásia Central» deixará de ser usada nos manuais escolares e obras de referência para se referir a esta região – que deveria passar a ser conhecida como «Turquestão» – evidente declaração da forma como Ancara vê o seu papel de liderança crescente, muito além das fronteiras da Turquia e, aliás, muito além das do Império Otomano no auge da sua expansão.[64] Estas ideias têm raízes profundas que antecedem a ascensão ao poder de Recep Tayyip Erdoğan, figura dominante da política turca nas últimas duas décadas: por exemplo, em 2003, um dos seus antecessores na presidência, Abdullah Gül, terá afirmado que «a Turquia não pode estar confinada à Anatólia; as suas fronteiras reais estendem-se além das oficiais. A influência e os interesses da Turquia ultrapassam os seus limites geográficos».[65]

Sob a presidência de Erdoğan, ganharam fôlego as ideias de um renascimento otomano e da restauração da Turquia ao lugar que lhe é devido, não apenas como potência regional, mas como líder global – a par de uma ambição crescente nos domínios militar, económico e diplomático. Como assinalou um influente inquérito do Lowy Institute em 2024, a Turquia expandiu-se rapidamente, a ponto de ocupar atualmente o terceiro lugar – atrás apenas dos Estados Unidos e da China – em termos de dimensão da sua rede diplomática.^[66] Trata-se de um sinal revelador das oportunidades que o país antevê para os próximos anos e décadas, bem como dos preparativos em curso para poder aproveitá-las.

O aparecimento de novos protagonistas do poder tem sido também uma das características de um mundo em rápida transformação. Entre eles encontra-se Israel, que redesenhou o Médio Oriente na sequência do ataque do grupo terrorista Hamas ao sul de Israel, a 7 de outubro de 2023. As semanas e anos que se seguiram assistiram à devastação de Gaza, ao deslocamento de centenas de milhares de pessoas e a um número de mortos que ascende a muitas dezenas de milhar. Entre as consequências adicionais contam-se o colapso do regime de Assad na Síria, a neutralização das ameaças do Hezbollah e o profundo enfraquecimento do Irão – em grande parte na sequência de bombardeamentos que comprometeram de forma decisiva os seus sistemas de defesa aérea. No verão de 2023, o cenário era muito diferente, após a assinatura dos Acordos de Abraão, que pareciam abrir caminho à normalização das relações no Médio Oriente alargado; os acontecimentos posteriores parecem ter reduzido tais esperanças a cinzas e reformulado por completo as expectativas quanto ao futuro da Ásia Ocidental.

Essas ambições manifestam-se nos Emirados Árabes Unidos, um Estado cuja riqueza e importância aumentaram rapidamente nas últimas décadas. O porto de Jebel Ali, ao largo do Dubai, foi inaugurado em 1979; em 2023, já figurava entre os dez portos de contentores mais movimentados do mundo.^[67] Os Emirados diversificaram-se de forma impressionante, injetando tal volume de capital em projetos africanos que se tornaram, atualmente, a maior fonte de financiamento para investimentos em todo o

continente – fornecendo mais do dobro do que a China ou outros Estados se comprometeram a fornecer para o desenvolvimento de infraestruturas africanas.[68] A DP World, do Dubai, gere seis portos em África, enquanto a Abu Dhabi Ports se expandiu para a Guiné, Egito e Angola.[69] Tem-se dado particular atenção aos metais, mineração e agricultura – setores de interesse também para outros Estados do Golfo, como a Arábia Saudita e o Qatar, que, juntamente com os Emirados, investiram mais de 100 mil milhões de dólares em África na última década.[70]

Como a Arábia Saudita e o Qatar, os Emirados Árabes Unidos também alargaram os seus horizontes de investimento à China, à Coreia do Sul, ao Sudeste Asiático, à Rússia – e ao Reino Unido, onde os fundos têm sido aplicados em instalações químicas, energias renováveis e clubes de futebol.[71] Como afirmou um responsável do governo britânico em 2023, antes de uma visita do príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman, «precisamos mais deles do que eles de nós».[72] Não foi por acaso, portanto, que a primeira grande deslocação de Donald Trump no seu segundo mandato presidencial tivesse como destino o Golfo, onde se diz que o seu objetivo principal foi o de assegurar investimentos no valor de vários biliões de dólares – para ajudar a impulsionar a economia dos Estados Unidos.[73]

Outros países partilham visões arrojadas para o futuro, como o Vietname, cujo Plano Nacional Diretor para 2021-2030 define um percurso para se tornar uma economia de rendimento elevado até 2050, «caracterizada por uma sociedade justa, democrática e civilizada, apoiada por infraestruturas modernas e abrangentes».[74] Para reforçar as suas capacidades regionais, o governo começou a expandir alguns dos seus pequenos postos avançados nas ilhas Spratly através de dragagens e aterros, criando novas ilhas artificiais comparáveis às que a China tem vindo a construir nos últimos anos no Mar do Sul da China.[75]

Há bastantes planos de longo prazo delineados por países da Ásia Central, como o Cazaquistão-2030 e o Cazaquistão-2050, que visam (como explicita este último plano) ajudar a transformar o país numa «sociedade de bem-estar baseada num Estado forte, numa economia desenvolvida com

oportunidades laborais universais, bem como integrá-lo no clube dos 30 países mais desenvolvidos do mundo».[76] E há países como a Indonésia, que também revelou recentemente um plano de desenvolvimento com vista à criação de uma Indonésia Dourada até 2045 – data que assinala o centenário da sua independência – e a Malásia, cuja política *Look East* remonta ao início da década de 1980, inspirada, entre outras coisas, na ideia de integrar valores morais e ética laboral japoneses, o que foi recentemente alargado para incluir a China.[77]

Muitos dos planos de longo prazo elaborados por países da Ásia incluem políticas destinadas a combater a pobreza, transitar para fontes de energia renovável e alcançar a neutralidade carbónica. Todos eles, no entanto, assentam na premissa de um aumento da cooperação a nível local, regional e global – uma das razões para a popularidade da ideia das Rotas da Seda não só na Ásia Central, mas também no Irão, no Leste, no Sudeste e em muitas partes da Ásia Meridional.

Uma das regiões do mundo onde as ideias em torno das Rotas da Seda encontraram solo menos fértil é a Índia. Uma das razões prende-se com o facto de se terem tornado cada vez mais hostis, sob a chefia do governo de Narendra Modi, as atitudes para com as populações não hindus – sobretudo para com os muçulmanos que vivem no país. O governo de Modi tem sido acusado de reescrever e instrumentalizar a história, ao remover dos manuais escolares capítulos sobre os mogóis e ao eliminar referências à oposição de Gandhi ao nacionalismo hindu.[78] Durante a campanha eleitoral de 2024, a linguagem inflamada de Modi incluiu a qualificação da minoria muçulmana na Índia como «infiltrados», enquanto um dos seus ministros alertava as multidões de que o partido da oposição «quer entregar os bens dos vossos filhos aos muçulmanos».[79]

Outra relação tensa é a que opõe Índia e China, marcada pela memória amarga da guerra travada entre os dois países em 1962, e por novos episódios de hostilidade resultantes de disputas fronteiriças, algumas das quais deram origem a confrontos militares diretos entre as respetivas forças armadas – o mais recente no planalto de Doklam, em 2020.[80]

Deli recusou-se terminantemente a aderir à Iniciativa Cinturão e Rota, apresentando perspectivas amargas das supostas falhas da China. Por exemplo, uma declaração emitida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, em maio de 2017, por ocasião do Fórum do Cinturão e Rota em Pequim – para o qual a Índia não enviou qualquer representante – afirmava que «as iniciativas de conectividade devem basear-se em normas internacionais universalmente reconhecidas». Essas iniciativas, prosseguia o comunicado, «requerem boa governação, primado da lei, abertura, transparência e igualdade». Embora não mencionasse diretamente a BRI, o comunicado alertava ainda que «As iniciativas de conectividade devem seguir princípios de responsabilidade financeira, de modo a evitar projetos que gerem encargos insustentáveis de dívida para as comunidades; padrões equilibrados de proteção e preservação ecológica e ambiental; avaliação transparente dos custos dos projetos; e transferência de competências e tecnologia para apoiar a gestão e a manutenção a longo prazo dos ativos criados pelas comunidades locais».[81] Não era preciso grande esforço de interpretação para perceber que as reservas de Deli se dirigiam diretamente à China.

Neste contexto, o governo indiano lançou um conjunto de novas redes alternativas, em grande parte como resposta às inquietações suscitadas pela Iniciativa Cinturão e Rota. Essas redes refletem os próprios objetivos, métodos e princípios de Pequim, investindo em infraestruturas que reforcem as ligações, aumentem os fluxos comerciais e promovam a cooperação. Um desses modelos é a política *Act East*, anunciada em novembro de 2014 pelo primeiro-ministro Modi como uma alternativa direta à BRI e assinalando um acentuado reforço do envolvimento de Deli com os seus vizinhos a leste e com toda a região do Indo-Pacífico.[82]

Suficientemente alarmados, os decisores políticos indianos conceberam uma série de outros programas destinados a servir de contraponto às redes e conexões crescentes da China. Um desses programas é o Projeto Mausam, também idealizado em 2014 como forma de contrariar a crescente influência de Pequim na região do Oceano Índico.[83] Outro é a iniciativa Rota do Algodão – não sendo coincidência a escolha de outro têxtil

historicamente relevante –, anunciada em 2015 com o objetivo de estabelecer parcerias económicas e estratégicas com outros países através da revitalização das antigas rotas do Oceano Índico, bem como da criação de elos com a Rússia.[\[84\]](#)

Há também o Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa (IMEC), anunciado com grande pompa em 2023, composto por «dois corredores distintos, o corredor oriental, que liga a Índia ao Golfo Pérsico, e o corredor setentrional, que liga o Golfo Pérsico à Europa». Entre os investimentos planeados inclui-se «uma linha ferroviária que, uma vez concluída, proporcionará uma rede fiável e económica de trânsito transfronteiriço intermodal, por via marítima e ferroviária, para complementar as atuais rotas de transporte marítimo e rodoviário – permitindo a circulação de bens e serviços com origem, destino e circulação entre Índia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Jordânia, Israel e Europa». Além das ligações de transporte, o IMEC visa melhorar a conectividade de dados, redes de eletricidade renovável e gasodutos de hidrogénio verde – segundo o presidente Biden, cuja administração manifestou um apoio entusiástico, não apenas pelo interesse estratégico direto, mas também pelo desejo dos Estados Unidos de contrabalançar os sucessos da BRI e a crescente influência da China na Ásia.[\[85\]](#)

Na primavera de 2025, a Índia anunciou mais um projeto, desta vez intitulado Avanço Mútuo e Holístico para a Segurança e o Crescimento entre Regiões (Mahasagar – *Mutual and Holistic Advancement for Security and Growth Across Regions*), apresentado como mais uma nova «visão» para o crescimento e a segurança no Sul Global – embora ainda sejam pouco claros os pormenores concretos sobre o que envolve ao certo essa visão, e para quem.[\[86\]](#) Este projeto propõe «uma versão melhorada e mais abrangente» da política Segurança e Crescimento para Todos na Região (SAGAR – *Security and Growth for All in the Region*) – mais um conceito previamente anunciado pelo primeiro-ministro Modi, desta feita em 2015.[\[87\]](#)

Estas iniciativas são versões paralelas da Iniciativa Cinturão e Rota em tudo menos no nome. A multiplicidade de variantes concebidas pelas

autoridades de Deli revela uma destas realidades, ou ambas: por um lado, a Índia tem tido dificuldade em articular uma visão clara para as suas ligações regionais (ou mesmo em dar-lhe um nome); por outro lado, recalibra com frequência a sua posição e tenta salvaguardar diferentes apostas. Por exemplo, os investimentos e as ligações da Índia com o Irão em geral, e com o porto de Chabahar em particular, colocam desafios óbvios num mundo onde o regime de Teerão está fortemente sancionado e onde as rivalidades com outros Estados do Golfo – para não falar do ponto terminal proposto para o IMEC em Haifa, Israel, ou do tratamento atual dos muçulmanos na Índia – compõem um leque de aliados algo insólito.[\[88\]](#)

Não é apenas a Índia que procura equilibrar interesses concorrentes. Também muitos Estados do Médio Oriente e do Golfo o fazem, mantendo estreitas relações militares, financeiras e de segurança com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que constroem laços com a China e colaboram de forma seletiva com a Rússia.[\[89\]](#) No caso da Índia, há uma complicação adicional: a política interna e a ascensão do nacionalismo hindu. A forte ênfase no hinduísmo, em detrimento de outros sistemas de crença, tem levado a posições cada vez mais enérgicas em relação ao islão e aos muçulmanos, e a atitudes ambíguas face ao budismo: reconhecimentos pontuais da importância deste último surgem geralmente com cautela e, em regra, apenas no contexto seguro do passado longínquo. Já na China, têm sido seguidas abordagens diferentes tanto por académicos como pelo próprio Estado, que vem integrando monges, textos e crenças budistas no pensamento político, histórico e até espiritual dominante. Por exemplo, afirma-se com crescente frequência e confiança que «o budismo teve origem na Índia, mas floresceu na China», e que «enquanto o budismo declinou na Índia, tornou-se muito forte na China e passou a fazer parte da cultura chinesa».[\[90\]](#) De facto, o próprio Xi Jinping declarou que, ao incorporar ideias do taoísmo e do confucionismo, o budismo se transformou em «budismo com características chinesas».[\[91\]](#)

Sendo a nação mais populosa do mundo, não surpreende que a Índia esteja essencialmente concentrada no seu próprio desenvolvimento socioeconómico, dando prioridade à expansão das ligações dentro do

subcontinente. A aceleração tem sido tão dramática quanto impressionante. A rede nacional de autoestradas da Índia quase duplicou de dimensão entre 2014 e 2024, passando de cerca de 90 mil para mais de 145 mil quilómetros, com os corredores de alta velocidade a multiplicarem-se por vinte e cinco no mesmo período. O número de aeroportos operacionais mais do que duplicou, tal como a capacidade de movimentação de carga nos principais portos do país. Em 2019, apenas 17 por cento dos agregados familiares rurais dispunham de ligação a água canalizada; no início de 2025, essa proporção atingia os 80 por cento.[\[92\]](#)

A posição geopolítica da Índia é ainda mais complexa devido ao seu esforço para manter uma posição de não alinhamento e neutralidade política, procurando simultaneamente alianças e parcerias com todos os interlocutores. Nos últimos anos, por exemplo, a Índia tem acolhido as cimeiras Voz do Sul Global, cujos temas ecoam fortemente os da Iniciativa Cinturão e Rota na sua formulação mais recente, com destaques para a saúde, o envolvimento da juventude e os «novos paradigmas» de desenvolvimento social e humano. Como na BRI, o volume importa: o elevado número de países que enviaram delegados tem sido realçado nos comunicados de imprensa como sinal do amplo apelo que a Índia e estas cimeiras têm vindo a exercer.[\[93\]](#)

A posição da Índia como «promotora» do Sul Global e da «cooperação Sul-Sul» é regularmente sublinhada tanto pelos ministérios do governo indiano como por altos responsáveis de agências multilaterais. Amina Mohammed, por exemplo, secretária-geral adjunta da ONU, elogiou calorosamente os feitos da Índia nesse domínio e o seu papel em ajudar «o mundo como uma única família interligada». A Índia demonstrou «liderança exemplar no enfrentamento dos desafios globais», afirmou Dennis Francis, então presidente da Assembleia-Geral da ONU, acrescentando que o país serve como «farol dentro do Sul Global, no espírito da cooperação Sul-Sul».[\[94\]](#) Tais declarações têm um valor político significativo no quadro da intensa competição por uma narrativa geopolítica convincente e inclusiva.

O facto de a Índia ser a quinta maior economia do mundo e albergar mais multimilionários do que qualquer outro país, com exceção dos Estados Unidos e da China, levou alguns a falarem de um «Raj dos Multimilionários», sublinhando que a desigualdade no país não diminuiu, antes teve um aumento acentuado – o que dificilmente pode considerar-se um sinal de progresso socioeconómico.^[95] Outros – incluindo estrategas indianos de alto nível – questionam, por sua vez, se o conceito de Sul Global é realmente útil, argumentando que agrupar «mais de metade da humanidade num único saco não só apresenta falhas analíticas profundas», como «nega a autonomia individual dos países ao tratá-los como um bloco homogéneo», com «fronteiras fluidas e critérios de inclusão vagos».^[96]

Ainda assim, é importante construir parcerias. Daí os objetivos do exercício AIKEYME de 2025 – o maior exercício naval conjunto de sempre entre a Índia e países africanos, incluindo a Tanzânia, Comores, Djibuti, Eritreia, Quênia, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Seychelles e África do Sul – que foram claramente enunciados pelo governo indiano: não apenas reforçar a cooperação, mas também afirmar a Índia como o «parceiro de segurança preferencial» em toda a região do Oceano Índico.^[97] Embora comentadores indianos tenham apresentado esta iniciativa como prova de que a Índia é simultaneamente um parceiro «não coercivo» e «uma alternativa fiável à China», a verdade é que Deli está a tentar vencer o seu rival com as regras deste.^[98]

Como afirmou o experiente ministro dos Negócios Estrangeiros S. Jaishankar, o papel da Índia é «envolver os Estados Unidos, gerir a China, cultivar a Europa, tranquilizar a Rússia, envolver o Japão, atrair os vizinhos, alargar essa vizinhança e expandir os tradicionais círculos de apoio» – uma política de «autonomia estratégica com raízes profundas no papel da Índia durante a Guerra Fria enquanto membro fulcral do movimento dos países Não-Alinhados».^[99]

Esse equilíbrio é tão compreensível quanto louvável – mas não é fácil. A Índia faz, por exemplo, parte do Diálogo Quadrilateral de Segurança (Quad), com os Estados Unidos, o Japão e a Austrália. Do ponto de vista norte-americano em particular, a Índia desempenha um papel crucial para

contrabalançar as ambições da China – reais e imaginadas – na região do Indo-Pacífico.[\[100\]](#) Apesar das várias antipatias e rivalidades de Deli em relação a Pequim, a China é o maior parceiro comercial da Índia, o que obriga a uma gestão cautelosa da relação.[\[101\]](#) De facto, a recente melhoria das relações entre os dois países tem sido amplamente atribuída a tentativas eficazes de influência junto do primeiro-ministro Modi por parte de líderes empresariais: a renovação das Rotas da Seda é uma ideia muito menos ameaçadora para os que se movem no comércio e nos negócios do que para os que se orientam pela geopolítica.[\[102\]](#)

Uma das grandes questões geopolíticas do século ^{xxi} é saber se a relação entre a Índia e a China continuará a ser confrontacional e competitiva, ou se o alinhamento entre estas duas potências poderá permitir o surgimento de uma relação funcional através do diálogo, do comércio e do respeito mútuo pelos respetivos interesses. Essa possibilidade parece remota a muitos analistas e decisores políticos, cuja leitura da rivalidade sino-indiana é a de que ela é tão vincada que a formação de uma parceria funcional é improvável. No entanto, indícios recentes sugerem que essas dúvidas poderão ser injustificadas, dado que a Índia e a China estão ativamente a trabalhar em formas de cooperação num número crescente de áreas.[\[103\]](#)

Se isso representa um problema óbvio para os Estados Unidos, que têm a sua própria visão dos desafios colocados pela ascensão da China, o mesmo pode dizer-se das estreitas relações de Deli com Teerão – e com Moscovo.[\[104\]](#) O comércio ao longo do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul, que liga a Rússia à Ásia Meridional e à Ásia Ocidental, cresceu de forma acentuada na última década, sendo ultimamente impulsionado pelo fornecimento de drones fabricados no Irão e de outras armas destinadas às forças armadas russas. Esta rota, formalmente criada em setembro de 2000 como um acordo trilateral entre Índia, Irão e Rússia, tornou-se cada vez mais importante para Moscovo, que prevê investir 280 mil milhões de rublos (cerca de 3 mil milhões de dólares) até 2030, com o objetivo de duplicar os volumes atuais de carga.[\[105\]](#)

Os laços profundos entre Moscovo e Deli remontam ao período anterior à independência indiana e mantiveram-se fortes durante a Guerra Fria,

tendo sido preservados após a queda do Muro de Berlim. Por exemplo, a Índia absteve-se deliberadamente numa votação nas Nações Unidas para condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, e voltou a abster-se em ocasiões posteriores, preferindo emitir declarações a apelar para que Moscovo e Kiev cheguem a um acordo de paz.^[106] Como afirmou Jaishankar, o papel da Índia é manter-se afastada dos problemas alheios e preservar alianças com todos. «Um país que tem o maior número de amigos e o menor de adversários é, obviamente, um país com uma diplomacia inteligente. Por que haveria um país de limitar os seus amigos?», disse ele, acrescentando que a Índia valoriza a sua relação com a Rússia: «Uma relação que tem servido bem a Índia.»^[107]

A diplomacia hábil tem dado frutos, como demonstram claramente o grande acordo comercial com o Reino Unido e o quadro de entendimento para um acordo semelhante com os Estados Unidos, ambos anunciados na primavera de 2025.^[108] No entanto, equilibrar múltiplas posições é uma tarefa complicada – e ainda mais complicada é a sua execução com mestria. No Ocidente, muitos dos que veem a Índia como um aliado fundamental na Ásia, franziram o sobrolho perante o acordo formal alcançado entre a Índia e a Rússia no final de 2023 para aprofundarem a colaboração, especialmente no fabrico de equipamento militar, numa altura em que a invasão da Ucrânia pela Rússia estava em plena marcha.^[109] Moscovo tem sido, há muito, o principal fornecedor de armamento da Índia e, apesar de alguma diversificação nos últimos anos, continua a ser o principal provedor anual de armas compradas por Deli.^[110] Do mesmo modo, a Rússia desempenhou um papel crucial no desenvolvimento das capacidades marítimas da Índia, com o aluguer de um submarino nuclear de ataque da classe Akula-1, o apoio ao programa de submarinos Arihant e, mais recentemente, a construção da INS *Tushil*, uma fragata furtiva equipada com mísseis guiados, entregue em Kaliningrado na presença do ministro da Defesa da Índia em Dezembro de 2024.^[111]

Acresce um enorme *boom* no comércio entre Deli e Moscovo. Antes da invasão da Ucrânia em 2022, o comércio entre a Índia e a Rússia rondava os 12 mil milhões de dólares por ano; no final de 2023, esse valor

quintuplicara para 65 mil milhões, tornando a Índia o segundo maior parceiro comercial da Rússia.[\[112\]](#) Para ajudar a contornar as sanções ocidentais, o Banco Central da Índia autorizou entidades russas a abrirem contas de liquidação especiais, permitindo-lhes manter fundos em segurança nos bancos indianos – um passo crucial para que a Índia pudesse fazer negócios sem recorrer ao dólar americano e importar petróleo russo com descontos.[\[113\]](#) Foi tal a quantidade de petróleo enviada aos fornecedores indianos que, em 2024, a Índia se tornou o maior mercado de exportação da Rússia – importando mais petróleo do que a própria China. Os volumes foram de tal ordem que a Índia ultrapassou a Arábia Saudita como principal fornecedora de petróleo à Europa – algo notável, tendo em conta que a Índia em si não passa de uma produtora modesta.[\[114\]](#) As guerras e a instabilidade podem ser proveitosas para os intermediários; o conflito na Ucrânia não é exceção.

O mesmo se aplica à China, que beneficiou com o ataque russo de 2022. Naturalmente, as forças armadas chinesas retiraram lições do desempenho do equipamento russo e das decisões no campo de batalha – tanto de ensinamentos negativos como de ensinamentos positivos. As sanções ocidentais impostas a Moscovo também proporcionaram à China oportunidades de compreender a utilização dessas medidas como instrumentos económicos de coação, bem como os seus possíveis efeitos – ambos constituindo lições valiosas. A pressão sobre a Rússia criou ainda outras oportunidades, sobretudo a possibilidade de adquirir grandes volumes de recursos naturais – como petróleo, gás e metais – a preços reduzidos. Nos doze meses que se seguiram ao início da invasão de 24 de fevereiro de 2022, o comércio entre os dois países aumentou 40 por cento, alcançando os 190 mil milhões de dólares anuais.[\[115\]](#) No final de 2024, registava já um novo aumento de 30 por cento, situando-se em cerca de 245 mil milhões.[\[116\]](#) A transferência de matérias-primas foi de tal ordem que muitos comentadores descreveram partes da Rússia – ou até o país inteiro – como estando a transformar-se numa «colónia de recursos», sob controlo de Pequim.[\[117\]](#)

A China e a Rússia também têm feito declarações repetidas de apoio mútuo, que podem dar a impressão de que os dois Estados partilham visões do mundo muito semelhantes. Por exemplo, um comunicado conjunto emitido após um encontro na China entre Vladimir Putin e Xi Jinping – apenas três semanas antes do ataque russo à Ucrânia – afirmava uma amizade profunda entre os dois países, uma amizade «sem limites», na qual não existiam áreas «proibidas» de cooperação.[\[118\]](#) Sentimentos semelhantes foram partilhados um ano depois, aquando da visita de Xi a Moscovo, com o líder chinês a observar que o mundo atravessava mudanças «como não víamos há cem anos», isto antes de acrescentar que a China e a Rússia «são as que estão a conduzir essas mudanças em conjunto».[\[119\]](#)

Quando Putin foi reeleito presidente da Rússia em 2024 (com uns modestos 87 por cento dos votos) e visitou Pequim, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China afirmou que as relações bilaterais entre os dois países «resistiram ao vento e à chuva, fortaleceram-se com o tempo e superaram as provas das imprevisíveis tempestades internacionais».[\[120\]](#) Em abril de 2025, teve lugar um encontro entre Wang Yi e Serguei Lavrov no qual os dois ministros dos Negócios Estrangeiros acordaram «promover conjuntamente o desenvolvimento das relações bilaterais e da cooperação em vários domínios, continuando a beneficiar os dois povos».[\[121\]](#)

Tais manifestações de amizade e solidariedade mútua podem sugerir que os laços entre os dois países são mais calorosos e sólidos do que poderiam sugerir as análises mais otimistas das suas relações. Os comunicados chineses raramente entram em pormenores, o que deixa mais margem para interpretação do que costumam admitir muitos comentadores – sobretudo no Ocidente.[\[122\]](#) Os internautas chineses têm-se mostrado, por vezes, fortemente críticos do ataque da Rússia à Ucrânia, chegando mesmo a referir-se ao líder ucraniano como «São Zelensky», o que levou alguns intelectuais da linha dura a censurá-los por opiniões superficiais, recomendando-lhes a leitura dos escritos de Lenine sobre a «doença infantil» para superarem a sua ingenuidade e por sustentarem ideias que, segundo esses críticos, devem ser descartadas como fantasiosas.[\[123\]](#)

Embora seja verdade que Xi e os seus principais responsáveis não criticaram o ataque russo à Ucrânia, a China tem-se mantido prudente no que toca ao apoio militar, tecnológico ou financeiro, não só por receio de provocar os Estados Unidos e desencadear sanções secundárias, mas também porque, embora se fale em público de relações sem limites, a realidade privada é outro assunto.[\[124\]](#)

Enquanto Moscovo tem demonstrado uma crescente atividade em várias regiões do globo – sobretudo em África, onde se prevê que o comércio duplique nos próximos cinco anos –, não há dúvida de que, apesar da invasão da Ucrânia, o foco da Rússia se deslocou para oriente e para as redes que cruzam a Ásia.[\[125\]](#) Isso pode verificar-se, em primeiro lugar, na energia e no entusiasmo investidos em instituições como a Organização de Cooperação de Xangai, a União Económica Eurasiática, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e a *troika* RIC (Rússia, Índia, China); mas também no reforço da sua frota do Pacífico – à qual foram acrescentados, só em 2024, três novos submarinos nucleares –; e, de forma mais evidente, no documento estratégico «Conceito de Política Externa da Federação da Rússia», publicado em março de 2023, onde se expõe a imagem que a Rússia tem de si – e do mundo à sua volta.

Segundo o documento, a Rússia ocupa uma «situação especial [...] como Estado-civilização singular, como vasta potência eurasiática e europacífica que uniu o povo russo e outros povos que constituem conjuntamente uma comunhão cultural e civilizacional do Mundo Russo». Graças a «mais de um milhar de anos de condição de Estado independente, o património cultural das épocas anteriores [e] as profundas ligações históricas com a cultura tradicional europeia e outras culturas da Eurásia», a Rússia tem uma ímpar «capacidade [...] de garantir uma coexistência harmoniosa num território comum de vários povos, grupos étnicos, religiosos e linguísticos». São tão inconfundíveis quanto inquietantes as ressonâncias com a evocação de Xi Jinping das Rotas da Seda, redes por excelência onde povos de «raças, crenças e origens culturais diferentes podiam trabalhar em conjunto».[\[126\]](#)

Se a China, a Índia, a Rússia e outros países partilham ideias notavelmente semelhantes sobre a importância das antigas ligações e redes euroasiáticas – e sobre a forma como essas moldam o presente e o futuro –, também estão a emergir, um pouco por toda a Ásia, visões paralelas acerca da história e do papel do Ocidente. O presidente Putin, por exemplo, tem falado de forma exaustiva sobre o imperialismo ocidental, queixando-se da sua recusa em responder aos «reiterados apelos ao diálogo» por parte de Moscovo, da existência de um «projeto anti-Rússia» e de como os Estados Unidos e a Europa têm tratado o seu país.^[127] «Os países ocidentais dizem há séculos que levam liberdade e democracia às outras nações», declarou num discurso que acompanhou a anexação de partes da Ucrânia, em 2022. «Nada poderia estar mais longe da verdade», prosseguiu. «Em vez de levarem democracia, reprimiram e exploraram; em vez de oferecerem liberdade, escravizaram e oprimiram. O mundo unipolar é, por natureza, antidemocrático e desprovido de liberdade; é falso e hipócrita em toda a linha.» Além disso, o Ocidente preocupa-se essencialmente com os seus próprios interesses. «Eles não querem que sejamos livres», disse, «querem que sejamos uma colónia. Não querem uma cooperação equitativa; querem pilhar. Não querem ver em nós uma sociedade livre, mas uma massa de escravos sem alma».^[128]

Antipatia semelhante em relação ao Ocidente e, em particular, aos Estados Unidos, pode encontrar-se em várias partes da Ásia. Importantes figuras do Irão, por exemplo, falam regularmente do declínio do Ocidente e apelam à formação de uma nova ordem mundial que não dependa dos Estados Unidos. Assim, logo após a sua eleição como presidente do Irão, em 2024, Masoud Pezeshkian escreveu sobre os abusos cometidos pelo Ocidente e defendeu que o Irão deveria desempenhar «um papel crucial na ordem global pós-polar emergente, promovendo a paz, criando um ambiente de calma propício ao desenvolvimento sustentável, fomentando o diálogo e combatendo a islamofobia», que, segundo ele, se tornou endémica nas sociedades ocidentais.^[129]

Sentimentos semelhantes foram expressos por Imran Khan quando era primeiro-ministro do Paquistão. Afirmou que o sistema escolar inglês no seu país conduziu à adoção de uma «cultura alheia». Isto não era apenas

equivalente à escravidão, disse, mas pior – pois «a escravidão mental» era mais grave do que «a escravidão propriamente dita».[130] Também o primeiro-ministro Modi, na Índia, saudou a notícia de que o país ultrapassara o Reino Unido e se tornara a quinta maior economia do mundo, anunciando: «Ultrapassámos em crescimento económico aqueles que nos governaram durante 250 anos.» E acrescentou que era importante «termos quebrado as grilhetas de milhares de anos de escravidão e [...] não nos deteremos agora. Apenas avançaremos».[131] Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaishankar, essa libertação da Índia constitui, além disso, um catalisador para uma nova ordem global, pois «só uma Ásia multipolar poderá conduzir a um mundo multipolar».[132]

A identificação de um problema – e de uma ameaça – comuns ajudou a abrir caminho para o desenvolvimento de uma linguagem comum, que procura sublinhar o poder destrutivo do imperialismo ocidental, dos duplos critérios e da sua inerente instabilidade. Num extenso comunicado conjunto emitido por ocasião da visita de Vladimir Putin a Pequim, em 2024, o presidente russo e o seu homólogo chinês afirmaram que «as relações russo-chinesas resistem ao teste das rápidas mudanças no mundo, demonstrando força e estabilidade, e atravessam o melhor período da sua história». Os dois líderes também assinalaram ainda que «tencionam intensificar a cooperação e reforçar a coordenação com vista a contrariar o rumo destrutivo e hostil de Washington, assente na chamada “dupla contenção” dos nossos países».[133] Ou seja, se as histórias das Rotas da Seda constituem um laço de unidade que aproxima os povos, a identificação de uma ameaça comum – sob a forma do Ocidente em geral e dos Estados Unidos em particular – constitui outro.

A busca de uma narrativa própria levou ao surgimento de diversas abordagens que procuram salientar a existência de alternativas à ordem global do pós-Segunda Guerra Mundial. Embora o paradigma das Rotas da Seda ofereça oportunidades nesse sentido, não constitui o único modelo para conceptualizar um mundo em transformação. Ao longo da última década, foi anunciada e desenvolvida por Pequim uma série de novas iniciativas, como a Iniciativa para a Segurança Global, a Iniciativa para o

Desenvolvimento Global e a Iniciativa para a Civilização Global – apoiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Global e Cooperação Sul-Sul, pelo Fundo para os Projetos de Desenvolvimento Global e pelo Fundo de Capital para o Desenvolvimento Global. Como a BRI, estas iniciativas integram as propostas da China para uma ordem mundial reformulada e integram a sua visão de uma Comunidade de Futuro Partilhado para a Humanidade (人类命运共同体).[134]

A crescente importância global da China desencadeou uma série de desenvolvimentos que assentam, em grande medida, em conceptualizações chinesas do marxismo clássico, da História e do lugar do país no mundo. Nessa perspetiva, é central a afirmação de que a China merece ter o «poder de falar» e o «poder de ser ouvida» – a níveis local, regional e global.[135] Essas exigências tornaram-se mais vincadas nos últimos anos, alimentadas, em parte, pela convicção de que o mundo atravessa um período de incerteza – e de que a China «é a maior fonte de estabilidade».[136]

Para muitos especialistas chineses em estratégia, os Estados Unidos estão decididos a abrandar, dificultar ou mesmo travar a ascensão da China.[137] O influente Liu Jianfei, por exemplo, sustenta que não só está em curso um «grande jogo» entre superpotências rivais como isso representa «um confronto entre sistemas de governação nacional e o rumo da governação global e da ordem internacional».[138] Uma das consequências tem sido a disposição da China para formar alianças de conveniência, por vezes referidas como elementos de uma Frente Unida Internacional contra a Hegemonia – através da qual a China está disposta a reforçar laços com Estados como a Rússia, o Irão e a Coreia do Norte, na medida em que estes estejam dispostos a enfrentar «o falso multilateralismo, as falsas regras, os falsos direitos humanos e a falsa democracia» do Ocidente liderado pelos Estados Unidos.[139]

As visões comuns sobre a malevolência do Ocidente deram origem a múltiplos fóruns para países que se sentem lesados, excluídos ou sufocados, permitindo-lhes expor queixas mútuas e reforçar a cooperação entre si. O mais notável desses fóruns é o agrupamento BRICS, que se tornou cada vez mais visível e ativo nos últimos anos. Poucos prestaram atenção

quando, em 2006, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Rússia, Índia e China se reuniram pela primeira vez à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque; assim como poucos prestaram atenção quando se deu a primeira cimeira, em Ecaterimburgo, na Rússia, três anos depois, ou aquando da adesão da África do Sul, em 2010. Uma das razões para a crescente cooperação entre os membros do grupo – e entre o grupo e os países com estatuto de observador – foi a crise financeira que expôs o fracasso da regulação nos Estados Unidos e a ineficácia das instituições de Bretton Woods, criadas em 1944 para estabelecer um sistema monetário internacional. Talvez não surpreenda, por isso, que se tenham multiplicado os apelos a uma redistribuição do poder e da responsabilidade económicos à escala global, com a sua transferência do Ocidente para o mundo em desenvolvimento, bem como os apelos à promoção de uma ordem global mais equilibrada.[\[140\]](#)

O apelo deste último modelo é uma das razões pelas quais o agrupamento BRICS se tem alargado nos últimos anos, com a entrada do Egito, Etiópia, Irão e Emirados Árabes Unidos como membros de pleno direito em 2024, e Indonésia em janeiro de 2025. Em conjunto, os países do BRICS representam atualmente cerca de metade da população mundial e cerca de 40 por cento do PIB global em termos de paridade do poder de compra.[\[141\]](#) A linguagem usada nos encontros do BRICS tornou-se progressivamente mais contundente. Numa reunião em Sampetersburgo, em julho de 2024, o presidente Putin falou da necessidade de derrubar o «colonialismo clássico» da ordem liderada pelos Estados Unidos, apelando ao fim do «monopólio» de Washington na manipulação de um sistema baseado em regras a seu favor.

A questão de como atingir esse objetivo é outro assunto – até porque se trata apenas de uma entre várias questões sobre as quais nem todos os membros do BRICS partilham a mesma visão. Ainda assim, a criação pelo bloco de instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo de Reservas Contingentes, bem como a exploração de formas de criar um sistema financeiro alternativo não assente no dólar, constituem exemplos de áreas onde estão a tomar forma esforços para preparar uma ordem mundial

alternativa – senão nova.^[142] As discussões sobre a criação de sistemas de comércio para produtos agrícolas e metais (ambas áreas em que os membros do BRICS dispõem de recursos substanciais) são outro exemplo. ^[143] Estamos ainda numa fase inicial, mas não é difícil perceber a dimensão da ambição subjacente a estes esforços para preparar o futuro.

O alinhamento crescente entre os Estados-membros do BRICS e o conjunto de Estados observadores desencadeou reações ferozes por parte dos Estados Unidos. Pouco depois da sua segunda eleição para a presidência, em 2024, Donald Trump declarou: «Exigimos um compromisso da parte desses países de que não criarão uma nova moeda do BRICS nem apoiarão qualquer outra moeda para substituir o poderoso dólar americano, caso contrário enfrentarão tarifas de 100 por cento e podem esperar despedir-se das exportações para a maravilhosa economia dos Estados Unidos.» Para o BRICS ter sucesso, afirmou, «vão ter de encontrar outro otário».^[144] Trump fez uma declaração praticamente idêntica pouco depois de tomar posse, desta vez acrescentando que «qualquer País que tentar, pode dizer olá às Tarifas – e adeus à América!»^[145]

Um mês depois, antes de se encontrar com o primeiro-ministro Modi, Trump voltou a dirigir-se ao agrupamento BRICS e prometeu usar a força económica para enfraquecê-lo. «O BRICS foi criado para um mau propósito», afirmou. «Disse-lhes que, se querem brincar com o Dólar, vão ser atingidos com uma tarifa de 100 por cento. No dia em que mencionarem que querem fazê-lo, vão voltar e dizer: “Por favor, por favor.” O BRICS está morto.»^[146]

Ironicamente, claro, uma das principais queixas dirigidas aos Estados Unidos e ao Ocidente é precisamente a de que estão dispostos a usar a força para preservar as suas próprias vantagens, enquanto abrandam – ou até impedem – o progresso dos outros. Na perspetiva da maior parte do mundo, o propósito do chamado «Dia da Libertação», a 2 de abril de 2025, quando as tarifas impostas pelo presidente Trump lançaram os mercados numa queda abrupta e ameaçaram desencadear uma guerra comercial global, foi o de inaugurar uma «nova idade de ouro» para os Estados Unidos – à custa de

todos os outros. Ao declarar a «independência económica», Trump afirmou que, durante décadas, os Estados Unidos tinham sido «saqueados, pilhados, violados e espoliados por nações próximas e distantes, amigas e inimigas». Estavam na lista dos castigados até aqueles que, em teoria, partilhavam a mesma visão. «Agora vamos cobrar à União Europeia», disse. «Eles são muito duros. Negociadores muito, muito duros. Sabem, vocês pensam na União Europeia de um modo muito amigável. Mas eles exploram-nos. É tão triste de ver. É tão patético.»[147]

A guerra das tarifas deve ser vista, portanto, como parte de uma tentativa mais ampla de redefinir a ordem mundial a favor dos Estados Unidos. Numa audição no Senado, pouco antes da tomada de posse de Trump, o então secretário de Estado designado, Marco Rubio, fez a afirmação reveladora de que «a ordem mundial do pós-guerra não só está obsoleta como se tornou uma arma usada contra nós».[148] Falando na sede da NATO logo após o anúncio inicial das tarifas por parte de Trump, Rubio declarou que era essencial «redefinir a ordem global do comércio» e que o presidente tinha «toda a razão em fazê-lo».[149]

Um dos focos principais é a China – e a Iniciativa Cinturão e Rota. «Não é do nosso interesse viver num mundo», afirmou Rubio numa entrevista no início de 2025, «rodeado de países que contraíram empréstimos e dívidas à China, ficando assim à sua mercê». A BRI representava uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e traduzia-se numa dominação chinesa sobre os seus parceiros comerciais. O presidente Trump, concluiu Rubio, estava por isso a trabalhar para «reverter tudo isso».[150]

A forma como Trump procura alcançar esse objetivo tem sido marcada por antagonismo e divisão. Enquanto as operações das Forças de Defesa de Israel em Gaza causavam um sofrimento incalculável, Trump declarou: «Eu preferiria entender-me com alguns países árabes e construir alojamentos noutra local, onde talvez pudessem viver em paz, pela primeira vez.» Entusiasmado-se com o assunto, acrescentou: «Estamos a falar, provavelmente, de um milhão e meio de pessoas – e simplesmente limpamos aquilo tudo e dizemos: “Acabou, sabem?”.» A partilha que ele fez de um vídeo gerado por inteligência artificial, mostrando Gaza

transformada numa estância de luxo chamada *Trump Gaza*, com uma enorme estátua dourada de si próprio ao centro e cenas onde aparecia a apanhar sol ao lado do primeiro-ministro israelita Netanyahu, enquanto crianças saíam dos escombros, ofuscadas pela luz, para contemplarem um mundo transformado – foi um caso não tanto de mau gosto ou má avaliação, mas de uma impressionante surdez política e de um narcisismo exacerbado. Sem surpresa, as reações em todo o Médio Oriente foram extremamente negativas.[\[151\]](#)

Os anúncios oscilantes sobre tarifas «mudam como a ementa do dia», segundo Takeshi Iwaya, ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, enquanto o político da oposição Shinji Ogawa declarou que «os americanos são extorsionários [...] Quando se é assaltado na rua e se entrega dinheiro, o assaltante voltará em busca de mais». Por toda a Ásia, afirmou o experiente ministro da Defesa de Singapura, Ng Eng Hen, endureceu a perceção dos Estados Unidos. Se antes eram vistos como «libertadores», admirados pela sua «legitimidade moral», agora eram vistos como pouco mais do que «um senhorio a cobrar renda» – a cobrar amigos e aliados a par de concorrentes e rivais, pelo privilégio de fazer negócios.[\[152\]](#)

Como disse Lawrence Wong, primeiro-ministro de Singapura, desde 1945 que os Estados Unidos eram «o pilar das economias de mercado livre no mundo. Defendiam o livre comércio e os mercados abertos e lideravam os esforços para a construção de um sistema comercial multilateral», o qual «deu início a décadas de crescimento e estabilidade globais». Além de ter permitido que o comércio florescesse, esse sistema «retirou milhões de pessoas da pobreza [...] e contribuiu para a própria força económica dos Estados Unidos». No entanto, a postura económica, diplomática e militar adotada por Trump desde a sua tomada posse «não é uma reforma. É a rejeição do próprio sistema que criaram».[\[153\]](#)

A retirada de Washington da Organização Mundial da Saúde e do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, a suspensão das contribuições financeiras para organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio, e as declarações sobre a anexação do Canal do Panamá, da Gronelândia e do Canadá – que Trump descreveu como «destinado a ser o

nosso 51.º Estado» e também como «um dos países mais desagradáveis com que se pode lidar» – instauraram uma revolução geopolítica cujas consequências levarão tempo a esclarecer-se.[\[154\]](#) Muitas figuras proeminentes dos Estados Unidos consideram estas medidas não apenas mal avaliadas, mas suscetíveis de produzir exatamente o efeito contrário ao pretendido – ou seja, um país mais fraco e isolado no lugar de um mais poderoso, pacífico e confiante.

Por exemplo, Nicholas Burns, embaixador dos Estados Unidos na China até 2025, observou que «nós, americanos, construímos uma ordem mundial assente na soberania, na inviolabilidade das fronteiras dos países e no respeito pelos aliados». Tratar mal os amigos, ao mesmo tempo que se fala em usar a força contra vizinhos e aliados, foi insensato, afirmou, acrescentando que os Estados Unidos deveriam estar a dizer à Rússia, à China e a outros países que «não pode tomar-se conta do país de outrem, não se podem atravessar fronteiras com o uso da força. Isso envia, pois, o sinal errado a Xi Jinping».[\[155\]](#)

Na verdade, o sinal que transmite é o mesmo que os Estados Unidos têm vindo a difundir ruidosamente há mais de uma década – só que ainda mais ruidosa e agressivamente sob a segunda presidência de Trump. Por exemplo, em 2017, os Estados Unidos emitiram, em linguagem diplomática, uma declaração conjunta com o governo indiano na qual ambos os Estados afirmavam apoiar o «reforço da conectividade económica regional através do desenvolvimento transparente de infraestruturas», sublinhando que tais projetos exigiam práticas responsáveis de financiamento por dívida, bem como o respeito pela soberania e pela integridade territorial, pelo Estado de direito e pela proteção ambiental. Embora o subtexto destas críticas não fosse explicitado, era evidente que se dirigiam à China.[\[156\]](#)

Nos anos seguintes, a retórica tornou-se mais agressiva. Se a China recorre à coerção com outros países, afirmou o secretário de Estado Mike Pompeo em 2019, os Estados Unidos querem «ajudá-los. Queremos criar parcerias. Queremos transações transparentes, não armadilhas da dívida. Exploramos de forma responsável».[\[157\]](#) Os Estados devem ter «uma

verdadeira escolha entre a diplomacia da armadilha da dívida e abordagens de qualidade, transparentes, às infraestruturas e ao desenvolvimento», declarou o presidente Joe Biden em novembro de 2023.[\[158\]](#) Como observava um relatório recente do Lowy Institute, «os países em desenvolvimento debatem-se com uma vaga de reembolsos de dívida e custos de juros devidos à China. O serviço de dívida para a China, proveniente dos países em desenvolvimento, totalizará 35 mil milhões de dólares em 2025 e deverá manter-se elevado durante o resto da década. Não há dúvida de que as obrigações da dívida podem exercer pressão sobre as economias nacionais. Mas, para pôr estes números em perspetiva, o total anual combinado devido à China por 75 dos «países mais pobres e vulneráveis do mundo» equivale ao que os Estados Unidos gastam no serviço da sua própria dívida nacional – numa única semana».[\[159\]](#)

Talvez sem surpresa, alguns economistas de países de baixo rendimento consideram que há dois pesos e duas medidas no que toca às obrigações de dívida – aceitáveis para uns, mas não para outros. Assim, o que há de mais útil nos alertas dos Estados Unidos sobre as «armadilhas da dívida» é o facto de refletirem preocupações mais amplas nos Estados Unidos sobre a ascensão da China – não apenas como rival, parceira ou concorrente, mas como uma superpotência que visa tornar-se uma hegemonia regional, ou até global, e afastar os Estados Unidos em consequência disso.[\[160\]](#)

Sendo assim, não é por acaso que se tem dado grande atenção na China à preparação para um endurecimento de posições – e pior. Mesmo antes da escalada da guerra comercial, o governo chinês já avisava estar preparado para o confronto, «fosse uma guerra de tarifas, uma guerra comercial ou qualquer outro tipo de guerra». Independentemente da forma que essa guerra tomasse, a embaixada chinesa nos Estados Unidos publicou na plataforma X: «Estamos prontos para lutar até ao fim».[\[161\]](#) Essa mensagem foi reforçada um mês depois: após Trump impor tarifas punitivas sobre produtos chineses em resposta a uma vaga de taxas retaliatórias anunciada por Pequim, Mao Ning, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, publicou nas redes sociais um vídeo de Mao Zedong a afirmar que os chineses nunca cederiam, por mais tempo que durasse a

guerra da Coreia, acompanhado da legenda: «Somos chineses. Não temos medo de provocações. Não recuamos.»[162]

Embora a linguagem hostil e divisiva e as decisões da administração da Casa Branca tenham deixado o mundo boquiaberto – como no episódio em que o presidente Volodymyr Zelensky foi severamente repreendido na Sala Oval, perante a imprensa, instado a «proferir algumas palavras de apreço pelos Estados Unidos da América» e interpelado com desdém: «Já agradeceu alguma vez?» –, o que é mais difícil de perceber é se esta nova forma vigorosa de atuação por parte de Trump e da sua equipa trará frutos. [163]

Do mesmo modo, embora o secretário de Estado Marco Rubio tenha afirmado que o Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa seria um verdadeiro rival da Iniciativa Cintura e Rota, e prometido que «há mais grandes acordos como esse em andamento [para a Ásia] sob a presidência de Trump», a maioria dos observadores assume que os resultados serão semelhantes aos de outros anúncios ambiciosos feitos nos últimos quinze anos, lançados com grande pompa, para depois se afundarem sem deixarem rasto. Entre esses contam-se a Nova Rota da Seda de Hillary Clinton, a *Blue Dot Network* e o programa *Build Back Better*: em muitas partes da Ásia, os Estados Unidos adquiriram a reputação de muita parra e pouca uva, quando se trata de transformar as palavras em ação.

Mais recentemente, porém, coloca-se a questão de saber como os Estados Unidos tratarão os seus aliados e amigos, incluindo aqueles que desejam e de que precisam para compensar o peso da China na Ásia Oriental e noutras partes do continente, bem como para fazer face a outras ameaças estratégicas, reais ou potenciais, em várias regiões do mundo. Embora Marco Rubio se tenha queixado de que a China estendeu os seus «tentáculos» até ao Canal do Panamá (referindo-se a dois portos operados pela CK Hutchinson Holdings, empresa controlada pelo magnata Li Ka-shing, de Hong Kong), parecia alheio ao facto de que alguns poderiam considerar que também os Estados Unidos estavam a tentar estender os seus próprios apêndices – nomeadamente no Panamá.[164]

Do mesmo modo, o presidente Trump declarou repetidamente que, sob a sua liderança, os Estados Unidos tomariam o controlo da Gronelândia. «Temos de ficar com a Gronelândia», disse em março de 2025, reiterando algo que já vinha afirmando mesmo antes de tomar posse. «Não se trata de sabermos se podemos passar sem ela. Não podemos.»^[165] Trump «não quer saber dos gritos dos europeus contra nós», afirmou o vice-presidente norte-americano, J. D. Vance, no início de 2025, acrescentando que a Dinamarca – cujas forças armadas combateram ao lado das tropas norte-americanas no Iraque e no Afeganistão – não era «um bom aliado».^[166]

Declarações como estas levaram o general Robert Brieger, presidente da comissão militar da União Europeia, a sugerir o envio de uma força europeia conjunta para a Gronelândia, a fim de a defender contra um possível uso da força – ordenado pelo presidente dos Estados Unidos a partir de Washington.^[167] «Não estou a dizer que vou fazê-lo, mas não excluo nada», afirmou Trump, em maio de 2025, voltando a abordar o tema da Gronelândia. Embora tenha prometido que os 56 mil residentes da ilha seriam «bem tratados e acarinhados», a realidade é que a sua administração estava a intensificar as atividades de espionagem, o que levou o embaixador dos Estados Unidos em Copenhaga a ser convocado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros dinamarquês para uma severa reprimenda diplomática.^[168]

Um sinal claro de como os Estados Unidos consideram poder agir unilateralmente, sem consideração pelo direito internacional ou pelo que a população local possa pensar ou desejar, foi dado quando Vance visitou a Base Espacial de Pituffik, na costa noroeste da Gronelândia – visita essa duramente criticada pelas autoridades em Nuuk e, por isso, abreviada. Vance declarou, sem rodeios, que «o presidente disse que temos de ficar com a Gronelândia [...] Não podemos simplesmente ignorar este lugar. Não podemos simplesmente ignorar os desejos do presidente». A nova ordem mundial, em suma, depende dos caprichos e desejos de um único indivíduo, cujas vontades, aparentemente, não podem ser ignoradas.^[169]

A exigência de Washington de recursos naturais ucranianos, minerais críticos e até infraestruturas como gasodutos em troca de assistência militar

contra a Rússia, foi recebida com horror por alguns comentadores, que a compararam desfavoravelmente com as reparações impostas à Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial e a consideraram equivalente a uma «colonização económica da Ucrânia pelos Estados Unidos, com perpétua legalidade».[170] Os planos para reduzir drasticamente, ou mesmo cancelar, o financiamento a organizações internacionais como as Nações Unidas e a NATO, reduzir para metade o financiamento do Departamento de Estado e encerrar missões diplomáticas dos Estados Unidos em várias partes do mundo não só originaram acusações de que estão a abandonar o seu papel no mundo e a subverter a ordem global do pós-guerra, como levaram o chanceler alemão Friedrich Merz a declarar que a política interna e externa dos Estados Unidos mudou de tal forma que «já não são a América que conhecíamos».[171] A presidente da Comissão Europeia foi ainda mais direta: «O Ocidente como o conhecíamos está morto.»[172] Alguns comentadores relevantes foram mais longe, chegando a afirmar que os Estados Unidos se tornaram «o inimigo do Ocidente».[173]

Um dos principais cálculos da Administração norte-americana é o de que a sua posição geopolítica é forte – tão forte, de facto, que não só tem o direito, como também a capacidade, de impor a sua vontade. Não deu em nada a retórica agressiva sobre a imposição de um acordo de paz na Ucrânia nas primeiras vinte e quatro horas após a tomada de posse, sendo feitas concessões a Moscovo em troca de muito pouco. Ao procurar uma solução com o Irão relativamente ao seu programa de enriquecimento nuclear (e ao seu papel mais amplo no Médio Oriente), Trump limitou-se a declarar: «Se não fizerem um acordo, haverá bombardeamentos. Serão bombardeamentos como eles nunca viram.»[174] Ameaças deste tipo podem obrigar à reflexão, mas também têm as suas próprias consequências numa era em que parece cada vez mais que a força voltou a ser a razão.

Há, nos Estados Unidos, uma convicção generalizada de que têm cartas melhores do que a China e que devem jogá-las com confiança. A economia chinesa, afirmou Scott Bessent na sua audição de confirmação como secretário do Tesouro, está a bater no fundo e a tentar escapar «a uma recessão/depressão severa» inundando os Estados Unidos e o resto do

mundo com produtos baratos. A China, disse ele, «tem a economia mais instável, desequilibrada da História do mundo».[175] Algumas semanas depois, comparando a situação de Pequim a um jogo de póquer, Bessent regozijou-se com o facto de a China estar a jogar «com um par de duques» – ou seja, não exatamente uma boa mão. «O que perdemos com o aumento de tarifas chinesas sobre os nossos produtos? Exportamos [para os chineses] apenas um quinto do que eles nos exportam, por isso, essa é uma mão perdedora para eles.»[176]

A resposta é que os Estados Unidos têm muito a perder. Para começar, apenas algumas semanas depois de ter sublinhado as fragilidades estruturais da China, Bessent teve de escrever ao presidente da Câmara dos Representantes a alertá-lo de que o governo federal norte-americano poderia ficar sem dinheiro para cumprir as suas obrigações e entrar em incumprimento da dívida – a não ser que o Congresso aprovasse o aumento do limite da dívida, que já se encontrava no gigantesco patamar dos 36 biliões de dólares.[177]

Além disso, tal situação oferece à China – e a outros países – uma oportunidade de acusar Washington de ser uma fonte de instabilidade, além de exploradora. Como afirmou o experiente ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, na Conferência de Segurança de Munique em março de 2025: «Ao longo dos anos, há quem tenha dito que a China está a tentar mudar a ordem e que a China quer criar um novo sistema.» Ora, não só a China é, segundo ele, «uma beneficiária» da ordem existente, como está «disponível para reforçar a cooperação [...] para, em conjunto, defender o sistema multilateral de comércio arduamente conquistado e para se opor ao unilateralismo e ao protecionismo.» A China era, por outras palavras, um parceiro fiável, disposto a manter o rumo, ao contrário de outros que «estão a abandonar tratados e organizações internacionais».[178]

Xi Jinping aproveitou igualmente o caos da Administração Trump para apresentar Pequim como empenhada em colaborar com outros Estados e «defender o sistema global de comércio livre», opondo-se ao unilateralismo.[179] Um comunicado conjunto divulgado pela China e pela Rússia, aquando da visita de Xi Jinping a Moscovo para o Desfile do Dia da

Vitória, em maio de 2025, falava da necessidade de reforçar a cooperação para salvaguardar a autoridade do direito internacional – uma aspiração que causou surpresa em muitas partes da Ucrânia. Afinal, em 2021, Vladimir Putin declarara que a Rússia «nunca foi nem jamais será “anti-Ucrânia”» e que o futuro da Ucrânia caberia aos «seus próprios cidadãos decidir» – para, poucos meses depois, autorizar o uso da força militar.^[180] O direito internacional, ao que parece, é uma questão de perspectiva.

Em maio de 2025, numa conferência centrada no aprofundamento da cooperação de Pequim com a América Latina e as Caraíbas (LAC), Xi declarou que «Juntos, a China e os países da LAC defendem o verdadeiro multilateralismo e apoiam a equidade e a justiça internacionais». Prometendo impulsionar o comércio, acrescentou que não há vencedores em guerras comerciais e que «a intimidação ou o hegemonismo só conduzem ao isolamento».^[181] Algumas semanas antes, Xi já afirmara que a China deve «responder com serenidade aos desafios trazidos pelas mudanças na situação interna e internacional» – algo que poderia ser facilitado pelo aumento das trocas comerciais com outros Estados asiáticos.^[182]

O apelo de Xi para que os países se unam «no combate às correntes subterrâneas da confrontação geopolítica e baseada em blocos», bem como para que colaborem no sentido de «salvaguardar as promissoras perspectivas da nossa família asiática», reflete a ideia de que as ações dos Estados Unidos exigem respostas concertadas – e de que Washington está a obrigar rivais, concorrentes e aliados a cooperarem mais estreitamente.^[183] Também aqui, a teoria parece mais fácil do que a prática: a dramática expansão da economia chinesa, da sua presença geopolítica, das suas forças armadas e das suas ambições faz com que os seus vizinhos próximos e parceiros mantenham uma relação cautelosa com Pequim.

O facto de os estaleiros navais chineses terem construído, apenas em 2024, mais tonelagem do que os Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial é um exemplo da dimensão crescente das capacidades da China; outro é o número cada vez maior de exercícios militares de grande escala junto à costa de Taiwan, que funcionam na prática como simulações

de invasão; um terceiro exemplo é o comunicado veemente do Ministério do Comércio, ameaçando tomar medidas coercivas contra qualquer Estado que celebre com os Estados Unidos acordos que prejudiquem os interesses chineses.[\[184\]](#)

As opções políticas de Trump suscitaram preocupação no Japão, onde o responsável pela política do Partido Liberal Democrático, Itsunori Onodera, alertou para que o presidente dos Estados Unidos estaria a fortalecer a posição da China, tanto a nível regional como global. Assinalando que as tarifas e outras medidas que dificultam a vida tenderiam a fazer com que «mais países se afastem dos Estados Unidos e se aproximem da China», declarou que tal «não é um desfecho que corresponda ao desejo do Japão». [\[185\]](#) A uma conclusão semelhante se chegou na China, onde alguns académicos de destaque sublinharam que o caos desencadeado por Trump abriu uma «janela estratégica» que provavelmente acelerará «o colapso do padrão bipolar». [\[186\]](#)

Um bom exemplo das novas oportunidades pode ver-se na reaproximação entre Pequim e a União Europeia, onde os comunicados e declarações se tornaram visivelmente mais conciliatórios e pragmáticos desde a tomada de posse de Trump. Por exemplo, as mensagens trocadas entre Xi Jinping e os presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, em maio de 2025, indicavam que «Perante o atual clima de incerteza global e de mudanças geopolíticas, a UE está disposta a aprofundar a sua parceria com a China, reforçar os intercâmbios e a cooperação, defender os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas [e] trabalhar em conjunto para enfrentar desafios comuns e promover a paz, a segurança, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável a nível mundial.» [\[187\]](#) Ainda que esta não seja a mais profunda das reorientações estratégicas, é significativo que a UE tenha suavizado a sua posição nos setores que considera sensíveis ao investimento chinês. [\[188\]](#) Isso deve-se, em parte, à realidade de um continente confrontado com a estagnação económica, a escassez energética e uma série de crises existenciais que são, elas próprias, indícios de um mundo em rápida evolução; mas também é

uma reação à forma como os Estados Unidos têm procurado travar, ou mesmo reverter, o ritmo dessa mudança.

O súbito despertar em Bruxelas deve-se em grande parte à volatilidade de Trump. Ao anunciar mais uma reviravolta na imposição de tarifas, o presidente dos Estados Unidos declarou que «a União Europeia é, em muitos aspetos, mais desagradável do que a China, sabem?», recorrendo mais uma vez ao velho lugar-comum de que «nós temos todas as cartas na mão».[189] Tais declarações devem ser encaradas com alguma reserva, como observou recentemente o académico chinês Wang Jisi, ao escrever que «deveríamos prestar menos atenção ao que ele diz e mais ao que faz». Isso, no entanto, é mais fácil de dizer do que de fazer, como o próprio Wang admite: «No que toca aos assuntos internacionais, ainda não vi qualquer indício de que Trump siga algum tipo de plano ou mesmo que tenha um.» Se houver uma agenda, continua Wang, o objetivo principal é fazer com que os outros países «temam o poder duro dos Estados Unidos, em vez de respeitarem o seu poder brando». A trajetória é tal que, adverte, Trump e o seu governo «poderão muito bem tomar medidas antes consideradas impensáveis».[190]

Esta avaliação está em sintonia com o modo como os Estados Unidos se afastaram até da tentativa de conquistar corações e mentes. Quando o papa Francisco morreu, em abril de 2025, gerando títulos solidários em meios de comunicação um pouco por todo o mundo, a leal apoiante do MAGA, Marjorie Taylor Greene, recorreu à plataforma X para anunciar: «O mal está a ser derrotado pela mão de Deus.» Isso aconteceu apenas algumas semanas depois de os Estados Unidos não votarem a favor – nem sequer se abstiveram – de uma proposta nas Nações Unidas a condenar as ações da Rússia na Ucrânia e a apoiar a integridade territorial deste último país: votaram contra, ao lado da Bielorrússia, da Coreia do Norte e da própria Rússia.[191]

Os Estados Unidos foram um dos três países que votaram contra uma proposta nas Nações Unidas para instituir um Dia Internacional da Coexistência Pacífica – fizeram-no alegando que os objetivos da ONU «promovem um programa de governação global branda, incompatível com

a soberania dos Estados Unidos e prejudicial aos direitos e interesses dos americanos». Como afirmou o ministro conselheiro norte-americano perante a Assembleia Geral, numa declaração que não podia ser mais reveladora da mudança do centro de gravidade mundial, «nas últimas eleições nos EUA, o mandato do povo americano foi claro: o governo dos Estados Unidos deve recentrar-se nos interesses dos americanos. Devemos, acima de tudo, cuidar dos nossos – é esse o nosso dever moral e cívico».

[192]

A linguagem abrasiva, depreciativa e excessivamente confiante utilizada por Trump e pelo seu círculo é mal recebida em muitas regiões da Ásia, onde as sociedades tendem a ser conservadoras e costuma-se torcer o nariz à crítica pública de terceiros. «As guerras comerciais são boas», disse Trump em 2018, «e fáceis de ganhar».[193] Após anunciar as suas tarifas em 2025, ridicularizou o resto da comunidade internacional, afirmando que os líderes estrangeiros estão a «ligar-nos, a beijar-me o rabo» e a suplicar: «Por favor, senhor, façamos um acordo. Eu faço o que for preciso. Eu faço o que for preciso, senhor.» Questionado sobre como via o seu segundo mandato, Trump foi direto: «Eu mando no país e no mundo.»[194] Ao longo das Rotas da Seda, como no resto do mundo, *America First* é entendido como significando que todos os outros vêm por último.

Mesmo antes da eleição de Trump em 2024, a desilusão com os EUA pelo seu apoio às ações militares de Israel em Gaza e na Cisjordânia já levava a boicotes, em várias partes do mundo, a marcas tipicamente americanas como a Starbucks e a McDonald's. Após a sua tomada de posse, esses boicotes estenderam-se a empresas como a Coca-Cola, a Nike, a Tesla e muitas outras, em resposta à aparente toxicidade do presidente e de membros do seu círculo íntimo, como Elon Musk.[195] Caiu a pique o número de turistas com vontade de visitar os Estados Unidos e os jornais generalistas começaram a aconselhar os americanos que viajassem para o estrangeiro a terem cuidado com a forma de se vestirem. «Vistam-se de forma neutra, não patriótica», sugeria o *Washington Post*. «Evitem peças de roupa com mensagens ofensivas ou provocadoras.»[196]

Ironicamente, Trump tornou-se uma espécie de figura de culto na China, sobretudo nas redes sociais, onde lhe têm sido dadas alcunhas recentes como «Avô das 10 000 Tarifas» (万税爷) e «Sabichão-Mor» (懂王), a par das já antigas e amplamente utilizadas «Camarada Jianguo» (建国同志 – Camarada Fundador da Nação) e «Chuan Jianguo» (川建国 – Trump, Construtor da Nação»). Uma das razões para as duas últimas terem obtido tanta popularidade é o facto de sublinharem que, ao exercer pressão económica e militar sobre Pequim, Trump acabou por contribuir para uma maior centralização do poder e para a promoção da cultura, das empresas e das marcas chinesas – tanto como resposta, como por necessidade. Quando Trump sobreviveu a um atentado durante a campanha eleitoral no verão de 2024, um utilizador das redes sociais comentou: «Desejo ao Camarada Jianguo uma rápida recuperação; que continue a trabalhar arduamente pela missão suprema que o Partido lhe confiou.»[\[197\]](#) O apelo de Trump à mobilização interna assenta no desejo de tornar a América grande de novo. Mas, em vez disso, corre o risco de tornar a China – e a Ásia – grandes de novo.

A verdade, claro, é que Donald Trump e a sua administração não são a causa da reconfiguração global, mas uma reação a ela. Ainda que Trump e as suas políticas possam acelerar o ritmo da mudança, pode remontar-se a várias décadas o ressurgimento de velhas redes que em tempos moldaram a História global – ao fim da Guerra Fria, se não mesmo ao declínio dos impérios europeus. As projeções das Nações Unidas que apontam para a China como responsável por 45 por cento da produção industrial mundial até 2030 são um exemplo do desenvolvimento vertiginoso da primeira parte do século ^{XXI}.[\[198\]](#) Para um historiador, porém, o aspeto é o de um inequívoco regresso à longa duração da História humana em que a China era a oficina do mundo e em que as redes das Rotas da Seda facilitavam a difusão de têxteis e especiarias, cerâmica e vidro, ideias e tecnologias, línguas e religiões – criando laços entre todas as partes da Ásia, grande parte da Europa e também de África.

Alguns manifestam preocupação face à ordem mundial que ressurge – sobre o que significa, para quem e com que consequências mais amplas. Em fevereiro de 2025, o almirante Sam Paparo, comandante do Comando Indo-Pacífico dos Estados Unidos, expôs a sua reflexão com clareza cristalina no Fórum de Defesa de Honolulu. Os Estados Unidos, afirmou Paparo, enfrentam «um eixo emergente da autocracia», com a China, a Rússia e a Coreia do Norte colaborando a um nível muito elevado, partilhando tecnologias militares «do fundo do mar ao espaço sideral». Além de realizarem patrulhas conjuntas, estes Estados harmonizam de um modo crescente as suas capacidades antissatélite e tecnologias submarinas avançadas. O «triângulo dos desordeiros», como lhes chamou, «ameaça diretamente a segurança, a liberdade e o bem-estar dos Estados Unidos e dos nossos aliados e parceiros. E se estão nesta sala», acrescentou o almirante, «ao alcance da minha voz, então vocês, as vossas famílias, estão diretamente ameaçados».[199]

Esse «eixo» é, no entanto, mais substancial do que Paparo reconhece. Apenas algumas semanas depois da sua intervenção, navios de guerra chineses, russos e iranianos participaram nos exercícios navais conjuntos *Marine Security Belt 2025*, no oceano Índico, com a presença, como observadores, de Azerbaijão, África do Sul, Omã, Cazaquistão, Paquistão, Qatar, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Sri Lanka.[200] Na mesma semana, os vice-ministros dos Negócios Estrangeiros da China e da Rússia reuniram-se em Pequim com o seu homólogo iraniano para discutir, entre outros temas, o programa de enriquecimento nuclear do Irão. O comunicado no final da reunião sublinhava «a necessidade de pôr fim a todas as sanções unilaterais ilegítimas».[201]

Ainda que possa ser fácil atribuir demasiado significado às amizades que aparentemente florescem, estas não deixam de testemunhar uma época de mudança. Por exemplo, as marinhas da Indonésia e da Rússia realizaram os seus primeiros exercícios navais conjuntos no final de 2024 – apenas semanas depois da conclusão do exercício *Super Garuda Shield*, durante o qual navios de guerra indonésios e norte-americanos participaram em manobras destinadas a demonstrar «a unidade e o compromisso coletivo

com um Indo-Pacífico seguro, estável e protegido». [\[202\]](#) Notícias de que Moscovo teria submetido um pedido formal para estacionar aviões de longo alcance numa base no leste da Indonésia, na primavera de 2025, causaram alvoroço e preocupação na vizinha Austrália – cujas forças armadas também realizam frequentemente operações conjuntas com as suas congéneres indonésias. [\[203\]](#)

Em 1930, Antonio Gramsci escreveu sobre os desafios de se tentar compreender o mundo num período em que «o velho está a morrer e o novo não consegue nascer». Em tempos assim, observou ele, podem ser identificados muitos sintomas de morbidez. [\[204\]](#) E há muitos que podem ser reconhecidos atualmente nos países das Rotas da Seda. As alterações climáticas são um deles – desde logo porque a Ásia alberga 4 mil milhões de pessoas, cerca de metade da população mundial, com evidentes implicações em termos de disponibilidade calórica e hídrica, subida do nível do mar, alterações nos padrões de precipitação e fenómenos meteorológicos extremos.

O aperto cada vez mais firme da autocracia moldará também o futuro não só dos países situados entre o Mediterrâneo e o Pacífico, mas de muitas outras regiões: o mundo tem-se tornado progressivamente menos livre desde 2015, com muitos países a registarem um retrocesso nos seus direitos políticos e liberdades civis, sobretudo na Ásia. [\[205\]](#) E serão as políticas energéticas na Ásia – acima de tudo na China e na Índia, mas também em países de rendimento médio – a moldar o aquecimento global e a ter o maior impacto no mundo em desenvolvimento, no Sul Global e em África.

É também na Ásia que a batalha pela sustentabilidade ambiental poderá ser ganha... ou perdida. Dois exemplos, entre muitos: cerca de 95 por cento de todo o plástico que acaba nos oceanos provém de apenas dez rios. Oito deles – o Yangtzé, o Indo, o Rio das Pérolas, o Amur, o rio Amarelo, o Hai He, o Ganges e o Mekong – situam-se na Ásia. [\[206\]](#) Das cem cidades com pior qualidade do ar no mundo, todas exceto uma estão na Ásia, sendo a Ásia Central e a Ásia do Sul as regiões com piores resultados globais – nessas regiões encontram-se os quatro países mais poluídos do mundo: Bangladesh, Paquistão, Índia e Tajiquistão. [\[207\]](#)

E é também na Ásia que as grandes rivalidades e oportunidades mundiais moldarão o século ^{xxi} e o que vier depois dele. O Irão passou mais de quatro décadas a travar, em simultâneo, três Guerras Frias – contra Israel, Estados Unidos e Arábia Saudita. O futuro do Golfo, do Médio Oriente, da Ásia-Occidental e de outras regiões dependerá da forma como estas rivalidades evoluírem nos próximos anos. Uma rivalidade profundamente enraizada entre a Índia e o Paquistão, alimentada por um fluxo quase constante de novos ou reciclados antagonismos, marca aquela que é provavelmente, a linha de fratura mais perigosa do mundo: ambos os países possuem armamento nuclear e, na primavera de 2025, uma escalada de tensões reacendeu receios de uma guerra de grande escala. E, claro, a forma como a China reagir a um mundo em mutação terá consequências de peso não só para um país que alberga quase um quinto da população mundial, mas também para os seus vizinhos, para uma região mais abrangente e, na verdade, para o mundo inteiro, dado o lugar preponderante que o país ocupa nas cadeias globais de abastecimento.

Como assinala quando, em 2018, escrevi *The New Silk Roads* [*As Novas Rotas da Seda*, 2021], a Ásia é rica em recursos naturais, incluindo cerca de 70 por cento das reservas mundiais comprovadas de petróleo e gás natural. A região que se estende entre o Mediterrâneo e o Pacífico, incluindo Rússia, Turquia, Ucrânia, Cazaquistão, Índia, Paquistão e China – representa mais de metade da produção global de trigo. E se à produção de arroz da mesma região somarmos a dos países do Sudeste e do Leste Asiático, como Myanmar, Vietname, Tailândia e Indonésia, obtém-se perto de 85 por cento da produção mundial de arroz.^[208] Há ainda as energias renováveis, tendo-se a China tornado o principal desenvolvedor e instalador mundial de energia limpa: em 2022, por exemplo, a China instalou praticamente tanta capacidade solar fotovoltaica como o resto do mundo. No ano seguinte, duplicou esse valor, aumentando a capacidade eólica em 66 por cento e quase quadruplicando a capacidade adicional de armazenamento energético. Esses potenciais têm implicações de longo alcance, não só para as necessidades energéticas da China, a sua economia e

o seu futuro, mas também para o fornecimento energético mundial – e para muito mais.[\[209\]](#)

Ainda há as revoluções tecnológicas do século ^{xxi}, que tanto farão para moldar as próximas décadas – e não só. Com efeito, poderia argumentar-se que as alterações na indústria fabril e nas novas indústrias, no primeiro quartel deste século, explicam muito das atuais geopolítica e geoeconomia globais, incluindo algumas das linhas de fratura. Por exemplo, a centralidade de Taiwan no pensamento estratégico tanto de Pequim como de Washington, para não falar da própria capital, Taipé, decorre do papel fulcral da ilha como produtora de semicondutores avançados. Algumas estimativas sugerem que 90 por cento dos *chips* que alimentam as tecnologias de ponta são fabricados por empresas taiwanesas, sobretudo pela TSMC.

O mais notável, no entanto, é o ritmo acelerado da mudança dentro da própria Ásia – mais evidente quando comparado com o do resto do mundo. A proporção de investigadores de topo em inteligência artificial formados na China subiu de 29 por cento em 2019 para 47 por cento em 2022. A retenção de talento de alto nível em países como a China e a Índia aumentou de forma acentuada nos últimos anos. Se antes era nos Estados Unidos que a criatividade e o dinamismo encontravam terreno fértil, agora é noutros lugares que, cada vez mais, se encontrará a inovação de vanguarda.[\[210\]](#)

Esse fenómeno tem um paralelo evidente no domínio da investigação científica. Em 2024, encontravam-se na China sete das dez principais instituições responsáveis por investigação nas áreas das Ciências da Saúde e das Ciências Naturais – uma mudança radical face ao que acontecia nove anos antes, quando apenas uma instituição chinesa figurava na elite.[\[211\]](#) Depois, há a área da investigação em semicondutores, na qual os investigadores chineses publicaram, entre 2018 e 2023, mais artigos do que os três países seguintes juntos.[\[212\]](#) Quatro dos cinco países que, em 2020, formaram mais licenciados em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) não estavam no Ocidente – mas sim na China, na Índia, na Rússia e na Indonésia.[\[213\]](#) No seu conjunto, a Ásia representa

mais de três quartos de todos os licenciados em áreas STEM; para se contextualizar, a Europa forma 8 por cento e os Estados Unidos apenas 5 por cento.[\[214\]](#)

Segundo um relatório influente, a China lidera atualmente em trinta e sete dos quarenta e quatro domínios tecnológicos fulcrais, incluindo o espaço, a robótica, a energia, o ambiente, a biotecnologia, a inteligência artificial, os materiais avançados e as tecnologias quânticas mais importantes. A Índia, por sua vez, figura entre os cinco primeiros em vinte e nove desses domínios, enquanto a Coreia do Sul surge em vinte. Também o Irão, o Japão, a Malásia e a Arábia Saudita apresentam desempenhos notáveis, sobretudo em áreas como a análise avançada de dados, os materiais inteligentes e as comunicações quânticas.[\[215\]](#)

Tudo isto sustenta os esforços de alguns, no Ocidente, para se dissociarem da Ásia, da China em particular, e para reforçarem aptidões internas. O que levou a que a Administração Biden impusesse, em 2022, um vasto conjunto de restrições à venda de *chips* avançados à China, restrições essas que viriam a ser repetidamente estendidas, acompanhadas da criação de um sistema escalonado de controlos sobre países considerados – com ou sem razão – dispostos a revender esses componentes a entidades chinesas.[\[216\]](#) Essas sensibilidades e preocupações dizem muito de um mundo que entra numa nova fase de competição intensa, em que a diplomacia dos *chips* será, muito provavelmente, utilizada por ambos os lados para fazer amigos e conquistar influência.[\[217\]](#)

Após a sua nomeação para secretário de Estado, Marco Rubio declarou no Senado, durante a audição de confirmação: «Se continuarmos por este caminho, dentro de menos de dez anos dependerá da permissão da China obtermos ou não praticamente tudo o que valorizamos na vida.» Segundo ele, a ascensão da China era tão avassaladora que não competiria apenas com a vida nos EUA – transformá-la-ia para sempre. «Dependerá da China desde o medicamento para a tensão que tomamos até aos filmes que conseguimos ver, e tudo o que estiver pelo meio.»[\[218\]](#)

Vivemos numa era de revoluções encadeadas e interligadas. Mas, embora a turbulência atual possa parecer recente e súbita, a verdade é que o mundo

está em mudança há décadas. Pode dar a sensação de que entramos em território desconhecido – uma era de convulsão tecnológica, um período de migrações em massa, de incertezas política, económica e até climatológica. Mas todos estes temas têm raízes profundas. Para um historiador, também trazem ecos de outros tempos, de épocas de transformação rápida e dramática, de tempos em que identificar os desafios assumia uma importância extrema.

Escrevi em 2015, no final da primeira edição deste livro: «As Rotas da Seda estão a ressurgir.» Isso ocorria com o regresso do centro de gravidade do mundo ao lugar onde estive durante milénios. Ainda hoje é uma verdade – e sê-lo-á amanhã.

Notas

Prefácio

- [1] E. Wolf, *Europe and the People without History* (Berkeley, 1982), p. 5.
- [2] A. Herrman, «Die älteste türkische Weltkarte (1076 n. Chr)», *Imago Mundi* 1.1 (1935), 21-28, e também Mahmud al-Kashghari, *Dīwān lughāt al-turk: Compendium of the Turkic Dialects*, ed. e tr. R. Dankhoff e J. Kelly, 3 vols. (Cambridge, MA, 1982-1985), 1, pp. 82-83. Para a localização da cidade, V. Goryacheva, *Srednevekoviyе gorodskie tsentry i arkhitekturnye ansambli Kirgizii* (Frunze, 1983), esp. pp. 54-61.
- [3] Para a crescente procura de bens de luxo por parte da China, ver por exemplo, Credit Lyonnais Securities Asia, *Dipped in Gold: Luxury Lifestyles in China* (2011); para a Índia, v. Ministry of Home Affairs, *Houselisting and Housing Census Data* (Nova Deli, 2012).
- [4] V. por ex., Transparency International, *Corruption Perception Index 2013* (www.transparency.org); Reporters without Borders, *World Press Freedom Index 2013–2014* (www.rsf.org); Human Rights Watch, *World Report 2014* (www.hrw.org).
- [5] Génesis 2:8-9. Para perspectivas sobre a localização do Jardim do Éden, J. Dulumeau, *History of Paradise: The Garden of Eden in Myth and Tradition* (Nova Iorque, 1995).
- [6] Para Mohenjo-Daro e outros, ver J. Kenoyer, *Ancient Cities of the Indus Valley* (Oxford, 1998).
- [7] *Records of the Grand Historian by Sima Qian, Han Dynasty*, tr. B. Watson, 2 vols. (ed. rev., Nova Iorque, 1971), 123, 2, pp. 234-235.
- [8] F. von Richthofen, «Über die zentralasiatischen Seidenstrassen bis zum 2. Jahrhundert. n. Chr.», *Verhandlungen der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* 4 (1877), 96-122.
- [9] E. Said, *Orientalism* (Nova Iorque, 1978). Veja-se também a reação extremamente positiva e muito romantizada de pensadores franceses como Foucault, Sartre e Godard ao Oriente e à China em particular, R. Wolin, *French Intellectuals, the Cultural Revolution and the Legacy of the 1960s: The Wind from the East* (Princeton, 2010).
- [10] Bābur-Nāma, tr. W. Thackston, *Memoirs of Babur, Prince and Emperor* (Londres, 2006), pp. 173-174.
- [11] W. Thackston, «Treatise on Calligraphic Arts: A Disquisition on Paper, Colors, Inks and Pens by Simi of Nishapur», in M. Mazzaoui e V. Moreen (eds.), *Intellectual Studies on Islam: Essays Written in Honor of Martin B. Dickinson* (Salt Lake City, 1990), p. 219.
- [12] Al-Muqaddasī, *Ahsanu-t-taqāsīm fī ma'rifati-l-aqālīm*, tr. B. Collins, *Best Division of Knowledge* (Reading, 2001), p. 252; Ibn al-Faqīh, *Kitāb al-buldān*, tr. P. Lunde e C. Stone, «Book of Countries», in *Ibn Fadlan and the Land of Darkness: Arab Travellers in the Far North* (Londres, 2011), p. 113.

[13] Citado por N. di Cosmo, *Ancient China and its Enemies: The Rise of Nomadic Power in East Asian History* (Cambridge, 2002), p. 137.

[14] Por exemplo, S. Freud, *The Interpretation of Dreams*, ed. J. Strachey (Nova Iorque, 1965), p. 564; J. Derrida, *Resistances de la psychanalyse* (Paris, 1996), pp. 8-14.

1 Criação da rota da seda

[1] C. Renfrew, «Inception of Agriculture and Rearing in the Middle East», *C.R. Palevol* 5 (2006), 395-404; G. Algaze, *Ancient Mesopotamia at the Dawn of Civilization: The Evolution of an Urban Landscape* (Chicago, 2008).

[2] Heródoto, *Historiai*, 1.135, in *Herodotus: The Histories*, ed. e tr. A. Godley, 4 vols. (Cambridge, MA, 1982), 1, pp. 174-176.

[3] V. em geral J. Curtis e St J. Simpson (eds.), *The World of Achaemenid Persia: History, Art and Society in Iran and the Ancient Near East* (Londres, 2010).

[4] Heródoto, *Historiai*, 8.98, 4, p. 96; D. Graf, «The Persian Royal Road System», in H. Sancisi-Weerdenburg, A. Kuhrt e M. Root (eds.), *Continuity and Change* (Leiden, 1994), pp. 167-189.

[5] H. Rawlinson, «The Persian Cuneiform Inscription at Behistun, Decyphered and Translated», *Journal of the Royal Asiatic Society* 11 (1849), 1-192.

[6] Ezra, 1:2. Ver também Isaías, 44:24, 45:3.

[7] R. Kent, *Old Persian Grammar, Texts, Lexicon* (New Haven, 1953), pp. 142-144.

[8] Heródoto, *Historiai*, 1.135, 1, pp. 174-176.

[9] *Ibid.*, 1.214, 1, p. 268.

[10] Ésquilo, *Os Persas*. V. também atitudes mais ambivalentes, P. Briant, «History and Ideology: The Greeks and “Persian Decadence”», in T. Harrison (ed.), *Greeks and Barbarians* (Nova Iorque, 2002), pp. 193-210.

[11] Eurípides, *Bacantes*, in *Euripides: Bacchae, Iphigenia at Aulis, Rhesus*, ed. e tr. D. Kovacs (Cambridge, MA, 2003), p. 13.

[12] Plutarco, *Bioi Paralleloi: Alexandros*, 32-33, in *Plutarch's Lives*, ed. e tr. B. Perrin, 11 vols. (Cambridge, MA, 1914-1926), 7, pp. 318-326. Alexandre estava a usar roupas que traziam sorte, a julgar por um famoso mosaico que adornava a maior casa de Pompeia, A. Cohen, *Alexander Mosaic: Stories of Victory and Defeat* (Cambridge, 1996).

[13] Quintus Curtius Rufus, *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, 5.1, in *Quintus Curtius Rufus: History of Alexander*, ed. e tr. J. Rolfe, 2 vols. (Cambridge, MA, 1946), 1, pp. 332-334.

[14] M. Beard, «Was Alexander the Great a Slav?», *Times Literary Supplement*, 3 de julho de 2009.

[15] Arriano, *Anabasis*, 6.29, in *Arrian: History of Alexander and Indica*, ed. e tr. P. Brunt, 2 vols. (Cambridge, MA, 1976-1983), 2, pp. 192-194; Plutarco também fala da importância da abordagem pacífica e generosa de Alexandre, *Alexandros*, 59, 1, p. 392.

[16] Arriano, *Anabasis*, 3.22, 1, p. 300.

[17] Quintus Curtius Rufus, *Historiae*, 8.8, 2, p. 298.

[18] A. Shahbazi, «Iranians and Alexander», *American Journal of Ancient History* 2.1 (2003), 5-38. Ver também aqui M. Olbryct, *Aleksander Wielki i swiat iranski* (Gdansk, 2004); M. Brosius, «Alexander and the Persians», in J. Roitman (ed.), *Alexander the Great* (Leiden, 2003), pp. 169-193.

[19] V. sobretudo P. Briant, *Darius dans l'ombre d'Alexandre* (Paris, 2003).

[20] Para *huaxia*, v. C. Holcombe, *A History of East Asia: From the Origins of Civilization to the Twenty-First Century* (Cambridge, 2010); para a muralha, A. Waldron, «The Problem of the Great

Wall of China», *Harvard Journal of Asiatic Studies* 43.2 (1983), 643-663, e, sobretudo, di Cosmo, *Ancient China and its Enemies*.

[21] V. mais recentemente J. Romm, *Ghost on the Throne: The Death of Alexander the Great and the War for Crown and Empire* (Nova Iorque, 2011). Tem-se defendido que Alexandre morreu de tifoide, malária, leucemia, intoxicação alcoólica (ou doença associada) ou da infecção de uma ferida; alguns defendem que foi assassinado, A. Bosworth, «Alexander's Death: The Poisoning Rumors», in J. Romm (ed.), *The Landmark Arrian: The Campaigns of Alexander* (Nova Iorque, 2010), pp. 407-411.

[22] Ver R. Waterfield, *Dividing the Spoils: The War for Alexander the Great's Empire* (Oxford, 2011).

[23] K. Sheedy, «Magically Back to Life: Some Thoughts on Ancient Coins and the Study of Hellenistic Royal Portraits», in K. Sheedy (ed.), *Alexander and the Hellenistic Kingdoms: Coins, Image and the Creation of Identity* (Sydney, 2007), pp. 11-16; K. Erickson e N. Wright, «The "Royal Archer" and Apollo in the East: Greco-Persian Iconography in the Seleukid Empire», in N. Holmes (ed.), *Proceedings of the XIVth International Numismatic Congress* (Glasgow, 2011), pp. 163-168.

[24] L. Robert, «De Delphes à l'Oxus: inscriptions grecques nouvelles de la Bactriane», *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions* (1968), 416-457. A tradução aqui é de F. Holt, *Thundering Zeus: The Making of Hellenistic Bactria* (Londres, 1999), p. 175.

[25] J. Jakobsson, «Who Founded the Indo-Greek Era of 186/5 BCE?», *Classical Quarterly* 59.2 (2009), 505-510.

[26] D. Sick, «When Socrates Met the Buddha: Greek and Indian Dialectic in Hellenistic Bactria and India», *Journal of the Royal Asiatic Society* 17.3 (2007), 253-254.

[27] J. Derrett, «Early Buddhist Use of Two Western Themes», *Journal of the Royal Asiatic Society* 12.3 (2002), 343-355.

[28] B. Litvinsky, «Ancient Tajikistan: Studies in History, Archaeology and Culture (1980-1991)», *Ancient Civilisations* 1.3 (1994), 295.

[29] S. Nath Sen, *Ancient Indian History and Civilisation* (Deli, 1988), p. 184. Ver também R. -Jairazbhoy, *Foreign Influence in Ancient India* (Nova Iorque, 1963), pp. 48-109.

[30] Plutarco, *Peri tes Alexandrou tukhes he arete*, 5.4 in *Plutarch: Moralia*, ed. e tr. F. Babitt et al., 15 vols. (Cambridge, MA, 1927-1976), 4, pp. 392-396; J. Derrett, «Homer in India: The Birth of the Buddha», *Journal of the Royal Asiatic Society* 2.1 (1992), 47-57.

[31] J. Frazer, *The Fasti of Ovid* (Londres, 1929); J. Lallemant, «Une Source de l'Énéide: le Mahabharata», *Latomus* 18 (1959), 262-287; Jairazbhoy, *Foreign Influence*, p. 99.

[32] C. Baumer, *The History of Central Asia: The Age of the Steppe Warriors* (Londres, 2012), pp. 290-295.

[33] V. Hansen, *The Silk Road* (Oxford, 2012), pp. 9-10.

[34] Sima Qian, *Records of the Grand Historian of China*, 123, 2, p. 238.

[35] *Ibid.*, 129, 2, p. 440.

[36] H. Creel, «The Role of the Horse in Chinese History», *American Historical Review* 70 (1965), 647-672. As cavernas de Dunhuang têm muitos cavalos celestiais pintados nas suas paredes, T. Chang, *Dunhuang Art through the Eyes of Duan Wenjie* (Nova Deli, 1994), pp. 27-28.

[37] Escavações recentes do mausoléu do imperador Wu, em Xi'na, em 2011, *Xinhua*, 21 de fevereiro de 2011.

[38] Huan Kuan, *Yan Tie Lun*, citado por Y. Yu, *Trade and Expansion in Han China: A Study in the Structure of Sino-Barbarian Economic Relations* (Berkeley, 1967), p. 40.

- [39] Por exemplo, Sima Qian, *Records of the Grand Historian of China*, 110, 2, pp. 145-146. Para alguns comentários sobre a educação, os costumes e as modas Xiongnu, pp. 129-130.
- [40] V. Yu, *Trade and Expansion in Han China*, pp. 48-54.
- [41] *Ibid.*, p. 47, n. 33; aqui ver também R. McLaughlin, *Rome and the Distant East: Trade Routes to the Ancient Lands of Arabia, India and China* (Londres, 2010), pp. 83-85.
- [42] Sima Qian, *Records of the Grand Historian of China*, 110, 2, p. 143.
- [43] S. Durrant, *The Cloudy Mirror: Tension and Conflict in the Writings of Sima Qian* (Albany, NY, 1995), pp. 8-10.
- [44] Sima Qian, *Records of the Grand Historian of China*, 123, 2, p. 235.
- [45] E. Schafer, *The Golden Peaches of Samarkand: A Study of Tang Exotics* (Berkeley, 1963), pp. 13-14.
- [46] Hansen, *Silk Road*, p. 14.
- [47] T. Burrow, *A Translation of Kharoshthi Documents from Chinese Turkestan* (Londres, 1940), p. 95.
- [48] Hansen, *Silk Road*, p. 17.
- [49] R. de Crespigny, *Biographical Dictionary of Later Han to the Three Kingdoms (23-220 AD)* (Leiden, 2007).
- [50] M. R. Shayegan, *Arsacids and Sasanians: Political Ideology in Post-Hellenistic and Late Antique Persia* (Cambridge, 2011).
- [51] N. Rosenstein, *Imperatores victi: Military Defeat and Aristocratic Competition in the Middle and Late Republic* (Berkeley, 1990); v. tb. S. Phang, *Roman Military Service: Ideologies of Discipline in the Late Republic and Early Principate* (Cambridge, 2008).
- [52] P. Heather, *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians* (Oxford, 2006), p. 6. Sobre a proibição do casamento, ver acima de tudo S. Phang, *Marriage of Roman Soldiers (13 BC-AD 235): Law and Family in the Imperial Army* (Leiden, 2001).
- [53] C. Howgego, «The Supply and Use of Money in the Roman World 200 B.C. to A.D. 300», *Journal of Roman Studies* 82 (1992), 4-5.
- [54] A. Bowman, *Life and Letters from the Roman Frontier: Vindolanda and its People* (Londres, 1994).
- [55] Diodoro Sículo, *Bibliothèque Historique*, 17.52, in *The Library of History of Diodorus of Sicily*, ed. e tr. C. Oldfather, 12 vols. (Cambridge, MA, 1933-1967), 7, p. 268. Os historiadores contemporâneos estimam que a população de Alexandria ascendia a meio milhão, por exemplo R. Bagnall e B. Frier, *The Demography of Roman Egypt* (Cambridge, 1994), pp. 54, 104.
- [56] D. Thompson, «Nile Grain Transport under the Ptolemies», in P. Garnsey, K. Hopkins e C. Whittaker (eds.), *Trade in the Ancient Economy* (Berkeley, 1983), pp. 70-71.
- [57] Estrabão, *Geographika*, 17.1, in *The Geography of Strabo*, ed. e tr. H. Jones, 8 vols. (Cambridge, MA, 1917-1932), 8, p. 42.
- [58] Dião Cássio, *Historia Romana*, 51.21, in *Dio's Roman History*, ed. e tr. E. Cary, 9 vols. (Cambridge, MA, 1914-1927), 6, p. 60; Suetônio, *De Vita Caesarum. Divus Augustus*, 41, in *Suetonius: Lives of the Caesars*, ed. e tr. J. Rolfe, 2 vols. (Cambridge, MA, 1997-1998), 41, 1, p. 212; R. Duncan-Jones, *Money and Government in the Roman Empire* (Cambridge, 1994), p. 21; M. Fitzpatrick, «Provincializing Rome: The Indian Ocean Trade Network and Roman Imperialism», *Journal of World History* 22.1 (2011), 34.
- [59] Suetônio, *Divus Augustus*, 41, 1, pp. 212-214.

- [60] *Ibid.*, 28, 1, p. 192. A expressão de Augusto é apoiada por registos arqueológicos, P. Zanker, *The Power of Images in the Age of Augustus* (Ann Arbor, 1989).
- [61] Para os impostos sobre as rotas das caravanas: J. Thorley, «The Development of Trade between the Roman Empire and the East under Augustus», *Greece and Rome* 16.2 (1969), 211. Jones, *History of Rome*, pp. 256-257, 259-260; R. Ritner, «Egypt under Roman Rule: The Legacy of Ancient Egypt», in *Cambridge History of Egypt*, 1, p. 10; N. Lewis, *Life in Egypt under Roman Rule* (Oxford, 1983), p. 180.
- [62] V. Lewis, *Life in Egypt*, pp. 33-34; Ritner, «Egypt under Roman Rule», in *Cambridge History of Egypt*, 1, pp. 7-8; A. Bowman, *Egypt after the Pharaohs 332 BC–AD 642: From Alexander to the Arab Conquest* (Berkeley, 1986) pp. 92-93.
- [63] Para o registo de nascimentos e mortes no Egito romano, R. Ritner, «Poll Tax on the Dead», *Enchoria* 15 (1988), 205-207. Para o censo, incluindo a sua data, v. J. Rist, «Luke 2:2: Making Sense of the Date of Jesus' Birth», *Journal of Theological Studies* 56.2 (2005), 489-491.
- [64] Cícero, *Pro lege Manilia*, 6, in *Cicero: The Speeches*, ed. e tr. H. Grose Hodge (Cambridge, MA, 1927), p. 26.
- [65] Salústio, *Bellum Catilinae*, 11.5-6, in *Sallust*, ed. e tr. J. Rolfe (Cambridge, MA, 1931), p. 20; A. Dalby, *Empire of Pleasures: Luxury and Indulgence in the Roman World* (Londres, 2000), p. 162.
- [66] F. Hoffman, M. Minas-Nerpel e S. Pfeiffer, *Die dreisprachige Stele des C. Cornelius Gallus. Übersetzung und Kommentar* (Berlin, 2009), pp. 5ff. G. Bowersock, «A Report on Arabia Provincia», *Journal of Roman Studies* 61 (1971), 227.
- [67] W. Schoff, *Parthian Stations of Isidore of Charax: An Account of the Overland Trade between the Levant and India in the First Century BC* (Filadélfia, 1914). O texto tem muitas vezes sido visto como dizendo respeito às rotas mercantes; Millar mostra que isso é incorreto, «Caravan Cities», 119ff. Para a identificação de Alexandrópolis, v. P. Fraser, *Cities of Alexander the Great* (Oxford, 1996), pp. 132-140.
- [68] Estrabão, *Geographica*, 2.5, 1, p. 454; Parker, «Ex Oriente», pp. 64-66; Fitzpatrick, «Provincializing Rome», 49-50.
- [69] Parker, «Ex Oriente», 64-66; M. Vickers, «Nabataea, India, Gaul, and Carthage: Reflections on Hellenistic and Roman Gold Vessels and Red-Gloss Pottery», *American Journal of Archaeology* 98 (1994), 242; E. Lo Cascio, «State and Coinage in the Late Republic and Early Empire», *Journal of Roman Studies* 81 (1981), 82.
- [70] Citado por G. Parker, *The Making of Roman India* (Cambridge, 2008), p. 173.
- [71] In H. Kulke e D. Rothermund, *A History of India* (Londres, 2004), 107-108.
- [72] L. Casson (ed.), *The Periplus Maris Erythraei: Text with Introduction, Translation and Commentary* (Princeton, 1989), 48-49, p. 80; 56, p. 84.
- [73] W. Wendrich, R. Tomber, S. Sidebotham, J. Harrell, R. Cappers e R. Bagnall, «Berenike Crossroads: The Integration of Information», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 46.1 (2003), 59-62.
- [74] V. Begley, «Arikamedu Reconsidered», *American Journal of Archaeology* 87.4 (1983), 461-481; Parker, «Ex Oriente», 47-48.
- [75] V. T. Power, *The Red Sea from Byzantium to the Caliphate, AD 500-1000* (Cairo, 2012).
- [76] Tácito, *Annales*, ed. H. Heubner (Estugarda, 1983), 2.33, p. 63.
- [77] Petrónio, *Satyricon*, ed. K. Müller (Munique, 2003), 30-38, pp. 23-31; 55, p. 49.
- [78] Marcial, *Epigrams*, 5.37, in *Martial: Epigrams*, ed. e tr. D. Shackleton Bailey, 3 vols. (Cambridge, MA, 1993), 1, p. 388.

- [79] *Talmud Bavli*, citado por Dalby, *Empire of Pleasures*, p. 266.
- [80] Juvenal, *Satire 3*, in *Juvenal and Persius*, ed. e tr. S. Braund (Cambridge, MA, 2004), pp. 172-174.
- [81] Casson, *Periplus Maris Erythraei*, 49, p. 80; 56, p. 84; 64, p. 90.
- [82] Sêneca, *De Beneficiis*, 7.9, in *Seneca: Moral Essays*, ed. e tr. J. Basore, 3 vols. (Cambridge, MA, 1928-1935), 3, p. 478.
- [83] Tácito, *Annales*, 2.33, p. 63.
- [84] Plínio, o Velho, *Naturalis Historia*, 6.20, in *Pliny: The Natural History*, ed. e tr. H. Rackham, 10 vols. (Cambridge, MA, 1947-1952), 2, p. 378.
- [85] *Ibid.*, 6.26, p. 414.
- [86] *Ibid.*, 12.49, p. 62.
- [87] H. Harrauer e P. Sijpesteijn, «Ein neues Dokument zu Roms Indienhandel, P. Vindob. G40822», *Anzeiger der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, phil.-hist.Kl.122* (1985), 124-155; v. tb. L. Casson, «New Light on Maritime Loans: P. Vindob. G 40822», *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 84 (1990), 195-206, e F. Millar, «Looking East from the Classical World», *International History Review* 20.3 (1998), 507-531.
- [88] Casson, *Periplus Maris Erythraei*, 39, p. 74.
- [89] J. Teixidor, *Un Port roman du desert: Palmyre et son commerce d'Auguste a Caracalla* (Paris, 1984); E. Will, *Les Palmyreniens, la Venise des sables (Ier siecle avant-IIIeme siecle apres J.-C.)* (Paris, 1992).
- [90] Amiano Marcelino, *Rerum Gestarum Libri Qui Supersunt*, 14.3, in *Ammianus Marcellinus*, ed. e tr. J. Rolfe, 3 vols. (Cambridge, MA, 1935-1940), 1, p. 24.
- [91] J. Cribb, «The Heraeus Coins: Their Attribution to the Kushan King Kujula Kadphises, c. AD 30-80», in M. Price, A. Burnett e R. Bland (eds), *Essays in Honour of Robert Carson and Kenneth Jenkins* (Londres, 1993), pp. 107-134.
- [92] Casson, *Periplus Maris Erythraei*, 43, pp. 76-78; 46, pp. 78-80.
- [93] *Ibid.*, 39, p. 76; 48-49, p. 81. Para os kushans, v. a antologia de ensaios in V. Masson, B. Puris, C. Bosworth et al. (eds.), *History of Civilizations of Central Asia*, 6 vols. (Paris, 1992-), 2, pp. 247-396.
- [94] D. Leslie e K. Gardiner, *The Roman Empire in Chinese Sources* (Roma, 1996), esp. pp. 131-162; v. tb. R. Kauz e L. Yingsheng, «Armenia in Chinese Sources», *Iran and the Caucasus* 12 (2008), 157-190.
- [95] Sima Qian, *Records of the Grand Historian of China*, 123, 2, p. 241.
- [96] V. ainda B. Laufer, *Sino-Iranica: Chinese Contributions to the History of Civilisation in Ancient Iran* (Chicago, 1919), e R. Ghirshman, *Iran: From the Earliest Times to the Islamic Conquest* (Harmondsworth, 1954).
- [97] Power, *Red Sea*, p. 58.
- [98] Schafer, *Golden Peaches of Samarkand*, p. 1.
- [99] Que a embaixada levasse carapaças de tartarugas, corno de rinoceronte e marfim sugere que os enviados estavam bem informados sobre os gostos chineses, F. Hirth, *China and the Roman Orient* (Leipzig, 1885), pp. 42, 94. Ver aqui R. McLaughlin, *Rome and the Distant East: Trade Routes to the Ancient Lands of Arabia, India and China* (Londres, 2010).
- [100] Fitzpatrick, «Provincializing Rome», 36; Horácio, *Odes*, 1.12, in *Horace: Odes and Epodes*, ed. e tr. N. Rudd (Cambridge, MA, 2004), p. 48.

- [101] B. Isaac, *The Limits of Empire: The Roman Army in the East* (Oxford, 1990), p. 43; S. Mattern, *Rome and the Enemy: Imperial Strategy in the Principate* (Berkeley, 1999), p. 37.
- [102] Dião Cássio, 68.29, 8, pp. 414-416; H. Mattingly (ed.), *A Catalogue of the Coins of the Roman Empire in the British Museum*, 6 vols. (Londres, 1940-1962), 3, p. 606. Para a campanha de Trajano, v. J. Bennett, *Trajan: Optimus Princeps* (Londres, 1997), pp. 183-204.
- [103] Jordanes, *Romana*, in *Iordanis Romana et Getica*, pp. 34-35.
- [104] Lactâncio, *De Mortibus Persecutorum*, ed. e tr. J. Creed (Oxford, 1984), 5, p. 11.
- [105] A. Invernizzi, «Arsacid Palaces», in I. Nielsen (ed.), *The Royal Palace Institution in the First Millennium BC* (Atenas, 2001), pp. 295-312; *idem*, «The Culture of Nisa, between Steppe and Empire», in J. Cribb e G. Herrmann (eds), *After Alexander: Central Asia before Islam: Themes in the History and Archaeology of Western Central Asia* (Oxford, 2007), pp. 163-177. Nisa, há muito esquecida, alberga muitos exemplares magníficos de formas de arte helenísticas. V. Pilipko, *Rospisi Staroi Nisy* (Tashkent, 1992); P. Bernard e F. Grenet (eds.), *Histoire des cultes de l'Asie Centrale preislamique* (Paris, 1991).
- [106] Para Characene, L. Gregoratti, «A Parthian Port on the Persian Gulf: Characene and its Trade», *Anabasis* 2 (2011), 209-229. Para a olaria, v. por ex. H. Schenk, «Parthian Glazed Pottery from Sri Lanka and the Indian Ocean Trade», *Zeitschrift für Archäologie Ausereuropaischer Kulturen* 2 (2007), 57-90.
- [107] F. Rahimi-Laridjani, *Die Entwicklung der Bewässerungslandwirtschaft im Iran bis in Sasanidisch-fruhislamische Zeit* (Weisbaden, 1988); R. Gyselen, *La Géographie administrative de l'empire sasanide: les témoignages sigillographiques* (Paris, 1989).
- [108] A. Taffazoli, «List of Trades and Crafts in the Sassanian Period», *Archaeologische Mitteilungen aus Iran* 7 (1974), 192-196.
- [109] T. Daryaee, *Šahrestānīhā-ī Ērānšahr: A Middle Persian Text on Late Antique Geography, Epic, and History* (Costa Mesa, CA, 2002).
- [110] M. Morony, «Land Use and Settlement Patterns in Late Sasanian and Early Islamic Iraq», in A. Cameron, G. King e J. Haldon (eds), *The Byzantine and Early Islamic Near East*, 3 vols. (Princeton, 1992-1996), 2, pp. 221-229.
- [111] R. Frye, «Sasanian Seal Inscriptions», in R. Stiehl e H. Stier (eds.), *Beiträge zur alten Geschichte und deren Nachleben*, 2 vols. (Berlim, 1969-1970), 1, pp. 77-84; J. Choksy, «Loan and Sales Contracts in Ancient and Early Medieval Iran», *Indo-Iranian Journal* 31 (1988), 120.
- [112] T. Daryaee, «The Persian Gulf Trade in Late Antiquity», *Journal of World History* 14.1 (2003), 1-16.
- [113] Lactâncio, *De Mortibus Persecutorum*, 7, p. 11.
- [114] *Ibid.*, 23, p. 36.
- [115] Bodrum Museum of Underwater Archaeology. Tanto quanto sei, a inscrição, descoberta em 2011, não foi ainda publicada.
- [116] Sexto Aurélio Vítor, *Epitome de Caesaribus*, ed. M. Festy, *Pseudo-Aurelius Victor. Abrégé de Césars* (Paris, 1999), 39, p. 41.
- [117] Suetônio, *Divus Julius*, 79, in *Lives of the Caesars*, 1, p. 132.
- [118] Libânio, *Antioch as a Centre of Hellenic Culture as Observed by Libanius*, tr. A. Norman (Liverpool, 2001), pp. 145-167.
- [119] Para uma refutação liminar do «mito de *translatio imperii*», v. L. Grig e G. Kelly (eds), *Two Romes: Rome and Constantinople in Late Antiquity* (Cambridge, 2012).

2 Rota das fés

- [1] H. Falk, *Asokan Sites and Artefacts: A Source-book with Bibliography* (Mainz, 2006), p. 13; E. Seldeslachts, «Greece, the Final Frontier? – The Westward Spread of Buddhism», in A. Heirman e S. Bumbacher (eds.), *The Spread of Buddhism* (Leiden, 2007), esp. pp. 158-160.
- [2] Sick, «When Socrates Met the Buddha», 271; para a literatura pali contemporânea, T. Hinüber, *A Handbook of Pali Literature* (Berlim, 1996).
- [3] G. Fussman, «The Mat *Devakula*: A New Approach to its Understanding», in D. Srivasan (ed.), *Mathurā: The Cultural Heritage* (Nova Deli, 1989), pp. 193-199.
- [4] Por exemplo, P. Rao Bandela, *Coin Splendour: A Journey into the Past* (Nova Deli, 2003), pp. 32-35.
- [5] D. MacDowall, «Soter Megas, the King of Kings, the Kushana», *Journal of the Numismatic Society of India* (1968), 28-48.
- [6] Note-se, por exemplo, a descrição no Livro dos Salmos de «Deus de Deus [...], Soberano dos Soberanos» (Ps. 136:2-3, ou «Deus dos deuses e Soberano dos soberanos» (Deut. 10:17). O livro do Apocalipse diz como a besta será derrotada, porque o Cordeiro é «Soberano dos Soberanos e Rei dos Reis» (Rev. 17:14).
- [7] *The Lotus of the Wonderful Law or The Lotus Gospel: Saddharma Pundarīka Sūtra Miao-Fa Lin Hua Chung*, tr. W. Soothill (Londres, 1987), p. 77.
- [8] X. Liu, *Ancient India and Ancient China: Trade and Religious Exchanges AD 1-600* (Oxford, 1988), p. 102.
- [9] *Sukhāvati-vyūha: Description of Sukhāvati, the Land of Bliss*, tr. F. Müller (Oxford, 1883), pp. 33-34; *Lotus of the Wonderful Law*, pp. 107, 114.
- [10] D. Schlumberger, M. Le Berre e G. Fussman (eds.), *Surkh Kotal en Bactriane*, vol. 1: *Les Temples: architecture, sculpture, inscriptions* (Paris, 1983); V. Gaibov, «Ancient Tajikistan Studies in History, Archaeology and Culture (1980-1991)», *Ancient Civilizations from Scythia to Siberia* 1.3 (1995), 289-304.
- [11] R. Salomon, *Ancient Buddhist Scrolls from Gandhara* (Seattle, 1999).
- [12] J. Harle, *The Art and Architecture of the Indian Subcontinent* (New Haven, 1994), pp. 43-57.
- [13] V. sobretudo E. de la Vaissière, *Sogdian Traders: A History* (Leiden, 2005).
- [14] K. Jettmar, «Sogdians in the Indus Valley», in P. Bertrand e F. Grenet (eds.), *Histoire des cultes de l'Asie centrale preislamique* (Paris, 1991), pp. 251-253.
- [15] C. Huart, *Le Livre de Gerchāsp, poeme persan d'Asadī junior de Toūs*, 2 vols. (Paris, 1926-1929), 2, p. 111.
- [16] R. Giès, G. Feugère e A. Coutin (eds.), *Painted Buddhas of Xinjiang: Hidden Treasures from the Silk Road* (Londres, 2002); T. Higuchi e G. Barnes, «Bamiyan: Buddhist Cave Temples in Afghanistan», *World Archaeology* 27.2 (1995), 282ff.
- [17] M. Rhie, *Early Buddhist Art of China and Central Asia*, vol. 1 (Leiden, 1999); R. Wei, *Ancient Chinese Architecture: Buddhist Buildings* (Viena, 2000).
- [18] G. Koshelenko, «The Beginnings of Buddhism in Margiana», *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae* 14 (1966), 175-183; R. Foltz, *Religions of the Silk Road: Premodern Patterns of Globalization* (2.^a ed., Basingstoke, 2010), pp. 47-48; *idem*, «Buddhism in the Iranian World», *Muslim World* 100.2-3 (2010), 204-214.
- [19] N. Sims-Williams, «Indian Elements in Parthian and Sogdian», in R. Röhrborn e W. Veenker (eds.), *Sprachen des Buddhismus in Zentralasien* (Wiesbaden, 1983), pp. 132-141; W. Sundermann,

«Die Bedeutung des Parthischen für die Verbreitung buddhistischer Wörter indischer Herkunft», *Altorientalische Forschungen* 9 (1982), 99-113.

[20] W. Ball, «How Far Did Buddhism Spread West?», *Al-Rāfi dān* 10 (1989), 1-11.

[21] T. Daryaee, *Sasanian Persia: The Rise and Fall of an Empire* (Londres, 2009), pp. 2-5.

[22] Muitos académicos escreveram sobre a questão da continuidade e da mudança. Ver aqui M. Canepa, *The Two Eyes of the Earth: Art and Ritual of Kingship between Rome and Sasanian Iran* (Berkeley, 2009).

[23] M. Canepa, «Technologies of Memory in Early Sasanian Iran: Achaemenid Sites and Sasanian Identity», *American Journal of Archaeology* 114.4 (2010), 563-596; U. Weber, «Wahram II: König der Könige von Eran und Aneran», *Iranica Antiqua* 44 (2009), 559-643.

[24] Para a cunhagem de moedas sassânidas em geral, R. Göbl, *Sasanian Numismatics* (Brunswick, 1971).

[25] M. Boyce, *Zoroastrians: Their Religious Beliefs and Practices* (Londres, 1979).

[26] R. Foltz, «Zoroastrian Attitudes toward Animals», *Society and Animals* 18 (2010), 367-378.

[27] *The Book of the Counsel of Zartusht*, 2-8, in R. Zaehner, *The Teachings of the Magi: A Compendium of Zoroastrian Beliefs* (Nova Iorque, 1956), pp. 21-22. Ver aqui também M. Boyce, *Textual Sources for the Study of Zoroastrianism* (Manchester, 1984).

[28] Ver por exemplo M. Boyce, *Textual Sources for the Study of Zoroastrianism* (Manchester, 1984), pp. 104-106.

[29] M. Boyce e F. Grenet, *A History of Zoroastrianism* (Leiden, 1991), pp. 30-33. Para as crenças zoroástricas, incluindo preces e credos, v. Boyce, *Textual Sources*, pp. 53-61; para rituais e práticas, pp. 61-70.

[30] J. Harmatta, «Late Bactrian Inscriptions», *Acta Antiqua Hungaricae* 17 (1969), 386-368.

[31] M. Back, «Die sassanidischen Staatsinschriften», *Acta Iranica* 18 (1978), 287-288.

[32] S. Shaked, «Administrative Functions of Priests in the Sasanian Period», in G. Gnoli e A. Panaino (eds.), *Proceedings of the First European Conference of Iranian Studies*, 2 vols. (Roma, 1991), 1, pp. 261-273; T. Daryaee, «Memory and History: The Construction of the Past in Late Antiquity», *Name-ye Iran-e Bastan* 1.2 (2001-2002), 1-14.

[33] Back, «Sassanidischen Staatsinschriften», 384. Para a inscrição na íntegra, M.-L. Chaumont, «L'Inscription de Kartir à la Kabah de Zoroastre: text, traduction et commentaire», *Journal Asiatique* 248 (1960), 339-380.

[34] M.-L. Chaumont, *La Christianisation de l'empire iranien, des origines aux grandes persecutions du IV siecle* (Lovaina, 1988), p. 111; G. Fowden, *Empire to Commonwealth: Consequences of Monotheism in Late Antiquity* (Princeton, 1993), pp. 28-29.

[35] R. Merkelbach, *Mani und sein Religionssystem* (Opladen, 1986); J. Russell, «Kartir and Mani: A Shamanistic Model of their Conflict», *Iranica Varia: Papers in Honor of Professor Ehsan Yarshater* (Leiden, 1990), pp. 180-193; S. Lieu, *History of Manicheism in the Later Roman Empire and Medieval China: A Historical Survey* (Manchester, 1985). Para Shāpūr e Mani, ver M. Hutter, «Manichaeism in the early Sasanian Empire», *Numen* 40 (1993), 2-15.

[36] P. Gigoux (ed. e tr.), *Les Quatre Inscriptions du mage Kirdir, textes et concordances* (Paris, 1991). Também C. Jullien e F. Jullien, «Aux frontières de l'iranité: “nasraye” et “kristyone” des inscriptions du mobad Kirdir: enquête littéraire et historique», *Numen* 49.3 (2002), 282-335; F. de Blois, «*Nasrānī* (Ναζωραῖος) and *hanīf* (εθνικός): Studies on the Religious Vocabulary of Christianity and of Islam», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 65 (2002), 7-8.

- [37] S. Lieu, «Captives, Refugees and Exiles: A Study of Cross-Frontier Civilian Movements and Contacts between Rome and Persia from Valerian to Jovian», in P. Freeman e D. Kennedy (eds.), *The Defence of the Roman and Byzantine East* (Oxford, 1986), pp. 475-505.
- [38] A. Kitchen, C. Ehret, S. Assefa e C. Mulligan, «Bayesian Phylogenetic Analysis of Semitic Languages Identifies an Early Bronze Age Origin of Semitic in the Near East», *Proceedings of the Royal Society B*, 276.1668 (2009), 2702-2710. Alguns académicos sugerem uma origem norte-africana para as línguas semitas, e.g. D. McCall, «The Afroasiatic Language Phylum: African in Origin, or Asian?», *Current Anthropology* 39.1 (1998), 139-144.
- [39] R. Stark, *The Rise of Christianity: A Sociologist Reconsiders History* (Princeton, 1996), e *idem*, *Cities of God: The Real Story of How Christianity Became an Urban Movement and Conquered Rome* (São Francisco, 2006). As perspectivas e metodologias de Stark revelaram-se controversas, v. *Journal of Early Christian Studies* 6.2 (1998).
- [40] Plínio, *o Jovem*, Carta 96, ed. e tr. B. Radice, *Letters and Panegyricus*, 2 vols. (Cambridge, MA, 1969), 2, pp. 284-286.
- [41] *Ibid.*, Carta 97, 2, pp. 290-292.
- [42] J. Helgeland, R. Daly e P. Patout Burns (eds.), *Christians and the Military: The Early Experience* (Filadélfia, 1985).
- [43] M. Roberts, *Poetry and the Cult of the Martyrs* (Ann Arbor, 1993); G. de Ste Croix, *Christian Persecution, Martyrdom and Orthodoxy* (Oxford, 2006).
- [44] Tertuliano, *Apologia ad Nationes*, 42, in *Tertullian: Apology: De Spectaculis*, ed. e tr. T. Glover (Londres, 1931), p. 190; G. Stoumsa, *Barbarian Philosophy: The Religious Revolution of Early Christianity* (Tübingen, 1999), pp. 69-70.
- [45] Tertuliano, *Apologia*, 8, p. 44.
- [46] W. Baum e D. Winkler, *Die Apostolische Kirche des Ostens* (Klagenfurt, 2000), pp. 13-17.
- [47] S. Rose, *Roman Edessa: Politics and Culture on the Eastern Fringes of the Roman Empire, 114-242 CE* (Londres, 2001).
- [48] T. Mgaloblishvili e I. Gagoshidze, «The Jewish Diaspora and Early Christianity in Georgia», in T. Mgaloblishvili (ed.), *Ancient Christianity in the Caucasus* (Londres, 1998), pp. 39-48.
- [49] J. Bowman, «The Sassanian Church in the Kharg Island», *Acta Iranica* 1 (1974), 217-220.
- [50] *The Book of the Laws of the Countries: Dialogue on the Fate of Bardaisan of Edessa*, tr. - H. Drijvers (Assen, 1965), p. 61.
- [51] J. Asmussen, «Christians in Iran», in *The Cambridge History of Iran: The Seleucid, Parthian and Sasanian Periods* (Cambridge, 1983), 3.2, pp. 929-930.
- [52] S. Brock, «A Martyr at the Sasanid Court under Vahran II: Candida», *Analecta Bollandiana* 96.2 (1978), 167-181.
- [53] Eusébio, *Evangelike Proparaskeus*, ed. K. Mras, *Eusebius Werke: Die Praeparatio Evangelica* (Berlim, 1954), 1.4, p. 16; A. Johnson, «Eusebius' *Praeparatio Evangelica* as Literary Experiment», in S. Johnson (ed.), *Greek Literature in Late Antiquity: Dynamism, Didacticism, Classicism* (Aldershot, 2006), p. 85.
- [54] P. Brown, *The Body and Society: Men, Women and Sexual Renunciation in Early Christianity* (Londres, 1988); C. Wickham, *The Inheritance of Rome: A History of Europe from 400 to 1000* (Londres, 2009), pp. 55-56.
- [55] B. Dignas e E. Winter, *Rome and Persia in Late Antiquity* (Cambridge, 2007), pp. 210-232.
- [56] V. A. Sterk, «Mission from Below: Captive Women and Conversion on the East Roman Frontiers», *Church History* 79.1 (2010), 1-39.

- [57] Para a conversão, R. Thomson (ed. e tr.), *The Lives of St Gregory: The Armenian, Greek, Arabic and Syriac Versions of the History Attributed to Agathaneglos* (Ann Arbor, 2010). Para a data muito debatida, W. Seibt, *Die Christianisierung des Kaukasus: The Christianisation of Caucasus (Armenia, Georgia, Albania)* (Viena, 2002), e M.-L. Chaumont, *Recherches sur l'histoire d'Arménie, de l'avenement des Sassanides à la conversion du royaume* (Paris, 1969), pp. 131-146.
- [58] Eusébio de Cesareia, *Bios tou megalou Konstantinou*, ed. F. Winkelmann, *Über das Leben des Kaisers Konstantin* (Berlim, 1992), 1.28-30, pp. 29-30. Para a conversão de Constantino e em geral, ver a antologia de ensaios in N. Lensky (ed.), *The Cambridge Companion to the Age of Constantine* (ed. rev., Cambridge, 2012).
- [59] Sozomen, *Ekklesiastike Historia*, ed. J. Bidez, *Sozomenus: Kirchengeschichte* (Berlim, 1995), 2.3, p. 52.
- [60] Eusébio, *Bios tou megalou Konstantinou*, 2.44, p. 66.
- [61] A. Lee, «Traditional Religions», in Lensky, *Age of Constantine*, pp. 159-180.
- [62] *Codex Theodosianus*, tr. C. Pharr, *The Theodosian Code and Novels and the Simondian Constitutions* (Princeton, 1952), 15.12, p. 436.
- [63] Eusébio, *Bios tou megalou Konstantinou*, 3.27-28, p. 96.
- [64] *Ibid.*, 3.31-2, p. 99.
- [65] P. Sarris, *Empires of Faith* (Oxford, 2012), pp. 22-23.
- [66] Eusébio, *Vita Constantini*, 4.13, p. 125; tradução in Dodgeon e Lieu (eds.), *The Roman Eastern Frontier and the Persian Wars A. D. 226-363: A Documentary History* (Londres, 1991), p. 152. Para a data, G. Fowden, *Empire to Commonwealth: Consequences of Monotheism in Late Antiquity* (Princeton, 1993), pp. 94-99.
- [67] J. Eadie, «The Transformation of the Eastern Frontier 260-305», in R. Mathisen e H. Sivan (eds.), *Shifting Frontiers in Late Antiquity* (Aldershot, 1996), pp. 72-82; M. Konrad, «Research on the Roman and Early Byzantine Frontier in North Syria», *Journal of Roman Archaeology* 12 (1999), 392-410.
- [68] Sterk, «Mission from Below», 10-11.
- [69] Eusébio, *Vita Constantini*, 5.56, p. 143; 5.62, pp. 145-146.
- [70] T. Barnes, «Constantine and the Christians of Persia», *Journal of Roman Studies* 75 (1985), 132.
- [71] Afrate, *Demonstrations*, M.-J. Pierre, *Aphraate le sage person: les exposes* (Paris, 1988-1989), n.º 5.
- [72] J. Walker, *The Legend of Mar Qardagh: Narrative and Christian Heroism in Late Antique Iraq* (Berkeley, 2006), 6, p. 22.
- [73] Ver em geral J. Rist, «Die Verfolgung der Christen im spätkirchen Sasanidenreich: Ursachen, Verlauf, und Folgen», *Oriens Christianus* 80 (1996), 17-42. As provas têm alguns problemas de interpretação, S. Brock, «Saints in Syriac: A Little-Tapped Resource», *Journal of East Christian Studies* 16.2 (2008), esp. 184-186.
- [74] J. Wiesehöfer, *Ancient Persia, 500 BC to 650 AD* (Londres, 2001), p. 202.

3 Rota para um Oriente cristão

- [1] O. Knottnerus, «Malaria in den Nordseemarschen: Gedanken über Mensch und Umwelt», in M. Jakubowski-Tiessen e J. Lorenzen-Schmidt, *Dunger und Dynamit: Beiträge zur Umweltgeschichte Schleswig-Holsteins und Danemarks* (Neumünster, 1999), pp. 25-39; P. Sorrel et al., «Climate Variability in the Aral Sea Basin (Central Asia) during the Late Holocene Based on Vegetation Changes», *Quaternary Research* 67.3 (2007), 357-370; H. Oberhänsli et al., «Variability in

Precipitation, Temperature and River Runoff in W. Central Asia during the Past ~2000 Yrs», *Global and Planetary Change* 76 (2011), 95-104; O. Savoskul e O. Solomina, «Late-Holocene Glacier Variations in the Frontal and Inner Ranges of the Tian Shan, Central Asia», *Holocene* 6.1 (1996), 25-35.

[2] N. Sims-Williams, «Sogdian Ancient Letter II», in A. Juliano e J. Lerner (eds.), *Monks and Merchants: Silk Road Treasures from Northern China: Gansu and Ningxia 4th–7th Century* (Nova Iorque, 2001), pp. 47-49. Ver também F. Grenet e N. Sims-Williams, «The Historical Context of the Sogdian Ancient Letters», *Transition Periods in Iranian History, Studia Iranica* 5 (1987), 101-122; N. Sims-Williams, «Towards a New Edition of the Sogdian Letters», in E. Trembert e E. de la Vaissière (eds.), *Les Sogdiens en Chine* (Paris, 2005), pp. 181-193.

[3] E. de la Vaissière, «Huns et Xiongnu», *Central Asiatic Journal* 49.1 (2005), 3-26.

[4] P. Heather, *Empires and Barbarians* (Londres, 2009), pp. 151-188; A. Poulter, «Cataclysm on the Lower Danube: The Destruction of a Complex Roman Landscape», in N. Christie (ed.), *Landscapes of Change: Rural Evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages* (Aldershot, 2004), pp. 223–254.

[5] V. F. Grenet, «Crise et sortie de crise en Bactriane-Sogdiane aux IV^e–V^e s de n.è.: de l'héritage antique à l'adoption de modèles sassanides», in *La Persia e l'Asia Centrale da Alessandro al X secolo. Atti dei Convegni Lincei* 127 (Roma, 1996), pp. 367-390; de la Vaissière, *Sogdian Traders*, pp. 97-103.

[6] G. Greatrex e S. Lieu, *The Roman Eastern Frontier and the Persian Wars, Part II, AD 363–630* (Londres, 2002), pp. 17-19; O. Maenchen-Helfen, *The World of the Huns* (Los Angeles, 1973), p. 58.

[7] Ainda que os académicos há muito debatam a possível data desta construção, os recentes avanços na datação em radiocarbono e luminescência oticamente simulada datam agora com certeza a construção desta grande fortificação neste período, J. Nokandeh *et al.*, «Linear Barriers of Northern Iran: The Great Wall of Gorgan and the Wall of Tammishe», *Iran* 44 (2006), 121-173.

[8] J. Howard-Johnston, «The Two Great Powers in Late Antiquity: A Comparison», in A. Cameron, G. King e J. Haldon (eds.), *The Byzantine and Early Islamic Near East*, 3 vols. (Princeton, 1992-196), 3, pp. 190-197.

[9] R. Blockley, «Subsidies and Diplomacy: Rome and Persia in Late Antiquity», *Phoenix* 39 (1985), 66-67.

[10] Greatrex e Lieu, *Roman Eastern Frontier*, pp. 32-33.

[11] Ver Heather, *Fall of the Roman Empire*, pp. 191-250.

[12] São Jerónimo, «Ad Principiam», *Select Letters of St Jerome*, ed. e tr. F. Wright (Cambridge, MA, 1933), 127, p. 462.

[13] Jordanes, *Getica*, 30, in *Iordanis Romana et Getica*, ed. T. Mommsen (Berlim, 1882), pp. 98-99.

[14] J. Hill, *Through the Jade Gate to Rome: A Study of the Silk Routes during the Late Han Dynasty, 1st to 2nd Centuries CE: An Annotated Translation of the Chronicle of the 'Western Regions' from the Hou Hanshu* (Charleston, NC, 2009).

[15] Sarris, *Empires of Faith*, pp. 41-43.

[16] Um documento do início do século iv lista as tribos que entraram no Império Romano, A. Riese (ed.), *Geographi latini minores* (Hildesheim, 1964), pp. 1280-1299. Para outro exemplo, Sidónio Apolinário, «Panegyric on Avitus», in *Sidonius Apollinaris: Poems and Letters*, ed. e tr. W. Anderson, 2 vols. (Cambridge, MA, 1935-1956), 1, p. 146.

[17] Amiano Marcelino, *Rerum Gestarum Libri XXX*, 31.2, 3, p. 382.

- [18] Prisco, *Testimonia*, fragmento 49, ed. e tr. R. Blockley, *The Fragmentary Classicising Historians of the Later Roman Empire: Eunapius, Olympiodorus, Priscus, and Malchus*, 2 vols. (Liverpool, 1981-1983), 2, p. 356.
- [19] Amiano Marcelino, *Rerum Gestarum Libri XXX*, 31.2, 3, p. 380.
- [20] D. Pany e K. Wiltshke-Schrotta, «Artificial Cranial Deformation in a Migration Period Burial of Schwarzenbach, Central Austria», *VIAS 2* (2008), 18-23.
- [21] Prisco, *Testimonia*, fragmento 24, 2, pp. 316-317. Para os sucessos dos hunos, Heather, *Fall of the Roman Empire*, pp. 300-348.
- [22] B. Ward-Perkins, *The Fall of Rome and the End of Civilization* (Oxford, 2005), pp. 91ff.
- [23] Salviano, *Œuvres*, ed. e tr. C. Lagarrigue, 2 vols. (Paris, 1971-1975), 2, 4.12. Traduzido por E. Sanford (tr.), *The Government of God* (Nova Iorque, 1930), p. 118.
- [24] Zósimo, *Historias Neas*, ed. e tr. F. Paschoud, *Zosime, Histoire nouvelle*, 3 vols. (Paris, 2000) 2.7, 1, pp. 77-79.
- [25] Asmussen, «Christians in Iran», pp. 929-930.
- [26] S. Brock, «The Church of the East in the Sasanian Empire up to the Sixth Century and its Absence from the Councils in the Roman Empire», *Syriac Dialogue: First Non-Official Consultation on Dialogue within the Syriac Tradition* (Viena, 1994), 71.
- [27] A. Cameron e R. Hoyland (eds.), *Doctrine and Debate in the East Christian World 300-1500* (Farnham, 2011), p. xi.
- [28] W. Barnstone, *The Restored New Testament: A New Translation with Commentary, Including the Gnostic Gospels of Thomas, Mary and Judas* (Nova Iorque, 2009).
- [29] N. Tanner, *The Decrees of the Ecumenical Councils*, 2 vols. (Washington, DC, 1990), 1; A. Cameron, *The Later Roman Empire, AD 284-430* (Londres, 1993), pp. 59-70.
- [30] Ver P. Wood, *The Chronicle of Seert. Christian Historical Imagination in Late Antique Iraq* (Oxford, 2013), pp. 23-24.
- [31] S. Brock, «The Christology of the Church of the East in the Synods of the Fifth to Early Seventh Centuries: Preliminary Considerations and Materials», in G. Dagrás (ed.), *A Festschrift for Archbishop Methodios of Thyateira and Great Britain* (Atenas, 1985), pp. 125-142.
- [32] Baum e Winkler, *Apostolische Kirche*, pp. 19-25.
- [33] Sínodo de Dadjesus, *Synodicon orientale, ou Recueil de synods nestoriens*, ed. J. Chabot (Paris, 1902), pp. 285-298; Brock, «Christology of the Church of the East», pp. 125-142; Brock, «Church of the East», 73-74.
- [34] Wood, *Chronicle of Seert*, pp. 32-37.
- [35] Gregório de Nazianzo, *De Vita Sua*, in D. Meehan (tr.), *Saint Gregory of Nazianzus: Three Poems* (Washington, DC, 1987), pp. 133-135.
- [36] São Cirilo de Alexandria, «Letter to Paul the Prefect», in J. McEnerney (tr.), *Letters of St Cyril of Alexandria*, 2 vols. (Washington, DC, 1985-1987), 2, 96, pp. 151-153.
- [37] S. Brock, «From Antagonism to Assimilation: Syriac Attitudes to Greek Learning», in N. - Garsoian, T. Mathews e T. Thomson (eds.), *East of Byzantium: Syria and Armenia in the Formative Period* (Washington, DC, 1982), pp. 17-34; também *idem*, «Christology of the Church of the East», pp. 165-173.
- [38] R. Norris, *The Christological Controversy* (Filadélfia, 1980), pp. 156-157.
- [39] Brock, «Christology of the Church of the East», pp. 125-142; ver também Baum e Winkler, *Apostolische Kirche*, pp. 31-34.

- [40] F.-C. Andreas, «Bruchstücke einer Pehlevi-Übersetzung der Psalmen aus der Sassanidenzeit», *Sitzungsberichte der Berliner Akademie der Wissenschaften* (1910), 869-872; J. Asmussen, «The Sogdian and Uighur-Turkish Christian Literature in Central Asia before the Real Rise of Islam: A Survey», in L. Hercus, F. Kuiper, T. Rajapatirana e E. Skrzypczak (eds.), *Indological and Buddhist Studies: Volume in Honour of Professor J. W. de Jong on his Sixtieth Birthday* (Cambera, 1982), pp. 11-29.
- [41] Sarris, *Empires of Faith*, p. 153.
- [42] Para o Concílio de 553, R. Price, *The Acts of the Council of Constantinople of 553: Edited with an introduction and notes*, 2 vols. (Liverpool, 2009). Para o texto em siríaco, com tradução, S. Brock, «The Conversations with the Syrian Orthodox under Justinian (532)», *Orientalia Christiana Periodica* 47 (1981), 87-121, e *idem*, «Some New Letters of the Patriarch Severus», *Studia Patristica* 12 (1975), 17-24.
- [43] Evagrius Scholasticus, *Ekklesiastike historia*, 5.1, *Ecclesiastical History of Evagrius Scholasticus*, tr. M. Whitby (Liverpool, 2005), p. 254.
- [44] Para a compilação e data do texto, v. R. Lim, *Public Disputation: Power and Social Order in Late Antiquity* (Berkeley, 1991), p. 227.
- [45] Sterk, «Mission from Below», 10-12.
- [46] Para os 300 mártires de Najran, I. Shahid, «The Martyrdom of Early Arab Christians: Sixth Century Najran», in G. Corey, P. Gillquist, M. Mackoul *et al.* (eds.), *The First One Hundred Years: A Centennial Anthology Celebrating Antiochian Orthodoxy in North America* (Englewood, NJ, 1996), pp. 177-180. Para a viagem de Cosmas Indicopleustes, v. S. Faller, *Taprobane im Wandel der Zeit* (Estugarda, 2000); H. Schneider, «Kosmas Indikopleustes, Christliche Topographie: Probleme der Überlieferung und Editions-geschichte», *Byzantinische Zeitschrift* 99.2 (2006), 605-614.
- [47] *The History of Theophylact Simocatta: An English Translation with Introduction and Notes*, ed. e tr. M. Whitby e M. Whitby (Oxford, 1986), 5.10, p. 147.
- [48] Ver Wood, *Chronicle of Seert*, p. 23.
- [49] B. Spuler, *Iran in früh-Islamischer Zeit* (Wiesbaden, 1952), pp. 210-213; P. Jenkins, *The Lost History of Christianity* (Oxford, 2008), pp. 14, 53; Ver também S. Moffett, *A History of Christianity in Asia*, 2 vols. (São Francisco, 1998); J. Asmussen, «Christians in Iran», pp. 924-948.
- [50] A. Atiya, *A History of Eastern Christianity* (Londres, 1968), pp. 239ff.
- [51] Agátias, *Historion*, 2.28, *Agathias: Histories*, tr. J. Frendo (Berlim, 1975), p. 77.
- [52] Para as orações, Brock, «Church of the East», 76; para a eleição, Sínodo de Gregório I, *Synodicon orientale*, p. 471.
- [53] T. Daryaee (ed. e tr.), *Šahrestānīhā-ī Ērānšahr: A Middle Persian Text on Late Antique-Geography, Epic and History* (Costa Mesa, CA, 2002).
- [54] M. Morony, «Land Use and Settlement Patterns in Late Sasanian and Early Islamic Iraq», in Cameron, King e Haldon, *The Byzantine and Early Islamic Near East*, 2, pp. 221-229; F. Rahimi-Laridjani, *Die Entwicklung der Bewässerungslandwirtschaft im Iran bis Sasanidisch-fruhislamische zeit* (Wiesbaden, 1988); R. Gyselen, *La géographie administrative de l'empire sasanide: les témoignages sigillographiques* (Paris, 1989).
- [55] P. Pourshariati, *Decline and Fall of the Sasanian Empire: The Sasanian-Parthian Confederacy and the Arab Conquest of Iran* (Londres, 2009), pp. 33-60. Ver também Z. Rubin, «The Reforms of Khusro Anushirwān», in Cameron, *Islamic Near East*, 3, pp. 225-297.
- [56] A. Taffazoli, «List of Trades and Crafts in the Sassanian Period», *Archaeologische Mitteilungen aus Iran* 7 (1974), 192-196.

- [57] R. Frye, «Sasanian Seal Inscriptions», in R. Stiehl e H. Stier, *Beiträge zur alten Geschichte und deren Nachleben*, 2 vols. (Berlín, 1969-1970), 1, pp. 79-84; J. Choksy, «Loan and Sales Contracts in Ancient and Early Medieval Iran», *Indo-Iranian Journal* 31 (1988), 120.
- [58] Daryaei, «Persian Gulf Trade», 1-16.
- [59] E. de la Vaissière, *Histoire des marchands sogdiens* (Paris, 2002), pp. 155-161, 179-231. N. Sims-Williams, «The Sogdian Merchants in China and India», in A. Cadonna e L. Lanciotti (eds.), *Cina e Iran: da Alessandro Magno alla dinastia Tang* (Firenze, 1996), pp. 45-67; J. Rose, «The Sogdians: Prime Movers between Boundaries», *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East* 30.3 (2010), 410-419.
- [60] F. Thierry e C. Morrisson, «Sur les monnaies Byzantines trouvées en Chine», *Revue numismatique* 36 (1994), 109-145; L. Yin, «Western Turks and Byzantine Gold Coins Found in China», *Transoxiana* 6 (2003); B. Marshak e W. Anazawa, «Some Notes on the Tomb of Li Xian and his Wife under the Northern Zhou Dynasty at Guyuan, Ningxia and its Gold-Gilt Silver Ewer with Greek Mythological Scenes Unearthed There», *Cultura Antiqua* 41.4 (1989), 54-57.
- [61] D. Shepherd, «Sasanian Art», in *Cambridge History of Iran*, 3.2, pp. 1085-1086.
- [62] Para a Páscoa, Eusébio, *Vita Constantini*, 3.18, p. 90. Para exemplos da legislação contra casamentos inter-religiosos, *Codex Theodosianus*, 16.7, p. 466; 16.8, pp. 467-468.
- [63] L. Feldman, «Proselytism by Jews in the Third, Fourth and Fifth Centuries», *Journal for the Study of Judaism* 24.1 (1993), 9-10.
- [64] *Ibid.*, 46.
- [65] P. Schäfer, *Jesus in the Talmud* (Princeton, 2007); P. Schäfer, M. Meerson e Y. Deutsch (eds.), *Toledot Yeshu («The Life Story of Jesus») Revisited* (Tübingen, 2011).
- [66] G. Bowersock, «The New Greek Inscription from South Yemen», in A. Sedov e J.-F. Salles (eds.), *Qāni': le port antique du Hadramawt entre la Méditerranée, l'Afrique et l'Inde: fouilles russes 1972, 1985-89, 1991, 1993-94* (Turnhout, 2013), pp. 393-396.
- [67] J. Beaucamp, F. Briquel-Chatonnet e C. Robin (eds.), *Juifs et chrétiens en Arabie aux Ve et VIe siècles: regards croisés sur les sources* (Paris, 2010); C. Robin, «Joseph, dernier roi de Himyar (de 522 à 525, ou une des années suivantes)», *Jerusalem Studies in Arabic and Islam* 34 (2008), 1-124.
- [68] G. Bowersock, *The Throne of Adulis: Red Sea Wars on the Eve of Islam* (Oxford, 2013), pp. 78-91.
- [69] Brock, «Church of the East», 73.
- [70] Walker, *The Legend of Mar Qardagh*; texto, pp. 19-69.
- [71] Y. Saeki, *The Nestorian Documents and Relics in China* (2.^a ed., Tóquio, 1951), pp. 126-127; D. Scott, «Christian Responses to Buddhism in Pre-Medieval Times», *Numen* 32.1 (1985), 91-92.
- [72] Ver E. Pagels, *The Gnostic Gospels* (Nova Iorque, 1979); H.-J. Klimkeit, *Gnosis on the Silk Road: Gnostic Texts from Central Asia* (São Francisco, 1993); K. King, *What is Gnosticism?* (Cambridge, MA, 2003).
- [73] P. Crone, «Zoroastrian Communism», *Comparative Studies in Society and History* 36.4 (1994), 447-462; G. Gnoli, «Nuovi studi sul Mazdakismo», in *Convegno internazionale: la Persia e Bisanzio* (Roma, 2004), pp. 439-456.
- [74] Hui Li, *Life of Hiuen-tsang*, tr. Samuel Beal (Westport, CT, 1973), p. 45.
- [75] *Ibid.*, p. 46; R. Foltz, «When was Central Asia Zoroastrian?», *Mankind Quarterly* (1988), 189-200.
- [76] S. Beal, *Buddhist Records of the Western World* (Nova Deli, 1969), pp. 44-46.

- [77] G. Mitchell e S. Johar, «The Maratha Complex at Ellora», *Modern Asian Studies* 28.1 (2012), 69-88.
- [78] Equipas conjuntas do Japão e do Afeganistão conduziram escavações e estudos nos anos de 1970. Ver T. Higuchi, *Japan–Afghanistan Joint Archaeological Survey 1974, 1976, 1978* (Kioto, 1976-1980).
- [79] Para a datação do complexo de Bamiyan, em cerca de 600, ver D. Klimburg-Salter, «Buddhist Painting in the Hindu Kush c. VIIth to Xth Centuries: Reflections of the Co-existence of Pre-Islamic and Islamic Artistic Cultures during the Early Centuries of the Islamic Era», in E. de la Vaissière, *Islamisation de l'Asie Centrale: processus locaux d'acculturation du VIIe au XIe siècle* (Paris, 2008), pp. 140-142; ver também F. Flood, «Between Cult and Culture: Bamiyan, Islamic Iconoclasm, and the Museum», *Art Bulletin* 84.4 (2002), 641ff. Ver aqui também L. Morgan, *The Buddhas of Bamiyan* (Londres, 2012).
- [80] Citado por Power, *Red Sea*, p. 58.
- [81] I. Gillman e H.-J. Klimkeit, *Christians in Asia before 1500* (Ann Arbor, 1999), pp. 265-305.
- [82] G. Stroumsa, *Barbarian Philosophy: The Religious Revolution of Early Christianity* (Tübingen, 1999), pp. 80, 274-281.
- [83] J. Choksy, «Hagiography and Monotheism in History: Doctrinal Encounters between Zoroastrianism, Judaism and Christianity», *Islam and Christian–Muslim Relations* 14.4 (2010), 407-421.

4 Rota para a revolução

- [1] Pseudo-Dionísio de Tel Mahre, *Chronicle (Known Also as the Chronicle of Zuqnin), Part III*, tr. W. Witakowski (Liverpool, 1996), p. 77.
- [2] Procópio, *Hyper ton polemon*, 2.22-3, in *History of the Wars, Secret History, Buildings*, ed. e tr. H. Dewing, 7 vols. (Cambridge, MA), 1, pp. 450-472.
- [3] M. Morony, «“For Whom Does the Writer Write?”: The First Bubonic Plague Pandemic According to Syriac Sources», in K. Lester (ed.), *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541-750* (Cambridge, 2007), p. 64; D. Twitchett, «Population and Pestilence in T'ang China», in W. Bauer (ed.), *Studia Sino-Mongolica* (Wiesbaden, 1979), 42, 62.
- [4] P. Sarris, *Economy and Society in the Age of Justinian* (Cambridge, 2006); *idem*, «Plague in Byzantium: The Evidence of Non-Literary Sources», in Lester, *Plague and the End of Antiquity*, pp. 119-134; A. Cameron, *The Mediterranean World in Late Antiquity: AD 395-700* (Londres, 1993), pp. 113ff.; D. Stathakopoulos, *Famine and Pestilence in the Late Roman and Early Byzantine Empire: A Systematic Survey of Subsistence Crises and Epidemics* (Birmingham, 2004), pp. 110-165.
- [5] Sarris, *Empires of Faith*, pp. 145ff.
- [6] Procópio, *The Secret History*, tr. P. Sarris (Londres, 2007), p. 80.
- [7] João do Éfeso, *Ecclesiastical History*, 6.24, tr. R. P. Smith (1860), p. 429.
- [8] M.-T. Liu, *Die chinesischen Nachrichten zur Geschichte der Ost-Turken (T'u-kue)*, 2 vols. (Wiesbaden, 2009), 1, p. 87. Também J. Banaji, «Precious-Metal Coinages and Monetary Expansion in Late Antiquity», in F. De Romanis e S. Sorda (eds.), *Dal denarius al dinar: l'oriente e la moneta romana* (Roma, 2006), pp. 265-303.
- [9] *The History of Menander the Guardsman*, tr. R. Blockley (Liverpool, 1985), pp. 121-123.
- [10] *Ibid.*, pp. 110-117.
- [11] Sarris, *Empires of Faith*, pp. 230-231.

- [12] *Menander the Guardsman*, pp. 173-175.
- [13] Para as fontes aqui, Greatrex e Lieu, *Roman Eastern Frontier, Part II*, pp. 153-158.
- [14] R. Thomson, *The Armenian History Attributed to Sebeos. Part I: Translation and Notes* (- Liverpool, 1999), 8, p. 9.
- [15] Agátias, *Historion*, 2.24, p. 72.
- [16] G. Fisher, «From Mavia to al-Mundhir: Arab Christians and Arab Tribes in the Late Antique Roman East», in I. Toral-Niehoff e K. Dimitriev (eds.), *Religious Culture in Late Antique Arabia* (Leiden, 2012), por exemplo; M. Maas, «“Delivered from their Ancient Customs”: Christianity and the Question of Cultural Change in Early Byzantine Ethnography», in K. Mills e A. Grafton (eds.), *Conversion in Late Antiquity and the Early Middle Ages* (Rochester, NY, 2003), pp. 152-188.
- [17] R. Hoyland, «Arab Kings, Arab Tribes and the Beginnings of Arab Historical Memory in Late Roman Epigraphy», in H. Cotton, R. Hoyland, J. Price e D. Wasserstein (eds.), *From Hellenism to Islam: Cultural and Linguistic Change in the Roman Near East* (Cambridge, 2009), pp. 374-400.
- [18] M. Whittow, «Rome and the Jafnids: Writing the History of a Sixth-Century Tribal Dynasty», in J. Humphrey (ed.), *The Roman and Byzantine Near East: Some Recent Archaeological Research* (Ann Arbor, 1999), pp. 215-233.
- [19] K. ‘Atahmina, «The Tribal Kings in Pre-Islamic Arabia: A Study of the Epithet *malik* or *dhū al-tāj* in Early Arabic Traditions», *al-Qan’ara* 19 (1998), 35; M. Morony, «The Late Sasanian Economic Impact on the Arabian Peninsula», *Nāme-ye Irān-e Bāstān* 1.2 (201/2), 35-36; I. Shahid, *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century*, 2 vols. (Washington, DC, 1995-2009), 2.2, pp. 53-54.
- [20] Sarris, *Empires of Faith*, pp. 234-236.
- [21] Procópio, *Buildings*, 3.3, 7, pp. 192-194.
- [22] J. Howard-Johnston, *Witnesses to a World Crisis: Historians and Histories of the Middle East in the Seventh Century* (Oxford, 2010), pp. 438-439.
- [23] Sínodo de Gregório I, *Synodicon orientale*, p. 471. Ver também Walker, *Mar Qardagh*, pp. 87-89.
- [24] F. Conybeare, «Antiochos Strategos’ Account of the Sack of Jerusalem in ad 614», *English Historical Review* 25 (1910), 506-508, mas ver Howard-Johnston, *Witnesses to a World Crisis*, pp. 164-165. Para a propaganda, J. Howard-Johnston, «Heraclius’ Persian Campaigns and the Revival of the Roman Empire», *War in History* 6 (1999), 36-39.
- [25] *Chronicon Paschale*, tr. M. Whitby e M. Whitby (Liverpool, 1989), pp. 161-162; Howard-Johnston, ‘Heraclius’ Persian Campaigns’, 3; Sarris, *Empires of Faith*, p. 248.
- [26] *Chronicon Paschale*, pp. 158, 164.
- [27] Howard-Johnston, «Heraclius’ Persian Campaigns», 37.
- [28] A data precisa é controversa; R. Altheim-Stiehl, «Würde Alexandria im Juni 619 n. Chr. durch die Perser Erobert?», *Tyche* 6 (1991), 3-16.
- [29] J. Howard-Johnston, «The Siege of Constantinople in 626», in C. Mango e G. Dagron (eds.), *Constantinople and its Hinterland* (Aldershot, 1995), pp. 131-142.
- [30] Howard-Johnston, «Heraclius’ Persian Campaigns», 23-24; C. Zuckerman, «La Petite Augusta et le Turc: Epiphania-Eudocie sur les monnaies d’Héraclius», *Revue Numismatique* 150 (1995), 113-126.
- [31] Ver N. Oikonomides, «Correspondence between Heraclius and Kavadh-Siroe in the *Paschal Chronicle* (628)», *Byzantion* 41 (1971), 269-281.
- [32] Sebeos, *Armenian History*, 40, pp. 86-87; Theophanes, *The Chronicle of Theophanes Confessor: Byzantine and Near Eastern History, AD 284–813*, tr. C. Mango e R. Scott (Oxford, 1997), pp. 455–

456.

- [33] *Chronicon Paschale*, pp. 166-167; Sebeos, *Armenian History*, 38, pp. 79-81.
- [34] G. Dagron e V. Déroche, «Juifs et chrétiens en Orient byzantin», *Travaux et Memoires* 11 (1994), 28ff.
- [35] Cameron e Hoyland, *Doctrine and Debate*, pp. xxi-xxii.
- [36] Carta dos bispos da Pérsia, *Synodicon orientale*, pp. 584-585.
- [37] Teófanos, *Chronicle*, p. 459; Mango, «Deux études sur Byzance et la Perse sassanide», *Travaux et Memoires* 9 (1985), 117.
- [38] B. Dols, «Plague in Early Islamic History», *Journal of the American Oriental Society* 94.3 (1974), 376; P. Sarris, «The Justinianic Plague: Origins and Effects», *Continuity and Change* 17.2 (2002), 171.
- [39] Bowersock, *Throne of Adulis*, pp. 106-133. Também G. Lüling, *Die Wiederentdeckung des Propheten Muhammad: eine Kritik am 'christlichen' Abendland* (Erlangen, 1981).
- [40] C. Robin, «Arabia and Ethiopia», in S. Johnson (ed.), *Oxford Handbook of Late Antiquity* (Oxford, 2012), p. 302.
- [41] Qur'ān, 96.1, ed. e tr. N. Dawood, *The Koran: With a Parallel Translation of the Arabic Text* (Londres, 2014).
- [42] Ibn Hisham, *Sīrat rasūl Allāh*, tr. A. Guillaume, *The Life of Muhammad: A Translation of Ishāq's Sīrat rasūl Allāh* (Oxford, 1955), p. 106; Alcorão, 81.23, p. 586.
- [43] Ver H. Motzki, «The Collection of the Qur'ān: A Reconsideration of Western Views in Light of Recent Methodological Developments», *Der Islam* 78 (2001), 1-34, e também A. Neuwirth, N. Sinai e M. Marx (eds.), *The Qur'ān in Context: Historical and Literary Investigations into the Qur'ānic Milieu* (Leiden, 2010).
- [44] Alcorão, 18.56, p. 299.
- [45] Alcorão, 16.98-9, p. 277.
- [46] Por exemplo, Alcorão, 2.165; 2.197; 2.211.
- [47] Ver sobretudo F. Donner, *Narratives of Islamic Origins: The Beginnings of Islamic Historical Writing* (Princeton, 1998). Também, por exemplo, T. Holland, *In the Shadow of the Sword: The Battle for Global Empire and the End of the Ancient World* (Londres, 2012).
- [48] E. El Badawi, *The Qur'ān and the Aramaic Gospel Traditions* (Londres, 2013).
- [49] P. Crone, *Meccan Trade and the Rise of Islam* (Princeton, 1977); também R. Serjeant, «Meccan Trade and the Rise of Islam: Misconceptions and Flawed Polemics», *Journal of the American Oriental Society* 110.3 (1990), 472-473.
- [50] C. Robinson, «The Rise of Islam», in M. Cook et al. (eds.), *The New Cambridge History of Islam*, 6 vols. (Cambridge, 2010), pp. 180-181; M. Kister, «The Struggle against Musaylima and the Conquest of Yamāma», *Jerusalem Studies in Arabic and Islam* 27 (2002), 1-56.
- [51] G. Heck, «“Arabia without Spices”: An Alternative Hypothesis: The Issue of “Makkan Trade and the Rise of Islam”», *Journal of the American Oriental Society* 123.3 (2003), 547-576; J. Schiettecatte e C. Robin, *L'Arabie a la veille de l'Islam: un bilan clinique* (Paris, 2009).
- [52] P. Crone, «Quraysh and the Roman Army: Making Sense of the Meccan Leather Trade», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 70.1 (2007), 63-88.
- [53] Ibn al-Kalbī, *Kitāb al-asnām*, tr. N. Faris, *The Book of Idols Being a Translation from the Arabic of the Kitāb al-asnām* (Princeton, 1952), pp. 23-24.
- [54] Alcorão, 36.33-6, p. 441; G. Reinink, «Heraclius, the New Alexander: Apocalyptic Prophecies during the Reign of Heraclius», pp. 81-94; W. E. Kaegi Jr, «New Evidence on the Early Reign of

Heraclius», *Byzantinische Zeitschrift* 66 (1973), 308-330.

[55] Alcorão, 47.15, p. 507.

[56] Alcorão, 5.33, p. 112.

[57] Alcorão, 4.56, p. 86. Também W. Shepard, *Sayyid Qutb and Islamic Activism: A Translation and Critical Analysis of Social Justice in Islam* (Leiden, 2010). Cf. também as importantes observações sobre gênero e justiça social nos primórdios do islão, A. Wahud, *Qur'ān and Woman: Rereading the Sacred Text from a Woman's Perspective* (Oxford, 1999).

[58] Alcorão, 47.15, p. 507.

[59] P. Crone, «The Religion of the Qur'ānic Pagans: God and the Lesser Deities», *Arabica* 57 (2010), 151-200.

[60] R. Hoyland, «New Documentary Texts and the Early Islamic State», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 69.3 (2006), 395-416. Para a data da fuga de Maomé, A. Noth, *The Early Arabic Historical Tradition: A Source Critical Study* (Princeton, 1994), p. 40; M. Cook e P. Crone, *Hagarism: The Making of the Islamic World* (Cambridge, 1977), pp. 24, 157.

[61] Nicéforo de Constantinopla, *Chronographikon syntomon*, ed. e tr. C. Mango, *Short History* (Washington, DC, 1990), pp. 68-69; Theophylact Simokatta, *History*, 3.17. Para a «identidade» árabe antes da ascensão do islão, A. Al-Azmeh, *The Emergence of Islam in Late Antiquity* (Oxford, 2014), p. 147; ver também W. Kaegi, «Reconceptualizing Byzantium's Eastern Frontiers», in Mathisen e Sivan, *Shifting Frontiers*, p. 88.

[62] Alcorão, 43.3, p. 488.

[63] C. Robinson, «Rise of Islam», p. 181.

[64] Mālik registra duas variantes semelhantes, presumivelmente refletindo o estatuto do comentário, Mālik ibn Anas, *al-Muwatta*, 45.5, tr. A. 'Abdallah e Y. Johnson (Norwich, 1982), p. 429.

[65] Alcorão, 2.143-4, p. 21; também al-Azmeh, *Emergence of Islam*, p. 419.

[66] Alcorão, 22.27-9, pp. 334-335.

[67] R. Frye, «The Political History of Iran under the Sasanians», in *Cambridge History of Iran*, 3.1, p. 178; Tabarī, *The Battle of al-Qādisiyyah and the Conquest of Syria and Palestine*, tr. Y. Friedmann (Albany, Nova Iorque, 1992), pp. 45-46.

[68] H. Kennedy, *The Great Arab Conquests* (Londres, 2007), pp. 103-105.

[69] Tabarī, *Battle of al-Qādisiyyah*, p. 63.

[70] *Ibid.*

[71] Alcorão, 29.1-5, p. 395.

[72] Crone, *Meccan Trade*, p. 245.

[73] C. Robinson, *The First Islamic Empire*, in J. Arnason e K. Raaflaub (eds.), *The Roman Empire in Context: Historical and Comparative Perspectives* (Oxford, 2010), p. 239; G.-R. Puin, *Der Dīwān von 'Umar Ibn al-Hattab* (Bona, 1970); F. Donner, *The Early Islamic Conquests* (Princeton, 1981), pp. 231-232, 261-263.

[74] Pourshariati, *Decline and Fall of the Sasanian Empire*, pp. 161ff. Ver aqui também Donner, *Early Islamic Conquests*, pp. 176-190; Kennedy, *Arab Conquests*, pp. 105-107.

[75] Para a data da conquista de Jerusalém, P. Booth, *Crisis of Empire: Doctrine and Dissent at the End of Late Antiquity* (Berkeley, 2014), p. 243.

[76] Sebeos, *Armenian History*, 42, p. 98.

[77] Ver Howard-Johnston, *Witnesses to a World Crisis*, pp. 373-375.

5 Rota para a concórdia

- [1] Para o texto, F. Donner, *Muhammad and the Believers: At the Origins of Islam* (Cambridge, MA, 2010), pp. 228-232. Também M. Lecker, *The 'Constitution of Medina': Muhammad's First Legal Document* (Princeton, 2004).
- [2] Ver a importante antologia de ensaios in M. Goodman, G. van Kooten e J. van Ruiten, *Abraham, the Nations and the Hagarites: Jewish, Christian and Islamic Perspectives on Kinship with Abraham* (Leiden, 2010).
- [3] *Doctrina Iacobi* in Dagron e Déroche, «Juifs et chrétiens», 209. Tradução aqui de R. Hoyland, *Seeing Islam as Others Saw It: A Survey and Evaluation of Christian, Jewish and Zoroastrian Writings on Early Islam* (Princeton, 1997), p. 57.
- [4] Notar assim W. van Bakkum, «Jewish Messianic Expectations in the Age of Heraclius», in G. Reinink e H. Stolte (eds.), *The Reign of Heraclius (610–641): Crisis and Confrontation* (Leuven, 2002), pp. 95-112.
- [5] Dagron e Déroche, «Juifs et chrétiens», 240-247. Para a fiabilidade de grande parte da informação do texto, Howard-Johnston, *Witnesses to a World Crisis* pp. 155-157; para a provável audiência e propósito do texto, D. Olster, *Roman Defeat, Christian Response and the Literary Construction of the Jew* (Filadélfia, 1994). Aqui, especialmente, Hoyland, *Seeing Islam as Others Saw It*.
- [6] J. Reeves, *Trajectories in Near Eastern Apocalyptic: A Postrabbinic Jewish Apocalypse Reader* (Leiden, 2006), pp. 78-89; B. Lewis, «An Apocalyptic Vision of Islamic History», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 13 (1950), 321-330. Ver também S. Shoemaker, *The Death of a Prophet: The End of Muhammad's Life and the Beginnings of Islam* (Filadélfia, 2012), pp. 28-33.
- [7] *Canonici Hebronensis Tractatus de invention sanctorum patriarchum Abraham, Ysaac et Yacob*, in *Recueil des Historiens des Croisades: Historiens Occidentaux* 1, p. 309; tradução de N. Stillman, *The Jews of Arab Lands: A History and Source Book* (Filadélfia, 1979), p. 152.
- [8] M. Conterno, «“L'abominio della desolazione nel luogo santo”: l'ingresso di Umar I a Gerusalemme nella *Cronografi* a de Teofane Confessore e in tre cronache siríache», in *Quaderni di storia religiosa* 17 (2010), pp. 9-24.
- [9] J. Binns, *Ascetics and Ambassadors of Christ: The Monasteries of Palestine 314-631* (Oxford, 1994); B. Horn, *Asceticism and Christological Controversy in Fifth-Century Palestine: The Career of Peter the Iberian* (Oxford, 2006); Cameron e Hoyland, *Doctrine and Debate*, p. xxix.
- [10] S. Brock, «North Mesopotamia in the Late Seventh Century: Book XV of John Bar Penkaye's Rish Melle», *Jerusalem Studies in Arabic and Islam* 9 (1987), 65.
- [11] *Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium*, Série 3, 64, pp. 248-251; Donner, *Muhammad and the Believers*, p. 114.
- [12] Alcorão, 2.87, p. 12.
- [13] Alcorão, 3.3, p. 49.
- [14] Alcorão, 2.42-3, p. 54.
- [15] Cameron e Hoyland, *Doctrine and Debate*, p. xxxii.
- [16] Alcorão, 3.65, p. 57
- [17] Alcorão, 3.103; 105, p. 62.
- [18] Alcorão, 2.62, p. 9, 5.69, p. 118.
- [19] R. Hoyland, *In God's Path: The Arab Conquests and the Creation of an Islamic Empire* (Oxford, 2015), pp. 224-229.
- [20] Robinson, «The Rise of Islam», p. 186.
- [21] C. Luxenburg, *The Syro-Aramaic Reading of the Koran: A Contribution to the Decoding of the Language of the Koran* (Berlim, 2007); ver aqui D. King, «A Christian Qur'ān? A Study in the

Syriac background to the language of the Qur'ān as presented in the work of Christoph Luxenberg», *Journal for Late Antique Religion and Culture* 3 (2009), 44-71.

[22] Alcorão, 30.2-4, p. 403.

[23] Alcorão, 30.6, p. 404.

[24] T. Sizgorich, *Violence and Belief in Late Antiquity: Militant Devotion in Christianity and Islam* (Filadélfia, 2009), pp. 160-161.

[25] R. Finn, *Asceticism in the Graeco-Roman World* (Cambridge, 2009).

[26] Alcorão, 3.84, p. 60.

[27] Alcorão, 10.19, p. 209.

[28] Shoemaker, *Death of a Prophet*, pp. 18-72. Tb. R. Hoyland, «The Earliest Christian Writings on Muhammad: An Appraisal», in H. Motzki (ed.), *The Biography of Muhammad: The Issue of the Sources* (Leiden, 2000), esp. pp. 277-281; Cook, «Muhammad», 75-76.

[29] Sofrônio de Jerusalém, «Logos eis to hagion baptisma», in A. Papadopoulos-Kermeus, «Tou en hagiois patros hemon Sophroniou archiepiskopou Hierosolymon logos eis to hagion baptisma», *Analekta Hierosolymitikes Stakhiologias* 5 (Sampetersburgo, 1898), 166-167.

[30] G. Anvil, *The Byzantine–Islamic Transition in Palestine: An Archaeological Approach* (Oxford, 2014); R. Schick, *The Christian Communities of Palestine from Byzantine to Islamic Rule* (Princeton, 1995).

[31] al-Balādhurī, *Kitab futu al-buldan*, tr. P. Hitti, *The Origins of the Islamic State* (Nova Iorque, 1916), 8, p. 187.

[32] João de Nikiu, *Khronike*, tr. R. Charles, *The Chronicle of John of Nikiu* (Londres, 1916), 120.17-28, pp. 193-194.

[33] G. Garitte, «“Histoires édifiantes” géorgiennes», *Byzantion* 36 (1966), 414-416; Holyand, *Seeing Islam*, p. 63.

[34] Robinson, *First Islamic Empire*, pp. 239 ss.

[35] W. Kubiak, *Al-Fustiat, Its Foundation and Early Urban Development* (Cairo, 1987); N. Luz, «The Construction of an Islamic City in Palestine: The Case of Umayyad al-Ramla», *Journal of the Royal Asiatic Society* 7.1 (1997), 27-54; H. Djaït, *Al-Kūfa: naissance de la ville islamique* (Paris, 1986); D. Whitcomb, «The Misr of Ayla: New Evidence for the Early Islamic City», in G. Bisheh (ed.), *Studies in the History and Archaeology of Jordan* (Amman, 1995), pp. 277-288.

[36] J. Conant, *Staying Roman: Conquest and Identity in Africa and the Mediterranean, 439-700* (Cambridge, 2012), pp. 362-370. Tb. P. Grossman, D. Brooks-Hedstrom e M. Abdal-Rassul, «The Excavation in the Monastery of Apa Shnute (Dayr Anba Shinuda) at Suhag», *Dumbarton Oaks Papers* 58 (2004), 371-382; E. Bolman, S. Davis e G. Pyke, «Shenoute and a Recently Discovered Tomb Chapel at the White Monastery», *Journal of Early Christian Studies* 18.3 (2010), 453-462; para a Palestina, L. di Segni, «Greek Inscriptions in Transition from the Byzantine to the Early Islamic Period», in Hoyland, *Hellenism to Islam*, pp. 352-373.

[37] N. Green, «The Survival of Zoroastrianism in Yazd», *Iran* 28 (2000), 115-122.

[38] A. Tritton, *The Caliphs and their Non-Muslim Subjects: A Critical Study of the Covenant of Umar* (Londres, 1970); Hoyland, *God's Path*, esp. pp. 207-231.

[39] N. Khairy e A.-J. 'Amr, «Early Islamic Inscribed Pottery Lamps from Jordan», *Levant* 18 (1986), 152.

[40] G. Bardy, «Les Trophées de Damas: controverse judéo-chrétienne du VIIe siècle», *Patrologia Orientalis* 15 (1921), 222.

- [41] J. Johns, «Archaeology and the History of Early Islam: The First Seventy Years», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 46.4 (2003), 411-436; A. Oddy, «The Christian Coinage of Early Muslim Syria», *ARAM* 15 (2003), 185-196.
- [42] E. Whelan, «Forgotten Witnesses: Evidence for the Early Codification of the Qur'an», *Journal of the American Oriental Society* 118.1 (1998), 1-14; W. Graham e N. Kermani, «Recitation and Aesthetic Reception», in J. McAuliffe (ed.), *The Cambridge Companion to the Qur'an* (Cambridge, 2005), pp. 115-143; S. Blair, «Transcribing God's Word: Qur'an Codices in Context», *Journal of Qur'anic Studies* 10.1 (2008), 72-97.
- [43] R. Hoyland, «Jacob of Edessa on Islam», in G. Reinink e A. Cornelis Klugkist (eds.), *After Bardasian: Studies on Continuity and Change in Syriac Christianity* (Louvain, 1999), pp. 158-159.
- [44] M. Whittow, *The Making of Orthodox Byzantium, 600–1025* (Londres, 1996), pp. 141-142.
- [45] R. Hoyland, «Writing the Biography of the Prophet Muhammad: Problems and Sources», *History Compass* 5.2 (2007), 593-596. V. tb. I. e W. Schulze, «The Standing Caliph Coins of al-Jazīra: Some Problems and Suggestions», *Numismatic Chronicle* 170 (2010), 331-353; S. Heidemann, «The Evolving Representation of the Early Islamic Empire and its Religion on Coin Imagery», in A. Neuwirth, N. Sinai e M. Marx (eds.), *The Qur'an in Context: Historical and Literary Investigations into the Qur'anic Milieu* (Leiden, 2010), pp. 149-195.
- [46] B. Flood, *The Great Mosque of Damascus: Studies on the Makings of an Umayyad Visual Culture* (Leiden, 2001).
- [47] Johns, «Archaeology and History of Early Islam», 424-425. Ver também Hoyland, *Seeing Islam*, esp. pp. 550-553, 694-695, e em geral P. Crone e M. Hinds, *God's Caliph: Religious Authority in the First Centuries of Islam* (Cambridge, 1986).
- [48] O. Grabar, *The Dome of the Rock* (Cambridge, MA, 2006), pp. 91-92.
- [49] João de Damasco, *On Heresies*, tr. F. Chase, *The Fathers of the Church* (Washington, DC, 1958), 101, p. 153; Sarris, *Empires of Faith* p. 266.
- [50] Por exemplo, M. Bennett, *Fighting Techniques of the Medieval World AD 500-AD 1500: Equipment, Combat Skills and Tactics* (Staplehurst, 2005).
- [51] P. Reynolds, *Trade in the Western Mediterranean, AD 400-700: The Ceramic Evidence* (Oxford, 1995); S. Kinsley, «Mapping Trade by Shipwrecks», in M. Mundell Mango (ed.), *Byzantine Trade, 4th-12th Centuries* (Farnham, 2009), pp. 31-36. Ver M. McCormick, *Origins of the European Economy: Communications and Commerce, AD 300-900* (Cambridge, 2001); Wickham, *Inheritance of Rome*, esp. pp. 255ff.
- [52] de la Vaissière, *Sogdian Traders*, pp. 279-286.
- [53] al-Ya'qūbī e al-Balādhurī citados por J. Banaji, «Islam, the Mediterranean and the Rise of Capitalism», *Historical Materialism* 15 (2007), 47-74, esp. 59-60.
- [54] Para as estruturas abrangentes do mundo sogdiano nesta época, de la Vaissière, *Marchands sogdiens*, pp. 144-176.
- [55] Ver aqui F. Grenet e E. de la Vaissière, «The Last Days of Panjikent», *Silk Road Art and Archaeology* 8 (2002), 155-196.
- [56] Ver aqui J. Karam Skaff, *Sui-Tang China and Its Turko-Mongol Neighbours: Culture, Power, and Connections, 580–800* (Oxford, 2012).
- [57] D. Graff, «Strategy and Contingency in the Tang Defeat of the Eastern Turks, 629-630», in N. di Cosmo (ed.), *Warfare in Inner Asian History, 500–1800* (Leiden, 2002), pp. 33-72.
- [58] de la Vaissière, *Sogdian Traders*, pp. 217-220.

- [59] C. Mackerras, *The Uighur Empire According to the T'ang Dynastic Histories* (Cambera, 1972); T. Allsen, *Commodity and Exchange in the Mongol Empire: A Cultural History of Islamic Textiles* (Cambridge, 1997), p. 65.
- [60] C. Beckwith, «The Impact of Horse and Silk Trade on the Economics of T'ang China and the Uighur Empire: On the Importance of International Commerce in the Early Middle Ages», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 34 (1991), 183-198.
- [61] J. Kolbas, «Khukh Ordnung: A Uighur Palace Complex of the Seventh Century», *Journal of the Royal Asiatic Society* 15.3 (2005), 303-327.
- [62] L. Albaum, *Balalyk-Tepe: k istorii material'noĭ kul'tury i iskusstva Tokharistana* (Tashkent, 1960); F. Starr, *Lost Enlightenment: Central Asia's Golden Age from the Arab Conquest to Tamerlane* (Princeton, 2014), p. 104.
- [63] A. Walmsley e K. Damgaard, «The Umayyad Congregational Mosque of Jerash in Jordan and its Relationship to Early Mosques», *Antiquity* 79 (2005), 362-378; I. Roll e E. Ayalon, «The Market Street at Apollonia – Arsuf», *BASOR* 267 (1987), 61-76; K. al-As'ad e Stepniowski, «The Umayyad suq in Palmyra», *Damazener Mitteilungen* 4 (1989), 205-223; R. Hillenbrand, «Anjar and Early Islamic Urbanism», in G.-P. Brogiolo e B. Ward-Perkins (eds.), *The Idea and Ideal of the Town between Late Antiquity and the Early Middle Ages* (Leiden, 1999), pp. 59-98.
- [64] Hilāl al-Sābi', *Rusūm dār al-khilāfah*, in *The Rules and Regulations of the Abbasid Court*, tr. E. Salem (Beirute, 1977), pp. 21-22.
- [65] Ibn al-Zubayr, *Kitāb al-hadāyā wa al-tuhaf*, in *Book of Gifts and Rarities: Selections Compiled in the Fifteenth Century from an Eleventh-Century Manuscript on Gifts and Treasures*, tr. G. al-Qaddūmī (Cambridge, MA, 1996), pp. 121-122.
- [66] B. Lewis, *Islam: From the Prophet Muhammad to the Capture of Constantinople* (Nova Iorque, 1987), pp. 140-141.
- [67] Muqaddasī, *Best Divisions for Knowledge*, p. 60.
- [68] *Ibid.*, pp. 107, 117, 263.
- [69] J. Bloom, *Paper before Print: The History and Impact of Paper in the Islamic World* (New Haven, 2001).
- [70] Muqaddasī, *Best Divisions for Knowledge*, pp. 6, 133-134, 141.
- [71] *Two Arabic travel books: Accounts of China and India*, ed. e tr. T. Mackintosh-Smith e J. Montgomery (Nova Iorque, 2014), p. 37.
- [72] *Ibid.*, pp. 59, 63.
- [73] J. Stargardt, «Indian Ocean Trade in the Ninth and Tenth Centuries: Demand, Distance, and Profit», *South Asian Studies* 30.1 (2014), 35-55.
- [74] A. Northedge, «Thoughts on the Introduction of Polychrome Glazed Pottery in the Middle East», in E. Villeneuve e P. Watson (eds.), *La Ceramique byzantine et proto-islamique en Syrie-Jordanie (IVe–VIIIe siecles apr. J.-C.)* (Beirute, 2001), pp. 207-214; R. Mason, *Shine Like the Sun: Lustre-Painted and Associated Pottery from the Medieval Middle East* (Toronto, 2004); M. Milwright, *An Introduction to Islamic Archaeology* (Edimburgo, 2010), pp. 48-49.
- [75] H. Khalileh, *Admiralty and Maritime Laws in the Mediterranean Sea (ca. 800–1050): The Kitāb Akriyat al Sufun vis-a-vis the Nomos Rhodion Nautikos* (Leiden, 2006), pp. 212-214.
- [76] Muqaddasī, *Best Divisions for Knowledge*, p. 347.
- [77] Daryaei, «Persian Gulf Trade», 1-16; Banaji, «Islam, the Mediterranean and the Rise of Capitalism», 61-62.

- [78] E. Grube, *Cobalt and Lustre: The First Centuries of Islamic Pottery* (Londres, 1994); O. - Watson, *Ceramics from Islamic Lands* (Londres, 2004).
- [79] Du Huan, Jinxing Ji, citado por X. Liu, *The Silk Road in World History* (Oxford, 2010), p. 101.
- [80] *Kitāb al-Tāj (fī akhlāq al-mulūk)* in *Le Livre de la couronne: ouvrage attribué a Gahiz*, tr. C. Pellat (Paris, 1954), p. 101.
- [81] Para as influências dos ideais sassânidas, Walker, *Qardagh*, p. 139. Para as cenas de caça de um grupo de palácios perto de Teerão, D. Thompson, *Stucco from Chal-Tarkhan-Eshqabad near Rayy* (Warminster, 1976), pp. 9-24.
- [82] D. Gutas, *Greek Thought, Arabic Culture: The Graeco-Arabic Translation Movement in Baghdad and Early 'Abbasid Society (2nd-4th/8th-10th Centuries)* (Londres, 1998); R. Hoyland, «Theonmestus of Magnesia, Hunayn ibn Ishaq and the Beginnings of Islamic Veterinary Science», in R. Hoyland e P. Kennedy (eds.), *Islamic Reflections, Arabic Musings* (Oxford, 2004), pp. 150-169; A. McCabe, *A Byzantine Encyclopedia of Horse Medicine* (Oxford, 2007), pp. 182-184.
- [83] V. van Bladel, «The Bactrian Background of the Barmakids», in A. Akasoy, C. Burnett e R. Yoeli-Tialim, *Islam and Tibet: Interactions along the Musk Route* (Farnham, 2011), pp. 82-83; Gutas, *Greek Thought, Arabic Culture*, p. 13.
- [84] V. P. Pormann e E. Savage-Smith, *Medieval Islamic Medicine* (Edimburgo, 2007); Y. Tabbaa, «The Functional Aspects of Medieval Islamic Hospitals», in M. Boner, M. Ener e A. Singer (eds.), *Poverty and Charity in Middle Eastern Contexts* (Albany, NY, 2003), pp. 97-98.
- [85] Pormann e Savage-Smith, *Medieval Islamic Medicine*, p. 55.
- [86] E. Lev e L. Chipman, «A Fragment of a Judaeo-Arabic Manuscript of Sābūr b. Sahl's Al-Aqrābādhīn al-Saghīr Found in the Taylor-Schechter Cairo Genizah Collection», *Medieval Encounters* 13 (2007), 347-362.
- [87] Ibn al-Haytham, *The Optics of Ibn al-Haytham, Books I-III: On Direct Vision*, tr. A. Sabra, 2 vols. (Londres, 1989).
- [88] W. Gohlman, *The Life of Ibn Sina: A Critical Edition and Annotated Translation* (Nova Iorque, 1974), p. 35.
- [89] al-Jāhiz, *Kitāb al-Hayawān*, citado por Pormann e Savage-Smith, *Medieval Islamic Medicine*, p. 23.
- [90] Mahsatī, *Mahsati Ganjavi: la luna e le perle*, tr. R. Bargigli (Milão, 1999); tb. F. Bagherzadeh, «Mahsati Ganjavi et les potiers de Rey», in *Varia Turcica* 19 (1992), 161-176.
- [91] Agostinho, *The Confessions of St Augustine*, tr. F. Sheed (Nova Iorque, 1942), p. 247.
- [92] al-Mas'ūdī, citado por Gutas, *Greek Thought, Arabic Culture*, p. 89.
- [93] Muqaddasī, *Best Divisions for Knowledge*, p. 8.
- [94] M. Barrucand e A. Bednorz, *Moorish Architecture in Andalusia* (Colónia, 1999), p. 40.
- [95] V. por ex. M. Dickens, «Patriarch Timothy II and the Metropolitan of the Turks», *Journal of the Royal Asiatic Society* 20.2 (2010), 117-139.
- [96] Conant, *Staying Roman*, pp. 362-370.
- [97] Narshakhī, *The History of Bukhara: Translated from a Persian Abridgement of the Arabic Original by Narshakhī*, tr. N. Frye (Cambridge, MA, 1954), pp. 48-49.
- [98] A. Watson, *Agricultural Innovation in the Early Islamic World* (Cambridge, 1983); T. Glick, «Hydraulic Technology in al-Andalus», in M. Morony (ed.), *Production and the Exploitation of Resources* (Aldershot, 2002), pp. 327-339.

6 Rota das peles

- [1] W. Davis, *Readings in Ancient History: Illustrative Extracts from the Sources*, 2 vols. (Boston, 1912-1913), 2, pp. 365-367.
- [2] Ibn Khurradādhbih, *Kitāb al-masālik wa-l-mamālik*, tr. Lunde e Stone, «Book of Roads and Kingdoms», in *Ibn Fadlan and the Land of Darkness*, pp. 99-104.
- [3] E. van Donzel e A. Schmidt, *Gog and Magog in Early Christian and Islamic Sources: Sallam's Quest for Alexander's Wall* (Leiden, 2010); v. tb. aqui F. Sezgin, *Anthropogeographie* (Frankfurt, 2010), pp. 95-97; I. Krachovskii, *Arabskaya geographicheskaya literatura* (Moscovo, 2004), esp. pp. 138-141.
- [4] A. Gow, «Gog and Magog on *Mappaemundi* and Early Printed World Maps: Orientalizing Ethnography in the Apocalyptic Tradition», *Journal of Early Modern History* 2.1 (1998), 61-62.
- [5] Ibn Fadlān, *Book of Ahmad ibn Fadlān*, tr. Lunde e Stone, *Land of Darkness*, p. 12.
- [6] *Ibid.*, pp. 23-24.
- [7] *Ibid.*, p. 12; para Tengri, v. U. Harva, *Die Religiösen Vorstellungen der altaischen Völker* (-Helsinki, 1938), pp. 140-153.
- [8] R. Mason, «The Religious Beliefs of the Khazars», *Ukrainian Quarterly* 51.4 (1995), 383-415.
- [9] Notar assim um recente argumento contrário que dissocia o sufismo e o mundo nômada, J. Paul, «Islamizing Sufis in Pre-Mongol Central Asia», in de la Vaissière, *Islamisation de l'Asie Centrale*, pp. 297-317.
- [10] Abū Hāmid al-Gharnātī, *Tuhfat al-albāb wa-nukhbat al-i'jāb wa-Rihlah ila Ūrubbah wa-Āsiyah*, tr. Lunde e Stone, 'The Travels', in *Land of Darkness*, p. 68.
- [11] A. Khazanov, «The Spread of World Religions in Medieval Nomadic Societies of the Eurasian Steppes», in M. Gervers e W. Schlepp (eds.), *Nomadic Diplomacy, Destruction and Religion from the Pacific to the Adriatic* (Toronto, 1994), pp. 11-34.
- [12] E. Seldeslachts, «Greece, the Final Frontier? The Westward Spread of Buddhism», in A. -Heirman e S. Bumbacher (eds.), *The Spread of Buddhism* (Leiden, 2007); R. Bulliet, «Naw Bahar and the Survival of Iranian Buddhism», *Iran* 14 (1976), 144-145; Narshakhī, *History of Bukhara*, p. 49.
- [13] Constantino Porfirogénito, *De Administrando Imperio*, ed. G. Moravcsik, tr. R. Jenkins (Washington, DC, 1967), 37, pp. 166-170.
- [14] Ibn Fadlān, «Book of Ahmad ibn Fadlān», p. 22. Alguns académicos desvalorizam a importância do nomadismo pastoral na estepe, por exemplo, B. Zakhoder, *Kaspiiskii svod svedenii o Vostochnoi Evrope*, 2 vols. (Moscovo, 1962), 1, pp. 139-140.
- [15] D. Dunlop, *The History of the Jewish Khazars* (Princeton, 1954), p. 83; L. Baranov, *Tavrika v epokhu rannego srednevekov'ia (saltovo-maiatskaia kul'tura)* (Kiev, 1990), pp. 76-79.
- [16] A. Martinez, «Gardīzī's Two Chapters on the Turks», *Archivum Eurasiae Medii Aevi* 2 (1982), 155; T. Noonan, «Some Observations on the Economy of the Khazar Khaganate», in P. Golden, H. Ben-Shammai e A. Róna-Tas (eds.), *The World of the Khazars* (Leiden, 2007), pp. 214-215.
- [17] Baranov, *Tavrika*, pp. 72-76.
- [18] Al-Muqaddasī, in *Land of Darkness*, pp. 169-170.
- [19] Abū Hāmid, «Travels», p. 67.
- [20] McCormick, *Origins of the European Economy*, pp. 369-384.
- [21] J. Howard-Johnston, «Trading in Fur, from Classical Antiquity to the Early Middle Ages», in E. Cameron (ed.), *Leather and Fur: Aspects of Early Medieval Trade and Technology* (Londres, 1998), pp. 65-79.

- [22] Mas'ūdī, *Kitāb al-tanbīh wa-al-ishrāf*, tr. Lunde e Stone, «The Meadows of Gold and Mines of Precious Gems», *Land of Darkness*, p. 161.
- [23] Muqaddasī, *Ahsanu-t-taqāsīm fī ma'rifati-l-aqālīm*, tr. Lunde e Stone, «Best Divisions for the Knowledge of the Provinces», *Land of Darkness*, p. 169.
- [24] Abū Hāmid, «Travels», p. 75.
- [25] R. Kovalev, «The Infrastructure of the Northern Part of the “Fur Road” between the Middle Volga and the East during the Middle Ages», *Archivum Eurasiae Medii Aevi* 11 (2000-2001), 25-64.
- [26] Muqaddasī, *Best Division of Knowledge*, p. 252.
- [27] Ibn al-Faqīh, *Land of Darkness*, p. 113.
- [28] al-Muqaddasī, *Best Division of Knowledge*, p. 245.
- [29] Para uma sinopse recente, G. Mako, «The Possible Reasons for the Arab–Khazar Wars», *Archivum Eurasiae Medii Aevi* 17 (2010), 45-57.
- [30] R.-J. Lilie, *Die byzantinische Reaktion auf die Ausbreitung der Araber. Studien zur Strukturwandlung des byzantinischen Staates im 7. und 8. Jahrhundert* (Munich, 1976), pp. 157-160; J. Howard-Johnston, «Byzantine Sources for Khazar History», in Golden, Ben-Shammai e Róna-Tas, *World of the Khazars*, pp. 163-194.
- [31] O casamento da filha do imperador Heráclio com o *khagan* turcomano no culminar do confronto com os persas, no início do século VII, foi a única exceção, C. Zuckermann, «La Petite Augusta et le Turc: Epiphania-Eudocie sur les monnaies d'Héraclius», *Revue numismatique* 150 (1995), 113-126.
- [32] Ibn Fadlān, «Book of Ahmad ibn Fadlān», p. 56.
- [33] Dunlop, *History of the Jewish Khazars*, p. 141.
- [34] V. P. Golden, «The Peoples of the South Russian Steppes», in *The Cambridge History of Early Inner Asia* (Cambridge, 1990), pp. 256-284; A. Novosel'tsev, *Khazarskoye gosudarstvo i ego rol' v istorii Vostochnoy Evropy i Kavkaza* (Moscow, 1990).
- [35] P. Golden, «Irano-Turcica: The Khazar Sacral Kingship», *Acta Orientalia* 60.2 (2007), 161-194. Alguns estudiosos interpretam a mudança na natureza do papel do *khagan* como resultando de uma mudança nas crenças e práticas religiosas durante este período. V. por ex., J. Olsson, «Coup d'état, Coronation and Conversion: Some Reflections on the Adoption of Judaism by the Khazar Khaganate», *Journal of the Royal Asiatic Society* 23.4 (2013), 495-526.
- [36] R. Kovalev, «Commerce and Caravan Routes along the Northern Silk Road (Sixth–Ninth Centuries). Part I: The Western Sector», *Archivum Eurasiae Medii Aevi* 14 (2005), 55-105.
- [37] Mas'ūdī, «Meadows of Gold», pp. 131, 133; Noonan, «Economy of the Khazar Khaganate», p. 211.
- [38] Istakhrī, *Kitāb suwar al-aqālīm*, tr. Lunde e Stone, «Book of Roads and Kingdoms», in *Land of Darkness*, pp. 153-155.
- [39] J. Darrouzès, *Notitiae Episcopatuum Ecclesiae Constantinopolitanae* (Paris, 1981), pp. 31-32, 241-242, 245.
- [40] Istakhrī, «Book of Roads and Kingdoms», pp. 154-155.
- [41] Mason, «The Religious Beliefs of the Khazars», 411.
- [42] C. Zuckerman, «On the Date of the Khazars' Conversion to Judaism and the Chronology of the Kings of the Rus' Oleg and Igor: A Study of the Anonymous Khazar Letter from the Genizah of Cairo», *Revue des Etudes Byzantines* 53 (1995), 245.
- [43] *Ibid.*, 243-244. Para as influências dos escritos de Constantino, P. Meyvaert e P. Devos, «Trois énigmes cyrillo-méthodiennes de la “Légende Italique” résolues grâce à un document inédit», *Analecta Bollandiana* 75 (1955), 433-440.

- [44] P. Lavrov (ed.), *Materialy po istorii vozniknoveniya drevnishei slavyanskoi pis'mennosti* (Leninegrado, 1930), p. 21; F. Butler, «The Representation of Oral Culture in the *Vita Constantini*», *Slavic and East European Review* 39.3 (1995), 372.
- [45] «The Letter of Rabbi Hasdai», in J. Rader Marcus (ed.), *The Jew in the Medieval World* (-Cincinnati, 1999), pp. 227-228. V. aqui tb. N. Golb e O. Pritsak (eds.), *Khazarian Hebrew Documents of the Tenth Century* (Londres, 1982).
- [46] «The Letter of Joseph the King», in J. Rader Marcus (ed.), *The Jew in the Medieval World*, p. 300. Para uma discussão da data e do contexto, P. Golden, «The Conversion of the Khazars to Judaism», in Golden, Ben-Shammai e Róna-Tas, *World of the Khazars*, pp. 123-162.
- [47] R. Kovalev, «Creating “Khazar Identity” through Coins – the “Special Issue” Dirhams of 837/8», in F. Curta (ed.), *East Central and Eastern Europe in the Early Middle Ages* (Ann Arbor, 2005), pp. 220-253. Para a mudança nas práticas fúnebres, V. Petrukhin, «The Decline and Legacy of Khazaria», in P. Urbanczyk (ed.), *Europe around the Year 1000* (Varsóvia, 2001), pp. 109-122.
- [48] Alcorão, 2.285, p. 48; 3.84, p. 60.
- [49] Zuckerman, «On the Date of the Khazars' Conversion», 241. Tb. Golb e Pritsak, *Khazarian Hebrew Documents*, p. 130.
- [50] Mas'ūdī, «Meadows of Gold», p. 132; Para o judaísmo de elite, Mason, «The Religious Beliefs of the Khazars», 383-415.
- [51] Pritsak e Golb, *Khazarian Hebrew Documents*; Mas'ūdī, «Meadows of Gold», p. 133; Istakhrī, «Book of Roads and Kingdoms», p. 154.
- [52] Ibn Khurradādhbih, «Book of Roads and Kingdoms», p. 110.
- [53] *Ibid.*, pp. 111-112.
- [54] *Ibid.*, p. 112.
- [55] Ibn al-Faqīh, «Book of Countries», p. 114.
- [56] Liuprando de Cremona, um visitante de Constantinopla no século x, pensava que o nome dos Rus' vinha da palavra grega *rousios*, ou vermelho, por causa da cor distintiva dos seus cabelos, *The Complete Works of Liudprand of Cremona*, tr. P. Squatriti (Washington, DC, 2007), 5.15, p. 179. Na verdade, a palavra deriva das palavras escandinavas *rotrsmenn* e *rodr*, que significam «remar». S. Ekbo, «Finnish Ruotsi and Swedish Roslagen – What Sort of Connection?», *Medieval Scandinavia* 13 (2000), 64-69; W. Duczko, *Viking Rus: Studies on the Presence of Scandinavians in Eastern Europe* (Leiden, 2004), pp. 22-23.
- [57] S. Franklin e J. Shepard, *The Emergence of Rus' 750–1200* (Londres, 1996).
- [58] Constantino Porfirogénito, *De Administrando Imperio*, 9, pp. 58-62.
- [59] *De Administrando Imperio*, 9, p. 60.
- [60] Ibn Rusta, *Kitāb al-a'lāq an-nafisa*, tr. Lunde e Stone, «Book of Precious Gems», in *Land of Darkness*, p. 127.
- [61] Ibn Fadlān, «Book of Ahmad ibn Fadlān», p. 45.
- [62] Ibn Rusta, «Book of Precious Gems», p. 127.
- [63] Ibn Fadlān, «Book of Ahmad ibn Fadlān», pp. 46-49.
- [64] A. Winroth, *The Conversion of Scandinavia* (New Haven, 2012), pp. 78-79.
- [65] M. Bogucki, «The Beginning of the Dirham Import to the Baltic Sea and the Question of the Early Emporia», in A. Bitner-Wróblewska e U. Lund-Hansen (eds.), *Worlds Apart? Contacts across the Baltic Sea in the Iron Age: Network Denmark–Poland 2005–2008* (Copenhaga, 2010), pp. 351-361. Para a Suécia, I. Hammarberg, *Byzantine Coin Finds in Sweden* (1989); C. von Heijne,

Sarpraglat. Vikingatida och tidigmedeltida myntfynd från Danmark, Skåne, Blekinge och Halland (ca. 800–1130) (Estocolmo, 2004).

[66] T. Noonan, «Why Dirhams First Reached Russia: The Role of Arab–Khazar Relations in the Development of the Earliest Islamic Trade with Eastern Europe», *Archivum Eurasiae Medii Aevi* 4 (1984), 151-182, e especialmente *idem*, «Dirham Exports to the Baltic in the Viking Age», in K. Jonsson e B. Malmer (eds.), *Sigtuna Papers: Proceedings of the Sigtuna Symposium on Viking-Age Coinage 1–4 June 1989* (Estocolmo, 1990), pp. 251-257.

7 Rota dos escravos

[1] Ibn Rusta, «Book of Precious Gems», pp. 126-127.

[2] *Ibid.*

[3] *De Administrando Imperio*, 9, p. 60.

[4] Ibn Fadlān, «Book of Ahmad ibn Fadlān», p. 47.

[5] D. Wyatt, *Slaves and Warriors in Medieval Britain and Ireland, 800–1200* (Leiden, 2009).

[6] L. Delisle (ed.), *Litterature latine et histoire du moyen age* (Paris, 1890), p. 17.

[7] V. J. Henning, «Strong Rulers – Weak Economy? Rome, the Carolingians and the Archaeology of Slavery in the First Millennium ad», in J. Davis e M. McCormick (eds.), *The Long Morning of Medieval Europe: New Directions in Early Medieval Studies* (Aldershot, 2008), pp. 33-53; para Novgorod, ver H. Birnbaum, «Medieval Novgorod: Political, Social and Cultural Life in an Old Russian Urban Community», *California Slavic Studies* (1992), 14, p. 11.

[8] Adão de Bremen, *History of the Archbishops of Hamburg Bremen*, ed. e tr. F. Tschan (Nova Iorque, 1959), 4.6, p. 190.

[9] B. Hudson, *Viking Pirates and Christian Princes: Dynasty, Religion and Empire in the North Atlantic* (Oxford, 2005), p. 41; em geral, v. tb. S. Brink, *Vikingarnas slavar: den nordiska traldomen under yngre jernalder och äldsta medeltid* (Estocolmo, 2012).

[10] T. Noonan, «Early Abbasid Mint Output», *Journal of Economic and Social History* 29 (1986), 113-175; R. Kovalev, «Dirham Mint Output of Samanid Samarkand and its Connection to the Beginnings of Trade with Northern Europe (10th Century)», *Histoire & Mesure* 17.3-4 (2002), 197-216; T. Noonan e R. Kovalev, «The Dirham Output and Monetary Circulation of a Secondary Samanid Mint: A Case Study of Balkh», in R. Kiernowski (ed.), *Moneta Mediavalis: Studia numizmatyczne i historyczne ofi arowane Profesorowi Stanisławowi Suchodolskiemu w 65. rocznicę urodzin* (Varsóvia, 2002), pp. 163-174.

[11] R. Segal, *Islam's Black Slaves: The Other Black Diaspora* (Nova Iorque, 2001), p. 121.

[12] Ibn Hawqal, *Kitāb sūrat al-ard*, citado por D. Ayalon, «The Mamluks of the Seljuks: Islam's Military Might at the Crossroads», *Journal of the Royal Asiatic Society* 6.3 (1996), 312. Neste ponto, passo de «turcomano» para «turco» para distinguir entre os povos das estepes e os antepassados da atual Turquia.

[13] W. Scheidel, «The Roman Slave Supply», in K. Bradley, P. Cartledge, D. Eltis e S. Engerman (eds.), *The Cambridge World History of Slavery*, 3 vols. (Cambridge, 2011-), 1, pp. 287-310.

[14] V. F. Caswell, *The Slave Girls of Baghdad. The Qiyān in the Early Abbasid Era* (Londres, 2011), p. 13.

[15] Tácito, *Annals*, 15.69, p. 384.

[16] Ibn Buṭlān, *Taqwīm al-sihha*, citado por G. Vantini, *Oriental Sources concerning Nubia* (-Heidelberg, 1975), pp. 238-239.

- [17] Kaykāvūs ibn Iskandar ibn Qābūs, ed. e tr. R. Levy, *Nasīhat-nāma known as Qābūs-nāma*, (Londres, 1951), p. 102.
- [18] *Ibid.*
- [19] D. Abulafia, «Asia, Africa and the Trade of Medieval Europe», in M. Postan, E. Miller e C. Postan (eds.), *Cambridge Economic History of Europe: Trade and Industry in the Middle Ages* (2.^a ed., Cambridge, 1987), p. 417. V. tb. D. Mishin, «The Saqaliba Slaves in the Aghlabid State», in M. Sebök (ed.), *Annual of Medieval Studies at CEU 1996/1997* (Budapest, 1998), pp. 236-244.
- [20] Ibrāhīm ibn Ya'qūb, tr. Lunde e Stone, in *Land of Darkness*, pp. 164-165. Para o papel de Praga como centro de escravos, D. Třeštík, «“Eine große Stadt der Slawen namens Prag”: Staaten und Sklaven in Mitteleuropa im 10. Jahrhundert», in P. Sommer (ed.), *Boleslav II: der tschechische Staat um das Jahr 1000* (Praga 2001), pp. 93-1138.
- [21] Ibn al-Zubayr, *Book of Gifts and Rarities*, pp. 91-92. V. A. Christys, «The Queen of the Franks Offers Gifts to the Caliph Al-Muktafi», in W. Davies e P. Fouracre (eds.), *The Languages of Gift in the Early Middle Ages* (Cambridge, 2010), pp. 140-171.
- [22] Ibrāhīm ibn Ya'qūb, pp. 162-163.
- [23] R. Naismith, «Islamic Coins from Early Medieval England», *Numismatic Chronicle* 165 (2005), 193-222; *idem*, «The Coinage of Offa Revisited», *British Numismatic Journal* 80 (2010), 76-106.
- [24] M. McCormick, «New Light on the “Dark Ages”: How the Slave Trade Fuelled the Carolingian Economy», *Past & Present* 177 (2002), 17-54; também J. Henning, «Slavery or Freedom? The Causes of Early Medieval Europe's Economic Advancement», *Early Medieval Europe* 12.3 (2003), 269-277.
- [25] Ibn Khuradādhbih, «Book of Roads and Kingdoms», p. 111.
- [26] Ibn Hawqal, *Kitāb sūrat al-ard*, tr. Lunde e Stone, «Book of the Configuration of the Earth», in *Land of Darkness*, p. 173.
- [27] *Ibid.* Também Al-Muqaddasī, *Land of Darkness*, p. 170.
- [28] al-Jāhiz, *Kitāb al-Hayawān*, citado em C. Verlinden, *L'Esclavage dans l'Europe medievale*, 2 vols. (Bruges, 1955-1977), 1, p. 213.
- [29] *Ibid.*
- [30] Verlinden, *Esclavage*, 2, pp. 218-230, 731-732; W. Phillips, *Slavery from Roman Times to the Early Transatlantic Trade* (Manchester, 1985), p. 62.
- [31] H. Loyn e R. Percival (eds.), *The Reign of Charlemagne: Documents on Carolingian Government and Administration* (Londres, 1975), p. 129.
- [32] Na Alemanha era costume fazer o mesmo, sendo «Servus» um cumprimento habitual.
- [33] Adão de Bremen, *Gesta Hammaburgensis ecclesiae pontificum*, tr. T. Reuter, *History of the Archbishops of Hamburg-Bremen* (Nova Iorque, 2002), I.39-41.
- [34] *Pactum Hlotharii I*, in McCormick, «Carolingian Economy», 47.
- [35] G. Luzzato, *An Economic History of Italy from the Fall of the Roman Empire to the Sixteenth Century*, tr. P. Jones (Londres, 1961), pp. 35, 51-53; Phillips, *Slavery*, p. 63.
- [36] McCormick, «Carolingian Economy», 48-49.
- [37] *Hudūd al-'Ālam*, in *The Regions of the World: A Persian Geography 372 AH-982 AD*, tr. V. Minorsky, ed. C. Bosworth (Londres, 1970), pp. 161-162.
- [38] Ibn Fadlān, «Book of Ahmad ibn Fadlān», p. 44; Ibn Khuradādhbih, «Book of Roads and Kingdoms», p. 12; Martinez, «Gardīzī's Two Chapters on the Turks», pp. 153-154.
- [39] *Russian Primary Chronicle*, tr. S. Cross e O. Sherbowitz-Wetzor (Cambridge, MA, 1953), p. 61.
- [40] *Annales Bertiniani*, ed. G. Waitz (Hanover, 1885), p. 35.

- [41] Mas'ūdī, «Meadows of Gold», pp. 145-146; Ibn Hawqal, «Book of the Configuration of the Earth», p. 175.
- [42] Ibn Hawqal, «Book of the Configuration of the Earth», p. 178.
- [43] R. Kovalev, «Mint Output in Tenth Century Bukhara: A Case Study of Dirham Production with Monetary Circulation in Northern Europe», *Russian History/Histoire Russe* 28 (2001), 250-259.
- [44] *Russian Primary Chronicle*, p. 86.
- [45] *Ibid.*, p. 90.
- [46] H. Halm, *Das Reich des Mahdi. Der Aufstieg der Fatimiden (875-973)* (Munich, 1991); F. Akbar, «The Secular Roots of Religious Dissidence in Early Islam: The Case of the Qaramita of Sawad Al-Kufa», *Journal of the Institute of Muslim Minority Affairs* 12.2 (1991), 376-390. Para o colapso do califado neste período, ver M. van Berkel, N. El Cheikh, H. Kennedy e L. Osti, *Crisis and Continuity at the Abbasid Court: Formal and Informal Politics in the Caliphate of al-Muqtadir* (Leiden, 2013).
- [47] Bar Hebraeus, *Ktābā d-maktbānūt zabnē*, E. Budge (ed. e tr.), *The Chronography of Gregory Abul Faraj*, 2 vols. (Oxford, 1932), 1, p. 164.
- [48] Mateus de Edessa, *The Chronicle of Matthew of Edessa*, tr. A. Dostourian (Lanham, 1993), I.1, p. 19; M. Canard, «Baghdad au I^{er} siècle de l'Hégire (Xe siècle de l'ère chrétienne)», *Arabica* 9 (1962), 282-283. Ver aqui R. Bulliet, *Cotton, Climate, and Camels in Early Islamic Iran: A Moment in World History* (Nova Iorque, 2009), pp. 79-81; R. Ellenblum, *The Collapse of the Eastern Mediterranean: Climate Change and the Decline of the East, 950-1072* (Cambridge, 2012), pp. 32-36.
- [49] Ellenblum, *Collapse of the Eastern Mediterranean*, pp. 41-43.
- [50] C. Mango, *The Homilies of Photius Patriarch of Constantinople* (Cambridge, MA, 1958), pp. 88-89.
- [51] *Russian Primary Chronicle*, pp. 74-75.
- [52] Shepard, «The Viking Rus' and Byzantium», in S. Brink e N. Price (eds.), *The Viking World* (Abingdon, 2008), pp. 498-501.
- [53] V. por ex. A. Poppe, «The Building of the Church of St Sophia in Kiev», *Journal of Medieval History* 7.1 (1981), 15-66.
- [54] Shepard, «Viking Rus'», p. 510.
- [55] T. Noonan e R. Kovalev, «Prayer, Illumination and Good Times: The Export of Byzantine Wine and Oil to the North of Russia in Pre-Mongol Times», *Byzantium and the North. Acta Fennica* 8 (1997), 73-96; M. Roslund, «Brosamen vom Tisch der Reichen. Byzantinische Funde aus Lund und Sigtuna (ca. 980-1250)», in M. Müller-Wille (ed.), *Rom und Byzanz im Nordern. Mission und Glaubenswechsel im Ostseeraum während des 8–14 Jahrhunderts* (Estugarda, 1997), 2, pp. 325-385.
- [56] L. Golombek, «The Draped Universe of Islam», in P. Parsons Soucek (ed.), *Content and Context of Visual Arts in the Islamic World: Papers from a Colloquium in Memory of Richard Ettinghausen* (University Park, PA, 1988), pp. 97-114. Para a produção têxtil de Antioquia depois de 1098, ver T. Vorderstrasse, «Trade and Textiles from Medieval Antioch», *Al-Masāq* 22.2 (2010), 151-171.
- [57] D. Jacoby, «Byzantine Trade with Egypt from the Mid-Tenth Century to the Fourth Crusade», *Thesaurismata* 30 (2000), 36.
- [58] V. Piacentini, «Merchant Families in the Gulf: A Mercantile and Cosmopolitan Dimension: The Written Evidence», *ARAM* 11–12 (1999–2000), 145-148.

- [59] D. Goitein, *A Mediterranean Society: The Jewish Communities of the Arab World as Portrayed in the Documents of the Cairo Geniza*, 6 vols. (Berkeley, 1967-1993), 4, p. 168; Jacoby, «Byzantine Trade with Egypt», 41-43.
- [60] Nāsir-i Khusraw, *Safarnāma*, tr. W. Thackston, *Nāser-e Khosraw's Book of Travels* (Albany, Nova Iorque, 1986), pp. 39-40.
- [61] Jacoby, «Byzantine Trade with Egypt», 42; S. Simonsohn, *The Jews of Sicily 383–1300* (Leiden, 1997), pp. 314-316.
- [62] M. Vedeler, *Silk for the Vikings* (Oxford, 2014).
- [63] E. Brate e E. Wessén, *Sveriges Runinskrifter: Sodermanlands Runinskrifter* (Estocolmo, 1924-1936), p. 154.
- [64] S. Jansson, *Västmanlands runinskrifter* (Estocolmo, 1964), pp. 6-9.
- [65] G. Isitt, «Vikings in the Persian Gulf», *Journal of the Royal Asiatic Society* 17.4 (2007), 389-406.
- [66] P. Frankopan, «Levels of Contact between West and East: Pilgrims and Visitors to Constantinople and Jerusalem in the 9th-12th Centuries», in S. Searight e M. Wagstaff (eds.), *Travellers in the Levant: Voyagers and Visionaries* (Durham, 2001), pp. 87-108.
- [67] Ver J. Wortley, *Studies on the Cult of Relics in Byzantium up to 1204* (Farnham, 2009).
- [68] S. Blöndal, *The Varangians of Byzantium*, tr. B. Benediktz (Cambridge, 1978); J. Shepard, «The Uses of the Franks in 11th-Century Byzantium», *Anglo-Norman Studies* 15 (1992), 275-305.
- [69] P. Frankopan, *The First Crusade: The Call from the East* (Londres, 2012), pp. 87-88.
- [70] H. Hoffmann, «Die Anfänge der Normannen in Süditalien», *Quellen und Forschungen aus Italienischen Archiven und Bibliotheken* 47 (1967), 95-144; G. Loud, *The Age of Robert Guiscard: Southern Italy and the Norman Conquest* (Singapura, 2000).
- [71] al-'Utbī, *Kitāb-i Yamīnī*, tr. J. Reynolds, *Historical memoirs of the amir Sabaktagin, and the sultan Mahmud of Ghazna* (Londres, 1868), p. 140. V. em geral C. Bosworth, *The Ghaznavids, 994–1040* (Cambridge, 1963).
- [72] A. Shapur Shahbāzī, *Ferdowsī: A Critical Biography* (Costa Mesa, CA, 1991), esp. pp. 91-93; tb. G. Dabiri, «The Shahnama: Between the Samanids and the Ghaznavids», *Iranian Studies* 43.1 (2010), 13-28.
- [73] Y. Bregel, «Turko-Mongol Influences in Central Asia», in R. Canfield (ed.), *Turko-Persia in Historical Perspective* (Cambridge, 1991), pp. 53ff.
- [74] Herrman, «Die älteste türkische Weltkarte», 21-28.
- [75] Yūsuf Khāss Hājib, *Kutadgu Bilig*, tr. R. Dankoff, *Wisdom of Royal Glory (Kutadgu Bilig): A Turko-Islamic Mirror for Princes* (Chicago, 1983), p. 192.
- [76] Para a ascensão dos seljúcidas, ver C. Lange e S. Mecit (eds.), *The Seljuqs: Politics, Society and Culture* (Edimburgo, 2011).
- [77] Para uma discussão sobre algumas contradições nas fontes aqui, ver O. Saf, *Politics of Knowledge in Pre-Modern Islam: Negotiating Ideology and Religious Inquiry* (Chapel Hill, NC, 2006), pp. 35-36.
- [78] Dunlop, *History of the Jewish Khazars*, p. 260; A. Peacock, *Early Seljuq History: A New Interpretation* (Abingdon, 2010), pp. 33-34; Dickens, «Patriarch Timothy», 117-139.
- [79] Aristaces de Lastiver, *Patmut'iwn Aristakeay Vardapeti Lastivertts'woy*, tr. R. Bedrosian, *Aristakēs Lastivertc'i's History* (Nova Iorque, 1985), p. 64.
- [80] Para uma coleção das fontes para a batalha de Manzikert, ver C. Hillenbrand, *Turkish Myth and Muslim Symbol* (Edimburgo, 2007), pp. 26 ss.

- [81] Frankopan, *First Crusade*, pp. 57–86.
- [82] *Ibid.*, pp. 13–25.
- [83] Bernoldo de Constança, *Die Chroniken Bertholds von Reichenau und Bernolds von Konstanz*, ed. I. Robinson (Hanover, 2003), p. 520.
- [84] Frankopan, *First Crusade*, pp. 1–3, 101–113.
- [85] *Ibid.*, *passim*. Para o medo do apocalipse, ver J. Rubenstein, *Armies of Heaven: The First Crusade and the Quest for Apocalypse* (Nova Iorque, 2011).

8 Rota para o paraíso

- [1] Alberto de Aachen, *Historia Iherosolimitana*, ed. e tr. S. Edgington (Oxford, 2007), 5.45, p. 402; Frankopan, *First Crusade*, p. 173.
- [2] Raymond de Aguilers, *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*, tr. J. Hill e L. Hill, *Le «Liber» de Raymond d'Aguilers* (Paris, 1969), 14, p. 127. Para a expedição e as Cruzadas em geral, C. Tyerman, *God's War: A New History of the Crusades* (Londres, 2006).
- [3] Fulquério de Chartres, *Gesta Francorum Iherusalem Peregrinantium*, tr. F. Ryan, *A History of the Expedition to Jerusalem 1095–1127* (Knoxville, 1969), I.27, p. 122. Há muito a aprender com a atual investigação sobre a relação entre saúde mental e violência extrema em combate. Por exemplo, R. Ursano *et al.*, «Posttraumatic Stress Disorder and Traumatic Stress: From Bench to Bedside, from War to Disaster», *Annals of the New York Academy of Sciences* 1208 (2010), 72–81.
- [4] Ana Comnena, *Alexias*, tr. P. Frankopan, *Alexiad* (Londres, 2009), 13.11, pp. 383–384; para o regresso de Boemundo à Europa, L. Russo, «Il viaggio di Boemundo d'Altavilla in Francia», *Archivio storico italiano* 603 (2005), pp. 3–42; Frankopan, *First Crusade*, pp. 188–199.
- [5] R. Chazan, «“Let Not a Remnant or a Residue Escape”: Millenarian Enthusiasm in the First Crusade», *Speculum* 84 (2009), 289–313.
- [6] al-Harawī, *Kitāb al-ishārāt ilā ma'rifat al-ziyārāt* in A. Maalouf, *The Crusade through Arab Eyes* (Londres, 1984), p. xiii. Notar tb. Ibn al-Jawzī', *al-Muntazam fī tārikh al-mulūk wa-al-umam*, in C. Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives* (Edinburgo, 1999), p. 78. Em geral, ver aqui P. Cobb, *The Race for Paradise: An Islamic History of the Crusades* (Oxford, 2014).
- [7] Para relatos do sofrimento, S. Eidelberg (tr.), *The Jews and the Crusaders* (Madison, 1977). Ver M. Gabriele, «Against the Enemies of Christ: The Role of Count Emicho in the Anti-Jewish Violence of the First Crusade», in M. Frassetto (ed.), *Christian Attitudes towards the Jews in the Middle Ages: A Casebook* (Abingdon, 2007), pp. 61–82.
- [8] Frankopan, *First Crusade*, pp. 133–135, 167–171; J. Pryor, «The Oath of the Leaders of the Crusade to the Emperor Alexius Comnenus: Fealty, Homage», *Parergon*. Nova Série 2 (1984), 111–141.
- [9] Raimundo de Aguilers, *Le «Liber»*, 10, pp. 74–75.
- [10] Frankopan, *First Crusade*, esp. pp. 186ff.
- [11] Ibn al-Athīr, *al-Kāmil fī l-ta'rīkh*, tr. D. Richards, *The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period from al-Kāmil fī l-ta'rīkh* (Aldershot, 2006), p. 13.
- [12] Jacoby, «Byzantine Trade with Egypt», 44–45.
- [13] S. Goitein, *A Mediterranean Society*, 1, p. 45.
- [14] A. Greif, «Reputation and Coalitions in Medieval Trade: Evidence on the Maghribi Traders», *Journal of Economic History* 49.4 (1989), 861.
- [15] Ibn Khaldūn, *Dīwān al-mubtada'*, tr. V. Monteil, *Discours sur l'histoire universelle (al-Muqaddima)*, (Paris, 1978), p. 522.

- [16] Frankopan, *First Crusade*, pp. 29-30.
- [17] E. Occhipinti, *Italia dei comuni. Secoli XI-XIII* (2000), pp. 20-21.
- [18] J. Riley-Smith, *The First Crusaders, 1095-1131* (Cambridge, 1997), p. 17.
- [19] Monge do Lido, *Monachi Anonymi Littorensis Historia de Translatio Sanctorum Magni Nicolai*, in *Recueil des Historiens des Croisades: Historiens Occidentaux* 5, pp. 272-275; J. Prawer, *The Crusaders' Kingdom: European Colonialism in the Middle Ages* (Londres, 2001), p. 489.
- [20] *Codice diplomatico della repubblica di Genova*, 3 vols. (Roma, 1859-1940), 1, p. 20.
- [21] B. Kedar, «Genoa's Golden Inscription in the Church of the Holy Sepulchre: A Case for the Defence», in G. Airaldi e B. Kedar (eds.), *I comuni italiani nel regno crociato di Gerusalemme* (Génova, 1986), pp. 317-335. V. tb. M.-L. Favreau-Lilie, que defende que este documento pode ter sido manipulado numa data ulterior, *Die Italiener im Heiligen Land vom ersten Kreuzzug bis zum Tode Heinrichs von Champagne (1098-1197)* (Amsterdão, 1989), p. 328.
- [22] Dandolo, *Chronica per extensum descripta, Rerum Italicarum Scriptores*, 25 vols. (Bolonha, 1938-1958), 12, p. 221. V. aqui tb. Monge do Lido, *Monachi Anonymi*, pp. 258-289.
- [23] M. Pozza e G. Ravegnani, *I Trattati con Bisanzio 992-1198* (Veneza, 1993), pp. 38-45. Para a data das concessões, que há muito foram datadas como pertencendo à década de 1080, v. P. Frankopan, «Byzantine Trade Privileges to Venice in the Eleventh Century: The Chrysobull of 1092», *Journal of Medieval History* 30 (2004), 135-160.
- [24] Monge do Lido, *Monachi Anonymi*, pp. 258-259; Dandolo, *Chronica*, p. 221. V. tb. D. Queller e I. Katele, «Venice and the Conquest of the Latin Kingdom of Jerusalem», *Studi Veneziani* 21 (1986), 21.
- [25] F. Miklosich e J. Müller, *Acta et Diplomata graeca medii aevi sacra et profana*, 6 vols. (Veneza, 1860-1890), 3, pp. 9-13.
- [26] R.-J. Lilie, *Byzantium and the Crusader States, 1096-1204*, tr. J. Morris e J. Ridings (Oxford, 1993), pp. 87-94; «Noch einmal zu den Thema "Byzanz und die Kreuzfahrerstaaten"», *Poikila Byzantina* 4 (1984), 121-174. Tratado de Devol, *Alexiad*, XII.24, pp. 385-396.
- [27] S. Epstein, *Genoa and the Genoese: 958-1528* (Chapel Hill, NC, 1996), pp. 40-41; D. Abulafia, «Southern Italy, Sicily and Sardinia in the Medieval Mediterranean Economy», in *idem*, *Commerce and Conquest in the Mediterranean* (Aldershot, 1993), 1, pp. 24-27.
- [28] T. Asbridge, «The Significance and Causes of the Battle of the Field of Blood», *Journal of Medieval History* 23.4 (1997), 301-316.
- [29] Fulquério de Chartres, *Gesta Francorum*, p. 238.
- [30] G. Tafel e G. Thomas, *Urkunden zur alteren handels und Staatsgeschichte der Republik Venedig*, 3 vols. (Viena, 1857), 1, p. 78; Queller e Katele, «Venice and the Conquest», 29-30.
- [31] Tafel e Thomas, *Urkunden*, 1, pp. 95-98; Lilie, *Byzantium and the Crusader States*, pp. 96-100; T. Devaney, «"Like an Ember Buried in Ashes": The Byzantine-Venetian Conflict of 1119-1126», in T. Madden, J. Naus e V. Ryan (eds.), *Crusades – Medieval Worlds in Conflict* (Farnham, 2010), pp. 127-147.
- [32] Tafel e Thomas, *Urkunden*, 1, pp. 84-89. Aqui tb. J. Prawer, «The Italians in the Latin Kingdom» in *idem*, *Crusader Institutions* (Oxford, 1980), p. 224; M. Barber, *The Crusader States* (Londres, 2012), pp. 139-142; J. Riley-Smith, «The Venetian Crusade of 1122-1124», in Airaldi e Kedar, *I Comuni Italiani*, pp. 339-350.
- [33] G. Bresc-Bautier, *Le Cartulaire du chapitre du Saint-Sépulcre de Jerusalem* (Paris, 1984), pp. 51-52.

- [34] Bernardo de Claraval, *The Letters of St Bernard of Clairvaux*, ed. e tr. B. James e B. Kienzle (Stroud, 1998), p. 391.
- [35] *Annali Genovesi de Caffaro e dei suoi Continuatori, 1099-1240*, 5 vols. (Génova, 1890-1929) 1, p. 48.
- [36] D. Abulafia, *The Great Sea: A Human History of the Mediterranean* (Londres, 2011), p. 298. V. tb. *idem*, «Christian Merchants in the Almohad Cities», *Journal of Medieval Iberian Studies* 2 (2010), 251-257; O. Constable, *Housing the Stranger in the Mediterranean World: Lodging, Trade and Travel in Late Antiquity and the Middle Ages* (Cambridge, 2003), p. 278.
- [37] P. Jones, *The Italian City State: From Commune to Signoria* (Oxford, 1997). Tb. M. Ginatempo e L. Sandri, *L'Italia delle città: il popolamento urbano tra Medioevo e Rinascimento (secoli XIII–XVI)* (Firenze, 1990).
- [38] Usāma b. Munqidh, *Kitāb al-i'tibār*, tr. P. Cobb, *The Book of Contemplation: Islam and the Crusades* (Londres, 2008), p. 153.
- [39] V. Lagardère, *Histoire et société en Occident musulman: analyse du Mi'yar d'al-Wansharisi* (Madrid, 1995), p. 128; D. Valérian, «Ifriqiyan Muslim Merchants in the Mediterranean at the End of the Middle Ages», *Mediterranean Historical Review* 14.2 (2008), 50.
- [40] *Gesta Francorum et aliorum Hierosolimitanorum*, ed. e tr. R. Hill (Londres, 1962), 3, p. 21.
- [41] Ver C. Burnett (ed.), *Adelard of Bath: An English Scientist and Arabist of the Early Twelfth Century* (Londres, 1987); L. Cochrane, *Adelard of Bath: The First English Scientist* (Londres, 1994).
- [42] Adelardo de Bath, *Adelard of Bath, Conversations with his Nephew: On the Same and the Different, Questions on Natural Science and on Birds*, ed. e tr. C. Burnett (Cambridge, 1998), p. 83.
- [43] A. Pym, *Negotiating the Frontier: Translators and Intercultures in Hispanic History* (Manchester, 2000), p. 41.
- [44] T. Burman, *Reading the Qur'ān in Latin Christendom, 1140–1560* (Filadelfia, 2007).
- [45] P. Frankopan, «The Literary, Cultural and Political Context for the Twelfth-Century Commentary on the *Nicomachean Ethics*», in C. Barber (ed.), *Medieval Greek Commentaries on the Nicomachean Ethics* (Leiden, 2009), pp. 45-62.
- [46] Abulafia, *Great Sea*, p. 298.
- [47] A. Shalem, *Islam Christianised: Islamic Portable Objects in the Medieval Church Treasuries of the Latin West* (Frankfurt-am-Main, 1998).
- [48] Vorderstrasse, «Trade and Textiles from Medieval Antioch», 168-171; M. Meuwese, «Antioch and the Crusaders in Western Art», in *East and West in the Medieval Mediterranean* (Leuven, 2006), pp. 337-355.
- [49] R. Falkner, «Taxes of the Kingdom of Jerusalem», in *Statistical Documents of the Middle Ages: Translations and Reprints from the Original Sources of European History* 3:2 (Filadelfia, 1907), 19-23.
- [50] C. Cahen, *Makhzumiyyat: études sur l'histoire économique et financière de l'Égypte médiévale* (Leiden, 1977); Abulafia, «Africa, Asia and the Trade of Medieval Europe», pp. 402-473.
- [51] S. Stern, «Ramisht of Siraf: A Merchant Millionaire of the Twelfth Century», *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland* 1.2 (1967), 10-14.
- [52] T. Madden, «Venice and Constantinople in 1171 and 1172: Enrico Dandolo's Attitudes towards Byzantium», *Mediterranean Historical Review* 8.2 (1993), 166-185.
- [53] D. Nicol, *Byzantium and Venice: A Study in Diplomatic and Cultural Relations* (Cambridge, 1988), p. 107.

- [54] P. Magdalino, «Isaac II, Saladin and Venice», in J. Shepard (ed.), *The Expansion of Orthodox Europe: Byzantium, the Balkans and Russia* (Aldershot, 2007), pp. 93-106.
- [55] Ibn Shaddād, *Life of Saladin by Baha ad-Din* (Londres, 1897), pp. 121-122; G. Anderson, «Islamic Spaces and Diplomacy in Constantinople (Tenth to Thirteenth Centuries C.E.)», *Medieval Encounters* 15 (2009), 104-105.
- [56] Ana Comnena, *Alexiad*, X.5, p. 277.
- [57] Ibn Jubayr, *Rihlat Ibn Jubayr*, tr. R. Broadhurst, *The Travels of Ibn Jubayr* (Londres, 1952), p. 315.
- [58] *Ibid.* Também C. Chism, «Memory, Wonder and Desire in the Travels of Ibn Jubayr and Ibn Battuta», in N. Paul e S. Yeager (eds.), *Remembering the Crusades: Myth, Image and Identity* (Cambridge, 2012), pp. 35-36.
- [59] Ibn al-Athīr, *Chronicle*, pp. 289-290; Barber, *Crusader States*, p. 284.
- [60] Barber, *Crusader States*, pp. 296-297; Imād al-Dīn, *al-Fath al-qussī fī l-fath al-qudsī*, tr. H. Massé, *Conquete de la Syrie et de la Palestine par Saladin* (Paris, 1972), pp. 27-28.
- [61] Barber, *Crusader States*, pp. 305-313; T. Asbridge, *The Crusades: The War for the Holy Land* (Londres, 2010), pp. 342-364.
- [62] J. Riley-Smith, *The Crusades: A History* (Londres, 1987), p. 137.
- [63] J. Phillips, *The Crusades 1095-1197* (Londres, 2002), pp. 146-150; J. Phillips, *Holy Warriors: A Modern History of the Crusades* (Londres, 2009), pp. 136-165.
- [64] Godofredo de Villehardouin, «The Conquest of Constantinople», in *Chronicles of the Crusades*, tr. M. Shaw (Londres, 1963), p. 35.
- [65] Guilherme de Tiro, *Chronicon*, ed. R. Huygens, 2 vols. (Turnhout, 1986), 2, p. 408; J. Phillips, *The Fourth Crusade and the Sack of Constantinople* (Londres, 2004), pp. 67-68.
- [66] D. Queller e T. Madden, «Some Further Arguments in Defence of the Venetians on the Fourth Crusade», *Byzantion* 62 (1992), 438.
- [67] T. Madden, «Venice, the Papacy and the Crusades before 1204», in S. Ridyard (ed.), *The Medieval Crusade* (Woodbridge, 2004), pp. 85-95.
- [68] D. Queller e T. Madden, *The Fourth Crusade: The Conquest of Constantinople* (Filadélfia, 1997), pp. 55 ss.
- [69] Tafel e Thomas, *Urkunden*, 1, pp. 444-452.
- [70] Roberto de Clari, *La Conquete de Constantinople*, ed. P. Lauer (Paris, 1924), 72-73, pp. 71-72.
- [71] Nicetas Coniates, *Khronike diegesis*, ed. J. van Dieten, *Nicetae Choniatae Historia* (Nova Iorque, 1975), pp. 568-577.
- [72] P. Riant, *Exuviae sacrae constantinopolitanae*, 2 vols. (Genebra, 1876), 1, pp. 104-105.
- [73] Coniates, *Khronike*, p. 591. Para uma importante reavaliação dos danos infligidos à cidade, T. Madden, «The Fires of the Fourth Crusade in Constantinople, 1203-1204: A Damage Assessment», *Byzantinische Zeitschrift* 84/85 (1992), 72-93.
- [74] Ver M. Angold, *The Fourth Crusade* (2003), pp. 219-267; também D. Perry, «The Translatio Symonensis and the Seven Thieves: Venetian Fourth Crusade Furta Sacra Narrative and the Looting of Constantinople», in T. Madden (ed.), *The Fourth Crusade: Event, Aftermath and Perceptions* (Aldershot, 2008), pp. 89-112.
- [75] R. Gallo, «La tomba di Enrico Dandolo in Santa Sofia a Constantinople», *Rivista Mensile della Citta di Venezia* 6 (1927), 270-283; T. Madden, *Enrico Dandolo and the Rise of Venice* (Baltimore, 2003), pp. 193-194.

- [76] Miguel Coniades, *Michaelis Choniatae Epistulae*, ed. F. Kolovou (Berlim, 2001), Cartas 145, 165, 100; T. Shawcross, «The Lost Generation (c. 1204–c. 1222): Political Allegiance and Local Interests under the Impact of the Fourth Crusade», in J. Herrin e G. Saint-Guillain (eds.), *Identities and Allegiances in the Eastern Mediterranean after 1204* (Farnham, 2011), pp. 9-45.
- [77] Tafel e Thomas, *Urkunden*, 1, pp. 464–488; N. Oikonomides, «La Decomposition de l’Empire byzantin à la veille de 1204 et les origines de l’Empire de Nicée: à propos de la “Partitio Romaniae”», in *XV Congres international d’etudes byzantines* (Atenas, 1976), 1, pp. 3-22.
- [78] C. Otten-Froux, «Identities and Allegiances: The Perspective of Genoa and Pisa», in Herrin e Saint-Guillain, *Identities and Allegiances*, pp. 265ff.; também G. Jehei, «The Struggle for Hegemony in the Eastern Mediterranean: An Episode in the Relations between Venice and Genoa According to the Chronicles of Ogerio Pane», *Mediterranean Historical Review* 11.2 (1996), 196-207.
- [79] F. Van Tricht, *The Latin Renovatio of Byzantium: The Empire of Constantinople (1204–1228)* (Leiden, 2011), esp. pp. 157ff.
- [80] Ver S. McMichael, «Francis and the Encounter with the Sultan [1219]», in *The Cambridge Companion to Francis of Assisi*, ed. M. Robson (Cambridge, 2012), pp. 127-142; J. Tolan, *Saint Francis and the Sultan: The Curious History of a Christian–Muslim Encounter* (Oxford, 2009).
- [81] Dulumeau, *History of Paradise*, pp. 71-96.
- [82] M. Gosman, «La Légende du Prêtre Jean et la propagande auprès des croisés devant Damiette (1228–1221)», in D. Buschinger (ed.), *La Croisade: realites et fictions. Actes du colloque d’Amiens 18–22 mars 1987* (Göppinger, 1989), pp. 133-142; J. Valtrovà, «Beyond the Horizons of Legends: Traditional Imagery and Direct Experience in Medieval Accounts of Asia», *Numen* 57 (2010), 166-167.
- [83] C. Beckingham, «The Achievements of Prester John», in C. Beckingham e B. Hamilton (eds.), *Prester John, the Mongols and the Ten Lost Tribes* (Aldershot, 1996), pp. 1-22; P. Jackson, *The Mongols and the West* (Londres, 2005), pp. 20-21.
- [84] F. Zarncke, «Der Priester Johannes II», *Abhandlungen der Koniglich Sachsische Gesellschaft der Wissenschaften, Phil.-hist. Kl.* 8 (1876), 9.
- [85] Jackson, *Mongols and the West*, pp. 48-49.

9 Rota para o inferno

- [1] Het’um, *Patmich’ T’at’arats’*, *La flor des estoires de la terre d’Orient*, in *Recueil des Historiens des Croisades: Historiens Armeniens* 1, p. x.
- [2] ‘Ata-Malik Juvaynī, *Ta’rīx-i Jahān-Gušā*, tr. J. Boyle, *Genghis Khan: The History of the World-Conqueror*, 2 vols. (Cambridge, MA, 1958), 1, 1, pp. 21-22.
- [3] Para o significado de Činggis como título, ver I. de Rachewiltz, «The Title Činggis Qan/Qayan Re-examined» in W. Hesse e K. Sangster (eds.), *Gedanke und Wirkung* (Wiesbaden, 1989), pp. 282-288; T. Allsen, «The Rise of the Mongolian Empire and Mongolian Rule in North China», in *The Cambridge History of China*, 15 vols. (Cambridge, 1978-), 6, pp. 321ff.
- [4] *The Secret History of the Mongols*, tr. I. de Rachewiltz, 2 vols. (Leiden, 2004), 1, p. 13.
- [5] Allsen, «Rise of the Mongolian Empire», pp. 321ff.; G. Németh, «Wanderungen des mongolischen Wortes *Nokur* “Genosse”», *Acta Orientalia Academiae Scientiarum Hungaricae* 3 (1952), 1-23.
- [6] T. Allsen, «The Yüan Dynasty and the Uighurs of Turfan in the 13th Century», in M. Rossabi (ed.), *China among Equals: The Middle Kingdom and its Neighbors, 10th–14th Centuries* (Berkeley, 1983), pp. 246-248.

- [7] P. Golden, «“I Will Give the People unto Thee”: The Činggisid Conquests and their Aftermath in the Turkic World», *Journal of the Royal Asiatic Society* 10.1 (2000), 27.
- [8] Z. Bunyatov, *Gosudarstvo Khorezmshakhov-Anushteginidov* (Moscow, 1986), pp. 128-132; Golden, «Činggisid Conquests», 29.
- [9] Juvaynī, *History of the World Conqueror*, 16, 1, p. 107.
- [10] Ibn al-Athīr, in B. Spuler, *History of the Mongols* (London, 1972), p. 30.
- [11] D. Morgan, *The Mongols* (Oxford, 1986), p. 74.
- [12] Nasawī, *Sīrat al-sultān Jalāl al-Dīn Mangubirtī*, tr. O. Houdas, *Histoire du sultan Djelāl ed-Dīn Mankobirti prince du Khārezm*, (Paris, 1891), 16, p. 63.
- [13] K. Raphael, «Mongol Siege Warfare on the Banks of the Euphrates and the Question of Gunpowder (1260-1312)», *Journal of the Royal Asiatic Society*, 19.3 (2009), 355-370.
- [14] A. Waley (tr.), *The Travels of an Alchemist: The Journey of the Taoist, Ch’angch’ un, from China to the Hindukush at the Summons of Chingiz Khan, Recorded by his Disciple, Li Chih-ch’ang* (London, 1931), pp. 92-93.
- [15] V. os trabalhos pioneiros de Allsen, *Commodity and Exchange* e G. Lane, *Early Mongol Rule in Thirteenth-Century Iran: A Persian Renaissance* (London, 2003).
- [16] Juvaynī, *History of the World Conqueror*, 27, 1, pp. 161-164.
- [17] J. Smith, «Demographic Considerations in Mongol Siege Warfare», *Archivum Ottomanicum* 13 (1994), 329-334; *idem*, «Mongol Manpower and Persian Population», *Journal of Economic and Social History of the Orient* 18.3 (1975), 271-299; D. Morgan, «The Mongol Armies in Persia», *Der Islam* 56.1 (2009), 81-96.
- [18] *Novgorodskaya Pervaya Letopis’ starshego i mladshego isvodov*, ed. A. Nasonov (Leningrad, 1950), p. 61.
- [19] *Ibid.*, pp. 74-77.
- [20] E. Petrukhov, *Serapion Vladimirskii, russkii propovednik XIII veka* (Saint-Petersburg, 1888), Apêndice, p. 8.
- [21] Ainda que os comentadores medievais estabelecessem a ligação entre tártaros e Tártaro, o primeiro termo era usado nas estepes como uma referência aos homens das tribos nômadas, provavelmente derivado da palavra tungúsica «ta-ta», que significa arrastar ou puxar. V. S. Akiner, *Religious Language of a Belarusian Tatar Kitab* (Wiesbaden, 2009), pp. 13-14.
- [22] Jackson, *Mongols and the West*, pp. 59-60; D. Sinor, «The Mongols in the West», *Journal of Asian History* 33.1 (1999), 1-44.
- [23] C. Rodenburg (ed.), *MGH Epistulae saeculi XIII e regestis pontifi cum Romanorum selectae*, 3 vols (Berlin, 1883-94), 1, p. 723; Jackson, *Mongols and the West*, pp. 65-9.
- [24] P. Jackson, «The Crusade against the Mongols (1241)», *Journal of Ecclesiastical History* 42 (1991), 1-18.
- [25] H. Dörrie, «Drei Texte zur Geschichte der Ungarn und Mongolen. Die Missionreisen des fr. Julianus O.P. ins Ural-Gebiet (1234/5) und nach Rußland (1237) und der Bericht des Erzbischofs Peter über die Tataren», *Nachrichten der Akademie der Wissenschaften in Göttingen, phil-hist. Klasse* (1956) 6, 179; também Jackson, *Mongols and the West*, p. 61.
- [26] Tomás, o Arquidiácono, *Historia Salonitanorum atque Spalatinorum pontificum*, ed. e tr. D. Krabić, M. Sokol e J. Sweeney (Budapest, 2006), p. 302; Jackson, *Mongols and the West*, p. 65.
- [27] Resistem cópias de duas destas cartas, C. Rodenburg (ed.), *Epistolae saeculi XII e regestis pontifi cum romanorum*, 3 vols. (Berlin, 1883-1994), 2, pp. 72; 3, p. 75.
- [28] Valtrovà, «Beyond the Horizons of Legends», 154-185.

- [29] Guilherme de Rubruck, *The Mission of Friar William of Rubruck*, tr. P. Jackson, ed. D. Morgan (Londres, 1990), 28, p. 177.
- [30] *Ibid.*, 2, pp. 72, 76; 13, p. 108; Jackson, *Mongols and the West*, p. 140.
- [31] João de Plano Carpini, *Sinica Franciscana: Itinera et relationes fratrum minorum saeculi XVII et XIV*, ed. A. van den Wyngaert, 5 vols. (Florença, 1929), 1, pp. 60, 73-75.
- [32] João de Plano Carpini, *Ystoria Mongolarum*, ed. A. van den Wyngaert (Florença, 1929), pp. 89-90.
- [33] «Letter of the Great Khan Güyüg to Pope Innocent IV (1246)», in I. de Rachewiltz, *Papal Envoys to the Great Khans* (Stanford, 1971), p. 214 (com diferenças).
- [34] C. Dawson, *Mongol Mission: Narratives and Letters of the Franciscan Missionaries in Mongolia and China in the Thirteenth and Fourteenth Centuries* (Londres, 1955), pp. 44-45.
- [35] P. Jackson, «World-Conquest and Local Accommodation: Threat and Blandishment in Mongol Diplomacy», in J. Woods, J. Pfeiffer, S. Quinn e E. Tucker (eds.), *History and Historiography of Post-Mongol Central Asia and the Middle East: Studies in Honor of John E. Woods* (Wiesbaden, 2006), pp. 3-22.
- [36] R. Thomson, «The Eastern Mediterranean in the Thirteenth Century: Identities and Allegiances. The Peripheries; Armenia», in Herrin e Saint-Gobain, *Identities and Allegiances*, pp. 202-204.
- [37] J.-L. van Dieten, «Das Lateinische Kaiserreich von Konstantinopel und die Verhandlungen über kirchliche Wiedervereinigung», in V. van Aalst e K. Ciggaar (eds.), *The Latin Empire: Some Contributions* (Hernen, 1990), pp. 93-125.
- [38] Guilherme de Rubruck, *Mission of Friar William*, 33, p. 227.
- [39] Jorge Paquimeres, *Chronicon*, ed. e tr. A. Faillier, *Relations historiques*, 2 vols. (Paris, 1984), 2, pp. 108-109; J. Langdon, «Byzantium's Initial Encounter with the Chinggisids: An Introduction to the Byzantino-Mongolica», *Viator* 29 (1998), 130-133.
- [40] ‘Abdallāh b. Fadlallāh Wassāf, *Tarjiyat al-amsār wa-tajziyat al-a’sār*, in Spuler, *History of the Mongols*, pp. 120-121.
- [41] Allsen, *Commodity and Exchange*, pp. 28-29.
- [42] J. Richard, «Une Ambassade mongole à Paris en 1262», *Journal des Savants* 4 (1979), 295-303; Jackson, *Mongols and the West*, p. 123.
- [43] N. Nobutaka, «The Rank and Status of Military Refugees in the Mamluk Army: A Reconsideration of the *Wāfidīyah*», *Mamluk Studies Review* 10.1 (2006), 55-81; R. Amitai-Preiss, «The Remaking of the Military Elite of Mamluk Egypt by al-Nāsir Muhammad b. Qalāwūn», *Studia Islamica* 72 (1990), 148-150.
- [44] P. Jackson, «The Crisis in the Holy Land in 1260», *English Historical Review* 95 (1980), 481-513.
- [45] R. Amitai-Preiss, *Mongols and Mamluks: The Mamluk–Ilkhanid War, 1260-1281* (Cambridge, 1995).
- [46] Jūzjānī, *Tabakāt-i-Nāsirī*, tr. H. Raverty, *A general history of the Muhammadan dynasties of Asia, including Hindūstān, from 810 A.D. to 1260 A.D., and the irruption of the infidel Mughals into Islam* (Calecute, 1881), 23.3-4, pp. 1104, 1144-1145.
- [47] L. Lockhart, «The Relations between Edward I and Edward II of England and the Mongol Il-Khans of Persia», *Iran* 6 (1968), 23. Para a expedição, C. Tyerman, *England and the Crusades, 1095-1588* (Londres, 1988), pp. 124-132.
- [48] W. Budge, *The Monks of Kublai Khan, Emperor of China* (Londres, 1928), pp. 186-187.

- [49] S. Schein, «Gesta Dei per Mongolos 1300: The Genesis of a Non-Event», *English Historical Review* 94.272 (1979), 805-819.
- [50] R. Amitai, «Whither the Ilkhanid Army? Ghazan's First Campaign into Syria (1299–1300)», in di Cosmo, *Warfare in Inner Asian History*, pp. 221-264.
- [51] William Blake, «Jerusalem». Lendas sobre a visita de José de Arimateia às Ilhas Britânicas circularam em Inglaterra desde a Idade Média, W. Lyons, *Joseph of Arimathea: A Study in Reception History* (Oxford, 2014), pp. 72-104.

10 Rota da morte e da destruição

- [1] S. Karpov, «The Grain Trade in the Southern Black Sea Region: The Thirteenth to the Fifteenth Century», *Mediterranean Historical Review* 8.1 (1993), 55-73.
- [2] A. Ehrenkreutz, «Strategic Implications of the Slave Trade between Genoa and Mamluk Egypt in the Second Half of the Thirteenth Century», in A. Udovitch (ed.), *The Islamic Middle East, 700–1900* (Princeton, 1981), pp. 335-343.
- [3] G. Lorenzi, *Monumenti per servire alla storia del Palazzo Ducale di Venezia. Parte I: dal 1253 al 1600* (Veneza, 1868), p. 7.
- [4] «Anonimo genovese», in G. Contini (ed.), *Poeti del Duecento*, 2 vols. (Milão, 1960), 1, pp. 751-759.
- [5] V. Cilocitan, *The Mongols and the Black Sea Trade in the Thirteenth and Fourteenth Centuries* (Leiden, 2012), pp. 16, 21; S. Labib, «Egyptian Commercial Policy in the Middle Ages», in M. Cook (ed.), *Studies in the Economic History of the Middle East* (Londres, 1970), p. 74.
- [6] Ver D. Morgan, «Mongol or Persian: The Government of Īl-khānīd Iran», *Harvard Middle Eastern and Islamic Review* 3 (1996), 62-76, e especialmente Lane, *Early Mongol Rule in Thirteenth-Century Iran*.
- [7] G. Alef, «The Origin and Development of the Muscovite Postal System», *Jahrbucher für Geschichte Osteuropas* 15 (1967), 1-15.
- [8] Morgan, *The Mongols*, pp. 88-90; Golden, «Činggisid Conquests», 38-40; T. Allsen, *Mongol Imperialism: The Policies of the Grand Qan Mongke in China, Russia and the Islamic Lands, 1251-1259* (Berkeley, 1987), pp. 189-216.
- [9] Juvaynī, *History of the World Conqueror*, 3, 1, p. 26.
- [10] Este processo já tinha começado em meados do século XIII, como mostram os relatos de missionários e enviados, G. Guzman, «European Clerical Envoys to the Mongols: Reports of Western Merchants in Eastern Europe and Central Asia, 1231-1255», *Journal of Medieval History* 22.1 (1996), 57-67.
- [11] Guiherme de Rubruck, *Mission of Friar William*, 35, pp. 241-242.
- [12] J. Ryan, «Preaching Christianity along the Silk Route: Missionary Outposts in the Tartar “Middle Kingdom” in the Fourteenth Century», *Journal of Early Modern History* 2.4 (1998), 350-373. Para a Pérsia, R. Lopez, «Nuove luci sugli italiani in Estremo Oriente prima di Colombo», *Studi Colombiani* 3 (1952), 337-398.
- [13] Dawson, *Mission to Asia*, pp. 224-226; de Rachewiltz, *Papal Envoys*, pp. 160-178; também J. Richard, *La Pape et les missions d'Orient au moyen age (XIIIe–Xve siècles)* (Roma, 1977), pp. 144 ss. João culpa os nestorianos pelo facto de não haver mais convertidos, dizendo que o acusavam de ser um espião e um mágico: as rivalidades entre cristãos manifestaram-se na China, como antes haviam acontecido na Pérsia e noutras partes.

- [14] P. Jackson, «Hülegü Khan and the Christians: The Making of a Myth», in J. Phillips e P. Edbury (eds.), *The Experience of Crusading*, 2 vols. (Cambridge, 2003), 2, pp. 196-213; S. Grupper, «The Buddhist Sanctuary-Vihara of Labnasagut and the Il-qan Hülegü: An Overview of Il-Qanid Buddhism and Related Matters», *Archivum Eurasiae Medii Aevi* 13 (2004), 5-77; Foltz, *Religions of the Silk Road*, p. 122.
- [15] S. Hackel, «Under Pressure from the Pagans? – The Mongols and the Russian Church», in J. Breck e J. Meyendorff (eds.), *The Legacy of St Vladimir: Byzantium, Russia, America* (Crestwood, Nova Iorque, 1990), pp. 47-56; C. Halperin, «Know Thy Enemy: Medieval Russian Familiarity with the Mongols of the Golden Horde», *Jahrbucher fur Geschichte Osteuropas* 30 (1982), 161-175.
- [16] D. Ostrowski, *Muscovy and the Mongols: Cross-Cultural Influences on the Steppe Frontier, 1304-1589* (Cambridge, 1998); M. Bilz-Leonardt, «Deconstructing the Myth of the Tartar Yoke», *Central Asian Survey* 27.1 (2008), 35-36.
- [17] R. Hartwell, «Demographic, Political and Social Transformations of China, 750-1550», *Harvard Journal of Asiatic Studies* 42.2 (1982), 366-369; R. von Glahn, «Revisiting the Song Monetary Revolution: A Review Essay», *International Journal of Asian Studies* 1.1 (2004), 159.
- [18] Ver por exemplo G. Wade, «An Early Age of Commerce in Southeast Asia, 900–1300 CE», *Journal of Southeast Asia Studies* 40.2 (2009), 221-265.
- [19] S. Kumar, «The Ignored Elites: Turks, Mongols and a Persian Secretarial Class in the Early Delhi Sultanate», *Modern Asian Studies* 43.1 (2009), 72-76.
- [20] P. Buell, E. Anderson e C. Perry, *A Soup for the Qan: Chinese Dietary Medicine of the Mongol Era as Seen in Hu Szu-hui's Yin-shan Cheng-yao* (Londres, 2000).
- [21] P. Buell, «Steppe Foodways and History», *Asian Medicine, Tradition and Modernity* 2.2 (2006), 179-180, 190.
- [22] P. Buell, «Mongolian Empire and Turkization: The Evidence of Food and Foodways», in R. Amitai-Preiss (ed.), *The Mongol Empire and its Legacy* (Leiden, 1999), pp. 200-223.
- [23] Allsen, *Commodity and Exchange*, pp. 1-2, 18; J. Paviot, «England and the Mongols (c. 1260-1330)», *Journal of the Royal Asiatic Society* 10.3 (2000), 317-318.
- [24] P. Freedman, «Spices and Late-Medieval European Ideas of Scarcity and Value», *Speculum* 80.4 (2005), 1209-1227.
- [25] S. Halikowski-Smith, «The Mystification of Spices in the Western Tradition», *European Review of History: Revue Européenne d'Histoire* 8.2 (2001), 119-125.
- [26] A. Appadurai, «Introduction: Commodities and the Politics of Value», in A. Appadurai (ed.), *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective* (Cambridge, 1986), pp. 3-63.
- [27] Francesco Pegolotti, *Libro di divisamenti di paesi (e di misure di mercatantie)*, tr. H. Yule, *Cathay and the Way Thither*, 4 vols. (Londres, 1913-1916), 3, pp. 151-155. Aqui ver também J. Aurell, «Reading Renaissance Merchants' Handbooks: Confronting Professional Ethics and Social Identity», in J. Ehmer e C. Lis (eds.), *The Idea of Work in Europe from Antiquity to Modern Times* (Farnham, 2009), pp. 75-77.
- [28] R. Prazniak, «Siena on the Silk Roads: Ambrozio Lorenzetti and the Mongol Global Century, 1250-1350», *Journal of World History* 21.2 (2010), 179-181; M. Kupfer, «The Lost Wheel Map of Ambrogio Lorenzetti», *Art Bulletin* 78.2 (1996), 286-310.
- [29] Ibn Battūta, *al-Rihla*, tr. H. Gibb, *The Travels of Ibn Battuta*, 4 vols. (Cambridge, 1994), 4, 22, pp. 893-894.
- [30] E. Endicott-West, «The Yuan Government and Society», *Cambridge History of China*, 6, pp. 599-560.

- [31] Allsen, *Commodity and Exchange*, pp. 31-39.
- [32] C. Salmon, «Les Persans à l'extrémité orientale de la route maritime (IIe a.e. – XVIIe siècle)», *Archipel* 68 (2004), 23-58; tb. L. Yingsheng, «A Lingua Franca along the Silk Road: Persian Language in China between the 14th and the 16th Centuries», in R. Kauz (ed.), *Aspects of the Maritime Silk Road from the Persian Gulf to the East China Sea* (Wiesbaden, 2010), pp. 87-95.
- [33] F. Hirth e W. Rockhill, *Chau Ju-Kua: His Work on the Chinese and Arab Trade in the Twelfth and Thirteenth Centuries, Entitled Chu-fan-chi* (Sampetersburgo, 1911), pp. 124-125, 151, 142-143.
- [34] Ver R. Kauz, «The Maritime Trade of Kish during the Mongol Period», in L. Komaroff (ed.), *Beyond the Legacy of Genghis Khan* (Leiden, 2006), pp. 51-67.
- [35] Marco Polo, *Le Devisament dou monde*, tr. A. Moule e P. Pelliot, *The Description of the World*, 2 vols. (Londres, 1938); Ibn Battūta, 22, *Travels*, 4, p. 894.
- [36] Para Marco Polo, v. J. Critchley, *Marco Polo's Book* (Aldershot, 1992), e agora ver H. Vogel, *Marco Polo was in China: New Evidence from Currencies, Salts and Revenues* (Leiden, 2013).
- [37] C. Wake, «The Great Ocean-Going Ships of Southern China in the Age of Chinese Maritime Voyaging to India, Twelfth to Fifteenth Centuries», *International Journal of Maritime History* 9.2 (1997), 51-81.
- [38] E. Schafer, «Tang», in K. Chang (ed.), *Food in Chinese Culture: Anthropological and Historical Perspective* (New Haven, 1977), pp. 85-140.
- [39] V. Tomalin, V. Sevakumar, M. Nair e P. Gopi, «The Thaikkal-Kadakkarapally Boat: An Archaeological Example of Medieval Ship Building in the Western Indian Ocean», *International Journal of Nautical Archaeology* 33.2 (2004), 253-263.
- [40] R. von Glahn, *Fountain of Fortune: Money and Monetary Policy in China 1000–1700* (Berkeley, 1996), p. 48.
- [41] A. Watson, «Back to Gold – and Silver», *Economic History Review* 20.1 (1967), 26-27; I. - Blanchard, *Mining, Metallurgy and Minting in the Middle Age: Continuing Afro-European Supremacy, 1250-1450* (Estugarda, 2001), 3, pp. 945-948.
- [42] T. Sargent e F. Velde, *The Big Problem of Small Change* (Princeton, 2002), p. 166; J. Deyell, «The China Connection: Problems of Silver Supply in Medieval Bengal», in J. Richards (ed.), *Precious Metals in the Later Medieval and Early Modern World* (Durham, NC, 1983); M. Allen, «The Volume of the English Currency, 1158-1470», *Economic History Review* 54.4 (2001), 606-607.
- [43] Isto é claramente mostrado pelo caso do Japão no século XIV, A. Kuroda, «The Eurasian Silver Century, 1276-1359: Commensurability and Multiplicity», *Journal of Global History* 4 (2009), 245-269.
- [44] V. Fedorov, «Plague in Camels and its Prevention in the USSR», *Bulletin of the World Health Organisation* 23 (1960), 275-281. Para experiências anteriores, ver por exemplo A. Tseiss, «Infektsionnye zabolevaniia u verbliudov, neizvestnogo do sik por poriskhozdeniia», *Vestnik mikrobiologii, epidemiologii i parazitologii* 7.1 (1928), 98-105.
- [45] Boccaccio, *Decamerone*, tr. G. McWilliam, *Decameron* (Londres, 2003), p. 51.
- [46] T. Ben-Ari, S. Neerinckx, K. Gage, K. Kreppel, A. Laudisoit et al., «Plague and Climate: Scales Matter», *PLoS Pathog* 7.9 (2011), 1-6. Também B. Krasnov, I. Khokhlova, L. Fielden e N. Burdelova, «Effect of Air Temperature and Humidity on the Survival of Pre-Imaginal Stages of Two Flea Species (Siphonaptera: Pulicidae)», *Journal of Medical Entomology* 38 (2001), 629-637; K. Gage, T. Burkot, R. Eisen e E. Hayes, «Climate and Vector-Borne Diseases», *American Journal of Preventive Medicine* 35 (2008), 436-450.

- [47] N. Stenseth, N. Samia, H. Viljugrein, K. Kausrud, M. Begon *et al.*, «Plague Dynamics are Driven by Climate Variation», *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 103 (2006), 13110-13115.
- [48] Alguns académicos sugerem que a mais antiga identificação deriva de túmulos num cemitério no leste do Quirguistão, da década de 1330, S. Berry e N. Gulade, «La Peste noire dans l'Occident chrétien et musulman, 1347-1353», *Canadian Bulletin of Medical History* 25.2 (2008), 466. Contudo, tal baseia-se num mal-entendido. Ver J. Norris, «East or West? The Geographic Origin of the Black Death», *Bulletin of the History of Medicine* 51 (1977), 1-24.
- [49] Gabriele de' Mussis, *Historia de Morbo*, in *The Black Death*, tr. R. Horrox (Manchester, 2001), pp. 14-17; M. Wheelis, «Biological Warfare at the 1346 Siege of Caffa», *Emerging Infectious Diseases* 8.9 (2002), 971-975.
- [50] M. de Piazza, *Chronica*, in Horrox, *Black Death*, pp. 35-41.
- [51] *Anonimale Chronicle*, in Horrox, *Black Death*, p. 62.
- [52] João de Reading, *Chronica*, in Horrox, *Black Death*, p. 74.
- [53] Ibn al-Wardī, *Risālat al-naba' 'an al-waba'*, citado por B. Dols, *The Black Death in the Middle East* (Princeton, 1977), pp. 57-63.
- [54] M. Dods, «Ibn al-Wardī's "Risalah al-naba" an al-waba», in D. Kouymjian (ed.), *Near Eastern Numismatics, Iconography, Epigraphy and History* (Beirute, 1974), p. 454.
- [55] B. Dols, *Black Death in the Middle East*, pp. 160-161.
- [56] Boccaccio, *Decameron*, p. 50.
- [57] de' Mussis, *Historia de Morbo*, p. 20; «Continuation Novimontensis», in *Monumenta-Germaniae Historica, Scriptores*, 9, p. 675.
- [58] John Clynn, *Annalium Hibernae Chronicon*, in Horrox, *Black Death*, p. 82.
- [59] Louis Heylgen, *Breve Chronicon Clerici Anonymi*, in Horrox, *Black Death*, pp. 41-42.
- [60] Horrox, *Black Death*, pp. 44, 117-118; Dols, *Black Death in the Middle East*, p. 126.
- [61] Bengt Knutsson, *A Little Book for the Pestilence*, in Horrox, *Black Death*, p. 176; João de Reading, *Chronica*, pp. 133-134.
- [62] S. Simonsohn (ed.), *The Apostolic See and the Jews: Documents, 492-1404* (Toronto, 1988), 1, n.º. 373.
- [63] Em geral ver aqui O. Benedictow, *The Black Death, 1346-1353: The Complete History* (Woodbridge, 2004), pp. 380ff.
- [64] O. Benedictow, «Morbidity in Historical Plague Epidemics», *Population Studies* 41 (1987), 401-431; *idem*, *What Disease was Plague? On the Controversy over the Microbiological Identity of Plague Epidemics of the Past* (Leiden, 2010), esp. 289ff.
- [65] Petrarca, *Epistolae*, in Horrox, *Black Death*, p. 248.
- [66] *Historia Roffensis*, in Horrox, *Black Death*, p. 70.
- [67] S. Pamuk, «Urban Real Wages around the Eastern Mediterranean in Comparative Perspective, 1100–2000», *Research in Economic History* 12 (2005), 213–232.
- [68] S. Pamuk, «The Black Death and the Origins of the "Great Divergence" across Europe, 1300-1600», *European Review of Economic History* 11 (2007), 308-309; S. Epstein, *Freedom and Growth: The Rise of States and Markets in Europe, 1300-1750* (Londres, 2000), pp. 19-26. Também M. Bailey, «Demographic Decline in Late Medieval England: Some Thoughts on Recent Research», *Economic History Review* 49 (1996), 1-19.
- [69] H. Miskimin, *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460* (Cambridge, 1975); D. Herlihy, *The Black Death and the Transformation of the West* (Cambridge, 1997).

- [70] D. Herlihy, «The Generation in Medieval History», *Viator* 5 (1974), 347-364.
- [71] Para a contração no Egito e no Levante, A. Sabra, *Poverty and Charity in Medieval Islam: Mamluk Egypt 1250-1517* (Cambridge, 2000).
- [72] S. DeWitte, «Mortality Risk and Survival in the Aftermath of the Medieval Black Death», *Plos One* 9.5 (2014), 1-8. Para a melhoria das dietas, T. Stone, «The Consumption of Field Crops in Late Medieval England», in C. Woolgar, D. Serjeantson e T. Waldron (eds.), *Food in Medieval England: Diet and Nutrition* (Oxford, 2006), pp. 11-26.
- [73] Epstein, *Freedom and Growth*, pp. 49-68; van Bavel, «People and Land: Rural Population Developments and Property Structures in the Low Countries, c. 1300-c. 1600», *Continuity and Change* 17 (2002), 9-37.
- [74] Pamuk, «Urban Real Wages», 310-311.
- [75] Anna Bijns, «Unyoked is Best! Happy the Woman without a Man», in K. Wilson, *Women Writers of the Renaissance and Reformation* (Atenas, 1987), p. 382. Ver aqui T. de Moor e J. Luiten van Zanden, «Girl Power: The European Marriage Pattern and Labour Markets in the North Sea Region in the Late Medieval and Early Modern Period», *Economic History Review* (2009), 1-33.
- [76] J. de Vries, «The Industrial Revolution and the Industrious Revolution», *Journal of Economic History* 54.2 (1994), 249-270; J. Luiten van Zanden, «The “Revolt of the Early Modernists” and the “First Modern Economy”: An Assessment», *Economic History Review* 55 (2002), 619-641.
- [77] E. Ashtor, «The Volume of Mediaeval Spice Trade», *Journal of European Economic History* 9 (1980), 753-757; *idem*, «Profits from Trade with the Levant in the Fifteenth Century», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 38 (1975), 256-287; Freedman, «Spices and Late Medieval European Ideas», 1212-1215.
- [78] Para as importações venezianas de pigmentos, ver L. Matthew, «“Vendecolori a Venezia”: The Reconstruction of a Profession», *Burlington Magazine* 114.1196 (2002), 680-686.
- [79] Marin Sanudo, «Laus Urbis Venetae», in A. Aricò (ed.), *La citta di Venetia (De origine, situ et magistratibus Urbis Venetae) 1493-1530* (Milão, 1980), pp. 21-23; para as mudanças no espaço interno neste período, ver R. Good, «Double Staircases and the Vertical Distribution of Housing in Venice 1450-1600», *Architectural Research Quarterly* 39.1 (2009), 73-86.
- [80] B. Krekic, «L’Abolition de l’esclavage à Dubrovnik (Raguse) au XVe siècle: mythe ou réalité?», *Byzantinische Forschungen* 12 (1987), 309-317.
- [81] S. Mosher Stuard, «Dowry Increase and Increment in Wealth in Medieval Ragusa (Dubrovnik)», *Journal of Economic History* 41.4 (1981), 795-811.
- [82] M. Abraham, *Two Medieval Merchant Guilds of South India* (Nova Deli, 1988).
- [83] Ma Huan, *Ying-yai sheng-lan*, tr. J. Mills, *The Overall Survey of the Ocean’s Shores* (Cambridge, 1970), p. 140.
- [84] T. Sen, «The Formation of Chinese Maritime Networks to Southern Asia, 1200-1450», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 49.4 (2006), 427, 439-440; H. Ray, *Trade and Trade Routes between India and China, c. 140 BC-AD 1500* (Kolkata, 2003), pp. 177-205.
- [85] H. Tsai, *The Eunuchs in the Ming Dynasty* (Nova Iorque, 1996), p. 148; T. Ju-kang, «Cheng Ho’s Voyages and the Distribution of Pepper in China», *Journal of the Royal Asiatic Society* 2 (1981), 186-197.
- [86] W. Atwell, «Time, Money and the Weather: Ming China and the “Great Depression” of the Mid-Fifteenth Century», *Journal of Asia Studies* 61.1 (2002), 86.
- [87] T. Brook, *The Troubled Empire: China in the Yuan and Ming Dynasties* (Cambridge, MA, 2010), pp. 107-109.

- [88] Ruy González de Clavijo, *Embajada a Tamorlan*, tr. G. Le Strange, *Embassy to Tamerlane 1403-1406* (Londres, 1928), 11, pp. 208-209.
- [89] *Ibid.*, 14, p. 270.
- [90] *Ibid.*, pp. 291-292. Para a disseminação da visão timúrida na arte e na arquitetura, ver T. Lentz e G. Lowry, *Timur and the Princely Vision: Persian Art and Culture in the Fifteenth Century* (Los Angeles, 1989), pp. 159-232.
- [91] Khvānd Mīr, *Habibu's-siyar*, tomo três, ed. e tr. W. Thackston, *The Reign of the Mongol and the Turk*, 2 vols. (Cambridge, MA, 1994), 1, p. 294; D. Roxburgh, «The “Journal” of Ghiyath al-Din Naqqash, Timurid Envoy to Khan Baligh, and Chinese Art and Architecture», in L. Saurma-Jeltsch e A. Eisenbeiss (eds.), *The Power of Things and the Flow of Cultural Transformations: Art and Culture between Europe and Asia* (Berlim, 2010), p. 90.
- [92] R. Lopez, H. Miskimin e A. Udovitch, «England to Egypt, 1350-1500: Long-Term Trends and Long-Distance Trade», in M. Cook (ed.), *Studies in the Economic History of the Middle East from the Rise of Islam to the Present Day* (Londres, 1970), pp. 93-128. J. Day, «The Great Bullion Famine», *Past & Present* 79 (1978), 3-54, J. Munro, «Bullion Flows and Monetary Contraction in Late-Medieval England and the Low Countries», in J. Richards (ed.), *Precious Metals in the Later Medieval and Early Modern Worlds* (Durham, NC, 1983), pp. 97-158.
- [93] R. Huang, *Taxation and Governmental Finance in Sixteenth-Century Ming China* (Cambridge, 1974), pp. 48-51.
- [94] T. Brook, *The Confusions of Pleasure: Commerce and Culture in Ming China* (Berkeley, 1998).
- [95] N. Sussman, «Debasements, Royal Revenues and Inflation in France during the Hundred Years War, 1415-1422», *Journal of Economic History* 53.1 (1993), 44-70; *idem*, «The Late Medieval Bullion Famine Reconsidered», *Journal of Economic History* 58.1 (1998), 126-154.
- [96] R. Wicks, «Monetary Developments in Java between the Ninth and Sixteenth Centuries: A Numismatic Perspective», *Indonesia* 42 (1986), 59-65; J. Whitmore, «Vietnam and the Monetary Flow of Eastern Asia, Thirteenth to Eighteenth Centuries», in Richards, *Precious Metal*, pp. 363-393; J. Deyell, «The China Connection: Problems of Silver Supply in Medieval Bengal», in Richards, *Precious Metal*, pp. 207-227.
- [97] Atwell, «Time, Money and the Weather», 92-96.
- [98] A. Vasil'ev, «Medieval Ideas of the End of the World: West and East», *Byzantion* 16 (1942-1943), 497-499; D. Strémooukhoff, «Moscow the Third Rome: Sources of the Doctrine», *Speculum* (1953), 89; «Drevnie russkie paskhalii na os'muiu tysiachu let ot sotvereniia mira», *Pravoslavnyi Sobesednik* 3 (1860), 333-334.
- [99] A. Bernáldez, *Memorias de los reyes catolicos*, ed. M. Gómez-Moreno e J. Carriazo (Madrid, 1962), p. 254.
- [100] I. Aboab, *Nomologia, o Discursos legales compuestos* (Amsterdão, 1629), p. 195; D. Altabé, *Spanish and Portuguese Jewry before and after 1492* (Brooklyn, 1983), p. 45.
- [101] Freedman, «Spices and Late Medieval European Ideas», 1220-1227.
- [102] V. Flint, *The Imaginative Landscape of Christopher Columbus* (Princeton, 1992), pp. 47-64.
- [103] C. Delaney, «Columbus's Ultimate Goal: Jerusalem», *Comparative Studies in Society and History* 48 (2006), 260-262.
- [104] *Ibid.*, 264-265; M. Menocal, *The Arabic Role in Medieval Literary History: A Forgotten Heritage* (Filadélfia, 1987), p. 12. Para o texto das cartas de apresentação, S. Morison, *Journals and Other Documents on the Life and Voyages of Christopher Columbus* (Nova Iorque, 1963), p. 30.

11 Rota do ouro

- [1] O. Dunn e J. Kelley (ed. e tr.), *The Diario of Christopher Columbus' First Voyage to America, 1492-1493* (Norman, OK, 1989), p. 19.
- [2] Ibn al-Faṣīh, in N. Levtzion e J. Hopkins (eds.), *Corpus of Early Arabic Sources for West African History* (Cambridge, 1981), p. 28.
- [3] R. Messier, *The Almoravids and the Meanings of Jihad* (Santa Barbara, 2010), pp. 21-34. Ver também *idem*, «The Almoravids: West African Gold and the Gold Currency of the Mediterranean Basin», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 17 (1974), 31-47.
- [4] V. Monteil, «Routier de l'Afrique blanche et noire du Nord-Ouest: al-Bakri (cordue 1068)», *Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire* 30.1 (1968), 74; I. Wilks, «Wangara, Akan and Portuguese in the Fifteenth and Sixteenth Centuries. 1. The Matter of Bitu», *Journal of African History* 23.3 (1982), 333-334.
- [5] N. Levtzion, «Islam in West Africa», in W. Kasinec e M. Polushin (eds.), *Expanding Empires: Cultural Interaction and Exchange in World Societies from Ancient to Early Modern Times* (Wilmington, 2002), pp. 103-114; T. Lewicki, «The Role of the Sahara and Saharans in the Relationship between North and South», in M. El Fasi (ed.), *Africa from the Seventh to Eleventh Centuries* (Londres, 1988), pp. 276-313.
- [6] S. Mody Cissoko, «L'Intelligentsia de Tombouctou aux 15e et 16e siècles», *Presence Africaine* 72 (1969), 48-72. Estes manuscritos foram catalogados no século XVI por Muhammad al-Wangarī e faziam parte da magnífica coleção que pertence aos seus descendentes até aos dias de hoje; os relatos iniciais indicando que os documentos haviam sido destruídos pelos tuaregues, em 2012, revelaram-se equivocados.
- [7] Ibn Fadl Allāh al-'Umarī, *Masālik al-absār fī mamālik al-amsār*, tr. Levtzion e Hopkins, *Corpus of Early Arabic Sources*, pp. 270-271. A queda do valor do ouro é amplamente notada por atuais comentadores; para uma perspectiva mais cética, ver W. Schultz, «Mansa Musa's Gold in Mamluk Cairo: A Reappraisal of a World Civilizations Anecdote», in J. Pfeiffer e S. Quinn (eds.), *History and Historiography of Post-Mongol Central Asia and the Middle East: Studies in Honor of John E. Woods* (Wiesbaden, 2006), pp. 451-457.
- [8] Ibn Battūta, *Travels*, 25, 4, p. 957.
- [9] B. Kreutz, «Ghost Ships and Phantom Cargoes: Reconstructing Early Amalfitan Trade», *Journal of Medieval History* 20 (1994), 347-357; A. Fromherz, «North Africa and the Twelfth-Century Renaissance: Christian Europe and the Almohad Islamic Empire», *Islam and Christian Muslim Relations* 20.1 (2009), 43-59; D. Abulafia, «The Role of Trade in Muslim-Christian Contact during the Middle Ages», in D. Agius e R. Hitchcock (eds.), *The Arab Influence in Medieval Europe* (Reading, 1994), pp. 1-24.
- [10] Ver a obra pioneira de M. Horton, *Shanga: The Archaeology of a Muslim Trading Community on the Coast of East Africa* (Londres, 1996); também S. Guérin, «Forgotten Routes? Italy, Ifriqiya and the Trans-Saharan Ivory Trade», *Al-Masāq* 25.1 (2013), 70-91.
- [11] D. Dwyer, *Fact and Legend in the Catalan Atlas of 1375* (Chicago, 1997); J. Messing, «Observations and Beliefs: The World of the Catalan Atlas», in J. Levenson (ed.), *Circa 1492: Art in the Age of Exploration* (New Haven, 1991), p. 27.
- [12] S. Halikowski Smith, «The Mid-Atlantic Islands: A Theatre of Early Modern Ecocide», *International Review of Social History* 65 (2010), 51-77; J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico* (Lisboa, 1973), pp. 222-223.

- [13] F. Barata, «Portugal and the Mediterranean Trade: A Prelude to the Discovery of the “New World”», *Al-Masaq* 17.2 (2005), 205-219.
- [14] Carta de D. Dinis de Portugal, 1293, J. Marques, *Descobrimentos Portugueses – Documentos para a sua História*, 3 vols. (Lisboa, 1944–1971), 1, n.º 29; para as rotas mediterrânicas, ver C.-E. Dufourcq, «Les Communications entre les royaumes chrétiens et les pays de l’Occident musulman dans les derniers siècles du Moyen Age», *Les Communications dans la Peninsule Iberique au Moyen Age. Actes du Colloque* (Paris, 1981), pp. 30-31.
- [15] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta* (Lisboa, 1992), pp. 271-276; A. de Sousa, «Portugal», in P. Fouracre et al. (eds.), *The New Cambridge Medieval History*, 7 vols. (Cambridge, 1995–2005), 7, pp. 636-637.
- [16] A. Dinis (ed.), *Monumenta Henricina*, 15 vols. (Lisboa, 1960-1974), 12, pp. 73-74, tr. P. Russell, *Prince Henry the Navigator: A Life* (New Haven, 2000), p. 121.
- [17] P. Hair, *The Founding of the Castelo de São Jorge da Mina: An Analysis of the Sources* (-Madison, 1994).
- [18] J. Dias, «As primeiras penetrações portuguesas em África», in L. de Albuquerque (ed.), *Portugal no Mundo*, 6 vols. (Lisboa, 1989), 1, pp. 281-289.
- [19] M.-T. Seabra, *Perspectivas da colonização portuguesa na costa ocidental Africana: análise organizacional de S. Jorge da Mina* (Lisboa, 2000), pp. 80-93; Z. Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu Distrito no Segundo Século de Colonização (1560-1640)», in M. Santos (ed.), *História Geral de Cabo Verde*, 2 vols. (1991), 2, pp. 189-224.
- [20] L. McAlister, *Spain and Portugal in the New World, 1492-1700* (Minneapolis, MN, 1984), pp. 60-63; J. O’Callaghan, «Castile, Portugal, and the Canary Islands: Claims and Counterclaims», *Viator* 24 (1993), 287-310.
- [21] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, tr. C. Beazley, *The chronicle of the discovery and conquest of Guinea*, 2 vols. (Londres, 1896-1899), 18, 1, p. 61. Sobre Portugal neste período, M.-J. Tavares, *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383–1438)* (Lisboa, 1974); F. Barata, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo ocidental (1385-1466)* (Lisboa, 1998).
- [22] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica*, 25, 1, pp. 81-82. Para alguns comentários sobre esta fonte complexa, L. Barreto, «Gomes Eanes de Zurara e o problema da Crónica da Guiné», *Studia* 47 (1989), 311-369.
- [23] A. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freeman in Portugal, 1441–1555* (Cambridge, 1982); T. Coates, *Convicts and Orphans: Forces and State-Sponsored Colonizers in the Portuguese Empire, 1550–1755* (Stanford, 2001).
- [24] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica*, 87, 2, p. 259.
- [25] *Ibid.*, 18, 1, p. 62.
- [26] H. Hart, *Sea Road to the Indies: An Account of the Voyages and Exploits of the Portuguese Navigators, Together with the Life and Times of Dom Vasco da Gama, Capitao Mor, Viceroy of India and Count of Vidigueira* (Nova Iorque, 1950), pp. 44-45.
- [27] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica*, 87, 2, p. 259.
- [28] J. Cortés López, «El tiempo africano de Cristóbal Colón», *Studia Historica* 8 (1990), 313-326.
- [29] A. Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, 15 vols. (Lisboa, 1952), 1, pp. 84-85.
- [30] Fernando Colombo, *The Life of the Admiral Christopher Columbus by his Son Ferdinand*, tr. B. Keen (New Brunswick, NJ, 1992), p. 35; C. Delaney, *Columbus and the Quest for Jerusalem* (Londres, 2012), pp. 48-49.

- [31] C. Jane (ed. e tr.), *Select Documents Illustrating the Four Voyages of Columbus*, 2 vols. (- Londres, 1930-1931), 1, pp. 2-19.
- [32] O. Dunn e J. Kelley (eds. e trd.), *The Diario of Christopher Columbus's First Voyage to America, 1492-3* (Norman, OK, 1989), p. 67.
- [33] *Ibid.*, pp. 143-145.
- [34] W. Phillips e C. Rahn Phillips, *Worlds of Christopher Columbus* (Cambridge, 1992), p. 185. Para a publicação da carta em toda a Europa, R. Hirsch, «Printed Reports on the Early Discoveries and their Reception», in M. Allen e R. Benson (eds.), *First Images of America: The Impact of the New World on the Old* (Nova Iorque, 1974), pp. 90-91.
- [35] M. Zamora, «Christopher Columbus' "Letter to the Sovereigns": Announcing the Discovery», in S. Greenblatt (ed.), *New World Encounters* (Berkeley, 1993), p. 7.
- [36] Delaney, *Columbus and the Quest for Jerusalem*, p. 144.
- [37] Bartolomeu de las Casas, *Historia de las Indias*, 1.92, tr. P. Sullivan, *Indian Freedom: The Cause of Bartolome de las Casas, 1484-1566* (Kansas City, 1995), pp. 33-34.
- [38] E. Vilches, «Columbus' Gift: Representations of Grace and Wealth and the Enterprise of the Indies», *Modern Language Notes* 119.2 (2004), 213-214.
- [39] C. Sauer, *The Early Spanish Main* (Berkeley, 1966), p. 109.
- [40] L. Formisano (ed.), *Letters from a New World: Amerigo Vespucci's Discovery of America* (Nova Iorque, 1992), p. 84; M. Perri, «"Ruined and Lost": Spanish Destruction of the Pearl Coast in the Early Sixteenth Century», *Environment and History* 15 (2009), 132-134.
- [41] Dunn e Kelley, *The Diario of Christopher Columbus's First Voyage*, p. 235.
- [42] *Ibid.*, pp. 285-287.
- [43] *Ibid.*, pp. 235-237.
- [44] Bartolomeu de las Casas, *Historia*, 3.29, p. 146.
- [45] Francisco López de Gómara, *Cortes: The Life of the Conqueror by his Secretary*, tr. L. Byrd Simpson (Berkeley, 1964), 27, p. 58.
- [46] Bernardino de Sahagún, *Florentine Codex: General History of the Things of New Spain. Book 12*, tr. A. Anderson e C. Dibble (Santa Fé, NM, 1975), p. 45; R. Wright (tr.), *Stolen Continents: Five Hundred Years of Conquest and Resistance in the Americas* (Nova Iorque, 1992), p. 29.
- [47] S. Gillespie, *The Aztec Kings: The Construction of Rulership in Mexican History* (Tucson, AZ, 1989), pp. 173-207; C. Townsend, «Burying the White Gods: New Perspectives on the Conquest of Mexico», *American Historical Review* 108.3 (2003), 659-687.
- [48] Uma imagem agora guardada na Huntington Art Gallery, em Austin, Texas, mostra Cortés saudando Xicotécatl, líder dos tlaxcala, que viu uma oportunidade para ganhar vantagem com os recém-chegados para fortalecer a sua própria posição na América Central.
- [49] J. Ginés de Sepúlveda, *Democrates Segundo o de la Justas causas de la Guerra contra los indios*, ed. A. Losada (Madrid, 1951), pp. 35, 33. A comparação com macacos foi apagada do manuscrito usado por Losada, A. Pagden, *Natural Fall of Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology* (Cambridge, 1982), p. 231, n. 45.
- [50] Sahagún, *Florentine Codex*, 12, p. 49; Wright (tr.), *Stolen Continents*, pp. 37-38.
- [51] Sahagún, *Florentine Codex*, 12, pp. 55-56.
- [52] I. Rouse, *The Tainos: Rise and Decline of the People who Greeted Columbus* (New Haven, 1992); N. D. Cook, *Born to Die: Disease and New World Conquest, 1492-1650* (Cambridge, 1998).
- [53] R. McCaa, «Spanish and Nahuatl Views on Smallpox and Demographic Catastrophe in Mexico», *Journal of Interdisciplinary History* 25 (1995), 397-431. Em geral, ver A. Crosby, *The*

Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492 (Westport, CT, 2003).

[54] Bernardino de Sahagún, *Historia general de las cosas de Nueva Espana* (Cidade do México, 1992), p. 491; López de Gómara, *Life of the Conqueror*, 141-142, pp. 285-287.

[55] Cook, *Born to Die*, pp. 15-59. Também Crosby, *Columbian Exchange*, pp. 56, 58; C. Merbs, «A New World of Infectious Disease», *Yearbook of Physical Anthropology* 35.3 (1993), 4.

[56] Fernández de Enciso, *Suma de geografia*, citado por E. Vilches, *New World Gold: Cultural Anxiety and Monetary Disorder in Early Modern Spain* (Chicago, 2010), p. 24.

[57] V. von Hagen, *The Aztec: Man and Tribe* (Nova Iorque, 1961), p. 155.

[58] P. Cieza de León, *Cronica del Peru*, tr. A. Cook e N. Cook, *The Discovery and Conquest of Peru* (Durham, NC, 1998), p. 361.

[59] Para Diego de Ordás, ver C. García, *Vida del Comendador Diego de Ordaz, Descubridor del Orinoco* (Cidade do México, 1952).

[60] A. Barrera, «Empire and Knowledge: Reporting from the New World», *Colonial Latin American Review* 15.1 (2006), 40-41.

[61] H. Rabe, *Deutsche Geschichte 1500-1600. Das Jahrhundert der Glaubensspaltung* (Munique, 1991), pp. 149-153.

[62] Carta de Pietro Pasqualigo, in J. Brewer (ed.), *Letters and Papers, Foreign and Domestic, of the Reign of Henry VIII*, 23 vols. (Londres, 1867), 1.1, pp. 116-117.

[63] Para Ana Bolena, *Calendar of State Papers and Manuscripts, Relating to English Affairs, Existing in the Archives and Collections of Venice, and in Other Libraries of Northern Italy*, ed. R. Brown et al., 38 vols. (Londres, 1970), 4, p. 824.

[64] Francisco López de Gómara, *Historia general de las Indias*, ed. J. Gurría Lacroix (Caracas, 1979), 1, p. 7.

[65] Pedro Mexía, *Historia del emperador Carlos V*, ed. J. de Mata Carrizo (Madrid, 1945), p. 543. Aqui também Vilches, *New World Gold*, p. 26.

[66] F. Ribeiro da Silva, *Dutch and Portuguese in Western Africa: Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674* (Leiden, 2011), pp. 116-117; Coates, *Convicts and Orphans*, pp. 42-62.

[67] E. Donnan (ed.), *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America*, 4 vols. (Washington, DC, 1930), 1, pp. 41-42.

[68] B. Davidson, *The Africa Past: Chronicles from Antiquity to Modern Times* (Boston, 1964), pp. 194-197.

[69] Brásio, *Missionaria Africana*, 1, pp. 521-527.

[70] A. Pagden, *Spanish Imperialism and the Political Imagination: Studies in European and Spanish-American Social and Political Theory, 1513-1830* (New Haven, 1990).

[71] Carta de Manoel da Nóbrega, citada por T. Botelho, «Labour Ideologies and Labour Relations in Colonial Portuguese America, 1500-1700», *International Review of Social History* 56 (2011), 288.

[72] M. Cortés, *Breve compendio de la sphere y el arte de navegar*, citado por Vilches, *New World Gold*, pp. 24-25.

[73] R. Pieper, *Die Vermittlung einer neuen Welt: Amerika im Nachrichtennetz des Habsburgischen Imperiums, 1493-1598* (Mainz, 2000), pp. 162-210.

[74] Diego de Haëdo, *Topografia e historia general de Arge*, tr. H. de Grammont, *Histoire des rois d'Alger* (Paris, 1998), 1, p. 18.

[75] E. Lyon, *The Enterprise of Florida: Pedro Menendez de Aviles and the Spanish Conquest of 1565-1568* (Gainesville, FL, 1986), pp. 9-10.

[76] Jose de Acosta, *Historia natural y moral de las Indias*, in Vilches, *New World Gold*, p. 27.

12 Rota da prata

- [1] H. Miskimin, *The Economy of Later Renaissance Europe, 1460-1600* (Cambridge, 1977), p. 32; J. Munro, «Precious Metals and the Origins of the Price Revolution Reconsidered: The Conjecture of Monetary and Real Forces in the European Inflation of the Early to Mid-16th Century», in C. Núñez (ed.), *Monetary History in Global Perspective, 1500-1808* (Sevilha, 1998), pp. 35-50; H. İnalcık, «The Ottoman State: Economy and Society, 1300-1600», in H. İnalcık e D. Quataert (eds.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire, 1300-1914* (Cambridge, 1994), pp. 58-60.
- [2] P. Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe* (Cambridge, 1988), p. 377.
- [3] Ch'oe P'u, *Ch'oe P'u's Diary: A Record of Drifting Across the Sea*, tr. J. Meskill (Tucson, AZ, 1965), pp. 93-94.
- [4] Vélez de Guevara, *El diablo conjuelo*, citado por R. Pike, «Seville in the Sixteenth Century», *Hispanic American Historical Review* 41.1 (1961), 6.
- [5] Francisco de Ariño, *Sucesos de Sevilla de 1592 a 1604*, in *ibid.*, 12-13; Vilches, *New World Gold*, pp. 25-26.
- [6] G. de Correa, *Lendas de India*, 4 vols. (Lisboa, 1858-1864), 1, p. 7; A. Baião e K. Cintra, *Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, 4 vols. (Lisboa, 1988-), 1, pp. 1-2.
- [7] A. Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*, ed. N. Águas (Lisboa, 1987), p. 22.
- [8] S. Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama* (Cambridge, 1997), pp. 79-163.
- [9] Velho, *Roteiro de Vasco da Gama*, pp. 54-55.
- [10] *Ibid.*, p. 58.
- [11] S. Subrahmanyam, «The Birth-Pangs of Portuguese Asia: Revisiting the Fateful “Long Decade” 1498-1509», *Journal of Global History* 2 (2007), 262.
- [12] Velho, *Roteiro de Vasco da Gama*, p. 60.
- [13] Ver Subrahmanyam, *Vasco da Gama*, pp. 162-163, pp. 194-195.
- [14] Carta de D. Manuel, citada por Subrahmanyam, *Vasco da Gama*, p. 165.
- [15] B. Diffie e G. Winius, *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580* (Oxford, 1977), pp. 172-174; M. Newitt, *Portugal in European and World History* (2009), pp. 62-65; Delaney, *Columbus and the Quest for Jerusalem*, pp. 124-125; J. Brotton, *Trading Territories: Mapping the Early Modern World* (Londres, 1997), pp. 71-72.
- [16] M. Guedes, «Estreito de Magalhães», in L. Albuquerque e F. Domingues (eds.), *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, 2 vols. (Lisboa, 1994), 2, pp. 640-644.
- [17] M. Newitt, *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668* (Londres, 2005), pp. 54-57; A. Teixeira da Mota (ed.), *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas* (Lisboa, 1975).
- [18] R. Finlay, «Crisis and Crusade in the Mediterranean: Venice, Portugal, and the Cape Route to India (1498-1509)», *Studi Veneziani* 28 (1994), 45-90.
- [19] Girolamo Priuli, *I Diarii di Girolamo Priuli*, tr. D. Weinstein, *Ambassador from Venice* (Minneapolis, 1960), pp. 29-30.
- [20] «La lettre de Guido Detti», in P. Teyssier e P. Valentin, *Voyages de Vasco da Gama: Relations des expéditions de 1497-1499 et 1502-3* (Paris, 1995), pp. 183-188.
- [21] «Relazione delle Indie Orientali di Vincenzo Quirini nel 1506», in E. Albèri, *Le relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, 15 vols. (Florença, 1839-1863), 15, pp. 3-19; Subrahmanyam, «Birth-Pangs of Portuguese Asia», 265.

- [22] P. Johnson Brummett, *Ottoman Seapower and Levantine Diplomacy in the Age of Discovery* (Albany, NY, 1994), pp. 33-36; Subrahmanyam, «Birth-Pangs of Portuguese Asia», 274.
- [23] G. Ramusio, «Navigazione verso le Indie Orientali di Tomé Lopez», in M. Milanesi (ed.), *Navigazioni e viaggi* (Turim, 1978), pp. 683-673; Subrahmanyam, *Vasco da Gama*, p. 205.
- [24] D. Agius, «Qalhat: A Port of Embarkation for India», in S. Leder, H. Kilpatrick, B. Martel-Thoumian e H. Schönig (eds.), *Studies in Arabic and Islam* (Lovaina, 2002), p. 278.
- [25] C. Silva, *O Fundador do «Estado Português da Índia»*, D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510 (Lisboa, 1996), p. 284.
- [26] J. Aubin, «Un Nouveau Classique: l'anonyme du British Museum», in J. Aubin (ed.), *Le Latin et l'astrolabe: recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales* (Lisboa, 1996), 2, p. 553; S. Subrahmanyam, «Letters from a Sinking Sultan», in L. Thomasz (ed.), *Aquém e Além da Taprobana: Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard* (Lisboa, 2002), pp. 239-269.
- [27] Silva, *Fundador do «Estado Português da Índia»*, pp. 387-388. Para os objetivos e políticas portuguesas no Atlântico, Golfo Pérsico, oceano Índico e noutros lados, ver F. Bethencourt e D. Curto, *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800* (Cambridge, 2007).
- [28] G. Scammell, *The First Imperial Age: European Overseas Expansion, c. 1400-1715* (Londres, 1989), p. 79.
- [29] A. Hamdani, «An Islamic Background to the Voyages of Discovery», in S. Khadra Jayyusi (ed.), *The Legacy of Muslim Spain* (Leiden, 1992), p. 288. Para a importância de Malaca antes da conquista portuguesa, K. Hall, «Local and International Trade and Traders in the Straits of Melaka Region: 600-1500», *Journal of Economic and Social History of the Orient* 47.2 (2004), 213-260.
- [30] S. Subrahmanyam, «Commerce and Conflict: Two Views of Portuguese Melaka in the 1620s», *Journal of Southeast Asian Studies* 19.1 (1988), 62-79.
- [31] Atwell, «Time, Money and the Weather», 100.
- [32] P. de Vos, «The Science of Spices: Empiricism and Economic Botany in the Early Spanish Empire», *Journal of World History* 17.4 (2006), 410.
- [33] 'Umar ibn Muhammad, *Rawd al-'ātir fī nuz'hat al-khātir*, tr. R. Burton, *The Perfumed Garden of the Shaykh Nefzawi* (Nova Iorque, 1964), p. 117.
- [34] F. Lane, «The Mediterranean Spice Trade: Further Evidence of its Revival in the Sixteenth Century», *American Historical Review* 45.3 (1940), 584-585; M. Pearson, *Spices in the Indian Ocean World* (Aldershot, 1998), p. 117.
- [35] Lane, «Mediterranean Spice Trade», 582-583.
- [36] S. Halikowski Smith, «“Profits Sprout Like Tropical Plants”: A Fresh Look at What Went Wrong with the Eurasian Spice Trade, c. 1550-1800», *Journal of Global History* 3 (2008), 390-391.
- [37] Carta de Alberto da Carpi, in K. Setton, *The Papacy and the Levant, 1204-1571*, 4 vols. (Filadélfia, 1976-1984), 3, p. 172, n. 3.
- [38] P. Allen, *Opus Epistolarum Desiderii Erasmi Roterodami*, 12 vols. (Oxford, 1906-1958), 9, p. 254; J. Tracy, *Emperor Charles V, Impresario of War* (Cambridge, 2002), p. 27.
- [39] A. Clot, *Suleiman the Magnificent: The Man, his Life, his Epoch*, tr. M. Reisz (Nova Iorque, 1992), p. 79. Também R. Finlay, «Prophecy and Politics in Istanbul: Charles V, Sultan Suleyman and the Habsburg Embassy of 1533-1534», *Journal of Modern History* 3 (1998), 249-272.
- [40] G. Casale, «The Ottoman Administration of the Spice Trade in the Sixteenth Century Red Sea and Persian Gulf», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 49.2 (2006), 170-198.

- [41] L. Ribeiro, «O Primeiro Cerco de Diu», *Studia* 1 (1958), 201-295; G. Casale, *The Ottoman Age of Exploration* (Oxford, 2010), pp. 56-75.
- [42] G. Casale, «Ottoman *Guerre de Course* and the Indian Ocean Spice Trade: The Career of Sefer Reis», *Itinerario* 32.1 (2008), 66-67.
- [43] *Corpo diplomatico portuguez*, ed. J. da Silva Mendes Leal e J. de Freitas Moniz, 14 vols. (- Lisboa, 1862-1910), 9, pp. 110-111.
- [44] Halikowski Smith, «Eurasian Spice Trade», 411; J. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640* (Baltimore, 1993), pp. 43-44, e Quadro 3.
- [45] Casale, «Ottoman Administration of the Spice Trade», 170-98; ver aqui também N. Stensgaard, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of Caravan Trade* (Chicago, 1974).
- [46] S. Subrahmanyam, «The Trading World of the Western Indian Ocean, 1546-1565: A Political Interpretation», in A. de Matos e L. Thomasz (eds.), *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos* (Braga, 1998), pp. 207-229.
- [47] S. Pamuk, «In the Absence of Domestic Currency: Debased European Coinage in the Seventeenth-Century Ottoman Empire», *Journal of Economic History* 57.2 (1997), 352-353.
- [48] H. Crane, E. Akin e G. Necipoğlu, *Sinan's Autobiographies: Five Sixteenth-Century Texts* (Leiden, 2006), p. 130.
- [49] R. McChesney, «Four Sources on Shah 'Abbas's Building of Isfahan», *Muqarnas* 5 (1988), 103-134; Iskandar Munshī, ' *Tārīk-e 'ālamārā-ye 'Abbāsī*, tr. R. Savory, *History of Shah 'Abbas the Great*, 3 vols. (Boulder, CO, 1978), p. 1038; S. Blake, «Shah 'Abbās and the Transfer of the Safavid Capital from Qazvin to Isfahan», in A. Newman (ed.), *Society and Culture in the Early Modern Middle East: Studies on Iran in the Safavid Period* (Leiden, 2003), pp. 145-164.
- [50] M. Dickson, «The Canons of Painting by Sādiqī Bek», in M. Dickson e S. Cary Welch (eds.), *The Houghton Shahnameh*, 2 vols. (Cambridge, MA, 1989), 1, p. 262.
- [51] A. Taylor, *Book Arts of Isfahan: Diversity and Identity in Seventeenth-Century Persia* (Malibu, 1995).
- [52] H. Cross, «South American Bullion Production and Export, 1550-1750», in Richards, *Precious Metals*, pp. 402-404.
- [53] A. Jara, «Economia minera e historia economica hispano-americana», in *Tres ensayos sobre economia minera hispano-americana* (Santiago, 1966).
- [54] A. Attman, *American Bullion in European World Trade, 1600-1800* (Gotemburgo, 1986), pp. 6, 81; H-Sh. Chuan, «The Inflow of American Silver into China from the Late Ming to the Mid-Ch'ing Period», *Journal of the Institute of Chinese Studies of the Chinese University of Hong Kong* 2 (1969), 61-75.
- [55] B. Karl, «“Galanterie di cose rare...”: Filippo Sassetti's Indian Shopping List for the Medici Grand Duke Francesco and his Brother Cardinal Ferdinando», *Itinerario* 32.3 (2008), 23-41. Para um relato contemporâneo da sociedade azteca, Diego Durán, *Book of the Gods and Rites and the Ancient Calendar*, tr. F. Horcasitas e D. Heyden (1971), pp. 273-274.
- [56] J. Richards, *The Mughal Empire* (Cambridge, 1993), pp. 6-8.
- [57] *Bābur-Nāma*, pp. 173-174. Também D. F. Ruggles, *Islamic Gardens and Landscapes* (Filadélfia, PA, 2008), p. 70.
- [58] *Bābur-Nāma*, p. 359.
- [59] Ibn Battūta, *Travels*, 8, 2, p. 478.

- [60] J. Gommans, *Mughal Warfare: Indian Frontiers and High Roads to Empire, 1500-1700* (Londres, 2002), pp. 112-113. Para o tamanho dos cavalos indianos, J. Tavernier, *Travels in India*, ed. V. Ball, 2 vols. (Londres, 1889), 2, p. 263. Para os cavalos da Ásia Central, ver J. Masson Smith, «Mongol Society and Military in the Middle East: Antecedents and Adaptations», in Y. Lev (ed.), *War and Society in the Eastern Mediterranean, 7th-15th Centuries* (Leiden, 1997), pp. 247-264.
- [61] L. Jardine e J. Brotton, *Global Interests: Renaissance Art between East and West* (Londres, 2005), pp. 146-148.
- [62] J. Gommans, «Warhorse and Post-Nomadic Empire in Asia, c. 1000-1800», *Journal of Global History* 2 (2007), 1-21.
- [63] Ver S. Dale, *Indian Merchants and Eurasian Trade, 1600-1750* (Cambridge, 1994), pp. 41-42.
- [64] Citado por M. Alam, «Trade, State Policy and Regional Change: Aspects of Mughal-Uzbek Commercial Relations, c. 1550-1750», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 37.3 (1994), 221; ver aqui também C. Singh, *Region and Empire: Punjab in the Seventeenth Century* (Nova Deli, 1991), pp. 173-203.
- [65] J. Gommans, *Mughal Warfare: Indian Frontiers and Highroads to Empire, 1500-1700* (Londres, 2002), p. 116.
- [66] D. Washbrook, «India in the Early Modern World Economy: Modes of Production, Reproduction and Exchange», *Journal of Global History* 2 (2007), 92-93.
- [67] Carta de Duarte de Sande, in *Documenta Indica*, ed. J. Wicki e J. Gomes, 18 vols. (Roma, 1948-1988), 9, p. 676.
- [68] R. Foltz, «Cultural Contacts between Central Asia and Mughal India», in S. Levi (ed.), *India and Central Asia* (Nova Deli, 2007), pp. 155-175.
- [69] M. Subtelny, «Mirak-i Sayyid Ghiyas and the Timurid Tradition of Landscape Architecture», *Studia Iranica* 24.1 (1995), 19-60.
- [70] J. Westcoat, «Gardens of Conquest and Transformation: Lessons from the Earliest Mughal Gardens in India», *Landscape Journal* 10.2 (1991), 105-114; F. Ruggles, «Humayun's Tomb and Garden: Typologies and Visual Order», in A. Petruccioli (ed.), *Gardens in the Time of the Great Muslim Empires* (Leiden, 1997), pp. 173-186. Para a influência da Ásia Central, ver especialmente M. Subtelny, «A Medieval Persian Agricultural Manual in Context: The Irshad al-Zira'a in Late Timurid and Early Safavid Khorasan», *Studia Iranica* 22.2 (1993), 167-217.
- [71] J. Westcoat, M. Brand e N. Mir, «The Shedara Gardens of Lahore: Site Documentation and Spatial Analysis», *Pakistan Archaeology* 25 (1993), 333-366.
- [72] M. Brand e G. Lowry (eds.), *Fatephur Sikri* (Bombaim, 1987).
- [73] *The Shah Jahan Nama of 'Inayat Khan*, ed. e tr. W. Begley e Z. Desai (Deli, 1990), pp. 70-71.
- [74] J. Hoil, *The Book of Chilam Balam of Chumayel*, tr. R. Roys (Washington, DC, 1967), pp. 19-20.
- [75] Carta de John Newbery, in J. Courtney Locke (ed.), *The First Englishmen in India* (Londres, 1930), p. 42.
- [76] Samuel Purchas, *Hakluytus posthumus, or, Purchas His Pilgrimes*, 20 vols. (Glasgow, 1905-1907), 3, p. 93; G. Scammell, «European Exiles, Renegades and Outlaws and the Maritime Economy of Asia, c.1500-1750», *Modern Asian Studies* 26.4 (1992), 641-661.
- [77] L. Newsom, «Disease and Immunity in the Pre-Spanish Philippines», *Social Science & Medicine* 48 (1999), 1833-1850; *idem*, «Conquest, Pestilence and Demographic Collapse in the Early Spanish Philippines», *Journal of Historical Geography* 32 (2006), 3-20.

- [78] Antonio de Morga, in W. Schurz, *The Manila Galleon* (Nova Iorque, 1959), pp. 69-75; ver também Brook, *Confusions of Pleasure*, pp. 205-206.
- [79] D. Irving, *Colonial Counterpoint: Music from Early Modern Manila* (Oxford, 2010), p. 19.
- [80] Para a crise otomana, Pamuk, «In the Absence of Domestic Currency», 353-358.
- [81] W. Barrett, «World Bullion Flows, 1450-1800», in J. Tracy (ed.), *The Rise of Merchant Empires: Long-Distance Trade in the Early Modern Worlds, 1350-1750* (Cambridge, 1990), pp. 236-237; D. Flynn e A. Giráldez, «Born with a “Silver Spoon”: The Origin of World Trade in 1571», *Journal of World History* 6.2 (1995), 201-221; J. TePaske, «New World Silver, Castile, and the Philippines, 1590-1800», in Richards, *Precious Metals*, p. 439.
- [82] P. D’Elia, *Documenti originali concernenti Matteo Ricci e la storia delle prime relazioni tra l’Europa e la Cina (1579-1615)*, 4 vols. (Roma, 1942), 1, p. 91.
- [83] Brook, *Confusions of Pleasure*, pp. 225-226. Para as atitudes chinesas em relação a antiguidades e ao passado, C. Clunas, *Superfluous Things: Material Culture and Social Status in Early Modern China* (Cambridge, 1991), pp. 91-115.
- [84] W. Atwell, «International Bullion Flows and the Chinese Economy circa 1530–1650», *Past & Present* 95 (1982), 86.
- [85] Richard Hakluyt, *The Principal Navigation, Voyages, Traffiques, & Discoveries of the English Nations*, 12 vols. (Glasgow, 1903-1905), 5, p. 498.
- [86] C. Boxer, *The Christian Century in Japan, 1549-1650* (Berkeley, 1951), pp. 425-457. Ver aqui especialmente R. von Glahn, «Myth and Reality of China’s Seventeenth-Century Monetary Crisis», *Journal of Economic History* 56.2 (1996), 429-454; D. Flynn e A. Giráldez, «Arbitrage, China and World Trade in the Early Modern Period», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 6.2 (1995), 201-221.
- [87] C. Clunas, *Empire of Great Brightness: Visual and Material Cultures of Ming China, 1368-1644* (Londres, 2007); Brook, *Confusions of Pleasure*.
- [88] *The Plum in the Golden Vase, or, Chin P’ing Mei*, tr. D. Roy, 5 vols. (Princeton, 1993-2013). Ver aqui N. Ding, *Obscene Things: Sexual Politics in Jin Ping Mei* (Durham, NC, 2002).
- [89] C. Cullen, «The Science/Technology Interface in Seventeenth-Century China: Song Yingxing on Qi and the Wu Xing», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 53.2 (1990), 295-318.
- [90] W. de Bary, «Neo-Confucian Cultivation and the Seventeenth-Century Enlightenment», in de Bary (ed.), *The Unfolding of Neo-Confucianism* (Nova Iorque, 1975), pp. 141-216.
- [91] O próprio Mapa de Selden poderá ter sido capturado desta forma, R. Batchelor, «The Selden Map Rediscovered: A Chinese Map of East Asian Shipping Routes, c. 1619», *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography* 65.1 (2013), 37-63.
- [92] W. Atwell, «Ming Observations of Ming Decline: Some Chinese Views on the “Seventeenth Century Crisis” in Comparative Perspective», *Journal of the Royal Asiatic Society* 2 (1988), 316-348.
- [93] A. Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 4.7, ed. R. Campbell e A. Skinner, 2 vols. (Oxford, 1976), 2, p. 626.

13 Rota para a Europa setentrional

- [1] José de Acosta, *Historia natural y moral de las Indias*, tr. E. Mangan, *Natural and Moral History of the Indies* (Durham, NC, 2002), p. 179.
- [2] *Regnans in excelsis*, in R. Miola (ed.), *Early Modern Catholicism: An Anthology of Primary Sources* (Oxford, 2007), pp. 486-488; ver P. Holmes, *Resistance and Compromise: The Political*

Thought of the Elizabethan Catholics (Cambridge, 2009).

[3] D. Loades, *The Making of the Elizabethan Navy 1540-1590: From the Solent to the Armada* (Londres, 2009).

[4] C. Knighton, «A Century on: Pepys and the Elizabethan Navy», *Transactions of the Royal Historical Society* 14 (2004), pp. 143-144; R. Barker, «Fragments from the Pepysian Library», *Revista da Universidade de Coimbra* 32 (1986), 161-178.

[5] M. Oppenheim, *A History of the Administration of the Royal Navy, 1509-1660* (Londres, 1896), pp. 172-174; N. Williams, *The Maritime Trade of the East Anglian Ports, 1550-1590* (Oxford, 1988), pp. 220-221.

[6] C. Martin e G. Parker, *The Spanish Armada* (Manchester, 1988); G. Mattingly, *The Armada* (Nova Iorque, 2005).

[7] E. Bovill, «The *Madre de Dios*», *Mariner's Mirror* 54 (1968), 129-152; G. Scammell, «England, Portugal and the Estado da Índia, c. 1500-1635», *Modern Asian Studies* 16.2 (1982), 180.

[8] *The Portable Hakluyt's Voyages*, ed. R. Blacker (Nova Iorque, 1967), p. 516; J. Parker, *Books to Build an Empire* (Amsterdão, 1965), p. 131; N. Matar, *Turks, Moors, and Englishmen in the Age of Discovery* (Nova Iorque, 1999).

[9] N. Matar, *Britain and Barbary, 1589-1689* (Gainesville, FL, 2005), p. 21; *Merchant of Venice*, I.1.

[10] C. Dionisotti, «Lepanto nella cultura italiana del tempo», in G. Benzoni (ed.), *Il Mediterraneo nella seconda metà del '500 alla luce di Lepanto* (Firenze, 1974), pp. 127-151; I. Fenlon, «“In destructione Turcharum”: The Victory of Lepanto in Sixteenth-Century Music and Letters», in E. Degreda (ed.), *Andrea Gabrieli e il suo tempo: Atti del Convegno internazionale (Venezia 16-18 settembre 1985)* (Firenze, 1987), pp. 293-317; I. Fenlon, «Lepanto: The Arts of Celebration in Renaissance Venice», *Proceedings of the British Academy* 73 (1988), 201-236.

[11] S. Skilliter, «Three Letters from the Ottoman “Sultana” Safiye to Queen Elizabeth I», in S. Stern (ed.), *Documents from Islamic Chanceries* (Cambridge, MA, 1965), pp. 119-157.

[12] G. Maclean, *The Rise of Oriental Travel: English Visitors to the Ottoman Empire, 1580-1720* (Londres, 2004), pp. 1-47; L. Jardine, «Gloriana Rules the Waves: Or, the Advantage of Being Excommunicated (and a Woman)», *Transactions of the Royal Historical Society* 14 (2004), 209-222.

[13] A. Artner (ed.), *Hungary as «Propugnaculum» of Western Christianity: Documents from the Vatican Secret Archives (ca. 1214-1606)* (Budapest, 2004), p. 112.

[14] Jardine, «Gloriana Rules the Waves», 210.

[15] S. Skilliter, *William Harborne and the Trade with Turkey 1578-1582: A Documentary Study of the First Anglo-Ottoman Relations* (Oxford, 1977), p. 69.

[16] *Ibid.*, p. 37.

[17] L. Jardine, *Worldly Goods: A New History of the Renaissance* (Londres, 1996), pp. 373-376.

[18] *O Mercador de Veneza*, II.7; *Otelo*, I.3.

[19] J. Grogan, *The Persian Empire in English Renaissance Writing, 1549-1622* (Londres, 2014).

[20] A. Kapr, *Johannes Gutenberg: Persönlichkeit und Leistung* (Munique, 1987).

[21] E. Shaksan Bumaz, «The Cannibal Butcher Shop: Protestant Uses of Las Casas's “Brevísima Relación”, in Europe and the American Colonies», *Early American Literature* 35.2 (2000), 107-136.

[22] A. Hadfield, «Late Elizabethan Protestantism, Colonialism and the Fear of the Apocalypse», *Reformation* 3 (1998), 311-320.

[23] R. Hakluyt, «A Discourse on Western Planting, 1584», in *The Original Writings and Correspondence of the Two Richard Hakluyts*, ed. E. Taylor, 2 vols. (Londres, 1935), 2, pp. 211-326.

- [24] M. van Gelderen, *The Political Thought of the Dutch Revolt, 1555-1590* (Cambridge, 2002).
- [25] «The First Voyage of the right worshipfull and valiant knight, Sir John Hawkins», in *The Hawkins Voyages*, ed. C. Markham (Londres, 1878), p. 5. Aquí tb. Kelsey, *Sir John Hawkins*, pp. 52-69.
- [26] Hakluyt, «A Discourse on Western Planting», 20, p. 315.
- [27] Ver J. McDermott, *Martin Frobisher: Elizabethan Privateer* (New Haven, 2001).
- [28] *Calendar of State Papers and Manuscripts, Venice*, 6.i, p. 240.
- [29] P. Bushev, *Istoriya posol'tv i diplomaticheskikh otnoshenii russkogo i iranskogo gosudarstv v 1586-1612 gg* (Moscow, 1976), pp. 37-62.
- [30] R. Hakluyt, *The principal navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English nations*, 12 vols. (Glasgow, 1903-1905), 3, pp. 15-16; R. Ferrier, «The Terms and Conditions under which English Trade was Transacted with Safavid Persia», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 49.1 (1986), 50-51; K. Meshkat, «The Journey of Master Anthony Jenkinson to Persia, 1562-1563», *Journal of Early Modern History* 13 (2009), 209-228.
- [31] S. Cabot, «Ordinances, instructions and advertisements of and for the direction of the intended voyage for Cathaye», 22, in Hakluyt, *Principal navigations*, 2, p. 202.
- [32] Vilches, *New World Gold*, p. 27.
- [33] A. Romero, S. Chilbert e M. Eisenhart, «Cubagua's Pearl-Oyster Beds: The First Depletion of a Natural Resource Caused by Europeans in the American Continent», *Journal of Political Ecology* 6 (1999), 57-78.
- [34] M. Drelichman e H.-J. Voth, «The Sustainable Debts of Philip II: A Reconstruction of Spain's Fiscal Position, 1560-1598», *Centre for Economic Policy Research*, Discussion Paper DP6611 (2007).
- [35] D. Fischer, *The Great Wave: Price Revolutions and the Rhythm of History* (Oxford, 1996). También D. Flynn, «Sixteenth-Century Inflation from a Production Point of View», in E. Marcus e N. Smukler (eds.), *Inflation through the Ages: Economic, Social, Psychological, and Historical Aspects* (Nova Iorque, 1983), pp. 157-169.
- [36] O. Gelderblom, *Cities of Commerce: The Institutional Foundations of International Trade in the Low Countries, 1250-1650* (Princeton, 2013).
- [37] J. Tracy, *A Financial Revolution in the Habsburg Netherlands: Renten and Renteniers in the County of Holland, 1515-1565* (Berkeley, 1985).
- [38] O. van Nimwegen, «*Deser landen krijchsvolck*». *Het Staatse leger en de militaire revoluties 1588-1688* (Amsterdão, 2006).
- [39] J. Israel, *The Dutch Republic: Its Rise, Greatness and Fall 1477-1806* (Oxford, 1995), pp. 308-312.
- [40] W. Fritschy, «The Efficiency of Taxation in Holland», in O. Gelderblom (ed.), *The Political Economy of the Dutch Republic* (2003), pp. 55-84.
- [41] C. Koot, *Empire at the Periphery: British Colonists, Anglo-Dutch Trade, and the Development of the British Atlantic, 1621-1713* (Nova Iorque, 2011), pp. 19-22; E. Sluitter, «Dutch-Spanish Rivalry in the Caribbean Area», *Hispanic American Historical Review* 28.2 (1948), 173-178.
- [42] Israel, *Dutch Republic*, pp. 320-321.
- [43] M. Echevarría Bacigalupe, «Un notable episodio en la guerra económica hispanoholandesa: El decreto Guana 1603», *Hispania: Revista española de historia* 162 (1986), 57-97; J. Israel, *Empires and Entrepôts: The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713* (Londres, 1990), p. 200.

- [44] R. Unger, «Dutch Ship Design in the Fifteenth and Sixteenth Centuries», *Viator* 4 (1973), 387-415.
- [45] A. Saldanha, «The Itineraries of Geography: Jan Huygen van Linschoten's Itinerario and Dutch Expeditions to the Indian Ocean, 1594-1602», *Annals of the Association of American Geographers* 101.1 (2011), 149-177.
- [46] K. Zandvliet, *Mapping for Money: Maps, Plans and Topographic Paintings and their Role in Dutch Overseas Expansion during the 16th and 17th Centuries* (Amsterdão, 1998), pp. 37-49, 164-189.
- [47] E. Beekman, *Paradijzen van Weeler. Koloniale Literatuur uit Nederlands-Indie, 1600-1950* (Amsterdão, 1988), p. 72.
- [48] D. Lach, *Asia in the Making of Europe*, 3 vols. (Chicago, 1977), 2, 492-545.
- [49] O. Gelderblom, «The Organization of Long-Distance Trade in England and the Dutch Republic, 1550-1650», in Gelderblom, *Political Economy of the Dutch Republic*, pp. 223-254.
- [50] J.-W. Veluwenkamp, «Merchant Colonies in the Dutch Trade System (1550-1750)», in K. Davids, J. Fritschy e P. Klein (eds.), *Kapitaal, ondernemerschap en beleid. Studies over economie en politiek in Nederland, Europe en Azie van 1500 tot heden* (Amsterdão, 1996), pp. 141-164.
- [51] Citado por C. Boxer, *The Dutch in Brazil 1624-1654* (Oxford, 1957), pp. 2-3.
- [52] Sobre Goa no início do século xvii, A. Gray e H. Bell (eds.), *The Voyage of Francois Pyrard of Laval to the East Indies, the Maldives, the Moluccas and Brazil*, 2 vols. (Londres, 1888), 2, pp. 2-139.
- [53] J. de Jong, *De waaier van het fortuin. De Nederlands in Asie de Indonesische archipel, 1595-1950* (Zoetermeer, 1998), p. 48.
- [54] K. Zandvliet, *The Dutch Encounter with Asia, 1600-1950* (Amsterdão, 2002), p. 152.
- [55] Ver aqui a antologia de ensaios in J. Postma (ed.), *Riches from Atlantic Commerce: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817* (Leiden, 2003).
- [56] J. van Dam, *Gedateerd Delfts aardwek* (Amsterdão, 1991); *idem, Dutch Delftware 1620-1850* (Amsterdão, 2004).
- [57] A. van der Woude, «The Volume and Value of Paintings in Holland at the Time of the Dutch Republic», in J. de Vries e D. Freedberg (eds.), *Art in History, History in Art: Studies in Seventeenth-Century Dutch Culture* (Santa Monica, 1991), pp. 285-330.
- [58] Ver em geral S. Schama, *The Embarrassment of Riches* (Nova Iorque, 1985); S. Slive, *Dutch Painting, 1600-1800* (New Haven, 1995).
- [59] T. Brook, *Vermeer's Hat: The Seventeenth Century and the Dawn of the Global World* (Londres, 2008), pp. 5-83.
- [60] *The Travels of Peter Mundy in Europe and Asia, 1608-1667*, ed. R. Temple, 5 vols. (Cambridge, 1907-1936), pp. 70-71; J. de Vries, *The Industrious Revolution: Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present* (Cambridge, 2008), p. 54.
- [61] J. Evelyn, *Diary of John Evelyn*, ed. E. de Beer, 6 vols. (Oxford, 1955), 1, pp. 39-40.
- [62] Ver aqui C. van Strien, *British Travellers in Holland during the Stuart Period: Edward Browne and John Locke as Tourists in the United Provinces* (Leiden, 1993).
- [63] G. Scammell, «After da Gama: Europe and Asia since 1498», *Modern Asian Studies* 34.3 (2000), 516.
- [64] Pedro de Cieza de León, *The Incas of Pedro de Cieza de Leon*, tr. H de Onis (1959), 52, p. 171.
- [65] *Ibid.*, 55, pp. 177-178.

- [66] S. Hill (ed.), *Bengal in 1756-7: A Selection of Public and Private Papers Dealing with the Affairs of the British in Bengal during the Reign of Siraj-uddaula*, 3 vols. (Londres, 1905), 1, pp. 3-5.
- [67] P. Perdue, «Empire and Nation in Comparative Perspective: Frontier Administration in Eighteenth-Century China», *Journal of Early Modern History* 5.4 (2001), 282; C. Tilly (ed.), *The Formation of National States in Western Europe* (Princeton, 1975), p. 15.
- [68] P. Hoffman, «Prices, the Military Revolution, and Western Europe's Comparative Advantage in Violence», *Economic History Review*, 64.1 (2011), 49-51.
- [69] Ver, por exemplo, A. Hall, *Isaac Newton: Adventurer in Thought* (Cambridge, 1992), pp. 152, 164-166, 212-216; L. Debnath, *The Legacy of Leonhard Euler: A Tricentennial Tribute* (Londres, 2010), pp. 353-358; P-L. Rose, «Galileo's Theory of Ballistics», *The British Journal for the History of Science* 4.2 (1968), 156-159, e, em geral, S. Drake, *Galileo at work: His Scientific Biography* (Chicago, 1978).
- [70] T. Hobbes, *Leviathan*, ed. N. Malcolm (Oxford, 2012).
- [71] A. Carlos e L. Neal, «Amsterdam and London as Financial Centers in the Eighteenth Century», *Financial History Review* 18.1 (2011), 21-27.
- [72] M. Bosker, E. Buringh e J. van Zanden, «From Baghdad to London: The Dynamics of Urban Growth and the Arab World, 800-1800», *Centre for Economic Policy Research*, Paper 6833 (2009), 1-38; W. Fritschy, «State Formation and Urbanization Trajectories: State Finance in the Ottoman Empire before 1800, as Seen from a Dutch Perspective», *Journal of Global History* 4 (2009), 421-422.
- [73] E. Kuipers, *Migrantenstad: Immigratie en Sociale Verbouwingen in 17e-Eeuws Amsterdam* (Hilversum, 2005).
- [74] W. Fritschy, «A "Financial Revolution" Reconsidered: Public Finance in Holland during the Dutch Revolt, 1568-1648», *Economic History Review* 56.1 (2003), 57-89; L. Neal, *The Rise of Financial Capitalism: International Capitalism in the Age of Reason* (Cambridge, 1990).
- [75] P. Malanima, *L'economia italiana: dalla crescita medievale alla crescita contemporanea* (Bolonha, 2002); *idem*, «The Long Decline of a Leading Economy: GDP in Central and Northern Italy, 1300-1913», *European Review of Economic History* 15 (2010), 169-219.
- [76] S. Broadberry e B. Gupta, «The Early Modern Great Divergence: Wages, Prices and Economic Development in Europe and Asia, 1500-1800», *Economic History Review* 59.1 (2006), 2-31; J. van Zanden, «Wages and the Standard of Living in Europe, 1500-1800», *European Review of Economic History* 3 (1999), 175-197.
- [77] Sir Dudley Carleton, «The English Ambassador's Notes, 1612», in D. Chambers e B. Pullan (eds.), *Venice: A Documentary History, 1450-1630* (Oxford, 1992), pp. 3-4.
- [78] G. Bistort (ed.), *Il magistrato alle pompe nella repubblica di Venezia* (Veneza, 1912), pp. 403-405, 378-381.
- [79] E. Chaney, *The Evolution of the Grand Tour: Anglo-Italian Cultural Relations since the Renaissance* (Portland, OR, 1998). Para os preços dos quadros, ver F. Etro e L. Pagani, «The Market for Paintings in Italy during the Seventeenth Century», *Journal of Economic History* 72.2 (2012), 414-438.
- [80] Ver por exemplo C. Vout, «Treasure, Not Trash: The Disney Sculpture and its Place in the History of Collecting», *Journal of the History of Collections* 24.3 (2012), 309-326. Aqui também V. Coltman, *Classical Sculpture and the Culture of Collecting in Britain since 1760* (Oxford, 2009).

[81] C. Hanson, *The English Virtuoso: Art, Medicine and Antiquarianism in the Age of Empiricism* (Chicago, 2009).

[82] Ver em geral P. Ayres, *Classical Culture and the Ideas of Rome in Eighteenth-Century England* (Cambridge, 1997).

14 Rota para o império

[1] D. Panzac, «International and Domestic Maritime Trade in the Ottoman Empire during the 18th Century», *International Journal of Middle East Studies* 24.2 (1992), 189-206; M. Genç, «A Study of the Feasibility of Using Eighteenth-Century Ottoman Financial Records as an Indicator of Economic Activity», in H. İslamoğlu-Inan (ed.), *The Ottoman Empire and the World-Economy* (Cambridge, 1987), pp. 345-373.

[2] Ver aqui S. White, *The Climate of Rebellion in the Early Modern Ottoman Empire* (Cambridge, 2011).

[3] T. Kuran, «The Islamic Commercial Crisis: Institutional Roots of Economic Underdevelopment in the Middle East», *Journal of Economic History* 63.2 (2003), 428-431.

[4] M. Kunt, *The Sultan's Servants: The Transformation of Ottoman Provincial Government, 1550-1650* (Nova Iorque, 1983), pp. 44-56.

[5] Schama, *Embarrassment of Riches*, pp. 330-335.

[6] Thomas Mun, *England's Treasure by Foreign Trade* (Londres, 1664), citado por de Vries, *Industrious Revolution*, p. 44.

[7] C. Parker, *The Reformation of Community: Social Welfare and Calvinist Charity in Holland, 1572-1620* (Cambridge, 1998).

[8] S. Pierson, «The Movement of Chinese Ceramics: Appropriation in Global History», *Journal of World History* 23.1 (2012), 9-39; S. Iwanisziw, «Intermarriage in Late-Eighteenth-Century British Literature: Currents in Assimilation and Exclusion», *Eighteenth-Century Life* 31.2 (2007), 56-82; F. Dabhoiwala, *The Origins of Sex: A History of the First Sexual Revolution* (Londres, 2012).

[9] W. Bradford, *History of Plymouth Plantation, 1606-1646*, ed. W. Davis (Nova Iorque, 1909), pp. 46-47.

[10] Sobre o êxodo para a América do Norte, A. Zakai, *Exile and Kingdom: History and Apocalypse in the Puritan Migration to America* (Cambridge, 1992); para o debate sobre as origens da Ação de Graças, G. Hodgson, *A Great and Godly Adventure: The Pilgrims and the Myth of the First Thanksgiving* (Nova Iorque, 2006).

[11] K. Chaudhari, *The Trading World of Asia and the English East India Company* (Cambridge, 2006).

[12] Gelderblom, «The Organization of Long-Distance Trade», 232-234.

[13] S. Groenveld, «The English Civil Wars as a Cause of the First Anglo-Dutch War, 1640–1652», *Historical Journal* 30.3 (1987), 541-566. Sobre a rivalidade entre ingleses e holandeses neste período, ver L. Jardine, *Going Dutch: How England Plundered Holland's Glory* (Londres, 2008).

[14] S. Pincus, *Protestantism and Patriotism: Ideologies and the Making of English Foreign Policy, 1650-1668* (Cambridge, 1996). Também C. Wilson, *Profit and Power: A Study of England and the Dutch Wars* (Londres, 1957).

[15] J. Davies, *Gentlemen and Taraulins: The Officers and Men of the Restoration Navy* (Oxford, 1991), p. 15.

[16] J. Glete, *Navies and Nations: Warships, Navies and State Building in Europe and America, 1500-1860*, 2 vols. (Estocolmo, 1993), pp. 192-195.

- [17] O livro de Witsen, *Aeloude en Hedendaegsche Scheeps-bouw en Bestier*, publicado em 1671, foi o volume mais influente do seu tempo. Para a cópia de Pepys, N. Smith *et al.*, *Catalogue of the Pepys Library at Magdalene College, Cambridge*, vol. 1 (1978), p. 193. O diarista desempenhou um papel proeminente na edificação do Christ's Hospital, que continua a ser uma das principais faculdades britânicas, E. Pearce, *Annals of Christ's Hospital* (Londres, 1901), pp. 99-126; para novos desenhos, ver B. Lavery (ed.), *Deane's Doctrine of Naval Architecture, 1670* (Londres, 1981).
- [18] D. Benjamin e A. Tifrea, «Learning by Dying: Combat Performance in the Age of Sail», *Journal of Economic History* 67.4 (2007), 968-1000.
- [19] E. Lazear e S. Rosen, «Rank-Order Tournaments as Optimum Labor Contracts», *Journal of Political Economy* 89.5 (1981), 841-864; ver também D. Benjamin e C. Thornberg, «Comment: Rules, Monitoring and Incentives in the Age of Sail», *Explorations in Economic History* 44.2 (2003), 195-211.
- [20] J. Robertson, «The Caribbean Islands: British Trade, Settlement, and Colonization», in L. Breen (ed.), *Converging Worlds: Communities and Cultures in Colonial America* (Abingdon, 2012), pp. 176-217.
- [21] P. Stern, «Rethinking Institutional Transformation in the Making of Empire: The East India Company in Madras», *Journal of Colonialism and Colonial History* 9.2 (2008), 1-15.
- [22] H. Bowen, *The Business of Empire: The East India Company and Imperial Britain, 1756-1833* (Cambridge, 2006).
- [23] H. Bingham, «Elihu Yale, Governor, Collector and Benefactor», *American Antiquarian Society. Proceedings* 47 (1937), 93-144; *idem*, *Elihu Yale: The American Nabob of Queen Square* (Nova Iorque, 1939).
- [24] J. Osterhammel, *China und die Weltgesellschaft* (1989), p. 112.
- [25] Ver por exemplo F. Perkins, *Leibniz and China: A Commerce of Light* (Cambridge, 2004).
- [26] Citado por S. Mentz, *The English Gentleman Merchant at Work: Madras and the City of London 1660-1740* (Copenhaga, 2005), p. 162.
- [27] Procópio, *The Wars*, 8.20, 5, pp. 264-266.
- [28] K. Matthews, «Britannus/Britto: Roman Ethnographies, Native Identities, Labels and Folk Devils», in A. Leslie, *Theoretical Roman Archaeology and Architecture: The Third Conference Proceedings* (1999), p. 15.
- [29] R. Fogel, «Economic Growth, Population Theory, and Physiology: The Bearing of Long-Term Processes on the Making of Economic Policy», *American Economic Review* 84.3 (1994), 369-395; J. Mokyr, «Why was the Industrial Revolution a European Phenomenon?», *Supreme Court Economic Review* 10 (2003), 27-63.
- [30] J. de Vries, «Between Purchasing Power and the World of Goods: Understanding the Household Economy in Early Modern Europe», in J. Brewer e R. Porter (eds.), *Consumption and the World of Goods* (1993), pp. 85-132; *idem*, *The Industrious Revolution*; H.-J. Voth, «Time and Work in Eighteenth-Century London», *Journal of Economic History* 58 (1998), 29-58.
- [31] N. Voigtländer e H.-J. Voth, «Why England? Demographic Factors, Structural Change and Physical Capital Accumulation during the Industrial Revolution», *Journal of Economic Growth* 11 (2006), 319-361; L. Stone, «Social Mobility in England, 1500-1700», *Past & Present* 33 (1966), 16-55; ver também P. Fichtner, *Protestantism and Primogeniture in Early Modern Germany* (Londres, 1989), para um juízo sobre a ligação entre religião e primogenitura.
- [32] K. Karaman e S. Pamuk, «Ottoman State Finances in European Perspective, 1500-1914», *Journal of Economic History* 70.3 (2010), 611-612.

- [33] G. Ames, «The Role of Religion in the Transfer and Rise of Bombay», *Historical Journal* 46.2 (2003), 317-340.
- [34] J. Flores, «The Sea and the World of the Mutasaddi: A Profile of Port Officials from Mughal Gujarat (c.1600-1650)», *Journal of the Royal Asiatic Society* 3.21 (2011), 55-71.
- [35] Tūzuk-i-Jahāngīrī, tr. W. Thackston, *The Jahangirnama: Memoirs of Jahangir, Emperor of India* (Oxford, 1999), p. 108.
- [36] A. Loomba, «Of Gifts, Ambassadors, and Copy-cats: Diplomacy, Exchange and Difference in Early Modern India», in B. Charry e G. Shahani (eds.), *Emissaries in Early Modern Literature and Culture: Mediation, Transmission, Traffic, 1550-1700* (Aldershot, 2009), pp. 43-45 e passim.
- [37] Rev. E. Terry, *A Voyage to East India* (Londres, 1655), p. 397, citado por T. Foster, *The Embassy of Sir Thomas Roe to India* (Londres, 1926), pp. 225-226, n. 1. O viajante Peter Mundy viu dois dodós quando visitou Surat, que também podem ter sido presentes de mercadores dispostos a granjear os favores de Jahāngīr, *Travels of Peter Mundy*, 2, p. 318.
- [38] L. Blussé, *Tribuut aan China. Vier eeuwen Nederlands-Chinese betrekkingen* (Amsterdão, 1989), pp. 84-87.
- [39] Para a lista de presentes, J. Vogel (ed.), *Journal van Ketelaar's hofreis naar den Groot Mogol te Lahore* (Haia, 1937), pp. 357-393; A. Topsfield, «Ketelaar's Embassy and the Farengi Theme in the Art of Udaipur», *Oriental Art* 30.4 (1985), 350-367.
- [40] Para detalhes da pesagem, ver *Shah Jahan Nama*, p. 28; Jean de Thévenot, que viajou para a Índia no século XVII, providencia um relato vívido da cerimónia de pesagem, in S. Sen, *Indian Travels of Thevenot and Careri* (Nova Deli, 1949), 26, pp. 66-67.
- [41] P. Mundy, *Travels*, pp. 298-300.
- [42] N. Manucci, *A Pepys of Mogul India, 1653-1708: Being an Abridged Edition of the «Storia do Mogor» of Niccolao Manucci* (Nova Deli, 1991), pp. 189, 197.
- [43] J. Gommans, «Mughal India and Central Asia in the Eighteenth Century: An Introduction to a Wider Perspective», *Itinerario* 15.1 (1991), 51-70. Sobre o pagamento de tributos, ver J. Spain, *The Pathan Borderland* (Haia, 1963), pp. 32-34; ver também C. Noelle, *State and Tribe in Nineteenth-Century Afghanistan: The Reign of Amir Dost Muhamad Khan (1826-1863)* (Londres, 1997), p. 164.
- [44] S. Levi, «The Ferghana Valley at the Crossroads of World History: The Rise of Khoqand 1709-1822», *Journal of Global History* 2 (2007), 213-232.
- [45] S. Levi, «India, Russia and the Eighteenth-Century Transformation of the Central Asian Caravan Trade», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 42.4 (1999), 519-548.
- [46] Ver I. McCabe, *Shah's Silk for Europe's Silver: The Eurasian Trade of the Julfa Armenians in Safavid Iran and India, 1530-1750* (Atlanta, 1999). Ver também B. Bhattacharya, «Armenian European Relationship in India, 1500-1800: No Armenian Foundation for European Empire?», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 48.2 (2005), 277-322.
- [47] S. Delgoda, «“Nabob, Historian and Orientalist”: Robert Orme: The Life and Career of an East India Company Servant (1728-1801)», *Journal of the Royal Asiatic Society* 2.3 (1992), 363-364.
- [48] Citado por T. Nechtman, «A Jewel in the Crown? Indian Wealth in Domestic Britain in the Late Eighteenth Century», *Eighteenth-Century Studies* 41.1 (2007), 73.
- [49] A. Bewell, *Romanticism and Colonial Disease* (Baltimore, 1999), p. 13.
- [50] T. Bowrey, *Geographical Account of Countries around the Bay of Bengal 1669 to 1679*, ed. R Temple (Londres, 1905), pp. 80-81.
- [51] C. Smylitopoulos, «Rewritten and Reused: Imagining the Nabob through “Upstart Iconography”», *Eighteenth-Century Life* 32.2 (2008), 39-59.

- [52] P. Lawson, *The East India Company: A History* (Londres, 1993), p. 120.
- [53] Nechtman, «Indian Wealth in Domestic Britain», 76.
- [54] E. Burke, *The Writings and Speeches of Edmund Burke*, ed. W. Todd, 9 vols. (Oxford, 2000), 5, p. 403.
- [55] D. Forrest, *Tea for the British: The Social and Economic History of a Famous Trade* (Londres, 1973), Consumo de chá na Grã-Bretanha, Apêndice II, Quadro 1, p. 284.
- [56] Sobre Bengala, R. Datta, *Society, Economy and the Market: Commercialization in Rural Bengal, c. 1760-1800* (Nova Deli, 2000); R. Harvey, *Clive: The Life and Death of a British Emperor* (Londres, 1998).
- [57] P. Marshall, *East India Fortunes: The British in Bengal in the Eighteenth Century* (Oxford, 1976), p. 179.
- [58] J. McLane, *Land and Local Kingship in Eighteenth-Century Bengal* (Cambridge, 1993), pp. 194-207.
- [59] Ver N. Dirks, *Scandal of Empire: India and the Creation of Imperial Britain* (Cambridge, MA, 2006), pp. 15-17.
- [60] P. Lawson, *The East India Company: A History* (Nova Iorque, 1993).
- [61] J. Fichter, *So Great a Proffit: How the East Indies Trade Transformed Anglo-American Capitalism* (Cambridge, MA, 2010), pp. 7-30.
- [62] Cartas dos habitantes de Boston queixavam-se, ao longo dos meses posteriores, que «o sabor do peixe está alterado», alimentando medos de que o chá «tivesse contaminado a água do porto e que os peixes tivessem contraído uma doença à semelhança das queixas nervosas do corpo humano», *Virginia Gazette*, 5 de maio de 1774.
- [63] Citado por Dirks, *Scandal*, p. 17.

15 Rota para a crise

- [1] K. Marx, *Secret Diplomatic History of the Eighteenth Century*, ed. L. Hutchinson (Londres, 1969).
- [2] A. Kappeler, «Czarist Policy toward the Muslims of the Russian Empire», in A. Kappeler, G. Simon e G. Brunner (eds.), *Muslim Communities Reemerge: Historical Perspectives on Nationality, Politics, and Opposition in the Former Soviet Union and Yugoslavia* (Durham, NC, 1994), pp. 141-156; também D. Brower e E. Lazzerini, *Russia's Orient: Imperial Borderlands and Peoples, 1700-1917* (Bloomington, IN, 1997).
- [3] As melhores sinopses gerais da expansão da Rússia são de M. Khodarkovsky, *Russia's Steppe Frontier: The Making of a Colonial Empire, 1500-1800* (Bloomington, IN, 2002); J. Kusber, «“Entdecker” und “Entdeckte”: Zum Selbstverständnis von Zar und Elite im frühneuzeitlichen Moskauer Reich zwischen Europa und Asien», *Zeitschrift für Historische Forschung* 34 (2005), 97-115.
- [4] J. Bell, *Travels from St Petersburg in Russia to Various Parts of Asia* (Glasgow, 1764), p. 29; M. Khodarkovsky, *Where Two Worlds Met: The Russian State and the Kalmyk Nomads 1600-1771* (Londres, 1992).
- [5] A. Kahan, «Natural Calamities and their Effect upon the Food Supply in Russia», *Jahrbucher für Geschichte Osteuropas* 16 (1968), 353-377; J. Hittle, *The Service City: State and Townsman in Russia, 1600-1800* (Cambridge, MA, 1979), pp. 3-16; P. Brown, «How Muscovy Governed: Seventeenth-Century Russian Central Administration», *Russian History* 36 (2009), 467-468.

- [6] L. de Bourrienne, *Memoirs of Napoleon Bonaparte*, ed. R. Phipps, 4 vols. (Nova Iorque, 1892), 1, p. 179.
- [7] J. Cole, *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East* (Nova Iorque, 2007), pp. 213-215.
- [8] C. de Gardane, *Mission du General Gardane en Perse* (Paris, 1865). Sobre França e a Pérsia neste período em geral e sobre a tentativa de usar a relação como uma ponte para a Índia, I. Amini, *Napoleon et la Perse: les relations franco-persanes sous le Premier Empire dans le contexte des rivalites entre la France et la Russie* (Paris, 1995).
- [9] Ouseley para Wellesley, 30 de abril de 1810, FO 60/4.
- [10] Ouseley para Wellesley, 30 de novembro de 1811, FO 60/6.
- [11] Para este episódio v. A. Barrett, «A Memoir of Lieutenant-Colonel Joseph d'Arcy, R.A., 1780-1848», *Iran* 43 (2005), 241-247.
- [12] *Ibid.*, 248-253.
- [13] Ouseley para Castlereagh, 16 de janeiro de 1813, FO 60/8.
- [14] Abul Hassan para Castlereagh, 6 de junho de 1816, FO 60/11.
- [15] A. Postnikov, «The First Russian Voyage around the World and its Influence on the Exploration and Development of Russian America», *Terrae Incognitae* 37 (2005), 60-61.
- [16] S. Fedorovna, *Russkaya Amerika v 'zapiskakh' K. T. Khlebnikova* (Moscovo, 1985).
- [17] M. Gammer, «Russian Strategy in the Conquest of Chechnya and Dagestan, 1825-59», in M. Broxup (ed.), *The North Caucasus Barrier: The Russian Advance towards the Muslim World* (Nova Iorque, 1992), pp. 47-61; para Shamil, S. Kaziev, *Imam Shamil* (Moscovo, 2001).
- [18] Para a tradução dos poemas, ver M. Pushkin, *Eugene Onegin and Four Tales from Russia's Southern Frontier*, tr. R. Clark (Londres, 2005), pp. 131-140; L. Kelly, *Lermontov: Tragedy in the Caucasus* (Londres, 2003), pp. 207-208.
- [19] M. Orlov, *Kapituliatsiia Parizha. Politicheskie sochinennii. Pis'ma* (Moscovo, 1963), p. 47.
- [20] P. Chaadev, *Lettres philosophiques*, 3 vols. (Paris, 1970), pp. 48-57.
- [21] S. Becker, «Russia between East and West: The Intelligentsia, Russian National Identity and the Asian Borderlands», *Central Asian Survey* 10.4 (1991), 51-52.
- [22] T. Levin, *The Hundred Thousand Fools of God: Musical Travels in Central Asia* (Bloomington, IN, 1996), pp. 13-15; o poema sinfónico de Borodin é geralmente traduzido para português como *Nas Estepes da Ásia Central*.
- [23] J. MacKenzie, *Orientalism: History, Theory and the Arts* (Manchester, 1995), pp. 154-156.
- [24] F. Dostoiévski, *What is Asia to Us?*, ed. e tr. M. Hauner (Londres, 1992), p. 1.
- [25] Broxup, *North Caucasus Barrier*, p. 47; J. Baddeley, *The Russian Conquest of the Caucasus* (Londres, 1908), pp. 152-163.
- [26] L. Kelly, *Diplomacy and Murder in Teheran: Alexandre Griboyedov and Imperial Russia's Mission to the Shah of Persia* (Londres, 2002). Para as opiniões de Griboyedov, ver S. Shostakovich, *Diplomatscheskaia deiatel'nost'* (Moscovo, 1960).
- [27] «Peridskoe posol'stvo v Rossii 1828 goda», *Russkii Arkhiv* 1 (1889), 209-260.
- [28] Citado por W. Dalrymple, *Return of a King: The Battle for Afghanistan* (Londres, 2013), pp. 50-51.
- [29] J. Norris, *The First Afghan War 1838-42* (Cambridge, 1967); M. Yapp, *Strategies of British India: Britain, Iran and Afghanistan 1798-1850* (Oxford, 1980), pp. 96-152; C. Allworth, *Central Asia: A Century of Russian Rule* (Nova Iorque, 1967), pp. 12-24.
- [30] Palmerston para Lamb, 22 de maio de 1838, Beauvale Papers, MS 60466; D. Brown, *Palmerston: A Biography* (Londres, 2010), p. 216.

- [31] Palmerston para Lamb, 22 de maio de 1838, citado em D. Brown, *Palmerston: A Biography* (Londres, 2010), p. 216.
- [32] Palmerston para Lamb, 23 de junho de 1838, in *ibid.*, pp. 216-217.
- [33] S. David, *Victoria's Wars: The Rise of Empire* (Londres, 2006), pp. 15-47; A. Burnes, *Travels into Bokhara. Being an account of a Journey from India to Cabool, Tartary and Persia*, 3 vols. (Londres, 1834). Para o assassinio de Burnes, Dalrymple, *Return of a King*, pp. 30-35.
- [34] W. Yapp, «Disturbances in Eastern Afghanistan, 1839-42», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 25.1 (1962), 499-523; *idem*, «Disturbances in Western Afghanistan, 1839-42», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 26.2 (1963), 288-313; Dalrymple, *Return of a King*, pp. 378-388.
- [35] A. Conolly para Rawlinson 1839; ver S. Brysac e K. Mayer, *Tournament of Shadows: The Great Game and the Race for Empire in Asia* (Londres, 2006).
- [36] «Proceedings of the Twentieth Anniversary Meeting of the Society», *Journal of the Royal Asiatic Society* 7 (1843), x-xi. Para Stoddart, Conolly e outros, P. Hopkirk, *The Great Game: On Secret Service in High Asia* (Londres, 2001).
- [37] H. Hopkins, *Charles Simeon of Cambridge* (Londres, 1977), p. 79.
- [38] J. Wolff, *Narrative of a Mission to Bokhara: In the Years 1843-1845*, 2 vols. (Londres, 1845); sobre Wolff, H. Hopkins, *Sublime Vagabond: The Life of Joseph Wolff – Missionary Extraordinary* (Worthing, 1984), pp. 286-322.
- [39] A. Levshin, *Opisanie Kirgiz-Kazachikh, ili Kirgiz-kaisatskikh, ord i stepei* (Almaty, 1996) 13, p. 297.
- [40] Burnes, *Travels into Bokhara*, 11, 2, p. 381.
- [41] R. Shukla, *Britain, India and the Turkish Empire, 1853-1882* (Nova Deli, 1973), p. 27.
- [42] O. Figes, *Crimea: The Last Crusade* (Londres, 2010), p. 52.
- [43] Sobre França, ver M. Racagni, «The French Economic Interests in the Ottoman Empire», *International Journal of Middle East Studies* 11.3 (1980), 339-376.
- [44] W. Baumgart, *The Peace of Paris 1856: Studies in War, Diplomacy and Peacemaking*, tr. A. - Pottinger Saab (Oxford, 1981), pp. 113-116, 191-194.
- [45] K. Marx, *The Eastern Question: A Reprint of Letters Written 1853-1856 Dealing with the Events of the Crimean War* (Londres, 1969); *idem*, *Dispatches for the New York Tribune: Selected Journalism of Karl Marx*, ed. F. Wheen e J. Ledbetter (Londres, 2007).
- [46] G. Ameil, I. Nathan e G.-H. Soutou, *Le Congres de Paris (1856): un evenement fondateur* (Bruxelas, 2009).
- [47] P. Levi, «Il monumento dell'unità Italiana», *La Lettura*, 4 de abril de 1904; T. Kirk, «The Political Topography of Modern Rome, 1870-1936: Via XX Settembre to Via dell'Impero», in D. Caldwell e L. Caldwell (eds.), *Rome: Continuing Encounters between Past and Present* (Farnham, 2011), pp. 101-128.
- [48] Figes, *Crimea*, pp. 411-424; Baumgart, *Peace of Paris*, pp. 113-116.
- [49] D. Moon, *The Abolition of Serfdom in Russia, 1762-1907* (Londres, 2001), p. 54.
- [50] E. Brooks, «Reform in the Russian Army, 1856-1861», *Slavic Review* 43.1 (1984), 63-82.
- [51] Sobre a servidão na Rússia, ver T. Dennison, *The Institutional Framework of Russian Serfdom* (Cambridge, 2011). Sobre a crise bancária, S. Hoch, «Bankovskii krizis, krest'ianskaya reforma i vykupnaya operatsiya v Rossii, 1857-1861», in L. Zakharova, B. Eklof e J. Bushnell (eds.), *Velikie reformy v Rossii, 1856-1874* (Moscovo, 1991), pp. 95-105.

[52] Nikolai Miliutin, vice-ministro do Interior, avisara, em 1856, que a abolição da servidão não era apenas uma prioridade, mas uma necessidade: se não se agisse, haveria motins e possivelmente uma revolução na província. *Gosudarstvennyi arkhiv Rossiiskoi Federatsii*, 722, op. 1, d. 230, citado por L. Zakharova, «The Reign of Alexander II: A Watershed?», in *The Cambridge History of Russia*, ed. D. Lieven (Cambridge, 2006), p. 595.

[53] V. Fedorov, *Istoriya Rossii XIX–nachala XX v.* (Moscovo, 1998), p. 295; P. Gatrell, «The Meaning of the Great Reforms in Russian Economic History», in B. Eklof, J. Bushnell e L. Zakharovna (eds.), *Russia's Great Reforms, 1855-1881* (Bloomington, IN, 1994), p. 99.

[54] N. Ignat'ev, *Missiya v' Khivu i Bukharu v' 1858 godu* (Sampetersburgo, 1897), p. 2.

[55] *Ibid.*

[56] Alcock para Russell, 2 de agosto de 1861, FO Confidential Print 1009 (3), FO 881/1009.

[57] A. Grinev, «Russian Politarism as the Main Reason for the Selling of Alaska», in K. Matsuzato (ed.), *Imperiology: From Empirical Knowledge to Discussing the Russian Empire* (Sapporo, 2007), pp. 245-258.

16 Rota para a guerra

[1] W. Mosse, «The End of the Crimean System: England, Russia and the Neutrality of the Black Sea, 1870-181», *Historical Journal* 4.2 (1961), 164-172.

[2] *Spectator*, 14 de novembro de 1870.

[3] W. Mosse, «Public Opinion and Foreign Policy: The British Public and the War-Scare of November 1870», *Historical Journal* 6.1 (1963), 38–58.

[4] Rumbold para Granville, 19 de março de 1871, FO 65/820, no. 28, p. 226; Mosse, «End to the Crimean System», 187.

[5] Lorde Granville, Câmara dos Lordes, 8 de fevereiro de 1876, Hansard, 227, 19.

[6] Rainha Vitória para Disraeli, Hughenden Papers, 23 de julho 1877; L. Knight, «The Royal Titles Act and India», *Historical Journal* 11.3 (1968), 493.

[7] Robert Lowe, Câmara dos Comuns, 23 de março de 1876, Hansard, 228, 515-516.

[8] Sir William Fraser, Câmara dos Comuns, 16 de março de 1876, Hansard, 228, 111; Benjamin Disraeli, Câmara dos Comuns, 23 de março, Hansard, 227, 500.

[9] Knight, «Royal Titles Act», 494.

[10] L. Morris, «British Secret Service Activity in Khorasan, 1887-1908», *Historical Journal* 27.3 (1984), 662-670.

[11] Disraeli para Salisbury, 1 de abril de 1877, W. Monypenny e G. Buckle (eds.), *The Life of Benjamin Disraeli, Earl of Beaconsfield* (Londres, 1910-1920), 6, p. 379.

[12] B. Hopkins, «The Bounds of Identity: The Goldsmid Mission and Delineation of the Perso-Afghan Border in the Nineteenth Century», *Journal of Global History* 2.2 (2007), 233-254.

[13] R. Johnson, «“Russians at the Gates of India”? Planning the Defence of India, 1885-1900», *Journal of Military History* 67.3 (2003), 705.

[14] *Ibid.*, 714-718.

[15] Esquema do general Kuropatkin para um avanço russo sobre a Índia, junho de 1886, CID 7D, CAB 6/1.

[16] Johnson, «“Russians at the Gates of India”», 734-739.

[17] G. Curzon, *Russia in Central Asia in 1889 and the Anglo-Russian Question* (Londres, 1889), pp. 314-315.

- [18] A. Morrison, «Russian Rule in Turkestan and the Example of British India, c. 1860-1917», *Slavonic and East European Review* 84.4 (2006), 674-676.
- [19] B. Penati, «Notes on the Birth of Russian Turkestan's Fiscal System: A View from the Fergana Oblast'», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 53 (2010), 739-769.
- [20] D. Brower, «Russian Roads to Mecca: Religious Tolerance and Muslim Pilgrimage in the Russian Empire», *Slavic Review* 55.3 (1996), 569-570.
- [21] M. Terent'ev, *Rossiya i Angliya v Srednei Azii* (Sampetersburgo, 1875), p. 361.
- [22] Morrison, «Russian Rule in Turkestan», 666-707.
- [23] *Dnevnik P. A. Valueva, ministra vnutrennikh del*, ed. P. Zaionchkovskii, 2 vols. (Moscow, 1961), 2, pp. 60-61.
- [24] M. Sladkovskii, *History of Economic Relations between Russia and China: From Modernization to Maoism* (New Brunswick, 2008), pp. 119-129; C. Paine, *Imperial Rivals: China, Russia and their Disputed Frontier, 1858-1924* (Nova Iorque, 1996), p. 178.
- [25] B. Anan'ich e S. Beliaev, «St Petersburg: Banking Center of the Russian Empire», in W. - Brumfield, B. Anan'ich e Y. Petrov (eds.), *Commerce in Russian Urban Culture, 1861-1914* (Washington, DC, 2001), pp. 15-17.
- [26] P. Stolypin, *Rechy v Gosudarstvennoy Dume (1906-11)* (Petrogrado, 1916), p. 132.
- [27] E. Backhouse e J. Blood, *Annals and Memoirs of the Court of Peking* (Boston, 1913), pp. 322-331.
- [28] M. Mosca, *From Frontier Policy to Foreign Policy: The Question of India and the Transformation of Geopolitics in Qing China* (Stanford, CA, 2013).
- [29] R. Newman, «Opium Smoking in Late Imperial China: A Reconsideration», *Modern Asian Studies* 29.4 (1995), 765-794.
- [30] J. Polachek, *The Inner Opium War* (Cambridge, MA, 1991).
- [31] C. Pagani, «Objects and the Press: Images of China in Nineteenth-Century Britain», in J. Codell (ed.), *Imperial Co-Histories: National Identities and the British and Colonial Press* (Madison, NJ, 2003), p. 160.
- [32] Memorando de lorde Northbrook para o governo, 20 de maio de 1885, FO 881/5207, n.º 29, p. 11. V. aqui I. Nish, «Politics, Trade and Communications in East Asia: Thoughts on Anglo-Russian Relations, 1861-1907», *Modern Asian Studies* 21.4 (1987), 667-678.
- [33] D. Drube, *Russo-Indian Relations, 1466-1917* (Nova Iorque, 1970), pp. 215-216.
- [34] Lorde Roberts, «The North-West Frontier of India. An Address Delivered to the Officers of the Eastern Command on 17th November, 1905», *Royal United Services Institution Journal* 49.334 (1905) 1355.
- [35] Sumário do panfleto Rittich em «Railways in Persia», Part I, p. 2, sir Charles Scott para o Marquês de Salisbury, Sampetersburgo, 2 de maio 1900, FO 65/1599. Aqui também P. Kennedy e J. Siegel, *Endgame: Britain, Russia and the Final Struggle for Central Asia* (Londres, 2002), p. 4.
- [36] «Memorandum by Mr. Charles Hardinge», p. 9, ao Marquês de Salisbury, Sampetersburgo, 2 de maio de 1900, FO 65/1599.
- [37] Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Simla, para Residente Político, Golfo Pérsico, julho de 1899, FO 60/615.
- [38] R. Greaves, «British Policy in Persia, 1892-1903 II», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 28.2 (1965), 284-288.
- [39] Durand para Salisbury, 27 de janeiro de 1900, FO 60/630.

- [40] Minuta do vice-rei sobre Sistão, 4 de setembro de 1899, FO 60/615, p. 7. Para as propostas das novas redes de comunicação, «Report on preliminary survey of the Route of a telegraph line from Quetta to the Persian frontier», 1899, FO 60/615.
- [41] R. Greaves, «Sistan in British Indian Frontier Policy», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 49.1 (1986), 90-91.
- [42] Lorde Curzon para lorde Lansdowne, 15 de junho de 1901, Lansdowne Papers, citado por Greaves, «British Policy in Persia», 295.
- [43] Lorde Salisbury para lorde Lansdowne, 18 de outubro de 1901, Lansdowne Papers, citado por Greaves, «British Policy in Persia», 298.
- [44] Lorde Ellenborough, Câmara dos Lordes, 5 de maio de 1903, Hansard, 121, 1341.
- [45] Lorde Lansdowne, Câmara dos Lordes, 5 de maio de 1903, Hansard, 121, 1348.
- [46] Greaves, «Sistan in British Indian Frontier Policy», 90-102.
- [47] Interesses Britânicos na Pérsia, 22 de janeiro de 1902, Hansard, 101, 574-628; Duque de Ronaldshay, Câmara dos Comuns, 17 de fevereiro de 1908, Hansard, 184, 500-501.
- [48] Rei Eduardo VII para Lansdowne, 20 de outubro de 1901, citado por S. Lee, *King Edward VII*, 2 vols. (Nova Iorque, 1935-1937), 2, pp. 154-155.
- [49] S. Gwynn, *The Letters and Friendships of Sir Cecil Spring-Rice*, 2 vols. (Boston, 1929), 2, p. 85; M. Habibi, «France and the Anglo-Russian Accords: The Discreet Missing Link», *Iran* 41 (2003), 292.
- [50] Relatório de um comité designado para considerar a defesa militar na Índia, 24 de dezembro de 1901, CAB 6/1; K. Neilson, *Britain and the Last Tsar: British Policy and Russia, 1894-1917* (Oxford, 1995), p. 124.
- [51] Stevens para Lansdowne, 12 de março de 1901, FO 248/733.
- [52] Morley para Minto, 12 de março de 1908, citado por S. Wolpert, *Morley and India, 1906-1910* (Berkeley, 1967), p. 80.
- [53] W. Robertson para DGMI, secreto, 10 de novembro de 1902, Robertson Papers, I/2/4, in Neilson, *Britain and the Last Tsar*, p. 124.
- [54] S. Cohen, «Mesopotamia in British Strategy, 1903-1914», *International Journal of Middle East Studies* 9.2 (1978), 171-174.
- [55] Neilson, *Britain and the Last Tsar*, pp. 134-135.
- [56] *The Times*, 21 de outubro de 1905.
- [57] H.-U. Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, 5 vols. (Munique, 2008), 3, pp. 610-612.
- [58] C. Clark, *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914* (Londres, 2012), p. 130.
- [59] F. Tomaszewski, *A Great Russia: Russia and the Triple Entente, 1905-1914* (Westport, CT, 2002); M. Soroka, *Britain, Russia and the Road to the First World War: The Fateful Embassy of Count Aleksandr Benckendorff (1903-16)* (Farnham, 2011).
- [60] Minuta de Grey, FO 371/371/26042.
- [61] G. Trevelyan, *Grey of Fallodon* (Londres, 1937), p. 193.
- [62] Hardinge para de Salis, 29 de Dezembro de 1908, Hardinge MSS, vol. 30.
- [63] K. Wilson, «Imperial Interests in the British Decision for War, 1914: The Defence of India in Central Asia», *Review of International Studies* 10 (1984), 190-192.
- [64] Nicolson para Hardinge, 18 de abril de 1912, Hardinge MSS, vol. 92.
- [65] Grey para Nicholson, 19 de março de 1907; memorando, sir Edward Grey, 15 de março de 1907, FO 418/38.

- [66] Clark, *Sleepwalkers*, pp. 85, 188; H. Afflerbach, *Der Dreibund. Europäische Grossmacht- und Allianz-politik vor dem Ersten Weltkrieg* (Viena, 2002), pp. 628-632.
- [67] Grey para Nicolson, 18 de abril de 1910, in G. Gooch e H. Temperley (eds.), *British Documents on the Origins of the War, 1898-1914*, 11 vols. (Londres, 1926-1938), 6, p. 461.
- [68] Citado por B. de Siebert, *Entente Diplomacy and the World* (Nova Iorque, 1921), p. 99.
- [69] I. Klein, «The Anglo-Russian Convention and the Problem of Central Asia, 1907-1914», *Journal of British Studies* 11.1 (1971), esp. 140-143.
- [70] Grey para Buchanan, 18 de março de 1914, Grey MSS, FO 800/74, pp. 272-273.
- [71] Nicolson para Grey, 24 de março de 1909, FO 800/337, p. 312; K. Wilson, *The Policy of the Entente: Essays on the Determinants of British Foreign Policy* (Cambridge, 1985), p. 38.
- [72] Nicolson para Grey, 24 de março de 1909, FO 800/337, p. 312.
- [73] Citado por N. Ferguson, *The Pity of War* (Londres, 1998), p. 73.
- [74] Citado por K. Wilson, *Empire and Continent: Studies in British Foreign Policy from the 1880s to the First World War* (Londres, 1987), pp. 144-145; G. Schmidt, «Contradictory Postures and Conflicting Objectives: The July Crisis», in G. Schöllgen, *Escape into War? The Foreign Policy of Imperial Germany* (Oxford, 1990), p. 139.
- [75] Citado por R. MacDaniel, *The Shuster Mission and the Persian Constitutional Revolution* (Minneapolis, 1974), p. 108.
- [76] T. Otte, *The Foreign Office Mind: The Making of British Foreign Policy, 1965-1914* (Cambridge, 2011), p. 352.
- [77] Bertie para Mallet, 11 de junho de 1904, respondendo a Mallet para Bertie, 2 de junho de 1904, FO 800/176.
- [78] O plano Schlieffen é controverso – no seu contexto e data precisa de composição, e no seu uso na escalada para a Primeira Guerra Mundial. Ver G. Gross, «There was a Schlieffen Plan: New Sources on the History of German Military Planning», *War in History* 15 (2008), 389-431; T. Zuber, *Inventing the Schlieffen Plan* (Oxford, 2002); e *idem*, *The Real German War Plan* (Stroud, 2011).
- [79] J. Sanborn, *Imperial Apocalypse: The Great War and the Destruction of the Russian Empire* (Oxford, 2014), p. 25. Para o Plano 19 e suas variantes, ver também I. Rostunov, *Russki front pervoi mirovoi voyny* (Moscou, 1976), pp. 91-92.
- [80] Kaiser Guilherme para Morley, 3 de novembro de 1907, citado por Cohen, «British Strategy in Mesopotamia», 176. Para o envolvimento do Kaiser na ferrovia, ver J. Röhl, *Wilhelm II: Into the Abyss of War and Exile, 1900-1914*, tr. S. de Bellaigue e R. Bridge (Cambridge, 2014), pp. 90-95.
- [81] R. Zilch, *Die Reichsbank und die finanzielle Kriegsvorbereitung 1907 bis 1914* (Berlim, 1987), pp. 83-88.
- [82] A. Hitler, *Mein Kampf* (Londres, repr. 2007), p. 22. Ver aqui B. Rubin e W. Schwanitz, *Nazis, Islamists, and the Making of the Modern Middle East* (New Haven, 2014), pp. 22-25.
- [83] D. Hoffmann, *Der Sprung ins Dunkle oder wie der I. Weltkrieg entfesselt wurde* (Leipzig, 2010), pp. 325-330; também A. Mombauer, *Helmuth von Moltke and the Origins of the First World War* (Cambridge, 2001), pp. 172-174.
- [84] R. Musil, «Europäertum, Krieg, Deutschtum», *Die neue Rundschau* 25 (1914), 1303.
- [85] W. Le Queux, *The Invasion of 1910* (Londres, 1906); Andrew, *Defence of the Realm*, p. 8; Ferguson, *Pity of War*, pp. 1-11.
- [86] «Britain scared by Russo-German deal», *New York Times*, 15 de janeiro de 1911. Ver também D. Lee, *Europe's Crucial Years: The Diplomatic Background of World War 1, 1902-1914* (Hanover, NH, 1974), pp. 217-220.

- [87] A. Mombauer, *Helmuth von Moltke and the Origins of the First World War* (Cambridge, 2001), p. 120.
- [88] R. Bobroff, *Roads to Glory: Late Imperial Russia and the Turkish Straits* (Londres, 2006), pp. 52-55.
- [89] Grigorevich para Sazonov, 19 de janeiro de 1914, in *Die Internationalen Beziehungen im Zeitalter des Imperialismus*, 8 vols. (Berlim, 1931-1943), Série 3, 1, pp. 45-47, citado por Clark, *Sleepwalkers*, p. 485. Ver também M. Aksakal, *The Ottoman Road to War in 1914: The Ottoman Empire and the First World War* (Cambridge, 2008), pp. 42-56.
- [90] S. McMeekin, *The Russian Origins of the First World War* (Cambridge, MA, 2011), pp. 29, 36-38.
- [91] Girs para Sazonov, 13 de novembro de 1913, citado por McMeekin, *Russian Origins*, pp. 30-31.
- [92] W. Kampen, *Studien zur deutschen Türkeipolitik in der Zeit Wilhelms II* (Kiel, 1968), 39-57; M. Fuhrmann, *Der Traum vom deutschen Orient: Zwei deutsche Kolonien im Osmanischen Reich, 1851-1918* (Frankfurt-am-Main, 2006).
- [93] Ver J. Röhl, *The Kaiser and his Court: Wilhelm II and the Government of Germany*, tr. T. Cole (Cambridge, 1996), pp. 162-189.
- [94] Nicolson para Goschen, 5 de maio de 1914, FO 800/374.
- [95] Para a transfusão, A. Hustin, «Principe d'une nouvelle méthode de transfusion muqueuse», *Journal Medical de Bruxelles* 2 (1914), 436; para os fogos florestais, Z. Frenkel, «Zapiski o zhiznennom puti», *Voprosy istorii* 1 (2007), 79; para o futebol alemão, C. Bausenwein, *Was ist Was: Fussballbuch* (Nuremberga, 2008), p. 60; A. Meynell, «Summer in England, 1914», in *The Poems of Alice Meynell: Complete Edition* (Oxford, 1940), p. 100.
- [96] H. Pogge von Strandmann, «Germany and the Coming of War», in R. Evans e H. Pogge von Strandmann (eds.), *The Coming of the First World War* (Oxford, 2001), pp. 87-88.
- [97] T. Ashton e B. Harrison (eds.), *The History of the University of Oxford*, 8 vols. (Oxford, 1994), 8, pp. 3-4.
- [98] Para os detalhes do treino dos assassinos, os atentados à vida de Francisco Fernando e o seu assassinio, ver os documentos da corte relativos ao julgamento de Princip e dos seus cúmplices, *The Austro-Hungarian Red Book*, Secção II, Apêndices I-13, n.ºs. 20-34 (1914-1915).
- [99] Clark, *Sleepwalkers*, p. 562.
- [100] E. Grey, *Twenty-Five Years, 1892-1916* (Nova Iorque, 1925), p. 20.
- [101] I. Hull, «Kaiser Wilhelm II and the “Liebenberg Circle”», in J. Röhl e N. Sombart (eds.), *Kaiser Wilhelm II: New Interpretations* (Cambridge, 1982), pp. 193-220; H. Herwig, «Germany», in R. Hamilton e H. Herwig, *The Origins of the First World War* (Cambridge, 2003), pp. 150-187.
- [102] Conversa com Sazonov, reportada por V. Kokovtsov, *Out of my Past: The Memoirs of Count Kokovtsov, Russian Minister of Finance, 1904-1914*, ed. H. Fisher (Oxford, 1935), p. 348.
- [103] Secretaria do Levant para Lecomte, 2 de julho de 1908, *Archives des Ministres des Affaires Etrangères: correspondance politique et commerciale (nouvelle serie) 1897-1918*. Perse, vol. 3, folio 191.
- [104] Clark, *Sleepwalkers*, pp. 325-326.
- [105] Clerk, «Anglo-Persian Relations in Persia», 21 de julho de 1914, FO 371/2076/33484.
- [106] Buchanan para Nicolson, 16 de abril de 1914, in Gooch e Temperley, *British Documents*, 10.2, pp. 784-785.
- [107] Buchanan para Grey, 25 de julho de 1914, in Gooch e Temperley, *British Documents*, 11, p. 94.

- [108] «Memorando comunicado a sir G. Buchanan por M. Sazonof», 11 de julho de 1914, in FO 371/2076; M. Paléologue, *La Russie des tsars pendant la grande guerre*, 3 vols. (Paris, 1921), 1, p. 23.
- [109] K. Jarausch, «The Illusion of Limited War: Bethmann Hollweg's Calculated Risk, July 1914», *Central European History* 2 (1969), 58; *idem*, *The Enigmatic Chancellor: Bethmann Hollweg and the Hubris of Imperial Germany* (Londres, 1973), p. 96.
- [110] J. McKay, *Pioneers for Profit: Foreign Entrepreneurship and Russian Industrialization, 1885-1913* (Chicago, 1970), pp. 28-29. Aqui ver também D. Lieven, *Russia and the Origins of the First World War* (Londres, 1983); O. Figes, *A People's Tragedy: The Russian Revolution, 1891-1924* (Londres, 1996), esp. pp. 35-83.
- [111] D. Fromkin, «The Great Game in Asia», *Foreign Affairs* (1980), 951; G. D. Clayton, *Britain and the Eastern Question: Missolonghi to Gallipoli* (Londres, 1971), p. 139.
- [112] E. Vandiver, *Stand in the Trench, Achilles: Classical Receptions in British Poetry of the Great War* (Oxford, 2010), pp. 263-269.
- [113] H. Strachan, *The Outbreak of the First World War* (Oxford, 2004), pp. 181 ss.
- [114] W. Churchill, *The World Crisis, 1911-1918, with New Introduction by Martin Gilbert* (Nova Iorque, 2005), pp. 667-668; para opiniões sobre a família Churchill, Hardinge para O'Beirne, 9 de julho de 1908, Hardinge MSS 30.
- [115] E. Champion Vaughan, *Some Desperate Glory* (Edimburgo, 1982), p. 232.
- [116] Gabinete de Informação, *Statistics of the Military Efforts of the British Empire during the Great War, 1914-1920* (Londres, 1922), p. 643.
- [117] Grey para Goschen, 5 de novembro de 1908, FO 800/61, p. 2.
- [118] Rupert Brooke para Jacques Raverat, 1 de agosto de 1914, in G. Keynes (ed.), *The Letters of Rupert Brooke* (Londres, 1968), p. 603.
- [119] W. Letts, «The Spires of Oxford», in *The Spires of Oxford and Other Poems* (Nova Iorque, 1917), pp. 3-4.
- [120] *The Treaty of Peace between the Allied and Associated Powers and Germany* (Londres, 1919).
- [121] Sanborn, *Imperial Apocalypse*, p. 233.
- [122] H. Strachan, *Financing the First World War* (Oxford, 2004), p. 188.
- [123] *Ibid.* Ver também K. Burk, *Britain, America and the Sinews of War, 1914-1918* (Boston, 1985); M. Horn, *Britain, France and the Financing of the First World War* (Montreal, 2002), pp. 57-75.
- [124] Esp., Strachan, *Financing the First World War*; ver também Ferguson, *Pity of War*, esp. pp. 318 ss., e B. Eichengreen, *Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919-1939* (Oxford, 1992).

17 Rota do ouro negro

- [1] D. Carment, «D'Arcy, William Knox», in B. Nairn e G. Serle (eds.), *Australian Dictionary of Biography* (Melbourne, 1981), 8, pp. 207-208.
- [2] J. Banham e J. Harris (eds.), *William Morris and the Middle Ages* (Manchester, 1984), pp. 187-192; L. Parry, «The Tapestries of Sir Edward Burne-Jones», *Apollo* 102 (1972), 324-328.
- [3] National Portrait Gallery, NPG 6251 (14), (15).
- [4] Para o contexto ver aqui R. Ferrier e J. Bamburg, *The History of the British Petroleum Company*, 3 vols. (Londres, 1982-2000), 1, pp. 29 ss.
- [5] S. Cronin, «Importing Modernity: European Military Missions to Qajar Iran», *Comparative Studies in Society and History* 50.1 (2008), 197-226.

- [6] Lansdowne para Hardinge, 18 de novembro de 1902, in A. Hardinge, *A Diplomatist in the East* (Londres, 1928), pp. 286-296. Ver também R. Greaves, «British Policy in Persia, 1892-1903 II», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 28.2 (1965), 302-303.
- [7] Wolff para Kitabgi, 25 de novembro de 1900, D'Arcy Concession; Kitabgi dossiê e correspondência sobre as reivindicações de Kitabgi, BP 69454.
- [8] Ver, em geral, Th. Korres, *Hygron pyr: ena hoplo tes Vizantines nautikes taktikes* (Tessalónica, 1989); J. Haldon, «A Possible Solution to the Problem of Greek Fire», *Byzantinische Zeitschrift* 70 (1977), 91-99; J. Partington, *A History of Greek Fire and Gunpowder* (Cambridge, 1960), pp. 1-41.
- [9] W. Loftus, «On the Geology of Portions of the Turco-Persian Frontier and of the Districts Adjoining», *Quarterly Journal of the Geological Society* 11 (1855), 247-344.
- [10] M. Elm, *Oil, Power, and Principle: Iran's Oil Nationalization and its Aftermath* (Siracusa, 1992), p. 2.
- [11] Carta de Sayyid Jamêl al-Dên al-Afghênê para Mujtahid, in E. Browne, *The Persian Revolution of 1905-1909* (Londres, 1966), pp. 18-19.
- [12] P. Kazemzadeh, *Russia and Britain in Persia, 1864-1914: A Study in Imperialism* (New Haven, 1968), pp. 122, 127.
- [13] Griffin para Rosebery, 6 de dezembro de 1893, FO 60/576.
- [14] Minuta de Currie, 28 de outubro de 1893, FO 60/576.
- [15] J. de Morgan, «Notes sur les gîtes de Naphte de Kend-e-Chirin (Gouvernement de Ser-i-Paul)», *Annales des Mines* (1892), 1-16; *idem*, *Mission scientifique en Perse*, 5 vols. (Paris, 1894-1905); B. Redwood, *Petroleum: Its Production and Use* (Nova Iorque, 1887); J. Thomson e B. Redwood, *Handbook on Petroleum for Inspectors under the Petroleum Acts* (Londres, 1901).
- [16] Kitabgi para Drummond-Wolff, 25 de dezembro de 1900, Kitabgi dossiê e correspondência sobre as reivindicações de Kitabgi, BP 69454.
- [17] Gosselin para Hardinge, 12 de março de 1901, FO 248/733; Marriott menciona a carta de apresentação no seu diário, 17 de abril de 1901, BP 70298.
- [18] Diário de Marriott, pp. 16, 25, BP 70298.
- [19] Hardinge para Lansdowne, 12 de maio de 1901, FO 60/640; diário de Marriott, BP 70298.
- [20] Marriott para Knox D'Arcy, 21 de maio de 1901, BP 70298; Knox D'Arcy para Marriott, 23 de maio, BP 70298.
- [21] Ferrier e Bamberg, *History of the British Petroleum Company*, pp. 33-41.
- [22] *Ibid.*, Apêndice 1, pp. 640-643.
- [23] N. Fatemi, *Oil Diplomacy: Powder Keg in Iran* (Nova Iorque, 1954), p. 357.
- [24] Hardinge para Lansdowne, 30 de maio de 1900, FO 60/731.
- [25] Diário de Marriott, 23 de maio de 1901, BP 70298.
- [26] Knox D'Arcy para Lansdowne, 27 de junho de 1901, FO 60/731; Greaves, «British Policy in Persia», 296-298.
- [27] Hardinge para Lansdowne, 30 de maio de 1900, FO 60/731.
- [28] Ferrier e Bamberg, *British Petroleum*, pp. 54-59.
- [29] D'Arcy para Reynolds, 15 de abril de 1902, BP H12/24, p. 185.
- [30] Livro de cartas, concessão persa 1901 a 1902, BP 69403.
- [31] Bell para Jenkin, 13 de julho, Cash Receipt Book, BP 69531.
- [32] A. Marder (ed.), *Fear God and Dread Nought: The Correspondence of Admiral the First Sea Lord Lord Fisher of Kilverstone*, 3 vols. (Cambridge, MA, 1952), 1, p. 185. Sobre isto e sobre o regresso da Grã-Bretanha ao petróleo na Primeira Guerra Mundial, ver Yergin, *The Prize*, pp. 134 ss.

- [33] Kitabgi dossiê e correspondência sobre as reivindicações de Kitabgi, BP 69454; Hardinge para Grey, 23 de dezembro de 1905, FO 416/26; T. Corley, *A History of the Burmah Oil Company, 1886-1924* (Londres, 1983), pp. 95-111.
- [34] Ferrier e Bamberg, *British Petroleum*, pp. 86-88.
- [35] *Ibid.*
- [36] A. Wilson, *South West Persia: Letters and Diary of a Young Political Officer, 1907-1914* (-Londres, 1941), p. 42.
- [37] *Ibid.*
- [38] *Ibid.*, p. 103; Corley, *Burmah Oil Company*, pp. 128-145.
- [39] Fisher, *Fear God and Dread Nought*, 2, p. 404.
- [40] Churchill, *World Crisis*, pp. 75-76.
- [41] «Oil Fuel Supply for His Majesty's Navy», 19 de junho de 1913, CAB 41/34.
- [42] Asquith para rei Jorge V, 12 de julho de 1913, CAB 41/34.
- [43] Churchill, Câmara dos Comuns, 17 de julho de 1913, Hansard, 55, 1470.
- [44] Slade para Churchill, 8 de novembro de 1913, «Anglo-Persian Oil Company. Proposed Agreement, December 1913», ADM 116/3486.
- [45] Citado por D. Yergin, *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (3.^a ed., Nova Iorque, 2009), p. 167.
- [46] Citado por M. Aksakal, «“Holy War Made in Germany?” Ottoman Origins of the Jihad», *War in History* 18.2 (2011), 196.
- [47] F. Moberly, *History of the Great War Based on Official Documents: The Campaign in Mesopotamia 1914-1918*, 4 vols. (Londres, 1923), 1, pp. 130-131.
- [48] Kitchener para Sua Alteza, o xarife Abdalla, incluído em Cheetham para Grey, 13 de dezembro de 1914, FO 371/1973/87396. Aqui também E. Karsh e I. Karsh, «Myth in the Desert, or Not the Great Arab Revolt», *Middle Eastern Studies* 33.2 (1997), 267-312.
- [49] J. Tomes, *Balfour and Foreign Policy: The International Thought of a Conservative Statesman* (Cambridge, 1997), p. 218.
- [50] Soroka, *Britain, Russia and the Road to the First World War*, pp. 201-236; Aksakal, *Ottoman Road to War*.
- [51] «Russian War Aims», memorando da embaixada britânica em Petrogrado para o governo russo, 12 de março de 1917, in F. Golder, *Documents of Russian History 1914-1917* (Nova Iorque, 1927), pp. 60-62.
- [52] Grey para McMahon, 8 de março de 1915, FO 800/48. Para o investimento francês antes da guerra, ver M. Raccagni, «The French Economic Interests in the Ottoman Empire», *International Journal of Middle East Studies* 11.3 (198), 339-376; V. Geyikdagi, «French Direct Investments in the Ottoman Empire Before World War I», *Enterprise & Society* 12.3 (2011), 525-561.
- [53] E. Kedourie, *In the Anglo-Arab Labyrinth: The McMahon-Husayn Correspondence and its Interpretations, 1914-1939* (Abingdon, 2000), pp. 53-55.
- [54] Sobre a campanha, ver P. Hart, *Gallipoli* (Londres, 2011).
- [55] *The Times*, 7 de janeiro de 1918.
- [56] *The Times*, 12 de janeiro de 1917.
- [57] C. Seymour (ed.), *The Intimate Papers of Colonel House*, 4 vols. (Cambridge, MA, 1928), 3, p. 48.
- [58] Yergin, *The Prize*, pp. 169-172.

- [59] «Petroleum Situation in the British Empire and the Mesopotamia and Persian Oilfields», 1918, CAB 21/119.
- [60] Hankey para Balfour, 1 de agosto de 1918, FO 800/204.
- [61] Hankey para o primeiro-ministro, 1 de agosto de 1918, CAB 23/119; V. Rothwell, «Mesopotamia in British War Aims, 1914-1918», *The Historical Journal* 13.2 (1970), 289-290.
- [62] Minutas do Gabinete de Guerra, 13 de agosto de 1918, CAB 23/42.
- [63] G. Jones, «The British Government and the Oil Companies 1912-1924: The Search for an Oil Policy», *Historical Journal* 20.3 (1977), 655.
- [64] Petrol Control Committee, segundo relatório, 19 de dezembro de 1916, Câmara do Comércio, POWE 33/1.
- [65] «Reserves of Oil Fuel in U.K. and general position 1916 to 1918», minuta de M. Seymour, 1 de junho de 1917, MT 25/20; Jones, «British Government and the Oil Companies», 657.
- [66] B. Hendrick, *The Life and Letters of Walter H. Page*, 2 vols. (Londres, 1930), 2, p. 288.
- [67] «Eastern Report, No 5», 28 de fevereiro de 1917, CAB 24/143.
- [68] Balfour para Lloyd George, 16 de julho de 1918, Lloyd George Papers F/3/3/18.

18 Rota para o compromisso

- [1] Marling para os Negócios Estrangeiros, 24 de dezembro de 1915, FO 371/2438/198432.
- [2] Hardinge para Gertrude Bell, 27 de março de 1917, Hardinge MSS 30.
- [3] Slade, «The Political Position in the Persian Gulf at the End of the War», 4 de novembro de 1916, CAB 16/36.
- [4] *Europäische Staats und Wirtschafts Zeitung*, 18 de agosto de 1916, CAB 16/36.
- [5] Hankey Papers, 20 de dezembro de 1918; entrada de 4 de dezembro 1918, 1/6, Churchill Archives Centre, Cambridge; E. P. Fitzgerald, «France's Middle Eastern Ambitions, the Sykes-Picot Negotiations, and the Oil Fields of Mosul, 1915-1918», *Journal of Modern History* 66.4 (1994), 694-725; D. Styan, *France and Iraq: Oil, Arms and French Policy-Making in the Middle East* (Londres, 2006), pp. 9-21.
- [6] A. Roberts, *A History of the English-Speaking Peoples since 1900* (Londres, 2006), p. 132.
- [7] *The Times*, 7 de novembro de 1917. Para Samuel, ver S. Huneidi, *A Broken Trust: Herbert Samuel, Zionism and the Palestinians* (Londres, 2001).
- [8] Lorde Balfour, Câmara dos Lordes, 21 de junho de 1922, Hansard, 50, 1016-1017.
- [9] «Report by the Sub-Committee», Imperial Defence, 13 de junho de 1928, CAB 24/202.
- [10] *Time*, 21 de abril de 1941; J. Barr, *A Line in the Sand: Britain, France and the Struggle that shaped the Middle East* (Londres, 2011), p. 163.
- [11] A. Arslanian, «Dunster's Adventures: A Reappraisal», *International Journal of Middle East Studies* 12.2 (1980), 199-216; A. Simonian, «An Episode from the History of the Armenian-Azerbaijani Confrontation (January-February 1919)», *Iran & the Caucasus* 9.1 (2005), 145-158.
- [12] Sanborn, *Imperial Apocalypse*, pp. 175-183.
- [13] Secretário de Estado para o vice-rei, 5 de janeiro de 1918, citado por L. Morris, «British Secret Missions in Turkestan, 1918-19», *Journal of Contemporary History* 12.2 (1977), 363-379.
- [14] Ver Morris, «British Secret Missions», 363-379.
- [15] L. Trotsky, Comité Central, Partido Comunista Russo, 5 de agosto de 1919, in J. Meijer (ed.), *The Trotsky Papers*, 2 vols. (Haia, 1964), 1, pp. 622, 624.
- [16] *Congress of the East, Baku, September 1920*, tr. B. Pearce (Londres, 1944), pp. 25-37.

- [17] L. Murawiec, *The Mind of Jihad* (Cambridge, 2008), pp. 210-223. Mais em geral, ver Ansari, «Pan-Islam and the Making of Early Indian Socialism», *Modern Asian Studies* 20 (1986), 509-537.
- [18] Soldado Charles Kavanagh, diário inédito, Cheshire Regiment Museum.
- [19] *Pobeda oktyabr'skoi revoliutsii v Uzbekistane: sbornik dokumentov*, 2 vols. (Tashkent, 1963-1972), 1, p. 571.
- [20] Uma cópia do cartaz surge em D. King, *Red Star over Russia: A Visual History of the Soviet Union from 1917 to the Death of Stalin* (Londres, 2009), p. 180.
- [21] M. MacMillan, *Peacemakers: Six Months that Changed the World* (Londres, 2001), p. 408.
- [22] Tratado com SM rei Faisal, 20 de outubro de 1922, papel de Comando 1757; protocolo de 30 de abril de 1923 e Acordos Subsidiários ao Tratado com o rei Faisal, papel de Comando 2120. Para os novos cerimoniais, ver E. Podeh, «From Indifference to Obsession: The Role of National State Celebrations in Iraq, 1921-2003», *British Journal of Middle Eastern Studies* 37.2 (2010), 185-186.
- [23] B. Busch, *Britain, India and the Arabs, 1914-1921* (Berkeley, 1971), pp. 408-410.
- [24] H. Katouzian, «The Campaign against the Anglo-Iranian Agreement of 1919», *British Journal of Middle Eastern Studies* 25.1 (1998), p. 10.
- [25] H. Katouzian, «Nationalist Trends in Iran, 1921-6», *International Journal of Middle Eastern Studies* 10.4 (1979), 539.
- [26] Citado por H. Katouzian, *Iranian History and Politics: The Dialectic of State and Society* (Londres, 2003), p. 167.
- [27] Curzon para Cambon, 11 de março de 1919, FO 371/3859.
- [28] Ver Katouzian, «The Campaign against the Anglo-Iranian Agreement», p. 17.
- [29] Marling para os Negócios Estrangeiros, 28 de fevereiro de 1916, FO 371/2732. Ver também D. Wright, «Prince Abd ul-Husayn Mirza Framan-Farma: Notes from British Sources», *Iran* 38 (2000), 107-114.
- [30] Loraine para Curzon, 31 de janeiro de 1922, FO 371/7804.
- [31] M. Zirinsky, «Imperial Power and Dictatorship: Britain and the Rise of Reza Shah, 1921-1926», *International Journal of Middle East Studies* 24.4 (1992), 639-663.
- [32] Caldwell para o secretário de Estado, 5 de abril de 1921, in M. Gholi Majd, *From Qajar to Pahlavi: Iran, 1919-1930* (Lanham, MA, 2008), pp. 96-97.
- [33] «Planning Committee, Office of Naval Operations to Benson», 7 de outubro de 1918, in M. Simpson (ed.), *Anglo-American Naval Relations, 1917-1919* (Aldershot, 1991), pp. 542-543.
- [34] Citado por Yergin, *The Prize*, p. 178.
- [35] Citado por M. Rubin, «Stumbling through the “Open Door”: The US in Persia and the Standard-Sinclair Oil Dispute, 1920-1925», *Iranian Studies* 28.3/4 (1995), 206.
- [36] *Ibid.*, 210.
- [37] *Ibid.*
- [38] *Ibid.*, 209.
- [39] *Ibid.*, 213.
- [40] M. Gilbert, *Winston S. Churchill*, 8 vols. (Londres, 1966-1988), 4, p. 638.
- [41] Ver M. Zirinsky, «Imperial Power and Dictatorship: Britain and the Rise of Reza Shah, 1921-1926», *International Journal of Middle East Studies* 24.4 (1992), 650; H. Mejcher, *Imperial Quest for Oil: Iraq 1910-1928* (Londres, 1976), p. 49.
- [42] Para o Egito, ver A. Maghraoui, *Liberalism without Democracy: Nationhood and Citizenship in Egypt, 1922-1936* (Durham, NC, 2006), pp. 54-55.

- [43] Citado por M. Fitzherbert, *The Man Who was Greenmantle: A Biography of Aubrey Herbert* (Londres, 1985), p. 219.
- [44] S. Pedersen, «Getting Out of Iraq – in 1932: The League of Nations and the Road to Normative Statehood», *American Historical Review* 115.4 (2010), 993-1000.
- [45] Y. Ismael, *The Rise and Fall of the Communist Party of Iraq* (Cambridge, 2008), p. 12.
- [46] Para a Declaração Purna Swaraj, M. Gandhi, *The Collected Works of Mahatma Gandhi*, 90 vols. (Nova Deli, 1958-1984), 48, p. 261.
- [47] Citado por Ferrier e Bamberg, *British Petroleum*, pp. 593-594.
- [48] «A Record of the Discussions Held at Lausanne on 23rd, 24th and 25th August, 1928», BP 71074.
- [49] Cadman para Teymouratche, 3 de janeiro de 1929, BP 71074.
- [50] Relatório Young das Discussões de Lausanne, BP H16/20; ver também Ferrier e Bamberg, *British Petroleum*, pp. 601-617.
- [51] Minuta Vansittart, 29 de novembro de 1932, FO 371/16078.
- [52] Hoare para Negócios Estrangeiros, 29 de novembro de 1932, FO 371/16078.
- [53] Diário privado de lorde Cadman, BP 96659/002.
- [54] Cadman, notas, Genebra e Teerão, BP 96659.
- [55] G. Bell, *Gertrude Bell: Complete Letters* (Londres, 2014), p. 224.

19 Rota do trigo

- [1] «Hitler's Mountain Home», *Homes & Gardens*, novembro de 1938, 193-195.
- [2] A. Speer, *Inside the Third Reich*, tr. R. e C. Winston (Nova Iorque, 1970), p. 161.
- [3] *Ibid.* Para Kannenberg a tocar acordeão, C. Schroder, *Er War mein Chef. Aus den Nachlas der Sekretarin von Adolf Hitler* (Munique, 1985), pp. 54, 58.
- [4] R. Hargreaves, *Blitzkrieg Unleashed: The German Invasion of Poland* (Londres, 2008), p. 66; H. Hegner, *Die Reichskanzlei 1933-1945: Anfang und Ende des Dritten Reiches* (Frankfurt-am-Main, 1959), pp. 334-337.
- [5] Speer, *Inside the Third Reich*, p. 162.
- [6] M. Muggeridge, *Ciano's Diary, 1939-1943* (Londres, 1947), pp. 9-10.
- [7] Debate na Câmara dos Comuns, 31 de março de 1939, Hansard, 345, 2415.
- [8] *Ibid.*, 2416; ver G. Roberts, *The Unholy Alliance: Stalin's Pact with Hitler* (Londres, 1989); R. Moorhouse, *The Devil's Alliance: Hitler's Pact with Stalin* (Londres, 2014).
- [9] L. Besymenski, *Stalin und Hitler. Pokerspiel der Diktatoren* (Londres, 1967), pp. 186-192.
- [10] J. Herf, *The Jewish Enemy: Nazi Propaganda during World War II and the Holocaust* (-Cambridge, MA, 2006).
- [11] W. Churchill, *The Second World War*, 6 vols. (Londres, 1948-1953), 1, p. 328.
- [12] Besymenski, *Stalin und Hitler*, pp. 142, 206-269.
- [13] T. Snyder, *Bloodlands: Europe between Hitler and Stalin* (Londres, 2010), pp. 81, 93.
- [14] Citado por E. Jäckel e A. Kahn, *Hitler: Samtliche Aufzeichnungen, 1905-1924* (Estugarda, 1980), p. 186.
- [15] J. Weitz, *Hitler's Diplomat: The Life and Times of Joachim von Ribbentrop* (Nova Iorque, 1992), p. 6.
- [16] S. Sebag Montefiore, *Stalin: The Court of the Red Tsar* (Londres, 2004), p. 317.
- [17] Hegner, *Die Reichskanzlei*, pp. 337-338, 342-343; para o tratado e os seus anexos secretos, *Documents on German Foreign Policy, 1918-1945, Series D*, 13 vols. (Londres, 1949-1964), 7,

pp. 245-247.

[18] Sebag Montefiore, *Stalin*, p. 318.

[19] N. Khrushchev, *Khrushchev Remembers*, tr. S. Talbott (Boston, MA, 1970), p. 128.

[20] Besymenski, *Stalin und Hitler*, pp. 21-22; D. Volkogonov, *Stalin: Triumph and Tragedy* (Nova Iorque, 1991), p. 352.

[21] L. Kovalenko e V. Maniak, 33'i: *Golod: Narodna kniga-memorial* (Kiev, 1991), p. 46, in - Snyder, *Bloodlands*, p. 49; ver também pp. 39-58.

[22] Sobre Vyshinskii e os tribunais espetáculo, ver Vaksberg, *Stalin's Prosecutor: The Life of Andrei Vyshinsky* (Nova Iorque, 1990), e N. Werth et al. (eds.), *The Little Black Book of Communism: Crimes, Terror, Repression* (Cambridge, MA, 1999).

[23] M. Jansen e N. Petrov, *Stalin's Loyal Executioner: People's Commissar Nikolai Ezhov, 1895-1940* (Stanford, 2002), p. 69.

[24] V. Rogovin, *Partiya Rasstrel'nykh* (Moscow, 1997), pp. 207-219; tb. Besymenski, *Stalin und Hitler*, p. 96; Volkogonov, *Stalin*, p. 368.

[25] «Speech by the Führer to the Commanders in Chief», 22 de agosto de 1939, in *Documents on German Foreign Policy*, Series D, 7, pp. 200-204; I. Kershaw, *Hitler, 1936-45: Nemesis* (Londres, 2001), pp. 207-208.

[26] «Second speech by the Führer», 22 de agosto de 1939, in *Documents on German Foreign Policy, 1918-1945*, Série D, p. 205.

[27] «Speech by the Führer to the Commanders in Chief», p. 204.

[28] K.-J. Müller, *Das Heer und Hitler: Armee und nationalsozialistisches Regime 1933-1940* (- Estugarda, 1969), p. 411, n. 153; Müller não providencia uma referência de apoio.

[29] W. Baumgart, «Zur Ansprache Hitlers vor den Führern der Wehrmacht am 22 August 1939. Eine quellenkritische Untersuchung», *Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte* 16 (1968), 146; Kershaw, *Nemesis*, p. 209.

[30] G. Corni, *Hitler and the Peasants: Agrarian Policy of the Third Reich, 1930-39* (Nova Iorque, 1990), pp. 66-115.

[31] Ver por exemplo R.-D. Müller, «Die Konsequenzen der "Volksgemeinschaft": Ernährung, Ausbeutung und Vernichtung», in W. Michalka (ed.), *Der Zweite Weltkrieg. Analysen-Grundzüge-Forschungsbilanz* (Weyarn, 1989), pp. 240-249.

[32] A. Kay, *Exploitation, Resettlement, Mass Murder: Political and Economic Planning for German Occupation Policy in the Soviet Union, 1940-1941* (Oxford, 2006), p. 40.

[33] A. Bondarenko (ed.), *God krizisa: 1938-1939: dokumenty i materialy v dvukh tomakh*, 2 vols. (Moscow, 1990), 2, pp. 157-158.

[34] E. Ericson, *Feeding the German Eagle: Soviet Economic Aid to Nazi Germany, 1933-1941* (Westport, CT, 1999), pp. 41ff.

[35] A. Bullock, *Hitler: A Study in Tyranny* (Londres, 1964), p. 719.

[36] S. Fritz, *Ostkrieg: Hitler's War of Extermination in the East* (2011), p. 39.

[37] C. Browning, *The Origins of the Final Solution: The Evolution of Nazi Jewish Policy, September 1939-March 1942* (Lincoln, NE, 2004), p. 16; Snyder, *Bloodlands*, p. 126.

[38] Gabinete de Guerra, 8 de setembro de 1939, CAB 65/1; A. Prazmowska, *Britain, Poland and the Eastern Front, 1939* (Cambridge, 1987), p. 182.

[39] Legação britânica de Cabul para Negócios Estrangeiros, Londres, Katodon 106, 24 de setembro de 1939, citado por M. Hauner, «The Soviet Threat to Afghanistan and India, 1938-1940», *Modern Asian Studies* 15.2 (1981), 297.

- [40] Hauner, «Soviet Threat to Afghanistan and India», 298.
- [41] Relatório do Comité de Chefes de Estado-Maior, «The Military Implications of Hostilities with Russia in 1940», 8 de março de 1940, CAB 66/6.
- [42] «Appreciation of the Situation Created by the Russo-German Agreement», 6 de outubro de 1939, CAB 84/8; ver aqui M. Hauner, *India in Axis Strategy: Germany, Japan and Indian Nationalists in the Second World War* (Estugarda, 1981), esp. 213-237.
- [43] Hauner, *India in Axis Strategy*, 70-92.
- [44] M. Hauner, «Anspruch und Wirklichkeit: Deutschland also Dritte Macht in Afghanistan, 1915-39», in K. Kettenacker *et al.* (eds.), *Festschrift für Paul Kluge* (Munique, 1981), pp. 222-244; *idem*, «Afghanistan before the Great Powers, 1938-45», *International Journal of Middle East Studies* 14.4 (1982), 481-482.
- [45] «Policy and the War Effort in the East», 6 de janeiro de 1940, *Documents on German Foreign Policy, 1918-1945*, Série D, 8, pp. 632-623.
- [46] «Memorandum of the Aussenpolitisches Amt», 18 de dezembro de 1939, *Documents on German Foreign Policy, 1918-1945*, Series D, 8, p. 533; Hauner, *India in Axis Strategy*, pp. 159-172.
- [47] M. Hauner, «One Man against the Empire: The Faqir of Ipi and the British in Central Asia on the Eve of and during the Second World War», *Journal of Contemporary History* 16.1 (1981), 183-212.
- [48] Rubin e Schwanitz, *Nazis, Islamists*, p. 4 n. 13.
- [49] S. Hauser, «German Research on the Ancient Near East and its Relation to Political and Economic Interests from Kaiserreich to World War II», in W. Schwanitz (ed.), *Germany and the Middle East, 1871-1945* (Princeton, 2004), pp. 168-169; M. Ghods, *Iran in the Twentieth Century: A Political History* (Boulder, CO, 2009), pp. 106-108.
- [50] Rubin e Schwanitz, *Nazis, Islamists*, p. 128.
- [51] Citado em *ibid.*, p. 5.
- [52] T. Imlay, «A Reassessment of Anglo-French Strategy during the Phony War, 1939-1940», *English Historical Review* 119.481 (2004), 337-338.
- [53] Minuta pessoal do primeiro lorde, 17 de novembro de 1939, ADM 205/2. Ver aqui Imlay, «Reassessment of Anglo-French Strategy», 338, 354-359.
- [54] Imlay, «Reassessment of Anglo-French Strategy», 364.
- [55] CAB 104/259, «Russia: Vulnerability of Oil Supplies», JIC (39) 29 revise, 21 de novembro de 1939; Imlay, «Reassessment of Anglo-French Strategy», 363-368.
- [56] Sobre Guderian e o repetido desânimo de Hitler, ver K. H. Frieser, *Blitzkrieg-Legende. Der Westfeldzug 1940* (Munique, 1990), pp. 240-243, 316-322.
- [57] Ver M. Hauner, «Afghanistan between the Great Powers, 1938-1945», *International Journal of Middle East Studies* 14.4 (1982), 487; para a redução proposta nos custos de carga, Ministério da Economia de Guerra, 9 de janeiro de 1940, FO 371/24766.
- [58] Ericson, *Feeding the German Eagle*, pp. 109-118.
- [59] Fritz, *Ostkrieg*, pp. 38-41.
- [60] J. Förster, «Hitler's Decision in Favour of War against the Soviet Union», in H. Boog, J. Förster *et al.* (eds.), *Germany and the Second World War*, vol. 4: *The Attack on the Soviet Union* (Oxford, 1996), p. 22; ver também Kershaw, *Nemesis*, p. 307.
- [61] Corni, *Hitler and the Peasants*, pp. 126-127, 158-159, 257-260. Ver também H. Backe, *Die Nahrungsfreiheit Europas: Grosliberalismus in der Wirtschaft* (Berlim, 1938).

- [62] V. Gnucheva, «Materialy dlya istorii ekspeditsii nauk v XVIII i XX vekakh», *Trudy Arkhiva Akademii Nauk SSSR* 4 (Moscow, 1940), esp. 97-108.
- [63] M. Stroganova (ed.), *Zapovedniki evropeiskoi chasti RSFSR* (Moscow, 1989); C. Kremenetski, «Human Impact on the Holocene Vegetation of the South Russian Plain», in J. Chapman e P. Dolukhanov (eds.), *Landscapes in Flux: Central and Eastern Europe in Antiquity* (Oxford, 1997), pp. 275-287.
- [64] H. Backe, *Die russische Getreidewirtschaft als Grundlage der Land- und Volkswirtschaft-Ruslands* (Berlin, 1941).
- [65] Bundesarchiv-Militärarchiv, RW 19/164, fo. 126, citado por Kay, *Exploitation*, pp. 211, 250.
- [66] Citado por A. Hillgruber, *Hitlers Strategie: Politik und Kriegführung 1940–1941* (Frankfurt-am-Main, 1965), p. 365.
- [67] «Geheime Absichtserklärungen zur künftigen Ostpolitik: Auszug aus einem Aktenvermerk von Reichsleiter M. Bormann vom 16.7.1941», in G. Uebershär e W. Wette (eds.), *Unternehmen Barbarossa: Der deutsche Überfall auf die Sowjetunion, 1941: Berichte, Anaylsen, Dokumente* (Paderborn, 1984), pp. 330-331.
- [68] G. Corni e H. Gies, *Brot – Butter – Kanonen. Die Ernährungswirtschaft in Deutschland unter der Diktatur Hitlers* (Berlin, 1997), p. 451; R.-D. Müller, «Das “Unternehmen Barbarossa” als wirtschaftlicher Raubkrieg», in Uebershär e Wette, *Unternehmen Barbarossa*, p. 174.
- [69] Transmissão radiofónica alemã, 27 de fevereiro de 1941, Secção de Investigação de Propaganda, 6 de dezembro de 1940, Abrams Papers, 3f 65; 3f 8/41.
- [70] *Die Tagebucher von Joseph Goebbels*, ed. E. Fröhlich, 15 vols. (Munich, 1996), 28 de junho de 1941, *Teil I*, 9, p. 409; 14 de julho, *Teil II*, 1, pp. 63-64.
- [71] Kershaw, *Nemesis*, pp. 423-424.
- [72] Correspondência privada de Backe, citada por G. Gerhard, «Food and Genocide: Nazi Agrarian Politics in the Occupied Territories of the Soviet Union», *Contemporary European History* 18.1 (2009), 56.
- [73] «Aktennotiz über Ergebnis der heutigen Besprechung mit den Staatssekretären über Barbarossa», in A. Kay, «Germany’s Staatssekretäre, Mass Starvation and the Meeting of 2 May 1941», *Journal of Contemporary History* 41.4 (2006), 685-686.
- [74] Kay, «Mass Starvation and the Meeting of 2 May 1941», 687.
- [75] «Wirtschaftspolitische Richtlinien für Wirtschaftsorganisation Ost, Gruppe Landwirtschaft», 23 de maio de 1941, in *Der Prozess gegen die Hauptkriegsverbrecher vor dem Internationalen Militärgerichtshof, Nürnberg 14 November 1945-1 October 1946*, 42 vols. (Nuremberg, 1947-1949), 36, pp. 135-137. Um relatório semelhante foi emitido três semanas mais tarde, a 16 de junho, Kay, *Exploitation*, pp. 164-167.
- [76] Backe, *Die russische Getreidewirtschaft*, citado por Gerhard, «Food and Genocide», 57-58; também Kay, «Mass Starvation», 685-700.
- [77] H. Backe, «12 Gebote für das Verhalten der Deutschen im Osten und die Behandlung der Russen», in R. Rürup (ed.), *Der Krieg gegen die Sowjetunion 1941-1945: Eine Dokumentation* (Berlin, 1991), p. 46; Gerhard, «Food and Genocide», 59.
- [78] *Die Tagebucher von Joseph Goebbels*, 1 de maio de 1941, *Teil I*, 9, pp. 283-284.
- [79] *Ibid.*, 9 de julho de 1941, *Teil II*, 1, pp. 33-34.
- [80] Transmissão radiofónica russa, 19 de junho de 1941, Papéis da Secção de Investigação de Propaganda, Abrams Papers, 3f 24/41.

- [81] F. Halder, *The Halder War Diary*, ed. C. Burdick e H.-A. Jacobsen (Londres, 1988), 30 de março de 1941, pp. 345-346.
- [82] 19 de maio de 1941, *Verbrechen der Wehrmacht: Dimensionen des Vernichtungskrieges 1941-1945. Ausstellungskatalog* (Hamburgo 2002), pp. 53-55.
- [83] «Ausübung der Kriegsgerichtsbarkeit im Gebiet “Barbarossa” und besondere Maßnahmen Truppe», 14 de maio de 1941, in H. Buchheim, M. Broszat, J.-A. Jacobsen e H. Krasunick, *Anatomie des SS-Staates*, 2 vols. (Olten, 1965), 2, pp. 215-218.
- [84] «Richtlinien für die Behandlung politischer Kommissare», 6 de junho de 1941, in Buchheim et al., *Anatomie des SS-Staates*, pp. 225-227.

20 Rota para o genocídio

- [1] C. Streit, *Keine Kameraden. Die Wehrmacht und die sowjetischen Kriegsgefangenen 1941–1945* (Estugarda, 1978), pp. 143, 153.
- [2] Citado por Kershaw, *Nemesis*, p. 359.
- [3] *Ibid.*, p. 360.
- [4] *Ibid.*, pp. 400, 435.
- [5] W. Lower, *Nazi Empire Building and the Holocaust in Ukraine* (Chapel Hill, NC, 2007), pp. 171-177.
- [6] A. Hitler, *Monologe im Führer-Hauptquartier 1941–1944*, ed. W. Jochmann (Hamburgo, 1980), 17-18 de setembro de 1941, pp. 62-63; Kershaw, *Nemesis*, p. 401.
- [7] Citado por Kershaw, *Nemesis*, p. 434.
- [8] Hitler, *Monologe*, 13 de outubro de 1941, p. 78; Kershaw, *Nemesis*, p. 434.
- [9] Ericson, *Feeding the German Eagle*, pp. 125 ss.
- [10] V. Anfilov, «Razgovor zakonchilsia ugrozoi Stalina», *Voenno-istoricheskii Zhurnal* 3 (1995), 41; L. Bezymenskii, «O “plane” Zhukova ot 15 maia 1941 g.», *Novaya Noveishaya Istoriya* 3 (2000), 61. Ver aqui E. Mawdsley, «Crossing the Rubicon: Soviet Plans for Offensive War in 1940–1941», *International History Review* 25 (2003), 853.
- [11] D. Murphy, *What Stalin Knew: The Enigma of Barbarossa* (New Haven, 2005).
- [12] R. Medvedev e Z. Medvedev, *The Unknown Stalin: His Life, Death and Legacy* (Londres, 2003), p. 226.
- [13] G. Zhukov, *Vospominaniya i rasmyshleniya*, 3 vols. (Moscovo, 1995), 1, p. 258.
- [14] Assarasson para Estocolmo, 21 de junho de 1941, citado por G. Gorodetsky, *Grand Delusion: Stalin and the German Invasion of Russia* (New Haven, 1999), p. 306.
- [15] *Dokumenty vneshnei politiki SSSR*, 24 vols. (Moscovo, 1957-), 23.2, pp. 764-765.
- [16] A. Tooze, *The Wages of Destruction: The Making and Breaking of the Nazi Economy* (Nova Iorque, 2006), pp. 452-460; R. di Nardo, *Mechanized Juggernaut or Military Anachronism? Horses and the German Army of World War II* (Westport, CT, 1991), pp. 35-54.
- [17] Citado por Beevor, *Stalingrad* (Londres, 1998), p. 26.
- [18] J. Estaline, *O Velikoi Otechestvennoi voine Sovetskogo Soiuza* (Moscovo, 1944), p. 11.
- [19] A. von Plato, A. Leh e C. Thonfeld (eds.), *Hitler’s Slaves: Life Stories of Forced Labourers in Nazi-Occupied Europe* (Oxford, 2010).
- [20] E. Radzinsky, *Stalin* (Londres, 1996), p. 482; N. Ponomarev, citado por I. Kershaw, *Fateful Choices: Ten Decisions that Changed the World, 1940-1941* (Londres, 2007), p. 290.
- [21] Fritz, *Ostkrieg*, p. 191.

- [22] H. Trevor-Roper, *Hitler's Table Talk, 1941–1944: His Private Conversations* (Londres, 1953), p. 28.
- [23] W. Lower, «“On Him Rests the Weight of the Administration”: Nazi Civilian Rulers and the Holocaust in Zhytomyr», in R. Brandon e W. Lower (eds.), *The Shoah in Ukraine: History, Testimony, Memorialization* (Bloomington, IN, 2008), p. 225.
- [24] E. Steinhart, «Policing the Boundaries of “Germandom” in the East: SS Ethnic German Policy and Odessa’s “Volksdeutsche”, 1941–1944», *Central European History* 43.1 (2010), 85-116.
- [25] W. Hubatsch, *Hitlers Weisungen für die Kriegführung 1939-1945. Dokumente des Oberkommandos der Wehrmacht* (Munique, 1965), pp. 139-140.
- [26] Rubin e Schwanitz, *Nazis, Islamists*, pp. 124, 127.
- [27] *Ibid.*, p. 85; H. Lindemann, *Der Islam im Aufbruch, in Abwehr und Angriff* (Leipzig, 1941).
- [28] Churchill, *Second World War*, 3, p. 424.
- [29] A. Michie, «War in Iran: British Join Soviet Allies», *Life*, 26 de Janeiro de 1942, 46.
- [30] R. Sanghvi, *Aryamehr: The Shah of Iran: A Political Biography* (Londres, 1968), p. 59; H. Arfa, *Under Five Shahs* (Londres, 1964), p. 242.
- [31] Bullard para Negócios Estrangeiros, 25 de junho de 1941, in R. Bullard, *Letters from Teheran: A British Ambassador in World War II Persia*, ed. E. Hodgkin (Londres, 1991), p. 60.
- [32] Lambton para Bullard, 4 de outubro de 1941, FO 416/99.
- [33] Sumário dos Serviços de Informação para 19-30 de Novembro, 2 de dezembro de 1941, FO 416/99.
- [34] «Minister in Iran to the Foreign Ministry», 9 de julho de 1941, *Documents on German Foreign Policy, 1918-1945*, Série D, 13, pp. 103-104.
- [35] P. Dharm e B. Prasad (eds.), *Official History of the Indian Armed Forces in the Second World War, 1939-1945: The Campaign in Western Asia* (Calcutá, 1957), pp. 126-128.
- [36] Citado por J. Connell, *Wavell: Supreme Commander* (Londres, 1969), pp. 23-24.
- [37] R. Stewart, *Sunrise at Abadan: The British and Soviet Invasions of Iran, 1941* (Nova Iorque, 1988), p. 59, n. 26.
- [38] «Economic Assistance to the Soviet Union», *Department of State Bulletin* 5 (1942), 109.
- [39] R. Sherwood, *The White House Papers of Harry L. Hopkins*, 2 vols. (Washington, DC, 1948), 1, pp. 306-309.
- [40] Michie, «War in Iran», 40-44.
- [41] Bullard, *Letters*, p. 80.
- [42] Reza Shah Pahlavi para Roosevelt, 25 de agosto de 1941; Roosevelt para Reza Shah Pahlavi, 2 de setembro de 1941, citado por M. Majd, *August 1941: The Anglo-Russian Occupation of Iran and Change of Shahs* (Lanham, MD, 2012), pp. 232-233; Stewart, *Abadan*, p. 85.
- [43] J. Buchan, *Days of God: The Revolution in Iran and its Consequences* (Londres, 2012), p. 27.
- [44] Adido militar, «Intelligence summary 27», 19 de novembro de 1941, FO 371 27188.
- [45] R. Dahl, *Going Solo* (Londres, 1986), p. 193.
- [46] F. Halder, *Kriegstagebuch: tagliche Aufzeichnungen des Chefs des Generalstabes des Heeres, 1939-1942*, ed. H.-A. Jacobson e A. Philipp, 3 vols. (Estugarda, 1964), 3, 10 de setembro de 1941, p. 220; 17 de setembro de 1941, p. 236.
- [47] D. Stahel, *Kiev 1941: Hitler's Battle for Supremacy in the East* (Cambridge, 2012), pp. 133-134.
- [48] H. Pichler, *Truppenarzt und Zeitzeuge. Mit der 4. SS-Polizei-Division an vorderster Front* (Dresden, 2006), p. 98.

- [49] *Die Tagebücher von Joseph Goebbels*, 27 de agosto de 1941, *Teil II*, 1, p. 316.
- [50] Citado por Beevor, *Stalingrad*, pp. 56-57.
- [51] Fritz, *Ostkrieg*, pp. 158-159.
- [52] A. Hillgruber, *Staatsmanner und Diplomaten bei Hitler. Vertrauliche Aufzeichnungen 1939-1941* (Munich, 1969), p. 329.
- [53] W. Kemper, «Pervitin – Die Endsieg-Droge», in W. Pieper (ed.), *Nazis on Speed: Drogen im Dritten Reich* (Lohrbach, 2003), pp. 122-133.
- [54] R.-D. Müller, «The Failure of the Economic “Blitzkrieg Strategy”», in H. Boog et al. (eds.), *The Attack on the Soviet Union*, vol. 4 of W. Deist et al. (eds.), *Germany and the Second World War*, 9 vols. (Oxford, 1998), pp. 1127-1132; Fritz, *Ostkrieg*, p. 150.
- [55] M. Guglielmo, «The Contribution of Economists to Military Intelligence during World War II», *Journal of Economic History* 66.1 (2008), esp. 116-120.
- [56] R. Overly, *War and the Economy in the Third Reich* (Oxford, 1994), pp. 264, 278; J. Barber e M. Harrison, *The Soviet Home Front, 1941-1945: A Social and Economic History of the USSR in World War II* (Nova Iorque, 1991), pp. 78-79.
- [57] A. Milward, *War, Economy and Society, 1939-45* (Berkeley, 1977), pp. 262-273; Tooze, *Wages of Destruction*, pp. 513-551.
- [58] Transmissão radiofônica alemã, 5 de novembro de 1941, Papéis da Secção de Investigação de Propaganda, Abrams Papers, 3f 44/41.
- [59] «Gains of Germany (and her Allies) through the Occupation of Soviet Territory», in Cordenador de Informação, *Research and Analysis Branch, East European Section Report*, 17 de março de 1942, pp. 10-11.
- [60] «Reich Marshal of the Greater German Reich», 11.º encontro do Conselho Geral, 24 de junho de 1941, citado por Müller, «Failure of the Economic “Blitzkrieg Strategy”», p. 1142.
- [61] Halder, *Kriegstagebuch*, 8 de julho de 1941, 3, p. 53.
- [62] C. Streit, «The German Army and the Politics of Genocide», in G. Hirschfeld (ed.), *The Policies of Genocide: Jews and Soviet Prisoners of War in Nazi Germany* (Londres, 1986), pp. 8-9.
- [63] J. Hürter, *Hitlers Heerfuhrer. Die deutschen Oberbefehlshaber im Krieg gegen die Sowjetunion 1941/1942* (Munich, 2006), p. 370.
- [64] Streit, *Keine Kameraden*, p. 128; ver também Snyder, *Bloodlands*, pp. 179-184.
- [65] R. Overmans, «Die Kriegsgefangenenpolitik des Deutschen Reiches 1939 bis 1945», in J. Echternkamp (ed.), *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg*, 10 vols. (Munich, 1979-2008), 9.2, p. 814; Browning, *Origins of the Final Solution*, p. 357; Snyder, *Bloodlands*, pp. 185-186.
- [66] K. Berkhoff, «The “Russian” Prisoners of War in Nazi-Ruled Ukraine as Victims of Genocidal Massacre», *Holocaust and Genocide Studies* 15.1 (2001), 1-32.
- [67] Röhl, *The Kaiser and his Court*, p. 210. Para as atitudes do Kaiser quanto aos judeus, ver L. Cecil, «Wilhelm II und die Juden», in W. Mosse (ed.), *Juden im Wilhelminischen Deutschland, 1890-1914* (Tübingen, 1976), pp. 313-348.
- [68] Discurso de Hitler ao Reichstag, 30 de janeiro de 1939, in *Verhandlungen des Reichstags, Stenographische Berichte 4. Wahlperiode 1939-1942* (Bad Feilnbach, 1986), p. 16.
- [69] Rubin e Schwanitz, *Nazis, Islamists*, p. 94.
- [70] H. Jansen, *Der Madagaskar-Plan: Die beabsichtigte Deportation der europäischen Juden nach Madagaskar* (Munich, 1997), esp. pp. 309-311. Para teorias sobre o malgaxe, ver E. Jennings,

- «Writing Madagascar Back into the Madagascar Plan», *Holocaust and Genocide Studies* 21.2 (2007), 191.
- [71] F. Nicosia, «Für den Status-Quo: Deutschland und die Palästinafrage in der Zwischenkriegszeit», in L. Schatkowski Schilcher e C. Scharf (eds.), *Der Nahe Osten in der Zwischenkriegszeit 1919-1939. Die Interdependenz von Politik, Wirtschaft und Ideologie* (Estugarda, 1989), p. 105.
- [72] D. Cesarani, *Eichmann: His Life and Crimes* (Londres, 2004), pp. 53-56.
- [73] Citado por D. Yisraeli, *The Palestinian Problem in German Politics, 1889-1945* (Ramat-Gan, 1974), p. 315.
- [74] J. Heller, *The Stern Gang: Ideology, Politics and Terror, 1940-1949* (Londres, 1995), pp. 85-87.
- [75] T. Jersak, «Blitzkrieg Revisited: A New Look at Nazi War and Extermination Planning», *Historical Journal* 43.2 (2000), 582.
- [76] Ver especialmente G. Aly, «“Judenumsiedlung”: Überlegungen zur politischen Vorgeschichte des Holocaust», in U. Herbert (ed.), *Nationalsozialistische Vernichtungspolitik 1939–1945: neue Forschungen und Kontroversen* (Frankfurt-am-Main, 1998), pp. 67-97.
- [77] Streit, «The German Army and the Politics of Genocide», p. 9; Fritz, *Ostkrieg*, p. 171.
- [78] J.-M. Belière e L. Chabrun, *Les Policiers français sous l'Occupation, d'après les archives inédites de l'épuration* (Paris, 2001), pp. 220-224; P. Griffioen e R. Zeller, «Anti-Jewish Policy and Organization of the Deportations in France and the Netherlands, 1940-1944: A Comparative Study», *Holocaust and Genocide Studies* 20.3 (2005), 441.
- [79] L. de Jong, *Het Koninkrijk der Nederlanden in de Tweede Wereldoorlog*, 14 vols. (Haia, 1969-1991), 4, pp. 99-110.
- [80] Para a Conferência de Wannsee, C. Gerlach, «The Wannsee Conference, the Fate of German Jews, and Hitler's Decision in Principle to Exterminate All European Jews», *Journal of Modern History* 70 (1998), 759-812; Browning, *Origins of the Final Solution*, pp. 374 ss.
- [81] R. Coakley, «The Persian Corridor as a Route for Aid to the USSR», in M. Blumenson, K. Greenfield et al., *Command Decisions* (Washington, DC, 1960), pp. 225-253; também T. Motter, *The Persian Corridor and Aid to Russia* (Washington, DC, 1952).
- [82] Sobre os comboios, R. Woodman, *Arctic Convoys, 1941-1945* (Londres, 2004).
- [83] J. MacCurdy, «Analysis of Hitler's Speech on 26th April 1942», 10 de junho de 1942, Abrams Archive, Churchill College, Cambridge.
- [84] E. Schwaab, *Hitler's Mind: A Plunge into Madness* (Nova Iorque, 1992).
- [85] Rubin e Schwanitz, *Nazis, Islamists*, pp. 139-141. Em geral, M. Carver, *El Alamein* (Londres, 1962).
- [86] Sobre os Estados Unidos no Pacífico, ver H. Willmott, *The Second World War in the Far East* (Londres, 2012); ver também A. Kernan, *The Unknown Battle of Midway: The Destruction of the American Torpedo Squadrons* (New Haven, 2005).
- [87] Citado por Fritz, *Ostkrieg*, p. 235; para o contexto, pp. 231-239.
- [88] *Ibid.*, pp. 261-270; Speer, *Inside the Third Reich*, p. 215.
- [89] Para a visita a Moscovo em outubro de 1944, ver CAB 120/158.
- [90] M. Gilbert, *Churchill: A Life* (Londres, 1991), p. 796; R. Edmonds, «Churchill and Stalin», in R. Blake e R. Louis (eds.), *Churchill* (Oxford, 1996), p. 320. Também Churchill, *Second World War*, 6, pp. 227-228.
- [91] W. Churchill, «The Sinews of Peace», 5 de março de 1946, in J. Muller (ed.), *Churchill's 'Iron Curtain' Speech Fifty Years Later* (Londres, 1999), pp. 8-9.

[92] D. Reynolds, *From World War to Cold War: Churchill, Roosevelt, and the International History of the 1940s* (Oxford, 2006), pp. 250-253.

[93] M. Hastings, *All Hell Let Loose: The World at War, 1939-1945* (Londres, 2011), pp. 165-182; Beevor, *Stalingrad*, passim.

[94] Ver A. Applebaum, *Iron Curtain: The Crushing of Eastern Europe, 1944-56* (Londres, 2012).

21 Rota da Guerra Fria

[1] A. Millspaugh, *Americans in Persia* (Washington, DC, 1946), Apêndice C; B. Kuniholm, *The Origins of the Cold War in the Near East: Great Power Conflict and Diplomacy in Iran, Turkey and Greece* (Princeton, 1980), pp. 138-143.

[2] Ministro no Irão (Dreyfus) para o secretário de Estado, 21 de agosto de 1941, *Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers 1941*, 7 vols. (Washington, DC, 1956-1962), 3, p. 403.

[3] Ali Dashti, escrito em dezembro de 1928, citado por Buchan, *Days of God*, p. 73.

[4] B. Schulze-Holthus, *Fruhrot in Persien* (Esslingen, 1952), p. 22. Schulze-Holthus foi enviado ao Irão pela *Abwehr* (serviço de informação militar alemão) como vice-cônsul na cidade de Tabriz. Permaneceu clandestino em Teerão durante a guerra, granjeando apoio entre fações opostas aos Aliados. Ver aqui também S. Seydi, «Intelligence and Counter-Intelligence Activities in Iran during the Second World War», *Middle Eastern Studies* 46.5 (2010), 733-752.

[5] Bullard, *Letters*, p. 154.

[6] *Ibid.*, p. 216.

[7] *Ibid.*, p. 187.

[8] C. de Bellaigue, *Patriot of Persia: Muhammad Mossadegh and a Very British Coup* (Londres, 2012), pp. 120-123.

[9] Shepherd para Furlonge, 6 de maio de 1951, FO 248/1514.

[10] *The Observer*, 20 de maio de 1951, FO 248/1514.

[11] Citado por De Bellaigue, *Patriot of Persia*, p. 123, n. 12.

[12] Buchan, *Days of God*, p. 82.

[13] L. Elwell-Sutton, *Persian Oil: A Study in Power Politics* (Londres, 1955), p. 65.

[14] *Ibid.*

[15] C. Bayly e T. Harper, *Forgotten Armies: The Fall of British Asia, 1841-1945* (Londres, 2004), pp. 120, 182.

[16] I. Chawla, «Wavell's Breakdown Plan, 1945-47: An Appraisal», *Journal of Punjabi Studies* 16.2 (2009), 219-234.

[17] W. Churchill, debates na Câmara dos Comuns, 6 de março de 1947, Hansard, 434, 676-677.

[18] Ver L. Chester, *Borders and Conflict in South Asia: The Radcliffe Boundary Commission and the Partition of the Punjab* (Manchester, 2009). Também A. von Tunzelmann, *Indian Summer: The Secret History of the End of an Empire* (Londres, 2007).

[19] I. Talbot, «Safety First: The Security of Britons in India, 1946-1947», *Transactions of the RHS* 23 (2013), pp. 203-221.

[20] K. Jeffrey, *MI6: The History of the Secret Intelligence Service, 1909-1949* (Londres, 2010), pp. 689-690.

[21] N. Rose, «A Senseless, Squalid War»: *Voices from Palestine 1890s-1948* (Londres, 2010), pp. 156-158.

[22] A. Halamish, *The Exodus Affair: Holocaust Survivors and the Struggle for Palestine* (Syracuse, Nova Iorque, 1998).

- [23] Citado por J. Glubb, *A Soldier with the Arabs* (Londres, 1957), pp. 63-66.
- [24] E. Karsh, *Rethinking the Middle East* (Londres, 2003), pp. 172-189.
- [25] F. Hadid, *Iraq's Democratic Moment* (Londres, 2012), pp. 126-136.
- [26] Beeley para Burrows, 1 de novembro de 1947, FO 371/61596/E10118.
- [27] Outward Saving Telegram, 29 de julho de 1947; Busk para Burrows, 3 de novembro de 1947, FO 371/61596.
- [28] K. Kwarteng, *Ghosts of Empire: Britain's Legacies in the Modern World* (Londres, 2011), p. 50.
- [29] B. Uvarov e A. Waterston, «MEALU General Report of Anti-Locust Campaign, 1942-1947», 19 de setembro de 1947, FO 371/61564.
- [30] N. Tumarkin, «The Great Patriotic War as Myth and Memory», *European Review* 11.4 (2003), 595-597.
- [31] J. Estaline, «Rech na predvybornom sobranii izbiratelei Stalinskogo izbiratel'nogo okruga goroda Moskvyy», in J. Estaline, *Sochineniya*, ed. R. McNeal, 3 vols. (Stanford, CA, 1967), 3, p. 2.
- [32] B. Pimlott (ed.), *The Second World War Diary of Hugh Dalton, 1940-45* (Londres, 1986), 23 de fevereiro de 1945, inserção na margem, p. 836, n. 1.
- [33] Parece que estas palavras foram acrescentadas por Churchill no comboio a caminho de Fulton, J. Ramsden, «Mr Churchill Goes to Fulton», in Muller, *Churchill's 'Iron Curtain' Speech: Fifty Years Later*, p. 42. Em geral, P. Wright, *Iron Curtain: From Stage to Cold War* (Oxford, 2007).
- [34] B. Rubin, *The Great Powers in the Middle East, 1941-1947: The Road to the Cold War* (-Londres, 1980), pp. 73 ss.
- [35] «Soviet Military and Political Intentions, Spring 1949», Relatório n.º 7453, 9 de dezembro de 1948.
- [36] K. Blake, *The US-Soviet Confrontation in Iran 1945-62: A Case in the Annals of the Cold War* (Lanham, MD, 2009), pp. 17-18.
- [37] «General Patrick J. Hurley, Personal Representative of President Roosevelt, to the President», 13 de maio de 1943, *FRUS, Diplomatic Papers 1943: The Near East and Africa*, 4, pp. 363-370.
- [38] Millsbaugh, *Americans in Persia*, p. 77.
- [39] A. Offner, *Another Such Victory: President Truman and the Cold War, 1945-53* (Stanford, 2002), p. 128.
- [40] «The Chargé in the Soviet Union (Kennan) to the Secretary of State», 22 de fevereiro de 1946, *FRUS 1946: Eastern Europe, the Soviet Union*, 6, pp. 696-709.
- [41] D. Kisatsky, «Voice of America and Iran, 1949-1953: US Liberal Developmentalism, Propaganda and the Cold War», *Intelligence and National Security* 14.3 (1999), 160.
- [42] «The Present Crisis in Iran, undated paper presented in the Department of State», *FRUS, 1950: The Near East, South Asia, and Africa*, 5, pp. 513, 516.
- [43] M. Byrne, «The Road to Intervention: Factors Influencing US Policy toward Iran, 1945-53», in M. Gasiorowski e M. Byrne (eds.), *Mohammad Mosaddeq and the 1953 Coup in Iran* (Syracuse, Nova Iorque, 2004), p. 201.
- [44] Kisatsky, «Voice of America and Iran», 167, 174.
- [45] M. Gasiorowski, *US Foreign Policy and the Shah: Building a Client State in Iran* (Ithaca, Nova Iorque, 1991), pp. 10-19.
- [46] Buchan, *Days of God*, pp. 30-31.
- [47] Citado por Yergin, *The Prize*, p. 376.
- [48] A. Miller, *Search for Security: Saudi Arabian Oil and American Foreign Policy, 1939-1949* (Chapel Hill, NC, 1980), p. 131.

- [49] E. DeGolyer, «Preliminary Report of the Technical Oil Mission to the Middle East», *Bulletin of the American Association of Petroleum Geologists* 28 (1944), 919-923.
- [50] «Summary of Report on Near Eastern Oil», 3 de fevereiro de 1943, in Yergin, *The Prize*, p. 375.
- [51] Beaverbrook para Churchill, 8 de fevereiro de 1944, citado por K. Young, *Churchill and Beaverbrook: A Study in Friendship and Politics* (Londres, 1966), p. 261.
- [52] Memorando dos Negócios Estrangeiros, fevereiro de 1944, FO 371/42688.
- [53] Churchill para Roosevelt, 20 de fevereiro de 1944, FO 371/42688.
- [54] Halifax para Negócios Estrangeiros, 20 de fevereiro de 1944, FO 371/42688; Z. Brzezinski, *Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power* (Nova Iorque, 2012), p. 14.
- [55] *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970* (Washington, DC, 1970); Yergin, *The Prize*, p. 391.
- [56] Yergin, *The Prize*, p. 429.
- [57] W. Louis, *The British Empire in the Middle East, 1945-51: Arab Nationalism, the United States and Postwar Imperialism* (Oxford, 1984), p. 647.
- [58] Yergin, *The Prize*, p. 433.
- [59] De Bellaigue, *Patriot of Persia*, p. 118. Ver aqui também M. Crinson, «Abadan: Planning and Architecture under the Anglo-Iranian Oil Company», *Planning Perspectives* 12.3 (1997), 341-359.
- [60] S. Marsh, «Anglo-American Crude Diplomacy: Multinational Oil and the Iranian Oil Crisis, 1951-1953», *Contemporary British History Journal* 21.1 (2007), 28; J. Bill e W. Louis, *Musaddiq, Iranian Nationalism, and Oil* (Austin, TX, 1988), pp. 329-330.
- [61] «The Secretary of State to the Department of State», 10 de novembro de 1951, *FRUS*, 1952-1954: *Iran, 1951-1954*, 10, p. 279.
- [62] *Ibid.*
- [63] R. Ramazani, *Iran's Foreign Policy, 1941-1973: A Study of Foreign Policy in Modernizing Nations* (Charlottesville, 1975), p. 190.
- [64] In De Bellaigue, *Patriot of Persia*, p. 150.
- [65] Yergin, *The Prize*, p. 437.
- [66] Citado por J. Bill, *The Eagle and the Lion: The Tragedy of American-Iranian Relations* (New Haven, 1988), p. 84.
- [67] *Correspondence between His Majesty's Government in the United Kingdom and the Persian Government and Related Documents Concerning the Oil Industry in Persia, February 1951 to September 1951* (Londres, 1951), p. 25.
- [68] Shinwell, Comité dos Chefes de Estado-Maior, Anexo Confidencial, 23 de maio de 1951, DEFE 4/43; sobre a imprensa britânica nesta época, De Bellaigue, *Patriot of Persia*, pp. 158-159.
- [69] S. Arjomand, *The Turban for the Crown: The Islamic Revolution in Iran* (Oxford, 1988), pp. 92-93.
- [70] *Time*, 7 de janeiro de 1952.
- [71] Elm, *Oil, Power, and Principle*, p. 122.
- [72] M. Holland, *America and Egypt: From Roosevelt to Eisenhower* (Westport, CT, 1996), pp. 24-25.
- [73] H. Wilford, *America's Great Game: The CIA's Secret Arabists and the Shaping of the Modern Middle East* (Nova Iorque, 2013), p. 73.
- [74] *Ibid.*, p. 96.
- [75] *Ibid.*

- [76] D. Wilber, *Clandestine Services History: Overthrow of Premier Mossadeq of Iran: November 1952-August 1953* (1969), p. 7, National Security Archive.
- [77] *Ibid.*, pp. 22, 34, 33.
- [78] Ver S. Koch, «Zendeabad, Shah!»: *The Central Intelligence Agency and the Fall of Iranian Prime Minister Mohammed Mossadeq, August 1953* (1998), National Security Archive.
- [79] M. Gasiorowski, «The Causes of Iran's 1953 Coup: A Critique of Darioush Bayandor's Iran and the CIA», *Iranian Studies* 45.5 (2012), 671-672; W. Louis, «Britain and the Overthrow of the Mosaddeq Government», in Gasiorowski e Byrne, *Mohammad Mosaddeq*, pp. 141-142.
- [80] Wilber, *Overthrow of Premier Mossadeq*, p. 35.
- [81] *Ibid.*, p. 19.
- [82] Berry para Departamento de Estado, 17 de agosto de 1953, National Security Archive.
- [83] Para a rádio, ver M. Roberts, «Analysis of Radio Propaganda in the 1953 Iran Coup», *Iranian Studies* 45.6 (2012), 759-777; para a imprensa, De Bellaigue, *Patriot of Persia*, p. 232.
- [84] Para Roma, Soraya Esfandiary Bakhtiary, *Le Palais des solitudes* (Paris, 1992), pp. 165-166. Aqui também Buchan, *Days of God*, p. 70.
- [85] De Bellaigue, *Patriot of Persia*, pp. 253-270.
- [86] «Substance of Discussions of State – Joint Chiefs of Staff Meeting», 12 de dezembro de 1951, *FRUS, 1951: The Near East and Africa*, 5, p. 435.
- [87] «British-American Planning Talks, Summary Record», 10-11 de outubro de 1978, FCO 8/3216.
- [88] «Memorandum of Discussion at the 160th Meeting of the National Security Council, 27 August 1953», *FRUS, 1952–1954: Iran, 1951–1954*, 10, p. 773.
- [89] «The Ambassador in Iran (Henderson) to Department of State», 18 de setembro de 1953, *FRUS, 1952–1954: Iran, 1951–1954*, 10, p. 799.

22 Rota da seda norte-americana

- [1] *The International Petroleum Cartel, the Iranian Consortium, and US National Security*, - Congresso dos Estados Unidos, Senado (Washington, DC, 1974), pp. 57-58; Yergin, *The Prize*, p. 453.
- [2] Bill, *The Eagle and the Lion*, p. 88; «Memorandum of the discussion at the 180th meeting of the National Security Council», 14 de Janeiro de 1954, *FRUS, 1952-1954: Iran, 1951-1954*, 10, p. 898.
- [3] M. Gasiorowski, *US Foreign Policy and the Shah: Building a Client State in Iran* (Ithaca, Nova Iorque, 1991), pp. 150-151.
- [4] V. Nemchenok, «“That So Fair a Thing Should Be So Frail”: The Ford Foundation and the Failure of Rural Development in Iran, 1953-1964», *Middle East Journal* 63.2 (2009), 261-273.
- [5] *Ibid.*, 281; Gasiorowski, *US Foreign Policy*, pp. 53, 94.
- [6] C. Schayegh, «Iran's Karaj Dam Affair: Emerging Mass Consumerism, the Politics of Promise, and the Cold War in the Third World», *Comparative Studies in Society and History* 54.3 (2012), 612-643.
- [7] «Memorandum from the Joint Chiefs of Staff», 24 de março de 1949, *FRUS, 1949: The Near East, South Asia, and Africa*, 6, pp. 30-31.
- [8] «Report by the SANACC [State-Army-Navy-Air Force Co-ordinating Committee] Subcommittee for the Near and Middle East», *FRUS, 1949: The Near East, South Asia, and Africa*, 6, p. 12.
- [9] Em geral, B. Yesilbursa, *Baghdad Pact: Anglo-American Defence Policies in the Middle East, 1950-59* (Abingdon, 2005).

- [10] R. McMahon, *The Cold War on the Periphery: The United States, India and Pakistan* (Nova Iorque, 1994), pp. 16-17.
- [11] P. Tomsen, *The Wars of Afghanistan: Messianic Terrorism, Tribal Conflicts and the Failures of the Great Powers* (Nova Iorque, 2011), pp. 181-182.
- [12] R. McNamara, *Britain, Nasser and the Balance of Power in the Middle East, 1952-1967* (Londres, 2003), pp. 44-45.
- [13] A. Moncrieff, *Suez: Ten Years After* (Nova Iorque, 1966), pp. 40-41; D. Kunz, *The Economic Diplomacy of the Suez Crisis* (Chapel Hill, NC, 1991), p. 68.
- [14] Eden para Eisenhower, 6 de setembro de 1956, FO 800/740.
- [15] M. Heikal, *Nasser: The Cairo Documents* (Londres, 1972), p. 88.
- [16] H. Macmillan, Diário, 25 de agosto de 1956, in A. Horne, *Macmillan: The Official Biography* (Londres, 2008), p. 447.
- [17] Citado por McNamara, *Britain, Nasser and the Balance of Power*, p. 46.
- [18] McNamara, *Britain, Nasser and the Balance of Power*, pp. 45, 47.
- [19] «Effects of the Closing of the Suez Canal on Sino-Soviet Bloc Trade and Transportation», Office of Research and Reports, Central Intelligence Agency, 21 de fevereiro de 1957, Freedom of Information Act Electronic Reading Room, CIA.
- [20] Kirkpatrick para Makins, 10 de setembro de 1956, FO 800/740.
- [21] *Papers of Dwight David Eisenhower: The Presidency: The Middle Way* (Baltimore, 1970), 17, p. 2415.
- [22] Ver aqui W. Louis e R. Owen, *Suez 1956: The Crisis and its Consequences* (Oxford, 1989); P. Hahn, *The United States, Great Britain, and Egypt, 1945-1956: Strategy and Diplomacy in the Early Cold War* (Chapel Hill, NC, 1991).
- [23] Eisenhower para Dulles, 12 de dezembro de 1956, in P. Hahn, «Securing the Middle East: The Eisenhower Doctrine of 1957», *Presidential Studies Quarterly* 36.1 (2006), 39.
- [24] Citado por Yergin, *The Prize*, p. 459.
- [25] Hahn, «Securing the Middle East», 40.
- [26] Ver especialmente S. Yaqub, *Containing Arab Nationalism: The Eisenhower Doctrine and the Middle East* (Chapel Hill, NC, 2004).
- [27] R. Popp, «Accommodating to a Working Relationship: Arab Nationalism and US Cold War Policies in the Middle East», *Cold War History* 10.3 (2010), 410.
- [28] «The Communist Threat to Iraq», 17 de fevereiro de 1959, *FRUS, 1958-1960: Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula*, 12, pp. 381-388.
- [29] S. Blackwell, *British Military Intervention and the Struggle for Jordan: King Hussein, Nasser and the Middle East Crisis* (Londres, 2013), p. 176; «Memorandum of Conference with President Eisenhower», 23 de julho de 1958, *FRUS, 1958-1960: Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula*, 12, p. 84.
- [30] «Iraq: The Dissembler», *Time*, 13 de abril de 1959.
- [31] «Middle East: Revolt in Baghdad», *Time*, 21 de julho de 1958; J. Romero, *The Iraqi Revolution of 1958: A Revolutionary Quest for Unity and Security* (Lanham, MD, 2011).
- [32] C. Andrew e V. Mitrokhin, *The KGB and the World: The Mitrokhin Archive II* (Londres, 2005), pp. 273-274; W. Shawcross, *The Shah's Last Ride* (Londres, 1989), p. 85.
- [33] Relatório OIR, 16 de janeiro de 1959, citado por Popp, «Arab Nationalism and US Cold War Policies», p. 403.
- [34] Yaqub, *Containing Arab Nationalism*, p. 256.

- [35] W. Louis e R. Owen, *A Revolutionary Year: The Middle East in 1958* (Londres, 2002).
- [36] F. Matar, *Saddam Hussein: The Man, the Cause and his Future* (Londres, 1981), pp. 32-44.
- [37] «Memorandum of Discussion at the 420th Meeting of the National Security Council», 1 de outubro de 1959, *FRUS, 1958-1960: Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula*, 12, p. 489, n. 6.
- [38] Este incidente foi revelado durante as investigações de 1975 quanto ao recurso ao assassinio como instrumento político pelas agências de informação norte-americanas. O coronel, que não é nomeado, foi aparentemente executado por um pelotão de fuzilamento em Bagdade antes de o plano do lenço ter sido ativado, *Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities* (Washington, DC, 1975), p. 181, n. 1.
- [39] H. Rositzke, *The CIA's Secret Operations: Espionage, Counterespionage and Covert Action* (Boulder, CO, 1977), pp. 109-110.
- [40] A. Siddiqi, *Challenge to Apollo: The Soviet Union and the Space Race, 1945-1974* (Washington, DC, 2000); B. Chertok, *Rakety i lyudi: Fili Podlipki Tyuratam* (Moscou, 1996).
- [41] A. Siddiqi, *Sputnik and the Soviet Space Challenge* (Gainesville, FL, 2003), pp. 135-138.
- [42] G. Laird, *North American Air Defense: Past, Present and Future* (Maxwell, AL, 1975); S. Zaloga, «Most Secret Weapon: The Origins of Soviet Strategic Cruise Missiles, 1945-1960», *Journal of Slavic Military Studies* 6.2 (1993), 262-273.
- [43] D. Kux, *The United States and Pakistan, 1947-2000: Disenchanted Allies* (Washington, DC, 2001), p. 112; N. Polmar, *Spyplane: The U-2 History Declassified* (Osceola, WI, 2001), pp. 131-148.
- [44] Karachi para Washington DC, 31 de outubro de 1958, *FRUS, 1958-60: South and Southeast Asia*, 15, p. 682.
- [45] Memcon Eisenhower e Ayub, 8 de dezembro de 1959, *FRUS, 1958-60: South and Southeast Asia*, 15, pp. 781-795.
- [46] R. Barrett, *The Greater Middle East and the Cold War: US Foreign Policy under Eisenhower and Kennedy* (Londres, 2007), pp. 167-168.
- [47] Boletim do Departamento de Estado, 21 de julho de 1958.
- [48] Kux, *United States and Pakistan*, pp. 110-111.
- [49] V. Nemchenok, «In Search of Stability amid Chaos: US Policy toward Iran, 1961-1963», *Cold War History* 10.3 (2010), 345.
- [50] Boletim da CIA, 7 de fevereiro de 1961; A. Rubinstein, *Soviet Foreign Policy toward Turkey, Iran and Afghanistan: The Dynamics of Influence* (Nova Iorque, 1982), pp. 67-68.
- [51] Relatório do Conselho de Segurança Nacional, Declaração de Política Norte-Americana ao Irão, 6 de julho de 1960, *FRUS, 1958-1960: Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula*, 12, pp. 680-688.
- [52] M. Momen, «The Babi and the Baha'i Community of Iran: A Case of "Suspended Genocide"?», *Journal of Genocide Research* 7.2 (2005), 221-242.
- [53] E. Abrahamian, *Iran between Two Revolutions* (Princeton, 1982), pp. 421-422.
- [54] J. Freivalds, «Farm Corporations in Iran: An Alternative to Traditional Agriculture», *Middle East Journal* 26.2 (1972), 185-193; J. Carey e A. Carey, «Iranian Agriculture and its Development: 1952-1973», *International Journal of Middle East Studies* 7.3 (1976), 359-382.
- [55] H. Ruhani, *Nehzat-e Imam-e Khomeini*, 2 vols. (Teerão, 1979), 1, p. 25.
- [56] Boletim da CIA, 5 de maio de 1961, citado por Nemchenok, «In Search of Stability», 348.

- [57] *Gahnname panjah sal Shahanshahiye Pahlavi* (Paris, 1964), 24 de janeiro de 1963.
- [58] Ver D. Brumberg, *Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran* (Chicago, 2001).
- [59] D. Zahedi, *The Iranian Revolution: Then and Now* (Boulder, CO, 2000), p. 156.
- [60] «United States Support for Nation-Building» (1968); embaixada norte-americana em Teerão para o Departamento de Estado, 4 de maio de 1972, ambos citados por R. Popp, «An Application of Modernization Theory during the Cold War? The Case of Pahlavi Iran», *International History Review* 30.1 (2008), 86-87.
- [61] Polk para Mayer, 23 de abril de 1965, citado por Popp, «Pahlavi Iran», 94.
- [62] Zahedi, *Iranian Revolution*, p. 155.
- [63] A. Danielsen, *The Evolution of OPEC* (Nova Iorque, 1982); F. Parra, *Oil Politics: A Modern History of Petroleum* (Londres, 2004), pp. 89 ss.
- [64] Ver especialmente M. Oren, *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East* (Oxford, 2002).

23 Rota da rivalidade entre superpotências

- [1] P. Pham, *Ending «East of Suez»: The British Decision to Withdraw from Malaysia and Singapore, 1964-1968* (Oxford, 2010).
- [2] G. Stocking, *Middle East Oil: A Study in Political and Economic Controversy* (Nashville, TN, 1970), p. 282; H. Astarjian, *The Struggle for Kirkuk: The Rise of Hussein, Oil and the Death of Tolerance in Iraq* (Londres, 2007), p. 158.
- [3] «Moscow and the Persian Gulf», memorando dos Serviços de Informação, 12 de maio de 1972, *FRUS, 1969-1976: Documents on Iran and Iraq, 1969-72*, E-4, 307.
- [4] *Izvestiya*, 12 de julho de 1969.
- [5] Buchan, *Days of God*, p. 129.
- [6] Kwarteng, *Ghosts of Empire*, pp. 72-73.
- [7] Departamento de Estado para embaixada em França, conversa de Davies-Lopinot sobre o Iraque e o Golfo Pérsico, 20 de abril de 1972, *FRUS, 1969-1976: Documents on Iran and Iraq, 1969-72*, E-4, 306.
- [8] G. Payton, «The Somali Coup of 1969: The Case for Soviet Complicity», *Journal of Modern African Studies* 18.3 (1980), 493-508.
- [9] Popp, «Arab Nationalism and US Cold War Policies», 408.
- [10] «Soviet aid and trade activities in the Indian Ocean Area», relatório CIA, S-6064 (1974); V. Goshev, *SSSR i strany Persidskogo zaliva* (Moscou, 1988).
- [11] Agência Americana de Controlo de Armas e Desarmamento, *World Military Expenditure and Arms Transfers, 1968-1977* (Washington, DC, 1979), p. 156; R. Menon, *Soviet Power and the Third World* (New Haven, 1986), p. 173; sobre o Iraque, A. Fedchenko, *Irak v bor'be za nezavisimost'* (Moscou, 1970).
- [12] S. Mehrotra, «The Political Economy of Indo-Soviet Relations», in R. Cassen (ed.), *Soviet Interests in the Third World* (Londres, 1985), p. 224; L. Racioppi, *Soviet Policy towards South Asia since 1970* (Cambridge, 1994), pp. 63-65.
- [13] L. Dupree, *Afghanistan* (Princeton, 1973), pp. 525-526.
- [14] «The Shah of Iran: An Interview with Mohammad Reza Pahlavi», *New Atlantic*, 1 de dezembro de 1973.
- [15] *Ibid.*

- [16] Boardman para Douglas-Home, agosto de 1973, FCO 55/1116. Também O. Freedman, «Soviet Policy towards Ba'athist Iraq, 1968-1979», in R. Donaldson (ed.), *The Soviet Union in the Third World* (Boulder, CO, 1981), pp. 161-191.
- [17] Saddam Hussein, *On Oil Nationalisation* (Bagdade, 1973), pp. 8, 10.
- [18] R. Bruce St John, *Libya: From Colony to Revolution* (Oxford, 2012), pp. 138-139.
- [19] Khadafi, «Address at Tūbruq», 7 de novembro de 1969, in «The Libyan Revolution in the Words of its Leaders», *Middle East Journal* 24.2 (1970), 209.
- [20] *Ibid.*, 209-210; M. Ansell e M. al-Arif, *The Libyan Revolution: A Sourcebook of Legal and Historical Documents* (Stoughton, WI, 1972), p. 280; *Multinational Corporations and United States Foreign Policy*, 93rd Congressional Hearings (Washington, DC, 1975), 8, pp. 771-773, citado por Yergin, *The Prize*, p. 562.
- [21] F. Halliday, *Iran, Dictatorship and Development* (Harmondsworth, 1979), p. 139; Yergin, *The Prize*, p. 607.
- [22] P. Marr, *Modern History of Iraq* (Londres, 2004), p. 162.
- [23] Embaixada em Trípoli para Washington, 5 de dezembro de 1970, citado por Yergin, *The Prize*, p. 569.
- [24] G. Hughes, «Britain, the Transatlantic Alliance, and the Arab-Israeli War of 1973», *Journal of Cold War Studies* 10.2 (2008), 3-40.
- [25] «The Agranat Report: The First Partial Report», *Jerusalem Journal of International Relations* 4.1 (1979), 80. Ver aqui também U. Bar-Joseph, *The Watchman Fell Asleep: The Surprise of Yom Kippur and its Sources* (Albany, Nova Iorque, 2005), esp. pp. 174-183.
- [26] A. Rabinovich, *The Yom Kippur War: The Epic Encounter that Transformed the Middle East* (Nova Iorque, 2004), p. 25; Andrew e Mitrokhin, *The Mitrokhin Archive II*, p. 160.
- [27] G. Golan, «The Soviet Union and the Yom Kippur War», in P. Kumaraswamy, *Revisiting the Yom Kippur War* (Londres, 2000), pp. 127-152; *idem*, «The Cold War and the Soviet Attitude towards the Arab-Israeli Conflict», in N. Ashton (ed.), *The Cold War in the Middle East: Regional Conflict and the Superpowers, 1967-73* (Londres, 2007), p. 63.
- [28] H. Kissinger, *Years of Upheaval* (Boston, 1982), p. 463.
- [29] «Address to the Nation about Policies to Deal with the Energy Shortages», 7 de novembro de 1973, *Public Papers of the Presidents of the United States [PPPUS]: Richard M. Nixon, 1973* (Washington, DC, 1975), pp. 916-917.
- [30] *Ibid.*; Yergin, *The Prize*, pp. 599-601.
- [31] D. Tihansky, «Impact of the Energy Crisis on Traffic Accidents», *Transport Research* 8 (1974), 481-483.
- [32] S. Godwin e D. Kulash, «The 55 mph Speed Limit on US Roads: Issues Involved», *Transport Reviews: A Transnational Transdisciplinary Journal* 8.3 (1988), 219-235.
- [33] Ver por exemplo R. Knowles, *Energy and Form: Approach to Urban Growth* (Cambridge, MA, 1974); P. Steadman, *Energy, Environment and Building* (Cambridge, 1975).
- [34] D. Rand, «Battery Systems for Electric Vehicles – a State-of-the-Art Review», *Journal of Power Sources* 4 (1979), 101-143.
- [35] Discurso num seminário sobre energia, 21 de agosto de 1973, citado por E. S. Godbold, *Jimmy and Rosalynn Carter: The Georgian Years, 1924-1974* (Oxford, 2010), p. 239.
- [36] J. G. Moore, «The Role of Congress», in R. Larson e R. Vest, *Implementation of Solar Thermal Technology* (Cambridge, MA, 1996), pp. 69-118.

- [37] Presidente Nixon, «Memorandum Directing Reductions in Energy Consumption by the Federal Government», 29 de junho de 1973, *PPPUS: Nixon, 1973*, p. 630.
- [38] Yergin, *The Prize*, pp. 579, 607.
- [39] *Ibid.*, p. 616.
- [40] K. Makiya, *The Monument: Art, Vulgarity, and Responsibility in Iraq* (Berkeley, 1991), pp. 20-32; R. Boudouï, «To Build a Stadium: Le Corbusier's Project for Baghdad, 1955-1973», *DC Papers, revista de critica y teoria de la arquitectura* 1 (2008), 271-280.
- [41] P. Stearns, *Consumerism in World History: The Global Transformation of Desire* (Londres, 2001), p. 119.
- [42] Sreedhar e J. Cavanagh, «US Interests in Iran: Myths and Realities», *ISDA Journal* 11.4 (1979), 37-40; Agência Americana de Controlo de Armas e Desarmamento, *World Military Expenditures and Arms Transfers 1972-82* (Washington, DC, 1984), p. 30; T. Moran, «Iranian Defense Expenditures and the Social Crisis», *International Security* 3.3 (1978), 180.
- [43] Citado por Buchan, *Days of God*, p. 162.
- [44] A. Alnasrawi, *The Economy of Iraq: Oil, Wars, Destruction of Development and Prospects, 1950-2010* (Westport, CT, 1994), p. 94; C. Tripp, *A History of Iraq* (Cambridge, 2000), p. 206.
- [45] «Secretary Kerry's Interview on Iran with NBC's David Gregory», 10 de novembro de 2013, Departamento de Estado Norte-Americano, embaixada dos Estados Unidos em Londres, *website*.
- [46] «Past Arguments Don't Square with Current Iran Policy», *Washington Post*, 27 de março de 2005.
- [47] S. Parry-Giles, *The Rhetorical Presidency, Propaganda, and the Cold War, 1945-55* (Westport, CT, 2002), pp. 164 ss.
- [48] Citado por Shawcross, *Shah's Last Ride*, p. 179.
- [49] Secretário de Estado Henry A. Kissinger para presidente Gerald R. Ford, memorando, 13 de maio de 1975, in M. Hunt (ed.), *Crises in US Foreign Policy: An International History Reader* (Nova Iorque, 1996), p. 398.
- [50] J. Abdulghani, *Iran and Iraq: The Years of Crisis* (Londres, 1984), pp. 152-155.
- [51] R. Cottam, *Iran and the United States: A Cold War Case Study* (Pittsburgh, 1988), pp. 149-151.
- [52] H. Kissinger, *The White House Years* (Boston, 1979), p. 1265; *idem*, *Years of Upheaval*; L. Meho, *The Kurdish Question in US Foreign Policy: A Documentary Sourcebook* (Westport, CT, 2004), p. 14.
- [53] *Power Study of Iran, 1974-75*, relatório ao governo imperial do Irão (1975), pp. 3-24, citado por B. Mossavar-Rahmani, «Iran», in J. Katz e O. Marwah (eds.), *Nuclear Power in Developing Countries: An Analysis of Decision Making* (Lexington, MA, 1982), p. 205.
- [54] D. Poneman, *Nuclear Power in the Developing World* (Londres, 1982), p. 86.
- [55] *Ibid.*, p. 87; J. Yaphe e C. Lutes, *Reassessing the Implications of a Nuclear-Armed Iran* (Washington, DC, 2005), p. 49.
- [56] B. Mossavar-Rahmani, «Iran's Nuclear Power Programme Revisited», *Energy Policy* 8.3 (1980), 193-194, e *idem*, *Energy Policy in Iran: Domestic Choices and International Implications* (Nova Iorque, 1981).
- [57] S. Jones e J. Holmes, «Regime Type, Nuclear Reversals, and Nuclear Strategy: The Ambiguous Case of Iran», in T. Yoshihara e J. Holmes (eds.), *Strategy in the Second Nuclear Age: Power, Ambition and the Ultimate Weapon* (Washington, DC, 2012), p. 219.
- [58] *Special Intelligence Estimate: Prospects for Further Proliferation of Nuclear Weapons* (1974), p. 38, National Security Archive.

- [59] K. Hamza com J. Stein, «Behind the Scenes with the Iraqi Nuclear Bomb», in M. Sifry e C. Cerf (eds.), *The Iraq War Reader: History, Documents, Opinions* (Nova Iorque, 2003), p. 191.
- [60] J. Snyder, «The Road to Osirak: Baghdad's Quest for the Bomb», *Middle East Journal* 37 (1983), 565-594; A. Cordesman, *Weapons of Mass Destruction in the Middle East* (Londres, 1992), pp. 95-102; D. Albright e M. Hibbs, «Iraq's Bomb: Blueprints and Artifacts», *Bulletin of the Atomic Scientists* (1992), 14-23.
- [61] A. Cordesman, *Iraq and the War of Sanctions: Conventional Threats and Weapons of Mass Destruction* (Westport, CT, 1999), pp. 603-606.
- [62] *Prospects for Further Proliferation*, pp. 20-26.
- [63] K. Mahmoud, *A Nuclear Weapons-Free Zone in the Middle East: Problems and Prospects* (Nova Iorque, 1988), p. 93.
- [64] Wright para Parsons e Egerton, 21 de novembro de 1973, FO 55/1116.
- [65] F. Khan, *Eating Grass: The Making of the Pakistani Bomb* (Stanford, 2012), p. 279.
- [66] Doutor A. Khan, «Pakistan's Nuclear Programme: Capabilities and Potentials of the Kahuta Project», discurso ao Instituto Paquistanês de Assuntos Internos, 10 de setembro de 1990, citado em Khan, *Making of the Pakistani Bomb*, p. 158.
- [67] Kux, *The United States and Pakistan*, pp. 221-224.
- [68] Memcon, 12 de maio de 1976, citado por R. Alvandi, *Nixon, Kissinger, and the Shah: The United States and Iran in the Cold War* (Oxford, 2014), p. 163.
- [69] G. Sick, *All Fall Down: America's Tragic Encounter with Iran* (Nova Iorque, 1987), p. 22.
- [70] «Toasts of the President and the Shah at a State Dinner», 31 de dezembro de 1977, *PPPUS: Jimmy Carter, 1977*, pp. 2220-2222.
- [71] Mossaver-Rahmani, «Iran's Nuclear Power», 192.
- [72] Pesaran, «System of Dependent Capitalism in Pre- and Post-Revolutionary Iran», *International Journal of Middle East Studies* 14 (1982), 507; P. Clawson, «Iran's Economy between Crisis and Collapse», *Middle East Research and Information Project Reports* 98 (1981), 11-15; K. Pollack, *Persian Puzzle: The Conflict between Iran and America* (Nova Iorque, 2004), p. 113; aqui também N. Keddie, *Modern Iran: Roots and Results of Revolution* (New Haven, 2003), pp. 158-162.
- [73] M. Heikal, *Iran: The Untold Story* (Nova Iorque, 1982), pp. 145-146.
- [74] Shawcross, *Shah's Last Ride*, p. 35.
- [75] J. Carter, *Keeping Faith: Memoirs of a President* (Fayetteville, AR, 1995), p. 118.
- [76] A. Moens, «President Carter's Advisers and the Fall of the Shah», *Political Science Quarterly* 106.2 (1980), 211-237.
- [77] D. Murray, *US Foreign Policy and Iran: American-Iranian Relations since the Islamic Revolution* (Londres, 2010), p. 20.
- [78] Departamento Norte-Americano de Comércio, *Foreign Broadcast Service*, 6 de novembro de 1979.
- [79] «Afghanistan in 1977: An External Assessment», Embaixada Americana em Cabul para Departamento de Estado, 30 de janeiro de 1978.
- [80] Braithwaite, *Afgantsy*, pp. 78-79; S. Coll, *Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and Bin Laden, from the Soviet Intervention to September 10, 2001* (Nova Iorque, 2004), p. 48.

24 Rota para a catástrofe

- [1] Andrew e Mitrokhin, *Mitrokhin Archive II*, pp. 178-180.

- [2] Sreedhar e Cavanagh, «US Interests in Iran», 140.
- [3] C. Andrew e O. Gordievsky, *KGB: The Inside Story of its Foreign Operations from Lenin to Gorbachev* (Londres, 1990), p. 459.
- [4] W. Sullivan, *Mission to Iran: The Last Ambassador* (Nova Iorque, 1981), pp. 201-203, 233; também Sick, *All Fall Down*, pp. 81-87; A. Moens, «President Carter's Advisors», *Political Science Quarterly* 106.2 (1991), 244.
- [5] Z. Brzezinski, *Power and Principle: Memoirs of the National Security Adviser, 1977-1981* (Londres, 1983), p. 38.
- [6] «Exiled Ayatollah Khomeini returns to Iran», BBC News, 1 de fevereiro de 1979.
- [7] Sick, *All Fall Down*, pp. 154-156; D. Farber, *Taken Hostage: The Iran Hostage Crisis and America's First Encounter with Radical Islam* (Princeton, 2005), pp. 99-100, 111-113.
- [8] C. Vance, *Hard Choices: Critical Years in America's Foreign Policy* (Nova Iorque, 1983), p. 343; B. Glad, *An Outsider in the White House: Jimmy Carter, his Advisors, and the Making of American Foreign Policy* (Ithaca, NY, 1979), p. 173.
- [9] *Constitution of the Islamic Republic of Iran* (Berkeley, 1980).
- [10] «Presidential Approval Ratings – Historical Statistics and Trends», www.gallup.com.
- [11] A. Cordesman, *The Iran-Iraq War and Western Security, 1984-1987* (Londres, 1987), p. 26. Também D. Kinsella, «Conflict in Context: Arms Transfers and Third World Rivalries during the Cold War», *American Journal of Political Science* 38.3 (1994), 573.
- [12] Sreedhar e Cavanagh, «US Interests in Iran», 143.
- [13] «Comment by Sir A. D. Parsons, Her Majesty's Ambassador, Teheran, 1974-1979», in N. Browne, *Report on British Policy on Iran, 1974-1978* (Londres, 1980), Anexo B.
- [14] R. Cottam, «US and Soviet Responses to Islamic Political Militancy», in N. Keddie e M. - Gasiorowski (eds.), *Neither East nor West: Iran, the Soviet Union and the United States* (New Haven, 1990), 279; A. Rubinstein, «The Soviet Union and Iran under Khomeini», *International Affairs* 57.4 (1981), 599.
- [15] O testemunho de Turner foi divulgado à imprensa, «Turner Sees a Gap in Verifying Treaty: Says Iran Bases Can't Be Replaced until '84», *New York Times*, 17 de abril de 1979.
- [16] R. Gates, *From the Shadows: The Ultimate Insider's Story of Five Presidents and How They Won the Cold War* (Nova Iorque, 1996). Gates diz pouco mais além de que as negociações foram delicadas e que o almirante Turner deixou crescer o bigode para a visita, presumivelmente como disfarce, pp. 122-123.
- [17] J. Richelson, «The Wizards of Langley: The CIA's Directorate of Science and Technology», in R. Jeffreys-Jones and C. Andrew (eds.), *Eternal Vigilance? 50 Years of the CIA* (Londres, 1997), pp. 94-95.
- [18] Rubinstein, «The Soviet Union and Iran under Khomeini», 599, 601.
- [19] Gates, *From the Shadows*, p. 132.
- [20] R. Braithwaite, *Afgantsy: The Russians in Afghanistan, 1979-89* (Londres, 2011), pp. 37-44.
- [21] «Main Outlines of the Revolutionary Tasks»; Braithwaite, *Afgantsy*, pp. 42-43; P. Dimitrakis, *The Secret War in Afghanistan: The Soviet Union, China and Anglo-American Intelligence in the Afghan War* (Londres, 2013), 1-20.
- [22] J. Amstutz, *Afghanistan: The First Five Years of Soviet Occupation* (Washington, DC, 1986), p. 130; H. Bradsher, *Afghanistan and the Soviet Union* (Durham, NC, 1985), p. 1010.
- [23] N. Newell e R. Newell, *The Struggle for Afghanistan* (Ithaca, NY, 1981), p. 86.
- [24] N. Misdaq, *Afghanistan: Political Frailty and External Interference* (2006), p. 108.

- [25] A. Assifi, «The Russian Rope: Soviet Economic Motives and the Subversion of Afghanistan», *World Affairs* 145.3 (1982-1983), 257.
- [26] V. Bukovsky, *Reckoning with Moscow: A Dissident in the Kremlin's Archives* (Londres, 1998), pp. 380-382.
- [27] Gates, *From the Shadows*, pp. 131-132.
- [28] Departamento de Estado Norte-Americano, Gabinete de Segurança, *The Kidnapping and Death of Ambassador Adolph Dubs, February 14 1979* (Washington, DC, 1979).
- [29] D. Cordovez e S. Harrison, *Out of Afghanistan: The Inside Story of the Soviet Withdrawal* (Oxford, 1995), p. 35; D. Camp, *Boots on the Ground: The Fight to Liberate Afghanistan from Al-Qaeda and the Taliban* (Minneapolis, 2012), pp. 8-9.
- [30] Comunicados da CIA, 20 de agosto; 24 de agosto; 11 de setembro; 14 de setembro, 20 de setembro; Gates, *From the Shadows*, pp. 132-133.
- [31] «What Are the Soviets Doing in Afghanistan?», 17 de setembro de 1979, National Security Archive.
- [32] D. MacEachin, *Predicting the Soviet Invasion of Afghanistan: The Intelligence Community's Record* (Washington, DC, 2002); O. Sarin e L. Dvoretzky, *The Afghan Syndrome: The Soviet Union's Vietnam* (Novato, CA, 1993), pp. 79-84.
- [33] M. Brecher e J. Wilkenfeld, *A Study of Crisis* (Ann Arbor, MI, 1997), p. 357.
- [34] *Pravda*, 29, 30 de dezembro de 1979.
- [35] Amstutz, *Afghanistan*, pp. 43-44. Estes rumores foram tão fortes – e, presumivelmente, tão persuasivos – que o embaixador Dubs indagou junto da CIA para saber se eram verdadeiros, Braithwaite, *Afgantsy*, pp. 78-79. Para os rumores espalhados localmente, R. Garthoff, *Detente and Confrontation: Soviet-American Relations from Nixon to Reagan* (Washington, DC, 1985), p. 904. Aqui também Andrew e Mitrokhin, *Mitrokhin Archive II*, pp. 393-394.
- [36] A. Lyakhovskii, *Tragediya i doblest' Afgana* (Moscovo, 1995), p. 102.
- [37] Braithwaite, *Afgantsy*, pp. 78-79, 71; Lyakhovskii, *Tragediya i doblest' Afgana*, p. 181.
- [38] Citado por V. Zubok, *A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev* (Chapel Hill, NC, 2007), p. 262; Coll, *Ghost Wars*, p. 48.
- [39] «Meeting of the Politburo Central Committee», 17 de março de 1979, pp. 142-149, in Dimitrakis, *Secret War*, p. 133.
- [40] Lyakhovskii, *Tragediya i doblest' Afgana*, pp. 109-112.
- [41] *Pravda*, 13 de janeiro de 1980.
- [42] Braithwaite, *Afgantsy*, p. 77.
- [43] «The Current Digest of the Soviet Press», *American Association for the Advancement of Slavic Studies* 31 (1979), 4.
- [44] Zubok, *A Failed Empire*, p. 262.
- [45] Lyakhovskii, *Tragediya i doblest' Afgana*, p. 215.
- [46] *Pravda*, 13 de janeiro de 1980.
- [47] Citado por Lyakhovskii, *Tragediya i doblest' Afgana*, p. 252.
- [48] Brzezinski relega esses avisos para segundo plano, *Power and Principle*, pp. 472-475; Vance, *Hard Choices*, pp. 372-373; Glad, *Outsider in the White House*, pp. 176-177.
- [49] D. Harris, *The Crisis: The President, the Prophet, and the Shah: 1979 and the Coming of Militant Islam* (Nova Iorque, 2004), p. 193.
- [50] *Ibid.*, pp. 199-200.
- [51] Farber, *Taken Hostage*, pp. 41-42.

- [52] Saunders, «Diplomacy and Pressure, November 1979-May 1980», in W. Christopher (ed.), *American Hostages in Iran: Conduct of a Crisis* (New Haven, 1985), pp. 78-79.
- [53] H. Alikhani, *Sanctioning Iran: Anatomy of a Failed Policy* (Nova Iorque, 2001), p. 67.
- [54] «Rivals doubt Carter will retain poll gains after Iran crisis», *Washington Post*, 17 de dezembro de 1979. Ver aqui C. Emery, «The Transatlantic and Cold War Dynamics of Iran Sanctions, 1979-80», *Cold War History* 10.3 (2010), 374-376.
- [55] «Text of Khomeini speech», 20 de novembro de 1979, memorando da NSC para o presidente Carter, citado por Emery, «Sanctions», 374.
- [56] *Ibid.*
- [57] *Ibid.*, 375.
- [58] «The Hostage Situation», memorando do diretor da CIA, 9 de janeiro de 1980, citado por Emery, «Iran Sanctions», 380.
- [59] Carter, *Keeping Faith*, p. 475.
- [60] *Ibid.* Também G. Sick, «Military Operations and Constraints», in Christopher, *American Hostages in Iran*, pp. 144-172.
- [61] Woodrow Wilson Center, *The Origins, Conduct, and Impact of the Iran–Iraq War, 1980–1988: A Cold War International History Project Document Reader* (Washington, DC, 2004).
- [62] «NSC on Afghanistan», Fritz Ermath para Brzezinski, citado por Emery, «Iran Sanctions», 379.
- [63] «The State of the Union. Address Delivered Before a Joint Session of the Congress», 23 de Janeiro de 1980, p. 197.
- [64] M. Bowden, *Guests of the Ayatollah: The First Battle in America's War with Militant Islam* (2006), pp. 359-361.
- [65] J. Kyle e J. Eidson, *The Guts to Try: The Untold Story of the Iran Hostage Rescue Mission by the On-Scene Desert Commander* (Nova Iorque, 1990); também P. Ryan, *The Iranian Rescue Mission: Why It Failed* (Annapolis, 1985).
- [66] S. Mackey, *The Iranians: Persia, Islam and the Soul of a Nation* (Nova Iorque, 1996), p. 298.
- [67] Brzezinski para Carter, 3 de janeiro de 1980, in H. Brands, «Saddam Hussein, the United States, and the Invasion of Iran: Was There a Green Light?», *Cold War History* 12.2 (2012), 322-323; ver também O. Njølstad, «Shifting Priorities: The Persian Gulf in US Strategic Planning in the Carter Years», *Cold War History* 4.3 (2004), 30-38.
- [68] R. Takeyh, «The Iran–Iraq War: A Reassessment», *Middle East Journal* 64 (2010), 367.
- [69] A. Bani-Sadr, *My Turn to Speak: Iran, the Revolution and Secret Deals with the US* (Washington, DC, 1991), pp. 13, 70-71; D. Hiro, *Longest War: The Iran–Iraq Military Conflict* (Nova Iorque, 1991), pp. 71-72; S. Fayazmanesh, *The United States and Iran: Sanctions, Wars and the Policy of Dual Containment* (Nova Iorque, 2008), pp. 16-17.
- [70] Brands, «Saddam Hussein, the United States, and the Invasion of Iran», 321-337.
- [71] K. Woods e M. Stout, «New Sources for the Study of Iraqi Intelligence during the Saddam Era», *Intelligence and National Security* 25.4 (2010), 558.
- [72] «Transcript of a Meeting between Saddam Hussein and his Commanding Officers at the Armed Forces General Command», 22 de novembro de 1980, citado por H. Brands e D. Palkki, «Saddam Hussein, Israel, and the Bomb: Nuclear Alarmism Justified?», *International Security* 36.1 (2011), 145-146.
- [73] «Meeting between Saddam Hussein and High-Ranking Officials», 16 de setembro de 1980, in K. Woods, D. Palkki e M. Stout (eds.), *The Saddam Tapes: The Inner Workings of a Tyrant's Regime* (Cambridge, 2011), p. 134.

- [74] Citado por Brands e Palkki, «Saddam, Israel, and the Bomb», 155.
- [75] «President Saddam Hussein Meets with Iraqi Officials to Discuss Political Issues», novembro de 1979, in Woods, Palkki e Stout, *Saddam Tapes*, p. 22.
- [76] Citado por Brands, «Saddam Hussein, the United States, and the Invasion of Iran», 331. Para as ideias paranoicas de Saddam, ver K. Woods, J. Lacey e W. Murray, «Saddam's Delusions: The View from the Inside», *Foreign Affairs* 85.3 (2006), 2-27.
- [77] J. Parker, *Persian Dreams: Moscow and Teheran since the Fall of the Shah* (Washington, DC, 2009), pp. 6-10.
- [78] Brands, «Saddam Hussein, the United States, and the Invasion of Iran», 331.
- [79] O. Smolansky e B. Smolansky, *The USSR and Iraq: The Soviet Quest for Influence* (Durham, NC, 1991), pp. 230-234.
- [80] «Military Intelligence Report about Iran», 1 de julho de 1980, citado por Brands, «Saddam Hussein, the United States, and the Invasion of Iran», 334. Também H. Brands, «Why Did Saddam Hussein Invade Iran? New Evidence on Motives, Complexity, and the Israel Factor», *Journal of Military History* 75 (2011), 861-865; *idem*, «Saddam and Israel: What Do the New Iraqi Records Reveal?», *Diplomacy & Statecraft* 22.3 (2011), 500-520.
- [81] Brands, «Saddam Hussein, the United States, and the Invasion of Iran», 323.
- [82] Sick, *All Fall Down*, pp. 313-314; J. Dumbrell, *The Carter Presidency: A Re-Evaluation* (Manchester, 2005), p. 171.
- [83] Brzezinski, *Power and Principle*, p. 504.
- [84] J.-M. Xaviere (tr.), *Sayings of the Ayatollah Khomeini: Political, Philosophical, Social and Religious: Extracts from Three Major Works by the Ayatollah* (Nova Iorque, 1980), pp. 8-9.
- [85] E. Abrahamian, *Khomeinism: Essays on the Islamic Republic* (Londres, 1989), p. 51.
- [86] T. Parsi, *The Treacherous Alliance: The Secret Dealings of Iran, Israel and the United States* (New Haven, 2007), p. 107.
- [87] R. Claire, *Raid on the Sun: Inside Israel's Secret Campaign that Denied Saddam Hussein the Bomb* (Nova Iorque, 2004).
- [88] Woods, Palkki e Stout, *Saddam Tapes*, p. 79.
- [89] «Implications of Iran's Victory over Iraq», 8 de junho de 1982, National Security Archive.
- [90] *The Times*, 14 de julho de 1982.
- [91] G. Shultz, *Turmoil and Triumph: Diplomacy, Power and the Victory of the American Deal* (Nova Iorque, 1993), p. 235.
- [92] B. Jentleson, *Friends Like These: Reagan, Bush, and Saddam, 1982-1990* (Nova Iorque, 1994), p. 35; J. Hiltermann, *A Poisonous Affair: America, Iraq and the Gassing of Halabja* (Cambridge, 2007), pp. 42-44.
- [93] «Talking Points for Amb. Rumsfeld's Meeting with Tariq Aziz and Saddam Hussein», 14 de dezembro de 1983, citado por B. Gibson, *Covert Relationship: American Foreign Policy, Intelligence and the Iran-Iraq War, 1980-1988* (Santa Bárbara, 2010), pp. 111-112.
- [94] Citado por Gibson, *Covert Relationship*, p. 113.
- [95] H. Brands e D. Palkki, «Conspiring Bastards: Saddam Hussein's Strategic View of the United States», *Diplomatic History* 36.3 (2012), 625-659.
- [96] «Talking Points for Ambassador Rumsfeld's Meeting with Tariq Aziz and Saddam Hussein», 4 de dezembro de 1983, citado por Gibson, *Covert Relationship*, p. 111.
- [97] Gibson, *Covert Relationship*, pp. 113-118.

- [98] Almirante Howe para o secretário de Estado, «Iraqi Use of Chemical Weapons», 1 de novembro de 1983, citado por Gibson, *Covert Relationship*, p. 107.
- [99] Citado por Z. Fredman, «Shoring up Iraq, 1983 to 1990: Washington and the Chemical Weapons Controversy», *Diplomacy & Statecraft* 23.3 (2012), 538.
- [100] O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 540, apelando ao fim das operações militares, mas falhando em mencionar as armas químicas. Segundo um alto oficial da ONU, quando o secretário-geral, Javier Pérez de Cuéllar, levantou a questão de examinar o assunto, «deparou-se com uma frieza glacial; o Conselho de Segurança não queria ter nada que ver com o assunto». Hiltermann, *A Poisonous Affair*, p. 58. Aqui ver também Gibson, *Covert Relationship*, pp. 108-109.
- [101] Fredman, «Shoring up Iraq», 539.
- [102] «Iraqi Use of Chemical Weapons», in Gibson, *Covert Relationship*, p. 108.
- [103] Fredman, «Shoring Up Iraq», 542.
- [104] A. Neier, «Human Rights in the Reagan Era: Acceptance by Principle», *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 506.1 (1989), 30-41.
- [105] Braithwaite, *Afgantsy*, pp. 201-202, e M. Bearden e J. Risen, *Afghanistan: The Main Enemy* (Nova Iorque, 2003), pp. 227, 333-336.
- [106] Braithwaite, *Afgantsy*, p. 214; D. Gai e V. Snegirev, *Vtorozhenie* (Moscou, 1991), p. 139.
- [107] Braithwaite, *Afgantsy*, pp. 228-229.
- [108] *Ibid.*, p. 223.
- [109] J. Hershberg, «The War in Afghanistan and the Iran–Contra Affair: Missing Links?», *Cold War History* 3.3 (2003), 27.
- [110] Diretiva Decisória de Segurança Nacional 166, 27 de março de 1985, National Security Archive.
- [111] Hershberg, «The War in Afghanistan and the Iran–Contra Affair», 28; também H. Teicher e G. Teicher, *Twin Pillars to Desert Storm: America's Flawed Vision in the Middle East from Nixon to Bush* (Nova Iorque, 1993), pp. 325-326.
- [112] Braithwaite, *Afgantsy*, p. 215.
- [113] Coll, *Ghost Wars*, pp. 161-162, 71-88.
- [114] *Beijing Review*, 7 de janeiro de 1980.
- [115] M. Malik, *Assessing China's Tactical Gains and Strategic Losses Post-September 11* (Carlisle Barracks, 2002), citado por S. Mahmud Ali, *US-China Cold War Collaboration: 1971-1989* (Abingdon, 2005), p. 177.
- [116] Braithwaite, *Afgantsy*, pp. 202-203.
- [117] Citado por Teicher e Teicher, *Twin Pillars to Desert Storm*, p. 328.
- [118] «Toward a Policy in Iran», in *The Tower Commission Report: The Full Text of the President's Special Review Board* (Nova Iorque, 1987), pp. 112-115.
- [119] H. Brands, «Inside the Iraqi State Records: Saddam Hussein, “Irangate” and the United States», *Journal of Strategic Studies* 34.1 (2011), 103.
- [120] H. Emadi, *Politics of the Dispossessed: Superpowers and Developments in the Middle East* (Westport, CT, 2001), p. 41.
- [121] Hershberg, «The War in Afghanistan and the Iran–Contra Affair», 30-31.
- [122] *Ibid.*, 35, 37-39.
- [123] M. Yousaf e M. Adkin, *The Bear Trap* (Londres, 1992), p. 150.

- [124] «Memorandum of Conversation, 26 May 1986», *Tower Commission Report*, pp. 311-312; Hershberg, «The War in Afghanistan and the Iran–Contra Affair», 40, 42.
- [125] Citado por Hershberg, «The War in Afghanistan and the Iran–Contra Affair», 39.
- [126] S. Yetiv, *The Absence of Grand Strategy: The United States in the Persian Gulf, 1972–2005* (Baltimore, 2008), p. 57.
- [127] E. Hooglund, «The Policy of the Reagan Administration toward Iran», in Keddie e Gasiorowski, *Neither East nor West*, p. 190. Para outro exemplo, ver Brands, «Inside the Iraqi State Records», 100.
- [128] K. Woods, *Mother of All Battles: Saddam Hussein's Strategic Plan for the Persian Gulf War* (Annapolis, 2008), p. 50.
- [129] B. Souresrafil, *Khomeini and Israel* (Londres, 1988), p. 114.
- [130] *Report of the Congressional Committees Investigating the Iran–Contra Affair, with Supplemental, Minority, and Additional Views* (Washington, DC, 1987), p. 176.
- [131] Para a venda de armas, *Report of the Congressional Committees Investigating the Iran–Contra Affair*, passim.
- [132] A. Hayes, «The Boland Amendments and Foreign Affairs Deference», *Columbia Law Review* 88.7 (1988), 1534-1574.
- [133] «Address to the Nation on the Iran Arms and Contra Aid Controversy», 13 de novembro de 1986, *PPPUS: Ronald Reagan, 1986*, p. 1546.
- [134] «Address to the Nation on the Iran Arms and Contra Aid Controversy», 4 de março de 1987, *PPPUS: Ronald Reagan, 1987*, p. 209.
- [135] L. Walsh, *Final Report of the Independent Counsel for Iran/Contra Matters*, 4 vols. (Washington, DC, 1993).
- [136] G. H. W. Bush, «Grant of Executive Clemency», Proclamação 6518, 24 de dezembro de 1992, *Federal Register* 57.251, pp. 62145-6.
- [137] «Cabinet Meeting regarding the Iran–Iraq War, mid-November 1986», e «Saddam Hussein Meeting with Ba'ath Officials», início de 1987, ambos citados por Brands, «Inside the Iraqi State Records», 105.
- [138] «Saddam Hussein Meeting with Ba'ath Officials», início de 1987, citado por Brands, «Inside the Iraqi State Records», 112-113.
- [139] *Ibid.*, 113.
- [140] *Comprehensive Report of the Special Advisor to the Director of Central Intelligence on Iraq's Weapons of Mass Destruction*, 3 vols. (2004), 1, p. 31; Brands, «Inside the Iraqi State Records», 113.
- [141] Notas de encontro de Colin Powell, 21 de janeiro de 1987, Woodrow Wilson Center, *The - Origins, Conduct, and Impact of the Iran–Iraq War*.
- [142] Brands, «Inside the Iraqi State Records», 112.
- [143] D. Neff, «The US, Iraq, Israel and Iran: Backdrop to War», *Journal of Palestinian Studies* 20.4 (1991), 35.
- [144] Brands e Palkki, «Conspiring Bastards», 648.
- [145] Fredman, «Shoring Up Iraq», 548.
- [146] WikiLeaks, 90 BAGHDAD 4237.
- [147] «Excerpts from Iraqi Document on Meeting with US Envoy», *New York Times*, 23 de setembro de 1990.

- [1] Paul para Foreign & Commonwealth Office, «Saddam Hussein al-Tikriti», 20 de dezembro de 1969, FCO 17/871; «Saddam Hussein», telegrama da embaixada britânica, Bagdade para Foreign and Commonwealth Office, Londres, 20 de dezembro 1969, FCO 17/871.
- [2] «Rumsfeld Mission: December 20 Meeting with Iraqi President Saddam Hussein», National Security Archive. Sobre os franceses e Saddam, C. Saint-Prot, *Saddam Hussein: un gaullisme arabe?* (Paris, 1987); ver também D. Styan, *France and Iraq: Oil, Arms and French Policy Making in the Middle East* (Londres, 2006).
- [3] «Saddam and his Senior Advisors Discussing Iraq's Historical Rights to Kuwait and the US Position», 15 de dezembro de 1990, in Woods, Palkki e Stout, *Saddam Tapes*, pp. 34-35.
- [4] Presidente George H. W. Bush, «National Security Directive 54. Responding to Iraqi Aggression in the Gulf», 15 de Janeiro de 1991, National Security Archive.
- [5] G. Bush, *Speaking of Freedom: The Collected Speeches of George H. W. Bush* (Nova Iorque, 2009), pp. 196-197.
- [6] J. Woodard, *The America that Reagan Built* (Westport, CT, 2006), p. 139, n. 39.
- [7] Presidente George H. W. Bush, «National Security Directive 54. Responding to Iraqi Aggression in the Gulf».
- [8] G. Bush e B. Scowcroft, *A World Transformed* (Nova Iorque, 1998), p. 489.
- [9] Citado por J. Connelly, «In Northwest: Bush–Cheney Flip Flops Cost America in Blood», *Seattle Post-Intelligencer*, 29 de julho de 2004. Ver também B. Montgomery, *Richard B. Cheney and the Rise of the Imperial Vice Presidency* (Westport, CT, 2009), p. 95.
- [10] W. Martel, *Victory in War: Foundations of Modern Strategy* (Cambridge, 2011), p. 248.
- [11] Presidente Bush, «Address before a Joint Session of the Congress on the State of the Union», 28 de janeiro de 1992, *PPPUS: George Bush, 1992-1993*, p. 157.
- [12] Sobre o colapso da União Soviética, ver S. Plokhy, *The Last Empire: The Final Days of the Soviet Union* (Nova Iorque, 2014); sobre a China neste período, L. Brandt e T. Rawski (eds.), *China's Great Economic Transformation* (Cambridge, 2008).
- [13] Bush, «State of the Union», 28 de janeiro de 1992, p. 157.
- [14] Resolução das Nações Unidas 687 (1991), Cláusula 20.
- [15] S. Zahdi e M. Smith Fawzi, «Health of Baghdad's Children», *Lancet* 346.8988 (1995), 1485; C. Ronsmans *et al.*, «Sanctions against Iraq», *Lancet* 347.8995 (1996), 198-00. Os números da mortalidade foram depois revistos em baixa, S. Zaidi, «Child Mortality in Iraq», *Lancet* 350.9084 (1997), 1105.
- [16] *60 Minutes*, CBS, 12 de maio de 1996.
- [17] B. Lambeth, *The Unseen War: Allied Air Power and the Takedown of Saddam Hussein* (Annapolis, 2013), p. 61.
- [18] Para uma sinopse aqui, ver C. Gray, «From Unity to Polarization: International Law and the Use of Force against Iraq», *European Journal of International Law* 13.1 (2002), 1-19. Também A. Bernard, «Lessons from Iraq and Bosnia on the Theory and Practice of No-Fly Zones», *Journal of Strategic Studies* 27 (2004), 454-478.
- [19] Lei de Libertação do Iraque, 31 de outubro de 1998.
- [20] Presidente Clinton, «Statement on Signing the Iraq Liberation Act of 1998», 31 de outubro de 1998, *PPPUS: William J. Clinton, 1998*, pp. 1938-1939.
- [21] S. Aubrey, *The New Dimension of International Terrorism* (Zurique, 2004), pp. 53-56; M. - Ensalaco, *Middle Eastern Terrorism: From Black September to September 11* (Filadélfia, 2008), pp. 183-186; para o ataque de Dhahran, no entanto, notar C. Shelton, «The Roots of Analytic Failure

in the US Intelligence Community», *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence* 24.4 (2011), 650-651.

[22] Resposta à carta de Clinton, sem data, 1999. Clinton Presidential Records, Near Eastern Affairs, Box 2962; Folder: Iran-US, National Security Archive. Para o despacho de Clinton, entregue pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Omã, ver «Message to President Khatami from President Clinton», sem data, 1999, National Security Archive.

[23] «Afghanistan: Taliban seeks low-level profile relations with [United States government] – at least for now», embaixada norte-americana em Islamabad, 8 de outubro de 1996, National Security Archive.

[24] «Afghanistan: Jalaluddin Haqqani's emergence as a key Taliban Commander», embaixada norte-americana em Islamabad, 7 de janeiro de 1997, National Security Archive.

[25] «Usama bin Ladin: Islamic Extremist Financier», biografia da CIA 1996, National Security Archive.

[26] «Afghanistan: Taliban agrees to visits of militant training camps, admit Bin Ladin is their guest», telegrama do Consulado Norte-Americano (Peshawar), 9 de janeiro de 1996, National Security Archive.

[27] *Ibid.*

[28] *National Commission on Terrorist Attacks upon the United States* (Washington, DC, 2004), pp. 113-114.

[29] Presidente Clinton, «Address to the Nation», 20 de agosto de 1998, *PPPUS: Clinton, 1998*, p. 1461. Três dias antes, o presidente prestara o seu agora famoso testemunho segundo o qual o anterior testemunho, «Não tive relações sexuais com essa mulher, Miss [Monica] Lewinsky», era verdadeiro e que a sua declaração de que «não há uma relação sexual, uma relação sexual imprópria ou outra espécie de relação imprópria» estava correta, dependendo «do significado da palavra “há”», *Appendices to the Referral to the US House of Representatives* (Washington, DC, 1998), 1, p. 510.

[30] «Afghanistan: Reaction to US Strikes Follows Predictable Lines: Taliban Angry, their Opponents Support US», telegrama da embaixada norte-americana (Islamabad), 21 de agosto 1998, National Security Archive.

[31] «Bin Ladin's Jihad: Political Context», Departamento de Estado Norte-Americano, Gabinete de Informação e Pesquisa, Avaliação dos Serviços de Informação, 28 de Agosto de 1998, National Security Archive.

[32] «Afghanistan: Taliban's Mullah Omar's 8/22 Contact with State Department», telegrama do Departamento de Estado Norte-Americano, 23 de agosto de 1998, National Security Archive.

[33] «Osama bin Laden: Taliban Spokesman Seeks New Proposal for Resolving bin Laden Problem», telegrama do Departamento de Estado Norte-Americano, 28 de novembro de 1998, National Security Archive.

[34] *Ibid.*

[35] «Afghanistan: Taliban's Mullah Omar's 8/22 Contact with State Department», telegrama do Departamento de Estado Norte-Americano, 23 de agosto de 1998, National Security Archive.

[36] *Ibid.*

[37] Por exemplo, «Afghanistan: Tensions Reportedly Mount within Taliban as Ties with Saudi Arabia Deteriorate over Bin Ladin», telegrama da embaixada norte-americana (Islamabad), 28 de outubro de 1998; «Usama bin Ladin: Coordinating our Efforts and Sharpening our Message on Bin Ladin», telegrama da embaixada norte-americana (Islamabad), 19 de outubro de 1998; «Usama bin

Ladin: Saudi Government Reportedly Turning the Screws on the Taliban on Visas», telegrama da embaixada norte-americana (Islamabad), 22 de dezembro de 1998, National Security Archive.

[38] *Osama bin Laden: A Case Study*, Sandia Research Laboratories, 1999, National Security Archive.

[39] «Afghanistan: Taleban External Ambitions», Departamento de Estado Norte-Americano, Gabinete de Informação e Pesquisa, 28 de outubro de 1998, National Security Archive.

[40] A. Rashid, *Taliban: The Power of Militant Islam in Afghanistan and Beyond* (ed. rev., Londres, 2008).

[41] *Osama bin Laden: A Case Study*, p. 13.

[42] «Bin Ladin Determined to Strike in US», 6 de agosto de 2001, National Security Archive.

[43] «Searching for the Taliban's Hidden Message», telegrama da embaixada norte-americana (Islamabad), 19 de setembro de 2000, National Security Archive.

[44] *The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks upon the United States* (Nova Iorque, 2004), p. 19.

[45] *Ibid.*, passim.

[46] Presidente George W. Bush, discurso à nação sobre os ataques terroristas, 11 de setembro de 2001, *PPPUS: George W. Bush, 2001*, pp. 1099-1100.

[47] «Arafat Horrified by Attacks, But Thousands of Palestinians Celebrate; Rest of World-Outraged», Fox News, 12 de setembro de 2001.

[48] Declaração de Abdul Salam Zaeef, embaixador talibã no Paquistão, 12 de setembro de 2001, National Security Archive.

[49] Al-Jazeera, 12 de setembro de 2001.

[50] «Action Plan as of 9/13/2001, 7:55am», Departamento de Estado Norte-Americano, 13 de setembro de 2001, National Security Archive.

[51] «Deputy Secretary Armitage's Meeting with Pakistani Intel Chief Mahmud: You're Either with Us or You're Not», Departamento de Estado Norte-mericano, 13 de setembro de 2001, National Security Archive.

[52] «Message to Taliban», telegrama do Departamento de Estado Norte-Americano, 7 de outubro de 2001, National Security Archive.

[53] «Memorandum for President Bush: Strategic Thoughts», gabinete do secretário da Defesa, 30 de setembro de 2001, National Security Archive.

[54] Presidente Bush, discurso do Estado da Nação, 29 de janeiro de 2002, *PPPUS: Bush, 2002*, p. 131.

[55] «US Strategy in Afghanistan: Draft for Discussion», memorando do Conselho de Segurança Nacional, 16 de outubro de 2001, National Security Archive.

[56] «Information Memorandum. Origins of the Iraq Regime Change Policy», Departamento de Estado Norte-Americano, 23 de janeiro de 2001, National Security Archive.

[57] «Untitled», notas de Donald Rumsfeld, 27 de novembro de 2001, National Security Archive.

[58] *Ibid.*

[59] «Europe: Key Views on Iraqi Threat and Next Steps», 18 de Dezembro de 2001; «Problems and Prospects of "Justifying" War with Iraq», 29 de Agosto de 2002. Ambos emitidos pelo Departamento de Estado Americano, Avaliação de Informação do Gabinete de Informação e Pesquisa, National Security Archive. Lord Goldsmith ao primeiro-ministro, «Iraq», 30 de Julho de 2002; «Iraq: Interpretation of Resolution 1441», Esboço, 14 de Janeiro de 2003; «Iraq: Interpretation of Resolution 1441», Esboço, 12 de Fevereiro de 2003, The Iraq Enquiry Archive.

- [60] «To Ousted Boss, Arms Watchdog Was Seen as an Obstacle in Iraq», *New York Times*, 13 de outubro de 2013.
- [61] «Remarks to the United Nations Security Council», 5 de fevereiro de 2003, National Security Archive.
- [62] «The Status of Nuclear Weapons in Iraq», 27 de janeiro de 2003, AIEA, National Security Archive.
- [63] «An Update on Inspection», 27 de janeiro de 2003, UNMOVIC, National Security Archive.
- [64] Woods e Stout, «New Sources for the Study of Iraqi Intelligence», esp. 548-552.
- [65] «Remarks to the United Nations Security Council», 5 de fevereiro de 2003; cf. «Iraqi Mobile Biological Warfare Agent Production Plants», relatório da CIA, 28 de maio de 2003, National Security Archive.
- [66] «The Future of the Iraq Project», Departamento de Estado, 20 de abril de 2003, National Security Archive.
- [67] Ari Fleischer, comunicado de imprensa, 18 de fevereiro de 2003; Paul Wolfowitz, «Testimony before House Appropriations Subcommittee on Defense», 27 de março de 2003.
- [68] «US Strategy in Afghanistan: Draft for Discussion», memorando do Conselho de Segurança Nacional, 16 de outubro de 2001, National Security Archive.
- [69] Grupo de Planeamento Polo Step, compilação de *slides* do Comando Central Norte-Americano, c. 15 de agosto de 2002, National Security Archive.
- [70] H. Fischer, «US Military Casualty Statistics: Operation New Dawn, Operation Iraqi Freedom and Operation Enduring Freedom», *Congressional Research Service*, RS22452 (Washington, DC, 2014).
- [71] As estimativas de baixas civis no Iraque e Afeganistão entre 2001 e 2004 são geralmente colocadas no âmbito de 170 mil-220 mil. Ver, por exemplo, www.costsofwar.org.
- [72] L. Bilmes, «The Financial Legacy of Iraq and Afghanistan: How Wartime Spending Decisions Will Constrain Future National Security Budgets», *Harvard Kennedy School Faculty Research Working Paper Series*, março de 2013.
- [73] R. Gates, *Memoirs of a Secretary at War* (Nova Iorque, 2014), p. 577.
- [74] «How is Hamid Karzai Still Standing?», *New York Times*, 20 de novembro de 2013.
- [75] «Memorandum for President Bush: Strategic Thoughts», National Security Archive.
- [76] «“Rapid Reaction Media Team” Concept», Departamento da Defesa Norte-Americano, Gabinete do secretário-assistente para Operações Especiais e Conflito de Baixa Intensidade, 16 de janeiro de 2003, National Security Archive.
- [77] M. Phillips, «Cheney Says He was Proponent for Military Action against Iran», *Wall Street Journal*, 30 de agosto de 2009.
- [78] «Kerry presses Iran to prove its nuclear program peaceful», Reuters, 19 de novembro de 2013.
- [79] «Full Text: Al-Arabiya Interview with John Kerry», 23 de janeiro de 2014, www.alarabiya.com.
- [80] Presidente Obama, «Remarks by the President at AIPAC Policy Conference», 4 de março de 2012, Casa Branca.
- [81] D. Sanger, «Obama Order Sped Up Wave of Cyber-Attacks against Iran», *New York Times*, 1 de junho de 2012; *idem*, *Confront and Conceal: Obama’s Secret Wars and Surprising Use of American Power* (Nova Iorque, 2012).

Conclusão: A nova rota da seda

- [1] B. Gelb, *Caspian Oil and Gas: Production and Prospects* (2006); *BP Statistical Review of World Energy June 2006*; PennWell Publishing Company, *Oil & Gas Journal*, 19 de dezembro de 2005; Administração de Informação sobre Energia, *Caspian Sea Region: Survey of Key Oil and Gas Statistics and Forecasts*, julho de 2006; «National Oil & Gas Assessment», US Geological Survey (2005).
- [2] T. Klett, C. Schenk, R. Charpentier, M. Brownfield, J. Pitman, T. Cook e M. Tennyson, «Assessment of Undiscovered Oil and Gas Resources of the Volga-Ural Region Province, Russia and Kazakhstan», US Geological Survey (2010), pp. 3095-3096.
- [3] Zelenyi Front, «Vyvoz chernozema v Pesochine: brakon'ervy zaderrzhany», comunicado de imprensa (Kharkiv, 12 de junho de 2011).
- [4] World Bank, *World Price Watch* (Washington, DC, 2012).
- [5] O Afeganistão é responsável por 74 por cento da produção global de ópio, tendo baixado de 92 por cento, em 2007, *United Nations Office on Drugs and Crime – World Drug Report 2011* (Viena, 2011), p. 20. Ironicamente, como mostram os preços locais do ópio, quanto mais eficaz a campanha para reduzir a produção de ópio, mais altos são os preços – e, logo, mais lucrativos se tornam o cultivo e o tráfico. Para alguns números recentes, ver *Afghanistan Opium Price Monitoring: Monthly Report* (Ministério Contranarcóticos, República Islâmica do Afeganistão, Cabul, e Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e Crime, Cabul, março de 2010).
- [6] «Lifestyles of the Kazakhstani leadership», telegrama diplomático norte-americano, EO 12958, 17 de abril de 2008, WikiLeaks.
- [7] *Guardian*, 20 de abril de 2015.
- [8] «President Ilham Aliyev – Michael (Corleone) on the Outside, Sonny on the Inside», telegrama diplomático norte-americano, 18 de setembro de 2009, WikiLeaks EO 12958; para as propriedades detidas por Aliyev no Dubai, *Washington Post*, 5 de março de 2010.
- [9] Citado em «HIV created by West to enfeeble third world, claims Mahmoud Ahmadinejad», *Daily Telegraph*, 18 de janeiro de 2012.
- [10] Hillary Clinton, «Remarks at the New Silk Road Ministerial Meeting», Nova Iorque, 22 de setembro de 2011, Departamento de Estado Norte-Americano.
- [11] J. O'Neill, *Building with Better BRICS*, Global Economics Paper, n.º 66, Goldman Sachs (2003); R. Sharma, *Breakout Nations: In Pursuit of the Next Economic Miracles* (Londres, 2012); J. O'Neill, *The Growth Map: Economic Opportunity in the BRICs and Beyond* (Londres, 2011).
- [12] Jones Lang Lasalle, *Central Asia: Emerging Markets with High Growth Potential* (fevereiro de 2012).
- [13] www.rotana.com/erbilrotana.
- [14] *The World in London: How London's Residential Resale Market Attracts Capital from across the Globe*, Savills Research (2011).
- [15] A estrela internacional dos Camarões, Samuel Eto'o, foi contratado ao Barcelona, em 2011, Associated Press, 23 de agosto de 2011. A abertura Campeonato do Mundo de futebol feminino sub-17 foi marcada por uma cerimónia de abertura que durou dez minutos e exibia «a trupe de dançarinos premiada Shiv Shakit», «Grand Opening: Trinbagonian treat in store for U-17 Women's World Cup», *Trinidad Express*, 27 de agosto de 2010.
- [16] T. Kutchins, T. Sanderson e D. Gordon, *The Northern Distribution Network and the Modern Silk Road: Planning for Afghanistan's Future*, Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, 2009).

- [17] I. Danchenko e C. Gaddy, «The Mystery of Vladimir Putin's Dissertation», versão editada de uma série de apresentações dos autores perante um painel do Brookings Institution Foreign Policy Program, 30 de março de 2006.
- [18] «Putin pledges \$43 billion for infrastructure», Associated Press, 21 de junho de 2013. Para estimativas, ver International Association «Coordinating Council on Trans-Siberian Transportation», «Transsib: Current Situation and New Business Perspectives in Europe–Asian Traffic», UNECE Workgroup, 9 de setembro de 2013.
- [19] Ver por exemplo *The Beijing Times*, 8 de maio de 2014.
- [20] «Hauling New Treasure along Silk Road», *New York Times*, 20 de julho de 2013.
- [21] Para um relatório do impacto da China nos preços do ouro a retalho, World Gold Council, *China's Gold Market: Progress and Prospects* (2014). As vendas na China da Prada e companhias semelhantes subiram 40 por cento só em 2011, *Annual Report, Prada Group* (2011). No final de 2013, as receitas do Grupo Prada na Grande China eram quase o dobro das receitas das Américas do Norte e do Sul combinadas, *Annual Report* (2014).
- [22] Ver, por exemplo, o recente anúncio de um investimento de 46 mil milhões de dólares para construir o Corredor Económico China-Paquistão, Xinhua, 21 de abril de 2015.
- [23] *Investigative Report on the US National Security Issues Posed by Chinese Telecommunications Companies Huawei and ZTE*, US House of Representatives Report, 8 de outubro de 2012.
- [24] Departamento da Defesa, *Sustaining US Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense* (Washington, DC, 2012).
- [25] Presidente Obama, «Remarks by the President on the Defense Strategic Review», 5 de janeiro de 2012, Casa Branca.
- [26] Ministério da Defesa, *Strategic Trends Programme: Global Strategic Trends – Out to 2040* (Londres, 2010), p. 10.
- [27] Federação Internacional de Direitos Humanos, *Shanghai Cooperation Organisation: A Vehicle for Human Rights Violations* (Paris, 2012).
- [28] «Erdoğan's Shanghai Organization remarks lead to confusion, concern», *Today's Zaman*, 28 de janeiro de 2013.
- [29] Hillary Clinton, «Remarks at the New Silk Road Ministerial Meeting», 22 de setembro de 2011, cidade de Nova Iorque.
- [30] Presidente Xi Jinping, «Promote People-to-People Friendship and Create a Better Future», 7 de setembro de 2013, Xinhua.

Epílogo à edição comemorativa

- [1] P. Frankopan, «The Age of Crisis», *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* 18 (2025), 1-6.
- [2] «Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at Nazarbayev University, 8 September 2013» [Discurso de S. Ex.^a Xi Jinping, Presidente da República Popular da China, na Universidade Nazarbayev, 8 de setembro de 2013], Ministério dos Negócios Estrangeiros, República Popular da China.
- [3] «Decision of the Central Committee of the Communist Party of China on Some Major Issues Concerning Comprehensively Deepening the Reform» [Decisão da Comissão Central do Partido Comunista da China sobre Algumas Questões Fundamentais Relativas ao Aprofundamento Abrangente da Reforma], Artigo 26, Secção VII, 12 de novembro de 2013.
- [4] Winter, *Silk Road*, p. 155.

- [5] Li Keqiang, «Report on the Work of the Government» [Relatório sobre a Atividade do Governo], Terceira Sessão da Décima Segunda Assembleia Popular Nacional, Conselho de Estado, República Popular da China, 5 de março de 2015.
- [6] «Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road» [Visão e Ações para a Construção Conjunta do Cinturão Económico da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI], Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério do Comércio, República Popular da China, março de 2015.
- [7] M. Chase, «The Space and Cyberspace Components of the Belt and Road Initiative», in N. Rolland (ed.), *Securing the Belt and Road Initiative: China's Evolving Military Engagement Along the Silk Roads*, National Bureau of Asian Research, Special Report n.º 80 (2019), pp. 19-32.
- [8] «Wang Yi: The Belt and Road Initiative Becomes New Opportunity for China-Latin America Cooperation» [Wang Yi: A Iniciativa Cinturão e Rota como Nova Oportunidade para a Cooperação China-América Latina], Ministério dos Negócios Estrangeiros, República Popular da China, 18 de setembro de 2017.
- [9] A. Moe, G. Heggelund e K. Fürst, «Sino-Russian Cooperation in Arctic Maritime Development: Expectations and Contradictions», *Europe-Asia Studies* 75 (2023), 1369.
- [10] «China's Arctic Policy» [Política Ártica da China], Gabinete de Informação do Conselho de Estado, República Popular da China, 26 de junho de 2018.
- [11] «“Belt and Road” incorporated into CPC Constitution», Xinhua, 24 de outubro de 2017.
- [12] Winter, *Geocultural Power*, p. 11.
- [13] J. McBride, N. Berman e A. Chatzky, «China's Massive Belt and Road Initiative», Council on Foreign Relations, 2 de fevereiro de 2023.
- [14] Shi Hongtao, «China's “Malacca Dilemma”», *China Youth Daily*, 15 de junho de 2004.
- [15] «US coerces others to prevent Chinese warships' presence», *Global Times*, 6 de dezembro de 2021.
- [16] Winter, *Geocultural Power*, pp. 13-14.
- [17] M. Funairole, B. Hart e L. McElwee, «Dire Straits: China's Push to Secure its Energy Interests in the Middle East», Center for Strategic and International Studies, 3 de fevereiro de 2023; V. Nouwens, *China's 21st Century Maritime Silk Road: Implications for the UK*, Royal United Services Institute (Londres, 2019).
- [18] G. Esfandiari, «Iran to Work with China to Create National Internet System», Radio Free Europe, 4 de setembro de 2020; A. Hussain, «Pakistan tests secret Chinalike “firewall” to tighten online surveillance», Al Jazeera, 26 de novembro de 2024; J. Vainilavičius, «Russia inches closer to Chinese-style great firewall», Cybernews, 15 de novembro de 2023.
- [19] «Full text of President Xi Jinping's 2025 New Year message», Qiushi, 31 de dezembro de 2024.
- [20] J. Webster, «China's high-stakes diplomacy: Managing Middle Eastern turmoil», *The Interpreter*, 7 de agosto de 2024; C. Chang, V. Rana, Z. Gupta e V. Rezvijs, «Saudi-China ties and renminbi-based oil trade», *S&P Global*, 20 de agosto de 2024.
- [21] M. Stott, «US reluctance on trade deals sends Latin America towards China», *Financial Times*, 24 de maio de 2023.
- [22] «China remains Africa's largest trading partner for 15 consecutive years», *People's Daily*, 1 de fevereiro de 2024.
- [23] P. Frankopan, *The New Silk Roads: The Present and Future of the World* (Londres, 2018), pp. 126-7.

- [24] J. Leahy, J. Kynge e B. Parkin, «Ten years of China's Belt and Road: what has \$1tn achieved?», *Financial Times*, 22 de outubro de 2023; A. Aamir, «Pakistan still long way off China Belt and Road goals after 10 years», *Nikkei Asia*, 20 de abril de 2025.
- [25] «Kenya's Railway Falls Far Short of Expectations; Drives Mounting Debt», Africa Defense Forum, 12 de março de 2024.
- [26] M. Laruelle e D. Royce, *No Great Game: Central Asia's Public Opinions on Russia, China, and the U.S.*, Kennan Institute (Washington DC, 2020).
- [27] A. Malik *et al.*, «Banking on the Belt and Road: Insights from a new global dataset of 13,427 Chinese development projects», AidData (Williamsburg, VA, 2021).
- [28] U. Moramudali, «The Hambantota Port Deal: Myths and Realities», *The Diplomat*, 1 de janeiro de 2020; A. Vines, C. Butler e Y. Jie, «The response to debt distress in Africa and the role of China», *Chatham House Research Paper*, 15 de dezembro de 2022; H. Jilani e B. Parkin, «Pakistan reaches \$7bn loan deal with IMF», *Financial Times*, 13 de julho de 2024.
- [29] L. Kemoe, M. Mbohou Mama, H. Mighri e S. Quayyum, «African Currencies are under Pressure amid Higher-for-Longer US Interest Rates», Blogue do FMI: Chart of the Week, 15 de maio de 2023.
- [30] A. Ware, «Africa's debt isn't mostly to China and many Beijing-financed projects are for clean energy», *The China Project*, 19 de julho de 2023.
- [31] Banco Asiático de Desenvolvimento, *Meeting Asia's Infrastructure Needs* (Manila, 2017).
- [32] António Guterres, «Remarks at the opening of the Belt and Road Forum», 14 de maio de 2017.
- [33] «How China's Belt and Road Initiative is changing», *Economist*, 17 de outubro de 2023.
- [34] D. Gordon, H. Tong e T. Anderson, *Beyond the Myths – Towards a Realistic Assessment of China's Belt and Road Initiative: The Security Dimension* (Londres, 2020); K. Gallagher *et al.*, *The Belt and Road at Ten: Minimizing the Risks of China's Belt and Road Initiative*, Boston University Global Development Policy Center (Boston, 2023).
- [35] «China's Xi says funds for Africa not for “vanity projects”», Reuters, 3 de setembro de 2018.
- [36] «Xi Jinping's Keynote Speech at the Second Belt and Road Forum for International Cooperation Opening Ceremony», Xinhua, 26 de abril de 2019.
- [37] «Xi urges continuous efforts to promote high-quality BRI development», Agência Chinesa de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, 21 de novembro de 2021.
- [38] Agência Chinesa de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, *International Development Cooperation: China's Practice: “Small and Beautiful” Projects* (Pequim, 2025).
- [39] G. Bin e Z. Renge, «China's Pivot to “Small and Beautiful” Foreign Aid», *The Diplomat*, 13 de março de 2025.
- [40] «Full text of Xi Jinping's keynote speech at 3rd Belt and Road Forum for International Cooperation», Xinhua, 18 de outubro de 2023.
- [41] Bin e Renge, «China's Pivot».
- [42] R. Ray, «Small is Beautiful: A New Era in China's Overseas Development Finance?», *GCI Policy Brief #017*, Boston University Global Development Policy Center (2023).
- [43] «Full text of Xi Jinping's keynote speech at 3rd Belt and Road Forum for International-Cooperation».
- [44] «The Belt and Road Initiative: A Key Pillar of the Global Community of Shared Future», Gabinete de Informação do Conselho de Estado, República Popular da China, 10 de outubro de 2023.
- [45] W. Chuan Lim *et al.*, «How ASEAN Can Use its Trade Advantage to Power Ahead», Boston Consulting Group, 3 de maio de 2023.

- [46] R. Brooks, «Transshipments from Germany to Russia», Brookings Institution, 26 de setembro de 2024.
- [47] Banco Asiático de Desenvolvimento, *Progress in Trade Facilitation in CAREC Countries: A 10-Year Corridor Performance Measurement and Monitoring Perspective* (Manila, 2022).
- [48] «Qirg'iziston Markaziy Osiyo davlatlariga yagona vizani joriy etishni taklif qildi», *Gazeta.Uz*, 14 de março de 2025; «Главы государств открыли стелу Дружбы Узбекистана, Таджикистана и Кыргызстана», Presidente da República do Uzbequistão, 31 de março de 2025.
- [49] T. Umarov e Alibek Mukambayev, «Central Asian States Have Put Aside their Territorial Disputes. Why Now?», Carnegie Foundation, 9 de abril de 2025.
- [50] «Azerbaijan, China sign documents to enhance economic and trade partnership», Azertac, 23 de abril de 2025.
- [51] «Israel seeks to remove sanctions in “strategic alliance” with Azerbaijan», *Jerusalem Post*, 15 de março de 2025.
- [52] «Trump envoy Witkoff in Azerbaijan for talks after Netanyahu, rabbis' involvement», *Jerusalem Post*, 15 de março de 2025; *Mapping the Global Muslim Population*, Pew Research Center (Washington DC, 2009), p. 28.
- [53] A. Chapple, «Why Azerbaijan's Flag is Flying amid New Caledonia Unrest», Radio Free Europe, 21 de maio de 2024.
- [54] D. Leloup, «Nouvelle-Calédonie: des opérations d'ingérence de l'Azerbaïdjan qui n'expliquent pas tout», *Le Monde*, 16 de maio de 2024.
- [55] «Commentary by Aykhan Hajizada, Spokesperson of the Ministry of Foreign Affairs, on the allegations made against Azerbaijan by the Minister of the Interior of France, Gérald Darmanin, in his interview with France-2» [Comentário de Aykhan Hajizada, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre as alegações feitas contra o Azerbaijão pelo ministro do Interior francês, Gérald Darmanin, na sua entrevista à France-2], Ministério dos Negócios Estrangeiros, República do Azerbaijão, 16 de maio de 2024.
- [56] T. Rey-Bellet, «The new corridors of global trade», UN Trade & Development, 27 de março de 2024.
- [57] S. Fazl-e-Haider, «China-Kyrgyzstan-Uzbekistan Railway Emerges as Competitor to Kazakhstan's Rail Network», *Eurasia Daily Monitor*, 8 de abril de 2025.
- [58] S. Sakenova, «Kazakhstan, UAE Sign over \$5 Billion in Agreements during Crown Prince's Visit», *Astana Times*, 12 de maio de 2025.
- [59] W. Sanchez, A. Cohen e W. Hill, «Leveraging Central Asia's Rare Earth Elements for Economic Growth», *International Tax and Investment Center*, Issues Paper (Washington DC, 2023).
- [60] «Speech by President von der Leyen at the plenary session of the first EU–Central Asia Summit» [Discurso da presidente von der Leyen na sessão plenária da primeira Cimeira EU–Ásia Central], Comissão Europeia, 4 de abril de 2025.
- [61] «What Tokayev spoke about at the Central Asia–European Union summit», *TengriNews*, 4 de abril de 2025; M. Grohol e C. Veeh, *Study on the Critical Raw Materials for the EU 2023 – Final Report*, Comissão Europeia: Direção-Geral do Mercado, da Indústria, do Empreendedorismo e das PME (Bruxelas, 2023).
- [62] «Secretary Rubio's Call with Kazakhstan Deputy Prime Minister-Foreign Minister Nurtleu» [Contacto Telefónico do Secretário de Estado Rubio com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Nurtleu], Departamento de Estado dos Estados Unidos, 12 de março de 2025.

- [63] «МИПТ: в Вашингтоне заключены новые соглашения», Ministério do Investimento, República do Uzbequistão, 9 de abril de 2025.
- [64] M. Oztarsu, «The Power of Names: Turkiye's Shift from Central Asia to Turkestan», *The - Diplomat*, 14 de outubro de 2024.
- [65] Y. al-Habib, «Millî Pact and Neo-Ottomans. Colonialism immanent in AKP», *ANHA*, 18 de fevereiro de 2021.
- [66] R. Neelam e J. Sato, *Global Diplomacy Index: 2024 Key Findings Report*, Lowy Institute (- Sidney, 2024).
- [67] H. Mahjoub, «The emerging sub-imperial role of the United Arab Emirates in Africa», Transnational Institute, 4 de fevereiro de 2025.
- [68] «UAE becomes Africa's largest investor, overtaking China», *Middle East Monitor*, 25 de dezembro de 2024.
- [69] L. Bains, «Africa's port assets are irresistible for the UAE», *Arabian Gulf Business Insight*, 25 de novembro de 2024.
- [70] D. Pilling, C. Cornish e A. Schipani, «The UAE's rising influence in Africa», *Financial Times*, 30 de maio de 2024.
- [71] M. Baigorri *et al.*, «Cash-Rich Mideast Firms Drive Record Investment into China», Bloomberg, 25 de setembro de 2024; M. Ruehl, «Gulf funds increase investment in south-east Asia as China retreats», *Financial Times*, 6 de dezembro de 2003; «Qatar's Sheikh Tamim arrives in Russia: Investment, energy cooperation in focus», *Middle East Economy*, 17 de abril de 2025.
- [72] «India, UAE to develop Sri Lanka energy hub as Delhi competes with China for influence», Reuters, 5 de abril de 2025; A. England e J. Pickard, «Prince Mohammed bin Salman invited to visit UK in autumn», *Financial Times*, 14 de julho de 2023.
- [73] Y. Saba, G. Slattery e P. Magid, «Trump starts Gulf visit in Saudi Arabia, focus on mega economic deals», Reuters, 13 de maio de 2025; K. Hubbard, «Trump arrives in Saudi Arabia, beginning the first international trip of his new term», CBS News, 13 de maio de 2025.
- [74] «National Master Plan for 2021-2030 with vision scheduled for 2050» [Plano Diretor Nacional para 2021-2030, com projeção até 2050], Assembleia Nacional, República Socialista do Vietname, 9 de janeiro de 2023.
- [75] H. Prétat, «The Ripple Effects of Vietnam's Island-Building in the South China Sea», Center for Strategic and International Studies, 31 de março de 2025.
- [76] «“Kazakhstan-2050” Strategy» [Estratégia Cazaquistão-2050], Gabinete do presidente da República do Cazaquistão.
- [77] «Luncurkan Rancangan Akhir RPJPN 2025-2045, Presiden Paparkan Visi Indonesia Emas 2045», Governo da Indonésia, 15 de junho de 2023; S. Pandian *et al.*, «“Look East Policy” after 35 years from social sciences perspectives: A new paradigm for Japan-Malaysia relations 1982-2017», *Cogent Social Sciences* 7 (2021), 1-16; Bernama, «Anwar says Look East Policy now includes China», *Straits Times*, 19 de dezembro de 2023.
- [78] H. Ellis-Peterson, «Indian government accused of rewriting history after edits to schoolbooks», *Guardian*, 6 de abril de 2023; A. Truschke, «How India's Hindu Nationalists are Weaponizing History against Muslims», *Time*, 6 de outubro de 2023.
- [79] B. Parkin, J. Singh e J. Reed, «Narendra Modi increases anti-Muslim rhetoric in India election campaign», *Financial Times*, 29 de abril de 2024.
- [80] J. Smith, «Fistfighting in the Himalayas: India and China Go Another Round», *The Diplomat*, 15 de maio de 2020.

- [81] «Official Spokesperson's Response to a Query on Participation of India in OBOR/BRI Forum» [Resposta do porta-voz oficial a uma pergunta sobre a participação da Índia no Fórum OBOR/BRI], Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, 13 de maio de 2017.
- [82] S. Muni e R. Mishra, *India's Eastward Engagement: From Antiquity to Act East Policy* (Nova Deli, 2019); C. Bajpae, «Reinvigorating India's "Act East" policy in an age of renewed power politics», *Pacific Review*, 36 (2022), 631-61.
- [83] S. Parashar, «Narendra Modi's "Mausam" manoeuvre to check China's maritime might», *Times of India*, 16 de setembro de 2014; Índia, Ministério da Cultura, *Mausam/Mawsim: Maritime Routes and Cultural Landscapes: Concept Note* [Mausam/Mawsim: Notas Marítimas e Paisagens Culturais: Nota Conceptual] (Deli, 2014).
- [84] D. Chaudyar, «India plans cotton, ancient maritime routes to counter China's ambitions», *Economic Times*, 17 de abril de 2015; V. Subramanyam, P. Prime e U. Reichert, «India's Outward Foreign Direct Investment in the Context of China's Belt and Road Initiative», *China Currents* 23 (2024).
- [85] «Memorandum of Understanding on the Principles of an India-Middle East-Europe Economic Corridor» [Memorando de Entendimento sobre os Princípios de um Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa], Casa Branca, 9 de setembro de 2023.
- [86] «Prime Minister Shri Narendra Modi announced Vision MAHASAGAR – "Mutual and Holistic Advancement for Security and Growth Across Regions" for the Global South in Mauritius» [Nas Maurícias, o Primeiro-Ministro Shri Narendra Modi anuncia a Visão MAHASAGAR – "Mutual and Holistic Advancement for Security and Growth Across Regions" para o Sul Global], Ministério dos Negócios Estrangeiros, Governo da Índia, 12 de março de 2025.
- [87] R. Mishra e H. Prajapati, «Modi's holistic plan for breaking China's Indo-Pacific hold», *Asia Times*, 7 de abril de 2025.
- [88] «India inks 10-year deal to operate Iran's Chabahar port», *Arab News*, 14 de maio de 2024.
- [89] Ver, por exemplo, L.-C. Sim e J. Fulton, «Implications of a regional order in flux: Chinese and Russian relations with the United Arab Emirates», *Cambridge Review of International Affairs* 34 (2021), 551-69; M. Papageorgiou e A. Jamali, «Standing in-between – Gulf States in the Shanghai Cooperation Organisation under New Security Dynamics: The GCC, Saudi Arabia and Qatar», *Journal of Asian Security and International Affairs* 12 (2024), 109-33.
- [90] V. Jones, «How the CCP Co-opted an Ancient Buddhist Monk», *The Diplomat*, 17 de fevereiro de 2025.
- [91] L. Chen, «Communist Party of China embraces virtues of religion in diplomacy», *Global Times*, 4 de maio de 2015.
- [92] Ministério de Informação e Radiodifusão, Governo da Índia, «Infrastructure Development in India» [Desenvolvimento de Infraestruturas na Índia], 1 de fevereiro de 2025.
- [93] «Voice of Global South Summit 2023: Unity of Voice, Unity of Purpose» [Cimeira Voz do Sul Global 2023], Ministério dos Negócios Estrangeiros, Governo da Índia, 12-13 de janeiro de 2023; «2nd Voice of Global South Summit. Together, for Everyone's Growth, with Everyone's Trust» [2.ª Cimeira Voz do Sul Global. Juntos para o Crescimento de Todos, com a Confiança de Todos], 17 de novembro de 2023; «The 3rd Voice of Global South Summit 2024» [3.ª Cimeira Voz do Sul Global 2024], 14 de agosto de 2024.
- [94] «UN leaders hail India as champion of South-South cooperation, highlight "exemplary-leadership" in addressing global challenges», *Economic Times*, 13 de novembro de 2023.

- [95] N. Barths *et al.*, «Income and Wealth Inequality in India, 1922-2023: The Rise of the Billionaire Raj», World Inequality Lab, Working Paper 9 (2024).
- [96] «Countries with the highest number of billionaires; check where India ranks», *Times of India*, 20 de dezembro de 2024; C. Raja Mohan, «Is There Such a Thing as a Global South?», *Foreign Policy*, 9 de dezembro de 2023; A. Russell, «Year in a word: “Global south”», *Financial Times*, 31 de dezembro de 2023.
- [97] «Strengthening ties, expanding defence exports, and countering China: Why AIKEYME 2025 is more than just a naval drill», *Economic Times*, 25 de março de 2025.
- [98] J. Kathju, «AIKEYME in action: India counters China with African naval outreach», *South China Morning Post*, 30 de março de 2025.
- [99] S. Jaishankar, *The India Way: Strategies for an Uncertain World* (Londres, 2020), p. 10; J. Dinkel, *The Non-Aligned Movement: Genesis, Organization and Politics (1927-1992)* (Leiden, 2019).
- [100] D. Grossman, «The Once Wobbly Quad is Here to Stay», *Foreign Policy*, 10 de outubro de 2024; D. Donald, «India between Superpowers: Strategic Autonomy in the Shadow of a Pacific Conflict», *Council on Foreign Relations*, 16 de dezembro de 2024.
- [101] «China overtakes US to become India’s top trading partner in FY24», *Economic Times*, 12 de maio de 2024.
- [102] S. Phang, «How India’s CEOs Made the Case for Better China Ties», Bloomberg, 24 de outubro de 2024.
- [103] «India, China are burying the hatchet: A challenge for the US?», *Economic Times*, 22 de outubro de 2024.
- [104] K. Hasan Khan, «Chabahar in the Crossfire: How Trump 2.0’s “Maximum Pressure” Squeezes India’s Strategic Ambitions», *The Diplomat*, 7 de fevereiro de 2025.
- [105] N. Aliyev, «The International North-South Transport Corridor: Russia’s Geoeconomic and Geopolitical Interests», Baku Research Institute, 11 de setembro de 2024.
- [106] G. Price, «Ukraine war: Why India abstained on UN vote against Russia», Chatham House, 25 de março de 2022; V. Soldatkin e G. Faulconbridge, «Modi calls for peace in Ukraine as he meets Putin at BRICS summit», Reuters, 22 de outubro de 2024; «India not neutral but on side of peace, says PM Modi on Russia-Ukraine conflict», *The Hindu*, 14 de fevereiro de 2025.
- [107] A. Bhaumik, «“Why would a country restrict its friends?”», Jaishankar hits out at US, West for frowning on India-Russia ties», *Deccan Herald*, 2 de janeiro de 2024.
- [108] Departamento de Negócios e Comércio, «UK concludes trade deal with India» [Reino Unido conclui acordo comercial com a Índia], 6 de maio 2025; S. Srivastava, «US Seeks India Trade Deal on E-Commerce, Crops and Data Storage», Bloomberg, 25 de abril de 2025.
- [109] «Russia, India closer to joint military equipment production – minister», Reuters, 27 de dezembro de 2023.
- [110] M. George *et al.*, «Trends in International Arms Transfers, 2024», *SIPRI Fact Sheet*, março de 2025.
- [111] NTI, «India Submarine Capabilities», 25 de março de 2025; «India Bolsters Naval Fleet with New Russia-Built Warship», Agence France-Presse, 10 de dezembro de 2024.
- [112] R. Jayaprakash, «A deep dive into the India-Russia economic relationship», Observer Research Foundation, 14 de novembro de 2024.
- [113] «India broadens access to “vostro” accounts to facilitate rupee trade», Reuters, 8 de agosto de 2023.

- [114] N. Verma, «India surpasses China to become Russia's top oil buyer in July», Reuters, 22 de agosto de 2024; S. Singh, «India Overtakes Saudi Arabia as Europe's Top Refined Fuel Supplier», News X, 29 de outubro de 2024.
- [115] «Товарооборот России и Китая с начала года вырос почти на 40%», 13 de abril de 2023.
- [116] «China-Russia Trade Hit Record High in 2024», Agence France-Presse, 13 de janeiro de 2025.
- [117] Ver, por exemplo, O. Danylyk, «Why Putin is Turning Russia into a Chinese Client State, and How to Stop It», RUSI, 16 de março de 2022; V. Shtepa, «The Russian Far East is Becoming a Raw Material Colony for Beijing», *Eurasia Daily Monitor* 20 (2023); A. Motyl, «Russia is now a Chinese colony – while still foolishly dreaming of empire», *The Hill*, 15 de junho de 2024.
- [118] «Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development» [Declaração Conjunta da Federação Russa e da República Popular da China sobre as Relações Internacionais numa Nova Era e o Desenvolvimento Global Sustentável], presidente da Rússia, 4 de fevereiro de 2022.
- [119] P. Mattis, «“Changes Unseen in a Century”: Seeking American Partnership in US Decline», *China Brief* 23, 21 de novembro de 2023.
- [120] «Putin garners 76,277,708 votes in Russian presidential election – CEC chief», TASS, 21 de março de 2024; A. Hope, «Shifting Discourse between Xi and Putin on Ukraine», *China Brief* 24, 24 de maio de 2024.
- [121] «Wang Yi Holds Talks with Russian Foreign Minister Sergei Lavrov» [Wang Yi Reúne-se com o Ministro de Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergei Lavrov], Ministério dos Negócios Estrangeiros, República Popular da China, 1 de abril de 2025.
- [122] C. Fong e L. Maizland, «China and Russia: Exploring Ties between Two Authoritarian Powers», Council on Foreign Relations, 20 de março de 2024.
- [123] W. Zhang, conta WeChat, «俄乌战争落幕前对中国未来的思考», 4 de março de 2025.
- [124] «Exclusive: Russia payment hurdles with China partners intensified in August», Reuters, 30 de agosto de 2024.
- [125] «Россия за год увеличила экспорт продовольствия в Африку на 19%», *Kommersant*, 10 de março de 2025.
- [126] «Концепция внешней политики Российской Федерации», Ministério dos Negócios Estrangeiros, Federação Russa, 31 de março de 2023.
- [127] Ver, por exemplo, V. Putin, «On the Historical Unity of Russians and Ukrainians» [Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucrainianos], presidente da Rússia, 12 de julho de 2021.
- [128] V. Putin, «Signing of treaties on accession of Donetsk and Lugansk people's republics and Zaporozhye and Kherson regions to Russia» [Assinatura dos tratados de adesão das repúblicas populares de Donetsk e Lugansk e das regiões de Zaporíjia e Kherson à Federação Russa], presidente da Rússia, 30 de setembro de 2022.
- [129] M. Pezeshkian, «My message to the new world», *Tehran Times*, 12 de julho de 2024.
- [130] «PM Imran talks about overpowering “shackles of slavery” at Single National Curriculum launch», *Dawn*, 16 de agosto de 2021.
- [131] «PM Modi's swipe at UK: “Left behind those who ruled India for 250 years”», *Hindustan Times*, 5 de setembro de 2022.
- [132] Jaishankar, *The India Way*, p. 11.
- [133] S. McCarthy, «In Beijing, Xi and Putin left no question of their close alignment in a divided world», CNN, 17 de maio de 2024.

- [134] E. Green, M. Nouwens e V. Nouwens, *The Global Security Initiative: China's International Policing Activities*, International Institute for Strategic Studies (Londres, 2024).
- [135] K. Thibaut, *Chinese Discourse Power: Ambitions and Reality in the Digital Domain*, Atlantic Council (Washington DC, 2022).
- [136] Y. Zheng, «稳定的中国是这个充满不确定的世界的最大稳定源», *People's Daily*, 26 de dezembro de 2019.
- [137] N. Rolland, «China's Vision for a New World Order», NBR Special Report #83, National Bureau of Asian Research (Seattle, WA, 2020).
- [138] J. Liu, «新时代中美关系的发展趋势», Aisixiang, 23 de setembro de 2021.
- [139] M. Schuman, J. Fulton e T. Gering, «How Beijing's newest global initiatives seek to remake the world order», *Atlantic Council*, 21 de junho de 2023; S. Zhao, «Empowerment Versus Entrapment: Beijing's International Anti-Hegemonic United Front Strategy amid Russia's Invasion of Ukraine», *Journal of Contemporary China* (2025), 1-17.
- [140] A. Gabuev e O. Stuenkel, «The Battle for the BRICS. Why the Future of the Bloc Will Shape Global Order», *Foreign Affairs*, 24 de setembro de 2024.
- [141] B. Norton, «BRICS expands with new partner countries. Now it's half of world population, 41% of global economy», *Geopolitical Economy*, 25 de dezembro de 2024.
- [142] Z. Liu e M. Papa, *Can BRICS De-dollarize the Global Financial System?* (Cambridge, 2022).
- [143] Declaração de Kazan, «Strengthening Multilateralism for Just Development and Security» [Reforço do Multilateralismo para um Desenvolvimento e uma Segurança Justos], presidente da Federação Russa, 23 de fevereiro de 2024; «Russia in talks with BRICS over precious metals Exchange», *Reuters*, 24 de outubro de 2024.
- [144] H. Honderich, «Trump threatens 100% tariff on Brics nations if they try to replace dollar», *BBC News*, 1 de dezembro de 2024.
- [145] I. Shakil, «Trump repeats tariffs threat to dissuade BRICS nations from replacing US dollar», *Reuters*, 31 de janeiro de 2025.
- [146] «BRICS is dead: Trump says 100% tariffs stopped bloc from “playing games” with US dollar», *Times of India*, 14 de fevereiro de 2025.
- [147] C. Gijs e D. Busvine, «Trump hits “pathetic” Europe with 20 percent tariffs», *Politico*, 2 de abril de 2025.
- [148] «Opening Remarks by Secretary of State-designate Marco Rubio before the Senate Foreign Relations Committee», Departamento de Estado dos Estados Unidos, 15 de janeiro de 2025.
- [149] G. Norman, «Rubio, in Europe, says US has to “reset the global order of trade” and Trump is “absolutely right to do it”», *Fox News*, 4 de abril de 2025.
- [150] «Secretary of State Marco Rubio with Matthew Boyle for Breitbart News Network» [Secretário de Estado Marco Rubio em entrevista com Matthew Boyle para a Breitbart News Network], Departamento de Estado dos Estados Unidos, 24 de fevereiro de 2025.
- [151] «Watch: Trump's “Gaza Resort” AI-video with his “golden statue” sparks Arab outrage», *Gulf News*, 26 de fevereiro de 2025.
- [152] P. Heijmans, «Singapore Says Asia Sees US as “Landlord Seeking Rent”», *Bloomberg*, 17 de fevereiro de 2025.
- [153] «Ministerial statement by Prime Minister and Minister for Finance Lawrence Wong on the US tariffs and their implications on 8 April 2025» [Declaração ministerial do primeiro-ministro e ministro das Finanças Lawrence Wong sobre as tarifas dos EUA e as suas implicações, a 8 de abril de 2025], Gabinete do primeiro-ministro, Singapura, 8 de abril de 2025.

- [154] S. Croucher e H. Cameron, «Donald Trump Says “Nasty” Canada “Meant to be 51st State”», *Newsweek*, 19 de março de 2025.
- [155] «Outgoing Ambassador Nicholas Burns analyzes future of U.S.–China relations», PBS, 16 de janeiro de 2025.
- [156] «Joint Statement – United States and India: Prosperity through Partnership» [Declaração Conjunta – Estados Unidos e Índia: Prosperidade através da Parceria], Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, 27 de junho de 2017.
- [157] «U.S. Foreign Policy in the New Age of Discovery» [A Política dos EUA na Nova Era das Descobertas], Departamento de Estado dos Estados Unidos, 12 de março de 2019.
- [158] «Remarks by President Biden before the Americas Partnership for Economic Prosperity Leaders’ Summit» [Intervenção do Presidente Biden na Cimeira de Líderes da Parceria das Américas para a Prosperidade Económica], Casa Branca, 3 de novembro de 2023.
- [159] R. Duke, «Peak repayment: China’s global lending China’s transition from lead bilateral banker to chief debt collector of the developing world», Lowy Institute, maio de 2025; J. Ma, «U.S. debt is so massive, interest costs alone are now \$3 billion a day», *Fortune*, 7 de setembro de 2024.
- [160] Por exemplo, P. Navarro, *Death by China: Confronting the Dragon – A Global Call to Action* (Upper Saddle River, NJ, 2011); R. Ross e F. Zhu (eds.), *China’s Ascent: Power, Security and the Future of International Politics* (Ithaca, Nova Iorque, 2015); G. Allison, *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides’s Trap?* (Londres, 2018).
- [161] Embaixada da China nos EUA, conta da rede social X, 3 de março de 2025.
- [162] Mao Ning, conta da rede social X, 10 de abril de 2025.
- [163] A. Gomez Licon, «What they said: Trump, Zelenskyy and Vance’s heated argument in the Oval Office», Associated Press, 28 de fevereiro de 2025.
- [164] «Secretary of State Marco Rubio with Matthew Boyle for Breitbart News Network» [Secretário de Estado Marco Rubio em entrevista com Matthew Boyle para a Breitbart New Network], Departamento de Estado dos Estados Unidos, 24 de fevereiro de 2025.
- [165] H. Demissie e M. Nagle, «Trump says “we can’t” do without Greenland as Vance tours territory amid US takeover controversy», ABC News, 28 de março de 2025.
- [166] R. King, «Vance pumps the brakes on US taking over Greenland but says it’s still “possible”», *New York Post*, 2 de fevereiro de 2025.
- [167] F. Bermingham, «European Union, out in the cold in Trump 2.0, braces for a more transactional relationship», *South China Morning Post*, 28 de janeiro de 2025.
- [168] J. Gentleman e M. Tekeli, «Denmark Outraged by Report of Increased Spying in Greenland», *New York Times*, 8 de maio de 2025.
- [169] A. Harding e A. Murray, «Vance scolds Denmark during Greenland trip», BBC News, 28 de março de 2025.
- [170] A. Evans-Pritchard, «Revealed: Trump’s confidential plan to put Ukraine in a stranglehold», *Daily Telegraph*, 17 de fevereiro de 2025.
- [171] E. Wong e K. Demirjian, «Trump Administration Memo Proposes Cutting State Department Funding by Nearly Half», *New York Times*, 14 de abril de 2025; G. Ewing e H. von der Burchard, «The US is “no longer the America we used to know”, warns Germany’s Merz», *Politico*, 6 de fevereiro de 2025.
- [172] U. Ladurner e B. Ulrich, «Wir haben keine Bros und keine Oligarchen», *Die Zeit*, 15 de abril de 2025.
- [173] M. Wolf, «The US is now the enemy of the west», *Financial Times*, 25 de fevereiro de 2025.

- [174] D. Chiacu e D. Ljunggren, «Trump threatens bombing if Iran does not make nuclear deal», Reuters, 31 de março de 2025.
- [175] D. Lawder, «Trump Treasury pick Bessent backs Fed independence, dollar, sanctions on Russian oil», Reuters, 17 de janeiro de 2025.
- [176] J. Cox, «Treasury Secretary Bessent says China's escalation was "big mistake", country playing with "losing hand"», CNBC, 8 de abril de 2025.
- [177] Do secretário do Tesouro Scott Bessent ao presidente da Câmara dos Representantes Mike Johnson, Departamento do Tesouro, 9 de maio de 2025; G. Whisnant, «Trump Administration Warns Congress with Possible Debt Limit Deadline», *Newsweek*, 9 de maio de 2025.
- [178] F. Bermingham, A. Chen e A. Wang, «In Munich, China backs Trump's Ukraine peace process as Vance launches attack on Europe», *South China Morning Post*, 14 de fevereiro de 2025.
- [179] «Neighborhood diplomacy takes center stage as Xi begins visit to Southeast Asia» [A diplomacia de vizinhança assume protagonismo com o início da visita de Xi ao Sudeste Asiático], Conselho de Estado, República Popular da China, 16 de abril de 2025.
- [180] «Joint Declaration of the People's Republic of China and the Russian Federation on Further Strengthening Cooperation to Uphold the Authority of International Law» [Declaração Conjunta da República Popular da China e da Federação Russa sobre o Reforço da Cooperação para a Defesa da Autoridade do Direito Internacional], Ministério dos Negócios Estrangeiros, República Popular da China, 9 de maio de 2025; presidente da Rússia, «Об историческом единстве русских и украинцев», 12 de julho de 2021.
- [181] «Xi Courts Latin America as Trump's Tariffs Pressure Region», Bloomberg, 13 de maio de 2025.
- [182] J. Xiao, «Xi Urges Officials to Stay Calm as US Raises Pressure on China», Bloomberg, 26 de fevereiro de 2025; R. Jennings, «China's trade with Asia could Plug hole left by US tariffs, economists say», *South China Morning Post*, 16 de abril de 2025; A. Sood, «Can Southeast Asia shield industries from a surge in China's exports, amid Trump tariffs?», *South China Morning Post*, 18 de abril de 2025.
- [183] «Xi says China, Malaysia to join Asian countries in combating camp-based confrontation» [Xi afirma que China e Malásia se juntarão a outros países asiáticos no combate à confrontação baseada em blocos], Conselho de Estado, República Popular da China, 16 de abril de 2025.
- [184] M. Funairole, B. Hart e A. Powers-Riggs, «Murky Waters: Navigating the Risks of China's Dual-Use Shipyards», CSIS, 25 de março de 2025; E. Green e M. Nouwens, «China's Joint-Sword B exercise: a calculated follow-on», IISS, 23 de outubro de 2024; J. Cash, Y. Lee e B. Blanchard, «China concludes two-day war games around Taiwan after live fire drills», Reuters, 2 de abril de 2025.
- [185] E. Yokohama, «Japan Worries Trump Tariffs Will Push Countries Toward China», *The Edge Malaysia*, 29 de abril de 2025.
- [186] C. Ding e T. Luo, «多极竞合时代下的大国关系与全球秩序重构», *World Affairs*, 6 de abril de 2025.
- [187] «Xi Jinping Exchanges Congratulatory Messages with President of the European Council Antonio Costa and President of the European Commission Ursula von der Leyen on the 50th Anniversary of the Establishment of Diplomatic Relations between China and the European Union» [Xi Jinping Troca Mensagens de Felicitação com o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, por Ocasão do 50.º Aniversário do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a China e a União Europeia], Ministério dos Negócios Estrangeiros, República Popular da China, 6 de maio de 2025.

- [188] C. Gijs e F. Micheletti, «EU countries soften push to stop Chinese tech buyouts», *Politico*, 6 de maio de 2025.
- [189] C. Gijs, «Trump: The EU is “nastier than China”», *Politico*, 12 de maio de 2025.
- [190] T. des Garets Geddes, «Prof. Wang Jisi on Trump and US Foreign Policy (Part 1)», *Sinification*, 13 de maio de 2025.
- [191] J. Landale e P. Jackson, «US sides with Russia in UN resolutions on Ukraine», *BBC News*, 25 de fevereiro de 2025.
- [192] «International Day of Peaceful Coexistence and International Day of Hope» [Dia Internacional da Coexistência Pacífica e Dia Internacional da Paz], Cobertura das Reuniões das Nações Unidas, 4 de março de 2025; «Remarks at the UN meeting entitled 58th Plenary Meeting of the General Assembly» [Intervenção na reunião da ONU intitulada 58.^a Sessão Plenária da Assembleia Geral], Missão dos Estados Unidos junto das Nações Unidas, 4 de março de 2025.
- [193] A. Posen, «Trade Wars are Easy to Lose: Beijing Has Escalation Dominance in the U.S.-China Tariff Fight», *Foreign Affairs*, 9 de abril de 2025.
- [194] E. Crane, «Trump brags countries are “calling us up, kissing my ass” over tariffs», *New York Post*, 9 de abril de 2025; A. Parker e M. Scherer, «I run the country and the world», *The Atlantic*, 28 de abril de 2025.
- [195] «Starbucks closes 50 stores across Malaysia amid ongoing anti-Israel boycott», *Middle East Monitor*, 21 de novembro de 2024; G. Meyer, M. Speed e R. Milne, «Coca-Cola sales under pressure from Donald Trump’s “America First” policies», *Financial Times*, 29 de abril de 2025; L. Alderman, «Buy American? No Thanks, Europe Says, as Tariff Backlash Grows», *New York Times*, 7 de maio de 2025.
- [196] A. Gabbatt, «US to miss out on billions as Trump’s policies deter overseas tourists», *Guardian*, 26 de abril de 2025; A. Sachs, «How to handle anti-Americanism abroad», *Washington Post*, 25 de fevereiro de 2025.
- [197] M. Koetse, «A Triumph for “Comrade Trump”: Chinese Social Media Reactions to Trump Rally Shooting», *What’s On Weibo*, 14 de julho de 2024.
- [198] Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, «The Future of Industrialization: Building Future-Ready Industries to Turn Challenges into Sustainable Solutions» [O Futuro da Industrialização: Construção de Indústrias Preparadas], conferência apresentada no Multilateral Industrial Policy Forum (Riade, 2024).
- [199] W. Olson, «Top Pacific commander warns of rising “axis of autocracy” in region», *Stars and Stripes*, 14 de fevereiro de 2025.
- [200] «Russia Begins Naval Exercises with China and Iran in Gulf of Oman», *Moscow Times*, 10 de março de 2025.
- [201] «Joint Statement of the Beijing Meeting between China, Russia and Iran» [Declaração Conjunta da Reunião de Pequim entre China, Rússia e Irão], Ministério dos Negócios Estrangeiros, República Popular da China, 14 de março de 2025.
- [202] «Indonesian, Russian navies complete Orruda Joint Training», *Antara*, 9 de novembro de 2024; «United States, Indonesia and Eight Partner Nations to Begin Super Garuda Shield 2024» [Estados Unidos, Indonésia e Oito Nações Parceiras Iniciam o Exercício Super Garuda Shield 2024], Embaixada e Consulados dos EUA na Indonésia.
- [203] R. Rahmat, «Indonesia mulls options after Russia seeks access to air force base», *Janes*, 14 de abril de 2025; M. Knott, «“Simply not true”: Indonesia rejects reports of Russian military base», *The Age*, 15 de abril de 2025.

- [204] A. Gramsci, *Quaderni del carcere* (Turim, 1975), p. 311.
- [205] *Freedom in the World 2025*, Freedom House (Londres, 2025); *Democracy Report 2025: 25 Years of Autocratization – Democracy Trumped?*, V-Dem Institute (Gotemburgo, 2025).
- [206] C. Schmidt, T. Krauth e S. Wagner, «Export of Plastic Debris by Rivers into the Sea», *Environmental Science and Technology* 51 (2017), 12246-53.
- [207] IQ Air, *2024 World Air Quality Report – Region & City PM2.5 Ranking* (2024).
- [208] Frankopan, *New Silk Roads*, p. 12.
- [209] I. Hilton, «How China Became the World’s Leader on Renewable Energy», *Yale Environment* 360, 13 de março de 2024.
- [210] P. Mozur e C. Metz, «In One Key A.I. Metric, China Pulls Ahead of the U.S.: Talent», *New York Times*, 22 de março de 2024.
- [211] B. Crew, «Nature Index 2024 Research Leaders: Chinese institutions dominate the top spots», *Nature Index*, Data Insights, 18 de junho de 2024.
- [212] I. Deng, «Tech war: China leads US in quantity, quality of semiconductor research, report finds», *South China Morning Post*, 5 de março de 2025.
- [213] B. Oliss, C. McFaul e J. Riddick, «The Global Distribution of STEM Graduates: Which Countries Lead the Way?», Center for Security and Emerging Technology, 27 de novembro de 2023.
- [214] «How Asia can boost growth through technological leapfrogging», McKinsey Global Institute, dezembro de 2020.
- [215] J. Gaida, J. Wong-Leung, S. Robin e D. Cave, *ASPI’s Critical Technology Tracker: The Global Race for Future Power*, Australian Strategic Policy Institute (Camberra, 2023).
- [216] K. Lobsoco, «Biden finalizes increases to some of Trump’s China tariffs», CNN, 13 de setembro de 2024.
- [217] S. Lai e M. Hawkins, «Trump to Rescind Global Chip Curbs, Prep New AI Restrictions», Bloomberg, 7 de maio de 2025.
- [218] Audição perante a Comissão das Relações Externas do Senado dos Estados Unidos, 119.º Congresso, 15 de janeiro de 2025 (Gabinete de Publicações do Governo dos EUA, Washington DC, 2025).

Agradecimentos

Não há melhor lugar no mundo para um historiador do que Oxford. As bibliotecas e coleções não têm igual, ao passo que os bibliotecários são brilhantes e desenvoltos na busca de materiais. Estou particularmente grato à Biblioteca Bodleian, à Biblioteca do Instituto Oriental, à Biblioteca Sackler, à Biblioteca Taylor de Estudos Eslavos e de Grego Moderno e à Biblioteca do Médio Oriente no Colégio St. Anthony e a todo o seu pessoal. Não poderia ter escrito este livro sem me rodear dos surpreendentes recursos da Universidade de Oxford e sem o apoio e a paciência daqueles que são os seus curadores.

Passei muito tempo nos Arquivos Nacionais, em Kew, a ler cartas, telegramas e memorandos guardados nos registos dos Negócios Estrangeiros, a trabalhar em minutas dos encontros do gabinete ou a examinar propostas do Ministério da Defesa – todos me chegaram em menos de quarenta minutos. Estou grato à eficiência e gentileza de todos os que lá trabalham.

A Biblioteca da Universidade de Cambridge permitiu-me consultar os papéis de lorde Hardinge, ao passo que o Centro de Arquivos Churchill, no Churchill College, Cambridge, gentilmente permitiu-me que lesse os diários privados de Maurice (lorde) Hankey e deu-me acesso ao notável arquivo dos Propaganda Research Section Papers, reunidos por Mark Abrams. Devo agradecer ao Arquivo da BP, na Universidade de Warwick, e a Peter Housego, o chefe do arquivo, por ter procurado um grande número de registos relativos à BP e aos seus predecessores, a Companhia Anglo-Persa e a Companhia Anglo-Iraniana.

Estou também grato ao Arquivo de Segurança Nacional, na Universidade George Washington, uma coleção não governamental de documentos desclassificados relacionados com assuntos internacionais e, acima de tudo, com a história dos Estados Unidos nos séculos ^{xx} e ^{xxi}. Este é um achado de importantes materiais de décadas recentes. Ter conseguido encontrar tantos documentos num só lugar poupou-me a repetidas viagens através do Atlântico que teriam sido frustrantes e uma perda de tempo.

Devo agradecer ao Provost and Fellows of Worcester College, Oxford, que têm sido de uma gentileza constante desde que cheguei ao colégio como Junior Research Fellow há quase vinte anos. Tenho a felicidade de trabalhar com um grupo notável de académicos, no Centro de Oxford, para a Investigação Bizantina, onde Mark Whittow em particular foi uma fonte de constante inspiração e encorajamento. As conversas e discussões com colegas e amigos em Oxford e noutros lados em viagens pela Grã-Bretanha, Europa, Ásia e África ajudaram a refinar boas ideias e, por vezes, a descartar más ideias.

Vários colegas e amigos leram capítulos deste livro, e tenho para com cada um deles uma dívida de gratidão. Paul Cartledge, Averil Cameron, Christopher Tyerman, Marek Jankowiak, Dominic Parviz Brookshaw, Lisa Jardine, Mary Laven, Seena Fazel, Colin Greenwood, Anthony McGowan e Nicholas Windsor, todos leram secções deste livro e fizeram comentários úteis e incisivos que ajudaram a que o livro fosse melhor do que sem a sua intervenção. Estou grato a Angela McLean por me ter indicado a investigação mais recente sobre a peste e a disseminação de doenças infecciosas na Ásia Central.

Em anos recentes, os livros de História tenderam a focar-se em assuntos cada vez mais restritos em lapsos temporais cada vez mais breves; fico contente por a Bloomsbury e a Knopf terem providenciado uma casa para um livro ambicioso que atravessa séculos, continentes e culturas. O meu editor Michael Fishwick apoiou-me desde o início, instando-me a alargar horizontes e, depois, esperando pacientemente enquanto eu o fazia. O seu bom humor, olho arguto e apoio inabalável foram certos e inestimáveis.

Estou igualmente grato a Andrew Miller, da Knopf, por observações astutas, questões e ideias que foram a um tempo úteis e oportunas.

Há muitas pessoas na Bloomsbury a quem devo agradecer. Anna Simpson desempenhou o papel de mestre do circo com um charme exemplar, garantindo que tudo ficava no lugar correto e em boa ordem – desde a fonte tipográfica aos mapas, da imagem à paginação – para transformar um documento do computador num livro real e bonito. Peter James trabalhou no manuscrito mais do que uma vez e fez sugestões elegantes sobre como e onde o livro poderia ser melhorado; o seu bom discernimento foi muito apreciado. Catherine Best fez um trabalho meritório como revisora, levantando problemas em que eu nem sequer reparara, ao passo que David Atkinson fez heroicamente o índice remissivo. Os mapas foram feitos por Martin Lubikowski, cuja perícia era igualada pela sua paciência, enquanto Phil Beresford ajudou a reunir todas as imagens. Emma Ewbank é responsável por um desenho de capa simplesmente surpreendente. Estou grato a Jude Drake e Helen Flood por ajudarem a encorajar as pessoas a lerem o que eu escrevi.

Contudo, tenho uma particular dívida de gratidão para com Catherine-Clarke, que, durante um almoço em Oxford, vários anos atrás, me disse que pensava que eu conseguiria reunir num único livro várias cadeias de raciocínios, algo que me parecia dúbio na altura. Estas dúvidas ressurgiram várias vezes enquanto escrevia, geralmente noite adentro; estou grato pelos seus conselhos, apoio e encorajamento, como também estou grato a Zoe Pagnamenta, a minha defensora em Nova Iorque. Chloe Campbell foi o meu anjo da guarda, lendo todos os capítulos do manuscrito e eliminando pequenas falhas e maus hábitos de forma graciosa e diplomática.

Os meus pais gostam de lembrar-me que foram eles quem me ensinou a falar e a andar. Foram eles que me deram o meu prezado mapa do mundo quando era rapaz e que permitiram que o pendurasse na parede do meu quarto (ainda que nunca tenham autorizado o uso de fita-cola ou de autocolantes *Star Wars* em plenos oceanos). Ensinaram-me a pensar pela minha cabeça e a pôr em causa o que lia e ouvia. Os meus irmãos e eu tivemos a sorte de crescer numa casa onde se podiam ouvir várias línguas

diferentes à mesa do jantar e onde se esperava que seguíssemos e participássemos na conversa. A lição de aprender a entender o que outras pessoas diziam, mas também a descobrir o que realmente queriam dizer, revelou ser preciosa. Estou grato aos meus irmãos e irmãs, os meus melhores amigos desde a infância, por manterem a fasquia alta e por serem os meus críticos mais duros; são as únicas pessoas que conheço que acham que estudar o passado é fácil.

A minha mulher, Jessica, tem estado ao meu lado ao longo de vinte e cinco anos, inspirando-me desde que éramos caloiros na faculdade, quando debatíamos o sentido da vida, falávamos sobre a importância dos povos tribais e dançávamos nas caves dos colégios de Cambridge. Todos os dias tenho de me beliscar para acreditar na sorte que tenho. *As Rotas da Seda* não podia ter sido escrito sem ela.

Contudo, este livro é dedicado aos nossos quatro filhos, que observaram, escutaram e fizeram perguntas cada vez melhores quando eu saía do meu estúdio ou regressava do ar condicionado de arquivos exóticos para ponderar no problema do dia. Katarina, Flora, Francis e Luke: vocês são o meu orgulho e alegria. Agora que terminei o livro, posso brincar convosco no jardim o tempo que quiserem.

Índice remissivo

11 de Setembro, ataques, [458](#), [476-80](#), [483](#)
Ābādān, [322](#), [325](#), [345](#), [379](#), [396-7](#), [450](#)
abássida, califado, [103](#), [108](#), [130](#), [135-6](#), [141](#), [173](#), [241](#)
'Abbās Mīrzā, príncipe, [280](#)
'Abbās, xá, [231](#)
Abd al-Ilha, príncipe da Coroa, [412](#)
'Abd al-Malik, califa, [101](#)
'Abdullāh, rei (da Jordânia), [388](#)
Aberdeen, lorde, [284](#)
Abivard, [42](#)
Abrams, Elliott, [463](#)
Abu Abbas, [481](#)
Abwehr, [355](#)
Ação de Graças, festa de, [262](#)
Aceh, [251](#)
Acheson, Dean, [396](#)
Acordo da Linha Vermelha, [341](#)
Açores, [207](#), [242](#)
Acre, [149](#), [155](#), [159](#), [173](#), [178](#), [327](#), [383](#)
açúcar, [155](#), [207](#), [224](#), [261](#), [265](#), [269](#)
Adelardo de Bath, [153](#)
Adém, [422](#), [496](#)
Adenystrae, [41](#)
Adriano I, papa, [131](#)
Afeganistão
 apoio dos Estados Unidos aos insurgentes, [456-9](#)
 bi-tarafī, princípio, [423](#)
 cultivo de papoila, [488](#)
 e derrota da al-Qaida, [472-8](#)
 e Rede de Distribuição Setentrional, [492](#)
 invasão soviética, [354-5](#), [406](#), [444-8](#), [451](#), [454](#), [456](#)
África do Sul, [298](#), [317](#), [469](#), [487](#), [489](#)
Afrika Korps, [366](#)
Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), [430](#), [434](#), [480-1](#)

Agra, [233](#)
Ahmad Sanjar, sultão, [163](#)
Ai Khanoum, máximas délficas em, [28](#)
AK-47, espingardas de assalto, [460](#)
Akbar I, imperador, [235](#), [268](#)
Al-Afghānī, Sayyid Jamāl al-Dīn, [317](#)
alanos, [65-7](#)
Alarico, o *Godo*, [65](#)
Alasca, [279](#), [287](#), [493](#)
Al'-Askarī, Ja'far, [346](#)
Al-Balādhurī, [101](#)
Al-Bīrūnī, Abū Rayān, [19](#), [109](#)
Albright, Madeleine, [470](#)
Albuquerque, Afonso de, [227](#)
Alcorão, [87](#), [90](#), [96-8](#), [100-102](#), [112](#), [114](#), [116](#), [122](#), [153](#), [260](#), [453](#)
 pregação de, [87](#), [90](#)
 texto em selos iranianos, [453](#)
 tradução de, [153-4](#)
Aleixo I, imperador, [146-7](#), [149-50](#), [154](#)
Alemanha
 carências de comida, [361-3](#), [375](#)
 derrota na Segunda Guerra Mundial, [15](#), [382](#), [390](#)
 desenvolve mentalidade de cerco, [304](#)
 e aproximação à Primeira Guerra Mundial, [275](#), [299-312](#), [324-7](#), [330-1](#), [339](#)
 pacto com a União Soviética, [348-50](#), [352-5](#), [367](#)
 peste em, [193-4](#)
 unificação, [300](#)
Alepo, [18](#), [173](#), [176](#), [284](#), [398](#)
Alexandre II, czar, [285](#), [289](#)
Alexandre III, czar, [292](#)
Alexandre Magno, [25-29](#), [34](#), [39](#), [41](#), [47](#), [52](#), [168](#), [184](#), [208](#), [224](#)
Alexandreta, [327](#)
Alexandria, [27](#), [34](#), [44](#), [47](#), [70](#), [84](#), [99](#), [136](#), [138](#), [147-8](#), [154](#), [159](#), [181](#), [189](#), [195](#), [197](#), [229-30](#)
 ascensão, [34](#), [136](#)
 e comércio de especiarias, [147-8](#), [154](#), [230](#)
 e desenvolvimento económico europeu, [181](#), [189](#), [195](#), [197](#), [229](#)
Alexandria ad Caucasum, *ver* Bagram
Alexandria em Aracósia, *ver* Kandahar
Alexandria em Ária, *ver* Herat
Ali (primo do profeta), [111](#)
Aligrodo, James, [245](#)
Aliyev, Ilham, [489](#)
Al-Kāshgharī, Mahmūd, [140](#)
Allenby, general Edmund, [334](#)
Almaty, [494](#)

Almeida, Francisco de, [227](#)
almíscar, [123](#), [181](#), [200](#)
aloé, [123](#), [155](#), [211](#)
Alp Arslan (soberano seljúcida), [141](#)
Alsácia-Lorena, [333](#)
Amalfi, [138](#), [148](#), [149](#), [206](#)
Amanullah, rei (do Afeganistão), [336](#), [355](#)
âmbar, [117](#), [125](#)
âmbar-cinzentos, [190](#)
Amery, Leopold, [371](#)
Amin, Hafizullah, [444-5](#)
amputação, como castigo para o roubo, [96](#)
Amsterdão, ascensão de, [248](#), [253-4](#), [257-8](#)
Ana Comnena, [154](#)
Anais de St. Bertin, [133](#)
Andropov, Yuri, [446](#)
ânforas, romanas, [36](#)
Antioquia, [55](#), [83](#), [135](#), [145-7](#), [150-1](#), [153-4](#), [176](#)
antisemitismo, [146](#), [193](#), [356](#), [365](#), [376](#), [378](#), [379](#)
Antuérpia, ascensão de, [211](#), [228](#), [248-9](#)
Apolo, culto de, [28](#), [29](#), [60](#)
Aq Saray, palácio, [199](#)
Aqaba, [36](#), [333](#)
Aqaba (senhor da guerra mongol), [176](#)
Aqaba, ataque dos cruzados a, [157](#)
Aquino, Tomás de, [154](#)
Arábia Saudita, [75](#), [370](#), [393-5](#), [403](#), [411](#), [418-19](#), [428](#), [430](#), [448](#), [454-5](#), [458](#), [471-2](#)
 e caça a Bin Laden, [458](#), [472](#)
 e fundação da OPEP, [418](#)
 e petróleo como «arma numa batalha», [428](#)
Arak, [379](#)
aramaico, [54-5](#), [70](#), [90](#), [97](#), [203](#)
Araya, península, [250](#)
Arca da Aliança, [61](#)
Ardashīr I, rei (da Pérsia) [52-3](#)
arenque, [168](#), [249-50](#)
Argélia, [419](#)
Arguim, [208](#)
Aristóteles, [26](#), [109-10](#), [154](#)
armada espanhola, [242](#)
arménia, Igreja, e ameaça mongol, [171](#)
arménios, [171](#), [236](#), [270](#), [316](#)
 comerciantes, [316](#)
Arsuf, [149](#)
Artaxerxes, rei (da Pérsia), [338](#)

arte cristã, halo em, [74](#)
asceticismo, [76](#), [97](#)
Ashgabat, [491](#), [494](#)
Ashmolean, Museu, [130](#), [259](#)
Ashoka, imperador, [28](#), [47](#)
Assarsson, Vilhelm, [367](#)
assírios cristãos, [342](#)
Assuão, barragem, [406](#)
Astana, [494](#), [497](#)
Astronomia, [19](#), [29](#), [110](#)
Atenas, [72](#), [103](#), [204](#), [219](#), [640](#)
Atil, [119-20](#), [128](#), [132-3](#), [138](#)
Átila, o Huno, [66-7](#)
atômicas, bombas, [390](#)
Auchinleck, general Claude, [371](#)
Augusto, imperador, [35-6](#), [40](#), [43](#)
Aurangzeb, imperador, [269](#)
Auschwitz, [376](#)
Avaza, região turística, [491](#)
Axum, reino de, [36](#)
Ayas, [180](#), [188](#)
Ayla, [99](#)
'Ayn Jālūt, batalha de, [176](#)
Aziz, Tariq, [464-5](#)
aztecas, [213-15](#), [247](#)

Babilónia, [17](#), [23-4](#), [26-7](#), [41](#), [43](#), [54](#), [74](#)
Bābur, imperador, [18](#), [233](#), [235](#), [488](#)
Backe, Herbert, [360-3](#), [375](#)
Badr, batalha de, [90](#),
Badr, ofensiva, [425](#), [455](#)
Baeza, Pedro, [238](#)
Bagdade
 assassínios e golpe Qasim, [412-13](#), [420](#)
 conquista seljúcida de, [140-2](#)
 expansão da indústria têxtil, [188](#)
 fundação e ascensão de, [105-7](#)
 jantar de Gertrude Bell em, [346](#)
 ocupação britânica, [332-3](#), [342](#)
 perda de autoridade, [145-6](#)
 saque de, [172-3](#)
Bagdade, Pacto, [406-7](#)
Bāgh-i Naqsh-i Jahān, [231](#)
Bāgh-i Wafa, [18](#), [233](#)
Bagram, [27](#), [444](#)

Bahrein, [55](#), [333](#), [394](#), [453](#)
Baikonur, cosmódromo, [413-14](#)
Baker, James, [465-6](#)
Baker, Matthew, [242](#)
Bakhtiar, Shapur, [439](#)
Baku, [278](#), [320](#), [335-6](#), [357](#), [367](#), [371](#), [491-2](#), [494](#)
 campos petrolíferos, [320](#), [357](#), [367](#), [371](#)
Balalyk-tepe, [105](#)
Balāsāghūn, [16](#), [140](#)
Balduíno I, rei de Jerusalém, [149](#)
Balduíno II, rei de Jerusalém, [150](#)
Balfour, Arthur, [326](#), [331](#), [334](#)
Balfour, Declaração, [334](#)
Balkh, [19](#), [53](#), [77](#), [104](#), [109](#), [118](#), [123](#), [128](#), [140](#), [167](#)
Bamiyan, budas, [77](#)
Ban Chao, general, [40](#)
Bandar Abbas, [262](#), [298](#), [328](#), [417](#), [490](#)
Bani-Sadr, Abolhassan, [450](#)
Barakatullāh, Muhammad, [336](#)
Barbaricum, [39](#)
Barchuq (soberano uigure), [165](#)
Barygaza, [39](#), [45](#)
Bashgird, tribo, [115](#)
Basílio II, imperador, [136](#)
Basra, [41](#), [72](#), [106](#), [108](#), [134](#), [230](#), [299](#), [325](#), [332](#), [337](#), [379](#)
bastarnas, [66](#)
batalha da Grã-Bretanha, [357](#)
Batávia, [252](#)
Batnae, [39](#), [41](#)
Batumi, [299](#)
Bayterek, torre, [491](#)
Bāzargān, Mahdī, [439](#)
BBC Serviço de Rádio Persa, [372](#)
Beckwith, coronel Charlie, [449](#)
Becudo, Mateus, [228](#)
beduínos («povo do deserto»), [92](#)
Begin, Menachem, [451](#)
Behistun, inscrição em, [24](#)
Beirute, [178](#), [197](#), [377](#), [400](#)
Beja, povo, [129](#)
Béla IV, rei (da Hungria), [169](#)
Belém, [78](#)
Bélgica, [309](#), [312](#), [325](#), [382](#)
Bell, Gertrude, [332](#), [337](#), [342](#), [346](#), [387](#)
Beloozero, [124](#)

Bengala, [235](#), [237](#), [256](#), [265](#), [271-3](#), [336](#), [388](#)
Ben-Gurion, David, [377](#)
Berbera, [422](#)
Berenike, [37](#)
Berke (líder da Horda Dourada), [177](#)
Berlim, Muro, [413](#), [469](#)
Berlim–Bagdade, ferrovia, [303](#)
Bernardo de Claraval, [151](#)
Bertie, sir Francis, [302-3](#)
Beth Lapat, ver Gundeshāpūr
Bethmann-Hollweg, Theobald von, [309](#)
Bevin, Ernest, [388](#)
Bhutto, Zulfiqar Ali, [424](#)
Bicker, Andries, [253](#)
Bijns, Anna, [196](#)
Bilbais, peste em, [192](#)
Bin Laden, Osama, [355](#), [401](#), [458](#), [472-9](#)
Birka, expansão de, [128](#)
Birmânia, evacuação de, [387](#)
Bismarck, [380](#)
Bizâncio (império bizantino)
 alianças com os cazares, [119](#)
 colapso, [135](#), [142](#), [146](#), [159-60](#)
 competição com os víquingue rus', [135](#)
 deterioração das relações com o Ocidente, [159](#)
 e ameaça mongol, [171](#)
 e ascensão dos seljúcidas, [141-2](#)
 e Cruzadas, [137](#), [146](#), [148](#), [150](#), [160](#)
 era dourada de, [136](#)
Blair, Tony, [480](#)
Blake, almirante Robert, [264](#)
Blake, William, [178](#)
Blix, Hans, [481](#)
Boccaccio, Giovanni, [191-2](#)
Bodrum, [43](#)
bolcheviques, [331](#), [336-7](#), [349](#)
bolchevismo, [336](#), [360](#), [365](#)
Bolena, Ana, [216](#)
Bombaim, [77](#), [265](#), [267](#), [325](#), [484](#), [496](#)
bombardeiros estratégicos, [413](#)
Bonifácio VIII, papa, [181](#)
Borodin, Aleksandr, [280](#)
Borodino, [368](#)
Bósnia, anexação de, [301](#)
Boston Tea Party, [273](#)

Bowrey, Thomas, [270](#)
Brackenbury, Henry, [292](#)
Brest, [303](#)
Brest-Litovsk, [368](#)
Bretões (o nome), [266](#)
Brezhnev, Leonid, [444-6](#)
British Museum, [259](#)
British Petroleum (BP), [322](#), [440](#)
Brooke, Rupert, [311](#)
Bruges, ascensão de, [248-9](#)
Brydon, doutor William, [282](#)
Brzezinski, Zbigniew, [450](#), [452](#)
Bucara, [19](#), [72](#), [109](#), [112](#), [116](#), [138](#), [235](#), [282-3](#), [286](#)
Buda, [28](#), [49-51](#), [76-7](#), [189](#)
budismo, [17](#), [47-51](#), [54](#), [76](#), [78](#), [227](#)
budista, arte, [74](#)
budistas, mosteiros, [32](#), [49-51](#), [116](#)
Bukh^hti^ṣhu', família, [109](#)
Bukharin, Nikolai, [351](#)
Bulgária, pós-guerra, [381-2](#)
Bullard, sir Reader, [370](#), [372](#), [385](#)
Bunsen, sir Maurice de, [327](#)
Burke, Edmund, [271](#)
Burmah Oil Company, [321](#)
Burne-Jones, Edward, [315](#)
Burnes, Alexander, [282-3](#)
Bush, George H. W., [463](#), [465](#), [467](#), [468-9](#)
Bush, George W., [477](#), [479](#), [483-4](#)
Bushihr, [296](#), [298](#), [379](#), [432](#)
Bustani, José, [480](#)
Buyl, Bernardo, [212](#)

Cabo Verde, ilhas, [208](#), [225](#)
Cabul, [18-19](#), [50](#), [110](#), [233-4](#), [269](#), [282](#), [290](#), [354](#), [357](#), [359](#), [406](#), [415](#), [437](#), [442-6](#), [458](#), [471-2](#), [476](#),
[479](#)
Cadman, sir John, [344-5](#)
Caffa, [191](#)
Caffaro, [152](#)
Cairo, [16](#), [136](#), [138](#), [146](#), [152](#), [162](#), [173](#), [192](#), [205](#), [227-8](#), [380](#), [401](#), [412](#), [426](#)
 chegada de Mansa Musa, [205-6](#)
 e ascensão dos mamelucos, [173](#)
calçado, preços de, [43](#)
Calcutá, [265](#), [271](#)
Calecute, [190](#), [198](#), [221-2](#), [224](#)
 chegada de Vasco da Gama, [221-2](#), [224](#)

Calvino, João, [249](#)
Cambon, Paul, [338](#)
Campion Vaughan, tenente Edwin, [310](#)
Campo de Sangue, batalha do, [150](#)
canábis, [270](#)
Canárias, ilhas, [207](#), [208](#)
Cândida (concubina), [58](#)
canela, [43](#), [123](#), [147](#), [155](#), [186](#), [211](#), [221](#), [225](#), [228](#), [412](#)
Cantão, [188-9](#), [225](#)
Canterbury, [54](#)
Canto de Rigr, [128](#)
Cão, Diogo, [210](#)
Cap Breton, [267](#)
Caqchiquele (povo maia), [215](#)
caracânidas, turcos, [139-40](#)
Caracórum, [170](#), [172](#), [183](#), [241](#)
cardamomo, [155](#), [228](#)
Carlos II, rei, [267](#)
Carlos V, imperador, [216](#), [218](#)
Cartago, [45](#), [66](#)
Carter, Jimmy, [428](#), [435-6](#), [440](#), [446-9](#), [452](#)
cartografia, [215](#), [251](#)
Cáspias, Portas, [40](#)
castelos, construção de, [230](#), [256](#)
Castlereagh, lorde, [278](#)
Catalão, Atlas, [206](#)
Catarina de Aragão, [216](#)
Catarina de Bragança, [267](#)
cavalos, [18](#), [25](#), [29-30](#), [41](#), [45](#), [85](#), [109](#), [116-7](#), [133-4](#), [141](#), [160-1](#), [172](#), [183](#), [234](#), [237](#), [268-9](#), [303](#),
[488](#), [492](#)
 e comércio na Índia, [18](#), [233-4](#), [269](#)
 tianma (cavalos divinos ou celestiais), [30](#)
Cavour, conde, [284-5](#)
cazaques, [276](#), [281](#), [283](#)
cazares, [118-23](#), [132-3](#), [141](#), [280](#)
 conversão ao judaísmo, [120-3](#), [141](#)
Ceilão, ver Sri Lanka
centrais nucleares, [414](#), [432](#), [485](#)
Cesareia, cerco de, [149](#)
Ceuta, [206](#), [207](#)
Ceyhan, [492](#)
Ch'oe P'u, [220](#)
chá, [265](#), [269](#), [271-3](#)
Chaadaev, Pyotr, [279](#)
Chaghatai (senhor da guerra mongol), [177](#)

Chamberlain, Neville, [348](#), [390](#)
Chang'na, [33](#)
Characene, [42](#)
Charax, ver Basra
Cheapside, Torneio de, [185](#)
Chechénia, [279](#), [283](#), [486](#)
Checoslováquia, ocupação de, [348](#)
Chelmsford, lorde, [335](#)
Chelyabinsk, central nuclear, [414](#)
Cheney, Dick, [430-2](#), [434](#), [468](#), [484-5](#)
Chengdu, [494](#)
Chernenko, Konstantin, [446](#)
Cherniaev, general Mikhail, [293](#)
Chernigov, [135](#), [138](#)
China
 árabes chegam a, [104](#)
 conhecimento do mundo exterior, [189](#)
 conquista mongol, [165-7](#), [170](#), [172](#), [176-7](#), [184-5](#)
 conquista timúrida, [199-201](#)
 cooperação com os serviços de informação dos EUA, [441](#)
 crescimento económico, [16](#), [29-33](#), [198-9](#), [492](#), [495-6](#)
 crises económicas, [200-1](#), [239-40](#)
 e conceito *huaxia*, [27](#)
 e disseminação do budismo, [50-1](#)
 e invasão soviética do Afeganistão, [458](#)
 e toxicodependência, [271](#)
 entrada de prata e crescimento comercial, [190](#), [237-9](#)
 fome na, [63](#), [201](#)
 hábitos culinários, [185](#)
 impacto das alterações climáticas, [63](#), [201](#)
 inovações financeiras, [190](#)
 lutas com o extremismo, [487](#), [498](#)
 missionários cristãos em, [77-8](#)
 paga tributo a nómadas das estepes, [30-1](#)
 período de transição, [469](#), [498](#)
 relações britânicas com, [294-5](#)
 relações com Roma, [39-40](#)
 sistema de estradas, [188](#)
Chipre, [135](#), [181](#), [192](#)
Chirac, Jacques, [467](#)
Churchill, Winston, [310](#), [323-4](#), [342](#), [349](#), [356](#), [370](#), [372](#), [381-2](#), [385](#), [387](#), [390](#), [393-4](#), [400](#)
Ciano, conde, [348](#)
ciberterrorismo, [485](#)
Cícero, [35](#)
Cieza de León, Pedro, [215](#), [255](#)

Cirilo, patriarca, [70](#), [120](#)
Ciro, *o Grande*, [25](#), [26](#), [52](#)
Ciro, patriarca, [99](#)
citas, [25](#), [30](#)
Citópolis, [105](#)
Clemenceau, Georges, [333](#)
Clemente V, papa, [183](#)
Cleópatra, rainha, [34](#)
Clerk, George, [308](#)
Clinton, Bill, [470-1](#), [473-4](#)
Clinton, Hillary, [489](#)
Clive, Robert, [271-3](#)
Cochim, [198](#), [252](#)
Coimbatore, [36](#)
Colombo, [252](#), [496](#)
Colombo, Cristóvão, [19](#), [124](#), [203-5](#), [207](#), [210-13](#), [215](#), [217](#), [221](#), [224-5](#), [233](#), [240](#), [248](#), [254-5](#), [323](#), [341](#)
comércio de escravos, [37](#), [126](#), [127-43](#), [148](#), [173](#), [180](#), [211](#), [283](#), [429](#)
 africano, [128](#), [208-9](#), [217-18](#), [243](#), [245](#), [268](#)
 e castração, [131](#)
 e conquista das Américas, [216-17](#)
 ghulām (tropas escravas), [139](#)
 império romano e, [128-9](#)
 Inglaterra e, [130](#), [245](#)
comércio de especiarias, [37](#), [39](#), [45](#), [130](#), [154-5](#), [181](#), [186](#), [188](#), [197](#), [200](#), [203](#), [211](#), [224-30](#), [233](#), [237](#), [252](#), [265](#), [268](#), [429](#)
 desenvolvimento inicial do, [37](#), [39](#), [45](#)
 e colónias holandesas, [252](#), [268](#)
 português, [224-30](#)
 veneziano, [197](#), [226](#)
Companhia das Índias Ocidentais Holandesa (WIC), [252](#)
Companhia das Índias Orientais Holandesa (VOC), [252](#), [262](#), [265](#), [269](#)
Companhia Petrolífera Anglo-Iraniana, [386](#), [395-8](#), [401](#), [403-4](#)
Companhia Petrolífera Anglo-Persa, [322-4](#), [329](#), [333](#), [338](#), [340-1](#), [343-5](#)
Companhia Petrolífera Iraquiana, [396](#)
Companhia Petrolífera Turca, [341](#)
comunismo
 bandeira com foice e martelo, [350](#)
 e islão, [399-400](#)
 e pan-arabismo, [411-12](#)
 origens de, [284](#)
Concílio de Calcedónia, [70-71](#), [95](#)
Concílio de Clermont, [142](#)
Concílio de Niceia, [68-9](#)
Confúcio, institutos, [494](#)

confucionismo, [51](#), [239](#)
Conolly, Arthur, [282-3](#)
Constantino, imperador, [44-5](#), [59-62](#), [67-8](#), [120](#), [137](#)
Constantinopla
 ameaças persas [83-5](#)
 chegada de judeus a, [202](#)
 como centro cristão, [54](#), [71-2](#), [86-7](#), [137-8](#)
 conhecida como Mikli-gardr, [134](#)
 crise financeira em, [147-8](#)
 e objetivos dos Aliados na Primeira Guerra Mundial, [326-7](#)
 e peregrinação, [137](#)
 fundação, [44](#), [59](#)
 interesses italianos em, [148](#), [155](#), [180-1](#)
 muralhas defensivas, [66](#)
 ocupação russa planeada de, [305](#)
 peste em, [192](#)
 queda, [201-2](#), [219](#)
 receção de embaixadores turcos, [80-1](#)
 saque de, [162-3](#)
construção naval, [250-1](#), [263](#)
contra-corsarios, [218](#)
Convenção Anglo-Russa, [301](#)
Copeland, Miles, [398-9](#)
coraixita, tribo, [87-8](#), [90-3](#), [325](#)
coral, [55](#), [224](#)
Córdoba, [111](#), [120](#), [123](#), [130](#), [134](#)
Coreia do Norte, [479](#)
Corfu, [151](#), [162](#)
Corinto, [103](#), [243](#)
Cornos de Hattin, batalha de, [157-8](#)
Cornwallis, lorde, [274](#)
Córsega, [150](#)
Cortés, Hernán, [213-15](#)
Cosroes I, xá, [72](#), [81](#)
Cosroes II, xá, [82-6](#)
Cotte, Edouard, [318](#)
Cox, sir Percy, [325](#), [330](#)
Cracóvia, saque de, [173](#)
Creta, [135](#), [162](#)
Creusot-Loire, [440](#)
crise financeira, século xv, [200-1](#)
cristãos
 e comércio de escravos, [131](#)
 e primórdios da coexistência com o islão, [93-103](#), [110-11](#)
 perseguição dos, [53-6](#), [61-2](#), [75](#), [93](#)

cristãos assírios, [342](#)

cristianismo

cazares e, [120](#), [122](#)

como denominador comum europeu, [178](#)

competição com o judaísmo, [74-5](#), [77-8](#)

competição com o zoroastrismo, [54](#), [58](#), [78](#)

disseminação de, [45-6](#), [48](#), [54-62](#), [77-8](#)

e atividade missionária, [71-2](#), [76-7](#), [183](#), [217](#)

e demanda da unidade, [68-71](#)

e militarismo, [81](#)

linguagem, [76](#)

militância, [69](#)

mongóis e, [182-3](#)

reconciliado com o budismo, [76](#)

seitas, [95](#)

crocodilos, [186](#)

Cruzadas, [152](#), [155](#), [162](#), [171](#), [173](#), [178](#), [183](#), [248](#), [255](#), [476](#)

 falhanço das, [183](#)

Ctesifonte, [41-2](#), [64](#), [68-9](#), [72](#), [85-6](#), [89](#), [92](#)

Cuba, crise dos mísseis, [421](#), [426](#)

Cuba, massacre de aldeões, [213](#)

Cuerdale (Lancashire), [130](#)

cunhagem de moeda

 cazar, [122](#)

 cristã, [101](#)

 de Menandro, [48-9](#)

 degradação de, [201](#)

 e comércio de longa distância, [130](#), [139](#)

 e monetarização do comércio, [139](#)

 grega, [52](#)

 islâmica, [102](#), [117](#), [125](#)

 mongol, [185](#), [190](#), [199](#)

 persa, [52](#), [125](#)

 romana, [36](#), [38-9](#), [45](#)

 seljúcida, [141](#)

curdos, [431](#), [480](#)

Curzon, lorde, [292](#), [297](#), [324](#), [338](#), [342](#)

D. João II, imperador, [150-1](#)

D. João II, rei (de Portugal), [210](#)

D. Manuel I, rei (de Portugal), [221](#), [224](#)

Dahl, Roald, [373](#)

Daladier, Edouard, [356](#)

Dallam, Thomas, [243](#)

Dalrymple, William, [483](#)

Damasco, [18-19](#), [83](#), [98](#), [107](#), [153](#), [156](#), [176](#), [192](#), [199](#), [228](#), [284](#), [426](#), [450](#)
Damietta, [162-3](#)
Dandanakan, batalha de, [141](#)
Dandolo, doge Enrico, [161](#)
Dara, [42](#), [80](#), [82](#), [83](#)
Dar-es-Salaam, ataque bombista à embaixada norte-americana, [473](#)
Dario III, rei (da Pérsia), [25-6](#)
Dario, *o Grande*, [24](#), [52](#)
Darré, Richard, [360](#)
Dāwud, Muhammad, [424](#), [437](#), [442](#)
DeGolyer, Everette Lee, [393](#)
Dehua, produção de porcelana, [238](#)
Delft, indústria cerâmica, [253](#)
Deli, [200](#), [233-5](#)
Delta Force, [449](#), [473](#)
Demétrio, bispo de Antioquia, [55](#)
Deng Xiaoping, [469](#)
Detti, Guido, [226](#)
Deutsche Bank, [329](#)
devakula (templos da família divina), [48](#)
Dewashtich (soberano de Panjikent), [104](#)
Dhahran, ataque à bomba, [471](#)
diamante do xá, [280-1](#)
Dias, Bartolomeu, [210](#)
dieta, melhorias da, [185](#)
dinastia Wei do Norte, [51](#)
Dinis, rei (de Portugal), [207](#)
Diocleciano, imperador, [43-4](#), [60](#)
Disraeli, Benjamin, [289-90](#)
Diu, ataque otomano a, [230](#)
Dīwān, [92](#)
Dīwān lughāt al-turk, [140](#)
Djenné, [205](#)
dodós, como prendas, [268](#)
Donbass, bacia, [487](#)
Dost Muhammad, xá, [281-2](#)
Dostoiévski, Fyodor, [280](#)
Dreyfus, Louis G., [384](#)
Drummond-Wolff, sir Henry, [315-16](#), [318](#)
Dubrovnik (Ragusa), [148](#), [198](#)
Dubs, Adolph, [443](#)
Duisburgo, [493](#)
Duleep Singh, marajá, [292](#)
Dulles, Allen, [411](#)
Dulles, John Foster, [402](#), [405](#), [411](#), [415](#)

Dunhuang, [30](#), [32](#), [63](#), [73](#), [114](#)
Dunsterville, general Lionel, [335](#)
Durand, sir Mortimer, [297](#)
Dürer, Albrecht, [215](#)

ébano, [24](#), [242](#)
Eden, Anthony, [407-9](#)
Edessa, [55](#), [61](#), [70-1](#), [83](#), [86](#), [101](#), [151](#)
Eduardo I, rei, [177-8](#)
Eduardo III, rei, [193](#)
Eduardo VII, rei, [298](#), [316](#)

Egito

- conquista árabe, [99](#), [103](#)
- conquista fatímida, [142](#)
- conquista otomana, [229](#)
- conquista persa, [23-4](#), [84-5](#)
- conquista por Alexandre, [25](#)
- conquista romana, [34-6](#), [40](#)
- cruzados e, [162-3](#)
- derrube de Farouk, [398](#), [406](#)
- e ascensão de Saladino, [156-7](#)
- e ascensão dos mamelucos, [173](#)
- e pan-arabismo, [411](#)
- exportação de artigos de luxo, [136](#), [155](#)
- exportação de cereais, [34](#)
- interesses de Veneza em, [159-60](#), [162](#)
- peste em, [191-2](#)
- recuperação romana, [66](#), [85](#)
- relações com Portugal, [226-7](#)
- torna-se independente, [342](#)

Eichmann, Adolf, [377-8](#)
Eisenhower, «doutrina», [410](#)
Eisenhower, Dwight D., [399-400](#), [408-10](#), [414-15](#), [431](#)
«Eixo do mal», [479](#)
El Alamein, batalha de, [380](#)
El Escorial, palácio de, [248](#)
Elefanta, templos trogloditas, [77](#)
elefantes, como prendas, [268](#)
Ellenborough, lorde, [281](#)
Ellora, templos trogloditas, [77](#)
Elwell-Sutton, Laurence, [386](#)
Emesa, [83](#)
Energia Atómica pela Paz, [431](#)
Entente Cordiale, [300](#)
Enver Paxá, [325](#)

Erasmus, [229-30](#)

Erbil, [25](#), [491](#)

Ermolov, general Aleksei, [279-80](#)

Escócia, [67](#), [168](#), [178](#), [266](#)

eslavos, [120](#), [127](#), [130-1](#), [365](#), [376](#)

Espanha

acordos com Portugal, [208](#), [225](#), [341](#), [394](#)

bloqueio aos Países Baixos, [249-50](#)

conquista das Américas, [210-19](#)

conversão forçada dos judeus, [202](#)

expulsão dos muçulmanos, [202](#)

islâmica, [109](#), [111](#)

má gestão económica, [248](#)

relações com Inglaterra, [241-4](#)

viagens de descoberta e rotas comerciais, [203](#), [225-6](#), [240](#), [243](#), [255-6](#), [341](#)

Ésquilo, [25](#)

Estados Unidos

armas para escândalo iraniano, [461-5](#)

aumento da dívida nacional, [504](#) [482](#)

cooperação dos serviços de informação com a China, [441](#)

crise dos reféns, [446-9](#), [452-4](#)

Declaração de Independência, [273](#)

e Guerra Yom Kippur, [426-8](#)

e partilha de tecnologia nuclear, [431](#)

entrada na Segunda Guerra Mundial, [380](#)

fornecimentos de petróleo, [340-3](#), [394](#), [426-8](#), [440](#)

objetivos na Primeira Guerra Mundial, [328](#)

redução de limites de velocidade, [427](#)

rivalidade comercial com a Grã-Bretanha, [339-41](#)

Estaline, [348-53](#), [359](#), [366-9](#), [371-2](#), [381-5](#), [390](#), [392](#)

Estalinegrado, batalha de, [380-1](#), [382](#)

Estrabão, [36](#)

Estreito de Gibraltar, [102](#)

Estreito de Ormuz, [298](#), [449](#)

estupas, [49-51](#)

Etemad, doutor Akbar, [432](#)

Etiópia, [36](#), [40](#), [87](#), [94](#)

Eto'o, Samuel, [491](#)

Ettel, Erwin, [370](#)

Euclides, [110](#)

Euler, Leonhard, [257](#)

eunucos, [130-1](#)

Eurípides, [29](#)

Eurovisão, Festival da Canção, [491](#)

Evangelho segundo São João, [75](#)

Evelyn, John, [254](#)
Exército de Libertação do Povo, [495](#)
Exército Vermelho, purgas no, [352](#)

Faisal II, rei (do Iraque), [337](#), [412](#)
Falkenhayn, general Erich von, [333](#)
Farman-Farma, príncipe, [332](#), [339](#)
Farouk, rei (do Egito), [398](#), [406](#)
Fatehpur Sikri, [235](#)
Fath 'Alī, xá, [280](#)
fatímida, califado, [134](#), [136](#), [142](#)
fatwas, [153](#)
fénixes, [186](#)
Fernando e Isabel (de Espanha), [210-11](#), [224-5](#)
Fez, [103-4](#)
Filipe II, rei (de Espanha), [250](#)
Filipe II, rei (de França), [158](#)
Filipe, rei (da Macedónia), [25](#)
Filipinas, [225](#), [237](#)
Firdawsī, [139](#)
Fisher, almirante sir John, [321](#), [323](#)
Fitzwilliam Museum, [259](#)
Fleischer, Ari, [481](#)
Florença, [186](#), [193](#), [203](#), [221](#), [233](#), [259](#)
Focas, imperador, [83-4](#)
fogo medo, [317](#)
fogo sagrado, extinção de, [81](#)
fogo-greguês, [317](#)
Ford, Fundação, [404](#)
Ford, Gerald, [432](#)
Ford Motor Company, [307](#), [494](#)
Fort Nassau, [252](#)
Fort Ross, [279](#)
Foster, Norman, [491](#)
Foxconn, [494](#)
Fra Angelico, [197](#)
França
 e Acordo da Linha Vermelha, [341](#)
 forças armadas, [266-7](#)
 objetivos na Primeira Guerra Mundial, [327-9](#)
 queda da, [357-8](#), [366](#), [373](#)
 relações com a Pérsia, [277](#)
 relações com a Rússia, [299-302](#)
Francisco de Assis, [162](#)
Francisco Fernando, arquiduque, [275](#), [306-7](#), [324](#), [329](#)

Franco-Prussiana, Guerra, [299](#)
Franks, general Tommy, [480](#)
Fraser, sir William, [398](#)
Fraser-Tytler, sir Kerr, [354](#)
Frederico Barba-Ruiva, imperador, [158](#)
Frederico II, imperador, [173](#)
Frobisher, Martin, [246](#)
Fulton, Missouri, discurso de, [382](#), [390](#)
Fundo Monetário Internacional (FMI), [409](#)
Furtado, Nelly, [488](#)
Fürth, [307](#)
Fustāt, [99](#), [134](#), [136](#)

Gaddafi, Muammar, [424-5](#), [451](#)
Galileu Galilei, [257](#)
Gama, Vasco da, [19-20](#), [203](#), [221-2](#), [224-9](#), [240](#), [254](#)
Gamelin, general Claude, [356](#)
Ganjavī, Mahsatī, [110](#)
Gansu, corredor, [29-32](#)
Gante, ascensão de, [248-9](#)
Gao, [205](#)
Gardane, Comte de, [277](#)
Gārgī Samhitā, [29](#)
Gásni, [109](#), [139](#), [282](#)
gassânidas, [82](#)
Gates, Robert, [441](#), [482-3](#)
Gaugamela, batalha de, [25-6](#)
Gazprom, [492](#)
Genebra, protocolos, [344](#), [455](#)
Genghis *khan*, [164-8](#), [170-1](#), [176](#), [182](#), [184](#), [190](#), [373](#)
gengibre, [130](#), [147](#), [181](#), [197](#), [225](#), [228-9](#), [237](#)
Génova
 ascensão, [148-9](#), [152](#)
 competição com Veneza, [149-50](#), [181](#), [186](#), [197](#)
 declínio, [196-7](#), [207](#)
 destruição da frota pisana, [180](#)
 e comércio de ouro, [206-7](#)
 e comércio no mar Negro, [180](#)
 peste em, [192](#), [196](#)
George, Clair, [463](#)
Georges-Picot, François, [327](#)
Geórgia, [55](#), [61](#), [171](#), [299](#), [428](#), [486](#)
Getty, J. Paul, [395](#), [403](#)
Ghous, mulá, [472](#)
ghulām (tropas escravas), [139](#)

glaciares, avanço de, [63](#)
gladiadores, combates, [33](#), [60](#)
Gladstone, William Ewart, [289](#)
Glaspie, April, [465](#)
Glinka, Mikhail, [280](#)
globalização, [33](#), [240](#), [262](#)
gnosticismo, [76](#)
Goa, [198](#), [251-2](#)
godos, [66](#), [67](#), [103](#), [383](#)
Goebbels, Joseph, [361](#), [363](#), [370](#), [373](#)
Goltz, general Colmar von der, [305](#)
Gorbachev, Mikhail, [469](#)
Gorchakov, príncipe, [286](#), [288](#)
Göring, Hermann, [361](#), [376](#)
Gotland, [125](#)
Grã-Bretanha (Império Britânico)
 crescente dívida nacional, [341-2](#)
 domínio da Índia, [264-5](#), [267-73](#)
 e emigração judaica, [334](#)
 intenções na Mesopotâmia, [298-9](#)
 perda das colónias norte-americanas, [272-4](#)
 política quanto ao Irão, [395-8](#)
 primeiras metas na Grande Guerra, [326-30](#)
 reaproximação com a Rússia, [300-2](#)
 relações com a Pérsia, [277-8](#)
 relações com a Rússia, [275-8](#), [281-302](#)
 retirada do leste do Suez, [420](#)
 ver também Inglaterra
Grande Canal (chinês), [201](#)
Grande Muralha da China, [27](#), [239](#)
Granth Saheb, [234](#)
Granville, lorde, [288-9](#)
Grécia, pós-guerra, [381-2](#)
grego, língua, [28](#), [45](#), [48](#), [68](#), [70-1](#), [90](#), [93](#), [100](#), [109](#), [183](#), [310](#)
Gregório de Nazianzo, arcebispo de Constantinopla, [69](#)
Gregório IX, papa, [169](#)
Gregório VIII, papa, [158](#)
Grey, sir Edward, [299-302](#), [308](#), [311](#), [327](#)
Griboyedov, Alexander, [280](#)
Gromyko, Andrei, [426](#), [446](#)
Groningen, Universidade, [253](#)
Grotius, Hugo, [250](#)
Grozny, [380](#)
Guangzhou, *ver* Cantão
Guantánamo, baía de, [483](#)

Guderian, general Heinz, [357](#)
Gudleif, [137](#)
Guerra Árabe-Israelita (1948), [389](#)
Guerra da Coreia, [392](#), [421](#)
Guerra da Crimeia, [284-6](#)
Guerra da Independência Americana, [15](#), [273](#)
Guerra dos Nove Anos, [267](#)
Guerra dos Seis Dias, [419](#)
Guerra dos Trinta Anos, [254](#)
guerra submarina, [330](#)
Guerras Balcânicas, [306](#), [326](#)
Guggenheim, Museu (Abu Dhabi), [494](#)
guildas, [42](#), [73](#), [196](#), [198](#)
Guilheme II, *Kaiser*, [307](#)
Guilherme de Rubruck, [170-1](#), [183](#)
Gulbenkian, Calouste, [329](#)
Gundeshāpūr, [55](#), [72](#)
Gutenberg, Johannes, [244-5](#)
Güyük, Grande *khan*, [170-1](#)
Guzerate, [235](#), [268](#)
Gytha, [138](#)

Haarlem, indústria cerâmica, [253](#)
Hadīth, [98](#), [116](#)
Hagia Sophia, catedral, [160](#), [161](#), [231](#)
Haifa, [149](#), [334](#), [345](#), [369](#), [388](#)
Hakluyt, Richard, [245-6](#)
Halder, general Franz, [353](#), [364](#), [373](#)
Halifax, lorde, [394](#)
halo, aparece como símbolo comum, [74](#)
Hamurábi, rei (da Babilónia), [23](#)
Hamza, doutor Khidir, [433](#)
Han, dinastia, [29-32](#)
Hangzhou, [201](#)
Hankey, sir Maurice, [329](#)
Haqqani, Jalaluddin, [457](#), [471](#)
Harald Hardrada (Haraldr Sigurðarson), [137](#)
haram (santuário pagão), [88](#)
Hardinge, lorde (sir Charles), [296](#), [300](#), [332](#)
Hardinge, sir Arthur, [319](#)
Haroldo II, rei de Inglaterra, [138](#)
Hasdai b. Shaprūt, [120](#)
Hāshim (bisavô do profeta), [325](#)
Hastings, batalha de, [138](#)
Hawkins, sir John, [245](#)

Hedeby, [128](#), [132](#)
Helbo, Rabi, [74](#)
Helena (mãe de Constantino), [137](#)
helenização da Ásia Central, [28](#)
Helmand, esquema de irrigação, [415](#)
Henderson, Loy, [410-11](#)
hennin (acessório), [185](#)
Henrique III, rei de Inglaterra, [154](#)
Henrique IV, imperador, [138](#)
Henrique VIII, rei de Inglaterra, [15](#), [216](#)
Henrique, *o Navegador*, [207](#)
Heráclio, imperador, [83-6](#), [94-5](#)
Herat, [18](#), [27](#), [167](#), [188](#), [199](#), [281](#), [290](#), [295](#), [406](#), [442](#), [456](#), [492](#)
Herat, Convenção, [290](#)
Heródoto, [23](#), [24](#), [186](#)
heroína, [488](#)
Hewlett-Packard, [494](#)
Hezbollah, [453](#), [459](#)
híbridos, carros, [428](#)
Hickey, William, [270](#)
Hijáz, decréscimo do comércio, [88](#)
Himiar, reino de, [75](#), [87](#), [93](#)
Himmler, Heinrich, [365](#)
hindu, arte, [74](#)
hinduísmo, [17](#), [48](#), [77](#), [227](#)
hindus, deuses, [224](#)
hindus, perseguição de, [53](#)
Hiroxima, [390](#), [470](#)
Hispaniola, [245](#)
Hitler, Adolf
 e edifícios de Viena, [304](#)
 e invasão da França, [357](#)
 e invasão da União Soviética, [359-61](#), [363-4](#), [365](#), [376](#), [379](#)
 e judeus, [377-9](#)
 e mundo islâmico, [371](#)
 e pacto com a União Soviética, [347-54](#), [359](#), [367](#), [371](#), [376](#)
Hiyya, *o Grande*, rabi, [74](#)
Hobbes, Thomas, [257](#)
Hoepner, General Erich, [365](#)
Holocausto, negação, [489](#)
Homero, [29](#), [110](#)
Homes & Gardens, [347](#)
Hong Kong, cedência de, [294](#)
Horácio, [40](#)
Horda Dourada, [177](#), [190](#), [191](#)

House, Edward, [329](#)
Houtman, Fredrik de, [251](#)
Huan, imperador, [40](#)
Hudūd al-ʿĀlam, [132](#)
Hülegü (senhor da guerra mongol), [176](#), [183](#)
Humāyūn, imperador, [235](#)
hunos, [64](#), [66-7](#), [80](#), [103](#), [164](#)
Hurley, general Patrick, [391](#)
Husayn, xarife, [325-6](#), [328](#)
Hussein, rei (da Jordânia), [454](#)
Hussein, Saddam, [401](#), [413](#), [424](#), [430](#), [433](#), [452](#), [454-6](#), [459](#), [463](#), [465-70](#), [474](#), [479-81](#), [483](#)
 derrubado pelos EUA, [468-9](#), [470-1](#), [479-83](#)
 e apoio dos EUA, [454-6](#), [459](#), [463-6](#), [474](#)
 e Guerra Irão-Iraque, [450-4](#)
 invasão do Koweit, [465-6](#), [467-8](#)
Huyghen van Linschoten, Jan, [251](#)
Huyser, general Robert, [436](#)

Ialta, Conferência de, [381](#), [390](#)
Ibn al-Haytham, [109](#)
Ibn Battūta, [188](#), [189](#), [206](#)
Ibn Fadlān, [114-16](#), [119](#), [125](#)
Ibn Jubayr, [157](#)
Ibn Khaldūn, [148](#)
ibn Sīnā, Abū 'Alī Husayn (Avicena), [19](#), [109-10](#)
ibn Ya'qūb, Ibrāhīm, [130](#)
Iémen, [36](#), [40](#), [43](#), [71](#), [75](#), [422](#)
ilcãs, [177](#), [183](#)
ilhas Molucas, [225](#), [237](#)
Iluminismo, [15](#), [204](#), [254](#), [257](#)
incas, [213](#), [247](#), [255](#)
Índia

 atitudes russas para com, [292-3](#)
 capacidade nuclear, [433-4](#)
 comércio de cavalos, [233-4](#), [268-9](#)
 defesa, [354-5](#), [359](#)
 domínio britânico de, [264-5](#), [267-73](#)
 e comércio português, [225-8](#)
 e comércio romano, [36-7](#)
 histórias de viajantes, [185-6](#)
 movimento pela independência, [343](#)
 retirada britânica de, [387-8](#)
 rituais e procissões, [185](#)
 soberanos evitam o álcool, [107](#)
Indiano, Congresso Nacional, [343](#)

Índias Orientais Holandesas, [323](#)

índigo, [39](#), [147](#)

Inglaterra

cisão com Roma, [216](#), [241](#)

forças armadas, [266-7](#)

peste em, [193](#)

relações com a Pérsia, [244](#), [247](#)

relações com os otomanos, [243-4](#)

relações com os Países Baixos, [262-3](#)

revolução marítima, [263-5](#)

ver também Grã-Bretanha

Inocêncio III, papa, [160](#)

Inocêncio IV, papa, [170](#)

Iona, [67](#)

Ipi, faquir de, [355](#)

Iran Air encomenda *Concordes*, [429](#)

iraniano, avião abatido, [471](#)

Irão

capacidade nuclear, [430-1](#), [432-3](#), [435](#), [440](#), [453](#), [484](#), [485](#)

crise dos reféns, [446-9](#), [452-4](#)

despesas militares, [418](#), [429-30](#), [440](#), [441-2](#)

e «eixo do mal», [479](#)

e apoio norte-americano, [403-5](#), [417](#), [431](#), [435](#)

e ataques do [11](#) de Setembro, [477](#)

e fundação da OPEP, [418](#)

e Tratado Tripartido, [384](#)

embargo ao petróleo, [447](#)

falhanços agrícolas, [416](#)

fornecimento de armas pelos EUA, [461-4](#)

golpe apoiado pela CIA, [399-402](#)

influência alemã em, [355](#), [370](#), [372](#)

Revolução Islâmica, [435-7](#), [438-41](#), [453-4](#)

Irão-Iraque, Guerra, [465](#)

Iraque

capacidade nuclear, [430](#), [433](#), [453](#)

desenvolve mentalidade de cerco, [464-5](#)

despesas militares, [430](#)

e «eixo do mal», [479](#)

e apoio norte-americano, [454-6](#), [459](#), [463-6](#), [474](#)

e feudalismo, [342-3](#)

e fundação da OPEP, [418](#)

e fundação do partido Ba'ath, [356](#)

e independência, [337](#), [346](#)

e pan-arabismo, [411-12](#)

e reservas petrolíferas, [371](#), [389](#), [395-7](#), [403](#), [418](#), [420-1](#), [425](#), [454-5](#)

influência alemã em, [355](#)
invasão do Koweit, [465-6](#), [467-8](#)
invasão liderada pelos EUA, [450-1](#), [479-84](#)
nacionalização da indústria petrolífera, [424](#)
regime de sanções, [470](#)
sob Qasim, [412-13](#), [418](#), [420](#)
Irlanda, peste na, [193](#)
Ironsides, sir Edmund, [339](#)
irrigação, [24](#), [42-3](#), [49-50](#), [64](#), [73](#), [112](#), [231](#), [239](#), [249](#), [297](#), [415](#)
Isaac II, imperador, [156](#)
Isabel I, rainha, [241-5](#), [247](#)
Isfahan, [19](#), [231-2](#), [372](#), [423](#)
Islão
 ascensão de, [78-9](#), [87](#), [90-2](#), [93-8](#)
 cazares e, [120](#), [122](#)
 conquista muçulmana da Ásia Central, [102-4](#)
 divisão do mundo, [114](#)
 divisão em sunitas e xiitas, [111](#)
 divisões internas, [100-1](#), [103](#), [111](#), [134-5](#)
 e bolchevismo, [336](#)
 e comunismo, [400](#)
 e crescimento dos mercados, [106-9](#)
 e curiosidade ocidental, [153](#)
 e disseminação do conhecimento, [109-12](#), [153](#)
 e Hitler, [355-6](#)
 e os «novos russos», [293](#)
 hostilidade ibérica ao, [207](#)
 mongóis e, [182-3](#)
 primeiros convertidos, [91-2](#)
 relações protestantes com, [243-4](#), [247](#)
Ismael, [91](#), [97](#)
Ismay, lorde, [409](#)
Israel, [20](#), [54](#), [120](#), [122](#), [146](#), [162](#), [283](#), [327](#), [377-8](#), [389](#), [407-11](#), [419-20](#), [425-6](#), [430](#), [434](#), [447-8](#),
 [450-3](#), [461](#)
 capacidade nuclear, [434](#)
 e armas ao Irão, [461-2](#)
 e Guerra Irão-Iraque, [450-3](#)
 tribos perdidas de, [120](#), [162](#), [283](#)
israelitas, escravos, [37](#)
Itália, unificação de, [248](#)
italianas, cidades-estado
 ascensão de, [148-52](#), [155-6](#), [180-1](#)
 declínio de, [258](#)
Itamaracá, batalha de, [262](#)
Ivan I, príncipe, [184](#)

Ivan IV, czar, [246](#)

Ivanishvili, Bidzina, [494](#)

Jabr, Sālih, [389](#)

jade, [40](#), [214](#), [347](#)

Jade, Porta de, [31](#), [114](#)

Jafa, [149](#)

Jahāngīr, imperador, [268](#)

jainismo, [48](#)

Jalalabad, [18](#), [282](#), [443](#), [459](#), [472](#)

Japão, [190](#), [201](#), [211](#), [236](#), [238](#), [268](#), [371](#), [387](#), [417](#)

influxos de prata e desenvolvimento do comércio, [238](#)

Java, [37](#), [201](#), [275](#)

jejum, [96](#), [100](#), [193](#)

Jerash, [100](#)

Jerusalém

Colombo e libertação de, [203](#), [204-5](#)

como centro cristão, [54](#), [60](#), [83](#), [90-1](#)

conquista árabe, [82](#), [102](#)

conquista persa, [83-4](#)

e Cruzadas, [142-3](#), [144-9](#), [173](#), [178-9](#)

e peregrinação, [137](#)

interesses italianos em, [148-52](#)

interesses venezianos em, [150-1](#)

ocupação britânica, [333-4](#)

queda de, [157-8](#)

recuperação romana de, [92](#), [94](#)

Jesus Cristo, [35](#), [54-5](#), [59-60](#), [62](#), [67](#), [70](#), [72](#), [74-5](#), [78](#), [84](#), [94-7](#), [101-2](#), [137](#), [150](#), [160](#), [183](#), [202-3](#), [209](#), [221](#), [453](#)

Jibrīl (Gabriel), anjo, [87](#)

Jin Ping Mei «O Lótus de Ouro»), [239](#)

Jin, dinastia, [165](#)

João Crisóstomo, arcebispo de Constantinopla, [74](#)

João de Damasco, [102](#)

João de Dasen, [95](#)

João de Montecorvino, [183](#)

João de Plano Carpini, [170-1](#)

Jodl, general Alfred, [355](#), [360](#)

John, Elton, [488](#)

Johnson, Lyndon B., [417](#)

Johor, [228](#)

Jones, sir Harford, [281](#)

Jordânia, [99](#), [100](#), [451](#), [454-5](#)

Jorge III, rei, [277](#), [294](#)

Jorge V, rei, [323](#)

judaísmo, [17](#), [48](#), [54](#), [74-5](#), [78](#), [93-4](#), [97-8](#), [115](#), [120](#), [122-3](#), [141](#), [452](#)

Judeia, [35](#), [41](#)

judeus

abandonam Espanha, [202](#)

batismo forçado de, [86](#), [94](#)

deportações e extermínios, [376-9](#)

e ascensão do antissemitismo, [146](#), [193-4](#)

e ascensão do cristianismo, [55](#)

e conquista persa de Jerusalém, [83-4](#)

e invasão da União Soviética, [364](#), [376](#)

e islão antigo, [93-100](#), [111](#)

e propagação da peste, [193-4](#)

exílio babilónico, [24](#), [54](#), [55](#)

exílio egípcio, [54](#)

imigração na Grã-Bretanha, [334](#)

perseguição de, [53](#), [94](#)

judeus imigrados, [334](#), [377-8](#), [388-9](#)

Jugoslávia, pós-guerra, [382](#)

Júlio César, [34](#), [44](#)

Justiniano, imperador, [71](#), [79-80](#)

Justino II, imperador, [80](#)

Juvenal, *Sátiras*, [38](#)

Kalinin, [368](#)

Kamenev, Lev, [351](#)

Kandahar, [27](#), [36](#), [282](#), [290](#), [295](#), [406](#), [456](#), [472](#), [474](#), [492](#)

Kannenberg, Arthur, [347](#)

Karachaganak, [487](#)

Karachi, [356](#), [406](#), [473](#)

Karaj, barragem, [405](#), [407](#)

Karakum, deserto, [65](#)

Karzai, Hamid, [483](#)

Kashani, aiatola, [397](#), [399](#)

Kashgar, [19](#), [30](#), [50](#), [53](#), [72](#), [335](#)

Kavad, xá, [85](#), [86](#)

Kavanagh, cabo Charles, [336](#)

Kavtaradze, Sergei, [385](#)

Kennan, George, [392](#)

Kennedy, John F., [412](#), [417](#)

Kerry, John, [430](#), [485](#)

KGB, [412](#), [426](#), [438](#)

Khan, Daoud, [415](#)

Khan, general Ayub, [414](#)

Khan, Muqarrab, [268](#)

Kharg, ilha, [281](#)

Khāss Hājib, Yūsuf, [140](#)
Khatami, Mohammad, [471](#)
Kherson, [138](#)
Khiva, [282](#), [286](#)
Khomeini, aiatola, [401](#), [416-18](#), [421](#), [435-7](#), [439-44](#), [446-52](#), [454-5](#), [459](#), [464](#)
Khoramshahr, [391](#)
Khost, túneis, [457](#)
Khrushchev, Nikita, [412](#)
Khukh Ordnung, [105](#)
Kiev, [135](#), [138](#), [152](#), [168](#), [279](#), [368](#), [488](#)
Kirdīr, inscrição de, [53](#), [58](#), [68](#)
Kissinger, Henry, [426](#), [431-2](#), [434-5](#)
Kitabgi, Antoine, [315-18](#)
Kitchener, lorde, [327](#)
Knox D’Arcy, William, [314-16](#), [318-21](#), [323](#), [344](#), [386](#), [403](#), [425](#), [440](#), [487](#)
Kolhapur, [36](#)
Komondo, ilhas, [295](#)
Korla, centro de monitorização, [441](#)
Kovno, [303](#)
Koweit, [333](#), [394-5](#), [403](#), [418-9](#), [454](#), [466-70](#)
 e fundação da OPEP, [418](#)
 invasão iraquiana do, [466-70](#)
Kraftwerk Union AG, [432-3](#), [440](#)
Kristallnacht, [376](#)
Kublai *khan*, [185](#)
Kucha, [51](#)
Kūfa, [99](#)
Kuropatkin, general Alexei, [292](#)
Kushk, [295](#)
Kutadgu Bilig, [140](#)
Kvaternik, Slavko, [378](#)

La Rochelle, [207](#)
Lago Mälär, [137](#)
Lagos, [209](#)
Lahore, [235](#), [268](#), [343](#), [473](#)
Lambton, Ann, [370](#)
Lansdowne, lorde, [298](#), [316](#), [320](#)
Laos, [421](#)
lápis-lazúli, [24](#), [40](#), [49](#), [197](#)
laranjais do imperador Bābur, [233](#), [488](#)
Las Casas, Bartolomeu de, [213](#), [244](#)
Lawrence, T. E., [333](#)
Le Corbusier, [428](#)
Leão X, papa, [229](#)

Leibniz, Gottfried, [265](#)
Leiden, Universidade, [253](#)
Lenine, Vladimir, [337](#), [369](#)
Leninegrado, [369](#), [375](#), [382](#)
Leonardo da Vinci, [197](#)
Lepanto, batalha de, [243](#)
LeQueux, William, [304](#)
Lermontov, Mikhail, [279](#)
lettres de marque, [218](#)
Levante, Companhia do, [247](#)
Levi, Primo, [285](#)
Li Xian, [74](#)
Líbia, [306](#), [419](#), [477](#)
Lichnowsky, príncipe, [307](#)
Liebmann, general Kurt, [353](#)
Litvinov, Maxim, [349](#)
Liu Dong, [238](#)
Liubech, [138](#)
Livro dos Salmos, [232](#)
Lloyd George, David, [329](#), [333](#)
Lockerbie, atentado terrorista, [471](#)
Lodi, dinastia, [233](#)
Lopez, Jennifer, [492](#)
Lorraine, sir Percy, [339](#)
Lu Zhi, [239](#)
Lucca, [186](#)
Lufthansa, [355](#)
Luís IX, rei (de França), [170](#), [173](#)
Lund, expansão de, [128](#)
Luoyang, [33](#), [51](#), [241](#)
luta livre, [235](#)
Lutero, Martinho, [244](#), [249](#)
Lytton, lorde, [290](#)

Ma Huan, [198](#)
Macário, bispo de Jerusalém, [60](#)
Macau, [227](#), [238](#), [252](#)
Machpelah, gruta de, [95](#)
Maclean, coronel, [290](#)
Macmillan, Harold, [407](#)
Madagáscar, [377-8](#)
Madeira, [207](#)
Madras, [264-5](#), [267](#), [271](#)
Madre de Deus, [242](#)
«Mãe do mundo», [19](#), [118](#)

Magalhães, Fernão de, [225](#)
Magno, Alessandro, [229](#)
Mahdia, [138](#)
Maia, Império, [236](#)
Maikop, [380](#)
Mainz, [130](#)
Maiskii, Ivan, [348](#)
Makhachkala, Anzhi, [492](#)
Malaca, [225](#), [228-9](#), [252](#)
malaia, península, [190](#), [201](#), [227](#), [236](#), [387](#), [496](#)
malária, [63](#)
mamelucos, [173](#), [176-8](#)
Manchúria, [191](#), [199](#)
Mani (profeta), [53](#)
Manila, [237](#), [239](#)
maniqueísmo, [48](#), [105](#)
maniqueístas, perseguição de, [53](#)
Manners, lady Diana, [310](#)
Mansa Musa, [205-6](#)
Mao Zedong, [469](#)
Maomé, profeta, [79](#), [87-92](#), [93-8](#), [100-2](#), [106](#), [111-12](#), [114](#), [116](#), [118](#), [122](#), [134](#), [141](#), [192-3](#), [325](#),
[425](#), [495](#)
 data da sua morte, [98](#)
 e a peste, [192](#)
 e sucessão, [100-1](#), [106](#)
 efígie em moedas, [101-2](#)
 hijra, [89](#)
Marcial, [37](#)
Marco António, [34](#)
marfim, [24](#), [29](#), [37](#), [39](#), [70](#), [155](#), [206](#)
Margarit, Pedro, [212](#)
Maria I, rainha, [241](#)
Maria Teresa, imperatriz, [267](#)
Maria, mãe de Jesus, [96](#), [102](#), [137](#)
Marriott, Alfred, [318-19](#)
Marrocos, [103](#), [152](#), [206](#), [244](#), [303-4](#)
Martel, Charles, [103](#)
Marx, Karl, [276](#), [284](#), [390](#)
Mascate, [227](#)
Mashad, [18](#), [199](#)
Masjed Soleymân, poços de petróleo, [321-2](#), [344](#)
Masjid-i Shâh, mesquita, [232](#)
matemática, [100](#), [107](#), [109-10](#), [153](#)
Maurício, imperador, [82-3](#)
Mauritânia, [206](#), [208](#)

Mazdak, [76](#)
McFarlane, Robert, [463](#)
Meca
 ascensão, [87-91](#)
 Caaba, [91](#), [134](#), [155](#)
 e comércio português, [226-8](#)
 e Guerra do *Yom Kippur*, [425-6](#)
 haram (santuário pagão), [88](#)
Médici, grão-duque Francesco de, [233](#)
medicina e farmacologia, [19](#), [107](#), [109](#), [130](#), [259](#), [270](#), [437](#)
Medina (Yathrib), [82](#), [87](#), [89](#), [94](#), [101](#), [123](#), [157](#), [325](#)
Mehmed III, sultão, [243](#)
Menandro, rei (da Bactria), [47-8](#)
Menéndez de Avilés, Pedro, [218](#)
Merv, [19](#), [51](#), [53](#), [65](#), [72](#), [109](#), [118](#), [136](#), [140](#), [167](#), [295](#), [335](#)
 «mãe do mundo», [19](#), [118](#)
Meshed, [335](#)
Messina, [192](#)
metanfetaminas, [374](#)
Metódio, [120](#)
Mexia, Pedro, [216](#)
México, descoberta de petróleo, [344](#), [393-4](#), [428](#)
Meynell, Alice, [307](#)
Michelangelo, [197](#)
Michiel, doge Vitale, [156](#)
Midway, batalha de, [380](#)
Milindapañhā, [47](#)
Mill, John Stuart, [288](#)
Ming, dinastia, [198](#), [200-1](#), [228](#), [238-9](#)
Minsk, [138](#), [368](#)
mirra, [40](#)
mísseis balísticos, [413](#), [441](#)
Mitteis, Ludwig, [307](#)
Moctezuma, [213-14](#)
moda, casas de, [494](#)
Mogadíscio, [422](#)
Mogharebi, general Ahmad, [438](#)
Mogol, Império, [18](#), [235-6](#), [268](#)
Mohács, batalha de, [230](#)
Moisés, [96](#), [97](#), [122](#), [141](#)
Molotov, Vyacheslav, [349-50](#), [353-4](#), [368](#), [372](#), [376](#)
Moltke, Helmuth von, [304](#)
Mombaça, [484](#)
Möngke, Grande *khan*, [172](#)
mongóis

acessórios, [185](#)
conhecidos como tártaros, [168](#)
e disseminação da peste, [190-1](#)
e iluminuras, [235](#)
e tolerância religiosa, [182-4](#)
e violência, [166-8](#)
impacto cultural das conquistas, [184-5](#), [188-9](#)
sistema administrativo, [181-4](#)
monoteísmo, triunfo do, [87](#)
Morgan, J. P., [312](#), [314](#), [315](#)
Morley, Daniel de, [153](#)
Morris, William, [315](#)
Moscou, [184](#), [278](#), [348-51](#), [353](#), [355](#), [359](#), [366-9](#), [371-5](#), [379](#), [381-5](#), [391-2](#), [395](#), [406](#), [408](#), [411](#), [413](#),
[415](#), [420-6](#), [437-8](#), [443-5](#), [448](#), [451](#), [454](#), [457](#), [459](#), [469](#), [493](#), [497-8](#)
Moscou, Olimpíadas, [454](#)
Mossul, [18](#), [61](#), [72](#), [106](#), [299](#), [333](#), [337-8](#), [391](#)
Mozaffar od-Dīn, xá, [296](#), [316](#)
mulheres
 e reprodução [189](#)
 entrada nos mercados de trabalho, [195-6](#)
 vestuário no tempo da peste, [193](#)
Multān, [492](#)
Mumbai, *ver* Bombaim
Mun, Thomas, [261](#)
Mundy, Peter, [254](#)
Munique, Jogos Olímpicos, [447](#)
Murad, sultão, [244](#)
Murano, vidro, [197](#)
Murmansk, [246](#), [379](#)
Murphy, Richard, [461](#)
Musil, Robert, [304](#)
Mussolini, Benito, [348](#)
Mutawakkil, Wakīl Ahmed, [474](#)
Muziris, [38](#)
Myos Hormos, [36](#)
Mysore, [277](#)

«Nababos», [271](#), [429](#)
nacionalismo árabe, ascensão de, [410-12](#), [419](#)
Nagasáqui, [390](#)
Naim, príncipe, [406](#)
Nairobi, ataque à bomba, [473](#)
Najaf, [417](#)
Naksh-i-Rustām, [52-3](#)
Nanjing (Nanquim), [238](#)

napalm, [460](#)
Napoleão Bonaparte, [277-8](#), [281](#), [368](#)
Nápoles, [152](#), [216](#)
Nāsir-i Khusraw, [136](#)
Nasser, Gamal Abdel, [406-8](#), [410-12](#), [418-19](#)
Natanz, instalações nucleares, [485](#)
NATO, [409](#), [413](#)
nau taforeia, [234](#)
Nazarbayev, Nursultan, [488](#)
nazarenos, [53](#), [236](#)
Nestório, patriarca, [70](#)
Newton, Isaac, [257](#)
Nicarágua, contras, [461](#)
Niceia, [68-9](#), [162](#)
 Credo de, [75](#)
 ver também Concílio de Niceia
Nicks, Elihu, [266](#)
Nicolau I, czar, [281](#)
Nicolau II, czar, [302](#)
Nicolson, sir Arthur, [301-2](#), [307](#)
Nilo, inundações, [34](#), [134](#)
Nínive, [17](#), [85](#)
Nisa, [42](#)
Nisibis, [41](#), [63](#), [95](#)
Nixapur, [106](#), [140](#), [166-7](#), [188](#)
Nixon, Richard M., [415](#), [426-8](#), [440](#)
nökürs (guerreiros mongóis), [164](#)
nómadas das estepes
 adoção do cristianismo, [71-2](#)
 ameaçam a Pérsia e Roma, [63-7](#)
 competição com viquingues rus', [133-4](#)
 crenças religiosas, [114-16](#)
 modo de vida e comércio, [116-18](#)
normandos, mercenários, [138](#)
North, lorde, [272](#)
Nova Deli, [422](#)
Nova Inglaterra, colonização de, [261](#), [265](#)
Novgorod, [124](#), [127](#), [135](#), [138](#), [168](#)
noz-moscada, [155](#), [197](#), [225](#), [228](#), [237](#), [242](#)

Obama, Barack, [430](#), [482](#), [485](#), [496](#)
Odessa, [298](#), [305](#), [369](#)
Offa, rei (de Mércia), [130](#)
Ofir, minas de, [211](#)
Ogarkov, general Nikolai, [445](#)

Ögödei, Grande *khan*, [168-70](#)

oirates, [165](#), [276](#)

oleodutos, [319](#), [322](#), [325](#), [329](#), [341](#), [345](#), [384](#), [395](#), [407](#), [419](#), [428](#), [455](#), [492-3](#)

olíbano, [26](#), [39](#), [40](#), [186](#), [190](#), [228](#)

Omar, mulá, [471](#), [474](#), [476](#)

OPEP

e subida do preço do petróleo, [425](#), [428-9](#)

fundação de, [418](#)

ópio, [271](#), [294](#), [386](#)

Ordás, Diego de, [215](#)

Oremburgo, [299](#)

Organização para Cooperação de Xangai (OCX), [497](#)

Organização pela Proibição de Armas Químicas, [480](#)

Orme, Robert, [270](#)

Ormuz, cidade cosmopolita, [236](#)

Oseberg, [136](#)

Osirak, reator nuclear, [434](#), [453](#)

ostras, viveiros, [212](#), [248](#)

OTAN *ver* NATO

Otomano, Império

ascensão de, [201-2](#), [229-30](#)

ataque russo ao, [276](#)

colapso, [306](#)

competição com os portugueses, [230-1](#)

conquistas culturais, [231-2](#)

contração e declínio, [237](#)

estagnação económica, [260](#)

estruturas sociais, [260-1](#)

objetivos da Primeira Guerra Mundial, [325-7](#)

relações com a Alemanha, [304](#)

relações com Inglaterra, [243-4](#)

ouro

comércio português de, [205-7](#)

correção ao preço de, [34](#)

depósitos de Tian Shan, [487](#)

e conquista das Américas, [213-15](#), [218-19](#)

e recuperação económica no século xv, [220-1](#)

mineração na Austrália, [314-15](#)

valor relativo de, [238](#)

Ouseley, sir Gore, [277-9](#)

Outremer, colónias fundadas no, [145](#)

Pádua, [152](#)

Page, Walter, [330](#)

Países Baixos, [34](#), [196](#), [216](#), [242](#), [245](#), [248-50](#), [252-4](#), [258-9](#), [262-2](#), [312](#), [379](#)

ver também Holandesa, República

Palestina, [20](#), [51](#), [66](#), [84](#), [92](#), [94-5](#), [98-100](#), [104](#), [106](#), [147-8](#), [151](#), [173](#), [176](#), [178](#), [192](#), [327-8](#), [333-4](#), [371](#), [377-8](#), [388-9](#), [447](#)

Palestina, Organização para a Libertação (OLP), [447](#)

Palestiniana, Frente de Libertação, [481](#)

Palmerston, lorde, [281](#), [284](#)

Palmira, [39](#), [105](#)

Pals, Batallions, [310](#)

Panjikent, [104-5](#)

papel, fabrico de, [107](#)

papel-moeda, [190](#), [199](#)

papoila, cultivo de, [488](#)

Paquistão, [395](#), [405-6](#), [414](#), [424](#), [434-7](#), [443](#), [445](#), [456-8](#), [462](#), [472](#), [477-8](#), [482](#), [492-3](#)
capacidade nuclear, [456](#)
e caça a Bin Laden, [477-8](#)

Paris
cerco de, [299-300](#)
registo secreto de judeus, [379](#)

Parsons, sir Anthony, [437](#), [440](#)

parta, língua, [51](#)

Partitio terrarum imperii Romaniae, [162](#)

Pasárgada, [24](#)

Paschooski, doutor, [296](#)

Páscoa, datas de, [68](#), [74](#), [202](#)

pássaros, adoração de, [114](#)

Pattanam, [36](#)

Paulo V, papa, [232](#)

Pearl Harbor, [380](#)

pechenegues, nómadas, [116](#), [124](#), [133](#)

Pedro IV, rei (de Aragão), [206](#)

Pedro, o *Venerável*, abade de Cluny, [153](#)

Pegolotti, Francesco, [186](#), [188](#)

peixes, adoração de, [114](#)

peles, comércio de, [65](#), [117-18](#), [130](#), [133](#), [139](#), [181](#), [206](#), [208](#)

Penang, [387](#)

Pepys, Samuel, [263](#)

Pequim, [172](#), [183](#), [198](#), [201](#), [265](#), [268](#), [294](#), [441](#), [445](#), [458](#), [493-4](#), [497](#)

Perak, [228](#)

pérolas, [40](#), [49](#), [77](#), [81](#), [106](#), [108](#), [172](#), [181](#), [200](#), [212-13](#), [221](#), [242](#)

Persa, Corredor, [379](#), [385](#)

persa, língua, purificação de, [356](#)

persa, literatura épica, [105](#)

persa, muralha, manutenção de, [65](#)

Persépolis, [24](#), [52](#)

Pérsia (Império Persa)

Acordo Anglo-Persa, [337-41](#)
aliança romana, [64-5](#), [67](#)
burocracia, [23](#), [73](#)
colapso de, [91-2](#), [104](#)
e comércio com a Índia, [269](#)
e deposição dos selêucidas, [33](#)
e fundação de mosteiros, [183](#)
e independência, [346](#)
expansão do império, [23-5](#), [41-3](#)
gosto dos governantes por presentes, [277](#)
guerras romanas, [80-8](#), [97](#), [112](#)
igreja cristã na, [67-9](#), [75-6](#), [81-7](#)
incursões romanas, [40-2](#), [61-2](#)
mercados e bazares, [42](#)
recuperação e adoção do zoroastrismo, [53-4](#), [58](#)
rede de estradas, [24](#), [26](#)
relações com a China, [40](#)
relações com a Inglaterra, [243-4](#), [246-7](#), [277-8](#), [290](#), [295-8](#), [300-1](#)
relações com a Rússia, [276](#), [278](#), [281](#), [300](#)
renascimento cultural, [231-2](#)
reservas de petróleo, [316-25](#), [329-30](#), [332-3](#), [337](#), [343](#)
tolerância de minorias e da religião, [23-4](#), [73](#)
Perugia, [152](#)
Peshawar, [53](#), [282](#), [414](#)
Peste Negra, [190-2](#), [194-6](#), [277](#)
Petra, [39](#)
Petraeus, general David, [483](#)
Petrarca, [194](#)
petróleo, preço
 a subir, [394](#), [403](#), [424-9](#), [439-40](#)
 efeitos da instabilidade em, [448-9](#), [484](#), [488](#)
 em queda, [344](#)
Petrônio, *Satyricon*, [37](#)
Piacenza, [142](#)
Picasso, Pablo, [494](#)
Piero della Francesca, [197](#)
pigmentos, importações de, [197](#)
pimenta, [36](#), [39](#), [73](#), [130](#), [136](#), [147](#), [155](#), [163](#), [181](#), [186](#), [189-90](#), [197](#), [199](#), [225](#), [228-9](#), [242](#)
 de pântanos com crocodilos, [186](#)
 oferta e procura, [229](#)
Pincheng, [51](#)
Pio V, papa, [241](#)
pirataria, [218](#)
piratas árabes, [135](#)
Pisa, [138](#), [148-50](#), [152](#), [159](#), [162](#), [180](#), [206](#)

Pitt, William, *o Velho*, [271](#)
Plínio, *o Novo*, [54](#)
Plínio, *o Velho*, [38](#), [186](#)
Plutarco, [25](#), [29](#)
Poindexter, almirante John, [463](#)
Poitiers, [102](#)
politeísmo, declínio de, [87](#)
Polk, William, [417-8](#)
Polo, Marco, [180](#), [186](#), [189](#)
Polónia
 e pacto nazi-soviético, [348-53](#)
 e recolocação dos judeus, [377](#)
 invasão da, [352-4](#), [359](#)
 território no pós-guerra, [381-2](#)
Polotsk, [138](#)
pólvora, chinesa, [237](#)
pombos, corrida de, [235](#)
Pôncio Pilatos, [46](#), [78](#)
porcelana chinesa, [228](#), [261](#)
Portugal
 acordos com Espanha, [208](#), [225](#), [341](#), [394](#)
 e comércio de escravos, [208-9](#), [216-17](#)
 e comércio do ouro, [208](#)
 proveitos do comércio de especiarias, [224-8](#)
 viagens de descobertas e rotas mercantes, [204](#), [207-10](#), [219](#), [221](#), [223-7](#), [234-5](#), [240](#), [250](#)
Potosí, mina, [232](#), [247](#)
Potsdam, Conferência, [381](#)
Powell, Colin, [479-81](#)
Powers, Gary, [414](#)
Praga, [130](#), [382](#)
prata, [24](#), [26](#), [36-7](#), [39-40](#), [49-50](#), [73-4](#), [79-80](#), [106](#), [113](#), [117](#), [125](#), [130](#), [133](#), [139](#), [155](#), [172](#), [190](#), [200](#),
 [206](#), [213-17](#), [220-1](#), [232](#), [234](#), [236-40](#), [241](#), [395](#)
Preste João, [162-3](#), [168](#)
Princip, Gavrilo, [307](#), [312](#)
prisioneiros de guerra, [376](#)
Priuli, Girolamo, [226](#)
Procópio, [80](#), [82](#)
programa espacial norte-americano, [427](#)
Propércio, [40](#)
Ptolomeu, [34](#), [110](#)
Pul-i Charkhi, prisão, [442](#)
Pushkin, Aleksandr, [279](#), [286](#)
Putin, Vladimir, [493](#)

Qābūs-nāma, [129](#)

Qādisiyyah, batalha de, [92](#)
Qalhāt, [227](#)
Qana', [75](#)
Qānūn al-Suvar, [323](#)
Qardagh, [75](#)
Qasim, Abdul Karim, [412-13](#), [418](#), [420](#)
Qatar, Museu Nacional, [494](#)
Qianlong, dinastia, [294](#)
qibla, [91](#)
Qing, dinastia, [265](#)
Qitai, estação de monitorização, [441](#)
Qom, [379](#), [417](#)
«Quatro mestres», [238](#)
Querini, Vincenzo, [226](#)
Quetta, [282](#), [297](#), [424](#), [492](#)
Quetzalcoátl, [214](#)
quinto (imposto), [209](#)
Quirguistão, [16](#), [337](#), [446](#), [477](#), [486-7](#), [492](#), [495](#), [497](#)
Quirguistão, «Revolução das Tulipas», [486](#)
Qutuz, sultão, [176](#)
Qyzyl complexo de cavernas, [50](#)

Rabban Sauma, bispo de Uighutia, [177](#)
Rabbani, mulá, [473](#), [476](#)
Rabī'a Balkhī, [110](#)
Rabin, Yitzhak, [461](#)
Radek, Karl, [351](#)
radmichis, [119](#)
RAF Habbiniyah, [373](#)
Rafael, [197](#)
Ragusa, [198](#)
Raimundo de Toulouse, [146](#)
Rajmahal, [269](#)
Rāmisht de Sīrāf, [155](#)
Ramla, [99](#)
Rawlinson, Henry, [283](#)
Rayy, [19](#), [118](#), [123](#), [136](#)
Razmārā, Alī, [397](#)
Reagan, Ronald, [454-5](#), [457](#), [461-3](#)
Redwood, doutor Boverton, [318](#)
Reforma, [77](#), [241](#), [244-5](#)
Reichenau, general Walther von, [353](#), [374](#)
Reinaldo de Châtillon, [157-8](#)
relíquias, [77](#), [137](#), [146](#), [160-1](#)
Renânia, antissemitismo em, [146](#), [194](#)

Renascimento, [15](#), [185](#), [219](#), [495](#)
República Árabe Unida, [411](#)
República Holandesa, ascensão de, [249-50](#), [258](#)
Reuter, barão Julius de, [317-18](#)
Rev-Ardashīr, [68](#)
Revolução Industrial, raízes de, [15](#), [196](#)
Reynolds, George, [321](#), [344](#)
Reza Khan, xá, [339](#), [372](#)
Reza Pahlavi, xá Mohammed, [415](#)
Ribbentrop, Joachim von, [349](#), [350](#), [353-4](#), [376](#)
Ricardo I, rei, [158](#)
Ricci, Matteo, [238](#)
Ridley, general Clarence, [392](#)
Rijksen, Jan, [254](#)
Rimbert, bispo de Bremen, [131](#)
Roberts, marechal de campo lorde, [292](#), [295](#)
Rodes, [149](#)
Rogério da Sicília, [147](#)
Roma
 e queda de Constantinopla, [201-2](#), [219](#)
 monumento Altare della Patria, [285](#)
 peste em, [79](#), [193](#)
 saque de, [67](#)
romano, exército, [34](#), [64](#), [88](#)
Romano IV Diógenes, imperador, [141](#)
Romano, Império
 adoção do cristianismo, [55](#), [60-2](#)
 aliança persa, [64-5](#), [67](#)
 ascensão de, [33-8](#)
 campanhas persas, [40-2](#)
 comércio com a Índia, [36](#)
 conquista do Egito, [34-5](#)
 declínio e colapso, [43-4](#), [65-7](#), [86-7](#)
 e escravidão, [128-9](#)
 e fundação de Constantinopla, [44](#)
 e seda chinesa, [38](#)
 guerras persas, [80-8](#), [97](#), [112](#)
 profeta Maomé e [97](#)
 relações com a China, [39-40](#)
Rommel, general Erwin, [366](#), [380](#)
Roosevelt, Archie, [398-9](#)
Roosevelt, Franklin D., [372](#), [391](#), [393-4](#), [399](#)
Roosevelt, Kermit, [398-9](#)
Roosevelt, Theodore, [398](#)
Rosenberg, Alfred, [366](#)

Rostov-do-Don, [369](#)
Roterdão, [252](#), [254](#)
Rothschild, barão Alphonse de, [320](#), [334](#)
Royal Air Force, [354](#), [357](#)
Royal Dutch/Shell, [323](#), [329](#)
Royal Navy, conversão ao petróleo, [321](#), [323-4](#), [330](#)
ruibarbo, [200](#), [211](#), [269](#)
Rumaila, campo petrolífero, [421](#)
Rumsfeld, Donald, [455](#), [467](#), [478](#), [480-1](#), [483](#)
Rurikovo Gorodische, [124](#)
rus', ver víquingues rus'
Rússia (Império Russo)
 abolição da servidão, [285-6](#)
 antecipa o fim do mundo, [202](#)
 colapso do governo, [335](#)
 desenvolvimento da autocracia, [184](#)
 desígnios sobre o Império Otomano, [306](#)
 e «novos russos», [276](#), [293](#)
 e abordagem à Primeira Guerra Mundial, [275-6](#), [305-11](#)
 e comércio com a Índia, [269](#)
 e exploração do petróleo persa, [319-20](#)
 e terrorismo checheno, [284](#)
 expansão do império, [275-6](#), [278-81](#)
 florescimento artístico, [297](#)
 invasão dos Balcãs, [292](#)
 invasão napoleónica, [278](#), [368](#)
 ligações comerciais com Inglaterra, [246](#)
 objetivos na Primeira Guerra Mundial, [326-7](#)
 reformas militares, [285](#)
 relações com a Grã-Bretanha, [275-8](#), [281-92](#), [290-302](#)
 relações com a Pérsia, [276](#), [278](#), [281](#), [300](#)
 revoluções, [331](#), [335](#), [337](#), [349](#), [351](#), [360](#), [390](#)
 sistema postal, [182](#)
Russo-Chinês, Banco, [293-4](#)
Russo-Japonesa, Guerra, [299](#)
Rustichello, [180](#)
Ryazan, [168](#)

Sachsenhausen, [376](#)
Sadat, Anwar, [426](#)
Saddharmapundarīka (*Sutra do Lótus*), [49](#)
safávida, dinastia, [231](#), [260](#)
Saint-Étienne, [257](#)
Saki (H. H. Munro), [304](#)
Salāh al-Dīn al-Ayyubī (Saladino), [156](#)

Salisbury, lorde, [296-7](#)
Sallâm, viagem de, [113-14](#)
Salomão, Cântico de, [186](#)
Salona, [43](#)
Salústio, [36](#)
Salviano, [67](#)
Samandar, [120](#)
samânida, dinastia, [116](#), [139](#)
Samara (Kuibyshev), [369](#)
Samarcanda, [18-19](#), [40](#), [72](#), [76](#), [104-5](#), [128](#), [130](#), [167](#), [199-200](#), [233](#), [235](#), [241](#), [286](#), [295](#), [335](#)
Samarra, [123](#)
Sameba, catedral, [494](#)
Sampetersburgo, Academia de Medicina, [279](#)
sândalo, [199](#), [228](#)
Santo Agostinho, [110](#)
São Gregório, [59](#)
São Jerónimo, [65](#)
São Jorge da Mina, [208](#), [252](#)
São Paulo, [68](#)
São Tomé, [217](#)
São Tomé (discípulo de Jesus), [224](#)
Sara, deserto, [206](#)
sarampo, [215](#)
sassânida, dinastia, [42-3](#), [51-4](#), [58](#), [65](#), [72-3](#), [75](#), [91-2](#), [99-100](#), [108](#), [338](#)
Sassetti, Filippo, [233](#)
Savak (polícia secreta), [417](#), [435](#), [438](#), [468](#)
Sazonov, Sergei, [301](#)
Schlieffen, conde Alfred von, [303](#), [304](#)
Schmidt, Helmut, [436](#)
Schwarzkopf, general Norman, [468](#)
Scowcroft, Brent, [468](#)
Sebastopol, [305](#)
seda
 aparece em Roma, [38](#)
 aumento da produção na China, [238](#)
 desenvolvimento inicial do comércio, [32](#)
 mongóis e, [172](#)
 sogdianos e comércio de, [73](#), [105](#)
 Timur e, [200](#)
 uígures e comércio de, [105](#)
 uso dos chineses, [107](#)
 víquingues rus' e, [133](#), [136-7](#)
Sefer (capitão marítimo), [230](#)
Selden, mapa, [239](#)
Selêucia, [41](#)

Selêucia-Ctesifonte, bispado de, [68-9](#)
Seleuco, [27-8](#), [33](#)
Selim, mesquita de (Edirne) [231](#)
Selīm II, sultão, [231](#)
seljúcidas, [140-2](#), [153](#)
Séneca, [38](#)
serpentes, voadoras, [186](#)
Sérvia, [311](#)
Serviço Geológico dos EUA, [487](#)
Severlianes, [119](#)
Sevilha, [207](#), [215](#), [220-1](#)
Shāhnāma, [139](#)
Shahrbarāz, [85](#)
Shakespeare, William, [55](#), [243](#)
Shamil, imã, [279](#), [283](#)
Shamir, Yitzhak, [377](#)
Shāpūr I, rei (da Pérsia), [53-5](#)
Shāpūr II, rei (da Pérsia), [61-2](#), [63](#)
Shaw Stewart, Patrick, [310](#)
Shen Zhou, [238](#)
Shi Ji (Registos Históricos), [31](#)
Shim'on b. Yohai, rabi, [94](#)
Shuja, xá, [282](#)
Shultz, George, [454](#), [461](#)
Sião, [199](#)
Sicília, [138](#), [144](#), [147-8](#), [192](#), [216](#), [229](#), [380](#)
Sídon, [178](#)
Siemens, [355](#)
Siena, [186](#), [188](#)
Sima Qian, [31](#)
sinagogas, [74-5](#), [95](#), [123](#)
Sinagra, [63](#)
Sinān, [231](#)
Sindh, conquista árabe de, [104](#)
Singapura, [387](#)
sionismo, [453](#)
Sīrāf, [108](#), [155](#)
Síria
 controlada pela França, [327](#), [333-4](#), [357](#)
 despesa militar, [430](#)
 e Guerra Fria, [422](#), [437](#), [438](#)
 e os ataques de [11](#) de Setembro, [477](#)
 e pan-arabismo, [411](#)
 e queda da França, [366](#), [373](#)
 golpe de estado, [398](#)

guerra civil, [486](#)
repressão crescente, [429](#)
Sistão, [53](#), [297](#)
Sizabul (líder turco), [80](#)
Slade, Almirante sir Edmond, [324](#), [333](#)
Smith, Adam, [240](#)
Smolensk, [138](#)
Sófocles, [29](#)
sogdianos, mercadores, [50](#), [73](#), [105](#), [123](#), [205](#), [270](#), [316](#), [492](#)
Sol Invictus, culto de, [59](#)
Solimão, *o Magnífico*, sultão, [231](#)
Somália, [422](#), [472](#)
Somme, ofensiva, [15](#), [310-11](#)
Song Yingxing, [239](#)
Speer, Albert, [348](#), [381](#)
Spetsnaz, forças especiais, [444](#), [460](#)
Split, [148](#)
Spring-Rice, sir Cecil, [298](#)
Sputnik, lançamento, [413](#)
Sri Lanka (Ceilão), [42](#), [71](#), [73](#), [198](#), [252](#), [268](#), [497](#)
St. John, Oliver, [262-3](#)
Stahl, Leslie, [470](#)
Standard Oil, [340](#)
Staraya Ladoga, [124](#)
Stathmoi Parthikoi, [36-7](#)
Stern, Avraham, [377-8](#)
Stinger, mísseis, [457](#), [459](#)
Stoddart, capitão James, [282-3](#)
Stolypin, Pyotr, [294](#)
Strauss, Richard, [307](#)
Sudão, [129](#), [304](#), [422](#)
Suécia, peste na, [193](#)
sueco, minério de ferro, [356](#), [359](#)
Suez, Canal do, [226](#), [316](#), [326-7](#), [329](#), [331](#), [333](#), [366](#), [389](#), [397](#), [407-11](#), [420](#), [422](#)
Suez, crise, [388](#), [401](#), [408-11](#)
Sullivan, William, [438-9](#)
Sulu, [104](#)
Sumatra, [190](#), [251](#)
Surat, [262](#), [264](#)
Susa, [24](#)
Susiana, [68](#)
Suzhou, [220](#)
Sverdlovsk, [414](#)
Sykes, Sir Mark, [327](#)
Sykes–Picot, Acordo, [332-3](#)

Tabriz, [183](#), [186](#), [188](#)
Tácito, [184](#), [186](#)
taino, povo, [213](#)
Taiwan, [268](#)
Taj Mahal, [236](#)
Taklamakan, deserto, [30](#), [32](#)
Talas, batalha de, [104](#), [107](#)
talibãs, [77](#), [401](#), [458](#), [471-9](#), [482](#)
Talmude, [74](#)
tâmil, literatura, [36](#)
Tammuz, estação nuclear, [434](#)
Tang, dinastia, [104](#), [107](#), [241](#)
Taq Taq, campo petrolífero, [487](#)
Tāq-i Bustān, [74](#)
Taraki, Nur Muhammad, [443-4](#)
tártaros, *ver* mongóis
Tashkent, [53](#), [128](#), [286](#), [293](#), [295](#), [299](#), [335](#), [337](#), [494](#)
«Tatar Tonga», [165](#)
Taxila, [49](#)
Tchékhov, Anton, [297](#)
Teerão, [19](#), [72](#), [277](#), [280-1](#), [295](#), [297-8](#), [315](#), [318-21](#), [332](#), [338-44](#), [356](#), [372](#), [379](#), [381](#), [384-6](#), [391](#),
[393](#), [398-9](#), [402-5](#), [410](#), [416-7](#), [423](#), [432-41](#), [446-9](#), [452](#), [454](#), [459-62](#), [471](#), [484](#), [494](#)
 embaixada dos Estados Unidos e crise dos reféns, [446-9](#), [452-4](#)
 protestos pró-Khomeini, [416-17](#), [439](#)
Telefunken, [355](#)
templos do fogo, zoroastrismo, [69](#)
templos trogloditas, budistas, [51](#)
Tengri (divindade nómada), [115](#), [120](#), [171](#)
Tenochtitlán, [214](#)
Teodoro, [92](#)
Teodósio II, imperador, [66](#)
Terapeutas, seita, [47](#)
Tertuliano, [55](#)
Tessalónica, saque de, [156](#)
têxtil, desenvolvimento da indústria, [195](#), [234](#), [271](#)
Tian Shan, cordilheira, [32](#), [63](#), [487](#)
tianma (cavalos divinos ou celestiais), [30](#)
Tibete, [111](#), [170](#), [301](#)
 missionários cristãos no, [111](#)
Ticiano, [197](#)
Tikrit, [72](#)
Tilya Tepe, túmulos, [29](#)
Timoshenko, marechal Semyon, [367](#)
Timóteo, patriarca, [111](#), [141](#)

Timur (Tamerlão), [199-201](#), [231](#), [233](#), [241](#)
timúrida, dinastia, [231](#), [235](#)
Tinnīs, [136](#)
Tipu, sultão, [277](#)
Tirpitz, [380](#)
Titon, Maximilien, [257](#)
Tlaxcala, [214](#)
Todt, organização, [355](#)
Tóla, [137](#)
Toledo, [153](#)
topázio, [37](#), [39](#)
Tora Bora, [458](#), [472](#)
Tours, [102](#)
TOW, mísseis, [461](#)
Townley, William, [307](#)
Trácia, [64](#), [162](#), [201](#)
Trajano, imperador, [40-1](#), [54](#)
transcaspiana, ferrovia, [295](#), [335](#)
Tratado de Alcáçovas, [208](#)
Tratado de al-Hudaybiya, [90](#)
Tratado de Gulistão, [278](#), [280](#)
Tratado de Nanquim, [294](#)
Tratado de Paris, [288](#)
Tratado de Saragoça, [341](#)
Tratado de Tordesilhas, [225](#), [341](#)
Tratado de Versalhes, [311](#), [349](#), [352](#)
Trinidad e Tobago, [492](#)
Tríplice Entente, [302](#)
Trípoli, [145](#), [149](#)
Trogir, [148](#), [169](#)
Troia, [29](#), [44](#), [74](#)
Troia, Guerra de, representada em gomil, [73-4](#)
Trotsky, Leon, [335](#)
Truman, Harry S., [392](#), [468](#)
Tudeh, partido, [385](#), [438](#)
Tughril Beg, [141](#)
Tula, [368](#)
tulipas, [488](#)
Tunísia, [67](#)
turcomanos, [80-2](#), [85](#), [104](#), [118](#), [128](#), [140](#)
Turfan, [51](#)
Turner, almirante Stansfield, [441](#)
Tver, [168](#)

U-2, aviões de espionagem, [414](#)

Ucrânia

chernozem («terra escura»), [488](#)

e invasão nazi, [348](#), [353](#), [360-2](#), [366-7](#), [369](#), [374-6](#), [379](#)

e uso da energia como arma pela Rússia, [492](#)

Udaipur, [268](#)

uigures, [104-5](#), [165](#), [458](#), [486](#)

‘Ukāz, [82](#)

Umm Qasr, [422](#)

umma, [90](#), [98](#), [112](#)

União Europeia, [383](#), [497-8](#)

União Soviética

colapso da, [469](#)

e controlo britânico da Pérsia, [338](#)

e Guerra do *Yom Kippur*, [426](#)

e Guerra Irão-Iraque, [451-3](#)

e igualdade de género, [337](#)

e revolução iraniana, [441-2](#), [444](#)

escassez de alimentos e fome, [351](#)

interesses na Guerra Fria, [410-15](#), [420-4](#), [436-7](#)

invasão nazi, [359-80](#)

pacto com os nazis, [347-54](#), [359](#), [367](#), [371](#), [376](#)

programa de guerra biológica, [191](#)

purgas de Estaline, [349-50](#), [392](#)

Unidade Antigafanhos do Médio Oriente (MEALU), [389](#)

Urbano II, papa, [142-3](#), [145](#)

Urbano III, papa, [158](#)

USS Nimitz, [449](#)

USS Vincennes, [471](#)

Usselincx, Willem, [252](#)

Ustinov, Dmitri, [445-6](#)

uzbeques, [233](#), [491](#)

Vahrām (general persa), [82](#)

Valente, imperador, [64](#)

Valeriano, imperador, [41](#)

Valuev, Pyotr, [293](#)

Van der Heist, Bartholomeus, [253-4](#)

Vance, Cyrus, [448](#)

vândalos, [66-7](#)

Varennikov, general Valentin, [445](#)

varíola, [214-15](#), [236](#)

Velázquez, Diego, [212](#)

Veneza, [132-3](#), [138](#), [148-54](#), [156](#), [159-62](#), [169](#), [180-1](#), [186](#), [192-3](#), [196-8](#), [221](#), [225-9](#), [244](#), [246](#), [253](#), [258-9](#)

conflito com Pisa, [149-50](#)

declínio de, [226](#), [258-9](#)
desenvolvimento económico, [132-3](#), [181](#), [197-8](#)
e comércio de escravos, [132-3](#), [148](#)
e comércio no mar Negro, [180](#)
e concorrência com Portugal, [225-8](#)
e esculturas do Hipódromo, [161](#)
e fim do império bizantino, [161-2](#)
peste em, [192-3](#), [196-7](#)
Venezuela, [212](#), [215](#), [248](#), [344](#), [393](#), [418](#)
Verona, [152](#)
Viena, [243](#), [275](#), [304](#), [382](#)
Vietname, [37](#), [201](#), [421](#), [452](#), [484](#)
Vietname, Guerra, [421](#)
víquingues rus', [124-5](#), [127](#), [130-4](#)
Virgem Maria, ver Maria, mãe de Jesus
Virgílio (e Eneida), [40](#)
visigodos, [65](#)
vitarka mudra, [74](#)
Vítor Emanuel, rei (de Itália), [285](#)
Vitória, rainha, [288-90](#), [309](#)
Vladimir (soberano dos rus'), [135](#)
Vladimir II Monómaco, grão-príncipe (de Kiev), [138](#)
Vladivostok, [286](#), [295](#), [371](#)
Voice of America, [392](#)
Volga, búlgaros, [114](#), [115](#)
Volkswagen, [365](#)
Vuillemin, general Joseph, [357](#)
Vyshinskii, Andrei, [351](#)

Waghenaer, Lucas Janszoon, [251](#)
Wall Street, *crash*, [344](#)
Wallace, William, [178](#)
Wang Yangming, [239](#)
wangara, mercadores, [205](#)
Wannsee, Conferência, [379](#)
Washington, George, [274](#)
Watergate, escândalo, [440](#)
Wavell, general Archibald, [370](#)
Weimar, República de, [376](#)
Weinberger, Caspar, [454](#), [463](#)
Wellington, duque de, [281](#)
Westinghouse Electric Corporation, [440](#)
Willoughby, sir Hugh, [246](#)
Wilson, congressista Charlie, [457](#)
Wilson, Harold, [420](#)

Wilson, tenente Arnold, [322](#)
Wilson, Woodrow, [329](#), [340](#)
Witsen, Nicolaes, [263](#)
Wolff, Joseph, [283](#)
Wolfowitz, Paul, [481](#)
Wolin, expansão de, [128](#)
World Trade Center, ataque à bomba, [472](#)

xá Jahān, imperador, [236](#), [268](#)
xadrez, [108](#), [309](#), [442](#)
Xi Jinping, [493](#), [497-8](#)
Xicoténcatl, [214](#)
Xinjiang (Xiyu), [29-31](#), [45](#), [50](#), [73](#), [441](#), [458](#), [486](#)
e «Projeto Beleza», [486](#)
Xiongnu, [30-1](#), [64](#), [172](#), [495](#) *ver também* hunos

Yale, Elihu, [265-6](#)
Yaroslav, *o Sábio*, grão-príncipe (de Kiev), [138](#)
Yathrib, *ver* Medina
Yazdagird I, xá, [67](#)
Yazdagird III, xá, [99](#)
Yersinia pestis e peste, [191](#)
Yihetuan, sublevação (Rebelião Boxer), [298](#)
Yinshan zhengyao, [185](#)
Yngvar, *o Viandante*, [137](#)
Yom Kippur, Guerra, [426](#), [428](#), [434](#)
Yorktown, rendição de, [274](#)
Yüan, dinastia, [172](#), [198](#)
Yuezhi, nómadas, [30](#), [39](#)
Yuxinou, Ferrovia Internacional, [493](#)

Zahir Shah, rei (do Afeganistão), [442](#)
Zara, [148](#), [159-60](#)
Zheng He, almirante, [198-9](#)
Zhongdu, [165](#), [172](#)
Zhukov, general Georgi, [367-8](#)
Zinoviev, Grigorii, [351](#)
zoroastrismo, [48](#), [52-4](#), [58](#), [78](#), [81](#), [86](#), [115](#)
ZTE, [495-6](#)



PLANETA DE LIVROS PORTUGAL

Rua dos Lusíadas, 63 B
1300-366 Lisboa • Portugal

CRÍTICA é uma chancela
de Planeta de Livros Portugal
Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

© 2015, 2025, Peter Frankopan
© 2024, Planeta de Livros Portugal

Mapas: ML Design

Título original: *The Silk Roads – A New History of the World*

Design da capa: Compañía

Imagem da capa: © Rawpixel

Edição em epub: Outubro de 2025

Conversão para epub: Segundo Capítulo

ISBN: 978-989-9103-48-1 (epub)

www.planetadelivros.pt

Reservados todos os direitos sobre esta obra. É proibido proceder a cópia, reprodução, publicação ou distribuição, total ou parcial, bem como a sua incorporação em sistema informático e/ou a transmissão, utilização, modificação, sob qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo eletrónico, digital ou em suporte físico, nomeadamente por fotocópia, gravação ou qualquer outro método, salvo consentimento prévio e por escrito do Editor. A infração ao aqui disposto constitui crime, nos termos do disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (artigos 195.º e 224.º).

 www.planetadelivros.pt
 planetaportugal
 planetadelivros_pt
 planetaportugal
 planetadelivros_pt

Table of Contents

[titlepage](#)

[dedication](#)

[epigraph](#)

[Introdução à edição comemorativa](#)

[Notas](#)

[Nota sobre a transliteração](#)

[Prefácio](#)

[1 Criação da Rota da Seda](#)

[2 Rota das Fés](#)

[3 Rota para um Oriente cristão](#)

[4 Rota para a revolução](#)

[5 Rota para a concórdia](#)

[6 Rota das peles](#)

[7 Rota dos escravos](#)

[8 Rota para o paraíso](#)

[9 Rota para o inferno](#)

[10 Rota da morte e da destruição](#)

[11 Rota do ouro](#)

[12 Rota da prata](#)

[13 Rota da Europa setentrional](#)

[14 Rota para o império](#)

[15 Rota para a crise](#)

[16 Rota para a guerra](#)

[17 Rota do ouro negro](#)

[18 Rota para o compromisso](#)

[19 Rota do trigo](#)

[20 Rota para o genocídio](#)

[21 Rota da Guerra Fria](#)

[22 Rota da seda norte-americana](#)

[23 Rota da rivalidade entre superpotências](#)

[24 Rota para a catástrofe](#)

[25 Rota para a tragédia](#)

[Conclusão A nova rota da seda](#)

[Epílogo à edição comemorativa](#)

[Notas](#)

[Agradecimentos](#)

[Índice remissivo](#)

[backmatter](#)